

A stylized illustration of a young girl with blue hair and bangs, wearing a yellow dress, reading a green book. She is standing on a city street with tall buildings and a traffic light in the background. The scene is rendered in a sketchy, artistic style with vibrant colors.

EQUILÍBRIO E A SIMPLICIDADE DA

vida

18ª Jornada
Científica
da Univel
2020

ANAIS

 **univel**
CENTRO UNIVERSITÁRIO



EQUILÍBRIO E A SIMPLICIDADE DA

vida

18ª Jornada
Científica
da Univel

27 e 28
de outubro
de 2020

ANAIS

 **univel**
CENTRO UNIVERSITÁRIO

J828a Jornada Científica da Univel (18.: 2020 : Cascavel, PR).
 Anais... XVIII Jornada Científica da Univel: equilíbrio e simplicidade da
 vida., 27 e 28 de outubro de 2020, Cascavel, PR [recurso eletrônico] :
 Comissão organizadora: Elaine Aparecida Wilges Kronbauer...[et al]. -
 Cascavel: Univel, 2020.

ISBN 978-65-5629-02-94

1. União Educacional de Cascavel – Congressos. 2.Educação. I. Título.

CDD 370

Ficha catalográfica elaborada por Nathalia Lima da Costa Uliano – CRB 9 / 1855

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVEL - UNIVEL
AVENIDA TITO MUFFATO, 2317 BAIRRO SANTA CRUZ - CASCAVEL, PARANÁ
CEP: 85.806-080 / TELEFONE: (45) 3036-3660 / www.univel.br

REITOR
RENATO SILVA

PRÓ-REITOR ADMINISTRATIVO
LUCAS SILVA

COORDENADORA PEDAGÓGICA
VERA LÚCIA PAULIN

COMISSÃO ORGANIZADORA
ELAINE APARECIDA WILGES KRONBAUER
LETÍCIA AFONSO ROSA GARCIA
RAIZA GONÇALVES DA SILVA
TATIANA MARCEDA BACH
VERA LÚCIA PAULIN

COMISSÃO CIENTÍFICA
ALEX SANDRO RODRIGUES DOS SANTOS
ALEXANDRE LUIS MULLER
CHRISTIAN VALCIR KNIPHOF DE OLIVEIRA
DANIEL ZAMPIERI LOUREIRO
DAYANE CRISTINA SILVA
DEISI FERRARI
DOUGLAS GUEDES BATISTA TORRES
ELAINE APARECIDA WILGES KRONBAUER
FABIO PALCZEWSKI PACHECO
FAUSTO ALENCAR IRSCHLINGER
GABRIEL DALTOE DE ALMEIDA
GERMANO SCARABELI CUSTODIO ASSUNÇÃO
GISLAINE BURAKI DE ANDRADE
GISLAINE GENARO
GUSTAVO CHAVES BRANDÃO
HÉLIO DA SIQUEIRA
HELOISA CONFORTIM
JAQUELINE MALAGUTTI CORSATO
JEAN FRANCIESCO VETTORAZZI
JOÃO RICARDO POMPERMAIER RAMELLA
KÁTIA ROCHA SALOMÃO
KELI PATRICIA HERPICH
LADEMIR RENATO PETRICH
LEONARDO DA SILVA GARCIA
LEONARDO MARCEL PAIZ
LÚCIO SCHEUER
MARCIA REGINA KAMINSKI
MATHEUS DE LIMA GOEDERT
NILSON DOS SANTOS DIAS
OSVALDO MESQUITA JÚNIOR
PAULO TADEU FIGUEIRA
POLYANE CHRISTINA GHIGGI WERNER
RAFAEL MAXIMIANO FERREIRA
ROSANA BONISSONI
SANDRO RICARDO BUSATO
SHEILA SPONGOSKI
SUELI GEDOZ
SUZANA COSTA WRUBBLACK
TABATHA CAROLINE BONAFIN DOS SANTOS

TAÍS MARINI BRANDELLI
TALITHA FERNANDES STEFANELLO
TATIANA MARCEDA BACH
THAIS DAMARIS DA ROCHA THOMAZINI
THIAGO GUERRA
TIAGO PEREIRA LEITE

CONSELHO EDITORIAL

ELAINE APARECIDA WILGES KRONBAUER
RAIZA GONÇALVES DA SILVA
TATIANA MARCEDA BACH

PLANEJAMENTO GRÁFICO

ANDERSON COSTA – EDITORAÇÃO E VETORIZAÇÃO
LUIZ CARLOS MACHADO - ILUSTRAÇÃO
PAULA BUSS – EDITORAÇÃO E VETORIZAÇÃO
RAÍZA GONÇALVES DA SILVA – EDITORAÇÃO
TATIANA MARCEDA BACH – EDITORAÇÃO

PROGRAMAÇÃO:

XVIII JORNADA CIENTÍFICA DA UNIVEL

Tema: “**Equilíbrio e a Simplicidade da Vida**”.
Data: **27 e 28 de outubro de 2020, de forma Online**
Local: Centro Universitário Univel

DIA 27 DE OUTUBRO DE 2020

TURNO	HORÁRIO	ATIVIDADE	PALESTRANTES
Noturno	19h15 às 19h30	Abertura	
	19h30 às 20h30	Diálogo: Simplicidade e Hiperoperosidade	Prof. Dr. Alessandro Severino Valler Zenni Pós-Doutor na Universidade de Lisboa. Doutorado em Filosofia do Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Graduado em Direito. É professor do Centro Universitário Univel, da Universidade Estadual de Maringá e das Faculdades Maringá. Atua nas áreas de Direito, com ênfase em Direito Constitucional, Direito e Processo do Trabalho, Filosofia do Direito principalmente nos seguintes temas: transdisciplinariedade, contemporaneidade, trabalho, prova e dignidade. Prof. Me. Fernando Rodrigues de Almeida Doutorando em Direito pelo Centro Universitário de Maringá. Graduado em Direito. Docente do curso de Direito da Faculdade Maringá (CESPAR). Atua nas disciplinas de Filosofia do Direito e Direito Constitucional e Advogado. Estuda os seguintes temas: Direitos da Personalidade; Filosofia do Direito; Filosofia Política; Direito Constitucional, Teoria Crítica do Direito. Mediadora: Prof. Me. Letícia Afonso Rosa Mestre em Letras pela Universidade Estadual de Maringá. Graduada em Comunicação Social Jornalismo e Letras-inglês. Foi coordenadora e atua como docente do curso de Jornalismo. É docente dos cursos de Comunicação da Univel e atua nos seguintes temas: Ensino das disciplinas de Telejornalismo, educação e leitura midiática, Educomunicação.

PROGRAMAÇÃO:

XVIII JORNADA CIENTÍFICA DA UNIVEL

Tema: “**Equilíbrio e a Simplicidade da Vida**”.
Data: **27 e 28 de outubro de 2020, de forma Online**
Local: Centro Universitário Univel

DIA 28 DE OUTUBRO DE 2020

TURNO	HORÁRIO	ATIVIDADE	PALESTRANTES
Noturno	19h15 às 19h30	Abertura	
	19h30 às 20h30	Palestra I: A construção da Identidade Social frente às expectativas sociais contemporâneas.	Profa. Me. Thaís Damaris da Rocha Thomazini Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Graduada em Ciências Sociais pela UNIOESTE. Professora da UNIVEL e do Estado do Paraná. Atua nos Temas de pesquisa: Socialização e Participação política; Juventude, Cultura e Educação.
	20h30 às 21h30	Palestra II: Felicidade e suas Falácias Contemporâneas	Prof. Dr. Kleber Bez Birolo Candiotto Doutorado em Filosofia pela Universidade Federal de São Carlos. Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Graduado em Filosofia e Direito pela PUCPR. Docente do Mestrado e Doutorado em Filosofia da PUCPR. Atua nas linhas de pesquisa Ontologia e Epistemologia.

Sumário

EDITORIAL.....	14
ARTIGOS DE ADMINISTRAÇÃO	15
A INFLUÊNCIA DA CRIANÇA NA DECISÃO DE COMPRA NO PONTO DE VENDA	16
A INFLUÊNCIA DA MOTIVAÇÃO DO COLABORADOR NA DECISÃO DE COMPRA DO CLIENTE .	30
A INTELIGÊNCIA EMOCIONAL NA PRÁTICA DA LIDERANÇA DE EQUIPES	41
A PERCEPÇÃO DA UTILIZAÇÃO DE MEMES NO MARKETING DIGITAL DO MCDONALD'S NO BRASIL.....	53
A QUALIDADE DE VIDA NAS INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS NO MUNICÍPIO DE TOLEDO NO PARANÁ	65
A SATISFAÇÃO DOS FUNCIONARIOS SOBRE O ENDOMARKETING EM UMA EMPRESA NA CIDADE DE CASCAVEL – PR.....	77
A VANTAGEM COMPETITIVA DE UMA ADMINISTRADORA DE CONDOMÍNIOS NA CIDADE DE CASCAVEL – PR DE ACORDO COM O MODELO DA VISÃO BASEADA EM RECURSOS.....	87
ANÁLISE COMPARATIVA NA AQUISIÇÃO DE CONSÓCIO AO INVÉS DE FINANCIAMENTOS NA CONCESSIONÁRIA COTRASA	99
ANÁLISE DA QUALIDADE DO ATENDIMENTO DOS BANCOS TOTALMENTE DIGITAIS	122
ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL OBSERVADA NO MUNICÍPIO DE CÉU AZUL - PR	133
ANÁLISE DO PERFIL DE COOPERADOS INADIMPLENTES DE UMA COOPERATIVA DE CRÉDITO EM BRAGANEY-PR.....	144
AS TÉCNICAS DE RELACIONAMENTO USADAS PELAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO NA CIDADEDE BRAGANEY - PR.....	155
CUSTOS NO TRANSPORTE PÚBLICO: A RELAÇÃO ENTRE A GRATUIDADE E A TARIFA COBRADA NA CIDADE DE CASCAVEL - PR.....	166
EMPREENDEDORISMO FEMININO: O PERFIL DA MULHER EMPRESÁRIA.....	180
EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – EPIS: ESTUDO DE CASO NA INDUSTRIAL C.F. LTDA NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL – PARANÁ	192
ESTUDO DE CASO NOVA AURORA - PR: A EFICIÊNCIA NO TRANSPORTE PÚBLICO ESCOLAR	204
EVOLUÇÃO FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO	218
METODOS DE RESSUPRIMENTO: ESTUDO DE CASO EM UMA INDÚSTRIA DE ORNAMENTOS DE JARDINAGEM DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL – PARANÁ	229
MÍDIAS DIGITAIS E SUA POSSIBILIDADE DE INFLUÊNCIA NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS.	242
O MARKETING APLICADO A CAPTAÇÃO DE ALUNOS NO ENSINO SUPERIOR	257
O MARKETING ESPORTIVO: ANÁLISE DAS AÇÕES REALIZADAS PELO FUTEBOL CLUBE CASCAVEL	270
O MODELO SERVQUAL COMO FERRAMENTA DE ESTRATÉGIA	287
OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO DE CASO NA MARCA YPE ENTRE 2016 A 2018	305
OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: ESTUDO DE CASO EM UMA INDÚSTRIA DE HIGIENE E BELEZA, PERFUMARIA E COSMÉTICOS ENTRE 2017 A 2019	317
OS DESAFIOS DA MULHER EMPREENDEDORA NA CIDADE DE CASCAVEL-PR	330

PLANEJAMENTO DE MARKETING PARA VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONTRUÇÃO: ESTUDO DE CASO	342
PROCESSO DE PRODUÇÃO DA CACHAÇA ARTESANAL EM CÉU AZUL - PR	353
ARTIGOS DE AGRONOMIA	364
NPK NO FLORESCIMENTO DE HEMEROCALE CULTIVAR REGINA	365
ARTIGOS DE ARTES	374
A ESTÉTICA EM NIETZSCHE: AS POSSIBILIDADES DA ARTE AUTÊNTICA COMO SAÍDA PARA A CORROSÃO DA RACIONALIDADE MODERNA	375
ARTIGO DE BIOMEDICINA.....	387
PAPEL DA GENÉTICA NO DESENVOLVIMENTO DO ALZHEIMER	388
ARTIGOS DE DIREITO.....	398
A CONCEITUAÇÃO DE TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE ATRAVÉS DE REVISÃO SISTEMÁTICA.....	399
A PANDEMIA DE COVID-19 E OS REFLEXOS DA DESIGUALDADE ENTRE OS BRASILEIROS: CONSIDERAÇÕES SOBRE ALGUNS DIREITOS DE 2ª DIMENSÃO	410
A PESSOA IDOSA COMO VÍTIMA DA ALIENAÇÃO PARENTAL: A POSSIBILIDADE DE AMPLIAÇÃO DO ROL DE PROTEÇÃO DO ARTIGO 2º DA LEI N. 12.318/2010	422
AS DISPOSIÇÕES DA LEI N.º 9.307/1996 SOB A PERSPECTIVA DA ZETÉTICA JURÍDICA	435
DA DIGNIDADE E AUTONOMIA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: RESPONSABILIDADE DO ESTADO EM GARANTIR ACESSIBILIDADE EM LOCAIS PÚBLICOS.....	446
O DIREITO À SAÚDE E OS PARÂMETROS DO STJ PARA CONCESSÃO DE MEDICAMENTOS PELO ESTADO.....	457
TERCEIRIZAÇÃO INFANTIL E REFLEXOS JURÍDICOS	469
ARTIGOS DE ENGENHARIA CIVIL	480
COMPARAÇÃO DE CONCRETO GEOPOLÍMERO COM CONCRETO CONVENCIONAL DE CIMENTO PORTLAND	481
IMPACTO DA SUBSTITUIÇÃO DO AGREGADO MIÚDO CONVENCIONAL PELO RECICLADO NA RESISTÊNCIA A COMPRESSÃO AXIAL DO CONCRETO	488
ARTIGO DE FISIOTERAPIA.....	500
PADRÕES DE MARCHA DE UMA CRIANÇA DE UM E DE UMA CRIANÇA DE CINCO ANOS	501
ARTIGO DE MBA RECURSOS HUMANOS.....	509
INTELIGÊNCIA EMOCIONAL NAS OPERAÇÕES DO COMÉRCIO INTERNACIONAL E O DESENVOLVIMENTO DAS <i>SOFT SKILLS</i>	510
ARTIGOS DE NUTRIÇÃO	521
EFEITOS DA DIETA HIPOPROTEICA NO DESENVOLVIMENTO DA DESNUTRIÇÃO EM CAMUNDONGOS C57BL6	522
EFEITOS DA DIETA RICA EM GORDURA EM CAMUNDONGOS C57BL6	532
ARTIGOS DE PEDAGOGIA.....	541
A BNCC E A REFORMULAÇÃO DO CURRÍCULO DA REDE MUNICIPAL DE CASCAVEL/PR: POSSIBILIDADES E DESAFIOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	542

A CONTRIBUIÇÃO DA PRÁTICA DA LEITURA NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM EM TURMAS DE ALFABETIZAÇÃO: UM OLHAR PARA O PRIMEIRO ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL	554
A IMPORTÂNCIA DO BRINCAR COM ELEMENTOS DA NATUREZA ENQUANTO FERRAMENTA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONCEITUAÇÃO A PARTIR DA EDUCAÇÃO FORMAL E NÃO FORMAL	565
A INCLUSÃO DO ALUNO COM SÍNDROME DE ASPERGER E SUA TRANSIÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL PARA A REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL – PR	576
A INFLUÊNCIA DA FAMÍLIA NA ESCOLA: UM OLHAR PARA AS DESIGUALDADES SOCIAIS A PARTIR DO CONCEITO DE CAPITAL CULTURAL PIERRE BOURDIEU	587
A ORGANIZAÇÃO ATUAL DAS ESCOLAS DO CAMPO NA REGIÃO DE CASCAVEL-PR: UM ESTUDO DE CASO	599
A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA E SUA CONTRIBUIÇÃO NA METODOLOGIA DIDÁTICA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO ENSINO MÉDIO E NO FUTURO DOS JOVENS ESTUDANTES	610
AFETIVIDADE E APRENDIZAGEM DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: REFLEXÕES A PARTIR DE VIVÊNCIAS EM UMA TURMA DA PRÉ-ESCOLA	620
CRESCIMENTO, DESENVOLVIMENTO E MATURAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA ANÁLISE SOBRE A PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES DE UM CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE CASCAVEL-PR	631
ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS E RECURSOS DIDÁTICOS UTILIZADOS PELOS DOCENTES NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	643
O MÉTODO MONTESSORIANO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A PERCEPÇÃO DE PROFESSORES E PAIS DE UMA INSTITUIÇÃO PRIVADA DE CASCAVEL/PR	655
O PAPEL DO PEDAGOGO EM PROJETOS SOCIAIS: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL/PR.....	679
O PEDAGOGO E AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA CRIANÇAS HOSPITALIZADAS	690
O PLANO DE CARREIRA DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL NA CIDADE DE CASCAVEL-PR: UM ESTUDO SOBRE A VALORIZAÇÃO DESSES PROFISSIONAIS.....	700
O PROCESSO DA LINGUAGEM HÍBRIDA NA ALFABETIZAÇÃO DE UM ALUNO BRASIGUAIO EM UMA ESCOLA DE ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DE CASCAVEL- PR	712
O USO DA PSICOLOGIA NA EDUCAÇÃO COMO FERRAMENTA PARA IDENTIFICAÇÃO E MEDIAÇÃO DA BAIXA AUTOESTIMA: UMA ANÁLISE EM ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL DE CASCAVEL-PR	724
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA ALUNOS COM TDAH: A IMPORTÂNCIA DO CURRÍCULO, PLANEJAMENTO E DA MEDIAÇÃO DO PROFESSOR	735
TRANSTORNO DO NEURODESENVOLVIMENTO: A INCLUSÃO DE UM ALUNO COM TRANSTORNO ESPECTRO AUTISTA - TEA NO AMBIENTE ESCOLAR.....	747
VIOLÊNCIA ESCOLAR: DESAFIOS E POSSIBILIDADES EM CONTEXTO DE ESCOLA PÚBLICA	758
ARTIGOS DE PSICOLOGIA	769
A INFLUÊNCIA DAS DOENÇAS PSICOLÓGICAS NA PRODUÇÃO ARTÍSTICA.....	770
ADOÇÃO: O DESENVOLVIMENTO E A VIVÊNCIA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE ADOTADO	782
COMO OBTER A TRANQUILIDADE DA ALMA NA PERSPECTIVA DE SÊNECA	791
CONSEQUÊNCIAS PSICOLÓGICAS CAUSADAS PELO ABANDONO AFETIVO	801
CONSIDERAÇÕES SOBRE OS CONCEITOS DE ALIENAÇÃO E CONSCIÊNCIA: ANÁLISE DO FILME “FORMIGUINHAZ”	812

FAMÍLIA, MEIO SOCIAL E SUAS INFLUÊNCIAS NO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI 821	
INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA NO ENSINO REGULAR BRASILEIRO	829
O LUGAR EM QUE A MULHER OCUPAVA NA SOCIEDADE ARCAICA E O SEU CONTEXTO CONTEMPORÂNEO.....	837
O PERCURSO DA VIOLÊNCIA: CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....	846
O SENTIDO DA VIDA E A LOGOTERAPIA: A BUSCA DE UMA RAZÃO COMO PROPOSTA PARA SUPERAR O SOFRIMENTO	852
OS PROBLEMAS PSICOEMOCIONAIS EM TEMPOS DE DESCONEXÃO SOCIAL	862
OS SERIAIS KILLERS: SUAS CAUSAS NA INFÂNCIA E OS ACARRETAMENTOS NA VIDA ADULTA DE CRIMES.....	873
PSICOPATIA NO ÂMBITO SOCIAL	881
RELACIONAMENTO ABUSIVO, SUAS DIVERSAS FORMAS E CONSEQUENCIAS PSICOLOGICAS	890
TERAPIA DE ACEITAÇÃO E COMPROMISSO EM PACIENTE BARIÁTRICO: UM ESTUDO DE CASO	902
UMA INTRODUÇÃO À TEORIA SOCIAL COGNITIVA DE ALBERT BANDURA.....	913
RESUMOS DE AGRONOMIA	925
ANÁLISE DE MELHOR PRODUTIVIDADE E FITOSSANIDADE NA CULTURA DO FEIJÃO COM DIFERENTES CONTROLES.	926
EFICIÊNCIA DE DIFERENTES FUNGICIDAS APLICADOS NA FASE VEGETATIVA DA SOJA	928
RESUMO DE BIOMEDICINA	930
ATUAÇÃO TERAPÊUTICA DO CRISPR-CAS/9 E INQUIETAÇÕES ÉTICAS	931
RESUMOS DE ENGENHARIA CIVIL	933
ANÁLISE E CONCEITUAÇÃO SOBRE O FENÔMENO DA EMISSÃO DE ELÉTRONS	934
APLICAÇÃO E EFEITOS DA POLARIZAÇÃO COM ÊNFASE EM SEUS POLARIZADORES.....	936
ENGENHARIA NA CORREÇÃO DE ACUIDADE VISUAL – UM ESTUDO SOBRE A FOTOPOLIMERIZAÇÃO EM LENTES OFTÁLMICAS	938
INTERFERÊNCIA E DIFRAÇÃO DA LUZ A PARTIR DO EXPERIMENTO DE THOMAS YOUNG DA DUPLA FENDA.....	940
O FENÔMENO DA REFLEXÃO E REFRAÇÃO DA LUZ E SEU RESPECTIVO IMPACTO EM NOSSO COTIDIANO.....	942
UTILIZAÇÃO DE RESÍDUOS DE PNEUS PARA CONFECÇÃO DE CONCRETOS	944
RESUMOS DE ENGENHARIA MECÂNICA	946
FUNCIONAMENTO E DIMENSIONAMENTO	947
DISFUNÇÃO OCULAR - MIOPIA.....	949
EFEITO FOTOELÉTRICO	951
INFLUÊNCIA DA ENERGIA DE SOLDAGEM NA MICROESTRUTURA DE JUNTAS SOLDADAS EM AÇO INOXIDÁVEL DUPLEX.....	953
INFLUÊNCIA DAS MICROREGIÕES DA ZTA NA DUREZA DE LIGAS ENDURECIDAS POR ENCRUAMENTO.....	955
INTRODUÇÃO AOS FLUIDOS REFRIGERANTES	957
INTRODUÇÃO AOS POSSÍVEIS TRATAMENTOS TÉRMICOS EM LIGAS DE ALUMÍNIO	959

NITINOL: UM APANHADO GERAL	961
PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO DE POLÍMEROS	963
SISTEMÁTICA DE AÇÕES DE POLARIZAÇÃO E POLARIZADORES APLICADOS EM ÓCULOS DE PROTEÇÃO SOLAR.....	965
UTILIZAÇÃO DA LIGA DE TITÂNIO Ti-6Al-4V TERMICAMENTE TRATADA COMO BIOMATERIAL	967
RESUMO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	969
APLICAÇÃO DA REFRAÇÃO/REFLEXÃO DE LUZ TOTAL NA UTILIZAÇÃO DA FIBRA ÓPTICA PARA A TRANSMISSÃO DE DADOS	970
RESUMOS DE FISIOTERAPIA.....	972
A ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL FISIOTERAPEUTA EM UNIDADES DE TERAPIA INTENSIVA NEONATAL: REVISÃO	973
ANÁLISE CINEMÁTICA DA MARCHA EM UM INDIVÍDUO COM PÉ PLANO	975
AVALIAÇÃO DE MARCHA EM UM ADULTO COM CORREÇÃO CIRÚRGICA DE PÉ TORTO CONGÊNITO	977
AVALIAÇÃO DO RISCO DE QUEDAS E EQUILÍBRIO EM IDOSOS	979
MARCHA DE INDIVÍDUOS COM DOENÇA DE PARKINSON: UMA REVISÃO DE LITERATURA	981
PRODUÇÃO MANUAL DE LIGAMENTOS E ARTICULAÇÕES A PARTIR DE VÉRTEBRAS HUMANAS COM MATERIAL ALTERNATIVO	983
RELAÇÃO ENTRE O PACIENTE PORTADOR DE SÍNDROME DE DOWN E SEU CONDIÇÃOAMENTO CARDIORRESPIRATÓRIO REDUZIDO	985
SERÁ QUE O USO DE APLICATIVOS MOVEIS É EFICAZ NO TRATAMENTO DA INCONTINÊNCIA URINÁRIA? REVISÃO DE LITERATURA.....	987
RESUMOS DE MEDICINA VETERINÁRIA	989
BENEFÍCIOS DA SUPLEMENTAÇÃO DO MINERAL CROMO PARA BOVINOS DE CORTE	990
DESLOCAMENTO DE ABOMASO À ESQUERDA EM BOVINO LEITEIRO E MANEJO NUTRICIONAL	992
DTAS – DOENÇAS TRANSMITIDAS POR ALIMENTOS: UMA BREVE REVISÃO	994
FISIOTERAPIA NA MEDICINA VETERINÁRIA – REVISÃO.....	996
PESTE SUÍNA CLASSICA NA SUINOCULTURA BRASILEIRA	998
RESUMOS DE PEDAGOGIA.....	1000
A IMPLANTAÇÃO DO PROJETO EDUCAÇÃO FINANCEIRA: UM OLHAR PARA A FORMAÇÃO CONTINUADA NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL-PR	1001
ACESSO E PERMANÊNCIA DE PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO NO ENSINO SUPERIOR.....	1003
ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)	1005
ALFABETIZAÇÃO E OS NÍVEIS DE ESCRITA	1007
DESAFIOS NO PROCESSO DE ENSINO DA ALFABETIZAÇÃO PARA ALUNOS COM MAIS DE SESENTA ANOS.....	1009
EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE: UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA MUNICIPAL MÁRIO PIMENTEL DE CAMARGO NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL/PR	1011
FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES PARA A INCLUSÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NA ETAPA PRÉ-ESCOLA EM UM CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE CÉU AZUL/PR	1013

INTERVENÇÃO DOCENTE EM CASOS DE BULLYING	1015
LUDICIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM ESTUDO DE CASO NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE CASCAVEL - PR.....	1017
O EDUCADOR SOCIAL E SUA ATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO NÃO FORMAL	1019
O MATERIAL DOURADO: ALGUMAS REFLEXÕES A PARTIR DE UMA INVESTIGAÇÃO INICIAL	1021
O MOVIMENTO NEGRO E O RACISMO: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS E A NECESSIDADE DE UM NOVO OLHAR	1023
O TRABALHO DOCENTE COM ALUNOS IMIGRANTES HAITIANOS: UM OLHAR PARA A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES ATUANTES EM CLASSES MULTILINGÜÍSTICAS NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE CASCAVEL / PR	1025
SEJA A INICIATIVA QUE O MUNDO PRECISA: CUIDE DA ÁGUA	1027
RESUMOS DE PSICOLOGIA	1029
AS FAMÍLIAS SEUS TENTÁCULOS: CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONCEITO DE FAMÍLIAS TENTACULARES.	1030
BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A PSICOLOGIA HOSPITALAR.....	1032
DESAFIO DA PANDEMIA: DAR VISIBILIDADE AOS INVISÍVEIS.....	1034
DINÂMICA FAMILIAR: O QUE MUDOU COM A PANDEMIA?	1036
ISOLAMENTO SOCIAL E TERCEIRA IDADE: COMO O ESTIGMA QUE RECAI SOBRE O IDOSO PODE SER AFASTADO EM TEMPOS DE PANDEMIA.....	1038
O CONCEITO DE INTERSECCIONAL E A VIVÊNCIA DE SER CATADOR DE MATERIAL RECICLÁVEL: UMA ANÁLISE A PARTIR DA VIVÊNCIA DE ESTÁGIO EM PSICOLOGIA SOCIAL	1040
REFLEXÕES SOBRE O CONCEITO DE INTERSECCIONALIDADE: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DE UMA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO EM PSICOLOGIA SOCIAL	1042

EDITORIAL

A Jornada Científica é um evento realizado anualmente pelo Centro Universitário Univel, organizado pelo Centro de Pesquisa e Extensão (CPE) e aberto a comunidade. O intuito do evento é oferecer aos estudantes e profissionais a oportunidade de discutir temas relevantes para a construção do conhecimento e apresentar seus trabalhos das diferentes áreas para a comunidade científica.

Nestes anais o CPE apresenta os resultados dos trabalhos desenvolvidos e aprovados na XVIII Jornada Científica do Centro Universitário Univel, cujo tema foi: “Equilíbrio e a Simplicidade da Vida”. Em virtude da Pandemia Covid-19, no ano de 2020 o evento apresentou sua primeira edição online.

Entendemos que a publicação dos anais amplia a divulgação dos trabalhos realizados, incentiva novos pesquisadores, fortalece a continuação das atividades de pesquisa de iniciação científica dos estudantes e aumenta a interação entre a comunidade interna e externa, funcionando como um motivador na produção do conhecimento.

Comissão Científica.



Artigos de

ADMINISTRAÇÃO

A INFLUÊNCIA DA CRIANÇA NA DECISÃO DE COMPRA NO PONTO DE VENDA

Isabela Krochinski Olegini¹
Alex Sandro Rodrigues Santos²

Resumo: Este trabalho fará uma abordagem sobre o comportamento dos pais em relação aos desejos de compra dos filhos, além disso, será também trabalhada a forma como o marketing utiliza isso como instrumento de venda, além dos limites éticos de tal prática. Para o presente estudo, em atenção a delimitação da pesquisa, utilizou-se o método descritivo, sendo a coleta de dados realizada através da aplicação de questionário e, o tratamento dos dados pelo método quanti-qualitativo; assim sendo, foram entrevistados 150 pais de crianças com idade entre 1 e 12 anos. Buscou-se com este trabalho obter um melhor entendimento de como os pais conduzem as compras dos filhos. Além disso, o tema busca relatar como o público infantil tem evoluído para o consumo, e de que modo são feitas as estratégias para atrair sua atenção para os produtos, além de saber de que forma a família tem reagido as novas informações, afim de, mostrar aos pais como seus filhos são influenciados pela mídia.

Palavras-chave: Influência. Marketing. Crianças.

1. Introdução

Com o mercado cada vez mais competitivo tornou-se essencial que os profissionais de marketing estejam atualizados, buscando sempre o melhor para seus clientes, na tentativa de Fidelizá-lo. “Segundo Kotler, 2005, p.77”: “Muitas empresas estão revendo seus critérios de atendimento e tratamento de seus clientes, fazendo adaptações nas operações de marketing e procurando fatores que consigam proporcionar sua satisfação”.

Com as mudanças constantes, não houve apenas alterações no comercio mesmas também nos consumidores, a exigência se tornou maior e um novo publicou apareceu, referimo-nos ao público infantil, que acabou ganhando espaço nas decisões de compras de muitos pais. Hoje a ausência dos pais em casa acarretou na maturidade precoce das crianças tornando-os mais independente, como justificativa do seu distanciamento os pais utilizam da compra de produtos que os filhos almejam, dando a eles a liberdade de escolher o que desejam, tonando assim muito mais fácil a manipulação da mídia.

Estudaremos ambos os lados, onde será possível visualizar como os profissionais de marketing trabalham para atrair os pequenos, e como os pais reagem a essas informações e como lidam com eles quando vão as compras.

¹ Acadêmico do Curso de Administração– Centro Universitário Unível.

²Orientador: Professor Especialista/Mestre/Doutor Alex Sandro Rodrigues Santos – Marketing da Unível – Centro Universitário UNIVEL.

2. Desenvolvimento

2.1 Marketing

O marketing envolve um serie de estratégias a ser tomadas pra um bom desempenho, e a principal dela está relacionada à comunicação. A empresa precisa garantir uma ótima troca de informação e interpretação, tanto do ambiente externo como o interno, o qual irá envolver desde a equipe de trabalho até público alvo, pois uma boa propaganda exige recursos disponíveis da empresa e o atendimento ao consumidor. Kotler explica que “O marketing geralmente é descrito como “a arte de vender produtos”. Mas para Peter Drucker, um dos maiores teóricos da administração “o objetivo do marketing é tornar a venda ou o serviço supérflua”.

Foi após a Segunda guerra mundial que houve no marketing o aumento da competição pelo mercado, este ficou cada vez mais difícil e com um público mais exigente, trazendo novos desafios para as empresas, pois o comum já não era mais aceito, se exigia novos produtos, preços, e até mesmo novas experiências. A partir disso que os profissionais de marketing se deparam em um jogo de troca entre empresas e consumidores. Relata “Kotler 2005 p.07”. “Antigamente o mercado era apenas um espaço físico onde os comerciantes e os compradores se reuniam para fazer trocas, atualmente é descrito como um grupo de comprador e vendedor”.

Nem mesmo as melhores estratégias conseguem obter um bom desempenho se não estiverem bem estabelecida, e esta não é uma tarefa fácil, pois as estratégias de marketing envolver pessoas com diferentes gostos, escolhas, gêneros, opções e faixas etárias, etc. Justamente por lidar com diferentes escolhas que o profissional de marketing deverá manter-se atento às novas informações que irão direcionar o mercado. Kotler Philip comenta que uma empresa dificilmente consegue satisfazer ou agradar a todos em um mercado. Nem todas as pessoas gostam das mesmas coisas. Assim é dever dos profissionais de marketing identificar e traçar o perfil de diferentes grupos.

2.2. Publicidade Infantil

Mediante aos argumentos utilizados podemos observar que o marketing vem crescendo cada vez mais, e que a novas aberturas sendo estudadas; está se referem à inserção da tecnologia, e de um novo público no mercado, não considerados diretamente consumidores, pois suas escolhas eram estabelecidas pelos pais. Com a quebra de

algumas barreiras sociais, como a mulher no mercado de trabalho e a amplitude da tecnologia, houve algumas mudanças, onde as crianças vivenciam um novo cenário, os quais os apresentam com mais autonomia. Ressaltam Pasqualotto, Alvarez:

"São diversos fatores que têm contribuíram para as mudanças das características das crianças, estas estão sofrendo transformações. Hoje as crianças possuem uma ampla interação social, e seu ritmo de vida é estritamente veloz em comparação a sociedade antiga". (Pasqualotto, Alvarez, 2014, p.51)

Podemos observar que o cenário da família tradicional acabou sendo modificada e se tornou diferente nos dias atuais, onde os pais estão ocupados com seus respectivos empregos, as crianças estão mais autônomas e precocemente tendo acesso a afazeres domiciliares, e também ao acesso a mídia e seus conteúdos disponíveis sem nem uma restrição ou cuidado, oportunidade dada a publicidade infantil ganhou ênfase. Cita Gonçalves:

"As propagandas que se dirigem as crianças são expressas de todos os tipos. Isso porque o marketing busca influenciar a criança para atingir os adultos. Pois com apenas uma ação é possível atingir três segmentos diferente: os das crianças, os dos pais dessas crianças e os adultos que as mesmas irão se tornar." (Gonçalves, 2013, p.19)

Mediante essa situação é que os pais se veem encurralado, pois os filhos já possuem seus produtos e personagens definidos, e querem especificamente produtos que os obtém, independentemente da sua qualidade ou benefício, o que nos leva a um leque de outros contextos, como o autogoverno e o endividamento das famílias, dois elos que estão atrelados aos interesses mercadológicos, e são grandes problemas atuais, pois a mídia tem influenciado grandemente na hora da compra. As estratégias utilizadas pela mídia por meio da Internet, televisão e outras fontes de informação, geram influência principalmente nas crianças que não compreendem sua real intenção, afetando seus pensamentos, sentimentos, comportamento e exigências. Informa Pasqualotto, Alvarez, p.53, 2014: "A televisão influencia a saúde física e mental, a educação, a criatividade e os valores daqueles que se encontram na frente da tela, pois eles ficam expostos a cerca de 40 mil propagandas em um ano".

Para conquistar esse público não é fácil, as publicidades destinadas ao público infantil devem mexer exatamente com suas emoções em suas escolhas, o produto tem

que proporcionar algo além do que os agrada para manter sua atenção, podendo ser estes coloridos ou obtendo um objeto significativo. Pasqualotto, Alvarez, ressalta:

Alguns estudos têm apontado táticas adotadas para potencializar as vendas voltadas ao público infantil. Como no caso dos produtos alimentícios, onde as embalagens possuem cores e imagens de personagens como o *Mickey* ou princesas. (Pasqualotto, Alvarez, 2014, p. 55)

É notável que as propagandas utilizam de personagens de desenhos, para fazer com que a criança traga para si como verdade o personagem embutido no produto, atizando sua imaginação e seu afeto pelo personagem, a fim de alcançar sua emoção, tornando muito mais fácil atrair sua atenção, sua memorização e seu desejo pelo produto. Pasqualotto, (2014) explica “Associar o consumo ao divertimento é uma estratégia certa de vendas. Há muito se observa a associação dos produtos com brindes, e a novidade no momento é a agregação dos produtos com jogos interativos *online*.”

2.3 Propaganda

As propagandas são ações de comunicação mercadológica responsável por transmitir informações através de inúmeros meios de comunicação. Seu objetivo principal é influenciar diretamente o público de audiência, o que reflete diretamente no desenvolvimento das propagandas. O novo modelo do consumo é baseado em apelos emocionais e tecnológicos, nos quais emoções e sentimentos são provocados, onde o apelo emocional comporta tantos os níveis cognitivos quanto os afetivos. O investimento na marca, por meio de propagandas atrai bons resultados para a empresa assim que os clientes começam a considerar mais seus produtos.

Com a influência da tecnologia, tornou-se muito mais ágil a publicação de uma propaganda, elas estão por todas as partes em sites, revistas, *outdoor*, aplicativos como *facebook*, *instagram*, *twitter*, *youtube*, e até mesmo em jogos para crianças, etc. Além disso, o comércio atual acabou ganhando alguns parceiros para a divulgação de suas marcas e produtos, as famosas “*blogueiras*”, atrizes e “*influencer digital*”, estas quais recebem produtos de determinada marca para exibir aos seus seguidores, ação também conhecida como a propaganda boca a boca. Informa Kotler, Kartajaya, Setiawan, 2017, p.18 “Círculos sociais tornaram-se a principal fonte de influência, superando as comunicações de marketing e até as preferências pessoais. Os consumidores tendem a seguir a liderança de seus pares ao decidir qual marca escolher”

A tecnologia tem proporcionado uma grande abertura para o marketing, trouxe mais transparência e diversas maneiras de se comunicar com seu público alvo, porém também trouxe uma grande negatividade, não é novidade que nem sempre um produto agrada a todos, e que acaba não atendendo os gostos, paladares, satisfação e expectativas de alguns consumidores, é devido a isso que por estar exposta a internet deve-se ter mais cautela. Ressalta Adolpho (2011): “A opinião na web tem um efeito cumulativo”. Faça algo de errado hoje e saiba que daqui dez anos as opiniões sobre o fato ainda repercutiram na web.

2.4 Ética

Todas as atividades empresariais são comandadas por algumas normas estabelecidas por ela mesma, as quais estipulam uma política a ser seguida, dentre elas se destacam as internas e externas, e o marketing não foge dessas regras. Por terem suas atividades atreladas a missão da empresa é que o marketing deve estabelecer restrições em suas condutas, e manter sua ética. Conforme Moreira “o código de ética tem a missão de padronizar e formalizar o entendimento da organização empresarial em seus diversos relacionamentos e operações. ”

Por conta disso que se está lançando mão da inclusão do código de ética para se comunicar, hoje cada vez mais se exige uma nova forma de trabalhar a responsabilidade social, onde devem respeitar as condutas humanas nos ambientes que se está presente. Partindo desse pressuposto os profissionais de marketing devem manter-se atentos e conscientes dos valores fundamentais para empresa, certificando-se que os, contudo transmitidos em mídias estão adequadamente apropriados para o público de audiência, e se respeitam a política de ética permitida.

A partir desse contexto é que muitas vezes o marketing foi questionado em relação a sua ética, pois segundo muitas pessoas e organizações seu foco principal é fazer com que o consumidor sinta a necessidades e desejos que possam ser atendidos e satisfeitos pelos produtos ofertados, sem nem uma empatia por estes. D'ANGELO, p.58, 2003, destaca: “Platão e Aristóteles atacavam lojistas e comerciantes, dizendo que eram não amigáveis e inconfiáveis. ”

3. Metodologia

O principal objetivo do trabalho é analisar como os pais lidam com desejos das crianças sobre determinado produto ou serviço, para melhor esclarecimento este trabalho terá como baseamentos métodos de estudos de casos e pesquisa descritiva. No estudo de caso o objetivo principal é fazer planejamento mais adequado para a investigação de um acontecimento dentro de seu contexto real, onde os limites entre o ocorrido e o contexto não são claramente percebidos. Informa YIN, p.27, (2001): “O estudo de caso é a estratégia escolhida ao se examinarem acontecimentos contemporâneos, mas quando não se podem manipular comportamentos relevantes. ”

No entanto a pesquisa descritiva tem o propósito em discorrer das características de determinado grupo de indivíduos ou acontecimento, com a intenção de estabelecer a relações entre variáveis coletas. Gil, 2002 comenta que o objetivo das pesquisas descritivas é descrever características de determinada população ou fenômeno. São diversos os estudos que podem ser classificados sobre este, pois umas das mais significativas e principais características é a utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, como o questionário e a observação sistemática.

O procedimento utilizado para que o objetivo seja respondido serão elaborados através do questionário, todos os dados serão coletados através do método *Survey*. De acordo com Gil, p.55 2008: “As pesquisas deste tipo se caracterizam pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. ”

Em relação à análise dos dados coletados, neste trabalho utilizaremos dois modelos de pesquisa, o modelo quantitativo no qual teremos os números do questionário e o modelo qualitativo no qual teremos a análise e interpretação dos mesmos. O método quantitativo se caracteriza pela aplicação de algum modelo de estatística, desde a coleta até a interpretação dos resultados. Já o método de pesquisa qualitativa procura analisar os dados, a fim de interpretar estes dados de maneira mais profunda. Relata Gil, p.90, 2002: “Nas pesquisas documentais de cunho quantitativo, sobretudo naquelas que utilizam processamento eletrônico, os dados são organizados em tabelas e permitem o teste das hipóteses estatísticas. ”

Para melhor compreensão deste trabalho será feito uma pesquisa com os pais referente à participação da criança nas compras da família, pois se deseja levantar dados com a intenção de esclarecer e trabalhar de forma estatística como é a influência da criança, e partir deste será decorrido os resultados obtidos. Para constituir os dados, será

feito uma pesquisa através de questionários, os quais serão aplicados aos pais de crianças de forma online, as respostas obtidas por meio de tais questionamentos irão constituir os dados a serem analisados nesse trabalho. Estes questionários serão aplicados pelo pesquisador, com uma amostra de aproximadamente 150 pais. Espera-se um retorno de no mínimo 50%.

4. Resultados

O presente estudo tem como base respostas de pais de crianças com idade entre 1 e 12 anos do município de Cascavel – PR. As perguntas foram aplicadas através de questionário online devido a restrições impostas pela pandemia da Covid-19, tendo um retorno de 124 respondentes.

4.1.1- Grau de parentesco dos entrevistados

Com a pergunta 01 buscou-se identificar o grau de parentesco dos entrevistados com as crianças.

Tabela 01 - Grau de parentesco dos entrevistados

Grau de Parentesco	Número de respostas	Percentual
Pai	11	8,9%
Mãe	107	86,3%
Outros	06	4,8%
Total	124	100%

Fonte: Pesquisa do autor (2020)

A tabela 01 representa proporção dos respondentes conforme o grau de parentesco, de um total de 124 respostas 107 são mães, representando um percentual de 86,3%, já as outras 17 respostas distribuem-se dentre as outras opções sendo pai e outros, com um percentual de 13,7%, nota-se a predominância de mães, dado que por um aspecto cultural são consideradas as responsáveis pela família, e também responsáveis pelo cuidado dos filhos.

4.1.2 Idade dos respondentes

A pergunta 02 tem por objetivo verificar a idade dos pais ou responsáveis pelas crianças, pois a diferença de faixa etária relaciona-se com o grau de maturidade dos indivíduos.

Tabela 02 - Idade dos Respondentes

Idade dos respondentes	Número de respostas	Percentual
Menos de 18 anos	0	0,0%
18 a 29 anos	55	44,4%
30 a 39 anos.	49	39,5%
40 a 59 anos	20	16,1%
Mais de 60 anos	0	0,0%
Total	124	100%

Fonte: Pesquisa do autor (2020)

A tabela 02 expõe a idade dos respondentes, onde nota-se que entre 124 entrevistados 104 possuem idade entre 18 a 29 anos e 30 aos 39 anos, onde ambos juntos atingem um percentual de 83,9%, sendo também considerável a idade de pais com 40 a 59 anos, os quais correspondem 20 respondentes e um percentual 16,1%, os demais não obtivemos nem uma resposta, pode-se então constatar que há uma predominância de pais considerados jovens e adultos.

4.1.3 Renda mensal familiar

Investigou-se qual o valor da renda mensal dos pais, a fim de averiguar se a renda interfere nas decisões do que deve ou não comprar em relação ao que o filho almeja.

Tabela 03 - Renda mensal familiar

Renda mensal familiar	Número de respostas	Percentual
1 Salário mínimo	20	16,1%
2 Salário mínimo	46	37,1%
3 Salário mínimo	30	24,2%
4 Salário mínimo ou mais	28	22,6%
Total	124	100%

Fonte: Pesquisa do autor (2020)

Na tabela 03, percebeu-se que apenas 16,1% apresentam renda condizente a um salário mínimo, 61,3%, dos entrevistados possuem renda familiar de dois a três salários mínimos, 22,6% possui poder aquisitivo igual ou maior do que quatro salários mínimos.

4.1.4 Gênero dos filhos dos entrevistados

A questão 04 procura demonstrar a proporção por gênero dos filhos dos entrevistados.

Tabela 04 - Gênero dos filhos dos entrevistados

Grau de Parentesco	Número de respostas	Percentual
Feminino	65	52,4%
Masculino	59	47,6%
Total	124	100%

Fonte: Pesquisa do autor (2020)

A tabela 04 representa a proporção dos filhos dos respondentes conforme o gênero, onde 65 são do sexo feminino, representando um percentual de 52,4% e 59 do sexo masculino, representando 47,6%, confirmando, a predominância do sexo feminino na pesquisa.

4.1.5 Idade dos filhos dos entrevistados

A pergunta 05 busca informações em relação à faixa etárias dos filhos dos entrevistados.

Tabela 05 - Idade dos filhos dos entrevistados

Idade dos filhos	Número de respostas	Percentual
1 a 3 anos	34	27,4%
4 a 6 anos	46	37,1%
7 a 9 anos.	28	22,6%
10 a 12 anos	16	12,9%
Total	124	100%

Fonte: Pesquisa do autor (2020)

Identifica-se no gráfico 05 que 27,4% dos filhos dos entrevistados possuem idade de 1 a 3 anos, e 37,1% apresentam idade de 4 a 6 anos, tendo em vista que 22,6% possuem 7 a 9 anos, e apenas 12,3% possuem 10 a 12. A partir de tais dados, percebe-se que a maioria dos pais tem filhos com 4 a 6 anos de idade, há também um equilíbrio significativo entre crianças de 1 a 3 e 7 a 9 anos, sendo assim tornam-se os grupos dominantes da pesquisa.

4.1.6 Você deixa seu filho (a) decidir quais coisas ela/ ele deve ou não comprar?

O presente questionamento buscou aferir o nível do poder de decisão da criança no momento da compra.

Tabela 06 - Os filhos decidem o que devem ou não comprar?

O filho (a) decide as coisas que deve ou não comprar	Número de respostas	Percentual
Sim	36	29%
Não	88	71%
Total	124	100%

Fonte: Pesquisa do autor (2020)

Os dados auferidos revelam que um percentual de 29% dos entrevistados deixa seus filhos decidir, já 71% informaram que não. Percebe-se que a maioria dos pais submetidos a essa pesquisa informou não permitir que os filhos decidam sozinhos o que deve ser comprado, está ausência de autonomia pode ser justificada no fato de que na maioria das vezes as crianças não possuem discernimento para avaliar questões como qualidade e custo benefício.

4.1.7 Local em qual a criança exerce maior influência

Com essa pergunta buscou-se descobrir quais tipos de estabelecimento praticam maior influência sobre os desejos de compra das crianças

Tabela 07 - Local em qual a criança exerce maior influência

Local em qual a criança exerce maior influência	Número de respostas	Percentual
Supermercado	53	42,7%
Lojas de roupas/ calçados	26	21%
Lojas de brinquedo	45	36,3%
Total	124	100%

Fonte: Pesquisa do autor (2020)

A tabela 07 revela que 42,7% dos entrevistados afirmam ser mais influenciado em supermercados, já 36,3% alega ser em Lojas de brinquedos, e 21,3% diz ser em lojas de roupas e calçados. Constata-se então que os filhos conseguem persuadir os pais mais fáceis em supermercados.

4.1.8 Quando seu filho pede algo você compra?

A pergunta 08 busca entender o tratamento dos pais ou responsáveis em face aos pedidos de aquisição que partem das crianças.

Tabela 08 - Quando seu filho pede algo você compra?

Quando seu filho pede algo você compra?	Número de respostas	Percentual
Sim	74	60,7%
Não	48	39,3%
Total	124	100%

Fonte: Pesquisa do autor (2020)

Observa-se que os pais ao serem questionado sobre comprar o que o filho pede 60,7% responderam que sim, e apenas 39,3% confirmaram não comprar. Os dados obtidos levam ao entendimento de que quando a criança consulta os pais, em relação à compra de seu objeto de desejo a resposta dos adultos tende a ser favorável, provavelmente nesse contexto há negociação e orientação dos pais para a criança em relação a fatores que devem ser observados no ato da compra.

4.1.9 Qual o grau de influência da criança na compra da família

Para entendimento dos objetivos, fez-se necessário questionar os pais sobre a influência dos filhos em relação às compras.

Tabela 09 - Grau de influência da criança na compra da família

Grau de influência da criança.	Número de respostas	Percentual
Grande influência	14	11,3%
Média influência	36	29%
Baixa influência	58	46,8%
Nenhuma influência.	16	12,9%
Total	124	100%

Fonte: Pesquisa do autor (2020)

A tabela 09 revela que 11,3% dos respondentes são grandemente influenciados, 29% dizem que os filhos possuem uma média influência, já 46,8% informou que os filhos exercem uma baixa influência, e 12,9% relata que os pequenos não possuem nenhuma influência sobre ele. Os dados obtidos revelam que em sua maioria os pais são minimamente influenciados pelas crianças no ato da compra.

4.1.10 A opinião do filho deve ser incluída nas compras da família

A pergunta 10 objetivas identificar a relevância da opinião das crianças em relação às compras.

Tabela 10 - A opinião do filho deve ser incluída nas compras.

A opinião do filho deve ser incluída nas compras	Número de respostas	Percentual
Sim	88	71%
Não	36	29%
Total	124	100%

Fonte: Pesquisa do autor (2020)

Com relação a opinião dos pais 71% assume deixar o filho opinar nas compras da família, já 29% diz não deixar. Com base nos resultados percebeu-se que as maiores partes dos pais são receptivas a opinião dos filhos em respeito às compras, todavia tal fato não produz relação com a efetivação da compra baseada puramente na opinião da criança.

4.1.11 Qual meio de comunicação exerce maior Influência no desejo de compra das crianças?

A pergunta 11 busca descobrir quais os canais de propaganda despertam o desejo de compra nas crianças

Tabela 11 - Qual meio de comunicação exerce maior Influência no desejo de compra.

Meio de comunicação exerce maior Influência	Número de respostas	Percentual
Propagandas de Televisão	24	19,4%
Propagandas de outdoor, rádios, Internet e outros meios.	30	24,2%
Produtos em prateleiras que estejam ao seu alcance	21	16,9%
Produtos de relacionados a ídolos e personagem	38	29%
Nenhuma	13	10,5
Total	124	100%

Fonte: Pesquisa do autor (2020)

Nota-se que 19,4% dos interrogados afirmam que os filhos são convencidos pelas propagandas de televisão, 24,2% confirma ser por propagandas de outdoor rádios internet etc. 21% admite ser por meio de produtos em prateleira que os filhos consigam alcançar, 29% reconhece serem produtos relacionados a ídolos e personagens, e apenas 10,5 alegam não ser em nenhum local. Percebe-se que a um equilíbrio entre as resposta, porém a uma dominância de produtos relacionados a ídolos e personagens.

5. Considerações Finais

É notório que na busca pelo aumento de vendas através de meios que envolvem o marketing, desde o seu planejamento até as ações em pontos de vendas, as organizações passam a utilizar de ferramentas que possibilitem a decisão de compras por meio de sinais ou símbolos que são representados de várias formas que alimenta o pensamento lúdico das crianças, tais expressões são percebidas pelos pais ou membros da família que vão às compras com as crianças.

Nas relações comerciais onde há envolvimento de pais e filhos, a pesquisa permite identificar que a criança tem capacidade de exercer influência sobre seus responsáveis. No que compete ao marketing nesse contexto, verifica-se que há exploração do despertar do interesse, através da associação do produto a personalidade e personagens de desenhos e jogos.

Por fim, conclui-se que dentre a amostragem da pesquisa, muito embora os pais estejam sobre constante influência das práticas de marketing através de seus filhos, estes revelaram não conceder total autonomia para as crianças no ato da compra, o que possivelmente se justifica por fatores como escolhas conjuntas dos produtos a ser adquirido, ensinando a criança a levar em conta questões como qualidade, custo benefício e a real necessidade da compra.

REFERÊNCIAS

Adolpho, Conrado, **Os 8 Ps do marketing digital**, Novatec Editora Ltda, São Paulo, 2011.

D'ANGELO, A. A **ética no marketing**. In: **RAC – Revista de Administração Contemporânea**, Vol. 7, out/dez, 2003

Gonçalves, Tamara Amoroso, **Publicidade de alimentos a crianças**, Saraiva, São Paulo, 2013.

GIL, A. C. **Como elaborar projeto de pesquisa**, 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social** –. Ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

KOTLER, Philip, **Marketing essencial: conceitos, estratégias e casos**, Pearson, São Paulo, 2005.

KOTLER, Philip, KARTAJAYA, Hermawan; SETIAWAN, Iwan. **Marketing 3.0: As forças que estão definindo o novo marketing centrado no ser humano**, Elsevier Editora Ltda., p. 18, Rio de Janeiro, 2010.

MOREIRA, J. M. **Ética Empresarial no Brasil**. 1ª Ed. São Paulo, Pioneira, 2000.

PASQUALOTTO, Adalberto; ALVAREZ, Ana Maria Blanco Montie. **Publicidade e proteção da infância**, Porto Alegre, Livraria do Advogado, 2014.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

A INFLUÊNCIA DA MOTIVAÇÃO DO COLABORADOR NA DECISÃO DE COMPRA DO CLIENTE

Marina Plácido Scopel¹

Eric Vinicius Lucion²

Resumo: A qualidade do atendimento prestado pelo colaborador, está diretamente ligada a sua motivação, uma vez que um colaborador motivado trabalha mais e melhor, busca aprimorar o desempenho e a qualidade do seu trabalho, ocasionando vantagens para a empresa no exercício de suas funções (COSTA *et al*, 2015). Tendo em vista esta perspectiva, este artigo teve como objetivo entender qual a importância dada ao atendimento recebido na seleção de compra em postos de combustíveis, e como a motivação no trabalho impactam os colaboradores desta modalidade de negócios; este trabalho possui caráter exploratório, sendo ele um estudo de caso quantitativo realizado por meio de dois surveys aplicados com os diferentes públicos, onde foi analisada média ponderada, moda e mediana das variáveis pesquisadas, além de análises simples. A pesquisa apontou como resultado que a qualidade do atendimento é o fator mais relevante dentre os pesquisados para a escolha de um posto de combustíveis, assim como existe grande probabilidade de substituição de compra caso ocorra mal atendimento. Identificou-se também elevada satisfação dos colaboradores da empresa estudada, o que pode resultar em maior qualidade de atendimento. Como recomendação a trabalhos futuros, recomenda-se a análise da própria carteira de clientes da empresa investigada, algo que se apresentou como limitação de ocorrência deste estudo.

Palavras-chave: Atendimento. Motivação. Tomada de decisão.

1. Introdução

De acordo com Wagner *et al* (2014), por muitos anos, na história da Administração, a satisfação e bem-estar do funcionário não foram considerados algo importante ou relevante, sendo considerados máquinas geradoras de custo e lucro. Esta realidade deu lugar ao entendimento dos processos sociais e comportamentais do indivíduo, e nesta perspectiva, estudos sobre a motivação do colaborador e seu impacto na produção, passaram a ser amplamente discutidos.

Algumas teorias base apontam para a existência de fatores variados que estimulam o indivíduo ao trabalho, assim como fatores que o desestimulam (CARAVANTES, 2000). Diante destas sabe-se que um funcionário motivado se sente mais confortável em seu ambiente de trabalho e mais propenso a apresentar um bom desempenho quando estimulado adequadamente pela organização.

Segundo Blackwell, Miniard e Engel (2005), um colaborador insatisfeito e desmotivado atenderá ao público de maneira inadequada, podendo levar o mesmo a desistir da compra e desconsiderar a empresa de opções de compras futuras. A

¹ Acadêmico do Curso de Administração da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL.

² Mestre em Administração pela UNIOESTE.

motivação está então diretamente ligada à qualidade do atendimento do colaborador, na forma como ele executa suas atividades, ocasionando vantagens para a empresa no exercício de suas funções (COSTA *et al*, 2015).

Nesta perspectiva, segundo Vavra (1993), os pontos de contato entre empresa e cliente serão fundamentais para o desenvolvimento de uma comunicação assertiva que transmita a qualidade e o valor da empresa. Portanto, é por meio de cada contato realizado que o cliente constrói a imagem da marca e orienta suas decisões.

Tendo em vista esse contexto, o trabalho se desenvolve buscando atender o seguinte problema de pesquisa: Qual a importância dada ao atendimento recebido, na seleção de compra em postos de combustíveis, e como a motivação no trabalho impactam os colaboradores desta modalidade de negócios.

Como um desdobramento a este problema, o objetivo que orientou a realização deste artigo foi verificar a motivação dos colaboradores de um posto de combustível, e o impacto da qualidade do atendimento na decisão de compra do cliente de postos de combustíveis. A introdução é a parte inicial do artigo, onde se expõe a delimitação do assunto que será abordado, os objetivos da pesquisa e demais fatores necessários para situar o artigo.

2. Desenvolvimento

2.1 Motivação

Segundo Maximiano (2000, p. 347), motivação é o processo pelo qual o esforço ou ação que leva ao desempenho profissional de uma pessoa é impulsionado por certos motivos. Toda ação orientada para algum tipo de desempenho sempre é motivada, sendo assim ela pode produzir um desempenho negativo ou positivo.

Por isso, para um melhor desenvolvimento das organizações, é preciso que os gestores preocupem-se com as condições de trabalho que oferecem aos seus funcionários, visando proporcionar fatores que contribuam positivamente nas condições e qualidade de vida dos mesmos (BORTOLOZO; SANTANA, 2011 apud CARVALHO *et al*, 2013), uma vez que estes, quando motivados, apresentam maior disposição para desempenhar suas atividades laborais (CHIAVENATO, 1999). Nesta perspectiva conhecer a dinâmica de motivação no trabalho de seus colaboradores é de fundamental importância para a organização, pois oferece a oportunidade da intervenção objetivando

processo de gestão de pessoal visando compatibilizar a produtividade dos talentos aos objetivos organizacionais. (JUNIOR; OLIVEIRA, 2009).

Silva (2007), reforça que se as forças atuantes na motivação forem bloqueadas antes do alcance da meta desejada, duas alternativas são possíveis: ocorre um comportamento construtivo ou uma frustração. O comportamento construtivo é uma reação positiva a esse bloqueio, que pode tomar duas formas principais: a solução do problema ou a reestruturação. Já a frustração é uma resposta negativa ao bloqueio e resulta em uma forma agressiva de comportamento.

Quadro 1 – Teorias da Motivação

(continua)

Teoria	Conceito	Autores
Hierarquia das necessidades de Maslow	As necessidades do indivíduo estão dispostas em nível hierárquico, propondo a ideia de que com a satisfação do fator de um nível, imediatamente passamos a no motivar pelo seguinte. A teoria compreende cinco categorias de motivadores, a saber: Fatores fisiológicos, de segurança, sociais, reconhecimento e autorrealização.	Chiavenato (2014) Silva (2007) Schermann (2018) Wagner <i>et al</i> (2014)
Teoria X e Y de McGregor	Existem dois tipos de colaboradores, o X que representa aqueles com aversão ao trabalho, e o Y, aqueles que entendem o trabalho como fator positivo. A teoria propõe a identificação destes indivíduos e a tratativa diferenciada de fatores que os motivam.	Chambel, Curral (2008); Galhanas (2009) Ribeiro <i>et al.</i> (2018); Santos (2010);

Quadro 1 – Teorias da Motivação

(conclusão)

Teoria	Conceito	Autores
Teoria dos dois fatores de Herzberg	A teoria aborda o indivíduo como naturalmente motivado ao trabalho, e que o indivíduo se desmotiva na ausência de fatores higiênicos (fator 1), que podem ser compreendidos no sistema de estrutural-normativo oferecido pela empresa. Já o segundo grupo relaciona os fatores motivadores, os quais em sua ausência não causam desmotivação, mas na sua ocorrência motivam o colaborador, estando relacionado a fatores internos (intrínsecos) ao indivíduo.	Chiavenato (2014); Herzberg (1997); Junior, Oliveira (2009);

Fonte: adaptado de Chambel (2008), Curral (2008), Chiavenato (2014), Galhanas, Herzberg, Junior, Oliveira, Ribeiro *et al.*, Santos, Schermann, Silva, Wagner *et al.*

Um colaborador que possui um local de trabalho adequado, com salário compatível e condições de se desenvolver na empresa, tende a apresentar um bom desempenho frente a seu negócio, impactando diretamente no resultado da organização no mercado.

2.2 Comportamento Do Consumidor

Solomon (2016), explica que o campo de comportamento do consumidor abrange uma extensa área: é o estudo dos processos envolvidos quando indivíduos ou grupos selecionam, compram, usam ou descartam produtos, serviços, ideias ou experiências para satisfazerem necessidades e desejos.

De acordo com Oliveira *et al* (2019), para entender a atividade de compra dos consumidores se faz necessário identificar e compreender quais são os fatores que estimulam seu comportamento de compra, pois estes podem gerar uma atitude positiva ou negativa em relação aos produtos ou a uma organização.

O comportamento do consumidor pode ser visto como um processo decisório. Embora a decisão de compra pareça desorganizada e casuística, precisamos percebê-la como um processo lógico e estruturado de decisão em que a demanda exerce um papel preponderante no comportamento do consumidor (SAMARA, MORSCH; 2005).

Foggetti (2015), apresenta um modelo com seis estágios para a tomada de decisão do consumidor. O autor nomeia a primeira etapa como reconhecimento da necessidade, sendo descritos três tipos de necessidades, a de reposição, onde sente-se falta de itens comprados regularmente, a funcional que ocorre quando há a necessidade de itens que alteram o padrão de vida, e a emocional que é a mais complexa, pois envolve a percepção de adquirir algo para satisfazer suas necessidades emocionais.

Samara e Morsch (2005), descrevem a segunda etapa como busca de informação e envolvimento, que é onde o consumidor, começa a reunir as informações sobre o produto, em situações onde há alto envolvimento a busca é mais intensa e em situações de baixo envolvimento essa busca pode ser rápida ou inexistente.

A terceira etapa é descrita por Foggetti (2015), como aquela onde o consumidor avalia as alternativas existentes para o produto, como características funcionais, satisfação emocional a ser obtida e benefícios que podem resultar da compra.

Segundo Foggetti (2015), as características funcionais do produto são onde o consumidor avalia os fatores como preço, desempenho, características exclusivas e garantias oferecida com o produto. Samara e Morsch (2005), sugerem que, muitas vezes, a busca de informações pode sugerir ao consumidor uma escolha de produto nitidamente superior, porém em muitos casos vários produtos podem parecer adequados e é neste momento que ocorre a avaliação das alternativas disponíveis.

Segundo Foggetti (2015), a quarta etapa é conhecida como avaliação das alternativas de compras, é nela que o indivíduo decide onde o produto será adquirido, o valor aquisitivo do produto pode definir onde ele vai ser comprado. Para Blackwell *et al* (2008), esta etapa corresponde a uma seleção prévia de qual a empresa, marca ou produto será escolhido para satisfazer a necessidade identificada no primeiro estágio e é de extrema importância para as empresas, já que essas concorrem em um segmento de mercado e também precisam estar categorizadas pelo cliente como uma das alternativas.

A quinta etapa é a decisão de compra, Foggetti (2015), a descreve como uma etapa que pode envolver grande complexidade, mesmo parecendo simples; a decisão de compra ocorre após todas as etapas anteriores já terem sido concluídas, e é nela que pode ocorrer a decisão mais temida pelos vendedores, a desistência.

Segundo Blackwell *et al* (2005), existem alguns fatores que podem interferir na decisão de compra do consumidor, sendo eles: a localização, a variedade dos produtos oferecidos, a propaganda, o preço, equipe de vendas e a clientela. A avaliação pós-consumo é a medição final feita pelo consumidor sobre como foi sua experiência com o produto/empresa. Ou seja, é neste estágio, após ter consumido o produto, que será consolidada a opinião final do consumidor sobre seu nível de satisfação com a compra (BLACKWELL *et al*, 2005). Para Blackwell (2005), a empresa precisa ter resultado positivo entre a expectativa criada e o valor recebido pelo cliente pois isso irá corresponder a satisfação.

3. Metodologia

Este trabalho possui caráter exploratório, pois serão buscadas as opiniões dos clientes sobre percepção geral da empresa, assim como dos colaboradores no tocante a seu nível de satisfação e motivação no trabalho. Segundo Figueiredo (2008), pesquisas exploratórias geralmente proporcionam maior familiaridade com o problema, ou seja, tem o intuito de torná-lo mais explicativo.

A pesquisa se classificará como estudo de caso quantitativo. Estudo de caso, pois, será analisada a realidade de uma única empresa e, de acordo com Figueiredo (2008), este tipo de pesquisa tem como objetivo aprofundar a descrição de determinada realidade, o que possibilita que os objetivos atingidos permitam a formulação de hipóteses para o encaminhamento de outras pesquisas, mas não a generalização dos resultados.

A natureza quantitativa emerge da proposta de investigação sobre a satisfação do consumidor e colaboradores onde serão realizadas análises estatísticas sobre os dados coletados. Segundo Pádua (2018), a pesquisa quantitativa tem por objetivo buscar regularidades, padrões, relações constantes na realidade estudada por meio da experimentação, visando o desenvolvimento de teorias explicativas e a possibilidade de previsões a partir dos dados encontrados.

Para a coleta de dados dois questionários foram aplicados, um com 13 colaboradores da organização identificando seu nível de motivação, sua satisfação com a empresa. Outro questionário foi aplicado ao público que possui algum tipo de veículo, visando entender se o atendimento é um fator representativo para a escolha do posto de combustíveis o qual compra. A amostra foi coletada por acessibilidade, onde o questionário elaborado na ferramenta Google.docs foi disparado via WhatsApp e publicado em grupos de pesquisa em mídias sociais.

Após a coleta dos dados os mesmos foram tabulados e analisados por meio da estatística descritiva, observando média ponderada, moda e mediana como medidas de posição para descrever o comportamento dos dados.

4. Resultados

A pesquisa alcançou um total de 489 respostas, contudo, como fator limitador, a primeira pergunta do questionário buscava selecionar apenas respondentes que possuíam algum tipo de veículo, entendendo que estes teriam maior afinidade com o tema tratado nesta pesquisa. Desta forma 184 respondentes foram direcionados diretamente ao fim do questionário por não possuírem algum veículo.

A partir do perfil dos 305 respondentes restantes se pode extrair os seguintes dados: 243 (79,7%) eram mulheres e 62 (20,3%) eram homens. Destes 77 (25,2%) têm entre 18 a 22 anos, 67 (22%) com idade entre 23 a 27 anos, 41 (13,4%) respondentes estão na faixa de 28 a 32 anos, 36 (11,8%) de 33 a 37 anos, 27 (8,9%) possuem de 38 a 42 anos e 57 (18,7%) possuem mais de 42 anos.

Com relação à renda, observa-se que 47 respondentes (15,4%) informaram possuir até R\$1.045,00 de renda, 97 (31,8%) possuem entre R\$1.046,00 e R\$2.090,00, se caracterizando como grupo dominante, 53 (17,4%) de 2.091,00 a 3.135,00, 40 (13,1%) de 3.036,00 a 4.180,00 e 68 (22,3%) informaram possuir mais de R\$ 4.180,00 de renda.

Com relação a quantidade de veículos, 209 (68,5%) respondentes informaram

possuir apenas um veículo, 79 (25,9%) possuírem 2 veículos, 13 (4,3%) informaram possuir 3 veículos, 1 (0,3%) possui 4 veículos e 3 (1%) informaram possuir 5 ou mais veículos.

Na tabela 2 verifica-se a preferência do respondente em abastecer em um único posto ou não ter uma opção fixa de local.

Quadro 2 - Você costuma abastecer em um posto de sua preferência ou vários?		
Opção	Respondentes	Porcentagem
Possuo preferência	220	72,1%
Não possuo Preferência	85	27,9%

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

É possível observar que 220 (72,1%) dos respondentes optam por um posto de combustíveis de sua preferência e apenas 85 (27,9%) não tem uma preferência por local de abastecimento. Portanto, grande maioria dos respondentes opta por um posto de combustíveis de sua preferência.

Na tabela 3, os dados coletados de acordo com a característica do consumidor, foram analisados perante média ponderada, moda e mediana. Podemos perceber os resultados logo abaixo.

Quadro 3 – Relação entre média, moda e mediana dos resultados			
PERGUNTA	MÉDIA	MODA	(continua)
			MEDIANA
Qual a importância do preço do combustível para a escolha de um posto para abastecer?	8,19	10	9
Sobre a importância da proximidade de seu trabalho ou casa	7,84	10	8
Sobre a importância do atendimento dos colaboradores	8,73	10	9
Sobre a importância de programas de fidelização	6,81	10	7
Qual sua avaliação de acordo com o atendimento oferecido pelos colaboradores da empresa?	3,86	Muito satisfeito	4
Qual seu nível de satisfação com relação ao serviço prestado pelo posto que abastece?	3,92	Muito satisfeito	4
Você substituiria o posto que tradicionalmente abastece, se fosse mal atendido?	1,60	Sim	1

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Podemos perceber na primeira questão o agrupamento de respostas nos maiores graus, sendo a média ponderada 8,19, a moda nota 10 e a mediana na avaliação 9. Em

termos de respondentes, na nota oito houveram 58 respostas, na nove 48 e na dez 114, totalizando 220 respostas (72,13%), indicando que o fator preço é de grande relevância na escolha.

Na segunda questão que trata do fator de proximidade da moradia ou trabalho do respondente como importância de escolha, podemos perceber também um grande agrupamento nas maiores notas, sendo a média 7,8; a moda 10 e a mediana 8, neste ponto entre as notas oito e dez houve 208 respostas (68,2%).

Já sobre a pergunta que buscava identificar a importância do atendimento, encontrou-se maior representatividade aos clientes, onde a média foi 8,73, a moda 10 (144 respostas) e a mediana 9, totalizando 246 respondentes entre as três maiores notas (80,66%).

Na questão sobre programas de fidelização podemos perceber uma média de 6,81, uma moda 10 e uma mediana 7, demonstrando menor importância que os itens anteriores. No agrupamento das três maiores notas temos 145 respondentes, que equivalem a 47,6% da amostra.

Nas perguntas seguintes outra métrica de resposta foi utilizada, indo do muito insatisfeito (1) ao muito satisfeito (5). Na avaliação do nível de satisfação com o atendimento recebido pelo atual posto de combustíveis e também na pergunta sobre a satisfação com os serviços prestados pelo posto, encontramos uma elevada satisfação, onde a média ponderada resultou em 3,86 sobre o primeiro fator e 3,92 sobre o segundo. Em ambos a moda “muito satisfeito” e a mediana encontrou-se na categoria 4.

A última questão do questionário com o cliente buscou identificar se os mesmos substituiriam o posto em que abastecem se fossem mal atendidos, aonde das 305 respostas, 206 foram afirmativas (67,5%), e apenas 16 respondentes (5,2%) indicaram que não substituiriam. Outros 83 afirmaram que talvez o fariam.

Na pesquisa feita com os colaboradores da instituição, onde o foco foi entender sua motivação, foram encontrados resultados positivos, tal como segue em análise. Na pergunta referente a satisfação de trabalhar na empresa, houveram 3 (23%) respostas no nível 8, 2 (15%) no nível 9 e 8 (62%) no nível 10.

Na segunda pergunta, relacionada a satisfação com o salário, obteve-se uma (8%) resposta no nível 6, duas (15%) no nível 7, uma (8%) no nível 8 e nove (69%) no nível 10. A terceira pergunta buscou identificar a satisfação na relação entre colegas, aonde as seguintes respostas foram dadas: 2 (15%) no nível 8, 1 (8%) no nível 9 e 10 (77%) no

nível 10, sendo este último o predominante.

A quarta pergunta referia-se às oportunidades que o trabalho oferecia para que o funcionário realize seus desejos, neste obteve-se 1 (8%) no nível 5, 4 (31%) no nível 7, 3 (23%) no nível 9 e 5 (46%) no nível 10. A quinta pergunta referia-se à realização do funcionário quanto a sua vida profissional, obteve-se então 2 (15%) no nível 7, 1 (8%) no nível 8, 4 (31%) no nível 9 e 6 (46%) respondentes informaram nível 10 como sua resposta.

A sexta pergunta identificou a satisfação quanto ao trabalho, dois respondentes (15%) atribuíram nota 7, 4 (31%) nota 9 e 7 (54%) nota 10. Na sétima pergunta, referente a satisfação sobre os equipamentos oferecidos pela empresa, nesta obteve-se, respectivamente, 1 (8%) respondente em cada um dos valores 6, 7, 8 e 9, e nove respondentes (69%) no nível 10. A oitava, e última, pergunta questionava a motivação do trabalhador, obteve-se 1 (8%) no nível 7, 3 (23%) no nível 8, 6 (46%) no nível 9 e 3 (23%) no nível 10.

5. Considerações Finais

Identificar os fatores que impactam na decisão de compra realizada pelo cliente, é algo fundamental para a organização melhor estruturar seus processos a fim de obter vantagem sobre este aspecto (BLACKWELL; MINIARD, ENGEL, 2008).

Este artigo desdobrou-se no intuito de responder ao objetivo de pesquisa, o qual tratava de analisar qual a relevância do fator atendimento para o processo de seleção de compra de postos de combustíveis, assim como avaliar a satisfação dos colaboradores nele presentes, entendendo que a motivação pode induzir a melhores desempenhos neste contato.

O artigo atende a seu objetivo a partir de questionário aplicado a 305 indivíduos que possuem algum tipo de veículo, assim como outro aplicado a 13 colaboradores da organização estudada, optamos por limitar a uma pequena quantidade amostral, podendo ampliar o escopo desta futuramente. Identificando como resultados que o fator qualidade de atendimento é representativo como ponto de escolha, sendo ainda um fator que pode levar a substituição da empresa tradicionalmente escolhida, caso não ocorra de maneira satisfatória.

Identificou-se ainda que os colaboradores da empresa estudada apresentam elevado grau de satisfação e motivação em todas as categorias mensuradas, tendo em

vista que as mesas abordam critérios das teorias de motivação propostas por Maslow, Herzberg e McGregor. Um ponto de atenção observado, aonde o desempenho foi inferior aos demais critérios é relacionado ao salário oferecido, sendo tanto um fator de segurança como de higiene.

REFERÊNCIAS

BLACKWELL, R. D.; MINIARD, P. W.; ENGEL, J. F. **Comportamento do consumidor**. 9. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2008.

CARVALHO, Jéssica Faria de *et al.* Qualidade de Vida no Trabalho e fatores motivacionais dos colaboradores nas organizações. **Educação em Foco**, n. 7, Set. 2013.

CARAVANTES, Geraldo. **Teoria Geral da Administração**. Porto Alegre: AGE Ltda, 2000.

CHAMBEL, Maria José; CURRAL, Luís Alberto. **Psicologia organizacional**: Da estrutura à cultura, Lisboa: Livros Horizonte, 2008.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas**: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. RIO DE JANEIRO: CAMPUS, 1999.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração nos novos tempos**: os novos horizontes em administração. Barueri: Manole, 2014.

CHIAVENATO, Idalberto. **Comportamento Organizacional**: a dinâmica do sucesso das organizações. Barueri: Manole, 2014.

COSTA, Ariana de Sousa Carvalho *et al.* Qualidade do atendimento ao cliente: um grande diferencial competitivo para as organizações. **Revista de Iniciação Científica–RIC Cairu**, v. 2, n. 2, Jun. 2015.

FIGUEIREDO, Nêbia Maria Almeida de. **Método e metodologia na pesquisa científicam**. 3. ed. São Paulo: Yendis Editora, 2008.

FOGGETTI, Cristiano. **Comportamento do consumidor e pesquisa de mercado**. São Paulo: Pearson Education Brasil, 2019.

HERZBERG, Frederick. **Mais uma vez**: Como motivar seus funcionários. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

JUNIOR, Paulo Elias Bedran; OLIVEIRA, Jorge Luiz Coimbra de. **Motivação no Trabalho**: avaliação do ambiente organizacional. In: Congresso Nacional de Excelência em Gestão. 5 ed. 2009. Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro, 2009.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Introdução à Administração**. 5 ed. São Paulo: Atlas S.A, 2000.

OLIVEIRA, Paulo Sergio Gonçalves de; FERREIRA, Luciano *et al.* Fatores que influenciam o comportamento do consumidor em lojas virtuais. **Revista de Administração da UNIMEP**, v. 17, n. 1. Jan – Abr, 2019.

RIBEIRO, Marco Ferreira; PASSOS, Clotilde; PEREIRA, Paulo. Motivação organizacional: fatores precursores da motivação do colaborador. **Gestão e Desenvolvimento**, v. 26, p. 105-131, Jul. 2018.

SANTOS, Glaucia Fernanda; ASSUNÇÃO, Juliana Janaina de Oliveira. Estilos de liderança: enfoque na teoria e teoria y de Douglas McGregor. **Revista Científica do Unisaesiano**, v 1, n 2, Jul/Dez. 2010.

SAMARA, Beatriz Santos; MORSCH, Marco Aurélio. **Comportamento do Consumidor: conceitos e casos**. São Paulo: Prentice Hall, 2005.

SCHERMANN, Daniela. Pirâmide de Maslow: o que é e por que você precisa conhecê-la. **Opinionbox**, 2018. Disponível em: < <https://blog.opinionbox.com/piramide-de-maslow/> >. Acesso em: 24 de Abr. de 2020.

SILVA, Reinaldo O. **Teorias da Administração**. 1 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

SILVA, Walmir Rufino da; RODRIGUES, Claudia Medianeira Cruz. **Motivação nas Organizações**. São Paulo: Atlas, 2007.

VAVRA, T. G. **Marketing de relacionamento: after marketing**. São Paulo: Atlas, 1993.

WAGNER, Carolina; VIAPIANA Larissa; BARBOZA, Marina Monfort. **Motivação e satisfação no trabalho: em busca do bem-estar de indivíduos e organizações**. Curitiba: InterSaberes, 2014.

A INTELIGÊNCIA EMOCIONAL NA PRÁTICA DA LIDERANÇA DE EQUIPES

Mariane Meurer¹
Andrea Maria Girotto²

Resumo: Buscando analisar como as lideranças tem utilizado a Inteligência Emocional na Prática da gestão de suas equipes, o trabalho descreveu o conceito de inteligência emocional; papel da liderança e a importância do uso inteligente e adequado das emoções no contexto organizacional, para a geração de resultados positivos da equipe e como ela pode influenciar para o alcance do sucesso no âmbito profissional da empresa. Apresentou-se como problema de pesquisa se as lideranças tem utilizado a Inteligência Emocional como prática na gestão das equipes? Para tanto, procedeu-se à coleta de dados através de levantamento bibliográfico e aplicação de questionário com alunos do curso de Administração da UNIVEL. Quanto à forma de abordagem, a pesquisa fez o uso do método quantitativo, realizando levantamento de dados para, após, expondo uma análise crítica acerca do tema e os resultados obtidos. É dessa forma que o presente trabalho apurou que a administração correta das emoções do líder, passando a ter desenvolvido as competências emocionais, acaba se tornando uma pessoa capaz de influenciar as pessoas ao seu redor, administrando as emoções de sua equipe e, conseqüentemente, proporcionando um ambiente saudável para desenvolver o potencial produtivo dos liderados para o sucesso da organização.

Palavras-chave: Inteligência Emocional 1. Liderança 2. Emoções 3. Ambiente de Trabalho 4.

1. Introdução

Diante do mercado de trabalho cada vez mais competitivo e exigente nos dias de hoje, as organizações acabam não escolhendo apenas colaboradores que possuam experiência profissional, cursos, graduação e outras qualificações, mas também estão em busca do profissional que tenha o autocontrole emocional, que saiba trabalhar em equipe e relacionar-se com demais colaboradores, administrando pontos fortes e fracos com o devido equilíbrio (CHIAVENATO, 2005).

As organizações observando esse quadro e diante das metas já estabelecidas priorizando a produtividade e uma boa harmonia no ambiente organizacional, acabam focando toda a estrutura emocional em seu líder, razão pela qual torna-se necessário que este líder aperfeiçoe sua inteligência emocional, saindo na frente como exemplo (GOLEMAN, 1995).

Tendo em vista esta necessidade de mercado nos dias atuais, o tema dessa pesquisa definiu-se como Inteligência Emocional aplicada na liderança de equipes nas

¹ Acadêmica do Curso de Administração – Centro Universitário UNIVEL

² Orientadora: Professora Especialista do Curso de Administração – Centro Universitário UNIVEL.

organizações, e a pergunta que foi respondida é: As lideranças tem utilizado a Inteligência Emocional como prática na gestão das equipes?

Desta forma, o objetivo geral desta pesquisa que foi realizada com alunos do curso de Administração do Centro Universitário Univel, foi analisar como as lideranças tem utilizado a Inteligência Emocional na prática da gestão de suas equipes. Para tanto, os objetivos específicos foram: identificar o perfil dos acadêmicos respondentes da pesquisa; analisar a inter-relação da inteligência emocional no papel do líder e na prática com a equipe; e apresentar a importância da inteligência emocional no exercício da liderança de equipes nas organizações.

Assim, correto seria toda organização aplicar a Inteligência Emocional em todos colaboradores que compõe a equipe, todavia, devido ao alto valor no investimento e o grande decurso de tempo para treinamento diante das particularidades de cada colaborador, as organizações acabam desistindo em disseminar para toda equipe, restando, no mínimo, indispensável que a liderança da equipe tenha este estudo em prática, pois fazendo a administração correta das emoções dentro do ambiente de trabalho, surtirá os mesmos efeitos positivos para a empresa, já que ele passa a controlar as emoções do ambiente laboral.

2. Desenvolvimento

2.1 Ambiente de Trabalho e a Gestão das Emoções

Embora a cultura empresarial pelo longo tempo era o capital financeiro, Chiavenato (2005) demonstra que nos dias de hoje o sucesso de uma empresa está na sua estrutura organizacional e principalmente no capital humano.

Desta forma, as competências da gestão de pessoas busca amenizar qualquer conflito dentro da equipe, sendo o papel da liderança fundamental para o desempenho produtivo desta organização, eis que diz respeito ao aspecto questionador dos processos de conflito, como forma de estímulo aos seus subordinados para incrementar seus conhecimentos e habilidades, bem como contribuir para processos inovadores para cada situação, tudo em prol da harmonia do ambiente (CHIAVENATO, 2005; GOLEMAN, 2007).

2.2 A Importância da Liderança no Gerenciamento de Emoções

Embora a função do líder é obter resultados, Chiavenato (2005) explica que a missão do líder não se baseia somente nisso, pois para isso precisa ter a capacidade de mobilizar os outros a concretizar uma visão, uma meta ou uma tarefa. No entanto, para conquistar tal feito, é imperativo que ele saiba liderar, tratando-se de medida primordial para o sucesso em todos os processos organizacionais, buscando sempre a maior eficiência e eficácia no seu trabalho.

Buscando demonstrar a necessidade de empatia para o líder diante de suas funções, Goleman (2012) explica que a liderança emocionalmente inteligente deve usar sua inteligência emocional em situações de grupo, possui a responsabilidade de escutar os sentimentos que estão realmente sendo expressos, deve incentivar as informações de auto revelação, a positividade, praticar resolução de problemas, e saber dar o feedback quando conveniente, de forma assertiva. O conceito de “liderar” nas palavras de Goleman (2012, p. 168) “não é dominar, mas, sim a arte de convencer as pessoas a trabalharem com vistas a um objetivo comum”.

Em negócios competitivos, a visão de liderança combinada com a ação cooperativa é a única forma de produzir resultados favoráveis. Dentro da organização, os colaboradores precisam de pessoas que os conduzam, empresas com grandes líderes só tendem a crescer cada vez mais (CATELLI, 2001).

2.3 Inteligência Emocional e sua Aplicação nas Lideranças

Lidar com as emoções de forma com que elas não venham a afetar negativamente os resultados em qualquer área da vida é o que a inteligência emocional ajuda o ser humano a fazer. “Inteligência emocional refere-se à capacidade de identificar nossos próprios sentimentos e os dos outros, de motivar a nós mesmos e de gerenciar bem as emoções dentro de nós e em nossos relacionamentos” (GOLEMAN, 2001, p. 337).

De acordo com Mayer e Salovey (1997) a inteligência emocional não é o oposto da inteligência, mas sim a intersecção entre ela e a emoção. Assim, ela seria uma habilidade cognitiva relacionada ao uso das emoções para ajudar na resolução de problemas.

Goleman (2007) acrescenta que o bom gerenciamento das emoções pode evitar conflitos e situações de desequilíbrio que causariam prejuízo aos envolvidos, ou seja, explica que as emoções têm o mesmo poder que o pensamento diante de situações, ações e decisões, muitas vezes até se sobressaem e quando as emoções se sobressaem,

não importa quão inteligente a pessoa seja, a sua inteligência é anulada diante do domínio exercido pelas emoções.

A inteligência emocional na condução das ações de liderança pode influenciar o desempenho organizacional e sua eficácia fundamenta-se em quatro componentes elencados por Goleman (2015):

1. Autoconsciência: que consiste em autoconsciência emocional, auto avaliação, autoconfiança; Desconhecer os sentimentos faz com que não tenhamos controle sobre eles, permitindo que nos dominem.
2. Autogestão: que consiste em autocontrole, confiança, estado consciente, adaptabilidade, orientação de proezas, iniciativa;
3. Empatia: que consiste em consciência social, consciência organizacional, orientação de serviço, ou seja, uma forma de comunicação interpessoal, não verbal que consiste em perceber as emoções das pessoas;
4. Habilidade Social: que consiste em liderança visionária, influência, desenvolvimento de pessoas, comunicação, mudança catalisadora, gestão de conflitos construção de laços, trabalho de equipe e colaboração.

Goleman (2015) afirma que é necessário primeiramente aprendermos a gerenciar nossas próprias emoções para depois lidar com a emoção dos que nos cercam. Pois a partir do momento que nos entendemos, posteriormente podemos entender e compreender o outro a nossa volta, apesar disto não ser fácil, é necessário para o sucesso em todas as áreas, inclusive profissionalmente, principalmente falando de um cargo de liderança.

No mesmo sentido é Fagundes (1999) que cita algumas competências comportamentais como: auto percepção, autocontrole, automotivação, empatia e práticas sociais, e isso é o que podemos chamar de Inteligência Emocional. Pois falando de lideranças, ou o administradores o uso da Inteligência Emocional, se torna extremamente importante para eles, pois os mesmos devem ter uma percepção e um controle maior de suas emoções para poderem gerir as emoções dos demais que estão sobre sua liderança.

Um bom líder tem que dispor da empatia, para entender os seus colaboradores, se colocar no lugar deles, e verificar o porquê de determinadas coisas como necessidades e dificuldades emocionais fazem com que o trabalho não flui como esperado, cabe ao líder ajudar esses colaboradores que se encontram com dificuldades de controlar e se adaptar

as reações diversas das emoções, para que assim possa gerir da melhor maneira os seus subordinados para o sucesso da organização.

Goleman (2015) explica que o verdadeiro diferencial para o alcance das metas organizacionais que é o ser humano. Reter pessoas com talentos é fundamental para o sucesso da organização, e para conseguir realizar tal feito, não basta um bom ambiente de trabalho e remuneração, é necessário que o relacionamento dentro da empresa ocorra de forma clara e respeitosa, instigando e estimulando o crescimento profissional e pessoal. Por tanto, o gestor, deve adaptar seu estilo de liderar, utilizando cada repertório de acordo com as necessidades e oportunidades que o ambiente lhe oferece, adequando-se ao momento e desenvolvendo suas equipes para produzirem cada vez com mais eficiência.

3. Metodologia

3.1 Tipologia Quanto Aos Objetivos

Quanto aos objetivos, a pesquisa caracterizou-se como descritiva, evidenciando a aplicação da Inteligência Emocional na liderança das equipes dos entrevistados do curso de Administração da Univel.

Para GIL (2008, p. 245) “as pesquisas descritivas possuem como objetivo a descrição das características de uma população, fenômeno ou de uma experiência”. Nesta forma podemos identificar que a pesquisa descritiva vem para relatar o sentido de compreender as emoções do indivíduo que está sendo posto a tal situação.

3.2 Tipologia Quanto Aos Procedimentos

Os procedimentos da pesquisa caracterizaram-se como uma pesquisa de levantamento de dados ou Survey.

O procedimento analisa a amostra da população através da coleta de dados individualmente, normalmente através de questionário. Tem como objetivo de explicar o fato de um fenômeno, experimentar uma teoria existente ou ainda prosseguir no conhecimento de um assunto. (FORZA, 2002).

3.2.1 Coleta e tratamento de dados

Foi definido como procedimento de coleta de dados, a aplicação de um questionário de forma objetiva, tendo os pesquisados respondido as perguntas fechadas e abertas, acerca do papel do líder na equipe e suas principais dificuldades no ambiente de trabalho no tocante ao relacionamento interpessoal, bem como a gestão das emoções deste líder junto à sua organização.

A construção do questionário foi baseada no referencial teórico deste estudo com a finalidade de abranger os objetivos da pesquisa. O questionário foi aplicado de forma virtual, que foi disponibilizado para quatro turmas do curso de administração, tendo 48 alunos respondido, o que corresponde à 33,57% de todos os alunos do curso dos quais somam um total do curso de 143 alunos.

Os dados foram apresentados em forma de gráficos para facilitar a compreensão do leitor. Conforme Marconi e Lakatos (2003, pg. 170), os gráficos, quando “utilizados com habilidade, podem evidenciar aspectos visuais dos dados, de forma clara e de fácil compreensão”. Assim, alicerçam-se os critérios para a análise e interpretação dos dados e expõem-se os resultados.

3.3 Tipologia quanto a abordagem do problema

Quanto à abordagem do problema, a pesquisa fez o uso do método quantitativo, pois após o levantamento de dados, foram transformados em gráficos com percentuais numéricos.

A pesquisa quantitativa tem a possibilidade de interpretar em números, opiniões e informações para assim realizar a análise. Na pesquisa houve a necessidade de usar técnicas estatísticas para argumentar os resultados (LAKATOS; MARCONI, 1985).

4. Resultados

Diante da metodologia na forma de abordagem quantitativa que foi apresentada, obtida por meio da aplicação de um questionário, se mostrou de forma concreta como os líderes lidam com as emoções no ambiente de trabalho dos pesquisados.

A pesquisa foi realizada entre as datas de 08.09.2020 à 23.09.2020 por meio virtual/eletrônico, disponibilizada a um total de 143 alunos do curso de Administração da Univel, tendo obtido respostas de 48 pessoas, o que representou 33,57% dos alunos.

Dos respondentes observou-se que 66,7% são do gênero feminino e 33,3% do gênero masculino, onde 41,7% tem idades entre 21 a 30 anos, 37,5% de 18 a 20 anos, 12,5% de 31 a 40 anos e 8,3% com mais de 40 anos de idade.

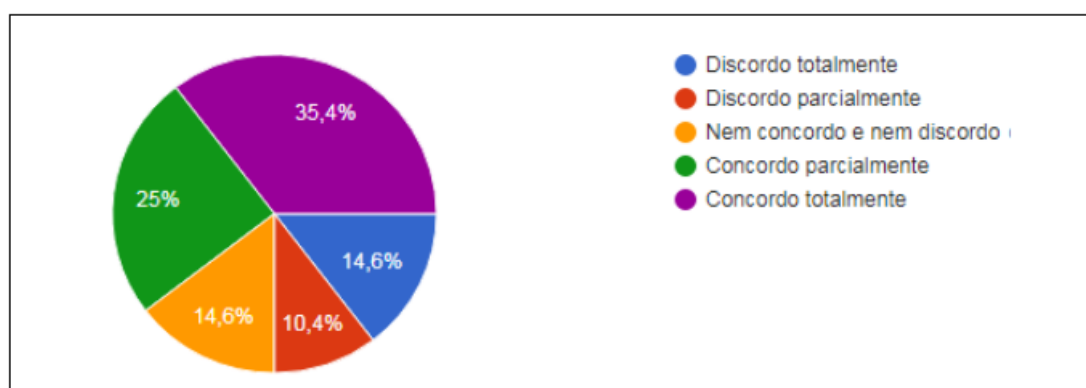
Pode-se observar que 89,6% estão trabalhando atualmente e 10,4% estão desempregados. Desses 89,6% de respondentes, 81,3% trabalham para empresa privada, 10,4% são autônomos e 8,3% trabalham no setor público.

Referente à ocupação de cargos de liderança, 8,3% exercem o papel de líder entre 0 a 2 anos, 8,3% entre 2 a 5 anos e 8,3% acima de 5 anos. Já 75% dos respondentes não ocupam cargos de liderança.

Acerca do tema pesquisado, observou-se que a maioria dos pesquisados, que equivalem a 89,6% do público, já conheciam a teoria Inteligência Emocional e 10,4% ainda não conheciam.

Conforme se demonstra nos gráficos abaixo, os respondentes escolheram diante das afirmativas apresentadas a alternativa que melhor define sua atual realidade no ambiente de trabalho referente a aplicação da Inteligência Emocional e suas competências, com opções de concorda totalmente, parcialmente, discorda totalmente, parcialmente ou não concorda nem discorda com o assunto abordado.

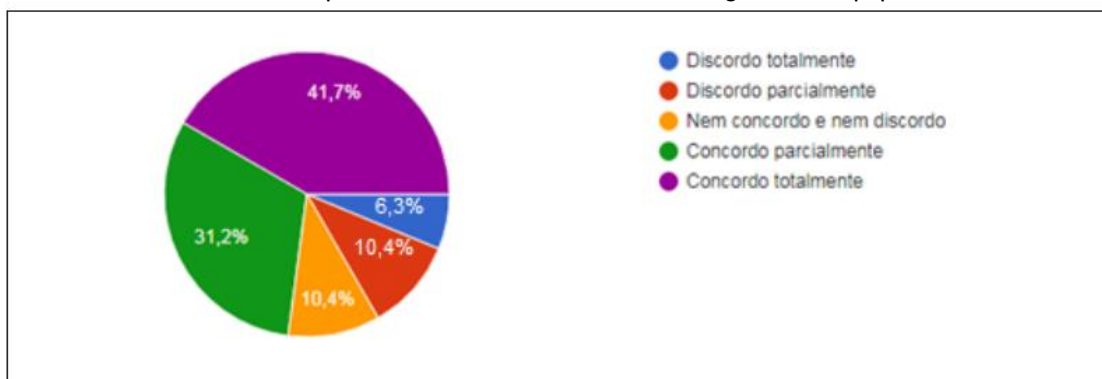
Gráfico 1 - Em seu local de trabalho, o seu líder está nessa função na empresa devido a possuir habilidades emocionais adequadas a sua atividade:



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Percebeu-se que 60,4% dos entrevistados admitiram concordar que seu líder possui habilidades emocionais para a atividade que exercem, indicando que a maioria dos líderes já utilizam da Inteligência Emocional no ambiente de trabalho. Já 25% dos entrevistados discordaram totalmente ou parcialmente e 14,6% dos alunos não concordaram e nem discordaram com a afirmativa.

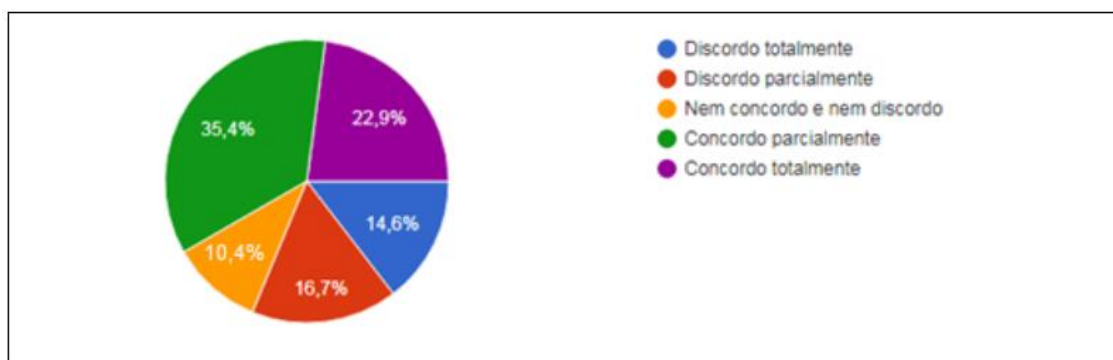
Gráfico 2 - Seu líder possui bom relacionamento e integra-se a equipe de trabalho:



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Neste caso, temos que 72,9% dos pesquisados concordaram totalmente ou parcialmente que o seu líder possui bom relacionamento com a equipe, integrando-a, todavia, 16,7% dos entrevistados discordaram totalmente ou parcialmente, observando que seu líder não busca relacionar-se, não faz questão de integrar com a própria equipe. Já 10,4% dos alunos não concordaram nem discordaram da afirmativa.

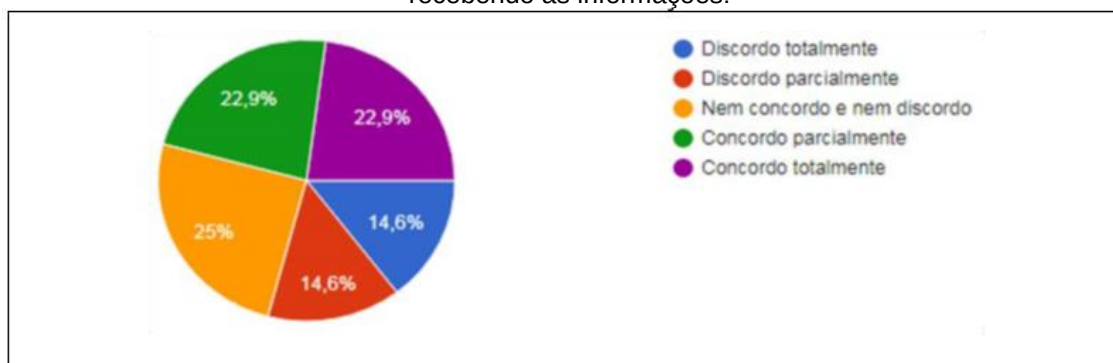
Gráfico 3 - Seu líder possui habilidade de entender as emoções da equipe no momento em que ocorrem, sentindo-se responsável pela situação emocional em que se encontram:



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Observou-se que 58,3% do público pesquisado concordou totalmente ou parcialmente que seu líder possui habilidade de entender as emoções da equipe, o que pode ser um indicativo de que esta liderança possua empatia, enquanto 31,3% discordaram totalmente ou parcialmente, havendo uma parte de 10,4% dos pesquisados com opinião neutra.

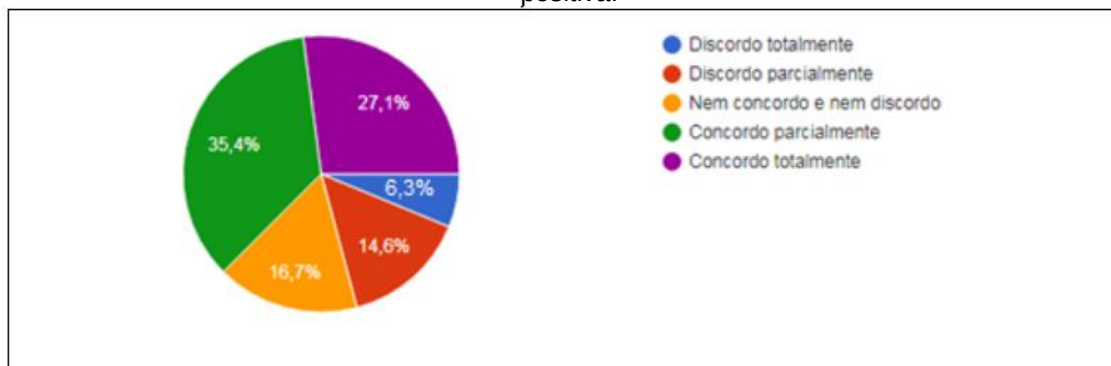
Gráfico 4 - Seu líder faz acompanhamento através do feedback, percebendo as emoções de quem está recebendo as informações:



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Obtivemos através desta pesquisa o resultado que 45,8% dos pesquisados concordaram totalmente ou parcialmente que realizam feedback, situação que indica que a maioria dos líderes dos pesquisados possui confiabilidade, enquanto 29,2% que discordaram totalmente ou parcialmente, e 25% dos pesquisados não concordaram nem discordaram com a afirmação.

Gráfico 5 – Seu líder sempre possui percepção para os conflitos, conseguindo gerenciá-los de forma positiva:



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Neste caso, 62,5% dos respondentes concordaram totalmente ou parcialmente que o líder possui percepção de conflitos e consegue gerenciar estas emoções, o que indica que esses líderes possuem habilidade de autogestão. Observa-se também que 20,9% discordaram totalmente ou parcialmente e 16,7% são neutros.

5. Considerações Finais

Com o estudo ficou evidenciada a importância do líder ser emocionalmente inteligente, dentro de uma equipe, pois o mesmo exerce uma função de inspirar, motivar e desenvolver as pessoas a sua volta, monitorando, delegando funções e gerando resultados sustentáveis ao negócio, para que não ocorra o desvio dos objetivos almejados pela organização, com o intuito de promover o equilíbrio emocional e o bem estar de sua equipe de trabalho.

Goleman (2012) identifica e demonstra que o líder possui as ferramentas necessárias de autorregular e gerenciar as demais pessoas a sua volta, contudo deve-se saber gerir suas próprias emoções, e maximizar resultados: como rotinas prazerosas para o enriquecimento das tarefas de forma positiva.

Assim, desde a teoria predominantemente apresentada no estudo até o resultado da pesquisa prática demonstraram que as ciências humanas têm, a cada dia mais, buscado analisar e diagnosticar os aspectos relacionados ao ambiente corporativo, procurando os fatores mais preponderantes para a otimização do trabalho em geral. Nesse sentido, o ambiente de trabalho é um fator importante. O local onde são desenvolvidas as atividades laborais deve possuir condições aptas a favorecer que todos os trabalhadores possam oferecer à empresa onde trabalham o máximo de seu potencial.

Extraiu-se da análise de dados que 77,1% dos entrevistados concordaram totalmente ou parcialmente que um líder que aplica a Inteligência Emocional em seus atos harmoniza o ambiente de trabalho, gerando maior produtividade para a empresa, bem como impactando em seu custo-benefício à organização. Desta forma, tem-se que a maioria dos pesquisados indicam que a aplicação da IE na liderança resulta em benefícios para a empresa.

Um ambiente de trabalho positivo é capaz de afetar diretamente os resultados da empresa, o desenvolvimento do trabalho por seus colaboradores e a produtividade da corporação. Sendo assim, o bom relacionamento entre as pessoas que fazem parte da organização é essencial para a existência de um ambiente de trabalho positivo. Para isso, as emoções são extremamente relevantes no trato de todos os aspectos da vida de qualquer pessoa, sendo ainda mais importante o domínio sobre elas. É exatamente neste aspecto que a inteligência emocional se torna relevante. Ela é a capacidade de saber lidar com as emoções de forma que elas não tenham a capacidade de o atingir negativamente.

O estudo revelou que a falta da aplicação da Inteligência Emocional no líder de equipe acaba prejudicando o desempenho e produtividade da organização, pois o líder que consegue gerir melhor suas emoções, desejos, anseios e sentimentos têm maior possibilidade de desempenhar um melhor nível de trabalho em equipe, pois terá maior empatia em resolver os conflitos da equipe em menor tempo, não deixando a organização ter maiores prejuízos, bem como pode impulsionar a produtividade da equipe, pois busca um ambiente de trabalho equilibrado e saudável para a convivência de todos os envolvidos.

Diante do exposto, através da pesquisa bibliográfica desenvolvida e dos dados coletados por meio da pesquisa de campo, o presente trabalho teve seus objetivos cumpridos e o seu problema respondido. Registrando tais considerações, espera-se que ele possa contribuir para aqueles líderes que desejam aprimorar sua vida profissional e incrementar seus resultados corporativos, incorporando a Inteligência Emocional como um forte aliado para a consecução desses objetivos.

REFERÊNCIAS

ADMINISTRADORES.COM. **Inteligência Emocional nas Organizações** – Disponível em: http://www.administradores.com.br/artigos/inteligencia_emocional_qe/24497/emocional-do-lider-nas-organizacoes. Acesso em: 22 de Maio de 2020.

BACAL, R. Organizational Conflict – **The good, the bad, and the ugly**. In: The Journal for Quality & Participation. EUA. 2004.

CABRAL, Patrícia M. F.; SEMINOTTI, Nedio. (2009). **A dimensão coletiva da liderança**. Cadernos IHU Ideias, v. 7, n. 120, p. 3-37.

CATELLI, Armando (Coord). Controladoria – **Uma Abordagem de Gestão Econômica**, 2ª Edição, São Paulo, Editora Atlas S.A., 2001.

Conflito Organizacional. Disponível em: <https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/bitstream/handle/123456789/4260/R%C3%BAbia%20das%20Neves%20Quatrin.pdf?sequence=1>. Acesso em: 23 de Maio de 2020.\

CHIAVENATO, Idalberto. **Gerenciando com as pessoas: transformando o executivo em um excelente gestor de pessoas**. Rio de Janeiro: Elsevier - Campus, 2005.

FAGUNDES, Patrícia Martins. **O desenvolvimento gerencial como instrumento para a formação de lideranças organizacionais: possibilidades e limitações**. Dissertação de Mestrado em Administração. Rio de Janeiro: PUC-RIO/UNISINOS, 1999.

FORZA, C. **Survey research in operations management: a process-based perspective**. International Journal of Operations & Production Management, v. 22, n. 2, p. 152-194, 2002.

GIL, A. C. **Como elaborar um projeto de pesquisa**. 5 ed. São Paulo Atlas, 2008.

GOLEMAN, D. **Inteligência Emocional**. Rio de Janeiro: Objetiva. 1995.

GOLEMAN, D. **Trabalhando com a Inteligência Emocional**. (Trad. M. H. C. Cortês). Rio de Janeiro: Objetiva. 1995.

GOLEMAN, Daniel. **Trabalhando com a inteligência Emocional**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

GOLEMAN, D. **Inteligência emocional: a teoria revolucionária que define o que é ser inteligente**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

GOLEMAN, Daniel. **Liderança: a inteligência emocional na formação do líder de sucesso**. Tradução: Ivo Korytowski. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

LAKATOS; Marina de Andrade, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5a Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1985

MAYER, J. D., & SALOVEY, P. **What is emotional intelligence?** In P. SALOVEY & D. J. SLUYTER (Eds.), Emotional Development and Emotional Intelligence: Implications for Educators (1997 - p. 3-31).

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 6a Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

ROBBINS, Stephen P. **Administração: Mudanças e Perspectivas**. São Paulo. Editora: Saraiva, 2001.

SALOVEY, P., & MAYER, J. D. **Emotional intelligence: Imagination, Cognition and Personality**. (1990 p. 9, 185-221).

A PERCEPÇÃO DA UTILIZAÇÃO DE MEMES NO MARKETING DIGITAL DO MCDONALD'S NO BRASIL

Matheus Galliano dos Santos¹
Alex Sandro Rodrigues dos Santos²

Resumo: O objetivo do presente artigo foi demonstrar o marketing digital utilizado pela empresa de fast food McDonald's com o intuito de entender como são suas propagandas e campanhas, qual seu público alvo, se a marca agrada os consumidores e, por fim, observar como um marketing digital de qualidade pode chamar atenção e alavancar as vendas de um produto ou serviço de uma empresa. Através de questionários aplicados na internet, foi possível analisar opiniões sobre determinadas campanhas de marketing que consideraram o humor para conquistar novos clientes e manter os antigos. Podendo concluir através da pesquisa que a empresa McDonald's sempre focou em ser pioneira, trazendo novidades e trabalhando com o marketing digital para agregar valor a marca com propagandas que focam no humor, conquistando um público cada vez maior.

Palavras-chave: Marketing. McDonald's. Humor.

1. Introdução

O artigo a seguir tem como objetivo trazer uma análise, do marketing digital feito no Brasil pela empresa McDonald's no período de 2015 a 2020, aonde a mesma buscou através do humor ou de personalidades e piadas conhecidas na internet, conquistar seu público-alvo.

Sendo retratado alguns exemplos que foram utilizados pela empresa, buscando entender suas intenções com as propagandas.

Para atingir os objetivos da pesquisa é necessário entender qual o tipo de produto utilizado e o porquê do mesmo para certa propaganda ou para certa personalidade divulgar, quais foram os meios de divulgação, como ir além do seu público alvo e como o marketing digital tem de ser algo criativo ou algo novo.

Buscando entender a possibilidade de inovar de uma empresa tão antiga como o Mc Donald's, que enfrenta todas as atualizações do ambiente virtual e precisa estar inserida no mesmo para acompanhar as novas gerações que são seus principais consumidores.

¹ Acadêmico do Curso de Administração da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL.

² Orientador. Professor Especialista em Marketing Propaganda e Vendas.

2. Desenvolvimento

O marketing e os clientes

Para Kotler (1980, p.33), marketing é uma "atividade humana dirigida à satisfação das necessidades e desejos através de um processo de troca". Para McKenna (1991) é necessário que a empresa pense no marketing desde o desenvolvimento de um novo produto, cuidadosamente selecionando clientes assim recendo um feedback direto do próprio consumidor e obtendo uma aceitação mesmo antes do lançamento do produto, com isso não terá os problemas de muitas empresas que não utilizam o marketing desde cedo. A importância de conquistar os clientes é destacada por Saliby (1997) que afirma que irão prosperar as empresas que conseguirem satisfazer e fidelizar seus clientes, ainda afirmando que é necessário que as empresas parem de tratar seus clientes apenas como números e sim fazer deles uma parte da própria organização.

Marketing digital: A nova forma de se comunicar

Segundo Gabriel (2010) marketing digital surgiu com a necessidade de mudança trazida pela tecnologia, assim como as pessoas, as empresas, o mercado em si e tudo nesse ramo mudaram, o marketing não foi diferente, pois surgiram novas ferramentas e plataformas que possibilitaram e impulsionaram a esta mudança. Para implementar o marketing digital em uma empresa, claramente é um processo que demanda tempo, além disso para Vaz (2011) são necessários os chamamos por ele de 8 p's, são estes: pesquisa, planejamento, produção, publicação, promoção, propagação, personificação e precisão.

O humor e a propaganda

Para Nabholz e Barros (1996) o grande desafio da propaganda é conseguir alcançar as expectativas que os consumidores tem, e o humor é uma das melhores forma de realizar o mesmo, pois, traz uma imagem boa, ou amigável para o que está sendo anunciado. Segundo Slavutzky (2003) o humor nas propagandas se intensificou pois os índices de depressão e o próprio tédio só aumentaram na sociedade, e as propagandas humoradas servem como um meio de fugir destes problemas e angústias cotidianas, trazendo um certo alívio ao consumidor. Hegarty (2003) também destaca que a sensação de leveza e relaxamento trazidas por esse tipo de marketing é fundamental na hora da compra do produto ou serviço. Lupetti (2006) destaque que, o humor deve ser utilizado com cuidado nas propagandas, pois caso não for, irá sobrepor a mensagem do anúncio,

fazendo com que os consumidores lembrem das piadas, ou músicas e não do produto ou serviço em si, que era inicialmente o que deveria ser lembrado pelo público.

O modelo McDonalds de propaganda

O McDonalds focou no público infantil, Strasburger (2002) lembra que graças a esse foco no público mais jovem, criou o palhaço chamado de Ronald McDonald, para que fosse a cara da empresa em propagandas, e com isso remetesse a um público mais infantil.

Strasburger (2002) também afirma que o McDonalds sempre esteve tentando implementar novas formas de divulgação, sempre tentando sair para novas áreas, com isso, tentando estar um passo a frente de seus concorrentes em meios de divulgar mais e mais seus lanches e produtos.

Um grande problema, que em grande parte foi gerado pelos fast foods, como o McDonalds, é a obesidade, por isso, para tirar a imagem ruim que isso gera, Castro (2013) destaca os esforços da empresa em tentar construir uma imagem de alimentos mais saudáveis, com campanhas focando muito em alimentos naturais, como em parcerias com a Del Valle, destacando sucos de frutas e alimentos que remetem a uma vida saudável, como exaltando que as saladas da rede são frescas.

3. Metodologia

Este trabalho busca analisar os tipos de propagandas do marketing digital do McDonalds que utilizaram de humor ou memes, e os resultados trazidos, analisando grupos de pessoas que foram expostas as propagandas, para isso será utilizado o método descritivo de pesquisa;

Tem a finalidade de explicar por que o fenômeno ocorre? Quais são os fatores que causam ou contribuem para sua ocorrência? Ou qual é a explicação para a relação entre dois ou mais fenômenos? (Silva, 2014, p.22).

Para entender melhor propagandas específicas e o porquê de terem sido feitas, será usado o estudo de caso que Gil (1999) define como um estudo exaustivo de um ou poucos objetos, com isso extraindo o máximo de informação possível dos mesmos.

O procedimento utilizado para que o objetivo seja respondido é através do questionário, todos os dados serão coletados através deste método. Parasuraman (1991)

define questionário como um conjunto de questões, que serão feitas para gerar dados, os quais irão resultar em uma conclusão mais precisa e atingir os objetivos de pesquisa.

Neste trabalho será utilizado o método quantitativo para a recepção dos dados estatísticos, através das pesquisas que serão realizadas, trazendo números e análises sobre os mesmos. O método quantitativo se caracteriza pela aplicação de algum modelo de estatística, desde a coleta até a interpretação dos resultados, é usado desde a coleta até a mensuração dos dados, é um modelo utilizado para um conhecimento geral dos acontecimentos.

A pesquisa foi feita através de questionários, no qual serão aplicados através da internet pela ferramenta Google Forms. Espera-se um retorno de no mínimo 100 questionários respondidos, para obter um resultado mínimo esperado.

4. Resultados

Os resultados a seguir são referentes a pesquisas realizadas através da internet com jovens e adultos brasileiros a cerca de suas opiniões sobre certas propagandas da empresa McDonald's feitas na internet. O questionário possui um total de 9 questões e foi respondido por 150 participantes, os dados foram organizados em tabelas para melhor compreender os resultados alcançados.

4.1.1 - Idade

A primeira questão foi utilizada para buscar a faixa etária do entrevistado.

Tabela 1 - Idade

Idade	Número de respostas	Porcentagem
Menor de 18 anos	20	13,3%
Entre 18-23 anos	101	67,3%
Entre 24-29 anos	18	12%
Mais do que 30 anos	11	7,3%

Fonte: Pesquisa do autor (2020)

A maioria dos entrevistados tem entre 18-23 anos de idade, o que mostra que o interesse no tema está dentro desta faixa etária, a menor parte foi de maiores de 30 anos, que demonstra que o estilo do marketing do McDonald's foca mais em grupos mais jovens.

4.1.2 – Região aonde reside

A questão a seguir foi utilizada para saber a região aonde o entrevistado reside.

Tabela 2 - Região aonde reside

Região	Número de respostas	Porcentagem
Sul	121	80,7%
Sudeste	14	9,3%
Centro-Oeste	10	6,7%
Norte	5	3,3%
Nordeste	0	0%

Fonte: Pesquisa do autor (2020)

A grande maioria das respostas veio da região sul, infelizmente não houve participação da região nordeste, mas muitas respostas de regiões e locais variados do Brasil, o que irá agregar ao resultado final alcançado.

4.1.3 – Gênero

A questão buscou saber qual o gênero dos entrevistados.

Tabela 3 - Gênero

Gênero	Número de respostas	Porcentagem
Masculino	65	43,3%
Feminino	85	56,7%

Fonte: Pesquisa do autor (2020)

Os resultados mostram que mesmo com a maioria dos entrevistados serem do sexo feminino, houve uma divisão bem parecida, com números não tão discrepantes.

4.1.4 - Qual a sua opinião sobre propaganda a seguir ?

A partir desta questão serão perguntas opinativas a cerca das propagandas do marketing digital do McDonald's, a primeira propaganda é a da foto a seguir:

Figura 1: Propaganda McDonald's

Eu: vou dormir cedo hj
Eu 3h da manhã:

Pesquisar

Méqui na madrugada é janta ou café da manhã



Entrega mediante disponibilidade no UberEats.

Fonte: Instagram McDonald's (2020)

Tabela 4 - Opinião sobre a propaganda

Opinião sobre a propaganda	Número de respostas	Porcentagem
Achei boa e me faz considerar consumir os produtos da empresa ou continuar um consumidor	55	36,7%
Achei boa mas não me chama a atenção o suficiente para consumir os produtos	70	46,7%
Achei ruim mas mesmo assim continuo sendo um consumidor da empresa	23	15,3%
Achei ruim e não irei mais ser um consumidor ou já não era e continuarei nao sendo	2	1,3%
Não sou um consumidor mas passarei a ser graças a propaganda	0	0%

Fonte: Pesquisa do autor (2020)

Os resultados apresentados mostram que a maioria dos entrevistados gostou da propaganda, a maioria dentro deste grupo gosta mas não chama a atenção, o que mostra que é uma boa propaganda para a maioria, mas para alguns não passou a mensagem de que o consumidor deve consumir os produtos apresentados.

4.1.5- A empresa resolveu adaptar o seu nome para um tom mais "brasileiro", qual sua reação sobre a campanha ?

A questão é baseada na foto a seguir:

Figura 2: Propaganda McDonald's



Fonte: Instagram McDonald's (2020)

Tabela 5 - A empresa resolveu adaptar o seu nome para um tom mais "brasileiro", qual sua reação sobre a campanha?

Reação sobre a campanha	Número de respostas	Porcentagem
Achei boa e me faz considerar consumir os produtos da empresa ou continuar um consumidor	82	54,7%
Achei boa mas não me chama a atenção o suficiente para consumir os produtos	32	21,3%
Achei ruim mas mesmo assim continuo sendo um consumidor da empresa	32	21,3%
Achei ruim e não irei mais ser um consumidor ou já não era e continuarei não sendo	4	2,7%
Não sou um consumidor mas passarei a ser graças a propaganda	0	0%

Fonte: Pesquisa do autor (2020)

Os resultados demonstram que a propaganda agrada ao público e que atrai a grande maioria a consumidor os produtos.

4.1.6 - A empresa mais um vez utilizou um "meme" que estava em alta na internet, qual sua opinião sobre ?

Questão baseada na imagem a seguir:

Figura 3: Propaganda McDonald's

**EU: NOSSA VÓ, EU AMO MC
MINHA VÓ:**



Fonte: Instagram McDonald's

Tabela 6 - A empresa mais um vez utilizou um "meme" que estava em alta na internet, qual sua opinião sobre ?

Qual a opinião sobre	Número de participantes	Porcentagem
Achei boa e me faz considerar consumir os produtos da empresa ou continuar um consumidor	72	48%
Achei boa mas não me chama a atenção o suficiente para consumir os produtos	52	34,7%
Achei ruim mas mesmo assim continuo sendo um consumidor da empresa	22	14,7%
Achei ruim e não irei mais ser um consumidor ou já não era e continuarei não sendo	2	1,3%
Não sou um consumidor mas passarei a ser graças a propaganda	2	1,3%

Fonte: Pesquisa do autor (2020)

Os resultados demonstram que a propaganda agrada a maioria, mas houve respostas que dizem que graças a propaganda a empresa perdeu um consumidor e uma grande quantidade de respostas que não ficaram satisfeitas com a propaganda.

4.1.7- Sobre o vídeo : qual sua opinião sobre a campanha ?

A questão a seguir é referente a um vídeo postado nas redes social do McDonald's o qual trás o ator Tyler James Williams e o dublador Philippe Maia, recriando a "dupla" que deu vida e a voz ao personagem Chris, da série Todo Mundo Odeia o Chris, série que é muito conhecida no Brasil.

Tabela 7 - Sobre o vídeo :qual sua opinião sobre a campanha ?

Qual sua opinião sobre a campanha ?	Número de respostas	Porcentagem
Achei boa e me faz considerar consumir os produtos da empresa ou continuar um consumidor	95	63,3%
Achei boa mas não me chama a atenção o suficiente para consumir os produtos	41	27,3%
Achei ruim mas mesmo assim continuo sendo um consumidor da empresa	9	6%
Achei ruim e não irei mais ser um consumidor ou já não era e continuarei não sendo	3	2%
Não sou um consumidor mas passarei a ser graças a propaganda	2	1,3%

Fonte: Pesquisa do autor (2020)

Os resultados demonstram que a propaganda agradou a grande maioria, e que fez muitos considerarem consumir os produtos, mesmo com as opiniões negativas a campanha foi um sucesso, ao menos dentro das pesquisas.

4.1.8- Qual sua opinião sobre a propaganda ?

As questão são referentes a propaganda a seguir:

Imagem 4: Propaganda McDonald's



Fonte: Instagram McDonald's

Tabela 8 - Qual sua opinião sobre a propaganda?

Qual sua opinião sobre a propaganda ?	Número de respostas	Porcentagem
Achei boa e me faz considerar consumir os produtos da empresa ou continuar um consumidor	71	47,3%
Achei boa mas não me chama a atenção o suficiente para consumir os produtos	48	32%
Achei ruim mas mesmo assim continuo sendo um consumidor da empresa	26	17,3%
Achei ruim e não irei mais ser um consumidor ou já não era e continuarei não sendo	5	3,3%
Não sou um consumidor mas passarei a ser graças a propaganda	0	0%

Fonte: Pesquisa do autor (2020)

Os resultados obtidos demonstram que um total de 79,3% dos participantes gostaram do estilo da propaganda, dentro desse grupo a maioria vai ou continuará sendo um consumidor.

4.1.9- A cerca das campanhas de marketing feitas pela empresa, as quais vimos anteriormente, o que você conclui sobre o marketing utilizando humor da empresa ?

A questão a seguir buscou fazer um apanhado geral sobre as campanhas de marketing digital apresentadas nas questões anteriores.

Tabela 9 - A cerca das campanhas de marketing feitas pela empresa, as quais vimos anteriormente, o que você conclui sobre o marketing utilizando humor da empresa ?

Conclusão	Número de respostas	Porcentagem
Muito criativo e me chamou a atenção	102	68%
Criativo mas não me chamou a atenção ou não é meu tipo de humor	25	16,7%
Achei que faltou criatividade mas estão em um bom caminho	20	13,3%
Não gostei dos estilos das propagandas e deveriam utilizar apenas campanhas sem o uso do humor os "memes"	3	2%

Fonte: Pesquisa do autor (2020)

Analisando os resultados obtidos vemos que a maioria esmagadora gostou do estilo das campanhas, e que as chamou a atenção, ou que achou criativo mas não condiz com seu estilo de humor, para a minoria faltou criatividade para a empresa em suas campanhas ou preferem um estilo mais sério de propaganda.

5. Considerações Finais

Após a análise dos dados e dos artigos e livros utilizados para a realização deste artigo, se pode chegar a conclusão que, o humor em propagandas é sim benéfico, desde que feito de maneira correta, e com um público alvo em mente, ou seja, de maneira bem estudada e organizada, para que seja do melhor proveito possível.

O marketing digital é a nova era do marketing das empresas, e quem não souber utilizar ou não se adaptar ao mesmo, sem dúvida irá ficar para trás se comparado a concorrentes que o utilizam, mas assim como no humor das propagandas, é sempre necessário um estudo prévio para entender como e aonde deverá ser feito para não só atrair um grande público mas atrair novos consumidores e manter os antigos.

Por fim, podemos ver que a empresa McDonald's desde sempre focou em ser a pioneira, trazendo novidades que concorrentes só utilizaram muito tempo depois, o marketing digital da empresa é algo que em sua grande maioria agrada a boa parte do público, principalmente as propagandas que focam em humor, aonde a empresa demonstra que conhece bem o público a qual quer conquistar, e como quer fazer o mesmo.

REFERÊNCIAS

CASTRO, Juliana de Oliveira. **A Propaganda de “Alimentação Saudável” do McDonald’s**. Brasília, 2013.

https://bdm.unb.br/bitstream/10483/5260/1/2013_JulianadeOliveiraCastro.pdf Acesso em: 5 jun. 2020.

GABRIEL, Martha. **Marketing na Era Digital**: conceitos, plataformas e estratégias. São Paulo: Novatec, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999

HEGARTY, John. **Quando eles não estão sorrindo**. Rio de Janeiro: Campus, 2003

KOTLER, Philip. **Marketing**. São Paulo: Atlas, 1980.

LUPETTI, Marcélia. **Gestão estratégica da comunicação mercadológica**. São Paulo: Thompson Pioneira, 2006.

McKENNA, Regis. **Marketing de Relacionamento**: estratégias bem sucedidas para a era do cliente. 20. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

NABHOLZ, Maria Teresa de Barros; BARROS, Vitória Mendonça de. **As faces eternas do feminino: no cinema e na propaganda**. São Paulo: TRIOM, 1996.

PARASURAMAN, A. **Marketing research**. 2.ed. Boston: Addison Wesley Publishing Company, 1991.

ROMERO, Dora Luz. Brasileiros estão entre os maiores consumidores de ‘fast food’ do mundo. **Él país**, São Paulo, 25/01/2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/01/21/economia/1453403379_213071.html Acesso em: 07/06/2020

SALIBY, P. E. **O Marketing de Relacionamento**: o Novo Marketing da Nova Era Competitiva. RAE-Revista de Administração de Empresas, v. 37, n. 3, jul-set, p.6-12,1997. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75901997000300011>. Acesso em: 06 jun. 2020

SILVA, Antônio João Hocayen da. **Metodologia de pesquisa**: conceitos gerais. Iraty: Unicentro, 2014.

SLAVUTZKY, Abrão. **Humor é Coisa Séria**. Porto Alegre: Arquipélago, 2003

STRASBURGER, Victor C. **Children, Adolescents, and the Media**. Thousand Oaks Calif.: Sage Publications, 2002

VAZ, Conrado Adolpho. **Os 8 P's do Marketing Digital**. São Paulo: Novatec, 2011.

A QUALIDADE DE VIDA NAS INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS NO MUNICÍPIO DE TOLEDO NO PARANÁ

Ana Caroline Bandeira¹
Tabatha Caroline Bonafin dos Santos²

Resumo: A presente pesquisa tem como objetivo geral analisar a Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) nas instituições bancárias no município de Toledo no Paraná, visto que uma instituição que preza pela qualidade de vida no trabalho, os colaboradores são mais satisfeitos, mais efetivos e melhor preparados para ajudar a organização a atingir seus objetivos. Trata-se de um estudo descritivo com abordagem quantitativa, o qual adotou-se como instrumento para desenvolvimento da pesquisa o modelo de questionário EAA_QVT de Ferreira (2011), tendo como base cinco fatores estruturantes, sendo eles: condições de trabalho, organização do trabalho, relações socioprofissionais de trabalho, reconhecimento e crescimento profissional e elo trabalho-vida social. Foi utilizado uma amostra de 28 respondentes de três agências bancárias. Analisando os resultados encontrados, verificou-se que de maneira geral indicam bem-estar em relação à QVT, porém como ponto crítico existe forte cobrança de resultados. Com esta pesquisa pode-se melhorar a visão e o entendimento da organização, acerca das melhorias necessárias ao ambiente de trabalho, proporcionando cada vez mais bem-estar aos seus colaboradores.

Palavras-chave: Qualidade de vida no trabalho 1. Setor Bancário 2. Satisfação no ambiente de trabalho 3. Modelo EAA_QVT de Ferreira 4.

1. Introdução

A Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) era muito diferente dos dias atuais, as primeiras teorias deram início na década de 50, diversas pesquisas foram desenvolvidas dentre as décadas de 50 e 80, porém essas pesquisas não obtiveram crescimento significativo (FERNANDES, 1996). Foi somente na década de 80 que a QVT voltou a ser vista novamente, primeiramente, estudada pelos EUA, quando houve um impacto sobre o mercado americano (BOWDITCH; BUONO, 1992).

Desde então, a qualidade de vida no trabalho tem ganhado destaque pelas empresas, pois perceberam melhorias de produtividade e de desempenho ao proporcionar uma melhor qualidade de vida aos seus colaboradores (LIMONGI-FRANÇA, 2008).

Nesse contexto, também estão inseridas as instituições bancárias, que com o aumento da competitividade no mercado, o setor bancário enfrentou uma grande reestruturação de seus processos, objetivando aumento de produtividade, contudo tem enfrentado enormes desafios, pois essas mudanças geraram impactos negativos para seus colaboradores (CAMPOS, 2016).

¹ Acadêmico do Curso de Administração da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL

² Orientadora: Professora Mestre na Univel – Centro Universitário UNIVEL.

Salienta-se que o colaborador do setor bancário está entre os que mais sofrem com doenças ocupacionais relacionadas ao modo de gestão dos profissionais, pelo fato de trabalhar sob pressão, para que os resultados sejam atingidos, e assim enfrentam problemas como insegurança, frustrações e pressão psicológica (SILVA; NAVARRO, 2012).

Sendo assim, ressalta-se a necessidade de pesquisar sobre a qualidade de vida no trabalho em instituições bancárias. Em que situação se encontra a qualidade de vida no trabalho dos colaboradores de instituições bancárias do município de Toledo no Paraná? Portanto, o objetivo geral é analisar a qualidade de vida no trabalho dos colaboradores de instituições bancárias do município de Toledo no Paraná. E os objetivos específicos são: a) identificar o perfil dos colaboradores das instituições bancárias; b) investigar os fatores que causam mal-estar e bem-estar no trabalho.

2. Qualidade de Vida no Trabalho (QVT)

A Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) vem ganhando importância e se tornando um dos fatores mais relevantes para as organizações, visto que a necessidade de cuidar da saúde e bem estar de seus colaboradores é crescente, com isso, visando os interesses dos colaboradores e das organizações (LIMONGI-FRANÇA, 2008).

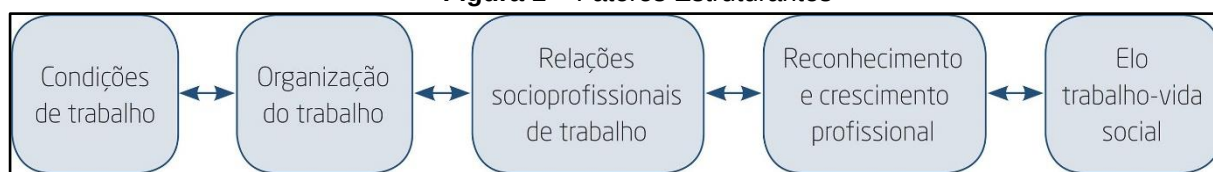
Garcia (2010) destaca que o foco da qualidade de vida não está apenas no modo como os colaboradores desempenham suas tarefas, mas em como podem contribuir para tornarem-se pessoas melhores, que possam participar das tomadas de decisões da organização, sobre aquilo que interfere no seu ambiente de trabalho, o que é diferente dizer que todas as decisões das organizações devem ser feitas de forma geral.

Uma vez que o colaborador se sente satisfeito no ambiente de trabalho, encontra motivação para aprimorar suas habilidades e assim responde positivamente ao aumento de seu desempenho. A satisfação pode estar ligada a um bom relacionamento com os colegas de trabalho, como colaboração, amizade e confiança dentro do ambiente organizacional (SARAVANI; ABBASI, 2013; PAIXÃO; BARBOSA, 2016).

2.1 Modelo da Ergonomia da Atividade Aplicada à QVT – EAA QVT de Ferreira

O modelo utilizado nesse estudo é o modelo de Ferreira (2011) que se baseia em diferentes modelos e fatores para avaliar o conceito de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT), conforme ilustrado na Figura 1.

Figura 1 – Fatores Estruturantes



Fonte: Adaptado de Ferreira (2011).

Segundo Ferreira (2011) tem como foco remover os problemas geradores de mal-estar presentes no contexto organizacional atuando em cinco fatores interdependentes:

- a) condições de trabalho: envolvem condições de trabalho e apoio organizacional, como equipamentos de trabalho, matéria-prima, espaço físico e suporte organizacional, como políticas de informação, remuneração, treinamento e benefícios;
- b) organização do trabalho: essa variável mede a adequação do tempo e o processo e a divisão do trabalho, bem como a gestão do trabalho e os padrões de conduta que se referem à supervisão e fiscalização, às habilidades, à higiene e às vestimentas;
- c) relações socioprofissionais de trabalho: remete às questões de relações hierárquicas com os pares e o público externo;
- d) reconhecimento e crescimento profissional: envolve questões de avaliação do reconhecimento do trabalho realizado, como empenho e dedicação; do crescimento profissional, como uso da criatividade, desenvolvimento de competências, capacitações, incentivos, planos de carreira;
- e) elo trabalho-vida social: mede percepções sobre prazer e bem-estar no trabalho, valorização do tempo vivenciado na organização, sentimento de utilidade social, importância da instituição empregadora, significado pessoal e profissional, vida social, relação trabalho-casa, relação trabalho-família, relação trabalho-amigos e relação trabalho-lazer.

3. Metodologia

A metodologia utilizada neste artigo, quanto ao objetivo se refere à pesquisa descritiva, visto que se pretende analisar a qualidade de vida no trabalho dos colaboradores de instituições bancárias. Segundo Barros e Lehfeld (2007), na pesquisa descritiva realiza-se o estudo, a análise, o registro e a interpretação dos fatos sem a interferência do pesquisador.

Referente ao procedimento trata-se de uma pesquisa de levantamento de dados, que será realizada em instituições bancárias do município de Toledo-PR, pois segundo

Cajueiro (2015), a pesquisa de levantamento de dados é um tipo de pesquisa que se caracteriza pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer.

Com relação à abordagem do problema, essa pesquisa tem caráter quantitativo, na qual é uma modalidade que atua sobre um problema humano ou social, é baseada no teste de uma teoria e composta por variáveis quantificadas em números, as quais são analisadas de modo estatístico, com o objetivo de determinar se as generalizações previstas na teoria se sustentam ou não (KNECHTEL, 2014).

A pesquisa foi realizada na data de 17 a 28 de setembro de 2020 com 28 funcionários de três agências bancárias do município de Toledo-PR, sendo duas agências do Itaú (19 colaboradores) e uma do Banco do Brasil (30 colaboradores), por meio da utilização de um questionário denominado de IA_QVT (Inventário de Avaliação da Qualidade de Vida no Trabalho) elaborado com base no modelo teórico-metodológico da EAA_QVT (Ergonomia da Atividade Aplicada à QVT), desenvolvido por Ferreira (2011).

O questionário é composto por uma parte de natureza quantitativa, com escala psicométrica do tipo Likert de 0 a 10 pontos, sendo 0 discordo totalmente e 10 concordo totalmente, sendo constituído por 61 itens divididos em cinco fatores, que estruturam conceitualmente a QVT: condições de trabalho; organização do trabalho; relações socioprofissionais de trabalho; reconhecimento e crescimento profissional; elo trabalho-vida social. Também tem uma parte sobre o perfil socioeconômico dos respondentes, com perguntas como: gênero; faixa etária; estado civil; escolaridade; área de formação; renda e tempo de serviço. A análise dos dados quantitativos foi realizada por meio de estatística descritiva (frequência, média, mediana e desvio padrão), por meio de planilhas do Software Excel.

4. Resultados

O primeiro objetivo específico desse estudo consiste em identificar o perfil dos colaboradores das instituições bancárias. Para tanto, buscou-se informações sobre: sexo; faixa etária; estado civil; escolaridade; área de formação; renda e tempo de serviço.

Do total de 28 colaboradores que responderam à pesquisa, observa-se que a maior concentração foi do sexo feminino com 78,6% e 21,4% do sexo masculino. Com relação a faixa etária, a maioria dos respondentes se encontra na faixa de até 30 anos com 60,7%. Quanto ao estado civil dos respondentes a maioria encontra-se solteiros com 46,4% e

casados com 42,9%. Em termos de escolaridade 39,3% com ensino superior completo e 28,6% com ensino superior incompleto.

Referente à área de formação, destaca-se a área de administração com 50%, seguida de Economia com 14,30% e Ciências Contábeis com 10,70%. Em relação à faixa salarial houve uma predominância de 3 a 5 salários mínimos com 57,10% dos respondentes. E o tempo de serviço com maior resultado está entre 5 a 10 anos com 35,7%, seguido de 1 a 3 anos com 28,6%. Porém, destaca-se que 25% está há mais de 10 anos na agência.

O segundo objetivo específico desse estudo foi investigar os fatores que causam mal-estar e bem-estar no trabalho, conforme modelo teórico-metodológico da EAA_QVT (Ergonomia da Atividade Aplicada à QVT), desenvolvido por Ferreira (2011). A Tabela 1 apresenta os resultados do fator “Condições no trabalho”.

Tabela 1 – Condições no Trabalho

Questão	Média	Mediana	Desvio Padrão	Nível de QVT
O local de trabalho é confortável	8,54	8,5	1,35	Bem-Estar Intenso +++
O material de consumo é suficiente	8,64	9	1,19	Bem-Estar Intenso +++
O espaço físico é satisfatório	8,79	9	1,40	Bem-Estar Intenso +++
No meu setor, as condições de trabalho são satisfatórias	8,25	8	1,86	Bem-Estar Intenso +++
O trabalho que realizo não coloca em risco minha segurança física	6,25	7	2,89	Bem-Estar Moderado +
O mobiliário existente no local de trabalho é adequado	7,61	8	2,15	Bem-Estar Moderado ++
Os equipamentos necessários para realização das tarefas estão em bom estado	7,86	8	1,96	Bem-Estar Moderado ++
O apoio técnico para as atividades é suficiente	8,29	8,5	1,41	Bem-Estar Intenso +++
O local de trabalho é adequado para a realização das tarefas	8,43	8	1,26	Bem-Estar Intenso +++
A temperatura do ambiente é confortável	8,39	9	1,64	Bem-Estar Intenso +++
Os instrumentos de trabalho são suficientes para realizar as tarefas	8,18	8	1,94	Bem-Estar Intenso +++
O nível de iluminação é suficiente para executar as atividades	8,89	9	1,23	Bem-Estar Intenso +++
Total Geral	8,18	8	1,85	Bem-Estar Intenso

Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

O fator 1 “Condições no trabalho” obteve uma média geral de 8,18 e mediana de 8 o que indica bem-estar intenso. Ressalta-se que esse é um resultado positivo, pois caracteriza promoção de saúde, portanto essas condições devem ser mantidas no

ambiente de trabalho. Em relação as questões, a que teve média maior foi em relação ao nível de iluminação (média= 8,89; desvio padrão= 1,23), em segundo lugar destacou-se o espaço físico é satisfatório (média=8,79; desvio padrão 1,40), seguindo de que o material de consumo é suficiente (média= 8,64; desvio padrão=1,19). Contudo, do ponto de vista mais crítico é de que o trabalho não coloca em risco a segurança do trabalhador com a menor média (média= 6,25; desvio padrão= 2,89), porém cabe destacar que esse item apresentou a maior variabilidade nas respostas.

Tais resultados mostram que, do ponto de vista mais crítico, em relação a segurança física, é a fonte de maior queixa dos trabalhadores e do ponto de vista mais positivo, destacam-se o espaço físico, o material disponibilizado e o nível de iluminação para a execução das tarefas é motivo de bem-estar no trabalho.

A Tabela 2 apresenta os resultados do fator “organização no trabalho”.

Tabela 2 – Organização no trabalho

Questão	Média	Mediana	Desvio Padrão	Nível de QVT
Não há cobrança excessiva de prazos para o cumprimento de tarefas	5,46	5,5	3,13	Tendência Positiva
No meu setor não existe forte cobrança por resultados	3,68	2,5	3,26	Mal-Estar Moderado +
Posso executar meu trabalho sem pressão	4,25	3,5	3,53	Tendência Negativa
No meu setor disponho de tempo para executar o meu trabalho com qualidade	5,82	6	2,64	Tendência Positiva
Posso executar meu trabalho sem sobrecarga de tarefas	5,71	6	3,10	Tendência Positiva
Não falta tempo para pausa de descanso no trabalho	5,18	5,5	2,87	Tendência Positiva
No meu setor as tarefas não são repetitivas	5,93	6	2,88	Tendência Positiva
As normas para execução das tarefas não são rígidas	4,46	4	2,65	Tendência Negativa
Não existe fiscalização constante do trabalho	4,32	4,5	2,83	Tendência Negativa
O ritmo de trabalho não é excessivo	4,93	5	3,07	Tendência Negativa
É comum a conclusão dos trabalhos dentro dos prazos	7,04	7,5	2,56	Bem-Estar Moderado ++
Total Geral	5,16	5	3,06	Tendência Positiva

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Por sua vez, no fator 2 “Organização no trabalho” obteve uma média geral de 5,16, e mediana de 5 o que indica que está na zona de transição, com uma tendência positiva. Esse é um resultado mediano entre o bem-estar e mal-estar no trabalho, e caracteriza um estado de alerta. Em relação as questões, destaca-se com a menor média a não existência de forte cobrança por resultados, sendo caracterizado como mal estar moderado (média=3,68; desvio padrão=3,26), o que indica que há muita cobrança no setor. Outra

questão que obteve um resultado negativo foi referente ao trabalho sob pressão (média= 4,25; desvio padrão= 3,53). E também que existe uma forte fiscalização para cumprimento das metas (média= 4,32; desvio padrão=2,83). Como ponto positivo ressalta-se que a conclusão do trabalho é feita dentro dos prazos (média=7,04; desvio padrão=2,56).

A excessiva cobrança de prazos para o cumprimento das tarefas, trabalho sob pressão e forte fiscalização para cumprimento das metas é, consensualmente, as mais expressivas fontes de problemas dos trabalhadores, produtoras de vivências de mal-estar no trabalho. Em contrapartida, do ponto de vista mais positivo, sendo possível a conclusão dos trabalhos dentro dos prazos estabelecidos é uma fonte menor dos problemas vivenciados. Nesse aspecto específico, constatou-se a coexistência, com tendência positiva, dos sentimentos de bem-estar e mal-estar no trabalho. Apesar desse resultado, esse fator também apresentou um desvio padrão geral de 3,06, indicando maior variabilidade nas respostas em relação à média.

Quanto aos aspectos relativos às “relações socioprofissionais de trabalho”, eles são apresentados na Tabela 3.

Tabela 3 – Relações socioprofissionais de trabalho

Questão	Média	Mediana	Desvio Padrão	Nível de QVT
Minhas relações de trabalho com os colegas são harmoniosas	7,89	8	1,95	Bem-Estar Moderado ++
Minhas relações de trabalho com a chefia são cooperativas	7,39	8,5	2,64	Bem-Estar Moderado ++
Tenho liberdade (autonomia) na execução das tarefas	7,04	7,5	2,56	Bem-Estar Moderado ++
A comunicação entre funcionários é satisfatória	7,39	8	2,38	Bem-Estar Moderado ++
Minha chefia imediata tem interesse em me ajudar	7,79	9	2,71	Bem-Estar Moderado ++
No meu setor tenho liberdade para dizer o que penso sobre o trabalho	7,79	8	2,44	Bem-Estar Moderado ++
A convivência no ambiente de trabalho é harmoniosa	8,04	8	2,01	Bem-Estar Intenso +++
Há confiança entre os colegas	7,21	7	2,51	Bem-Estar Moderado ++
É fácil o acesso à chefia imediata	8,68	9	1,68	Bem-Estar Intenso +++
Tenho livre acesso às chefias superiores	7,21	7,5	2,57	Bem-Estar Moderado ++
O comportamento gerencial é caracterizado pelo diálogo	7,75	7,5	2,08	Bem-Estar Moderado ++
Não existem dificuldades na comunicação entre chefia e subordinado	7,39	8	2,59	Bem-Estar Moderado ++
Meus colegas de trabalho demonstram disposição em me ajudar	7,68	7	1,72	Bem-Estar Moderado ++
Não é comum o conflito no ambiente de trabalho	7,32	7,5	2,40	Bem-Estar Moderado ++

A distribuição das tarefas é justa	6,64	7	2,92	Bem-Estar Moderado +
Total Geral	7,55	8	2,38	Bem-Estar Moderado

Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

Pela análise da Tabela 3, o fator 3 “Relações socioprofissionais de trabalho” obteve uma média geral de 7,55, e mediana de 8, o que indica bem-estar moderado, o qual evidencia a predominância de representações de bem-estar no trabalho, que devem ser mantidas e consolidadas no ambiente organizacional. Com relação às questões analisadas, a que teve maior média (média= 8,68; desvio padrão= 1,68), foi de que o acesso a chefia é fácil, seguindo de que a convivência no ambiente de trabalho é harmoniosa (média= 8,04; desvio padrão= 2,01). Em relação ao interesse da chefia em ajudar e a liberdade dentro do setor teve uma média igual de 7,79, com medianas de 9 e 8, respectivamente, e com desvio padrão de 2,71 e 2,44. Como ponto negativo, com a menor média, porém com maior variabilidade nas respostas, foi a questão da justiça na distribuição de tarefas (média= 6,64; desvio padrão= 2,92).

Tais resultados mostram que, do ponto de vista positivo, o acesso a chefia é de fácil, a convivência é harmoniosa e há liberdade dentro do setor, consensualmente mostra bem-estar no trabalho. Entretanto, do ponto de vista mais crítico é a questão de não ser justa a distribuição de tarefas, que predomina como fonte de problemas dos trabalhadores, portanto, produtora de vivências de mal-estar no trabalho.

A Tabela 4 apresenta os resultados do fator “Reconhecimento e crescimento profissional.

Tabela 4 – Reconhecimento e crescimento profissional

Questão	Média	Mediana	Desvio Padrão	Nível de QVT
A prática do reconhecimento contribui para minha realização profissional	7,71	8	2,32	Bem-Estar Moderado ++
A empresa oferece oportunidade de crescimento profissional	7,46	7,5	2,19	Bem-Estar Moderado ++
O reconhecimento do trabalho coletivo é uma prática efetiva na empresa	6,96	7,5	2,73	Bem-Estar Moderado +
Recebo incentivos da minha chefia	7,36	8	2,77	Bem-Estar Moderado ++
Sinto-me reconhecido pela empresa onde trabalho	6,96	7,5	2,9	Bem-Estar Moderado +
O resultado obtido com meu trabalho é reconhecido	6,93	7	2,69	Bem-Estar Moderado +
Minha dedicação ao trabalho é reconhecida	6,93	7	2,79	Bem-Estar Moderado +
Há incentivos da chefia para crescimento na carreira	7,43	7,5	2,25	Bem-Estar Moderado ++
O desenvolvimento pessoal é uma possibilidade real no meu setor	7,36	7	2,38	Bem-Estar Moderado ++

Tenho apoio das chefias para meu desenvolvimento profissional	6,89	7,5	3,03	Bem-Estar Moderado +
Tenho possibilidade de ser criativo no meu trabalho	6,79	8	3,22	Bem-Estar Moderado +
O reconhecimento do trabalho individual é uma prática efetiva no meu setor	6,71	7	3,11	Bem-Estar Moderado +
As oportunidades de crescimento são iguais para todos	6,29	7	3,44	Bem-Estar Moderado +
Total Geral	6,98	7	2,76	Bem-Estar Moderado

Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

No fator “Reconhecimento e crescimento profissional” obteve uma média geral de 6,98 e uma mediana de 7, caracterizado pelo bem-estar moderado, o que evidencia uma predominância de promoção da saúde no trabalho. As questões que mais se destacaram com as maiores médias foram com relação a prática do reconhecimento contribuindo para a realização profissional do colaborador (média= 7,71; desvio padrão= 2,32) e que a empresa oferece oportunidade de crescimento (média= 7,46; desvio padrão= 2,19). Porém, como ponto negativo com a menor média e o maior desvio padrão foi a questão de que as oportunidades de crescimento são iguais para todos (média= 6,29; desvio padrão= 3,44).

Com base nessas informações, do ponto de vista mais positivo, os trabalhadores são, do mesmo modo, categóricos, revelando que a prática do reconhecimento contribui na realização profissional e que a empresa oferece oportunidade de crescimento, representando uma fonte inequívoca de bem-estar no trabalho, porém do ponto crítico, essas oportunidades de crescimento não são iguais para todos.

A Tabela 5 apresenta os resultados do fator “Elo trabalho-vida social”

Tabela 5 – Elo trabalho-vida social

Questão	Média	Mediana	Desvio Padrão	Nível de QVT
No meu setor, as atividades que realizo são fonte de prazer	6,00	6	3,06	Bem-Estar Moderado +
Gosto da empresa onde trabalho	8,04	9	2,28	Bem-Estar Intenso +++
A sociedade reconhece a importância do meu trabalho	7,43	8	2,57	Bem-Estar Moderado ++
O tempo de trabalho que passo na empresa me faz feliz	7,29	8,5	2,89	Bem-Estar Moderado ++
O trabalho que faço é útil para sociedade	8,68	9,5	1,76	Bem-Estar Intenso +++
Sinto que sou importante para meu setor	7,89	9	2,54	Bem-Estar Moderado ++
Sinto-me mais feliz no trabalho do que em minha casa	3,75	2	3,53	Mal-Estar Moderado +

Sinto-me mais feliz no trabalho do que com minha família	3,14	2	3,04	Mal-Estar Moderado +
Sinto-me mais feliz no trabalho do que com meus amigos	3,82	3	3,46	Mal-Estar Moderado +
Sinto que meu trabalho me faz bem	6,93	8	2,81	Bem-Estar Moderado +
Total Geral	6,30	7	3,39	Bem-Estar Moderado

Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

No fator “Reconhecimento e crescimento profissional” obteve uma média geral de 6,30 e uma mediana de 7, caracterizado pelo bem-estar moderado, o que evidencia uma predominância na promoção da saúde no trabalho. Com relação as questões analisadas, as maiores médias foram que o trabalho que o colaborador realiza é útil para a sociedade (média= 8,68; desvio padrão= 1,76), e que gostam da empresa em que trabalham (média= 8,04; desvio padrão= 2,28). Porém, as menores médias foram relacionadas com o sentimento de felicidade em estar no trabalho em detrimento de estar com a família (média= 3,14; desvio padrão= 3,04) ou amigos (média= 3,82; desvio padrão= 3,46).

Constata-se que do ponto de vista mais crítico é de que os colaboradores se sentem mais felizes com suas famílias do que no trabalho. Do ponto de vista mais positivo, os trabalhadores avaliam que o trabalho que realizam é útil para a sociedade e gostam da empresa em que trabalham, indicando bem-estar no trabalho.

Em comparação com a pesquisa de Leite et al. (2017), com relação às questões respondidas sobre qualidade de vida, verificou-se também que a interação com os colegas e seus superiores e o reconhecimento do trabalho são de suma importância na empresa, sendo visto de modo satisfatório pela maioria dos colaboradores.

Isso corrobora com Saravani et al. (2013) e Paixão et al. (2016), uma vez que o colaborador se sente satisfeito no ambiente de trabalho, encontra motivação para aprimorar suas habilidades e pode responder positivamente ao aumento de seu desempenho.

5. Considerações Finais

Esta pesquisa foi realizada com o objetivo geral de analisar a situação que se encontra a qualidade de vida no trabalho dos colaboradores de instituições bancárias do município de Toledo no Paraná, sendo que os objetivos específicos foram identificar o perfil dos colaboradores das instituições bancárias e investigar os fatores que causam mal-estar e bem-estar no trabalho.

Examinando os resultados obtidos após as etapas de coleta e análise de dados, constatou-se que os colaboradores das agências bancárias do Banco do Brasil e do Banco Itaú do município de Toledo, PR, estão satisfeitos em relação as oportunidades de crescimento dentro da instituição, visto que o espaço físico é satisfatório e sua chefia é fácil de contatar, representando assim uma fonte de bem-estar no trabalho. Em contrapartida, também se pode destacar que a cobrança excessiva por resultados é considerada um dos fatores de mal-estar para o colaborador, seguindo da ideia de que esses colaboradores se sentem mais feliz com suas famílias do que com o trabalho.

Com os resultados obtidos na pesquisa quando o indivíduo encontra uma organização adequada de trabalho, sem excessos e opressão, e com condições ambientais adequadas, ele terá uma experiência ótima de trabalho e, consequentemente, sua QVT será representada por uma presença adequada no trabalho.

Por outro lado, quando o indivíduo não percebe sentido no seu trabalho, ele acaba por ficar doente, levando-o a elaborar, consciente ou inconscientemente, estratégias defensivas que vão refletir na sua QVT. Ele começa a se ausentar do trabalho, não se compromete mais com a organização e nem com o trabalho em si, deixa de cooperar com colegas, superiores e até mesmo clientes e, muitas vezes, não consegue equilibrar o trabalho com a vida pessoal, com isso pode-se dizer que a promoção da QVT é um conjunto de atividades para promover um ambiente de trabalho saudável e que faz sentido ao indivíduo.

Essa pesquisa atingiu seus objetivos, porém teve como limitação, o tamanho da amostra que abrangeu 57,14% da população investigada. Sugere-se para estudos futuros a realização de pesquisas similares em outras instituições e municípios envolvendo mais participantes, sendo possível analisar se as informações aqui levantadas são recorrentes nas instituições e se há divergência dos resultados entre os municípios.

REFERÊNCIAS

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Ap. de Souza. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Editora Pearson, 2007.

BOWDITCH, J. L.; BUONO, A. F. **Elementos de comportamento organizacional**. São Paulo: Pioneira, 1992.

CAJUEIRO, Roberta Liana Pimentel. **Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos**: Guia prático do estudante. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

CAMPOS, N. M. **Qualidade de vida no trabalho dos servidores técnico administrativos do Instituto Federal Sul-Rio-Grandense lotados em Pelotas**. 2016. 93 f. (Dissertação de mestrado) Universidade Católica de Pelotas, Pelotas-RS, Brasil, 2016.

FERNANDES, E. **Qualidade de vida no trabalho: como medir para melhorar**. 5. ed. Salvador: Casa da Qualidade, 1996.

FERREIRA, A.C.M. **Qualidade de vida no trabalho: uma abordagem centrada no olhar dos trabalhadores**. Brasília, DF: Ler, Pensar, Agir, 2011.

FERREIRA, A.C.M. **Satisfação no trabalho de docentes de uma instituição pública de ensino superior: reflexos na qualidade de vida**. 2011. 126 f. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.

GARCIA, E. O. P. O conteúdo significativo da qualidade de vida no trabalho para funcionários públicos de uma secretaria de saúde. **Revista Eletrônica Gestão e Serviços**, v. 1, n. 1, p. 76-94, 2010.

KNECHTEL, Maria do Rosário. Metodologia da pesquisa em educação: **uma abordagem teórico-prática dialogada**. Curitiba: Intersaberes, 2014.

LIMONGI-FRANÇA, Ana C. **Qualidade de Vida no Trabalho-QVT: Conceitos e Práticas nas Empresas da Sociedade Pós-industrial**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LEITE, Elaine Oliveira; GUIMARÃES, Jessica Ribeiro; PIRES, Kelli C. Barbosa. **Qualidade de vida e estresse no setor bancário**. 2017. 32 f. Monografia. FAAT-Faculdade Atibaia, Atibaia, 2017.

PAIXÃO, A. R.; BARBOSA, M. A. C. Satisfação no trabalho: um estudo na agência da caixa econômica federal de Cícero Dantas – BA. Id on Line. **Revista Multidisciplinar e de Psicologia**, v. 10, n. 30, p. 10-26, 2016. Disponível em: <<https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/428/534>>. Acesso em: 26 mai. 2020.

SARAVANI, S. R.; ABBASI, B. Investigating the influence of job rotation on performance by considering skill variation and job satisfaction of bank employees. **Technical Gazette**, v. 20, n. 3, p. 473-478, 2013.

SILVA, J. L.; NAVARRO, V. L. Organização do trabalho e saúde dos trabalhadores bancários. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 20, n. 2, p. 226-234, 2012.

A SATISFAÇÃO DOS FUNCIONARIOS SOBRE O ENDOMARKETING EM UMA EMPRESA NA CIDADE DE CASCAVEL – PR

Maria Nathalya Wisnievski Alves¹
Alex Sandro Rodrigues dos Santos²

Resumo: O objetivo do presente artigo foi demonstrar o endomarketing usado pelas cooperativas para cultivar o bom relacionamento e comunicação com os colaboradores, onde é possível notas as qualidades trazidas pelo mesmo quando aplicado de forma de correta e bem sucedida e o quanto os colaboradores demonstram mais interesse por seus trabalhos quando são valorizados e notados como parte daquela instituição e não apenas uma máquina de trazer dinheiro para suas empresas. E por fim mostrar como a comunicação muda o desempenho dos colaboradores e o quanto isso afeta nos resultados de forma positiva.

Palavras-chave: Endomarketing. Comunicação. Qualidade de vida.

1. Introdução

O artigo a seguir tem como objetivo trazer uma análise, do endomarketing nas cooperativas de credito de cascavel-PR, mais especificamente o Sicoob, onde a cooperativa tem como sua maior fonte de lucro seus próprios colaboradores.

Tratando de alguns dados que mostram que investir em seus colaboradores é o mesmo de investir em sua empresa, pois dessa forma o colaborador passa a se dedicar mais a seu trabalho trazendo com ele melhores resultados.

Para atingir os objetivos da pesquisa é necessário entender o que é o endomarketing e qual o impacto gerado pelo mesmo no público interno de cada empresa e os reais motivos de se fazer esse tipo de investimento.

Dessa forma buscamos compreender como fazer com que empresas que ja não estão em alto no mercado podem voltar ao pódio com apenas uma ferramenta interna, que faz com que as pessoas que nela trabalham queiram fazer dela o melhor lugar para se trabalhar, através de reconhecimentos e comunicação gerada pela empresa.

¹ Acadêmico do Curso de Administração da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL.

² Esp. em Endomarketing comunicação interna e qualidade de vida no trabalho.

2. Desenvolvimento

O marketing

Marketing é todo e qualquer processo que é realizado com o intuito de localizar os clientes potenciais, atender e satisfazer suas necessidades, incluindo o relacionamento entre empresa e cliente.

“O Marketing é uma função gerencial, que busca ajustar a oferta da organização a demandas específicas do mercado, utilizando como ferramenta um conjunto de princípios e técnicas. Pode ser visto, também, como um processo social, pelo qual são reguladas a oferta e a demanda de bens e serviços para atender às necessidades sociais. É, ainda, uma orientação da administração, uma filosofia, uma visão” (ROCHA, 1999 p.15).

Visão empresarial da American Marketing Association “Marketing é o processo de planejar e executar a concepção, a determinação do preço, a promoção e a distribuição de ideias, produtos e serviços para criar trocas que satisfaçam metas individuais e organizacionais.” (CHURCHILL e PETER, 2000)

Las Casas (2009, p.1) aponta a grande concorrência nos diferentes segmentos da economia como responsável pela necessidade das empresas comercializarem de forma mais eficiente, seus produtos e serviços. No seu dizer o marketing sofre também críticas, e se depara com correntes de oposição, porém, tanto fora como dentro do ambiente acadêmico, percebesse um grande interesse pelo assunto, cujo maior destaque se dá fora, onde executivos se servem do marketing para promoverem melhores resultados das empresas. O autor ressalta que convém lembrar, que além das razões mencionadas, sempre haverá oportunidade para a aplicação das técnicas de marketing em alguma ocasião da vida de qualquer pessoa. Ao sair da universidade, o estudante fará o seu próprio marketing ao procurar emprego.

Endomarketing

O endomarketing, é todo o trabalho que as empresas e organizações realizam com seu público interno, promovendo a fidelidade entre empresa e colaborador.

Dias (2003) coloca o Endomarketing como eliminador de problemas de relacionamento e conseqüentemente, gerador de competitividade, pois quando o relacionamento interno é bom, a produtividade é maior e a empresa se coloca competitiva no mercado.

Cerqueira (2005) confirma que o Endomarketing prova que os colaboradores só são excelentes quando percebem que a empresa respeita seus valores, suas ideias e investem no seu desenvolvimento, a fim de acreditar no potencial dos mesmos, para suas possíveis satisfações e carreiras dentro da organização. O Endomarketing é, portanto, um processo que visa adequar a empresa ao atendimento do mercado, tornando-a mais competitiva a partir da integração de seus funcionários à estrutura organizacional.

Comunicação interna

A comunicação interna é a forma que criamos vínculos entre instituição e colaboradores, onde acontece a interação e compartilhamento de informações. A comunicação interna faz com que as empresas tenham melhores resultados de engajamento e até altas nos resultados financeiros. Como afirma Eduardo Pinto (1994, p. 8), A comunicação empresarial dá um salto, nestes tempos de globalização da economia: deixa de ser acionada em situações emergenciais para inserir-se como um sistema estratégico fundamental para auxiliar a organização a atingir suas metas e para otimizar relações interpessoais.

A comunicação interna causa em seus colaboradores boas impressões, dessa forma os mesmos se sentem motivados e seguros em seus ambientes de trabalho, tendo a empresa o melhor desempenho desse colaborador como retorno de seu investimento na comunicação.

Bekin (2004, p.98) lembra que a maioria das empresas informa, mas não se comunica” Ou seja entendemos que a informação precisa de um retorno, um feedback para que seja validada, pois muita das vezes o receptor recebe a informação mas não a digere, precisando então partilhar seu entendimento. A organização persegue um equilíbrio entre as partes que a formam. Seu equilíbrio é resultante da disposição ordenada entre suas partes. Essa integração é obtida graças ao processo comunicacional. Pode-se afirmar, em consequências, que quando se organiza uma empresa, como bem lembra Lee Thayer, na verdade está se organizando o processo de comunicação entre suas partes. (REGO, 1986, p. 16).

O público interno

Público interno é toda equipe que compõe um quadro de colaboradores de determinada empresa, fazendo com que a mesma funcione.

Para Fortes (2003) público interno origina-se de pessoas e de grupos ligados à empresa por relações funcionais oficializadas, que caracterizem o empregador e empregado, sendo que todo e qualquer contratado é enquadrado como público interno.

Esse público precisa estar por dentro de todas as normativas da empresa, para que ele se sinta parte da mesma, assim esse colaborador vai zelar e cuidar naquilo que aparentemente é sua casa também.

Para Sampaio (2002) esse público precisa ter conhecimento de todos os objetivos da organização, suas metas, missão, valores e produtos, e impulsionar as ações necessárias para que a comunicação com público externo aconteça.

Segundo BUENO (2002), essa nova postura, adotada pelas empresas é consequência de um mundo em constante mudança, em que a competitividade ganha cada vez mais espaço, dando aos consumidores maior acesso à informação e poder de escolha.

Dessa forma os colaboradores passaram a ter mais valores sendo mais vistos no mercado de trabalho, onde podem ser concorridos através de benefícios e salários apresentados por empresas concorrentes, desta forma quando as empresas percebem que tem em suas empresas talentos bons eles acabam dando maior valor ao seu público interno para não perde-los para concorrência.

Qualidade de vida no trabalho

Com o tempo as empresas passaram a entender que sua maior fonte de lucro está dentro dela mesma sendo ela seus colaboradores, assim começaram a buscar formas de investimento em nós mesmos pois identificaram que uma pessoa feliz realiza melhor suas atividades do dia a dia.

Segundo RODRIGUES (1999) com outros títulos e em outros contextos, mas sempre voltada para facilitar ou trazer satisfação e bem-estar ao trabalhador na execução de suas tarefas, a qualidade de vida sempre foi objeto de preocupação da raça humana.

No século XX, diversos, pesquisadores contribuíram para o estudo sobre a satisfação do indivíduo no trabalho, pesquisa que foram altamente importantes para o desenvolvimento dos estudos sobre o comportamento humano, sobre o que motiva o trabalhador para que ele tome as metas da organização para si.

Conclui-se que o trabalhador é motivado através de metas e recompensas, Douglas McGregor, autor da Teoria X, por sua vez, considerava, entre outras coisas, que o

compromisso com os objetivos dependem das recompensas a sua consecução, e que o ser humano não só aprende a aceitar as responsabilidades, como passa a procura-las conforme FERREIRA, REIS e PEREIRA (1999).

Quando os três estados estiverem presentes - que é, quando os ocupantes dos cargos considerarem que o trabalho é significativo, sentirem pessoalmente responsáveis pelos resultados e tiverem conhecimento dos resultados de seu trabalho - eles estariam internamente motivados para desempenhar bem. Eles não seriam capazes de darem desculpas para si mesmos que trabalhariam bem se o trabalho não tivesse falta de significado, ou que eles estavam apenas seguindo tarefas exigidas por alguém, ou que o trabalho não desse informações sobre como eles o estavam desempenhando. (Hackman e Oldham, 2010, p. 464).

3. Metodologia

O método utilizado para a pesquisa é o estudo de caso, onde Gil diz:

Gil (2002) diz que consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante outras metodologias, sendo esta uma modalidade de pesquisa utilizada nas ciências sociais e biomédicas, o mesmo autor explicita que essa modalidade pode ser dividida em várias etapas como: formulação do problema, definição da unidade-caso, determinação do número de casos, elaboração do protocolo, coleta de dados, avaliação e análise dos dados e preparação do relatório.

Utilizado por ser um método altamente eficaz na exposição de todos os aspectos que rodeiam o tema.

Quanto a tipologia de pesquisa objetivo dessa pesquisa é analisar a aplicação do endomarketing nas cooperativas de crédito na cidade de Cascavel, para isso vamos usar uma pesquisa descritiva, segundo, Barros e Lehfeld, 2007 Na pesquisa descritiva realiza-se o estudo, a análise, o registro e a interpretação dos fatos do mundo físico sem a interferência do pesquisador. São exemplos de pesquisa descritiva as pesquisas mercadológicas e de opinião.

Quanto a coleta de dados será realizada através de questionários por meio de entrevistas, aplicadas em colaboradores de cooperativas de crédito de Cascavel, segundo Parasuraman (1991), um questionário é tão somente um conjunto de questões, feito para gerar os dados necessários para se atingir os objetivos do projeto. Embora o mesmo autor afirme que nem todos os projetos de pesquisa utilizam essa forma de instrumento de

coleta de dados, o questionário é muito importante na pesquisa científica, especialmente nas ciências sociais.

A análise será realizada através de pesquisas qualitativas, que segundo Silva & Menezes (2000, p. 20), a pesquisa qualitativa considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e atribuição de significados são básicos no processo qualitativo. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem.

Esse método de análise, tem como objetivo analisar dados que foram coletados através de instrumentos de coleta, nesse caso o questionário citado no tópico 3.

Quanto a delimitação da pesquisa nesse trabalho será analisado através de questionário aplicado nos colaboradores o impacto da aplicação do endomarketing nas cooperativas de credito de Cascavel-PR. O questionário será aplicado para alguns colaboradores das cooperativas de credito, assim esperamos um retorno de todos os mesmos, expressando suas opiniões sobre o tema.

4. Resultados

Os resultados a seguir são referentes a aplicação de questionário em diferentes agencias da cooperativa de credito de cascavel Sicoob, onde colaboradores de algumas áreas diferentes expuseram suas opiniões em questão a comunicação interna do Sicoob e da aplicação do endomarketing.

Tabela 1 - Idade A primeira questão foi utilizada para buscar o setor do entrevistado.

Função	Número de respostas	Porcentagem
Comercial	20	80%
Administrativo	05	20%

Fonte: Pesquisa do autor (2020)

A maioria dos entrevistados e stão alocados nos setores comerciais e a minoria são alocados nos setores administrativos.

Tabela 2 - As informações da organização são transmitidas com eficiência?

Opções	Número de respostas	Porcentagem
Concordo totalmente	3	12%
Concordo parcialmente	12	48%
Nem concordo Nem discordo.	3	12%
Discordo parcialmente	3	12%
Discordo totalmente	4	16%

Fonte: Pesquisa do autor (2020)

A maioria das pessoas concordam parcialmente que as informações são parcialmente transmitidas, e o restante estão divididos em partes quase iguais entre 12% e 16%.

Tabela 3 - As informações internas são claras e acessíveis a todos os colaboradores? A questão buscou identificar a clareza e acessibilidade de informações repassadas.

Opções	Número de respostas	Porcentagem
Concordo totalmente	3	12%
Concordo parcialmente	10	40%
Nem concordo Nem discordo.	2	8%
Discordo parcialmente	6	24%
Discordo totalmente	2	8%

Fonte: Pesquisa do autor (2020)

Os resultados mostram basicamente a mesma informação da planilha anterior, grande maioria seguem compartilhando da mesma opção de concordar parcialmente, e outra parte discorda parcialmente da clareza e acessibilidade das informações.

Tabela 4 - Quais os canais de comunicações interna que você considera mais eficiente? A partir desta questão vamos identificar quais os meios de comunicação mais eficientes:

Opções	Número de respostas	Porcentagem
Intranet	6	24%
Mural de eventos/recados	0	0%
Reuniões, reuniões corporativas.	10	40%
e-mail corporativo	9	36%
Não possui canais de comunicação	0	0%

Fonte: Pesquisa do autor (2020)

O resultado ficou bem dividido em entre e-mail corporativo, mural de eventos e a intranet que é um meio de comunicação interno dessa forma podemos identificar que temos diferentes meios de comunicação, dessa forma é possível ver que a comunicação é repassada de diferentes formas.

Tabela 5 - Com relação ao tempo, as informações chegam?

Opções	Número de respostas	Porcentagem
Extremamente rápida	3	12%
Parcialmente rápido	8	32%
Médio	7	28%
Parcialmente lento	3	12%
Extremamente lento	4	16%

Fonte: Pesquisa do autor (2020)

Os resultados são visivelmente divididos e notáveis que a velocidade das informações não agrada um número legal de colaborador, e é um ponto que devemos rever, os dados mostram que uma grande maioria está em parcialmente rápido seguido de mediano.

Tabela 6 - A comunicação interna é um ponto forte da organização?

Opções	Número de participantes	Porcentagem
Concordo totalmente	0	0%
Concordo parcialmente	10	40%
Nem concordo nem discordo	3	12%
Discordo parcialmente	7	28%
Discordo totalmente	4	8%

Fonte: Pesquisa do autor (2020)

Através desse questionário foi possível identificar que uma grande maioria estão de acordo que a comunicação é interna é um grande forte da cooperativa, apesar de parte da equipe discordar.

Tabela 7 - Qual o seu grau de satisfação em relação a apresentação dos novos produtos e serviços ao colaborador antes do mercado externo?

Opções	Número de respostas	Porcentagem
Extremamente satisfeito	3	12%
Parcialmente satisfeito	11	44%
Nem satisfeito, nem insatisfeito	3	12%
Parcialmente insatisfeito	3	12%
Extremamente insatisfeito	4	16%

Fonte: Pesquisa do autor (2020)

Com a pesquisa podemos observar que uma maioria esta parcialmente satisfeito com a apresentação dos novos produtos primeiro para a cooperativa e um número razoável de colaboradores estão entre as outras opções.

Tabela 8 - Qual a satisfação dos funcionários com relação as sugestões e ideias repassadas a cooperativa?

Qual sua opinião sobre a propaganda ?	Número de respostas	Porcentagem
Extremamente satisfeito	4	16%
Parcialmente satisfeito	12	48%
Nem satisfeito, nem insatisfeito	0	0%
Parcialmente insatisfeito	8	32%
Extremamente insatisfeito	0	0%

Fonte: Pesquisa do autor (2020)

A partir dessa pesquisa podemos identificamos que a maioria está de acordo que as sugestões são passadas para a cooperativa de forma eficiente, assim é possível é identificar que são colocados em práticas alguns dos projetos que são ideias dos colaboradores.

Tabela 9 - Você considera que as informações que chegam até você, são?

Opções	Número de respostas	porcentagem
Extremamente interessantes	5	20%
Muito interessantes	9	36%
Relativamente interessantes	10	40%
Ligeiramente interessantes	0	0%
Nada interessantes	0	0%

Fonte: Pesquisa do autor (2020)

A partir dessa pesquisa é possível identificar que a grande maioria dos colaboradores estão bem satisfeitos com as informações que chegam até eles, dessa forma as informações são bem utilizadas e bem repassadas para a grande maioria dos colaboradores, essa informação é extremamente importante pois tudo o que se passa para a cooperativa chega até todos ou maioria deles.

5. Considerações Finais

Após analisar todos os dados retirados de artigos e da pesquisa, podemos chegar a conclusão que a ferramenta endomarketing tem o um único objetivo de trazer melhores resultados para as empresas que a aplicam sendo eles através de seus funcionários, quando bem aplicada foi possível observar como todo o clima organizacional desde o mais alto até o mais baixo, andam em conjunto toda empresa passa melhorar, dessa forma os lucros são apenas uma resposta de todo o investimento feito nos colaboradores.

Dessa forma é possível notar que apesar de ser um investimento muitas vezes alto ele acaba se pagando com o decorrer do tempo onde os colaboradores passam a fazer

de suas empresas extensões de seus lares e assim dando de si o melhor para terem bons resultados e serem reconhecidos.

É claro que é uma via de mão dupla onde deve existir uma aceitação também de seus colaboradores, porém uma maioria de vezes é uma ferramenta assertiva, que traz para dentro das empresas a comunicação, que diminui a rotatividade e abstenção e também faz com as pessoas tenham mais felicidade em trabalhar, mais segurança e conforto em suas empresas.

A comunicação é um ponto chave em todas as áreas de nossas vidas e na profissional não podia ser diferente, quando temos a liberdade de nos comunicar conseguimos resolver os problemas antes que os mesmos tragam algum prejuízo para nossas empresas, assim o endomarketing começa a partir da comunicação de todas as áreas.

REFERÊNCIAS

CHAGAS, Anivaldo Tadeu Roston; **O questionário na pesquisa científica**, disponível em: https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/1255609/mod_resource/content/0/O_questionari_na_pesquisacientifica.pdf

CHAER, Galdino; DINIZ, Rafael Rosa Pereira; RIBEIRO, ELISANA, Antonia; **A técnica do questionário na pesquisa educacional**, disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/maio2013/sociologia_artigos/pesquisa_social.pdf

DOMINGUES, Rosely Mana. Público Interno: **Alicerce fundamental para o posicionamento de marca**, disponível em:

<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2012/resumos/r33-1770-1.pdf>

MELO, Brenda Marques Madureira de; **Cominicação interna: uam ferramenta estrategica para o sucesso empresarial**. Disponível em; <http://www.ufjf.br/facom/files/2013/04/BMMdeMelo.pdf>

O Estudo de Caso como Método de Pesquisa Científica;

<https://classecontabil.com.br/o-estudo-de-caso-como-metodo-de-pesquisa-cientifica/>

PINHEIRO, Rafaela Cristina Emiliano. **A importancia d comunicação interna para o sucesso organizacional**. Disponível em:

https://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/k213189.pdf

VASCONCELOS, Anselmo Ferreira. **Qualidade de vida no trabalho: origem, evolução e perspectivas**. Disponível em:

<http://www.luzimarteixeira.com.br/wp-content/uploads/2009/06/qualidade-de-vida-no-trabalho-origem.pdf>

A VANTAGEM COMPETITIVA DE UMA ADMINISTRADORA DE CONDOMÍNIOS NA CIDADE DE CASCAVEL – PR DE ACORDO COM O MODELO DA VISÃO BASEADA EM RECURSOS

Jéssica Rafaella Nichel Freisleben¹
Janaina Kriguer²

Resumo: O objetivo desta pesquisa foi descrever como funciona uma administradora de condomínios e por conseguinte fazer uma análise internamente de como é possível obter vantagem competitiva e quais são suas forças e fraquezas diante seus concorrentes. Foi utilizado o modelo da visão baseada em recursos e também um demonstrativo de suas forças e fraquezas como instrumentos de análise de dados. Neste estudo, foi possível concluir que, a empresa tem uma forte vantagem competitiva internamente e também há mais forças do que fraquezas no momento atual. Assim foi demonstrado que a empresa se porta bem diante o mercado e procura sempre a excelência do seu serviço prestado.

Palavras-chave: Condomínios. Vantagem Competitiva. Forças e Fraquezas.

1. Introdução

Entre os anos de 1950 e 1980, em decorrência da industrialização a urbanização nas cidades brasileiras teve um crescimento notável, dessa forma começou a ocorrer a migração da população do campo para a cidade, e também o espaço rural começou a se transformar em urbano.

Conforme a expansão avançou, as aglomerações de pessoas em certas áreas também. Com isso a busca por espaço, segurança e preço atrativo fizeram com que o processo de verticalização começasse a se tornar mais presente nas grandes metrópoles, e por esse motivo surgiram os condomínios.

Os condomínios sejam eles verticais ou horizontais são uma tendência na sociedade, diante deste novo cenário surge uma mudança de comportamento dos consumidores, e sendo assim, as empresas começaram a se adequar conforme o mercado e a necessidade dos clientes. Por consequência surgiram as administradoras de condomínios que fazem parte dessa nova ascensão da sociedade.

O objetivo geral desta pesquisa, foi de analisar a visão baseada em recursos na capacidade de gerar vantagem competitiva, de uma administradora de condomínios na cidade de Cascavel – PR, tendo como base os autores Jay B. Barney e William S. Hesterly

¹ Formanda do curso de Administração do Centro Universitário UNIVEL – 2020.

² Mestre em Administração pela PUC/PR – Professora orientadora.

(2017). Para tanto, os objetivos específicos foram: (a) descrever o segmento de uma administradora de condomínios; (b) apontar a influência da visão baseada em recursos na capacidade da empresa de gerar vantagem competitiva; e, finalmente (c) elaborar um quadro geral de forças e fraquezas no ambiente interno para a empresa analisada.

O tema dessa pesquisa é vantagem competitiva, e a pergunta problema que se pretende responder é: Considerando a concorrência acirrada no ramo de administração de condomínios na cidade de Cascavel, qual a influência da visão baseada em recursos na capacidade de gerar vantagem competitiva em uma administradora de condomínios na cidade de Cascavel – PR?

Assim, essa pesquisa foi desenvolvida para apresentar a influência da visão baseada em recursos na capacidade de gerar vantagem competitiva de uma administradora de condomínios na cidade de Cascavel durante o ano de 2020.

Uma das principais ideias e necessidades de se fazer um trabalho com essa temática é a importância de se ter uma vantagem competitiva para uma organização, e como isso pode influenciar nos seus objetivos e melhorar seu posicionamento diante aos concorrentes.

2. Desenvolvimento

2.1 Vantagem Competitiva e Estratégia Empresarial

A estratégia empresarial pode ser considerada um grupo de instruções para serem seguidas por uma organização, tendo em vista uma melhora na sua colocação frente as forças competitivas, destinação de recursos e também geração de operações entre as várias áreas da empresa.

A vantagem competitiva é quando a capacidade de agir dos concorrentes diminui e a empresa se posiciona na frente dos demais. Uma empresa só irá ter certeza que a estratégia utilizada gerou vantagem competitiva, quando seus concorrentes não conseguirem ou fracassarem ao tentarem copiar. (HITT; IRELAND; HOSKISSON, 2011).

A capacitação para disponibilizar produtos ou serviços que correspondem aos desejos e as necessidades dos clientes, passou a ser algo crucial para resultar em uma forma de diferenciação e sucesso se tornando uma estratégia competitiva.

Na formulação de uma estratégia competitiva de acordo com Porter (2004) é fundamental fazer uma análise da organização e seu ambiente, assim identificando quais são as regras competitivas em ação para então conseguir desenvolver uma estratégia.

Para obter sucesso em uma estratégia competitiva é essencial fazer pesquisas de todas as forças que são significativas para a organização, e os pontos fracos existentes, como uma forma se proteger, controlar ou até mesmo influenciar essas forças ao seu favor. Além de clarificar que algumas mudanças em certos pontos podem obter resultados melhores.

A parte mais importante e menos visível de uma estratégia é como a empresa constrói suas competências e suas vantagens competitivas para o futuro. As organizações precisam compreender que a concorrência consegue obter o que for necessário para melhorar seus objetivos e benefícios, com uma estratégia de criação de valor. (HITT; IRELAND; HOSKISSON, 2011).

Desta maneira, toda a empresa tem um grande desafio em gerenciar suas competências atuais e também elaborar novas. Os resultados de uma avaliação de todo o ambiente, as competências e também uma análise dos concorrentes, fazem com que a empresa consiga selecionar suas melhores estratégias para ter aptidão de aplicá-las. (HITT; IRELAND; HOSKISSON, 2011).

“No cenário competitivo atual, a avaliação dos executivos pode ser uma fonte particularmente importante de vantagem competitiva.” (HITT; IRELAND; HOSKISSON, 2011, p. 73).

Segundo Vanderley (2011) os colaboradores também são fundamentais para a empresa, pois o papel que desempenham e os resultados obtidos no ambiente interno também se tornam uma vantagem competitiva, desta maneira, uma organização precisa de funcionários competentes para conseguir encarar todos os obstáculos e dificuldades existentes no mercado atual.

O conjunto de todas as estratégias, métodos, recursos, capacidades e competências, sejam eles internos ou externos, e a implementação de uma inovação, gera uma vantagem competitiva para a empresa no mercado em que está inserido, ou seja, a organização fica menos exposta a crises e qualquer tipo de mudança no mercado, consegue manter seu desempenho e superar seus concorrentes, e por consequência obter os maiores lucros.

2.2 Modelo da Visão Baseada em Recursos

Atualmente, o modelo da visão baseada em recursos tem trazido um grande impacto nas empresas, tanto no pensamento estratégico como no conhecimento da organização, trazendo vários pontos importantes para as estratégias efetuadas no estado de competitividade que as organizações se encontram.

A utilização dessa teoria de recursos em uma análise é muito favorável para as empresas, permitindo um estudo em torno dos recursos internos, levando em consideração as forças e fraquezas na construção de estratégias para a obtenção de vantagem competitiva.

As estratégias que formam a base da vantagem competitiva de uma empresa, são os recursos e as capacidades. Segundo Barney e Hesterly (2017) os recursos são determinados como ativos tangíveis e intangíveis, que são controlados pela empresa e podem ser usados para gerar ou implantar estratégias.

Já as capacidades, “constituem um subconjunto dos recursos de uma empresa e são definidos como ativos tangíveis e intangíveis que permitem a empresa aproveitar por completo outros recursos que controla.” (BARNEY; HESTERLY, 2017, p. 67).

Os recursos e as capacidades de uma organização podem ser divididos em algumas categorias como: financeiros, físicos, humanos e organizacionais. Os recursos financeiros envolvem todo o dinheiro que a empresa tem, não importando a fonte. Os recursos físicos são todas as tecnologias físicas usufruídas pela organização. (BARNEY; HESTERLY, 2017).

Os recursos humanos constituem uma característica individual, abrangem as competências dos gerentes e colaboradores, e quanto mais forem utilizados na empresa mais ela conquista vantagem competitiva nos seus setores. Já os recursos organizacionais, são características de um grupo de pessoas, eles incluem “seus sistemas formais e informais de planejamento, controle e coordenação de sistemas, sua cultura e reputação.” (BARNEY; HESTERLY, 2017, p. 67).

2.2.1 Modelo VRIO

O modelo VRIO é um método que deriva do VBR, é utilizado para elaborar uma análise interna das forças e fraquezas da empresa. Este modelo corresponde a “quatro questões que devem ser consideradas sobre um recurso ou uma capacidade para

determinar seu potencial competitivo: as questões de Valor, Raridade, Imitabilidade e Organização.” (BARNEY; HESTERLY, 2017, p. 68).

Uma forma de reconhecer recursos e capacidades valiosas para uma organização, é explorar sua cadeia de valor, que são as tarefas que a empresa realiza para desenvolver, produzir e vender seus produtos ou serviços.

“Estágios diferentes nessa cadeia de valor requerem recursos e capacidades variadas e outras de escolhas na cadeia de valor das empresas podem levar a importantes diferenças entre os recursos e as capacidades controladas.” (BARNEY; HESTERLY, 2017, p. 93).

As fontes de paridade competitiva também são recursos valioso e comuns, sendo muito benéficas, assim como os recursos raros e onerosos de imitação também são uma fonte de vantagem competitiva. A organização que deixar de investir nesse tipo de recurso fica em desvantagem.

Os recursos e capacidades podem ser imitados por quatro razões: circunstâncias históricas únicas, ambiguidade casual, recursos e capacidade socialmente complexos e patentes.

Por fim a organização “consiste em sua estrutura formal de reporte, seus processos de controle formais e informais e sua política de remuneração.” (BARNEY; HESTERLY, 2017, p. 93). Todos esses recursos são apenas complementares, pois dificilmente são fontes individuais de vantagem competitiva.

Sendo assim para uma empresa criar vantagem competitiva, é mais viável explorar seus próprios mecanismos de recursos valiosos, raros e onerosos de imitar. (BARNEY; HESTERLY, 2017).

3. Metodologia

Quanto aos objetivos, essa pesquisa caracteriza-se como descritiva, pois buscou apresentar como o modelo da visão baseada em recursos pode influenciar uma administradora de condomínios, na cidade de Cascavel – PR a gerar vantagem competitiva. Quanto à abordagem do problema, essa pesquisa caracteriza-se como qualitativa e quanto aos procedimentos como documental.

Os dados usados para a análise da pesquisa foram levantados através de informações fornecidas pelo gerente, e pelos relatórios financeiros da empresa. Após a coleta, os dados foram tratados por meio de análise comparativa.

4. Resultados

A empresa analisada atua no segmento de administração de condomínios residenciais e comerciais, e hoje a mesma consiste em uma matriz situada na cidade de Maringá localizada ao norte do estado, e uma filial na cidade de Cascavel localizada no oeste do estado do Paraná.

A filial estudada surgiu no ano de 2014, tendo em vista a demanda do mercado, o crescimento da cidade e o potencial ainda maior na área de atuação. Atualmente possui uma carteira com 50 condomínios administrados, sendo 97% deles condomínios residenciais, 2% condomínios comerciais e 1% associações e clubes, grande parte deles localizados em Cascavel e região. Possui síndico profissional, para os condomínios que optarem por esse serviço. Obtendo um faturamento de R\$ 70.000,00 ao mês e aproximadamente R\$ 800.000,00 ao ano.

O quadro de pessoal da empresa é formado por 7 colaboradores, desempenhando as atividades administrativas, comerciais, financeiras, jurídicas, cobranças e departamento pessoal. Hoje conta com 1 diretor, 1 auxiliar financeiro, 2 auxiliares administrativos, 1 auxiliar de departamento pessoal, 1 auxiliar jurídico e 1 auxiliar de cobrança. Todos os colaboradores têm forte interação com síndicos, condôminos, funcionários dos condomínios e prestadores de serviço.

Sendo assim, a diretoria é responsável pelo funcionamento de toda empresa, pelo processo de identificação junto ao mercado para a obtenção de novos clientes, através de contatos telefônicos, postagem de folders e cartões, visitas aos interessados, envio de orçamentos, propostas e formalização de contratos. O mesmo também é responsável pelo assessoramento em questões jurídicas, pré e pós assembleias gerais, pela elaboração de atas, regimentos internos e convenções condominiais.

O departamento financeiro se caracteriza pelas atividades relacionadas as finanças dos condomínios, ou seja, controlar o caixa, contabilizar operações, recebimento e pagamento de faturas, emissão de boletos de cobrança, controlar e movimentar contas bancárias, inscrição e alteração de responsáveis pelo CNPJ, dentre outros. Já o departamento administrativo, é responsável pela confecção de balancetes mensais para prestação de contas, emissão de rateios com todas as contas do mês, para emissão de boletos das taxas condominiais e assessoramento aos síndicos.

O departamento pessoal é encarregado pela contratação de funcionários para os condomínios, emissão de contratos de trabalho, rescisão, análise de cartão ponto,

elaboração de folha de pagamento, emissão de holerites, férias e encargos. Emissão anual de RAIS – Relação Anual de Informações Sociais e também DIRF – Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte para os condomínios.

O auxiliar jurídico, assessora dentro de assuntos do âmbito judiciário, emite comunicados em geral, notificações, multas, registra atas de assembleias, orienta sobre o regulamento interno de cada condomínio, e por fim, é encarregado pelos processos judiciais. O departamento de cobrança é responsável pela efetuação das cobranças, e de acordos extrajudiciais para pagamentos de taxas condominiais em atraso.

A organização possui site institucional e aplicativo que contém informações da administradora, o mesmo possui interação com os condôminos onde os estes podem emitir segunda via de boletos, consultar atas, regimentos internos, convenções, balancetes de prestação de contas e reservas de salão de festas.

Portanto, a função principal de uma administradora de condomínios é auxiliar o síndico nas atividades cotidianas, dando suporte nas atividades administrativas e passando orientações sobre aspectos legais da rotina de um condomínio.

A cidade de Cascavel é a quinta mais populosa do estado do Paraná, e possui aproximadamente 332. 333 mil habitantes, conforme estimativa do IBGE em agosto de 2020. Com área de 2.100,831 km², o local possui mais de 2 mil condomínios tanto verticais como horizontais, além de aproximadamente 500 sendo construídos.

Com isso, vem a necessidade de uma empresa qualificada para assessorar os síndicos nas questões diárias, e retirar todas as atividades burocráticas que trazem um grande peso de responsabilidades e tempo, otimizando a função para se dedicar apenas a situações de interesse e demanda direta dos moradores, proprietários e associados.

Dessa forma os diretores acompanham o desenvolvimento e crescimento no ramo, para conseguir acompanhar e suprir as exigências do mercado e dos clientes.

4.1 Capacidade da empresa de gerar vantagem competitiva

Para descrever os recursos da empresa, optou-se por dividi-los em recursos tangíveis e intangíveis. Os recursos tangíveis que serão descritos, tratam das questões financeiras, organizacionais e tecnológicas. E os recursos intangíveis, são aqueles humanos, de inovação e relacionados a reputação.

Dentro da empresa, os recursos tangíveis se apresentam na forma de recursos financeiros. A empresa presta um serviço dessa forma não necessita fazer empréstimos para gerir o negócio, o valor que ela obtém para se manter é proveniente do serviço

prestado, com uma capacidade de receita de R\$ 70.000,00 ao mês e aproximadamente R\$ 800.000,00 ao ano.

Nos recursos organizacionais, todos setores emitem relatórios diários ao fim de cada dia trabalhado, com todas as atividades desenvolvidas que são enviadas ao diretor, e são avaliados também semanalmente através de acessos efetuados no sistema. Os diretores tomam as decisões, principalmente relacionado as necessidades dos clientes para qual se presta o serviço. Já existe um cronograma que deve ser seguido por todos os setores, no que diz respeito a entrega e formalização de documentos, retornos para os clientes, e tudo que envolve a prestação de serviço efetuada. Com base no cronograma, é fixado mensalmente o que cada setor deve e até quando ser realizado as tarefas, para que sejam entregues dentro do prazo esperado e proposto para o cliente.

Outras atividades que envolvam situações extraordinárias são desenvolvidas pontualmente dia a dia, quando chega uma demanda que não é prevista, ou que seja algo solicitado pelo cliente é feito o lançamento dessa tarefa para o responsável do setor, o que ele deve fazer e dado um prazo para a conclusão, concluída a tarefa o mesmo deve reportar ao diretor. Mensalmente é feito uma compilação de tudo que foi realizado no mês, para que possa ser organizado as tarefas e metas do mês seguinte, e as demais situações são feitas dentro do cronograma organizacional da empresa.

A empresa dispõe de recursos tecnológicos, que são softwares específicos para a administração de condomínios e departamento pessoal. O sistema permite o fechamento de balancetes, emissão de boletos, emissão de relatórios, juntamente com o banco a baixa de créditos recebidos, visualização de documentos, reservas entre outros. Já o sistema utilizado pelo departamento pessoal, permite a geração de contratos e rescisão de trabalhos, guias de tributos, holerites entre outros. Utiliza-se também algumas plataformas de comunicação, como por exemplo, e-mail e WhatsApp, que facilita as trocas de informação e repostas com os clientes.

Já os recursos intangíveis, se apresentam na forma de recursos humanos que a empresa analisa desde o envio do currículo até a forma que se trabalha dentro dela. A mesma valoriza a experiência pessoal e profissional, a proatividade e a responsabilidade de cada colaborador.

No ramo em que empresa está inserida se exige muito o contato com pessoas, atendimento de clientes, funcionários, prestadores de serviço e com isso o colaborador deve ter a facilidade da comunicação com os outros. O ambiente da equipe de trabalho é

íntegro, pois pode-se levar as suas demandas e necessidades com facilidade para a diretoria, não sendo necessário passar por supervisor ou gerência.

A empresa tenta inovar todos os dias visto o ramo que está inserido, dessa forma a organização será a primeira administradora de condomínios do estado do Paraná a ter a ISO 9001. Dessa forma, todos os setores para manter a produtividade e ter uma evolução serão auditados dentro da empresa, com essa auditoria e com os trabalhos feitos para alcançar a ISO 9001, conseqüentemente a uma melhora geral, todos os setores evoluem e a empresa evolui junto, pois este é um caminho para se alcançar excelência de mercado dentro da prestação de serviços oferecida.

Outra forma de inovação que foi adotada, não será mais utilizado celulares particulares para questões profissionais e sim um celular empresarial, para profissionalizar a prestação de serviço e aumentar a produtividade. Haja visto, que sempre há espaço para a melhoria no atendimento aos clientes, nos próximos meses ocorrerá uma nova capacitação dos funcionários, para que haja uma melhora e uma aquisição de conhecimento maior.

Para concluir, o último recurso é relacionado a reputação da empresa que foi conquistada com o passar dos anos, e principalmente em virtude daquilo que a organização apresenta e prega com os clientes. Ela preza pela transparência, não esconde documentos e informações, onde todos podem ter acesso, conta também com um atendimento eficaz e ágil na resolução de problemas, com isso a confiabilidade dos clientes em relação a marca da empresa se intensifica mais. As percepções de qualidade e confiabilidade do serviço é dada pelos clientes, que avaliam a entrega daquilo que está previsto em contrato, há uma boa mão de obra pelos colaboradores, o que leva uma durabilidade na prestação de serviço.

Tendo em vista o que foi observado dentro da empresa, as vantagens competitivas identificadas entre esses recursos, foi a assessoria jurídica com um advogado especializada na área condominial, o serviço de síndico profissional, que conta com profissionais formados em áreas diversas como: administração, direito, engenharia civil. Possui o serviço de prestação de contas completa (rateios, boletos e balancetes mensais, com a categoria de receita e despesa em sua classificação correta). Os síndicos e prestadores não necessitam de agendamento prévio para atendimento, e conta ainda com a certificação da ISO 9001. Desta forma a empresa ganha mais clientes e reputação assim se destacando no mercado.

Para tanto na imagem abaixo, segue a representação do modelo VRIO da empresa analisada, com os recursos e capacidades na sua classificação de valioso, raro, imitável e insubstituível, juntamente com a distinção de suas forças e fraquezas.

Quadro 1 - Modelo VRIO e classificação das forças e fraquezas da empresa.

	O recurso ou capacitação é valioso?	O recurso ou capacitação é raro?	O recurso ou capacitação é difícil de imitar?	O recurso ou capacitação é insubstituível?	Forças	Fraquezas
Sistema	Sim	Não	Não	Não	X	
Conhecimento na área	Sim	Não	Sim	Sim	X	
Transparência	Sim	Sim	Não	Sim	X	
Bom relacionamento entre pessoas	Sim	Não	Não	Sim	X	
Qualidade da prestação de serviço	Sim	Sim	Não	Sim	X	
Atendimento jurídico 24 horas	Sim	Sim	Não	Sim	X	
Assessoria jurídica especializada	Sim	Sim	Não	Sim	X	
Serviço de inspeção predial	Sim	Sim	Não	Sim	X	
Acompanhamento em todas assembleias (Sem custo adicional)	Sim	Sim	Sim	Sim		X
Aplicativo personalizado	Sim	Sim	Sim	Não	X	
Cobrança de inadimplentes (Sem custo adicional)	Sim	Sim	Não	Não		X
Isenção de cobrança de encadernações, fotocópias e impressões	Sim	Não	Não	Não		X
Equipe exclusiva e qualificada para serviço de síndico profissional	Sim	Sim	Sim	Sim	X	
Isenção de cobrança de 13º honorário e tributos	Sim	Não	Não	Não		X

Fonte: Criado pelas autoras, 2020.

5. Considerações Finais

A pesquisa, atingiu o objetivo de analisar os recursos que geram vantagem competitiva em uma administradora de condomínios na cidade de Cascavel – PR. Isso foi possível pois, através do estudo percebe-se como é o posicionamento da administradora em relação a criação de estratégias diante o mercado.

Quanto ao funcionamento de uma administradora de condomínios, foi descrito como a empresa atua internamente e externamente. Quanto aos recursos, foi identificado quais são os principais que a empresa considera estratégico na parte interna, onde estão classificados como recursos organizacionais, humanos, financeiros, tecnológicos de inovação e reputação. E também o modelo VRIO que foi analisado especificamente cada recurso de valor, raridade, imitabilidade e insubstituível como estratégicos.

Cabe ressaltar que, todos os recursos foram analisados para especificar os mais valiosos para a organização. Os recursos tecnológicos não são difíceis de imitar, assim

como os recursos humanos e de inovação são considerados valiosos, ainda foi possível analisar como o sistema de planejamento, coordenação e controle, a reputação e o financeiro são considerados geradores de vantagem competitiva.

Foi evidenciado também, quais destes recursos são considerados forças ou fraquezas, dessa forma foi compreendido que a empresa atualmente conta com mais forças.

Além disso, podemos evidenciar que a teoria da Visão Baseada em Recursos é de extrema importância para uma organização, pois ela é responsável por enquadrar os recursos internos com suas categorias, possibilitando ser visto qual deles pode ser considerado o responsável por gerar vantagem competitiva em uma empresa.

Conclui-se que o objetivo desta pesquisa foi atendido, e a pergunta problema foi respondida adequadamente. Propõe-se para trabalhos futuros, a realização da pesquisa em outras empresas do mesmo setor, com a finalidade de comparar os resultados e trazer outras características do setor estudado.

REFERÊNCIAS

BARNEY, J. B.; HESTERLY, W. S. **Administração estratégica e vantagem competitiva: conceitos e casos**. 5ª. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil Ltda., 2017.

CAMARGOS, A. D ; DIAS, A. T. ESTRATÉGIA, Administração estratégica e estratégia corporativa: Uma síntese teórica. **Research Gate**, Janeiro/Março 2003. 1-14. Disponível em: <<https://www.academia.edu>>. Acesso em: 05 Maio 2020.

CONTO, M. D.; VALLE ANTUNES JÚNIOR, J. A.; ROEHE VACCARO, G.. A inovação como fator de vantagem competitiva: estudo de uma cooperativa produtora de suco e vinho orgânicos. **Scielo**, 12 fev. 2016. 11. Disponível em: <<https://www.scielo.br>>. Acesso em: 05 Maio 2020.

DESIMONE, M.. Dados e números do mercado de condomínios no Brasil. **Síndiconet**, 2016. Disponível em: <<https://www.sindiconet.com.br/>>. Acesso em: 18 Abril 2020.

EGITO, F.. ARTIGO: A necessidade de uma administração específica aplicável aos condomínios. **Jornal do Brasil**, 2016. Disponível em: <<https://www.jb.com.br/>>. Acesso em: 12 Abril 2020.

HITT, MICHAEL A.; IRELAND, R. DUANE; HOSKISSON, ROBERTO E. **Administração estratégica: Competitividade e globalização** [tradução All Tasks]. São Paulo: Cengage Learning, v. 7º, 2011.

MARIOTTO, F. L. O conceito de competitividade da empresa: uma análise crítica. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, p. 16, Abril/Junho 1991. Disponível em: <<https://www.scielo.br>>. Acesso em: 02 Maio 2020.

OLIVEIRA, L. D. A estratégia organizacional na competitividade: Um estudo teórico. **Read**, Lavras, 10, 04 Julho/Agosto 2004. 1-23. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/>>. Acesso em: 10 Maio 2020.

PACHECO, ; AZEREDO,. A história da urbanização brasileira. **Wri Brasil**, 2019. Disponível em: <<https://wribrasil.org.br/>>. Acesso em: 12 Abril 2020.

PORTER, MICHAEL. E. **Estratégia Competitiva**: Técnicas para análise de indústrias e da concorrência. Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda., 2004.

THOMPSON JR. , A.; STRICKLAND III, A. J.; GAMBLE, J. E. **Administração Estratégica**. Tradução de Roberto Galman e Katia Aparecida Roque. Porto Alegre: McGraw-Hill, v. 15^a, 2011.

VANDERLEY, L. G. Capital humano: a vantagem competitiva. **Scielo**, 2001. 10. Disponível em: <<https://www.scielo.br>>. Acesso em: 05 Maio 2020.

ANÁLISE COMPARATIVA NA AQUISIÇÃO DE CONSÓCIO AO INVÉS DE FINANCIAMENTOS NA CONCESSIONÁRIA COTRASA

Jennifer Mazureck¹

Lúcio Scheuer²

Resumo: Clientes do segmento de transporte rodoviário tem buscado a melhor maneira de investir, comparando taxas e planejando a renovação ou mesmo o aumento de sua frota. Sob a ótica desta afirmação, o presente artigo visa verificar aspectos positivos e negativos sobre a modalidade de consórcios, comparando-o com outros modelos de financiamento. Neste sentido, obteve-se, através da análise, avaliações vantajosas entre as modalidades. O trabalho de pesquisa a seguir é descritivo e pauta-se em estudos documentários voltados aos perfis de clientes no ano letivo de 2020 na concessionária Cotrasa Veículos e Serviços Ltda. A pesquisa baseia-se no método qualitativo, realizado através das pesquisas em documentários arquivados em sistema, que obteve as informações de escolhas entre modalidades de crédito dos clientes para seus investimentos. Concluiu-se que a melhor modalidade com a taxa mais acessível foi o consórcio, que possui somente a taxa administrativa. Na comparação com o financiamento, obtiveram-se grandes diferenças devido a taxas além das administrativas, ou seja, o planejamento a longo prazo, ao qual baseia-se o segmento de consórcios, traz resultados positivos de custo e benefício em relação aos financiamentos imediatos de bens.

Palavras-chave: Consórcio. Investimento. Taxas.

1. Introdução

No segmento de transportes rodoviários, assevera-se a importância do planejamento dentro das empresas, e, principalmente, a respeito de seus investimentos. Nesta linha, antigamente, não exerciam-se planejamentos e controles, observando-se que os negócios eram administrados de forma extremamente simplista. De maneira geral, realizava-se contratações de financiamentos e adquiria-se aumento das frotas sem planejamento futuro e sem comparações de taxas. Atualmente, a geração de sucessores destes administradores está assumindo as empresas, levando-as à frente com autoconhecimento, operando de modo científico e estratégico na operação de transportes rodoviários.

Atualmente, a Cotrasa Veículos e Serviços Ltda. - concessionária da marca Scania, que representa a região de Cascavel-PR - vem atendendo às transportadoras e clientes autônomos. A empresa oferece com sua própria marca duas instituições financeiras: o Scania Banco S.A e a Administradora de Consórcios Scania S.A. Por sua vez, estas são duas operações de crédito diferentes, que visam atender as necessidades dos clientes

¹ Acadêmica do Curso de Administração da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL

² Orientador: Mestre em Engenharia de Produção UFSC – Prof. Me. Curso Administração do Centro Universitário UNIVEL.

nesse segmento. Nesta perspectiva, surgem as comparações de taxas de financiamentos e consórcios. Nos últimos anos, as administrações de empresas de transportes buscam visualizar as melhores condições para atender às aquisições de bens novos e seminovos. As taxas menores possíveis, neste contexto, tornaram-se uma obsessão.

O problema da pesquisa foram avaliações sobre as vantagens ao cliente adquirir consórcio em oposição ao financiamento. Ademais, os objetivos foram comparar a rentabilidade do consórcio em relação ao sistema financeiro, comprovação sobre os custos da taxa administrativa do consórcio em relação a taxas de financiamentos, e, por fim, ter a descrição de aceitação do produto consórcio por parte dos clientes no segmento de veículos pesados.

2. Segmentos de Transportes Rodoviários

O ramo de transporte rodoviário no Brasil tem muita força, devido ao fato de ser o principal meio de transporte terrestre, além de inserir-se em um dos principais países no quesito transporte rodoviário. Dentro do país não existem muitos recursos para influenciar transportes de outras modalidades. Com isso, aumentam-se os números de transportadoras, e conseqüentemente, o incremento da produção de veículos pesados visando atender à demanda de vendas.

Através dos transportes rodoviários, ocorrem as movimentações nas produções industriais para chegar até o consumidor final. Em contrapartida, o que também faz o Brasil relevante referente aos resultados econômicos. (SCHROEDER, 1996, CASTRO, 1996).

O transporte rodoviário brasileiro tem 62% de escoamento de cargas no país, através da estratégia de abranger as rodovias ao máximo, por ser um país de território extenso e demandas de cargas elevadas. O que não colabora para resultados mais positivos é o fato de que nem todas as rodovias são de qualidade, além do gasto exacerbado de combustíveis, gerando despesas de aproximadamente cinco vezes mais que o transporte ferroviário. (PENA, 2012).

2.1 Mercado Financeiro no Transporte Rodoviário

Na parte financeira, para auxílio de financiamentos dos veículos pesados e implementos, atualmente, há uma linha com várias opções de modalidades de créditos. Todas as instituições financeiras - sendo bancárias, cooperativas e administradoras de consórcios - são acompanhadas pelo Banco Central. Através do sistema de informações de crédito do Banco Central, que são criados pelo conselho monetário nacional, a principal

meta é acompanhar as carteiras de créditos das instituições financeiras, principalmente neste segmento que gira valores altos de financiamentos. (BACEN, 2020).

Os recursos da parte financiamentos Finame são movimentados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), numa operação em que o veículo fica alienado até o fim do financiamento. Esta operação Finame depende da movimentação da economia brasileira, pois as taxas de juros são definidas conforme a supracitada.

Operação Finame é destinada a um agente financeiro para que sejam analisadas pessoas físicas (transportador autônomo) e todos os tipos de empresas. Os financiamentos vão de 80% a 100% com prazo máximo de 60 meses com contratações de carências e com ou sem a taxa do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). As operações de Crédito Direto para Consumidores (CDC), *Leasing* financeiro e *Leasing* operacional são recursos dos próprios agentes financeiros - não pertencentes ao governo -, assim como as diretrizes dessa modalidade são expostas pelo agente financeiro e também o bem fica alienado ao mesmo. (SCANIA BANCO, 2020).

2.2 Juros e Taxas Financiamentos Caminhões

Recentemente, presenciamos a oscilação de taxas e juros por conta da crise cambial em consequência da pandemia causada pelo vírus Covid-19. Conforme o BNDES (2020) a composição de taxas de juros varia de acordo com a forma do agente financeiro. As operações são compostas pelo custo financeiro, pela taxa do BNDES (renumeração BNDES e a taxa de risco de crédito) e a taxa do agente. O custo financeiro reflete o custo da captação BNDES em duas fontes de recursos. Ademais, determina-se também pelo produto financiado, podendo se compor por taxas como a Taxa de Longo Prazo (TLP), Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC), taxas indexadas ao IPAC, entre outras. (BNDES, 2020).

A Operação de CDC é a modalidade mais simples, sendo o recurso emprestado por uma instituição diretamente para o consumidor. A taxa varia conforme cada política da instituição, com prazo de 60 meses. Outrossim, essas variantes estão sobrepostas de acordo com cada agente financeiro e mais a taxa de IOF, entretanto, por conta da pandemia, o governo suspendeu-a, embora em épocas consideradas “normais” mas é cobrada regularmente. Normalmente é cobrada taxa de juros acrescido do IOF e a taxa de Abertura de Crédito (TAC). Cabe às instituições que estabelecerem as normas referentes às taxas dentro dessa modalidade.

2.3 Consórcios

Referente ao consórcio, as taxas administrativas obtidas nesta modalidade variam de 9% a 15%. Os prazos são variáveis também conforme a política de cada instituição, podendo ser concebidos prazos que vão de 60 meses a 100 meses, com planos de pagamentos de parcelas integrais ou reduzidos (RAMOS, 2019).

As normas de consórcios são constituídas pelo Banco central, contudo também existem políticas dentro de cada administradora. Tais condições variam de acordo com as administradoras, podendo colocar a opção de taxa fundo de reserva que equivale aproximadamente 0,5% sobre o plano que ao encerramento do grupo os clientes reembolsam. Dentro da taxa administrativa, também existe taxa de fundo comum que todas as administradoras precisam cobrar (BACEN, 2020).

Dentre um de seus maiores benefícios, destaca-se a não incidência de juros, ou seja, são cobradas somente as taxas administrativas já incluída nas parcelas, sendo adaptáveis às rendas de cada indivíduo, posto a possibilidade de escolha de crédito que caiba em seu orçamento. Outrossim, apresenta-se grande variedade de créditos e administradoras que oferecem conforme o produto ou serviço que consumidor que procura programar seu investimento. Para facilitar este processo, ao consorciado existe a opção de antecipar sua contemplação através de lances, que poderão ser oportunizados conforme os grupos em que cada cliente está participando. (TAFNER, 2019).

3. Metodologia

Segundo Gil (1999) a pesquisa descritiva tem como finalidade de principal descrever o determinado foco da pesquisa. Este trabalho foi realizado de forma descritiva através de pesquisas descrevendo a realidade entre as modalidades de créditos participativos dentro do segmento de transporte rodoviário. Foram realizadas entrevistas após compras de três clientes dentro da pesquisa de forma informal.

A tipologia da pesquisa quanto aos procedimentos, destina-se aos estudos documentários que envolveram clientes da concessionária Cotrasa Veículos e Serviços Ltda. sobre a decisão da modalidade de crédito de programação a longo prazo, juntamente com participação de dados elaborados dentro da mesma empresa no mercado atual. Foram elaborados estudos e cálculos com base no histórico de três clientes aleatórios da concessionária, visando a diversificação de resultados. (GIL, 1999).

Em relação à problemática, segundo o Triviños (1987) a abordagem qualitativa trabalha com dados buscando seu significado através do material coletado. Esta pesquisa pressupõe o método qualitativo, através das revisões realizadas em documentários da escolha mais viável, para investimento na escolha de modalidade de crédito em aquisição de veículos rodoviários. As pesquisas foram realizadas dentro dos sistemas que a concessionária tem acesso, através do simulador e módulo de análise de crédito do Scania Banco, cuja base de dados contém informações de entrevistas entre a instituição financeira o cliente. Ademais, através do sistema Newcon, destinado aos usuários do Consórcio Scania, foram emitidos extratos e buscas de informações sobre o cliente, histórico de participação e processos realizados dentro do módulo para fins conclusivos.

4. Resultados

Levantamentos foram realizados dentro da concessionária Cotrasa em Cascavel-PR e obtiveram-se resultados relevantes conforme os perfis de três clientes apresentados.

O Cliente “A” reside em Matelândia-PR, de porte grande e está no mercado há vinte e três anos no segmento de transporte frigorífico (temperatura controlada). Atualmente, sua frota conta com cem veículos, sendo trinta da Scania. Ele sempre foi um cliente que optou por veículos com valores mais acessíveis, e, por essa questão, há alguns anos não adquiria Scania, por se tratar de um veículo com preço mais elevado. O consumidor mudou de ideia para obter a aquisição por conta da nova geração de veículos Scania, que tem trazido resultados favoráveis em relação à economia de consumo de combustível. Outrossim, neste ano, o cliente adquiriu dez novos veículos Scania.

No mês de julho de 2020, foram adquiridos cinco veículos com créditos consórcio Scania de contemplações 2019/2020 e cinco unidades através de modalidade de crédito CDC. Neste contexto, o cliente possui vinte e oito cotas contempladas e créditos já utilizados. As cotas possuem taxas entre 12,5% a 13,5%, sendo possível obter as contemplações por meio de lances e sorteios. Ademais, este também detém doze cotas não contempladas com taxa de 13,5%, por serem cotas de aquisições mais recentes. O consumidor vem investindo em consórcios desde março de 2001. Hoje em dia existem cotas com variedades de créditos em vigências e em andamento desde junho de 2015. Os Planos deste cliente são de 100 meses e sempre foi de modo reduzido para todas as cotas, conforme a tabela 1:

Tabela 1 – Plano Reduzido

Período de Parcelas	Taxa Mensal
1ª Parcela até 12ª Parcela	0,77%
13ª Parcela até 24ª Parcela	0,87%
25ª Parcela até 36ª Parcela	0,97%
36ª Parcela até 100ª Parcela (fim do plano)	1,28406%

Fonte: Consórcio Scania, Newcon, Sistema Web. 2020.

O plano reduzido não implica e não interfere no percentual final, trata-se sobretudo de uma opção de início do pagamento de taxas reduzidas, sendo que, ao passar do ano, aumentam-se as taxas até atingir o quarto ano e sobressair-se a taxa integral até fim do plano.

A negociação deste cliente para dez unidades teve as seguintes comparações de taxas, na modalidade CDC através do Banco Scania, conforme a tabela 2.

Tabela 2 – Simulação Modalidade CDC Cliente A

5 Unid. Scania R450 6x2	
R\$4.800.000,00	
Valor Total de Bens	R\$2.400.000,00
Parcelamento	48 meses
Taxa	0,75%
TCO	R\$2.000,00
Carência	0 meses
Valor Financiado	R\$2.410.000,00
Valor Final do Financiamento	R\$2.885.363,20
Juros Total	R\$475.363,20
Saldo Devedor	R\$2.410.000,00
Parcelas	R\$60.111,75

Fonte: Sdeler, simulador Scania Banco 2020.

Outrossim, analisaram-se os dados do processo através do Consórcio Scania, de acordo com a tabela 3.

Tabela 3 – Processo Consórcio Cliente A

5 Unid. Scania R450 6x2	
R\$4.800.000,00	
Plano:	
Utilização de Cota	08 Cotas
Valor de Crédito Total	R\$3.552.930,47
Parcelamento inicial	100 meses
Taxa Administrativa	13,5%
Lances Total descontado do crédito	R\$1.129.172,44
Valor entregue de aquisição	R\$2.423.758,03

Pós contemplação e pós aquisição:	
Parcelamento após aquisição	76 meses
Taxa Administrativa	13,5%
Valor total Taxa Administrativa	R\$327.207,33
Valor entregue de aquisição	R\$2.400.000,00
Saldo Residual	R\$23.758,03
Saldo Residual Atualizado	R\$27.315,40
Saldo Devedor	R\$1.558.245,51
Saldo D. Atualizado- SR (27.315,40)	R\$1.530.930,11
Rentabilidade em 30 dias sobre SR	R\$3.557,37
Parcelas	R\$20.143,81
Valor final do Plano	R\$2.724.000,00

Fonte: Processo Newcon, sistemaweb Consórcio Scania 2020.

Conforme a tabela 4, a comparação foi realizada para melhor avaliação. Como pode-se notar, a diferença entre as modalidades equivale no total de R\$148.155,87. Em contrapartida, a diferença entre as parcelas também é elevada de diferença mensal de R\$39.967,94 e considerando que CDC é em 48 meses e consórcio em 76 meses, se estender o prazo do CDC e seguindo a mesma técnica aplicada ao consórcio, nota-se um relativo aumento do valor financiando.

Tabela 4 - Comparação de Modalidades d Crédito Cliente A

Comparação	CDC – Tx. Consórcio	Diferença
Diferença de juros CDC p/ Taxa Consórcio	R\$475.363,20 – R\$327.207,33	R\$148.155,87
Diferença \$ parcelas CDC p/ Consórcio	R\$60.111,75 – R\$20.143,81	R\$39.967,94

Fonte: Newcon, sistemaweb Consórcio Scania 2020. Sdeler, simulador Scania Banco 2020.

Nesta perspectiva, o cliente “B” reside em Foz do Iguaçu-PR, trata-se de um consumidor de porte pequeno e está no mercado há dezesseis anos no segmento de transporte e distribuição de hortifruti (CEASA). A frota de veículos é 100% Scania, atualmente possui dezoito veículos. O cliente em questão sempre adquiriu veículos à vista ou através de consórcios. Seu perfil demonstra que trata-se de um indivíduo que maneja seus investimentos de modo planejado, visando o aumento de sua frota à longo prazo. Sua principal fonte de investimento é guardando dinheiro para aquisição do bem ou através da aquisição de cotas, com intenção de que o investimento somente tenha custo com taxa de administração, sem juros.

O cliente supracitado adquiriu veículos à vista por oito anos, até que optou por sua primeira aquisição de consórcio em dezembro de 2012. Nos dias atuais, possui três cotas contempladas e sete cotas não contempladas, ambas de planos de pagamentos de 100

meses e plano reduzido, sendo que as taxas variam entre 12,5% a 13,5% sobre o crédito. As cotas também variam os créditos de R\$340.000,00 a R\$681.000,00. Sua última aquisição de bem foi em junho de 2020, tratando-se de três veículos novos Scania, utilizando crédito das três cotas contempladas no ano de 2020. Sua negociação também teve participação do Scania Banco com modalidade CDC para comparações, conforme segue a tabela 5.

Tabela 5 – Simulação CDC Cliente B

3 Unid. Scania P320 8x2	
R\$390.000,00 Unidade	
Valor Total de Bens	R\$1.170.000,00
Parcelamento	60meses
Taxa	0,83%
TCO por veículo	R\$2.000,00
Carência	0 meses
Valor Financiado	R\$1.176.000,00
Valor Final do Financiamento	R\$1.502.729,07
Juros Total	R\$326.729,07
Saldo Devedor	R\$1.502.729,07
Parcelas	R\$25.045,47

Fonte: Sdeler, simulador Scania Banco 2020.

Tabela 6 – Processo Consórcio Scania Cliente B

Utilização de Cota	03 Cotas
3 Unid. Scania P320 8x2	
R\$390.000,00 Unidade	
Valor Total Aquisição	R\$1.170.000,00
Plano:	
Valor de Crédito Total	R\$1.262.816,54
Parcelamento inicial	100 meses
Taxa Administrativa	13,5%
Lances Total descontado do crédito	R\$238.183,66
Valor entregue de aquisição	R\$1.024.632,88
Pós contemplação e pós aquisição:	
Valor Total de Crédito Consórcio	R\$1.024.632,88
Recursos Próprios Cliente	R\$145.367,12
Taxa Administrativa	13,0%
Valor total Taxa Administrativa	R\$133.202,27
Valor entregue de aquisição	R\$1.024.632,88
Parcelas após aquisição	60 meses
Saldo Devedor	R\$701.314,16
Parcelas	R\$11.688,56
Valor final do Plano	R\$1.157.835,15

Fonte: Newcon, sistemaweb Consórcio Scania 2020.

Tabela 7- Comparação de Modalidades d Crédito Cliente B

Comparação	CDC – Tx. Consórcio	Diferença
Diferença de juros CDC p/ Taxa Consórcio	R\$326.729,07 – R\$133.202,27	R\$193.526,80
Diferença \$ parcelas CDC p/ Consórcio	R\$25.045,47 – R\$11.688,56	R\$13.365,91

Fonte: Newcon, sistemaweb Consórcio Scania 2020. Sdeler, simulador Scania Banco 2020.

Para o cliente “B”, nota-se através da tabela 7, que a diferença do CDC para o Consórcio foi bastante significativa. Para o consumidor de potencial baixo a diferença de economia total foi de R\$193.526,80 sob a opção de consórcio para aquisição de três veículos. Assim sendo, também a diferença de mensalidade foi de R\$13.365,91 entre os mesmos, ressaltando a mesma quantidade de parcelas (60 meses) para CDC e para Consórcio.

O Cliente “C” reside em Cascavel-PR, é de pequeno porte e está no mercado há vinte e oito anos no segmento de transporte e distribuição de hortifruti de bananas. Sua frota atual é 100% Scania com seis veículos e possui mais vinte e quatro veículos de segmento leve que a Scania não atende. O perfil do cliente encaixa-se nos que optam pela aquisição de bens com modalidade de crédito imediata CDC ou Finame.

Este consumidor decidiu investir em consórcios a partir do ano de 2015, pela promoção que o grupo oferecia na época, através do sorteio de dois veículos novos. O mesmo veio a ser sorteado entre outros 299 participantes e ganhou um veículo novo Scania. A partir disto, ele também acompanhou a diferença de modalidade de consórcio para financiamento. Atualmente possui duas cotas contempladas e mais quatro cotas não contempladas dentro do plano reduzido de 100 meses com taxas de 12,5% a 13,5% sobre o crédito que também são diferentes, variando entre valores a partir de R\$490.000,00 a R\$517.000,00.

Sua última aquisição aconteceu em julho de 2020, sendo um caminhão Scania novo, através do crédito de uma cota do consórcio Scania. Neste ano, ele adquiriu um veículo novo Scania com contemplação de uma de suas cotas, contudo, também entrou na negociação com Scania Banco para modalidade Finame, e, a frente disto, as negociações e comparações foram estabelecidas da seguinte maneira:

Tabela 8 - Simulação Finame Cliente C

1 Unid. Scania P320 8x2	
R\$390.000,00 Unidade	
Valor Total de Bens	R\$390.000,00
Parcelamento	60meses
Taxa Spread SBB	0,83%

TCO por veículo e tx. IOF	R\$0,00
Carência	3 meses
Valor Financiado	R\$390.000,00
Valor Final do Financiamento	R\$504.252,03
Juros Total	R\$112.252,00
Saldo Devedor	R\$504.252,03
Parcelas (oscilam conforme a Selic)	R\$9.000,00 a R\$10.000,00

Fonte: Sdeler, simulador Scania Banco 2020.

Tabela 9 – Processo Consórcio Scania Cliente C

Utilização de Cota	01 Cotas
1 Unid. Scania P320 8x2	
R\$390.000,00 Unidade	
Valor Total Aquisição	R\$390.000,00
Plano:	
Valor de Crédito Total	R\$485.000,00
Parcelamento inicial	100 meses
Taxa Administrativa	13%
Lances Total descontado do crédito	R\$163.764,00
Valor entregue de aquisição	R\$321.236,00
Pós contemplação e pós aquisição:	
Valor Total de Crédito Consórcio	R\$321.236,00
Recursos Próprios Cliente	R\$68.764,00
Taxa Administrativa	13%
Valor total Taxa Administrativa	R\$41.760,68
Valor entregue de aquisição	R\$321.236,00
Parcelas após aquisição	13 meses
Saldo Devedor	R\$109.784,96
Parcelas (cliente optou em reduzir prazo)	R\$6.041,06
Valor final do Plano	R\$362.996,68

Fonte: Newcon, sistemaweb Consórcio Scania 2020.

Tabela 10- Comparação de Modalidades de Crédito Cliente C

Comparação	Finame– Tx. Consórcio	Diferença
Diferença de juros Finame p/ Taxa Consórcio	R\$112.252,00 – R\$41.760,68	R\$70.491,32
Diferença \$ parcelas Finame p/ Consórcio	R\$8.404,20 – R\$6.041,66	R\$2.362,54

Fonte: Newcon, sistemaweb Consórcio Scania 2020. Sdeler, simulador Scania Banco 2020.

O cliente “C” por tratar-se de porte baixo, obteve resultados significativos conforme a tabela 10. A comparação entre a modalidade Finame para consórcio teve um total de economia de R\$70.491,32 sob a escolha da modalidade de crédito consórcio para aquisição de um veículo. Ademais, no pagamento das mensalidades a diferença de R\$2.362,54 e parcelamento em Finame é em 60 meses com 03 meses de carência, em contrapartida, acerca do consórcio, restaram 13 meses em um plano de 100 meses. Se

estender o prazo de Finame igualando em 100 meses do consórcio, o valor financiado também tenderia a aumentar.

5. Considerações finais

Conclui-se, a partir do exposto que os objetivos deste trabalho foram alcançados através das comparações realizadas, comprovando-se a tese de que a melhor taxa para investir é através do método de consórcio. Para obter-se os resultados desejados foram necessárias pesquisas descritivas e o estudo em pesquisas qualitativas, por tratar-se de uma pesquisa documentário sobre históricos dos clientes da concessionária Cotrasa Veículos e Serviços Ltda. que converteram suas cotas contempladas em aquisição de caminhões novos.

Conforme analisado, o cliente do segmento de transporte rodoviário precisa ser estratégico para renovação ou aumento de sua frota, atuando de modo planejado. Através do planejamento dos clientes a seguir pode-se notar diferenças favoráveis.

Os resultados a partir da análise exposta conclui que o cliente “A” obteve uma economia de aproximadamente 31% ao adquirir consórcios ao invés de financiamento CDC para compra de cinco veículos novos. Apesar de tratar-se de um cliente de grande porte, o mesmo não obteve regalias em relação a taxa de financiamento, de modo a torná-la mais acessível.

O cliente “B” obteve uma economia de 59% na modalidade de consórcio comparado com o CDC. Sua taxa CDC é um pouco mais alta por ser cliente de porte grande, ou seja, mais um ponto negativo ao adquirir CDC.

Por fim, o cliente “C” dispôs de um resultado relevante optando pelo consórcio ao invés do Finame. Houve a economia de 63% em relação ao Finame, ressaltando que esta é uma modalidade que depende da taxa Selic, e, que ao decorrer do financiamento terá alterações podendo correr risco de finalizar o custo a mais que esperado.

Atualmente, nota-se que depois do consórcio, o método de investimento mais propício para o cliente em modalidade de financiamento é o CDC, por tratarem-se de prestações fixas sem alterações, sem dependência de Selic e pela taxa menor.

Desta forma, o consórcio pode vir a render dinheiro para os clientes ao invés de financiamentos CDC ou Finame que tem juros. Com as análises também foi possível visualizar que decorrente de aproximadamente dois anos investidos antes da aquisição concreta, ao serem aceitas as condições de consórcio, pode-se notar que o valor

economizado no cliente “C” quase equivale ao valor de um veículo, denotando o dobro do valor investido inicialmente.

Finalmente, comprovou-se que a melhor forma de aquisição de veículos pesados em transporte rodoviário, precisa ocorrer de forma planejada para obter-se economia no financiamento, optando pelo autofinanciamento de consórcios, por ter somente a taxa administrativa, sem juros e do modo que também contribui em rentabilização após contemplação.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, Leandro. **Desvantagens de Consórcios Imóveis**. Clube dos poupadores, 2013.

BACEN. **Circular Nº3.432**. São Paulo: Banco Central do Brasil, 2020.

BNDS. **Financiamentos**. Rio de Janeiro, 2020.

CLEMENTE, Rodrigo. **Consórcios contemplados viram liquidez com nova regra do Banco Central**. São Paulo: Agência Transporta Brasil, 2020.

CONSÓRCIO SCANIA. **Newcon: Sistema Web**, 2020.

FRAEM, Transportes. **Importância do transporte rodoviário no sul e sudeste do Brasil**. Porto Alegre: Fraem, 2019.

PENA, Rodolfo F. Alves. **Transporte rodoviário no Brasil**. São Paulo: Uol, 2012.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **Metodologia Científica: um manual para realizações de pesquisas em administração**. Goiás: UFG, 2011.

PENA, Rodolfo Alves. **Transporte rodoviário no Brasil**. São Paulo: Uol, 2012.

RAMOS, Andrea. **Financiamentos de caminhões: os caminhos a seguir**. São Paulo: Estadão, 2020.

SCANIA BANCO. **As soluções mais adequadas para seu negócio prosperar com solidez e segurança**. São Paulo: Soluções financeira Scania, 2020.

SCANIA BANCO. **Simulador: SDeler**, 2020.

SCHROEDER, Élcio Mário; CASTRO, José Carlos de. **Transporte rodoviário de carga: Situação Atual e Perspectivas**. Rio de Janeiro: BNDS, 1996.

TAFNER, Rodrigo. **Como funciona um consórcio? Confira as vantagens e desvantagens**. São Paulo: Simplic, 2019.

ANÁLISE DA SAÚDE MENTAL DOS BANCÁRIOS PERANTE A DIGITALIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO

Mylena do Pilar Beira¹
Lucio Scheuer²

Resumo: O objetivo desse trabalho foi analisar a influência provocada pela digitalização do sistema financeiro no que se refere ao alcance das metas e como isso afeta a saúde mental do agente bancário. Foi realizada uma pesquisa empregando o método quantitativo quanto à abordagem do problema, método de pesquisa descritivo quanto aos objetivos e método Survey quanto aos procedimentos. A pesquisa foi direcionada à 60 bancários, com amostra composta por 51 deles, que participaram ativamente colocando suas opiniões conforme questionário enviado. De acordo com os resultados, foi identificado que a digitalização possui grande influência na qualidade de vida desses profissionais, podendo causar frustração quanto ao êxito e reconhecimento, considerando também a concordância disparada pertinente ao alto peso dado pela gestão quanto as metas, e o desconforto e reflexão sobre a empregabilidade como consequência da pressão, podendo concluir que a digitalização tornou-se um concorrente aos bancários ao invés de um aliado.

Palavras-chave: Qualidade de vida. Bancário. Digitalização. Metas.

1. Introdução

Nos últimos anos houve aumento do número de bancários diagnosticados com transtornos mentais causados pela cobrança de metas abusivas e assédio moral nos locais de trabalho, diante disso, o presente trabalho tem por intenção reconhecer o processo de transformação digital bancária e seu impacto sobre a saúde mental do trabalhador. Portanto, buscou-se reunir dados e informações com o propósito de responder ao seguinte problema de pesquisa: Qual a influência provocada pela digitalização do sistema financeiro no alcance das metas e na saúde mental do agente bancário? Autora (2020)

Para compreender o cenário em que o bancário está inserido atualmente e atingir o objetivo principal de entender a influência provocada pela digitalização no alcance das metas, e como afeta a saúde mental do agente bancário, foram abordados objetivos específicos, sendo a evolução dos bancos em relação a tecnologia e digitalização, a identificação da concorrência digital que influencia nas metas e o conhecimento por meio

¹ Acadêmico do Curso Administração da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL

² Orientador: Professor Mestre em Engenharia de Produção UFSC/SC - Professor do Curso de Administração da Univel – Centro Universitário UNIVEL.

de análise de dados das percepções de bancários sobre sua atual qualidade de vida no trabalho. Autora (2020)

Com isso, a relevância dessa pesquisa busca contribuir no conhecimento dessa classe trabalhadora e seus sentimentos em relação a qualidade de vida e saúde mental, dando enfoque na pressão dentro de agências bancárias e as consequências relacionadas a alta cobrança por metas frente a um mundo digitalizado. Autora (2020)

2. Desenvolvimento

Evolução Tecnológica no Setor Bancário

A tecnologia no setor bancário decorre principalmente a partir de inovações indiretas, ou seja, para atender as demandas que surgiram no mercado e que incentivaram a adaptação e agilidade nos processos. Segundo Fonseca Et al. (2010), essas demandas podem estar associadas às mudanças que impactam o ambiente do mercado, como fatores macroeconômicos, ambiente concorrencial, variáveis demográficas, entre outros.

Dresch (2012) explica que na década de 60, houve o início no Brasil da automação bancária e toda essa evolução fez com que as instituições financeiras buscassem novas tecnologias para melhorar o atendimento. Fonseca Et al. (2010) afirma que foi em meados dos anos 70 que a preocupação com o tempo entre transações feitas no setor financeiro colocou aos bancos a necessidade de investir em sistemas online, relatando ainda que nos anos 90, a internet já era considerada uma alternativa segura.

A segurança oferecida pela internet possibilitou que os bancos fossem muito além na prestação de serviço e que pudessem acompanhar as exigências da chamada geração Y, e esse público mais jovem, ao desafiar as soluções existentes, impulsionaram novas formas de relacionamento dos bancos com os seus clientes e diante da opinião de Freitas (2018), os bancos focados no atendimento on-line possuem melhores condições de controlar seus custos.

Para o Sistema de Bancos Centrais dos Estados Unidos da América (Federal Reserve System, 2016), o Mobile Banking é uma tendência de crescimento a curto e longo prazo por permitir que os clientes obtenham informações e realizem transações. Salutes (2019) relata que com este cenário em constante mudança, o usuário conta com inúmeras opções de bancos modernos que podem ser administrados pelo celular com poucos cliques.

A digitalização chegou com grande aceitação na área financeira, pois permite realizar qualquer operação sem a necessidade de ir até uma agência física. Segundo Figueredo (2018), o setor bancário se mantém como um dos negócios que mais investem em tecnologia da informação, o que leva a uma redução de custos e uma vantagem competitiva.

Lanner (2019) relata que a tecnologia se tornou uma importante ferramenta de trabalho, auxiliando o trabalhador no desempenho de suas atividades. No entanto, não se pode negar seu impacto no mercado de trabalho, visto que alguns postos de trabalho foram reduzidos em razão do avanço tecnológico. Conforme citado por Santos (2018), após uma queda de 46% entre 1990 e 2000 da base de empregos no setor bancário, entre 2000 e 2015 ocorreu aumento novamente de 25%, enquanto o total de clientes cresceu quase 100% nesse mesmo período, as operações de crédito cresceram 269% e o lucro líquido do setor aumentou 478%, ou seja, neste contexto, a digitalização de clientes é algo a ser levado em consideração em relação empregabilidade de bancários.

Walmar (2014) do Sindicato dos Bancários afirma que a onda de demissões e redução de empregos que ocorre nos bancos é somente uma face perversa da reestruturação em andamento no sistema financeiro diante do pesado investimento em novas tecnologias. Conforme relatado por Albertin (1999), devido ao seu alcance direto e à sua natureza bidirecional na comunicação de informações, os sistemas de Comércio Eletrônico representam um novo canal de vendas e distribuição para os produtos. Sendo assim, há redução do fluxo de clientes na rede de agências físicas que afeta a produtividade e empregabilidade dos funcionários, reforçando a competitividade do bancário com o próprio sistema e digitalização.

Metas

De acordo com Chiodo (2011), a principal missão do bancário deixou de ser o cuidado com as movimentações financeiras e passou a ser a tarefa de ofertar produtos e serviços aos clientes. Para trazer tais lucros aos bancos há grandes metas a serem atingidas. Silva et al. (2012) explicam que os funcionários do banco tiveram seus "traços constitutivos" redefinidos e tornaram-se "vendedores bancários", qualificados para atender plenamente seus clientes de maneira individualizada, a fim de alcançar metas impostas. Em uma pesquisa realizada por Santos (2014), foi constatado que bancários encontram dificuldades de não conhecerem na íntegra a forma como são estabelecidas

as metas, 70% dos entrevistados concordaram que são possíveis de serem alcançadas e o que move a busca desses objetivos são as bonificações e a possibilidade de ascensão dentro da empresa. Em contrapartida revelaram que as metas abusivas atrapalham o seu dia a dia nas agências bancárias, uma vez que, se sente pressionados psicologicamente para o cumprimento das metas e inseguros em relação ao emprego.

Gestão de Pessoas e Assédio Moral

No setor bancário, os gestores possuem funções importantes, além de gerir pessoas, precisam entregar produções excelentes, porém, muitos gerentes pecam na forma de manter a equipe motivada, fugindo da gestão de pessoas e focando apenas nos negócios. De acordo com Klein (1996), as pressões e as avaliações de resultados baseadas, primeiramente, em volume de produção podem ter efeito negativo na coesão do grupo e levar à elevada competição interna, o que significa criar um clima organizacional desfavorável dentro da empresa, pois funcionários competindo tendem a trazer situações de rivalidade, que prejudica ambos e as suas atividades.

Em relação às denúncias quanto ao assédio moral em consequência da pressão de gestores dentro das agências bancárias, Franco et al. (2007) concluem que a Gestão de Pessoas é muitas vezes omissa em relação às poucas denúncias feitas pelo sindicato, pois os trabalhadores se sentem acuados e com medo de denunciar diretamente à área e colocar em risco seu emprego, logo, o medo de represálias tende a falar mais alto.

Saúde Mental dos Bancários

Para Chiavenato (2004), o conceito de Qualidade de Vida no Trabalho está relacionado tanto aos aspectos físicos e ambientais, como aos aspectos psicológicos do local de trabalho, ou seja, de um lado, a exigência dos empregados quanto ao bem-estar no trabalho e de outro, o interesse das organizações quanto aos efeitos da satisfação dos colaboradores que melhoram a qualidade do serviço prestado por estarem motivados.

Antes a saúde do bancário estava relacionada ao físico, ou seja, ligada a movimentos repetitivos, graus de monotonia, quantidade de autenticações, intensidade de utilização da tela, mas atualmente a saúde do bancário é afetada, principalmente, psicologicamente. O assédio moral por metas pode acarretar em doenças e, conforme Netz et al. (2006), o adoecimento está geralmente associado a pressão no cumprimento de metas, tensão, volume de trabalho excessivo, trabalho repetitivo, barulho, reclamações

de gerente e de clientes, medo de assalto e, principalmente, medo de perder o emprego, e essas são situações que fazem parte do cotidiano do trabalhador bancário.

Um dos entrevistados na pesquisa realizada por Ostronoff (2015), em um estudo do Sindicato dos Bancários de São Paulo, relata que as doenças começam pelo medo de perder o emprego, devido ao fato de acreditarem que em outra empresa não terão a mesma remuneração e benefícios ou duvidam da qualificação para o mercado de trabalho.

3. Metodologia

Para atingir os objetivos do presente trabalho, foi utilizada a pesquisa descritiva por se adequar melhor com o propósito da análise. Conforme exposto por Manzato et al. (2012), a pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los.

Quanto aos procedimentos, foi abordado o método de pesquisa Survey. Giordani (2020) explica que o método de pesquisa de levantamento de dados, Survey, consiste na coleta de dados, por entrevista ou questionário projetados para esse fim.

Foi empregado o método de pesquisa quantitativo no presente trabalho, pois auxiliou no que diz respeito à mensuração e compreensão das opiniões que possam explicar a atual situação dentro das agências bancárias. A pesquisa foi realizada utilizando a ferramenta Google Forms, que trata-se de uma aplicação que permite criar formulários online. Foi enviado o formulário através de link para 60 bancários e 51 deles responderam à pesquisa com questões relacionadas a sua qualidade de vida no trabalho no período entre 01 de agosto de 2020 e 05 de setembro de 2020.

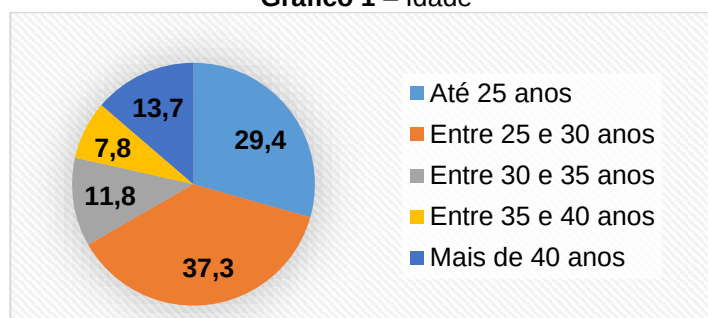
De acordo com Knechtel (2014), a pesquisa quantitativa é uma categoria de pesquisa que age em torno de um problema social ou humano, baseia-se no teste de uma teoria e é constituída por variáveis quantificadas em números, onde são analisadas de modo estatístico, com o objetivo de demarcar se as generalizações previstas na teoria se amparam ou não, deste modo, a pesquisa quantitativa está relacionada ao dado imediato.

4. Resultados

Foram entrevistados 60 bancários e 51 bancários se dispuseram a colocar suas opiniões através do questionário com as seguintes perguntas:

O Gráfico 1 apresenta os resultados referentes à idade dos respondentes.

Gráfico 1 – Idade

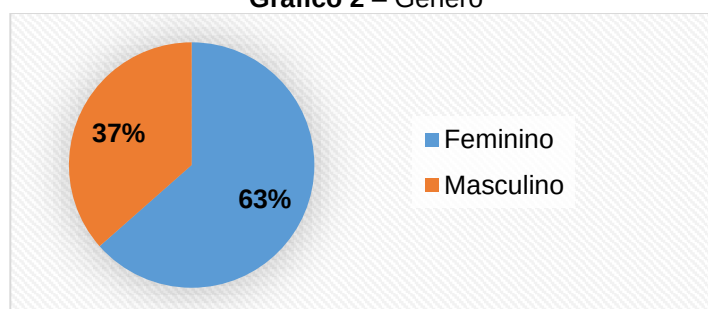


Fonte: dados da pesquisa (2020)

Dentre os entrevistados 29,4% possuem idade inferior a 25, 37,3% idade entre 25 e 30 anos, 11,8% idade entre 30 e 35 anos, 7,8% idade entre 35 e 40 e 13,7% possuem idade superior a 40 anos.

O Gráfico 2 apresenta os resultados referentes ao gênero dos respondentes.

Gráfico 2 – Gênero

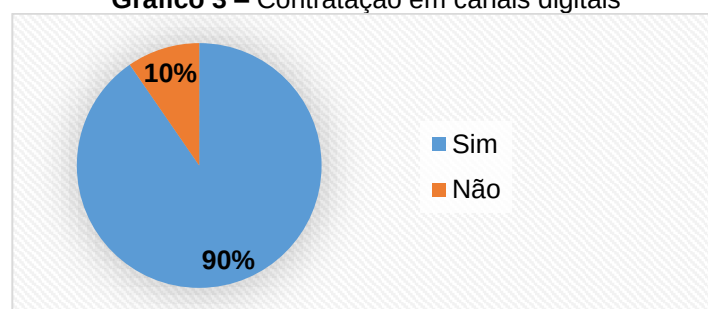


Fonte: dados da pesquisa (2020)

Com base nos dados, é observado que a maioria dos entrevistados é do sexo feminino, sendo 63% e 37 % do sexo masculino.

O Gráfico 3 apresenta os resultados referentes contratação de produtos em canais digitais após a oferta em agência física.

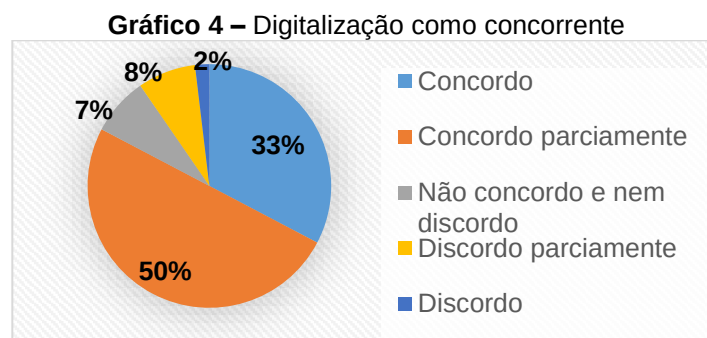
Gráfico 3 – Contratação em canais digitais



Fonte: dados da pesquisa (2020)

Conforme dados, 90% dos entrevistados já perdeu venda de produtos para a digitalização e 10% não passaram por essa situação.

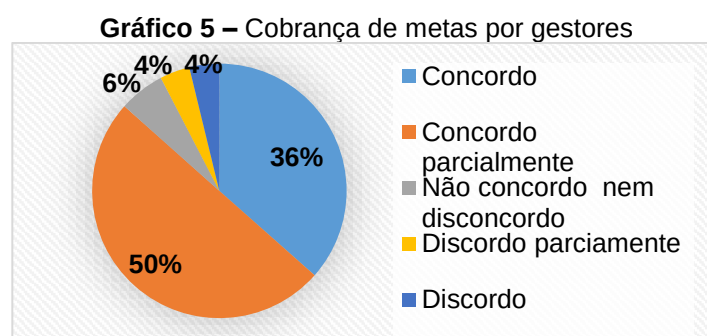
O Gráfico 4 apresenta os resultados referentes à consideração dos respondentes da digitalização como uma concorrente.



Fonte: dados da pesquisa (2020)

De acordo com a pesquisa, 33% dos respondentes concordam que a digitalização seja uma concorrente para realização das metas, 50% concordam parcialmente, 7% não concordam nem discordam, 8% dos respondentes discordam parcialmente e 2% discordam.

O Gráfico 5 apresenta os resultados referentes à consideração dos respondentes sobre a alta cobrança de gestores por metas.

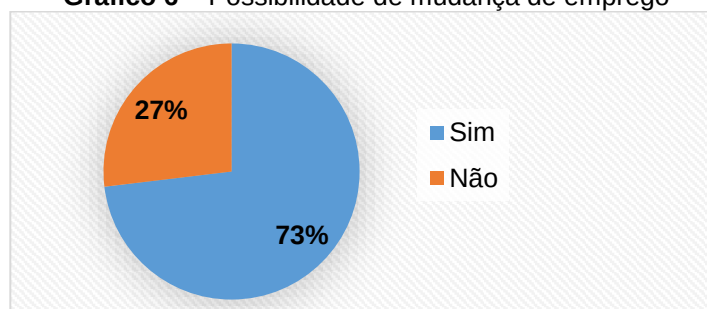


Fonte: dados da pesquisa (2020)

Conforme pesquisa, 36% dos entrevistados concordam sobre a alta cobrança de metas por gestores, 50% concordam parcialmente, 6% não concordam e nem discordam, 4% discordam parcialmente e 4% discordam.

O Gráfico 6 apresenta os resultados referentes à possibilidade de os respondentes mudarem de emprego devido à pressão no trabalho atual.

Gráfico 6 – Possibilidade de mudança de emprego

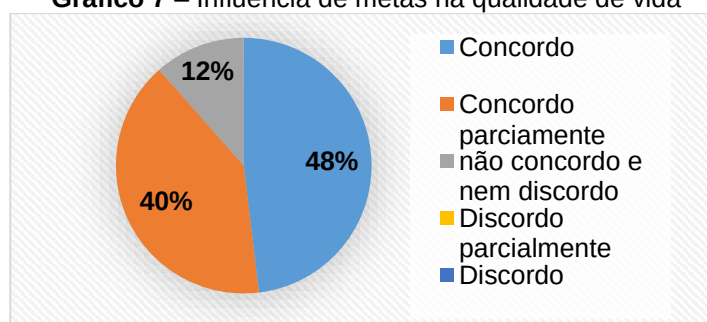


Fonte: dados da pesquisa (2020)

Sobre a possibilidade de mudança de emprego, 73% dos entrevistados já consideraram mudar de emprego devido à pressão e 27% não cogitaram a mudança.

O Gráfico 7 apresenta os resultados sobre a consideração de influência de metas na qualidade de vida dos respondentes.

Gráfico 7 – Influência de metas na qualidade de vida



Fonte: dados da pesquisa (2020)

Conforme análise de dados, 48% dos entrevistados concordam com a influência de metas na qualidade de vida, 40% concordam parcialmente e 12% não concordam e nem discordam.

5. Considerações Finais

Por meio desse trabalho foi possível entender a influência provocada pela digitalização do sistema financeiro no alcance das metas, e como isso afeta a saúde mental do agente bancário através da percepção de alguns desses colaboradores que vivem esse dilema todos os dias. Além disso, foi abordado a evolução dos bancos em relação a tecnologia e digitalização.

Para tal conhecimento, foi utilizado o método de pesquisa Survey, onde ocorre um levantamento de dados a partir das respostas expostas pelos entrevistados que

participaram do estudo. Essa pesquisa foi realizada utilizando a ferramenta *Google Forms*, que se trata de uma aplicação que permite criar formulários online, gerando um link para ser compartilhado aos entrevistados. Ao enviar o link para 60 bancários, houve retorno de 51 deles que participaram ativamente e responderam as questões relacionadas à digitalização e saúde mental nas agências bancárias.

Com base nos dados coletados dos entrevistados, foi possível observar que a digitalização possui grande influência na qualidade de vida desses profissionais. A pesquisa atingiu uma maior quantidade de respondentes do sexo feminino, sendo 63% dos entrevistados e foi constatado que possuem principalmente idade inferior aos 30 anos. Quando questionados sobre perder venda de produtos para a contratação por canais digitais, 90% dos respondentes confirmaram que já ocorreu tal situação, o que é um dado bastante considerável analisando as consequências na vida profissional do bancário que se dedica para realizar a oferta e tem que lidar com a frustração do êxito ocorrer somente para o banco e seu esforço não ser reconhecido, além disso 33% deles concordam com a afirmação de que a digitalização representa concorrência e 50% concordam parcialmente.

Conforme análise, 36% dos entrevistados concordam sobre a alta cobrança de metas por gestores e 50% concordam parcialmente e analisando que representam a maioria, é possível discutir que essa pressão psicológica da gestão causa desconforto e reflexão aos profissionais sobre a empregabilidade que, conforme dados da pesquisa, demonstrou que 73% deles já considerou mudar de emprego devido à coerção causada pela alta cobrança, mas conforme Ostronoff (2015), em seu estudo do Sindicato dos Bancários de São Paulo, esses profissionais acreditam que em outra empresa não terão a mesma remuneração e benefícios ou duvidam da qualificação para o mercado de trabalho, o que reforça ainda mais a permanência nessa profissão.

Quanto a influência das metas na qualidade de vida no trabalho, 48% dos bancários entrevistados concordam e 40% concordam parcialmente com a questão, ou seja, a maioria reforça que a saúde mental é comprometida pelo excesso de cobrança da alta gestão. Logo, a partir do questionário, ficou mais fácil identificar como a digitalização prejudica a saúde mental, isso devido a competitividade com essa ferramenta que os bancários precisam enfrentar, pois muitas vezes, ao invés de ser uma aliada, ela se torna uma concorrente.

REFERÊNCIAS

ALBERTO Luiz A. **Modelo De Comércio Eletrônico E Um Estudo No Setor Bancário**. Revista de Administração de Empresas. São Paulo, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rae/v39n1/v39n1a08>. Acesso em: 27 de maio de 2020.

CHIAVENATO, I. **Gestão de Pessoas: e o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

CHIODO, Paola. **Cobrança por resultado no trabalho bancário: as principais queixas dos executivos**. Porto Alegre, 2011. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/77625/000894691.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 05 de junho de 2020.

DRESCH, L. P. **O acesso a serviços financeiros por meio de caixas eletrônicos: uma análise da utilização pelos associados de uma cooperativa de crédito**. [Monografia] Universidade Regional do Noroeste do Estado do RS, 2012.

FIGUEREDO, Adrielly de L. **Transformação Bancária: Um Estudo De Caso Sobre Os Impactos Da Revolução Digital Nos Bancos Brasileiros**. Criciúma, 2018. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/6675/1/ADRIELLY%20DE%20LUCA%20FIGUEREDO.pdf>. Acesso em: 27 de maio de 2020.

FONSECA, Carlos et al. **Tecnologia bancária no Brasil: uma história de conquistas, uma visão de futuro**. FGV SB. São Paulo, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10438/13532>. Acesso em: 25 de maio de 2020.

FREITAS, Otávio D. De. **Performance Dos Bancos Brasileiros No Contexto De Digitalização**. Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/180983/001073677.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 27 de maio de 2020.

FRANCO, Paloma G. et al. **Assédio Moral E Gestão De Pessoas: Proposta De Quadro Analítico Baseada Em Estudo Exploratório Numa Organização Bancária**. Revista Científica de Administração, v. 8, n. 8. 2007. Disponível em: <https://cutt.ly/UgsNQ28>. Acesso em: 27 de maio de 2020.

GIORDANI, Domingos S. **Métodos de Pesquisa**. 2020. Disponível em: <http://sistemas.eel.usp.br/docentes/arquivos/198273/LOQ4047/Aula2.MetodosdePesquisa.pdf>. Acesso em: 01 de junho de 2020.

KNECHTEL, Maria do Rosário. **Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada**. Curitiba: Intersaberes, 2014.

LANNER, Maíra Brecht. **O papel dos sindicatos na proteção do trabalhador em face da digitalização**. São Paulo, 2019. Disponível em: http://www.ltr.com.br/congressos/jornal/direito/jornal_direito.pdf#page=20. Acesso em: 26 de junho de 2020.

NETZ, Jacéia A. et al. **O massacre dos trabalhadores bancários e a ação sindical: sobre jornadas, metas excessivas, pressão, medo, práticas gerenciais autoritárias versus práticas preventivas.** Boletim da Saúde. Porto Alegre, 2006. Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/periodicos/boletim_saude_v20n1.pdf#page=25. Acesso em: 27 de maio de 2020.

OSTRONOFF, Leonardo J. **Menos metas, mais saúde: um estudo sobre o sindicato de bancários de São Paulo.** São Paulo, 2015. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-09112015-122235/publico/2015_LeonardoJoseOstronoff_VCorr.pdf. Acesso em: 26 de maio de 2020.

SALUTES, Bruno. **Bancos digitais: conheça as principais vantagens.** 2019. Disponível em: <https://canaltech.com.br/mercado/bancos-digitais-vantagens-153749/>. Acesso em: 27 de maio de 2020.

SANTOS, Poliana et al. **Metas no setor bancário.** 2014. Disponível em: <http://www.nucleus.feituverava.com.br/index.php/nucleus/article/view/1333>. Acesso em: 26 de maio de 2020.

SANTOS, Wilson E. F. **O Trabalhador Digitalizado: A Formação Do Sujeito Neoliberal No Setor Bancário (2008-2018).** São Paulo, 2018. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-18032019-125735/publico/2018_WilsonEmanuelFernandesDosSantos_VCorr.pdf. Acesso em: 27 de maio de 2020.

SILVA, Juliana L. et al. **Organização do trabalho e saúde dos funcionários do banco.** Revista Latino-Americana de Enfermagem. vol.20 no.2 Ribeirão Preto, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692012000200003. Acesso em: 27 de maio de 2020.

WALMAR. **Enquanto Demitem, Bancos Investem Em Tecnologia Para Reduzir Agências.** Paraíba, 2014. Disponível em: <https://bancariospb.com.br/2014/06/04/enquanto-demitem-bancos-investem-em-tecnologia-para-reduzir-agencias/>. Acesso em: 26 de junho de 2014.

ANÁLISE DA QUALIDADE DO ATENDIMENTO DOS BANCOS TOTALMENTE DIGITAIS

Rafaela Aparecida de Souza¹

Eric Vinicius Lucion²

Resumo: A era digital está presente no dia-a-dia das pessoas, modificando o modo de se relacionarem e principalmente dos clientes da empresa X sobre a existência de humanização no atendimento prestado. Para atender a este objetivo foi realizada pesquisa exploratória tendo o *survey* como instrumento de coleta de dados, o qual foi aplicado para 345 usuários da empresa X, caso de estudo deste artigo. Como resultado principal encontrou-se elevada concordância sobre a humanização do atendimento do banco que é totalmente digital, onde 75,4% dos respondentes acenaram positivamente para a questão.

Palavras-chave: Empresa X 1. Digital 2. Financeiro 3.

1. Introdução

A sociedade está imersa em uma revolução digital, onde inovações neste âmbito são constantes, modificando o modo das pessoas se relacionarem e, principalmente, adquirirem bens e serviços. Em consonância a isso é notável a modificação das organizações que buscam adequar seu modo de fazer negócios para atender a este novo cenário tecnológico em muito diferente do que víamos há anos atrás. (FRANKENTHAL, 2020)

Uma mudança significativa está no formato de como as pessoas compram atualmente, onde a compra em estabelecimentos físicos está sendo substituída pela compra digital. Além disso, a tendência do mercado em buscar comodidade e mecanismos que lhe poupem tempo em um dia-a-dia carregado de atividades, e com isso uma nova geração de serviços surgem para conseguir abranger essa mudança. (CAMARGO, 2018)

Há uma integração entre o mundo digital e o mundo físico para atender essa demanda vertiginosa, impulsionando assim o uso mais expressivo de aplicativos e *smartphones* como um suporte que cabe na palma da mão. As inovações a cerca desses dois não tem precedentes, e a propensão só tem a aumentar, uma janela de oportunidades cada vez maior, tanto para o usuário como para empreendedor. (ESPINOSA, 2016)

Diante disso instituições de natureza financeira estão se atualizando a cerca dessa nova demanda, empresas que oferecem um serviço integralmente digital e que não

¹ Acadêmico do Curso de Administração da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL

² Mestre em Administração – Colegiado Gestão – Centro Universitário UNIVEL.

possuem agência física, ou seja, os bancos digitais são a nova tendência. Organizações que viram na tecnologia a oportunidade para entrar no mercado tecnológico e financeiro de forma conjunta, oferecendo a conveniência de acessar a conta e realizar transações de seja qual for localidade e horário, onde se tem uma gestão completa a distância. (FURLAN, 2019)

Porém, com a tecnologia cada vez mais inserida nas empresas, as pessoas estão perdendo o contato físico e tendo um atendimento robotizado, onde frases pré-prontas o atendem o que na maioria das vezes não sana as dúvidas e o problema que a pessoa tem. E mesmo sendo desagradável não é algo que vai mudar, cabe a cada empresa se adequar a esse modo e fazer com que não seja uma experiencia ruim para o cliente, como a empresa X vem fazendo. (TEIXEIRA, 2017)

O atendimento humanizado será o mecanismo ideal para manter o cliente satisfeito e fiel a empresa, referência por prestar atendimento aos seus usuários de forma mais humanizada, com enfoque na experiência do usuário e caracterizada como uma forma personalizada, a empresa X consegue usar a tecnologia como uma ferramenta eficaz no atendimento, não transparecendo um serviço mecanizado e impessoal. (DANTAS, 2020)

Referente a isso, este artigo se desenvolveu na finalidade de responder ao seguinte questionamento de pesquisa: Qual a percepção dos clientes sobre a existência de humanização nos atendimentos recebidos da empresa X? Para responder a este problema, o objetivo do trabalho se consolida em Identificar a percepção dos clientes da empresa X sobre a existência de humanização no atendimento prestado.

2. Referencial Teórico

2.1 Mercado Digital

Os modos de fazer negócios evoluem constantemente, alterando a dinâmica concorrencial e as características de consumo da sociedade, atualmente a aceleração tecnológica tem emergido o mercado em um cenário digital, provocando transformações significativas (ROCHA, 2009).

Mercado digital se refere a todos os processos de compra e venda, conforme um comércio comum, o que difere um procedimento do outro é apenas a maneira que é praticada suas operações, sendo total e exclusivamente realizado via internet (KALAKOTA; WHINSTON, 1997).

Kotler e Keller (2006) discorrem sobre a ideia de como a revolução digital tem formado a era da informação, deixando para trás a era industrial, que se caracterizavam por consumo e produção em massa, de forma que agora praticamente todo tipo de negócio, é realizado online e as comunicações são mais direcionadas, existindo uma determinação de preços em bases mais consistentes.

Com a era da informação e o uso da internet cada vez mais presente no cotidiano, as mudanças estão ocorrendo a todo momento, transformando coisas que realizamos no dia-a-dia e a forma como é realizado negócios totalmente (COBRA,2009).

De acordo com Albertin (2000) atualmente temos o chamado “comércio eletrônico”, que nos permite comprar o que desejamos sem precisar sair de casa, e de qualquer parte de mundo, a esse respeito existe a seguinte colocação:

O comércio eletrônico é a realização de toda a cadeia de valor dos processos de negócio num ambiente eletrônico, por meio da aplicação intensa das tecnologias de comunicação e de informação, atendendo aos objetivos de negócio. Os processos podem ser realizados de forma completa ou parcial, incluindo as transações negócio-a-negócio, negócio-a-consumidor e intra-organizacional, numa infra-estrutura predominantemente pública de fácil e livre acesso e baixo custo. (ALBERTIN, 2000, p.111).

Diante disso a forma de se realizar compras e vendas ficou mais fácil, criando condições que podem alterar o relacionamento cliente e fornecedor, onde inúmeras situações de interação surgem, o acesso facilitado a informações e soluções simples contribuem para visibilidade do ambiente virtual (CAVALLINI, 2008).

2.2 Banco Digital

O sistema bancário tradicional está sofrendo grande abalo por parte da era tecnológica, onde a sociedade está cada vez mais exigente, em relação a novos meios da realização de suas atividades habituais, sendo um processo sem volta, a tecnologia está cada vez mais inserida no cotidiano, acompanhá-la é algo de extrema importância para se ter sucesso, além das novas oportunidades que surgem a todo momento derivadas desse progresso (MCMILLAN, 2014).

Através disso cada vez mais são realizadas implementações acerca da tecnologia financeira, tanto por meio de órgãos normativos, como pelos próprios bancos, conforme o processo de implementação do *Open Banking* pelo Banco Central do Brasil - BACEN, que

trabalha com objetivo de aumentar a eficiência e a competição no Sistema Financeiro Nacional e abrir espaço para a atuação de novas empresas do setor (BACEN, 2019).

Como exemplo o BACEN explica que com o uso do *Open Banking*, o usuário desse sistema irá conseguir ter acesso as suas contas bancárias, podendo realizar transações, sem a necessidade de acessar diretamente o site ou aplicativo do banco, conforme o comunicado 33.455 (BACEN, 2019).

Uma recente pesquisa realizada sobre o *Open Banking* aponta que número de usuários do novo sistema dobrará entre os anos de 2019 e 2021, com um volume 40 milhões de usuários em 2021. (FINTECHLAB, 2020)

Com isso adesão por plataformas de serviços virtuais, está em maior evidencia em relação ao momento atual, em que a população mundial está passando por uma grande pandemia pelo COVID-19, várias instituições financeiras estão criando ferramentas digitais e facilitando o uso delas, já que a resolução de pendências só pode ser realizada apenas de formas virtuais em decorrência ao isolamento social (NOOMIS, 2020).

De acordo com uma pesquisa realizada pela Deloitte em parceria com a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), sobre a tecnologia bancária foi observado que, o valor de R\$19,6 bilhões foi investido em tecnologia para melhorar as funcionalidades para usuários, a pesquisa foi realizada com 20 instituições financeiras, que representa 91% dos ativos dessa indústria no Brasil (FEBRABAN, 2019).

Sendo assim a FEBRABAN (2019) afirma que para se manter no mercado, os bancos precisam realizar mudanças no seu sistema tradicional, pois a tecnologia vai avançar cada vez mais, e quem não se adaptar a esse movimento ficará para trás, e acabará perdendo seu espaço no mercado, como muitas outras organizações que não conseguiram.

De acordo com informações provenientes da FEBRABAN, os canais digitais vêm evoluindo em praticidade, conveniência e segurança. Como resultado, as transações bancárias registraram crescimento consistente e significativo (FEBRABAN, 2019).

Inovações no setor financeiro envolvendo modelos de negócio viabilizados por tecnologia com potencial de facilitar a desintermediação; revolucionar a maneira como as firmas existentes criam e entregam produtos e serviços; tratar questões relativas à privacidade e desafios regulatórios e legais; promover oportunidades para empreendedores e semear oportunidades para o crescimento inclusivo (DHAR E STEIN, 2017, p. 33).

Conforme dados recolhidos do BACEN (2020) as *fintechs* são empresas que introduzem inovações nos mercados financeiros, por meio do uso intenso de tecnologia, com potencial para criar novos modelos de negócios, atuando por meio de plataformas *online* e oferecendo serviços digitais inovadores.

Ainda por meio desta mesma fonte, aponta que no Brasil as *fintechs* estão regulamentadas desde abril de 2018 pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), resoluções 4.656 e 4.657, e que há várias categorias de *fintechs*, sendo elas de crédito, de pagamento, gestão financeira, empréstimo, investimento, financiamento, seguro, negociação de dívidas, câmbio, e multisserviços (BACEN, 2020).

Conforme uma pesquisa realizada pela *MindMiners* realizada no ano de 2020, sobre como o brasileiro se relaciona com o dinheiro, foi apurado que 55% utilizam algum produto ou serviço de alguma *fintech*, sendo que o que mais agrada o usuário é tarifas baixas (45%), bom atendimento (29%), pouca burocracia nas operações (23%) e a experiência digital (22%), a população amostral utilizada foi de 1.000 pessoas de todas as classes sociais e faixa etárias (PATAH, 2020).

As *fintechs* crescem de forma expressiva no Brasil, a maior é a Nubank com um valor de mercado que é estimado em US\$ 10 bilhões e 20 milhões de cliente (BARBOSA, 2020). Tendo alcançado o título de unicórnio, que são *startups* e *fintechs* que chegam à avaliação de 1 bilhão de dólares, além de ser a *startup* mais valiosa globalmente, com um levantamento de US\$ 820 milhões nas sete rodadas de investimento que teve desde sua fundação em 2013 (NUBANK, 2019).

3. Metodologia

Esta pesquisa assumiu caráter exploratório ao passo que busca encontrar a perspectiva de um grupo de pessoas sobre o problema investigado, promovendo assim a descoberta de comportamentos e padrões sobre um tema novo ao pesquisador, permitindo a futura formulação de hipóteses (SILVA, 2001).

A pesquisa assumiu ainda a natureza quantitativa, uma vez que serão aplicados tratamentos estatísticos sobre os dados coletados, relacionando assim uma amostra de observação comparáveis entre si, presumindo que pode ser quantificável, descrevendo em números as informações para classificar e analisar posteriormente (SILVA, 2001).

O instrumento de coleta de dados a ser utilizado será o *Survey* elaborado na plataforma *Google.docs* e enviado pelo aplicativo *WhatsApp* a diversos grupos, assim

como à comunidade de usuários do banco existente na internet caracterizando, portanto, uma amostra não probabilística intencional ou por acessibilidade, não permitindo a generalização dos dados.

Segundo Fonseca (2002), o *survey* se qualifica como instrumento de obtenção de dados e informações referentes a características ou opiniões de um determinado grupo de pessoas por meio de questionário, podendo desenvolver proposições gerais sobre o comportamento da população ou amostra (BABBIE, 1999).

Como método de análise dos resultados será utilizada a estatística descritiva, onde será usado para identificar o comportamento dos dados, e avaliar padrões. Sendo um conjunto de métodos e processos quantitativos a estatística serve para estudar e medir os fenômenos coletivos (SILVA *et al.*, 1996). Referente a isso a estatística descritiva se faz um ramo que abrange a organização, o resumo e a apresentação dos dados (LARSON; FARBER, 2010).

4. Resultados

A pesquisa em questão foi realizada com uma população amostral de 345 pessoas onde visava a obtenção de dados para realização de um estudo a cerca opinião de usuários da empresa X sobre o atendimento prestado de forma totalmente digital, o estudo contou com a utilização de respostas elaborado e coletadas na plataforma *Google.docs*, onde a mesma foi enviado pelo aplicativo *WhatsApp* a diversos grupos, assim como à comunidade de usuários do banco existente na internet. Com isso foi aplicado um questionário com doze perguntas, com isso foi realizada uma análise do perfil do público entrevistado.

Em relação ao tempo de utilização dos serviços foi constatado que (33%) dos entrevistados utilizam o serviço entre 1 e 2 anos; (24,10%) entre 2 e 3 anos; (21,40%) até um ano; (11,30%) entre 3 e 4 anos e por fim (10,10%) utilizam há mais de 4 anos, o que se caracteriza por ser um uma empresa nova no mercado e com produtos que revoluciona a forma como se administra o dinheiro, sendo de forma mais tecnológica, o que acaba causando receio por partes de muitas pessoas que sempre lideram de forma tradicional.

O público entrevistado foi com idade a partir de 18 anos, onde (22%) tinha idade entre 18 e 22 anos; (41,4%) entre 23 e 27 anos; (23,2%) entre 28 e 32 anos; (13%) acima de 32 anos; *é comum que consumidores de diferentes faixas etárias tenham necessidades e desejos diferentes*, diante disso foi notado que a maior número de usuários se concentra

nas pessoas mais jovens com idade entre 23 e 27 anos, observando assim que a geração Y e Z possuem um maior domínio para as questões tecnológicas que um aplicativo pode trazer.

Já sobre o sexo foi constatado que (59,4%) dos entrevistados são mulheres e (40,6%) são homens, com isso é possível observar que a adesão pelos serviços da empresa X é em grande parte utilizado pelo público feminino. Ao serem questionados sobre o nível de escolaridade do pode ser analisado que o maior número de pessoas respondeu possuir graduação completa (41,4%), em segundo plano mestres ou doutores representaram 34,8% das respostas, enquanto 8,7% afirmaram possuir ensino médio e 14,8% pós-graduação.

Com relação à renda o maior número de respostas se concentrou na população que recebe de 1 a 2 salários mínimos, os resultados ficaram e (18,3%) com até um salário mínimo; (34,5%) de 1 a 2 salários mínimos; (24,9%) de 2 a 3 salários mínimos; (9%) de 3 a 4 salários mínimos e por fim (13,3%) acima de 4 salários mínimos.

Ao se questionar os motivos que levam as pessoas a aderirem uma conta digital é (75,7%) 261 pessoas é a Ausência de taxa; (57,4%) 198 pessoas é Realizar operações de forma de totalmente digital; (44,3%) 153 pessoas é Não precisar ir até uma agencia; e (31,3%) 108 é a Facilidade na obtenção de limite de crédito, onde poderia se escolher mais de uma opção de resposta.

Ao questionar qual a forma que os usuários usam para resolver os problemas quando eles surgem e com isso foi mostrado que (92,8%) 320 pessoas escolheram o aplicativo ; (15,1%) 52 escolheram *E-mail*; (7,5%) 26 pessoas o Sac, era possível que os usuários escolhessem mais de uma opção nessa questão e com isso claramente é possível observar que pelo aplicativo mesmo é possível resolver os problemas, já que a maior partes dos respondentes apontaram o aplicativo como uma forma mais eficaz de resolução.

Por ser uma empresa totalmente digital, existe apenas meios de resolução de problemas digitais, foi perguntado aos clientes se eles sentiam que seus problemas eram resolvidos. Onde (60%) 207 usuários afirmaram que sim, que concorda totalmente; (29,3%) 101 que concorda parcialmente; (8,4%) 29 que não concorda e nem discorda; (1,7%) 6 que discorda parcialmente e apenas (0,6%) 2 que discorda totalmente, mostrando até então que o método tem sido eficiente.

A pergunta 10 do questionário buscou identificar se os usuários sentiam necessidade de haver agências presenciais da empresa. Como resultado foi encontrado que (32,2%) 111 pessoas discordavam totalmente; (12,5%) 43 pessoas discordavam parcialmente; (31%) 107 pessoas não concordavam e nem discordavam; (17,4%) 60 pessoas concordavam parcialmente e (7%) concorda totalmente, o que nos leva a interpretar que a agências físicas não mais tão requisitadas como eram antes.

Como qualquer pesquisa mercadológica de extrema importância saber a opinião do público em relação aos serviços prestados, tanto para análise como para criar estratégias, diante disso realizada uma pergunta sobre o grau de satisfação dos clientes e foi constatado que (54,2%) 187 das pessoas estão muito satisfeito; (35,4%) 122 estão satisfeitos; (5,5%) 19 estão neutro; (1,4%) 5 estão insatisfeito e (3,5%) 12 estão muito insatisfeito, com isso é possível ver notar que o grau de satisfação é muito grande por parte dos usuários.

A pergunta central no tema do artigo, que visa saber se realmente existe a humanização no atendimento, com isso foi apontado que (1,7%) 6 dos usuários discordam totalmente; (4,9%) 17 dos usuários discordam parcialmente; (18%) 62 dos não concorda e nem discorda; (26,7%) 92 dos usuários concorda parcialmente e por fim (48,7%) 168 usuários concordam totalmente.

Adentrando a etapa a qual fora realizado o cruzamento das variáveis de perfil do consumidor do produto (Q2 – tempo de uso; Q3 – sexo; Q4 - idade; Q5 – escolaridade; Q6 – Renda) com os possíveis motivadores à escolha de um banco digital para operacionalizar seus movimentos financeiros. Os dados se apresentam no Quadro 1 abaixo.

Quadro 1 – Perfil x motivo de escolha

Variáveis cruzadas	P-Valor
Q2 x Q7	5,7212
Q3 x Q7	3,8918
Q4 x Q7	3,7063
Q5 x Q7	2,924
Q6 x Q7	3,3588

Fonte: Elaborador por autora (2020).

Tendo o P-valor de todos os cruzamentos realizados resultado em valores superiores a 0,5, portanto $p\text{-valor} > 0,05$, podemos constatar que não há significância sobre os mesmos. Desta forma não se pode afirmar que existe algum fator descritivo na população analisada, assim como relacionados a seu comportamento de uso, que direcionem sua identificação.

Outra comparação foi realizada entre as variáveis de perfil do consumidor já descritas (Q2; Q3; Q4; Q5; Q6) com a opinião dos respondentes sobre acreditarem ou não se o banco digital referido na pesquisa oferece atendimento humanizado (Q12) sobre qualquer problema ou necessidade surgida durante o processo de utilização. Os resultados encontram-se no Quadro 2 abaixo.

Quadro 2 – Perfil x atendimento

Variáveis cruzadas	P-Valor
Q2 x Q12	1,0009
Q3 x Q12	1,5518
Q4 x Q12	5,241
Q5 x Q12	2,3107
Q6 x Q12	2,2697

Fonte: Elaborado por autora (2020).

Tal como encontrado na análise anterior, aqui também não foi possível identificar relação estatística significativa, apresentando em todos os casos resultados de P-valor $> 0,05$. Desta forma, não existe um perfil do consumidor que justifique a sua posição sobre entender que o banco presta atendimentos humanizados.

5. Considerações Finais

A evolução no comércio digital trouxe mudanças para o cenário bancário brasileiro, onde encontramos um grande número de usuários que objetivam maior comodidade, praticidade e menores custos. Este artigo se desenvolveu à guisa de atender ao objetivo de avaliar se na visão dos usuários da empresa X, este banco oferece atendimento humanizado em seus negócios. Para tal, aplicou-se *survey* a 345 usuários da empresa, por meio do qual foi possível identificar fatores gerais de comportamento e percepção dos mesmos.

Atendendo ao objetivo desta pesquisa, a última pergunta do questionário identificou que 92 respondentes (26,7%) concordam parcialmente com a afirmativa do banco prestar serviço humanizado, e outros 48,7% (168 usuários), concordam totalmente com esta perspectiva, o que representa 75,4% de toda a amostra.

Este resultado indica elevada concordância com o tema central, e como resposta ao problema de pesquisa entendemos que por meio dos canais de atendimento prestados pelo banco, e sua relação com os clientes, mesmo sendo um banco digital este desenvolve atendimento humanizado aos usuários.

REFERÊNCIAS

ALBERTIN, Luiz Alberto. **Comércio Eletrônico**. 5. Ed.- São Paulo: Atlas, 2004

ALBERTIN, Alberto Luiz. **Comércio eletrônico: modelo, aspectos e contribuições de sua aplicação**. Colaboração de Rosa Maria de Moura. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2001.

BRASIL. Lei nº 80.078, de 11 de setembro de 1990. **Código de Defesa do Consumidor**. Brasília, DF, 11 set. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/d7962.htm.

BRASIL, Ministério da Fazenda. **Banco Central do Brasil. FAQ – Fintechs**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/fintechs>. Acesso em: 17 de maio de 2020.

BRASIL. Banco Central do Brasil. **Banco Central inicia processo de implementação do Open Banking (Sistema Financeiro Aberto) no Brasil**. 2019a. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/detalhenoticia/16733/nota>. Acesso em: 20 de maio de 2020

CAVALLINI, Ricardo. **O marketing depois de amanhã**. 2ª Edição. São Paulo, Ed. do autor, 2008.

FEBRABAN. **Pesquisa FEBRABAN de tecnologia bancária 2019**. Disponível em: <https://cmsportal.febraban.org.br/Arquivos/documentos/PDF/Pesquisa-FEBRABAN-Tecnologia-Bancaria-2019.pdf>. Acesso em: 20 de maio de 2020

FINTECHLAB. 2020. Disponível em: <https://fintechlab.com.br/index.php/2020/05/19/numero-de-usuarios-do-open-banking-no-mundo-deve-dobrar-ate-2021/>. Acesso em: 20 de maio de 2020.

KALAKOTA, R; WHINSTON, A, **Electronic commerce: a manager's guide**, New York: Addison-Wesley, 1997, p. 3.

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. **Administração de Marketing**. 14 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2013

KOTLER, Philip; ARMSTRONG, Gary. **Princípios de Marketing**. 12. Ed. São Paulo: Person Prentice Hall, 2007. 600 p.

MCMILLAN, Jonathan. 2014. O fim dos bancos: Moeda, crédito e a revolução digital. P. 265

NUBANK. **O que é um Banco Digital? Qual a diferença para um banco tradicional?** 2019. Disponível em: <https://blog.nubank.com.br/banco-digital-o-que-e/>. Acesso em: 16 de maio de 2020

NUBANK. **O que é uma startup e por que esse termo se popularizou?** 2020. Disponível em: <https://blog.nubank.com.br/o-que-e-startup/>. Acesso em: 16 de maio de 2020

NUBANK. 2019. **Maior banco digital independente: Nubank levanta US\$ 400 mi em nova rodada de investimento**. Disponível em: <https://blog.nubank.com.br/nubank-levanta-400-milhoes-de-dolares-maior-banco-digital/>. Acesso em: 20 de maio de 2020

PATAH, Rodrigo. 2020. **O brasileiro e o dinheiro**. Disponível em: <https://mindminers.com/blog/o-brasileiro-e-o-dinheiro-onda-2/>. Acesso em 20 de maio de 2020

ROCHA, L. C. **Criatividade e inovação: como adaptar-se as mudanças**. LTC: Rio de Janeiro, 2009.

ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL OBSERVADA NO MUNICÍPIO DE CÉU AZUL - PR

Shelly Anny da Silva Neitzke¹
Lúcio Scheuer²

Resumo: O objetivo deste trabalho foi mostrar as questões vinculadas ao tema sustentabilidade, mostrando os principais aspectos sobre o assunto, observando projetos sustentáveis nas empresas da cidade de Céu Azul-PR, tendo indicadores de desenvolvimento para cada função específica do ambiente empresarial. Com as dimensões de mais relevância dentro das organizações, trazendo projetos que mudam os pilares no ambiente empresarial, tais como econômico, social, tecnológica, ambiental entre outros, para que possam ser colocados em prática teriam que promover suas ações em cada passo da empresa e aproveitar seus benefícios que só tendem a aumentar. Essas ações são a visão futura de um mundo empresarial que teríamos que aderir a cada dia. A conclusão analisada através dos principais aspectos sustentáveis no ambiente empresarial em Céu Azul mostrou que os meios mais utilizados são de reciclagem e economias de água e luz, e refletem economicamente nos principais fatores das empresas.

Palavras-chave: Sustentabilidade; Empresas; Sustentável; Meio Ambiente.

1. Introdução

O tema sustentabilidade é relativamente novo no ambiente empresarial. Começou a ser relevante no mundo com projetos sustentáveis de ecodesenvolvimento no ano de 1972 em Estocolmo, na Suécia. Seu começo teve propostas por uma conferência das nações unidas. O desenvolvimento sustentável como um todo, por ser bem abrangente, traz maneiras de suprir as necessidades dos seres humanos, sem os recursos serem esgotados, e podendo renová-los para uso contínuo. O destaque desse desenvolvimento visando fortalecer a renovação dos recursos usados por nós e também ao estrago que fazemos com nossas atitudes diárias, vem trazendo uma visão ampla as pessoas que pequenos gestos do seu dia a dia são fundamentais para manter a vida do ecossistema como um todo. As nações unidas trouxeram à tona suas propostas e cabe a cada país tomar consciência com projetos para empresas adotarem os meios mais adaptáveis da rotina de trabalho. O Brasil começou a incluir programas que fizessem entrar em prática o tema. Sua maior vontade de mudança foi ver as consequências que as indústrias fazem ao ambiente com poluição em massa. Como um país em desenvolvimento tem como exemplos várias outras nações, podendo assim adquirir os modelos que já estão em ação e que deram certo, fazendo parcerias com seus municípios adaptando para cada ambiente

¹ Acadêmica do curso de Administração – Centro Universitário UNIVEL.

² Orientador: Professor Mestre do curso de Administração – Centro Universitário UNIVEL

encontrado. Um pequeno exemplo: a qualidade do ambiente urbano depende muito da qualidade dos espaços verdes, que devem ser agradáveis, seguros, dotados de infraestrutura e de equipamentos, além de facilmente acessíveis a toda população. Depende também de um conjunto de unidades de conservação e outros espaços especialmente protegidos e áreas de proteção especial no município que garanta a oferta de recursos hídricos e de condições ecológicas e sociais necessárias à sadia qualidade de vida. (SOUZA, 2020)

O país traz os programas, como: espaços verdes, água verde, agenda 21 e como exigência rege tarefas aos estados passarem aos seus municípios tendo que realizar esses projetos de alguma forma, transformando a visão das empresas, fazendo elas adotarem os programas, podendo amadurecer e inovar as ideias sustentáveis no dia a dia. O município que já preserva a ideia de sustentabilidade faz com que seu ambiente empresarial possa ter o tema dentro da empresa visando lucratividade e mudando conceitos, tirando o pré-conceito da sustentabilidade, e fazendo dela uma parceria para a vida toda, pois pensavam de maneira diferente e um pouco negativo não tendo um parâmetro externo de como afetaria ou atingiria o seu ambiente mercadológico. (CEP, 2017)

Existem livros, artigos e afins para novas formas de transformação da cidade em ser sustentável, juntando os poderes como: legislativas ambientais, econômico, sociais, podendo ao município trazer mais qualidade de vida e equilíbrio duradouro. Como as empresas do município de Céu Azul realizam as práticas da sustentabilidade?

Com o tema pretende-se alcançar o máximo de empresas do município de Céu Azul, fazendo comparações de suas ações em questão da sustentabilidade, realizar questões onde possa se encontrar os principais aspectos postos pelas empresas e seus meios sustentáveis. Apresentar através destas comparações que serão realizadas, suas atividades em prática e funcionamento, para ter a comprovação dos projetos que possam ser sustentáveis. Analisar o nível de sustentabilidade das empresas de Céu Azul PR. Descrever os principais projetos sustentáveis encontrados nas empresas da cidade; verificar quais seriam as vantagens econômicas e sociais de cada projeto; abordar na empresa meios sustentáveis internos e externos; explicar a importância destes projetos como eles podem influenciar as empresas.

2. Desenvolvimento

Sustentabilidade

O termo sustentabilidade está cada vez mais presente no ambiente empresarial. A definição de sustentabilidade mais difundida é a da Comissão Brundtland (WCED, 1987), a qual considera que o desenvolvimento sustentável deve satisfazer às necessidades da geração presente sem comprometer as necessidades das próximas gerações. Sendo assim deixa claro um dos princípios básicos de sustentabilidade, a visão de longo prazo, uma vez que os interesses das futuras gerações devem ser analisados.

A dimensão social consiste no aspecto social relacionado às qualidades dos seres humanos, como suas habilidades, dedicação e experiências. Essa dimensão abrange tanto o ambiente interno da empresa quanto o externo. Indicadores para a dimensão social podem variar de uma empresa para outra, mas alguns são considerados comuns para diferentes setores de atuação. Dentre esses indicadores comuns, podem-se citar compensação justa, horas de trabalho razoáveis, ambiente de trabalho seguro e saudável, proibição de mão-de-obra infantil e de trabalho forçado, e respeito aos direitos humanos (GROOT, 2002).

A dimensão econômica inclui não só a economia formal, mas também as atividades informais que provêm dos serviços para indivíduos e grupos e aumentam, assim, a renda monetária e o padrão de vida dos indivíduos. Lucro é gerado a partir da produção de bens e serviços que satisfazem às necessidades humanas, bem como pela criação de fontes de renda para os empresários, empregados e provedores de capital. O retorno financeiro reflete a avaliação dos consumidores para os bens e serviços da empresa, assim como a eficiência com que os fatores de produção são utilizados, como capital, trabalho, recursos naturais e conhecimento. (GROOT, 2002).

Indicadores de desenvolvimento sustentável

Os indicadores podem comunicar ou informar sobre o progresso em direção a uma determinada meta, como por exemplo o desenvolvimento sustentável, mas também podem ser entendidos como um recurso que deixa mais perceptível uma tendência ou fenômeno, que não seja imediatamente detectável (HAMMOND, 1995).

Indicadores de sustentabilidade: uma ferramenta para a gestão ambiental

Em termos do conceito de desenvolvimento sustentável, deve-se observar que a abordagem pode ser feita a partir de diversos níveis ou esferas específicas. Em termos geográficos é possível abordar o conceito na esfera mundial, nacional, regional e local. Em relação ao aspecto temporal, pode se abordar a curto, a médio ou a longo prazo; e quanto aos atores envolvidos, a ênfase pode ser atribuída ao indivíduo, ao grupo ou à sociedade. Entretanto, segundo a CSD, existe a necessidade de se criar uma base comum para que se tenha um denominador para avaliação do grau de sustentabilidade, uma vez que a maioria dos indicadores existentes não são adequados para isso. (CSD, 2004)

As ferramentas de avaliação também são úteis para quem toma decisões, na medida em que podem ser utilizadas para o desenvolvimento de políticas, na função de planejamento, levando-se em conta, ainda, que esses tipos de ferramentas cumprem outras funções:

Função analítica - as medidas ajudam a interpretar os dados dentro de um sistema coerente, agrupando-os em matrizes ou índices;

Função de comunicação - as ferramentas tornam os tomadores de decisão familiarizados com os conceitos e métodos envolvidos na sustentabilidade. Os indicadores ajudam no estabelecimento de metas e também na avaliação do sucesso em alcançá-las;

Função de aviso e mobilização - as medidas auxiliam os administradores a colocarem os mecanismos de uma forma pública, publicações anuais ou simples relatórios com indicadores principais;

Função de coordenação - um sistema de medidas e de relatórios deve integrar dados de diferentes áreas e dados coletados por agências distintas. Deve ser factível, tanto em termos de orçamento como em termos de recursos humanos. Deve ser aberto à população, para participação e controle. Essas funções são melhor preenchidas no processo de escolha de indicadores e na fase de implementação, quando os tomadores de decisão utilizam as ferramentas de mensuração e os indicadores.

Gestão sustentável de cadeias de suprimento

As organizações empresariais têm sido cada vez mais cobradas pela sociedade a atuar por meio de modelos alinhados às propostas do desenvolvimento sustentável. Isso se dá em meio a um cenário em que as empresas competem não mais individualmente, mas sim em cadeias de suprimento. Juntamente aos benefícios desse modelo, como os

preços mais competitivos ao consumidor, deve-se reconhecer também alguns temas que merecem reflexão: são frequentes os casos em que problemas de cunho social ou ambiental são verificados em cadeias de suprimento de grandes empresas focais que usualmente comandam a cadeia de suprimento, têm o contato direto com o consumidor, ou projetam o produto/serviço oferecido ao mercado. Se os méritos pelo bom desempenho de uma cadeia aparecem sobre a empresa, é de se esperar que essa organização seja o alvo de questionamentos da sociedade sobre os impactos da atuação de seus fornecedores.

No caso examinado, são apresentadas evidências de que a SSCM requer da empresa focal a criação de mecanismos formais de cooperação entre os membros da cadeia de suprimento (CARVALHO, 2011).

Estratégias de Sustentabilidade e Vantagem Competitiva

O centro da estratégia do desenvolvimento sustentável é a necessidade de incluir considerações econômicas e ecológicas no processo de tomada de decisões. Como a economia, ecologia e sociedade estão integradas nas atividades do mundo real, será preciso mudar as atitudes e os objetivos, para posteriormente, se chegar a novas disposições institucionais em todos os níveis, garantindo-se assim, a sustentabilidade. Segundo Rodrigues e Sánchez (2005), vertentes da literatura demonstram como as firmas podem ganhar vantagem competitiva por meio de estratégias de sustentabilidade: aumento dos ganhos com eficiência nos custos, aquisição de recursos estratégicos e capacidades, desenvolvimento da aprendizagem e das capacidades dinâmicas. Scharf (2004) descreve que, as organizações sustentáveis devem possuir características em diversas dimensões diferentes, garantindo a sua continuidade, sendo que, as principais são:

- Manutenção de uma perspectiva de rentabilidade econômica no médio e longo prazo;
- Operações dentro da lei, não gerando passivos e prejuízos inesperados;
- Minimização da dependência de recursos esgotáveis ou sujeitos à escassez;
- Desenvolvimento de produtos e ou serviços que, contribuam para o que é percebido pela sociedade como um benefício social ou ambiental;

- Estabelecimento de uma relação de respeito e minimização do conflito com os stakeholders, ou seja, qualquer pessoa ou entidade que afeta ou é afetada pelas atividades de uma empresa;
- Cultivo da eficiência no uso dos recursos renováveis e não-renováveis, por meio de investimento em tecnologia avançada e soluções de longo prazo;
- Redução de resíduos e reciclagem dos materiais que descarta; INGEPRO – Inovação;
- Prática da transparência na gestão, promovendo a confiança entre os vários grupos de stakeholders;
- Não utilização de propagandas que induzem o público a confundir a verdadeira atuação da empresa;
- Relacionamento com as demandas de ordem global (como aquecimento do planeta) e local (a comunidade que sua atuação afeta), simultaneamente. Scharf (2004)

Sustentabilidade: da evolução dos conceitos à implementação como estratégia nas organizações

Em 1973, foi lançado o conceito de Ecodesenvolvimento, pelo francês Maurice Strong, como uma política de desenvolvimento alternativo. Ainda na década de 70, vale destacar as argumentações de Ul Haq (1973 apud CAVALCANTI et al., 1994), que defendeu veementemente a separação entre países centrais e países periféricos na elaboração das medidas abordadas no ano anterior sobre o argumento de que os últimos deviam ter garantido seu direito ao desenvolvimento, além de criticar o relatório devido ao fato de os resultados apresentarem muitas variações com a alteração de poucos parâmetros.

O conceito do Triple Bottom Line (TBL) ganhou destaque nas discussões devido ao fato de criar um modelo que balizaram as discussões sobre o tema, tornando o assunto mais atrativo para as organizações que ainda não haviam se sensibilizado. Desde então, muitas organizações passaram a comunicar seus desempenhos econômico, ambiental e social e suas inter-relações, baseadas neste conceito (WELTER, 2007).



Tipê da Sustentabilidade Fonte: Adaptação dos três pilares de Elkington (1997).

O que se encontra, na prática da gestão empresarial, é uma diversidade de instrumentos de gestão, muitos dos quais de grande qualidade, porém que não demonstram a capacidade de executar tal interação entre a sustentabilidade e a estratégia de negócios na qual a empresa está inserida (BAUMGARTEN, 2002).

3. Metodologia

Este trabalho teve uma pesquisa quantitativa. Essa análise foi feita com uma plataforma de questionários onde foram produzidas questões objetivas e também descritivas sobre o meio sustentável nas empresas em Céu Azul, para poder identificar melhor como essas empresas se apresentam com o assunto, sendo assim enviadas por e-mail, meios de comunicação entre outros para que os respectivos envolvidos na pesquisa e que recebessem de forma acessível. Foram adquiridos 14 respostas das mais 40 empresas presentes no município.

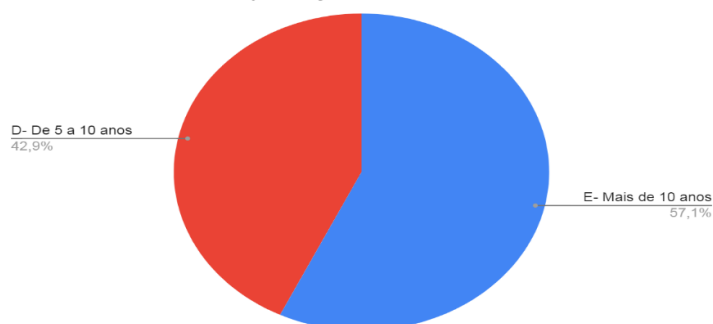
4. Resultados



Autora deste trabalho (2020)

Foram distribuídos em várias áreas, para ter um amplo resultado da pesquisa, e os principais ramos de atividades que responderam foram de vestuário e alimentício.

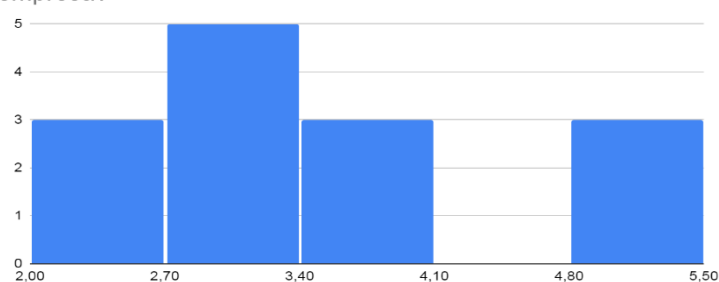
2-Quantos anos a empresa já está no mercado?



Autora deste trabalho (2020)

As empresas que responderam maioria têm mais de 10 anos de mercado, e sua representatividade no ramo em que se encontram podem fazer uma influência maior pelas experiências que passaram no ambiente empresarial.

3-Na sua percepção qual nível de sustentabilidade usado na empresa?

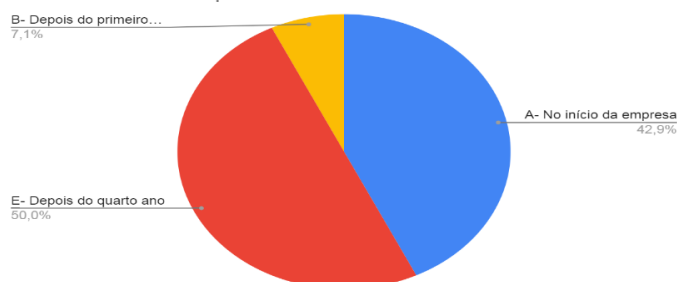


Histograma 3-Na sua percepção qual nível de sustentabilidade usado na empresa?

Autora deste trabalho (2020)

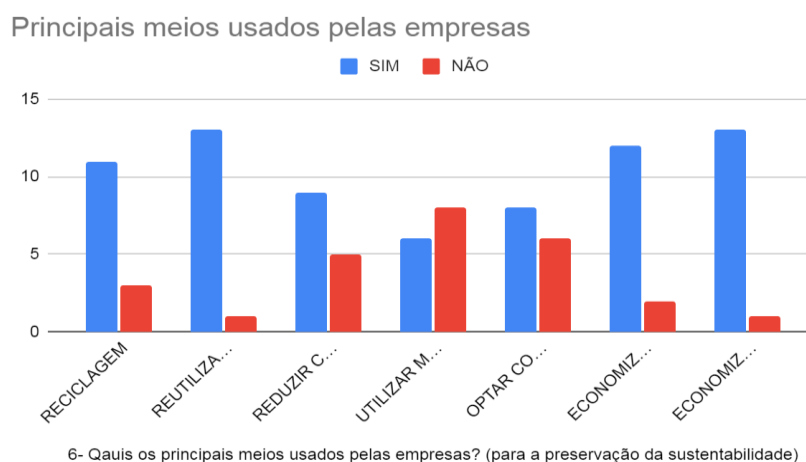
Numa percepção dos resultados encontrados a maioria das empresas optaram por maior importância a sustentabilidade nas atividades compostas nas empresas.

Contagem de 4-Quando se deu o início das práticas sustentáveis na empresa?



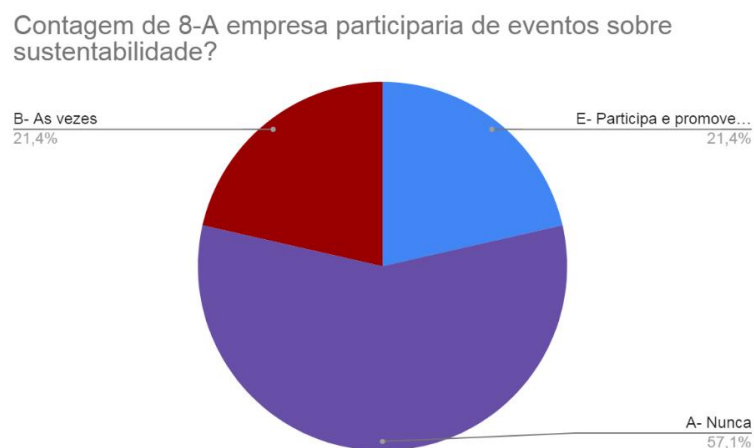
Autora deste trabalho (2020)

Maioria das práticas sustentáveis são realizadas no começo e depois de 4 anos de empresa podendo crescer o interesse das práticas no ambiente empresarial.



Autora deste trabalho (2020)

Neste gráfico foi selecionada algumas atividades que se encaixam na sustentabilidade empresarial, e com a seleção de sim para serem aplicadas a empresa e não no caso de nem serem usadas, foi observado que a reciclagem, a reutilização de materiais, a economia de luz, a economia de água se sobressaíram sobre as demais.



Autora deste trabalho (2020)

Sobre a participação e interação cliente e empresa, fica um pouco a desejar pois maioria das empresas não adquirem ou até mesmo promovem suas ações à comunidade, seria falta de interesse, gerar custos à mais para empresa, ou até mesmo o ambiente que se encontram não fornece informações necessárias para tais eventos.

5. Considerações Finais

Concluiu-se que, a maioria das empresas que responderam ao questionário estão cientes dos aspectos sustentáveis de suma importância em sua gestão. Seus projetos se manifestaram depois de um tempo que a empresa foi fundada. Os principais meios de sustentabilidade utilizados pelas empresas de Céu Azul são: a reutilização dos materiais, a reciclagem, a economia de água, a economia de luz e a redução do consumo de papel.

Sustentabilidade para maioria é muito relevante; algumas dessas empresas participam de projetos/eventos sobre o assunto; já os projetos próprios de sustentabilidade são planejados e executados na hora, e algumas infelizmente ainda não fazem projetos sobre.

Pensando em algumas vantagens sustentáveis, as vantagens econômicas consistem na melhoria da rentabilidade (lucratividade), com redução dos custos de produção e as vantagens sociais estão associadas no controle da escassez das matérias primas e contribuição nas políticas públicas relacionadas ao meio ambiente. Promovendo um ambiente socioeconômico melhor para um convívio futuro. Redução de gastos em geral.

Uma das principais vantagens econômicas é que com a utilização de meios sustentáveis se consegue extrair maior rentabilidade, e se consegue reduzir a emissão de poluentes que é de extrema importância ambiental. Além de trazer benefícios para a empresa contribui-se com todo o planeta. A contribuição com o meio ambiente a longo prazo é de extrema necessidade para todos.

REFERÊNCIAS

BAUMGARTEN, 2002; KAPLAN; NORTON, 1996; NORREKLIT, 2000; PRIETO et al., 2006; ISENMANN; BEY; WELTER, 2007; CAVALCANTI et al., 1994; MALTHUS, 1998; JEVONS 1865, MUELLER, 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-65132012000100006&script=sci_arttext&lng=pt> Acesso em 15 de junho de 2020.

BRÜSEKE, F. J. **O problema do desenvolvimento sustentável**. In: Cavalcanti, C. (Org.). Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez, 1995.

CARVALHO – 2011. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/8792>>. Acesso em 15 de junho de 2020.

CERVO, L. A.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. São Paulo: Makron Books do Brasil, 1996.

FAUCHEUX, Nicolai e O'Connor, 1998. Disponível em:
<http://ingepro.com.br/Publ_2010/Agost/286-787-1-PB.pdf> Acesso em 15 de junho de 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. -4. ed. – São Paulo: Atlas, 2002.

Guia de ação de gestores municipais para a construção de cidades sustentáveis. **Dados-Brasília**: Senado Federal, Conselho de Estudos Políticos, 2017.

HAMMOND, 1995; HOLLING, 1978; OECD, 1993; Gallopin, 1996; EBAPE.BR vol.2 no.1 Rio de Janeiro Mar. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1679-39512004000100002&script=sci_arttext> Acesso em 15 de junho de 2020.

MEADOWS, MEADOWS e RANDERS, 1972; WCED, 1987; GROOT, 2002; QUEIROZ, Dayane Cristina. 2017. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/2234/223417504001.pdf>> Acesso em 15 de junho de 2020.

REPETTO, R., AUSTIN, D. **Quantifying the Impact of Corporate Environmental Performance on Shareholder Value**. Environmental Quality Management. V. 10, 4, p.33-44, 2001.

RICART, J. E., RODRIGUEZ, M. A., SANCHEZ, P. **Governance Sustainability in the boardroom**: An Empirical examination of Dow Jones Sustainability World Index leaders. Corporate Governance. v. 5, p.24-41, 2005.

SOUSA, Rafaela. **"Sustentabilidade"; Brasil Escola**. Disponível em: <<https://brasilestela.uol.com.br/educacao/sustentabilidade.htm>>. Acesso em 28 de junho de 2020.

SCHARF, R. **Manual de Negócios Sustentáveis**: Como aliar Rentabilidade e Meio Ambiente. Fundação Getúlio Vargas - Centro de Estudos em Sustentabilidade, 2004.

VEIGA, Ricardo Teixeira, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-75902006000400010&script=sci_arttext> Acesso em 15 de junho de 2020.

ANÁLISE DO PERFIL DE COOPERADOS INADIMPLENTES DE UMA COOPERATIVA DE CRÉDITO EM BRAGANEY-PR

Katia Carolina Luvisa Jacobussi¹
Keila Priscila dos Santos²

Resumo: A presente pesquisa teve como objetivo analisar o perfil de cooperados inadimplentes de uma cooperativa de crédito na cidade de Braganey-Pr. Os dados da pesquisa foram coletados através de relatórios fornecidos pela cooperativa de crédito Sicredi Vale do Piquiri Abcd PR\SP, onde foi analisado gênero, idade e profissão dos associados, indicando assim, qual a probabilidade de pessoas com as características estudadas ficarem inadimplentes dentro de uma instituição financeira, com o objetivo de realizar o levantamento de associados da cooperativa e assim, dos tomadores de crédito inadimplentes, selecionar características em comum dos mesmos e aplicar correlação das características e variáveis selecionadas com a inadimplência. A análise mostrou que 72% dos inadimplentes são do gênero masculino, a faixa etária que se mostrou mal pagadora foi entre 19 e 33 anos, somando 52%, e não houve destaque da inadimplência para a área profissional.

Palavras-chave: Crédito. Inadimplência. Correlação.

1. Introdução

O número de tomadores de crédito no Brasil chega a milhões e cresce a cada ano. De acordo com o Banco Central do Brasil (2018), o saldo total do crédito concedido pelo Sistema Financeiro Nacional (SFN) cresceu 5,7% no ano de 2018, após dois anos de contração, sendo -3,5% e -0,6% em 2016 e 2017, respectivamente.

Ainda, o Banco Central (2018) divulgou que existem cerca de 83 milhões de tomadores de crédito, sendo que desses, cinco milhões estão superendividados, tal cenário acontece quando o indivíduo possui mais de uma modalidade de crédito, pois em uma pesquisa feita em 2019 pelo Banco Central, de 10 milhões de tomadores de crédito em atraso, cerca de nove milhões possuíam mais de uma modalidade de crédito. Contudo, a inadimplência no Brasil cresceu em 2019, em comparação com o ano anterior, o número de pessoas com pagamentos em atraso cresceu de 62,6 milhões para 63,8 milhões, tendo um aumento de quase 2% (COSTA, 2019).

Como em todas as operações financeiras existem riscos, nas concessões de crédito existe o risco da inadimplência, que é a falta de pagamento decorrente da compra de um produto ou prestação de serviço, deixando a dívida em aberto.

¹ Acadêmica do Curso de Administração – Centro Universitário UNIVEL

² Professora Mestre em Contabilidade – Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE

Pode-se perceber com esse alto índice de inadimplência, que muitas vezes ocorrem falhas na análise de crédito, a falta de acesso a dados sobre o tomador de crédito, falta de medidas eficazes de compartilhamento de dados e portabilidade de crédito, insegurança jurídica, entre outras dificuldades do mundo financeiro podem ocasionar a inadimplência.

Neste contexto, a pesquisa foi norteadada pela seguinte pergunta: Quais são as características em comum dos tomadores de crédito inadimplentes de uma cooperativa de crédito na cidade de Braganey-Pr?

O objetivo geral da presente pesquisa foi identificar as características em comum dos tomadores de crédito inadimplentes de uma cooperativa de crédito na cidade de Braganey-Pr.

Os objetivos específicos foram realizar o levantamento dos tomadores de crédito inadimplentes, selecionar características em comum dos mesmos, aplicar correlação das características selecionadas com a inadimplência e apontar o perfil inadimplente dos tomadores de crédito da cooperativa.

Este trabalho se justificou pela necessidade de compreender melhor o que leva as pessoas a serem inadimplentes mesmo passando por um processo de avaliação anterior ao empréstimo e identificar os erros que levam a aprovação no processo da concessão do crédito, identificando assim o perfil de pessoas que tenham maior tendência em ficar inadimplentes levando em consideração a necessidade que uma empresa tem em ter clientes que sejam bons pagadores.

2. Desenvolvimento

Concessão de crédito

O crédito é definido por Schirickel (1995, p. 25) como “todo o ato de disposição de alguém de ceder, temporariamente, parte de seu patrimônio a um terceiro, com a expectativa de que esta parcela volte a sua posse integralmente, depois de decorrido o tempo estipulado”.

De acordo com Reis (2018), concessão de crédito acontece quando uma instituição financeira aprova a liberação de um empréstimo, tanto para a pessoa física quanto para a pessoa jurídica. Essa liberação depende de uma série de condições, como valor solicitado e o risco de inadimplência do solicitante; análise do pagamento de conta do tomador do

crédito; análise da sua média salarial; tempo de emprego com registro em carteira; pesquisa de recomendações com as empresas que o tomador se relaciona, sendo toda essa pesquisa nominada como análise de crédito, que reconhece o risco de crédito que o respectivo associado possui, e é a partir disso que a instituição financeira toma a decisão de liberar ou não o valor solicitado.

Caouette, Altman e Narayanan (1999) acreditam que, a análise de crédito é uma técnica estruturada que contorna diversos passos e pessoas. De maneira breve, a primeira função do analista de crédito é identificar os motivos da solicitação de crédito e verificar o perfil da pessoa com a estratégia e a política de crédito da instituição. Posteriormente, é necessário avaliar a capacidade de pagamento do tomador de crédito, de preferência com base em suas demonstrações financeiras, de forma a analisar se a atividade econômica é apta a honrar o montante solicitado. De maneira conjunta, têm de analisar a estrutura do setor, suas tendências e o posicionamento do solicitante.

Uma vez que se foi feito estes levantamentos e concluídas as análises qualitativas e/ou quantitativas (a depender da estrutura de análise de cada instituição financeira), identifica-se o risco do crédito do solicitante segundo os padrões da instituição, momento em que há a definição de aprovação ou não do crédito solicitado (Caouette, Altman e Narayanan, 1999).

No final, são feitas as conferências e desenvolvidos os aspectos legais, para a formalização do financiamento, como a preparação do contrato, o registro de ônus sobre as garantias, a determinação da forma de liberação, a fixação das sanções de atraso e a determinação da forma de cobrança. Uma vez que esta etapa é concluída, ocorre à concretização do financiamento, por meio da transferência dos recursos financeiros da instituição financeira para o tomador de crédito. (Caouette, Altman e Narayanan, 1999).

Risco de crédito

Conforme Schirickel (1995), a instituição financeira deve analisar os riscos assumidos e se ajustar aos objetivos de risco-retorno. No momento em que se fala em concessão de crédito, o risco sempre estará presente, sendo a probabilidade de ocorrer à quebra de confiança acordada na emissão e assinatura dos contratos.

Sicsú (2010) define que o risco de crédito é a probabilidade de que a obrigação estabelecida não seja honrada, ou seja, é a probabilidade de perda na operação financeira. Assim, no caso dos bancos, em todo o momento em que há uma transferência

de recursos a terceiros por meio de empréstimos, existe a probabilidade de o cliente não realizar o pagamento, resultando na falta de recebimento do valor devido, de forma total ou parcialmente.

A partir das concepções de crédito e de risco, pode-se definir o risco de crédito como o risco referente à mudança da qualidade do crédito de uma contraparte que influencia a posição de uma instituição financeira, sendo a inadimplência o seu caso extremo. A inadimplência pode ser total, resultando na perda integral do valor devido, ou, o que é mais comum, parcial, gerando uma perda de parte do crédito, mas alcança um valor de recuperação (CROUHY; GALAI e MARK, 2004).

É necessário que se faça o gerenciamento do risco do crédito, que de acordo com Amaral (2015) determina que a gestão de risco de crédito se relaciona às atividades próprias às instituições financeiras, iniciando-se com as demandas preliminares à concessão de crédito estabelecida à relação risco-retorno pretendida pela organização.

Conforme explica Amaral (2015), o acompanhamento constante da carteira de operações de crédito é um aspecto importante para a adequada administração do crédito e do risco, uma vez que as análises iniciais podem sofrer mudanças ao longo do tempo, expondo a carteira de operações da instituição financeira. Ou seja, a gestão do crédito não se encerra na sua concessão, visto que é exigido esse adequado acompanhamento até o retorno efetivo do crédito. Proveniente de qualquer alteração ou problema no crédito concedido é necessário que se faça um diagnóstico tempestivo, assim como ações corretivas para a recuperação do crédito descumprido.

Á vista disso, uma eficiente política de crédito, associada à política de cobrança e demais políticas da cooperativa, propende a aperfeiçoar os resultados da relação risco-retorno, equilibrando a rentabilidade esperada ao volume de créditos incobráveis (SILVA, 2006).

Inadimplência

Para uma análise adequada dos empréstimos a serem concedidos, é necessário que a cooperativa de crédito faça análise do mesmo, como também a análise do risco que trará, tendo em vista esse aspecto, se o crédito não for avaliado corretamente pode acarretar na inadimplência do respectivo tomador do crédito.

A inadimplência é a quebra do compromisso de pagamento, ou seja, a falta de pagamento independentemente do motivo que, de acordo com o Banco Central do Brasil,

só acontece após 90 dias de atraso da data estipulada para pagamento (ROSCH; SCHEULE, 2007)

A concessão de crédito se tornou um investimento para as empresas, mas ao se conceder o crédito passa-se a gerar no caixa as contas a receber, que podem ser em curto ou em longo prazo. Por isso a inadimplência passou a ser um fator preocupante, pois além de vender, as empresas precisam receber para conseguir se manter no mercado (ROSS; WESTERFIELD; JAFFE, 2009)

De acordo com Andrade et al. (2008) a inadimplência ocorre porque o consumidor sofre impactos frequentes na sua renda e esses indicam os limites e restrições orçamentárias do consumidor fazendo com que ele perca o controle estando propício a ser inadimplente.

Os principais motivos para a inadimplência estão no esquecimento do compromisso do devedor por confusão na data de vencimento da dívida, por eventos imprevisíveis como questões socioeconômicas, por atrasos propositais e/ou por devedores com problemas financeiros (Teixeira & Silva, 2001).

Sendo assim, há uma inerente conformidade nos aspectos de inadimplência. Isso porque um grupo de aspectos pode possibilitar a ocorrência desse fenômeno na perspectiva do indivíduo. Contudo, questões ligadas a aspectos pessoais, socioeconômicos e ao serviço influenciam no processo da inadimplência entre empresas e clientes (Pinto; Coronel, 2012).

A dificuldade das pessoas surge na falta de educação financeira, tendo como base a falta de planejamento. Pois atualmente para que haja controle financeiro é importante que um bom orçamento seja feito, contudo, é necessário que possua uma boa estratégia para se desviar dos momentos difíceis evitando o consumismo descontrolado da população (Alves, 2007).

3. Metodologia

Quanto aos objetivos esta pesquisa é enquadrada como descritiva, pois detalhou as características dos credores que são inadimplentes na cooperativa estudada.

Segundo Antonio Carlos Gil (2008), as pesquisas descritivas têm como objetivo inicial a descrição das características de determinada população, fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. São vários os estudos que podem ser

classificados sob esta denominação e uma de suas características mais relevantes está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados.

Quanto aos procedimentos, este trabalho se caracteriza como pesquisa documental, pois buscou nos relatórios fornecidos pela cooperativa de crédito as informações necessárias para a análise da pesquisa. A pesquisa documental se dispõe de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reproduzidos de acordo com os objetivos da pesquisa (GIL, 2008).

Quanto à abordagem do problema, a pesquisa se caracteriza como quantitativa, pois foi feita uma análise estatística das características dos tomadores de crédito.

De acordo com Richardson (2012), o método quantitativo caracteriza-se pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de dados, quanto no tratamento delas por meio de processos estatísticos, desde os mais simples como percentual, média, desvio-padrão, até as mais complicadas, como coeficiente de correlação, análise de regressão etc. É constantemente aplicado nos estudos descritivos, naqueles que buscam descobrir e classificar a relação entre variáveis.

Na presente pesquisa, os dados foram coletados por meio dos relatórios fornecidos pela Cooperativa de crédito Sicredi Vale do Piquiri Abcd PR/SP agência de Braganey-Pr referentes ao ano de 2019, posteriormente foram separados os credores inadimplentes e identificado às características dos mesmos.

Os dados foram tabulados por meio da ferramenta Excel®, para realizar os procedimentos estatísticos, foi utilizado o *software Statistical Package for Social Sciences* (SPSS®). Os procedimentos realizados foram à estatística descritiva, de forma a descrever e sumarizar os dados obtidos e a Correlação de *Spearman*.

4. Resultados

Caracterização dos cooperados.

A presente pesquisa contou com os associados de pessoa física da cooperativa de crédito Sicredi Vale do Piquiri ABCD PR-SP da cidade de Braganey-Pr, sendo uma cidade pequena com aproximadamente 6.000 mil habitantes, a cooperativa citada conta com 3.366 associados pessoa física, sendo que, 292 deles foram excluídos da análise por ser menor de idade, levando em consideração o fato de não ser liberado crédito para menores

de 18 anos e um associado excluído da pesquisa por falta de cancelamento da conta (cooperado de 107 anos) totalizando 2.073 perfis analisados nesta pesquisa.

Tabela 1 – Caracterização dos cooperados

Descrição	Frequência	%
Idade (anos)		
18-37	772	37%
38-57	683	33%
58-77	442	21%
78-98	176	8%
Gênero		
Feminino	867	42%
Masculino	1206	58%
Inadimplência		
Não	1976	95%
Sim	97	5%
Atuação profissional		
Aposentados e Beneficiários do INSS	501	24%
Outros	487	24%
Produtor Agropecuário	287	14%
Trabalhos Administrativos	232	11%
Trabalhador Agropecuário	159	8%
Professor	80	4%
Trabalhador da Construção Civil	73	4%
Estudantes remunerados	71	3%
Estudantes	68	3%
Vendedor	57	3%
Empregado Doméstico	57	3%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Analisando a faixa etária dos associados pode-se notar que o maior percentual está concentrado entre 18 e 37 anos, representando 37% dos cooperados, seguidos pela faixa de 38 a 57 anos com 33%, sendo assim, os cooperados entre 18 e 57 anos representam 70% desta pesquisa, onde o sexo masculino tem maior representação do que o feminino. Embora os associados de faixa etária entre 57 a 98 anos tenham menor porcentagem na pesquisa, no campo profissional, o índice mais alto com 24% são os aposentados e beneficiários, isso se dá ao grande volume de pessoas que recebem auxílio doença, ou auxílio por morte que podem ser associados mais novos, por exemplo, como também, pode ser que a pessoa tenha falecido e os familiares não entraram em contato com a cooperativa para renegociação da dívida e possível fechamento de conta, e logo depois dos aposentados e beneficiários vem os produtores rurais (agropecuários) com 14%. Analisando a inadimplência, apenas 5% dos cooperados não estão com os pagamentos

de seus créditos em dia, para compreender melhor este grupo foi analisado somente as características dos maus pagadores.

Caracterização dos inadimplentes

Para conseguir identificar características específicas dos inadimplentes, foram analisadas as mesmas variáveis, idade, gênero e atuação profissional, conforme a Tabela 2 a seguir.

Tabela 2 – Caracterização dos inadimplentes

Descrição	Frequência	%
Idade		
19-33	50	52%
34-48	20	21%
49-63	19	20%
64-78	3	3%
79-93	5	5%
Gênero		
M	70	72%
F	27	28%
Atuação profissional		
Outros	36	37%
Aposentados e beneficiários do inss	13	13%
Trabalhos Administrativos	12	12%
Trabalhador agropecuário	10	10%
Produtor agropecuário	8	8%
Trabalhador da Construção Civil	8	8%
Empregado doméstico	6	6%
Vendedor	3	3%
Professor	1	1%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Como se pode perceber, a probabilidade de inadimplência de um jovem de 19 a 33 anos é maior, com 52% de chance, levando em consideração o fato de ser o maior público da cooperativa, acontecendo assim com o gênero, sendo o masculino com 72% de chance de inadimplência e outros tipos de profissão tendo maior tendência na inadimplência como, por exemplo, alimentador de produção que está classificado como “outros” na tabela acima.

Correlação das variáveis

Para analisar quais são as características que apresentam relação com a inadimplência, foi realizado a correlação de Spearman, pois a amostra é anormal, não paramétrica. Diversas variáveis foram observadas, conforme a Tabela 3 a seguir.

Tabela 3 – Caracterização dos inadimplentes

Variável	Correlação	Interpretação
Risco	0,384	Fraca
Status	-0,318	Fraca
Cheque especial	-0,248	Fraca
Score	-0,247	Fraca
Limite do Cheque especial	-0,223	Fraca
Crédito Geral	-0,107	Fraca
Idade	-0,09	Bem fraca
Sexo	-0,063	Bem fraca
Crédito Rural	-0,057	Bem fraca

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Por meio da correlação foi possível observar que todas as variáveis apresentam relação com a inadimplência, porém, nenhuma apresenta uma correlação moderada ou forte, que seriam as correlações acima de 0,4 e 0,7 respectivamente. A classificação do risco foi a variável que apresentou a maior relação com a inadimplência, mostrando que quanto maior a classificação de risco, maior a chance de inadimplência. A variável “status” mostra dois grupos de cooperados, os ativos e inativos, apresentando uma correlação negativa, onde os inativos têm maior chance de serem inadimplentes.

O Cheque especial e o limite ofertado aos cooperados também apresentaram uma correlação fraca. Porém, ao analisar a correlação de todas as variáveis do estudo, foi possível identificar que o cheque especial e o limite de cheque especial apresentam uma correlação negativa moderada com o perfil de risco, de -0,429 e -0,431 respectivamente, isto é, quanto maior o perfil de risco, menor será a chance de o cooperado receber cheque especial ou ter um valor alto de limite deste crédito.

A última variável que apresentou uma relação negativa e fraca com a inadimplência foi o score dos credores, mostrando que quanto maior o score, menor a inadimplência. As outras variáveis analisadas apresentaram correlação, porém, muito baixas, não sendo estatisticamente significativas.

5. Considerações finais

A presente pesquisa foi norteadada pela seguinte questão: qual perfil e características dos cooperados que tem maior probabilidade de inadimplência de uma cooperativa de crédito de Braganey? Para a resposta dessa pergunta, foi usada a análise de como é o processo até a aprovação do crédito, quais são as variáveis e características que as cooperativas de crédito analisam para a concessão do mesmo, quais os riscos de crédito de uma cooperativa até a inadimplência, como também com o cálculo da correlação das variáveis para uma pesquisa completa com informações suficientes.

Desta forma, pode-se concluir que a cooperativa estudada apresentou somente 5% de inadimplência entre os credores, ao analisar somente as características dos mal pagadores foi identificado que o gênero masculino possui um maior destaque, com 72% do total e a faixa etária com a maior inadimplência está concentrada entre os 19 e 33 anos, quanto a profissão, não houve um destaque, pois o maior percentual se mostrou no agrupado de várias profissões, intitulado de outros, que abrangiam profissionais de diversas áreas.

Para comprovar se existia de fato relação estatística entre as variáveis utilizadas pela cooperativa e a inadimplência foi realizado a correlação de *spearman*, que mostrou a existência de correlação, porém com baixa intensidade ou muito baixa, as variáveis que se mostraram mais fortes em relação a inadimplência foram: risco, status, cheque especial e score.

Sugere-se que a cooperativa revise as variáveis observadas na análise de crédito, pois as utilizadas atualmente não mostraram uma relação estatística forte com a inadimplência. Como sugestões de trabalhos futuros recomenda-se a expansão desta pesquisa em outras cooperativas, para comparação de resultados e uma maior compreensão dos fatores que causam a inadimplência em cooperativas de crédito.

REFERÊNCIAS

AMARAL, G. H. O. **Determinantes de inadimplência e de recuperação de crédito em um banco de desenvolvimento**. Belo Horizonte, 2015.

Análise de crédito: o que é e como funciona? In: **Serasa ensina**, publicado em 17 jul. 2019. Disponível em: <https://www.serasa.com.br/ensina/seu-credito/analise-de-credito-o-que-e/>

BRASIL. Banco central do Brasil. **Relatório de economia bancária 2018**. 2019.

Brasil tem 5 milhões de pessoas superendividadas. In: **Agência Brasil**, publicado em 03 nov. 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-11/brasil-tem-cinco-milhoes-de-pessoas-superendividadas>

CONCESSÃO de crédito: entenda como funciona o processo. In: **Suno**, publicado em 27 nov. 2018. Disponível em: <https://www.sunoresearch.com.br/artigos/concessao-de-credito/>

CRESCER número de inadimplentes no Brasil. In: **Agência Brasil**, publicado em 21 jan. 2020. Disponível em: <https://economia.ig.com.br/2020-01-21/cresce-numero-de-inadimplentes-no-brasil.html>.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

Inadimplência: o que você precisa saber sobre esse assunto? In: **Asaas**, publicado em 24 jan. 2019. Disponível em: <https://blog.asaas.com/inadimplencia-o-que-voce-precisa-saber-sobre-esse-assunto/>

OLIVEIRA, L. T; VASSI, V. F. **Inadimplência: Prevenção, controle e cobrança pelo estudo do perfil dos clientes**. 2016

O QUE é score de crédito? In: **Serasa ensina**, publicado em 20 mar. 2017. Disponível em: <https://www.serasa.com.br/ensina/aumentar-score/o-que-e-score-de-credito/>

PROCESSO de concessão de crédito: guia completo para entender como funciona. In: **Fast Trade**, publicado em 23 abr. 2019. Disponível em: <https://plataformafasttrade.com.br/blog/saude-financeira/processo-de-concessao-de-credito-guia-completo-para-entender-como-funciona/>

QUEM é o tomador de crédito? In: **Portal crédito e cobrança**, publicado em 03 mai. 2013. Disponível em: <https://www.portalcreditoecobranca.com.br/estatistica/50043/quem-e-o-tomador-de-credito/ler.aspx>

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: Métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 2012.

AS TÉCNICAS DE RELACIONAMENTO USADAS PELAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO NA CIDADE DE BRAGANEY - PR

Sabrina Ferreira da Silva¹
Alex Sandro Rodrigues dos Santos²

Resumo: De forma gradativa as instituições financeiras, diante de um mercado altamente competitivo, vêm ampliando as suas ofertas de produtos e serviços no mercado a fim de atender as necessidades dos clientes já existentes e também na busca por novas prospecções de negócios. Dentro desse mercado competitivo se faz presente as cooperativas de crédito que a cada dia ganham mais força no mercado atuando com alguns diferenciais, como as taxas de juros em algumas operações. Partindo disso, faz-se necessário o uso de ferramentas do marketing para alavancar-se no mercado, mas já cientes de que não somente produtos, serviços e taxas satisfazem os clientes, é essencial que sejam desenvolvidas ações de marketing de relacionamento com clientes que visem a sua satisfação com relação ao atendimento na sua instituição e posteriormente a sua fidelização, para que suas expectativas sejam atendidas de todas as formas possíveis. Assim sendo, o objetivo desse trabalho foi analisar as técnicas de relacionamento com clientes utilizadas pelas cooperativas de crédito numa determinada cidade de acordo com os gestores das instituições, de que forma abordam isso com os cooperados, e de que forma essas técnicas estão atreladas a satisfação e fidelização dos mesmos perante a instituição. Os dados foram coletados através de questionário que foram enviados por e-mail aos gestores das cooperativas estudadas. No momento da análise dos dados foi possível observar que todos os gestores concordaram que um bom relacionamento com o cliente os mantém satisfeitos, no entanto também concordaram que é preciso mais que isso para mantê-los fiéis a instituição. Diante disso pode-se concluir que relacionamento com cliente e satisfação caminham lado a lado, mas que outros fatores também precisam ser levados em consideração quando o assunto é fidelização.

Palavras-chave: Instituições Financeiras 1. Marketing 2. Marketing de Relacionamento 3. Satisfação e Fidelização 4. Cooperativas de Crédito

1. Introdução

Sabe-se que para ter sucesso em qualquer negócio, é imprescindível que se tenha um bom relacionamento com os clientes, dessa forma um dos segredos para o sucesso do negócio é saber como conquista-los e fidelizá-los, por este motivo é que uma das estratégias de marketing de relacionamento mais utilizadas é o plano de relacionamento com o cliente o qual está incorporado ao marketing tradicional. Visto que vivemos em um mundo globalizado em que a cada dia surge um novo produto, serviço, uma nova maneira ou plataforma de atendimento, resta as organizações aderirem as estratégias de marketing as quais dão suporte para que elas consigam atingir seus objetivos e ainda manter um bom relacionamento com os clientes.

¹Acadêmica do Curso de Administração – Centro Universitário UNIVEL

² Orientador: Professor Especialista em Marketing, Propaganda e Vendas – Centro Universitário UNIVEL.

Partindo desse pressuposto o presente trabalho visa levantar através de questionário com os gestores das cooperativas de crédito existentes em Braganey - PR, a resposta para a questão: Quais as técnicas de relacionamento usadas pelas cooperativas de crédito na cidade de Braganey – PR?, e através delas realizar uma análise das ferramentas de relacionamento com o cliente, de que forma que o marketing de relacionamento chega a ele e como isso contribui para a sua satisfação e fidelização.

2. Desenvolvimento

Neste capítulo serão abordados tópicos sobre marketing, relacionamento com clientes, satisfação e fidelização e cooperativas de crédito.

2.1 Marketing

Para Kotler e Keller (2013, p. 5), marketing é definido como “o conjunto de conhecimentos e os processos de criar, comunicar, entregar e trocar ofertas que tenham valor para clientes, parceiros e sociedade em geral”. Ainda, segundo eles:

O marketing envolve a identificação e a satisfação das necessidades humanas e sociais. Uma das mais sucintas e melhores definições de marketing são de ‘suprir necessidades gerando lucro’ [...] Podemos estabelecer definições diferentes de marketing sob as perspectivas social e gerencial. Uma definição social mostra o papel do marketing na sociedade [...] Do ponto de vista gerencial, muitas vezes o marketing é descrito como ‘a arte de vender produtos’, mas muitos se surpreendem ao ouvir que a parte mais importante do marketing não é vender! As vendas são a ponta do iceberg do marketing. (KOTLER; KETLER, 2013, p. 3-4)

Com o passar dos anos muitas coisas vão mudando, o mercado torna-se mais amplo com produtos e serviços competitivos. Segundo Kotler (2000), as empresas estão diante de uma concorrência que jamais houve antes e ressalta a importância de dar ao cliente um bom atendimento e a satisfação de ter suas necessidades supridas.

No caso das instituições financeiras, produtos e serviços são similares, e as mesmas precisam constantemente se adequar as exigências do mercado de modo que consigam atender e satisfazer as necessidades de seus clientes e associados. Diante disso, faz-se necessário o uso de estratégias de marketing que proporcionem a organização o poder de reter clientes e mantê-los satisfeitos e consequentemente fiéis a instituição.

De acordo com Kotler (2012, p. 18):

Um dos principais objetivos do marketing é, cada vez mais, desenvolver relacionamentos profundos e duradouros com todas as pessoas ou organizações que podem, direta, ou indiretamente, afetar o sucesso das atividades de marketing da empresa. O marketing de relacionamento tem como objetivo construir relacionamentos de longo prazo mutuamente satisfatórios com seus componentes-chave, a fim de conquistar ou manter negócios com eles. (KOTLER; KETLER, 2012, p.18)

Sendo assim, para criar vínculos a empresa deverá ter contato diretamente com seus clientes, sócios, consumidores, a fim de manter um relacionamento com eles com o intuito de compreender suas necessidades e desejos, e futuramente dar a eles o que eles necessitam.

2.2 Relacionamento com clientes

É evidente que o cliente é a razão para a existência de toda e qualquer organização, é ele que determina quais os produtos ou serviços serão ofertados no mercado, e é em função dele que tudo acontece. No entanto, cada cliente é diferente tendo suas particularidades, sendo assim cada um deve ser tratado de uma maneira especial, onde as empresas devem buscar continuamente por produtos e serviços que gerem benefícios a eles, produzindo de acordo com a exigência de cada perfil de cliente, sempre indo por um caminho que busque a sua fidelização.

De acordo com Hooley, Piercy e Nicoulaud (2011, p. 280-281):

A ênfase inicial será tornar o cliente potencial em um cliente efetivo. Para isso, o esforço do marketing concentra-se na captação. Todavia, assim que o comprador efetiva a transação, a ênfase desloca-se para a criação de uma relação duradoura, continua... O foco do marketing de relacionamento é fazer com que os clientes subam a escada, descobrindo meios de intensificar o valor que ambas as partes obtêm do relacionamento. (2011, p. 280-281)

Diversas transformações ocorreram nos últimos anos, inclusive o comportamento dos clientes, que diante de um mercado altamente competitivo tornou-se ainda mais exigente com relação a produtos e serviços e também ao atendimento. Por este motivo é que empresas que prezam por uma boa interação com os clientes estão investindo em marketing de relacionamento, que segundo Zenone (2017, p. 54) é definido como uma “ferramenta que busca criar valor pela intimidade ou proximidade com o cliente tornando a oferta adequada de modo que ele prefira manter-se fiel à empresa a arriscar um novo relacionamento comercial”.

Grönroos (2009, p.33) tem uma concepção de relacionamento que diz:

Um relacionamento não é apenas manifesto pelo comportamento de compra do cliente; seus corações e mentes têm de estar dedicados ao relacionamento e parceiro de relacionamento. Consequentemente, uma empresa deve criar processos de interação e comunicação que facilitem um relacionamento, mas é o cliente, e não a empresa, que determina se um relacionamento foi desenvolvido ou não. (GRÖNROOS, 2009, p. 33)

Sendo assim, a empresa deverá ter contato diretamente com seus parceiros de negócios, para então estabelecer uma boa estratégia de relacionamento.

2.3 Satisfação e Fidelização

Nos últimos anos o nível de concorrência entre as empresas e instituições financeiras vem aumentando, com isso aumenta também a luta das mesmas pela satisfação de seus clientes já fidelizados, assim como a conquista por novos clientes.

Segundo Seleme (2016, p. 70), “satisfação consiste na sensação de prazer ou desapontamento resultante de um produto da comparação do desempenho (ou resultado) percebido de um produto em relação às expectativas do comprador”. Logo, se as expectativas do cliente com relação ao produto ou serviço forem atendidas, esse cliente estará satisfeito e provavelmente irá voltar a comprar novamente.

Essa questão de satisfação é de extrema importância para a empresa. Afinal, apenas clientes satisfeitos ou encantados, ou seja, clientes que em suas expectativas atendidas ou superadas respectivamente podem-se tornar fieis.

(SANTOS, 2015, p. 17).

Sendo assim, a satisfação do cliente inicia-se desde a primeira interação de atendimento até o último. É preciso que o cliente esteja satisfeito com os produtos, serviços, preços, e com o atendimento, pois a satisfação acontece na medida em que as expectativas são atendidas. Quanto mais satisfeito estiver o cliente, maiores são as chances de ele se tornar fiel a organização.

De acordo com Barreto e Crescitelli (2013, p. 71), fidelização é “uma possibilidade de definir fidelidade, ou seja, são clientes fiéis que compram repetidas vezes e satisfazem uma parcela significativa de suas necessidades por um determinado produto da empresa”. Ainda, a fidelidade tem a ver com o vínculo que o cliente tem com a marca, com o produto ou serviço, e com a empresa como um todo.

2.4 Cooperativas de crédito

Cooperativa de crédito é uma instituição financeira formada por uma associação de pessoas, com forma e natureza jurídica própria, sem fins lucrativos, designada para prestar serviços para seus associados, os quais também são donos da cooperativa. As cooperativas de crédito visam desenvolver seus cooperados e também a comunidade em que está inserida, fornecendo a eles soluções financeiras e atendimento personalizado de acordo com as suas necessidades.

De acordo com Meinen e Port (2012, p. 49), “por sua inserção comunitária, de onde emergem, as cooperativas estão naturalmente vocacionadas para fazer o bem nos locais em que estão estabelecidas”. Sendo assim, as cooperativas existem para a construção de uma sociedade mais inclusiva e sustentável, sua existência deve promover o crescimento econômico da comunidade e a melhoria de vida de seus cooperados.

Martins (2017, p. 130) define cooperativismo como:

Um movimento, filosofia de vida [associada a valores universais] e modelo socioeconômico. Capaz de unir desenvolvimento econômico e bem-estar social. [...] É o sistema fundamentado na reunião de pessoas e não no capital. Visa as necessidades do grupo e não do lucro. Busca prosperidade conjunta e não individual. Estas diferenças fazem do cooperativismo a alternativa socioeconômica que leva ao sucesso com equilíbrio. (MARTINS, 2017, p.130)

O cooperativismo foi fundado no ano de 1844, no interior da Inglaterra por um grupo de 28 trabalhadores que se reuniram e criaram a primeira cooperativa que desde o início tinham como valores e princípios os quais são considerados até hoje base do cooperativismo, sendo eles a solidariedade, a honestidade e a transparência.

No Brasil o cooperativismo teve início no final do século XIX, onde a primeira cooperativa de crédito foi constituída em 28 de dezembro, no ano de 1902, no estado do Rio Grande do Sul. No Brasil, as cooperativas são integrantes do Sistema Financeiro Nacional, onde são reguladas pelo Conselho Monetário Nacional, e fiscalizadas pelo BACEN. Os associados de cooperativas de crédito são beneficiados com produtos e serviços disponíveis em outras instituições financeiras, onde as aplicações, os recursos captados são usados para empréstimos para os associados, visando o seu desenvolvimento pessoal, e também o da comunidade, sendo este uma das maiores razões para sua existência, além do que tem oferecido uma melhor remuneração para as captações.

De acordo com Ventura (2009, p.17):

O cooperativismo de crédito se caracteriza por promover acesso a produtos e serviços financeiros e intermediação de recursos privados, assumindo os riscos correspondentes e gerando benefícios para a comunidade. Por se tratar de iniciativas promovidas diretamente pelos cidadãos, torna-se fator de desenvolvimento sustentado para o local, especialmente na formação de poupança e no financiamento de iniciativas empresariais, promotoras de evidentes benefícios sociais pela geração de emprego e distribuição de renda. (VENTURA, 2009, p.17)

A expansão das cooperativas tem aumentado com o passar dos anos e a tendência é que esse aumento continue visto que tem contribuído cada vez mais para o desenvolvimento de seus cooperados e da comunidade na qual está inserida. No entanto, para que continuem a crescer é necessário prestar produtos e serviços de qualidade, além de manter um bom relacionamento com seus associados gerando sua satisfação e fidelização, e conseguir através dele o aumento de seu quadro social.

3. Metodologia

O método de estudo definido para o desenvolvimento da pesquisa é o estudo de caso, onde Mattar (1997, p. 36) diz que:

O estudo de caso é um método de conhecer problemas não suficientemente definidos através de outras fontes de pesquisas. Esta estratégia envolve uma análise de registros existentes. O objetivo de estudo pode ser um indivíduo, ou um grupo de indivíduos, uma organização, um grupo de organizações ou uma situação. Sendo um método de pesquisa exploratória, seu objetivo é o de gerar hipóteses e possibilitar a ampliação dos conhecimentos sobre o problema em estudo. (MATTAR, 1997, p.36)

Tal método se caracteriza por ser um estudo intenso que visa compreender todos os aspectos que envolvem o tema estudado.

O objetivo desse trabalho é analisar as técnicas de relacionamento usadas pelas cooperativas de crédito existentes na cidade de Braganey – PR com o intuito de avaliar o marketing de relacionamento pregado pelas mesmas e de que forma essas técnicas estão atreladas a satisfação e fidelização dos cooperados.

Sendo assim foi feita uma pesquisa descritiva, a qual, segundo Zikmund e Babin (2011, p. 57) “pesquisa descritiva, como diz o nome, descreve características de objetos, pessoas, grupos, organizações ou ambientes, ou seja, descreve a ação no mercado”.

As coletas dos dados foram realizadas através de questionário o qual foi enviado por e-mail aos gestores das organizações. O mesmo foi aplicado no mês de outubro de

2020 a três gestores, de três cooperativas de crédito distintas existentes em Braganey - PR, onde todos eles responderam à pesquisa.

De acordo com Fazenda (2017, p. 105), “o questionário é um instrumento ou programa de coleta de dados. Trata-se de um conjunto de questões preestabelecidas pelo pesquisador, elaboradas por ele ou por algum profissional da área, sobre o tema da pesquisa”.

Com relação à análise dos dados coletados, foi utilizado o modelo de pesquisa qualitativo, que segundo Shiraishi (2012, p.31), tem como “principal objetivo obter melhor compreensão do problema da pesquisa. É indicada em situações de incertezas, ou seja, quando os resultados podem divergir das expectativas”.

4. Resultados

Neste momento serão apresentadas as informações coletadas sobre as técnicas de relacionamento segundo os gestores responsáveis pelas cooperativas de crédito da cidade de Braganey- PR. Atualmente na cidade existem três cooperativas de crédito, sendo elas a Cresol, Sicoob, e Sicredi, ainda, conforme dados do IBGE de 2020, há uma população estimada de 5.382 pessoas onde parte delas são associadas em alguma dessas três instituições financeiras.

De início questionou-se aos gestores a respeito da cultura de relacionamento com o cliente, se na instituição em que atuavam havia essa cultura, sendo que os três gestores das cooperativas avaliadas afirmaram que sim. Num primeiro momento foi possível notar que a questão da cultura de relacionamento com o cliente é levada em consideração, sendo possível verificar que existe um conhecimento sobre o assunto. Na sequência foram feitas perguntas mais específicas onde cada gestor respondeu de uma maneira, de acordo com o que é realizado na cooperativa em que atua.

Quais as ações de relacionamento feitas por essa cultura para com os cooperados?

Cooperativa 1:

“Maior proximidade e efetividade nas entregas e valorização dos associados pois o mesmo é o dono do negócio”

Cooperativa 2:

“Visitas comerciais, visitas em festas e eventos, palestras para difundir culturas financeiras nas escolas e empresas, voluntariado para diversas atividades nas comunidades, contatos telefônicos e whatsapp”

Cooperativa 3:

“Transparência nas informações repassadas ao cooperado, convite e incentivo a participação nos eventos promovidos pela cooperativa, principalmente nas assembleias, visitas levando a cooperativa ao cooperado, pesquisa de satisfação, oferta de produtos adequados que satisfaçam aos objetivos e aos sonhos do cooperado, atendimento humanizado, presença na comunidade e contribuição no seu desenvolvimento”.

Essas ações auxiliam na retenção e/ou satisfação do cliente/ cooperado?**Cooperativa 1:**

“Sim, auxiliam muito na retenção, satisfação e disposição do associado em movimentar com a cooperativa, pois é um círculo virtuoso onde todos ganham.”

Cooperativa 2:

“Sim”

Cooperativa 3:

“Com certeza, a confiança na cooperativa construída através da transparência com seus cooperados, aliada a um atendimento diferenciado e único para cada sócio, com produtos e serviços adequados a sua necessidade, levam a satisfação e fidelização do cooperado”

O que retém mais clientes, um bom relacionamento ou as taxas cobradas pelos produtos e serviços ofertados a eles?**Cooperativa 1:**

“Sem sombra de dúvidas que um ótimo atendimento ajuda na retenção e satisfação dos associados, mas precisa ter taxas, produtos e serviços competitivos.”

Cooperativa 2:

“O conjunto.”

Cooperativa 3:

“Através do bom relacionamento é possível conhecer o cooperado e identificar o seu perfil. Cada cooperado possui a sua régua, é preciso conhecê-la para fornecer as

melhores soluções. A partir desse momento deixamos de vender negócios e passamos a realizar sonhos.”

Você acredita que seja possível fidelizar um cliente a instituição mantendo apenas um bom relacionamento com ele?

Cooperativa 1:

“Não, o cliente (cooperado) sempre espera o bom relacionamento, a devida atenção aos seus anseios, mas taxas e tarifas também devem ser justas para que ele se sinta valorizado de verdade.”

Cooperativa 2:

“É um dos principais motivos para se manter a fidelidade do associado, porém precisamos ter produtos e serviços competitivos com o mercado.”

Cooperativa 3:

“Em sua maioria sim, mas ainda há aqueles que buscam preços, é um perfil e deve ser respeitado”.

Existem canais de relacionamento acessíveis a todos os cooperados? Quais?

Cooperativa 1:

“Sim, temos todos os canais digitais para atender as necessidades dos associados, como: Internet banking, aplicativo/ mobile/ PIX, serviços por telefone, caixa eletrônico, agente credenciado”

Cooperativa 2:

“Sim. Agências, site, aplicativos para celular, centrais telefônicas inclusive para pessoas com necessidades especiais, atendimento por whatsapp, mídias sociais”

Cooperativa 3:

“Sim. Atendimento presencial disponível em todas as agências, telefone, whatsapp, canais de autoatendimento (ATM, internet banking, mobile banking, PIX), sites, redes sociais como facebook e instagram, e outros canais de comunicação como rádio e TV”

De acordo com o que foi exposto pelos gestores no questionário, é possível observar que todas as cooperativas de crédito de Braganey- PR possuem uma cultura de relacionamento com o cliente, e cada qual da sua forma usa de técnicas de relacionamento para com o cooperado a fim de mantê-lo próximo a instituição. Ainda é possível analisar que os três gestores concordaram que o bom relacionamento mantido através das ações pregadas pelas cooperativas retém os cooperados e os mantém

satisfeitos com relação ao atendimento, no entanto também concordaram que somente um bom relacionamento não os mantém fiéis a instituição, é preciso mais que isso, é preciso produtos, serviços, e taxas diferenciadas que atendam às suas expectativas. Quanto aos canais de relacionamento, todas as cooperativas fazem o uso do marketing digital, fornecendo aos seus cooperados os mais diversos meios de comunicação digital para atender os seus anseios da forma que melhor lhe couber.

5. Considerações Finais

As cooperativas de créditos são instituições as quais possuem características diferenciadas e específicas para atuar no mercado. Dentre essas características encontra-se a forma de relacionar-se com os clientes, também chamados de cooperados ou associados. Tal característica fornece amplas possibilidades de ganho no mercado no que diz respeito a satisfação e fidelização de seus cooperados, pois é através de um bom relacionamento com o cliente que é possível identificar qual o seu perfil, quais são as suas necessidades, de que maneira ele gosta de ser atendido e quais são as suas expectativas com relação a instituição. A partir do momento que o cliente recebe exatamente aquilo que ele busca, ele se sentirá satisfeito, e as chances de se tornar fiel a instituição são grandes, além do que, o cuidado com a comunidade é um dos princípios que norteiam o cooperativismo.

Partindo disso, esse trabalho teve como principal objetivo identificar se as cooperativas de crédito que estão situadas na cidade de Braganey - PR tem sua cultura ou ações de marketing o relacionamento do cliente, de que forma essas ações chegam ao associado, e se elas auxiliam na retenção, satisfação e fidelização dos associados para com as cooperativas estudadas. As respostas obtidas dos gestores demonstram que existe aos seus olhos bons canais de comunicação e relacionamento com o cliente ao qual as cooperativas de crédito também chamam de cooperados. A intensidade que essas ações acontecem não são bem detalhadas, porém pela forma como se expressam denota a existência de ações e ferramentas que possibilitam uma aproximação com os clientes. O estudo ainda demonstrou que as três cooperativas fazem o uso do marketing digital, que além de estar incorporado ao marketing tradicional, oferece os mais diversos meios de comunicação digital.

No que diz respeito ao relacionamento com os clientes aparentemente os gestores são bem firmes em relação ao relacionamento com os clientes e aos seus olhos as ações realizadas por eles, enquanto cooperativa, estão boas.

REFERÊNCIAS

- BARRETO, I. F.; CRESCITELLI, E. **Marketing de Relacionamento**: como implantar e avaliar resultados. 1 ed. São Paulo: Pearson Education, 2013. [livro eletrônico- Pearson]
- FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Interdisciplinidade na pesquisa científica**. 1 ed- Campinas-SP; Papirus Editora, 2017 [livro eletrônico – Pearson]
- GRÖNROOS, Christian. **Marketing**: gerenciamento e serviços. 3. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- HOOLEY, G.; PIERCY, N. F.; NICOULAUD, B. **Estratégias de marketing e posicionamento competitivo**. 4 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall. 2011.
- KOTLER, P; KELLER, K.L. **Administração de marketing**. 14 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2012.
- KOTLER, P.; KELLER, K.L. **Marketing essencial**: conceitos, estratégias e casos. Tradução Sabrina Cairo. 5 ed- São Paulo; Pearson Education do Brasil, 2013.
- KOTLER, P; ARMSTRONG, Gary. **Princípios do marketing**. Tradução Sabrina Cairo. 15 ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil. 2015. [livro eletrônico – Pearson]
- MARTINS, José Ricardo. **Introdução à sociologia do trabalho**. 1 ed. Curitiba; InterSaberes, 2017. [livro eletrônico – Pearson]
- MATTAR, Fauze Najib. **Pesquisa de Marketing**: metodologia, planejamento, execução e análise. São Paulo: Atlas, 1997.
- MEINEN, E.; PORT, M. **O cooperativismo de crédito ontem, hoje e amanhã**. Brasília: Confedbrás. 2012.
- SANTOS, Adriane Schimainski do. **Marketing de relacionamento**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015. [livro eletrônico – Pearson]
- SELEME, Robson. **Gestão de operações de serviços**: planejando o sucesso no atendimento ao cliente. Curitiba. InterSaberes. 2016 [livro eletrônico – Pearson]
- SHIRAISHI, Guilherme. **Pesquisa de Marketing**. São Paulo, Pearson Prentice Hall, 2012. [livro eletrônico- Pearson]
- VENTURA, Elvira Cruvinel Ferreira. **Governança cooperativa**. Brasília: BCB, 2009.
- ZENONE, Luiz Claudio. **Fundamentos de marketing de relacionamento**: fidelização de clientes e pós-venda. 2 ed. – São Paulo: Atlas, 2017. [livro eletrônico- Minha Biblioteca]
- ZIKMUND, William G; BABIN, J. Barry. **Princípios da pesquisa de marketing**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

CUSTOS NO TRANSPORTE PÚBLICO: A RELAÇÃO ENTRE A GRATUIDADE E A TARIFA COBRADA NA CIDADE DE CASCAVEL - PR

Diego Back Kuhnen¹
Keila Priscila dos Santos²

Resumo: Este estudo teve como objetivo investigar a representação dos custos agregados da gratuidade nos custos gerais do transporte coletivo urbano por ônibus na cidade de Cascavel – PR. Os dados da pesquisa foram coletados através de relatórios e documentos do município, fornecidos pela CETTRANS (Companhia de Engenharia de Transporte e Trânsito de Cascavel). Foi pesquisado as gratuidades existentes na cidade, a formação do custo da passagem do transporte coletivo urbano e as variáveis que nela constam e fazem agregação de valor no seu reajuste. Após a investigação dos documentos e confecção dos cálculos, os resultados encontrados foram que na cidade de Cascavel – PR existem as gratuidades 100% e o meio passe para estudantes que juntos somam 35% dos passageiros do transporte coletivo urbano da cidade e também chegou-se à conclusão de que no cálculo do reajuste da tarifa não há nenhuma variável considerando a gratuidade para o aumento da passagem.

Palavras-chave: Transporte. Custos. Gratuidade.

1. Introdução

O sistema de transporte coletivo urbano está presente em todas as regiões brasileiras e conta com a gratuidade para alguns grupos da sociedade, como os idosos. A isenção da tarifa cobrada iniciou-se com Dom Pedro II, quando o próprio fez a adesão de bondes e regulamentou para as empresas da época que policiais e funcionários dos correios deveriam ganhar a gratuidade nesse transporte 166(BERNARDES; FARIA e DIAS, 2013).

Cada município brasileiro é responsável por seu transporte coletivo urbano, sendo encarregados por estipularem os valores das passagens do transporte, que pode variar de um para o outro, porém, o Art. 39 da lei nº 10.741 de 01/10/2003 do Estatuto do Idoso, garante a gratuidade aos idosos com idade acima de 65 anos de idade. Os benefícios também se aplicam às crianças até 5 anos de idade, direito esse garantido desde a Constituição Federal de 1988.

Além das isenções garantidas pela constituição, temos muitas outras gratuidades impostas às prestadoras de serviços, como por exemplo: portadores de deficiência, funcionários da empresa prestadora do serviço de transporte, carteiros uniformizados e em horário de serviço, policiais e bombeiros militares fardados e em horário de seu

¹ Acadêmico do Curso de Administração – Centro Universitário UNIVEL

² Professora Mestre, em Contabilidade – Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE

expediente, de acordo com as normas de cada município, e como consequência o aumento da tarificação é inevitável.

Neste contexto, sabendo que este procedimento agrega valor na tarificação, e possui representação dos custos agregados da gratuidade nos custos gerais do mesmo, o presente trabalho abordou a gratuidade no sistema de transporte coletivo urbano por ônibus da cidade de Cascavel - PR. Sendo assim, esta pesquisa teve como objetivo geral investigar a representação dos custos agregados da gratuidade nos custos gerais do transporte coletivo urbano por ônibus na cidade de Cascavel - Pr. E como objetivos específicos Identificar a formação dos custos no transporte público; Calcular os custos da gratuidade e seu percentual embutido na tarificação do transporte e levantar quais custos são levados em consideração para valorar a passagem na cidade de Cascavel - Pr. Para atingir tais objetivos a pesquisa foi guiada pela seguinte questão: Quais são os custos adicionais gerados pela gratuidade no transporte coletivo urbano por ônibus na cidade de Cascavel - PR?

2. Desenvolvimento

Sistema do transporte público

Dentre os diversos serviços básicos que a sociedade necessita, está o transporte, que pode ser conceituado como:

O transporte é uma atividade necessária à sociedade e produz uma grande variedade de benefícios, possibilitando a circulação das pessoas e das mercadorias utilizadas por elas e, por consequência, a realização das atividades sociais e econômicas desejadas. No entanto, este transporte implica em alguns efeitos, aos quais chamamos de impactos. (VASCONCELLOS, 2006, p.11).

No Brasil, segundo Magalhães (2001), debatendo sobre o transporte público, o modelo sancionado é a prestação de serviço público sob o regime de permissão ou de concessão na maioria das cidades brasileiras. Em conformidade com a NTU (2008/2009), o setor de transporte público de ônibus, corresponde por mais de 90% da demanda de serviços nas grandes cidades brasileiras atualmente. E complementa que o transporte urbano por ônibus é considerado um serviço público e na maioria das cidades brasileiras, desempenha a função de modalidade predominante para a satisfação diária das necessidades de locomoção de grande parte da população.

Deste modo, no que se refere aos aspectos políticos, a NTU (2008/2009) citada acima, considera que é fundamental haver uma intervenção política, sendo possível iniciar um processo rápido de reorganização do transporte público e criar um melhor planejamento dos meios de transporte.

Se tratando do tema de transporte público também deve se falar sobre qualidade do serviço e satisfação de seus clientes, sendo assim. o principal argumento para a manutenção de um relacionamento comercial é obter a fidelidade dos clientes e melhorando a qualidade dos serviços prestados. (LEVESQUE; MCDUGALL, 1996). Ao melhorar a satisfação do cliente, podem-se expandir os investimentos e as transações efetuadas pelos clientes e elevar as receitas da empresa e, por resultado, a rentabilidade em longo prazo (JONES; TAYLOR, 2007).

Gratuidades do transporte coletivo urbano

Os idosos tem gratuidade no transporte coletivo garantida em lei desde a constituição federal de 1988, sendo assim todo idoso acima de 65 anos tem direito a isenção da tarifa. Atualmente, o idoso tem detectado problemas para a execução da mobilidade, uma vez que se depara com calçadas esburacadas, degraus, bloqueios físicos, falta de calçamentos, os degraus de acesso a prédios e no transporte coletivo inadequado, a falta de sinalização e travessias adequadas. Por essa razão, encontra-se a necessidade de um planejamento urbano apropriado das cidades (FERNANDES, 2000).

Assim sendo, os meios de transporte urbano coletivo necessitariam ofertar facilidades convenientes aos idosos, para que estes não fossem omitidos da vida social, das atividades de lazer, das atividades diárias e econômica, do trabalho e do estudo (FERNANDES, 2000). A perspectiva da vulnerabilidade do idoso é utilizada para fundamentar tais disposições no Estatuto do Idoso, como por exemplo, reserva de vagas e assentos, conforme a lei nº 10741:

Art. 39. Aos maiores de 65 (sessenta e cinco) anos fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semiurbanos, exceto nos serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares.

Art. 40. No sistema de transporte coletivo interestadual observar-se-á, nos termos da legislação específica: I - a reserva de 2 (duas) vagas gratuitas por veículo para idosos com renda igual ou inferior a 2 (dois) salários-mínimos; II - desconto de 50% (cinquenta por cento), no mínimo, no valor das passagens, para os idosos 26 27 que excederem as vagas gratuitas, com renda igual ou inferior a 2 (dois) salários-mínimos.

Art. 41. É assegurada a reserva, para os idosos, nos termos da lei local, de 5% (cinco por cento) das vagas nos estacionamentos públicos e privados, as quais

deverão ser posicionadas de forma a garantir a melhor comodidade ao idoso. Art. 42. É assegurada a prioridade do idoso no embarque no sistema de transporte coletivo.

Os idosos não formam o único grupo social a possuir direitos em relação ao transporte público, existem outros indivíduos que tem acesso a benefícios. Os estudantes, também tem o direito à isenção ao valor, conforme a lei nº7952:

Art. 1º Esta Lei institui o passe livre estudantil nos serviços de transporte público coletivo local, intermunicipal e interestadual de caráter urbano, como garantia do direito social ao transporte.

Art. 2º O passe livre estudantil é assegurado aos alunos da educação infantil, básica e superior, que estejam regularmente matriculados e com frequência comprovada em instituições públicas ou privadas de ensino.

Art. 3º A gratuidade definida nesta Lei será assegurada com recursos orçamentários da União e, nos Estados, Distrito Federal e Municípios, por meio da prestação de assistência financeira da União, nos termos do inciso I do art. 16 da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012.

A lei nº7952 garante que a gratuidade aos estudantes deve existir, mas cada município tem o poder de vigorar como isso será feito, pois ela pode ser integral ou parcial. No estado do Paraná existem os dois tipos, algumas cidades fornecem gratuidade integral e algumas fornecem a gratuidade parcial.

Na cidade de Cascavel, a gratuidade para os estudantes é garantida parcialmente, sendo oferecido cinquenta por cento da passagem a eles, de acordo com a lei nº2958 de 29 de junho de 1999:

Art. 1º Para os fins do parágrafo primeiro, do art. 1, da Lei 2157/90, a Companhia Cascavelense de Transporte e Tráfego - CCTT, fornecerá a cada estudante 50 (cinquenta) meio-passes por mês, obedecidas pelo estudante beneficiário as disposições das Leis 2157/90, 2693/97 e 2754/97.

Crianças até 5 anos tem garantido por lei a gratuidade nos transportes públicos urbanos, desde a constituição federal de 1988. Outras categorias também ganham gratuidades como: deficientes que comprovem carência e carteiros e policiais e bombeiros militares devidamente uniformizados e em horário de serviço.

Custo do transporte público

O primeiro argumento em relação a aplicabilidade instantânea da gratuidade aos transportes coletivos urbanos fundamenta-se na inexistência de uma fonte de custeio específica. A princípio, faz-se necessário determinar o que traduziria a equação

econômico-financeira, tendo Carvalho Filho (2008, p. 189) definido como “a relação de adequação entre o objeto e o preço, que deve estar presente ao momento em que se firma o ajuste”.

Nesta relação, existem dois tipos de custos no transporte coletivo, os custos de infraestrutura e os custos operacionais, de acordo com o sistema de transporte público urbano (STPU).

O custo operacional variável possui uma relação direta com a quilometragem percorrida e é calculado a partir da seguinte fórmula:

$$CV = PM (M A) * \sum CVi \text{ n } i=0$$

Onde:

- “CV” é custo variável total em um determinado período;
- “CVi” é o custo por km de cada item componente do custo variável;
- “PM (M/A)” é o percurso médio em um determinado período (mês ou ano).

Tais custos são divididos em quatro principais categorias, ou seja:

1. Combustível;
2. Lubrificantes;
3. Rodagem;
4. Peças e acessórios.

O cálculo dos custos fixos é realizado para um determinado período de referência e deve ser coberto independente da quilometragem percorrida. Seu cálculo é expresso pela seguinte fórmula:

$$CF (M A) = Frota * \sum Cfi (M A) \text{ n } i=0$$

Onde:

- “CF (M/A)” é custo fixo total em um determinado período (mês ou ano);
- “Cfi (M/A)” é o custo fixo em um determinado período (mês ou ano);
- “Frota” é o número de veículos da frota.

Tais custos são divididos em quatro categorias principais, isto é:

1. Depreciação;
2. Remuneração;
3. Custos com pessoal;
4. Despesas;
5. Tributação.

3. Metodologia

Ao que se refere aos objetivos, a pesquisa categoriza-se como descritiva, pois ela teve como objetivo descrever a estrutura da formação dos custos das gratuidades do transporte coletivo por ônibus de Cascavel - PR. De acordo com Roesch (1999), a pesquisa descritiva visa obter informação sobre determinada população.

Com relação aos procedimentos esta pesquisa é classificada como documental, porque foram utilizados relatórios e documentos do município para a confecção das informações. A pesquisa documental é de materiais que ainda não receberam uma mudança, ou que ainda podem ser refeitos de acordo com os objetivos da pesquisa (Gil, 2008).

Em relação ao problema a pesquisa caracteriza-se como pesquisa quantitativa, pois buscou traduzir em números as informações coletadas a fim de saber quais são os custos gerados pela gratuidade no sistema de transporte coletivo urbano em ônibus na cidade de Cascavel - PR. Segundo Richardson (2010), a pesquisa quantitativa é caracterizada pela quantificação, sendo em coleta de dados, questionários ou métodos estatísticos.

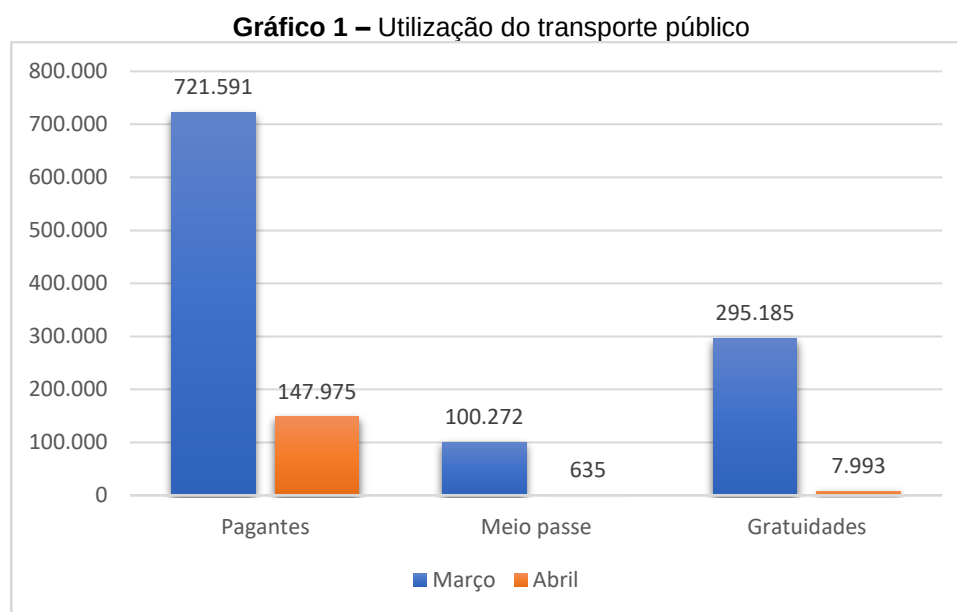
Para cumprir com os objetivos da pesquisa, as informações para realizar os cálculos dos custos foram coletadas da tarifação por meio da CETTRANS, órgão responsável pelo transporte coletivo urbano por ônibus da cidade. Posteriormente os dados coletados foram tabulados em planilhas, com o uso da ferramenta Excel®. Em seguida foram realizados os cálculos dos custos da tarifa no transporte coletivo para se chegar ao resultado usando a seguinte fórmula:

$$TR = TI \times (1 + PRD + AC + IVRCA + IGP)$$

4. Resultados

Composição das passagens do transporte público

O presente trabalho retratou a realidade da cidade de Cascavel – PR, sendo assim, as gratuidades existentes na cidade são: aos idosos acima de 65 anos, crianças até 5 anos de idade, portadores de deficiências, carteiros devidamente uniformizados e a serviço da empresa de correios, policiais e bombeiros militares uniformizados ou que apresentem a carteirinha de gratuidade e também existe o meio passe para os estudantes. O Gráfico 1 a seguir mostra todos os usuários do transporte público da cidade de Cascavel nos meses de março e abril do ano de 2020 separados em três categorias, pagantes para aqueles que pagam 100% da tarifa, meio passe para os passageiros que pagam 50% da tarifa e gratuidades para aqueles que são isentos do pagamento da tarifa.



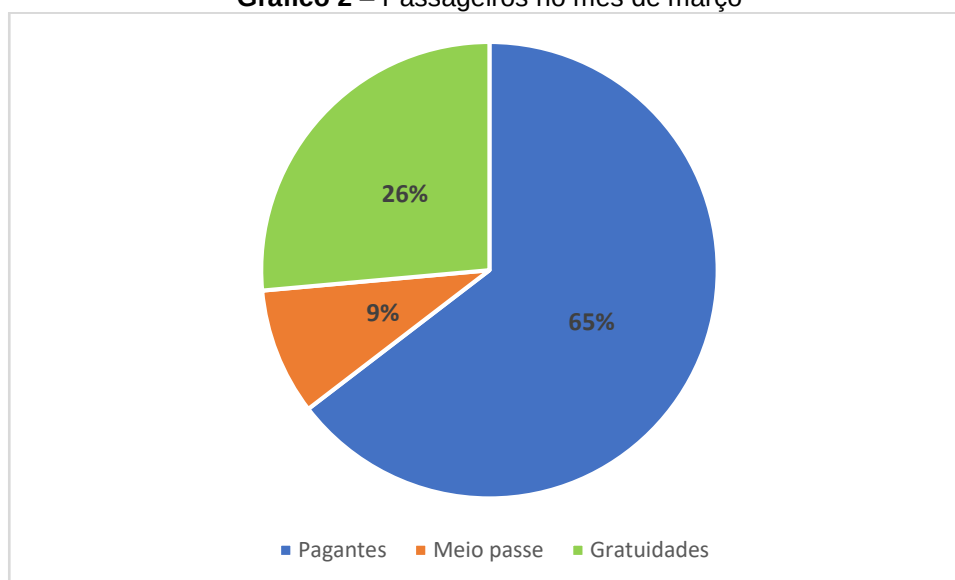
Fonte: Dados da pesquisa (2020).

É possível observar no gráfico acima a diferença de passageiros durante os meses de março e abril. Tal mudança deve-se ao fato da ocorrência da pandemia do vírus Covid-19, onde o transporte coletivo passou por inúmeras restrições de uso, ocasionando uma queda abrupta e inesperada no número de usuários. No decreto número 4.230 de 16/03/20 consta o isolamento social, principalmente para idosos que são um grupo de risco e formam grande parte do uso das gratuidades no transporte coletivo de Cascavel - PR, nesse mesmo decreto veio a paralisação obrigatória das escolas, fazendo com que o número de meio passe também diminuísse notavelmente.

No mês de março, quase não afetado pelas paralizações da pandemia, a quantidade de passagens utilizadas no transporte coletivo urbano por ônibus da cidade de Cascavel – PR, foi de 1.117.048 passageiros, enquanto em abril foram 155.975 passageiros, em percentuais essa redução representa uma queda de 86,04%. Verificando as quedas das passagens no mês de abril em cada categoria, os passageiros pagantes apresentaram uma redução de 79,49%, os usuários do meio passe, reduziram em 99,37% e os passageiros isentos de pagamento diminuiram em 97,29%.

Para melhor compreender a formação das passagens do transporte público da cidade de Cascavel-PR serão considerados somente os dados referentes ao mês de março, conforme o Gráfico 2 a seguir:

Gráfico 2 – Passageiros no mês de março



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

É possível observar no gráfico acima o percentual de passageiros do mês de março de 2020 das três categorias estudadas, onde os pagantes representam 65% dos passageiros, os usuários com gratuidades formam 26% do total e os estudantes, que pagam metade do valor da tarifa, somam 9%. Assim, os estudantes e aqueles com total gratuidade representam 35% dos passageiros do transporte público de Cascavel-PR.

Composição da tarifa do transporte público

A tarifa do transporte coletivo em Cascavel – PR tem reajuste anual, e tem como índice de variação inflacionaria dos insumos apurado com a seguinte formula:

$$TR = TI \times \{1 + [0,19 \times ((PRDi - PRDo) / PRDo) + 0,50 \times (AC) + 0,17 \times ((IVRCAi - IVRCAo) / IVRCAo) + 0,14 \times ((IGP Dli - IGP Dio) / IGP Dio)]\}.$$

O Quadro 1 a seguir explica o significado de cada variável utilizada na fórmula do cálculo da tarifa cobrada pelos passageiros da cidade de Cascavel.

Quadro 1 – Variáveis da tarifa do transporte público coletivo.

Variável	Conceito
TR	É o valor reajustado da tarifa;
TI	Tarifa inicial de R\$ 3,90 (três reais e noventa centavos), considerando as posteriores revisões que venham a ser aplicadas;
PRDi	É o preço do litro de óleo do diesel, relativo ao segundo mês anterior ao da data de reajuste, extraído do levantamento dos preços praticados em Cascavel, base mensal;
PRDo	É o preço do óleo do diesel, relativo ao segundo mês anterior ao da data-base inicial, extraído do levantamento dos preços praticados em Cascavel, base mensal;
AC	Acordo coletivo – variações acumuladas, conforme convenções ou acordos coletivos da categoria profissional, com correção do valor absoluto da despesa referente a pessoal e vinculações (em percentual) ocorridas entre a data base inicial e a data do reajuste;
IVRCAi	É o índice de veículos automotores, reboques, carrocerias e autopeças, relativo ao segundo mês anterior ao da data de reajuste, calculado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV;
IVRCAo	É o índice de veículos automotores, reboques, carrocerias e autopeças, relativo ao segundo mês anterior ao da data-base inicial, calculado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV;
IGP Dli	É o índice geral de preços – disponibilidade interna, relativo ao segundo mês anterior ao da data de reajuste, calculado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV;
IGP Dio	É o índice geral de preços – disponibilidade interna, relativo ao segundo mês anterior ao da data-base inicial, calculado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV;

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

É possível ver no quadro acima as variáveis que compõem a fórmula de reajuste da tarifa do transporte coletivo de Cascavel – PR, podemos observar que o custo variável utilizado é o combustível, representado pelos valores do litro do óleo diesel com a sigla PRD. Alguns fixos também foram identificados, como os custos com a mão de obra, onde os motoristas recebem um salário fixo, mais um benefício de vale alimentação, tal custo é evidenciado pela sigla AC.

Para formar a tarifa das passagens de ônibus é necessário obter dados de dois meses, o cálculo utiliza como base um mês inicial e o mês final, gerando uma variação percentual de valores para o reajuste do valor cobrado no transporte público da cidade. A Tabela 1 a seguir mostra os valores utilizados para a formação e reajuste da tarifa cobrada pelos passageiros que pagam 100% do valor da passagem.

Tabela 1 – Composição e reajuste da tarifa

	Inicial (o)	Final (i)	Variação	Variação %	Reajuste%
PRD	3,0360	3,1760	0,0461	4,6113	0,8762
AC	8483,42	8709,4800	0,0266	2,6647	1,3324
IVRCA	131,1580	144,0190	0,0981	9,8057	1,6670
IGP	651,2140	732,0410	0,1241	12,4117	1,7376
Índice de reajuste do transporte coletivo					5,6131%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Podemos observar na tabela acima, que cada item usado no reajuste tem o valor inicial e o valor final, trazendo a variação desses valores e por último a porcentagem que será usada no reajuste do valor tarifário, outro fator que podemos verificar, é de não termos nenhuma variável considerando as gratuidades, mesmo sendo um item bastante custoso para o sistema, todas as gratuidades juntas somam 26% do total de passageiros, os estudantes (meio passe) são 9%, somando os dois teremos 35% dos passageiros entre gratuidades e meio passe.

Cada uma dessas variáveis possui um peso, por exemplo: o valor do combustível tem peso 0,19 então é necessário multiplicar o valor da variação pelo peso, para encontrar o valor que de fato será usado no reajuste da tarifa.

Após encontrar o índice de reajuste do transporte coletivo é realizado de fato o cálculo da tarifa a ser cobrada dos passageiros, conforme descrito nas equações a seguir:

$$TR = TI \times (1 + PRD + AC + IVRCA + IGP)$$

$$TR = 3,90 \times (1 + 0,8762 + 1,3324 + 1,6670 + 1,7376)$$

$$TR = 4,1189$$

A taxa inicial utilizada nos cálculos foi de R\$ 3,90 pois foi o valor do último reajuste da tarifa, os valores das outras variáveis, foram utilizados os da última coluna da Tabela

1, que apresentam valor integral a ser imposto sobre a tarifa no reajuste. Este cálculo serviu como base no reajuste da tarifação utilizada atualmente, em 2020 que é de R\$ 4,10.

5. Considerações Finais

Esta pesquisa foi guiada pela seguinte questão: Quais são os custos adicionais gerados pela gratuidade no transporte coletivo urbano por ônibus na cidade de Cascavel - PR? Para responder, contou com o objetivo geral que foi: investigar a representação dos custos agregados da gratuidade nos custos gerais do transporte coletivo urbano por ônibus na cidade, e ainda trouxe também os objetivos específicos que são: identificar a formação dos custos no transporte público, calcular os custos da gratuidade e seu percentual embutido na tarifação do transporte e levantar quais custos são levados em consideração para valorar a passagem na cidade de Cascavel – PR. Desta forma, o primeiro objetivo específico do trabalho foi alcançado, mostrando todas as variáveis que compõem a fórmula do reajuste da tarifa, já o segundo não pode ser alcançado, pois observando e calculando a fórmula do reajuste da tarifa, pode-se observar que neste cálculo não está presente em nenhuma variável a gratuidade como forma de valorar a passagem do transporte, então podemos dizer que na cidade de Cascavel a gratuidade mesmo tendo números altos e sendo bastante custosa, não é usada como forma de valoração de passagens, o terceiro e último objetivo específico foi alcançado, averiguando e calculando todas as variáveis para formar o preço da passagem na cidade de Cascavel – PR, assim então exemplificando os objetivos propostos para a pesquisa. E concluindo que de certa forma a gratuidade tem um custo grande para as operadoras, mas não é levada em consideração por nenhuma das variáveis no cálculo do reajuste da tarifa do transporte coletivo urbano por ônibus da cidade.

Uma sugestão de estudo futuro seria, a de averiguar as planilhas de custos e fórmulas de reajuste de tarifas de outras cidades para que o estudo possa ser comparado e verificado, sabendo se existe alguma cidade que usa as gratuidades como uma variável para valorar a passagem do transporte coletivo urbano por ônibus.

REFERÊNCIAS

Associação nacional das empresas de transporte urbano – *tu anuário 2008/2009*. Acesso: setembro, 2009.

BRASIL. **Câmara dos Deputados**. Projeto de lei nº 7.952, de 2014.

BRASIL. **Constituição**. República Federativa do Brasil. Brasília. Senado Federal. Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Estatuto do idoso** – Lei Nº 10.741, de 1º de Outubro de 2003.

BRASIL. Lei nº 3.326, de 3 de junho de 1941. **Dispõe sobre o transporte de malas postais, e dá outras providências**. Disponível em: < https://www.legjur.com/legislacao/art/dcl_00033261941-9>.

BRASIL. lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994. **Dispõe sobre o transporte de pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual**. Disponível em: < <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11258109/artigo-1-do-decreto-n-3691-de-19-de-dezembro-de-2000>>.

BRASIL. Lei nº 12.587, de 03 de janeiro de 2012. **Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana**; revoga dispositivos dos Decretos-Leis nos 3.326, de 3 de junho de 1941, e 5.405, de 13 de abril de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis nos 5.917, de 10 de setembro de 1973, e 6.261, de 14 de novembro de 1975; e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12587.htm>.

BRASIL. Lei Nº 2958, de 29 de junho de 1999. **Dispõe sobre a concessão, quantidade e horários de utilização do meio-passe pelos estudantes no transporte coletivo urbano do município de cascavel e dá outras providências**. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/pr/c/cascavel/lei-ordinaria/1999/295/2958/lei-ordinaria-n-2958-1999-dispoe-sobre-a-concessao-quantidade-e-horarios-de-utilizacao-do-meio-passe-pelos-estudantes-no-transporte-coletivo-urbano-do-municipio-de-cascavel-e-da-outras-providencias>>.

BERNARDES, H. C.; FARIA. H. de A.; DIAS, L. K. **Um estudo sobre os impactos das gratuidades nos custos do sistema de transporte público**. Goiânia, 2013.

CARTÃO Transporte – Estudante (Passe Escolar). **Curitiba**. Disponível em :< <https://www.curitiba.pr.gov.br/servicos/cartao-transporte-estudante-passe-escolar/116>>. Acesso em: 07 de jun. de 2020.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Júris, 2008.

DOMINGUES, M. E. M. **Gestão da qualidade nos serviços hospitalares: estudos de caso**. Dissertação (Mestrado) – Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. 1999, 172 p.

EMPRESA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE CAMPINAS - EMDEC (1993) / Oficina Consultores Associados - "**Análise de Estruturas Organizacionais e de Modelos de Gestão para o Sistema de Transporte de Campinas**". Oficina, 1993.

FERNANDES, J. C. **Urbanismo e envelhecimento: algumas reflexões a partir da cidade de Uberlândia.** *Revista Caminhos de Geografia*, v. 1, n. 2, p. 31-49, 2000.

GEIPOT: EMPRESA BRASILEIRA DE PLANEJAMENTO DE TRANSPORTES. **Cálculo de Tarifas de Ônibus Urbanos: Instruções Práticas Atualizadas.** Brasília, 1996, 72 p.

GIL, ANTÔNIO CARLOS. **Métodos e técnicas de pesquisa social** - 6. Ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

JONES, T.; TAYLOR, S. F. **The conceptual domain of service loyalty: how many dimensions?** *Journal of Services Marketing*, v. 21, iss.1, p. 36-51, 2007.

KLEIMAN, M. Transportes e Mobilidade e seu Contexto na América Latina. In: **Estudos e Debates** nº 61. Rio de Janeiro: IPPUR: UFRJ, 2011.

LEVESQUE, T; MCDOUGALL, G. H. G. **Determinants of customer satisfaction in retail banking.** *International Journal of Bank Marketing*, v.14, iss.7, pp.12-20, 1996.

LIMA JR., O. F. **Qualidade em serviços de transportes: conceituação e procedimentos para diagnóstico.** São Paulo, Tese (Doutorado) – Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, 1995. 215 p.

LOPES, Marcus. **Como nasceu o primeiro sistema de transporte coletivo do mundo.** Folha Uol, 2018. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/09/como-nasceu-o-primeiro-sistema-de-transporte-coletivo-do-mundo.shtml/>>. Acesso em: 20 de abril de 2020.

MACIEL, A. **Quedas em idosos: um problema de saúde pública desconhecido pela comunidade e negligenciado por muitos profissionais da saúde e por autoridades sanitárias brasileiras.** *Revista de Medicina de Minas Gerais*, v. 20, n. 4, p. 554-557, 2010.

MAGALHÃES, M. de L. **Estudo dos impactos da diferenciação tarifária no sistema integrado de transporte urbano de Goiânia.** 2001.167 f. Dissertação (Mestrado em Transportes) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil e Ambiental, Faculdade de Tecnologia da Universidade de Brasília, Brasília/DF, jul. 2001.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos.** 9. ed. São Paulo, 2003.

OLIVEIRA, A. G.; SOUZA, M. L. R.; KARNIKOWSKI, M. G. O.; TACO, P. W. G.; MOTTA, R. A. **Direitos dos idosos relacionados à sua mobilidade.** *Revista dos Transportes Públicos – ANTP*, v. 34, 2012.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social, métodos e técnicas.** São Paulo_ Editora Atlas, 2010.

ROESCH, S. M. A. **Projeto de estágio e de pesquisa em administração.** 2º ed., São Paulo: Atlas, 1999.

TARIFA zero no transporte público: quem tem direito a gratuidade? **IDEC**, 2018. Disponível em: < <https://idec.org.br/dicas-e-direitos/tarifa-zero-no-transporte-publico-quem-tem-direito-gratuidade/>>. Acesso em: 20 de abril de 2020.

VASCONCELLOS, Eduardo Alcântara de. **A cidade, o transporte e o trânsito**. São Paulo: Pró Livros, 2005.

VASCONCELLOS, Eduardo Alcântara de. **Transporte e meio ambiente: conceitos e informações para análise de impactos**. São Paulo: Edição do Autor, 2006.

ZACHARIAS, M. L. B.; FIGUEIREDO, K. F.; ALMEIDA, V. M. C. **Determinantes da satisfação dos clientes com serviços bancários**. *RAE Eletrônica*, v. 7, n. 2, p. 18-34, 2008.

EMPREENDEDORISMO FEMININO: O PERFIL DA MULHER EMPRESÁRIA

Camila Amirian Fantineli ¹
Janaina Kriguer ²

Resumo: O objetivo desta pesquisa foi descrever qual o perfil das mulheres empreendedoras filiadas ao Núcleo da mulher empresária na cidade de Cascavel – Paraná, procurando avaliar as diferentes características e comportamentos empreendedores das mulheres entrevistadas. Foi realizada pesquisa de natureza qualitativa e analisado característica a característica relatada por meio de questionário o qual é elaborado pelo SEBRAE baseado na teoria comportamental de McClelland. Concluiu-se, então, que as estudadas se enquadram naquilo que se considera ser Perfil Empreendedor Médio com características semelhantes e conseguiram atingir a pontuação mínima para serem consideradas mulheres empreendedoras embora algumas características se sobressaiam outras ainda precisam ser aperfeiçoadas.

Palavras-chave: Empreendedorismo 1. Perfil Empreendedor 2. Empreendedorismo feminino 3. Mulheres empreendedoras 4.

1. Introdução

O empreendedorismo tem crescido consideravelmente no decorrer dos anos, proporcionando desenvolvimento econômico e gerando renda a população empreendedora. Existe uma grande variedade de perfis empreendedores e definições relacionadas a negócios. Um fato curioso é que em 2015 a GEM – Global Entrepreneurship Monitor, revelou que a taxa de empreendedorismo no Brasil era de 39,3%. Dentre os países, o Brasil se sobressaiu nas pesquisas e esse fator cresce no decorrer dos anos.

Pesquisas realizadas por dados atuais em fontes como SEBRAE (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), pode se observar que as mulheres tem crescido consideravelmente, se tornando significativamente quase metade no ramo empreendedor. Mulheres se destacam cada vez mais no ramo empresarial por todo o Brasil. O processo da pesquisa decorrerá destas informações demonstrando um perfil de empreendedoras habilitadas e prontas para empreender.

Sendo assim, neste artigo, vamos trabalhar com os diferentes perfis de mulheres empreendedoras, apontando suas características como empresárias e trazendo os

¹ Acadêmico do Curso de Administração da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL

² Orientadora: Professora Mestre em administração pela PUC/PR –Administração – Centro Universitário UNIVEL.

motivos pelos quais escolheram esse ramo para crescer profissionalmente, sendo eles por oportunidade ou necessidade.

Visto a grande representatividade da mulher dentro do empreendedorismo brasileiro, buscamos informações para demonstrar o debate escolhido, onde foram realizadas entrevistas com mulheres que fazem parte do Conselho da Mulher Empresária – CME na cidade de Cascavel-PR, para identificar e realizar o levantamento dos perfis através de fundamentos e teorias escolhidas no decorrer da pesquisa.

O objetivo geral desta pesquisa foi descrever o perfil das mulheres empreendedoras filiadas ao Núcleo da mulher empresária na cidade de Cascavel- PR. Para tanto, os objetivos específicos foram: (a) Levantar as características empreendedoras das mulheres pesquisadas; (b) Descrever o perfil empreendedor das entrevistadas; (c) Apontar os motivos pelos quais as pesquisadas empreenderam.

O tema dessa pesquisa é o Empreendedorismo feminino e a pergunta problema que se pretende responder é: Com relação ao empreendedorismo feminino, qual o perfil da mulher empreendedora na cidade de Cascavel- PR?

Dessa forma, essa pesquisa foi desenvolvida no Conselho da mulher empresária na cidade de Cascavel, no Estado do Paraná durante o ano de 2020.

A importância desse tipo de pesquisa pode possuir vários aspectos. O empreendedorismo é um fator que se insere inevitavelmente na economia do país, com a geração de empregos e rendas. Dessa forma, a pesquisa tem como sua justificativa uma possível contribuição no ramo empresarial e acadêmico. Afim de apontar a importância da mulher inserida nesse ramo. Possui grande importância social, incentivando e apoiando que mais mulheres possam se considerar capazes de serem inseridas no processo de empreender.

2. Desenvolvimento

2.1 Empreendedorismo

Estudos sobre empreendedorismo cresceram muito nas últimas décadas, fazendo com que ele se torne a prática mais considerável para o desenvolvimento de alguns países. Alguns estudos dizem que o termo começou a ter origem na Idade Média, o empreendedor era aquele que participava de projetos de produção. Em meados do século XII, passaram a ser relacionados como incentivadores de brigas. Iniciando o século XVII,

foram reconhecidos como quem coordenava e era ponderado a operação militar. No século XVIII, capitalistas e empreendedores foram individualizados. Nos séculos XIX e XX os empreendedores passaram a estar associados com inovação e novas oportunidades. (DORNELAS, 2018; MARIANO; MAYER, 2011; HISRICH, 2009.)

Na década de 1990, o empreendedorismo começou a tomar forma no Brasil. Quando o Serviço de Apoio a Pequenas Empresas (SEBRAE) e a Sociedade Brasileira para Exportação de Software (Softex) foram criados. Antes delas o empreendedor não conseguia encontrar auxílio em sua jornada. A Softex foi criada para levar o Software as empresas do país ao seu mercado externo, através de ações que concediam ao empresário uma qualificação em gestão e tecnologia. E com os programas criados pela Softex no país, juntamente com empresas e universidades, que o empreendedorismo começou a provocar a sociedade brasileira. (DORNELAS, 2018)

Para Dornelas (2018) existem duas ocasiões em que um indivíduo decide empreender. Uma delas tem origem no empreendedorismo por oportunidade, onde o empreendedor possui um planejamento sobre onde quer chegar, já tendo ciência do crescimento empresarial que quer que sua empresa obtenha. Em contra partida, o autor menciona o empreendedorismo por necessidade quando o sujeito decide empreender por falta de opções, desemprego. Nestes casos, são negócios que pela falta de planejamento acabam rapidamente e não geram nenhum tipo de desenvolvimento econômico.

Segundo a GEM (2016) a dimensão dos empreendedores iniciais deste ano continua a mesma de 2015, 57%. Aproximadamente 10% menor que as pesquisadas desde 2009. Entretanto, o empreendedorismo por necessidade em 2016 foi de 42% e em 2015 43%, ou seja, estaria caminhando para uma possível redução.

A pesquisa GEM (2009) diz que as oportunidades que os empreendedores percebem podem ser estritamente ligadas ao que o país oferece em seu crescimento econômico e a cultura. A “ educação e capacitação” foi colocado como a segunda maior limitação para poder empreender dentro do país. Em conformidade com esta pesquisa, podemos dizer que a falta de qualidade na formação de empreendedores é considerada negativa, e atinge o crescimento e qualidade das empresas. (GEM, 2014)

2.1.1 - Perfil empreendedor

Várias definições e perfis empreendedores podem ser encontradas em diferentes estudos. Chiavenato (2007) menciona 3 características do empreendedor, são elas:

Necessidade de realização que são aqueles que gostam de competir e decidem ser responsáveis próprios de seus objetivos; disposição para assumir os riscos que ocorrem quando decidem começar o próprio negócio, e a auto confiança que o autor ressalta, que quem a possuir fica a frente para enfrentar e controlar os desafios.

McClelland (1972) tem sua teoria motivada na psicologia, resultando em um dos poucos instrumentos de coleta de dados que determinam suas características comportamentais.

Quadro 1 - Os 3 conjuntos das características comportamentais por McClelland (1972)

Conjunto de realização	
Busca de oportunidades e iniciativa	Esta característica requer que o empreendedor realize tarefas antes do solicitado, identifique e aproveite de oportunidades que signifiquem obter bem mais do que somente ideias e aplique dentro de seus negócios.
Persistência	Segundo McClelland, significa reagir perante um obstáculo, mudar de estratégias ou agir repetidas vezes para enfrentar desafios.
Correr riscos calculados	Analisar alternativas e calcular os riscos, para reduzi-los e controla-los. Assim, os empreendedores avaliam suas opções antes da ação, enfrentando desafios sem colocar tudo a perder em condições impensadas.
Exigência de qualidade e eficiência	Significa exceder seus padrões de excelência, encontrar maneiras de realizar objetivos de forma mais rápida e ágil. Empreendedores com esta característica sempre buscam o melhor no que fazem, diminuição do tempo, reduzir seus custos. A mudança é sua característica e desafio contínuo.
Comprometimento	Garante seus compromissos, assume responsabilidades na conclusão de uma tarefa procurando e se preocupando com a satisfação do cliente. A fidelidade de entrega dos objetivos é algo decisivo para o empreendedor, comprometimento significa assumir as responsabilidades de seu negócio.
Conjunto de planejamento	
Busca de informações	Consulta especialistas para assessoria de planejamentos e recorrem sempre a informações sobre seus clientes, fornecedores e concorrentes.
Estabelecimento de metas	Devem estabelecer metas claras e específicas característica importante para se manter instruído para as soluções.
Resolução de problemas	Possuir a habilidade para alterar as estratégias quando é necessário solucionar novos problemas.
Planejamento e monitoramento sistemático	Mantém prazos para realização e cumprimento de tarefas, revisando e procurando saber quais foram seus resultados.

	O planejamento é o guia para empreendedores, embora seja uma tarefa difícil por exigir concentração.
Preocupação com gestões financeiras	Realizar o uso de ferramentas que transmitem a de necessidade dos recursos materiais, financeiros e humanos para desenvolvimento de projetos e atividades e ferramentas de retorno de investimento.
Conjunto de poder	
Independência e autoconfiança	Almejam a autonomia, mantêm seu ponto de vista apesar de resultados desanimadores ou da oposição. Sempre mantendo-se confiante e otimista para enfrentar desafios aos quais se apresenta.
Persuasão e rede de contatos	Usam de sua influência e persuasão para com as pessoas, amplia e mantém constantes relações comerciais para uso futuro.

Fonte: Elaborado pela autora

2.1.2 - A mulher empreendedora

No decorrer da história da sociedade, as mulheres sempre tiveram seu papel definido: dona de casa, responsável pelo bem-estar dos filhos, submissa aos pais e ao marido, sem direito de realizar sonhos ou de ter sua vontade expressada. No entanto, hoje essa realidade mudou, mulheres mudaram seu comportamento, sem assimilá-las aos homens, mas buscando competir em igualdade com eles. (CATARDO, 2005)

Em 2014, a GEM já mencionou que entre os empreendedores iniciais, a cada 1,06 mulheres havia 1 homem. Assim, podemos dizer que entre homens e mulheres existe uma uniformidade entre os gêneros. A pesquisa GEM (2016) salientou que vários países apresentavam uma supremacia masculina no empreendedorismo. Exceto o Brasil e o México, onde as taxas foram balanceadas entre homens e mulheres. No Brasil a TEA – Taxa de empreendedorismo inicial é de 19,9% para mulheres e 19,2% para os homens, o que se pode dizer é que as taxas permanecem equilibradas. No México mulheres representavam 10% e homens 9,3% desta taxa. Porém, a Taxa de negócios estabelecidos (TEE) é de 19,6% entre homens e de 14,3% entre mulheres. Então a diferença de apenas 0,7% da taxa de empreendedorismo inicial, sobe para 5,3% em relação a taxa de negócios estabelecido. Contudo, é possível dizer, que as mulheres conseguem criar novos negócios na mesma dimensão que os homens, mas a mortalidade de empresas criadas por elas ainda é maior.

Para Machado (2009) quando uma mulher inicia um negócio, aparecem as dificuldades com a falta de tempo para si, uma vez que um empreendimento novo necessita de uma atenção maior.

3. Metodologia

Quanto aos objetivos, essa pesquisa caracteriza-se como descritiva, pois pretende evidenciar qual é o perfil da mulher empreendedora da cidade de Cascavel. Os procedimentos dessa pesquisa caracterizam-se como uma pesquisa de levantamento

Os dados foram coletados a partir de um questionário baseado na teoria de McClelland (1972). Composto por 85 afirmações fechadas, cada afirmação foi respondida com o melhor número que a descrever de um a cinco. Foram analisadas 16 características e cada uma tem a pontuação máxima de vinte e cinco pontos. Após a coleta dos dados foi calculado o perfil Médio em cada uma das características do perfil empreendedor medidas pelo questionário. Dessa forma, foram analisadas característica a característica, cada uma das médias em relação ao perfil empreendedor das entrevistadas.

O questionário foi respondido e a pesquisa realizou-se com as representantes das empresas participantes do Núcleo Setorial da Mulher, que equivalem a 28 empresas participantes, 100% do programa iniciado pela ACIC em Cascavel – PR. Quanto à abordagem do problema, essa pesquisa fez o uso do método quantitativo.

4. Resultados

Para esse artigo participaram 12 empreendedoras que estão filiadas ao Núcleo Setorial da Mulher, programa da Associação Comercial e Industrial da cidade de Cascavel – PR, que se dispuseram a responder ao questionário. Os ramos em que elas atuam variam entre comércio e prestações de serviços. As informações necessárias para traçar o perfil das empreendedoras foram retirados através do questionário criado pelo SEBRAE, o qual foi respondido por estas mulheres proporcionando as informações necessárias para o desenvolvimento deste estudo.

Os resultados obtidos foram resultantes a 16 características de análise. Devemos salientar que a pontuação máxima para cada uma das características é de vinte e cinco pontos e conforme a teoria de McClelland (1972), cada categoria determina uma característica comportamental das empreendedoras, mas o autor considerava

empreendedor o sujeito que atingisse a pontuação mínima de quinze pontos. O Quadro 1 em seguida, irá apresentar o Perfil Médio Empreendedor das mulheres entrevistadas.

Quadro 1 – Média das características do perfil empreendedor das mulheres entrevistadas

Características		Perfil inferior					Perfil médio inferior					Perfil Médio					Perfil médio superior					Perfil superior				
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
1	Tem iniciativa																									
2	Busca Oportunidades																									
3	Persistência																									
4	Busca Informações																									
5	Exigência de Qualidade																									
6	Cumprimento de Contratos de Trabalho																									
7	Orientação para Eficiência																									
8	Orientação para Objetivos																									
9	Planejamento Sistemático																									
10	Resolução de Problemas																									
11	Assertividade																									
12	Autoconfiança																									
13	Correr riscos moderados																									
14	Uso da estratégia de influência																									
15	Monitoramento																									
16	Preocupação com Gestões Financeiras																									

Fonte: Dados da pesquisa

Ao analisar o Quadro 1, percebeu-se que as empreendedoras se qualificam no Perfil Médio, ficando abaixo ou igual a 15 pontos. São consideradas empreendedoras, porém com um perfil parcialmente desqualificado. Quando não há esta qualificação, capacidade e desejo para empreender podemos salientar que elas se encaixam na conjunção de empreendedorismo por necessidade. Como disse Dornelas (2018), é o momento em que o indivíduo decide empreender, estabelece que deseja começar sua nova empresa por não ter outra alternativa de emprego.

As mulheres aqui foram mencionadas neste Perfil Médio, mas não deixam de qualificar-se como empreendedoras, mesmo estando com características médias empreendedoras, precisam de um desenvolvimento melhor de sua preparação para conduzir seus próprios negócios. Essas dificuldades podem aparecer devido à falta de tempo que a mulher pode possuir, por conta de sua conciliação entre trabalho e família, além das dificuldades que existem na questão de gênero.

Foram reconhecidas quatro características comportamentais como principais perante a classe de mulheres empreendedoras foram essas: “Exigência de qualidade”, “Cumprimento de Contratos de Trabalho”, “Resolução de Problemas”, e “Monitoramento”, essas são as características mais pronunciadas e quase atingiram o Perfil Médio Superior.

Também foram identificadas duas características que possuíram pontuação baixa no Perfil Médio, foram elas a “Assertividade”, “Autoconfiança”. Entretanto, a “Capacidade de correr riscos moderados” foi exposta com 10 pontos habilitada no Perfil Médio Inferior, uma das personalidades mais baixas desta análise.

A exigência de qualidade foi apresentada com 15 pontos. Significa que o indivíduo que exige uma qualidade em seus serviços pode aumentar sua capacidade de excelência em suas tarefas, não gostando que as tarefas que são realizadas acabem ficando malfeitas. Talvez, pelo fato de estarem empreendendo por necessidade, ou seja, porque precisam dessa forma de sustento, não se preocuparam com uma preparação antes de começar a empreender. Assim, é necessário que seja formada uma cultura empreendedora para que possam aumentar suas habilidades, não somente nessa característica, mas nas que serão apresentadas no decorrer da análise também.

Entretanto, essa característica anda juntamente com a orientação para eficiência que foi mostrada com 13 pontos. Pois, isso quer dizer que as estudadas perdem um pouco da agilidade e rapidez quando as suas obrigações são realizadas.

O cumprimento de contratos de trabalho, é o comprometimento do empreendedor, e foi qualificada nos 15 pontos. Esta característica apresenta que elas assumem suas responsabilidades para concluir uma tarefa em seus negócios e se empenham na realização delas, continuam mantendo sua fidelidade com o seu trabalho e clientes na entrega dos seus objetivos.

A resolução de problemas foi uma das características mais pontuadas, com o total de 15 pontos. Ela indica que o empreendedor possui a habilidade de realizar uma mudança de estratégia, quando é necessário produzir soluções novas para os problemas. Vemos que as mulheres examinadas possuem um certo conhecimento sobre como realizar essa resolução de seus problemas rapidamente, mas ainda é necessário um aperfeiçoamento de como lidar com este traço.

O planejamento sistemático foi apontado com 12 pontos. Existe uma falta de planejamento nos negócios das entrevistadas. Visto que, elas possuem dificuldades em visualizar seu plano de vida empresarial futura, pois, esse planejamento sistemático proporciona a percepção de como estão suas organizações a um longo prazo.

O monitoramento atingiu 15 pontos. Deve-se observar que as mulheres mantêm controle do tempo necessário para o cumprimento de suas tarefas, mesmo que não haja

a agilidade que é necessária para exatidão nos processos empresariais, conforme foi citado na característica acima.

Buscar oportunidades foi identificada com 14 pontos. As candidatas mantem um esforço para identificar as oportunidades que surgem em suas carreiras, com as possibilidades de realizarem tarefas novas, partindo da forma tradicional de seus ramos. Mesmo identificando as oportunidades, o ato de obter iniciativa ficou com apenas 12 pontos. Assim, ainda precisam aprimorar o fato de obterem mais iniciativa em produzir, procurar, resolver e apresentar soluções aos problemas.

A busca de informações foi reconhecida com 14 pontos. Nos mostra que as empresárias necessitam compulsar sobre especialistas que possam ajudá-las com uma assessoria, para auxílio na estruturação de suas estratégias e também buscar informações sobre seus clientes, concorrência, fornecedores.

A característica apontada como orientação para objetivos (14 pontos) é identificada como o estabelecimento de metas. Nesta os empreendedores precisam estabelecer metas claras especificando quais são seus objetivos, o que é definitivo para manter conhecimento das soluções.

A preocupação com Gestões Financeiras (14 pontos) significa que o empreendedor sabe fazer o uso de ferramentas para auxiliar nos recursos materiais, financeiros e humanos, por exemplo, como realizar um cálculo de fluxo de caixa. Dito isso, é possível identificar que essas mulheres estudadas possuem um conhecimento vago com essas ferramentas. Havendo a necessidade de buscar um ensinamento geral sobre essa especialidade.

O uso da estratégia de influência (13 pontos), para McClelland (1972) é a persuasão do indivíduo, onde ele irá usar de sua influência com as pessoas, sempre ampliando e permanecendo em contato com seus relacionamentos comerciais para que possa utilizar futuramente. Manter esta rede de contatos com pessoas que podem auxiliar sua empresa de alguma forma no futuro, é muito relevante para o administrador.

Outra característica que é necessário ser examinada, é a persistência distinguida com 12 pontos. Analisa-se que é necessário que essa personalidade seja conquistada pelas pesquisadas para que elas não desanimem quando houverem situações com a presença de problemas e desafios e sejam capazes de conseguir trabalhar em diversas maneiras diferentes para identificar e resolver tais circunstâncias.

A pontuação da assertividade e autoconfiança das mulheres apontadas foi de 11 pontos. São empreendedores que ambicionados pela autonomia, conservam a sua autoconfiança e o otimismo para combater os desafios a serem enfrentados. Aqui se deve citar que, as mulheres vieram de um papel desenhado e enraizado de que são donas de casa, submissas aos pais e marido, sem nenhuma ideia de que poderiam alcançar seus sonhos e objetivos. Historicamente, este cenário pode atingir e atrapalhar sua autoconfiança.

A natureza de correr riscos moderados foi mencionada com apenas 10 pontos, a única característica que ficou apontada como Perfil médio inferior. Aqui, o empreendedor analisa e calcula seus riscos, para que eles possam ser reduzidos e controlados dentro da organização. As empresárias devem desenvolver o ato de executar as tarefas mais arriscadas, as mais desafiantes.

5. Considerações Finais

O objetivo dessa pesquisa foi descrever o perfil das mulheres empreendedoras filiadas ao Núcleo da mulher empresária na cidade de Cascavel- PR.

Foram entrevistadas 12 mulheres empresárias filiadas ao Núcleo da mulher empreendedora de Cascavel- PR. A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário elaborado pelo SEBRAE com 85 afirmações, sobre as quais as pesquisadas necessitaram posicionar-se.

Os resultados apontam que as estudadas se enquadram no que se acredita ser o Perfil Médio Empreendedor. Segundo o autor da teoria McClelland (1972) essas mulheres atingiram a pontuação mínima para serem descritas como empreendedoras. As características mais pronunciadas na análise foram: “Exigência de qualidade”, “Cumprimento de Contratos de Trabalho”, “Resolução de Problemas”, e “Monitoramento”. No entanto, os atributos que menos foram pronunciados, aos quais é necessário que essas mulheres trabalhem para desenvolve-las foram: a “Assertividade”, “Autoconfiança” e a “Capacidade de correr riscos moderados”.

As demais características como “Iniciativa”, “Persistência” e “Planejamento Sistemático” ainda possuem um valor Médio para baixo e as aptidões como “Busca oportunidades”, “busca informações”, “Orientação para Eficiência”, “Orientação para Objetivos”, “Uso da estratégia de influência”, “Preocupação com Gestões Financeiras” apresentaram um Perfil Médio.

A pergunta problema que essa pesquisa pretendeu responder foi: Com relação ao empreendedorismo feminino, qual o perfil da mulher empreendedora na cidade de Cascavel- PR? A resposta para essa pergunta é que o perfil das mulheres empreendedoras na cidade de Cascavel-PR é um Perfil Empreendedor Médio. Apesar de algumas características necessitarem de aperfeiçoamento. Para visão geral as empreendedoras filiadas ao Núcleo da mulher empresária apresentam Perfil Empreendedor Médio.

Conclui-se finalmente que os objetivos dessa pesquisa foram cumpridos e a pergunta problema foi adequadamente respondida.

Propõe-se para trabalhos futuros que sejam criados grupos setoriais e que as mulheres empreendedoras sejam entrevistadas por ramo de atividade, para obter uma ideia mais apurada de quais perfis são desenvolvidos em cada setor da economia da cidade.

REFERÊNCIAS

CHIAVENATO. I. **Empreendedorismo**: dando asas ao espírito empreendedor. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo: transformando idéias em negócios**. – 7 ed. – São Paulo: Empreende, 2018

GOMES, A. F. **O perfil empreendedor de mulheres que conduzem seu próprio negócio**: um estudo na cidade de Vitória da Conquista, Bahia. Revista Alcance – UNIVALI – 2004.

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR – GEM. **Empreendedorismo no Brasil** (2000). Curitiba: IBPQ, 2000

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR – GEM. **Empreendedorismo no Brasil** (2007). Curitiba: IBPQ, 2007

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR – GEM. **Empreendedorismo no Brasil** (2009). Curitiba: IBPQ, 2009

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR – GEM. **Empreendedorismo no Brasil** (2014). Curitiba: IBPQ, 2014

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR – GEM. **Empreendedorismo no Brasil** (2016). Curitiba: IBPQ, 2016

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR – GEM. **Empreendedorismo no Brasil** (2018). Curitiba: IBPQ, 2018

HISRICH, R. D.; PETERS, M. P.; SHEPER, P. D. **Empreendedorismo**. 9. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

MACHADO, H. V. **Identidade de Mulheres Empreendedoras**. Eduem. Maringá 2009,

MARIANO, S.; MAYER, V. F. **Empreendedorismo: fundamentos e técnicas para criatividade**. Rio de janeiro: LCT, 2011.

MCCLELLAND, D. **A sociedade competitiva: realização e progresso social**. Rio de janeiro: Expressão e Cultura, 1972.

MIRANDA, C. M. S. **Empreendedorismo feminino na universidade regional de Blumenau**. 2007. 138f. Dissertação (Mestrado em administração) – Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2007.

EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – EPIS: ESTUDO DE CASO NA INDUSTRIAL C.F. LTDA NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL – PARANÁ

Joao Vitor Sousa¹
Sandro Ricardo Busato²

Resumo: Este artigo avalia o nível de conscientização do uso de Equipamentos de Proteção Individual – EPIs, no ambiente de trabalho por parte dos colaboradores da área industrial da C.F. Ltda no município de Cascavel – Paraná. Os empregadores têm deveres quanto ao fornecimento e uso de EPIs, equipamento que protege o usuário contra riscos à saúde ou segurança no trabalho. Tornar o local de trabalho seguro inclui fornecer instruções, procedimentos, treinamento e supervisão para encorajar os colaboradores a trabalhar com segurança e responsabilidade. Trata-se de uma pesquisa descritiva, utilizou-se a pesquisa *survey* que indicam o uso de EPI pelos colaboradores da empresa objeto de estudo. Constatou-se, em relação a esse aspecto, tem-se em mente que a empresa objeto de estudo está emergindo em uma nova cultura, refletida pela capacidade dos seus colaboradores em entender a relevância do uso de EPIs, é não aquele pensamento que nunca sofrerão acidentes.

Palavras-chave: Acidente de trabalho, Equipamento de proteção individual, Normas NR-6, Segurança no trabalho.

1. Introdução

O entendimento de trabalho humano é de que existem várias atividades a serem desenvolvidas. Porém diante disso as pessoas são remuneradas por executar as devidas atividades atribuídas ao empregador. Essas atividades são utilizadas como um meio de sustento. Para Tolfo e Bahry (2007), afirmam que o “trabalho” implica na capacidade do homem transformar a natureza, tem como finalidade criar valores de uso, e o “emprego” associam-se a conjuntos de atividades remuneradas e à ocupação, dentro de estruturas formais.

Para que o trabalho tenha organização eficiente existe a hierarquia entre líderes e supervisores que coordenam, supervisionam as equipes aos trabalhos destinados com segurança. A segurança no trabalho é conceituada como meios aplicados que visa à proteção de empregados de possíveis acidentes, doenças ocupacionais (integridade e a capacidade), com objetivo, de combater, controlar os riscos potenciais de acidentes. De acordo com Pinheiro (2012), a segurança do trabalho é entendida por um conjunto de

¹ Acadêmico do Curso Administração - Centro Universitário UNIVEL

² Orientador: Professor Mestre em Administração do Curso de Administração – Centro Universitário UNIVEL.

medidas adotadas que visa minimizar acidentes de trabalho, doenças ocupacionais, e proteger a integridade e a capacidade de trabalho do colaborador. Neste sentido, equipamentos de segurança são introduzidos no dia a dia das empresas e são chamados de EPI's (equipamentos de proteção individual) e ou EPC's (equipamentos de segurança coletivo), assim, os EPI's, são responsáveis por promover proteção e garantir segurança contra os riscos da saúde ou integridade física, já os EPC's são aplicados nas máquinas e processos de trabalho dos colaboradores.

Neste contexto, acidentes de trabalho são evitáveis e causam impacto na produtividade e a economia, além de sofrimento ao acidentado. Sob este enfoque Sá *et al.*, (2016), descrevem que lei nº 8.213/91 estabelece que o acidente de trabalho se caracteriza por uma ocorrência que decorre do exercício de atividade laborativa a serviço da empresa que resulta em lesão corporal ou perturbação funcional, que pode ocasionar na morte, perda ou redução permanente ou temporária da capacidade para o trabalho.

Já Alves (2013), descreve que no Brasil, a segurança no trabalho é definida por normas e leis e descrita como Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho - SESMT, regulamentada em uma portaria do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, norma regulamentadora nº 4 (NR-4), além das convenções internacionais da Organização Internacional do Trabalho – OIT.

A segurança do trabalho é considerada uma ciência, um conjunto de normas, atividades, medidas e ações preventivas praticadas na melhoria, segurança dos ambientes e campos de trabalho. Também é relacionada com estudos da prevenção de doenças ocupacionais e acidentes de trabalho (OLIVEIRA, 2018).

Sendo assim, a proposta deste artigo é avaliar a conscientização do uso de Equipamentos de Proteção Individual – EPIs, no ambiente de trabalho por parte dos colaboradores da área industrial da C.F. Ltda no município de Cascavel – Paraná.

O presente estudo está composto de cinco seções, incluindo esta Introdução. A segunda seção é dedicada ao resgate das bases teóricas da pesquisa, ao passo que a terceira apresenta a metodologia. Os resultados empíricos obtidos na pesquisa e discutidos na seção subsequente. A quinta seção sumaria as principais considerações finais.

2. Desenvolvimento

2.1. Conceito de Trabalho

O trabalho existe para que pessoas criem metas e possam alcançar objetivos próprios, ou seja, através do esforço no trabalho as pessoas podem imprimir sua marca, o seu registro. O atual momento do mercado é caracterizado pela competitividade e da demanda por profissionais qualificados e hábeis para darem conta dos desafios, e a qualidade de vida nesse momento afigura-se como necessidade, resposta do indivíduo e estratégia gerencial da organização a atrair e a reter colaboradores (MONTEIRO *et al.*, 2011).

Como destaca Kon (2012, p.7), o conceito de pleno emprego, em economia, tem como “base uma situação em que não existe qualquer forma de desperdício, seja do capital ou do trabalho. O pleno emprego significa a utilização da capacidade máxima de produção da sociedade e, evidentemente, deve ser utilizada para elevar a qualidade de vida da população”.

De acordo com Oliveira *et al.*, (2012, p.150), é nossa posição “que a ressignificação do conceito de trabalho, na modalidade auto emprego, está vinculado a categorias, associadas a valores, disponibilizadas pela sociedade para entender trabalho como emprego. O(s) significado(s) de trabalho evocam, portanto, diferentes ideologias.”

2.2. Saúde no trabalho

Conforme a análise de Rebouças Oliveira *et al.*, (2010, .487), a empresa disponibiliza um documento chamado formulário de solicitação de serviços para solicitar e priorizar a manutenção e/ou adequação do ambiente físico de trabalho às condições adequadas à saúde e segurança dos colaboradores.

O Brasil tem passado por transformações com reflexos nas áreas de segurança e saúde no trabalho. O passivo com acidentes de trabalho e indenizações não recebeu a devida atenção, e agora é uma preocupação estratégica das empresas e do país (PEIXOTO, 2010).

Em concordância com Chagas *et al.*, (2012, p.84), dizem que “a reestruturação da formação em saúde e a segurança do trabalho é o estímulo a capacitação e a educação continuada dos colaboradores, além da promoção de agendas integradas a pesquisas de segurança e saúde no trabalho”. Segundo Ferreira *et al.*, (2014), afirmam que as

empresas contratante adotaram providências necessárias para acompanhar o cumprimento e as medidas de segurança e saúde no trabalho. O fato que as pessoas são o mais importante para o sucesso empresarial, faz com que a saúde no trabalho se torne um conjunto de ferramentas fundamentais para garantir as adequadas condições de segurança e saúde nas organizações (SÓLIDES, 2020).

Em conformidade com Peixoto (2010, p.64), que salienta que o despertar o interesse dos colaboradores pela prevenção de acidentes, doenças ocupacionais e estimulá-los a adotar comportamento preventivo durante o trabalho. Quando um funcionário é admitido, a percepção que ele tiver do ambiente físico e social encontrado o influenciará no comportamento cotidiano (OLIVEIRA, 2010).

Segundo Santos (2010, p.21), a experiência tem demonstrado que se o trabalhador for levado a compreender que o EPI é um objeto bom para si, destinado a protegê-lo, mudará de atitude, passando a considerá-lo como algo de sua estima e, nesse caso, as perdas ou danos por uso inadequado tendem a desaparecer.

2.3. Segurança no trabalho

Segundo Oliveira *et al.*, (2010), afirmam que a segurança no trabalho é uma cultura corporativa com intuito de rapidamente torna-se uma arma a favor dos negócios. A segurança do trabalho pode ser entendida como “o conjunto de medidas adotadas a minimizar acidentes, doenças ocupacionais, bem como proteger a integridade e a capacidade de trabalho das pessoas envolvidas” (PEIXOTO, 2010, p.15).

Já Chagas *et al.*, (2012), afirmam que a efetiva garantia de mecanismos de promoção, proteção e prevenção na área de saúde e segurança no trabalho passa por entender e articular as várias políticas de modo a constituir um efetivo sistema de proteção social no Brasil. De acordo com Alves (2013, p. 14), demonstra que os funcionários devem “cumprir as determinações da Segurança do Trabalho sobre o uso adequado, guarda e conservação do EPI”.

Em conformidade com Ferreira *et al.*, (2014, p.9), a segurança do trabalho está inserida nestes novos tempos, “principalmente em empresas produtivas, organizadas e modernas. Mas a caminhada ainda é longa, pois estamos no início do processo que, além de técnico, tem o lado cultural, a preocupação com a saúde dos colaboradores não é uma referência padrão”. Para Oliveira *et al.*, (2010 p. 486), uma das principais atividades executadas no departamento de recursos humanos são: “treinamentos relativos à

prevenção de acidentes, implantação, acompanhamento dos programas de prevenção de acidentes e doenças ocupacionais”. Segundo Oliveira *et al.*, (2010), dizem que no caso específico do setor de segurança do trabalho, são tratados riscos operacionais, medidas de prevenção de acidentes, direito de recusa quando não há condições técnicas, físicas ou emocionais ao trabalho, controle uso dos equipamentos de proteção coletiva e individual, e as normas de segurança.

2.3.1. Norma Regulamentadora de Equipamento de Proteção Individual

Segundo Peixoto (2010), a NR 6 – Equipamentos de Proteção Individual – EPI: Estabelece e define os tipos de EPI a que as empresas estão obrigadas a fornecer aos seus empregados, sempre que as condições de trabalho exigirem, a fim de resguardar a saúde e a integridade física dos trabalhadores.

Quando esgotados os meios conhecidos na eliminação do risco e este persistir, mesmo reduzido, a utilização, pelo colaborador, de Equipamentos de Proteção Individual - EPI, de acordo com o que determina a NR 06, desde que a concentração, a intensidade ou característica do agente, assim o exija (FERREIRA, *et al.*, 2014). Segundo Chagas *et al.*, (2012 p. 36), visa que, a “NR-6 concede competência as Regionais do Trabalho e Emprego em embargar, interditar estabelecimentos, setores de serviço, máquinas ou equipamentos, caso se verifique o iminente risco de ocorrer lesão significativa à integridade física do colaborador”.

Para Alves (2013), complementa que, o não cumprimento da NR-6 poderá acarretar aos infratores ações de responsabilidade cível e penal, além de multas. Para Ferreira *et al.*, (2014), afirmam a necessidade de indicar, solicitar e inspecionar equipamentos de proteção contra incêndio, recursos audiovisuais e didáticos e outros materiais considerados indispensáveis, de acordo com a legislação vigente, com qualidade e especificações técnicas recomendadas. Segundo Alves (2013 p.14), cita que as empresas devem “viabilizar a confecção dos Manuais de Equipamento de Proteção Individual da Unidade, sempre que solicitado pela Segurança do Trabalho”. De acordo com Chagas *et al.*, (2012), definem que a legislação nacional deve determinar a adoção de medidas que previnam e limitem os fatores de risco ambientais no local de trabalho, privilegiando as medidas de proteção coletivas em detrimento das individuais (como o uso de equipamentos de proteção individual).

3. Metodologia

Com base na literatura estudada neste artigo, algumas hipóteses a respeito dos fatores que influenciam a interpretação individual do termo segurança no trabalho podem ser desenvolvidas. A pesquisa é de natureza descritiva visa descrever a realidade, consiste em observar, analisar, classificar e interpretar fatos, dados ou situações, da forma e no local em que acontecem. O presente estudo é uma pesquisa qualitativa, o estudo evidencia discussões densas frente às questões que envolvem a pesquisa qualitativa e quantitativa, assim como, a possibilidades de alternativas a essas duas abordagens, objetivando contribuir com os processos investigativos (SOUZA *et al.*, 2017).

Considerando, aspectos apresentados no estudo, optou-se pelo enfoque teórico, baseado em recursos, aspectos sociais, comportamentais, psicológicos e econômicos do processo do uso dos Equipamentos de Proteção Individual -EPI, encontra-se previsto nas Leis de Consolidação do Trabalho (CLT) e regulamentado pela NR-6 do Ministério do Trabalho e Emprego, sendo o mesmo, segundo a legislação vigente, obrigatório (TAVARES, 2009).

Para captar em profundidade informações referentes ao ambiente da empresa objeto de estudo, foi desenvolvido um roteiro semiestruturado para aplicação dos questionários, apenas como apoio, de modo a propiciar maior liberdade e flexibilidade no tratamento das questões.

Trata-se de uma pesquisa de levantamento ou *Survey*. A amostra de pesquisa atingiu aproximadamente 90% do universo dos colaboradores da empresa, totalizando 80 questionários. Os resultados não podem ser generalizados, por não se tratarem de amostra aleatória, mas sendo de corpus considerável, permitem conclusão significativa.

A operacionalização ocorreu através de questionamentos assertivos, mesclados e submetidas à avaliação do respondente com perguntas fechadas, adaptado do artigo de Bohn (2017), entre julho/2020 a setembro/2020, entregues pessoalmente e distribuídos da seguinte maneira, conforme quadro 1:

Quadro 1 – Distribuição do questionário.

Equipes da área industrial	Meio	Tempo Estimado
A	Intervalo (Almoço)	Das 11:30 às 12:00hs
B	Intervalo (Almoço)	Das 12:30 às 13:00hs
C	Intervalo (Almoço)	Das 11:30 às 12:00hs
D	Treinamento	Encerramento
Segurança no Trabalho	Treinamento	Encerramento

Fonte: Elaborado pelo autor do estudo (2020).

Posteriormente a coleta das informações, irá iniciar-se a tabulação dos dados por meio do *Microsoft Excel®* 2010, em seguida foi realizado o procedimento de análise qualitativa, primeiramente, o perfil dos colaboradores da área industrial da empresa objeto de estudo. Na sequência, apresenta-se as questões 5,6,7,8, foram inseridas integralmente ou adaptadas ao estudo.

4. Resultados

4.1.1. Identificação do perfil dos colaboradores

Neste tópico, foi traçado o perfil da amostra dos colaboradores da área industrial da C.F. Ltda no município de Cascavel – Paraná em relação à matriz: Gênero, Estado Civil, Faixa Etária, Renda, se constitui uma forma de permitir a visualização das características prevalentes dos respondentes da amostra, conforme exposto no quadro 2:

Quadro 2 – Perfil da amostra.			
	Perfil	Fa	Fr (%)
Gênero	Feminino	25	31,25
	Masculino	55	68,75
Estado Civil	Casada (o)	62	77,50
	Solteira (o)	15	18,75
	Separada (o)	3	3,75
	Divorciada (o)	0	0,00
	Viúva (o)	0	0,00
Faixa Etária	Acima de 16 anos	0	0,00
	Entre 18 e 25 anos	13	16,25
	Entre 26 e 33 anos	42	52,50
	Entre 34 e 41 anos	22	27,50
	Entre 42 e 49 anos	2	2,50
	Acima de 50 anos	1	1,25
Escolaridade	Fundamental incompleto	0	0,00
	Fundamental completo	0	0,00
	Médio incompleto	2	2,50
	Médio completo	43	53,75
	Superior incompleto	10	12,50
	Superior completo	25	31,25
	Outros	0	0,0

Fonte: Questionário aplicado (2020).

Os respondentes da pesquisa apresentam-se, na maioria (68,75%) do gênero masculino e (31,25%) do gênero feminino. A primeira observação que em relação ao

gênero é a consolidação da presença feminina em uma indústria. A maioria (77,50%) dos participantes é casada. Quanto ao nível de escolaridade, 53,75% possuem ensino médio completo e 31,25% nível superior completo. São, portanto, amostra de estudo possui um bom nível de instrução. Com relação à faixa etária, a maioria dos colaboradores está na faixa de 26 a 33 anos (52,50%). Enquanto a menor parcela dos colaboradores encontra-se entre 18 a 25 anos (16,25%), comprovando que a empresa objeto de estudo tem a inclusão à diversidade a profissionais jovens.

O nível de conscientização do uso de EPI e outros aspectos da segurança do trabalho de acordo com NR-6

Esta seção descreve e avalia o nível de conscientização do uso de EPI e outros aspectos da segurança do trabalho de acordo com NR-6 no ambiente de trabalho por parte dos colaboradores da área industrial da C.F. Ltda no município de Cascavel – Paraná.

O quadro 3, a seguir apresenta características dos colaboradores da empresa em relação a suas atividades remuneradas:

Quadro 3 – As atividades remuneradas.

5) Com relação a suas atividades remuneradas, assinale a opção que corresponde a sua realidade:	Fa	Fr
Esse local é o meu único local de trabalho. Não tenho outra atividade remunerada, fonte de renda ou emprego.	80	100
Tenho outro emprego como profissional da indústria.	0	0
Tenho outra atividade remunerada ou fonte de renda, porém não como profissional da indústria.	0	0

Fonte: Questionário aplicado (2020).

Observa-se no quadro anterior, que a maioria (100%) dos respondentes tem como atividade remunerada apenas a empresa objeto de estudo, ou seja, entende-se como um vínculo empregatício, os quais estão amparados pelas leis trabalhistas, e assim, aplicação por parte da empresa a obrigação de fornecer EPIs adequados ao risco das atividades, conforme Norma NR- 6, e em perfeito estado de conservação e funcionamento.

No que se diz respeito às informações a acidente de trabalho na empresa, foi solicitado ao respondente informar em relação ao período de janeiro/2020 a junho/2020, conforme quadro 4:

Quadro 4 – Acidente de trabalho na empresa objeto de estudo.

6) Sobre acidente de trabalho que atente a sua integridade física:	Fa	Fr
Já sofri acidente trabalho no desempenho das minhas atividades neste local de trabalho e atentou a minha integridade física. Para este acidente foi aberta comunicação de acidente em serviço.	5	6,25
Já sofri acidente trabalho no desempenho das minhas atividades neste local de trabalho e atentou a minha integridade física. Para este acidente NÃO foi aberta comunicação de acidente em serviço.	0	0
Nunca sofri acidente de trabalho no local que executo minhas atividades.	75	93,75

Fonte: Questionário aplicado (2020).

Constatou-se que 93,75% dos respondentes não sofreram acidentes de trabalhos quando exerciam suas atividades no 1º Bimestre/2020. Já 6,25% dos respondentes sofreram acidentes de trabalho, neste caso, a empresa foi obrigada através da Comunicação de Acidente de Trabalho – CAT, reconhecer o acidente de trabalho, e notificar a Previdência Social de forma que o colaborador consiga o benefício auxílio-doença acidentário e de garantir benefícios de quem foi vítima de acidente de trabalho. Quanto ao uso dos EPIs, observou-se que itens disponibilizados pela empresa para área industrial são: Botas, luvas, mangotes, óculos, protetores auriculares, respiradores descartáveis ou reutilizáveis e vestimentas térmicas, assim, foram questionados em relação ao uso desses EPIs, conforme quadro 5:

Quadro 5 – Uso de EPIs na empresa objeto de estudo.

7) Por que eu uso esses EPIs?	Fa	Fr
Porque o empregador manda.	0	0
Porque a lei ou norma determina.	6	7,50
Porque tenho consciência dos riscos que estou exposto no trabalho.	74	92,50

Fonte: Questionário aplicado (2020).

Em relação ao quadro anterior, dados indicam que os colaboradores (92,50%) tem consciência dos riscos que suas atividades o expõem, e (7,50%) utilizam-se dos EPIs pela exigência da sua atividade e estão regidas pelas Normas NR-6. Isso demonstra, também, o conhecimento, por parte dos colaboradores das normas de segurança e do comprometimento da empresa em orientá-los para as questões básicas de segurança.

E por fim, em relação ao nível de consciência ao uso de EPIs e as Normas N-6, os respondentes foram induzidos a responder questões de V (Verdadeiro) e F (Falso), conforme quadro 6:

Quadro 6 – Relação aos EPIs (Conhecimento da NR-6).

8) Ainda com relação aos EPIs (Conhecimento da NR-6), assinale: V (Verdadeiro) e F (Falso):	V	F
() O fornecimento do EPI é dever do empregador e o seu custo pode ser cobrado do trabalhador.	0	80
() O fornecimento do EPI é dever do empregador e o seu custo NÃO pode ser cobrado do trabalhador.	80	0
() O fornecimento do EPI é de responsabilidade do trabalhador.	0	80
() Uma vez recebido o EPI, o trabalhador NÃO tem obrigações para a conservação do mesmo.	80	0
() O uso do EPI é uma opção do trabalhador, ou seja, ele usa o que quiser e se quiser.	0	80
() A falta do uso de EPI pode ser punida com medidas disciplinares.	80	0
() O dever é mútuo, pois o empregador deve fornecê-los e o trabalhador deve usá-los.	80	0

Fonte: Questionário aplicado (2020).

No quadro anterior, observa-se o nível de consciência dos respondentes em relação ao uso dos EPIs e das Normas NR 6, o fornecimento de EPI's aos colaboradores demonstrou a expressiva tendência e do comportamento da empresa devido às exigências e normas legais, obrigando-a fornecer os EPIs necessários, de acordo com cada função, conforme especificado pela Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT e principalmente pela NR 6.

5. Considerações Finais

Compreender o fenômeno da segurança do trabalho continua sendo um desafio para as pesquisas de campo da ciência da administração. Este estudo procurou compreender melhor o nível de conscientização do uso - EPIs no ambiente de trabalho por parte dos colaboradores da área industrial da C.F. Ltda no município de Cascavel – Paraná.

Em relação a esse aspecto, tem-se mente que a empresa objeto de estudo está emergindo em uma nova cultura, refletida pela capacidade dos seus colaboradores em entender a relevância do uso de EPIs, é não aquele pensamento que nunca sofrerão acidentes.

Apesar de os questionamentos sobre o nível de conscientização do uso - EPIs no ambiente de trabalho por parte dos colaboradores, priorizou-se questões como: conhecimento, obrigatoriedade de uso, importância, utilização de EPIs, em sua maioria os respondentes compreendem da importância do uso do EPIs, “É importante porque nós

protege e evita acidentes.” Por fim, a recomendação é de que a empresa objeto de estudo invista cada vez mais em capacitação/treinamento quanto a segurança do trabalho, enfatizando a obrigatoriedade da observação das normas NR-6 e do uso de EPIs.

REFERÊNCIAS

ALVES, Teresa Cristina. **Manual de equipamento de proteção individual**. 2013 1º edição Embrapa Pecuária Sudeste, São Carlos, SP. Disponível em: <<http://www.cppse.embrapa.br/sites/default/>>. Acesso em 01 mai. 2020.

BOHN, Fernando Joo. **Avaliação do uso de EPIs e segurança do trabalho por auxiliares e técnicos de enfermagem da atenção básica**. 2017. Disponível em: <http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/8952/1/ctceestxxxiii201720.pdf>. Acesso em 02 mai.2020.

CHAGAS, Ana Maria de Resende; SALIM, Celso Amorim; SERVO, Luciana Mendes Santos. **Saúde e segurança no trabalho no Brasil: aspectos institucionais, sistemas de informação e indicadores**. 2012. Disponível em: <http://www.fundacentro.gov.br/biblioteca/biblioteca-digital/publicacao/detalhe/2014/1/saude-e-seguranca-no-trabalho-no-brasil-aspectos-institucionais-sistemas-de-informacao-e>. Acesso em: 24 de abr. 2020.

FERREIRA, Peixoto Nevertton. **Segurança do trabalho I: Rede e-tec brasil**. Colégio técnico industrial ufsm. 2014. Disponível em: https://www.ufsm.br/unidades-universitarias/ctism/cte/wp-content/uploads/sites/413/2018/11/03_seguranca_trabalho_1.pdf. Acesso em: 09 abr.2020.

KON, Anita. **Pleno emprego no Brasil: interpretando os conceitos e indicadores**. Revista Economia & Tecnologia (RET), V. 8, Número 2, p. 5-22, Abr/Jun 2012. Disponível em:< file:///C:/Users/vitor/Downloads/28159-103249-1-PB.pdf> Acesso em: 21 de Abril de 2020.

MONTEIRO, E. M. A.; DINIZ, F. J. L. S.; LIMONGI-FRANÇA, A. C.; CARVALHO, J. V. F. **O impacto da qualidade de vida no trabalho (QVT) no faturamento das indústrias metalúrgicas do Estado do Pará**. Revista de Administração da UEPG, v. 2, n. 1, p. 18-33, 2011.

OLIVEIRA, Ana Flavia. **O que é segurança do trabalho?** 2018. Disponível em: <https://beecorp.com.br/blog/seguranca-do-trabalho/>. Acesso em: 15 mar. 2020.

OLIVEIRA, Maria do Carmo Leite; SILVEIRA, Sonia Bittencourt. **Linguística aplicada das profissões**. Revista Veredas Files, v. 16 nº1, 2012. Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2012/10/artigo-Sonia-e-Carmoversao-finalformatado.pdf>. Acesso em: 21 de Abr. de 2020.

OLIVEIRA, Otávio José de; OLIVEIRA, Alessandra Bizan de; ALMEIDA, Renan Augusto de. **Gestão da segurança e saúde no trabalho em empresas produtoras de baterias**

automotivas: um estudo para identificar boas práticas. Revista Produção, v. 20, n. 3, jul./set. 2010, p. 481-490. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/prod/v20n3/aop_t600040058.pdf. Acesso em: 04 abr. 2020.

PEIXOTO, Nevertton Hofstadler. **Segurança no trabalho.** Curso técnico em automação industrial: segurança do trabalho. 3ª Edição. Santa Maria : Universidade Federal de Santa Maria : Colégio Técnico Industrial de Santa Maria, 2010. Disponível em: <http://redeetec.mec.gov.br/images/stories/pdf/eixoctrlprocindust/tecautomind/segtrab/161012segdotrab.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2020.

PINHEIRO, Cleber de Souza. **Introdução a Segurança no trabalho.** Caderno de Cursos Profissionalizantes em Técnico de Segurança de Trabalho. 2012. Disponível em: [http://www.ifcursos.com.br/sistema/admin/arquivos/14-30-04-apostilaintroducao segurancadotrabalho.pdf](http://www.ifcursos.com.br/sistema/admin/arquivos/14-30-04-apostilaintroducaosegurancadotrabalho.pdf). Acesso em: 10 mar. 2020.

RODRIGUES, Claudinei José Pinto. **Noções básicas de higiene e segurança do trabalho.** Apostila da disciplina Noções Básicas de Higiene e Segurança do Trabalho, do Campo Geral, do Curso de Formação de Cabos. Ed. Única 2017. Disponível em: https://www2.fab.mil.br/ear/images/cfc/cfccg_nocoebasicas.pdf. Acesso em: 25 de Abr de 2020.

SOUZA, Kellcia Rezende, KERBAUY, Maria Teresa Miceli. **Abordagem quantitativa: superação da dicotomia quantitativa-qualitativa na pesquisa em educação.** Disponível em: <file:///C:/Users/vitor/Downloads/29099-Texto%20do%20artigo-168500-1-10-20171128.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2020.

SÁ, Ana Carolina Micheletti Gomide Nogueira de; GOMIDE, Maíra Helena Micheletti; SÁ, Antônio Tolentino Nogueira de. **Acidentes de trabalho suas repercussões legais, impactos previdenciários e importância da gestão no controle e prevenção:** revisão sistemática de literatura. Revista Médica de Minas Gerais, v. 26, n.1825, 2017. Disponível em: <http://www.rmmg.org/artigo/detalhes/2346>. Acesso em: 11 mar. 2020.

SANTOS, Marcimília Santana. **Uso do EPI sob o ponto de vista da administração e dos operários da construção civil em feira de Santana.** 2010. Disponível em: <http://civil.uefs.br/documentos/marcimilia%20santana%20dos%20santos.pdf>. Acesso em 25 de Abr de 2020.

SÓDELIES, Rh Inteligente. **Como manter a saúde no trabalho? Veja os cuidados.** Blog, 2020. Disponível em: < <https://blog.solides.com.br/manter-saude-no-trabalho/> > Acesso em: 24 de Abr. de 2020.

TAVARES, Cláudia Régia Gomes. **Segurança do trabalho.** Caderno do curso técnico em segurança do trabalho. 2009. Disponível em: http://redeetec.mec.gov.br/images/stories/pdf/eixoamsaudeseguranca/seguranca/segtrabalho/291012_seg_trab_a10.pdf. Acesso em: 11 mar. 2020.

TOLFO, Suzana da Rosa; BAHRY, Carla Patricia. **Os Significados do Trabalho e do Emprego para Profissionais Bancários.** I Encontro de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho, Nata – RN, 13 a 15 de junho de 2007. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/ENGPR306.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2020.

ESTUDO DE CASO NOVA AURORA - PR: A EFICIÊNCIA NO TRANSPORTE PÚBLICO ESCOLAR

Luiz Eduardo de Andrade¹

Janaina Kriguer²

Resumo: O objetivo desta pesquisa feita demonstrar os resultados ocorridos na reestruturação feita na gestão do sistema do transporte escolar na cidade de Nova Aurora, no oeste do Paraná procurando avaliar os métodos e benefícios operados dentro dessa reestruturação, os cortes de gastos feitos no município e as análises de dados dos últimos três anos do sistema escolar. Foi utilizado as pesquisas descritivas e explicativa, a coleta de dados através da análise de discurso e também a pesquisa qualitativa. Na comparação do sistema do transporte escolar nos últimos anos, foi possível concluir que, houve uma grande diminuição de gastos na gestão do transporte escolar, embora com o passar do ano ainda continuou crescendo a economia capital de gastos, o que indica que a reestruturação foi bem imposta no transporte público escolar municipal.

Palavras-chave: Transporte escolar. Reestruturação. Nova Aurora – PR. Gestão pública.

1. Introdução

Todos alunos matriculados diante de uma escola tem o direito de utilizar o transporte escolar, e isso está garantido na Constituição Federal de 1988 presente no Art. 208, na Constituição Estadual do Paraná presente no Art. 179, e também, esses direitos vêm exercido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96, com acréscimos na Lei nº 10.709/2003), que prevê o direito dos alunos ao uso, mediante as obrigações em escolas estaduais (Art.10) e escolas municipais (Art.11).

O Governo Federal e o Estado proporcionam vários programas benéfico ao sistema, mas, mesmo com todos esses direitos educacionais sobre o transporte escolar para os alunos ainda há burocracia neste sistema, com o contexto em que essa pesquisa foi desenvolvida é a cidade de Nova Aurora (PR).

A cidade de Nova Aurora, fica localizada no oeste do Paraná e tem, segundo o IBGE - 2019, 10 472 habitantes, tendo o transporte escolar de responsabilidade do próprio município, sendo somente de utilização rodoviária, tendo 10 ônibus escolares em circulação, 9 micro-ônibus escolares em circulação, e 3 ônibus escolares reservas, sendo transportado por dia 649 alunos de escolas municipais e escolas estaduais, nos períodos matutino, vespertino e noturno. Transportando em 44 rotas nos períodos matutino,

¹ Formando do curso de Administração do Centro Universitário UNIVEL – 2020.

² Mestre em Administração pela PUC/PR – Professora Orientadora.

vespertino e noturno, sendo percorridos 1.559,40 Km/dia pelos veículos escolares, os mesmos também são utilizados para eventos culturais municipais, sendo no próprio município ou na região.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar os efeitos que a reestruturação realizada no ano de 2017 provocou no sistema de transporte escolar na cidade de Nova Aurora - PR. Para tanto, os objetivos específicos foram: (a) descrever a situação do transporte escolar antes da reestruturação; (b) apontar as ações realizadas no sistema; (c) descrever os efeitos das ações realizadas no contexto do transporte escolar; e, finalmente, (d) demonstrar os efeitos econômicos e financeiros da reestruturação.

O tema dessa pesquisa é a eficiência no transporte público escolar do município de Nova Aurora – PR e a pergunta problema que se pretende responder é: Quais os efeitos provocados pela reestruturação do sistema do transporte escolar na eficiência da gestão do sistema na cidade de Nova Aurora - PR?

A pesquisa tem o objetivo demonstrar a reestruturação que ocorreu em 2018 no sistema do transporte escolar e analisar a eficiência que ocorreu no sistema do transporte escolar da cidade de Nova Aurora - PR estava sendo gerenciado de maneira ineficiente, identificando problemas como: rotas sem necessidades, lotação acima do permitido dentro dos ônibus escolares, ônibus escolares em tempo excessivo de conserto devido ao excesso de rotas em circulação ocasionando estragos, e também a utilização exagerada de pneus e combustível por excesso de rotas inadequadas, entre outros.

Para melhorar a distribuição de alunos por rotas, os responsáveis, aderiram a uma reestruturação no sistema do transporte escolar, organizando completamente o sistema, o que acarretou em discussões, na qual, os pais ou responsáveis de alunos se sentiram em prejuízo diante do novo sistema, mas, depois de muitas explicações, diante das Leis em que o sistema seguia, começaram a entender e se adaptar a gestão.

2. Desenvolvimento

2.1 Transporte Escolar

O transporte escolar corresponde ao serviço ofertado aos alunos da rede pública de ensino, para deslocamento entre o seu local de residência e a escola na qual estuda, permitindo o acesso à educação e a frequência escolar (Lopes et al, 2008, p.74).

Para resultado desta pesquisa, considera-se transporte escolar como aquele oferecido pelo poder público, gratuitamente, em veículos exclusivos destinados para o transporte escolar de alunos residentes em áreas rurais ou em grandes distâncias de sua escola. Neste conceito, o transporte escolar é fundamental para facilitar o acesso, e também, a permanência dos alunos nas escolas, contribuindo para o desenvolvimento da educação nacional, pois, além de melhorar a frequência escolar das escolas, faz com que eles permaneçam no ambiente de estudo, sendo um dos direitos mais relevantes do aluno da zona rural e longes da cidade.

2.2 Como deve ser o Transporte Escolar

O transporte escolar possui todo um aparato legal para garantir aos estudantes meios de acesso as escolas. Leis específicas, diretrizes e programas governamentais garantem a todos que necessitam o direito de transporte público escolar gratuito e de qualidade, para acesso à sua educação.

O Código de Trânsito Brasileiro menciona os requisitos que o transporte deve oferecer, tanto em menção ao veículo quanto ao motorista que irá conduzir, para que o serviço seja prestado de forma segura e com qualidade. Os veículos escolares somente podem circular com autorização dos poderes estaduais de trânsito, tendo o registro como veículo de passageiros; tacógrafo; nomenclatura indicando ser veículo escolar; cintos de segurança em número igual à lotação; entre outros (BRASIL, 1997). Os motoristas dos veículos destinados à conduzir o veículos escolares devem ter carteira de habilitação na categoria “D”; idade superior a 21 anos; não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses; ser aprovado em curso de especialização (BRASIL, 1997).

Os condutores dos veículos escolares passam por cursos de formação continuada que ensinam e melhoram cada vez mais os responsáveis as regras comportamentais e de segurança que os habilitam a trabalhar como condutores escolares. Os veículos escolares autorizados a transportar alunos são os mesmos que, em concordância com as normas do Código de Trânsito Brasileiro, tem especificações adequadas para transporte de passageiros, ou seja, números maiores de passageiros do que o popular (5 lugares), como exemplo de ônibus, vans e kombis e outros tipos de veículos.

Não há dispositivo legal federal que defina qual o trajeto que o veículo escolar deva utilizar, nem a distância que o aluno deva caminhar até o local de embarque, mas no

município, apoiado pelo Estado, há um decreto (Decreto 194/2018) que garante através da distância maior que 2.000 metros (2 KM) de distância ao ponto de embarque ou a escola devam usufruir do transporte escolar. O trajeto e os locais de embarque são definidos pelo Poder Público, que devem utilizar-se de critérios de ponderação, bom senso e razoabilidade.

As Leis regulamentadoras foram aprovadas e cabe ao poder público a execução e fiscalização, não impossibilitando que os cidadãos, uma vez que se trata de bem comum e são muitos os benefícios e os favorecidos com o transporte de qualidade, auxiliem e também fiscalizem.

2.3 Princípios a serem observados no Transporte Escolar

Segundo a Constituição Federal de 1988, fica clara a necessidade de observância dos princípios informadores do direito administrativo, que subordinam inclusive os agentes públicos envolvidos com a fiscalização do transporte escolar.

Isto significa que os atos administrativos - incluindo-se das fiscalizações - quando são revestidos dos princípios que informam a administração pública, ficam infetados de vícios e contidos à anulação administrativa ou judicial. Quando não observados as hipóteses de validade para a plena eficácia dos atos fiscais, temos o chamado “vício dos atos jurídicos”.

Os vícios dos atos jurídicos relativos ao sujeito podem ser os seguintes:

- a) Por incompetência: ocorrem quando há usurpação de função (quando a pessoa se reveste ilegalmente de cargo, emprego ou função para expedir o ato);
- b) Por abuso de poder: o abuso de poder ocorre quando a administração, ao praticar o ato, exorbita de suas atribuições ou se desvia das finalidades da administração;
- c) Por excesso de poder: ocorre quando o agente público excede os limites de sua competência, ou seja, quando a autoridade vai além do que a lei lhe permite, ultrapassando suas atribuições, embora competente para a realização do ato.
- d) Por função de fato: ocorre quando a pessoa que expede o ato detém a posse do cargo, mas esta é irregular por falta de implemento de condição legal, como o caso de nomeado para a função fiscalizatória sem os necessários requisitos para a investidura no cargo;
- e) Por incapacidade: o vício ocorre por implemento e por suspeição;
- f) Por impedimento: quando o instrutor do ato tem interesse na matéria, atuou como testemunha, perito ou representante ou ainda, esteja litigando com o interessado;
- g) Por suspeição: quando o instrutor do ato tenha amizade íntima ou inimizade notória com o interessado.

Os vícios dos atos jurídicos relativos ao objeto ocorrem quando o resultado do ato envolve em violação da lei, regulamento ou ato normativo, sendo os seguintes:

- a) Relativos à forma: quando os atos são instituídos sem a observância das formalidades essenciais à validade do ato, ou os atos requeiram forma especial intransponível;
- b) Relativos à motivação: quando a matéria do ato é inexistente ou juridicamente inadequada ao ato emitido;
- c) Relativo à finalidade: quando é visado fim diverso daquele previsto na regra de competência, ocorrendo desvio de poder ou de finalidade, ou seja, quando a autoridade embora atuando nos limites de sua competência, pratica o ato com motivos ou fins diversos do que a lei permite.

Portanto, os servidores e agentes políticos deve observar alguns princípios de seu cargo, não se tratando de princípios de caráter pessoal, escolhidos pelo detentor do cargo ou da função, mas de disciplinas através proposta pela Constituição Federal, de forma obrigatória.

2.4 Novo Regulamento Municipal de Apoio ao Transporte Escolar

A partir do dia 03 de maio de 2018, depois da reformulação da gestão do sistema do transporte escolar, o prefeito decretou (Decreto 194/2018) a aprovação do Novo Regulamento do Transporte Escolar do Município de Nova Aurora - PR. No uso da atribuição que lhe confere o art. 49 da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto no art. 139, da Lei n.º 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro. (Jornal Oficial Eletrônico do Município de Nova Aurora, 2018).

Art. 1º. Fica aprovado o Regulamento do Transporte Escolar da Rede Pública de Ensino do Município de Nova Aurora, o qual fica fazendo parte integrante deste Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Esse regulamento apresenta novas e melhoradas propostas para o melhor serviço e proteção aos alunos que trafegam no transporte escolar do município, dentre essas, como exemplo:

No capítulo 1, o regulamento apresenta as propostas para das disposições preliminares:

Art. 1º. O transporte coletivo de alunos da Rede Pública de Ensino, no Município de Nova Aurora, constitui um serviço público prestado pela Prefeitura Municipal de Nova Aurora através da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, sendo regido por este Regulamento, atendidas as exigências da Lei Federal n.º 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro – CTB, da Resolução nº 5, de 28 de maio de 2015 do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, que estabelece os critérios e as formas de

transferência de recursos financeiros do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) e da Resolução n.º 777/2013 - GS/SEED que estabelece critérios, forma de transferência de recurso, execução, acompanhamento e prestação de contas do Programa Estadual de Transporte Escolar – PETE, e demais normas pertinentes aplicáveis.

Parágrafo Único - O transporte escolar tem como objetivo transportar os estudantes até a escola em que estão matriculados e, ao término das aulas, retornar ao ponto de origem. É um instrumento fundamental de garantia ao acesso e permanência na escola dos alunos matriculados na Educação Básica da Rede Pública de Ensino.

No capítulo 2, o regulamento apresenta as propostas para das definições:

Art. 2º. Para os fins do disposto neste Regulamento, considera-se:

- I. Transporte Escolar: serviço de transporte coletivo de estudantes da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos, Ensino Médio e Educação Especial) da Rede Pública no Município de Nova Aurora;
- II. Estudantes: Indivíduos transportados por veículo escolar;
- III. Condutor: motorista de Transporte Escolar pertencente ao quadro de funcionários da Secretaria Municipal de Educação;

No capítulo 3, o regulamento apresenta as propostas para o direito ao transporte escolar:

Art. 3º. Têm direito ao transporte escolar público os alunos da Educação Básica, da zona rural e urbana, matriculados nas Redes Municipal e Estadual da Educação e que residam a uma distância igual ou superior a 2.000 metros (02 quilômetros) das escolas em que estão matriculados.

Art. 4º. Excetuam-se do critério referido no Art. 3º, os seguintes casos:

- I. alunos com deficiência temporária ou permanente de locomoção, decorrente de alguma deficiência física, sensorial ou mental;
- II. ausência de acessibilidade arquitetônica ao longo do trajeto e presença de barreiras impeditivas ao exercício do direito de ir e vir com independência e autonomia;
- III. quando no trajeto percorrido há obstáculos físicos, como rodovias, ferrovias, rios, fundos de vale ou outros que obrigam o aluno a utilizar trajeto alternativo mais longo;
- IV. quando há fatores objetivos de risco que podem colocar o aluno em condições inseguras, analisadas e monitoradas pela Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único: O aluno/responsável que optar por matrícula em estabelecimento diferente daquele indicado pela Secretaria Municipal ou Estadual de Educação, abdica do direito à utilização do transporte escolar.

Art. 5º. É vedado o transporte de alunos em estradas particulares, exceto em circunstâncias especiais por decisão judicial ou da Secretaria Municipal de Educação, em casos de aluno com deficiência.

No capítulo 4 - Seção I, o regulamento apresenta as propostas da responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação a respeito do transporte escolar:

Art. 6º. Divulgar e orientar os Estabelecimentos de Ensino das Redes Municipal e Estadual da Educação, alunos, pais e responsáveis quanto ao direito ao transporte escolar e os critérios definidos neste Regulamento.

Art. 7º. Analisar os dados cadastrados no SERE e SEJA quanto ao uso do transporte escolar e, caso constatado o descumprimento dos critérios deste Regulamento, proceder à verificação in loco, se necessário.

Art. 8º. Cadastrar os alunos que necessitam do transporte escolar para acesso e permanência na escola, respeitados os critérios contidos neste Regulamento.

§ 1º. O cadastro a

que se refere o caput do artigo será realizado junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, mediante preenchimento de ficha cadastral, declaração de matrícula, cópia de identidade ou certidão de nascimento, comprovante atualizado de endereço e uma foto ¾ para a confecção de carteirinha de estudante.

§ 2º. As carteirinhas para o transporte escolar serão confeccionadas pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

§ 3º. O comprovante de residência deverá estar em nome dos pais/ responsável do aluno, em casos que residem em imóveis de terceiros, necessária apresentação de declaração, emitido pelo proprietário do Imóvel ou documento que comprovem.

No capítulo 4 - Seção II, o regulamento apresenta as propostas da responsabilidade dos estabelecimentos de ensino (escolas, colégios e demais):

Art. 9º. Cabem aos estabelecimentos de ensino da Rede Pública Municipal e Estadual de Ensino:

- I. orientar o aluno/responsável sobre os critérios definidos neste Regulamento;
- II. cadastrar no SERE e no SEJA os alunos que necessitam do transporte escolar para acesso e permanência na escola, respeitados os critérios contidos neste Regulamento;
- III. atualizar, sempre que necessário, os dados de todos os alunos quanto ao uso do transporte escolar no SERE e SEJA;
- IV. orientar o aluno/responsável quanto à obrigatoriedade da apresentação de cópia do comprovante de residência atualizado perante a Secretaria de Educação e Cultura para a confecção de Carteirinha, quando houver mudança de endereço apresentar o novo comprovante de residência atualizada, para confecção de nova carteirinha;
- V. garantir que o direito ao transporte escolar ocorra de acordo com os critérios definidos neste Regulamento, sob pena de verificação e confirmação in loco e adoção de medidas saneadoras, se for o caso.

Parágrafo único: É de responsabilidade da Direção do Estabelecimento de Ensino a inserção correta de todas as informações de matrícula e do cadastro do aluno, inclusive a atualização do endereço completo do aluno.

No capítulo 4 - Seção IV, o regulamento apresenta as propostas da responsabilidade dos alunos que serão transportados pelo veículo escolar:

Art. 11. Manter a disciplina a fim de garantir a segurança no veículo do transporte escolar.

Art. 12. É proibido conversar com o motorista, enquanto o mesmo estiver na condução do veículo.

Art. 13. É proibido manter-se em pé e transitando durante o trajeto do transporte escolar.

Art. 14. É obrigatório o uso do cinto de segurança;

Art. 15. É proibido manter a cabeça e braços fora do veículo;

Art. 16. É proibido desrespeitar pedestres e condutores de veículos de terceiros;

Art. 17. Em caso de avarias em veículos de terceiros ou do veículo pertencente à frota do Município, o aluno/responsável deverá arcar com os custos da manutenção dos mesmos.

Art. 18. É obrigação do aluno e seu responsável aguardar o transporte escolar no horário e ponto estabelecido pela Secretaria de Educação e Cultura, bem como no desembarque do mesmo no retorno.

Art. 19. Ao desembarcar do veículo, o aluno imediatamente deve adentrar no estabelecimento de ensino, sob pena de suspensão do transporte.

Art. 20. Em caso de descumprimento às normas acima, de briga e desrespeito entre os usuários do transporte escolar, serão comunicados a Direção do Estabelecimento de Ensino, os pais/responsáveis e o Conselho Tutelar, e sendo o caso será suspenso o uso do transporte.

No capítulo 5, o regulamento apresenta as propostas dos veículos do transporte escolar:

Art. 21. Os veículos de transporte escolar devem atender as necessárias condições de segurança e higiene como determina o Código de Trânsito Brasileiro, exigindo-se para tanto:

- I. Registro como veículo de passageiros;
- II. Inspeção semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança;
- III. Pintura de faixa horizontal na cor amarela, com quarenta centímetros de largura, à meia altura, em toda a extensão das partes laterais e traseira da carroçaria, com o dístico “ESCOLAR”, em preto, sendo que, em caso de veículo de carroçaria pintada na cor amarela, as cores aqui indicadas devem ser invertidas;
- IV. Equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo;
- V. Lanternas de luz branca, fosca ou amarela dispostas nas extremidades da parte superior dianteira e lanternas de luz vermelha dispostas na extremidade superior da parte traseira;
- VI. Cintos de segurança em número igual à lotação;
- VII. Outros requisitos e equipamentos obrigatórios estabelecidos pelo CONTRAN.

Art. 22. Os veículos do Transporte Escolar são destinados para o transporte de alunos da Educação Básica da Rede Pública de Ensino.

Parágrafo único: Constitui exceção ao disposto no caput deste artigo, o transporte de servidores públicos efetivos e acompanhantes de alunos que necessitem de acompanhamento, comprovados mediante laudo médico.

Art. 23. É vedada a utilização de veículos de transporte escolar que apresentem riscos aos alunos.

No capítulo 6, o regulamento apresenta as propostas dos embarques/desembarques dos alunos:

Art. 24. O embarque/desembarque dos alunos nas escolas deve ser feito sob a supervisão de um adulto e nos pontos de paradas devem ser acompanhados pelos pais ou responsáveis.

Art. 25. É vedado o embarque/desembarque de alunos no meio da rua.

Art. 26. O embarque/desembarque somente poderá ser efetuado pelo lado da calçada ou da margem da estrada à direita do veículo.

Art. 27. O embarque/desembarque somente poderá ser feito nos pontos predeterminados pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

3. Metodologia

Quanto aos objetivos, essa pesquisa caracteriza-se como descritiva, pois pretende exigir os resultados obtidos com a reestruturação feita no sistema do transporte escolar de Nova Aurora – PR. Também essa pesquisa se caracteriza como explicativa, pois irá comparar a Avaliação dos resultados com o transporte escolar anteriormente a reestruturação feita e atualmente como está o sistema do transporte escolar.

Quanto aos procedimentos essa pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa de levantamento. De acordo com Tybel (2017), uma pesquisa de levantamento é usada para confirmar ou negar determinada informação dentro de um grupo de controle. Isso vai representar o grupo que você está estudando pelo que chamamos de amostragem.

Os dados serão coletados por meio de entrevista. De acordo Martins (2018), a entrevista caracteriza-se por um método de coleta de dados que permite ao pesquisador um relacionamento direto com o grupo estudado. Ela, como qualquer base de dados, se torna mais eficiente quando o universo de respostas obtidas se torna maior.

Os entrevistados da pesquisa serão os responsáveis e idealizadores da gestão do sistema do transporte escolar e alguns pais ou responsáveis de alunos que utilizam o transporte escolar.

Serão entrevistados 2 (duas) pessoas.

Quanto à abordagem do problema, essa pesquisa caracteriza-se como qualitativa.

Segundo KNECHTEL (2014).

A pesquisa qualitativa busca entender fenômenos humanos, buscando deles obter uma visão detalhada e complexa por meio de uma análise científica do pesquisador. Esse tipo de pesquisa se preocupa com o significado dos fenômenos e processos sociais. Mas sendo uma análise relacionada também à subjetividade, quais são os critérios do pesquisador? Bem, ele leva em consideração as motivações, crenças, valores e representações encontradas nas relações sociais.

4. Resultados

Para a coleta e tratamento de dados da pesquisa, foi direcionado entrevista sobre o transporte escolar para duas pessoas de responsabilidade do sistema no município novaaurorense, são elas: Lucia Debiazi Guerreiro (Atual Responsável pelo sistema do transporte escolar na Secretaria de Educação de Nova Aurora – PR) e Aparecida Topp Serra (Atual Secretária de Educação).

Devido a atual pandemia do vírus covid-19 e o distanciamento social, a entrevista a conclusão da entrevista foi via aplicativo de conversas, Whatsapp, com questionários feitos pela plataforma Formulários Google, sendo feitos três (3) perguntas pessoais sobre a opinião das mesmas. A entrevista:

Pergunta 1) Na sua opinião, qual a importância do transporte público escolar?

Respostas:

Aparecida: Atender as necessidades dos nossos alunos que moram 2km longe da escola.

Lucia: É importante principalmente para alunos da zona rural e área de riscos, temos muitos estudantes que não tem como chegar nas escolas tanto na Rede Municipal quanto da Rede Estadual e com transporte melhorou o quadro geral.

Pergunta 2) Na sua opinião, qual foi o efeito que a reestruturação do transporte escolar, ocorrido em 2017, provocou no município de Nova Aurora?

Respostas:

Aparecida: Mais segurança para os nossos alunos

Lucia: Inicialmente muita revolta dos pais e estudantes, mas depois foi verificando que houve uma melhora tanto para os estudantes, motoristas e para os pais também, os estudantes são os verdadeiros usuários do transporte escolar e não toda a população, e foram fixados pontos de embarque e desembarque e só para os estudantes.

Pergunta 3) Na sua opinião, esse novo método do transporte escolar, com todas as reformulações, melhorou o transporte de alunos em Nova Aurora?

Respostas:

Aparecida: Sim, agora os ônibus são exclusivos dos alunos.

Lucia: Sim, melhorou e muito pois teve um controle de embarque através de carteirinhas e assim não teve mais caroneiros nos ônibus, agilizando a melhora dos estudantes na chegada e retorno para suas residências e também teve uma redução de gastos com a otimização das linhas.

De acordo com a tabela abaixo, percebesse que os gastos com manutenção e com combustível no ano de 2017, antes da reestruturação feita no sistema escolar, estão com altos valores de despesas, muito dessas sem a possível necessidade de ser feita a execução de gasto.

No ano de 2018, o primeiro ano da presente reestruturação, houve uma economia dos gastos com o transporte escolar de R\$ 95.363,04 (noventa e cinco mil, trezentos e sessenta e três reais e quatro centavos), e com ajuda dessa economia, ao final do mesmo ano, o município adquiriu mais mini ônibus escolar VW/Neobus pacote do Programa

Caminho da Escola da marca Volkswagen, aquisição junto com a empresa MAN LATIN AMERICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA. para a frota, no valor de R\$ 189.900,00 (cento e oitenta e nove mil e novecentos reais).

Já no ano de 2019, as economias ainda permaneceram diminuindo, mesmo com mais um ônibus em circulação na frota do transporte escolar, em bases comparativas com os respectivos anos anteriores, o ano de 2019 houve uma economia em comparação com o ano de 2017 de R\$ 172.876,48 (cento e setenta e dois mil, oitocentos e setenta e seis reais e quarenta e oito centavos), já em comparação com o ano de 2018 houve uma diminuição de gastos de R\$ 77.513,44 (setenta e sete mil, quinhentos e treze reais e quarenta e quatro centavos).

Tabela 1 – Gastos do Transporte Escolar com combustível e manutenção no município de Nova Aurora – PR no ano de 2017, 2018 e 2019.

Custos 2017 - Transporte Escolar de Nova Aurora													
Mês	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
Custo Combustível	R\$ 374,40	R\$ 16.501,40	R\$ 27.449,69	R\$ 23.112,01	R\$ 28.193,98	R\$ 25.216,36	R\$ 17.050,97	R\$ 26.821,48	R\$ 23.965,69	R\$ 25.538,79	R\$ 25.288,08	R\$ 12.210,72	R\$ 251.723,57
Custo com Manutenção	R\$ 0,00	R\$ 477,50	R\$ 12.622,32	R\$ 11.793,50	R\$ 24.308,74	R\$ 37.484,30	R\$ 21.206,42	R\$ 29.552,78	R\$ 28.503,00	R\$ 17.055,00	R\$ 22.930,84	R\$ 90.258,28	R\$ 296.192,68
Total	R\$ 374,40	R\$ 16.978,90	R\$ 40.072,01	R\$ 34.905,51	R\$ 52.502,72	R\$ 62.700,66	R\$ 38.257,39	R\$ 56.374,26	R\$ 52.468,69	R\$ 42.593,79	R\$ 48.218,92	R\$ 102.469,00	R\$ 547.916,25
Custos 2018 - Transporte Escolar de Nova Aurora													
Custo Combustível	R\$ 155,52	R\$ 12.116,45	R\$ 19.179,56	R\$ 22.614,99	R\$ 15.719,86	R\$ 20.728,68	R\$ 11.018,86	R\$ 19.544,64	R\$ 20.887,09	R\$ 24.851,95	R\$ 22.374,06	R\$ 11.550,39	R\$ 200.742,05
Custo com Manutenção	R\$ 18.005,00	R\$ 10.035,00	R\$ 24.102,00	R\$ 43.767,20	R\$ 18.816,00	R\$ 10.008,80	R\$ 18.510,80	R\$ 16.811,30	R\$ 25.077,90	R\$ 24.800,41	R\$ 25.784,91	R\$ 16.091,84	R\$ 251.811,16
Total	R\$ 18.160,52	R\$ 22.151,45	R\$ 43.281,56	R\$ 66.382,19	R\$ 34.535,86	R\$ 30.737,48	R\$ 29.529,66	R\$ 36.355,94	R\$ 45.964,99	R\$ 49.652,36	R\$ 48.158,97	R\$ 27.642,23	R\$ 452.553,21
Custos 2019 - Transporte Escolar de Nova Aurora													
Custo Combustível	R\$ 0,00	R\$ 9.849,42	R\$ 23.789,48	R\$ 21.732,48	R\$ 20.793,19	R\$ 20.292,49	R\$ 14.489,92	R\$ 21.159,59	R\$ 19.993,56	R\$ 24.445,85	R\$ 20.202,11	R\$ 0,00	R\$ 196.748,09
Custo com Manutenção	R\$ 15.770,00	R\$ 22.239,50	R\$ 15.349,40	R\$ 25.714,34	R\$ 12.981,00	R\$ 3.649,95	R\$ 16.943,06	R\$ 36.341,83	R\$ 13.529,50	R\$ 11.813,80	R\$ 3.959,30	R\$ 0,00	R\$ 178.291,68
Total	R\$ 15.770,00	R\$ 32.088,92	R\$ 39.138,88	R\$ 47.446,82	R\$ 33.774,19	R\$ 23.942,44	R\$ 31.432,98	R\$ 57.501,42	R\$ 33.523,06	R\$ 36.259,65	R\$ 24.161,41	R\$ 0,00	R\$ 375.039,77

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

5. Considerações Finais

Para concluir, a reestruturação feita no sistema de gestão do transporte escolar na cidade de Nova Aurora – PR trouxe benefícios e economias para parte da gestão executiva do município, acarretando em diminuição de gastos e reutilização melhorada dos ônibus em questão, mas também ocasionou diversas mudanças sobre a gestão ocorrida anteriormente no sistema, com isso, houve grandes discussões sobre a necessidade de fazer uma grande e complicada reestruturação na cidade, muitos aprovaram, mas igualmente também houve reprovações de público, mesmo trazendo benefícios municipais. Até o presente momento não houve nenhuma alteração ou a exclusão da reestruturação feita

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 27 abr. 2020.

BRASIL. **Guia do Transporte Escolar - FNDE**. [PDF]. Brasília, DF: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/index.php/centrais-de-conteudos/publicacoes/category/131-transporte-escolar?download=6897:guia-do-transporte-escolar>>. Acesso em: 26 mar. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9394/1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB**. Brasília, DF: Congresso Nacional, [1996]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 27 abr. 2020.

BRASIL. **LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993**. Brasília, DF: Congresso Nacional, [1993]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8666compilado.htm>. Acesso em: 07 mai. 2020.

KNECHTEL, Maria do Rosário. **Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada**. Curitiba: Intersaberes, 2014.

LOPES, E.P.; M.T. Câmara e T. Monteiro (2008) **Transporte Escolar como instrumento de viabilização do acesso à educação: o que estabelecem as leis?** Texto para discussão. Centro de Formação em Recursos Humanos de Transportes (Ceftru). Universidade de Brasília (UnB). Brasília, DF.

MARTINS, EVERTON. **Entrevista como técnica de coleta em pesquisa qualitativa.** Blog do Mettzer. Florianópolis – SC. Disponível em: <<https://blog.mettzer.com/entrevista-pesquisa-qualitativa/#more-775>>. Acesso em: 05 jun 2020.

PARANÁ. [Constituição (1989)]. **Constituição do Estado do Paraná.** Curitiba, PR: Assembleia Legislativa do Paraná, [1989]. Disponível em: <<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/exibirAto.do?action=iniciarProcesso&codAto=9779&codItemAto=97592>>. Acesso em: 27 abr. 2020.

PARANÁ. **Nova Aurora, uma terra de oportunidades.** Viage Paraná. Curitiba, PR: Secretaria da Comunicação Social, PR. Disponível em: <<http://www.viajeparana.com/Nova-Aurora>>. Acesso em: 19 mar. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA AURORA. **Dados Gerais do Município de Nova Aurora.** Nova Aurora - PR. Disponível em: <<http://novaaurora.pr.gov.br/index.php?sessao=b054603368kcb0&id=1333>>. Acesso em: 29 abr. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA AURORA. **Decreto N°194/2018.** Nova Aurora - PR. Disponível em: <http://www.controlemunicipal.com.br/site/diario/publicacao.php?id=105296&id_cliente=111>. Acesso em: 15 mai. 2020.

TYBEL, DOUGLAS. **O Que é Pesquisa de Levantamento?** Guia da Monografia. 2017. Disponível em: <<https://guiadamonografia.com.br/pesquisa-de-levantamento/#REFERENCIAS>>. Acesso em: 05 jun 2020.

EVOLUÇÃO FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO

Jaquiele Demarchi¹
Janaina Kriguer²

Resumo: Este artigo se propõe a analisar e discutir o processo de feminização no mercado de trabalho atual diante das evidências da sua rotina, especificando quais estratégias as mesmas utilizam para enfrentar este olhar diferenciado que elas possuem em meio a situações conflituosas. Houve um crescente aumento do número de mulheres empreendedoras que possui a frente dos seus negócios e alinham com os seus lares, desenvolvendo uma visão ampla sobre negócios e oportunidades, sendo resolutivas e resilientes diante das empresas, cooperativas e empreendimentos. A análise foi construída a partir de um grupo de vinte mulheres que estão vivenciando isto em seu dia-a-dia, onde buscam efetuar a gestão do seu tempo e auto-organização para que saibam lidar com as interferências profissionais e sociais. O presente artigo também trás consigo uma pesquisa teórica com referência ao início da chegada do empreendedorismo no Brasil, que aos poucos foi tornando-se visível, gerando oportunidades de crescimento para o gênero feminino pós Segunda Guerra Mundial onde houve uma grande necessidade de autonomia e sustento, expandindo a sociedade feminina por meio de competências empreendedoras, gerando empregos e estabilidade financeira.

Palavras-chave: Empreendedorismo Feminino 1. Ascensão Profissional 2. Igualdade de Gênero 3. Independência Financeira 4. Conflito família-trabalho 5.

1. Introdução

No século 19, havia grande desigualdade para com as mulheres da época, existia muita escravidão onde a mulher negra era escrava e a mulher branca dependente das tarefas do lar. O regime da época não as autorizava a votar, as mulheres brancas e as ricas não tinham acesso ao mercado de trabalho, já as mulheres de renda menos favorecida e indígena eram obrigadas a trabalhar para manter seu sustento.

Segundo o código civil de 1916, a mulher era dependente do pai e do marido, depois de consumado o casamento era de responsabilidade de seu cônjuge decidir sobre suas viagens, trabalhar fora, ou recebimento de heranças, o mesmo que controlava tudo que dizia a respeito da vida de sua esposa. No ano de 1932, com suas manifestações as mulheres conquistaram o direito ao voto.

Na década de 50 Romy Martins Medeiros da Fonseca e de Orminda Ribeiro Bastos duas advogadas não satisfeitas com a situação das mulheres casadas no código civil brasileiro pediram revisão e alterações na proposta já existente. O projeto demorou 10 anos para ser aprovado devido à burocracia. O novo Código Civil de 27 de agosto de 1962

¹ Acadêmica do Curso de Administração da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL.

² Orientador: Mestre, Especialista em Administração – PUC/PR Prof^a. Janaina Kriguer – Administração da Univel – Centro Universitário UNIVEL.

extinguia de vez a lei que determinava que o cônjuge decidisse por sua mulher, as diversas situações, tais como trabalhar fora de casa.

A inserção da mulher no mundo do trabalho, ao longo desses anos, vem acompanhada de elevada discriminação, não só em relação à qualidade de ocupações que têm sido criadas tanto no setor formal como no informal, mas no que se refere à desigualdade de remuneração entre homens e mulheres. (MAIA; LIRA, 2004).

Atualmente existe um aumento de mulheres no mercado de trabalho, devido ao fato de serem independentes ou mesmo de acrescentar uma renda a mais em casa, pois somente a do cônjuge acaba não dando conta de sanar todas as dívidas. Com o passar dos anos à evolução neste mercado de trabalho feminino aumentou de forma gradativa, e esta necessidade de empreender para obter o seu sustento foi adquirindo mais força, sendo que nos dias atuais muitas mulheres nem possuem parceiros, umas por escolha própria e outras pelos acontecimentos da vida cotidiana.

Aprenderam assim a sanar suas carências pessoais/ financeiras, que é o recorrente fator que atualmente está impulsionando muitas mulheres, devido a falta de empregos formais, seja para colaborar com o sustento em casa ou para satisfazer o desejo profissional e sua independência financeira.

Antigamente as mulheres eram consideradas seres inferiores, taxadas de maneira que não conseguiriam exercer diversas funções. O preconceito sempre existiu e existe até hoje, mas as mulheres seguem de cabeça erguida enfrentando todas as batalhas, afinal foram e são muitas conquistas até os dias atuais.

2. Desenvolvimento

Ascensão Feminina no Mercado de Trabalho

De acordo, com pesquisas anuais realizadas pela (SEBRAE, 2014), no Brasil as mulheres iniciaram seu lado empreendedor em meados da década de 2002 a 2012, onde buscaram sua inserção no mercado de trabalho, adquirindo o seu espaço por não estarem satisfeitas com a liderança masculina tanto no aspecto profissional quanto ao social. Porém tiveram que enfrentar o preconceito masculino, a diferenciação de gênero e o controle entre família, que é de suma importância quando se tem o apoio do cônjuge. “Muitas vezes, pela falta de suporte dos cônjuges, algumas mulheres enfrentam amplo desafio para conciliar trabalho com as responsabilidades familiares”. (BARBOSA et al.,

2011).

Um olhar diferenciado para a ascensão feminina no mercado, assim como algumas limitações as mesmas passam por cima das barreiras impostas e demonstram seu devido valor e responsabilidade. Obtendo prosperidade e grandes conquistas, desenvolvendo papéis culturais e sociais que enaltecem seu posicionamento na sociedade e no mercado de trabalho, contribuindo assim para o desenvolvimento da economia.

De acordo com Bruschini e Lombardi (1999), ao romperem a barreira entre casamento e maternidade às mulheres iniciaram suas carreiras profissionais destacando-se cada vez com maior intensidade, focando em suas formações e no que as Organizações necessitam. Embora, estivessem passando por outros preconceitos de teorias masculinizadas e fatores salariais, as mesmas continuavam a ser reconhecidas na sociedade. Adquirindo lideranças e o poder de persuasão, o famoso Empoderamento Feminino.

Empreendedorismo e as Características de um Empreendedor.

Houve-se muito falar no termo, empreendedorismo que tem como base a capacidade de identificar problemas e oportunidades em diversos ambientes, até mesmo em pessoas. Ou seja, ser empreendedor é investir recursos na criação de algo inovador, de um projeto, de um movimento positivo, ou algo que cause impacto ou uma mudança visível na vida das pessoas, da sociedade. Sair da zona de conforto realizando suas ideias, transformando as crises os erros em oportunidades não só para si, mas para quem esta a sua volta.

De acordo com Joseph Schumpeter 1997, o empreendedor é responsável pela realização de novas combinações, novas ideias e oportunidades no âmbito de negócios. Segundo pesquisas realizadas pelo GEM, cerca de 52 milhões de brasileiros, dentre 2 em cada 5 na faixa etária de 18 a 64 anos estavam envolvidos com alguma atividade empreendedora ou tinham planos de ter o seu próprio negócio.

O empreendedorismo teve inicio no ano de 1947 na Havard, Estados Unidos com intuito de auxiliar os militares pós Segunda Guerra Mundial a obterem uma nova renda e ver oportunidades diante de uma situação tão vulnerável que estavam vivendo no presente momento. Mas somente na década dos anos 70 que as universidades americanas deram maior abrangência para o tema e iniciaram sua valorização.

No Brasil, um tanto mais tardio inicia o empreendedorismo com a industrialização

do país no ano de 1990, ouve-se falar mais dentro das universidades, nos cursos de administração, efetuando estudos e pesquisas com maior abrangência no presente tema. Para Souza e Lopez Jr (2005), “a criação de uma metodologia para o desenvolvimento de competências empreendedoras envolve bem mais que aquisição de conhecimentos, mas o aprender, aprender a ser, a fazer e, principalmente a conviver”. (SOUZA, E. LOPEZ, JR. et. Al. 2005) Conhecer as necessidades atuais do ambiente, analisar os riscos, para saber efetuar e conviver com as possíveis mudanças, desenvolver ou promover ideias e metodologias coerentes e inovadoras.

O Empreendedor possui características natas que favorecem o seu desenvolvimento e sua personalidade, que promovem sua motivação e determinação, tais como: otimismo, acreditar em seu potencial com base nos riscos e em seus objetivos, ter autoconfiança, crer no seu potencial e ter opinião própria, coragem para enfrentar fracassos ou rejeições e por último persistência e resiliência, que faz com que o sujeito não desista com tanta facilidade dos seus objetivos e metas impostos, pois ele seguirá até o fim perseverante. Filion (1999), ampliar esta ideia definindo empreendedor como um visionário, um indivíduo que faz uso de sua criatividade e conhecimento do ambiente no qual esta inserido para vislumbrar oportunidades, independente dos seus recursos.

Possuindo assim uma ânsia de se realizar, exigindo sua qualidade, eficiência e persistência por meio de riscos e dados calculados, estabelecendo e promovendo metas, planejamento, persuasão. Não se tem uma definição correta e coerente de características de um empreendedor devido a cada sujeito ter um perfil, uma personalidade. No Brasil Carvalho, Zerbini e Abbad (2005), realizaram uma medição de capacidades de pequenos empresários por meio de cinco faces com base em critérios que eles acreditavam ser essenciais. No mesmo ano Nascimento, Dantas e Santos propuseram algo similar, porém com seis dimensões: capacidade de decisão, de planejamento, de iniciativa, de criatividade, de tenacidade e de autoconfiança, a escala foi testada e destacou-se que, a uma característica ligada à personalidade sendo preponderante nesta avaliação, o presente tema possui uma vasta pesquisa de comportamentos dificultando assim uma definição exata do “perfil empreendedor”.

Diante deste contexto, o empreendedorismo vem ganhando grande expansão mundial conquistando o seu espaço no âmbito de negócios, assim como as mulheres que vem a décadas adquirindo seus direitos no mercado de trabalho, no âmbito social e profissional, demonstrando suas habilidades e competências, modificando constituições e

adquirindo o que é delas por direito, desmitificando padrões por meio de atitudes proativas e persistência, quebrando paradigmas de preconceito e rejeição.

Feminização no Mercado de Trabalho

Durante o decorrer da história é visível o fator de preconceito contra suas capacidades, pois o gênero masculino as julgava que seriam capazes de efetuar tão somente serviços domésticos, sendo consideradas menos capazes de exercer todo e qualquer tipo de serviço fora de casa. Foi em meados do século XIX que este fator iniciou transformações positivas, a Revolução Industrial trouxe as mulheres para o trabalho fabril aos poucos, respaldada pelos seus direitos constituintes.

Com a 1ª e 2ª Guerra Mundial, o mercado de trabalho passou a contratar mais mulheres, pois os homens haviam sido mortos em combates. Devido a este, trabalhos que antes eram de somente perfis masculinos começou a ganhar possibilidades femininas. Mas foi nos anos 70, que as feministas ganharam mais impulso a favor dos seus direitos e em 1988 conquistaram a igualdade jurídica. Para Vilas Boas 2010, a sociedade evolui e com isso diminuem as diferenças entre o que as mulheres podem fazer e o que esta reservada aos homens. (VILA BOAS, 2010 p.35).

Com base na pesquisa realizada pelo GEM 2018, o Brasil tem a 7ª maior proporção de mulheres empreendedoras, e as que obtêm um negócio com menos de 35 anos, é a maior proporção entre elas: 15,4% contra 12,6% dos homens. Constatando que a maioria delas empreende para obter uma segunda renda ou para obter independência financeira. No relatório divulgado é possível visualizar a porcentagem crescente de “chefes de domicílio” que passou de 38% para 45%, diminuindo a porcentagem do cônjuge, no qual a renda provem deles, de 49% para 41% nos últimos anos.

De acordo com Villas Bôas (2010), “existem importantes diferenças entre os estilos de empreender masculino e feminino”. (VILLAS BÔAS, 2010 p.51). E é este estilo que vem conquistando a igualdade feminina, com dimensões eficazes. Ressaltando que a empatia feminina, a força de vontade, um olhar diferenciado para o ambiente de trabalho facilitando a convivência e o trabalho em grupo, as tornando empreendedoras de sucesso. Grzybovski (2002) complementa que a mulher consegue construir um sentimento de comunidade, por meio do qual os membros da organização se unem, e aprendem a acreditar e a cuidar uns dos outros. As informações são compartilhadas e todos que serão afetados por uma decisão têm a oportunidade de participar da tomada desta decisão.

(GRZYBOVSKI et. Al. 2002).

Esta característica feminina de ressaltar os pontos positivos de cada um os faz sentirem parte da empresa é o que faz a diferença na gestão, pois mensura a autoestima dos seus funcionários e valoriza os seus valores. A geração feminina é extremamente maleável quando à necessidade de mudança seja de ambiente ou de mercado moldando o seu estilo de liderança com base no que tens. Para Arnold (1996), “[...] o líder é absolutamente responsável pela atmosfera em que os outros trabalham”. (ARNOLD, 1996 p.28).

A evolução feminina no mercado de trabalho segundo Chiavenato (2007), esta ligado ao fato de “atingir objetivos pessoais que são determinados pelas necessidades individuais”. (CHIAVENATO, 2007 p.174). Ou seja, as mulheres empreendem pelo fator de necessidade e independência financeira, promovendo sua ascensão e desenvolvimento próprio, oportunizando condição de vida melhor. Sendo reconhecida em diversas áreas de atuação como grandes líderes de diversas empresas, minimizando o pré-conceito formado em tempos antigos, por meio do seu esforço e luta constante, ganhando espaço em todos os setores e ambientes. Dentre estas e muitas lutas que a evolução no mercado feminino vem ganhando força e irão adquirir muitos benefícios e ascensão pela frente.

3. Metodologia

Esta pesquisa caracteriza-se como descritiva, pois pretende demonstrar o crescimento e ascensão das mulheres no mercado de trabalho, demonstrando como este desenvolvimento pode afetar na vida social, profissional e familiar, por meio da sua vivencia e das situações do dia-a-dia, assim como lidar com as oportunidades que aparecem e muitas delas devem ter o respaldo e apoio do seu cônjuge para seguir com carreira e família. Objetiva-se identificar o perfil das mulheres que buscam empreender por meio de estatísticas e dados atuais, evidenciando o porquê de suas escolhas e como tem sido a recepção por meio das empresas.

Segundo Lakatos (1991), “os estudos descritivos combinados possibilitam procedimentos de amostragem flexíveis, isentando o emprego de técnicas probabilísticas sem prejuízo da qualidade da pesquisa”. (LAKATOS, 1991 p.188) A presente pesquisa foi realizada no Município de Céu Azul – Paraná, com um grupo de mulheres que atuam no mercado de trabalho, por meio de questionários online os quais, coletaram dados

específicos com referência à ascensão do mercado feminino e cultura familiar, após conhecermos um pouco sobre cada entrevistada, dados relevantes para a conclusão e resolução de dados, os quais serão mensurados, organizados e tabulados de forma descritiva para melhor interpretação.

Para esta pesquisa foi utilizado o levantamento ou survey, no qual é caracterizado pela argumentação direta, Gil (1999), complementa que “[...] basicamente, procede-se à solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas a cerca de um problema [...]”. (GIL, 1999 p. 128).

O questionário foi realizado com um grupo de mulheres empreendedoras e empresárias do Município de Céu Azul/ PR, juntamente com aquelas mulheres independentes que atuam em áreas de ambos os gêneros, sem impor faixa etária de idade, ou se são ou não chefes de família. Foi um grupo de 20 mulheres dos quais todas responderam.

Segundo o censo do IBGE, a população da cidade de Céu Azul esta estimada em 11.765 pessoas, com base no ultimo censo realizado no ano de 2019. O questionário foi realizado por meio de um App no qual envia de forma online para ambas as entrevistadas, sem ter que se preocuparem com horários ou dias estipulados, por meio de questões fechadas com alternativas coerentes e de múltipla escolha. O próprio App efetua uma classificação inicial de respostas auxiliando na análise e comparação de respostas. Após todas responderem, o questionário de cada entrevistada foi impresso e analisado por meio de uma planilha de Excel, que auxiliou na garantia e precisão, assim como comparação de respostas.

4. Resultados

Buscou-se apresentar e garantir a precisão de resultados a partir de um ciclo de vinte mulheres que empreendem no Município de Céu Azul em áreas distintas, correlacionadas a sua rotina do lar e profissional. Norteando de maneira ampla a abordagem metodológica proposta para a resolução dos objetivos propostos. Para que assim pudéssemos ter uma noção geral da forma com que elas lidam diante das variantes do dia-a-dia. Se elas conseguem agir com equilíbrio em todas as áreas ou se sentem dificuldade para exercer todas as funções diante da rotina exaustiva.

O presente questionário foi proposto de forma online devido à ausência de tempo no dia-a-dia de ambas, o mesmo era sucinto e objetivo, propondo respostas exatas e

coerentes, possuindo questões que direcionavam estado civil, idade, graduação, especialização, trabalho, línguas, cultura familiar, ascensão profissional, anseios da sociedade, realizações pessoais, fontes de satisfação e insatisfação, preocupações e consequências de ser uma empreendedora.

Os questionários foram analisados de forma coerente, no qual se realizou um levantamento de dados de forma descritiva onde foram transcritos por meio da linguagem textual, especificando respostas e anexando compreensões gerais sobre cada questão proposta, para que assim ocorresse de forma transparente e resolutiva.

A faixa etária variou de 20 a 43 anos, sendo que 90% das entrevistadas são casadas e dispõe de um relacionamento conjugal, os 10% restante são solteiras e não pretendem no momento se relacionar, 30% possuem filhos, os 70% restante não tem filhos e não pretendem ter no momento, pois estão em ascensão no trabalho atual e gostariam de se estabilizar antes, sendo um planejamento de longo prazo. Destacou-se que este grupo de mulheres consegue conciliar com facilidade e lidar com ambas as situações do dia-a-dia, diante da profissão e do lar, apesar de exigir boa parte do tempo delas, sendo que 90% das entrevistadas tem atualmente o seu próprio negócio, os 10% restante atua fora em instituições bancárias, escritórios contábeis, cooperativas, no comércio em geral. Observou-se também que 100% das entrevistadas possuem formação completa, assim como 80% possuem mais de uma especialização na área em que atua, e 40% são bilíngues, carregando em seus currículos a língua materna e uma alternativa para a sua ascensão profissional e crescimento dentro da instituição.

Verificou-se que 90% das mulheres entrevistadas acreditam na existência do preconceito com referência a mulher trabalhar fora do lar, de conquistar cargos de liderança, ou até mesmo de obter ascensão profissional, os 10% restante acreditam que não existe preconceito entre ambos os gêneros alinhados a questão profissionais, acrescentaram ainda que os seus cônjuges costumam as apoiar e auxiliar em seu crescimento social e profissional, conciliando com as tarefas do dia-a-dia e do lar. Realizou-se a questão final com referência a decisão de trabalhar fora, na qual 100% das mulheres entrevistadas deram respostas similares que atingem o mesmo objetivo, independência financeira, realização de sonhos, aquisição de bens, ascensão profissional, entre outros. Observou-se que ambas não gostam de depender dos seus cônjuges por isso optaram pela busca de um emprego fora, mesmo que este exigisse a maior parte do seu tempo e se tornasse cansativo e abusivo, mas valeria a sua independência feminina.

5. Considerações Finais

Buscou-se compreender o atual cenário no qual as mulheres estão inseridas, as quais têm adquirido o seu espaço desde o término da Segunda Guerra Mundial, para garantir inicialmente o seu sustento e em decorrência deste começou a empreender, promover empregos, e ter estabilidade financeira. Apesar de termos uma sociedade que impõe valores e promove julgamentos incoerentes, sabemos que as mulheres empreendem de forma perspicaz e atingem êxito e excelência com facilidade. Atualmente as mulheres estão adquirindo seu espaço em inúmeros cargos de liderança, demonstrando o quão capazes são de exercer profissionalismo e dinamismo ao mesmo tempo.

Diante dos conflitos exposto pelas empreendedoras de Céu Azul, ambas conseguem desenvolver ações estratégicas para lidar no dia-a-dia de maneira coerente, embora ainda haja contradições associadas ao preconceito e machismo elas ainda lutam para conseguir o seu espaço na sociedade de maneira igualitária, pois o trabalho feminino fora de casa é relativamente considerado uma causa ou conquista imatura, levou alguns anos para que a competência feminina seja reconhecida sem tabus.

Com base no questionário realizado é evidente que as mulheres inovam de maneira incessante, buscando sempre evoluir e desafiar os seus objetivos e metas. Promovendo a harmonia entre lar e trabalho sem distinções de problemas, pois estes são invariáveis que aparecem de forma diferente a todo o momento. Ressaltando que as mulheres possuem resiliência e iniciativa, são capazes de tomar a frente e iniciar o trabalho, trazendo assim inovação e força para o empreendimento ou empresas.

Conclui-se, portanto que as mulheres empreendem não somente por ascensão profissional, mas por liberdade, oportunidade, realização de sonhos, realização profissional e pela tão almejada independência financeira, que nos passa um respaldo de controle sobre nossos gastos, nos ensinando a lidar com o mercado de trabalho e com as oportunidades de liderança, alinhados ao sonho de ter uma família. A ascensão feminina propunha uma geração cultural de valores e necessidades a serem trabalhadas a partir de cargos altos de liderança, por meio da sua empatia e vivência que motiva a expansão da economia, o crescimento pessoal e social dos funcionários e o sucesso da empresa.

REFERÊNCIAS

Anais do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, Brasília, DF, Brasil.

ARNOLD, J. R. Tony (1996). **Material management**. 2nd edition, New Jersey: Prentice Hall.

BARBOSA, F. C.; CARVALHO, C. F.; SIMÕES, G. M. M.; TEIXEIRA, R. M. **Empreendedorismo feminino e estilo de gestão feminina: estudo de casos múltiplos com empreendedoras na cidade de Aracaju – Sergipe**. Revista da Micro e Pequena Empresa, v. 5, n. 2, p. 124-141, 2011.

BRUSCHINI, Cristina. LOMBARDI, Maria Rosa. **A Bi-Polaridade do Trabalho Feminino no Brasil: O Emprego Doméstico e as “Novas” Ocupações**. Mulher e Ocupação 1999

CHIAVENATO, Idalberto. **Remuneração Benefícios e Relações de Trabalho**. São Paulo, 3 ed. - Editora Atlas, São Paulo, 2007.

FILARDI, F. BARROS, L. FISCHMANN, A, A. **Do Homo Empreendedor Contemporâneo: Evolução das Características Empreendedoras de 1848 a 2014**. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3312/331232580010.pdf>. Acesso em: 7 junho. 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999. _____. **Projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

GRZYBOVSKI, D.; TEDESCO, J. C. **Empresa familiar: tendências e racionalidades em conflitos**. Passo Fundo: UPF, 2002.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Senso cidade de Céu Azul** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/ceu-azul/panorama>. Acesso em 28 de junho .2020.

KLEBA, M.E.; WENDAUSEN, A. **Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política**. Saúde soc., São Paulo, v. 18, n. 4, p. 733-743, Dez. 2009.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, Marina A. **Metodologia Científica**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MAIA, Katy; LIRA, Sachiko Araki. **A mulher no mercado de trabalho**. IPEA. Acesso em: 22 maio. 2020.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RICHARDSON, Roberto Jarry **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. São Paulo: Atlas, 1985.

SEBRAE. **Empreendedorismo no Brasil**, 2019. Disponível em: <https://m.sebrae.com.br/Sebrae/PortalSebraeEmpreendedorismoFemininoNoBrasil2019v5.pdf>. Acesso em: 13 maio. 2020.

SEBRAE. 2014. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/>. Acesso em: 14 abril. 2020.

SEBRAE. 2018. Disponível em: <https://blog.sebrae-sc.com.br/o-que-e-empreendedorismo/amp/%3E/>. Acesso em: 07 junho. 2020.

Souza, E. C. L., & Lopez Jr., G. S. (2005). **Atitude empreendedora em proprietários - gerentes de pequenas empresas**. Construção de um instrumento de medida - IMAE.

Villas Boas, L. P. S. (2010). **Brasil: ideia de diversidade e representações sociais**. São Paulo: Annablume.

METODOS DE RESSUPRIMENTO: ESTUDO DE CASO EM UMA INDÚSTRIA DE ORNAMENTOS DE JARDINAGEM DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL – PARANÁ

Murilo Belotto Balbino¹
Sandro Ricardo Busato²

Resumo: Com base na experiência no Brasil de uma indústria de ornamentos de jardinagem do município de Cascavel – Paraná, o artigo sustenta que a organização está voltada ao mercado e o desenvolvimento de processos logísticos que contribui para os recursos da organização através de aplicação de métodos de ressuprimento. Desta forma, o artigo procura constatar diretamente a influência da aplicação dos métodos de ressuprimento na empresa N.T. Ltda município de Cascavel – Paraná, em relação ao Lote Econômico de Compras, Sistema de Reposição Contínuo. Está é uma investigação qualitativa. Foram realizadas as coletadas dos registros das matérias primas e/ou produtos acabados (Entrada e Saída), com base no saldo em estoque, entre janeiro/2019 a janeiro/2020, obtidos no setor fiscal, por meio de relatórios oferecidos pelo sistema interno da empresa. Sendo assim, aplicou-se a ferramenta Curva ABC para selecionar 5 itens de maiores representatividade e , apartir dai aplicou-se os métodos de ressuprimento contínuo e do lote econômico, através da projeção da demanda. Os resultados apontaram que a empresa objeto de estudo equilibra os custos de manutenção de estoque, com o risco de não ter o suficiente, mas com o planejamento de reposição inteligente será capaz de equilibrar esse risco de investimento. Pode-se concluir que o processo de estocagem a fim de equilibrar a demanda, é definido por metas de nível de serviço (atendimento de pedido) com base em fatores na baixa demanda das matérias-primas.

Palavras-chave: Gestão de Estoques, Sistema de Reposição Contínuo, Logística, Lote Econômico de Compras.

1. Introdução

A logística nos negócios considera-se um processo que garante que recursos materiais sejam fornecidos no momento da prestação do serviço logístico, presente em níveis organizacionais, ou seja, do nível estratégico até o operacional. Assim, a logística procura definir processos de forma eficiente de armazenagem (matérias-primas, insumos e produtos acabados), manufatura e distribuição. Para Rojas (2014), a logística é o processo de planejamento, econômico das matérias-primas e/ou produtos acabados, utilizando-se de informações relevantes desde o ponto de origem até destino (consumidor final), com propósito de atender as exigências dos clientes.

Também é uma questão de logística ter estoque disponível. As cadeias logísticas são complexas e sensíveis, dependem das demandas em constante mudança. Essa cadeia não garante valor sem estoque efetivo e organizado. Segundo Platt (2015), os integrantes da cadeia logística devem conhecer as necessidades de clientes internos, e

¹ Acadêmico do Curso Administração - Centro Universitário UNIVEL

² Orientador: Professor Mestre em Administração do Curso de Administração – Centro Universitário UNIVEL.

externos (fornecedores, fabricantes, clientes), ao longo do processo logístico, gerando fluxos ágeis, confiáveis e rápidos, com custos reduzidos, trazendo competitividade à cadeia logística.

Neste contexto, a cadeia logística aplica métodos de controle de estoque através de atividades: acuracidade do estoque, planejamento e a programação de materiais no processo de manufatura parte fundamental da retroalimentação dos sistemas de ressuprimento da armazenagem. Sob este enfoque, Missawa (2013), descreve que os sistemas de controle de estoque auxiliam em duas questões básicas, a primeira é a aquisição de um produto em certa quantidade, para suprir a demanda durante certo período, e a segunda que visa determinar o tempo de reposição.

O uso de ferramentas aplicadas aos estoques evita-se a tomada de decisões precipitadas e custos decorrentes do excesso de estoque. Como o próprio nome sugere, o controle de estoque auxilia a manutenção dos recursos aplicados aos estoques para evitar a deterioração e obsolescência do produto. O estoque não agrega valor ao produto, dessa forma, reduzi-lo até o nível que se possa trabalhar é uma alternativa de reduzir custos, e agregar ao processo de produção (GISLON, 2012).

Este estudo procura analisar a influência da aplicação dos métodos de ressuprimento na empresa N.T. Ltda município de Cascavel – Paraná, em relação ao Lote Econômico, Sistema de Reposição Contínuo.

Este artigo apresenta na sequência as teorias de valores mais utilizadas, e adotadas neste estudo. Seguindo-se os procedimentos metodológicos, a apresentação e discussão dos resultados, finalizando-se com as considerações finais.

2. Desenvolvimento

2.1. Conceito de Logística

A logística apresenta um papel fundamental nas organizações, fazendo com que o fluxo de materiais, informações e pedidos de maneira geral ocorram da maneira correta. No entendimento de Sakai (2005, p.12), é através dos processos logísticos “que insumos chegam até as fábricas e os produtos são distribuídos aos consumidores”.

Para Platt e Nunes (2007), afirmam mesmo com o desenvolvimento das economias mundiais com o auxílio das atividades e conhecimentos logísticos, a logística militar são utilizadas e influenciam significativamente os conceitos logísticos utilizados atualmente.

Nesse sentido, Silva e Loos (2017), afirmam que tendo em vista que no cenário atual o adequado uso da logística pode gerar vantagem competitiva e evitar custos desnecessários. Sendo assim, a logística tem por objetivo prover bens ou serviços da maneira correta, no lugar correto, no momento correto e nas condições estabelecidas ao menor custo possível. Pelo fato de vivermos em um momento em que a alta competitividade é indiscutível, é compreensível entender as empresas têm preocupação com custos relacionados à logística, e buscam incansavelmente a eficiência, maior participação de mercado e nível de serviço de excelência, tornando-as competitivas (FACHINI, 2016).

Nesse sentido, é possível afirmar ainda que a “logística está diretamente ligada à satisfação do cliente, porém ela é pouco difundida e aproveitada, pois necessita de mão de obra qualificada, boa infraestrutura, dentre outros fatores que precisariam de relevantes e onerosos investimentos” (NETO; SANTANA, 2015, p.97)

2.2. Gestão de materiais

De acordo com Galhardi (2009, p.2), afirma que a gestão de materiais “é uma atividade que abrange a execução de todas as tarefas de suprimento, transporte e manutenção do material em uma organização”. Na opinião de Reis (2012, p.38), a gestão de materiais “é o que deve ser comprado, quando deve ser comprado, quando deve ser comprado, porque preço deve ser comprado, entre outras”.

Nesse sentido, Nunes (2013) descreve que o principal objetivo da gestão de materiais, é controlar o fornecimento dos materiais envolvidos na produção, ou seja, da aquisição até armazenagem. Para Fenili (2016), os principais objetivos da gestão de materiais são suprir com aquilo que é necessário a organização, além da redução de custos. A gestão de materiais refere-se ao “planejamento, realização do controle do fluxo material, desde a solicitação do material, passando pela compra e pelo efetivo consumo” (RAMOS, *et. al.*, 2018, p.5).

Nesse sentido, Furlan (2012), afirma que é de responsabilidade do setor de compras garantir as solicitações de materiais no tempo e na quantidade certa. Antunes (2012, p.7) salienta que a gestão de materiais “apresenta-se como uma atividade estratégica para melhoria do desempenho e da eficiência das cadeias de suprimentos”. Segundo Andrade (2011), explica que prever a demanda de maneira geral é uma grande

dificuldade nos dias de hoje, isso porque existem muitas incertezas e riscos, o que exige grande atenção nessa tarefa.

2.3. Modelo de previsão de estoques

A previsão de estoques é importante no processo de tomada de decisão, para evitar custos desnecessários e melhor competir no mercado, atendendo melhor as necessidades dos clientes. Escolher um modelo depende de fatores como prazo, sendo que a incerteza sempre existirá (ACCIOLY, *et al.*, 2008).

Se anteceder com relação à demanda é essencial na previsão, para que se possa agendar e gerenciar as compras com os fornecedores no momento correto, de forma a se reduzir itens desnecessários (SILVA, 2008).

Para Maciel (2012), classifica as previsões como “estimativas do futuro”, com a finalidade de evitar custos desnecessários e fatores negativos para a organização. Na opinião de Borba (2015, p.12), a previsão de demanda “eficaz, faz com que todo o processo produtivo esteja integrado aos processos de produção, minimizando os custos com a estocagem”.

Ainda, Gomes *et.al.*, (2016), ressaltam que o sucesso ou fracasso nas operações da organização estão diretamente ligados à previsão, sendo que probabilidade, estatística e outros cálculos matemáticos normalmente são utilizados. As decisões quando se tratam de estoque, são tomadas a partir das movimentações que ocorrem nas atividades decorrentes da chegada até a saída de mercadorias (JUNIOR *et. al.*, 2004).

O dimensionamento de estoques normalmente se dá a partir de métodos qualitativos, com o objetivo de auxiliar diretamente no suprimento de estoques, sendo que o mais correto é utilizar métodos quantitativos para maior precisão e assertividade, o que tem sido raro atualmente (GIANESI; BIAZZI, 2011).

Para Rios *et. al.*, (2012), o dimensionamento envolve a maneira como materiais (matéria-prima, insumos e produtos acabados) devem ser mantidos em estoque, além da preocupação com os custos e o consumo envolvidos no processo.

2.3.1. Sistemas de revisão contínua

Para Peinado e Graeml (2007, p.721), estoque do material “é continuamente monitorado até que se atinja um nível pré-determinado. Este nível é denominado como ponto de ressuprimento. Quando o estoque atinge o ponto de ressuprimento, é feito um

pedido de um lote de compras de tamanho fixo. O pedido de compra não será atendido imediatamente, existe um espaço de tempo entre a colocação do pedido no fornecedor e sua respectiva entrega denominada por tempo de ressuprimento ou *lead time*”, conforme fórmula:

$$PR = (D_m \times TR) + ES, \text{ onde:}$$

PR= Ponto de ressuprimento

D_m= Demanda média

TR= Tempo de ressuprimento (Lead Time)

ES= Estoque de segurança

Para Costa *et al.*, (2010), revisão contínua reduz a necessidade de estoque de segurança, esse sistema necessita apenas salvaguardar variações não previstas durante o *lead-time*. Tem como objetivo determinar um ponto de reposição, que quando é atingido um novo pedido é efetuado, o que condiz com o nome que é mais conhecido: ponto de pedido (ROSA, *et. al.*, 2010).

Por sua vez, Missawa (2013), afirma que o sistema de revisão contínua é o modelo mais conhecido e utilizado, e tem por característica a reposição no ponto de pedido. A frequência dos pedidos varia, entretanto a quantidade é linear e pode-se determinar através do lote econômico de compras, sendo que este sistema é mais promissor em estoques com controle através de computadores (VACCARI; MEDEIROS, 2016).

2.3.2. Lote econômico

Acompanhando a ideia do sistema de revisão contínua, o lote econômico efetua uma ordem de compra toda vez que o ponto de ressuprimento for atingido, de maneira a se precaver a falta de materiais (BRITO, 2010).

Todo aumento de estoque implica em custos e manutenção, entretanto quando se trata de um aumento no lote econômico de compras, como o nome pressupõe, custos por unidade e demais envolvidos são reduzidos, o que é um importante foco na tomada de decisão (BITENCOURT; CAVALCANTE, 2013).

Na opinião de Dassan *et. al.*, (2015), o fator estrutura organizacional no que se refere à viabilidade de aplicação do lote econômico de compras, pode impedir que os resultados fossem conforme esperado, por mais que a precisão quantitativa seja de ótimo nível. Segundo Queiroz (2016), quando surge uma demanda por um produto, um prazo é

determinado ou estipulado, levando em consideração a conquista da quantidade necessitada ou desejada, o que é mais conhecido como “tempo de ressuprimento”. Sendo assim, o cálculo do lote econômico de compras se dá pela seguinte equação:

$$Le = \sqrt{\frac{2 \times \text{Demanda} \times \text{Custo do pedido}}{\text{Custo de armazenagem}}}$$

Le= Lote Economico

D= Demanda

CP= Custo do Pedido

CA= Custo da Armazenagem

Nesse sentido, Carneiro *et. al.*, (2017, p.40), afirma que “se aplicado de forma correta tende a reduzir os custos de materiais e aumentar a eficiência do espaço utilizado pelo estoque de produtos”. Quando se sabe quais produtos costumam sair mais e quais menos em um estoque, pode-se classificá-los e evitar faltas, desperdícios e consequentes custos de manutenção.

3. Metodologia

A metodologia de pesquisa utilizada neste estudo enquadra-se, quanto aos fins, em descritiva, esta metodologia normalmente é utilizada para fins de conhecimentos sociais e culturais, para análise de diversos fatores, e ocorre de modo qualitativo (PRAÇA, 2015).

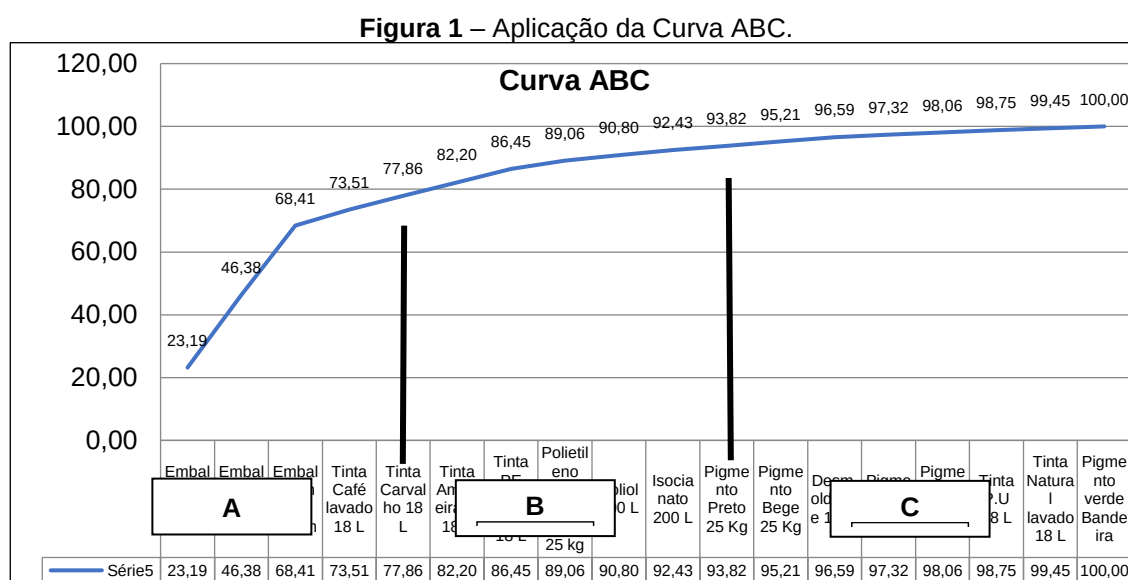
Nesta perceptiva o estudo consiste em uma pesquisa documental, para Souza *et al.*, (2013), afirmam que a pesquisa documental vale-se de materiais que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa. Os dados secundários foram obtidos de duas formas, primeiramente, utilizou-se a técnica de observação, na sequência foram a coleta dos registros das matérias primas (Entrada e Saída), com base no saldo em estoque, entre janeiro/2019 a janeiro/2020, obtidos no setor fiscal, por meio de relatórios oferecidos pelo sistema interno da empresa. E após, foi produzida uma planilha do programa Microsoft Office Excel® 2010, para obter-se a classificação ABC pela média do preço de venda, multiplicada pela quantidade consumida durante o período da análise, consequentemente, pode-se gerar uma porcentagem relativa sobre as vendas e seguidamente a classificação ABC dos respectivos itens do estoque na proporção 80% x 15% x 5%. A verificação das interpretações e dos dados durante a pesquisa foi no final do período de cada coleta e checadas com o gestor responsável pelos estoques. Houve um acordo prévio para a não

divulgação do nome da empresa, neste caso, utilizou-se nome fictício. As atividades de análise concentram-se em tabelas, esta à alienação do pesquisador e a consequente retificação da mecânica dos dados da pesquisa.

4. Resultados

4.1. Identificação da Ferramenta de Classificação ABC nos produtos de relevância nos estoques da empresa objeto de estudo

A curva ABC é um meio mais simples e para solucionar problemas no gerenciamento de estoques. Seguindo a metodologia do estudo, foi possível construir a ferramenta Curva ABC com produtos (matérias-primas) que possuem um alto, baixo e médio impacto econômico, conforme apresentado na figura 1:



Fonte: Elaborado pelo autor do estudo (2020).

Verifica-se na figura 1, que os 5 (cinco) primeiros dos itens da lista são responsáveis por aproximadamente 77,86% da margem de lucratividade da empresa objeto de estudo. Já 6 (seis) itens representam aproximadamente 15,96% da lucratividade, tem uma atenção mais reduzida, se comparada com o item anterior. Os últimos 7 (sete) itens são responsáveis por apenas 6,18% da margem de lucratividade e de menos importância para empresa.

4.2. Aplicação dos métodos de ressurgimento em relação ao Lote Econômico, Sistema de Reposição Contínuo.

Aplicou-se nos cinco itens de maior rotatividade e frequência de compra através da ferramenta Curva ABC, ou seja, foram definidos os itens de Classe A (matérias-primas) do estoque em questão, a partir disso foi aplicado o Método de Sistema de Revisão Contínua e o Lote Econômico de Compras, a empresa objeto de estudo tem um acordo com fornecedores do tempo de reposição destes materiais de 20 dias, o custo do pedido R\$ 1,20, custo de armazenagem de R\$ 42,00 e mantêm um estoque de segurança de 200 unidades, conforme tabela 1:

Tabela 1 – Aplicação dos Métodos de Revisão Contínua e Lote Econômico.

Itens Classe A	Demanda (Unid.)	Sistema de Revisão Contínuo (Unidades)	Lote Econômico (R\$)
Embalagem 100x140 cm	40.000	27.000	47,81
	50.000	33.700	53,45
	60.000	40.400	58,55
Embalagem 64x105 cm	40.000	27.000	47,81
	50.000	33.700	53,45
	60.000	40.400	58,55
Embalagem 50 x 69 cm	40.000	27.000	47,81
	50.000	33.700	53,45
	60.000	40.400	58,55
Tinta Café Lavado 18 Lts.	1.200	1.004	34,29
	2.000	1.540	114,29
	2.200	1.674	125,71
Tinta Carvalho 18 Lts.	1.000	870	57,14
	1.500	1.205	85,71
	2.000	1.540	114,29

Fonte: Elaborado pelo autor do estudo (2020).

Verifica-se na tabela anterior, a influência da demanda na aplicação dos métodos proposto no estudo, item Embalagem (100x140cm), a demanda de 40.000 a 50.000, aumento de 24,81% e 11,80%, já a Embalagem (64x105cm), a demanda de 50.000 a

60.000, aumento de 19,88% 9,54% e na sequência a Embalagem (50x69cm), à demanda de 40.000 e 60.000, aumento de 19,88% e 22,46% respectivamente em cada método. Observa-se a mesma tendência e alinhamento com os resultados obtidos quando do aumento da demanda.

Com isso, têm-se parâmetros dos métodos de ressuprimento que tomou dois caminhos diferentes para fins de comparação: (i) volume de demanda das matérias-primas em estoque, (ii) volume de demanda com custos de aquisição mais elevados, neste caso estabelece um nível fixo de reposição que, ao ser atingido, dispara a emissão de um novo pedido de tamanho pré-definido.

5. Considerações Finais

Desta maneira, percebe-se que a empresa objeto de estudo no gerenciamento de estoque necessita monitorar os níveis de estoque e focar em processos de pedido que garanta a disponibilidade das matérias-primas, pronta para reposição. Na realidade, a empresa não tem capital de giro para estocar cada SKU nos níveis necessários para 100% de disponibilidade. Em vez disso, ela equilibra os custos de manutenção de estoque, com o risco de não ter o suficiente, mas com o planejamento de reposição inteligente será capaz de equilibrar esse risco de investimento em estoque.

Na sequência, conhecida o custo de pedido e custo de armazenagem da empresa objeto de estudo, além do valor da demanda total anual, pôde-se calcular o lote econômico de compra, assim, foi possível a determinação de um valor como do lote econômico de compra, neste caso, o resultado serviu de base para equacionar o problema de manufatura e a revisão das políticas de dimensionamento e a redução dos custos de estocagem.

Foi relevante destacar na pesquisa a necessidade do monitoramento constante dos estoques de matéria-prima, além de avaliar novas possibilidades de equilibrar a demanda por itens de alta rotatividade, reduzindo os custos de estocagem.

E por fim, é relevante ressaltar que os métodos de reposição contínua e do lote econômico não tem a pretensão de testar teorias, mas descobrir e elaborar hipóteses fundamentadas em dados que podem a ser testadas do ponto de vista estatístico. Por isso a explicação do processo de estocagem a fim de equilibrar a demanda, assim definir metas de nível de serviço (metas de atendimento de pedido) com base em fatores na baixa demanda das matérias-primas.

REFERÊNCIAS

ACCIOLY, F. *et. al.*, **Gestão de estoques**. 1ª Edição. Editora FGV: Rio de Janeiro – RJ, 2008.

ANDRADE, Rafael. **Gestão de estoques**: Uma revisão teórica dos conceitos e características, 2011. Belo Horizonte. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2011TNSTP135857/19270.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2020.

ANTUNES, Pedro. **Gestão de compras**. Caso de estudo na *Newvision*, 2012. Lisboa. Disponível em: [https://run.unl.pt/bitstream/10362/8514/1/Antunes 2012 .pdf](https://run.unl.pt/bitstream/10362/8514/1/Antunes%202012.pdf). Acesso em: 26 abr. 2020.

BITENCOURT, W; CAVALCANTE, W. **Determinação de lote econômico de compra dos produtos classe A de uma papelaria**, 2013. Belém. Disponível em: https://www.academia.edu/16594370/determina%C3%87%C3%83%C3%A9-dolote-econ%C3%94micodecompradosprodutosclasseadeuma_papelaria. Acesso em: 10 mai. 2020.

BORBA, Flávia. **O processo de compras de produtos e de estoque gestão**, 2015. Joinville. Disponível em: [http://joinville.ifsc.edu.br/~bibliotecajoi/ arquivos/ tcc/ gh2016 /161060.pdf](http://joinville.ifsc.edu.br/~bibliotecajoi/arquivos/tcc/gh2016/161060.pdf). Acesso em: 26 abr. 2020.

BRIOZO, Rodrigo. **Gestão de estoques com curva ABC**: Um estudo de caso no agronegócio brasileiro, 2011. Piracicaba. Disponível em: [https:// esalqlog. esalq .usp.br/upload/kceditor/files/2015/05/Gest%C3%A9o-de-estoques-com-Curva-ABC-um-estudo-de-caso-no-agroneg%C3%A9o-brasileiro.pdf](https://esalqlog.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/2015/05/Gest%C3%A9o-de-estoques-com-Curva-ABC-um-estudo-de-caso-no-agroneg%C3%A9o-brasileiro.pdf). Acesso em: 11 mai. 2020.

BRITO, Taíanna. **Aplicação de modelos de gestão de estoques para controle de ressurgimento em uma pequena empresa industrial**: Um estudo de caso, 2010. Juiz de Fora. Disponível em: [http://www.ufjf.br/engenhariadeproducao/ files/ 2014/ 09/20103Ta%C3%ADna.pdf](http://www.ufjf.br/engenhariadeproducao/files/2014/09/20103Ta%C3%ADna.pdf). Acesso em: 10 mai. 2020.

CARNEIRO, P. *et. al.*, **Aplicação do modelo do lote econômico de compras visando a redução de custos em um armazém de uma empresa de material de construção**, 2017. Sergipe. Disponível em: [https://ri.ufs.br/ bits tream/riufs/7574/2/ AplicacaoModeloLote.pdf](https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/7574/2/AplicacaoModeloLote.pdf). Acesso em: 10 mai. 2020.

COSTA, João Paulo; DIAS, Joana Matos; GODINHO, Pedro. **Logística**. 1ª edição. Coimbra: Editora Norprint Ltda, 2010.

DASSAN, E. **Otimização dos custos com a aquisição de matéria-prima através do lote econômico de compras e da melhoria do arranjo físico de recebimento em uma empresa**, 2015. São Paulo. Disponível em: [https:// www.revistaespacios. com/a15v36n17/15361715.html](https://www.revistaespacios.com/a15v36n17/15361715.html). Acesso em: 10 mai. 2020.

FACHINI, Germano. **Logística aplicada a gestão de estoques**: Fundamentos administrativos e fatores críticos para a gestão, 2016. Limeira. Disponível em: [http:](http://)

//www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=000977876. Acesso em: 07 abr. 2020.

FENILI, Renato. **Gestão de materiais**. 2ª edição. Brasília – DF. Editora Enap, 2016.

FURLAN, Mateus. **Gestão de compras em serviços de saúde**: Um estudo de caso em uma instituição pública de Santa Maria/RS, 2012. Santa Maria. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/1804/FurlanMateusViero.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 26 abr. 2020.

GALHARDI, M. *et. al.*, **Administração de materiais**, 2009. Lins. Disponível em: http://www.unisalesiano.edu.br/encontro_2009/trabalho/aceitos/CC3688_9801822.pdf. Acesso em: 23 abr. 2020.

GIANESI, I; BIAZZI, J. **Gestão estratégica dos estoques**, 2011. São Paulo. Disponível em: https://www.insper.edu.br/en/wp-content/uploads/2013/12/2011_wpe244.pdf. Acesso em: 09 mai. 2020.

GISLON, Leticia. **Planejamento e controle da produção**. Gestão da demanda e estoques, 2012. Ponta Grossa. Disponível em: <http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/1442/3/PGCEGIPMVII201214.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2020.

GOMES, M. *et. al.*, **Planejamento estratégico na logística**: Etapas e Estratégias para a Implementação, 2016. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/sbijournal/article/view/10252/7147>. Acesso em: 23 abr. 2020.

JUNIOR, A. *et. al.*, **Dimensionamento do estoque para uma micro empresa no setor alimentício utilizando como ferramenta de apoio a curva ABC**, 2004. Florianópolis. Disponível em: http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep_2004enegep01121972.pdf. Acesso em: 09 mai. 2020.

MACIEL, L. **Análise da acuracidade na gestão de estoque em uma empresa do ramo metalmecânica de Chapecó/SC**, 2012. Chapecó. Disponível em: <https://uceff.edu.br/anais/index.php/engprod/article/download/87/90/>. Acesso em: 08 mai. 2020.

MENCATO, Wilian. **Aplicação da curva ABC na estratégia de suprimentos – Um estudo de caso**, 2016. Curitiba. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/52044/r%20-%20e%20-%20wilian%20mencato.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 11 mai. 2020.

MENDONÇA, L; RIBEIRO, T. **Utilização da curva ABC como proposta de melhoria para a gestão de estoques em uma confecção de lingerie**, 2017. [S.I.] Disponível em: <https://even3.azureedge.net/anais/43391.pdf>. Acesso em: 11 mai. 2020.

MISSAWA, Vanessa. **Estudo de modelos de reposição de estoque para uma distribuidora de produtos importados**, 2013. São Paulo. Disponível em: <http://pro.poli.usp.br/wp-content/uploads/2013/10/TF-Vanessa-Missawa.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2020.

NETO, U; SANTANA, L. **Logística e serviço ao cliente como estratégia competitiva**. Vol. 02. RIC Cairu. 2015. Disponível em: <https://www.cairu.br/riccairu/pdf/artigos/2/07logisticaservicoclientE.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2020.

NUNES, Rogério. **Administração de materiais**. 2ª edição. 2013. Florianópolis. Disponível em: http://arquivos.eadadm.ufsc.br/eadadm/uab20111/modulo6/admmateriais/material_didatico/apostila%20-%20adm%20materiais%20uab%202ed%20final%20grafica.pdf. Acesso em: 23 abr. 2020.

OLIVEIRA, Carla. **Curva ABC na gestão de estoque**, 2011. Lins. Disponível em: <http://www.unisalesiano.edu.br/simposio2011/publicado/artigo0075.pdf>. Acesso em: 11 mai. 2020.

PALOMINO, R. *et. al.*, **Aplicação da curva ABC na gestão de estoque em uma micro empresa de Aracaju-SE**, 2018. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/tnstp25848035928.pdf>. Acesso em: 11 mai. 2020.

PEINADO, Jurandir; GRAEML, Alexandre Reis. **Administração da Produção: operações industriais e de serviços**. 1ª Edição. Curitiba: Editora Unicenp, 2007.

PLATT, A.; NUNES, R. **Logística e Cadeia de Suprimento**, 2007. Florianópolis. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/JanserGomes/livro--em-cadeia-de-suprimentos>. Acesso em: 07 abr. 2020.

PRAÇA, Fabiola. **Metodologia da pesquisa científica: Organização estrutural e os desafios para redigir o trabalho de conclusão**, 2015. Sertãozinho. Disponível em: <http://uniesp.edu.br/sites/biblioteca/revistas/20170627112856.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2020.

QUEIROZ, Igor. **Proposição de metodologia de cálculo de lote econômico de fabricação em uma indústria de refrigerantes**, 2016. Brasília. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/17777/1/2016_IgorAmaralQueiroz_tcc.pdf. Acesso em: 10 mai. 2020.

REIS, Ana. **Gestão de materiais: Fator determinante no controle de matérias-primas e produtos acabados**, 2012. Paracatu. Disponível em: http://www.tecsoma.br/tcc_administracao/2-2012/TCC%20Finalizado%20ANA.pdf. Acesso em: 23 abr. 2020.

RIOS, F. *et. al.*, **Práticas de Gestão de Estoques em Hospitais: Um estudo de Casos em Unidades do Rio de Janeiro e de São Paulo**, 2012. Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2012_GOL1309.pdf. Acesso em: 09 mai. 2020.

ROJAS, Pablo. **Introdução à logística portuária e noções de comércio exterior**. 1ª Edição. Porto Alegre: Editora Bookman, 2014.

SAKAI, Jurandir. **A importância da logística para a competitividade das empresas: estudo de caso na indústria do polo de Camaçari - BA**, 2005. Salvador. Disponível em: http://www.adm.ufba.br/sites/default/files/publicacao/sasakidissertacao_final.pdf. Acesso em: 07 abr. 2020.

SILVA, J; LOOS, M. **As melhorias no processo de distribuição logística por meio do planejamento de aderência de tempo**. [S.I.] 2017. Disponível em: <https://www.revistaespacios.com/a17v38n19/a17v38n19p34.pdf>. Acesso em: 07 abr. de 2020.

SOUZA, D. *et. al.*, **Planejamento estratégico e logístico como fator de crescimento para uma empresa de ecoturismo**. Revista de ciências gerenciais. Vol. 14. 2010. Valinhos. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/1fbf/86e1fabdafa555963139166c128f4a4e1f96.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2020.

VACCARI, H; MEDEIROS, L. **Gestão de estoques em uma indústria de água mineral**, 2016. Vitória. Disponível em: http://mecanica.ufes.br/sites/engenharia_mecanica.ufes.br/files/field/anexo/2016-1henriquedealmeidavaccarieleonardofernandesmedeiros.pdf. Acesso em: 10 mai. 2020.

MÍDIAS DIGITAIS E SUA POSSIBILIDADE DE INFLUÊNCIA NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS.

Emanoelly Roberta Sehnem¹
Alex Sandro Rodrigues dos Santos²

Resumo: O presente artigo retrata uma pesquisa descritiva conduzida através da aplicação de questionários aos micros e pequenas empresas da região oeste do Paraná, voltado ao uso das mídias digitais na prática do marketing. Partindo-se da hipótese, de que as mídias sociais podem ser ferramentas importantes para o marketing, pretende-se identificar qual o cenário do uso das mídias digitais nas vendas das micro e pequenas empresas da região oeste do Paraná. Deu-se especial ênfase aos micros e pequenas empresas que exercem as atividades de venda de produtos e prestação de serviços. O artigo também aponta o marketing digital, expondo as principais mídias digitais em destaque na internet e as diferenças de enquadramento entre microempresa, empresa de pequeno porte e microempreendedor individual. Trata-se de uma reflexão oriunda de uma pesquisa ainda em andamento e, portanto, sem pretensão de respostas conclusivas.

Palavras-chave: 1. Pesquisa descritiva 2. Questionários 3. Micro e pequenas empresas 4. Mídias digitais 5. Cenário.

1. Introdução

No presente texto será abordado a influência que as mídias digitais podem exercer sobre as micro e pequenas empresas potencializando a suas marcas. Na contemporaneidade as mudanças são constantes em todos os aspectos da vida do sujeito, suas relações sociais, econômicas e culturais sofrem alterações cotidianamente relacionado principalmente com a expansão do uso da internet. A agilidade que a internet está se propagando e conseguindo conquistar novos usuários é uma das maiores transformações que ocorreram nas últimas décadas.

Os usuários estão ampliando o contato com as mídias sociais, essas mídias consistem em um conjunto de sites que possibilitam o compartilhamento de fotos, vídeos e textos. Apresentando-se como uma importante ferramenta de divulgação, nesse sentido as mídias digitais podem ser utilizadas por micro e pequenas empresas para alavancar seu desempenho.

Nesse sentido, para evitar fechamento precoce das Micro e Pequenas Empresas deve ser realizada uma profunda análise comercial do produto ou serviço ofertado, antecipadamente o empresário verifica seu produto ou serviço se tem potencialidade de

¹ Administração (UNIVEL 2019)

² Mestre, Especialista (maior titulação do Professor Orientador).

aceitação pelo consumidor. Como também deve averiguar a acessibilidade do ponto, a compatibilidade do preço com o ofertado pelo mercado e a pretensão de investimento em propagandas e seus alcances. É pertinente que todas as áreas do negócio apresentem um claro direcionamento e o marketing esteja inserido no cotidiano da tomada de decisão da empresa.

As micro e pequenas empresas poderiam utilizar desse recurso para gerar novas oportunidades, aperfeiçoando a sua comunicação direta com o seu possível cliente final. Através das mídias sociais os consumidores são sensibilizados pelas organizações que investem na geração e fortalecimento da imagem de sua marca, por muitas vezes descartando a necessidade de um ambiente físico. O marketing digital proporciona uma interação entre consumidor e empresa, no qual o cliente pode se engajar e disseminar a imagem da empresa positivamente ou negativamente.

A pesquisa se relaciona com um nicho em evidente avanço, possibilitando atingir muitos interesses. Enfatiza-se que a internet é um instrumento que reduz a distâncias entre as empresas, além das aplicações de relacionamento com clientes e comércio eletrônico, também funciona como alternativa eletrônica de comunicação que diminui custos. Como também, a internet pode ser utilizada para outros fins, tais como relacionamento com fornecedor, trabalho colaborativo e redução de custos operacionais com reengenharia de processos de negócios.

Percebendo o grande potencial do uso da internet no mundo, este presente trabalho busca entender os possíveis impactos do uso das mídias digitais na prática do marketing realizado pelas micro e pequenas empresas na região oeste do Paraná, ao analisar e identificar as dificuldades apresentadas pelas micro e pequenas empresas para promover o marketing de seus produtos e serviços. O uso das mídias digitais para promover um impacto positivo nas micro e pequenas empresas. A necessidade do entendimento do cenário do uso das mídias como ferramenta de marketing no Brasil é voltada as grandes oportunidades encontradas na internet. No entanto, esta pesquisa se limita a retratar o uso das mídias digitais nas micro e pequenas empresas do oeste do Paraná. Por fim, será que as micro e pequenas empresas usufrui dos recursos gratuitos existentes na internet para a ampliação de suas vendas?

2. Referencial Teórico

O uso da Internet como Ferramenta de Marketing

Na presente pesquisa procura-se estudar as mídias digitais como uma ferramenta do marketing, com o intuito de compreender o cliente e oferecer o produto ou serviço que atenda sua necessidade. É pertinente salientar que o marketing digital propicia à empresa um maior acesso dos usuários sob seus produtos, independentemente do porte da empresa a tecnologia é capaz de ser utilizada como um canal direto com o cliente, possibilitando prestígio e reconhecimento à empresa. Por outro lado, a exposição nas mídias sociais aciona o julgamento dos usuários, nesses espaços as empresas são julgadas pelo produto ou serviço prestado e não pelo porte.

Para compreender a importância do marketing será apresentado a definição dessa atividade. Por marketing entende-se como uma atividade criativa, capaz de comunicar, ofertar um processo de trocas entre consumidores e empreendedores. Segundo a American Marketing Association (AMA) (2017) o “marketing é a atividade, conjunto de instituições e processos para criar, comunicar, entregar e trocar ofertas que têm valor para os clientes, parceiros e sociedade em geral”.

Essa criação da relação de troca pautada em profundo conhecimento e interação com o cliente possibilita a efetivação de um relacionamento lucrativo e de valor como afirma o teórico Philip Kotler.

O marketing é um processo administrativo e social pelo qual indivíduos e organizações obtêm o que necessitam e desejam por meio da criação e troca de valor com os outros. Em um contexto mais específico dos negócios, o marketing envolve construir relacionamentos lucrativos e de valor com os clientes. Assim, definimos como o processo pelo qual as empresas criam valor para os clientes e constroem forte relacionamento com eles para capturar seu valor em troca. (Kotler, 2007, p 4).

No entanto, todo o exposto referia-se ao marketing em geral, fazendo-se necessário a apresentação do marketing digital, objeto discutido por essa pesquisa. De acordo com Ferreira Junior e Azevedo (2015) o marketing digital é a atividade estratégica da empresa que utiliza ferramentas de marketing por meio da internet. É um trabalho que tem objetivo de fidelização do cliente, por meio dela é possível ter uma avaliação instantânea do impacto das estratégias de comunicação e gerar uma aproximação entre a empresa e o consumidor.

Para o marketing convencional é um desafio contínuo atrair, relacionar-se e fidelizar o consumidor. No marketing digital, apesar de poder ser considerado novo, apresenta sua eficácia quando é bem planejado e executado. Segundo Baroni (2011) o cliente digital pode vir a ser um bom parceiro, caso esteja bem informado e satisfeito com a sua compra. Além de que por seu baixo custo de produção e veiculação, a Internet vem sendo utilizada em larga escala, atingindo públicos de diversas classes socioeconômicas, segundo Pinheiro e Gullo (2013).

Com isso, é importante apresentar as diferenças existentes entre o marketing digital e o marketing tradicional. Os autores Vettori e Ferreira Junior (2013) elencaram as práticas divergente, práticas que vão além de métodos utilizados. Como os veículos: o marketing das mídias sociais ocorre por meio da auto publicação de conteúdo gerado pelos usuários, enquanto o tradicional ocorre, principalmente, por meio da televisão, do rádio, de impressos, entre outros.

Sobre os custos, os autores Vettori e Ferreira Junior (2013) afirmam que marketing digital requer um investimento muito menor que o tradicional costuma exigir. Outra diferença é que nas mídias sociais a base é o marketing “puxa”, no qual os consumidores procuram informações das empresas que devem fornecê-las de modo reativo se quiserem atender às necessidades do consumidor. Já no marketing tradicional a base é o marketing “empurra”, no qual a empresa empurra a informação para o consumidor e espera que ele reaja de um modo específico.

Por fim, os autores Vettori e Ferreira Junior (2013) expõem as diferenças nas mensagens, nas mídias sociais as mensagens emitidas pela empresa, em geral, são mais sutis e muitas vezes transmitidas pelos próprios consumidores. Com isso a interatividade também é diferente: o marketing tradicional costuma gerar mensagens unilaterais, enquanto o marketing digital possibilita participação e interatividade o que gera contínuas conversações entre empresa e consumidores.

No entanto, o marketing digital e o marketing podem e ser executados concomitantemente quando possível. Como também apresentado por Vettori e Ferreira Junior (2013, p. 6) o marketing digital por si só pode gerar resultados, porém, se for aplicado em conjunto com tática do marketing tradicional, o efeito será o melhor possível. Pode-se, por exemplo, utilizar as estratégias de marketing tradicional para divulgar as atividades de marketing nas mídias sociais e vice-versa. Para que essa integração

funcione da melhor maneira, é necessário entender as diferenças que fazem com que essas duas distintas de marketing se completem

Portanto, as abordagens expostas contribuem para a composição de uma disciplina de marketing e para a elaboração de estratégias integradas. Diante do exposto, evidenciando a importância das reflexões e produções sobre essa atividade que atinge milhares de pessoas na contemporaneidade.

Sobre o marketing estratégico e sua conceitualização, Braulio Oliveira afirma “o marketing estratégico é um processo gerencial que tem por filosofia se orientar pelo mercado e por princípio gerar valor superior para o cliente.” (OLIVEIRA, 2011, p. 91). E busca desenvolver e efetivar o crescimento através de estratégias no âmbito competitivo, posicionando corretamente a empresa no mercado. Nesse sentido, é viável o uso da internet como ferramenta estratégica.

Para dar continuidade na análise sobre a importância do uso das mídias digitais para a realização do marketing das micro e pequenas empresas, será apresentando as diferentes facetas dispostas na internet como sites e redes sociais.

Por site, segundo Lucena (2009), entende-se por um conjunto de páginas web, isto é, de hipertexto acessíveis geralmente pelo HTTP na internet. O conjunto de todos os sites públicos existentes compõe a World Wide Web. Para Ogden e Crescitelli (2007, p. 104) o site web da empresa pode oferecer informação, entretenimento, serviço ou demonstração de produto. Como também, há possibilidade de dispor catálogos virtuais e showrooms eletrônicos, visando criar um relacionamento com o cliente e gerando vendas por meio do site web, um dos canais tradicionais.

As redes sociais são bastantes diversificadas, mas será citado algumas das ferramentas mais famosas na contemporaneidade, como o Facebook que foi lançado em 2004 pelo seu CEO fundador Mark Zuckerberg é voltado ao relacionamento entre pessoas. O site permite que seus usuários conheçam uns sobre os outros, é possível seguir os amigos, celebridades e influencers que apreciam. Para as empresas, o Facebook oferece as fanpages que possibilita um modelo de comunicação e de organização mais corporativo do que os das páginas normais, outro benefício é que a marca pode escolher se irá permitir que o público deixe sua avaliação, segundo Costa. (2017, p. 117).

Outra rede social que tem a sua importância pelo volume de acesso é o Instagram que foi lançado no dia 6 de outubro de 2010. Consiste em uma plataforma que prevalece

a troca de imagens, a transmissão de vídeos curtos, stories que permite a transmissão de vídeos ao vivo que apagam quando a transmissão acaba, ou 24 horas após a publicação. Há também o recurso do Direct que é um canal de conversa dentro da plataforma. De acordo com Costa (2017, p. 122), no âmbito corporativo, por vezes, são utilizados no Instagram textos um pouco maiores que a média. Isso pode ser uma estratégia eficiente para transmitir uma mensagem de posicionamento de marca, construída post a post, comunicação continua.

Uma outra ferramenta muito acessada pelos usuários da internet é o aplicativo WhatsApp que foi criado em 2009 e comprado pela empresa Facebook em 2014. O aplicativo é usado por mais de um bilhão de pessoas. O aplicativo é gratuito, possibilitando a realização de chamadas de voz e vídeo sem custo. O aplicativo possibilita que os usuários enviem áudios, textos, fotos, mensagens de voz. As empresas podem manter um relacionamento com o cliente, realizando vendas, negociações, pesquisa de mercado, enviar vídeos e links.

Por fim, é relevante citar a plataforma denominada Youtube, fundada no dia 14 de fevereiro de 2005 pelos ex-colegas de trabalho PayPal Chad Hurley, Steve Chen e Jawed Karim. A ideia surgiu cerca de um ano antes durante um jantar. O primeiro vídeo lançado na plataforma foi “Eu no zoológico” onde Karim estava em pé na frente dos elefantes, segundo Dickey (2013). Essa plataforma conta com mais de dois bilhões de usuários mensais. O marketing pode ser realizado através de anúncios apresentados antes, durante e no final do vídeo assistido. Atualmente são enviadas para a plataforma 500 horas de vídeo por minuto, apresentando um acerto expressivo.

Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual

A lei Geral segundo o Sebrae (2020) é uma grande conquista das micro e pequenas do Brasil em sua história, já que institui um tratamento simplificado e desburocratizado, diferenciado e favorecido, pois estabelece e regulamenta os estímulos e incentivos para o setor, através de um sistema justo de pagamento de impostos e contribuições. Esta Lei Complementar nº 123 com vigência a partir de 1º de julho de 2007, instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa (ME) e da Empresa de Pequena Porte (EPP).

É possível distinguir as microempresas, empresa de pequeno porte e microempreendedor individual de acordo com seu faturamento anual. As microempresas podem faturar em cada ano um valor igual ao inferior a R\$ 360.000,00, já as empresas de

pequeno porte podem faturar um valor superior a R\$ 360.000,00 e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 e o microempreendedor individual (MEI) pode faturar um valor igual ou inferior a R\$ 81.000,00, de acordo com Sebrae (2020).

3. Procedimentos Metodológicos

Para que esse trabalho se concretize será utilizada a metodologia de pesquisa quantitativa na qual será aplicado um questionário a diversas micro e pequenas empresas. Denominada survey, pois será realizada uma coleta de dados através da aplicação de questionário para mais de vinte cinco micro e pequenas empresas cadastrados junto a sala do empreendedor. Segundo Freitas (et al) “A pesquisa survey pode ser descrita como a obtenção de dados ou informações sobre características, ações ou opiniões de determinado grupo de pessoas.”

Pretende-se realizar uma revisão da bibliografia de referência, especialmente oriundas da área administrativa, especificamente marketing, como também, será analisada a bibliografia sobre o tema e do uso das mídias digitais para realização do marketing. Como também será realizada a pesquisa bibliográfica após uma análise comparativa e dialética, dos pensamentos dos diversos autores sobre o tema. Isto posto, os instrumentos utilizados no desenvolvimento deste trabalho caracterizam-se pelas pesquisas bibliográfica, documental e aplicação de questionário.

A partir da aplicação do questionário, pretende-se analisar os dados estatísticos coletados, possibilitando problematizar os resultados obtidos. Será aplicado via online os questionários com aproximadamente quinze perguntas relacionado ao uso das mídias digitais para a efetivação do marketing pelas micro e pequenas empresas.

4. Apresentação de Dados e Informações e Análise dos Resultados

A presente pesquisa se baseia na identificação do cenário do uso das mídias digitais pelas micro e pequenas empresas através da aplicação de um questionário, qual foi realizada com uma amostra com 29 empresários de micro e pequenas empresas cadastrados junto a sala do empreendedor do oeste do Paraná. Segue abaixo o resultado da aplicação das indagações.

A primeira questão evidenciou o conhecimento das micro e pequenas empresas sobre a existência de mídias digitais. Essas mídias consistem no espaço virtual no qual as empresas entrevistadas podem fazer a divulgação de produtos e serviços. Entre as

empresas consultadas 93,10% afirmaram que sabem o que são mídias digitais, apenas 6,90% dos entrevistados informaram que não sabem o que são mídias sociais. Como apresentado no gráfico abaixo:

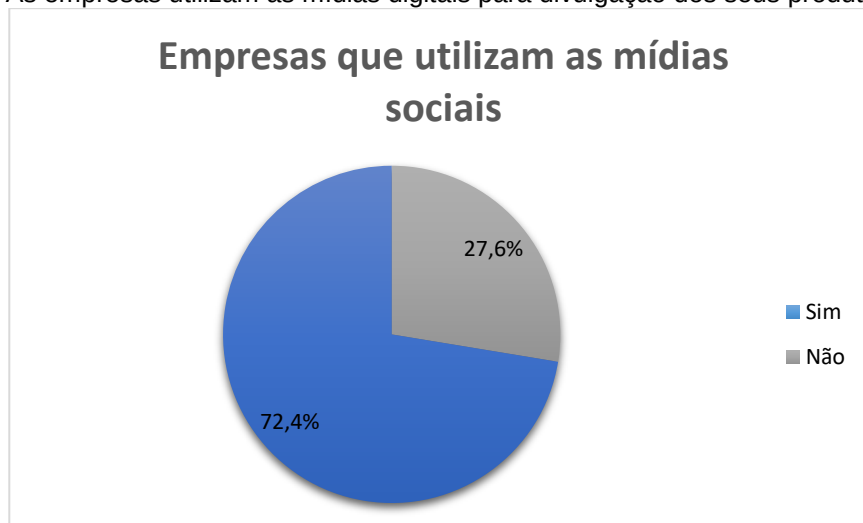
Gráfico 01 - Você sabe o que são mídias digitais?



Fonte: Autora

A segunda indagação solicitava se as empresas utilizam as mídias digitais para divulgação dos seus produtos ou serviços. Sendo assim, foi possível identificar que 72,4% das empresas fazem divulgação de seus produtos ou serviço nas mídias digitais e 27,6% não fazem uso das mídias digitais. No gráfico abaixo, é possível identificar os resultados da pesquisa:

Gráfico 02 - As empresas utilizam as mídias digitais para divulgação dos seus produtos ou serviços



Fonte: Autora

Também foi questionado aos micros e pequenos empresários qual é a maior dificuldade no uso das mídias sociais para a divulgação dos seus produtos ou serviços, no qual foi possível constatar que 37,9% não sabem realizar publicações, 24,1% não tem tempo para publicar, 17,2% não conseguem fazer investimentos em publicidade, 10,5% não conseguem seguidores ou pelo custo da internet e apenas 10,3% não tem dificuldades.

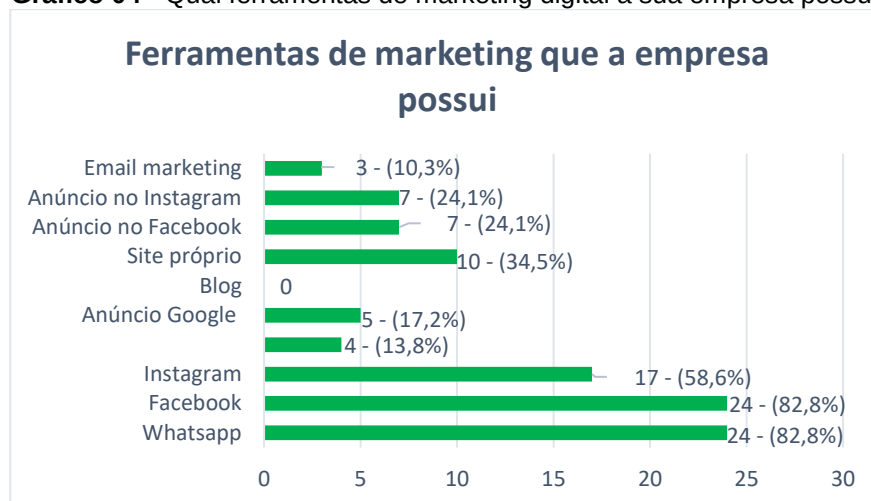
Gráfico 03 - Qual é a maior dificuldade no uso das mídias sociais para a divulgação dos seus produtos ou serviços



Fonte: Autora

Na sequência foi indagado sobre quais ferramentas de marketing digital as micro e pequenas empresas possuem, obtendo um resultado que 82,8% das empresas possuem Whatsapp e Facebook; 58,6% dos entrevistados possuem o Instagram. Como também foi possível constatar que 17,2% empresas fazem anúncio no Google, 24,1% das empresas fazem anúncio no Facebook e Instagram e apenas 10,3% das empresas possuem o e-mail marketing.

Gráfico 04 - Qual ferramentas de marketing digital a sua empresa possui.



Fonte: Autora

Em seguida foi questionado aos entrevistados sobre a frequência com que a sua empresa divulga novos conteúdos nas mídias sociais. Com as devolutivas é possível afirmar que 20,7% publicam diariamente, 31% publicam semanalmente, 10,3% publicam mensalmente, 34,5% raramente publicam e 3,5% não publicam. Como disposto no gráfico abaixo:

Gráfico 05 - Qual a frequência com que a sua empresa pública novos conteúdos.

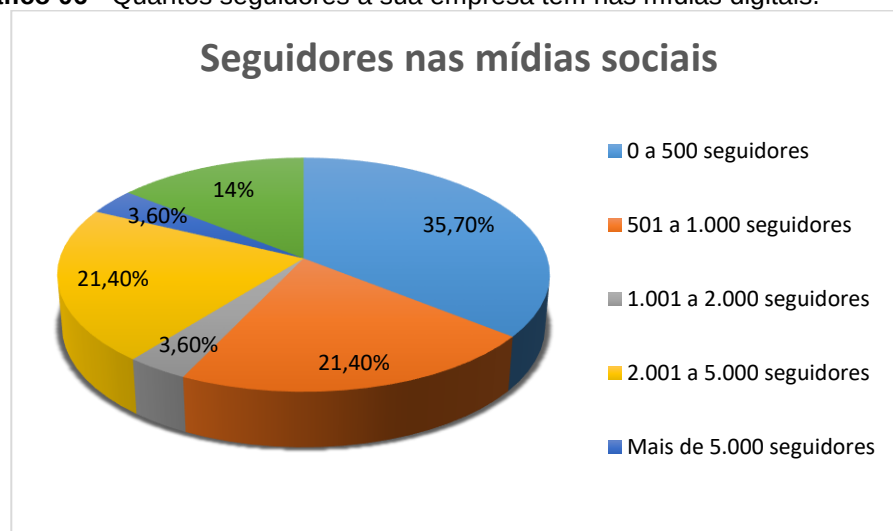


Fonte: Autora.

Como também foi perguntado sobre o número de seguidores que as páginas das micro e pequenas empresas possuem nas mídias sociais, foi possível evidenciar que 35,7% dos entrevistados possuem de 0 a 500 seguidores, 21,4% possuem de 501 a 1.000 seguidores, 28,6% possuem de 1.001 a 5.000 seguidores e a minoria dos entrevistados

não possui mídias sociais, de acordo com as respostas 14,3% das empresas entrevistadas.

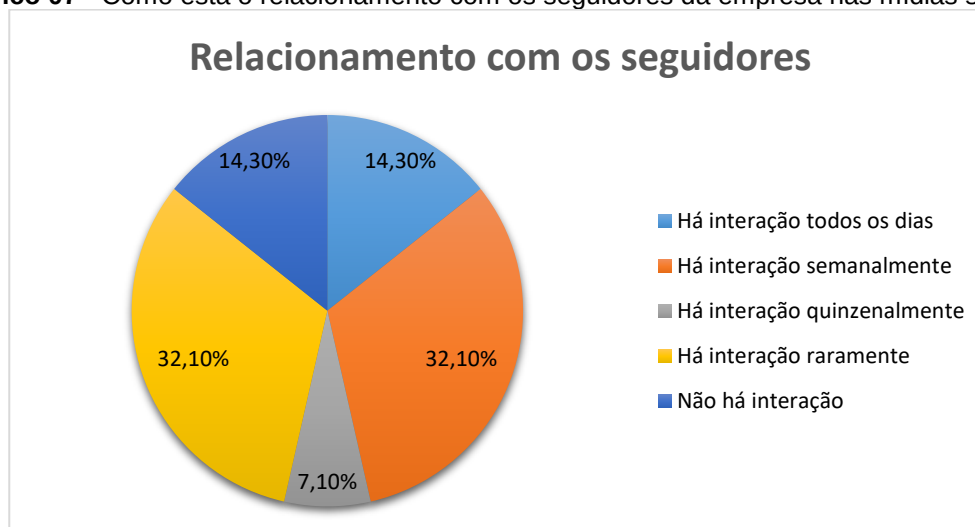
Gráfico 06 - Quantos seguidores a sua empresa tem nas mídias digitais.



Fonte: Autora.

Ainda apresentando os resultados, foi indagado aos entrevistados sobre como é o relacionamento das empresas com os seguidores nas mídias sociais. Analisando os dados é possível afirmar que 14,3% das micro e pequenas apresentam interação todos os dias, 32,1% há interação semanalmente, 7,1% há interação quinzenalmente, 32,1% há interação raramente e 14,3 afirmaram que não há interação.

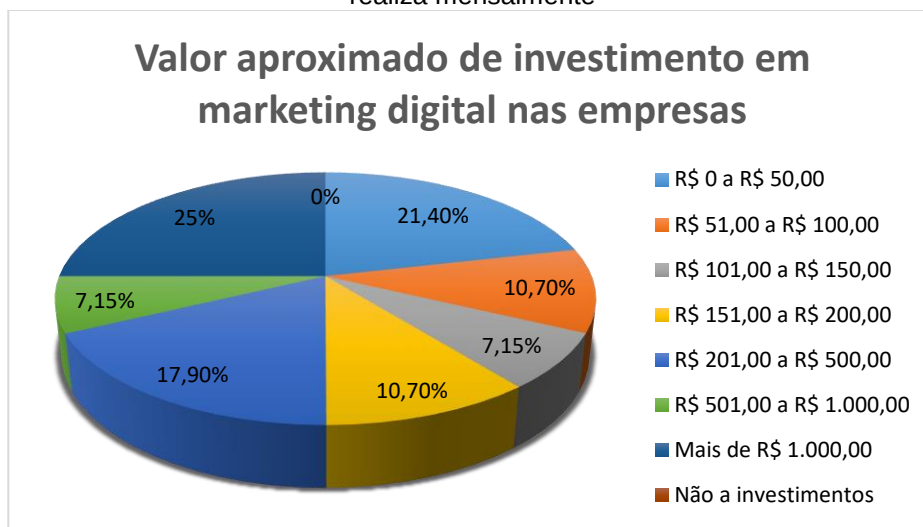
Gráfico 07 - Como está o relacionamento com os seguidores da empresa nas mídias sociais.



Fonte: Autora.

Assim como foi questionado sobre o valor aproximado de investimento de marketing digital que a empresa realiza mensalmente, o qual foi apontado que 21,4% dos entrevistados investem de R\$0 a R\$ 50,00, 10,7% investem entre R\$ 51,00 a R\$ 100,00 e 42,9% das empresas investem entre R\$ 101,00 a R\$ 1.000. Enquanto foi possível observar que 25% das empresas não fazem investimento em marketing digital.

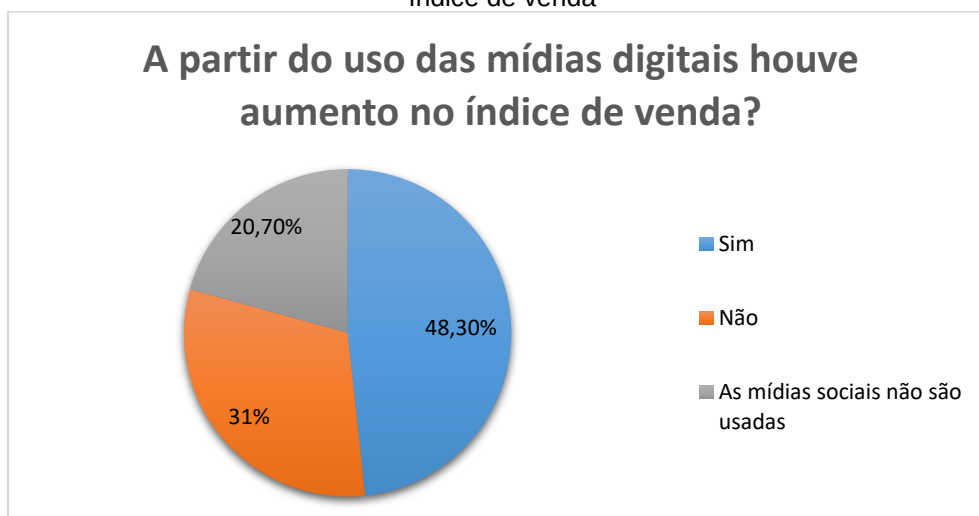
Gráfico 08 - Qual é o valor aproximadamente de investimento de marketing digital que a sua empresa realiza mensalmente



Fonte: Autora.

Ainda foi perguntado sobre a efetividade do uso das mídias sociais para o aumento do índice de venda das micro e pequenas empresas. Entre os entrevistados 48,3% obteve um maior índice de venda após o uso das mídias sociais para divulgação, 31% afirmaram não obter maior índice de venda e 20,7% responderam que não utilizam as mídias sociais.

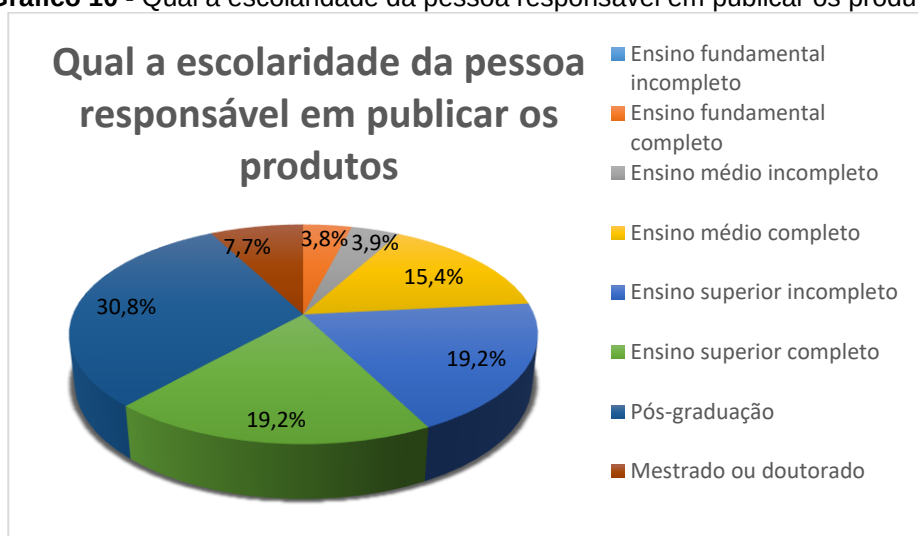
Gráfico 09 - A partir do uso das mídias sociais para a divulgação do seu produto a empresa obteve mais índice de venda



Fonte: Autora.

Por fim, foi indagado sobre a escolaridade que a pessoa responsável em publicar os conteúdos nas mídias digitais da empresa possui. De acordo com as devolutivas, cerca de 7,7% dos responsáveis por publicar os produtos tem o ensino fundamental completo ou ensino médio incompleto, 15,4 dos entrevistados tem o ensino médio completo, 19,2% possui o ensino superior incompleto, também 19,2% tem o ensino superior completo, 30,8% dos responsáveis pelas publicações são pós-graduados e 7,7% dos responsáveis pelas publicações tem a titulação de mestre ou doutor.

Gráfico 10 - Qual a escolaridade da pessoa responsável em publicar os produtos



5. Conclusão

O presente estudo demonstra questões importantes para o êxito de uma empresa, pois referencia-se sobre o uso das mídias digitais como ferramenta de marketing. E como apresentado no texto, o uso das mídias digitais é fundamental para alavancar os índices de vendas das micro e pequenas empresas.

A partir da apresentação dos dados coletados pela pesquisa, pode-se concluir que a maior parte dos entrevistados conhecem as mídias digitais, como também fazem o uso das mídias para divulgação dos seus produtos ou serviços, mas apresentaram algumas dificuldades para manter a periodicidade das publicações e a efetivação de investimentos nas mesmas.

Com a aplicação do questionário aos micros e pequenos empresários cadastrados junto a sala do empreendedor do oeste do Paraná foi possível identificar quais são as dificuldades enfrentadas no uso das mídias digitais. Entre as dificuldades apontadas pelos

entrevistados a maior parte não sabem realizar publicações, como também encontram dificuldade no cotidiano da empresa para disponibilizar tempo à essa função.

Nesse sentido é importante evidenciar que entre as mídias digitais mais usadas pelas micro e pequenas empresas as redes sociais foram as mais citadas, afirmando que a maior parte raramente publica seus produtos e serviços refletindo o baixo número de seguidores virtuais que as empresas possuem, entre os entrevistados a maioria afirmou ter de 0 a 500 seguidores. Ou seja, a maior parte apresentou dificuldade na publicação e realização de investimento nas mídias digitais, por consequência evidenciaram baixo número de engajamento de seguidores.

Ainda foi demonstrado que mesmo não sendo a maioria dos entrevistados usuários das mídias digitais como ferramenta de marketing quem faz uso indica um maior índice de vendas. Nesse sentido, comprova-se a hipótese da importância das publicações nas mídias digitais para o aumento de vendas. Outro dado importante que foi possível acessar a partir da aplicação do questionário refere-se à escolaridade dos responsáveis pelas publicações das micro e pequenas empresas, a maior parte possui pós-graduação. Ou seja, dentre as empresas que efetivamente usam as mídias digitais os responsáveis possuem uma escolaridade alta.

Portanto, foi aplicado o questionário aos micros e pequenos empresários com intuito de apresentar a confirmação do uso ou não das mídias digitais como ferramenta de marketing. Com isso, pode-se concluir que entre os entrevistados há dificuldades a serem superadas para potencializar o índice de vendas a partir do uso das mídias digitais como ferramenta para divulgação dos seus produtos e serviços. Também é pertinente salientar que esse estudo não esgota as possibilidades de análise sobre o uso das mídias digitais pelas micro e pequenas empresas, apenas foi realizado com a intenção de apresentar um estudo de caso e evidenciar a importância do marketing e o uso das mídias digitais.

REFERÊNCIAS

AMERICAN MARKETING ASSOCIATION. **Definição de marketing**. Disponível em: <https://www.ama.org/the-definition-of-marketing-what-is-marketing/>. Acesso: 29 de março de 2020.

BARONI, Mara, Lucia. **Comunicação e Marketing Digitais Conceitos, Práticos, Métrica e inovação**. (2011)

COSTA, Camila Gino Almeida. **Gestão de mídias sociais**. 1ª ed. Paraná: Intersaberes,

2017.p 122.

DICKEY, Rose Megan. **Os 22 postos de virada na história do YouTube**. Disponível em: <https://www.businessinsider.com/key-turning-points-history-of-youtube-2013-2?op=1%252F>. Acesso: 25 de abril de 2020.

FERREIRA, Junior, Achilles, Batista; AZEVEDO, Ney, Queiroz. **Marketing Digital uma Análise do Mercado 3.0**. 1ª Ed. Paraná: Intersaberes, 2015.

FREITAS, Henrique; et al. **O método de pesquisa survey**. Revista de Administração. v. 35, n. 3, p. 105-112. São Paulo: 2000.

KOTLER, Philip; ARMSTRONG, Gary. **Princípios de Marketing**. 12ª ed. São Paulo: Prentice Hall Brasil, 2007.

LUCENA, Paulo. O que é um site? Disponível em: <https://administradores.com.br/artigos/o-que-e-um-site>. Acesso: 14 de abril de 2020.

OLIVEIRA, Braulio. **Gestão de Marketing**. 1ª ed. São Paulo: Pearson, 2011.

PINHEIRO, Duda; GULLO, José. **Comunicação integrada de marketing: gestão dos elementos de comunicação: suporte às estratégias de marketing e de negócios da empresa: fundamentos de marketing e visão de empresa/Duda Pinheiro, José Gullo**. – 4. ed. – São Paulo: Atlas, 2013.

SEBRAE, 2020. **Pequenos negócios em números**. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/entenda-as-diferencas-entre-microempresa-pequena-empresa-e-mei,03f5438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD>. Acesso em: 02 de maio de 2020.

VETTORI, Pollyanna Bobig; FERREIRA, Achilles Batista Junior. **A utilização de Mídias Digitais como Apoio ao Marketing Promocional da Web**. Disponível em: https://storage.googleapis.com/adm-portal.appspot.com/_assets/modules/academicos/academico_5486_190226_184406.pdf?mtime=20190226154403&focal=none. Acesso: 12 de abril de 2020.

YOUTUBE. YouTube aos 15: **minha jornada pessoal e o caminho a seguir**. Disponível em: <https://youtube.googleblog.com/2020/02/youtube-at-15-my-personal-journey.html>. Acesso: 25 de abril de 2020.

O MARKETING APLICADO A CAPTAÇÃO DE ALUNOS NO ENSINO SUPERIOR

Natalia Bettega¹

Alex Sandro Rodrigues dos Santos²

Resumo: O tema dessa pesquisa centra-se na área de marketing e tem como objetivo geral a análise da percepção dos alunos perante a campanha de marketing de uma instituição de ensino superior do ano de 2020. Foi aplicado um questionário para uma amostra de 61 alunos, tendo como perfil alunos ingressantes pelo vestibular tradicional dos cursos de fisioterapia, administração, gestão comercial e publicidade e propaganda. Foram identificados os fatores predominantes entre os alunos no momento da decisão da faculdade, onde se destacaram a estrutura da instituição, o corpo docente, a campanha do vestibular e as visitas feitas a faculdade. A análise classificou-se como quantitativa.

Palavras-chave: Marketing 1. Instituição de ensino superior 2. Alunos 3.

1. Introdução

O marketing está cada vez mais presente nas organizações, porém, não se trata apenas de vender, mas também agregar valor ao produto ou serviço oferecido e também satisfazer as necessidades do consumidor. Como grande parte das empresas, as instituições de ensino superior também utilizam dessa estratégia para se destacar em meio a seus concorrentes. Para Toaldo e Luce (2006), as organizações mantêm-se no mercado se forem capazes de oferecer a seu público alvo um produto ou serviço melhor que de seus concorrentes e assim, preservar a vantagem competitiva no seu ramo de atuação.

Conforme uma pesquisa feita pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP (2019), de 8.450.755 matrículas feitas para o ensino superior no ano de 2018, 6.373.274 são em instituições privadas, o que corresponde a 75,42% das matrículas desse nível de ensino. De acordo com Sampaio (2011), isso ocorre devido ao surgimento de novas instituições, e também em virtude da chegada de novos cursos em instituições que já existiam.

Com o aumento do mercado e o avanço da tecnologia, é fundamental que as empresas façam um planejamento e utilizem de ferramentas de marketing para divulgar seus produtos e serviços. É imprescindível que sejam feitas pesquisas de mercado a fim

¹ Acadêmica do curso de Administração (UNIVEL 2020)

² Orientador: Professor Especialista (Marketing e Vendas).

de compreender o perfil do público alvo e, dessa forma, ajustar suas estratégias e ações conforme as necessidades do consumidor.

Neste sentido, esse artigo tem como finalidade identificar o perfil dos alunos ingressantes no primeiro semestre do ano de 2020, bem como especificar os canais de marketing pelos quais os alunos chegaram a instituição e entender qual a percepção destes em relação ao marketing no processo de captação de alunos de uma instituição de ensino.

2. Desenvolvimento

2.1 Estratégias de marketing

Para Reichelt (2013), a estratégia de marketing é um processo que sempre deve estar sendo analisado, deve-se utilizar de métodos para que a empresa alcance os resultados da melhor forma possível. Esses métodos são conhecidos como processo de marketing, sendo eles: análise, planejamento, implementação e controle.

Oliveira (2007) afirma que a estratégia está ligada na relação da empresa e seu ambiente. A empresa precisa estabelecer estratégias de forma que obtenha êxito com seus objetivos e desafios.

De acordo com Mintzberg et. al. (2007), uma estratégia bem formulada ajuda a organizar os recursos da empresa, de acordo com suas competências e ineficiências internas, alterações no ambiente e situações imprevistas executadas pelos concorrentes.

Segundo Sparemberger e Zamberlan (2008), estratégia é fazer as coisas de maneira diferente. Para que a empresa tenha um bom desempenho estratégico é preciso compreender as diferenças entre ela e seus concorrentes.

2.2 Conceito de marketing

Conforme Junior e Azevedo (2015, p. 43), “se considerarmos a origem em inglês, na tradução literal, o termo marketing nos remete a mercado em ação, pois market significa “mercado”, e o sufixo –ing indica “ação””. Ainda conforme esses autores, o marketing foi traduzido em torno de 1954 para o nosso país, e significa estudo de mercado. Se consideramos essas definições, entendemos que para um produto ou serviço ser vendido é necessário conhecer o mercado em que está inserido, e conhecendo esse

mercado, será mais fácil fazer uma campanha de marketing que chame a atenção do público alvo.

Conforme Kotler e Armstrong (2007, p. 03) “o marketing é administrar relacionamentos lucrativos com o cliente”, isto é, encontrar formas de passar confiança sobre sua marca ao cliente. Já para Keegan (2005) saber tudo sobre o cliente não é suficiente, também é necessário conhecer o consumidor em algumas circunstâncias, como na concorrência, políticas e regulamentações.

Dividem dessa mesma opinião Kotler e Keller (2012). Segundo eles o marketing não é apenas um grupo de tarefas específicas, e sim uma atividade que envolve toda a empresa. Para que o marketing da organização tenha sucesso, todos os setores dessa devem trabalhar em conjunto.

Para Frederico (2008) o mercado é composto por grupos diferentes de consumidores. Alguns tem necessidades e desejos semelhantes, denominado mercado homogêneo, por outro lado, outros tem desejos muito distintos, e são intitulados de mercado heterogêneo. Portanto, é preciso estar atento em qual mercado consumidor o cliente da organização está inserido.

2.3 Comportamento do Consumidor

É de extrema importância estudos sobre o comportamento do consumidor para que seja possível oferecer o produto ou serviço que o cliente espera. Assis (2011) afirma que um cliente satisfeito se transforma em um cliente fiel, e devido a isso o mercado se torna inacessível para a concorrência. Por isso a relevância de entender o consumidor, para poder atendê-lo da maneira que ele espera e assim, melhorar o relacionamento com o cliente.

Para Schermann (2018), entender o comportamento do cliente é compreender quais motivos, hábitos, estímulos, influências interferem na escolha de produtos ou serviços.

Conforme Moraes (2008), entender como esses fatores estão relacionados é um grande desafio de marketing. Segundo ele, os fatores que influenciam o cliente são: fatores de mercado, fatores culturais, fatores sociais, fatores pessoais e psicológicos.

Além desses fatores, após o cliente identificar a necessidade de adquirir um produto ou serviço, ainda segue algumas etapas para então realizar a compra.

3. Metodologia

Baseando-se na pesquisa sobre a temática escolhida, foi identificado um problema e definido os métodos para obtenção das respostas. Neste tópico será apresentada a metodologia que foi usada para alcançar as melhores conclusões referente ao assunto do estudo.

Na classificação quanto aos objetivos da pesquisa, a natureza da investigação é classificada como pesquisa descritiva. Para Gil (1999) esse tipo de pesquisa tem como objetivo descrever características de uma amostra de pessoas ou acontecimento. Uma das técnicas mais usadas nesse tipo de estudo é a coleta de dados.

Quanto ao procedimento, esse estudo é uma pesquisa de Survey. Freitas et al (2000) afirma que a pesquisa Survey se caracteriza pela obtenção de dados sobre ideias de determinada população, normalmente tendo como instrumento de pesquisa o questionário.

A pesquisa de Survey foi realizada em uma instituição de ensino superior localizada em Cascavel Paraná. O questionário foi aplicado no mês setembro de 2020 e o padrão para a escolha dos participantes foram os alunos ingressantes nos primeiros semestres dos cursos de fisioterapia, administração, publicidade e propaganda, e gestão comercial do ano de 2020.

É uma pesquisa de caráter quantitativo. Conforme Mattar (2001) a pesquisa quantitativa tem como objetivo comprovar as teorias utilizando de dados, quantificando esses dados e sintetizando os resultados para quem tiver interesse.

4. Resultados

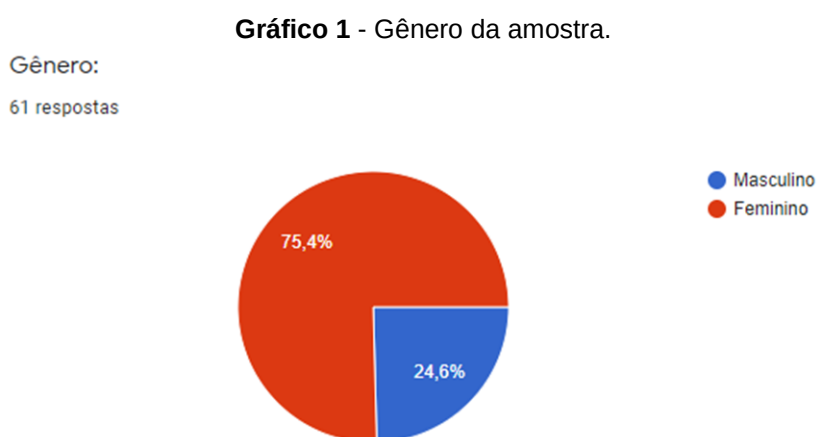
A intenção desse trabalho é analisar a campanha de vestibular para a captação de alunos para o ano de 2020, que teve como tema “um universo de possibilidades para o futuro”, onde foram divulgados os novos cursos e o conceito ENADE dos cursos que já eram ofertados. A campanha contou com divulgação nas redes sociais, além de um evento para os estudantes concluintes do ensino médio de Cascavel e região, onde esses puderam conhecer cada curso por meio de oficinas interativas.

A instituição também esteve presente no Show Rural, uma das maiores feiras de agronegócio do mundo, para divulgação dos cursos e aplicação da prova do vestibular para os interessados. A equipe esteve também no centro da cidade para esclarecer dúvidas sobre os cursos e fazer as inscrições para o vestibular. Esse dia também contou

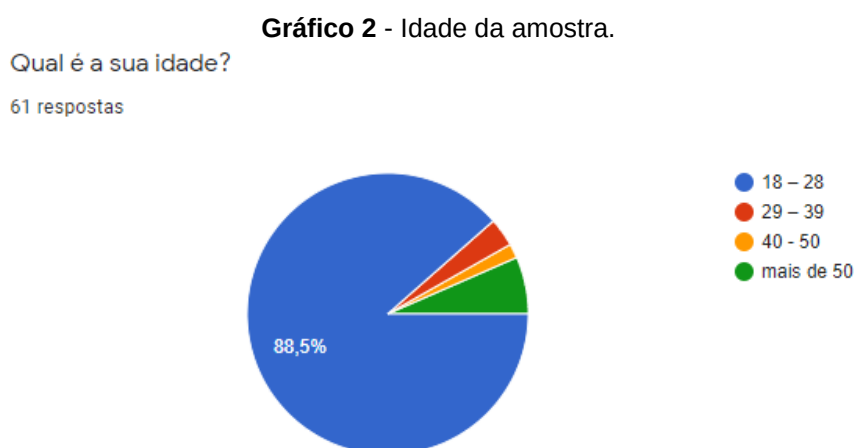
com atividades e alguns alunos estiveram presentes para contar a experiência de estudar na instituição.

4.1 Perfil da amostra

Para responder o problema de pesquisa fez se necessário identificar o perfil da amostra de alunos. O questionário teve 61 respondentes e podemos analisar os resultados com base nos gráficos a seguir:



Conforme o gráfico 1, foi identificado que 46 dos respondentes são do gênero feminino, o que corresponde a 75,4% da amostra, enquanto 15 são do gênero masculino, correspondendo a 24,6% dos respondentes.

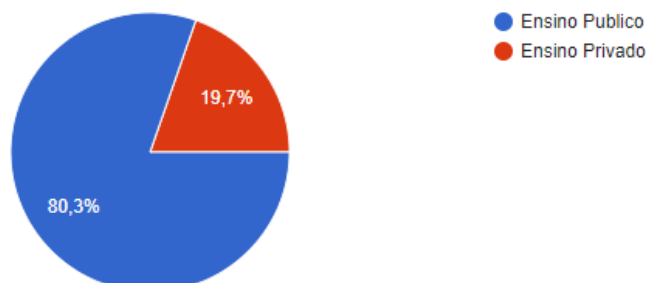


Em relação a idade, a de maior significância foi entre 18 e 28 anos, com 54 respondentes. 2 tinham entre 29 e 39 anos, o que corresponde a 3,3 % da amostra, 1 entre 40 e 50 anos (1,6%), e 4 com mais de 50 anos, equivalente a 6,6%.

Gráfico 3 - Conclusão do ensino médio.

Onde você concluiu o ensino médio?

61 respostas

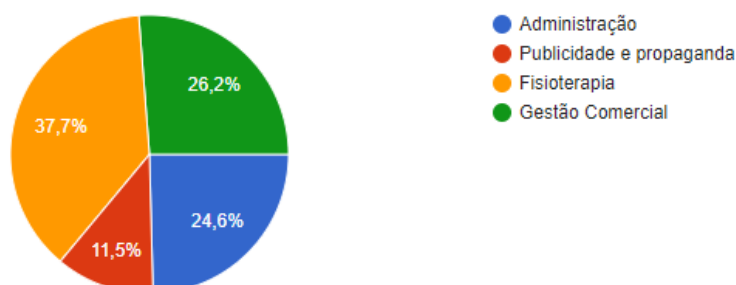


Como podemos analisar no gráfico 3, 80,3% dos respondentes concluíram o ensino médio na rede pública (49 alunos), enquanto apenas 12 concluíram no ensino privado, sendo esses 19,7% da amostra.

Gráfico 4 - Curso.

Curso:

61 respostas



Analisando o gráfico 4, foi observado que o curso predominante é o de fisioterapia (23 alunos). Seguindo a análise, 26,2% é do curso de gestão comercial (16 alunos); 24,6% de administração (15 alunos); e o curso com a menor quantidade de respondentes foi publicidade e propaganda, que teve 7 respondentes (11,5% da amostra).

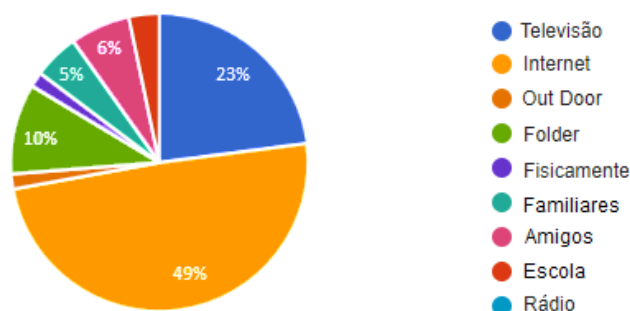
4.2 Fatores que influenciaram na escolha

Para entender o que o aluno leva em consideração no momento de escolher a faculdade foi necessário levantar algumas questões, analisadas a seguir.

Gráfico 5 - Onde ouviu a primeira vez.

Onde foi a primeira vez que você ouviu o nome da faculdade?

61 respostas



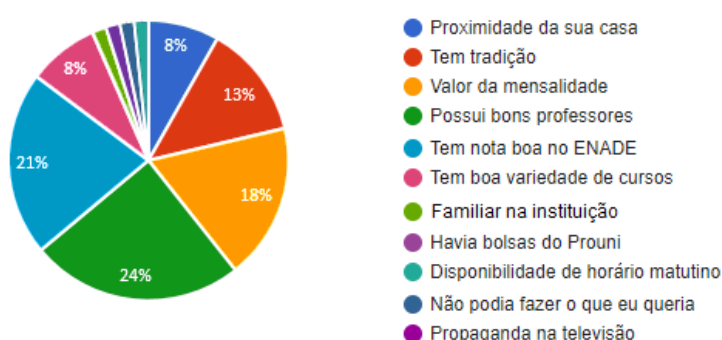
De acordo com o gráfico 5, foi possível observar que a maior parte da amostra ouviu falar a primeira vez da instituição na internet, representando 49% (30 alunos). 23% da amostra viu o nome da faculdade a primeira vez na televisão (14 alunos). Outra parte considerável, que corresponde a 10% da amostra (6 alunos), viram a primeira vez o nome da instituição por meio de folder.

Essa questão mostra o efeito que o marketing causa na percepção dos alunos em relação a instituição.

Gráfico 6 - O que levou a escolher a faculdade.

O que levou você a escolher a faculdade?

61 respostas



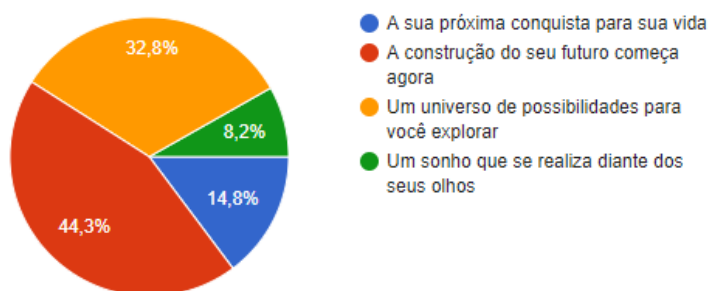
Observando o gráfico 6, vemos que são diversos os fatores contribuintes para a escolha da faculdade. A minoria optou pela faculdade devido a disponibilidade do período matutino, por ter bolsa do PROUNI disponível, por ter algum familiar na instituição ou por escolha de outra pessoa (1 aluno em cada resposta). Na sequência, 5 alunos consideraram a boa variedade de cursos oferecidos (8% da amostra). 8 alunos

escolheram pela tradição que a instituição tem (13% da amostra). Porém, a maior quantidade de alunos da amostra se dividiu entre o valor da mensalidade (11 alunos), nota boa no ENADE (13 alunos), e o corpo docente da instituição (15 alunos).

Gráfico 7 - Tema do vestibular.

O vestibular de verão tinha como tema:

61 respostas

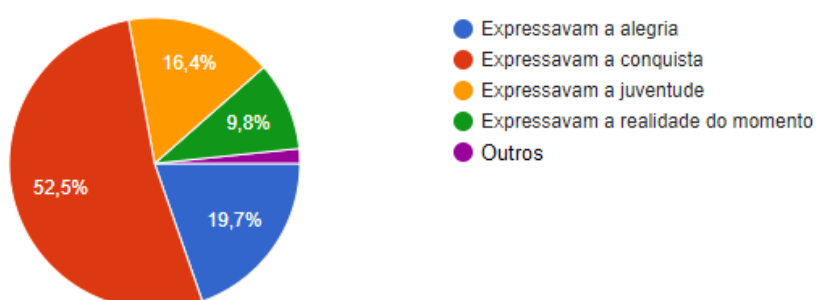


Em relação ao tema do vestibular, 27 alunos marcaram a opção “a construção do seu futuro começa agora”, o que corresponde a 44,3% da amostra. 32,8% tiveram como resposta “um universo de possibilidades para você explorar” (20 alunos). 9 marcaram “a sua próxima conquista para a vida” e 5 “um sonho que se realiza diante dos seus olhos”.

Gráfico 8 - Imagens do vestibular.

As imagens utilizadas no material de divulgação do vestibular:

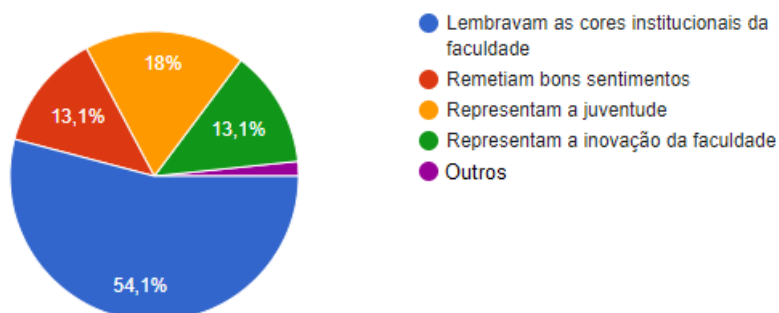
61 respostas



No que se refere ao gráfico 8, mais da metade da amostra afirmou que as imagens usadas nos materiais de divulgação expressavam a conquista, sendo que 32 alunos marcaram essa opção, o que corresponde a 52,5% da amostra. 12 alunos colocaram que as imagens expressavam alegria, sendo 19,7% dos alunos. 16,4% marcaram que

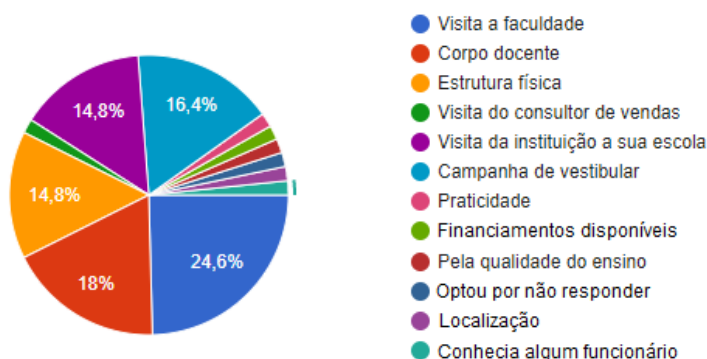
expressavam a juventude, 9,8% que expressavam a realidade do momento, e um aluno marcou na opção “outros”.

Gráfico 9 - Cores do vestibular.
As cores utilizadas no material de divulgação do vestibular:
61 respostas



Referente as cores usadas, mais da metade da amostra de alunos colocaram que o material tinha cores que lembravam a instituição, sendo 54,1% dos alunos. 13,1% colocaram que remetiam bons sentimentos, e outros 13,1% que representava inovação da faculdade. Para 11 alunos, que corresponde a 18% da amostra, as cores apresentavam a juventude. 1 aluno marcou a opção “outros”.

Gráfico 10 - Fator predominante.
Qual foi o fator predominante na hora de escolher a faculdade?
61 respostas



Por fim, os alunos responderam qual o fator predominante no momento de escolher a faculdade. 15 alunos fizeram a escolha após conhecer a instituição, ou seja, 24,6% da amostra. Outros fatores muito parecidos foram a estrutura física da faculdade, que teve como respondentes 9 alunos, e a visita na instituição com a escola, que também teve 9 respondentes.

Outra grande parte dos alunos, o que corresponde a 18%, levou em consideração o corpo docente para tomar a decisão. 10 alunos tiveram como motivo principal para a escolha a campanha feita no vestibular, sendo 16,4% da amostra.

Tiveram 1 respondente em cada um dos fatores restantes.

5. Considerações finais

Quanto ao objetivo principal, que era analisar a percepção dos alunos perante a campanha de marketing da instituição, foi observado que a maior parte dos respondentes da pesquisa relacionaram as imagens usadas com a conquista, e as cores usadas na campanha com as cores da instituição. Apenas 32,8% da amostra notou que o tema do vestibular era “um universo de possibilidades para você explorar”.

Em relação aos objetivos específicos, que era a identificação do perfil dos alunos, teve predominância os respondentes do sexo feminino. A maior parte tinha idade entre 18 e 28 anos, e também teve predominância os alunos que concluíram o ensino médio em ensino público.

Outro ponto era identificar os canais que os alunos chegaram a instituição e identificar os principais fatores para a escolha da faculdade. Os canais com mais respondentes foram internet, em sequência televisão, e folder, o que mostra que o marketing usado pela instituição possui um bom alcance. Com relação aos fatores que levaram os alunos a escolher a faculdade, se destacaram o corpo docente, as notas do ENADE, o valor da mensalidade e a tradição da instituição. O fator decisivo para a maior parte dos alunos foi a visita a faculdade e a campanha do vestibular.

Por meio desta pesquisa, observamos a relevância que o marketing tem no ambiente externo e a influência que o mesmo causa no momento de fazer a escolha da faculdade. Por fim, essa pesquisa teve como intenção auxiliar futuras pesquisas acerca do assunto tratado e também contribuir com a gestão e implantação de campanhas de marketing de instituições de ensino superior.

REFERÊNCIAS

ARMSTRONG, G; KOTLER, P. **Princípios de marketing**. 12 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

ASSIS, Fernanda de. **Comportamento do consumidor**. Unifil, Londrina. 2011. Disponível em: <https://web.unifil.br/pergamum/vinculos/000004/0000043D.pdf>. Acesso em: 23 abril 2020.

AZEVEDO, N; JUNIOR, A. **Marketing digital**: uma análise do mercado 3.0. Curitiba: InterSaberes, 2015.

CAVALCANTE, Joseneide Franklin. **Educação superior**: conceitos, definições e classificações. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485287/Educa%C3%A7%C3%A3o+superior+conceitos%2C+defini%C3%A7%C3%B5es+e+classifica%C3%A7%C3%B5es/378ec098-0d71-4465-bd54-45abbd17c53f?version=1.1>. Acesso em: 28 mai 2020.

CORRÊA, R. M. et al. **Análise do composto de marketing segundo a visão dos consumidores na ferragem do Rio Branco**. Disciplinarum Scientia. Série: Ciências Sociais Aplicadas, Santa Maria, v. 8, n. 1, p. 1-17, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufn.edu.br/index.php/disciplinarumSA/article/viewFile/1522/1432>. Acesso em: 20 mai 2020.

ELIDIO, Filipe. **Os consumidores e o processo de decisão de compra**. Disponível em: <https://administradores.com.br/artigos/os-consumidores-e-o-processo-de-decisao-de-compra>. Acesso em: 11 mai. 2020.

FASSINA, Camila. **O processo de decisão de compra da marca Melissa**. Porto Alegre: 2014. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/103385>. Acesso em: 11 mai. 2020.

FREDERICO, Elias. **O que é marketing?** Antenna Web, ed. 4, 2018, p 1 – 8. Disponível em: <https://www.antennaweb.com.br/edicao4/artigos/pdf/ed4.pdf>. Acesso em: 15 mai 2020.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIORGIO, Alexandre Augusto. **Publicidade e propaganda**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015.

HESKETH, José Luiz; COSTA, Maria T. P. M. **Construção de um instrumento para medida de satisfação no trabalho**. Rev. Adm. Emp., Rio de Janeiro, 20(3): 59 – 68, jul./set. 1980. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rae/v20n3/v20n3a05>. Acesso em: 20 mai 2020

IDEIA CONSULTORIA E TREINAMENTOS. **O que são estratégias de marketing?** Disponível em: <https://ideiaconsultoria.com.br/gestao-empresarial/o-que-sao-estrategias-de-marketing/>. Acesso em 23 abril 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse estatística da educação superior 2018**. Brasília: Inep, 2019. Disponível em: <http://inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas>. Acesso em: 27 de abril 2020.

KEEGAN, Warren J. **Marketing Global**. 7 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

KOTLER, P. **Administração de Marketing**: Análise, Planejamento, Implementação e Controle. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

KOTLER, P; KELLER, K. **Administração de marketing**. 14 ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

KOTLER, P; KELLER, K. **Administração de marketing**. 15 ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2018.

MASLOW, Abraham Harald. **O Diário de Negócios de Maslow**. Editora Qualitymark. 323p. 1970.

MAGALHÃES, M F; SAMPAIO, R. **Planejamento de marketing**: conhecer, decidir e agir do estratégico ao operacional. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

MARTINS, J. V. G; MENEZES, R. M. T. JUSTINIANO, L. S. **Atuação do departamento de marketing em uma instituição de ensino superior IES**. Revista GUAL, mai/ago, 2011. Disponível em: file:///C:/Users/nbettega/Downloads/24903-81113-2-PB.pdf. Acesso em 14 mai. 2020.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MATHIAS, Lucas. **A influência dos tipos de comportamento na tomada de decisão do consumidor**. Disponível em: <https://mindminers.com/blog/tomada-de-decisao-do-consumidor/>. Acesso em: 11 mai. 2020.

MINTZBERG, H. et al. **O processo da estratégia**: conceitos, contextos e casos selecionados. 4 ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

MORAES, Frederico. **Comportamento do cliente**. Disponível em: <https://administradores.com.br/artigos/capitulo-06-comportamento-do-cliente>. Acesso em: 11 mai. 2020.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta; MARTINS, Carlos Benedito. **Ensino superior no Brasil: uma visão abrangente**. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9061/1/Ensino%20superior%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em: 28 mai 2020.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho R. de. **Planejamento estratégico**. 23 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

PERFEITO, Juarez et al. **Marketing em instituições privadas de ensino superior: fatores influenciadores na atividade dos cursos de administração**. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/35714/JuarezPerfeito%20-%20MARKETING%20EM%20INSTITUI%C3%87%C3%95ES.pdf?sequence=4>. Acesso em: 28 mai 2020.

PORTO, Claudio; RÉGNIER, Karla. **O ensino superior no mundo e no Brasil: condicionantes, tendências e cenários para o horizonte 2003 – 2025**. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/ensinosuperiormundobrasil Tendenciascenarios 2003-2025.pdf>. Acesso em: 28 mai 2020.

RAÍZ, L. B. et al. **Estratégia de marketing para captação de clientes**. Revista Científica do Unisalesiano Lins SP, ano 3., n.7, jul/dez 2012. Disponível em: <http://www.salesianolins.br/universitaria/artigos/no7/artigo35.pdf>. Acesso em: 23 abril 2020.

REICHELT, Valesca Persch. **Fundamentos do marketing**. Curitiba: InterSaberes, 2013.

SAMPAIO, Helena. **O setor privado de ensino superior no Brasil: continuidades e transformações**. Disponível em: <https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/o-setor-privado-de-ensino-superior-no-brasil-continuidades-e-transformacoes>. Acesso em: 27 abril 2020.

SCHERMANN, Daniela. **Comportamento do consumidor**: fatores que influenciam o comportamento do consumidor. Disponível em: <https://blog.opinionbox.com/comportamento-do-consumidor-marketing/>. Acesso em: 11 mai. 2020.

SPAREMBERGER, Ariosto; ZAMBERLAN, Luciano. **Marketing estratégico**. Rio Grande do Sul: Unijuí, 2008.

TOALDO, A. M. M.; LUCE, F. B.; **Estratégia de marketing**: contribuições para a teoria em marketing. Revista de administração de empresas, out/dez, 2006. Disponível em:

O MARKETING ESPORTIVO: ANÁLISE DAS AÇÕES REALIZADAS PELO FUTEBOL CLUBE CASCAVEL

Willian Chervinski Crivelari¹

Eric Vinicius Lucion²

Resumo: O Marketing Esportivo estabelece planejamento de como o produto ou serviço será exposto e qual preço irá ser comercializado, trazendo ações a serem aplicadas no âmbito esportivo, visando a promoção de jogadores, fidelização com o sócio torcedor e produtos do clube que possam ser vendidos. Nesta perspectiva, este trabalho teve como objetivo apresentar quais foram as ações de marketing realizadas a partir de 2017 pelo Futebol Clube Cascavel e os resultados obtidos a partir delas. A cidade de Cascavel – PR não possuía até então um time que fosse reconhecido e aceitado pelos torcedores e isso fez com que o clube-empresa FC Cascavel tivesse dificuldade de angariar torcedores e fazer com que a marca e os produtos do time fossem consumidos. Com o marketing implantado nos anos de 2017 a 2019 o cenário do time passou a mudar e trazer um crescimento constante da marca. Para atender ao objetivo estipulado, foram realizadas entrevistas qualitativas com o Presidente do FC Cascavel Valdinei Silva e o Diretor de Marketing Marcos Eduardo Serralheiro. As tomadas de decisões levaram o clube a ter sucesso por exemplo com a quantidade de camisetas vendidas com um crescimento de 400% de 2018 para 2019, a quantidade de 15.000 torcedores dentro do estádio em um único jogo. Esses dados apresentam o carinho que o torcedor criou para com o clube a partir do trabalho desempenhado pelo Marketing Esportivo.

Palavras-chave: Cascavel 1. Marketing 2. Futebol 3. Clube-empresa 4. Marketing Esportivo 5.

1. Introdução

Mais que uma paixão nacional e mundial, o futebol formalizou um mercado milionário que alcançam movimentações financeiras em cifras astronômicas. Muito desta valorização e visibilidade alcançada por times e atletas está vinculada a atividade de marketing esportivo, atuando na alavancagem dos clubes (MELO NETO, 1998).

Mirando um cenário positivo deste mercado, e almejando espaço de brilho no cenário esportivo, vários clubes estão surgindo em pequenas e médias cidades, se consolidando como empresas. Segundo Fernandes (2000) um clube empresa é a transformação de um time desportivo em uma sociedade comercial, tendo como objetivo o controle financeiro e administrativo, utilizando a gestão empresarial para gerar resultados econômicos.

Segundo Melo Neto (1998), durante o processo de evolução do clube para clube-empresa é necessário ter mais realização e construção de futuro, do que presença de paixões e emoções. Nesta perspectiva, o foco dos administradores deve ser tratar os

¹ Aluno do curso de Administração (UNIVEL 2020)

² Mestre em Administração (UNIOESTE)

clubes esportivos como empresas, pois todos os planejamentos e tomadas de ações terão que ser focadas em cima dos resultados esperados.

O marketing esportivo tem como um dos principais objetivos angariar torcedores e amantes da marca, para que assim consiga trazer boas rendas e uma forma de entretenimento para a população. Para Proni (1998), esta variação do marketing surgiu com força na década de 70, quando se tornou visível que os eventos esportivos poderiam alcançar uma grande quantidade de mercados consumidores, sendo então adotado empresas do mundo inteiro.

Este diferencial chamado marketing esportivo tem o papel de orientar o ramo dos esportes para entregar os produtos e serviços que os consumidores deste segmento procuram. Para Fleury et al. (2014) o marketing esportivo abrange as decisões da gestão financeira, gestão comercial, quais ligas serão disputadas e aborda também o *merchandising*.

Almejando o aumento de reconhecimento público da marca, segundo Melo Neto (2000), as ações desse setor contribuem para alcançar as expectativas estratégicas do clube-empresa, em especial a imagem corporativa. As empresas patrocinadoras compreenderam que os consumidores estão muito mais dispostos a adquirir os produtos ou criar uma conexão com a marca, enquanto praticam esportes.

Diante do contexto citado, o marketing esportivo é uma ferramenta fundamental para o crescimento da marca clube-empresa. As ações tomadas pelos profissionais desta área podem trazer em grandes proporções resultados positivos, porém, sem um estudo de mercado, pode também ter feedback negativo.

De acordo com Melo Neto (2003) o marketing esportivo almeja, principalmente, venda de produtos e serviços do clube juntamente com o investimento de patrocinadores, se tornando as principais fontes de rendas do clube e, para tanto, é necessário que ações planejadas e assertivas ocorram.

Logo, chegamos a seguinte pergunta: Quais as principais ações de marketing realizadas e os resultados alcançados entre os anos de 2017 a 2019 pelo FC Cascavel?

Desta forma o objetivo deste trabalho se consolidou em identificar as principais ações de marketing realizadas pela empresa FC Cascavel entre os anos de 2017 a 2019, e os resultados por elas obtidos.

2. Referencial Teórico

Marketing

Churchill e Peter (2012, p. 4) traz a definição de marketing como “o processo de planejar e executar a concepção, estabelecimento de preços, promoção e distribuição de ideias, produtos e serviços a fim de criar trocas que satisfaçam metas individuais e organizacionais”, sendo assim marketing são transações entre empresas e consumidores a fim de levar benefícios para ambas as partes.

De acordo com Honorato (2004) muitos veem o marketing apenas como uma propaganda, porém é uma área muito mais abrangente, pois a propaganda é um fragmento das possibilidades que ele traz sendo apenas uma parte do composto de marketing. Marketing se firma como uma ferramenta que opera no intuito de que seus produtos cheguem aos consumidores de maneira a satisfazer suas necessidades.

O marketing se desdobra em quatro variáveis que estabelecem os pontos de contato entre empresa e cliente: O composto de marketing. Segundo Machado et al. (2012) foi criado por Jerome McCarthy e identifica os interesses principais que as empresas devem focar para atingir os objetivos centrais do marketing, que para Gonçalves (2008) são as decisões tomadas referente a produtos, lançamentos, preços, promoções e estratégias. Honorato (2004) identifica que esses objetivos são representados pelos 4P's sendo eles, produto, preço, praça e promoção.

Para Kotler e Armstrong (2007) o produto é algo que satisfaça a necessidade do consumidor sendo um bem material ou um serviço. Segundo Honorato (2004) há muitos fatores que influenciam a elaboração de um produto, alguns autores identificam três níveis nesta produção, o produto núcleo que é o que traz o benefício direto, o produto básico que identifica a marca, qualidade, embalagem e atributos específicos do produto, o terceiro nível são os serviços que cercam a aquisição do mesmo como instalações, pós-venda e garantias de entregas e funcionamento.

Os serviços de acordo com Kotler (1998) são os atos ou desempenhos de uma organização para entregar ao consumidor algo que seja intangível e sua produção pode ou não resultar em um bem material.

Seguindo os 4P's do marketing o preço segundo Las Casas (2006) é o que agrega valor as coisas em que a empresa vendedora oferece ao cliente, podendo ser alocação de recursos, capital ou mão de obra comercializada. Kotler e Armstrong (2007) definem o

preço como o único elemento do composto de marketing que produz receitas para as organizações, e é um componente considerado mutável, pois pode ser alterado a qualquer momento. Las Casas (2006) identifica que o preço é influenciado diretamente pelas concorrências, porém ao desenvolver as precificações além da concorrência as variáveis de consumidores e fornecedores também devem ser analisadas.

Kotler (1998) apresentou etapas a serem seguidas pelas empresas nas definições de seus preços sendo elas: apuração do objetivo de preço; definição da demanda; avaliação dos custos; análise de quais as ofertas e preços dos concorrentes; decisão da metodologia de precificação; e a decisão do preço final. Desta forma segundo Machado et al. (2012) essas etapas preparam as empresas para disponibilizar ao consumidor o custo-benefício para que a troca entre as partes seja justa.

Outro composto do marketing é a praça que para Kotler e Armstrong (2007) é um grupo de organizações envolvidas na oferta de um produto ou serviço destinado ao consumidor final ou para uso comercial. Machado et al. (2012) complementam que é um canal de distribuição, ou seja, o caminho que o produto segue da produção ao consumo. Las Casas (2006) identifica que é necessário fazer com que o produto chegue ao seu consumidor de uma maneira ágil, pois os clientes exigem adquiri-los em lugares que sejam de fácil acesso e disponíveis quando necessitarem.

Para Machado et al. (2012) as condições para a escolha do canal distribuição podem ser as classificações dos bens abordando também: complexidade do produto; disponibilidade de recursos; competência de mercado; centralização geográfica dos consumidores; necessidade de produtos estocados; e etc.

O último dos 4P's abordado é a promoção que para Fonseca (2015) é a informação passada ao consumidor potencial apresentando o produto e incentivando a aquisição do mesmo, a promoção é um instrumento que faz a ligação entre o produto e o consumidor.

Segundo Kotler (2001) a promoção é a comunicação com o consumidor, sendo realizado esforços para atrair o interesse do comprador e fazer com que ele adquira determinado produto ou serviço, assim, criando uma experiência de compra, a fim de que o consumidor tenha uma boa imagem do produto e da empresa a partir do marketing proposto pelo mesmo. Para Stevens et al. (2001) a ferramenta promoção é a decisão sobre o que irá ser passado ao consumidor, qual o público-alvo, de que maneira transmitir a mensagem e a que custo ela será comunicada, para que os consumidores sejam persuadidos a efetivar a compra e/ou não se esquecerem do produto ofertado.

Segundo Kotler e Keller (2006) o mesmo produto pode ser útil para dois tipos de seguimentos, porém a forma de transmitir e apresentar o produto deve ser diferente. Kotler (1998) mostra que promoção são medidas tomadas sobre o produto ou serviço estimulando a negociação e a divulgação deles. Machado et al. (2012) complementam que essas medidas são os instrumentos de comunicação que devem ser associados a um programa de comunicação de marketing.

Comunicação Integrada de Marketing

O CIM (Comunicação Integrada de Marketing) segundo Shimp (1997) é o ponto de partida para todo o processo de comunicação, focando no consumidor final para desenvolvimento de ações a serem tomadas. Para Kotler (2000) é a utilização de várias formas de se comunicar com o consumidor que se aplicadas de uma maneira integrada, apresentam melhores resultados.

A comunicação integrada de marketing segundo Amaral (2008) tem como o objetivo a promoção de troca de produtos e serviços entre empresas e consumidores, para isso a comunicação integrada deve estar em uma só linguagem, assim essa comunicação é uma maneira eficaz de fazer planejamentos globais, especificando as técnicas e métodos de todas as áreas fazendo a promoção dos produtos e serviços.

Segundo Corrêa (2006) a comunicação integrada de marketing é o planejamento que reconhece o valor adicionado nas funções exercidas estrategicamente sobre uma variedade de ferramentas tais como: Propaganda; Promoção de Vendas; Merchandising; Relações Públicas; Marketing Direto e Vendas Pessoais.

Las Casas (2006) define propaganda como a apresentação de ideias que não envolvem pensamentos pessoais sobre produtos ou serviços e é realizada por um patrocinador identificado. Para Nardis (2010) a propaganda é a mensagem transmitida ao público-alvo, veiculada em meio de comunicação de massa criando uma imagem e estimulando a compra do produto ou serviço.

Segundo Fonseca (2015) a propaganda é uma parte do composto de comunicação integrada de marketing e tem como objetivo a criação de uma imagem com base no posicionamento da organização empresarial, ela deve ser determinada antes da aplicação da campanha de divulgação e deve conter em seu planejamento: Situação de mercado da marca; objetivos da propaganda; público-alvo; estratégia de conteúdo; estratégia de mídia; planejamento orçamentário; e meios de avaliação dos resultados.

Promoção de vendas para Churchill e Peter (2000) é a pressão exercida pelo marketing em um curto espaço de tempo com o intuito de encorajar o consumo de determinado produto. Nardis (2010) escreve que a promoção de vendas é incentivar de imediato e a curto prazo a aquisição de produtos, isso é feito por meio de descontos, bonificações ou brindes. Fonseca (2015) afirma que esta ferramenta deve ser utilizada por um curto período podendo ser voltada aos compradores, vendedores e os canais de venda, e os agentes envolvidos nessa promoção que são os promotores, agentes intermediários e receptores.

Para Schiavo (1995) merchandising é a ação mais eficaz para colocar o produto no momento certo em que o mercado apresenta a demanda proporcionando um impacto visual na exposição correta do produto ou serviço. Ferraciù (2002) afirma que o merchandising é incluso na ferramenta de promoção de vendas, todas as ações exercidas no local de venda são realizadas por essa atividade, como por exemplo: abordagem, cuponagem, arrumação de gôndola, colocação de materiais promocionais, iluminação adequada, som adequado, etc.

As relações públicas segundo Kotler e Armstrong (2007), é o desenvolvimento de uma boa imagem organizacional com os vários públicos da empresa, a fim de obter uma publicidade benéfica entre as histórias sobre o assunto. Shimp (2002) afirma que as relações públicas são voltadas a imagem da organização de uma boa ligação com colaboradores, fornecedores, governo, sindicato e consumidores e elas podem desempenhar funções sendo apoio nos lançamentos ou reposicionamentos de um produto, influenciar grupos-alvos específicos, defender os produtos com problemas públicos e construir uma imagem corporativa. Para Fonseca (2015) essas relações são ações que desempenham funções de promoção e proteção de imagem corporativa.

Kotler (1998) identifica que o marketing direto é o sistema que utiliza das propagandas para realizar a mensuração em qualquer local visando o benefício dos consumidores de várias maneiras. Dias (2003) complementam que o marketing direto é a divulgação da marca do produto ou serviço sem os intermediários fazendo com que a mensagem chegue diretamente ao consumidor.

Para Nardis (2010) o marketing direto é uma ferramenta que se aumenta o conhecimento da marca e dos produtos, faz a construção de relacionamento da empresa com todos os stakeholders, estimula a experimentação, constrói a fidelidade da marca, gera nomes qualificados para a venda, etc.

Por fim Kotler e Armstrong (2007) afirma que a venda direta ou pessoal realizada pelo consumidor do produto ou serviço é uma força de venda que em certos estágios auxilia muito a decisão do novo consumidor em adquirir o produto pois envolve a interação pessoal. Segundo Nardis (2010) essa venda direta é feita fora do estabelecimento fixo que faz a distribuição do produto, pois o vendedor apresenta várias possibilidades de compra fazendo a influência nas necessidades do consumidor a adquirir o produto.

Ainda sobre a venda direta segundo Fonseca (2015) complementa que a mesma tem grandes vantagens sendo elas: a significativa atenção do consumidor voltada ao produto ou serviço; criação de mensagens para a chamada de interesse e necessidades de cada cliente; a venda direta gera um retorno de imediato e assim apresenta os resultados podendo ser positivos ou negativos; faz a transmissão de quantidade de informações maior que qualquer outro método promocional; demonstra uma maior funcionalidade e características de um produto e as interações diretamente com o consumidor criam oportunidades de um relacionamento com a marca no futuro.

Marketing Esportivo

De acordo com Pitts e Stotlar (2002) o marketing esportivo é uma série de processos a serem seguidos para satisfazer as necessidades e desejos dos consumidores, assim como alcançar os objetivos da empresa, dentro desse processo há etapas a serem seguidas sendo elas: elaborar e colocar em prática atividades de produção, formar preço e promoção do produto e fazer a distribuição dos mesmos.

Mullin, Hardy e Sutton (2004) complementam que o marketing esportivo é a realização de atividades para que os consumidores esportivos se satisfaçam através da troca entre empresa e cliente, com isso os autores desenvolveram dois fundamentos principais sendo eles, o marketing de produtos ou serviços que são focados diretamente para os consumidores de esporte, e o marketing para a utilização em promoções esportivas.

Ao tratar do composto de marketing Melo Neto (2003) aborda algumas características presentes no marketing esportivo que são diferentes do tradicional, o preço por exemplo se dá pela emissão de ingressos, receita adquirida pela mídia e etc, a distribuição esportiva é feita através da cobertura da mídia de jogos e eventos, viagens, lojas próprias dos clubes, a promoção que é feita a partir de patrocínios, merchandising,

relações públicas e outros meios de distribuição, e por fim os produtos que podem ser jogos, uniformes, marcas, eventos, competições entre outros.

Por fim, uma das principais fontes de recursos do marketing esportivo é o patrocínio que Melo Neto (2000) define como um acordo profissional entre duas partes interessadas, sendo elas o patrocinador e o patrocinado, onde ambos almejam alcançar objetivos distintos e pré-estabelecidos, sendo por exemplo o sucesso e alcance de novos públicos pelo time e retorno financeiro para o patrocinador promovido pela exposição da empresa feita pelo clube em jogos e eventos.

3. Procedimentos Metodológicos

A pesquisa realizada se caracterizou-se como qualitativa, pois buscou identificar e entender as ações de mercado realizadas pela empresa objeto de estudo deste trabalho. Pesquisas qualitativas se preocupam com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, buscando oferecer uma compreensão e explicação aprofundada do objeto de estudo (GOLDENBERG, 2002).

A coleta de dados foi realizada no dia dois de outubro de 2020 tendo como primeiro entrevistado o Presidente do Futebol Clube Cascavel, o Sr. Valdinei Silva e por segundo o Sr. Marcos Eduardo Diretor de marketing do clube.

Tendo como objeto de estudo o Futebol Clube Cascavel, e se dedicando a entender as ações e resultados obtidos por meio das ações mercadológicas aplicadas neste, esta pesquisa se caracterizou como estudo de caso único que, segundo Yin (2001), se dedica a interpretar e relatar a realidade de uma organização específica, proporcionando uma visão holística do problema investigado.

Já enquanto caráter, a pesquisa se assumiu descritiva do tipo *ex-post-facto*, uma vez que serão identificados e analisados dados sobre uma situação já existente, buscando então descrever a relação entre as ações praticadas pela organização em questão, e os resultados atingidos por meio delas (FONSECA, 2002).

Como instrumentos de coleta de dados, tendo em vista os objetivos propostos, foram empregadas entrevistas semi-estruturadas. A pesquisa semi-estruturada foi orientada aos gestores e a equipe de marketing da organização, buscando entender a construção e elaboração das ações de marketing realizadas pela organização.

Segundo Haguette (1995) a entrevista é o processo de interação entre entrevistador e entrevistado que tem como finalidade obter informações pertinentes à assuntos

específicos, sendo ela feita a partir de um roteiro previamente estabelecido. Minayo (1994) complementa que a entrevista é uma forma de obter informações privilegiadas, pois utiliza-se diretamente a fala individual da fonte de pesquisa, sem alterações de terceiros.

4. Apresentação de dados e informações e análise dos resultados

A pesquisa foi realizada com os membros da gestão do Futebol Clube Cascavel, sendo eles: Valdinei Silva de 48 anos, hoje no posto de Presidente e Marcos Eduardo Serralheiro de 41 anos, Diretor de Marketing do clube, ambas as entrevistas na cidade de Cascavel – PR. Foram selecionadas as questões apresentadas na entrevista conforme apêndice A, que reteve maiores e mais importantes informações para contribuição da pesquisa, sendo elas:

Quadro 1 – Principais respostas da entrevista:

1	Qual sua visão sobre o marketing do FCC?	Valdinei Silva: “Primeiro temos que ter uma visão de acrescentar algo na sociedade, agregar valor ao produto” [...] “Agregar valor a marca levando sempre em consideração a sociedade”
		Marcos Eduardo: [...] “Um time com um modelo empresarial, pois toda grande empresa possui um departamento de marketing.” [...] “Temos uma marca, produtos e jogadores a serem promovidos.” [...] “Promover a integração social trazendo a cidade mais próxima do clube” [...]
2	O que levou a empresa a adotar as ações de marketing na cidade de Cascavel?	Valdinei Silva: “Primeiramente foi realizado um planejamento estratégico” [...] “tendo como objetivo tornar-se a marca esportiva mais reconhecida da cidade de Cascavel em 2020” [...] “estabelecidas metas, quem iria fazer parte e onde seria realizado o projeto
		Marcos Eduardo: “Cascavel é uma cidade que tem uma cultura de automobilismo” [...] “Isso fez com que fossemos mais agressivos no marketing” [...] “nosso trabalho é trazer mais torcedores para dentro do estádio para que pudéssemos vender mais camisas e agradar os patrocinadores.”
3	Quais ações de marketing foram selecionadas para atingir os objetivos? Por quê?	Valdinei Silva: [...] “contratamos três empresas de marketing” [...] “Em cima disto, foram definidas algumas ações sendo elas: ‘Adesivaço’, camiseta barata, Kombi na rua (loja móvel), como personalizado do time, container (loja imóvel), vários produtos novos, ações para chamar o público para o estádio como mulheres com a camiseta do clube e crianças até 12 anos não pagam ingresso” [...] “O FC Cascavel tem como objetivo gerar três notícias diárias para a mídia. Toda semana tem uma ação nova no CT (Centro de Treinamento)” [...]
		Marcos Eduardo: [...] “A primeira ação de marketing foi popularizar a marca com uma camisa a R\$29,90 pois uma parte da cidade tinha uma visão de que o clube era de empresários.” [...] “Contratamos uma assessoria de imprensa para o time ser mais comentado” [...]

4	As ações acima citadas ao seu ver, foram eficientes?	Valdinei Silva: [...] “quando fazemos o ‘adesivaço’, nós triplicamos o número de camisetas vendidas em um dia. Se você pegar qualquer hora do dia, você com certeza irá encontrar alguém com a camiseta do clube.” [...] “Isso fez com que os habitantes da cidade sintam realmente que a cidade pertence a ela, caiu a de predação dos prédios públicos, despencou o número de vandalismo na cidade.”
		Marcos Eduardo: [...] “conseguimos em dois anos termos a maior torcida do interior do Paraná e chegamos a um recorde de 50.000 camisas vendidas” [...] “Conseguimos o recorde de colocar 15.000 pessoas dentro do estádio em um único jogo, assim sendo a segunda maior média de público do campeonato.” [...]
5	Quais ações poderiam ser aperfeiçoadas para obter melhores resultados?	Valdinei Silva: [...] “vamos lançar uma camiseta especial da Série-D, serão feitos somente 50.000 unidades, estamos fazendo um CT próprio só para a categoria de base.” [...] “Estamos integrando mais pessoas no departamento de marketing” [...]
		Marcos Eduardo: “Não mudaria nada, pois foram todas assertivas por mais que não tenha sido como o esperado. Os resultados foram positivos. [...]
6	Com o conhecimento de hoje, mudariam alguma ação tomada?	Valdinei Silva: [...] “Uma coisa que vale a pena é a continuidade” [...] “manter a base para que isso seja um pilar muito resistente para segurar o clube.”
		Marcos Eduardo: [...] “Tudo foi um aprendizado, como não tínhamos nada os riscos não foram grandes e tudo o que aconteceu foi para mostrar o que podemos melhorar nas próximas ações.”
7	Entre os anos de 2017, 2018 e 2019, qual foi o ano que vocês perceberam o maior crescimento da marca?	Valdinei Silva: [...] “nosso número de sócios triplicou a cada ano, nossas categorias de bases foram mais bem estruturadas e a sociedade tem respondido positivamente com o clube. O futebol é incrível, ele abre muitas portas e hoje o Brasil inteiro sabe o trabalho que nós fazemos aqui.”
		Marcos Eduardo: [...] “por exemplo o revendedor serpente foi uma ação que ajudou o clube a crescer muito, pois oferecemos camisetas a preço de custo para pessoas desempregadas, para que elas pudessem revender e ter uma renda mensal.
8	Existem planos futuros e novas ações de marketing para alavancar a marca?	Valdinei Silva: “Sim, agora iremos fazer uma campanha que iremos sortear um apartamento e mais uma série de prêmios e o FC Cascavel irá dividir tudo isso com a comunidade, 50% de tudo que for vendido será doado para as entidades da região oeste do Paraná.” [...] “Faremos tudo isso com ações sociais, respeitando os trabalhadores da empresa, mostrando isso para a comunidade, depois temos dois projetos sociais de escolinhas que são chamadas de Atletas de Jesus e uma parceria com o Estudo Globoaves que isso irá atender mais de 500 crianças” [...]
		Marcos Eduardo: “Nosso plano de futuro é fortalecer o varejo com relação a venda de produtos, investir em um canal oficial do clube, ter uma loja física com uma área administrativa” [...]
9	Na sua visão, quais os principais resultados obtidos com a aplicação do marketing esportivo no FC Cascavel?	Valdinei Silva: [...] “Um dos nossos maiores investimentos foram no setor de marketing pois a marca tem que ser forte.” [...] “pelo menos 10.000 sócios torcedores pagantes mês-a-mês.” [...] “O trabalho do marketing é induzir a cidade querer um time competitivo” [...] “O FC Cascavel precisa de parcerias, esse ano já geramos mais de 10 milhões de mídia espontânea” [...]
		Marcos Eduardo: Não respondeu.

Fonte: Dados da entrevista (2020).

Quadro 2 – Informações adicionais:

Estudo das camisas vendidas nos anos estudados.

Ano	Unidades vendidas	Preço de venda	Faturamento
2017	6.000	R\$109,90	R\$659.400,00
2018	10.000	R\$109,90	R\$1.099.000,00
2019	50.000	R\$29,90	R\$1.495.000,00

Fonte: Dados da entrevista (2020).

O FC Cascavel surgiu em 2008, porém apenas em 2017 se tornou um clube-empresa, e a partir daí, contou com o planejamento de um grupo de pessoas em todas as áreas, sendo no marketing, na formação de equipes, diretorias e o time de jogadores. Segundo o presidente do FC Cascavel, o Marketing foi o ponto mais abordado nas decisões tomadas pelas equipes responsáveis pelo time, pois a agregação de valor para a o clube foi o ato inicial para vender a marca e gerar resultados, com isso Pitts e Stotlar (2002) o marketing esportivo é um processo que demanda ideias para a alavancagem do produto, fazendo com que as ações tomadas agreguem valor a ele, para torna-lo atrativo ao público.

O clube busca nas tomadas de decisões, aproximar o time da sociedade, fazendo com que isso agregue valor a marca FC Cascavel. Segundo Melo Neto (2000) as decisões do marketing procuram aumentar o reconhecimento da marca por seu público-alvo, estratégia que segundo os entrevistados, foi abordada de forma ampla pela equipe de marketing do clube.

A tomada de decisão referente as ações de marketing, surgiu a partir um planejamento estratégico dos gestores no ano de 2017, e o objetivo que foi estipulado no planejamento foi que o FC Cascavel no ano de 2020 seria o clube mais conhecido da cidade em que reside, com isso foram traçadas metas e estratégias para que o objetivo fosse alcançado e as ações foram delegadas para os indivíduos responsáveis, incluindo as questões financeiras pois a demanda de informações e ações sociais tendem sempre a custar um valor alto para que agregar valor ao clube perante a sociedade.

As ações tomadas pelos representantes do Futebol Clube Cascavel foram projetadas a partir da missão, visão e valores do clube-empresa, que são de forma resumida fazer com que o clube seja mais conhecido da região oeste e que suas ações gerem benefícios para a sociedade em que está inserido.

Para chegar nas metas estipuladas, o FC Cascavel hoje trabalha com três empresas de Marketing e ambas trabalham de forma coparticipativa para fazer com que todas as ações tenham efeitos positivos sobre o time. Um exemplo dado pelos entrevistados de ação que foi tomada por essas equipes de marketing, é o ato de colar adesivo em todos os carros no centro da cidade, pois dessa forma a marca é distribuída por vários bairros de cascavel, sem que seja necessário grandes investimentos, outro exemplo foi a colocação de pontos de vendas móveis de camisetas, onde a cada dia o ponto esteve em lugares estratégicos na cidade, entre outras.

Outra atitude tomada pelos representantes do time com a influência da equipe de marketing foi a decisão tomada a partir da visão dos gestores referente aos públicos que podiam ser alcançados, com a venda de camisetas, que o Sr. Marcos Eduardo apresentou na entrevista o exemplo que usualmente uma camiseta de time custa em média R\$109,90 a unidade, não sendo acessível para todos os públicos, desta forma os gestores escolheram trabalhar sem margem de lucro sobre a camiseta do time, colocando-a no mercado a R\$29,90 cada, para alcançar todos os públicos e criar a popularidade da camiseta na cidade. Outra questão que foi aperfeiçoada em relação as camisetas do time foi o ajuste nas cores, tornando ao ver da sociedade mais bonita e atrativa comparando-a aos outros clubes da região.

A criação de um CT (centro de treinamento) para a categoria de base, que é uma escola destinada a ensinar o esporte para crianças, jovens e adultos, é uma ação que está sendo implantada pelos gestores do clube-empresa para torna-lo mais profissional, pois com isso cria-se a ideia de que quando uma pessoa vai até a escola de futebol e se depara com a estrutura que foi criada, ele se sente incluso ao time, criando uma admiração pessoal pelo FC Cascavel.

As ações descritas alcançaram parte do objetivo traçado em 2017, e em 2019 segundo o Sr. Valdinei, o clube já havia demonstrado grande crescimento, com isso foi possível realizar a arrecadação de fundos para a distribuição de bolas e bicicletas para entidades carentes e escolas, atitude que alcançou a empatia da sociedade para com o FC Cascavel, pois com as ações sociais o time demonstra que é capaz de realizar coisas boas em prol da população.

A intenção central das ações tomadas pela equipe responsável do clube é fazer com que cada vez mais a sociedade tenha benefícios com o time, algumas entidades necessitam de doações para que sejam ainda mais úteis as pessoas que estão ali, como

ação futura segundo os entrevistados, o clube planeja realizar sorteios de diversos prêmios onde será criada uma forma de arrecadação monetária para ajudar essas entidades, com a finalidade de gerar a inclusão social, e fazer com que o time e a cidade de Cascavel seja acessível e todos sem discriminação.

Quando questionados referente aos resultados obtidos com as ações de marketing, ambas as respostas demonstram que foram positivas, o Sr. Marcos Eduardo expressa que os resultados foram evidentes, pois entre os anos de 2017 e 2019 o time já possui a maior torcida do interior, já foi classificado para a série D do Campeonato Brasileiro de Futebol, as vendas de camisetas bateram recordes de venda com a estratégia do preço, a presença de 15mil pessoas em um único dia no estádio, sendo que a mais de 3 anos atrás o número de torcedores no estádio não passavam de 500 pessoas, a presença que o clube tem apresentado na mídia e por último a quantidade de empresas que passaram a apoiar o time após o crescimento nos dois anos citados, sendo mais de 150 empresas apoiadores.

Os resultados foram obtidos nos últimos 3 anos, e todos são decorrente das ações que toda a equipe tomou em relação não somente a seleção do time, e a qualidade dos jogadores, mas principalmente pelas ações escolhidas pelos responsáveis do marketing do clube FC Cascavel, nota-se nas entrevistas que o setor mais investido pelo clube foi o marketing e este investimento segundo o Presidente do Clube, trouxeram todos os resultados já mencionados.

Por fim, entende-se que uma empresa realmente depende do seu setor de marketing para consolidar sua marca no mercado. O marketing esportivo de acordo com Fleury et al. (2014) abrange alguns pontos importantes de uma organização, sendo elas: Gestão financeira, gestão comercial e *merschandising*. Segundo os entrevistados o Clube utilizou desta ferramenta para fazer os consumidores se sentirem atraídos pelo produto e nisso o FC Cascavel está mostrando a sociedade que o entretenimento mais atrativo da cidade é ir ao estádio de amarelo e preto e sentir em todo jogo, uma sensação diferente de alegria.

Segundo o Sr. Marcos Eduardo, a motivação de investir de forma mais agressiva no marketing do FC Cascavel, veio da necessidade que ele viu de trazer a cultura do futebol para a cidade, em suas palavras Cascavel era conhecido nos outros lugares pela força que possuía no setor automobilístico, e era esse reconhecimento que ele buscou alcançar, levar o nome do clube para todos os lugares, fazendo com que ao citar cascavel,

as pessoas de fora lembrassem não só do automobilismo, mas também do Futebol Clube Cascavel.

O objetivo de tornar o clube conhecido, segundo os entrevistados vem sendo alcançado com sucesso, e o setor de marketing-esportivo é o grande responsável por esse marco. O valor da marca Futebol Clube Cascavel hoje é reconhecido por grande parte da população, pois ao chegar na cidade, ainda de acordo com eles, é uma espécie de “tradição” o visitante adquirir e publicar fotos utilizando a camisa do time, agregando valor ao clube.

5. Conclusão

Com as informações apresentadas neste artigo, concluiu-se que o marketing é fundamental para empresas que queiram agregar valor à sua marca e serem reconhecidas por seus consumidores. Segundo Honorato (2004) o marketing se consolida como uma ferramenta para fazer com que os produtos e serviços cheguem de uma maneira relevante para satisfazer as necessidades de seus consumidores.

A empresa Futebol Clube Cascavel, utilizou as ferramentas disponíveis do marketing esportivo para alcançar os objetivos estipulados pela diretoria do clube. Com isso Fleury et al. (2014) definem o marketing esportivo como uma ferramenta engloba algumas das decisões fundamentais de uma empresa, sendo elas: gestão financeira, gestão comercial, merchandising e inclui também as decisões das ligas em que o clube irá disputar.

Desta forma, o clube-empresa estudado, realizou diversas ações de marketing, algumas dessas ações tiveram como iniciativa aproximar a comunidade do time valorizando sua imagem de mercado como, por exemplo: tornando a camisa com preço mais barato para atingir o maior público possível, criou uma loja móvel para chegar até os bairros mais distantes da loja imóvel, realizou ações sociais beneficiando pessoas carentes das entidades como a entrega de bolas e bicicletas.

Todas essas ações demonstraram resultados positivos ao decorrer dos anos, sendo eles resultados em números de sócio torcedores, sendo atualmente 830 inscritos, a quantidade de camisetas vendidas no ano de 2019, alcançando uma média de 50mil vendas, número que quando comparado ao ano de 2017 que vendeu em média 6mil camisetas, superou as expectativas do clube, e a visibilidade criada na mídia em relação a toda a equipe do FC Cascavel.

Consolidando a ideia inicial de marketing que o clube pensou desde 2017, atualmente três empresas especializadas em marketing atuam constantemente para o clube gerando no mínimo três notícias diárias para a mídia. Com isso o Futebol Clube Cascavel verificou que grande parte de seu sucesso até o momento foi fora de campo, o trabalho realizado pela equipe de marketing mostrou para a sociedade que o clube pertence as pessoas que acreditam no time.

Concluindo a pesquisa, o marketing esportivo segundo os entrevistados fez com que o Futebol Clube Cascavel fosse reconhecido por suas atitudes dentro e fora de campo, pois as ações tomadas pelo clube fizeram com que existisse um envolvimento entre a sociedade e a marca FC Cascavel. O crescimento da marca e do time foi evidente, em números e qualidade apresentada aos consumidores, por fim os entrevistados ligam todo esse crescimento ao trabalho não somente feito pelos jogadores que levaram o time para outro nível no futebol brasileiro, mas também a toda a equipe de marketing que tornou-o conhecido em todos os lugares.

REFERÊNCIAS

AMARAL, S. A. **Marketing da informação: entre a promoção e a comunicação integrada de marketing**. Rev. Inf. & Soc.:Est, v.18, n.1, p.31-44 João Pessoa – PB, 2008.

CHURCHILL, G. A.; PETER, J. P. **Marketing: Criando valor para os clientes**. 3º Edição. São Paulo: Saraiva, 2012.

_____. **Marketing: Criando valor para os clientes**. 2º. São Paulo: Saraiva, 2000.

CORRÊA, R. **Comunicação integrada de marketing**. São Paulo: Saraiva, 2006.

DIAS, S. R. **Gestão de Marketing**. São Paulo: Saraiva, 2003.

FERNANDES, L. F. F. **A Gestão dos Clubes de Futebol como Clube Empresa: Estratégias de Negócios**, 134f. Dissertação – Mestrado em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2000.

FLEURY, F., BRASHEAR-ALEJANDRO, T., FELDMANN, P. **Considerações Teóricas Acerca do Composto de Marketing Esportivo**. **PODIUM Sport, Leisure and Tourism Review**, São Paulo, 2014 -ISSN: 2316-932X.

FONSECA, M. **Promoção de vendas e pós-vendas**. União Educacional de Cascavel. Cascavel – PR, 2015.

GONÇALVES, F. P. S. et. al. **O Impacto das Certificações de RSE sobre o Comportamento de Compra do Consumidor**. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓSGRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 32., 2008, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: ANPAD, 2008.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 4º ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

HONORATO, G., **Conhecendo o Marketing**. Editora Manole, 1º Edição. Barueri, SP – 2004. ISBN 85-204-1721-3.

KOTLER, P. **Administração de Marketing** – 10ª Edição, 7ª reimpressão – revisão técnica Arão Sapiro. São Paulo: Prentice Hall, 2000.

_____. **Administração de Marketing: análise, planejamento, implementação e controle**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1998.

_____. **DIRECCIÓN DE MERCADOTECNIA, Análisis, Planeación, Implementación y Control** – 8º Edição, editora Pearson Educación, Evanston, Illinois 2001.

KOTLER, P.; ARMSTRONG, G. **Princípios de Marketing**. 12 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

KOTLER, P; KELLER, K. L. **Administração de Marketing**. Trad. Mônica Rosenberg, Brasil Ramos Fernandes, Cláudia Freire. 12. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2006.

LAS CASAS, A. L. . **Marketing de Serviços**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

_____. **Marketing: conceitos, exercícios, casos**. 7 ed. 2. reimpr. São Paulo: Atlas, 2006.

MACHADO C. M. N.; CAMFIELD C. E. R.; CIPOLAT C.; QUADROS J. N. **Os 4 P's do Marketing: uma Análise em uma Empresa Familiar do Ramo de Serviços do Norte do Rio Grande do Sul**. Publicado no IX Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. Rio Grande do Sul, 2012.

MELO NETO, F. P. de. **Administração e marketing de clubes esportivos**. Rio de Janeiro: Sprint, 1998.

_____. **Marketing de Patrocínio**. Rio de Janeiro: Sprint, 2000.

_____. **Marketing Esportivo**. 3º ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 3º ed. São Paulo: Hucitec/Abrasco, 1994.

MULLIN, B. J., HARDY, S., SUTTON, W. A. **Marketing Esportivo**. 2º ed. Porto Alegre: Bookman/Artemd 2004.

NARDIS, S.G. **Gestão de marketing**. Coord. Sérgio Roberto Dias. São Paulo: Saraiva, 2.ed. 2010.

PITTS, B. G., STOTLAR, D. K.. **Fundamentos de Marketing Esportivo**. São Paulo: Phorte. 2002.

PRONI, M. W. **Marketing e Organização Esportiva: elementos para uma história recente do esporte-espetáculo**. Revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP, Campinas, v. 1, n. 1, p. 82-94, São Paulo, 1998.

SCHIAVO, M. R. **Merchandising Social: Uma Estratégia de Sócio-Educação Para Grandes Audiências**. Tese de Livre-Docência. Universidade Gama Filho. Rio de Janeiro, 1995.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

SHIMP, T.A. **Advertising, Promotion, and supplemental aspects of Integrated Marketing Communication**. 4a. ed. Orlando – Florida: Dryden Press, 1997.

_____. **Propaganda e Promoção**: aspectos complementares da comunicação integrada de marketing. 5.ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

STEVENS, R.E.; LOUDON, D.; WRENN, B.; WARREN W. **Planejamento de Marketing: Guia de processos e aplicações práticas**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2001.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos** 2º Ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE A – ENTREVISTA

1. Nome: _____
2. Sexo: () Masculino () Feminino
3. Idade: _____
4. Tempo de clube: () 0 meses a 1 ano () 1 ano a 2 anos () Mais de 2 anos
5. Qual sua visão sobre o marketing do FCC?
6. O que levou a empresa a adotar as ações de marketing na cidade de Cascavel?
7. Quais ações de marketing foram selecionadas para atingir os objetivos? Por que?
8. As ações acima citadas ao seu ver, foram eficientes?
9. Quais ações poderiam ser aperfeiçoadas para obter melhores resultados?
10. Com o conhecimento de hoje, mudariam alguma ação tomada?
11. Entre os anos 2017, 2018 e 2019, qual foi o ano que vocês perceberam o maior crescimento da marca?
12. Existem planos futuros e novas ações do marketing para alavancar a marca?

O MODELO SERVQUAL COMO FERRAMENTA DE ESTRATÉGIA

Lara Gabriela Secco Grapegia¹
Osvaldo Mesquita Junior²

Resumo: O modelo SERVQUAL como ferramenta de estratégia para melhoria de processo foi o tema principal deste artigo, sendo imprescindível para a geração de vantagem competitiva diante da concorrência, pois desta forma a empresa ganha a confiança e fidelidade dos clientes com base nas percepções dos mesmos quanto ao serviço/produto. Mensurando a qualidade dos serviços com base na percepção e na expectativa do cliente diante do serviço prestado, quantificando a lacuna entre a expectativa e a percepção do mesmo, podemos fidelizar o cliente em nossa empresa. Para a realização deste trabalho foram utilizados os seguintes procedimentos metodológicos: pesquisa descritiva, survey e análise quantitativa, sendo amostra não probabilística por adesão, aplicando a escala de Lickert com 7 opções, sendo discordo totalmente e concordo totalmente os extremos. A população estudada foram os usuários do serviço de saneamento, a amostra trabalhada será a dos usuários do serviço na região de Cascavel, município do Paraná. O método de amostragem será o não probabilístico por adesão, onde o questionário será de autopreenchimento tendo como principal ponto a opinião dos consumidores em relação a um serviço.

Palavras-chave: 1. Escala SERVQUAL 2. Saneamento Básico 3. Vantagem Competitiva 4. Melhoria Contínua 5. Qualidade.

1. Introdução

O presente trabalho tem como tema apresentar o modelo SERVQUAL (*Service Quality, 1988*) como ferramenta de estratégia para melhoria de processo e de como podemos utilizar a escala para garantir vantagem competitiva em uma empresa de saneamento, o objetivo geral é de demonstrar a utilização da SERVQUAL (*Service Quality, 1998*) em um processo de melhoria contínua para a geração de vantagem competitiva. A metodologia utilizada foi a pesquisa descritiva, survey e análise quantitativa, sendo a amostra não probabilística por adesão.

A escala SERVQUAL (*Service Quality, 1988*) é uma ferramenta de determinação da qualidade que foi criada por três pesquisadores, Parasuraman, Zeithaml e Berry em 1988, que é utilizada para a melhoria da qualidade dos serviços prestados.

Segundo o Instituto Trata Brasil (2012), saneamento é o conjunto de medidas que visa preservar ou modificar as condições do meio ambiente, com a finalidade de prevenir doenças e promover a saúde, melhorar a qualidade de vida da população e a produtividade do indivíduo e facilitar a atividade econômica.

¹Administração (UNIVEL, 2020)

² Mestre em Administração pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PucPr.

A universalização dos serviços de saneamento básico, é previsto pela Lei nº. 11.445/2007, garantindo assim o abastecimento de água de qualidade e em quantidades suficientes às necessidades, à coleta e tratamento de esgoto, coleta e tratamento do lixo, manejo correto das águas providas da chuva. Esta lei prevê e estabelece a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, como instrumento para o melhor planejamento dos serviços públicos aos moradores.

Este artigo está organizado da seguinte forma, no referencial teórico, definições de estratégia, vantagem competitiva, qualidade, melhoria contínua, saneamento básico, nos procedimentos metodológicos tem a definição de escala SERVQUAL, após isso, apresentação dos dados obtidos através dos questionários, conclusão e referências bibliográficas.

2. Referencial Teórico

Estratégia

Michael Porter (1985), define estratégia como sendo um sinônimo de decisão, onde devem ocorrer ações ofensivas ou defensivas com a finalidade de criar uma posição que permita se defender em caso de forças competitivas. Peter Drucker (1954), afirma que estratégia é a análise da situação atual e de mudanças necessárias. Incorpora-se a esta análise os recursos disponíveis e os que precisam ser adquiridos. Já Barney (2001), diz que estratégia é a teoria da firma de como competir com sucesso, considerando também o desempenho como um fator influenciado pela estratégia, já que pode considerar que competir com sucesso significa ter um desempenho satisfatório.

Vantagem Competitiva

Michel Porter (1980), estabeleceu dois tipos de vantagem competitiva que a organização pode atingir em relação aos concorrentes, o menor custo ou a diferenciação. Barney e Hesterly (2008), afirmam que vantagem competitiva é a capacidade de gerar maior valor econômico que seus concorrentes, sendo que valor econômico é a diferença entre os benefícios percebidos obtidos por um cliente e o custo econômico total desse produto/serviço. A vantagem competitiva deve ser difícil de imitar, única, sustentável, superior à competição e aplicável a múltiplas situações.

Qualidade

Qualidade pode ser definida como conformidade às especificações (Philip Crosby), produtos e serviços que atendem ou excedem as expectativas dos consumidores (Noriaki Kano), ou segundo Henry Ford, fazer certo quando ninguém está olhando. Todas as definições descritas seguem a linha de raciocínio que remete aos serviços prestados, a imagem da empresa, a característica do produto, podendo ser uma vantagem competitiva em relação aos concorrentes.

A percepção da qualidade segundo Gibson (2003), se dá a partir do julgamento a respeito da aptidão de consumo, estando à expectativa da qualidade como detentora de uma das funções prévias sobre o que os serviços devem suprir. Alguns autores, como Zeithaml e Bitner (2003), Lovelock e Wrigthi (2001), afirmam que a qualidade nos serviços depende e se baseia nas experiências vivenciadas pelo cliente, uma vez que o serviço consiste em uma experiência interativa. Grönroos (1993), diz que o nível de qualidade percebido no serviço por um cliente é determinado pela diferença entre a qualidade esperada antes de recebê-lo e experimentada durante e após a prestação do mesmo. Avaliando a qualidade do serviço, o cliente já tem um padrão interno antes de experimentar, tendo influência de experiências anteriores, podendo ser com fornecedores, produtos/serviços semelhantes ou ramos distintos. A percepção da qualidade vem junto ao adquirir um produto/serviço, pois dependendo do que se adquire, deve haver uma preocupação em relação ao pós venda.

Com base na resposta dos consumidores em relação à qualidade do serviço, a empresa deve comparar o serviço prestado com as respostas, aperfeiçoando desta forma o produto/serviço que está ofertando. Não apenas o produto, mas também os empregados que estão trabalhando para que o produto chegue de forma correta ao cliente, desde o processo de confecção, entrega ao cliente, pós venda. Frederick Taylor, considerado pai da Administração Científica, acreditava que treinando os trabalhadores de forma correta, haveria possibilidade de a produção aumentar, com melhor qualidade, tendo maior produtividade, refletindo na melhor qualidade do serviço prestado ao cliente, reduzindo o desperdício do tempo operacional.

Melhoria Contínua

A melhoria contínua segundo Bessant, Caffyn e Gallagher (2000), pode ser definida como um processo de inovação incremental, focada e contínua, envolvendo toda a

organização. Shonberg (1982), diz que o *kaisen*(modelo japonês de melhoria contínua) gerou uma forma particular de pensar voltada para o processo e um sistema administrativo que apóia e reconhece os esforços para o melhoramento. Sendo que os colaboradores passam a incorporar a melhoria contínua em suas rotinas de trabalho, dando autonomia e motivando o trabalhador. Para uma organização conseguir alcançar o envolvimento exigido pelo *kaisen*, necessita desenvolver uma cultura voltada ao aprendizado, além da implementação de técnicas especializadas para a solução de problemas, afirma Murray (2003).

Saneamento Básico

A palavra “sanear” vem do latim, significando tornar saudável, higienizar, limpar. Há muitos anos que o saneamento básico está presente na sociedade, há relatos que no período antes de Cristo já havia uma preocupação quanto a isso pela construção de represas e canalização para a irrigação. Durante o Império Romano houve uma grande evolução, a construção do Aqueduto Aqua Pia tendo 17 km de extensão com a finalidade de abastecimento das cidades.

O que é o saneamento básico? É um conjunto de serviços como distribuição de água potável, coleta e tratamento de esgoto, drenagem urbana e coleta de resíduos sólidos.

O saneamento básico traz grandes impactos na qualidade de vida da comunidade em geral, pois reduz a mortalidade infantil, melhora a educação, expande o turismo, ajuda na despoluição dos rios e preservação dos recursos hídricos.

No Brasil, o saneamento é um direito assegurado pela Constituição e definido pela Lei nº. 11.445/2007 como universalização do acesso, abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos realizados de forma adequada à saúde pública e à proteção do meio ambiente(Art. 2º. Inciso III), porém ainda são mais de 35 milhões de pessoas sem acesso à água potável. O que dificulta o acesso a água potável nas residências é a forma que é construída as casas, pois como são moradias irregulares, inviabilizam as obras de saneamento.

Desde a Babilônia já existia as galerias de esgoto, portanto, a coleta e o tratamento foram sendo aperfeiçoados desde lá. Mesmo que já exista há bastante tempo, este serviço não esta disponível para 4,5 bilhões de pessoas no mundo, ou seja, de 10 pessoas, 6 não tem acesso. No Brasil, o esgotamento sanitário não chega a 100 milhões de pessoas, ou

seja, os dejetos são depositados em rios, mares, fossas, causando uma catástrofe ambiental.

Falando um pouco mais da nossa realidade no sentido do estado do Paraná, o saneamento básico está sendo ofertado pela Companhia de Saneamento do Paraná, a SANEPAR, o índice de tratamento e distribuição de água é de 100%, tendo 55.359 km de extensão de rede de distribuição e o índice de cobertura com rede de esgoto é de 74,2% e de tratamento de 100% também, tendo 36.754 km de extensão de rede coletora. A cobertura de rede de esgoto brasileira é de 51,9%, muito abaixo de outros países, como o Iraque, que é de 86,5%.

3. Procedimentos Metodológicos

Para a realização deste trabalho foram utilizados os seguintes procedimentos metodológicos: pesquisa descritiva, survey e análise quantitativa, sendo amostra não probabilística por adesão.

A pesquisa descritiva segundo Gil(1999), tem como principal objetivo descrever características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Sendo assim, é definida como sendo um estudo intermediário entre a pesquisa exploratória e explicativa, descrevendo assim, o comportamento de determinada população, ou seja, comparar os aspectos, preocupando-se em observar os fatos, registrá-los, analisá-los, classificá-los e interpretá-los, e o pesquisador não interfere neles. (Andrade, 2002).

O método survey ou levantamento segundo Gil (1999, p.70), se caracteriza pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Como na pesquisa não conseguimos ter a opinião de todos, como um censo, iremos coletar as informações de uma amostra da população.

A análise quantitativa segundo Richardson (1999, p.70), caracteriza-se pelo emprego de quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas.

A pesquisa quantitativa será utilizada juntamente com o modelo survey, pois desta forma conseguiremos entender o comportamento da população por meio da amostra. Com este método garantimos a precisão dos resultados, evitando distorções de análise e interpretação, conseguindo uma margem de segurança diante das interferências. A

abordagem quantitativa pode ser usada também para estabelecer uma relação entre as variáveis e a casualidade entre os fenômenos.

Fazendo a utilização do método de avaliação da escala SERVQUAL, com o modelo survey, com questionários fechados e aplicada a escala de Likert, que consiste em uma tabela de classificação, tendo 7 opções, sendo discordo totalmente e concordo totalmente os extremos, obteremos a opinião dos consumidores diante do serviço prestado pela companhia.

Há vantagens e desvantagens de utilizar esse método, tem a facilidade de manuseio, facilidade de comparar os itens preenchidos, porém, há a dificuldade de trabalhar com o item indiferente, há poucas opções aplicáveis de maneira prática.

População para Lakatos e Marconi (2010), é definida como o conjunto de pessoas que apresentam pelo menos uma característica em comum. Sendo que no presente trabalho, serão os usuários do serviço de saneamento. Ainda segundo Lakatos e Marconi (2010, p. 27), amostra é definida como uma porção ou parcela, convenientemente selecionada do universo (população); é um subconjunto do universo. A amostra trabalhada será a dos usuários do serviço na região de Cascavel, município do Paraná. O método de amostragem será o não probabilístico por adesão, onde o questionário será de autopreenchimento tendo como principal ponto a opinião dos consumidores em relação a um serviço.

O questionário foi aplicado de forma online para 300 pessoas, das quais, 110 delas responderam, sendo os resultados interpretados de forma quantitativa, conforme apresentação de dados e informações e análise dos resultados na página 07.

Escala SERVQUAL

A escala SERVQUAL (*Service Quality*) é uma ferramenta de determinação da qualidade que foi criada por três pesquisadores, Parasuraman, Zeithaml e Berry em 1988, que é utilizada para a melhoria da qualidade dos serviços prestados. Essa técnica pode ser usada para analisar as lacunas(GAP's), que há entre a qualidade do serviço prestado ao cliente e a expectativa do mesmo quanto a isso. Os 5 GAP's são:

- Gap 1: Lacuna entre as expectativas dos usuários e a percepção dos gerentes sobre as expectativas.
- Gap 2: Lacuna entre a percepção dos gerentes quanto à expectativa dos usuários e a especificação de qualidade nos serviços.

- Gap 3: Lacuna entre a especificação de qualidade nos serviços e os serviços realmente prestados.

- Gap 4: Lacuna entre o serviço oferecido e aquilo que é comunicado ao usuário.

- Gap 5: Lacuna entre o que o usuário espera receber e a percepção que ele tem dos serviços prestados.

Dentro dessa escala, os clientes apontaram cinco dimensões fundamentais para a qualidade dos serviços/produtos, são eles:

- Confiabilidade (capacidade de executar o serviço de forma confiável e precisa).

- Responsividade (disposição de ajudar clientes e fornecer o serviço imediatamente).

- Segurança (conhecimento e cortesia dos funcionários e a capacidade de inspirar confiança e certeza).

- Empatia (atenção individualizada dispensada aos clientes).

- Tangíveis (aparência das instalações físicas, equipamentos, funcionários e materiais de comunicação).

A escala SERVQUAL é composta por 44 perguntas, separadas em duas seções, a primeira seção, contendo 22 perguntas sobre as expectativas do consumidor, a segunda seção, também contendo 22 perguntas, são as percepções de categorias específicas do serviço.

Por ser um serviço prestado, não um produto tangível, são julgados pelo seu desempenho e a experiência de quem usa, sendo possíveis vários julgamentos e interpretações diferentes. Além de ser intangível, há outras três características que podem afetar o desenvolvimento: inseparabilidade (simultaneidade que os serviços são produzidos e consumidos), variabilidade (quem, onde e quando os serviços são prestados) e perecibilidade (os serviços não podem ser armazenados com antecedência, deve-se estabelecer equilíbrio entre demanda e a prestação de serviços). Os dados necessários são coletados por meio de pesquisas com uma amostra da população.

Segundo Corrêa e Caon (2006), a qualidade do serviço é resultante da diferença entre a expectativa e a percepção. Portanto, a qualidade está relacionada à escala SERVQUAL, que serve para garantir a qualidade dos serviços prestados, analisando a percepção dos clientes quanto a isso e a melhoria contínua com base na satisfação dos mesmos.

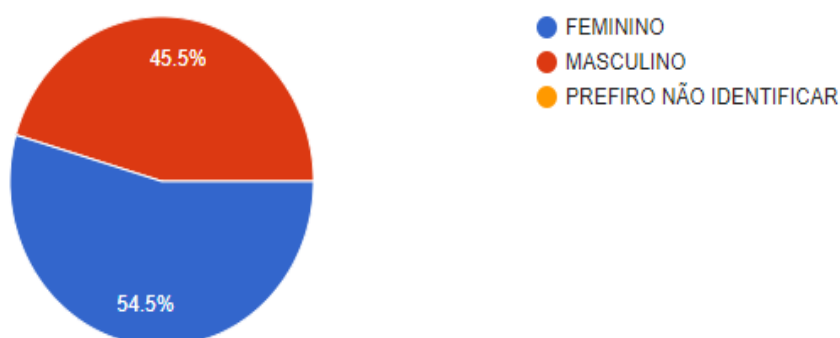
4. Apresentação de Dados e Informações e Análise dos Resultados

Conforme apresentado nos tópicos anteriores, o universo de análise desta pesquisa foram os usuários do serviço de saneamento, sendo que segundo Gil (1999), universo ou população é um conjunto definido de elementos que possuem determinadas características. A amostra utilizada foi uma parte dos usuários do serviço de saneamento da cidade de Cascavel e região, obtendo 110 respostas no formato de questionário.

Gráfico 1 – Gênero da Amostra

QUAL É O SEU GÊNERO?

110 responses



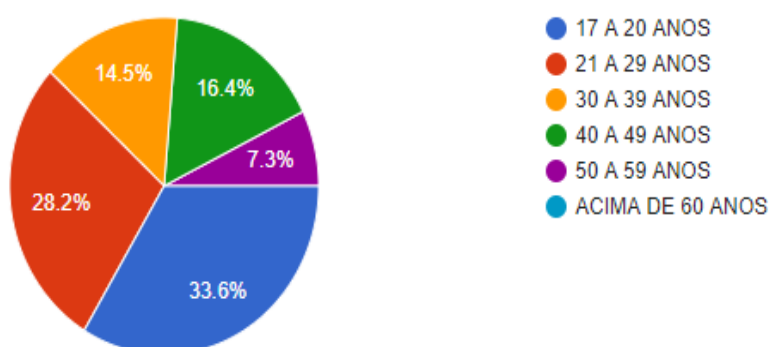
Fonte: Lara Grapegia, 2020.

Em relação ao gênero, foi constatado que 45,5% são do público masculino e 54,5% do público feminino.

Gráfico 2 – Faixa Etária da Amostra

QUAL É A SUA FAIXA ETÁRIA?

110 responses



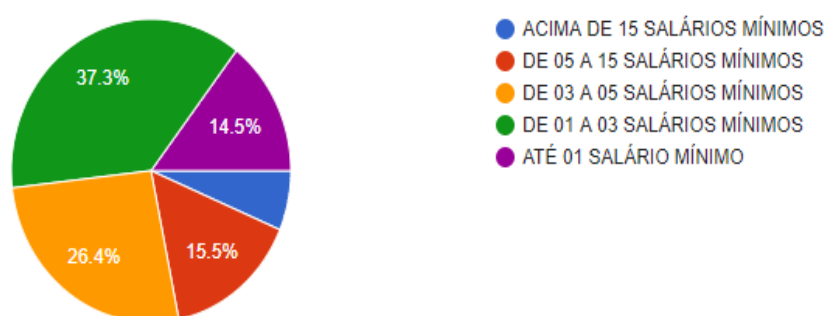
Fonte: Lara Grapegia, 2020.

Em relação à faixa etária, foi averiguado que das 110 pesquisas respondidas, 37 pessoas (33,6%) tem de 17 a 20 anos, 31 pessoas (28,2%) tem de 21 a 29 anos, 16 pessoas (14,5%) de 30 a 39 anos, 18 pessoas (16,4%) tem de 40 a 49 anos, 8 pessoas (7,3%) tem de 50 a 59 anos e nenhuma sendo acima de 60 anos.

Gráfico 3 – Renda Média Mensal da Amostra

QUAL É A SUA RENDA MENSAL?

110 responses



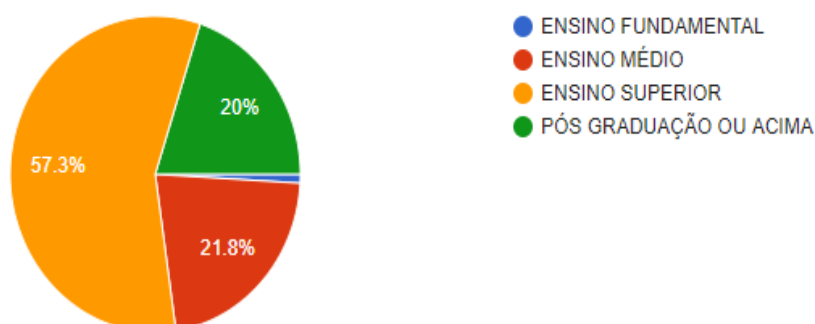
Fonte: Lara Grapegia, 2020.

Em relação à renda, foi concluído que boa parte da amostra (37,3%) tem uma renda mensal de 01 a 03 salários mínimos, logo após, 26,4% tem uma renda de 03 a 05 salários mínimos, 15,5% de 05 a 15 salários mínimos, 14,5% até 01 salário mínimo e 6,4% acima de 15 salários mínimos.

Gráfico 4 – Escolaridade da Amostra

QUAL É A SUA ESCOLARIDADE?

110 responses



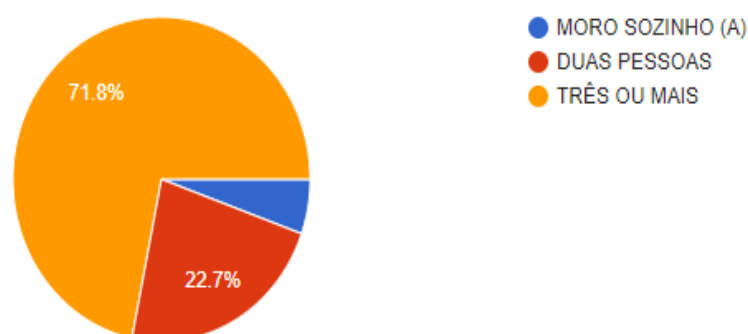
Fonte: Lara Grapegia, 2020.

Segundo a pesquisa, 57,3% tem ensino superior, 21,8% ensino médio, 20% pós graduação ou acima e apenas 0,9% tem somente o ensino fundamental.

Gráfico 5 – Moradia da Amostra

QUANTAS PESSOAS ATUALMENTE VIVEM NO SEU DOMICÍLIO?

110 responses



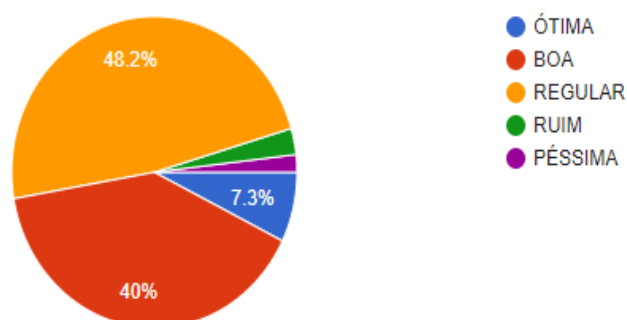
Fonte: Lara Grapegia, 2020.

Com relação à moradia, 79 (71,8%) das 110 pessoas moram com três ou mais indivíduos, 25 (22,7%) pessoas moram com dois indivíduos e 06 (5,5%) pessoas moram sozinhas.

Gráfico 6 – Aparência das instalações físicas

COMO VOCÊ VÊ A APARÊNCIA DA ÁREA DE ATENDIMENTO AO CONSUMIDOR DA SANEPAR?

110 responses



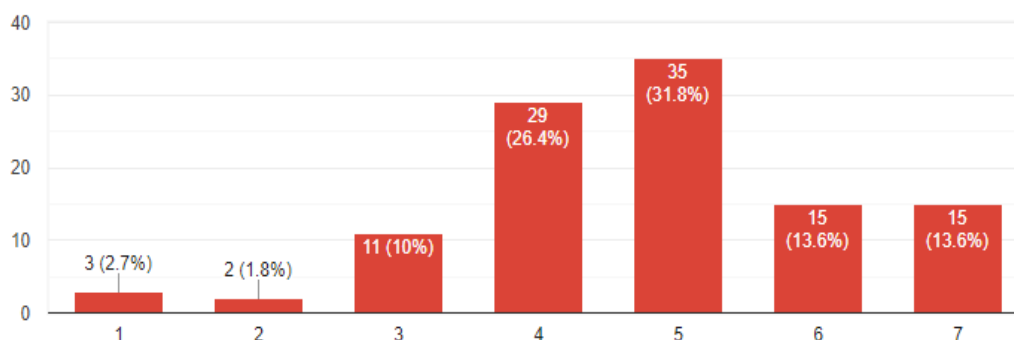
Fonte: Lara Grapegia, 2020.

Analisando as aparências físicas de atendimento notadas pela amostra avaliada, podemos perceber que 48,2% acreditam ser regular, 40% afirma serem boas, 7,3% ótima, 2,7% ruim e 1,8% péssima.

Gráfico 7 – Tempo de Conclusão de Serviço

AS EMPRESAS DE SANEAMENTO CONCLUEM O SERVIÇO NO TEMPO PROMETIDO.

110 respostas



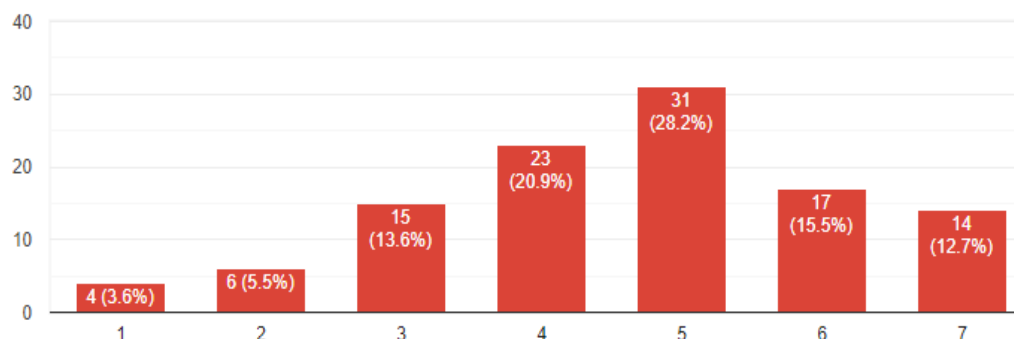
Fonte: Lara Grapegia, 2020.

Sobre a conclusão no serviço prometido, 31,8% dos entrevistados, disseram que o serviço é bom, 26,4% avaliaram como neutro, 13,6% avaliaram com satisfeito e com totalmente satisfeito, 10% como ruim, 2,7% está totalmente insatisfeito e 1,8% está insatisfeito.

Gráfico 8 – Disposição dos Funcionários

OS FUNCIONÁRIOS ESTÃO DISPOSTOS A TIRAR DÚVIDAS.

110 respostas



Fonte: Lara Grapegia, 2020.

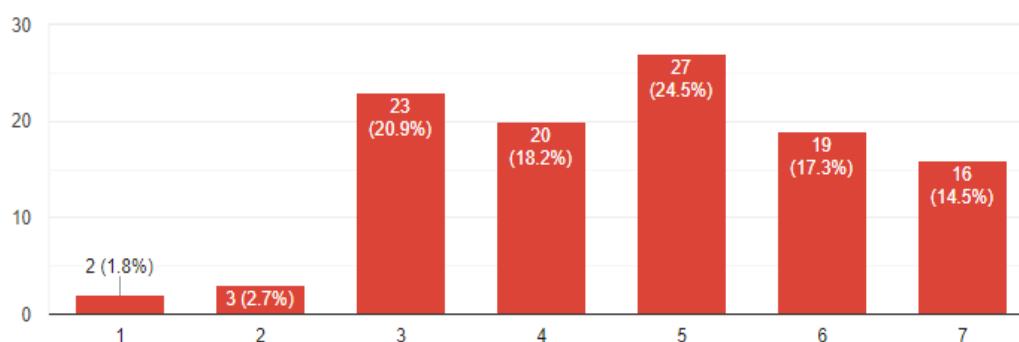
Com relação à disposição dos funcionários para sanar as dúvidas, 31 (28,2%) pessoas, dizem que estão satisfeitos, 23 (20,9%) não estão nem satisfeitos, nem insatisfeitos, 17 (15,5%) estão muito satisfeitos, 15 (13,6%) estão insatisfeitos, 14 (12,7%) estão totalmente satisfeitos, 6 (5,5%) estão muito insatisfeitos e 4 (3,6%) estão totalmente insatisfeitos.

Gráfico 9 – Interesse em solucionar problemas

A EMPRESA MOSTRA INTERESSE SINCERO EM SOLUCIONAR UM PROBLEMA.



110 respostas



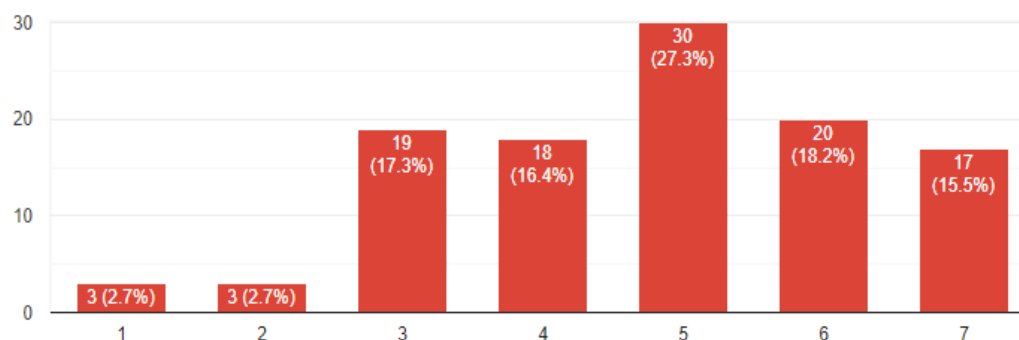
Fonte: Lara Grapegia, 2020.

Segundo a pesquisa, com relação ao interesse da empresa de solucionar os problemas, 27 (24,5%) dizem que algumas vezes se aplica, 23 (20,9%) dizem que poucas vezes se aplica, 20 (18,2%) ocasionalmente acontece, 19 (17,3%) muitas vezes ocorre, 16 (14,5%) sempre acontece, 03 (2,7%) raramente acontece, 02 (1,8%) dizem que nunca ocorre.

Gráfico 10 – Prestação de serviços

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CORRETO DESDE A PRIMEIRA VEZ.

110 respostas

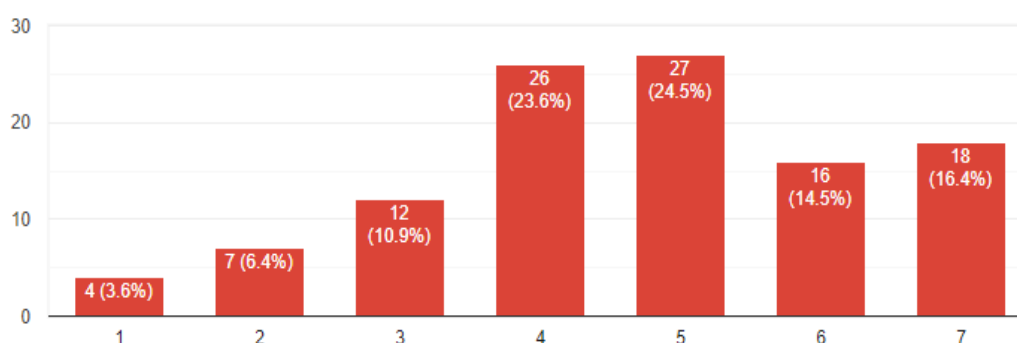


Fonte: Lara Grapegia, 2020.

Falando sobre a prestação de serviço correto desde a primeira vez, 27,3% dos pesquisados dizem que algumas vezes, 18,2% muitas vezes, 17,3% poucas vezes, 16,4% ocasionalmente, 15,5% sempre, 2,7% nunca e raramente.

Gráfico 11 – Horário de Funcionamento
FUNCIONAMENTO EM HORÁRIO CONVENIENTE PARA TODOS OS CLIENTES.

110 respostas

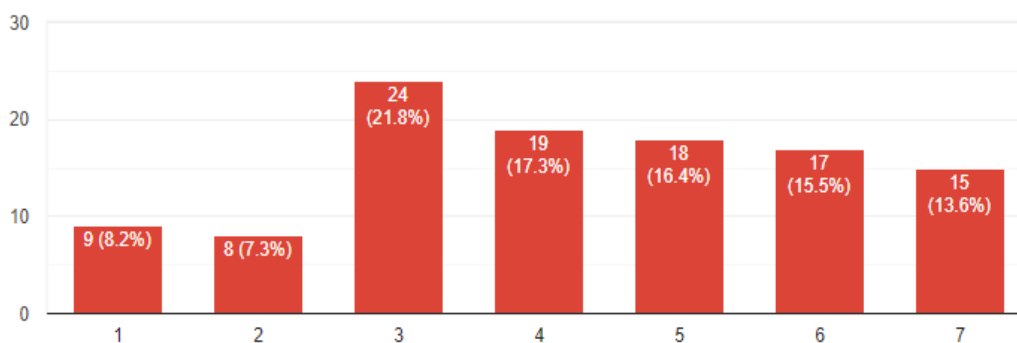


Fonte: Lara Grapegia, 2020.

Sobre o horário de funcionamento 24,5% dizem estar satisfeitos, 23,6% não sabem opinar, 16,4% estão totalmente satisfeitos, 14,5% estão muito satisfeitos, 10,9% estão insatisfeitos, 6,4% estão muito insatisfeitos e 3,6% estão totalmente insatisfeitos.

Gráfico 12 – Elementos materiais atrativos
OS ELEMENTOS MATERIAIS SÃO ATRATIVOS (PANFLETOS, PROPAGANDAS) SÃO VISUALMENTE ATRATIVOS?

110 respostas



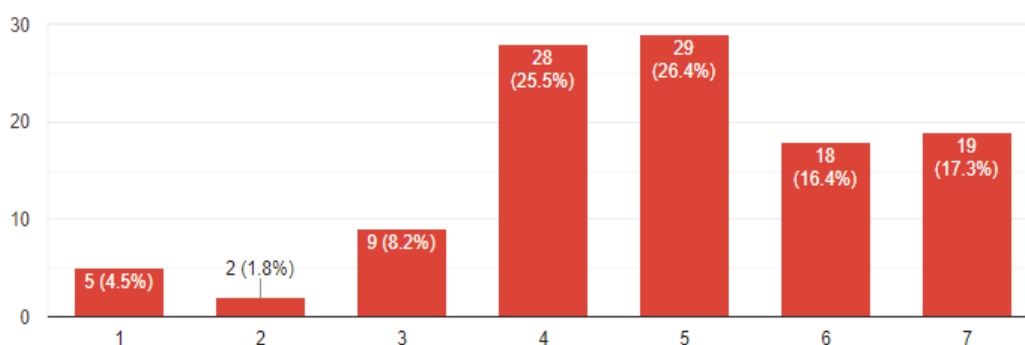
Fonte: Lara Grapegia, 2020.

Relacionado aos materiais, como panfletos, propagandas, 21,8% dizem estar insatisfeitos, 17,3% não sabem opinar, 16,4% estão satisfeitos, 15,5% estão muito satisfeitos, 13,6% estão totalmente satisfeitos, 8,2% estão totalmente insatisfeitos e 7,3% estão insatisfeitos.

Gráfico 13 – Comportamento dos funcionários

O COMPORTAMENTO DOS FUNCIONÁRIOS É ADEQUADO.

110 respostas



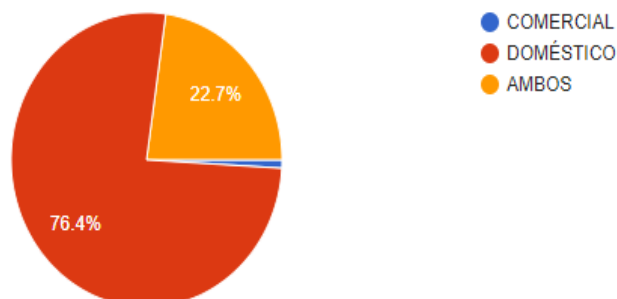
Fonte: Lara Grapegia, 2020.

Segundo a amostra, 26,4% disseram que com relação ao comportamento dos funcionários estão satisfeitos, 25,5% não sabem opinar, 17,3% estão totalmente satisfeitos, 16,4% estão muito satisfeitos, 8,2% estão insatisfeitos, 4,5% estão totalmente insatisfeitos, 1,8% estão muito insatisfeitos.

Gráfico 14 – Utilização da água tratada

PARA QUE TIPO DE CONSUMO VOCÊ MAIS UTILIZA A ÁGUA TRATADA?

110 respostas



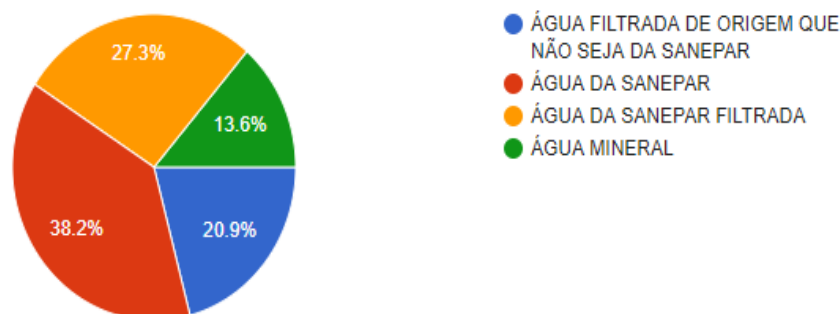
Fonte: Lara Grapegia, 2020.

O maior consumo de água segundo a pesquisa realizada, é doméstico, com 76,4%, 0,9% usa para fins comerciais e 22,7% utilizam para ambos.

Gráfico 15 – Tipo de água que mais utiliza

QUAL TIPO DE ÁGUA VOCÊ MAIS UTILIZA NO SEU DIA A DIA PARA COZINHAR / BEBER?

110 responses



Fonte: Lara Grapegia, 2020.

A água mais utilizada pela amostra é água da Sanepar, com 38,2%, 27,3% utiliza água da Sanepar filtrada, 20,9% água filtrada que não seja da Sanepar e 13,6% utiliza água mineral.

5. Conclusão

Os dados analisados são importantes para a pesquisa, pois com eles, podemos verificar a forma que o cliente enxerga a empresa, tanto que anualmente a Sanepar contrata uma empresa para avaliar o grau de satisfação do cliente quanto aos serviços.

A escala SERVQUAL pode ser utilizada para a melhoria contínua da empresa, pois podemos mensurar a qualidade com base na percepção e expectativa dos clientes diante do serviço prestado, qualificando a lacuna entre a expectativa e percepção do mesmo. Podemos utilizar esta pesquisa como vantagem competitiva diante da concorrência, pois desta forma a empresa ganha confiança e fidelidade dos clientes com base nas percepções dos mesmos quanto ao serviço/produto.

Uma lacuna existente entre a expectativa da empresa e a visão dos clientes é sobre o investimento que a empresa faz em marketing, mostrando que os clientes não estão satisfeitos com o quanto a empresa está investindo no marketing.

O tema de pesquisa do artigo é importante, pois podemos perceber de que forma o cliente vê o serviço que estaremos prestando, se a percepção dele está muito longe do

que queremos na empresa, da nossa expectativa. Com esta informação podemos criar uma vantagem competitiva acima de nossos concorrentes, sabendo dessa informação podemos entregar um produto / serviço melhor aos nossos clientes, fidelizando os mesmos.

REFERÊNCIAL

12MANAGE THE EXECUTIVE FAST TRACK. **SERVQUAL** (Zeithaml, Parasuramen, Berry). Disponível em: https://www.12manage.com/methods_zeithaml_servqual_pt.html. Acesso em: 10 abr. 2020.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação**: noções práticas. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

BESSANT, J.; CAFFYN, S.; GALLAGHER, M. **Anevolutionarymodelofcontinuousimprovementbehavior**. *Technovation*, v. 21, p. 67-77, 2000. [http://dx.doi.org/10.1016/S0166-4972\(00\)00023-7](http://dx.doi.org/10.1016/S0166-4972(00)00023-7)

BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**: teoria e prática. 3ª Ed. São Paulo, Atlas 2013.

BLOG DA QUALIDADE. **SERVQUAL**: um método para avaliar a qualidade do serviço. Disponível em: <https://blogdaqualidade.com.br/servqual-um-metodo-para-avaliar-a-qualidade-do-servico/>. Acesso em: 10 abr. 2020.

BRASIL ESCOLA. **O que é Saneamento Básico?**. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/o-que-e/biologia/o-que-e-saneamento-basico.htm>. Acesso em: 11 abr. 2020.

CABRAL, A. C. A. **A evolução da estratégia**: em busca de um enfoque realista. In: XXII ENANPAD, 22º, Anais..., Foz do Iguaçu: ANPAD, set. 1998. 14 p

CAMARGOS, M. A.; DIAS, A. T. **Estratégia, Administração Estratégica e Estratégia Corporativa**: Uma síntese teórica. Caderno de Pesquisas em Administração, v. 10, n. 1, pp. 27-39, 2003.

CORRÊA, H. L., CAON, M. **Gestão de Serviços**: lucratividade por meio de operações e de satisfação dos clientes. 1ª Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

DRUCKER, P. **The practice of management**. New York: Harper e Brothers, 1954

EOS CONSULTORES. **O que é e quais são os serviços de saneamento básico**. Disponível em: <https://www.eosconsultores.com.br/saneamento-basico/>. Acesso em: 10 abr. 2020.

ESTADÃO CONTEÚDO (São Paulo). In: ESTADÃO CONTEÚDO. **Cobertura de água e esgoto no Brasil é pior que no Iraque**: Hoje, 100 milhões de brasileiros não têm acesso à coleta de esgoto e 35 milhões não são abastecidos com água potável. São Paulo, 27 jan. 2019. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/cobertura-de-agua-e-esgoto-no-brasil-e-pior-que-no-iraque/>. Acesso em: 10 abr. 2020.

FILHO, F. A. D. L. *et al.* **Qualidade nos serviços**: UMA VISÃO ABRANGENTE DO PROCESSO. Administradores, Manaus, v. 1, n. 1, p. 1-1, jun./2009. Disponível em: <<https://administradores.com.br/artigos/qualidade-nos-servicos-uma-visao-abrangente-do-processo>>. Acesso em: 25 abr. 2020.

FITZSIMMONS, James A.; FITZSIMMONS, Mona J.. **Administração de serviços**: Operações, estratégia e tecnologia da informação. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2011.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GRONROOS, C. **Marketing: gerenciamento e serviços**. 5 eds. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1993.

INSTITUTO TRATA BRASIL. **Lei do Saneamento**. Disponível em: <http://www.tratabrasil.org.br/lei-do-saneamento>. Acesso em: 11 abr. 2020.

INSTITUTO TRATA BRASIL. **O que é Saneamento?**. Disponível em: <http://www.tratabrasil.org.br/saneamento/o-que-e-saneamento>. Acesso em: 10 abr. 2020.

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin L.. **Administração de Marketing**. 14. ed. São Paulo: Pearson, 2012. p. 130-134.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Técnicas de Pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostras e técnicas de pesquisa, elaboração e interpretação de dados. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LOVELOCK, C.; WRIGHI, L. **Serviços**: marketing e gestão. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2001. E-book.

MURRAY, P.; CHAPMAN, R. **From continuous improvement to organizational learning**: developmental theory. The Learning Organization, v. 10, n. 5, p. 272-282, 2003. <http://dx.doi.org/10.1108/09696470310486629>

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de, **Planejamento Estratégico**: conceitos, metodologias e práticas / Djalma de Pinho Rebouças de Oliveira. – 23. Ed. – São Paulo : Atlas, 2007.

PENA, M.M *et al.* The use of the quality model of Parasuraman, Zeithaml and Berry in health services. **O emprego do modelo de qualidade de parasuraman, zeithaml e berry em serviços de saúde**, [s. l.], p. 1228-1229, 16 out. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v47n5/0080-6234-reeusp-47-05-1227.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2020.

PORTER, M. E. **Competitive advantage: creating and sustaining competitive performance**. New York: Free Press, 1985.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANEPAR. **Sanepar em Números**. Disponível em: <http://site.sanepar.com.br/a-sanepar/sanepar-em-numeros>. Acesso em: 10 abr. 2020.

SANTOS, Vanessa Sardinha dos. **"O que é saneamento básico?"**; *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/biologia/o-que-e-saneamento-basico.htm>. Acesso em 10 de abril de 2020.

SHONBERGER, R. **Japanese Manufacturing Techniques: Nine Hidden Lessons in Simplicity**. New York: Free Press, 1982

ZEITHMAL, V. A.; BITTER, M. J. **Marketing de serviços: a empresa com foco no cliente**. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO DE CASO NA MARCA YPE ENTRE 2016 A 2018

Gisley Cristiane Alves da Silva¹

Sandro Ricardo Busato²

Resumo: O estudo objetiva a análise da influência dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS na indústria Química Amparo, em relação à Marca YPÊ entre 2016 a 2018, bem como verificando a existência dos princípios descritos das ODS e das Metas (Agenda 30), como comparativo de um modelo de sustentabilidade organizacional. Há evidências de que quando a praticam e reportam a sustentabilidade de forma estratégica apresentam *performance* superior aos concorrentes. Esta pesquisa caracteriza-se como descritiva e qualitativa, e foi conduzida por meio de uma pesquisa documental, através da consulta da website dos relatórios anuais da sustentabilidade da empresa objeto de estudo conforme delineada na metodologia do estudo. Sendo assim, evidenciou-se que as dimensões da sustentabilidade estão relacionadas com a *performance* da marca Ypê. Desta forma, a sustentabilidade é um fator embrionário destes termos, se posicionada às ações sustentáveis de forma genuína, a Marca Ypê é lembrada com facilidade pelos consumidores, tendo posicionamento bem definido e desfrutar de prestígio e reconhecimento. O resultado confirma de que ao aderir as ODS a empresa reduz o risco corporativo, por meio da orientação das metas (Agenda 2030), para resultados ambientais, econômicos e sociais à organização e a seus stakeholders.

Palavras-chave: Estratégia empresarial, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, Marca, Práticas sustentáveis, Sustentabilidade.

1. Introdução

A sustentabilidade empresarial tem o paradigma de gerenciamento de alternativas aos modelos de negócios. Embora a sustentabilidade empresarial reconheça que o crescimento e a lucratividade são relevantes, também exige que a busca por justiça social e equidade e desenvolvimento sustentável econômico. Segundo Santos e Silva (2017, p.84), a sustentabilidade empresarial “são práticas ao desenvolvimento sustentável a aspectos ambientais, sociais e econômicos, incluso nos negócios de forma transparente, com cuidados com a qualidade de vida dos colaboradores, e da comunidade em torno, qualificação dos fornecedores, ou seja, são características da sustentabilidade empresarial ao processo sustentável”.

Um marco relevante ao esforço coletivo à sustentabilidade foi à criação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS da Organização das Nações Unidas - ONU, foram criados metas e desafios às empresas, foram chamadas a contribuir para a sustentabilidade através da agenda ao mundo até 2030, ou seja, o sucesso e a

¹ Acadêmica do Curso Administração - Centro Universitário UNIVEL

² Orientador: Professor Mestre em Administração do Curso de Administração – Centro Universitário UNIVEL.

sobrevivência a longo prazo de alguns negócios depende da realização de uma ou mais ODS ao desenvolvimento sustentável.

De acordo com Lima *et al.*, (2017), afirmam que é relevante que gestores de negócios considerem a implicação mais ampla e de longo prazo em atividades de forma sustentável com ênfase mudança no comportamento e pensamento empresarial através da educação para a sustentabilidade.

Neste contexto, o desenvolvimento sustentável deve atender às necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras, através do processo de mudança no qual a exploração de recursos, direção de investimentos, orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão em harmonia e aprimoram o potencial atual e futuro de atender às necessidades humanas.

Desta forma, o artigo propõe analisar a influência dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS na indústria Química Amparo, em relação à Marca YPÊ entre 2016 a 2018, bem como verificando a existência dos princípios descritos dos ODS e da Agenda 30 comparativo de um modelo de sustentabilidade organizacional.

Na próxima seção descrevem-se aspectos teóricos e empíricos da sustentabilidade empresarial, e busca-se a articulá-los com tema das ODS. Em sequência, são apresentados os procedimentos metodológicos. Os resultados, a discussão e as conclusões, compõem a parte final do artigo.

2. Desenvolvimento

2.1. Conceitos de sustentabilidade empresarial

A sustentabilidade empresarial enfatiza o crescimento e a lucratividade por meio de práticas comerciais intencionais em três áreas da sociedade. O objetivo é fornecer valor de longo prazo para as partes interessadas, sem comprometer as pessoas, o planeta ou a economia. Segundo Loures (2009), descreve que o principal desafio da sustentabilidade empresarial é definir apropriadamente a causa a que a empresa se propõe a servir, que se converte na fonte da força institucional de cada negócio.

Já Neto (2015), se o mercado é competitivo, e ao mesmo tempo, não estão disponíveis as tecnologias para a sustentabilidade empresarial, é preciso investir em inovação para sobrevivência e lucratividade do negócio.

Nos estudos de Augustinho e Veloso (2017), a sustentabilidade empresarial são estratégias inteligentes que apontam que o consumidor está atento às questões sustentáveis, e isso tem influenciado padrões de consumo a ponto dos negócios começarem a perceber que podem obter algum tipo de vantagem competitiva, principalmente quando existe a possibilidade de reduzir custos. De acordo com Alves (2019), a sustentabilidade empresarial trabalha para materializar em dinheiro, ao consumidor, o quanto é possível economizar, além de estabelecer parcerias e comunicações que ajudem a educar e mudar hábitos de consumo das pessoas. Daí a necessidade de se desenvolver formas ou modelos de produção que não agreguem impactos ao meio ambiente, e que utilizem cada vez menos recursos naturais.

A aplicação da Produção Mais Limpa - PML depende de mudanças profundas nos processos de produção e produtos com a aplicação contínua de uma estratégia econômica, ambiental e tecnológica integrada, ampliando ou racionalizando a capacidade produtiva, prevenindo a geração de resíduos, aumentando a eficiência no uso de matérias-primas, minimizando ou reciclando e reentrando no processo produtivo (MARTINS NETO, 2005).

De acordo com Cebri (2013), são denominadas “tecnologias limpas” as práticas que previnem ou minimizam problemas ambientais, tais como o elevado consumo de insumos, a poluição e a geração de resíduos. Segundo Gomes *et al.*, (2016), a globalização tem levado as empresas brasileiras a buscarem uma atuação além das fronteiras nacionais por meio da inserção no mercado externo, visando melhor desempenho e maior competitividade.

2.2. Conceitos de desenvolvimento sustentável

O conceito do desenvolvimento sustentável deve ser mais propagado. Isso é crucial no direcionamento aos interessados em sustentabilidade para o benefício mútuo dos *stakeholders*. À medida que esse círculo de benefícios se fortalece, eles terão um efeito positivo na sociedade e economia do mundo desenvolvido e em desenvolvimento.

Segundo Ribeiro (2003), a expressão desenvolvimento sustentável é utilizada para designar um modelo econômico que busque conciliar desenvolvimento econômico à preservação e manutenção dos recursos naturais disponíveis.

De acordo com Gomes *et al.*, (2016), o desenvolvimento sustentável vem assumindo um lugar de destaque nas discussões sobre o futuro do planeta. No âmbito

dos negócios, a adoção de ações que priorizam a preservação ambiental, equidade social e o desenvolvimento econômico que estão relacionados às estratégias empresariais em face da concorrência global.

A corporação deve oferecer condições para o desenvolvimento de uma cultura sustentável, adota-se a postura de responsabilidade ambiental e procura-se a não contaminação de qualquer tipo do ambiente natural, ou seja, a gestão sustentável pressupõe que negócios devem ser economicamente viáveis, pois são relevantes para a sociedade (AUGUSTINHO; VELOSO, 2017).

Segundo Magalhães e Brito (2012), afirmam que empresas brasileiras, sejam elas pequenas, médias ou grandes e distribuídas nos diferentes setores econômicos, têm promovido importantes mudanças visando à incorporação da sustentabilidade. Assim, incorporar a sustentabilidade à estratégia, isso é um indício do posicionamento da empresa em relação ao seu futuro, porém ainda existem desafios a serem enfrentados. Ainda existe uma falta de articulação entre empresas, setor público e sociedade civil, além de certa dificuldade em traduzir a sustentabilidade em objetivos estratégicos (BOECHAT, 2007).

O mundo dos negócios e a vida empresarial estão mais condicionados por um conjunto de profundas e rápidas transformações de ordem tecnologia, econômico-financeiro, tais transformações evidenciam-se, não de forma exclusiva, pelas tendências de frequentes crises financeiras, concorrência, concentração de capital (NETO, 2015).

2.3. Objetivos de desenvolvimento sustentável

Considerando o tema desenvolvimento sustentável que está em pauta no mundo corporativo e também na sociedade de forma geral. A preservação do meio ambiente ganhou relevância. O conceito ideológico que permeia a definição de desenvolvimento sustentável conciliando-se com a decisão de custo versus benefícios retoma a necessidade de repensar como produzir e aproveitar de forma eficiente os recursos (SILVA; MENDES, 2005).

O desenvolvimento sustentável coloca o setor empresarial em foco como ator essencial ao alcance. Ele impõe aos formuladores de políticas públicas, a tarefa de adotar medidas que induzam o setor empresarial a estabelecer metas que estejam inseridas no novo conceito de desenvolvimento, em que se busca o incremento e/ou a produtividade,

acompanhada de indicadores de justiça social e de qualidade no processo produtivo, na prestação de serviço, no produto e nas condições ambientais (BARATA, 2007).

Segundo Barbosa e Lopes (2018), aliando os esforços da sociedade física ou jurídica fará com que as novas gerações sejam preparadas ao mundo necessariamente sustentável, cujas competências consideradas essências ao futuro estão alinhadas com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS, e com a agenda adotada pela Organização das Nações Unidas – ONU.

Neste contexto a Conferência Nacional dos Municípios – CNM (2019), descreve que devem ser ampliadas as abordagens de oportunidades, desafios e perspectivas no alcance das metas sustentáveis no Brasil, ou seja, a implementação dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS, devem-se intensificar os debates sobre cada ponto instituído na Conferência de Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), conforme figura 1:

Figura 1 – Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.



Fonte: Conferência Nacional dos Municípios – CNM (2019).

Já o Ministério das Relações Exterior – MRE (2020), informa que o Brasil participou de todas as sessões da negociação intergovernamental. Chegou-se a um acordo mundial que contempla objetivo e metas, envolve-se temáticas diversificadas da erradicação da pobreza, saúde, educação, igualdade de gênero, segurança alimentar e agricultura, cidades sustentáveis, mudança do clima, água/saneamento, uso sustentável dos oceanos e dos ecossistemas terrestres, sociedades pacíficas, justas e inclusivas e meios de implementação.

As maiores das empresas pretendem ampliar os investimentos, esses esforços demonstram que um expressivo grupo de empresas brasileiras estão alinhadas as tendências internacionais da sustentabilidade na criação de processos, e governança (MAGALHÃES; BRITO 2012).

A Agenda 2030 de desenvolvimento sustentável propõe a transformação ambiciosa que exigirá grande esforço de governos e dos setores não governamentais para que não sucumba ao ceticismo da sociedade, já presente em protagonistas estratégicos, a exemplo de uma parcela da comunidade científica (MATTIVY, 2018).

3. Metodologia

Conforme seu objetivo, apresentado na Introdução (seção 1) – analisar a influência dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS na indústria Química Amparo, em relação à Marca YPÊ entre 2016 a 2018, a pesquisa buscou mais especificamente o desdobramento de iniciativas socioambientais do negócio da empresa objeto de estudo, assim trata-se de uma pesquisa descritiva, para Leão (2017), esse tipo de estudo é comum em pesquisas que investigam opiniões, atitudes, valores e crenças, ocupando de averiguar a correlação entre variáveis.

O estudo foi conduzido através da pesquisa qualitativa, segundo Richardson (1999), destaca também que abordar problemas de pesquisa qualitativamente pode ser uma forma adequada para conhecer a natureza de um fenômeno social, ou seja, a estrutura utilizada no decorrer do estudo pela pesquisadora apresentará uma abordagem qualitativa, visto que, os critérios numéricos servem de base comparativa da pesquisa.

O critério de seleção do caso foi que a empresa deve ser reconhecida pela preocupação com a sustentabilidade, ter uma área formal para assuntos voltados para sustentabilidade e permitir o acesso a documentos internos e a colaboradores. A pesquisa foi realizada por meio de dados secundários, Segundo Mattar (1996), afirma que dados secundários são aqueles que já foram coletados, tabulados, ordenados e, às vezes, até analisados, com propósitos outros ao de atender às necessidades da pesquisa em andamento, e que estão catalogados à disposição dos interessados.

Os dados secundários do estudo foram obtidos por pesquisas em websites da empresa, ou seja, a coleta de dados ocorreu através dos relatórios disponibilizado pela empresa objeto de estudo pela internet, conforme Quadro 1:

Quadro 1- Relatórios Anuais da Sustentabilidade.

Categorização	Descrição	Disponível em:
2016	Relatório de Atividades	https://www.ipe.org.br/relatorios-anuais
2017	Relatório de Atividades	https://www.ipe.org.br/relatorios-anuais

2018	Relatório de Atividades	https://www.ipe.org.br/relatorios-anuais

Fonte: Elaborado pela autora do estudo (2020).

A pesquisa de documental foi realizada através da consulta da website da empresa objeto de estudo conforme delineada no quadro anterior. Segundo Tumelero (2019), a pesquisa documental recorre a fontes diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, e, junto com a pesquisa bibliográfica é bastante utilizada na pesquisa científica.

Deste modo, para tornar o resultado da pesquisa próximo à realidade, a avaliação foi confeccionada na planilha no programa *Microsoft Excel*, onde: as linhas apresentaram as 17 ODS e 1 (uma) das metas definida na Conferência de Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) que se relacionam com o ramo de atividade da empresa objeto de estudo a ser alcançadas até 2030, já nas colunas apresenta-se os períodos pré-definidos no estudo (Acesso da pesquisadora).

A análise e discussão dos dados foram realizadas em duas etapas, conforme os objetivos específicos da pesquisa. Inicialmente, apresenta-se à estrutura das ODS e metas (Rio+20) estabelecendo-se uma forma comparativa entre os casos, ou seja, foi atribuído pesos que variam de 0 a 3; representando 0 (nenhuma aproximação temática), 1 (mínima aproximação temática), 2 (média aproximação temática) e 3 (alta aproximação temática), e em que essas medidas possuem a capacidade de constituírem o resultado do estudo. Em seguida foram analisados os conteúdos desta comparação para aferir em que período a Marca Ypê conseguiu atingir aspectos ligada ao desempenho sustentabilidade corporativa aplicados no contexto brasileiro.

4. Resultados

4.1. Estrutura dos principais ODS na empresa objeto de estudo

Na revisão dos relatórios dos ODS na indústria Química Amparo entre 2016 a 2018, os objetivos estão relacionados com uma das metas do Rio+20, que estão mais próximas da amostra do estudo. O estudo mostra as relações encontradas entre esses objetivos, agrupados para entender as relações desde o ponto de vista das dimensões social, econômica e ambiental, e em particular a relação à Marca Ypê. Em suma, no quadro 2 apresentam-se as principais ODS versus Metas (agenda 2030) e as ponderações supra citadas na metodologia do estudo, conforme Quadro 2:

Quadro 2 – As ODS e Metas da Agenda 2030.

ODS		METAS	2016	2017	2018
1	Erradicação da Pobreza	Até 2030, reduzir pelo menos à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais.	1	2	2
2	Fome zero e agricultura sustentável	Até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudanças do clima, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo.	1	2	2
3	Saúde e bem estar	Até 2030, assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais.	1	2	3
4	Educação de qualidade	Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo.	2	3	3
5	Igualdade de gênero	Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas, em todos os níveis.	2	2	2
6	Água potável e saneamento.	Até 2030, melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas, e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura globalmente.	2	3	3
7	Energia limpa e acessível	Até 2030, expandir a infraestrutura e modernizar a tecnologia para o fornecimento de serviços de energia modernos e sustentáveis para todos nos países em desenvolvimento, particularmente nos países de menor desenvolvimento relativo, nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento e nos países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com seus respectivos programas de apoio.	2	2	3
8	Trabalho decente e crescimento econômico.	Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias, por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e intensivos em mão-de-obra.	2	3	3

9	Indústria, inovação e infraestrutura	Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos.	2	3	3
10	Redução das desigualdades	Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, sexo, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra.	1	2	2
11	Cidades e comunidades sustentáveis	Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, peri-urbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento.	1	2	2
12	Consumo e produções responsáveis	Até 2030, alcançar gestão sustentável e uso eficiente dos recursos naturais.	2	2	2
13	Ação contra a mudança global do clima	Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação global do clima, adaptação, redução de impacto, e alerta precoce à mudança do clima.	1	2	2
14	Vida na água	Até 2030, prevenir e reduzir significativamente a poluição marinha de todos os tipos, especialmente a advinda de atividades terrestres, incluindo detritos marinhos e a poluição por nutrientes.	2	2	3
15	Vida terrestre	Até 2030, assegurar a conservação dos ecossistemas de montanha, incluindo a sua biodiversidade, para melhorar a sua capacidade de proporcionar benefícios, que são essenciais para o desenvolvimento sustentável.	2	2	2
16	Paz, justiça e instituições eficazes	Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis.	2	2	2
17	Parcerias e meios de implementação	Promover o desenvolvimento, a transferência, a disseminação e a difusão de tecnologias ambientalmente corretas para os países em desenvolvimento, em condições favoráveis, inclusive em condições concessionais e preferenciais, conforme mutuamente acordado.	2	2	3

Fonte: Elaborada pela autora do estudo (2020).

As temáticas as ODS e as metas (Agenda/2030) avançam na direção da compreensão das inter-relações nos relatórios divulgados pela empresa objeto de estudo, conforme quadro anterior, no período de 2017 as ODS (1, 2, 3, 10, 11,13), a empresa objeto de estudo tem mínima aproximação a temática, e as ODS (4,5,6,7,8,9,12,14,15,16,17) média aproximação a temática. Já o período de 2018 as ODS (1,2,3,5,7,10,14,15,16,17) tem média aproximação a temática, e ODS (4,6,8,9,12,13). E

por fim, em 2019 as ODS (1,2,5,10,11,12,13,15,16) a empresa objeto de estudo tem uma média aproximação a temática, e as ODS (3,4,6,7,8,9,14,17) possui alta aproximação a temática. A utilização dos termos das ODS e as metas (Agenda 2030) são notáveis e oportunas, em nível global, porém, em virtude da Indústria Química Amparo a sustentabilidade é um fator embrionário destes termos, se posicionada às ações sustentáveis de forma genuína, a Marca Ypê será lembrada com facilidade pelo consumidores, tendo posicionamento bem definido e desfrutar de prestígio e reconhecimento.

5. Considerações Finais

O artigo examina como a Indústria Química Amparo desenvolve as ODS e as metas (Agenda 2030) em sua marca que envolve os negócios modernos a sustentabilidade que é definida como uma questão global importante. Nesse sentido, a marca tem sido vista como um poderoso impulsionador de mudanças em direção a padrões de comportamento sustentáveis entre a empresa e seus consumidores.

No entanto, adequar-se as ponderações com a temática e à imagem da marca é o principal desafio, ao identificar as estratégias mais eficazes. Pode-se perceber, que as ODS (4,6,7,8,9,14,17), pode-se dizer que a empresa objeto de estudo busca um modelo sustentável para se fixarem, reduzindo o impacto ambiental, mas primordialmente agregando valor às marcas de seus produtos com vistas à sua manutenção no mercado e ampliação dos lucros.

E por fim, as ODS (1,2,3,5,10,11,12,13,15,16), portanto, a necessidade de maximizar o impacto da marca Ypê, assim a necessidade de estratégias mais abrangente e múltiplas modificações na política de marketing e cultura organizacional.

Isso denota-se, a importância da pesquisa e a necessidade de investigação científica profunda em marcas sustentáveis. Ainda não há empresas suficientes que realmente implementaram o conceito de sustentabilidade em seus modelos de negócios e esta é a principal limitação do estudo e oportunidade a pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

AGUSTINHO, Ana Gláucia Sousa; VELOSO, Christiane Carvalho. **Sustentabilidade empresarial: estratégia das empresas inteligentes**. 1ª Edição. Curitiba: Editora Appris, 2017.

ALVES, Ricardo Ribeiro. **Sustentabilidade empresarial e mercado verde: a transformação do mundo em que vivemos**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2019.

BAKER, Bill. **Destination Branding for small cities: the essential for successful place branding**. Portland: Creative Leap Books, 2007. Disponível em: <https://irp-cdn.multiscreensite.com/b2005056/files/uploaded/Place%20Branding%20Excerpt.pdf>. Acesso em: 04 mai. 2020.

BARATA, Martha Macedo de Lima. O **setor empresarial e a sustentabilidade no Brasil** Revista Pensamento Contemporâneo em Administração, v. 1, n. 1, p. 70-86, set./dez. 2007. Disponível em: periodicos.uff.br/pca/article/download . Acesso em: 01 mai. 2020.

BARBOSA, Christina; LOPES, Sonia. **Sustentabilidade: gestão estratégica na prática**. Rio de Janeiro: Editora Brasport, 2018.

BOECHAT, C. B. Sustentabilidade no Brasil. HSM Management, No. 63 Julho-Agosto, 2007.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**. 2020. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/desenvolvimento-sustentavel-e-meio-ambiente/134-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods>. Acesso em: 01 mai. 2020.

CEBRI, Centro Brasileiro de Relações Internacionais. **Tecnologias limpas**, 2013. Disponível em: <http://ois.sebrae.com.br/publicacoes/tecnologias-limpas-cebri-2013/>. Acesso em: 08 mai. 2020.

CNM. Conferencia Nacional dos Municípios. **Seminário debate avanços e desafios dos ODS; CNM recomenda participação**. 2020. Disponível em: <https://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/seminario-debate-avancos-e-desafios-dos-ods-cnm-recomenda-participacao>. Acesso em: 01 mai. 2020.

GOMES, Clandia Maffini; KNEIPP, Jordana Marques; ROSA, Luciana Aparecida Barbieri da; BICHUETI, Roberto Schoproni; PERLIN, Ana Paula. **Gestão para a sustentabilidade e desempenho empresarial: uma análise a partir da inserção internacional em empresas do setor mineral**. Revista Eletrônica Sistema & Gestão, v.11, n.1, 2016. Disponível em: <http://www.revistasg.uff.br/index.php/sg/article/view/963/405>. Acesso em: 01 mai. 2020.

LEÃO, Lourdes Meireles. **Metodologia do Estudo e Pesquisa: facilitando a vida dos estudantes e pesquisadores**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

LIMA, Bruna Lummertz; CAMARGO, Cariane Weydmann; BARP, Denise Rippel Araujo; RÜTHSCHILLING, Evelise Anicet. **Crítérios para avaliação da sustentabilidade em marcas de moda**. Revista Design & Tecnologia, v. 14, 2017. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga>. Acesso em: 06 mar. 2020.

LOURES, Rodrigo Carlos da Rocha. **Sustentabilidade XXI: Educar e inovar sob uma nova consciência**. São Paulo: Editora Gente, 2009.

MAGALHÃES, Regi; BRITO, Renata Peregrino de Brito. **Estratégias empresariais para a sustentabilidade no Brasil é uma publicação do Uniethos**. 2012. Disponível em: <http://www.siteuniethos.org.br/wp-content/uploads/2013/07/Estrat%C3%A9gias->

Empresariais-para-a-Sustentabilidade-no-Brasil_Baixa-Resolu%C3%A7%C3%A3o.pdf.
Acesso em: 01 mai. 2020.

MARTINS NETO, J. **Energia Limpa na Economia:** Economia Ecológica e a Produção Limpa. Tecbahia. V.20, nº2-3, p.30-43, 2005.

MATTAR, Fauze N. **Pesquisa de marketing:** metodologia, planejamento. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MATTIVY, Barbara. **Tendência Mundial, preocupação ambiental afeta modo de produção.** Revista Eletrônica CNI, 2018. Disponível em: <https://noticias.Portaldaindustria.com.br/noticias/sustentabilidade/tendencia-mundial-preocupacao-ambiental-afeta-modo-de-producao/>. Acesso em: 06 mar. 2020.

NETO, João Amato. **A era do ecobusiness:** criando negócios sustentáveis. Barueri, SP: Editora Manole, 2015.

RIBEIRO, Amanda. **Desenvolvimento sustentável, 2003.** Disponível em: <https://www.infoescola.com/geografia/desenvolvimento-sustentavel/>. Acesso em 30. Abr. 2020.

RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, Élcio Henrique dos. SILVA, Mirela Auxiliadora da. **Sustentabilidade Empresarial:** Um novo modelo de negócio. Revista Ciência Contemporânea v.2, n.1, p. 75 /94, jun./dez. 2017. Disponível em: <http://uniesp.edu.br/sites/guaratingueta/revista.php?idrevista=31>. Acesso em: 05 mar. 2020.

SILVA, Christian Luiz; MENDES, Judas Tadeu Grassi. **Reflexões sobre o desenvolvimento sustentável.** Agentes e interações sob a ótica multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, 2005.

TUMELERO, Naina, **Pesquisa documental: conceito, exemplos e passo a passo.** 2019. Disponível em: <https://blog.mettzer.com/pesquisa-documental/>. Acesso em: 08 mai. 2020.

OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: ESTUDO DE CASO EM UMA INDÚSTRIA DE HIGIENE E BELEZA, PERFUMARIA E COSMÉTICOS ENTRE 2017 A 2019

Fabiana Geschonki¹
Sandro Ricardo Busato²

Resumo: O objetivo do presente artigo foi evidenciar as práticas sustentáveis em relação ao cumprimento dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS em face das pressões mundiais e de consumidores no contexto sustentável de uma indústria brasileira do ramo de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos, no período de 2017 a 2019. A pesquisa do tipo descritivo, com ênfase na dimensão da sustentabilidade, que é dividida em aspectos ambientais, econômicos e sociais, e essa somatória pode ser o diferencial dos negócios, assim, utilizou-se de um estudo de caso. Os dados, obtidos por relatórios anuais da visão de sustentabilidade de um negócio, ou seja, no contexto nacional há poucas as empresas que estão fazendo tudo o que podem para adotar práticas sustentáveis, pelos custos envolvidos na demanda de investimentos e falta gestores preparados para a temática. Com isso, obtiveram-se alguns resultados, percebe-se que o desenvolvimento sustentável pode corresponder a relatórios financeiros integrados, implementação de estratégias sustentável, gerenciamento dos impactos da organização no cenário econômico, social e ambiental, estratégias de eficiência energética, engajamento das partes interessadas, venda responsável, gestão ética; gestão da diversidade. Desta maneira, pôde concluir que as práticas sustentáveis da empresa objeto de estudo são aspectos que vão além da ideia ecológica e ambiental, faz parte também outras vertentes como o meio social e econômico através da criação de novas tecnologias para a redução de custos responsáveis na obtenção desses resultados.

Palavras-chave: Estratégias Empresariais, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, Práticas Sustentável, Sustentabilidade.

1. Introdução

O termo sustentabilidade possui as condicionantes ligadas aos fatores econômicos, sociais e ambientais, ou seja, a sustentabilidade enfatiza a natureza integrada às atividades humanas e, portanto, a necessidade de planejamento entre diferentes setores organizacionais.

De acordo com Santos e Silva (2017), “a sustentabilidade empresarial é um desses modelos de negócios que, por meio de uma abordagem ampla, possibilita um equilíbrio financeiro, a preservação do meio ambiente e práticas sociais que estimulam o desenvolvimento da sociedade”.

Embora o tema seja bastante discutido não há um consenso entre as organizações, assim a necessidade de viabilizar tentativas sensibilizadoras à gestão. Segundo Paula *et al.*, (2017 p.9), “o desenvolvimento sustentável é o processo que satisfaz as necessidades

¹ Acadêmica do Curso Administração - Centro Universitário UNIVEL

² Orientador: Professor Mestre em Administração do Curso de Administração – Centro Universitário UNIVEL.

presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”. Segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2017), descreve que na outra ponta dos negócios, há consumidores exigentes, seletivos e bem informados tendem a escolher preferencialmente marcas, produtos e serviços que conquistaram prestígio e competitividade por causa de práticas sustentáveis.

Ser uma empresa sustentável vai além do respeito ao meio ambiente e sim, na criação de um conjunto de ações através de trabalhos saudáveis, defesa do meio ambiente, utilização racional de recursos (desperdícios e excessos), o uso adequado de tecnologia, entre outros. Sob este enfoque, segundo Oliveira *et al.*, (2016), “a sustentabilidade gera inúmeros benefícios aos negócios, o consumidor sente-se atraído por empresas sustentáveis, uma vez que este está mais informado e opta pelo consumo de produtos e serviços ambientalmente corretas”.

Este artigo tem o objetivo de evidenciar as práticas sustentáveis de uma indústria brasileira do ramo de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos entre 2017 a 2019, em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS. Além disso, abordará a estrutura das principais ODS e das Metas (Agenda/2030) nas práticas sustentáveis da empresa objeto de estudo.

Este artigo, além desta introdução é constituído pelas seções: ii) Desenvolvimento; iii) Metodologia; iv) Resultados; e, v) Considerações Finais.

2. Desenvolvimento

2.1. Conceito de sustentabilidade

As atitudes que são concebidas no hoje serão resultados do amanhã, devendo satisfazer às necessidades do presente sem comprometer as gerações futuras segundo Veiga (2010, p.12), o termo sustentável, “foi empregado na década de 70 pela comunidade científica como um jargão técnico para designar a possibilidade de um ecossistema não perder sua resiliência, ou seja, a capacidade do ecossistema absorver tensões ambientais sem perceptivelmente mudar seu estado ecológico”.

A sustentabilidade é definida teoricamente por três bases, sendo elas a social, econômica e ambiental. Para o Sebrae (2015), esse novo conceito de sustentabilidade empresarial foi dado o nome de *Triple Bottom Line*, que é representado pelo triple da

sustentabilidade, ou seja, o econômico, o ambiental e o social devem estar em equilíbrio nos resultados das empresas.

Corroborando com o mesmo pensamento, Campos *et. al.*, (2015, p.2), apresentam a sustentabilidade é um conceito sistêmico “que visa suprir todas as necessidades sociais, econômicas, culturais e ambientais na garantia de um futuro melhor, de tal modo que os recursos naturais são utilizados de forma inteligente, e são protegidos pensando na geração futura”.

Nesse contexto, Feil e Schreiber (2017), o termo sustentabilidade é definido como uma solução a escassez de recursos naturais vinculados a questões energéticas, na qual originou-se da deterioração da ecologia global e do desenvolvimento econômico além da preocupação com o futuro dos recursos naturais e da vida humana.

2.1.1. Sustentabilidade empresarial

A agilidade de um negócio em se manter ativo, de forma humanitária e lucrativa, não deixando de garantir a qualidade dos produtos ou serviços, para Savitz e Weber (2007), consideram que a empresa sustentável é aquela que além de gerar lucro, protege o meio ambiente e melhora a qualidade de vida das pessoas que mantém interações. A mesma corresponde à habilidade de manter-se competitiva, rentável ao longo do tempo por meio da oferta de produtos e/ou serviços com qualidade e preços compatíveis e justa remuneração aos envolvidos (BIELSCHOWSHY, 2008).

Segundo Mattarozzi e Trunkl (2008 p.98), declaram que, “para o meio empresarial, a definição de sustentabilidade representa uma nova abordagem de se fazer negócios que, simultaneamente, proporciona integração social (com respeito à diversidade cultural e interesses dos públicos envolvidos no negócio direta ou indiretamente), reduz e otimiza o uso de recursos naturais e o impacto ao meio ambiente”.

De acordo com Barbieri e Cajazeira (2009), uma empresa sustentável é aquela que procura incorporar objetivos relacionados ao desenvolvimento sustentável em políticas e práticas de forma consistente. A sustentabilidade empresarial é um novo paradigma dos negócios, usa-se a questão de proteção ao meio ambiente para a avaliação o ciclo do negócio; desde a extração, manufatura até distribuição do produto ao cliente final. Segundo Zilbersztajn (2010 p.17), “a empresa sustentável do século XXI é a aquela que avalia todo o ciclo de vida do produto, mensura as emissões de gases e resíduos sólidos e desenvolve estratégias de minimização ao longo prazo”.

2.2. O desenvolvimento sustentável

Segundo a Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento – CMMAD (1991), o desenvolvimento sustentável trata-se do desenvolvimento que satisfaz as necessidades de hoje sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazerem as suas próprias necessidades.

Com o avanço dos negócios, o desenvolvimento sustentável tornou-se abrangente, especialmente pela necessidade de proteção ao meio ambiente e ao ecossistema saudável, ao conceituar desenvolvimento sustentável pode se dizer que é “aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras ao atenderem suas próprias necessidades” (PHILIPPI, 2001, p.303).

No entendimento de Sachs (2004, p.15), o desenvolvimento sustentável está “estruturado em pilares: (i) social sendo fundamental por motivos tanto intrínsecos quanto instrumentais; (ii) o ambiental, que se trata de um sistema de sustentação; (iii) o territorial que está relacionado à distribuição espacial dos recursos, das populações e das atividades; (iv) o econômico, sendo a viabilidade econômica indispensável a um país; (v) e a política, a democracia é um valor fundamental e um instrumento necessário para fazer as coisas acontecerem”.

Segundo Pinheiros (2006), a responsabilidade pelo desenvolvimento sustentável do planeta está repartida entre governos, organizações e sociedade. Neste contexto, Muller (2007), o desenvolvimento sustentável está atrelado ao crescimento econômico, ou seja, o capital físico está interligado as relações demográficas e ao desenvolvimento tecnológico, tanto com respeito à biodiversidade, quanto a forma de trabalhos ministrados por estas.

2.2. Práticas sustentáveis

As práticas sustentáveis são realizadas quanto pela sociedade quanto pelo meio empresarial, as mesmas constadas com pequenos comportamentos, assim, Coral (2002, p.31), destaca as práticas de sustentabilidade empresarial como: “a implantação de sistemas de tratamento de efluentes e resíduos atendendo à legislação ambiental vigente, na adoção de sistemas de gestão ambiental (SGA) e certificação ISO 14001”.

De acordo com Amaral (2004), “as empresas modernas não precisam pensar somente em cumprir as leis ambientais de um país, estado ou município”. Já Boff (1999), “para cuidar do planeta precisamos passar por uma alfabetização ecológica e rever

nossos hábitos de consumo. O que importa é desenvolver uma ética do cuidado”, conforme Figura1:

Figura 1 - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030



Fonte: OECD (2001).

Inserir práticas sustentáveis nos níveis de ensino da educação básica tornam os alunos multiplicadores do conhecimento, no sentido de mudar a realidade vivenciada, pois a região semiárida é conhecida pelas suas características inerentes que necessitam de uma abordagem econômica, social e política para exploração de suas potencialidades (CARDOSO; MACHADO, 2017).

3. Metodologia

A metodologia utilizada para realização desta pesquisa caracteriza-se como descritiva, Vergara (2000, p.47), alega que a pesquisa descritiva expõe os atributos de determinada população ou fenômeno, estabelece correlações ao meio de variáveis e delinea sua natureza.

Com relação aos procedimentos da pesquisa foi empregado na coleta de dados o procedimento de pesquisa documental. Vale destacar que a pesquisa documental para Lüdke e André (2015 p.45), busca a “identificação das informações factuais nos documentos a partir de questões ou hipóteses de interesse”. Quanto aos instrumentos utilizados na pesquisa foi realizada por meio da coleta de dados secundários, ou seja, a coleta de dados ocorreu através dos relatórios disponibilizado pela Indústria de Higiene e Beleza, Perfumaria e Cosméticos objeto de estudo pela internet, conforme Quadro 1:

Quadro 1- Relatórios Anuais da Sustentabilidade.

Categorização	Descrição	Links
2017	Relatório Anual (Edições Anteriores)	https://natu.infoinvest.com.br/servicos-aos-investidores/central-de-downloads/2017
2018	Relatório Anual (Edições Anteriores)	https://natu.infoinvest.com.br/servicos-aos-investidores/central-de-downloads/2018
2019	Relatório Anual	https://static.rede.natura.net/html/home/2019/agosto/relatorio_anual_natura_2019.pdf

Fonte: Elaborado pela autora do estudo (2020).

Neste sentido, este estudo de caso apoia-se fontes de evidencias disponibilizadas na internet. Tal esboço implica no modo de identificar as temáticas predominantes nas ODS relacionadas à possibilidade de harmonia ou não entre meio ambiente e o modo de gestão da empresa objeto de estudo. Como limitação do método, cabe ressaltar que não estamos pesquisando o processo de sustentabilidade como um todo, mas a relação do cumprimento das Metas (Agenda 2030) versus as ODS e a gestão da empresa no período limite de 2017 a 2019.

Deste modo, para tornar o resultado da pesquisa mais próximo à realidade, a avaliação foi confeccionada na planilha do programa *Microsoft Excel*, onde: as linhas apresentam as 17 ODS e uma das metas (Agenda 2030) que se relacionam ao ramo de atividade da empresa objeto de estudo a ser alcançadas até 2030, já nas colunas apresenta-se períodos pré-definidos no estudo (Acesso da pesquisadora). Assim, foram atribuídos pesos que variam de 0 a 3; representando 0 (nenhuma aproximação temática), 1 (mínima aproximação temática), 2 (média aproximação temática) e 3 (alta aproximação temática), e em que essas medidas possuem a capacidade de constituírem o resultado do estudo.

4. Resultados

4.1. Estrutura dos principais ODS na empresa objeto de estudo

Os ODS fornecem orientação as empresas de como podem alinhar suas estratégias, bem como mensurar e gerenciar sua contribuição na realização dos ODS, e ainda definir as prioridades e aspirações globais para 2030. Eles representam uma oportunidade sem precedentes para eliminar a pobreza extrema e colocar o mundo em um caminho sustentável, conforme apresentado no Quadro 2:

Quadro 2 – Os questionamentos dos ODS a empresa objeto de estudo.

Objetivo	Significado da ODS	Questionamento a empresa objeto de estudo
1º	Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos lugares.	Existe o engajamento e a responsabilidade da empresa com compromisso da redução da fome e da pobreza do mundo?
2º	Acabar com a fome, alcançar a segurança.	Existem programas de educação alimentar relacionado ao combate à fome e segurança alimentar?
3º	Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.	No decorrer do relatório o constructo tem á preocupação com bem-estar das pessoas e principalmente dos colaboradores?
4º	Assegurar a educação inclusiva, equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.	Há indicadores de monitoramento sociais, seja ela de procedimentos internos ou externos através de programas de gestão ou parcerias sociais?
5º	Alcançar à igualdade de gênero e empoderar as mulheres e meninas.	Há indicadores a diversidade e igualdade de acesso na contratação e na garantia da proporcionalidade, representatividade de gênero a ser cumprida pela empresa?
6º	Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos.	Como apresentam-se os projetos de redução e monitoramento da água na busca pela manutenção e melhoria, no consumo de água pela empresa?
7º	Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos.	Há métodos concretos na empresa em relação à redução do consumo de energia, e a utilização de energia renovável?
8º	Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos.	É evidenciado pela empresa em formato de indicadores as contratações efetivas, permitindo emprego digno e crescimento econômico a população em torno?
9º	Construir infraestruturas, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.	Como que a empresa preocupa-se com a inovação e a industrialização sustentável na atualidade?
10º	Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles	Está presente nos 3 (três) relatórios as ações de combate aos impactos sociais, dentre eles a desigualdade, através de indicadores de gestão para combater esse problema levantando pela ONU?
11º	Tornar as cidades e assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.	Como apresentam os relatórios divulgados pela empresa na promoção da segurança dos clientes e as cidades sustentáveis?
12º	Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.	Há indicador que demonstra preocupação com: produção sustentável, preocupação com fornecedores, para que a matéria-prima e a produção final sejam feitas de forma sustentável?
13º	Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos	A empresa toma medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos?
14º	Conservação e uso sustentável dos oceanos.	O relatório sustentabilidade apresenta um plano para diminuir impactos e efeitos causados nos oceanos, rios e afluentes através da gestão da empresa?
15º	Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, deter e reverter a degradação da terra e a perda de biodiversidade	A empresa apresenta em seus relatórios desafios, metas e indicadores de ações de restauração ambiental, prevenção e redução de emissões de gases?

16º	Promover sociedades pacíficas e inclusivas ao desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça a todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.	A empresa cita nos relatórios pilares de atuação ou referenciando campanhas ambientais, metas e investimentos que fizeram na busca por paz e justiça?
17º	Fortalecer meios de implementar e revitalizar a parceria global.	Os relatórios anuais da empresa apresentam os indicadores de melhoria e otimização do uso de recursos naturais?

Fonte: Elaborada pela Autora do Estudo (2020).

Assim, após apresentação do quadro anterior dos significados dos ODS e questionamentos, foi possível efetuar a ponderação da relação ODS versus Metas (agenda 2030) versus Empresa objeto de estudo, conforme Quadro 3:

Quadro 3 – As ODS e Metas da Agenda 2030.

ODS	METAS	2017	2018	2019
Erradicação da Pobreza	Até 2030, reduzir pelo menos à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais.	2	2	2
Fome zero e agricultura sustentável	Até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, aumento da produtividade para manter ecossistemas, fortalecer capacidade de adaptação às mudanças do clima, condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e a melhoria progressiva da qualidade da terra e do solo.	2	2	2
Saúde e bem estar	Até 2030, assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar através de programas nacionais.	3	3	3
Educação de qualidade	Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais e empreendedorismo.	3	3	3
Igualdade de gênero	Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento as mulheres e meninas.	3	3	3
Água potável e saneamento.	Até 2030, melhorar a qualidade da água, reduzir a poluição, eliminar o despejo, minimizar a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo a proporção de águas residuais não tratadas, aumentar substancialmente a reciclagem e reutilização segura globalmente.	2	2	3

Energia limpa e acessível	Até 2030, expandir a infraestrutura e modernizar a tecnologia para o fornecimento de serviços de energia modernos e sustentáveis para todos nos países em desenvolvimento, particularmente nos países de menor desenvolvimento relativo, nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento e nos países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com seus respectivos programas de apoio.	3	3	3
Trabalho decente e crescimento econômico.	Atingir níveis elevados de produtividade, por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio foco em setores de alto valor agregado e intensivos em mão-de-obra.	2	3	3
Indústria, inovação e infraestrutura	Até 2030 desenvolver infraestruturas regionais e transfronteiriça de qualidade, confiáveis, resiliente e sustentável ao desenvolvimento econômico, bem-estar humano, acesso equitativo e a preços acessíveis para todos.	3	3	3
Redução das desigualdades	Até 2030, empoderar, promover a inclusão social, econômica, política de todos, independentemente da idade, sexo, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra.	2	2	3
Cidades e comunidades sustentáveis	Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, peri-urbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento.	3	3	3
Consumo e produções responsáveis	Até 2030, alcançar gestão sustentável e uso eficiente dos recursos naturais.	3	3	3
Ação contra a mudança global do clima	Melhorar a educação, conscientização, capacidade humana e institucional sobre mitigação global do clima, adaptação, redução de impacto, e alerta precoce à mudança do clima.	2	2	3
Vida na água	Até 2030, prevenir e reduzir significativamente a poluição marinha de todos os tipos, especialmente a advinda de atividades terrestres, incluindo detritos marinhos e a poluição por nutrientes.	2	2	2
Vida terrestre	Assegurar conservação dos ecossistemas, biodiversidade, para melhorar a capacidade de proporcionar benefícios, que são essenciais ao desenvolvimento sustentável.	2	2	2
Paz, justiça e instituições eficazes.	Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis.	2	2	3
Parcerias e meios de implementação	Promover o desenvolvimento, a disseminação difusão de tecnologias sustentáveis a países em desenvolvimento, em condições concessionais e preferenciais.	2	3	3

Fonte: Elaborada pela autora do estudo (2020).

No quadro anterior, do ponto de vista do Brasil, a empresa em si é uma praticante da sustentabilidade, não obtendo ponderação baixa na temática do estudo. Os ODS (1,2,6,10,13,14,15,16), identificou-se média prioridade com a temática, através de iniciativas sustentáveis, equilibradas e integradas, por outro lado, os ODS (6,10,13,16),

aproximaram-se da temática, ou seja, uma elevada melhoria pelo impacto sustentável que exerce no entorno, em termos empresariais.

E por fim, os ODS (3,4,5,7,8,9,11,12,17), tem alta prioridade no contexto da temática sustentabilidade, a empresa baseia-se na geração de impactos positivos *stakeholders* e transforma desafios socioambientais e econômicos em geração de oportunidades unindo ciência e conhecimento da biodiversidade.

5. Considerações Finais

Os paradigmas da globalização atual apresentam problemas, ao mesmo tempo em que oferece oportunidades, desafiam gestores e a sociedade para um mundo moderno, assim, a empresa objeto de estudo une esforços na criação de plataformas globais, compartilhando ações inovadoras e de sucesso ao desenvolvimento sustentável, através da troca de práticas, conhecimentos, tecnologias sustentáveis por meio de parcerias internacionais e inter-regionais.

Desse modo, a empresa objeto de estudo, utiliza-se do conceito sustentabilidade como parte integrante de sua estratégia empresarial, o qual abordar a estrutura dos principais ODS nas práticas sustentáveis que tem em seu DNA o sucesso no âmbito mercadológico, ambiental e financeiro.

Isso denota-se, a importância da pesquisa e a necessidade de estudos aprofundados em sustentabilidade empresarial, pois, qualquer segmento pode sim, adequar as práticas sustentável às suas particularidades e construir um modelo de negócio próprio, moldando-o a sua realidade e necessidade.

Em suma, a limitação dos estudos em sustentabilidade, desenvolvimento sustentável e a conciliação com o crescimento econômico levará tempo para ocorrer de forma satisfatória no Brasil e no Mundo. Os dirigentes dos países possuem responsabilidade em estabelecer as condições necessárias para o enfrentamento dos problemas socioeconômicos em escala global, visando à sustentabilidade as futuras gerações.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Sérgio Pinto. **Sustentabilidade ambiental, social e econômica nas empresas**: como entender, medir e relatar. São Paulo: Tocalino, 2004. Disponível em: https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos09/336_Sustentabilidade_Corporativa.pdf. Acesso em: 14 Mai. 2020.

BARBIERI, J. C.; CAJAZEIRA, J. E. R. **Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável: da teoria à prática**. São Paulo: Saraiva, 2009. Disponível em: <https://www.univem.edu.br/anaiscpc2012/pdf/Artigos%20-%20Sustentabilidade%20nas%20organizacoes.pdf>. Acesso em: 17 Set.2020.

BIELSCHOWSHY, Ricardo et al. **Desenvolvimento, justiça e meio ambiente**. 1 ed. São Paulo: Peirópolis, 2009. 325 p. Organizador: José Augusto Pádua. Disponível em: <http://uniesp.edu.br/sites/biblioteca/revistas/20180301124814.pdf> Acesso em: 28 Mar. 2020.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: Ética do humano, compaixão pela terra**. 1999. Disponível em: <http://www.inovarse.org/sites/default/files/T1401715.pdf>. Acesso em 16 Mai. 2020.

CAMPOS, Ana Carolina Souza. ESTENDER, Antonio Carlos. MACEDO, Daniela. **O Ambiente e a Sustentabilidade no Ramo Hoteleiro**. In: Revista de Administração do UNISAL – v. 5, n. 7. 2015. Disponível em: <https://www1.ufmt.br/ufmt/unidade/userfiles/publicacoes/f23a93327ca1f9f7b516b6371ac3e680.pdf> . Acesso em: 15 Abr. 2020.

CARDOSO, N. B.; MACHADO, E. C. **Bibliotecas verdes e sustentáveis no Brasil**. Revista transformação. v. 29, n. 2, p. 141-149. 2017. Disponível em: <http://www.editoraralize.com.br/revistas/conapesc/trabalhos/trabalhoev126md1sa7id128401072019151557.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2020.

CMMAD - Comissão Mundial sobre o Meio ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro Comum**, 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991. Disponível em: <http://www.opet.com.br/faculdade/revista-cc-adm/pdf/n3/do-crescimento-economico-ao-desenvolvimento-sustentavel-conceitos-em-evolucao.pdf>. Acesso em: 16 Abr. 2020.

CORAL, Eliza. **Modelo de planejamento estratégico para a sustentabilidade empresarial**. 282 f. 2002. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em: <http://www.ri.unir.br/jspu/bitstream/123456789/1767/1/tcc%20-%20danielly%20rodrigues%20da%20silva.pdf>. Acesso em: 13 Mai. 2020

FEIL, Alexandre André Feil; SCHREIBER, Dusan. **Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável**: desvendando as sobreposições e alcances de seus significados. Caderno do EBAPE.BR, v. 14, n. 3, Artigo 7, Rio de Janeiro, Jul./Set. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cebape/v15n3/1679-3951-cebape-15-03-00667.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2020.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. 2. ed. São Paulo: EPU, 2015. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:2P1lGaYgHrAJ:https://univali.br/seer/index.php/rc/article/download/13579/8591+&cd=12&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br> Acesso em: 07 mai. 2020.

MATTAROZZI, Victorio; TRUNKL, Cássio. **Sustentabilidade dos negócios no setor financeiro: Um caso prático.** Annablume, 2008. 98p. Disponível em: <https://cepein.femanet.com.br/BDigital/arqTccs/0911260110.pdf> Acesso em: 14 mar. 2020.

MUELLER, C. **Os Economistas e as relações entre o sistema econômico e o meio ambiente.** Brasília: UNB/FINATC, 2007. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos13/16318637.pdf>. Acesso em: 16 Abr. 2020.

NASCIMENTO, Luiz Felipe. **Gestão Ambiental e Sustentabilidade.** Sistema Universidade Aberta do Brasil, 2008. Disponível em: [https://intranet.ifs.ifsuldeminas.edu.br/eder.clementino/gest%C3%A3o%20e%20qualidade%20ambiental/aimportanciadosistemadegestaoambiental\(sga\).pdf](https://intranet.ifs.ifsuldeminas.edu.br/eder.clementino/gest%C3%A3o%20e%20qualidade%20ambiental/aimportanciadosistemadegestaoambiental(sga).pdf). Acesso em: 29 set. 2020.

OLIVEIRA, Macsuel Miranda de; MEDEIROS, Maria Helena Amaral da Silva; SILVA, Rosângela Leopoldino da Silva LUCAS, Giovana Azevedo Pampanelli. **Desenvolvimento sustentável nas organizações como oportunidade de novos negócios.** Revista Valores, v.1, n.1, p. 42-66, Dez, 2016. Disponível em: <https://revistavalore.emnuvens.com.br/valore/article/download/15/3>. Acesso em: 10 abr. 2020.

PAULA, Ana Carolina Pilatti de; WALTRICK, Maria Salete PEDROSO, Sandra Mara. **Sustentabilidade organizacional: desafio dos gestores frente às questões ambientais.** Revista Sustentabilidade e Responsabilidade Social, v. 3, p. 258, 2017. Disponível em: <https://www.poisson.com.br/livros/sustentabilidade/volume3/Sustentabilidade%20vol3.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2020.

PHILIPPI, L. S. **A Construção do Desenvolvimento Sustentável.** In.: Educação ambiental . Brasília: MMA (Ministério do Meio Ambiente), 2001. 5v. 2.^a Edição Ampliada. Disponível em: [https://www.ufmg.br/congrent/Meio/Meio 57.pdf](https://www.ufmg.br/congrent/Meio/Meio%2057.pdf). Acesso em: 21 mar. 2020.

PINHEIROS, M. D. **Ambiente e Construção Sustentável.** Lisboa: Instituto do Ambiente, 2006. 240p. Disponível em: http://www.revistas.udesc.br/index.php/da_pesquisa/article/viewFile/6893/5254. Acesso em: 16 Abr. 2020.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado.** Rio de Janeiro: Garamond, 2004. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/planeta/article/viewFile/2412/mayn8.pdf> Acesso em: 21 mar. 2020.

SANTOS, Élcio Henrique dos SILVA, Santos Mirela Auxiliadora da **Sustentabilidade empresarial: um novo modelo de negócio.** Revista Ciência Contemporânea, v.2, n.1, p. 75 jun./dez. 2017. Disponível em: <http://uniesp.edu.br/sites/biblioteca/revistas/10abr.2020.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2020.

SAVITZ, Andrew W. WEBER, Karl. **A empresa sustentável: o verdadeiro sucesso é o lucro com responsabilidade social e ambiental.** Rio de Janeiro: Campus; 2007. Disponível em: <http://site.ufvjm.edu.br/revistamultidisciplinar/files/2011/09/Gest%C3%A3o-para-a-sustentabilidade.pdf> . Acesso em: 16 Abr. 2020.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Sustentabilidade nos pequeno negócios.** Caderno Sebrae, v.1, n.1, 2015. Disponível em: [http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/arquivoschronus/bds/bds.nsf/e497ff4a1c69a5a1f31fe4b23d330a34/\\$file/6017.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/arquivoschronus/bds/bds.nsf/e497ff4a1c69a5a1f31fe4b23d330a34/$file/6017.pdf). Acesso em: 10 abr. 2020.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Práticas sustentáveis nas grandes empresas:** demandas para Micros e Pequenas Empresas. Revista Integrare, v. p. 53, 2017. Disponível em: <https://www.integrare.org.br/downloads/praticassustentaveis.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2020.

VEIGA, J. E. da. **Sustentabilidade:** a legitimação de um novo valor. Revista Senac, v.1, n.1, 2010. Disponível em <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=9c95b619adf1ca8e>> Acesso em: 28 mar. 2020.

OS DESAFIOS DA MULHER EMPREENDEDORA NA CIDADE DE CASCAVEL-PR

Tatiane Santana¹
Janaina Kriguer²

Resumo: O objetivo desta pesquisa foi descrever as principais dificuldades que as mulheres encontraram ao exercer o empreendedorismo dentro da cidade de Cascavel, e os possíveis preconceitos enfrentados pelas mesmas, buscando identifica-los e pontuar as atitudes das empresárias diante destes desafios. Foi utilizada a análise de discurso sobre as entrevistas aplicadas para empresárias desta cidade. Com a análise elaborada, foi possível concluir que as mulheres empresárias na cidade de Cascavel empreendem mais vezes por oportunidade e contam com grande apoio, tanto de familiares, como de amigos e do mercado em geral, e as dificuldades e preconceitos se fazem presentes em poucos momentos durante a vida do empreendimento, o que demonstra que a cidade é um local acolhedor e com grandes possibilidades de sucesso para empresas geridas por mulheres.

Palavras-chave: Empreendedorismo. Mulheres. Dificuldades. Preconceitos. Empreendedorismo Feminino.

1. Introdução

O empreendedorismo envolve processos e pessoas com objetivo de inovar dentro do segmento, trazendo novas roupagens para os produtos e serviços existentes ou até mesmo a criação de novos modelos de negócios. E dentro deste ambiente empreendedor, as mulheres vêm ganhando um espaço significativo, tanto no mercado de trabalho como também no campo do empreendedorismo ativo, isso no Brasil como também no mundo.

Este trabalho vem com o intuito de discorrer sobre o empreendedorismo feminino e a importância que ele tem dentro da sociedade, bem como a necessidade de um olhar mais próximo sobre a realidade, desafios e dificuldades que estas mulheres enfrentam quando adentram neste ramo tão masculino que é o empreendedorismo e o mercado de trabalho como um todo.

Segundo a pesquisa GEM de 2018, o Brasil possui uma estimativa de 23,8 milhões de empreendedores do gênero feminino e 28,3 milhões masculinos. No Paraná por sua vez, de acordo com a ACP (Associação Comercial do Paraná) nos últimos 15 anos, o número de empreendedoras mulheres cresceu 34%, entretanto, elas correspondem apenas 6,5 pontos percentuais do total de empreendedores no estado. Sendo assim,

¹ Formanda do curso de Administração do Centro Universitário UNIVEL – 2020.

² Mestre em Administração pela PUC/PR – Professora orientadora.

pode-se observar que essa diferença de quantidade de empreendedores entre os gêneros vem se repetindo ao decorrer dos anos.

O objetivo geral dessa pesquisa foi descrever as principais dificuldades encontradas pelas mulheres ao exercerem o empreendedorismo. Para tanto, os objetivos específicos foram: a) levantar os problemas mais citados pelas entrevistadas; e, finalmente b) descrever como esses problemas afetam o dia a dia da mulher empreendedora.

O tema dessa pesquisa é o empreendedorismo feminino e o problema que se pretendeu responder foi: Quais os principais problemas enfrentados pelas mulheres empreendedoras na cidade de Cascavel –PR?

Assim essa pesquisa foi desenvolvida para apresentar os principais problemas enfrentados pelas mulheres empreendedoras, na cidade de Cascavel-PR, durante o ano de 2020.

E a mesma, se destina a quem busca entender como é o cenário empreendedor para o público feminino na cidade de Cascavel - PR, com base nos depoimentos das participantes do Conselho da Mulher Empresária e Executiva.

2. Desenvolvimento

2.1 Empreendedorismo e Empreendedor

No século XVII surgiu a palavra empreendedora, vinda do francês (entrepreneur) e que representa essas pessoas que assumem riscos e começam algo novo. Durante este período a palavra empreendedor “foi usado para descrever tanto um participante quanto um administrador de grandes projetos de produção” (HISRICHL; PETERS; SHEPHERD, 2009, p.28).

Drucker (1987) diz que empreendedor é aquele que cria algo diferente, que transforma ou muda valores, busca fontes de inovação e cria oportunidades, ou seja, cria algo novo. Já Fillion (2000, p. 2) avalia e posiciona os empreendedores como sendo aqueles que “Definem maneiras de fazer as coisas que refletem o que eles próprios são, e o sucesso deles depende do quanto aquilo que foi definido é adequado e diferente e o quanto isso satisfaz as necessidades variáveis das pessoas.”

Dentro dessa temática de empreendedorismo e empreendedor, vale destacar o Monitoramento Global Empreendedorismo (GEM) que é um programa de pesquisa que tem por intuito o maior estudo anual sobre o empreendedorismo do mundo.

Haja visto que este tema está diretamente ligado as constantes mudanças que ocorrem em razão da globalização, isso faz com que o empreendedorismo seja uma engrenagem de extrema importância para o desenvolvimento da economia e o bem comum da sociedade como um todo.

2.2 Principais Teorias do Empreendedorismo

Dentro do empreendedorismo temos algumas teorias, que foram criadas com o intuito de descrever o papel e essência do empreendedorismo bem como dos empreendedores.

A teoria schumpeteriana, que parte da visão de economistas, foi uma das primeiras a surgir, onde ela apresenta economistas que buscaram demonstrar a importância do empreendedorismo e compreender o papel dos empreendedores em relação a economia. (Baggio e Baggio, 2014).

Podemos citar dentro dessa teoria Richard Cantillon, um banqueiro que se preocupava com o gerenciamento inteligente dos negócios e obtenção de lucros sobre o capital investido. Landstrom e Benner (2010) o descreve como a pessoa que expôs como os empreendedores estavam envolvidos em trocas de mercadorias conduzidas ao lucro e também, as decisões empresariais tomadas sem certeza de sucesso.

Temos também Jean Baptiste Say, que levava em consideração, como resultado dos novos empreendimentos, o desenvolvimento da economia (BATISTA, 2010). Filion (1999) e Landstrom e Benner (2010) mostraram a contribuição de Say, que colocava o empreendedor na coordenação tanto da produção quanto distribuição, ou seja, aquele que unia capital, terra e mão de obra resultando em novos empreendimentos.

Porém, Joseph Schumpeter foi quem trouxe a essência do empreendedorismo, mostrando que empreender é a percepção e aproveitamento das oportunidades que surgem no mundo dos negócios, e criação de novas formas de uso dos recursos. (Baggio e Baggio, 2014).

Por outro lado, entre os anos 1940 e 1970, durante a era das ciências sociais Baggio e Baggio (2014) descreve a entrada dos especialistas do comportamento humano, como sociólogos, psicólogos, psicanalistas, onde, a abordagem do empreendedorismo visava a ampliação do conhecimento sobre o comportamento do indivíduo e o que os motivava.

2.3 Empreendedorismo no Brasil

No Brasil, o empreendedorismo surgiu nos anos 90 juntamente com a abertura da economia para mercados estrangeiros. Com tarifas de importação reduzidas e barreiras não tarifárias, a produtividade e competitividade dentro do mercado interno teve um aumento expressivo, no que resultou em grandes mudanças.

Assim, empresas de todos os tamanhos tiveram que se modernizar ou acabaram por desaparecer, e a partir de então, os trabalhadores desempregados e empresas que buscavam a sua permanência no mercado, aproveitaram dessas mudanças e as transformaram em oportunidades, desenvolvendo assim o empreendedorismo dentro do país.

Neste sentido, o espírito empreendedor dos brasileiros é fato, e reconhecido. E de acordo com a pesquisa GEM (2017, p.17,18) 65% dos especialistas no assunto empreendedorismo, citam a capacidade de superação de desafios e capacidade de realização dos brasileiros é um dos fatores mais presentes e favoráveis quando decidem iniciar um empreendimento.

No entanto, neste mesmo ano, 59,4% dos empreendimentos iniciais foram oportunidades que surgiram e 39,9 % foram por necessidades de uma renda. Essa diferença se dá pela, mesmo que lenta, recuperação do mercado brasileiro de trabalho formal. (GEM, 2017, p, 09). Já no ano seguinte ouve um pequeno porém significativo aumento, onde 61,8% empreenderam por oportunidade, contra 37,5% de empreendimentos iniciados por necessidade. (GEM, 2018, p.12).

Enfatizando esses dados, Chér (2002, p.25) julga que o indivíduo cria um negócio próprio por duas razões: “Após a demissão, abrir o próprio negócio pode não ser apenas uma alternativa, mas muitas vezes a única, em razão da difícil recolocação do profissional no mercado de trabalho; ou um sonho antigo, alimentado pelo desejo da independência”.

2.4 Empreendedorismo Feminino

No decorrer da história da humanidade, homens e mulheres desempenham papeis visivelmente diferentes entre si, uma vez que a figura feminina sempre esteve diretamente ligada a fragilidade, à subordinação masculina e até mesmo as diferenças biológicas eram usadas para argumentar sobre essa desigualdade. Porém Oliveira (1997, p.11) observou que “O funcionamento do cérebro desvendado agora não indica, em nenhum momento,

que as características masculinas são melhores e as femininas piores. Eles têm habilidades diversas".

De acordo com estudos de Amorim e Batista (2010) em decorrência da Revolução Industrial, as mulheres foram empregadas, entretanto, a desigualdade era grande, tanto na remuneração quanto na jornada de trabalho.

Com o passar dos anos e desenvolvimento de novas tecnologias, foi acontecendo a inserção das mulheres no trabalho intelectual e surgindo oportunidades em vários ramos. Junto a isso, as garantias jurídicas que a Constituição Federal de 1988 concedeu as mulheres, proporcionou também a conquista do espaço feminino dentro do empreendedorismo.

As mulheres vêm conquistando espaço de forma significativa com o passar dos anos, e na pesquisa GEM de 2018 é demonstrado que as empreendedoras dentro do Brasil, somam um total de 23,8 milhões de mulheres. Almeida e Gomes (2011) apresentam esse ganho com o aumento de empreendedoras dentro do contexto socioeconômico como sendo o resultado de um processo de evolução e rompimento de padrões e preconceitos que se faz presente até hoje.

A realidade no processo de empreender das mulheres além de conter as dificuldades naturais de qualquer empreendimento, é acrescido de pressão e conflitos por demanda de tempo por parte de filhos e família e o tempo que o empreendimento requiere. O conflito trabalho-família, estudado por Buttner e Moore (1997) onde ele destaca que a família tem grande influência na decisão das mulheres em empreender, e a falta de apoio dos mesmos é um ponto de destaque no aumento dessa pressão e sobrecarga.(STROBINO,2009).

Noguera, Alvarez e Urbano (2013) apontam a percepção de capacidades e o medo do fracasso como sendo os elementos que mais tem influência no empreendedorismo feminino.

Gouvêa, Silveira e Machado (2013) em seus estudos pela busca da compreensão de como acontece o empreendedorismo para as mulheres, destacam a diferença dos sexos na compreensão do fenômeno. O estudo aponta que as mulheres são mais flexíveis e subjetivas enquanto os homens são mais objetivos; eles são mais centralizadores ao mesmo passo que elas compartilham mais os objetivos e informações, e também, "Elas têm uma ótima capacidade de persuasão e se preocupam com clientes e fornecedores, o que contribui para o progresso da empresa" (VILLAS BOAS, 2010, P.51)

3. Metodologia

Foi realizado um levantamento descritivo com o intuito de apresentar os desafios que as mulheres enfrentam no processo inicial e no decorrer da vida do seu empreendimento. Em relação à abordagem do problema, a pesquisa caracteriza-se como qualitativa, e quanto aos procedimentos como uma pesquisa de levantamento ou *survey*.

Os dados foram coletados por meio de entrevista semiestruturada composta de questões abertas, porém elaboradas previamente, com o intuito de entender e responder a questão base deste projeto.

Após a coleta, os dados foram tratados por meio de análise de discurso, pois os mesmos foram coletados via aplicativo de mensagens de voz, por se tratar de uma alternativa mais viável, prática e que todas as entrevistadas tinham fácil acesso.

Para esta pesquisa, as entrevistadas foram as participantes do Conselho da Mulher Empresária e Executiva de Cascavel, pois se trata de um trabalho que envolve as experiências da mulher com o empreendedorismo como um todo, e não está direcionado para um campo ou ramo de atividade em específico.

No momento da pesquisa o Conselho contava com 28 integrantes de diversos ramos de atividade, e 14 delas concordaram em contribuir com a pesquisa que o trabalho propôs, sendo assim 50% do total fizeram parte da pesquisa.

4. Resultados

Com o intuito de identificar a realidade das mulheres na cidade quando empreendem, essa análise foi dividida inicialmente entre os motivos que as levaram a empreender.

4.1 Motivo número 1: Desejo de empreender

Quando perguntadas sobre os motivos que as levaram a empreender, 50% delas informaram que foram motivadas pela busca de independência financeira, um dos motivos que Chér (2002, p.25) destaca como sendo um dos fatores impulsionadores do indivíduo, para a criação de um negócio.

Somado a este motivo, elas também tinham a vontade de fazer seus próprios horários, ter satisfação em suas profissões, e ainda ter o seu próprio negócio, pois dessa forma poderiam agir da maneira que almejassem, sem a necessidade de ter que se

reportar a alguém para tomar decisões, e desta maneira a satisfação na realização de suas atividades seriam muito maiores e com muito mais resultados.

4.2 Motivo número 2: Oportunidade de negócio

O segundo maior motivo (somando 25% do total) que se destacou dentre elas para iniciar um empreendimento foi a oportunidade de negócio que viram que o mercado oferecia no momento, como sendo um negócio novo, ou que condiziam com as necessidades que surgiam entre a sociedade, e também os indícios de aqueles empreendimentos dariam resultados positivos.

Dentre elas, uma entrevistada uniu a oportunidade de aquisição de um negócio já estabelecido com sua vontade de empreender no mesmo ramo, somado com sua necessidade de complemento de renda e com a sua formação que se encaixava com o empreendimento.

Isto demonstra que o espírito empreendedor está muito presente na personalidade das cascavelenses, que sempre estão observando e buscando aproveitar os momentos oportunos para começar um negócio novo, ou se reinventar dentro do mundo dos negócios.

4.3 Motivo número 3: Necessidade

Como terceiro motivo mais citado, 15% delas foram impulsionadas pela necessidade. Algumas citaram a necessidade de complementar a renda, haja visto que em seus empregos da época não eram suficientes para a manutenção de seus gastos. Outras pela consciência da necessidade de ter um “plano B” para a busca de renda, pois sabem da importância de estarem sempre preparadas para o futuro e as mudanças que vem junto dele.

Dentro dessas necessidades uma das empresárias destacou que a sua necessidade em questão foi particular, pois descobriu alergias a determinados produtos e com isso viu uma oportunidade de negócio, uma vez que mais pessoas possuem restrições alimentares, assim como foi o seu caso, portanto também necessitam de produtos específicos que muitas vezes não encontram com facilidade.

E por fim, 10% das empresárias afirmaram que ao analisarem o mercado, tiveram a visão de que o empreendimento daria resultados e era uma necessidade que estava aumentando entre a sociedade.

Como base apenas em oportunidades e necessidades, conclui-se que 90% destas empresárias iniciaram seus empreendimentos por oportunidades que surgiram, e 10% foram impulsionadas por necessidades variadas.

E isso é um ponto positivo para nossa região, uma vez que estes dados são superiores aos dados fornecidos pela pesquisa GEM de 2018, já citado neste trabalho, onde mostra que no Brasil 61,8% das pessoas empreendem por oportunidade contra 37,5% por necessidade, o que demonstra que em Cascavel existe muitas oportunidades para se investir e as mulheres estão aproveitando estas oportunidades para se realizarem profissional e pessoalmente.

4.4 Os segmentos mais buscados pelas empresárias

Na hora de empreenderem, 70% das mulheres se identificaram com negócios particularmente femininos, o que fez com que não perceberam dificuldades ou preconceitos aparentes, pelo fato de serem mulheres à frente do negócio em questão.

Entretanto, algumas delas (20%) mesmo empreendendo em negócios tidos como sem gênero, (ótica por exemplo) sentem um preconceito velado, uma vez que percebe que clientes ou fornecedores ainda acreditam que existe uma presença masculina por trás do negócio, ou ainda oferecem dicas e conselhos a elas, como se fosse necessário a opinião masculina para alcançarem sucesso e resultados em seus empreendimentos.

As demais (10%) trabalham em ramos visto comumente como masculino (estúdio de tatuagem por exemplo), e destacam que em sua realidade sentem que a sociedade de maneira geral, não dá credibilidade as poucas mulheres que atuam nesses ramos.

A falta de credibilidade é apresentada em forma da crença de que por serem mulheres, são capazes apenas de fazer trabalhos vistos como femininos e delicados, porém elas salientam que a realidade e a capacidade do profissional da área não é determinada por seu gênero, e essa colocação é sustentada pelo conceito de Oliveira (1997,p.11), presente neste trabalho, onde ele afirma que homens e mulheres possuem habilidades diferentes e não que as características masculinas são melhores que as femininas.

4.5 Preconceitos e dificuldades encontradas

Quando questionadas sobre preconceitos e dificuldades vindos por parte de familiares, clientes, amigos e fornecedores, 85% das empresárias relataram que não

passaram por essas situações. As demais perceberam medo por parte de seus familiares, pelo fato de estarem deixando empregos fixos para entrar em um negócio que em suas percepções era incerto, transmitindo, dessa maneira, uma insegurança sobre elas.

Dentre todas, 60% sentiram e relataram dificuldade em relação ao mercado, pois muitas vezes os investimentos são grandes e o empreendimento demora a dar retorno, o que fez com que o medo do fracasso aparecesse e o pensamento de desistir surgisse durante o processo de empreender por insegurança quanto a sua manutenção dentro do mercado.

O modelo de negócio de uma das empresárias era uma proposta nova de consumo, e dessa maneira a dificuldade citada, foi a conquista de clientes que comprassem a ideia, uma vez que no momento em que a empresa iniciou suas atividades, a tendência de produtos auto sustentáveis estava apenas iniciando.

Três das empresárias entrevistadas acreditam que o preconceito de maneira geral é coisa do passado pois as pessoas estão mais conscientes e abertos para consumir de empresas geridas por mulheres. Elas creem que a postura com que se portam diante da sociedade, sendo família, amigos ou o mercado, se mostrando fortes e que sabem o que estão fazendo, é o que faz com que estes possíveis comportamentos e opiniões dos demais não recaiam sobre elas e seus empreendimentos.

4.6 Dificuldades para administrar o empreendimento e a vida pessoal

Em relação ao fato de ser empreendedora sem deixar os cuidados com a casa e família, mais da metade das empreendedoras, cerca de 70%, contam com apoio e compreensão de seus familiares para a conciliação de seus afazeres e cuidados domésticos e com a família. Algumas delas buscam ajuda de diaristas para conseguirem dar conta de suas demandas do dia a dia dentro de seus lares.

Os 40% restantes, informaram que contam com pouco apoio e ajuda por parte de seus parceiros com estas atividades domésticas, o que faz com que elas se sobrecarreguem com as suas obrigações e atividades.

Entretanto, todas elas relataram, que com o passar do tempo e com a experiência, vão buscando se adaptar, fazer a separação entre horário de atendimento e horário para lazer e assuntos particulares, conciliando assim seus compromissos e demandas sem deixar nenhum aspecto de suas vidas sem atenção.

4.7 Apoio familiar, de amigos e do mercado

O apoio vindo de família, amigos e do mercado como um todo, dentro da realidade das empreendedoras se mostrou positivo. A grande maioria, cerca de 95%, contou com o apoio destes, desde o início do seu negócio, vindo em forma de apoio econômico ou em forma de divulgação e consumo de seus produtos, e ainda citaram que muitos clientes se tornaram amigos com o passar do tempo.

E a minoria, 5% do total, sentiram que o apoio veio de fato, somente após essas pessoas próximas verem que a ideia de negócio estava dando retorno financeiro de fato.

5. Considerações Finais

O objetivo geral desta pesquisa foi descrever as principais dificuldades encontradas pelas mulheres ao exercerem o empreendedorismo na cidade de Cascavel – PR.

Foram entrevistadas 14 participantes do Concelho da Mulher Empresária e Executiva da cidade, onde o questionário elaborado foi feito de forma semiestruturada, e a análise de dados foi feita pela análise de discurso.

Quanto aos motivos para se empreender os mais frequentes foram oportunidades que surgiram diante da realidade que as empresárias estavam inseridas. Outros motivos citados foram necessidades pessoais e a minoria foi impulsionada pela visão de um empreendimento que teria resultados positivos pois era um seguimento que se tornava uma nova necessidade da sociedade.

Quanto as dificuldades encontradas para empreender, os mais citados dizem respeito ao mercado, tanto pelo fato de demora do retorno financeiro quanto a aceitação da presença feminina dentro do seguimento, bem como a aceitação dos novos modelos de negócios propostos, outras dificuldades citadas são as inseguranças vindas de familiares próximos.

Já quanto as dificuldades para administrar a vida pessoal e profissional, poucas delas precisam se desdobrar para conseguirem desempenhar bem suas funções dentro do ambiente familiar e empresarial, pelo fato de não terem o apoio de seus parceiros nessas atividades.

Quanto ao apoio para a execução e manutenção do empreendimento se mostraram positivo dentro da realidade das entrevistadas, onde a maioria conta com apoio e incentivo das pessoas próximas a elas, e poucas relatam que foi necessário o empreendimento dar resultados financeiros positivos para receber apoio de fato.

Conclui-se finalmente, que o objetivo dessa pesquisa foi atendido e a pergunta problema foi respondida adequadamente.

Propõe-se para trabalhos futuros que sejam entrevistadas empresárias de acordo com núcleos setoriais, para ter uma ideia mais específica se o ramo de atividade influencia no grau de dificuldade encontrado para empreender.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, I. C; GOMES, A. F. **Comportamento estratégico de mulheres empresárias: estudo baseado na tipologia de Miles e Snow.** In: Encontro da ANPAD,35, Rio de Janeiro. 2011. Anais...RJ: ANPAD,2011.

AMORIM, Rosane Oliveira. **Empreendedorismo Feminino: Razão do Empreendimento.** Discente do 8º semestre do curso de Administração do Centro de Ensino Superior de Primavera (CESPRI). 2010.

BAGGIO, A.F; BAGGIO. D.K. **Empreendedorismo: Conceitos e definições.** Disponível em:
<<https://seer.imes.edu.br/index.php/revistas/article/view/612/522>>. Acesso em: 02 mai, 2020.

BATISTA, Luiz Eduardo 2010. **Empreendedorismo Feminino: Razão do Empreendimento.** Orientador – Docente do Curso de Administração do Centro de Ensino Superior de Primavera (CESPRI).

BUTTNER, H.; MOORE, D. **Women's organizational exodus to entrepreneurship: self-reported motivations and correlates with success.** Journal of Small Business Management, jan. p. 34-47, 1997.

CHÉR, R. **O meu próprio negócio: todos os passos para avaliação, planejamento, abertura, e gerenciamento de um negócio próspero.** 3ª Edição. São Paulo: Negócio, 2002.

DRUCKER, P. F. **Inovação e espírito empreendedor.** São Paulo: Pioneira, 1987.

FILLION, L. J. Empreendedorismo e gerenciamento: processos distintos, porém complementares. Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v. 40, n. 3. 2000.

GEM - GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR. **Empreendedorismo no Brasil – 2017: relatório executivo.** Curitiba: IBPQ, 2017.

GEM - GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR. **Empreendedorismo no Brasil – 2018: relatório executivo.** Curitiba: IBPQ, 2018.

GOUVÊA, A. B. C. T.; SILVEIRA, A.; MACHADO. H. P. V. **Mulheres empreendedoras: compreensões do empreendedorismo e do exercício do papel desempenhado por homens**

e mulheres em organizações. Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas, v. 2, n.2, p. 32-54, 2013.

HISRICH, R. D.; PETERS, M. P.; SHEPHERD, D. A. **Empreendedorismo**. Tradução de Teresa Cristina Felix de Souza. 7. ed. Porto alegre: Bookman, 2009.

LANDSTROM, H.; BENNER, M. **Entrepreneurship research: a history of scholarly migration**. In: LANDSTROM, H.; LOHRKE, F. (org). Historical foundations of entrepreneurship research. Great Britain: Edward Elgar Publishing. p. 15-45, 2010.

NOGUERA, M.; ALVAREZ, C.; URBANO, D. **Sociocultural factors and female entrepreneurship**. Spriger Science+Business Media New York, USA, 2013.

OLIVEIRA, Malu. **Homem E Mulher A Caminho Do Século XXI**. São Paulo: Editora Ática, 1997.

STROBINO, Márcia Regina de Campos; TEIXEIRA, Rivanda Meira. **O Empreendedorismo feminino e o conflito trabalho-família: estudo de caso no setor da construção civil da cidade de Curitiba**. Empreendedorismo e Estratégia de Empresas de Pequeno Porte – 3Es2Ps. Curitiba: 2010.

VILLAS BOAS, Andréa. **Valor Feminino: desperte a riqueza que há em você** – São Paulo: Ed. Do autor, 2010.

PLANEJAMENTO DE MARKETING PARA VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONTRUÇÃO: ESTUDO DE CASO

Gabriel Capello Tominc¹
Alex Sandro Rodrigues dos Santos²

Resumo: Este Trabalho de Conclusão de Curso foi desenvolvido baseado em pesquisa de campo e estudo de caso, onde buscamos aplicar estratégias de marketing relacionadas ao Planejamento de Marketing. O estudo de Caso foi desenvolvido em uma Varejista de Materiais de Construção, na cidade de Cascavel – PR. Objetivamos apresentar ações que proporcionam um ganho de qualidade e um diferencial competitivo para a empresa. Para o desenvolvimento deste projeto de pesquisa coletamos diversas informações com os sócios e com os funcionários da empresa. Como instrumento de pesquisa, utilizamos diversas teorias e diversos conceitos colhidos em nossas pesquisas bibliografias sobre o Planejamento de Marketing. Diante dos dados observados da Varejista de Materiais de Construção verificamos sua vocação para o atendimento com qualidade e sua constante busca por melhores processos.

Palavras-Chave: Planejamento. Marketing. Cliente. Qualidade.

1. Introdução

Este projeto de pesquisa tem como tema a análise prescritiva e estudo de caso para elaboração de Plano de Marketing para varejista de materiais de construção onde apresentamos as informações levantadas em um estudo de caso prático.

A empresa varejista de materiais de construção, objeto deste projeto de pesquisa está estabelecida na cidade de Cascavel – PR Atua no ramo de materiais de construção, disponibilizando uma vasta linha de produtos, como: tijolos, areia, cimento, pedra brita, aberturas, tintas, material hidráulico elétrico, cobertura, ferragens, entre outros.

Tendo em vista a crise econômica pela qual atravessaremos e que afetará fortemente o comércio, atingindo principalmente o setor da construção civil, devido à redução de financiamentos direcionados ao setor afetando diretamente a empresa objeto deste projeto de pesquisa, a necessidade que as organizações possuem de planejar se torna mais evidente.

¹ Acadêmico do Curso de Administração da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL.

² Orientador: Professor Especialista Alex Sandro Rodrigues dos Santos curso de Administração da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL.

Assim, faz-se necessário a elaboração de um planejamento de marketing para a empresa, especialmente pelo elevado índice de concorrência que faz com que a empresa, busque constantemente, aperfeiçoar a sua gestão.

Diante disso, este projeto de pesquisa busca responder a seguinte questão: como elaborar um Plano de Marketing para varejista de materiais de construção?

2. Referencial Teórico

A elaboração de um Plano de Marketing é uma ferramenta pela qual o gestor vai orientar as suas ações, para buscar satisfazer as necessidades e os desejos do consumidor através do conhecimento acumulado pela pesquisa.

O Plano de Marketing é um documento estratégico para a empresa, onde deverá considerar fatores internos e externos da organização, identificando e analisando o mercado de atuação, fornecendo os subsídios necessários para execução das ações e o desenvolvimento organizacional.

O plano de marketing irá fornecer, para a empresa, informações importantes conseguindo potencializar seus esforços e direcionar suas ações nos produtos que oferecem maior atratividade e lucratividade.

A importância deste projeto de pesquisa é percebida quando a empresa conhece melhor seu mercado. Assim, a empresa será capaz de traçar um perfil de seus consumidores. A empresa poderá tomar decisões em relação a objetivos e metas, preço, distribuição dos produtos mais adequados ao seu mercado de atuação.

2.1. Marketing

Marketing é um termo presente nas organizações em geral, é uma palavra em inglês derivada de *market*, que significa mercado. É utilizada para expressar a ação voltada para o mercado. Assim entende-se que a empresa que pratica o marketing tem o mercado como a razão e o foco de suas ações.

Em um ambiente cada vez mais dinâmico e competitivo, as empresas em busca da sobrevivência descobriram a necessidade de buscar orientações para suprir exigências deste mercado.

“Marketing é a área do conhecimento que engloba todas as atividades concernentes às relações de troca, orientadas para a satisfação dos desejos e necessidades dos consumidores, visando alcançar determinados objetivos de empresas ou indivíduos e considerando sempre o meio ambiente de atuação e o impacto que essas relações causam no bem-estar da sociedade” (Las Casas, 1997).

Constantemente, o marketing é analisado de forma superficial, é comum a confusão entre o marketing com a propaganda. Marketing não é só propaganda e propaganda é apenas uma parte do marketing.

As organizações independentemente do seu tamanho, porte ou ramo de atuação devem ser orientadas pelo marketing. Para o alcance de sua missão, as empresas não podem preocupar-se somente com as ações de venda. Sua atuação precisa de esforço em todas as ferramentas que o marketing disponibiliza.

2.2. Varejo

O nome varejo (*retail*) com origem na palavra francesa *retailer*, significa: cortar um pedaço ou em pequenas quantidades. O varejo é, globalmente, um dos maiores setores econômicos. Devido as suas características, o varejo enfrenta transformações constantes por diversos motivos como: novas tecnologias, novas estratégias, novos produtos, etc.

Para Kotler (2003), o varejo se caracteriza como o estabelecimento que atende ao consumidor em relação aos produtos desejados e à perspectiva que ele tem da qualidade dos serviços e produtos. Conforme Kotler e Keller (2006) “varejo é qualquer empreendimento comercial cujo faturamento provenha principalmente da venda de pequenos lotes no varejo”.

Com a inserção constante de novas tecnologias, de alterações demográficas cada vez mais rápidas e constantes, das alterações de comportamento do consumidor, cada vez mais, o estudo do varejo tem se tornado fundamental para que o setor varejista possa responder rapidamente as tais alterações e aproveitar as oportunidades criadas por essas alterações constantes. A maior competitividade do setor varejista tornou clara a necessidade de atender às necessidades do público-alvo. Importante também é se antecipar às alterações dos perfis de consumidores e suas necessidades.

O comércio varejista é o intermediário que realiza a venda aos consumidores finais, cabe a ele manter estoques de produtos para comercialização ajudando indústrias na distribuição de tais produtos, podendo oferecer alternativas de formas de pagamento, agregando valor ao produto e desempenhando a função de coleta de informações sobre o mercado, etc.

Assim como as demais organizações, os varejistas precisam desenvolver estratégias de marketing que incluem mercado-alvo, sortimento e quantidade de produtos disponibilizados para a comercialização, tipo de serviço e ambiente da loja e a questão preços praticados, as promoções e a localização do estabelecimento.

O setor varejista tem a oportunidade de atuar com diferentes formatos, o varejo pode ser organizado em diferentes tipos como canal de distribuição. O aumento do número de indústrias e da base de consumidores propiciou ao setor varejista tornar-se protagonista nos mercados consumidores em que atuam.

Para a criação de um plano de marketing efetivo, se faz necessário um planejamento estratégico consistente. O planejamento estratégico da organização deve conter: análise de oportunidades e ameaças; análise de pontos fortes e fracos; missão e valores; elaboração de estratégias; aplicação de estratégias; e realização de atividade de controle.

Assim, podemos compreender a administração estratégica como aquela que orienta a tomada de decisão de forma conjunta com as ações que busquem trazer vantagem competitiva para a organização. Baseamos nossa análise em informações sobre o ambiente interno e externo da organização. A organização que busca manter-se no mercado ou ampliar sua participação deve possuir uma visão tanto do microambiente como também do macroambiente em que atua. A visão da organização deve estar direcionada para as necessidades dos clientes.

Atualmente, como sabemos, existem diversos grupos heterogêneos com interesses em determinados produtos e/ou serviços. As organizações também estão divididas em segmentos empresariais para atender o seu público-alvo.

São diversos os fatores capazes de influenciar o processo de compra de produtos ou serviços. Podemos citar fatores emocionais, fatores sociais, entre outros. Muitas vezes, as compras são motivadas por propagandas, por anúncios, por promoções ou algum outro fator motivador da compra diverso da necessidade básica do cliente. A análise do consumidor é parte fundamental para o sucesso da organização.

Para fidelização dos clientes, a varejista de materiais de construção oferece um ambiente todo adaptado para melhor atender com som ambiente, cafezinho, clima descontraído, espaço kids, degustação, demonstração de produtos, entre outras ações.

A organização que busca vender produtos precisa, necessariamente, investir recursos na divulgação de seus produtos. Nossa varejista de materiais de construção utiliza-se de diversos meios de divulgação de seus produtos como: panfletos de propaganda, cartões de visita para mestre de obra e brindes promocionais.

Para que nossa varejista de materiais de construção consiga distribuir com eficiência seus produtos na região e nas cidades vizinhas faz-se necessário o aproveitamento máximo da capacidade de carga do caminhão de entrega. Para atingir a

capacidade máxima de cada caminhão de entrega, nossa varejista de materiais de construção organiza suas entregas em um período entre 1 a 7 dias após a venda, combinando previamente com o cliente no ato da compra.

Em sua busca por melhorar a experiência do consumidor, nossa varejista de materiais de construção investiu um sistema tecnológico de monitoramento e pós-venda, buscou capacitar os funcionários para utilizar tais ferramentas. Também investiram em equipamento como empilhadeiras e, conseqüentemente, no treinamento para manusear tais equipamentos.

2.3. Plano De Marketing

É comum que diversas organizações atuem sem planos formais, principalmente as pequenas e médias empresas, onde seus administradores ocupam-se das mais diversas tarefas dentro da organização. O mito de que somente grandes empresas utilizam um planejamento formal é comum entre os administradores de pequenos negócios, assim estes deixam de agregar diversos benefícios para sua organização.

Segundo os ensinamentos de Kotler (2003) temos que “O plano estratégico serve para adaptar a empresa a fim de que ela explore as oportunidades do ambiente em mudança constante”.

O planejamento estratégico é definido como o processo de desenvolvimento e manutenção de uma estratégia que busca alcançar os objetivos da organização com a utilização de suas capacidades, enfrentando as mudanças e aproveitando as oportunidades.

Conforme os ensinamentos de Kotler (2000), “planejamento estratégico é definido como o processo gerencial de desenvolver e manter uma adequação razoável entre os objetivos e recursos da empresa e as mudanças e oportunidades de mercado”.

Um Plano de Marketing busca identificar as oportunidades que podem gerar bons resultados para a empresa, mostrando caminhos, estabelecendo objetivos, metas e estratégias do composto de marketing em sintonia com o plano estratégico geral da empresa.

Prever quais serão as futuras ações e necessidades de uma empresa requer mais que sorte, intuição e conhecimento. Faz-se necessário o desenvolvimento de uma estratégia formal para a sobrevivência da empresa à longo prazo.

O Plano de Marketing é um documento que direciona ações para a comercialização de produtos e/ou serviços, é um documento que trata desde a descrição do produto ou

empresa até as estratégias de marketing que serão utilizadas, o tempo gasto, os custos gerados e o retorno planejado. Resumindo, é o documento que será o guia do produto ou empresa ao sucesso, é o instrumento central que vai direcionar e coordenar o esforço de marketing.

3. Procedimentos Metodológicos.

Apresentamos aqui as estratégias para a execução deste projeto de pesquisa, apresentamos a classificação da pesquisa, o plano de coleta dos dados e análise e interpretação dos dados.

Este projeto de pesquisa será executado através de revisão bibliográfica de autores dedicados à temática da análise. Realizar-se-á uma pesquisa descritiva e analítica através da pesquisa bibliográfica e documental. Utilizamos várias bases de dados para a pesquisa referente a este projeto, dentre elas a Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações, Domínio Público e outros, além do Estudo de Caso.

4. Plano de Marketing Resumido

Descrição da empresa

Conforme Kotler e Armstrong (2003), “a empresa é uma força que é constituída por diferentes partes”, uma vez que, os administradores ao estabelecerem os planos de marketing, devem considerar todas essas partes, do alto escalão, aos demais departamentos: financeiro, treinamento e desenvolvimento, aquisições, produtivo e contábil.

Os materiais vendidos são entregues pela própria empresa que possui transporte próprio, para entrega dos produtos, caso o cliente assim desejar. Seus principais clientes são residentes na cidade de Cascavel - PR, sendo que também há clientes de outras cidades vizinhas.

Fundada por irmãos, a Varejista de Materiais de Construção se destaca por atender o mercado da cidade de Cascavel - PR, e também de clientes em outras cidades vizinhas. do básico ao mais fino acabamento com o maior mix de produtos de material para construção da cidade.

4.1. Objetivo do produto (onde a empresa quer chegar):

Para o ano de 2021, a empresa almeja crescer 25% nas vendas, esse é o objetivo

que a Direção da varejista crê ser possível alcançar, busca também aumentar na mesma proporção o seu marketshare e os lucros como consequência das ações.

Para 2022, projetamos crescer a margem de lucro em 15%, é fundamental aumentar o lucro da empresa para tornar possível o reinvestimento na empresa e em sua ampliação.

A meta para 2023 é o crescimento de 40% das vendas, há investimentos da Prefeitura na região e nos bairros que pretendem melhorar o comércio local, com estacionamentos e segurança que podem alavancar o número de transeuntes próximos à Loja física, o incentivo para que as pessoas permaneçam em casa parece ter despertado o desejo de cuidar da casa nas pessoas, o que também pode colaborar para o aumento das vendas em um curto e médio prazo.

4.2. Resumo da criação do produto:

A empresa busca trabalhar focada em determinadas linhas de produtos, como: pisos e revestimentos; forros; madeiras; material elétrico; material hidráulico; ferramentas; material pesado; máquinas; e jardinagem.

A empresa varejista deve manter as linhas de produtos trabalhadas e ampliar vide o cenário externo e interno buscando atender mais clientes e fidelizar os clientes que já possuem. A busca por diversidade e qualidade nas linhas de jardinagem, máquinas, ferramentas, materiais elétricos e hidráulicos, deve continuar norteando as ações de produtos da empresa, pois nestes produtos os clientes sempre buscam tendências.

Na linha de pisos, as novidades em termos de revestimentos e pisos são enviadas para a organização. Esse mercado é regulado pelo volume de vendas por parte dos fornecedores.

A linha de materiais pesados, apesar de não ser o foco, não deve ser eliminada da lista de produtos pois, apesar de alto investimento e baixo lucro, é a linha principal para quem irá iniciar uma construção.

Nos ensinamentos de Kotler (2003) “os fornecedores têm grande importância para a oferta de valor da empresa junto ao seu consumidor”. São os fornecedores que disponibilizam os recursos necessários para a fabricação de produtos e a prestação de serviços, podendo influenciar diretamente na área do marketing, seja por um aspecto bom ou ruim. Cabe ao gestor da varejista de materiais de construção fortalecer laços com fornecedores para barganhar preços, porém, sempre atento à necessidade de estoque da empresa.

4.3. Análise SWOT (FOFA)

A técnica é atribuída a Albert Humphrey, líder de pesquisa na Universidade de Stanford nas décadas de 1960 e 1970. A análise SWOT (Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats) busca traçar um panorama da situação da empresa. Nela, são identificadas as forças e fraquezas da organização e as oportunidades e ameaças para o negócio.

Tabela 1 – Matriz SWOT

PONTOS FORTES - flexibilidade - ótima logística de entrega - equipe interna capacitada - frete sem custo - localização da empresa	PONTOS FRACOS - baixo poder de investimento em produtos - poucas informações sobre clientes - falta o pós-venda
OPORTUNIDADES - linhas de crédito lançadas pelo governo - programas governamentais de moradias	AMEAÇAS - concorrentes maiores ou em rede - crise devido à pandemia COVID-19

Fonte: pesquisa interna na organização.

4.4. Informações sobre ponto venda

Relacionado ao ponto de venda, observamos que o local é estratégico, porém não dispõe de uma vitrine com boa visualização dos produtos. Também constatamos que a promoção e o marketing direto são pontos que devem ser melhorados. Com relação aos concorrentes apesar da empresa estar inserida em um ambiente de considerável concorrência, destaca-se pelo diferencial de ter uma equipe qualificada.

Vitrines são uma importante ferramenta do ponto-de-venda, pois define e comunica convidando um potencial cliente a entrar na loja e comprar por impulso cair em tentação. Também pode ser considerada uma das melhores vendedoras da loja, além de ter a função estratégica de criar identificação direta da marca com o consumidor.

4.5. Canais de divulgação (TV, Radio, Internet, etc..)

A propaganda mais utilizada pela nossa varejista de materiais de construção é o rádio, além das redes sociais e do marketing direto, sendo este último a ferramenta menos empregada, sendo um potencial a ser explorado.

A propaganda atinge uma área geograficamente grande de consumidores e potenciais consumidores, permitindo que a mesma seja repetida por várias vezes. A

propaganda proporciona efeitos deslumbrantes com auxílio dos elementos audiovisuais, palavras, cores e sons (KOTLER, 2003).

4.6. Qual as cores que mais identificam a empresa?

A propaganda proporciona efeitos deslumbrantes com auxílio dos elementos audiovisuais, palavras, cores e sons (KOTLER, 2003).

O interior da nossa varejista de materiais de construção possui cor branca na maioria das paredes, onde o teto é de gesso, também branco, com algumas paredes e todos os pilares na cor verde, formando um ambiente tranquilo e agradável. A cor branca com partes em verde facilita o destaque dos produtos.

4.7. Qual é o slogan da empresa?

Aqui o brasileiro negocia!

4.8. Dados de mercados:

Relativo aos concorrentes, notamos que apesar da empresa estar inserida em um ambiente de considerável concorrência, destaca-se pelo diferencial de ter uma equipe capacitada, preços atrativos, agilidade no atendimento e entrega, qualidade nos produtos e localização estratégica.

Os principais concorrentes da varejista de materiais de construção são as empresas de grande porte e lojas de pequeno porte que concorrem entre si no comércio local.

Os principais clientes são residentes da cidade de Cascavel - PR, sendo que também há clientes de outras cidades vizinhas como Santa Tereza do Oeste, Rio do Salto, Catanduvas, Toledo.

Tabela 2 – ANÁLISE DE CONCORRENTES

CONCORRENTES	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS	DESTAQUES
Z MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	- localização - diversidade de produtos - facilidade de pagamento	- estoque baixo - demora na entrega	- prazos de pagamento estendidos - propaganda em rede local
M MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	- preços competitivos - exclusividade em linhas determinadas - localização	- burocracia no atendimento - demora na entrega - poucas opções de pagamento	- prazos para pagamentos - entregas 3x por semana
C MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	- variedade de produtos - estoque - entrega - tradição	- altos preços - infraestrutura física	- público variado - variedade de produtos

Fonte: o autor.

4.9. Canais de relacionamento com os clientes.

As formas mais vistas de propaganda são as de televisão, rádio, jornais, revistas, mala direta, outdoor e internet (Etzel, 2008). A organização poderá através dos resultados obtidos, melhorar o seu relacionamento com os clientes, maximizar seus lucros e aumentar a sua atuação no mercado. Podemos definir o marketing de relacionamento como a forma que a organização tem para conhecer os clientes, buscando a sua satisfação. Os clientes estão ditando as regras de comércio, assim, se torna fundamental que as empresas busquem maneiras para ter destaque entre os clientes. Uma estratégia é o bom atendimento. Podemos afirmar que o atendimento de excelência é fundamental para empresas que buscam o sucesso. Desta forma, as empresas obtêm além do conhecimento ao cliente, também de suas preferências, podendo passar a atender seus desejos, fundamental para a satisfação do cliente.

5. Conclusão

A estrutura física de nossa varejista de materiais de construção está organizada para melhor atender os clientes, o marketing busca associar qualidade à marca da empresa. Busca-se melhorar os processos para melhor atender.

Concluímos que o objetivo deste projeto de pesquisa foi alcançado, oferecemos à Varejista de Materiais de Construção uma visão mais detalhada e bem elaborada sobre sua relação com os clientes e a relação dos clientes com nossos produtos e serviços.

Sugerimos algumas mudanças para a Varejista de Materiais de Construção para que ela alcance o objetivo de agregar qualidade a marca da empresa.

REFERÊNCIAS

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

COBRA, Marcos. **Marketing Básico**. 4. ed., São Paulo: Atlas, 1997.

DIAS, Sergio Roberto. **Gestão de Marketing**. São Paulo: Saraiva, 2003.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2007.

GRACIOSO; F, **Marketing estratégico: planejamento estratégico para o mercado**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

KOTLER, Philip. **Marketing de A a Z: 80 Conceitos que Todo Profissional Deve Saber**. Campus, 3ª edição, 2003.

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. **Administração de Marketing: A Bíblia do Marketing**. Prentice Hall Brasil, 2006, 12a edição.

LAS CASAS, Alexandre Luzzi. **Marketing: Conceitos, Exercícios, Casos**. São Paulo: Atlas, 2007- 6º Edição.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 1997.

PROCESSO DE PRODUÇÃO DA CACHAÇA ARTESANAL EM CÉU AZUL - PR

Aline Maria Bez Fontana Silva¹

Lúcio Scheuer²

Resumo: O presente trabalho analisa os principais fatores de produção e melhorias que podem ser implementadas na industrialização Cachaça Salvan no município de Céu Azul/PR, abordando-se o processo de produção no que tange a seus aspectos: desde a plantação da cana-de-açúcar, o corte feito manualmente com a devida seleção da matéria prima – para o ápice da qualidade e o bom rendimento da cachaça –, até o destino final e comercialização aos clientes. Baseando-se no fato de que o mercado consumidor de cachaça de alambique (artesanal) está se tornando cada vez mais exigente no tocante ao sabor, à qualidade e ao visual, esta pesquisa visa avaliar o poder da inovação na produção da cachaça de alta qualidade, a partir de alterações no visual e na sustentabilidade implementadas na Cachaçaria Salvan. Assim, a pesquisa se justifica pelo crescimento do mercado de cachaça no Brasil nos últimos anos, bem como pelo aumento, da exigência dos consumidores. Trata-se, claramente, de uma busca sobre quais os elementos podem ser inovados com a finalidade de proporcionar melhorias no processo de produção e, conseqüentemente, das vendas. Após levantadas todas as informações relativas ao processo produtivo no estabelecimento do objeto de estudo, formalizaram-se os resultados da produção no tempo de acompanhamento, com a descrição das medidas e inovações executadas no local para aumento da agilidade, da produção, das vendas e dos rendimentos do empreendimento.

Palavras-chave: Cachaça. Inovação. Cana-de-açúcar. Mercado. Produção.

1. Introdução

A produção de cachaça no Brasil, atualmente, divide-se em dois modelos que se diferenciam em virtude de seus processos: primeiramente, destaca-se o processo industrial - de produção em grande escala - com maior utilização da tecnologia de colunas de destilação, análises laboratoriais e outros recursos – processo este normalmente feito pelos grandes grupos produtores. Outrossim, obtém-se o processo por alambique, realizados artesanalmente, geralmente por pequenos produtores, com quantidades bem menores de produção, menos recursos tecnológicos e em sua maioria, com moldes manuais em quase toda a produção (LIMA, 2006).

A promulgação do Decreto nº 6.871 de 2009 – que dispõe sobre a padronização, a classificação, o registro, a inspeção, a produção e a fiscalização de bebidas – trouxe a obrigatoriedade da regularização dos registros e licenciamentos necessários à produção da cachaça, situação que fez com que vários alambiques clandestinos ou sem regulamentação fechassem as portas.

¹Acadêmica do Curso de Administração da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL.

² Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), professor no Centro Universitário UNIVEL.

Kotler (2000) afirma que, atualmente, os consumidores buscam qualidade e bom preço (ou seja, boa relação custo-benefício), sem esquecer também do aspecto estético do produto. Diante deste cenário, cabe ao produtor investir na inovação e na adequação em busca de novos meios para melhor atender essa demanda de qualidade, sem que haja perdas de produtividade.

Hodiernamente, a cachaça vem evoluindo em consonância ao gosto dos brasileiros, alcançando, hoje, até mesmo um público possuinte de gostos mais refinados, dentre eles, os apreciadores e os colecionadores (VAZQUEZ, 2012).

Neste trabalho, analisou-se o processo de produção da cachaça no interior do município de Céu Azul, no interior do estado do Paraná, mais especificamente na Vila de Nova União. Objetiva-se, diante deste estudo compreender os elementos que movem as atividades da cachaça e seus processos, que demonstram necessidade de maior especialização, em virtude da demanda de um mercado tão competitivo, tanto referente à tomadas de decisões em aspectos técnicos quanto em relação a questões financeiras da produção.

2. Histórico da Cachaça Salvan

Em 1996, no dia 1º de maio, deu-se início ao processo de produção da Cachaça Salvan, no município de Céu Azul, no interior do estado do Paraná, em busca de uma nova fonte de renda, em virtude da necessidade da geração de maiores lucros em uma pequena propriedade, viabilizando-se como uma opção para que a família Salvan não tivesse que abandonar a lavoura e buscar sustento na cidade grande.

Inicialmente, relata-se a dificuldade da produção, visto que não havia nenhum profissional capacitado na função de montar o alambique e concluí-lo. No primeiro ano a produção foi pequena, voltada principalmente para os amigos e conhecidos da família. Com o passar dos anos, as práticas foram aperfeiçoando-se, e, conseqüentemente, houve um aumento na produção em virtude do aumento de demanda e popularização da cachaça.

Nesta perspectiva, surgiu a opção de começar a produção de cachaças com sabores, já que, até então, apenas a cachaça branca era produzida, exatamente da mesma forma de como saía do alambique, sem nenhum tipo de sabor ou mistura de frutas. A opção de aumentar a variedade de produtos utilizando como base a cachaça – apenas incrementando frutas naturais para alterar seu gosto e, ao mesmo tempo, atrair ao paladar –, até hoje é considerado como o maior diferencial da Cachaça Salvan no mercado.

No ano de 2010 aproximadamente, a Cachaçaria Salvan mudou-se para uma nova estrutura, que ao longo dos anos ajustou-se, com o objetivo de, a cada nova safra de cachaça, aumentar a quantidade e qualidade – sobretudo porque o segredo de uma boa cachaça está no processo de fermentação. A cada quantidade estipulada é enviada uma amostra para fazer as devidas análises de comprovação de qualidade.

2.1 Bebidas

Segundo Amorim (2005) bebida é um tipo de líquido, feita especialmente para o consumo de humanos, visando suprir a necessidade básica da população. Também fazem parte de nossa cultura de existência (como por exemplo, a água, imprescindível à nossa existência). Existe uma imensa variedade de bebidas, que são separadas em grupos: bebidas alcoólicas, refrigerantes (bebidas gasificadas), bebidas quentes, suco de frutas e vegetais, xaropes, água pura, entre outras.

De acordo com a regulamentação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) todos os tipos de bebidas comercializadas, obrigatoriamente, devem ter um registro, cuja fiscalização e inspeção é de responsabilidade, em território brasileiro, é do órgão supracitado.

Conforme asseverado por Furtado (2003) destiladas ou fermentadas, as bebidas alcoólicas são fabricadas há muitos anos, e podemos dizer que representam a história da humanidade. Atualmente, as bebidas alcoólicas são produzidas, sobretudo, industrialmente, com utilização de muita tecnologia, em empresas de grande porte e em pequenas empresas, que fazem sucesso no mundo inteiro, conduzidas por profissionais de especialização química.

Um profissional responsável químico é apto e conhecedor das eventuais reações que podem ocorrer dentro do processo de fabricação de bebidas alcoólicas, contendo o conhecimento e o estudo necessário para assegurar um bom processo da produção no desenvolvimento de bebida alcoólica. Assim, é possível aprimorar a qualidade, ao mesmo tempo em que evita-se o aparecimento de eventuais problemas inerentes ao processo de fabricação (AMORIM, 2005).

No Estado do Paraná o número de alambiques registrados no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento MAPA, conta com apenas 26 (vinte e seis) alambiques regularizados e 133 (cento e trinta e três) rótulos registrados. Evidencia-se, portanto, que não são só esses alambiques que existem no Estado, já que contém um grande percentual de indústrias que trabalham de forma clandestina, sem se enquadrar

nas normas de legislação. Não obstante a tal situação, alguns dos empreendimentos cumprem a função devida, produzindo os diversos tipos de bebida possíveis na estrutura: a aguardente de cana, a cachaça, o destilado alcoólico simples e os licores, definidos em lei com suas respectivas características.

Furtado (2003) expõe que em termos de legislação não há uma diferenciação própria entre a cachaça artesanal e cachaça industrial, postulado que a maior diferença entre estes produtos está no processo de fabricação, no paladar do degustador e nas embalagens - uma vez que à cachaça, feita com o processo de fermentação natural, agrega maior valor, haja visto que é feita com alto padrão de qualidade, razão pela qual é mais apreciada.

Outra diferença entre a cachaça industrial e a artesanal está no preço, pois a artesanal tem um valor mais elevado por conta do processo diferenciado a que perpassa, até chegar ao cliente final, sendo que seu público alvo, geralmente possui maior poder aquisitivo, instaurando-se em classes econômicas mais privilegiadas (FURTADO, 2003).

2.2 Cachaça: autêntica e brasileira

Furtado (2003) assevera que a produção de cachaça efetivamente brasileira teve início com o processo de colonização portuguesa. A cana-de-açúcar teria vindo do oriente – mais precisamente da Índia – com as embarcações portuguesas, encontrando no Brasil solo perfeito e condições climáticas ideais para produção. Tornou-se, rapidamente, fonte de riqueza nos primeiros anos da colonização.

A descoberta da cachaça deu-se quando os escravos promoviam a fervura da cana em tachos para fazer açúcar. O vapor originado formava gotas no teto, as quais, quando caíam sobre as costas dos escravos – feridas por chicotadas e outras formas de punição –, causavam forte ardor (BUENO, 2004). Percebendo seus efeitos entorpecentes e sua formação regularidade do trabalho, os escravos começaram a utilizar a bebida como forma de aguentar os serviços pesados prestados, bem como para recreação nas festas que realizavam (FREIRE, 1975).

Vale ressaltar, em um salto histórico, que o uso continuou por tais motivos, sendo que a abolição da escravidão, ocorrida em 1888, contribuiu ainda mais para o aumento da discriminação racial e cultural. O tempo passa e a aguardente se populariza, tornando-se a bebida não só dos escravos, alcançando também os pobres, os trabalhadores e os humildes (CASCUDO, 1986).

Folegatti (2013) explicita que, em oposição às ideias discriminatórias e elitistas, formou-se um movimento de intelectuais e artistas conhecidos como “Modernistas”. Com o principal evento de tal época, denominado como “Semana de Arte Moderna” realizada em 1922 na cidade de São Paulo, inicia-se o processo de redescobrimento das nuances culturais de nosso país, promovendo-se a crítica da tentativa de imposição, no Brasil, de modelos europeus de cultura e comportamento. A autora supracitada delineia que durante o século XX foram vários os intelectuais que estudaram importância cultural, econômica e histórica da aguardente para o Brasil – dentre eles, Gilberto Freire (1975), Mário Souto Maior (1980) e Luiz da Câmara Cascudo (1986).

Contudo, apesar de sua clara importância ao país, já que presente na arte e na cultura, a cachaça permanece vinculada aos pobres e miseráveis, situação que vem se alterando nas últimas décadas, sobretudo pelo reconhecimento internacional agora recebido – motivado, principalmente, pela bebida tipicamente conhecida em território brasileiro: a caipirinha (FOLEGATTI, 2013).

2.3 Empreendedorismo

O empreendedor ideal é aquele que inclui valor a seus produtos e serviços, está constantemente receoso com a gestão de recursos e com a percepção da eficiência e sua eficácia. Drucker (1998) argumenta que não vê os empreendedores causando modificações, mas sim buscando oportunidades de empreender e explorar as eventualidades, que as mudanças criam (na tecnologia, na preferência dos clientes e consumidores).

O empreendedorismo, de acordo com Kriger (2020) está diretamente ligado à inovação, principalmente em relação à área da presente pesquisa, com realizações de novas combinações de sabores de cachaça – como, por exemplo, as junções de várias madeiras distintas para idealizar de um sabor único –, até a adaptação da produção e sua comercialização.

Em consonância ao exposto pelo autor supracitado, os produtos e serviços são, normalmente, a primeira coisa que os clientes conhecem sobre uma empresa, motivo pelo qual precisam causar impacto positivo desde o primeiro contato. No cenário atual, percebe-se quase que uma obrigatoriedade aos empreendedores pensarem e proporcionarem inovações e atualizações, haja posto uma sociedade em constantes mudanças, principalmente com a ascensão da internet e o alcance facilitado da população à informações. Quem se acomoda corre o grande risco de ficar para trás, já que as

transições ocorrem incessantemente e o aperfeiçoamento das práticas e produtos demonstra-se essencial para manter-se no mercado e sobretudo à frente da concorrência (KRIGUER, 2020).

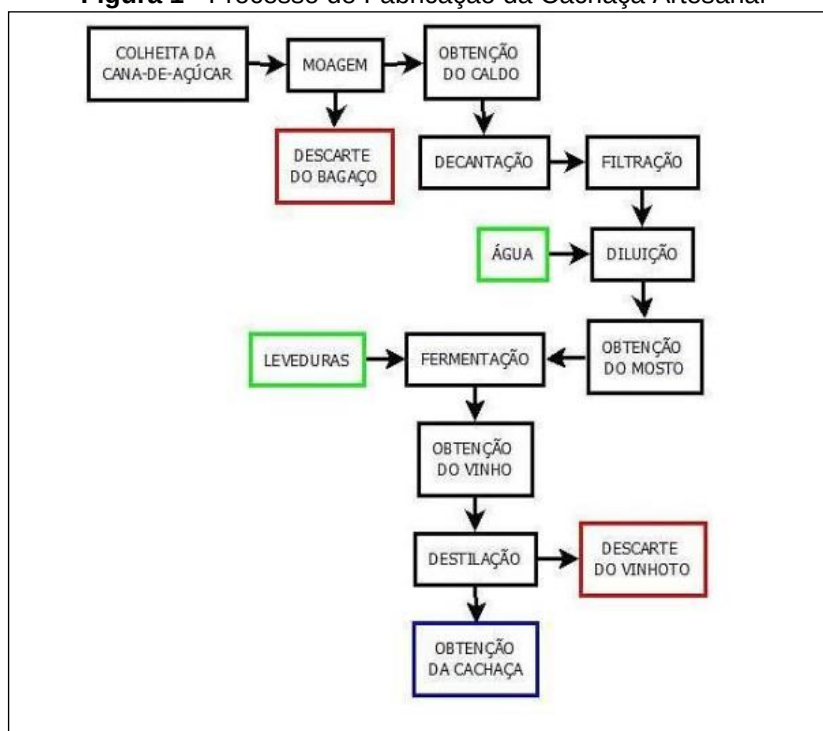
Cada vez mais, almeja-se que gerentes de produção participem ativamente do projeto de produção e dos serviços, pois o projeto só será bem-sucedido se puder ser produzido com altos padrões de qualidade, eficiência e produtividade. Em contrapartida, esses três atributos apenas serão garantidos através do gerenciamento eficaz da produção (KRIGUER, 2020).

2.4 Processo produtivo da cachaça

A cana de açúcar é uma planta pertencente à classe das monocotiledôneas. O nome tem por fundamento o fato de que todas as variedades de cana mundialmente se prestam para fins de produção de cachaça, forragem, açúcar e álcool. As espécies de maior cultivo são híbridas, sendo que, na atualidade, são catalogadas trinta espécies (LUCCHESI, 2001).

A análise de dados e resultados expostos levaram em consideração os elementos referentes à produção, desde o preparo da terra até a etapa final de produção, conforme esquematizado na Figura 1.

Figura 1 - Processo de Fabricação da Cachaça Artesanal



Fonte: Conselho Regional de Química IV Região: São Paulo e Mato Grosso (2016).

3. Procedimentos Metodológicos

O desenvolvimento do presente artigo pautou-se na metodologia de pesquisa qualitativa de cunho exploratório do processo de fabricação da Cachaça Salvan. Para Gil (1999) esta metodologia de pesquisa visa uma investigação aprofundada do tema em que o pesquisador propõe analisar, obtendo um contato direto com o contexto em que está inserido, buscando explicitar conceitos originários, as mudanças e relações sociais e atuais “buscando-se o que era comum, mas permanecendo, aberta para perceber a individualidade e os significados múltiplos” (GIL, 1999, p. 49).

Neste sentido, visou-se compreender e acompanhar a estrutura do local (observação de máquinas, produtos e mão de obra) juntamente com a observação do contexto local da Cachaçaria no que tange ao cotidiano da empresa em relação à produção, durante o período que compreende aos meses de abril a outubro do ano de 2020.

4. Resultados

Ao realizar-se as etapas propostas através dos encaminhamentos metodológicos, foi possível diagnosticar alguns aspectos que merecem destaque na produção da Cachaçaria. A cana-de-açúcar utilizada no processo produtivo da Cachaça Salvan é cultivada na propriedade, propiciando prévio controle da qualidade, garantindo aos clientes o melhor resultado. As variedades identificadas foram a RB86-7515 e a RB96-6928.

Figura 2 – Plantação de cana-de-açúcar na Cachaçaria Salvan



Fonte: Arquivo Pessoal (2020).

O corte da cana-de-açúcar é feito manualmente, selecionando as canas da melhor qualidade. Depois de cortadas, as canas são transportadas até a área de moagem por

meio de carretas e trator. Na moagem realiza-se a extração do caldo – e, conseqüentemente, dele também resulta o bagaço, que se define como a sobra da cana-de-açúcar. A cana passa pela moenda contendo três rolos, com uma pressão pré-estabelecida aplicada entre ele. Na Cachaçaria a capacidade de moagem é de 1.000 L (mil litros) a cada hora. O processo segue todos padrões pré-definidos de higienização recomendados pelo Ministério da Agricultura (MAPA).

O caldo de cana cai direto da moenda no decantador, momento em que todas as impurezas são separadas através da peneira, em sequência é destinada ao local adequado para fermentação. O fermento possui receita pré-definida, a base de cereais. Em razão do segredo industrial, não serão apresentados os dados específicos do fermento utilizado na Cachaçaria de estudo.

Após a garapa sair do decantador e ser distribuída nas dornas, o processo de fermentação se iniciará, em período que poderá variar entre 16 horas a 36 horas formando o mosto. Após, o líquido será destinado para a caixa volante, devendo descansar pelo período mínimo de 1 (uma) hora para iniciar o processo de destilação. O processo consiste em ferver o vinho dentro de um alambique de cobre por meio de vapores produzidos em caldeira a lenha. O produto da fermentação é condensado por resfriamento e apresenta, assim, grande quantidade de álcool etílico.

Dos primeiros 5% a 10% do resultado, chamado de “cabeça”, são separados para descarte. A cachaça da segunda fração, chamada de “coração”, é a cachaça ideal para o consumo – essa fração corresponde de 75% a 85% do total do produto destilado. A cachaça de “calda” ou “água fraca” (parte final), apresenta um teor alcoólico menor e com maior teor de substâncias menos voláteis e indesejáveis, razão pela qual também é descartada.

Retirada do alambique, a cachaça é destinada ao depósito, momento em que o produto ficará retido por seis meses para, só então, ser envasada. Outra parte da produção terá como destino barris de carvalho, cujo tempo mínimo para o envelhecimento é de dois anos. Passado o processo de envelhecimento, a cachaça é envazada, posteriormente rotulada manualmente e colocada em caixas de papelão, tornando-se disponível para a comercialização e a destinação final ao consumidor. A Cachaça Salvan atende o público no atacado e, também, no varejo na sede da empresa em Céu Azul.

No tocante aos resultados da produção, averiguou-se que 1 (um) hectare de cana de açúcar, com fator climático regular, corresponde a 6.249 L (seis mil duzentos e quarenta e nove litros) de cachaça.

Outrossim, uma ideia implementada na Cachaçaria que refletiu em resultados positivos no quesito vendas relacionam-se à compra de novas embalagens de cachaça, de vidros com formato de caveira, tanto de 700 ml quanto de 120 ml e copos também de caveira, objetos que combinaram e se tornaram um conjunto atrativo aos consumidores. Outro exemplo que também obteve resultado benéfico foi a garrafa luxo, com cachaça especial envelhecida em barris de carvalho e descansada por 2 (dois) anos, acondicionada em garrafa de formato arredondado e com tampa de madeira. A estratégia se direcionou em criar rótulos personalizados e esteticamente sofisticados, para que os clientes adquiram os produtos para consumo próprio e, também, para presentear outras pessoas.

Figura 3 - Embalagens diferenciadas comercializadas pela Cachaçaria Salvan



Fonte: Arquivo Pessoal (2020)

Tal estratégia é voltada também às empresas varejistas, para as quais a Cachaçaria fornece seus produtos. Para tanto, investiu-se em parceria com uma gráfica da cidade de Céu Azul/PR, em que a empresa produz rótulos com a marca da empresa do cliente, de modo personalizado.

Ainda, no intuito de melhorar e agilizar a produção, a Cachaça Salvan adquiriu, na última safra, dois equipamentos novos voltados à facilitação dos processos de produção. Um para recolher a cana-de-açúcar na roça e colocá-la dentro da carreta, a fim de que seja transportada até a moenda. O outro, com função de extrair o bagaço resultante da moagem com o auxílio de um trator – ou seja, o bagaço é puxado e levado para o seu destino final.

Percebe-se que os investimentos em máquinas tiveram por finalidade diminuir o esforço humano e a energia empregados na produção, ao passo que passaram a garantir

maior agilidade no processo. Por seu turno, as inovações nas embalagens tiveram por objetivo atrair os consumidores, situação verificada durante o estudo.

5. Considerações finais

O acompanhamento e o estudo de caso na Cachaçaria Salvan, localizada no Município de Céu Azul, região Oeste do Estado do Paraná, demonstrou-se importante para a verificação dos detalhes que envolvem a produção de cachaça no local. Após estudar o histórico da cachaça em nosso país, os tipos de bebida produzíveis e, mais especificamente, o histórico e a produção da Cachaçaria Salvan, foi possível averiguar que melhorias simples, mais eficientes, demonstram-se como formas suficientes para o implemento da agilidade na produção e do aumento das vendas.

Dentre tais melhorias, convém ressaltar os equipamentos para recolher a cana ainda na lavoura e para dar a devida destinação ao bagaço de cana, trabalho que era feito manualmente e demandava tempo exacerbado dos proprietários. No tocante à inovação, percebeu-se que o aumento da utilização da internet no processo de anúncios e vendas foi extremamente positivo no reconhecimento e até mesmo na geração de lucros para a empresa Salvan. Contudo, a grande alteração deu-se a partir de investimentos estéticos nas novas garrafas e rótulos implementados, voltados ao público geral e às empresas, mas que também chama a atenção de colecionadores e de pessoas que utilizam da cachaça para presentear as pessoas de seu afeto.

Conclui-se, assim, que inovar é medida necessária em todos os momentos de um empreendimento – sobretudo no momento de pandemia e de suas restrições –, muitas vezes com mudanças simples, mas que fazem grande diferença.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Henrique Viana. **Fermentação alcoólica**: ciência e tecnologia. Piracicaba: Fermentec, 2005.

BRASIL. **Decreto nº 6.871, de 4 de junho de 2009**. Regulamenta a Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994, que dispõe sobre a padronização, a classificação, o registro, a inspeção, a produção e a fiscalização de bebidas. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6871.htm>. Acesso em: 20 mai. 2020.

BUENO, Eduardo. **Brasil: Uma história**. São Paulo: Ática, 2004.

CASCUDO, Luis Câmara. **Prelúdio da cachaça: etnologia, história e sociologia da aguardente no brasil**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1986.

DRUCKER, Peter Ferdinand. **Introdução à administração**. Tradução de Carlos A. Malferrari. 3. Ed. São Paulo: Pioneira, 1998.

FOLEGATTI, Myrtes Maria da Silva. **A imagem da cachaça no brasil e no exterior: uma proposta descritiva de mitos culturais brasileiros com aplicação em pl2e**. Monografia. Pontifícia Universidade Católica do Rio De Janeiro. Rio de Janeiro: PUC-RIO, 2013. Disponível em: < <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/29483/29483.PDF>>. Acesso em: 20 mai. 2020.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 32ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

FREIRE, Gilberto. **A presença do açúcar na formação brasileira**. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1975.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

KOTLER, Philip. **Administração de Marketing**. 12ª ed. São Paulo: Prentice Hall, 2000.

KRIGUER, Janaína. **Administração da produção e operações**. Apostila do Curso de Administração da UNIVEL. Cascavel, 2020.

LIMA, Cláudia. Tachos e Panelas: **Histografia da Alimentação Brasileira**. 2ª ed. Paraíba: Editora Comunicarte, 1999.

LUCCHESI, Antonio Augusto. **Cana-de-açúcar** (*Saccharum spp.*). In: Ecofisiologia de culturas extrativas: cana-de-açúcar; seringueira; coqueiro; dendezeiro e oliveira [S.l: s.n.], 2001.

VAZQUEZ, José Lopes. **Comércio exterior brasileiro**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2012.



Artigo de

AGRONOMIA

NPK NO FLORESCIMENTO DE HEMEROCALC CULTIVAR REGINA

Mateus Lopes Borduqui Cavalcante¹

Deise Vieira da Silva

Dra. Luciana Alvez Fogaça²

Resumo: O conhecimento da adubação na produção de plantas ornamentais é fundamental para uma melhoria na produtividade e longevidade da planta e das flores. No caso do hemerocale, ainda são poucas as pesquisas nessa área, o que levou a execução deste trabalho, que teve como objetivo avaliar o efeito de diferentes doses de NPK (4-14-8) no desenvolvimento de hemerocales cultivar Regina. O experimento foi conduzido em uma área experimental da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Campus Toledo. O delineamento experimental utilizado foi em blocos casualizados com cinco tratamentos, contendo quatro repetições com cinco plantas cada. Os tratamentos consistiram em seis doses (0; 4,5; 9,0; 13,5 e 18,0 g/planta) utilizando a formulação de NPK 4-14-8. Os parâmetros avaliados foram: número de brotações por planta, número de folhas por brotações, número de hastes por planta, comprimentos de hastes por planta e nº de botões florais por haste. A adubação NPK aumentou linearmente os parâmetros avaliados, exceto o número de haste por brotação. No geral os melhores resultados foram obtidos com a dose de 18g/ planta. O período de florescimento foi influenciado pelas diferentes doses de NPK. Doses crescentes de NPK 4-14-8 afetam positivamente o crescimento e florescimento de hemerocale cultivar Regina.

Palavras chaves: Hemerocallis x hybrida Hort. Adubação. Floricultura.

1. Introdução

O mercado de flores e plantas ornamentais tem se expandido praticamente em todo o mundo ao longo dos anos. Nos tradicionais países consumidores e nas economias de países em desenvolvimento, a demanda por esses produtos tem crescido significativamente (Junqueira & Petz, 2013).

No Brasil, a produção e comercialização de plantas ornamentais vêm seguindo a tendência mundial, sendo favorecido pelas condições de solo, relevo, umidade e amplitude de temperatura, o que possibilita a reprodução de diversas espécies (Kampf, 2005; Junqueira & Petz, 2013).

Uma planta que vem se destacando nos últimos anos é *Hemerocallis x hybrida Hort.*, conhecida como hemerocale, lírio-de-São-José ou lírio de um dia. É uma planta ornamental de origem asiática com ampla utilização no paisagismo, culinária e também como planta medicinal (Tombolato, 2004). De acordo com Erhardt (1992) e Tombolato (2004), o hemerocale exige pouca manutenção, possui resistência a períodos de seca,

¹ Acadêmico do Curso de Agronomia - Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR.

² Orientadora: Professora Dra. Luciana Alvez Fogaça do Curso de Agronomia - Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR Campus Toledo.

capacidade de adaptação a diferentes tipos de solos e clima, boa resistência a pragas e doenças.

No Brasil, o hemerocale pode ser plantado durante o ano todo, no entanto, os períodos mais indicados são em outubro ou no final da florada. É uma planta de pleno sol, porém adapta-se bem a meia sombra. Quanto ao solo, apresenta bom desenvolvimento em solos bem drenados com textura argilo-arenoso e bom teor de matéria orgânica, com pH na faixa de 5,5 a 7,0 (Munson, 1994; Grosvenor, 1999).

Para que a produção seja competitiva, sustentável e viável economicamente, o diferencial é a produtividade, o que pode ser obtido com o adequado manejo dos fatores ambientais, no entanto, informações sobre o seu cultivo são escassos.

Dentre os fatores, o conhecimento das necessidades nutricionais da cultura é de extrema importância para a melhoria na produtividade e longevidade da planta, principalmente das flores (Silva, 2015).

Entre os nutrientes mais requeridos pelas plantas ornamentais Tombolato (2004) cita o fósforo e o nitrogênio. Segundo este autor o nitrogênio é importante para manter a folhagem bem verde e vigorosa, e o fósforo é essencial no início da florada durante a primavera.

Contudo, informações sobre a adubação de plantas ornamentais são muito limitadas, principalmente para plantas herbáceas como o hemerocale. (Tombolato, 2004) recomenda duas adubações durante o ano, uma no meio do inverno, em agosto, quando ocorre a formação das hastes e botões florais, utilizando a formulação 4-14-8, e outra, no outono em meados de março, quando ocorre a formação dos frutos utilizando a formulação 10-10-10.

Diante do exposto, o presente trabalho teve como objetivo avaliar o efeito de diferentes doses de NPK no desenvolvimento de hemerocales cultivar Regina.

2. Metodologia

O presente trabalho foi conduzido em uma área da unidade experimental da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUCPR, Campus Toledo, localizada a 24° 43' 49" S, e 53° 44' 35" W e altitude de 574m, e contém solo classificado como Latossolo Vermelho Eutroférico típico (Embrapa, 2012).

Um mês antes do plantio foi realizado o preparo do solo com aração, seguido de aplicação de cama de aviário, na dose de (2Kg/m) realizado em área total. Posteriormente

realizou-se o levantamento dos canteiros, que possuíam 25 m de comprimento e 1m de largura.

O material vegetal utilizado no presente trabalho foi o de *hemerocale* cultivar Regina, cujas mudas foram obtidas de plantas matrizes cultivadas em um jardim clonal da PUCPR.

Para tanto touceiras de *hemerocale* foram divididas em mudas individuais, e posteriormente, realizou-se o corte da parte aérea e do sistema radicular das mesmas, deixando respectivamente, 10 cm e 5 cm de comprimento.

O delineamento experimental utilizado foi em blocos casualizados com cinco tratamentos, contendo quatro repetições com cinco plantas cada. Os tratamentos consistiram em seis doses de NPK da formulação 4-14-8 (0; 4,5; 9,0; 13,5 e 18,0 g/planta).

No dia 30 de maio de 2019 as mudas foram plantadas no espaçamento 30 x 30 cm, momento este em que foi realizada a adubação de plantio, aplicando-se 4,5 g por planta da formulação 10-10-10. Após 30 dias, realizou-se a adubação com a formulação 4-14-8, conforme os tratamentos.

A fim de manter a umidade do solo e protege-lo da invasão de plantas daninhas espalhou-se serragem nos corredores dos canteiros. A irrigação era feita duas vezes por semana utilizando o sistema de irrigação por aspersão. Durante o experimento houve a incidência de ferrugem (*Puccinia hemerocallidis*), sendo necessária a aplicação de fungicida (2g.L⁻¹ de unizeb gold ®). As características avaliadas foram: número de brotações por planta, número de folhas por brotações, número de hastes por planta, comprimentos de hastes por planta e número de botões florais por haste.

A determinação do comprimento da haste, em centímetros, foi realizada com o auxílio de trena graduada, medida desde o nível do solo, junto à planta até a extremidade superior da haste. A contagem do número de botões florais foi realizada durante todo o período de florescimento. Já as contagens de número de folhas, de brotações e de hastes, foram realizadas no final do período de florescimento.

Os dados obtidos foram submetidos à análise de variância (ANOVA) e quando detectados efeitos significativos entre os tratamentos, foi realizada a análise de regressão, utilizando o programa computacional estatístico SISVAR (Ferreira, 2011)

3. Resultados

A coleta de dados do presente experimento iniciou no final de setembro de 2019, quando as plantas iniciaram o florescimento, e se estendeu até o final do mês de fevereiro

de 2020 (Tabela 1), ou seja, as plantas permaneceram floridas por um período de seis meses.

Tombolato (2004) cita que nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, a florada do hemerocale se inicia em outubro prolongando-se até o começo de abril, conforme observado neste experimento.

Neste experimento pode-se observar que o início e término do florescimento de hemerocale foram influenciados pelas diferentes doses de adubação. Plantas de hemerocale que receberam apenas a adubação da formulação 10-10-10 (Testemunha) no momento do plantio floresceram aos 183 dias após o plantio (DAP), enquanto que, plantas que receberam a dose 4,5g iniciaram seu florescimento aos 174 (DAP). Pode-se observar também que a medida que a dose de NPK aplicada aumentava, o número de dias para a planta entrar em florescimento reduziu, chegando a 116 dias na maior dose estudada (18g).

Resultados semelhantes foram obtidos por (ROSA et al., 2013), que utilizando a dose de 539 kg. ha⁻¹ de P₂O₅ obteve um florescimento em *Hemerocallis fulva* L. de 415 dias, decrescendo esse período com o aumento da adubação, chegando a 406 dias na maior dose estudada.

Ao analisar estatisticamente os dados obtidos verificou-se que as diferentes doses de NPK (4-14-8) apresentaram efeito significativo a nível de 5% para os parâmetros: número de brotações/planta, folhas/brotações, botões florais/planta, e comprimento de haste floral.

Para o número de brotações por planta constatou-se que houve um comportamento linear crescente com valor de R= 84%, em que à medida que aumentou a dose da adubação houve um aumento no número de novas brotações (Figura 1).

Quando se aplicou 18 g de NPK por planta, foram observadas 3,75 brotações, já na testemunha, que só recebeu adubação de plantio, foram observadas 2,2 brotações. Importante salientar que, o hemerocale por ser uma planta ornamental utilizada como forração, à parte aérea é quesito fundamental para a comercialização e implantação da cultura.

Os resultados semelhantes foram obtidos por (SILVA et al., 2015), que utilizando 400 kg. ha⁻¹ de P₂O₅ e 152 kg. ha⁻¹ de N obtiveram 27 perfilho em *H. fulva*. De acordo com a (Bellé, 2008), esse aumento no número de brotações se deve ao fato de que o fósforo estimula o crescimento radicular, sendo muito importante no crescimento inicial das mudas, além de estar envolvido na maioria dos processos metabólicos da planta, no

requerimento de energia, nos processos enzimáticos e no transporte de carboidratos (Taiz & Zeiger, 2009).

Para número de folhas por brotações houve também um efeito significativo na regressão linear crescente, com $R = 94\%$. O menor valor foi observado na testemunha (12,37 folhas /brotação), e o maior valor foi obtido na dose de 18 g de NPK (4-14-8) com 18,64 folhas/ brotações (Figura 2).

Esse aumento no número de folhas também pode estar associado ao efeito do fósforo juntamente com o nitrogênio que a formulação utilizada apresenta. O nitrogênio, um macro nutriente primário essencial para as plantas, participa da formação de proteínas, aminoácidos e outros compostos importantes no metabolismo das plantas (Mengel & Kirby, 2000).

Para o número de haste/planta não houve significância na análise de regressão, e, portanto, os dados são apresentados na forma de tabela (Tabela 2). A menor média foi observada para a testemunha (2,3 hastes/ planta), enquanto a maior média foi observada na 8 dose de 18 g/planta (4,1 hastes por planta). Possivelmente a emissão de brotações pode ter interferido no resultado desse parâmetro. Pois, a planta teve um gasto maior de energia para emissão da brotação.

Como observado para os demais parâmetros, para o comprimento da haste também houve um efeito significativo das doses de NPK, e um comportamento linear crescente, com $R = 86\%$. O maior comprimento de haste (63,72 cm) foi obtido com a dose de 18g /planta (Figura 3). Isso demonstra que a adubação com NPK tem efeito positivo sobre desenvolvimento das plantas, como verificado com o aumento da altura de plantas. O efeito benéfico da adubação com fósforo no comprimento da haste floral em *Hemerocallis fulva* L. foi observado por Rosa et al. (2013) que apresentaram maiores alturas (60cm) a partir da aplicação de 363 kg. ha⁻¹ de P₂O₅. Hoshino et al. (2016) também verificou efeito positivo do fósforo ao utilizar fertilizante mineral ultra solúvel em orquídea *Cattlianthe* (3g/L) ao adicionar 50 mL por vaso do fertilizante diluído ocorreu um aumento de até 42% no comprimento da haste.

Corroborando com os resultados obtidos no presente trabalho, Campos et al. (2016) analisando o efeito da adubação NPK em girassol verificaram que a adição de 120 kg. ha⁻¹ proporcionou aumento no comprimento da haste, resultando no maior comprimento da haste de 108,9 cm.

Com relação ao número de botões florais por haste, observou-se que houve efeito significativo na regressão linear crescente, com $R = 96\%$ (Figura 4). Sendo que a dose

que apresentou maior número de botões florais foi 18g de NPK (4-14-8) por planta com 18 botões florais por haste. Esses resultados estão de acordo com Tombolato (2004), que relata que o fósforo é indispensável no início da florada e com Rosa et al. (2013) que observou um aumento significativo a partir da dose de 119 kg. ha-de P₂O₅ obtendo o máximo de 12 botões florais por haste floral com 1000 kg. ha⁻¹ 195 em *H. Fulva*.

Corroborando com os resultados obtidos, Freitas et al. (1999) obtiveram um aumento de 35,83% no número de flores da primeira haste floral em *H. liliaphodellus* com adubações em cobertura com salitre duplo potássio a cada dia 20 dias.

4. Considerações Finais

De acordo com os resultados obtidos pode-se concluir que:

- 1) O período de florescimento de *hemerocale* cv. Regina é antecipado à medida que se aumenta as doses de NPK aplicadas;
- 2) Doses crescentes de NPK 4-14-8 afetam positivamente o crescimento e florescimento de *hemerocale* cv. Regina, aumentando o número de brotações, o comprimento da haste e o número de botões florais.

REFERÊNCIAS

BELLÉ, S. **Plantas Ornamentais: aspectos para produção**. 2a. ed. Upf Editora, Passo Fundo. 2008. 92p.

CAMPOS, V. B; CHAVES, L. H. G; GUERRA, H. O. C. Floração de *Helianthus annuus* L. com adubação NPK e conteúdo de água disponível no solo. **J. Bioen. Food Sci**, v. 3, n. 3, p. 170-177, 2016.

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA . **Mapa simplificado de Solos do Estado do Paraná**, 2012.

ERHARDT, W. *Hemerocallis Daylilies*. Portland, Oregon: **Timber Press**, 1992, 160p.

FERREIRA, D. F. Sisvar: a computer statistical analysis system. **Ciência e Agrotencologia** (UFLA), v. 35, n. 6, p. 1039-1042, 2011.

FREITAS, Silvio Antonio Calazans de. **Efeitos da adubação fosfatada no plantio e da aplicação em cobertura de salitre duplo potássio na cultura do lírio amarelo (*Hemerocallis liliaphodellus* Linnaeus)**. 1996. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Lavras.

HOSHINO, RT; ALVES, GAC; MELO TR; BARZAN, RR; FREGONEZI, GAF; FARIA RT. Adubação mineral e orgânica no desenvolvimento de orquídea Cattlianthe'Chocolate drop'. **Horticultura Brasileira**, v. 34, n. 4, p. 475-482, 2016.

JUNQUEIRA, A. H.; PEETZ M.S. **2013. 2012**: Balanço do comércio exterior da floricultura brasileira. Hórtica- Contexto & Perspectivas. Disponível em: 20 de fevereiro de 2020.

KAMPF, A.N. **Produção comercial de plantas ornamentais**. 2a. ed. Guaíba: Agrolivros, 238 Rio de Janeiro. 2005. 256p.

MENGEL, Konrad; KIRKBY, Ernest A. **Principios de nutrición vegetal**. 2000.

MUNSON, R.W.J. **Hemerocallis - the Daylily**. Portland, Oregon: Timber Press, 1989. 144 p.

RAIJ, B.V. **Fertilidade do solo e adubação**. São Paulo, Editora Agronômica Ceres, 1991. 245 343 p.

ROSA, Yara Brito Chaim Jardim et al. Adubação fosfatada no desenvolvimento de 248 *Hemerocallis fulva* L. **Semina: Ciências Agrárias**, v. 34, n. 5, p. 2257-2263, 2013.

SILVA, F.P.M; GIACON, G.M; SOARES, J.S; JARDIM ROSA, Y.B.C; JARDIM ROSA, D.B.C; LEMES, C.S.R; PEREIRA, S.T.S; GUTIERREZ, R.S. Crescimento e desenvolvimento de *Hemerocallis fulva* submetidos a doses de nitrogênio e fósforo. **Ornamental Horticulture**, v. 21, n. 3, p. 351-362, 2015

TAIZ, L.; ZEIGER, E. **Fisiologia Vegetal**. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. 719p

TOMBOLATO, A. F. C. *Hemerocallis* – *Hemerocallis hybrida*. In: Cultivo **Comercial de Plantas Ornamentais**. Campinas: Instituto Agronômico, p. 176- 2111, 2004

Tabela 1. Período de florescimento em plantas de *Hemerocallis x hybrida* Hort cv. Regina submetida a doses de adubo NPK (4-14-8), Início do florescimento (IF), dias após o plantio (DAP) e Término do florescimento (TF). Toledo, PR. 2019-20.

Tratamentos NPK (4-14-8)	IF	DAP	TF
Testemunha	30/11//2019	184	10/02/2020
4,5 g/planta	21/10/2019	174	06/02/2020
9,0 g/planta	05/10/2019	128	15/02/2020
13,5 g/planta	30/09/2019	123	20/02/2020
18 g/planta	23/09/2019	116	29/02/2020

Figura 1. Número de brotações/planta de *Hemerocallis x hybrida* Hort cv. Regina, submetidas a doses de adubo NPK (4-14-8). Toledo, PR. 2019-20

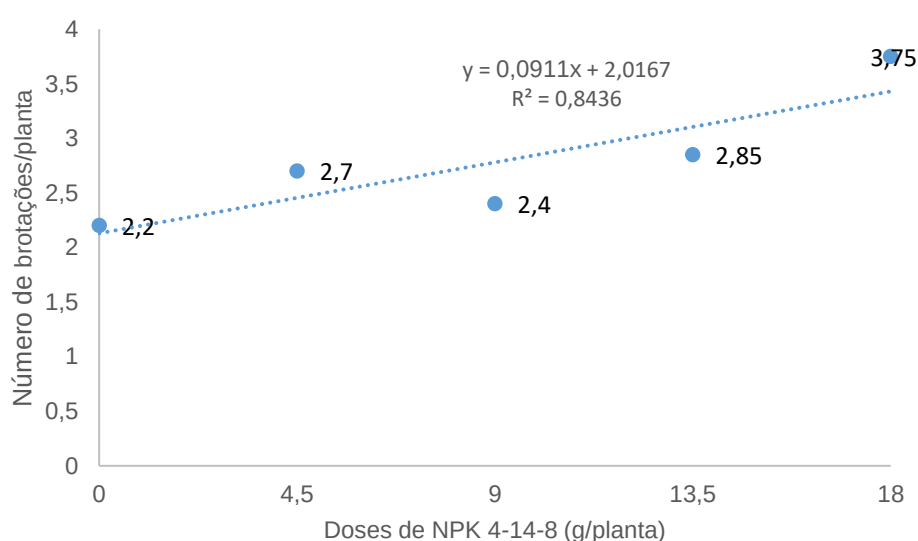


Figura 2. Número de folhas/brotações de *Hemerocallis x hybrida* Hort cv. Regina, submetidas a doses de adubo NPK (4-14-8). Toledo, PR. 2019-20.

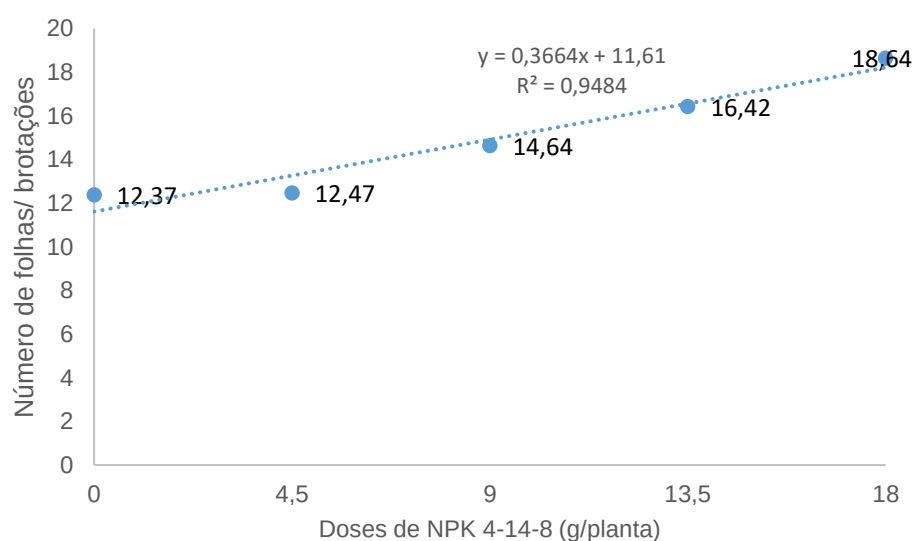


Tabela 2. Número de haste/brotação de *Hemerocallis x hybrida* Hort cv. Regina, submetidas a doses de adubo NPK (4-14-8). Toledo, PR. 2019-20.

Tratamentos NPK (4-14-8)	Número de haste/brotação
Testemunha	2,3
4,5 g/planta	4,0
9,0 g/planta	3,4
13,5 g/planta	2,7
18 g/planta	4,1

Figura 3. Comprimento da haste floral de *Hemerocallis x hybrida* Hort cv. Regina, submetidas a doses de adubo NPK (4-14-8). Toledo, PR. 2019-20.

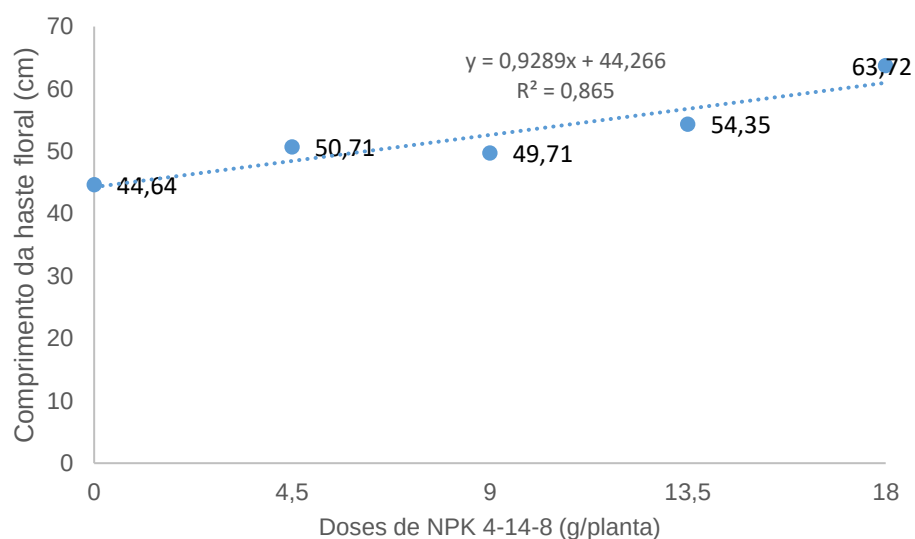
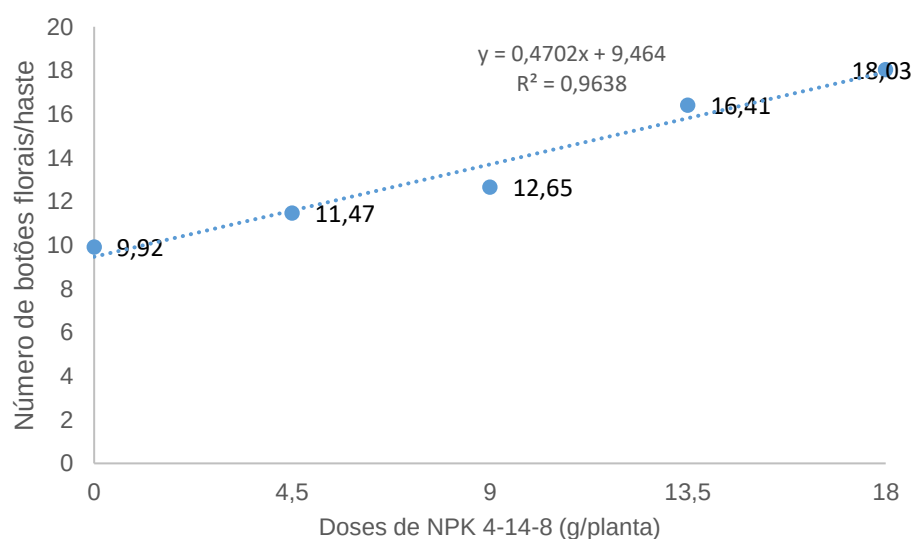


Figura 4. Número de botões florais/haste de *Hemerocallis x hybrida* Hort cv. Regina, submetidas a doses de adubo NPK (4-14-8). Toledo, PR. 2019-20.



Artigo de

ARTES



A ESTÉTICA EM NIETZSCHE: AS POSSIBILIDADES DA ARTE AUTÊNTICA COMO SAÍDA PARA A CORROSÃO DA RACIONALIDADE MODERNA

Amanda Gabryela Higino¹

Sueli Gedoz²

Kátia Rocha Salomão³

Resumo: O presente trabalho tem como tema a estética segundo a teoria do filósofo Friedrich Nietzsche no que diz respeito à arte e suas faculdades criadoras, com foco nas potências humanas de criação e absorção de informações. Foram analisados os dias atuais e procurando compreender a arte com a abrangência de informações manifestadas através da moral, religião, arte, literatura, amor, política e relações sociais. Dessa forma, interpretando o ser humano e seus conflitos, este estudo coloca de fato a vida como obra de arte, incentivando o ser humano a contemplá-la como tal, através da crítica social, onde por meio da arte ela pode ser concebida. Assim, reclama a mudança humana o seu perfil regrado à criação de novas leis naturais, onde o certo e o errado são apenas palavras que impedem a transmutação do indivíduo, freando suas habilidades naturais. Isto posto, o objetivo geral do trabalho é transmitir ao leitor a análise da possibilidade de uma arte autêntica, a partir do pensamento do autor em questão, como saída para a corrosão da racionalidade moderna. A metodologia do trabalho objetiva aproximar os indivíduos da concepção da arte como evasão da subjetividade pela contemplação de obras artísticas, também devolve a humanidade através do pensamento nietzschiano, a crítica à moralidade e à religião, e as regras impostas pela sociedade opressora a fim de tornar o artista um ser livre e pleno, pronto para a contemplação da vida como devir. O trabalho conta com pesquisa bibliográfica e de campo, sendo esta desenvolvida numa atividade de exposição. Os resultados verificados na pesquisa demonstram que existem possibilidades de uma arte autêntica diante da corrosão da racionalidade moderna, desde que o ser decida estar disponível a posicionar-se diante da vida através da concepção crítica por vez niilista.

Palavras-chave: Niilismo. Arte. Crítica.

1. Introdução

O presente trabalho analisa, através da bibliografia nietzschiana, a estética artística através da compreensão teórica do niilismo como forma de pensamento criador, por ora revolucionário, analisando conceitos como a moral, a política e a arte no meio social atual, dispondo da teoria atemporal do filósofo Friedrich Wilhelm Nietzsche.

Este estudo apresenta a concepção defendida pelo filósofo alemão Friedrich Nietzsche sobre a natureza criadora humana. Desse modo, trata-se de um trabalho que estuda a arte em Nietzsche enquanto possibilidade da arte autêntica como saída para a corrosão da racionalidade moderna, tal qual só pode ser atingida através do pensamento

¹ Acadêmica Amanda Gabryela Higino - Curso de Artes Visuais - Centro Universitário UNIVEL

² Professora Doutora Sueli Gedoz - Curso de Artes Visuais - Centro Universitário UNIVEL.

³ Orientadora. Professora Doutora Kátia Rocha Salomão - Curso de Artes Visuais - Centro Universitário UNIVEL.

cético em relação ao que se considera certo e errado. Compreende-se o ser humano como um ser capaz de aflorar uma estética pura e verdadeira sem que para tal necessite de estímulos mundanos.

Assim sendo, a delimitação apresentada focaliza o pensamento sobre a estética através do desenvolvimento teórico nietzschiano, abordando questões como a arte por meio da vontade de potência, com foco em relacioná-la com a condição de formulação do senso crítico. Percebe-se que em Nietzsche há um questionamento profundo sobre a existência e a não existência de valores e verdades, já que para esse autor as verdades e valores foram criados a partir de uma pluralidade social e caracterizados como formas de existência, o que gerou a noção de transvaloração da moral (NUNES, 1999). Então, o enfoque da pesquisa está na estética em Nietzsche, mostrando as possibilidades da arte autêntica como saída para a corrosão da racionalidade moderna.

Partindo dessa delimitação, entende-se que em Nietzsche a utilização da arte em sua essência e liberdade de criação de sentidos próprios de expressão e negação, é o que revela a rebeldia contra toda regra imposta, incentivando sobre si mesmo a vontade ativa de poder criativo no gerar algo novo desprovido de valores, alcançando a vontade de negação dos sentidos do corpo e a condição da arte como movimento de libertação. Por isso o problema gerador da pesquisa sustenta-se no questionamento: Existem possibilidades de uma arte autêntica diante da corrosão da racionalidade moderna, apontada por Friedrich Nietzsche?

A partir do problema de pesquisa, tem-se como objetivo geral analisar a possibilidade de uma arte autêntica a partir do pensamento de Friedrich Nietzsche como saída para a corrosão da racionalidade moderna. O objetivo demonstra a importância da pesquisa, a qual reside no incentivo para a crítica à modernidade no que tange à análise da essência da natureza humana e a causa da corrosão e da desvalorização da visão artística, visto que segundo Nietzsche (*apud* ARALDI, 2009, p. 124) “[...] a arte é o triunfo contínuo do prazer da aparência e da ilusão sobre a verdade dionisíaca terrível”.

2. Desenvolvimento

2.1 Origem da Estética em Nietzsche: a Transvaloração da Moral Ocidental - a Corrosão da Razão

A origem da moral e todo pensamento ocidental, quanto à linguagem popular e erudita, quanto a todo pensamento sobre arte, cultura, política, humano e toda criação

filosófica em crítica, cultural e significados, sobre especificamente o papel da arte Nietzsche (2007) explica: “A futilidade de sua genealogia da moral salta aos olhos desde o primeiro passo, desde que se trata de precisar a origem do conceito e do sentido de “bom” (NIETZSCHE, 2007, p.24). A necessidade humana de compreender e fixar-se em crenças ameniza ilusoriamente o fim de todo sofrimento, ao qual criou-se paredes que trancam a realidade do ser, de enfrentar o “erro” como uma dádiva, ao denominar: “erros abomináveis”, em uma ideia de ser humano ruim. E como solução de negação dessa natureza “detestável” criou-se a moral como regra capaz de exterminar a força dos extintos, que segundo a ética não devem fazer parte da vida do ser humano, uma essência opaca e inferior, de modo que o chamado homem “bom” se destaca na sociedade por obedecer ao modelo de ser humano exemplar segundo a moral. Aos olhos de Nietzsche (2007):

[...] foram os próprios “bons”, os homens nobres, os poderosos, aqueles que ocupam uma posição de destaque e têm a alma enlevada que julgaram e fixaram a si e a seu agir como “bom”, ou seja, “de primeira ordem” a tudo o que é baixo, mesquinho, comum e plebeu. Foi esse *pathos da distância* que os levou a arrogar-se por primeiros o direito de criar valores, de forjar nomes de valores: que lhes importava a utilidade!” (NIETZSCHE, 2007, p. 25, grifo do autor)

Desse modo a moral torna-se utilitária, uma espécie de conjunto uniforme, que não pode de forma alguma, ser violado assim a utilidade da moral faz-se classificatória para o que deve, ou não acreditar, dividindo a natureza real e abominável, da natureza obediente e dominada. Nesse ponto a realidade camufla-se em meio ao medo, a vergonha, o desencantamento pelo ser humano falho, gera preconceitos que ocasionam sofrimento e desigualdade, um ser que provém da moral tende a se adaptar ao modelo “correto” para ser considerado um “bom homem”, em contrapartida o que não convém ao conceito de “bem” da sociedade, não é considerado justo, o valor resume-se ao pertencer, possuir, tornando-se utilitário. Para Nietzsche (2007):

[...] a humanidade, pelos juízos “bons e maus” resumiu e sancionou precisamente suas experiências inolvidáveis sobre o útil adaptado, o inútil inadaptado. Segundo essa teoria, é bom aquilo que, em tempos em tempos, se revelou útil, e por esse fato está no direito de exigir que seja considerado “como tendo um valor no supremo grau”, como “tendo valor em si”. Essa tentativa de explicação é igualmente errônea (NIETZSCHE, 2007, p. 26)

Ao compreender que existe um bom, julga-se necessário questionar o que significa o ser mau e nas relações artísticas, é clara a disputa estética sobre o que é arte de

verdade. A “verdade” mais uma vez se manifesta através daquilo que enxerga, da estética da moral. Criam-se modelos e expectativas sobre uma arte genial, mas existe arte desprovida de valor, seja ele bom ou mau? Um ser que é levado pela aceitação cega, pela cultura da obediência, um ser inclinado para o comodismo, não vê nada além daquilo que julga ser certo e tradicional, tornando o novo, uma estrada proibida e perigosa ao qual não vale a pena percorrer, segundo Nietzsche (2007): “Hoje nada vemos que queira se engrandecer pressentimos que tudo não cessa de declinar, declinar para tornar-se mais inconsciente, mais gentil, mais prudente, mais à vontade, mais medíocre, indiferente (NIETZSCHE, 2007, p. 41)

O homem envergonha-se de amar, de criar, expressar-se, envergonha-se de viver suas vontades. Desse modo a mudança torna-se algo completamente dispensável, o conforto de acreditar em verdades prontas proporciona a esperança de uma moral eficaz que não admite falhas, a culpa e a esperança de um futuro incerto, modificam a humanidade, tornando-a incapaz de pensar além dos padrões. Para Nietzsche (2007),

Essa espécie de homem necessita crer num “sujeito” neutro, livre para se determinar, como que agindo por instinto de autoconservação, de autoafirmação pelo qual toda mentira costume ser justificada (...) a alma foi até aqui o melhor artigo de fé que o mundo tenha conhecido até hoje porque permitiu à imensa maioria dos mortais, aos fracos e aos oprimidos de todo tipo, essa sublime ilusão que interpreta a fraqueza como liberdade, sua maneira particular de se como *mérito*. (NIETZSCHE, 2007, p. 43, grifo do autor)

É importante debater sobre o uso da consciência, compreender o surgimento de regras estabelecidas, por seres considerados “bons” e sobre a natureza humana, segundo Nietzsche: “O mundo não é de modo algum um organismo, mas o caos; o desenvolvimento da “intelectualidade” não passa de um meio para garantir a duração relativa da organização.” (NIETZSCHE, 2010a, p. 136). Desse modo o homem “bom”, passa a ser tomado como intelectual, percebe-se que a ideia de intelectualidade não passa de camuflagem para a composição de um segmento errôneo de conservação da moral. Adotar o pensamento livre, silenciar a consciência moral, deixar que seu ser uno primordial transcenda, é necessário questionamentos, para dar clareza à mente humana, quanto a imposições, compreender que através da purificação dos pensamentos torna-se mais fácil aprimorar ideias e concepções divergentes, de mundo, arte e vida.

2.2 O Apolíneo e o Dionisíaco: Análise do Nascimento da Estética na Obra “O Nascimento da Tragédia”

A arte revoluciona o íntimo humano, induz a criação, inquieta e modifica pensamentos de forma crítica e analítica. A pureza do homem nos dias de hoje caminha ao declínio, as informações bombardeiam as mentes humanas, é necessário observar o mundo de forma a compreender a real verdade sobre a existência, que durante muito tempo não foi revelada e ainda tem um longo caminho até que se perceba tal fenômeno, para Nietzsche o homem necessita compreender que o exercício da repreensão é necessário para a essência humana:

Teremos feito muito para a ciência estética quando tivermos chegado não somente a observação lógica, mas também a imediata certeza dessa tomada de posição, segundo a qual o desenvolvimento da arte está ligado a dualidade do dionisíaco e do apolíneo: da mesma maneira que a dualidade dos sexos gera a vida [...] (NIETZSCHE, 2011, p. 27).

Nietzsche cita a dualidade, como exemplo de criação, a arte é concepção, está ligada diretamente a condição de existência, no ser dionisíaco e no ser apolíneo ocorre uma ligação natural de potências opostas completas para gerar formas, e atributos, segundo Nietzsche o homem só chegará ao auge de sua arte se unir o sagrado ao profano, o bem ao mal, rendendo-se a natureza perfeita sem reprimi-la indo além do que se tem pré-estabelecido dentro de si, somente assim alcança a plenitude da observação lógica e abstrata de ser humano. Para que isso ocorra Nietzsche explica:

Esses dois instintos tão diferentes caminham lado a lado, na maioria das vezes em guerra aberta, e incitando-se mutuamente para novas criações, sempre mais robustas, para perpetuar nelas o conflito desse antagonismo que seu designativo “arte”, comum a ambos, somente encobre; até que, finalmente, por um milagre metafísico da “vontade” helênica, aparecem acoplados e, nesse acoplamento, geram então a obra ao mesmo tempo dionisíaca e apolínea da tragédia ática. (NIETZSCHE, 2011, p. 27).

A desunião desses elementos gera desequilíbrio, decadência da arte autêntica e pura. A visão apolínea dos sonhos ocorre como uma espécie de revelação de vontades naturais que não podem ser controladas ou seja, em todo ser humano é gerada a plenitude absoluta criadora, a verdade é sensível, ocorre sem que se dite regras, existe por decidir existir, por esse motivo Nietzsche (2011) cita que nesse estado o homem é um artista completo, por simplesmente deixar que a dualidade dionisíaca da realidade absoluta se envolva com o apolíneo que caracteriza o sonho, ao contemplar informações do

subconsciente. Nietzsche escreve: "Pois bem, o homem dotado de uma sensibilidade artística se comporta com relação à realidade do sonho da mesma maneira que o filósofo diante da realidade da existência (NIETZSCHE, 2011, p. 29).

A corrosão da racionalidade, atrela-se ao sofrimento humano e o coloca em contrapartida com a alegria de poder contemplar a realidade da natureza sólida e indestrutível, revelada através da vida como obra de arte o apolíneo e dionisíaco como potências artísticas que para Nietzsche "[...] emergem do seio da própria natureza, sem a intermediação do artista humano [...]" (NIETZSCHE, 2011, p. 33). O artista humano é falho e cede a seus pensamentos e vontades próprias e induzidas pelo seu meio, logo é arriscado acreditar em suas vontades que em vista podem trair-lhe inesperadamente, essa arte desprovida de valor também coloca-se desprovida de vontades humanas em geral, logo torna o artista uma aprendiz e um tradutor de vontades naturais de sua existência, quando compreende que a própria vida decidiu existir compreende o vir a ser na arte, o transcender da natureza humana, a realidade da existência, a beleza da arte autêntica, a tragédia da vida:

Deve-se notar aqui que essa harmonia, tão apaixonadamente admirada pela humanidade moderna, essa unidade do homem com a natureza, à qual Schiller aplicou a palavra "ingênuo", não é de forma alguma um fenômeno tão simples, tão evidente em si mesmo e ao mesmo tempo tão inevitável que *devamos fatalmente* encontrá-lo no limiar de toda civilização, como um paraíso da humanidade." (NIETZSCHE, 2011, p. 40, grifo do autor)

A compreensão de uma arte autêntica dá-se pela objetividade de criá-la, abonar uma arte livre, simples e verdadeira isenta de sua opinião pessoal, uma arte auto criadora, tal arte não sofre opinião, ela é deixada existir pela simples razão de fazer parte da vida, de representar tal, o ser humano, o artista torna-se receptor de tal evento, instrumento de si mesmo, na criação, entretanto exige-se que o ser demonstre sua vida, seu sofrimento, sua alegria, sua opinião sobre o mundo, debatendo as influências da sociedade, o artista subjetivo não diferencia sua vontade dá vontade de um todo, logo sua arte torna-se algo comum, embora seja diferente de tudo que se viu, a algo familiar algo que não difere-a do outro, deixando-a em um vácuo, que reproduz não cria.

A objetividade pura, cria-se um ser inconformado com o presunçoso com o artificial coloca-se diante do mundo de uma maneira diferente, não acredita fielmente em toda "verdade" modifica seu mundo e adiciona em sua vida o posicionamento cético, a procura de aprendizado e evolução, Nietzsche cita que "[...] a estética porquanto o sujeito, o

indivíduo que quer e que persegue seus desígnios egoístas não pode ser concedidos se não como adversário e não como origem da arte” (NIETZSCHE, 2011, p. 51). A arte não concentra-se no individual, ela alcança ao todo a vontade do artista sujeito, não está ligada a criação, mas sim a representação de si mesmo, torna-se então adversário da arte. A arte precisa de mentes abertas e mãos firmes, a arte percorre espaços que o ser humano não pode deteriorar.

Compreende-se que arte não é apenas o superficial, não é apenas uma demonstração aparente da vida, mas a intimidade do ser em relação a representação da arte como a saída para a corrosão da racionalidade, da subjetividade, da moral, da cegueira da vida moderna, com a arte o ser humano consegue enxergar além de si, da sociedade, o ser começa a compreender a existência como tarefa, como compromisso de pertencer e atuar na sociedade, de demonstrar a real utilidade da vida e dos desejos mais íntimos, do erro e do acerto como trajetos ao auge da concepção artística de viver.

2.3 A Estética em Nietzsche: as Possibilidades da Arte Autêntica no Humano Demasiado Humano

Quando a energia produtiva foi representada durante um certo tempo e impedida de fluir por algum obstáculo, “[...] ocorre enfim uma súbita efusão, como se houvesse uma inspiração imediata sem trabalho interior procedente, ou seja, um milagre.” (NIETZSCHE, 2013, p. 111) Quando pensa-se a arte como algo distante e incompreensível, ou ao contrário algo fácil de mais, na realidade a arte não necessita ser compreendida, precisa compreender que através da reprodução da arte acrescentamos o mundo, quando a arte não tem uma visão além da aparência de si, ela acaba por fugir de seu dever, e passa a tornar-se artefato.

A evolução artística não está na aparência da arte, mas na evolução do artista e do espectador diante da obra artística, o desejo da arte não é popularizar-se como obra “bela” mas modificar o pensamento e aprimorar a sensibilidade humana de criação. Uma arte purificada, peneirada adiciona e elimina conceitos de sua existência, molda o ser humano a sua maneira, para então existir, o bom artista deve estar atento para os caminhos além da arte, ter uma visão que não se prenda a nada, inclusive a reprodução artística, deve-se deixar fluir e transcende ações que resta-nos é apenas é a evolução, e talvez a eternidade, a continuidade da obra viva, a modificação do pensamento humano, a criação da vida como devir:

É verdade que, existindo certos pressupostos metafísicos, a arte tem valor muito maior, por exemplo, quando vigora a crença de que o caráter é imutável e de que a essência do mundo se exprime continuamente em todos os caracteres e ações: a obra do artista se torna então a imagem do que *subsiste eternamente*, enquanto em nossa concepção o artista pode conferir validade à sua imagem somente por um período, porque o ser humano, como um todo, mudou e é mutável, e tampouco o indivíduo é algo fixo e constante. (NIETZSCHE, 2013, p. 141)

O contemplar da arte é algo imortal, quando a própria existência é uma obra de arte, a vida em si, viver contemplar a natureza, conhecer tal como realmente é O homem científico, o homem subjetivo, necessita da arte para fugir da falsa realidade da vida, necessita criar, pensar, crescer, necessita amenizar a dor e por vez extingui-la, necessita compreender o valor da arte e principalmente do ser humano como escolhido para expressar potências que agem sobre tal: “Assim como na velhice recordamos a juventude e celebramos festas comemorativas, também a humanidade logo se relacionam com a arte como uma lembrança comovente das alegrias da juventude.

3. Metodologia

A metodologia em que se pauta este estudo primeiramente consistiu em pesquisa bibliográfica. Este tipo de pesquisa consiste em explorar o contexto e o pensamento reflexivo sobre a estética a partir da leitura de livros, artigos da internet, artigos de periódicos, entre outros. No desenvolvimento teórico proposto, optou-se pela leitura das obras de Nietzsche (2007, 2010a, 2010b, 2011, 2013).

A partir dos estudos teóricos, a pesquisa também desenvolveu-se em campo, com o objetivo de transmitir o pensamento nietzschiano sobre arte genuína desprovida de valores morais, como saída para corrosão da racionalidade moderna, por meio de uma concepção própria de uma obra de arte feita através de tal estudo. Foi realizada uma exposição que ocorreu em sala de aula, por meio da qual a pesquisadora teve a oportunidade de expor para os colegas de classe o sentimento de pintar conceitos artísticos segundo Nietzsche. Por meio de tal evento buscou-se estimular o pensamento crítico e cético quanto às verdades impostas nos dias atuais, interpretando a vida como obra de arte, de modo a trazer para perto dos envolvidos a pesquisa nietzschiana sobre a arte e, principalmente, sobre a vida como devir.

4. Resultados

A atividades de campo contaram como uma concepção pensada justamente em proporcionar um canal para que o espectador compreenda a visão nietzschiana sobre o

pensamento anti predestinado, sobre a revisão a vontade de criação. O trabalho de campo foi desenvolvido numa exposição criada pelo professor regente da Exposição do Sarau de Obras do Curso de Artes, ocorrendo na sala de aula da turma do terceiro ano do Curso de Artes, no Centro Universitário Univel. A oportunidade deu-se através da apresentação física do resultado da escrita em arte, nesse tempo de pesquisa, sobre o pensamento niilista e concepção de tragédia. A obra exposta foi desenvolvida pela pesquisadora, que adicionou o exercício de concepção atemporal de um mundo onde a criação representa além da obra concreta e objetiva, foi moldando as visões sobre a moral, a verdade e a tragédia da vida, arte em papel de potência, forte o suficiente para, transformar-se em vida. Com amparo em Nietzsche (2011), podemos dizer que:

Não são somente as imagens agradáveis e alegres que experimenta em si com essa absoluta lucidez, mas também o severo, o sombrio, o triste, o sinistro, os obstáculos repentinos, as brincadeiras do acaso, as esperas angustiantes, numa palavra, toda a *divina comédia* da vida, com seu *inferno*, [...] O sonho apolíneo necessita da realidade dionisíaca terrível para moldar a arte de experimentar a sensibilidade da vida, e contemplá-la através da arte, em uma conexão recíproca de fenômenos abstratos e figurativos. Claramente que nosso ser mais íntimo, o substrato comum de todos nós, experimenta o sonho com um prazer profundo e com uma alegre necessidade. (NIETZSCHE, 2011, p. 29).

Foi necessário encaixar a teoria com a prática, entretanto Nietzsche trata de teoria, então foi preciso compreender completamente sua representação de arte como algo orgânico e não estrutural, além da obra exposta fluir livremente, atrelando pesquisa e prática de modo confortável para demonstrar na obra as concepções de vida como obra de arte. Intervenções têm necessidade de acontecer, e é necessário treinar mentes ativas para que a arte possa existir primeiramente dentro de ser, para depois aflorá-la externamente, ou seja, tal obra significa “reciprocidade artística”.

[...] a estética moderna não poderia realmente acrescentar a esse quadro senão essa reflexão: que é ao artista “objeto” se contrapõem aqui o primeiro artista “subjetivo”. Essa interpretação tem para nós pouca utilidade porque o artista subjetivo é pra nós somente um mal artista é porque exigimos, em toda manifestação artística e em todos os graus de arte, antes de tudo e em primeiro lugar a vitória sobre o subjetivo a independência relativamente ao, “eu”, abolição de toda vontade e de todo desejo individual; porque, sem objetividade sem contemplação pura e desinteressada não podemos mesmo jamais acreditar na menor produção realmente artística (NIETZSCHE, 2011, p. 48).

A arte como hospedeira de seres ativos, anseia a existência através não somente da prática artística material, mas da existência como canal criador, crítico e analítico, logo a concepção inicial moldou-se de uma forma a compreender a pesquisa não somente

teórica mas da pesquisadora como um livro aberto uma tábua rasa, sendo especificamente esse o desejo em transmitir o resultado da pesquisa, o despertar que através deste trabalho criou-se, tanto no autor quanto na arte que viria depois. Sobre Nietzsche (2011), de uma forma artística e contínua, surge a então coragem e disposição de aprender em um momento oportuno de uma exposição.

Pretendeu modificar o pensamento subjetivo, através de tal personificação, a arte tornou-se algo próximo e natural, viva se igualando ao ser humano, podendo ele contemplá-la como tal, o significado também deu voltas sobre a própria vontade da arte de existir, a arte tem vontade própria, assim como a arte genuína quer demonstrar suas potências através da vida humana e também criar vida. Nas palavras de Nietzsche (2011):

Um flutuar luminoso na mais pura beatitude e na contemplação sem dor, que irradia dos olhos totalmente abertos. Temos aqui, altamente simbolizados pela arte, o mundo da beleza apolíneo e o abismo que encobre, a espantosa sabedoria do Sileno, e compreendemos por intuição sua necessidade recíproca. (NIETZSCHE, 2011, p. 44).

A arte e a vida como devir, os resultados são para além da curiosidade dos indivíduos em pesquisar mais sobre tal tema. Mas sobre viver o tema em um experimento artístico individual e único. Por isso, consideramos alcançada a prática da pesquisa e o resultado principal voltou-se a compreender a arte que habita no ser humano, e fluir através dela, sua pura e genuína voz sem interferências morais predestinadas para assim em verdade criar.

5. Considerações Finais

A análise bibliográfica da teoria Nietzscheana sobre a estética e a arte, caracterizou-se como um ato revolucionário diante da racionalidade, com intuito a desmistificar ídolos criados durante o percurso da humanidade, que representam na vida do ser humano, uma espécie de esperança, e uma falsa força sobrenatural que está ligada ao suportar a existência, e a tragédia cotidiana, sobre a cegueira da vida como devir, transmutando-a a uma folha em branco que deve ser escrita tão somente pela concepção receptiva de novas formas de coexistir.

Compreendeu que o indivíduo com seu caráter singular, deixa de lado a realidade humana criando pré conceitos. O pensamento sobre a filosofia de Nietzsche formula a concepção da importância de experimentar a existência como uma força criadora própria, sem regras impostas que desbastam diariamente a sensibilidade natural, ocasionando

degradação autoavaliativa. A concepção de um futuro onde a arte não esteja difusa a vida, onde o ser assim como os povos Helênicos não saibam diferenciar a obra concreta, da obra de viver sendo arte. Não se trata apenas dos efeitos da arte, mas do que a mesma pode trazer ao ser humano, em função de representar os efeitos da vida através do ser arte, por meio da arte, não somente como algo a ser admirado, exposto, deixando de lado. Toda regra que teoriza o bom e o ruim, desmistificando, tornando a vida como algo a ser descoberto.

A pesquisa está justamente para questionar a compreensão dos dias atuais em análise sobre a facilidade de informações que as redes de comunicação contêm, com intuito de que o homem de hoje aprenda a manifestar-se e não simplesmente aceitar o que lhe é dado sem questionamento, em posição ativa e crítica, onde além da intenção científica, torne-se um ser humano capaz de compreender-se, e criar suas próprias vontades em inventividade.

O pensamento livre sobre adoção dos instintos, a pesquisa do mundo em formação de autonomia do ciclo do nascimento e da morte, antes de Cristo, antes de Sócrates, acolher a existência crua e selvagem, embora as linhas de vida e pensamento tenham evoluído, juntamente com a tecnologia, em comunhão com a observação desenvolver-se para um indivíduo que desperte, e busque curiosidade de criação, de mudança, de posicionamento diante do mundo. A arte trabalha como efeito reflexão, concepção com objetivo de modificar.

O presente trabalho teve como problema a seguinte questão: “Existem possibilidades de uma arte autêntica diante da corrosão da racionalidade moderna, apontado por Friedrich Nietzsche? A resposta obtida é que existem possibilidades sim, diante do despertar em posicionar-se diante da vida através da concepção crítica. Desse modo pode-se corroer de fato os efeitos da racionalidade moderna, ao perceber a existência de um modo mais sensível e curioso, ao contemplar a dor e o prazer de viver assim como em obras de arte.

REFERÊNCIAS

- ARALDI, Clademir Luís. A criação do gênio – Ambivalências da “metafísica da arte” Nietzscheana. **Kriterion**, Belo Horizonte, n.119, jun. 2009, p. 115-124.
- NIETZSCHE, Friedrich. **Humano demasiado humano**. São Paulo: Schwarcz S.A, 2013. 314p.
- NIETZSCHE, Friedrich. **O nascimento da tragédia**. São Paulo: Escala, 2011. 172p.

NIETZSCHE, Friedrich. **Vontade de potência:** parte I. São Paulo: Escala, 2010a. 499 p.

NIETZSCHE, Friedrich. **Vontade de potência:** parte II. São Paulo: Escala, 2010b. 524 p.

NIETZSCHE, Friedrich. **A genealogia da moral.** São Paulo: Escala, 2007.154 p.

Artigo de

BIOMEDICINA



PAPEL DA GENÉTICA NO DESENVOLVIMENTO DO ALZHEIMER

Caroline Stéfani Plank¹
Jean Franciesco Vettorazzi²

Resumo: O Alzheimer é uma doença neurodegenerativa associada à idade na qual ocorre declínio cognitivo, afetando milhões de pessoas em todo mundo. Esta doença caracteriza-se pela forma mais comum de demência observada na população, e tem como sintomas iniciais a perda progressiva da memória recente, evoluindo para alterações mais graves de memória e cognição. O Alzheimer tem como fatores de risco a idade, predisposição genética e estilo de vida; além disso, tem como característica a presença de emaranhados neurofibrilares e placas amiloides no sistema nervoso, efeito que leva a prejuízos no funcionamento sináptico, havendo, portanto, um comprometimento na cognição do indivíduo. Esta é uma patologia complexa, que envolve fatores genéticos e ambientais, podendo ser classificada como doença de Alzheimer de início precoce ou tardio, dependendo do início das manifestações clínicas. O presente estudo tem como objetivo investigar os aspectos genéticos e ambientais envolvidos com o surgimento e avanço desta patologia. Neste sentido, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, utilizando artigos sobre a doença de Alzheimer nas bases de dados Scielo e Pubmed. Esta pesquisa destaca principalmente a participação de fatores genéticos no desenvolvimento do Alzheimer associada a fatores ambientais, apontando possíveis alvos terapêuticos no tratamento desta enfermidade.

Palavras-chave: Alzheimer. Genes. Ambiente.

1- Introdução

A doença de Alzheimer afeta as funções cognitivas e neuropsiquiátricas, sendo comum principalmente em idosos. Atualmente, 10% dos indivíduos com idade superior a 65 anos e 40% dos indivíduos com idade superior aos 80 são acometidos por esta enfermidade. Caracterizada inicialmente por perda progressiva de memória, o Alzheimer evolui para outras alterações como problemas de linguagem, distúrbios comportamentais, depressão e alucinação. Frente a isso, torna-se necessário a busca por métodos de prevenção e tratamento desta doença (Sereniki, A.; et al., 2008).

No Alzheimer, a perda neuronal e prejuízos sinápticos, decorrente principalmente do acúmulo de placas insolúveis de β amiloide (β A) no hipocampo e córtex frontal, gera prejuízos que afetam diretamente a memória. Esta doença caracteriza-se também por alterações na proteína TAU, a qual exerce uma função primordial em estabilizar os microtúbulos neuronais. No Alzheimer, a hiperfosforilação de TAU resulta na formação de tranças neurofibrilares intracelulares, desestabilizando os microtúbulos e comprometendo

¹Acadêmico do Curso de Biomedicina da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL.

²Orientador: Professor Doutor Jean Franciesco Vettorazzi dos Cursos de Biomedicina/Fisioterapia da Univel – Centro Universitário UNIVEL.

o transporte de vesículas do núcleo para o terminal sináptico, prejudicando a liberação de neurotransmissores (Nordberg, A.; et al., 2015).

O principal grupo de risco para o Alzheimer são os idosos, sendo o hipocampo afetado nestas condições (Kuga, G. K.; et al., 2018, p. 66-71). As mudanças decorrentes do envelhecimento estão ligadas a mecanismos inflamatórios, que consistem em níveis aumentados de proteínas inflamatórias, como a interleucina-1 β (IL-1 β) e do fator de necrose tumoral alfa (TNF- α) (Franceschi, C.; et al, 2000, p. 879- 896; Giunta, B.; et al, 2008) e resulta em ativação das vias da unfolded protein response (UPR), que resulta na ativação de vias apoptóticas, característico da doença.

Os fatores genéticos ganharam destaque atualmente na gênese do Alzheimer, sendo fundamentais na determinação do desenvolvimento da doença. O estudo do genoma humano e suas variações mostraram associações importantes entre polimorfismos de nucleotídeos únicos em genes relacionados à inflamação, aumentando a predisposição à doença. O Gene DLgap2 tem sido associado ao declínio cognitivo, sendo um possível mediador da doença (Ouellette, A. R.; et al., 2020). O gene TREM2 R47H, através de estudos com camundongos, também se mostrou um importante mediador da doença (Cheng-Hathaway, P. J.; et al., 2018, p. 8- 10). No presente artigo, buscamos destacar os principais avanços no entendimento do Alzheimer, com foco na genética envolvida com o desenvolvimento da doença.

2- Desenvolvimento

2.1- Fatores genéticos no desenvolvimento do Alzheimer

Diversas hipóteses têm surgido na literatura a respeito da gênese do Alzheimer, focando principalmente em bases moleculares e fatores ambientais. A hipótese colinérgica descreve o papel do neurotransmissor acetilcolina no processo de memória e aprendizado, destacando prejuízos na sua produção e o desenvolvimento da doença (Bartus, R. T.; 1982, p. 408-414). Outra hipótese sugerida está relacionada a alterações nas vias do neurotransmissor glutamato, o principal neurotransmissor do sistema nervoso, levando a um acúmulo de cálcio nos neurônios com consequente morte celular (Danysz, W.; et al., 2000,p. 85–97). Ainda, a hipótese amilóide destaca a participação dos agregados anormais de neurofibrilas em neurônios e agregado do peptídeo amilóide AB extracelular (Falco, A.; et al., 2016,p. 64). Aqui destacaremos a parte genética por traz do

desenvolvimento da doença, destacando novas hipóteses que buscam entender a gênese da doença.

2.2-O gene Dlgap2 e o declínio cognitivo

Um estudo realizado pelo *Rush University Medical Center* e colaboradores utilizou um mapeamento genético para a identificação de fatores genéticos envolvidos com a memória e o Alzheimer. Um dos genes candidatos para o estudo foi o Dlgap 2, já identificado como modulador de memória em camundongos idosos. No braço curto do cromossomo 8, localização do gene Dlgap 2 em humanos, foram observadas variantes do gene indicando possíveis mediadores associados ao Alzheimer (Ouellette, A. R.; et al., 2020).

Dentro destas variações, foram avaliados polimorfismos de apenas um nucleotídeo, do inglês *single nucleotide polymorphism* (SPN) na região DLGAP 2 os quais podem contribuir para a doença de Alzheimer. Este estudo demonstrou que indivíduos de ascendência europeia apresentam um locus gênico abaixo de gene Dlgap2 que está associado ao Alzheimer, enquanto que indivíduos afro-americanos, o locus associado à doença é dentro do gene Dlgap2 (Jansen, I. E.; et al., 2019, p. 404–413). Em outro estudo de associação genômica ampla, do inglês *genome-wide association study* (GWAS), verificou-se que um polimorfismo de nucleotídeo único dentro do primeiro íntron do gene do DLPGA 2 foi associado à pior cognição residual (White, C.C.; et al., 2017).

Os processos epigenéticos também modulam este gene. Foi verificada uma relação entre a metilação desta região e a cognição pelo fato da metilação influenciar a expressão de Dlgap 2 em camundongos (Chertkow-Deutscher, Y.; et al., 2010, p. 347–359). Em pesquisa realizada por *Religious Orders Study and the Rush Memory and Aging Project* (ROS/MAP) foi determinado, por fim, que o DLGAP 2 realmente está relacionado com demência em humanos. Níveis mais baixos do RNA mensageiro para o DLGAP 2 em tecidos cerebrais humanos post-mortem foram associados ao pior desempenho cognitivo, assim como pacientes com leve comprometimento cognitivo e com doença de Alzheimer expressavam níveis mais baixos dos genes em comparação aos pacientes sem alterações neurológicas. Há conseqüentemente a hipótese de que os genes Dlgap 2 atuam como mediadores de queda cognitiva e demência por meio da interferência nos fenótipos, sendo que a ausência deste gene resulta em déficit de comunicação sináptica e prejuízo na aprendizagem (Ouellette, A. R.; et al., 2020).

2.3- O gene TREM2 R47H e sua influência para o Alzheimer

Um estudo utilizando um modelo da doença de Alzheimer em camundongos investigou a influência existente entre o gene TREM2 e o desenvolvimento do Alzheimer. Para avaliar se a variante R47H do gene Trem2 afeta na expressão do TREM 2 e sua função de células mielóides, foi induzido um polimorfismo de nucleotídeo único (SNP) para codificar o gene variante do Trem 2 em camundongos por meio da ferramenta CRISPR/Cas9 (Cheng-Hathaway, P. J.; et al., 2018, p. 1, 2).

O gene em questão é um gene variante do *Triggering Receptor Expressed on Myeloid cells 2* (Trem 2) relacionado com as células mielóides e sua proliferação. Foi descoberto que este gene variante, R47H, inibe a atividade do Trem2, aumentando, portanto, o risco para o desenvolvimento da doença de Alzheimer e de outras doenças neurodegenerativas, tais como o esclerose lateral amiotrófica e a doença de Parkinson (Jay, T. R.; et al., 2017).

O mecanismo genético, neste caso envolvido para a ocorrência do Alzheimer é que o TREM2 R47H está relacionado à menor proliferação e resposta celular por parte das células mielóides, que por sua vez, atuam contra a formação de placas de proteínas amilóides, sendo esse depósito de proteínas associado ao avanço de doenças neurodegenerativas. As placas de beta amiloides (A β) causam neuroinflamação e está intrinsecamente ligada à neurite distrófica. Por ocorrer uma inibição do gene Trem2 por parte de seu variante, a agregação de células mielóides, assim como a resposta das mesmas é reduzida, tornando maior o acúmulo de A β e consequentemente de placas associadas à neurite distrófica. (Cheng-Hathaway, P. J.; et al., 2018, p. 2).

2.4- Polimorfismo no gene codificante da apolipoproteína E (APOE) e sua relação com a doença de Alzheimer

A ApoE é uma proteína plasmática envolvida no transporte e redistribuição do colesterol no organismo. Por conta da atuação desta proteína na redistribuição lipídica, ela faz o reparo de neurônios que passaram por danos. Caso ocorra prejuízo aos axônios, essas proteínas são responsáveis pela remielinização, recuperando as conexões sináptico- dendríticas (Lucatelli, J. F.; et al., 2009, p 27). O gene APOE localiza-se no cromossomo 19, tendo sido encontradas no mínimo três variações principais, sendo este gene considerado como fator de risco relevante para a doença de Alzheimer de início tardio. Os principais polimorfismos identificados do APOE são chamados de alelos “E2”, “E3” e “E4” (Rihn, B. H.; et al., 2009), (Green, R. C.; et al., 2009, p. 245-254).

Em um estudo, observou-se que pacientes com a doença de Alzheimer apresentam freqüências mais altas do alelo E4. O mecanismo patogênico envolvido neste alelo pode estar relacionado à mudança na estrutura de domínios da proteína APOE, modificando também sua estrutura protéica, resultando na morte neuronal e neurodegeneração (Mahley, R. W.; et al, 2009), (Mahley, R. W.; et al, 2006), (Mahley, R. W.; et al, 2006', p. 5644-5651), (Mahley, R. W.; et al, 2000). O alelo E2, por outro lado, foi encontrado com freqüência significativamente menor em indivíduos com a doença, sendo sugerido, portanto, que este alelo tem papel na manutenção e reparo neuronal, atuando desta forma como protetor contra o Alzheimer. Em estudo realizado na Coréia, resultados encontrados para a freqüência de E4 na população foram semelhantes à pesquisa anteriormente citada, porém, não foi apontada diferença na freqüência do alelo E2 em pacientes saudáveis e pacientes com Alzheimer, discordando assim dos resultados anteriores (KIM, W. K.; et al., 1999, p. 145- 148).

Ainda, foi observado que a clusterina (CLU), uma apolipoproteína relacionada à inflamação, pode ser protetora contra o estresse oxidativo, dano celular e apoptose, sendo encontrada na regulação cerebral de pacientes com Alzheimer. Pesquisas em modelos animais sugerem que existe uma relação entre mutações no alelo E4 e na CLU (Bagyinszky, E.; et al., 2014, p. 537).

2.5- O papel da proteína precursora de amilóide (APP) no processo patológico

A APP é uma proteína que após sua síntese é clivada e dá origem à proteína β -amilóide. Esta, por sua vez, pode agregar-se na parte extracelular dos neurônios, formando placas. Mutações e polimorfismos no gene APP codificante são associados ao Alzheimer precoce (Lucatelli, J. F.; et al., 2009, p. 27). Este gene está localizado no cromossomo 21, desta forma, pacientes com síndrome de Down podem desenvolver o Alzheimer mais cedo do que pacientes sem síndrome, pois a triplicação deste cromossomo resulta na triplicação do gene, aumentando a expressão gênica do APP e o acúmulo de β -amilóides. Com isso, sugere-se que a expressão muito elevada do gene está relacionada à doença de Alzheimer. Pesquisas sugerem ainda que as enzimas alfa, beta e gama secretase estão envolvidas no surgimento da doença de Alzheimer por meio da alteração na proteólise da APP em β -amilóide. O mecanismo envolvido é que mutações perto dos sítios de clivagem destas enzimas, resulta na resistência proteolítica dos amilóides. (Bagyinszky, E.; et al., 2014, p. 536).

2.6- Outros mediadores genéticos importantes para a ocorrência do Alzheimer

As presenilinas, proteínas cuja função ainda não é totalmente conhecida, são proteínas transmembrana relacionadas ao Alzheimer. O PSEN 1 é o gene codificante da presenilina 1, localizado no cromossomo 14, e o PSEN 2 da presenilina 2, localizado no cromossomo 2. A presenilina 1 tem ligação com processos inflamatórios, decorrentes das placas de amilóides, e interferência em processos apoptóticos; já as mutações na presenilina 2 tem a capacidade de acelerar a evolução da neurodegeneração (Perez-Tur, J., 2000), (Ghidoni, R.; et al., 2007, p. 350- 353).

De modo geral, mutações nesses genes estão associadas à ocorrência da doença de Alzheimer de início precoce devido ao aumento na produção de A β , resultante de alterações na clivagem da APP (Lucatelli, J. F.; et al., 2009, p. 27), sendo a maioria das mutações no gene PSEN 1 identificados como fatores de risco para o Alzheimer. Pacientes com mutações no PSEN 1 podem desenvolver os sintomas entre os 40 e 50 anos de idade, sendo observado em alguns casos a ocorrência das primeiras manifestações entre o final dos 30 anos e o início dos 60. Pacientes com mutações no PSEN 2, por sua vez, podem oscilar muito para o início da sintomatologia, variando entre 40 e 75 anos de idade (Bagyinszky, E.; et al., 2014, p. 536).

MAPT é o gene codificante da proteína TAU, relacionado à formação de fusos neurofibrilares e morte neuronal em casos de hiperfosforilação, que por não ser capaz de polimerizar a tubulina, causa ruptura celular. Mutações nesse gene estão envolvidas com a doença de Alzheimer de início precoce e outras demências (Lucatelli, J. F.; et al., 2009, p. 28).

BIN 1 (*Brigding Integrator 1*) é um gene supressor de tumor, localizado no cromossomo 2 e está relacionado com o tráfego de proteínas pelas vesículas. Experimentos em *Caenorhabditis elegans* sugerem que a proteína BIN 1 pode estar associada com o tráfego de APP, ApoE e A β , pelo fato da BIN 1 ter associação à estas proteínas. Frente a essa relação, este gene pode representar um risco para a doença de Alzheimer de início tardio (Hu, X.; et al, 2011).

GAB 2 é uma proteína relacionada ao crescimento celular, diferenciação, sobrevivência e apoptose. O gene codificante desta proteína pode estar relacionado à supressão da fosforilação da proteína TAU e foi encontrado no cromossomo 11. Foram detectados neste gene seis polimorfismos de nucleotídeo único, podendo estas alterações ter associação à doença de Alzheimer de início tardio. Ainda, estudos demonstram a

relação entre GAB 2 e o alelo APOE E4, citado anteriormente (Bagyinszky, E.; et al., 2014, p. 542).

2.7- O ambiente e a doença de Alzheimer

Em estudo realizado com camundongos, foi demonstrado que um ambiente enriquecido evita o comprometimento de memória e aprendizagem em modelos de Alzheimer, aumentando a densidade sináptica e reduzindo a inflamação em astrócitos. Contudo, não houve alteração na área de A β e no número de neurônios. Camundongos com Alzheimer em ambiente enriquecido tiveram expressão regulada positivamente para o micro-RNA-146a e negativamente para a proteína fator nuclear kappa B (NF- κ B), que está relacionada com fatores de transcrição e resposta celular frente a estímulos estressores. Foi descoberto ainda que os micro-RNA citados melhoraram o estado inflamatório dos astrócitos (Nakano, M.; et al., 2020).

Sabe-se que dietas com alto teor de açúcar e gordura contribuem para o surgimento da doença de Alzheimer. Com o objetivo de observar o impacto de uma dieta rica em sacarose sobre esta doença, foi feito um estudo com camundongos, onde foram comparados parâmetros cognitivos e fatores relacionados ao hipotálamo, como a regulação glicêmica e comportamento alimentar. Resultados sugerem que dieta com alto teor de açúcar interfere em fatores genéticos, aumentando os níveis de proteínas relacionadas à inflamação (Hsienyeh, S. H.; et al., 2020, p. 60- 74).

Além disso, outros aspectos estão relacionados ao desenvolvimento da doença, como a idade avançada, histórico familiar, obesidade, diabetes, hipercolesterolemia, hipertensão na meia idade e traumatismo craniano (Bendlin, B. B.; et al., 2010, p. 131-137).

Alimentos como vegetais, grãos e frutas vermelhas fornecem nutrientes importantes para o cérebro. Em estudo realizado pelo *Chicago Health and Aging Project* e *Nurses' Health Study*, a alta ingestão de vegetais foi associada à redução de declínio cognitivo. Ademais, frutas e legumes não apenas estão associados ao menor risco para a doença de Alzheimer, como também são livres de gordura saturada e trans, apresentando menor risco, portanto, para doenças cardiovasculares, diabetes e problemas de peso, que interferem na função cérebro. Evidências de estudos sugerem que a combinação de uma dieta saudável e a prática de exercício físico regularmente pode reduzir o risco do desenvolvimento da doença de Alzheimer (Barnard, N. D.; et al., 2014, p. 574-578).

3- Considerações finais

Diante das informações apontadas, entende-se que o Alzheimer é uma doença complexa, relacionada com o envelhecimento, estilo de vida e estado de saúde, assim como alterações em genes específicos e proteínas por eles codificadas. Os genes acima citados apresentam uma interferência importante no desenvolvimento do Alzheimer e suas consequências, e as variações genéticas destacadas estão diretamente relacionadas ao desenvolvimento da doença. A partir dos temas explorados neste artigo, há como propósito um maior conhecimento dos fatores envolvidos com o surgimento e progresso desta patologia, para que desta maneira, venham a ser descobertas e desenvolvidas novas abordagens terapêuticas.

REFERÊNCIAS

BARNARD, N. D.; BUSH, A. I.; CACCARELLI, A.; COOPER, J.; JAGER, C. A.; ERICKSON, K. I.; FRASER, G.; KESLER, S.; LEVIN, S. M.; LUCEY, B.; MORRIS, M. C.; SQUITTI, R. **Dietary and lifestyle guideline for the prevention of Alzheimer's disease.** Neurobiology of Aging. 2014.

BARTUS, R. T.; DEAN, R. L.; BEER, B.; LIPPA, A. S. **The cholinergic hypothesis of geriatric memory dysfunction .** Science1982.

BENDLIN, B. B.; CARLSSON, C. M.; GLEASON, C. E.; JOHNSON, S. C.; SODHI, A.; GALLAGHER, C. L.; PUGLIELLI, L.; ENGELMAN, C. D.; RIES, M. L.; XU, G.; WHARTON, W.; ASTHANA, S. **Midlife predictors of Alzheimer disease.** Maturitas. 2010.

CHENG-HATHAWAY, P. J.; REED-GEAGHAN, E. G.; TAYLOR R. JAY, T. R.; CASALI, B. T.; BEMILLER, S. M.; PUNTAMBEKAR, S. S.; VON SAUCKEN, V. E.; WILLIAMS, R. Y.; KARLO, J. C.; MOUTINHO, M.; XU, G.; RANSOHOFF, R. M.; LAMB, B. T.; LANDRETH, G. E. **The Trem2 R47H variant confers loss-of function-like phenotypes in Alzheimer's disease.** Molecular Neurodegeneration. 2018.

CHERTKOW-DEUTSCHER, Y.; COHEN, H.; KLEIN, E.; BEN-SHACHAR, D. **DNA methylation in vulnerability to post-traumatic stress in rats: evidence for the role of the post-synaptic density protein Dlgap2.** Int. J. Neuropsychopharmacol. 2010.

DANYSZ, W.; PARSONS, C. G.; MOBIUS, H. J.; STOFFLER, A.; QUACK, G. **Neuroprotective and symptomatological action of memantine relevant for Alzheimer's disease--a unified glutamatergic hypothesis on the mechanism of action .** Neurotox. Res.2000.

EVA BAGYINSZKY; YOUNG CHUL YOUN; SEONG SOO A AN; SANGYUN KIM. **The genetics of Alzheimer's disease.** Clinical Interventions in Aging, 2014.

FALCO, A.; HAUSER-DAVIS, R.; CUKIERMAN, S.; REY, N. A. **A doença de Alzheimer: hipóteses etiológicas e perspectivas de tratamento.** São Paulo. 2016.

FRANCESCHI, C.; VALENSIN, S.; BONAFÈ, M.; PAOLISSO, G.; YASHIN, A. I.; MONTI, D.; DE BENEDICTIS, G. **The network and the remodeling theories of aging: historical background and new perspectives.** Exp Gerontol. 2000.

GHIDONI, R.; PATERLINI, A.; BENUSSI, L.; BINETTI, G. **Presenilin 2 is secreted in mouse primary neurons: a release enhanced by apoptosis.** Mech Ageing Dev. 2007.

GIUNTA, B.; FERNANDEZ, F.; NIKOLIC, W. V.; OBREGON, D.; RRAPO, E.; TOWN, T.; TAN, J. **Inflammaging as a prodrome to Alzheimer's disease.** J Neuroinflammation. 2000.

GREEN, R. C.; ROBERTS, J. S.; CUPPLES, L. A.; ET AL; REVEAL STUDY GROUP. **Disclosure of APOE genotype for risk of Alzheimer's disease.** N Engl J Med. 2009.

GUNTHER, E. C.; SMITH, L. M.; KOSTYLEV, M. A.; ..., NADERI, Z. K.; SUPATTAPONE, S.; STRITTMATTER, S. M. **Rescue of Transgenic Alzheimer's Pathophysiology by Polymeric Cellular Prion Protein Antagonists.** Cell Reports. 2019.

HSIENYEH, S. H.; SHIUNSHIE, F.; KANGLIU, H.; HSIANGYAO, H.; CHENKAO, P.; HENGLEE, Y.; MINCHEN, L.; MENGHSU, S.; JUNGCHAO, L.; WEIWU, K.; JISHIAO, Y.; JENTSAY, H. **A high-sucrose diet aggravates Alzheimer's disease pathology, attenuates hypothalamic leptin signaling, and impairs food-anticipatory activity in APP^{sw}/PS1^{dE9} mice.** Neurobiology of Aging. 2020.

HU, X.; PICKERING, E.; LIU, Y. C.; HALL, S.; FOURNIER, H.; KATZ, E.; DECHAIR, B.; JOHN, S.; EDEWEGH, P. V.; SOARES, H.; ALZHEIMER'S DISEASE NEUROIMAGING INITIATIVE. **Meta-analysis for genome-wide association study identifies multiple variants at the BIN1 locus associated with late-onset Alzheimer's disease.** PLoS One. 2011.

JANSEN, I. E.; SAVAGE, J. E.; WATANABE, K.; BRYOIS, J.; WILLIAMS, D. M.; STEINBERG, S.; SEALOCK, J.; KARLSSON, I. K.; HAN, S.; ATHANASIU, L.; et al. **Genomewide meta-analysis identifies new loci and functional pathways influencing Alzheimer's disease risk.** Nat. Genet. 2019.

JAY, T. R.; VON SAUCKEN, V. E.; LANDRETH, G. E. **TREM2 in neurodegenerative diseases.** Mol Neurodegener. 2017.

KIM, W. K.; JHOO, J. H.; LEE, K. U.; LEE, D. Y.; LEE, J. H.; YOUN, J. Y.; LEE, B. J.; HAN, H. **Association between apolipoprotein E polymorphism and Alzheimer's disease in Koreans.** Neuroscience Letters. 1999.

KUGA, G. K.; MUÑOZ, V. R.; GASPAR, R. C.; NAKANDAKARI, S. C. B. R.; DA SILVA, A. S. R.; BOTEZELLI, J. D.; LEME, J. A. C. A.; GOMES, R. J.; DE MOURA, L. P.; CINTRA D. E.; ROPELLE, E. R.; PAULI, J. R. **Impaired insulin signaling and spatial learning in middle-aged rats: The role of PTP1B.** Exp Gerontol. 2018.

LUCATELLI, J. F.; BARROS, A. C.; MALUF, S. W.; DE ANDRADE, F. M. **Influência genética sobre a doença de Alzheimer de início precoce.** Rev Psiquiatr. 2009.

MAHLEY, R. W.; HUANG, Y. **Alzheimer disease: multiple causes, multiple effects of apolipoprotein E4, and multiple therapeutic approaches.** Ann Neurol. 2009.

MAHLEY, R. W.; HUANG, Y. **Apolipoprotein (apo) E4 and Alzheimer's disease: unique conformational and biophysical properties of apoE4 can modulate neuropathology.** Acta Neurol Scand Suppl. 2006.

MAHLEY, R. W.; WEISGRABER, K. H.; HUANG, Y. **Apolipoprotein E4: a causative factor and therapeutic target in neuropathology, including Alzheimer's disease.** Proc Natl Acad Sci U S A. 2006.

MAHLEY, R. W.; RALL, S. C. Jr. **Apolipoprotein E: far more than a lipid transport protein.** Annu Rev Genomics Hum Genet. 2000.

NAKANO, M.; KUBOTA, K.; HASHIZUME, S.; CHIJENJI, T. S.; SAITO, Y.; FUJIMIYA, M. **An enriched environment prevents cognitive impairment in an Alzheimer's disease model by the secretion of exosomal microRNA-146a from the choroid plexus.** Brain, behavior & Immunity- Health. 2020.

NORDBERG, A. **Towards early diagnosis in Alzheimer disease.** Nat Rev Neurol. 2015.

OUELLETTE, A. R.; NEUNER, S. M.; DUMITRESCU, L.; ...; HADAD, N.; HOHMAN, T. J.; KACZOROWSKI, C. C. **Cross-Species Analyses Identify Dlgap2 as a Regulator of Age-Related Cognitive Decline and Alzheimer's Dementia.** Cell Reports. 2020.

PEREZ-TUR, J. **La genética y la enfermedad de Alzheimer.** Rev Neurol. 2000.

RIHN, B. H.; BERRAHMOUNE, S.; JOUMA, M.; CHAMAA, S.; MARCOCCI, L.; LE FAOU, A. **APOE genotyping: comparison of three methods.** Clin Exp Med. 2009.

SERENIKI, A.; VITAL, M. A. F. B. **A doença de Alzheimer: aspectos fisiopatológicos e farmacológicos.** Rio Grande do Sul. Rev. Psiquiatr. 2008.

WHITE, C.C.; YANG, H-S.; YU, L.; CHIBNIK, L. B.; DAWE, R. J.; YANG, J.; KLEIN, H-U.; FELSKY, D.; RAMOS- MIGUEL, A.; ARFANAKIS, K.; HONER, W. G.; SPERLING, R. A.; SCHNEIDER, J. A.; BANNETT, D. A.; JAGER, P. L. DE. **Identification of genes associated with dissociation of cognitive performance and neuropathological burden: Multistep analysis of genetic, epigenetic, and transcriptional data.** PLoS Med. 2017.



Artigos de
DIREITO

A CONCEITUAÇÃO DE TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE ATRAVÉS DE REVISÃO SISTEMÁTICA

Estela Maria Treméa¹

Resumo: O conceito de território vai muito além da concepção de espaço geográfico, pois se trata de um conjunto de aspectos e relações. A territorialidade trata da interação entre as relações sociais, o território e a natureza. O presente artigo tem por objetivo investigar e conceituar o uso dos termos território, territorialidade e desenvolvimento territorial. A metodologia de trabalho seguiu os preceitos do estudo exploratório, por meio de uma pesquisa bibliográfica de caráter analítico e na forma de revisão sistemática a respeito da contribuição daqueles termos nos referenciais teóricos. A coleta de dados foi realizada utilizando as bases de dados Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a partir das expressões: território, territorialidade, desenvolvimento e rural. Com recorte temporal de 2017 a 2019, sem considerar a evolução dos dados no tempo. Foram selecionados 14 artigos para a construção do estudo. O resultado possibilitou apresentar os conceitos desses três temas e suas correlações. O desenvolvimento territorial deve ser pensado a nível local, pois cada região apresenta suas particularidades, portanto para que os conhecimentos gerados possam ser efetivamente aplicados pelas pessoas, é preciso o desenvolvimento de pesquisas a nível local.

Palavras-Chave: Territorialidade. Desenvolvimento territorial. Desenvolvimento rural sustentável.

1. Introdução

Ao almejar-se o desenvolvimento rural sustentável é preciso compreender conceitos e aspectos do espaço onde se deseja estudar. Este espaço é um território, no qual existem relações de poder, redes de circulação e comunicação, relações socioculturais e o ambiente. Pois, torna-se incoerente pensar o território apenas uma área de terra, sem considerar todas as interações que existem sob ela, a qual depende dos atores presentes em cada região.

Portanto, é possível afirmar que cada território apresenta particularidades, e para que a geração de conhecimento seja útil e possa ser usada para a população desta região, a pesquisa deve ser direcionada para as especificidades de cada território. Não sendo possível pensar em uma fórmula de desenvolvimento territorial geral e única, mas sim direcionada e específica.

1 Aluna especial do Doutorado em Desenvolvimento Rural Sustentável da UNIOESTE/MCR, Escrivã de Polícia Civil do Paraná (CASCABEL), Mestre em Direito pela URI/Santo Ângelo/RS, Graduada em Direito pela UNIVEL. E-mail: estelatremea@gmail.com

Os diversos tipos de territorialidades consistem na interação social entre o homem e a natureza, a qual varia de acordo com o território ocupado. A partir disso, cria-se as identidades e patrimônios de cada território.

Assim sendo, para embasar o avanço de metodologias e experiências efetivas na contribuição do desenvolvimento territorial local é preciso ter clareza na concepção de conceitos e elementos importantes para a constituição de projetos e pesquisa nesta área. Portanto, o presente trabalho tem por objetivo apresentar uma discussão teórica dos conceitos de território, territorialidade e desenvolvimento territorial a partir das relações com o desenvolvimento rural sustentável.

2. Desenvolvimento

A ideia de território, existiu em um primeiro momento, como uma área de terra dominada, expressando uma doutrina política de soberania. Já no século XX, o conceito de território é incorporado à ciência geográfica, e então inicia-se discussões sob diferentes aspectos do conceito, são eles: o econômico; o geopolítico, ligado ao Estado e sua relação de soberania; o político e cultural; interpretações multidirecionais; e o ambiental e o desenvolvimento local. Em vista disso, pode-se dizer que o território se trata de um espaço de lutas políticas e mobilização em prol da autonomia (SAQUET, 2014).

De acordo com Saquet (2014), o território é, portanto, uma construção social e histórica que envolve necessariamente o poder, as contradições, as desigualdades, as redes de circulação e comunicação (transescalaridade), as demarcações, as identidades, as apropriações e dominações.

Evidentemente, existem outras concepções construídas por pesquisadores estrangeiros e brasileiros, revelando claramente que o território, historicamente, assume distintos significados, de acordo com cada abordagem construída metodológica e politicamente. Nos últimos 40 anos, houve o predomínio de concepções críticas e, bem recentemente, substantiva-se uma perspectiva vinculada à organização e luta política em favor da construção de uma sociedade mais justa e autônoma, tentando preservar a natureza e recuperar os ambientes degradados (SAQUET, 2014).

O conceito de território apresenta diferentes abordagens e que conduzem ao entendimento dos fenômenos de ordem social e espacial. Por isso, é salutar escolher a definição que mais se adéqua as particularidades da região a qual deseja-se estudar, para que a pesquisa consiga atingir os objetivos propostos e apresente uma metodologia

efetiva. Por exemplo, se o estudo for direcionado para o desenvolvimento territorial local, é preciso pensar na identidade da região (SAQUET; ALVES, 2014).

O território não é imutável, não é um espaço geográfico (área) ou um sujeito, pois é formado, material e imaterialmente, por sujeitos, grupos e classes sociais que estão em constante interação, conflitos e disputas em escalas espaciais diversas. As interações correspondem às territorialidades diacrônicas e sincrônicas, significam alteridade e exterioridade na vida em sociedade sem se descolar da natureza exterior (RAFFESTIN, 1977 e 1993 [1980] apud SAQUET; ALVEZ, 2014).

Na busca pela democratização e autonomia do desenvolvimento territorial, é preciso compreender a identidade de tal território, levando em consideração a influência de tal realidade sobre os conflitos sociais e organização política. Assim sendo, compreender e fortalecer as redes locais é fundamental.

Para Saquet (2011),

[...] as redes locais de sujeitos [...] são compreendidas como potencialidades para transformar democraticamente e melhorar o lugar-território de vida. A identidade unidade significa coesão, organização e mobilização política para o desenvolvimento.

Quando se pensa em desenvolvimento rural sustentável, deve-se estar atento a relação de território com seu aspecto de natureza. Isso remete ao fato de que o homem é natural e social, ou seja, a sociedade não pode ser pensada como algo a parte da natureza, pois o homem é natureza. Logo, existe uma interdependência real e ininterrupta entre homem-natureza e homem sociedade, exatamente por causa disso é preciso gerir e proteger de forma responsável e coerente com as limitações e potencialidades de cada área (SAQUET; ALVES, 2014).

A identidade é construída pelas múltiplas relações territorialidades que se estabelece cotidianamente e isso envolve, necessariamente, as obras materiais e imateriais que se produzem, como os templos, as canções, as crenças, os rituais, os valores, as casas, as ruas etc. As territorialidades geram as identidades que, por sua vez, influenciam nas próprias territorialidades e na formação dos territórios e seus patrimônios (SAQUET; BRISKIEVICZ, 2009).

Tal qual o território, a territorialidade apresenta diversas abordagens que se complementam, são elas: a relação de produção e força produtiva (subordinação e

exploração); a relação de domínio e controle; a relação social, voltada a percepções, sentimentos, memórias, identidades, símbolos e representações; a relação social, no aspecto da vida cotidiana; sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento local. Assim sendo, o conceito de territorialidade está relacionado com três aspectos, que se conversam de forma transversal: a governança, o econômico cultural e a posse e utilização do ambiente (SAQUET, 2014).

A proliferação de estudos de caso centrados na dimensão territorial do desenvolvimento nos dois hemisférios tem contribuído significativamente para fazer avançar uma nova geração de políticas públicas de combate à pobreza e à exclusão social (VIEIRA, 2006).

Todo conceito de desenvolvimento territorial tem fundamentação antiga, primeiro retratada nas ciências sociais, a obra “O Príncipe”, de Maquiavel, foi o primeiro trabalho que abordou a necessidade da constituição e da criação de territórios. Essa abordagem, marcada pela concepção de território nacional, é recorrente no discurso da geografia alemã do século XIX, sendo dominada pela análise das relações entre território e Estado (GOMES, 1996).

Os alemães abordavam o território de forma multidisciplinar, pois compreendiam que o território era o estudo privilegiado da modernidade. Entretanto, a compreensão do conceito de território exige um aprofundamento sobre a noção de poder. Neste sentido, uma grande referência no assunto são os trabalhos do filósofo francês Michel Foucault, para quem uma sociedade “sem relações de poder” é uma abstração (Foucault, 1995).

As definições de espaço e território não são termos equivalentes, entretanto, por conta da confusão de análise por geógrafos e o uso equivocado sem critério dos termos criou-se uma rede de interpretações sem distinções proveitosas. É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território.

O território se forma a partir do espaço, e é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço. Nessa perspectiva, o território é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder como foi anteriormente retratado por Foucault. O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si. (RAFFETIN, 1993)

Apesar ainda da existência de controvérsias etimológicas acerca da origem e da evolução da palavra território, Haesbaert (2004) enfatizou dois significados amplamente difundidos que são originários do latim: o primeiro, mais usual, refere-se a terra, tomando o território como materialidade; e o segundo, menos diligente, relacionado aos sentimentos que o território provoca.

Na Geografia Política, o conceito de território invoca o pensar nos limites/fronteiras que o delimitam, o presente conceito torna-se mais claro quando é avaliado em sua forma material clássica de manifestação, definido nos domínios políticos do Estado. A concepção de território na tradicional Geografia Política, fixado na escala nacional e assentado na figura do Estado-nação, pressupunha limites espaciais e temporais com pequena mobilidade, pois, entende a durabilidade como geradora de raízes e identidade sociocultural. As durabilidades das fronteiras nacionais permitiram a construção da ideia de fixidez dos territórios, naturalizando as fronteiras estatais (SOUZA, 1995).

Haesbart (2005) enfatiza a compreensão do território em uma perspectiva social integrando as dimensões político-econômicas e conseqüentemente concretas em relação a um enfoque simbólico e de identidade cultural. Ele defende que a abordagem do território de forma multifacetária, fato que leva para uma “desterritorialização”, entretanto, de mesmo modo que um território é desmantelado pode ser (re)territorializado, sob novos territórios mais completos e diversos. Sob a presente visão o autor organiza a multiterritorialidade em três elementos: os territórios/zonas, tirando partido de uma lógica política, os territórios/redes, que são geridos por uma lógica econômica e os aglomerados de exclusão.

Pode-se afirmar que o conceito de território e seu desenvolvimento ao decorrer deste recorte de tempo, encontra-se embasado em um conjunto de soluções político-sociais que embasaram toda a progressão e planejamento do mesmo e que a influência no planejamento sempre foi retratada de forma pontual e objetiva, levando em consideração fatores locais, para a construção de identidades singulares.

Diante desse contexto a pergunta da pesquisa consiste em: Qual a relação dos conceitos território, territorialidade e desenvolvimento territorial? Para isso o objetivo deste estudo foi caracterizar as publicações distinguindo as áreas que estão inseridas, bem como classificar as que abordam tal discussão e por fim investigar sua correlação.

3. Metodologia

O trabalho desenvolvido seguiu os preceitos do estudo exploratório, que segundo Richardson (2012) constitui-se em “[...] descrever sistematicamente um fenômeno ou área de interesse”, por meio de uma pesquisa bibliográfica que de acordo com Fonseca (2002) “[...] é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas”, de caráter analítico.

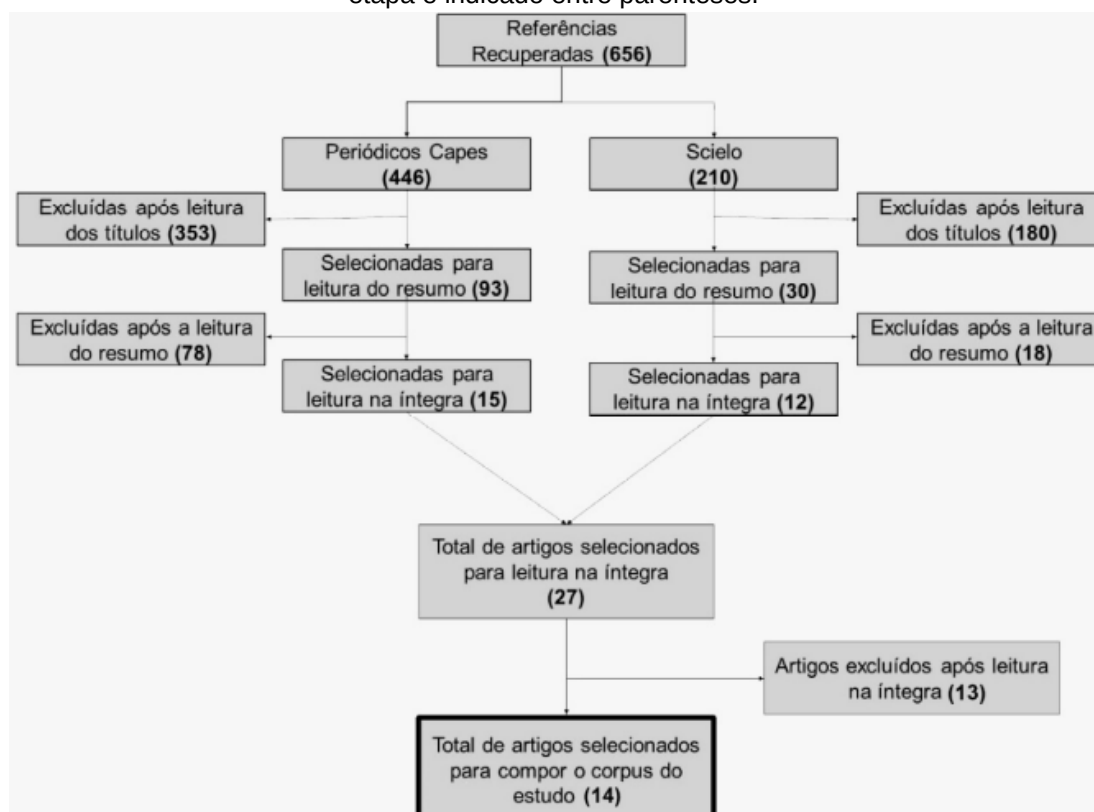
A pesquisa bibliográfica requer uma revisão sistemática que demanda uma pergunta clara, a definição de uma estratégia de busca, o estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão dos artigos e, acima de tudo, uma análise criteriosa da qualidade da literatura selecionada.

Segundo Fonseca (2002), esse tipo de investigação disponibiliza um resumo das evidências relacionadas a uma estratégia de intervenção específica, mediante a aplicação de métodos explícitos e sistematizados de busca, apreciação crítica e síntese da informação selecionada.

Nesta perspectiva, a coleta de dados foi realizada utilizando-se as bases de dados: Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e *Scielo*. Inicialmente definiu-se como critério de inclusão, artigos publicados entre os anos de 2017 a 2019, pois desejava-se avaliar experiências e conceitos recentes e publicações de livre acesso.

Os parâmetros de inclusão/exclusão dos artigos foram a presença dos seguintes descritores: território, territorialidade e desenvolvimento territorial. Após a busca inicial onde obtiveram-se 656 trabalhos, 446 da base de periódicos da CAPES e 210 da base *Scielo*, realizou-se três refinamentos na coleção de artigos selecionados, são eles: leitura do título, leitura do resumo e leitura na íntegra. Outro parâmetro de seleção foi a linguagem escrita, onde buscou-se publicações com base no idioma Português. A Figura 01 apresenta o fluxograma deste processo metodológico, indicando o número de artigo que foram excluídos após cada etapa do refinamento.

Figura 01 – Fluxograma do processo de seleção dos artigos pesquisados. O número de artigos em cada etapa é indicado entre parênteses.



Fonte: Elaborada pela autora (2020)

Por fim, obteve-se a seleção de 27 artigos para leitura na íntegra, porém após a realização desta e exclusão de títulos repetidos, foram selecionados 14 artigos que receberam o seguinte tratamento: a) leitura exploratória; b) leitura seletiva e escolha do material que se adéquam aos objetivos e tema deste estudo; c) leitura analítica e análise dos textos, finalizando com a realização de d) leitura interpretativa e redação. Após estas etapas, construiu-se o estudo com os principais resultados obtidos pelas referências estudadas.

Observa-se que, provavelmente, por tratar-se de publicações com base no idioma português, houve significativa repetição de material de consulta, havendo necessidade de se fazer esse refinamento por repetição de fonte.

4. Resultados e Discussão

Com o intuito de responder a pergunta de pesquisa: Qual a correlação dos conceitos território, territorialidade e desenvolvimento territorial? Realizou-se a leitura dos

14 artigos selecionados, aos quais apresentaram os resultados relatados na sequência (Quadro 01).

Quadro 01 – Dados dos artigos selecionados para estudo

N.	Título	Base	Tipo	Revista	Categoria	Capes	Impacto	Ano Publicação
1	Territorialidades Do Povo Manchineri Na Cidade De Rio Branco	CAPE	Artigo	Caminhos de Geografia	CIÊNCIAS AGRÁRIAS	A2	A2	2017
2	A agroecologia como perspectiva de sustentabilidade na agricultura familiar	SCIELO	Artigo	Ambiente & Sociedade	CIÊNCIA SOCIAL	Q2	Q2	2017
3	Avaliação da dimensão ambiental da sustentabilidade da agricultura familiar no oeste do estado do Paraná	CAPE	Artigo	Revista metropolitana de administração e desenvolvimento sustentável	CIÊNCIAS AGRÁRIAS	B2	B2	2019
4	A Sustentabilidade e Gestão da Imagem: Um Estudo de Caso em Cooperativa Agroindustrial do Oeste do Paraná	CAPE	Artigo	Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade - GeAS	CIÊNCIAS AGRÁRIAS	B5	B5	2017
5	Território e políticas do território. A interpretação e a ação	CAPE	Artigo	Finisterra	GEOGRAFIA	B1	B1	2017
6	A construção do campo da Agroecologia e sua relação como desenvolvimento rural	CAPE	Artigo	Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis	Ciências Humanas	B1	B1	2018
7	Agroecologia: uma alternativa de desenvolvimento rural sustentável para os assentamentos rurais.	CAPE	Artigo	Caminhos de Geografia	GEOGRAFIA	A2	A2	2017
8	COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS: reflexão sobre territorialidades	CAPE	Artigo	Revista Serrados	GEOGRAFIA	B1	B1	2018
9	PERSPECTIVAS DAS TERRITORIALIDADES E DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DE EXPERIÊNCIA EM MATO GROSSO DO SUL, BRASIL	CAPE	Artigo	EntreLugar	CIÊNCIAS AGRÁRIAS	C2	C2	2018
10	Fronteira como categoria para análise dos problemas ambientais ocasionados pelo aterro sanitário de Marituba-PA	CAPE	Artigo	Revista Espaço Acadêmico	CIÊNCIAS AGRÁRIAS	B1	B1	2018
11	Patrimônio e performance cultural: experiência e territorialidade na conquista do espaço	CAPE	Artigo	Anos 90- Revista do programa de pós graduação em História	HISTÓRIA	B1	B1	2018
12	Território, territorialidade e fronteira: o problema dos limites municipais e seus desdobramentos em Belém-PA	CAPE	Artigo	URBE- Revista de Gestão Urbana	GEOGRAFIA	A2	A2	2019
13	TERRITÓRIO: Uma revisão teórico-conceitual	CAPE	Artigo	InterEspaço	GEOGRAFIA	B5	B5	2018
14	A territorialidade quilombola ressignificando o território brasileiro: uma análise interdisciplinar	CAPE	Artigo	Gabriela de Freitas Figueiredo Rocha	GEOGRAFIA	A1	A1	2018

Fonte: Elaborada pela autora

Do total dos artigos selecionados, dois são de revistas internacionais, e doze são distribuídos em revistas brasileiras, com qualificação: A1 (01 artigo), A2 (02 artigos), B1

(04 artigos), B2 (01 artigo), B5 (02 artigos), C2 (02 artigos) e C2 (01 artigo) e Q2(01 artigo). De acordo com a Qualis periódicos, que significa a classificação da produção científica dos programas de pós-graduação quanto aos conteúdos publicados.

A plataforma utilizada para a busca dos artigos foi a da Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, e do *Scielo*.

Todos os artigos foram escritos por brasileiros, esse foi um critério de seleção na busca da plataforma. Em relação ao número de autores por artigo variaram de 1 à 4 por trabalhos/artigo, com nacionalidades brasileira.

Quanto às áreas que analisam as vertentes da territorialidade há que se destaca é a geografia, com 44% dos artigos escritos, seguida das ciências agrárias 35%, ciência/s sociais 14%, e por último a ciência humanas com 7% dos trabalhos destacados.

Dos artigos selecionados, 80% deles abordam o tema territorialidade, dando destaque nos seus referencias teóricos. Ao todo foram encontradas 49 palavras chave (Quadro 02). As que se destacam pelos autores são: território, territorialidade, desenvolvimento e sustentabilidade, outros termos que aparecem com menos frequência são: cidade, identidade, turismo e ações.

Quadro 02 – Palavras-chave

N.	Palavra Chave 1	Palavra Chave 2	Palavra Chave 3	Palavra Chave 4
1	Cidade	Territorialidade		
2	Território	Sustentabilidade	Espago rural	
3	Agricultura familiar	Sustentabilidade	Mandioca	
4	Estratégia	Comunicação Empresarial	Sustentabilidade.	
5	desenvolvimento	Territorialidade	territorio	ações
6	Paradigma científico	Campo do saber	Sustentabilidade	Ciência pós-normal
7	Intencionalidade	Parcerias usina-assentado	Produção orgânica. Tecnologia social	
8	Território	Territorialidade	Comunidades Tradicionais.	
9	turismo	Mato Grosso Sul	idades	Territorialidade
10	Fronteira	Território	Territorialidade	Crescimento Regional
11	Patrimônio	Performance	Identidade	Memória
12	Fronteira	Território	Territorialidade	Limite municipal de Belém.
13	Território	Territorialidade	Material-simbólico	
14	Território nacional	territorialidade étnica	comunidades quilombolas	pluralismo jurídico

Fonte: Elaborado pela autora (2020)

Todavia, observou-se que os autores dos artigos, quando se tratava de conceitualizar os termos território, territorialidade e desenvolvimento territorial, havia usualmente um aprofundamento da teoria, ficando evidente que os termos possuem sim correlação, mas diante das leituras ficou perceptível que para uma representação mais real seria preciso desenvolver metodologias e pesquisas direcionadas individualmente a cada região ou estudo específico.

5. Considerações Finais

O processo de desenvolvimento desse tipo de estudo de revisão inclui caracterizar cada trabalho selecionado, avaliar a qualidade deles, identificar conceitos importantes, comparar as análises estatísticas apresentadas e concluir sobre o que a literatura informa em relação a determinada intervenção, apontando ainda problemas/questões que necessitam de novos estudos.

Após o estudo dos conceitos descritos acima, conclui-se que para se atingir o desenvolvimento territorial efetivo, faz-se necessário o desenvolvimento de metodologias e pesquisas direcionadas a cada região, pois cada território apresenta sua territorialidade e identidade, portanto não é possível apresentar uma fórmula geral para alcançar tal objetivo.

De modo geral, os principais elementos a serem pensados quando fala-se em território é a identidade, as redes de circulação e comunicação, as relações de poder e a natureza.

REFERÊNCIAL

- FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.
- FOUCAULT, M. **O sujeito e o poder**. In: DREYFUS H. L. & RABINOW, P. Michel Foucault: uma trajetória filosófica – para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1995. p. 231-249.
- GOMES, P. C. da C. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1996.
- HAESBAERT, R. **Da desterritorialização a mutiterritorialidade**. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo. **Nordeste**. Niterói: EdUFF, 2005.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- RICHARDSON, R. J. et al. **Pesquisa Social Métodos e Técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- SAQUET, M.A. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades**: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. São Paulo: Outras Expressões, 2011.
- _____. Território. In: BOULLOSA, R. de F. (org.). **Dicionário para a formação em gestão social**. Salvador: CIAGS/UFBA, p. 176-179, 2014.
- SAQUET, M. A.; ALVES, A. F.. Experiências de desenvolvimento territorial em confronto. Campo-território: **Revista de Geografia Agrária**, v. 17, n. 9, p.574-598, abr. 2014.
- SAQUET, M. A.; BRISKIEVICZ, M. Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, n. 31, p.3-16, 2009.
- SOUZA, M. J. L. **O Território: sobre espaço de poder, autonomia e desenvolvimento**. In: CASTRO. I. E. de et al. (org.) **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.
- VIEIRA P. F. **Rumo ao desenvolvimento territorial sustentável: esboço de roteiro metodológico participativo**. In: EISFORIA, Florianópolis, v. 4, p. 249-310, Dez. 2006.

A PANDEMIA DE COVID-19 E OS REFLEXOS DA DESIGUALDADE ENTRE OS BRASILEIROS: CONSIDERAÇÕES SOBRE ALGUNS DIREITOS DE 2ª DIMENSÃO

Lilian Maria da Cruz¹
Ludimila R. M. Rigolin
Maxsoel Schmidt
Lygia Maria Copi²

Resumo: Este trabalho faz uma relação entre a promoção dos Direitos Fundamentais de segunda dimensão, elencados na Constituição da República de 1988, e como a pandemia de Covi-19 mostrou a insuficiência nas políticas públicas para sua efetivação, revelando as desigualdades materiais entre os brasileiros. Apresentamos alguns aspectos teóricos e históricos sobre o desenvolvimento de tais direitos e sua previsão na Constituição, com ênfase na Educação, Saúde e Trabalho. Em seguida faz-se uma análise do atual contexto de crise, provocado pela pandemia, discutindo como tais direitos foram afetados. Evidenciou-se que, a despeito das ações governamentais, a promoção dos direitos sociais ainda é tímida e se mostra pouco eficaz a médio e longo prazo, tornando a desigualdade uma mazela social de difícil superação.

Palavras-chave: Covid-19. Direitos Fundamentais. Desigualdade.

1. Introdução

O ano de 2020 certamente já é um momento atípico da história do Brasil e do mundo, dadas as proporções da pandemia que iniciou no fim de 2019 nos países asiáticos, em especial na China, e que se espalhou rapidamente pelos demais países e continentes, mudando radicalmente os hábitos de vida das pessoas e a estrutura política, econômica e social das nações atingidas.

No Brasil, assim como em outros países, a pandemia começou timidamente não revelando em um primeiro momento as consequências que poderiam advir em poucas semanas e meses, colocando o País em situação de calamidade e jogando luz a uma série de problemas sociais que durante anos pareciam superados, ou ao menos em fase de superação.

¹ Acadêmico do Curso de Direito do Centro Universitário Univel.

² Mestre em Direito das Relações Sociais pela Universidade Federal do Paraná. Professora do Curso de Direito do Centro Universitário UNIVEL.

A Covid-19 rapidamente mostrou o quanto o Brasil ainda é um país desigual, com mazelas sociais gritantes, indo na contramão dos discursos de superação da pobreza, de igualdade de acesso à educação e de falsas oportunidades de superação da condição social, muitas vezes baseadas apenas na meritocracia, o que coloca em cheque alguns pilares da nação, princípios constitucionais e direitos fundamentais.

A crise tem, a cada dia, lançado dúvidas sobre a efetividade dos programas governamentais para promover a dignidade da pessoa humana, para ofertar a saúde para todos por meio do sistema público, para garantir o acesso à educação e para possibilitar condições de igualdade, ao menos nas necessidades mais básicas do brasileiro. Tem-se enfrentado uma série crise principalmente no que tange aos direitos fundamentais de 2ª dimensão, aqueles cujas prestações positivas do Estado deveriam assegurar igualdade material entre os cidadãos.

Este trabalho tem como objetivo discutir as desigualdades sociais explicitadas pela crise atual e compreender de que forma a pandemia que assola o mundo tem revelado a falta de políticas que promovam efetivamente os valores apregoados na Constituição. Busca-se apresentar alguns direitos fundamentais basilares do estado, como a Educação, a Saúde e o Trabalho, evidenciando como a fragilidade das políticas públicas que dizem promovê-los revelou-se no cenário de calamidade.

No primeiro momento faz-se uma breve conceituação dos direitos fundamentais de segunda dimensão e de como foram previstos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Em seguidas aborda-se estes direitos fundamentais em espécie, apresentando seu âmbito de proteção, dimensão objetiva e subjetiva e titularidade. Por fim, faz-se algumas considerações de como as políticas sociais são percebidas pelos brasileiros mais vulneráveis e como a pandemia de Covid-19 impactou em cada um dos direitos descritos.

2. As Dimensões dos Direitos Fundamentais e os Direitos de Segunda Dimensão na Constituição de 1988

A evolução dos direitos reconhecidos como fundamentais aponta para um processo de constante transformação no que tange ao seu conteúdo, titularidade, eficácia e efetivação, podendo ser compreendidos por meio de categorias de “gerações de direitos”, ou em terminologia mais adequada, “dimensões de direitos”, revelando não uma superação entre uma e outra categoria, mas um acúmulo entre elas, conforme aponta

Sarlet (2012) amparado nos ensinamentos de Paulo Bonavides, grande expoente da teoria das gerações/dimensões dos direitos fundamentais.

Os chamados direitos de segunda dimensão, nascem no contexto da revolução industrial do século XIX, e dos problemas sociais e econômicos que se evidenciaram naquele momento de expansão econômica:

O impacto da industrialização e os graves problemas sociais e econômicos que a acompanharam, as doutrinas socialistas e a constatação de que a consagração formal de liberdade e igualdade não gerava a garantia do seu efetivo gozo acabaram, já no decorrer do século XIX, gerando amplos movimentos reivindicatórios e o reconhecimento progressivo de direitos, atribuindo ao Estado comportamento ativo na realização da justiça social. (SARLET, 2012, p. 273)

Os direitos dessa geração consagram-se como prestações positivas do Estado, promovendo a justiça social e a igualdade entre as pessoas. Ainda, segundo Sarlet (2012) esses direitos ganham ainda mais expressão no contexto após a segunda guerra mundial, em que as atrocidades cometidas no período bélico ensejaram postura mais efetiva do Estado para a garantia do bem-estar social de seus cidadãos.

Na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 os direitos fundamentais, de todas as dimensões, ganharam grande destaque, principalmente no art. 5º, em que a Carta Magna, fazendo jus à alcunha de Cidadã, garante além das liberdades, a igualdade e a solidariedade entre brasileiros, e estrangeiros residentes.

Embora os Direitos Fundamentais estejam não somente contidos no Título II da Constituição, mas em todo o seu texto, o artigo 5º é uma das mais emblemáticas expressões da garantia de direitos, pois pode-se dizer que todos os demais convergem para a promoção da vida, liberdade e igualdade, em sentido amplo, abarcando todas as suas formas. A garantia do bem-estar social dos indivíduos se dá por meio do que José Afonso Silva (1998) classifica como normas de eficácia limitada, que carecem de uma ação positiva do Estado para que se efetivem. Exemplos clássicos de normas constitucionais de eficácia limitada são a Saúde, a Educação, a promoção do trabalho, que se concretizam por meio de programas e ações governamentais, das quais falar-se-á um pouco mais no próximo tópico.

3. Direitos de Segunda Geração em Espécie

Os direitos de segunda geração, como dito em outra parte, se efetivam, na maioria das vezes, por meio de prestações do Estado que, através de ações positivas possibilitam o acesso à Educação, Saúde, Trabalho, Moradia, Alimentação, Lazer, dentre outros. Nas palavras de Tavares (2016, S/N): “Os direitos de segunda dimensão são os direitos sociais, que visam oferecer os meios materiais imprescindíveis à efetivação dos direitos individuais”. O autor destaca que o Estado deve atuar de forma positiva na satisfação de tais direitos.

Alguns destes direitos, receberão atenção especial neste trabalho, a saber: Educação, Saúde e Trabalho, por acreditarmos, por um lado, que necessitam de atuação mais efetiva do Estado, pois por meio deles é possível que os outros sejam promovidos. Por exemplo, o acesso a qualquer direito social depende primeiramente da saúde; a educação pode possibilitar a emancipação do sujeito e por meio dela o acesso a melhores condições de trabalho; o trabalho por sua vez, com condigna remuneração, pode possibilitar o acesso à moradia, ao lazer. De outro lado, aponta-se que a pandemia revelou fragilidades estruturais no que tange à promoção desses direitos e por consequência, nos demais.

3.1 O Direito à Saúde

Os direitos fundamentais, são interdependentes, ou seja, uns dependem dos outros, e não raras vezes o acesso a um direito fundamental é premissa para o exercício de outro, ou ambos buscam um fim comum. É o que acontece, por exemplo - e com o merecido destaque - com o princípio da dignidade da pessoa humana, para a promoção do qual, *a priori*, todos os direitos fundamentais parecem convergir. Diz-se “*a priori*”, porque há exceções, como bem apontado por Sarlet (2012), há direitos fundamentais previstos em nossa Constituição que não se relacionam diretamente com a dignidade da pessoa humana, a exemplo da liberdade de associação, dentre outros, que não merecem destaque no presente trabalho.

Caso singular é o direito à saúde, pois de longe pode-se perceber que sem ele, não é possível o acesso a nenhum outro direito fundamental. Aliás, o direito à saúde está intimamente ligado com a dignidade da pessoa humana, que por se tratar de tão excelso

princípio, mereceu a análise de Barroso (2010), conceituando a saúde como o que considera o “mínimo essencial” para o desenvolvimento da dignidade da pessoa humana.

Percebe-se que a saúde mereceu especial atenção do constituinte, e não poderia ser diferente, pelos motivos acima expostos. A saúde aparece como direito social, pela primeira vez, no art. 6º da Carta, aparece novamente no inciso IV do art. 7º, quando se elencam as necessidades mínimas do trabalhador, e em tantos outros trechos, ligados a atuação do Estado, e ao direito das pessoas.

É a partir do art. 196 da Constituição que a saúde ganha destaque:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. (BRASIL, 1988 - grifamos)

A simples leitura do artigo em supra mostra que para a efetivação deste direito, é necessária uma atuação efetiva do Estado, não apenas com o escopo de garantir o acesso ao serviço de saúde, quando o cidadão for acometido por uma doença, mas também por meio de ações preventivas, que evitem a disseminação de doenças e possam minimizar seus danos. A saúde, desta forma, tem no seu âmbito de proteção a própria vida e dignidade das pessoas, além da garantia de ações de prevenção e combate a doenças. A titularidade do direito à saúde é de todos, de modo universal, garantido ao brasileiro e ao estrangeiro, por isso, é função do Estado promovê-la, evidenciando-se sua dimensão objetiva, sendo possibilitado ao titular cobrar do Estado, como principal destinatário, uma ação efetiva, de forma a atender suas necessidades, revelando a sua dimensão subjetiva.

Mendes e Branco (2018) afirmam ainda que o direito subjetivo público à saúde:

[...] é assegurado mediante políticas sociais e econômicas. Ou seja, não há um direito absoluto a todo e qualquer procedimento necessário para a proteção, promoção e recuperação da saúde, independentemente da existência de uma política pública que o concretize. Há um direito público subjetivo a políticas que promovam, protejam e recuperem a saúde. (MENDES; BRANCO, 2018, S/N – grifamos)

Resta evidente que a proteção e a promoção do direito à saúde dependem de políticas públicas por parte do Estado, cuja efetivação pode ser cobrada por cada um dos titulares deste direito.

3.2 O Direito à Educação

O direito à educação é, por excelência um direito social, aliás, é o primeiro descrito no art. 6º da Constituição como tal. E assim como acontece com a saúde, também aparece no inciso IV do art. 7º, elencado como necessidade essencial do trabalhador.

A Constituição do Brasil proclama abertamente como direito social o direito à educação, no art. 6º. Não estabelece, contudo, de imediato, qualquer especificação de conteúdo ou alcance. Contudo, um conteúdo mínimo pode ser facilmente estabelecido. Nesse sentido, esse direito significa, primariamente, o direito de (igual) acesso à educação, que deve ser concedido a todos, especialmente para os níveis mais basilares do estado. Assim, o conteúdo inicial (mínimo) do direito à educação é o de acesso ao conhecimento básico e capacitações, que devem ser oferecidas de forma regular e organizada. (TAVARES, 2016, S/N.)

A educação, como direito social, possui interface com diversos outros direitos, indo além do mínimo existencial, mas relacionando-se com a organização social, como um todo.

Além dos argumentos já colacionados, verifica-se que um direito subjetivo (inclusive originário) a prestações em matéria educacional, especialmente no campo do ensino fundamental, situa-se na esfera da garantia do mínimo existencial, especialmente naquilo em que este, como já sinalado no capítulo próprio, abrange uma dimensão sociocultural e não se limita a um mínimo vital, fundamentação amplamente prestigiada na doutrina e jurisprudência, inclusive do STF, situações que abrangem o reconhecimento de um direito subjetivo de acesso à educação infantil em creches disponibilizadas pelo Poder Público para crianças de até cinco anos de idade. (SARLET, 2012, p. 610)

A educação é defendida por diversos educadores como o meio de humanização do homem, ou seja, de garantir-lhe a inserção da sociedade por meio do acesso aos conhecimentos historicamente acumulados pelo conjunto da humanidade (SAVIANI, 2005). Para além, dessas afirmações teóricas, a educação encontra, na própria Constituição, um conteúdo prático, pois o art. 205 da Carta, esclarece que além de ser dever do Estado e da família, o ensino visa “ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (BRASIL, 1988).

Importante consignar ainda que o acesso à educação é um direito do filho do trabalhador, assegurado no inciso XXV do art. 7º, onde se estabelece “a assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas”. Por outro lado, a educação infantil foi reconhecida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, nº 9.394/1996, como primeira etapa da

educação básica, evidenciando não só o direito da família, mas da própria criança em frequentar escolas que ofertam essa etapa.

A Educação básica, por sua vez, conforme art. 208, compreende a faixa etária dos do quatro a dezessete anos de idade, onde também é garantido o acesso dos que não tiveram oportunidade em idade própria, trazido na LDB como a Educação de Jovens e Adultos. Além disso, merecem destaque na Constituição, ainda, a gradativa universalização do ensino médio e a busca por ações que preparem para o trabalho, que na prática ocorrem por meio de cursos técnicos, profissionalizantes ou mesmo o ensino superior.

Insta desatacar que a educação tem como objetivo a inserção social e o acesso ao trabalho, possibilitando a todos a igualdade de acesso e permanência na escola, como bem estatui o inciso I do art. 206. No mesmo artigo percebe-se o âmbito de proteção do direito à educação, sendo a liberdade do ensino e da aprendizagem e, com destaque especial à gratuidade do ensino, na educação básica, tornando os titulares (sentido universal) aptos cobrar ações positivas do Estado – destinatário por excelência - para que cumpra com sua função, evidenciando a sua dimensão subjetiva, bem como ao próprio estado a criação de programas que promovam a educação de qualidade – dimensão objetiva.

3.3 O Direito ao Trabalho

O direito ao trabalho, bem como as garantias que o cercam, é da mesma forma que a educação um direito social por excelência, pois integra-se com outros inúmeros direitos que se interdependem. O direito ao trabalho, está ligado com o próprio exercício da cidadania, integração na sociedade e por meio dele ocorre a promoção da dignidade das pessoas, uma vez que o trabalho pode possibilitar a emancipação, e a superação das desigualdades sociais. Nas palavras de Sarlet: “Também no caso do direito ao trabalho é possível identificar a forte conexão com outros direitos fundamentais, reforçando a tese da interdependência e indivisibilidade dos direitos fundamentais” (SARLET, 2012, p. 616).

Não por menos motivos, o trabalho é citado na Constituição já em seu artigo 1º, como um dos fundamentos da República, materializando-se no inciso IV “os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa” (BRASIL, 1988). Aliás, a título de curiosidade, reforçando a atenção que o trabalho recebeu do constituinte, dos direitos sociais citados na presente pesquisa, o termo “trabalho” é o que aparece citado mais vezes na Carta,

espalhado por todo o texto, abrangendo a Assistência Social, Previdência, Organização do Poder Judiciário (Tribunais do Trabalho), dentre outros.

No artigo 5º da Constituição, maior expoente dos direitos fundamentais, o trabalho aparece no inciso XIII, garantindo a liberdade no exercício de qualquer profissão. No art. 6º figura entre os direitos sociais constitucionais e a partir do art. 7º ganham destaque os direitos garantidos aos trabalhadores, dentre eles, a garantia de um salário que “atenda a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social” (BRASIL, 1988), dentre tantos outros, ligados a igualdade, liberdade, e a dignidade.

O âmbito de proteção do direito social ao trabalho engloba a liberdade de profissão, a proteção ao trabalhador, a proibição do trabalho em condições degradantes, a condigna remuneração e a promoção dos valores do trabalho. Em sua dimensão objetiva, traz a responsabilidade do Estado em efetivar tais proteções e em promover o emprego, a qualificação do trabalhador. Na dimensão subjetiva, dá ao cidadão o direito de cobrar essas prestações por parte do Estado. Seus titulares são todos os brasileiros e estrangeiros residentes, seus destinatários são o Estado e os particulares, sendo que o trabalhador de qualquer esfera, pública ou privada, goza das garantias constitucionais.

4. A Pandemia da Covid-19 e a Fragilidade na Promoção do Direito à Saúde, Educação e Trabalho

Como dito no início, o mundo vive um momento singular na história recente, a pandemia da Covid-19 tem a cada dia apresentado novos desafios, para serem vencidos pelos governantes e pelas pessoas em sua vida particular. Mais do que a dor causada pelas mortes, que a cada dia elevam-se sobremaneira, o cenário de crise tem revelado fragilidades históricas na promoção de direitos sociais, principalmente no que tange às prestações positivas do Estado para garantir a educação, a saúde e os direitos ligados ao trabalho, direitos de segunda dimensão, descritos acima.

No Brasil, as medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública foram dispostas na Lei Federal nº 13.979/2020, de 06 de fevereiro de 2020. Entre as medidas trazidas pela Lei, estão a quarentena e o isolamento, que de acordo com seu art. 2º:

Art. 2º Para fins do disposto nesta Lei, considera-se:

I - isolamento: separação de pessoas doentes ou contaminadas, ou de bagagens, meios de transporte, mercadorias ou encomendas postais afetadas, de outros, de maneira a evitar a contaminação ou a propagação do coronavírus; e

II - quarentena: restrição de atividades ou separação de pessoas suspeitas de contaminação das pessoas que não estejam doentes, ou de bagagens, contêineres, animais, meios de transporte ou mercadorias suspeitos de contaminação, de maneira a evitar a possível contaminação ou a propagação do coronavírus. (BRASIL, 2020)

A partir do mês de março de 2020, de maneira mais evidente, governadores e prefeitos de todo o país começaram a implementar medidas de combate ao contágio e transmissão da nova doença, precipuamente, por meio do isolamento social e da quarentena. A partir deste momento, escolas, universidades e quaisquer outros estabelecimentos de ensino foram fechados, com o comércio não foi diferente, lojas, mercados, vendas e serviços em geral, todos começam a sentir os efeitos da crise, fechando portas e vendo seus rendimentos despencarem.

As questões relativas ao ensino preocupam, pois não há data prevista para o retorno da normalidade. Nesse período, milhões de alunos encontram-se em suas casas, enquanto as redes educacionais buscam alternativas e estratégias para garantir o vínculo entre alunos e escola, sem perder ao ano letivo em curso. Nesse cenário a Medida Provisória nº 934/2020, convertida na Lei 14.040/2020, estabeleceu normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública.

Uma das alternativas para a continuidade do ensino foi a adoção de atividades remotas e de aulas *online*, contando com a disciplina dos estudantes e com o compromisso de familiares para a garantia da aprendizagem. Nesse ponto, a desigualdade entre brasileiros se mostra um fator preponderante para o (in)sucesso de tais medidas. Tratando-se da educação básica, como garantir que todas as crianças tenham acesso às tecnologias da informação e comunicação em um país que muitas regiões sequer têm saneamento básico? Como garantir a igualdade de condições entre crianças que sequer tem a alimentação que garanta suas necessidades nutricionais diárias em suas casas? Como garantir o direito de alunos que tinham na merenda escolar sua principal alimentação?

A situação de desigualdade foi, e está sendo, amplamente agravada nas questões voltadas ao trabalho. As medidas de isolamento social trouxeram consigo o desemprego de muitos brasileiros, o fechamento de muitas micro e pequenas empresas, que vendo

seus estabelecimentos vazios não tiveram outra alternativa. Além disso, é válido destacar a questão dos trabalhadores informais, cujas políticas sociais pouco se voltaram nos últimos anos. Para quem está vendendo seus produtos o vendedor de sorvetes ambulante? Quem está comprando o cachorro-quente na esquina? O que aconteceu com a clientela do carrinho de churros?

Em um país que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, no ano de 2019 amargava quase 13 milhões de desempregados, torna-se muito difícil pedir que as pessoas fiquem em casa, e aguardem os efeitos da crise passarem. Vale menção a Lei Federal nº 13.982, de 02 de abril de 2020 que instituiu o auxílio emergencial aos mais afetados pela pandemia, repassando o valor de R\$ 600,00 por três meses para a satisfação de necessidades básicas. Sem entrar na discussão sobre o valor e as reais necessidades das pessoas no período de crise, que não só se mantiveram, mas aumentaram, é importante considerar as notícias que diariamente são levadas a público sobre as dificuldades de acesso ao auxílio, os atrasos no pagamento e a morosidade dos governos no desenvolvimento e implementação de ações efetivas no que tange aos direitos mais básicos de cada trabalhador.

A saúde, por sua vez, sentiu de maneira ainda mais próxima, e dramática, a pandemia ditar os rumos da situação. Hospitais lotados, falta de leitos de enfermaria e de tratamento intensivo, crise no oferecimento de remédios, profissionais adoecidos, falta de equipamentos de proteção e tantas outras problemáticas desencadeadas de uma só vez. Ressalta-se, que no campo da saúde a pandemia somou-se aos problemas que já eram cotidianos na área, pois as pessoas continuaram tendo problemas no enfrentamento de outras enfermidades, afinal diariamente pessoas são hospitalizadas com problemas das mais diversas patologias, dividindo espaço com os pacientes da “nova doença”.

Sem dúvidas, o cenário ensejado pela pandemia de Covid-19 não tem precedentes na história recente. Não há dúvidas de que seus efeitos são danosos em qualquer lugar do mundo, mas em países subdesenvolvidos, como o Brasil, em que faltam investimentos nas áreas mais sensíveis da sociedade, as consequências são ainda mais graves. Se antes da crise o país já apresentava resultados tímidos nas políticas de promoção da saúde, educação e emprego, durante e depois da pandemia, ainda mais.

Ainda é cedo para prever todos os resultados da situação que vivencia o Brasil no enfrentamento ao coronavírus, mas certamente deixarão marcas profundas na já abalada estrutura social, as desigualdades que antes eram evidentes, agora tornam-se ainda mais

gritantes, e infelizmente muitas ações que deveriam promover a igualdade, garantindo o mínimo existencial para as pessoas, são formuladas de maneira paliativa, com resultados imediatos e pouco duradouros.

5. Considerações Finais

A Constituição de 1988 é classificada como prolixa, ou seja, extensa, detalhista. Nosso constituinte preocupou-se em descrever de maneira pormenorizada, cada uma das áreas de organização social. Os direitos fundamentais receberam especial destaque, elencados não somente em um Título exclusivo, mas assegurados em vários trechos da Carta.

Ler a Constituição, em especial os direitos fundamentais ali apregoados, é sempre um exercício de reflexão, buscando compreender como cada um deles se efetiva na sociedade. A garantia de direitos sociais não pode ser apenas uma carta de intenção, não pode permanecer apenas na, quase utópica, ideia de nação do constituinte.

Neste trabalho ficou evidente que o momento de crise não só revelou as desigualdades sociais entre brasileiros, mas as agravou ainda mais. Não que haja algum lugar do mundo que a pandemia tenha sido pouco danosa, mas no Brasil, pela histórica falta de políticas efetivas de promoção da igualdade social, ela mostrou sua face mais terrível.

A histórica falta de investimentos em áreas tão sensíveis como Educação, Saúde e Trabalho impedem a efetivação de um verdadeiro Estado Social, baseado no bem-estar das pessoas. São bastante recorrentes apontamentos de que se necessita avançar nestas áreas, contudo, na prática, as ações acabam sendo tímidas. Somente em um contexto de crise, como o atual, é que são reveladas as fragilidades das políticas desenvolvidas nestas áreas, de modo que fica evidente a urgência de maiores e melhores intervenções.

Os efeitos dessa crise de saúde estão postos, não há mais como evitá-los, embora se possa minimizá-los. Entretanto, além de lamentar o presente, é necessário lançar olhos ao futuro e, na consciência de que não há lado bom na pandemia, ao menos aprender com ela. Que se possa aprender que não se precisa de menos atuação do Estado, mas onde opera desigualdade é necessário mais Estado, de mais governo, de mais políticas. As ações, nesse sentido, não são um destino, final e estanque, mas são um caminho, para que ao menos em um futuro médio, se possa diminuir as desigualdades, que hoje são tão presentes em nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

BARROSO, Luís Roberto. **A Dignidade da Pessoa Humana no Direito Constitucional Contemporâneo**: Natureza Jurídica, Conteúdos Mínimos e Critérios de Aplicação. Versão provisória para debate público. Mimeografado, Dezembro de 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9.394, 20 de dezembro de 1996.

_____. Lei número 13.982, de 02 de abril de 2020

_____. Lei número 13.079 de 06 de fevereiro de 2020.

_____. Medida provisória nº 934 de 01 de abril de 2020.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua** (Pnad Contínua). 2019.

MENDES, G. F.; BRANCO, P. G. G. **Curso de Direito Constitucional**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Curso de direito constitucional**. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2ª Ed. 2012.

SAVIANI. Demerval. **Pedagogia Histórico-Crítica**: Primeiras aproximações. 9. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

SILVA. José Afonso da. **Aplicabilidade das normas constitucionais**. São Paulo: Malheiros. 1998.

TAVARES, André Ramos. **Curso de Direito Constitucional**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2016

A PESSOA IDOSA COMO VÍTIMA DA ALIENAÇÃO PARENTAL: A POSSIBILIDADE DE AMPLIAÇÃO DO ROL DE PROTEÇÃO DO ARTIGO 2º DA LEI N. 12.318/2010

Izabelly Oviedo Wilhelm¹
Kelli Motter²

Resumo: O presente artigo analisou o fenômeno da Alienação Parental e a Síndrome da Alienação Parental, bem como a edição da Lei 12.318/2010 para proteger a criança e adolescente de tais práticas, vislumbrando-se, posteriormente, a possibilidade de a pessoa idosa ser vítima de Alienação Parental e, consequentemente, ser protegida por meio da aplicação analógica da referida Lei. Explorou-se a condição de vulnerabilidade da pessoa idosa reconhecida pela CF/1988 e as situações em que pode ser considerada vítima de Alienação Parental, muitas vezes praticada por seus próprios filhos ou cuidadores, como se verifica no decorrer da pesquisa. Para tanto, averigou-se a proteção que esse grupo recebe no ordenamento jurídico brasileiro, especialmente pela Lei n.10.741/2003, vez que constatou-se que o Estatuto do Idoso é omissivo quanto a possibilidade de a pessoa idosa ser vítima de Alienação Parental, estando esta, portanto, desprotegida dos abusos provenientes de tal prática. Delineou-se sobre o instituto da analogia a fim de se analisar a possibilidade deste ser utilizado pelos Tribunais para aplicar a proteção da Lei da Alienação Parental às pessoas idosas, de forma analógica. Porém, constatou-se posicionamentos divergentes, entendendo-se que a pessoa idosa é sujeito capaz, não cabendo ao Poder Judiciário regular suas relações familiares, sendo a Lei 12.318/2010 aplicável apenas as crianças e adolescentes. Entretanto, pelo entendimento majoritário, conclui-se pela possibilidade de a pessoa idosa ser vítima de Alienação Parental e ser protegida pela Lei 12.318/2010, principalmente quando seu estado de vulnerabilidade esteja atrelado a algum outro fator que minore sua capacidade plena.

Palavras-Chaves: Alienação Parental. Lei 12.318/10. Idoso. Vulnerabilidade.

1. Introdução

Em 26 de agosto de 2010 foi sancionada a Lei n. 12.318, conhecida como a Lei da Alienação Parental, a qual visa proteger a criança e adolescente propenso ao desenvolvimento da Síndrome de Alienação Parental.

É cediço que as crianças e adolescentes necessitam de proteção especial, como essa trazida pela Lei n.12.318/2010, pois, tratam-se de sujeitos vulneráveis que não possuem capacidade plena por estarem em fase de desenvolvimento. Contudo, a pessoa idosa também é sujeito considerado vulnerável pela Constituição Federal de 1988, necessitando de tratamento especial.

¹ Discente do Curso de Direito no Centro Universitário Univel. 2017-2021.

² Especialista em Direito e Processo do Trabalho. Docente do Curso de Direito no Centro Universitário Univel.

Diante disso, questiona-se sobre a possibilidade de a pessoa idosa ser protegida pela referida Lei, vez que trata-se de sujeito vulnerável e possível vítima de Alienação Parental. Assim, da pré-análise do problema jurídico, verificam-se duas hipóteses. Uma favorável a aplicação analógica da Lei n. 12.318/2010 ao idoso e outra desfavorável, pois, a pessoa idosa é maior e capaz, não podendo o Poder Judiciário regular suas relações familiares.

Deste modo, o presente trabalho trará posicionamentos dentre as hipóteses encontradas para, ao final, verificar qual se enquadra para aplicabilidade no ordenamento jurídico brasileiro.

2. A Alienação Parental e a Síndrome Da Alienação Parental

De modo a conceituar a Síndrome de Alienação Parental, Richard Gardner (2002) pontua que trata-se de um distúrbio da infância decorrente, em sua maioria, do conflito sobre a custódia de crianças. Preliminarmente, há uma campanha realizada pela própria criança que denigre um dos genitores, sem justificação alguma. Isso ocorre como resultado da “*lavagem cerebral, programação e doutrinação*” realizada pelo outro genitor na criança.

A Alienação Parental trata-se da desconstituição da figura parental realizada por um dos genitores ao(s) filho(s), distorcendo a visão deste(s) sobre o outro genitor e incentivando-os a afastá-lo de seu convívio. Por vez, a Síndrome da Alienação Parental ocorre quando há a influência negativa na formação psicológica da criança ou adolescente por conta da prática da Alienação Parental, levando a recusa de um dos genitores pelo menor, criando-se obstáculos à manutenção dos vínculos afetivos entre pais e filhos (OLIVEIRA NETO *et al*, 2015).

Neste sentido, Oliven (2010) explica que os efeitos da Alienação Parental variam de acordo com a idade, a personalidade e o tipo de vínculo que a criança ou adolescente possuía com os pais antes da separação. Por vez, não apenas o genitor alienado irá sofrer com isso, mas todos os que fazem parte na vida da criança.

Em 26 de agosto de 2010 é sancionada a Lei n. 12.318 da Alienação Parental para proteger a criança e adolescente vítima da manipulação psicológica. A denominada Lei da Alienação Parental conceitua o fenômeno como,

Art. 2º Considera-se ato de alienação parental a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este. (BRASIL, Lei n. 12.318, 2010).

Diferentes medidas podem ser imputadas aos denominados genitores alienadores, sem prejuízo da decorrente responsabilidade civil ou criminal, conforme previsto no art. 6º da Lei da Alienação Parental. Dentre as medidas listadas, destacam-se a fixação cautelar do domicílio da criança ou adolescente, o pagamento de multas, a inversão da guarda, a determinação da guarda compartilhada e a suspensão da autoridade parental e outras.

Nesse sentido, Maria Berenice Dias (2013) pontua que os magistrados devem observar sempre o melhor interesse e a proteção da criança em seus julgamentos, salientando a importância desse princípio constitucional. A criança e o adolescente devem ser protegidos de qualquer forma de abuso, violência, crueldade e opressão, sendo isso assegurado pela família, pelo estado e pela sociedade, para que possam desenvolver-se de maneira saudável tanto física quanto emocionalmente.

Diante todo o exposto, compreende-se que é preciso buscar medidas que garantam o direito da criança e adolescente à ampla convivência com ambos os pais após o rompimento conjugal, e que possíveis desavenças entre estes recebam os devidos encaminhamentos psicológicos e/ou jurídicos necessários.

3. A Proteção À Pessoa Idosa no Ordenamento Jurídico Brasileiro

3.1. Pessoa Idosa Como Vítima Da Alienação Parental: Idoso Vulnerável

Evidencia-se que a Lei 12.318/2010 traz somente a criança e o adolescente como sujeitos da Alienação Parental. Deste modo, entende-se que após atingida a maioridade a pessoa deixa de ser sujeito da Alienação Parental (BARBEDO, 2013). Contudo, segundo Burmann e Alves (2019, s/p): “A Lei 12.318/10, é direcionada para tutela de crianças e adolescentes, por se tratarem, dentre outros, de pessoas vulneráveis. Contudo, tal vulnerabilidade também é encontrada na pessoa idosa, que mesmo diante disso, não goza dessa proteção”.

Neste sentido, Peres (2007) afirma que a vulnerabilidade da pessoa idosa muito se assemelha à vulnerabilidade das crianças e dos jovens, pois se relacionam ambas com

uma fragilidade decorrente da idade, motivo pelo qual os ordenamentos jurídicos costumam dispensar-lhes especial proteção. Porém, apesar dessa semelhança inicial, não se pode desconsiderar as diferenças, pois a infância e a maturidade percorrem caminhos semelhantes, mas em direções opostas.

À par disso, sob um enfoque sociológico é possível a interpretação da aplicabilidade da Lei de Alienação Parental em favor da pessoa idosa, posto que assim como crianças e adolescentes, a pessoa idosa, constitucionalmente, consta no rol das pessoas que devem receber especial e integral proteção do Estado, devendo seus direitos serem resguardados e alcançados sem discriminação em virtude da posição de vulnerabilidade (BURMANN e ALVES, 2019). Ainda, se o idoso tiver uma doença séria, sua situação de vulnerável passa para hipervulnerável, pois além de ter sua idade avançada, está acometido de um problema de saúde, e isso pode ainda agravar manipulações para afastá-lo de sua convivência com outros membros da família (SCHIMITT, 2008).

Com efeito, Maria Berenice Dias (2013) esclarece que necessário se faz reconhecer a vulnerabilidade do idoso que pode sujeitar-se a alienação parental por parte de quem exerce alguma influência sobre ele. Desta feita, flagrada a tentativa de construir injustificável rejeição a alguém com quem o idoso tinha alguma afinidade ou afeição, cabe a aplicação das sanções previstas na legislação especial.

Importante esclarecer que, nem todo idoso estará em situação de vulnerabilidade, mas quando chegar aos 60 anos torna-se sujeito de prioridade. Por outro lado, a criança e adolescente estarão na condição de vulneráveis vez que estão em processo de formação, tornando-os frágeis (BARBEDO, 2013).

Por todo o exposto, apesar de o Estatuto do Idoso estabelecer o critério cronológico para reconhecimento da pessoa idosa, oportuno mencionar que, a interpretação quanto a possibilidade de a pessoa idosa ser vítima de alienação parental, é direcionada a avaliação da vulnerabilidade presente no caso concreto.

3.2 Medidas de proteção aos idosos

Apesar de atualmente um número considerável de pessoas chegar a velhice em suas plenas faculdades mentais e independentes -socialmente e economicamente-, a Constituição Federal defende a proteção diferenciada aos idosos por conta de sua presumida vulnerabilidade em muitos casos.

Por essa linha, em 2003 nasce a Lei 10.741, conhecida como Estatuto do Idoso, cujo o intento é acalantar essa vulnerabilidade do idoso por meio de medidas protetivas e direitos que lhe assegurem um envelhecimento saudável, fruto de uma vida digna (NASCIMENTO, 2019). O objetivo da Lei é justamente regular os direitos inerentes da pessoa com 60 anos ou mais, visto que essa goza de todos os direitos fundamentais e necessitam de proteção integral para preservar sua saúde física e mental, seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade (BRASIL, Lei n.10.741, 2003).

De plano, o art. 1º do referido estatuto elucida que a sua destinação é regulada a assegurar os direitos das pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos. Contudo, Frange (s.d, p.10) explica que: “Há dificuldade para estabelecer parâmetros que definam o início da chamada “Terceira Idade”, tendo em vista os diversos fatores que atuam no processo de envelhecimento e variam de caso a caso”. Ainda, esclarece que para efeitos jurídicos, se faz necessário definir um limite de idade para caracterizar esse segmento da população (FRANGE, s.d).

Por vez, o art. 3º do Estatuto, consigna-se a obrigação solidária entre a família, a comunidade, a sociedade e o Poder Público de assegurar a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

Com efeito, o artigo 4º do Estatuto, assegura a total proteção ao idoso contra negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão, ou qualquer outro atentado a seu direito, culminando em punição na forma da lei.

Não obstante, o Estatuto do idoso disciplina no artigo 10 sobre a liberdade, respeito e dignidade, dirigindo ao Estado e a sociedade a obrigação de assegurar tais direitos a pessoa idosa. Frise-se que o direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, de valores, idéias e crenças, dos espaços e dos objetos pessoais. Ainda, salienta o artigo que é “dever de todos zelar pela dignidade do idoso, colocando-o a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor” (BRASIL, Lei 10.741, 2003).

Consigne-se que o Estatuto do Idoso, apresenta-se como um conjunto de medidas estatais para resguardar os direitos dos idosos, viabilizando-lhes o exercício da cidadania por meio de medidas capazes de minimizar as diferenças no plano concreto, as quais

devem ser fiscalizadas por órgãos criados para efetivação dessas vantagens. Essa necessidade decorre da cultura brasileira que entende o envelhecimento como uma fase da vida negativa para homens e mulheres, cujo amadurecimento carrega em seu bojo uma ideia formada de que o indivíduo perde sua condição humana de autonomia e independência (NASCIMENTO, 2019).

Entretanto, compreende-se o Estatuto pode ser falho na hora de especificar as situações em que os idosos necessitam de assistência e proteção (SOUSA JUNIOR, 2019). Conforme pontua Silva (2016), apesar do direito de envelhecer com dignidade e com qualidade de vida figurar como premissa nas diretrizes que dão sustentação aos sistemas de proteção e de segurança social à pessoa idosa, a adoção de medidas concretas assentadas em instrumentos legais é cercada por desafios relacionados com as condições de sustentabilidade desses sistemas.

Dessa forma, a pessoa idosa vulnerável, é potencial vítima de inúmeras situações de abuso, sendo que a Lei 10.741/2003, prevê um rol exemplificativo de violação de direitos que, conseqüentemente, dependerá da atuação do poder público, da sociedade e da família para garantir a proteção especial, assegurada constitucionalmente, aos grupos vulneráveis.

4. Instituto da analogia e a ampliação do rol dor art. 2º da lei 12.318/2010

A discussão a respeito da aplicabilidade do rol do artigo 2º da Lei n. 12.318/2010 à pessoa idosa é recente. Nesse sentido, existem posicionamentos que apontam como umas das soluções, uma releitura por analogia da Lei, assegurando eficácia à proteção especial e integral ao idoso deferida na Constituição Federal e na Lei 10.741/2003. Entretanto, doutrinas e jurisprudências não possuem um posicionamento consolidado sobre a temática.

Frise-se que o ordenamenro jurídico necessita de completude, pois a ideia de sua existência não se resume a regularização de todas as hipóteses/situações existentes e/ou possíveis. Com isso, teriam-se leis demasiadas e inúteis. Por vez, verifica-se que tal completude das lacunas pode ser sanada pelo instituto da analogia, entretanto, segundo Maximiliano (1994) a analogia jurídica não deve ser admitida nos seguintes casos: quando a hipótese já estiver regulada por norma legal; em matéria de privilégios; quando há restrições de liberdade ou de qualquer outro direito; quando a enumeração é taxativa; na instituição de tributos; no direito penal; entre diferentes ramos do direito.

Segundo Bobbio (2008) a completude é uma condição necessária para os ordenamentos em que valem estas duas regras: 1) o juiz é obrigado a julgar todas as controvérsias que se apresentam ao seu exame; 2) é obrigado a julgá-las com base em uma norma pertencente ao sistema.

De acordo com Maximiliano (1994) a analogia consiste em aplicar a uma hipótese não prevista em lei a disposição relativa a um caso semelhante. Em contraponto, Bobbio (1999) explica que deve haver mais que uma mera semelhança. É preciso que haja uma semelhança relevante, uma qualidade comum aos dois casos capaz de atribuir ao não regulamentado as mesmas consequências jurídicas atribuídas ao caso regulamentado, creditando a fórmula: “Onde há os mesmos motivos, haverá a mesma disposição de direito”

Sobre esse viés, Oliveira e Souza (2017), afirmam a possível aplicação análoga da Lei 12.318/2010 para tutelar o direito de convivência familiar do idoso, efetivando-se o princípio da dignidade da pessoa humana e da proteção especial e integral previstas na Constituição Federal e no Estatuto do Idoso, podendo este ser considerado vítima de alienação parental e necessitando de tutela para a garantia de seus direitos.

Para aplicabilidade da analogia, como já mencionado, é necessária a existência de uma falta normativa, mas que admita o mesmo fato jurídico como instauração. No caso da alienação da pessoa idosa, o fato institutivo é a campanha de desmoralização do alienado, que pode ocorrer de várias formas, previstas em lei ou verificadas em perícia. Como pontos de semelhança, cita-se a vulnerabilidade da vítima, o intuito de proteger a convivência familiar e a tutela da dignidade, bem-estar e desenvolvimento psíquico (OLIVEIRA; SOUZA, 2017).

Ressalta Barbedo (2014) que a vulnerabilidade é a semelhança relevante existente entre os dois casos – criança/adolescente e idoso – que redunde na fragilidade de pessoas em desenvolvimento e de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos. Logo, conclui a autora pela possibilidade de aplicação análoga, vez que evidenciada a semelhança relevante, fator imprescindível como se extrai da colocação de Bobbio explanada anteriormente.

Por vez, o princípio da dignidade humana preconiza que todas as pessoas tenham uma vida digna. No caso dos idosos, para que o princípio possa se concretizar, entendeu o constituinte brasileiro ser necessária uma tutela protetiva diferenciada, pelo simples fato

de serem pessoas mais vulneráveis do que as demais em razão da idade avançada (PERES, 2007).

Entretanto, a proteção especial direcionada a pessoa idosa pode ser omissa. Logo, a respeito da lacuna deixada quanto a alienação parental inversa, a juíza de direito Angela Regina Gama da Silveira Gutierrez Gimenez (2015) posiciona-se:

Frequentemente tem se observado que idosos têm sido impedidos por seus curadores (pessoas responsáveis por seus cuidados) ou pessoas que sobre ele exerçam influência, de manter vínculo de convivência com outros parentes (às vezes, seus próprios filhos), compadres e amigos impondolhes uma vida de isolamento e estigma. Tal situação tem sido verificada, em grande parte, quando o idoso teve duas ou mais famílias e filhos de diversas uniões que, se mantêm em conflito, decorrente da inaceitação mútua ou de quem mora com ele. O Estatuto do Idoso, principal lei protetiva dos anciãos e as demais 4 normas, não prevêm a hipótese de alienação parental, sendo necessária, para o combate de tão nefasta prática, a aplicação da Lei nº 12.318/2010 por analogia. (...) Menor atenção não merecem os nossos idosos que, comumente, permanecem isolados do contato familiar e social, vítimas de alienação parental. Na falta de uma lei específica é de se usar a Lei 12.318/2010, por analogia, para proteger-se a população idosa, a quem tanto devemos (IBDFAM-MT, 2015).

Oliveira e Souza (2017), a fim de creditar o posicionamento favorável à extensão do rol do artigo 2º da Lei 12.318/2010 pontuam que, por vezes, o idoso é impedido pelos filhos ou curadores de manter vínculos com os parentes e amigos. Nessa situação, analisado o caso concreto e as demais circunstâncias de fato, como o contato obrigatório e a liberdade das pessoas, a aplicação análoga da Lei 12.318 de 2010 torna-se cabível, posto que tanto o idoso como a criança contam com proteção integral a seus direitos e não podem ser privados de conviverem com a família.

Corroborando com a ideia, Sousa Junior (2019), reafirma que essa aplicação análoga se dá por restarem demonstradas as semelhanças entre as vítimas taxadas pela lei e os idosos, principalmente no tocante à vulnerabilidade, dependência e limitação. Logo, não deve ser deixado de lado que a alienação parental é ato atentatório à dignidade humana, uma vez que as vítimas são submetidas à violência psicológica, e por isso não se pode afastar a hipótese de que o idoso é potencial vítima da prática de alienação parental.

Entretanto, o maior problema quando a temática da alienação parental da pessoa idosa é levada ao judiciário, ocorre nos casos de plena capacidade do idoso e nos quais, devido ao cuidador dificultar as visitas, algum familiar pleiteie o direito de regulamentar a convivência. A tendência do Judiciário é dizer que não pode intervir por ser o idoso pessoa

maior e capaz, portanto, não há como obrigá-lo ao regime de visitas, pois deve ser respeitada a sua vontade (BARBEDO, 2014).

Todavia, segundo Cruz (2017), levando em conta que o Estatuto do Idoso não aborda a alienação parental contra idosos, os princípios da Lei 12.138 têm sido o instrumento utilizado por alguns juristas, por analogia, para tratar do tema atualmente. Isso porque, guardadas as devidas diferenças, a alienação parental também provoca danos à saúde emocional e psicológica dos idosos, ferindo direitos básicos da dignidade do ser humano.

Nesse sentido, tem-se o julgado do TJ-SC, reconhecendo a semelhança do caso com a prática de alienação parental em ação que suscitou pelo pagamento de danos morais frente à impossibilidade de visitar a genitora, que posteriormente veio a óbito. A condenada entrou com recurso quanto a sentença que reconheceu o dano material:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. RELAÇÃO FAMILIAR DISSIDENTE DAS PARTES, IRMÃS ENTRE SI, EM RELAÇÃO À GENITORA. ELEMENTOS ANÁLOGOS À ALIENAÇÃO PARENTAL EM RAZÃO DO ESTADO DE VULNERABILIDADE E DOENÇA DA GENITORA. PONDERAÇÃO DOS DEVERES, DIREITOS E PRESSUPOSTOS DAS RELAÇÕES FAMILIARES. UTILIZAÇÃO ARBITRÁRIA DE ABUSOS ANÁLOGOS A MEDIDAS RESTRITIVAS, SEM AMPARO EM DECISÃO JUDICIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. PRESSUPOSTOS CONFIGURADOS. DANO MORAL RECONHECIDO. RECURSO DESPROVIDO. Incontroverso entre as partes, apenas que a genitora sofria de uma série de problemas de saúde, incluindo a degenerativa doença de Alzheimer. Diante do contexto, é de certa forma compreensível a distorção de percepções entre as partes sobre as vontades da genitora. É que a doença, específica, debilita o enfermo de tal forma que, sabidamente, é comum que este seja facilmente sugestionável ou convencido. Disto, é de se mitigar as acusações mútuas, de que as partes, cada uma, considera-se a legítima defensora dos reais interesses da genitora. Tendo em vista o estado de vulnerabilidade da genitora e a patologia específica, o caso não deixa de se parecer com aquele da alienação parental, ao inverso. Em verdade, o que se observa são medidas, próprias daquelas protetivas do Direito de Família, como interdição, tomadas de forma arbitrária e ao arrepio da Lei e dos ditames que regem as relações familiares. O ato de privar a irmã do contato com a genitora, sponte sua, independentemente de autorização judicial e dadas as circunstâncias do caso, gera dano moral indenizável. (SANTA CATARINA, Tribunal de Justiça, 2016) (grifei).

Dessa maneira, considerando também que o art. 6º da 12.318/2010 apresenta rol exemplificativo de medidas a serem adotadas frente a existência de alienação parental (SOUSA JUNIOR, 2019), Barbedo (2014) exemplifica quais seriam as medidas possíveis de acordo com o caso concreto, quando o idoso figura como vítima de alienação parental. Assim, o alienador na condição de cuidador, seja na forma cumulativa ou não, deve:

- a) ser advertido;
- b) respeitar o regime de convivência familiar ampliado em favor dos familiares alienados;
- c) ser submetido a acompanhamento psicológico ou biopsicossocial;
- d) ter contra si a fixação cautelar do domicílio do idoso;
- e) ter contra si declarada a suspensão da curatela ou a sua alteração, nos casos em que ela existir. A possibilidade de ser estendida a Lei de Alienação Parental ao idoso é uma das formas de assegurar a proteção garantida à convivência familiar dele com os demais familiares. Portanto, resulta em atender o princípio do melhor interesse do idoso (BARBEDO, 2014).

Barbedo (2014) explica que a complexidade quanto a possibilidade de aplicação analógica da Lei 12.318/2010 decorre do fato que: “o idoso, ao contrário do menor, que é presumivelmente incapaz na definição da lei civil, é pessoa presumivelmente capaz de agir e atuar na vida civil, não se justificando a intervenção em casos nos quais não se discuta questão relacionada com sua condição de idoso”.

5. Considerações Finais

Constatou-se que, à princípio, a Lei 12.318/2010 fora editada com o intuito de proteger apenas a criança e adolescente das práticas de Alienação Parental. Entretanto, levantou-se a questão sobre a possibilidade de a pessoa idosa ser vítima de Alienação Parental e ser protegida pela respectiva Lei, vez que trata-se de sujeito reconhecidamente vulnerável.

Deste modo, observou-se a existência de casos em que a pessoa idosa tem seu direito a convivência familiar harmônica violado, muitas vezes por seus próprios filhos ou cuidadores, vez que sofre manipulações e é isolada do convívio familiar e social. Isso acontece nos casos em que a pessoa idosa encontra-se em estágio de senilidade, tendo sua capacidade afetada, tornando-se dependente de cuidados. Portanto, necessita ficar sobre o dever de cuidado de terceiro, o qual poderá influenciar negativamente suas relações, igualando-se aos casos de Alienação Parental da criança e adolescente.

Em contraponto, há o posicionamento que afasta a possibilidade de a pessoa ser vítima de Alienação Parental por tratar-se de pessoa maior e capaz de reger suas relações. Logo, não competiria ao Poder Judiciário regular a situação do idoso no âmbito das suas relações familiares.

Deste modo, nota-se do exposto que, apesar da existência de posicionamentos divergentes, o entendimento majoritário das doutrinas e jurisprudências é no sentido de

que a Lei 12.318/2010 pode ser aplicada analogicamente a pessoa idosa, no entanto, mostra-se basilar que o critério cronológico da idade (60 anos ou mais) esteja acompanhado de outros fatores que agravem a situação de vulnerabilidade e, por vez, minorem a capacidade plena do idoso. Com efeito, mostra-se adequado o reconhecimento de que a pessoa idosa possa ser vítima da Alienação Parental a fim de que este grupo não fique à merce da ausência legislativa para lhe proteger quanto a temática.

REFERÊNCIAS

BARBEDO, Claudia Gay. In: DIAS, Maria Berenice. **Incesto e Alienação Parental**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

BARBEDO, Claudia Gay. A possibilidade de ser estendida a lei de alienação parental ao idoso. **Revista Eletrônica Ad Judicia**. OAB ESA: Rio Grande do Sul, 2014. Disponível em: <https://www.oabrs.org.br/arquivos/file_55f9af7b39cf4.pdf>. Acesso em: 09 ago de 2020

BOBBIO, Norberto. **Teoria do ordenamento jurídico**. Brasília: UNB, 1999.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: 1988.

BRASIL. **Lei n. 10.741, de 1 de outubro de 2003. Estatuto Do Idoso**. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Disponível

BRASIL. **Lei n. 12.318, de 26 de agosto de 2010. Dispõe sobre a alienação parental e altera o art. 236 da Lei no 8.069**, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. **Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil**. Brasília: 2015.

BURMANN, Larissa Lauda; ALVES, Vicente Paulo. A necessidade de consideração da pessoa idosa em potencial estado de alienação parental e a prática de políticas públicas. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**. [s.l]: [s.n], 2019. Disponível em: <<https://www.acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/1140/760>>. Acesso em: 15 nov de 2019.

CORREIA, Eveline de Castro. **Análise dos meios punitivos da nova lei de alienação parental**. 2011. Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/artigos/713/novosite>> . Acesso em: 26 jul 2020.

CRUZ, Maria Luiza Pova. **Os idosos e o convívio**. IBDFAM: 2017. Disponível em: <<https://ibdfam.org.br/artigos/1242/Os+idosos+e+o+conv%c3%advio>>. Acesso em: 23 ago de 2020.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. Editora Revista dos Tribunais: São Paulo, 2013.

FIGUEIREDO, Fábio Vieira; ALEXANDRIDIS, Georgios. **Alienação parental**. Saraiva: São Paulo, 2014

FRANGE, Paulo. **O Estatuto Do Idoso Comentado Por Paulo Frange**.(s.d) Disponível em: <http://www.igrapiuna.ba.gov.br/Download/sec_social/Estatuto%20do%20Idoso%20-%20Comentado.pdf>. Acesso em: 30 ago de 2020.

GARDNER, Richard Alan. **O DSM-IV tem equivalente para o diagnóstico de Síndrome de Alienação Parental (SAP)?**. Departamento de Psiquiatria Infantil da Faculdade de Medicina e Cirurgia da Universidade de Columbia, New York, New York, EUA.Tradução: Rita Rafaeli. [s.l]: [s.n], 2002.

IBDFAM. **Cartilha Alienação parental**. Poder Judiciário do Estado do Mato Grosso. Coordenação Juíza Angela Regina Gama da Silveira Gutierrez Gimenez, 2015.

MAXIMILIANO, Carlos. **Hermenêutica e aplicação do direito**. Rio de Janeiro: Forense, 1994).

NASCIMENTO, Sibhelle Katherine. A Proteção Do Idoso No Ordenamento Jurídico Brasileiro. **Revista Brasileira de Direito Civil**. RBDCivil: Belo Horizonte, 2019.

OLIVEIRA NETO, Álvaro; et al. **Alienação parental e família contemporânea: um estudo psicossocial**. Recife: FBV /Devry, 2015. Disponível em:<http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/alienacao_parental/alienacao_parental_e_familia_contemporanea_vol2.pdf>. Acesso em: 26 jul 2020.

OLIVEIRA, Patrícia Outeiral de; SOUZA, Vitória Salazar. O idoso vítima de alienação parental: a aplicação análoga da lei 12.318 de 2010. **Revista do Curso de Direito do Centro Universitário Metodista – IPA**. 2017.

OLIVEN, Leonora Roizen Albek. **Alienação Parental: a família em litígio**. Dissertação de Mestrado Profissional em Psicanálise, Saúde e Sociedade. Universidade Veiga de Almeida: Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<https://docs.google.com/viewerng/viewer?url=https://livros01.livrosgratis.com.br/cp155063.pdf>>. Acesso em: 26 jul 2020.

PERES, Ana Paula Ariston Barion. **Proteção aos idosos**. Curitiba: Juruá, 2007.

SANTA CATARINA, Tribunal de Justiça. **Apelação cível. Ação de indenização por danos morais. AC Nº 0006690-70.2012.8.24.0005**, Apelante: Vera Lúcia Ribeiro, Apelada: Walkíria Ribeiro Lima. Relator: Domingos Paludo, Primeira Câmara de Direito Civil. Tribunal de Justiça de SC. Julgamento: 25.08.2016. Disponível em: <http://busca.tjsc.jus.br/jurisprudencia/buscaForm.do#resultado_ancora>. Acesso em: 30 ago de 2020.

SCHIMITT, Cristiano Heineck. **A hipervulnerabilidade do consumidor idoso**. Rio Grande do Sul. 2008. Disponível em: . Acesso em: 09 ago de 2020.

SILVA, Nathália Barbosa Da; SOUZA Marcelo Batista De. Alienação parental de idoso: uma reflexão analógica sobre a lei nº 12.318/2010. **Simpósio de TCC e Seminário de IC**, 2016. Disponível em: <http://nippromove.hospedagemdesites.ws/anais_simposio/arquivos_up/documentos/artigos/11c42e633a899e6cb0ae43c0f98b1748.pdf>. Acesso em: 15 nov de 2019.

SILVA, Maria do Rosário de Fátima e Silva. **Envelhecimento e proteção social: aproximações entre Brasil, América Latina e Portugal**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n126/0101-6628-sssoc-126-0215.pdf>> Acesso em: 06 ago 2020.

SOUSA JUNIOR, Ariolino Neres. A LEI DA ALIENAÇÃO PARENTAL EM PROL DAS PESSOAS IDOSAS. In: SOUZA, Arthur Bezerra de; et al. **Direitos humanos juridicidade e efetividade**. Rio de Janeiro: Grupo Multifoco, 2019. Disponível em: <https://www.caedjus.com/wpcontent/uploads/2019/08/Direitos_humanos_juridicidade_e_efetividade_miolo.pdf#page=20>. Acesso em: 15 nov de 2019.

AS DISPOSIÇÕES DA LEI N.º 9.307/1996 SOB A PERSPECTIVA DA ZETÉTICA JURÍDICA

Lucas Gabriel Martins de Lima¹
Cesar Franco Martins
Adauto Couto²

Resumo: O presente trabalho apresenta um estudo a respeito dos artigos 2º, parágrafos 1º e 2º, e 34, da Lei N.º 9.307/1996 (dispõe sobre a arbitragem), sob uma perspectiva da zetética jurídica. A arbitragem é considerada um meio de resolução de conflitos extrajudicial, mediante a nomeação de um árbitro para decidir acerca do conflito. A dialética foi estudada no primeiro objetivo específico como aspecto essencial à adequação da norma arbitral. No segundo objetivo específico, buscou-se a investigação da utilização dos usos e costumes e princípios do Direito, nos termos do artigo 2º, parágrafo 2º, da Lei de Arbitragem. O terceiro dos objetivos específicos buscou delinear alguns conceitos a respeito da zetética, com enfoque na homologação de sentença arbitral estrangeira. Por meio de pesquisa bibliográfica, verificou-se que, mesmo com predominância do enfoque dogmático da legislação, a zetética é fortalecida na Lei de Arbitragem de acordo com os princípios de autonomia da vontade das partes. Tal modelo extrajudicial é, portanto, uma válvula de escape à saturação de processos direcionados ao Judiciário, bem como uma alternativa para as partes.

Palavras-chave: Zetética. Dialética. Arbitragem.

1. Introdução

A arbitragem se consolidou como uma opção eficiente na resolução de conflitos relativos a direitos patrimoniais disponíveis. A técnica evita, inclusive, que muitos casos cheguem ao Judiciário, em muito sobrecarregado.

A arbitragem, regulada pela Lei N.º 9.307/1996, oferece algumas vantagens como a celeridade, a confidencialidade e o custo. Além disso, a arbitragem de equidade tem estreita relação com a zetética jurídica, no sentido de perquirir a melhor solução para o caso, sem prendimento dogmático aos preceitos do Direito.

De acordo com Ferraz Junior (2019, p. 22), a zetética jurídica corresponde à ideia de indagação, de questionamento de modo que, baseada na especulação, compreende uma infinidade de respostas, diretamente relacionadas ao processo dialético, o qual irrompe da zetética por meio de uma “teoria da argumentação”, como expõe Miguel Reale (2003, 88-91). Por outro lado, a principal fonte formal imediata do Direito corresponde à lei, ou seja, o texto normativo em conjunto com a interpretação fática e axiológica. Logo, a zetética é um diferencial no caso da arbitragem de equidade por realizar o

¹ Acadêmico do Curso de Direito - Direito da UNIVEL - Centro Universitário UNIVEL

² Orientador: Especialista em Direito Civil e Processual Civil e Professor do Centro Universitário UNIVEL.

aprofundamento reflexivo não necessariamente permeado pelos preceitos de Direito, ao propor como finalidade a efetiva concretização da justiça. A partir do demonstrado contexto, questiona-se: como se dá a relação entre a análise zetética e determinados artigos da Lei N° 9.307/96?

O objetivo geral é analisar de que modo a postura zetética intrínseca à arbitragem de equidade consolida vantagens em comparação ao processo judicial. Para tanto, busca-se verificar a dialética suscitada pelo §1º do art. 2º, da Lei de Arbitragem, bem como refletir a respeito da relação da zetética com o emprego de princípios, usos e costumes, no âmbito da Lei N.º 9.307/96, conforme consta no art. 2º, § 2º. Por fim, busca-se verificar o emprego da legislação nacional e da legislação internacional no tocante à arbitragem de Direito, prevista no artigo 34 da lei referida. Os instrumentos utilizados no desenvolvimento deste trabalho correspondem à pesquisa em artigos científicos, livros e revistas virtuais.

2. Desenvolvimento

2.1 Conceitos Gerais

2.1.1 Da Arbitragem

O conceito de arbitragem é descrito por Thiago Rodovalho (2015, p.10) como “o *processo através do qual a controvérsia existente entre as partes é decidida por terceiro ou terceiros (árbitros) imparciais, e não pelo Poder Judiciário (juízes)*”. Portanto, entende-se tal método como uma forma de resolução de conflitos escolhida pelas partes, com mínima ou sem qualquer intervenção estatal. A Lei de Arbitragem traduz expressamente, em seu art. 1º, que tais partes sejam pessoas com capacidade para contratar e que a matéria tratada seja inerente a um direito patrimonial disponível.

Luiz Fernando do Vale Almeida Guilherme (2017, s/p.) ensina que a arbitragem foi utilizada por civilizações antigas, com início na Babilônia, cerca de 3000 anos antes de Cristo. No Brasil, desde a primeira Carta Magna, a arbitragem é utilizada para a solução extrajudicial de conflitos:

[...] no Brasil, os primeiros relatos de uso de algo assemelhado à arbitragem atual se deram na Constituição de 1824, que em seu art. 160 dispunha que “nas cíveis, e nas penas civilmente intentadas, poderão as partes nomearem juízes árbitros. Suas sentenças serão executadas sem recurso, se assim convencionarem as mesmas partes. (GUILHERME, 2017, s/p.).

Segundo Luiz Fernando do Vale Almeida Guilherme (2017, s/p.), há cinco princípios que se aplicam à arbitragem, quais sejam a especialização, celeridade, concentração de atos, irrecorribilidade e informalidade.

O princípio da especialização se refere a autonomia das partes, que escolhem um árbitro que possua conhecimentos específicos da matéria do objeto, uma vez que o Judiciário nem sempre dispõe de juízes com especialidade em determinados assuntos. A celeridade compreende a velocidade para o desfecho do caso, estipulado por lei o prazo de seis meses (artigo 23, *caput*) para que seja proferida sentença. O princípio da concentração de atos trata do número reduzido e mais concentrado de casos: um dos fatores que torna o andamento das demandas mais célere. A irrecorribilidade é um dos princípios que mais difere do processo judicial, pois as partes concordaram em não recorrer da decisão do árbitro. A arbitragem também é marcada pelo princípio da informalidade, que não significa o total desprendimento da forma, mas sim uma maior flexibilidade quanto aos atos procedimentais. (GUILHERME, 2017, s/p.).

Desse modo, a arbitragem é a alternativa para resolução extrajudicial de conflitos, instituída por meio da convenção de arbitragem (art. 3º da Lei Nº 9.307/96), com crescente aplicação, sobretudo em razão da morosidade do Judiciário.

2.1.2 Da Dogmática

A dogmática jurídica pode ser conceituada como uma postura de hermenêutica jurídica que se encerra na lei. O termo advém de *dokein*, que significa doutrinar (OLIVEIRA, 2016, s/p.). Logo, a dogmática parte de dogmas, e não do questionamento e da dúvida, delimitada a interpretação restrita, além do emprego de certas particularidades, ao objetivar estabilidade ou harmonia social decorrente do emprego dos textos normativos.

A dogmática jurídica tem certo prendimento ao Direito Positivo de maneira adstrita. Grosso modo, a partir de premissas definidas e inquestionáveis, institui-se através do Direito Objetivo. A Dogmática se define a partir da doutrina, do conhecimento técnico e científico do positivismo, da jurisprudência e, essencialmente, do texto da lei. Logo, trata-se também da “*especificação da Teoria Geral do Direito no âmbito e em função do ordenamento jurídico e de sua aplicação*”, como ensina Miguel Reale (*apud* GARCIA, 2020, p.24).

2.1.3 Da Zetética

Segundo Junior (2019, p. 22) Diferente da dogmática, a zetética está pautada no questionamento. O dogmatismo indaga a premissa com o intuito da obtenção de infinitas respostas. Ao desintegrar a pergunta, seleciona-se o ato responsivo a ser alcançado, coincidentemente à expansão da margem para o levantamento de mais questionamentos. O questionamento aberto, demonstrado sob a infinitude de indagações, não traduz que não existam pontos de partida que se encontram estabelecidos fora de investigações. Dessa forma, para Pablo Jiménez Serrano, *“a Zetética jurídica se apoia na ideia de que o mundo é mutável, assim como toda relação e condicionamento humano.”* (SERRANO, 2020, p. 2).

A partir de exemplificação, Tércio Sampaio Ferraz Junior demonstra como se dá a relação entre a dogmática e a zetética, para atingir o entendimento de que, no exemplo, sob o enfoque dogmático, a palavra “soldado” já possui conceito definido, enquanto no campo da zetética, questiona-se o que é um soldado. Dessa forma, a zetética caracteriza-se como mais aberta, pois as premissas são questionáveis e substituíveis, enquanto a dogmática é mais fechada pelo fato de se prender a conceitos fixados, obrigada a realizar interpretações capazes de conformar os problemas às premissas, e não o contrário como a zetética. (FERRAZ JUNIOR, 2019, p. 19).

2.2 Discussão Específica

2.2.1 A análise da dialética própria da Lei N° 9.307/96, Art. 2°, §1°

Mesmo com suas características triunfantes, o dogmatismo jurídico, influenciado pelo positivismo técnico-científico e orgânico de Augusto Comte - o qual representa ascendência inclusive religiosa no Brasil, demonstrada por Hugo Pinto (2015) e sua equipe no documentário “A Última Religião” - constituiu a redução do espaço humanitário na esfera do Direito. A fragilidade desse formalismo normativista foi exposta no decurso da positivação das atrocidades cometidas pelo regime nazista, enquanto contrário aos princípios de limitação do poder Estatal tão esmerados em formulações jurídicas, como no caso da Constituição Francesa de 1791. (SOUSA, 2020, s/p.).

A sociedade percebeu que a pauperização da leitura moral impede que o Direito reverbere a dignidade da pessoa humana (BARROSO, 2006, p. 7-9). Afirma Marmelstein que:

[...] se não houver na atividade jurídica um forte conteúdo humanitário, o direito pode servir para justificar a barbárie praticada em nome da lei [...], o legislador, mesmo representando uma suposta maioria, pode ser tão opressor que o pior dos tiranos (MARMELESTEIN, 2008, p.10).

Deste modo, a zetética é essencial, pois preconiza a perspectiva de quebra com este padrão formalista jurídico. O pós-positivismo inscrito nos moldes neoconstitucionais abrange, como marco filosófico, a reaproximação entre o Direito e a ética - reaproximação esta olvidada no positivismo. (BARROSO, 2006, p. 4). A zetética jurídica expõe papel de suma importância ao indagar, como já citado em seu conceito, a norma e a função por ela exercida. A postura interrogativa, que provém do termo *zetein*, estatui-se pela forma dialética e é da reflexão dialética que emana a justiça (REALE, 2003, p.88-91).

O termo dialética não se reduz à sua etimologia. Mesmo concreto, não pode ser conceituado de maneira imediata, seja por não constituir algo material ou por estruturar-se através do vazio, da negação, do obscuro (CARRASCO, 2016, p. 9-31). Não é simples sintetizar o conceito de dialética, como nas afirmações de Montaigne acerca da subjetividade do ser e da sociedade, ou no uso da maiêutica e da ironia, através dos ensinamentos de Sócrates, mas, no que tange a postura zetética, de maneira didática, torna-se consentâneo adequar o estudo aos moldes de Hegel. (CARRASCO, 2016, p. 21-69). A dialética, desse modo, resume-se ao sistema de comparação entre tese e antítese, que propõem como resultado uma síntese (BEZERRA, 2020, s/p).

Do artigo 2º, parágrafo 1º, da Lei da Arbitragem, verifica-se a presença da dialética. Ao analisar o artigo, é possível concluir que o ponto principal é estabelecido por meio da interpretação, através da zetética, assim como atenta o ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal, Eros Grau, que a completude da norma só pode ser alcançada quando o sentido expressado pelo texto for produzido pelo intérprete. (GRAU, 2008).

No texto do parágrafo: “Poderão as partes escolher, livremente, as regras de direito que serão aplicadas na arbitragem, desde que não haja violação aos bons costumes e à ordem pública” (BRASIL, 1996), a liberdade e a autonomia das partes são enaltecidas de maneira não vista comumente no ambiente Judiciário. Cabe aos envolvidos determinar o elemento processual utilizado durante o julgamento, logo, estes tornam-se os intérpretes. São as partes que definem o procedimento adotado. No âmbito do Judiciário, o mais

próximo que se chegou disso foi o negócio processual, previsto no artigo 190, do CPC (BRASIL, 2015), contudo, com certos limites.

Esse elemento, antes de sua determinação, constitui a tese. A tese, então, é toda e qualquer lei ou matéria de equidade, como previsto no *caput* do artigo estudado, que não descumpra regras de ordem pública ou os bons costumes, nacionais e internacionais. Na esfera jurídica alerta-se ao fato da vastidão dos termos “ordem pública” e “bons costumes”. Estes são conhecidos como cláusulas gerais, as quais ganharam forma com o Código Civil de 2002, influenciado, inclusive, pela postura zetética da Análise Tridimensional do Direito de Miguel Reale (REALE, 2003, p.64). Mas, como não é lógico aspirar pela possível má-fé das partes em relação às cláusulas gerais, pois a própria lei será utilizada (ou o objetivo máximo desta: a equidade), é muito amplo o rol de possíveis escolhas dos envolvidos. Devido ao extenso número de oportunidades, a tese é posta em conflito mediante à antítese (BEZERRA, 2020).

A antítese constitui a reflexão sobre a aplicabilidade da tese perante o caso concreto (BEZERRA, 2020, s/p.). A partir do uso da metodologia dialética, mesmo que inconscientemente, a reflexão demarcada pela antítese faz com que as partes se aproximem do âmbito jurídico. Essa aproximação demonstra a coincidência para com o resultado humano obtido a partir da aceitação das partes, enquanto firmante da bilateralidade do Direito. A reaproximação das partes constitui a contrariedade da terceirização do poder julgador do Estado estabelecido por meio do contrato social, retomado pelas partes de maneira extrajudicial, pois também cabe ao civil, analogicamente ao conceito aristotélico de *politikon zoon*, seu caráter jurídico (CABRAL, 2020, s/p.). Dessa forma, a síntese é produto da manifestação da vontade das partes, facilitada assim a satisfação e consentimento de ambos: fato pouco recorrente no julgamento unilateral do Poder Judiciário.

2.2.2 A reflexão a respeito da zetética no que tange a resolução do uso de princípios do Direito, usos e costumes na Lei N° 9.307/96, Art. 2º, § 2º

Mesmo entendida a relevância da dialética no conjunto completo tratado no presente trabalho, verifica-se a importância da redação sob a perspectiva do árbitro, prevista no parágrafo 2º, do artigo 2º, da Lei N° 9.307/1996. A disposição normativa corresponde à afirmação de que cabe às partes escolherem se ocorrerá um modo de arbitragem baseado nos princípios gerais do Direito, usos e costumes ou nas regras

internacionais de comércio. Aqui ainda cabe reforçar que os usos e costumes, fortalecidos durante o uso da arbitragem, são intrínsecos à pessoa humana, não afastados através do tempo, como encontra-se presente na relação entre a obra *Antígona* e a contemporaneidade. (SÓFOCLES, 2007, s/p.).

A respeito dos princípios gerais do Direito, explicita-se que estão presentes tanto no Judiciário quanto na convenção de arbitragem. No Judiciário, institui-se o aspecto dogmático da utilização dos mesmos apenas em casos de omissão da lei (art. 4, *caput*, Decreto-Lei N° 4.657/42). Já na arbitragem, entende-se que o enfoque zetético é revelado ao demonstrar a capacidade de escolha pela realização da determinação arbitral com base nos princípios do Direito, usos e costumes. Conforme a delimitação ocorre, encontra-se a oportunidade de utilizar os parâmetros que vão de acordo com os estabelecidos por meio dos direitos fundamentais, que, além de legitimados pela lei, são de grande potencial valorativo. (GUERRA, 2020, s/p.).

Ainda segundo Guerra (2020, s/p.) a dignidade da pessoa humana, por exemplo, é também produto da corrente zetética enquanto indagadora da norma puramente positivada, de modo posterior ao Novo Direito Constitucional, termo pautado por Luís Roberto Barroso (BARROSO, 2006, p. 3). Deste modo, compondo um parâmetro entre estas obras, a utilização de princípios, usos e costumes é revolucionária justamente na corrente pós-positivista, pelo emprego da zetética concomitantemente à dogmática inscrita nos termos da lei em lides. Baseia-se na obra de Torres, intitulada “*Tratado de direito constitucional, financeiro e tributário*” (BARROSO, 2006, p. 4) para a descrição de tal teoria, como observa-se a seguir:

No conjunto de ideias ricas e heterogêneas que procuram abrigo neste paradigma em construção incluem-se a atribuição de normatividade aos princípios e a definição de suas relações com valores e regras; a reabilitação da razão prática e da argumentação jurídica; a formação de uma nova hermenêutica constitucional; e o desenvolvimento de uma teoria dos direitos fundamentais edificada sobre o fundamento da dignidade humana. (TORRES *apud* BARROSO, 2006, p. 4).

Conclui-se, portanto, pela vantagem do uso da arbitragem, adequado o uso dos costumes pelo árbitro, em sintonia com os pilares dos direitos fundamentais. Ainda, por ser possível considerar a resolução do litígio à luz de princípios equitativos, pode-se adotar novos princípios humanitários, os quais constituem um grande avanço, pois se assume através deles um compromisso com as partes, na busca pela justiça.

2.2.3 A exposição da postura de questionamento entre a Lei Nacional e a Lei Internacional, pressuposta na Lei Nº 9.307/96, Art. 34

O parágrafo 2º, do artigo 2º, da Lei Nº 9.307/1996, permite a utilização de regras internacionais de comércio no processo arbitral. O artigo 34, por vez, dispõe que:

“Art. 34. A sentença arbitral estrangeira será reconhecida ou executada no Brasil de conformidade com os tratados internacionais com eficácia no ordenamento interno e, na sua ausência, estritamente de acordo com os termos desta Lei. ”
(BRASIL, 1996, s/p.).

Mesmo que de maneira restrita, a utilização da lei estrangeira para amparar os direitos suscitados, quando considerada que a lei nacional é limitada ou insuficiente. Entretanto, não é apenas a alteração do elemento processual que constitui o objeto de estudo, mas como esse processo ocorre, ou seja, não é única a necessidade de entender o fim, mas, principalmente, o meio.

O meio representa uma evolução frente ao ordenamento jurídico pátrio, ao colocá-lo em processo dialético frente às normas de países terceiros, sem deslegitimar a estrutura tradicional. (LIMA, 2000, p. 93-94). A comparação de normas é essencialmente dialética, e, nesse caso, não ocorre de modo diferente. O efeito causado pela disposição da lei estrangeira já provou sua validade ao estruturar conceitos de equidade em tratados internacionais. Logo, de maneira sistemática, essa característica complementa os usos e costumes, pois reverbera a qualidade de permitir uma organização ainda mais justa e humana do ordenamento jurídico.

Todavia, o ato que mais expõe a zetética do artigo supracitado é a ideia de questionamento e comparação de normas, com o intuito de modificá-las e alcançar o avanço jurídico-social. Detalhadamente, esse intercâmbio de regulamentos disponibiliza opções de alteração da norma nacional e impede que o conteúdo desta permaneça estagnado em relação ao progresso de fatos e valores. Alex Oliveira Rodrigues cita, em seu livro *“Arbitragem – um novo campo de trabalho”*, um caso de modificação de um entendimento até então aceito. Em janeiro de 1998, foi prolatada uma sentença da Fazenda Pública do Rio Grande do Sul, observada maior validade do Tratado de Assunção em comparação ao direito brasileiro. O leite produzido no Uruguai não possuía a isenção de impostos que era destinada ao produto brasileiro. A sentença impôs que a

isonomia tributária, prevista no tratado, ocupasse posição de superioridade (LIMA, 2000, p. 93-94).

Portanto, na arbitragem, encontra-se o aparelhamento de leis nacionais, estrangeiras e internacionais, que fortalece justamente o poder questionador da zetética. Esta se exprime em decorrência da responsabilidade, já elencada como fruto da liberdade e autonomia, conteúdos jurídicos imperiosos dos direitos humanos (GUERRA, 2020, s/p.), refletidas pelo conceito puro de arbitragem. Nessa perspectiva, a liberdade conduz à dúvida, que revela a condição de reflexão zetética, e que, finalmente, desperta a filosofia enquanto geradora da compreensão das necessidades humanas, ainda que se configure em trajetória de ordem inacabada, como defende Severino (1986, p.19), ao afirmar que a Filosofia busca a ideia de um saber irrefutável e, pela irrefreável procura, é fundamentalmente especulativa.

3. Considerações Finais

Diante do contexto exposto no decorrer da pesquisa científica, conclui-se que a arbitragem corresponde à utilização de um meio extrajudicial para a resolução de conflitos pela nomeação de um terceiro como árbitro, considerado em função equiparada à de um Juiz de Direito. Mesmo regulamentada pela Lei N° 9.307/96, a arbitragem é presente desde a antiguidade como forma eficaz na solução de litígios.

Constituída como uma alternativa viável frente ao processo judicial, a zetética é demonstrada pela face da abertura ao questionamento. Inferir que há aspectos zetéticos nos artigos elencados ao comentário do presente trabalho não dispensa a afirmação de que há, de maneira muito incisiva, a presença do enfoque dogmático nas disposições estudadas. Dessa forma, como observado em Tércio Sampaio Ferraz Junior, o fenômeno jurídico e toda sua complexidade admite tanto o enfoque zetético, quanto o enfoque dogmático em sua investigação. (FERRAZ JUNIOR, 2019, p. 27).

O desconhecimento de muitos acerca da alternativa da arbitragem impede a disseminação das vantagens do procedimento, porém, elas continuam objetivadas, e, a partir de seu uso, conclui-se que o processo de julgamento de conflitos é agilizado por meio da utilização de tal método. No decorrer do texto, expõe-se que a dialética não é exclusiva das partes, mas é presente também na decisão do árbitro, e é de amplo poder valorativo. Finalmente, apresenta-se a maior vantagem sistemática da posição zetética no âmbito da arbitragem: a evolução social, objetivo máximo do saber zetético, ao ponto que

o avanço é primordial para a justiça, o que é improvável quando se aplica apenas a dogmática, que por diversas vezes é prioridade para o Judiciário.

REFERÊNCIAS

BARROSO, L. R. Neoconstitucionalismo e constitucionalização do Direito. **Revista Quaestio Iuris**, v. 2, n. 1, p. 1-48, 2006. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/quaestioiuris/article/view/11641/9106>>. Acesso em: 3 out 2020.

BRASIL. **Decreto – Lei nº. 4.657, de 4 de setembro de 1942**. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República, 1942. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del4657compilado.htm>. Acesso em: 3 out 2020.

BRASIL. **Lei Nº 13.105, de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF: Presidência da República, 17 mar. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm>. Acesso em: 3 out 2020.

BRASIL. **Lei Nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 - Dispõe sobre a arbitragem**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF: Presidência da República, 24 set. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9307.htm>. Acesso em: 3 out 2020.

BEZERRA, J. **Hegel**. 2020, Toda Matéria. Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/george-wilhelm-friedrich-hegel/#:~:text=A%20dial%C3%A9tica%20%C3%A9%20um%20conceito,uma%20ideia%20contr%C3%A1ria%20a%20ant%C3%ADtese>>. Acesso em 14 out 2020.

CABRAL, J. F. P. **"O conceito de animal político em Aristóteles"**. 2020, *Brasil Escola*. Disponível em: <<https://brasilestola.uol.com.br/filosofia/o-conceito-animal-politico-aristoteles.htm>>. Acesso em 15 out 2020.

CARRASCO, A. **A dialética**. 1. ed., São Paulo: WMF Martins Fontes, 2016.

FERRAZ JUNIOR, T. S. **Introdução ao Estudo do Direito: técnica, decisão, dominação**. 11. ed., São Paulo: Atlas, 2019.

GARCIA, G. F. B. **Introdução ao Estudo do Direito**. 7. ed., Salvador: Editora JusPodivm, 2020.

GRAU, E. **[LVIII CAD] Dr. Eros Grau - Interpretação do Direito, do texto à norma**. Instituto Rio Branco, 2008. (1h23m49s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=0eAXe0D22ZY>>. Acesso em 14 out 2020.

GUERRA, S. **Curso de direitos humanos**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

GUILHERME, L.F.D.V.A. **Manual de Arbitragem e Mediação**: conciliação e negociação. 4. ed. São Paulo: Saraiva Digital, 2018. Acesso em 3 out 2020.

LIMA, A. O. R. **Arbitragem**: um novo campo de trabalho. 2. ed. São Paulo: Iglu, 2000.

MARMELSTEIN, G. **Curso de Direitos fundamentais**. São Paulo: Atlas, 2008.

PINTO, H. **A Última Religião** (Documentário sobre o Positivismo no Brasil, 2015). 2015. (50m48s) Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aHpG-cr1eMg&feature=emb_title> Acesso em 15 out 2020.

SEVERINO, E. **A filosofia antiga**. Tradução José Eduardo Rodil. Lisboa: Edições 70, 1986. v.1. p.19

REALE, M. **Lições preliminares de Direito**. 27. ed., São Paulo: Saraiva, 2003.

RODOVALHO, T. **Aspectos Introdutórios da Arbitragem**. Manual de arbitragem para advogados. Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB). Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), p. 10-18. Brasil, 2015. Disponível em: <https://www.academia.edu/13218502/Manual_de_Arbitragem_da_OAB_CACB>. Acesso em 14 out 2020.

SERRANO, P. J. **Tema 3: Zetética Jurídica**: pressupostos doutrinários. [s. l], 20--. Disponível em: <http://sites.unifoa.edu.br/portal/plano_aula/arquivos/04102/Tema%203.%20Zet%C3%A9tica%20Jur%C3%ADdica%20-%20Pressupostos%20doutrin%C3%A1rios.pdf>. Acesso em 14 out 2020.

SÓFOCLES. **Édipo Rei - Antígona**. São Paulo: Martin Claret Editora, 2007.

SOUSA, R. G. "**Revolução Francesa - Assembleia Nacional**". 2020, *Brasil Escola*. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/historiag/revolucao-francesa-assembleia-nacional.htm>>. Acesso em 15 out 2020.

DA DIGNIDADE E AUTONOMIA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: RESPONSABILIDADE DO ESTADO EM GARANTIR ACESSIBILIDADE EM LOCAIS PÚBLICOS

Ana C. Giacomel Dall' Agnolo¹
Gabriel de Oliveira Ribeiro²

Resumo: Esse projeto tem como escopo, analisar a dignidade da pessoa com deficiência e sua autonomia, referente a inclusão social sobre a responsabilidade do Estado em garantir acessibilidade da pessoa com deficiência. No entanto o objetivo do presente estudo é apresentar a Teoria da Justiça nos aspectos da dignidade da pessoa humana e sua autonomia e a partir delas, analisar o posicionamento que o Estado Brasileiro tem adotado perante as políticas sociais em favor desta minoria. Sendo assim, justificando-se o referente estudo para suprir lacunas deste tema sobre a necessidade de uma atenção prioritária na inclusão social e acessibilidade com a observação no princípio da equidade. Deste modo, a metodologia utilizada para o desenvolvimento desse trabalho foi a técnica da pesquisa bibliográfica com consultas em literaturas e publicações de artigos online além de doutrinas nacionais acerca do tema. Onde procura esclarecer a responsabilidade do Estado na promoção da igualdade da pessoa com deficiência, observando o princípio da equidade. Conclui-se que a dignidade e autonomia, objetiva a promoção da igualdade, equidade e justiça, propondo condições para que as minorias possuam o mesmo direito de acesso, inclusive em lugares públicos, levando em conta as diferenças existentes na sociedade.

Palavras-chave: Inclusão social. Autonomia. Equidade. Dignidade.

1. Introdução

Por meio do presente estudo é possível de se fazer uma análise da falta de acessibilidade para as pessoa com deficiência em locais públicos, no qual vem ferir a constituição federal e o estatuto da pessoa com deficiência, uma vez que por falta de acessibilidade em acesso a locais públicos como, prédios, escolas, praças, vias públicas, calçadas, transportes públicos e entre outros locais, as mesma necessitam de acompanhantes para realizar suas necessidades diárias, ou seja, a pessoa com deficiência não consegue gozar do direito de sua autonomia para deslocamento, logo, tem sua dignidade abalada por não ter um tratamento igualitário aos demais cidadãos, nesse sentido vem requerer o direito de acesso com acessibilidade, para usufruir de sua autonomia e sua dignidade, portanto, com este trabalho pode-se buscar uma analisar referente as possibilidades de melhoria no acesso aos espaços públicos, inclusão social e igualdade social.

¹ Ana C. Giacomel Dall' Agnolo – Acadêmica de Direito - Centro Universitário UNIVEL.

² Gabriel de Oliveira Ribeiro – Acadêmico de Direito - Centro Universitário UNIVEL.

A justificativa para o estudo concretiza-se por ser necessária a discussão da inclusão social observando o princípio da equidade, dignidade da pessoa humana e autonomia, considerando que não é em todas as ações afirmativas no qual beneficiam igualmente todos os tipos e graus de comprometimento de deficiência. Sendo assim, caberá exclusivamente ao Estado elaborar políticas públicas que contemplem a todos.

Seguindo está toada, a presente pesquisa cinge-se para seguinte questão: Em relação a Lei 13.146 de 2015, onde se refere ao Estatuto da pessoa com deficiência e destina-se a assegurar e promover direitos em condições de igualdade da pessoa com deficiência, no qual visa a inclusão social, autonomia, dignidade e cidadania. Deste modo, busca-se o esclarecimento do seguinte questionamento: qual é a responsabilidade do Estado na promoção da igualdade e dignidade referente à acessibilidade e autonomia da pessoa com deficiência, em relação ao princípio da equidade?

Pois bem, as possibilidades de hipóteses referentes ao tema em questão, possui respaldo doutrinário e jurisprudencial, considerando que ocorre divergências doutrinárias e também jurisprudenciais. Neste sentido, o refere-se muito bem o tema proposto Luiz Alberto David de Araújo ao afirmar:

A pessoa portadora de deficiência quer mental (quando possível), quer física, tem o direito ao trabalho, como qualquer outro indivíduo. Nesse direito está compreendido o direito à própria subsistência, forma de afirmação social e pessoal do exercício da dignidade humana. O trabalho pode tanto se desenvolver em ambientes protegidos (como oficinas de trabalho protegidas), como em ambientes regulares, abertos a outros indivíduos. (ARAÚJO, 2003. P. 47).

Pois bem, as pessoas tem a possibilidade de ajuizar ações para exigir a respeito da negligência do ente estatal referente a falta de fiscalização, manutenção e asseio de sua competência e responsabilidade. Ou seja, a pessoa com deficiente tem o direito de acesso assim como todos e autonomia para deslocamento sem necessidade de acompanhantes, para abrir, fechar, erguer, pegar e etc. Assim, podendo requerer a dignidade e inclusão no meio social de modo em que o Estado garanta acessibilidade e fiscalização, conforme assegurado na constituição o direito de igualdade a todos perante a lei, sem distinção de qualquer natureza.

Em sentido contrário, encontram-se algumas divergências doutrinárias e também jurisprudenciais. Neste caso, encontramos por exemplo falta de fiscalização e criação de políticas públicas para suprir a necessidade das pessoas com deficiência e muita das

vezes não ocorre se quer debates sobre o tema, pois não há consenso, contudo até o presente momento a pessoa não fica impossibilitada de gozar de sua autonomia e fica dependente de terceiros.

Analisar a ausência de acessibilidade em locais públicos para as pessoas com deficiência, ficando elas dependentes de terceiros não podendo gozar de sua autonomia, assim, pretende buscar o debate referente a responsabilidade do Estado no quesito de formação de políticas públicas para a inclusão social das pessoas com deficiência em conformidade com o princípio de justiça, da igualdade e da equidade na perspectiva da dignidade da pessoa humana.

a) Explicar quais são as ausências de acessibilidades em lugares públicos dificultando acesso da pessoa com deficiência.

b) Verificar qual é a responsabilidade do Estado em garantir melhorias e fiscalizar a falta de acessibilidade;

c) Questionar a isonomia em razão da falta de tratamento diferenciado para mesmas situações das pessoas, uma vez que a pessoa com deficiência não tem autonomia, ou seja, o que deve ser feito no caso concreto para ocorrer melhorias e direito de igualdade a todos.

d) Demonstrar o dever do Estado em relação em efetuar melhorias, garantias, e inclusive na fiscalização, para que todos possam possuir o direito de acesso e gozar de sua autonomia.

2. Desenvolvimento:

2.1 A dignidade da Pessoa Humana à Luz do Princípio da Equidade:

A dignidade da pessoa humana, encontra-se previsto no artigo 1º, inciso III da Constituição Federal, que constitui um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito, inerente à República Federativa do Brasil. No qual sua finalidade, na qualidade de princípio fundamental, é assegurar ao cidadão um mínimo de direitos que devem ser respeitados pela sociedade e pelo poder público, de forma a preservar a valorização do ser humano, e por óbvio, que as pessoas com deficiência, devem tê-lo reconhecido e exercido.

Deste modo, pode-se considerar que o princípio da Dignidade da Pessoa Humana possui origem tipicamente cristã e se desenvolve nas doutrinas de Agostinho e Tomás de Aquino. (ZENNI; OLIVEIRA, 2009.)

Assim, o desenvolvimento do pensamento cristão sobre a dignidade humana se faz através de um duplo fundamento: o homem é um ser originado por Deus para ser o centro da criação; como ser amado por Deus, foi salvo de sua natureza originária através da noção de liberdade de escolha, que o torna capaz de tomar decisões contra o seu desejo natural.

Deste modo, vale destacar que a dignidade da pessoa humana está ligada diretamente ao princípio da equidade, inclusive o Estatuto da Pessoa com Deficiência assegura o tratamento igualitário e sem discriminação, ou seja, a dignidade da pessoa humana é fundamental para que haja igualdade, inclusive delineando o conceito de discriminação, como segue:

Art. 4º Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação. § 1º Considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas. Art. 5º A pessoa com deficiência será protegida de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, tortura, crueldade, opressão e tratamento desumano ou degradante.

É possível observar que a dignidade da pessoa humana é uma forma coletiva de possuir seus direitos garantidos pelo Estado, por óbvio respeitando os indivíduos e colocando todos em mesmo pé de igualdade, inclusive o ilustre doutrinador Mello nos diz:

Consubstancia-se o princípio da dignidade da pessoa humana na pretensão ao respeito por parte dos demais indivíduos da coletividade aos direitos fundamentais da pessoa como integrante de uma coletividade. Apresenta-se esse princípio em dupla concepção: como direito individual protetivo em relação ao Estado e aos demais indivíduos, e como dever fundamental de tratamento igualitário dos homens entre si na sociedade. Significa, no nosso ordenamento jurídico, que cada um deve respeitar o seu semelhante da mesma forma como lhe assegura a Constituição Federal seja respeitado. (MELLO, 2010)

Ainda, com base no Comentário Contextual de Jose Afonso da Silva sobre o artigo 5º da Constituição Federal de 1988, Nogueira (2012) comenta que o legislador, no artigo em questão, procura aproximar os conceitos de isonomia e equidade pela sua “menção

associada a vedações quanto aos diversos discrímens que por ventura possam vir a ser construídos, idiopática ou preconceituosamente, contra os direitos da pessoa humana”.

Desta forma o autor considera que:

A inclusão social é, pois, a palavra-chave a nortear todo o sistema de proteção institucional da pessoa com deficiência no Brasil. Implica a idéia de que há um débito social secular a ser resgatado em face das pessoas com deficiência; a remoção de barreiras arquitetônicas e atitudinais — comunicacionais, inclusive! — acarreta a percepção de que os obstáculos culturais e físicos são opostos pelo conjunto da sociedade e excluem essa minoria do acesso a direitos fundamentais básicos. Cabe, portanto, à sociedade agir, corrigir-se, combinando esforços públicos e privados para a realização de tal finalidade integradora da totalidade de seus membros (desenho universal (grifo do autor): a maioria é o todo). (NOGUEIRA, 2012, s/p).

Considerando que a dignidade da pessoa humana está diretamente ligada ao princípio da equidade, haja vista que perante a lei não haverá qualquer tipo de discriminação. Ou seja, que nenhum indivíduo qualquer que seja sua condição alcançará em situação jurídica, privilégios em detrimento do outro, porém terá garantia da boa utilização do comando contido nesta norma. José Afonso da Silva preceitua que a igualdade e a equidade formal na lei ao afirmar que:

Corresponde à obrigação de aplicar as normas jurídicas gerais aos casos concretos, na conformidade com o que elas estabelecem mesmo se delas resultar uma discriminação, o que caracteriza a isonomia puramente formal, enquanto a igual “na” lei exige que, nas normas jurídicas, não haja distinções que não sejam autorizadas pela própria constituição. Enfim, segundo essa doutrina, a igualdade “perante” a lei seria uma exigência feita a todos aqueles que aplicam as normas jurídicas gerais aos casos concretos, ao passo que a igualdade “na” é uma exigência dirigida tanto àqueles que criam as normas jurídicas gerais como àqueles que as aplicam aos casos concretos. (SILVA, 2001, p. 218)

Dessa forma, conclui-se que a referida teoria de Equidade e Dignidade da Pessoa Humana objetiva a concessão de tratamento diferenciado às pessoas com deficiência, devendo a pessoa com deficiência competir de igual para igual com os demais integrantes da sociedade. (SANTOS, 2010).

Diante do exposto, pode-se afirmar que os direitos das pessoas com deficiência nada mais são do que especificações dos direitos de uma forma geral, sendo que as características específicas de determinados indivíduos devem ser consideradas durante a tutela de direitos dos mesmos.

Nesse passo, as singularidades de cada sujeito com deficiência deverão ser consideradas durante o processo de concessão dos seus direitos, fazendo com que a tais indivíduos se situem num patamar de igualdade de oportunidades em relação aos demais, especialmente os menos favorecidos. (SANTOS, 2010).

2.2 A Responsabilidade do Estado em garantir Acessibilidade à Pessoa com Deficiência

Considerando que as ordenações de ações políticas e econômicas tem como objetivo em garantir a universalização de políticas sociais com respeito as diversidades sociais, sendo elas étnico-raciais, geracionais, de gênero, de deficiência ou de qualquer outra natureza” (BRASIL, 2012 p.4).

Pois bem, à proteção das pessoas com deficiência em relação aos princípios da Dignidade da Pessoa Humana e da Igualdade, esta garantidos pela Constituição Federal de 1988, onde nos mostra que através das limitações físicas a pessoa com deficiência necessita de tratamentos diferenciados, para que não fiquem a margem da sociedade.

Neste sentido, nossa ilustre doutrinadora Maria Aparecida Gugel ao analisar o direito à igualdade referente ao tratamento diferenciado para pessoas com necessidades especiais discorre que:

Compreender a aparente dicotomia entre o princípio constitucional da igualdade de todos perante a lei e o tratamento diferenciado que a própria Constituição da república confere às pessoas com deficiência é fundamental para a eficácia e aplicabilidade das normas que lhes são dirigidas. (GUGEL, 2007, p. 31).

Sendo assim, o tratamento diferenciado está em conformidade com os direitos de ordem sociais, e suas garantias refere-se a Constituição Federal de 1988 no Capítulo II, no qual versa sobre os Direitos Sociais da pessoa com deficiência, designando as responsabilidades e competências sobre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Deste modo, nos termos previstos na Constituição Federal de 1988, a inclusão social das pessoas que são portadoras de deficiência vai além do direito a igualdade, possuem também relação com o princípio da dignidade da pessoa humana. Todos os direitos sociais que estão previstos no artigo 6º da Constituição Federal de 1988, são direitos garantidos também aos portadores de deficiência, pois os mesmo não querem um tratamento diferenciado das pessoas consideradas “normais”, eles querem ser inteirados

na sociedade da mesma maneira que as outras pessoas são, tendo as mesmas garantias e direitos.

No que tange a LBI em seu art. 3º, inciso I, descreve o conceito de acessibilidade nos seguintes termos:

Art. 3º Para fins de aplicação desta Lei, consideram-se: I - Acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida; (BRASIL, 2015, grifo nosso).

Neste sentido, a acessibilidade, trás à possibilidade da pessoa com deficiência mesmo que possua sua mobilidade reduzida, vir ter acesso em locais públicos bem como privados, assim, conseguirá manter relações sociais com segurança e autonomia.

Assim, por meio da efetivação da acessibilidade, a pessoa que possui algum tipo de limitação física não significa que a mesma não obterá de sua autonomia, podendo sim gozar do seu direito à igualdade. Podemos analisar nas palavras de Prado (2003, apud Rebecca Monte Nunes Bezerra, 2007, p.278):

[...] o objetivo da acessibilidade é proporcionar a todos um ganho de autonomia e mobilidade, principalmente àquelas pessoas que tem sua mobilidade reduzida ou dificuldade de comunicação, para que possam usufruir dos espaços e das relações com mais segurança, confiança e comodidade.

Pois bem, de acordo com o art. 2º da LBI, no qual descreve quem são as pessoas com deficiência, e o que impede na participação plena e efetiva destas pessoas na sociedade, em igualdade de condições com os demais indivíduos Já devidamente observado, a acessibilidade é um instrumento capaz de eliminar todas estas barreiras.

No entanto, vale ressaltar o que se entende legalmente por barreiras, para que se torna possível a inclusão social da pessoa com limitação física através da acessibilidade sobre elas, e ainda, A LBI em seu art. 3º, IV, define o que são barreiras e as classifica em seis espécies:

Art. 3º Para fins de aplicação desta Lei, consideram-se: [...] IV - barreiras: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao

acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros, classificadas em:

a) barreiras urbanísticas: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo;

b) barreiras arquitetônicas: as existentes nos edifícios públicos e privados;

c) barreiras nos transportes: as existentes nos sistemas e meios de transportes;

d) barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação; **e) barreiras atitudinais:** atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas;

f) barreiras tecnológicas: as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias; (BRASIL, 2015, grifo nosso).

A acessibilidade é considerada um instrumento necessário e fundamental para que não ocorra a exclusão social, exclusões que impedem o pleno exercício de direitos por parte das pessoas com deficiência. Sendo assim, é evidente devido à falta de acessibilidade, grupos de pessoas com restrição são deixados à margem da sociedade em diversas áreas, bem como educação, trabalho, lazer, transportes, etc.

Em conformidade com tais afirmações, Barcellos (2012, p.177) também afirma o caráter combatente da acessibilidade quanto às barreiras sociais, descrevendo ela como:

[...] a adoção de um conjunto de medidas capazes de eliminar todas as barreiras sociais - não apenas físicas, mas também de informação, serviços, transporte, entre outras - de modo a assegurar às pessoas com deficiência o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, às condições necessárias para a plena e independente fruição de suas potencialidades e do convívio social.

Assim, Consolo (2011), faz uma análise de que são implícitos ao Poder Público, em especial em âmbito Federal, ou seja, o dever de garantir os direitos das pessoas com deficiência em pleno exercício, ou seja, a viabilização de seus direitos individuais e sociais, sua integração social, em promover ações governamentais com a intenção de efetuar o cumprimento das leis, fiscalizar tratamento prioritário e adequar aos assuntos relativos às pessoas com deficiência, implementar a Política Nacional para a integração da Pessoa com Deficiência, com a criação e o desenvolvimento de planos, programas e projetos específicos.

Insta salientar, que nos artigos e incisos da Constituição Federal de 1988, que garantem direitos e impõem os deveres da pessoa com deficiência, estão assim descritos:

No Capítulo II da Constituição, que trata dos Direitos Sociais, o inciso XXXI do artigo 7º proíbe qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador com deficiência. O artigo 23, inciso II, prevê que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios tratar da saúde e assistência pública, da proteção e da garantia dos direitos das pessoas com deficiência. O artigo 24, inciso XIV, define que é competência da União, dos Estados e do Distrito Federal legislar concorrentemente sobre a proteção e integração social das pessoas com deficiência. A reserva de percentual de cargos e empregos públicos para pessoas com deficiência é tratada no artigo 37. (BRASIL, 2012).

Para a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e em decorrência do Decreto Legislativo 186/2008 e do Decreto 6949/2009, pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Portanto considerando essa análise, Nogueira (2012), comenta que dois argumentos jurídicos permeiam as discussões acerca do quadro das deficiências sobre o perfil da condição humana:

1) não se tratam mais de meras contingências ou variáveis puramente clínicas ou patológicas, mas essencialmente sociais, a dizer, ínsitas à própria natureza individual da pessoa (com deficiência), atributo de identidade inteiramente guarnecida pela dignidade humana que a notabiliza na sociedade e como tal é protegida pelas Constituições dos Estados de Direito e democráticos; 2) que o princípio ancilar da igualdade merece uma segmentação binária entre pólos que se complementam, a saber: (2a) igualdade jurídica (grifo do autor) (de todos perante a lei, que deriva do advento das teorias liberais do século XVII) e (2b) igualdade material (grifo do autor) (relacionada com semelhantes oportunidades com que todos [desenho universal] possam legítima e validamente exercer a própria cidadania em plenitude assim no exercício de direitos quanto no cumprimento de deveres).

Portanto, a luta por igualdade não pode se referir à um território em que a ideia de sujeito de direito fique corrompida por uma falsa obsessão identitária, substituindo-se uma tragédia social por outra. (NOGUEIRA, 2012).

3. Metodologia

A metodologia adotada para o presente trabalho foi a técnica da pesquisa bibliográfica com consultas em literaturas e publicações de artigos online além da doutrina nacional acerca do tema. Martins e Pinto (2001), comentam que a revisão bibliográfica

procura conhecer, explicar e discutir temas com bases em referências teóricas publicadas em livros, revistas, periódicos e outros.

4. Considerações Finais

Pois bem, é evidente que existe um processo entre a elaboração e a efetivação das políticas de afirmação social em favor das pessoas com deficiência, no entanto é notável que o esforço que o Estado vem promovendo em favor destes ainda continua sendo pouco.

A inclusão social da pessoa com deficiência, de maneira plena, necessitou de um foco das políticas de afirmação social e bem como, o poder legislativo de certa forma, como bem exemplifica o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015), no qual assegura condições igualitárias no tratamento da pessoa com necessidades especiais para com a sociedade, visto que, neste sentido a Constituição Federal de 1988 e a legislação supracitada, tem o objetivo de promover o tratamento igualitário entre todos os indivíduos.

Portanto a promoção da igualdade, equidade e dignidade da pessoa humana, trás a inclusão social de todos, através de condições para que as minorias tenham as mesmas oportunidades, levando em conta as diferenças existentes na sociedade, seja ela social, econômica ou física.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Luiz Alberto David. **A proteção constitucional das pessoas portadoras de deficiência**. 1992.

BARCELLOS, Ana Paula de.; CAMPANTE, Renata Ramos. A acessibilidade como instrumento de promoção de direitos fundamentais. In: FERRAZ, Carolina Valença; LEITE, George Salomão; LEITE, Glauber Salomão; LEITE, Glaco Salomão (Coord.). **Manual dos direitos da pessoa com deficiência**. São Paulo: Ed. Saraiva, 2012.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL, 2012. **Conferências Nacionais dos Direitos das Pessoas com Deficiência: balanço dos avanços das políticas públicas no Brasil**.
<http://www.portalinclusivo.ce.gov.br/phocadownload/CEDEF/textobalangoconferenciafi>
nal.pdf. Acesso em 03 de Outubro de 2020.

BRASIL. Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000. **Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências.** Brasília, 2000. Disponível em: . Acesso em: 13 de Outubro de 2020.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.** Brasília, 2000. Disponível em: . Acesso em: 13 de Outubro de 2020.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.** Brasília, 2015. Disponível em: . Acesso em: 13 de Outubro. 2020.

CONSOLO, Ana Carolina Pecin; GIANULLO, Wilson. **Direito dos portadores de deficiência física.** VII Jornada de iniciação cinetífica, 2011. Disponível em: < http://www.mackenzie.com.br/fileadmin/Pesquisa/pibic/publicacoes/2011/pdf/dir/ana_carolina_pecin.pdf> Acesso em 14 de Outubro de 2020.

GUGEL, Maria Aparecida. **Pessoas com deficiência e o Direito do Trabalho.** Florianópolis: Obra Jurídica. 2007

LEITE, Flávia Piva Almeida. **O Município Acessível à Pessoa Portadora de Deficiência: O Direito à Eliminação das Barreiras Arquitetônicas.** São Paulo: RCS Editora, 2007.

MARTINS, G. A.; PINTO, R. L. **Manual pra elaboração de trabalhos acadêmicos.** São Paulo: Atlas, 2001.

MELLO. R. S. de. **Direito Ambiental do Trabalho e a Saúde do Trabalhador.** 4º ed., LTr, 2010.

NOGUEIRA, Roberto Wanderley. **Inclusão de pessoas com deficiência é dever do Estado.** Rev. Consultor Jurídico. Dezembro, 2012. <http://www.conjur.com.br/2012-dez-19/roberto-nogueira-inclusao-pessoas-deficiencia-dever-estado>. Acesso em 10 de Out. 2020.

SILVA, Luís Antônio. **O contratualismo de John Rawls e a Teoria da Justiça como equidade.** Rev. Paradigmas. Centro de Estudos Filosóficos de Santos. Edição 31. Ano VI - Março/Abril 2006

SANTOS, Rafael Amorim. **A fundamentação dos direitos das pessoas com deficiência a partir da teoria da justiça de John Rawls.** Programa de Mestrado em Ciência Jurídica da UENP, 2010. file:///F:/Documentos%20-20Admin/Desktop/171-339-1-SM.pdf

ZENNI, A. S.; OLIVEIRA, C. (Re) **Significação dos princípios do Direito do Trabalho.** Porto Alegre, Sergio Antonio Fabris, 2009.

O DIREITO À SAÚDE E OS PARÂMETROS DO STJ PARA CONCESSÃO DE MEDICAMENTOS PELO ESTADO

Alessandra Farhat de Oliveira¹

Michelle S. Ristow Gasparini

Professora Orientadora: Lygia M. Copy²

Resumo: O direito à saúde é previsto na Constituição Federal, a qual garante o bem-estar e a justiça social, reconhecendo o direito de todos e dever do Estado. Diante disso, este artigo aborda o direito à saúde tendo como base os parâmetros do Supremo Tribunal de Justiça para a concessão de medicamentos conferida pelo Estado, ressaltando que isso deve ocorrer por meio de contenda judicial e que esses medicamentos devam constar na lista do SUS, o que proporciona a dignidade da pessoa humana. Refere-se, também, à saúde no tocando ao que diz respeito aos direitos sociais e a saúde no Brasil, com um breve histórico da evolução, transformação e conquistas.

Palavras-chave: Saúde. Medicamentos. Supremo Tribunal de Justiça

1. Introdução

A saúde é um direito fundamental, social, a qual é protegida pela Constituição Federal de 1988, e possui acesso universal. Nesse sentido, quando se fala de direito fundamental, pode-se dizer que esse está relacionado com a garantia de viver com dignidade, liberdade e igualdade, direitos esses conquistados com a revolução Francesa. Desse modo, no tocante ao direito social, pode-se dizer que é um direito de segunda dimensão, o qual exige uma ação positiva do Estado. Dessa forma, tal geração pode ser definida como uma garantia ao indivíduo dos direitos

sociais por parte do Estado, especificamente saúde, educação, trabalho, entre outros. No entanto, foi no século XX, que estes novos direitos fundamentais foram consagrados em várias constituições (SARLET E MITIDIERO, 2016, p, sn).

Frente a isso, entende-se que todos têm direito a um atendimento de qualidade e em hospitais e clínicas, assim como o fornecimento de medicamentos. Entretanto, é nesse sentido que surge um empasse entre a sociedade e o governo, visto que muitos medicamentos, por serem de alto custo e não estarem disponibilizados na lista do SUS, não são fornecidos. Dessa forma, pacientes que necessitam desses fármacos buscam o poder judiciário para resolver esse empasse. Segundo o Supremo Tribunal Federal (STF),

¹ Acadêmica do Curso de Direito – Univel – Centro Universitário UNIVEL.

² Orientadora: Professora Lygia M. Copy do Curso de Direito Univel – Centro Universitário UNIVEL.

em uma votação que se encerrou em março de 2020, o Estado somente terá a obrigação de custear tais medicamentos quando for comprovada a extrema necessidade. Além disso, nessa mesma decisão, o ministro Alexandre de Moraes cita que, por mais importante que seja em face de uma pessoa, isso compromete o valor disponibilizado destinado ao atendimento de várias pessoas pelo SUS (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2020).

Por se tratar de um tema complexo, que inunda o poder judiciário de ações, faz-se necessária a discussão em torno do tema, em que de um lado está o Estado, alegando falta de recursos orçamentários, e do outro a sociedade, que busca a garantia de um direito constitucional, que, muitas vezes, pode custar vidas.

2. Metodologia

Este artigo se propõe a realizar uma revisão bibliográfica a fim de aprofundar o referencial teórico-conceitual sobre a judicialização em saúde. Com isso, pretende criar discussões a respeito da concessão de medicamentos por parte do Estado e correlacionar isso ao direito à saúde, previsto constitucionalmente. Dessa forma, a metodologia utilizada foi a descritivo--analítico-reflexiva, que, segundo Marcolino e Mizukami (2008), permite, por meio do embasamento em referenciais bibliográficos existentes na literatura, a análise reflexiva do tema proposto sob o modo descritivo. Para a realização da revisão, utilizou-se pesquisa de dados de julgados e doutrinas, além da legislação atual referente ao assunto, durante os períodos de 2008 a 2020.

As produções científicas analisadas foram provenientes de artigos oriundos de teses, dissertações e monografias publicadas em formato de artigos originais. Além disso, o local de produção ficou restrito à judicialização da saúde, no âmbito do SUS. Outro ponto importante a ser comentado, é que esse artigo teve como questão geradora da busca a seguinte pergunta: Como o Estado pode influenciar na concessão de medicamentos sem criar um desequilíbrio na estrutura estatal vigente, garantindo, assim, a dignidade da pessoa humana?

Os critérios de inclusão foram:

- (1) Estudos realizados no Brasil de 2008 a 2020;
- (2) Produzidos em português;
- (3) Que tratam da judicialização da saúde.

Por outro lado, os critérios de exclusão são os seguintes:

- (a) Estudos que tratam da judicialização do subsistema de saúde

suplementar;

(b) Publicações referentes a relatos de experiências e artigos de opinião, resenhas de livros, notas técnicas;

(c) Estudos realizados fora do período delimitado para a busca da produção em literatura científica.

Por fim, a análise concentrou-se, essencialmente, na revisão da literatura, complementada por reflexões das autoras desse artigo.

3. Evolução Histórica do Direito à Saúde.

Todavia, nem sempre foi assim. Por anos, a saúde foi banalizada e, até mesmo, reduzida pelo poder estatal, tendo seu envolvimento de um ponto de vista negativo. Por muito tempo, foi observada apenas com um olhar de cobertura coletiva, quase abstrata, como, por exemplo, na ausência de doença (DESCARTES, séc. XVII). Antigamente, a saúde era tão restrita que ter um tratamento clínico era apenas para pessoas com muito dinheiro. Quem não tinha condições de pagar por tratamento particular, tinha apenas uma única opção: a Santa Casa de Misericórdia (FUNASA, 2020).

Com o passar dos anos e com a independência do Brasil, faculdades de medicina surgiram, assim como vacinas e outros tratamentos, que se fortaleceram com a Reforma Sanitária, a qual mais tarde serviu como base para a criação do Sistema Único de Saúde (SUS). Assim sendo, o interesse social e a maior conscientização sobre isso começaram a aparecer por volta dos anos 80, quando a sociedade passou a reivindicar do poder do Estado uma ação mais atuante.

Nesse contexto, o Sistema Único de Saúde foi criado pela Constituição Federal de 1988, a fim de garantir acesso integral, universal e gratuito para população do país, com o propósito de alterar a desigualdade na assistência à Saúde da população (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020).

Embora tenha sido protegida por muitas constituições, salvo a de 1891 que tinha caráter liberal e não previa direitos sociais, permaneceu sem muita importância nesses documentos. Porém, com o advento da Constituição Federal de 1988 a saúde ganhou tratamento universal. Até essa data era bastante limitada, uma vez que o Estado não se comprometia tanto em relação a esses assuntos como atualmente. Com o passar do tempo, o Supremo Tribunal Federal entendeu que o Estado precisava ampliar seu olhar perante toda a sociedade, de uma forma mais positiva e eficaz. Para isso, era preciso

novas conquistas, por meio de movimentos que defendessem a saúde como um todo e a todos. Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988 trouxe, ao longo de seu texto, artigos que regulamentam tal direito, como, por exemplo, o artigo 196 que garante a saúde como um direito de todos e dever do Estado.

Dessa forma, a evolução em relação ao direito e ao acesso à saúde surge com o decorrer do tempo, à medida que surgem as necessidades, o que possibilita a garantia das condições de vida ao ser humano, independente de classe social, raça, credo ou qualquer outra diferença. Além disso, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos do Homem, em seu Art. 25, a saúde passa a ser vista e a ser considerada como algo necessário à vida digna da pessoa. Nesse sentido, a Organização Mundial da Saúde (OMS) complementa que a saúde não é apenas doença, e sim um estado de bem-estar físico, mental e social (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE). Por fim, a Constituição Federal de 1988, em seu art. 5º, trata das garantias fundamentais, dispondo que todos são iguais perante a lei, ou seja, que todos têm o direito à vida de uma forma saudável.

Diante do exposto, pode-se destacar, ainda, que a primeira conquista mais relevante para sociedade como um todo se deu em 1990, quando a lei Federal nº 8.080 de 1990 regulamentou o Sistema Único de Saúde, visando à promoção, à proteção (eliminar os riscos) e à recuperação (quando de fato está enfermo), o que nos leva a entender que a saúde não é somente no sentido de tratamento, mas sim preventivo. Sendo assim, o direito à saúde deve ser garantido dentro de uma política social e econômica em que reduza o risco de doença, por meio de medidas preventivas e acesso universal e igualitário às ações, promovendo proteção e recuperação, bem como, o artigo 198 da CF trata a organização do SUS, tendo como base a descentralização, atendimento integral preventivo e assistencial, determinando que seja uma rede regionalizada e hierarquizada na construção desse sistema (DUARTE, 2017, p. sn).

Portanto, pautado pelo princípio da igualdade, o SUS foi criado com o objetivo de garantir a saúde a todos de forma igualitária e gratuita, como, um direito subjetivo e universal. Nesse viés, as pessoas podem, independentemente de suas condições financeiras, gozarem do direito ao acesso à saúde. Desse modo, entende-se que tal instituto se distende ao atendimento em hospitais, ambulatórios, tratamentos clínicos, inclusive medicamentos, entre outros benefícios. Diante disso, surge, então, a segunda maior conquista, que aconteceu em 2018, concernente à concessão de medicamentos. Nessa perspectiva, o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) inseriu parâmetros para

concessão de medicamentos no Brasil, tanto para aqueles existentes na lista dos municípios quanto para os de fora da lista do SUS, desde que preenchidos alguns critérios.

4. O Direito a Saúde no Tocante ao Direito Social

Como já mencionado, o direito à saúde é um direito social, fundamental, garantido pela Carta Magna, no art. 6º da CF, mas é no artigo 196 da CF e seguintes que tem sua regulamentação, e ainda traz a base do que é a saúde e para quem é destinado esse direito.

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Ademais, ao analisar o artigo 5º, §1º da CF, percebe-se que esse direito, embora tenha aplicação imediata, possui sua eficácia limitada. Isso quer dizer que os direitos sociais não são autoaplicáveis, dessa forma, depende de uma norma para ser regulamentados. Nesse sentido, pode-se afirmar que a saúde, assim como a educação e a alimentação, são normas programáticas, que dependem de recursos financeiros para serem, de fato, efetivadas, o que nem sempre é possível.

Sobre os direitos sociais, pode-se inferir que são prestações positivas proporcionadas pelo Estado direta ou indiretamente, enunciadas em normas constitucionais, que possibilitam melhores condições de vida aos mais fracos, direitos que tendem a realizar a igualização de situações sociais desiguais (SILVA, 2004, p. 285).

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Nesse contexto, a afirmação de que o direito à saúde é para todos, significa dizer que qualquer pessoa faz jus a esse dispositivo, em que o Estado tem o dever de dar condições mínimas a todos, e acesso a hospitais e aos medicamentos essenciais, além de criar e manter políticas públicas para melhorar o acesso aos serviços e atender a todos. Como exemplo disso, pode-se citar o programa Mais Médicos, as campanhas de vacinação, as Farmácias Populares, entre outras.

Porém, nem sempre é possível atender a todos de forma igualitária e com eficiência. Isso porque, no Brasil, a saúde pública é deficitária, uma vez que não possui recursos suficientes para atender toda a demanda existente. Baseado nisso, pessoas que precisam de medicamentos que não fazem parte da lista do SUS, por serem de alto custo, ou por ainda não terem sua eficácia comprovada pela Anvisa, precisam buscar o poder judiciário para obrigar o governo a custear tais medicamentos. Por outro lado, é importante ressaltar que se o Estado for sentenciado a custear esses medicamentos a todos que procuram o judiciário, poderá ocorrer um colapso nos cofres públicos. Isso pode ser comprovado pela fala do ministro Alexandre de Moraes, o qual afirma: "Não há mágica orçamentária e não há nenhum país do mundo que garanta acesso a todos os medicamentos e tratamentos de forma generalizada" (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2020).

Frente a isso, pode-se dizer que há dois tipos de medicamentos: novo e experimental. Desse modo, o novo é liberado para comercialização e testado no país de origem. Já os experimentais, que estão em fase de testes, não são liberados para venda. Diante disso, com fundamento ao exposto, o STF entendeu que o medicamento novo, mesmo não comprovado pela Anvisa, poderá ser concedido sob ação judicial, vedado o fornecimento dos experimentais, pois não se sabe quanto à segurança do produto (SARLET E MITIDIERO, 2016, p. sn).

Diante dessa conjuntura, o Estado baseia-se na reserva do possível, podendo, em alguns casos, alegar a legalidade financeira. No entanto, vale ressaltar que não pode se valer dessa possibilidade em quaisquer casos, de forma leviana, com a intenção de eximir-se de suas obrigações. Assim, medicamentos básicos e essenciais, que estão listados na portaria da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do SUS, devem ser concedidos a toda população, a fim de garantir a efetividade das normas constitucionais (art. 5º, caput, e 196).

Ademais, a falta de acesso à saúde prejudica não apenas esse direito, mas afeta de alguma forma outros direitos como, por exemplo, o direito à educação. Uma criança doente, sem assistência, não consegue ter um aprendizado de qualidade. Diante disso, deve-se respeitar o princípio da segurança jurídica, o qual, segundo Theodoro (2006), pode ser definido como:

A segurança jurídica não é outra coisa senão a possibilidade reconhecida pelo operador econômico, fiscal, e por todos os jurisdicionados, de um meio jurídico seguro, posto ao abrigo das áleas e reviravoltas eventualmente ocorridas nas regras do ordenamento jurídico.

Sendo assim, ao analisar o exposto, fica claro que não há como falar em dignidade da pessoa humana sem que se respeite o direito à saúde, uma vez que esse instituto é imprescindível à sobrevivência humana. Logo, assegurar a satisfação das condições de uma vida digna implica reconhecer tal preceito como valor absoluto de um estado democrático de direito.

5. Concessão de Medicamentos

A Portaria nº 3.916/98, do Ministério da Saúde, estabelece a Política Nacional de Medicamento que tem como objetivo “garantir a necessária segurança, eficácia e qualidade destes produtos, a promoção do uso racional e o acesso da população àqueles considerados essenciais”. Nesse contexto, essa portaria define a responsabilidade de cada ente na concessão desses medicamentos.

Nesse íterim, pode ser citada como exemplo a responsabilidade municipal que, de acordo com essa portaria, tem responsabilidade de fornecer medicamentos básicos e essenciais à população. Isso quer dizer que todo medicamento que o município entender que pode colocar na lista, ele deve fornecer, não podendo, nesse caso, alegar reserva do possível, pois o fornecimento desses medicamentos não é uma faculdade. Somado a isso, vale ressaltar que esse rol de medicamentos é exemplificativo, ampliado à medida que novas pesquisas consideram novos medicamentos como eficazes para doenças que venham a surgir ou que estão em curso (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020).

Além disso, o governo, ainda em parceria com os municípios, oferece, por meio de farmácias privadas conveniadas, conhecidas como “Farmácia Popular”, as quais foram instituídas mediante o art. 4º do Decreto nº 5.090, de 20 de maio de 2004, medicamentos a toda população com preços reduzidos, com o objetivo de ampliar o acesso a medicamentos considerados essenciais.

Art. 4º O Programa “Farmácia Popular do Brasil” será executado sem prejuízo do abastecimento da rede pública nacional do Sistema Único de Saúde – SUS.

Assim como garante a Constituição Federal de 1988, o direito à saúde está ligado diretamente à igualdade, por isso o esforço do Estado em garantir a todos de forma igualitária na medida do possível. Isso não significa que o Estado pode alegar falta de recursos para disponibilizar os medicamentos, mas sim que ele deve garantir o básico. Nesse sentido, até mesmo o estrangeiro, o índio, ou qualquer outra pessoa que aqui esteja tem direito de gozar da saúde e o Estado de prover, uma vez que essa medida é de caráter inclusivo.

Deve-se ainda observar o princípio da integralidade, ou seja, olhar a saúde não apenas como consequência, e sim como prevenção, como, por exemplo, as campanhas nacionais de vacinação. Nesse contexto, a competência para tal ato se torna solidária, isto é, comum no sentido de descentralização, que envolve a União (Ministério da Saúde), Estados (Secretaria Estadual de Saúde) e os municípios (Secretaria Municipal da Saúde), com apenas um objetivo: alcançar a todos. Ademais, vale ressaltar que o art. 199 da Constituição Federal garante a livre iniciativa privada, ou seja, podem existir clínicas de vacinação privadas, e ainda o SUS pode, de forma complementar, contratar tais empresas, mediante contrato público ou convênio.

Por mais esforços encontrados, nem sempre são cumpridos os objetivos de alcançar a saúde a toda população, de forma igualitária e efetiva. Diante disso, um dos motivos alegados pelo poder público, muitas vezes, é a falta de recursos. Apesar de ser um dever do Estado, esse nem sempre consegue cumprir essa função, o que condiciona a população a pleitear tal garantia no poder judiciário, pois se trata de um direito subjetivo. Entretanto, o grande problema não está nos medicamentos encontrados nas listas formuladas e fornecidas pelos entes governamentais, e sim naqueles que estão fora dela como, por exemplo, os medicamentos mais caros.

Portanto, o Estado (como sujeito passivo) pode ser responsabilizado tanto pela ação, quando contraria o ordenamento jurídico, quanto pela omissão, abstendo-se de suas responsabilidades. Nesse sentido, mesmo pautado pelas normas programáticas, o poder judiciário, quando provocado, pode agir para garantir que direitos que foram recusados injustamente pelo Estado possam ser garantidos.

6. Parâmetros do Stj para Concessão de Medicamentos

É de conhecimento de todos a dificuldade de conseguir, perante o Estado, medicamentos de forma igualitária para todas as pessoas. Porém, o Estado não tem a obrigação de fornecer todo e qualquer medicamento. Em conformidade com o princípio da razoabilidade, o poder público, ao praticar atos tanto discricionários como vinculados, deve observar uma relação de pertinência entre a finalidade e os padrões de oportunidade e conveniência, sendo, portanto, vedada a imposição de obrigações superiores àquelas estritamente suficientes ao atendimento do interesse público.

Frente a isso, existem medicamentos caros usados em doenças raras que são de difícil acesso e um custo muito alto, como, por exemplo, para esclerose múltipla. Dessa forma, pautado no princípio da igualdade e da justiça, muitas famílias procuram o Judiciário para pleitear ações contra os entes federativos para conseguirem medicamentos.

No entanto, antes de qualquer argumento, é preciso observar outro princípio, o da isonomia. Nesse viés, a CF/88 diz que todos são iguais perante a lei, ou seja, todos têm os mesmos direitos. Assim sendo, no caso da saúde, quando se busca uma judicialização perante o Poder Judiciário, é preciso o bom senso, isto é, quem tem condições de arcar com as custas do tratamento e medicamentos, aconselha-se a pagar, e deixar para aqueles que realmente precisam, e tenham a necessidade, por incapacitação financeira (BRASIL, 1988).

Assim como os direitos fundamentais se desenvolvem com o passar do tempo, as decisões criadas pelo STF e STJ também acompanham as evoluções e as necessidades da sociedade como um todo. E, nesse sentido, visando à semelhança que existe entre o direito reconhecido e assegurado pela Carta Magna, o STJ, em 2018, entendeu que o Estado deve arcar não apenas com medicamentos disponibilizados na lista do SUS, mas também medicamentos que estão fora dela. Porém, para que isso seja possível, é necessário que se preencham alguns requisitos, conforme decide o STJ na 1ª seção do Superior Tribunal de Justiça (tema 106): "O Estado é obrigado a fornecer medicamentos fora da lista do SUS se estiverem preenchidos cumulativamente três critérios: I - Existência de laudo médico informando a necessidade do medicamento; II - Alegação de incapacidade financeira do usuário; III - Registro do medicamento da ANVISA."

É importante ressaltar que tais condições são cumulativas e que a existência de laudo médico informando a necessidade do medicamento tem que ser de um médico conveniado ao SUS, pois, se o pedido for de um médico particular, fica subentendido que o paciente tem condições de arcar com as despesas. Ainda, é necessário que fique claro que aquele medicamento, que não se encontra na lista do SUS, é de grande importância e necessidade para o tratamento, mesmo que eventual medicamento listado não teve a sua eficácia comprovada.

Por outro lado, de acordo com a súmula nº 98 do Tribunal Regional Federal da 4ª região (TRF-4): "Ressalvadas as hipóteses excepcionais, o registro na ANVISA constitui condição necessária ao fornecimento de medicamentos por decisão judicial."

Ademais, é preciso salientar as necessidades da celeridade nos processos que estão em trâmite, pois a necessidade de tais medicamentos pode estar relacionada a uma linha tênue entre a vida e a morte ou, ainda, afetar o estado psicológico e físico desses pacientes, que, muitas vezes, passam meses esperando por uma decisão judicial. Assim, para Sarlet e Mitidiero (2016), o direito à vida e à saúde constitui a condição de ter direitos, como também a obrigação à dignidade da pessoa humana, onde esse vínculo protege a integridade física, corporal e psicológica do ser humano. (SARLET E MITIDIERO, 2016, p. sn)

Dessa forma, entende o STJ que existe a possibilidade de o paciente conseguir o medicamento mesmo não estando ele na lista do SUS, observando o equilíbrio do mínimo existencial e a reserva do possível. Essa decisão busca, ainda, igualar as diferenças, ou melhor dizendo, as condições, visando não apenas uma subsistência, mas sim uma vida saudável. Sendo assim, quando isso é de alguma forma violado ou limitado, qualquer pessoa pode pleitear perante o poder judiciário, demandando por esse direito individualmente. Além disso, cabe salientar que o acesso ao medicamento depende da organização do município, ou estado, em que as demandas podem ser feitas por qualquer cidadão.

Ainda é importante salientar que o art. 23 da Constituição Federal de 1988, que trata das competências, deixa claro que a saúde é uma responsabilidade solidária e competência comum entre a União, Estados e Municípios (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988). Dessa maneira, a sociedade pode cobrar de qualquer um desses entes um tratamento adequado, pleiteando ação contra o qual lhe convier. Assim, cabe ao poder do

Estado instituir e desenvolver ações e políticas públicas para melhor alcançar a eficiência social, pois o direito à vida se sobrepõe as discordâncias administrativas.

Frente a isso, a 2ª turma do STJ, em uma decisão contra o estado do Paraná em relação à saúde de um agricultor que foi diagnosticado com câncer, entende que, por ser um direito fundamental, os entes federativos não deveriam conter esforços para cumprir o que é estabelecido, e criar dificuldade para que o cidadão possa conseguir aquilo que lhe é garantido constitucionalmente. (SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 2012)

7. Considerações Finais

Diante do exposto, pode-se concluir que, mesmo sob constantes desenvolvimentos históricos além de direitos assegurados pela Carta Magna, ainda há muito para se conquistar a fim de que todos tenham uma saúde de qualidade a qual supra a necessidade social. Nesse sentido, é preciso um esforço maior do Estado, para que os pacientes que realmente necessitem de medicamentos, os quais não se encontram na lista do SUS ou são de alto custo, possam consegui-los sem que precisem passar anos a espera de um tratamento.

Nesse sentido, não basta buscar por mais tecnologias ou pesquisas avançadas, que resultem em medicamentos de ponta, se estes não podem chegar às mãos de quem precisa. Por razões já expostas nesse artigo, pode-se inferir que o Brasil ainda não tem condições de dar uma resposta a milhares de famílias, as quais precisam, muitas vezes, buscar o poder judiciário para obter êxito. É preciso, portanto, a criação de políticas públicas com intuito de aproximar ainda mais a sociedade do SUS e do Estado, visto que a saúde é um direito de todos e dever do Estado, conforme determinado pela Constituição Federal.

REFERÊNCIAS

A POLÍTICA NACIONAL DE MEDICAMENTOS – Portaria nº 3.916/98. Disponível em: <https://www.mpro.mp.br/documents/252409/522647/Portaria+n%C2%BA%203.916+de+30+de+Outubro+de+1998.pdf/07765ce5-c570-4d4a-b4db-744d80259e41;jsessionid=698B8FF4A95DF645AB035CEC7CAD6423.node01?version=1.0>. Acesso em: 10 set. 2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário RE 566471. Origem: RN - RIO GRANDE DO NORTE. Relator: Ministro Marco Aurélio. 11 de março de 2020.

Disponível em:
[http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=439095&caixaBu](http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=439095&caixaBusca=N)
sca=N. Acesso em: 15 set. 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal de Justiça. Recurso Especial (Resp) 1349023 PR 2012/0219608-9. Relator: Ministro Herman Benjamin. Brasília – DF. 18 de novembro de 2015. **Diário da Justiça Eletrônico**. Disponível em:
[https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/153734767/recurso-especial-resp1349023-pr-](https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/153734767/recurso-especial-resp1349023-pr-2012-0219608-9)
2012-0219608-9. Acesso em: 15 set. 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Justiça. Repetitivos. Disponível em:
[http://www.stj.jus.br/repetitivos/temas_repetitivos/pesquisa.jsp?novaConsulta=true&ti](http://www.stj.jus.br/repetitivos/temas_repetitivos/pesquisa.jsp?novaConsulta=true&tipo_pesquisa=T&sg_classe=REsp&num_processo_classe=1657156)
po_pesquisa=T&sg_classe=REsp&num_processo_classe=1657156. Acesso em: 10 set. 2020.

DUARTE, C. S.; BUCCI, M. P. D. **Judicialização da Saúde: A Visão do Poder Executivo**. São Paulo: Saraiva, 2017

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE. Disponível em:
<http://www.funasa.gov.br/cronologia-historica-da-saude-publica>. Acesso em 10 set. 2020.

MACHADO, Gustavo Silveira. **Fornecimento de Medicamentos no Sistema Único de Saúde**, 2010. Disponível em: [https://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/estudos-e-](https://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/estudos-e-notas-tecnicas/publicacoes-da-consultoria-legislativa/areas-da-conle/tema19/2010_2748.pdf)
notas-tecnicas/publicacoes-da-consultoria-legislativa/areas-
daconle/tema19/2010_2748.pdf. Acesso em 10 set. 2020.

MARCOLINO, T. Q.; MIZUKAMI, M. G. N. **Narrativas, processos reflexivos e prática profissional: apontamentos para pesquisa e formação**. Interface (Botucatu), Botucatu, v. 12, n. 26, p. 541-547, 2008.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Disponível em: [https://www.saude.gov.br/sistema-unicode-](https://www.saude.gov.br/sistema-unicode-saude/sistema-unico-de-saude)
saude/sistema-unico-de-saude. Acesso em: 16 set. 2020.

MORAES, Alexandre. **O Estado não é obrigado a conceder medicamentos de alto custo não registrados na lista do SUS**. 11/03/2020. Disponível em:
<portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=439095&ori=1>. Acesso em:
08 out. 2020.

SARLET, I. W.; MITIDIERO, D. **Curso de Direito Constitucional**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

SILVA, J.A. **Curso de direito Constitucional Positivo**. 23ª ed. São Paulo: Malheiros, 2004, p. 111, 289 e 314.

THEODORO JR., Humberto. **A onda reformista do direito positivo e suas implicações com o princípio da segurança jurídica**. Revista de Processo. v.136.

Jun. 2006. Disponível em:
[https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:redes.virtual.bibliotecas:artigo.revista:2006;800](https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:redes.virtual.bibliotecas:artigo.revista:2006;8000759652)
0759652. Acesso em: 08 out. 2020.

TERCEIRIZAÇÃO INFANTIL E REFLEXOS JURÍDICOS

Thiago Mattos de Oliveira¹

Felipe Eduardo Ramos de Oliveira Ferri²

Resumo: O corrente artigo tem por finalidade a compreensão de aspectos do abandono infantil no Brasil e evolução dos direitos de proteção da criança na esfera constitucional e infraconstitucional. Faz necessário uma abordagem jurídica sobre os tipos abandono, com apontamentos para caracterização de espécies de abandono. Por meio de pesquisa bibliográfica sobre o tema, foi possível averiguar que a criança é um sujeito de direitos e nessa toada ocorreu a criação de leis de amparo à criança, com definição dos diferentes tipos de abandono que a legislação aborda. Ainda a pesquisa permitiu compreender que, mesmo com muitas leis de proteção à criança ainda há de forma mascarada abandonos que causam impacto social que acompanham da fase infantil até adulta, com interferência até no processo educativo.

Palavras-Chave: Terceirização infantil. Abandono. Proteção Jurídica.

1. Introdução

Uma realidade infeliz presente no seio da sociedade, conduz a algumas reflexões: Quais são as formas de abandono? Qual é a perspectiva jurídica? Como enfrentar as novas formas de abandono? Tais indagações baseiam e motivam a presente análise.

Nesse sentido, imperioso compreender os aspectos da relação do abandono até a proteção da criança. Para alcançar este firmamento o caminho da pesquisa toma como rumo: compreender surgimento da legislação protetiva do infante; investigar as formas de abandono na perspectiva jurídica e seus desdobramentos consequenciais na vida da criança.

Por determinado tempo, ao abordar o tema de abandono infantil logo se remetia ao ato de abandonar, o abandono físico, de criança que estava sob cuidados e tutoria. No século XVI no Brasil, sob olhares dos Jesuítas, as crianças vão recebendo leitura dignificante elevando a interpretação de seu papel social e garantindo novos rumos a sua existência política, mesmo diante dos assustadores índices de crianças abandonadas nas ruas (KUHLMANN JR., 2011). Na iniciativa de conter esse horrendo número de

¹ Mestrando em Direito Processual e Cidadania na Universidade Paranaense - UNIPAR. Especialista em Direito e Processo do Trabalho pelo Centro Universitário de Cascavel - UNIVEL. Advogado no Paraná. E-mail: th.oliveira.adv@hotmail.com

² Especialista em Educação pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Aluno Especial do programa de Pós-Graduação - nível Mestrado pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Advogado no Paraná. E-mail: felipe.eduardo.ferri@gmail.com

abandonos, foi criado a Roda dos Expostos, com o principal objetivo de acolher crianças “expostas”.

Do ponto de vista jurídico vale Estudar o momento em que a criança se torna um sujeito de direitos e analisar a gênese e o desenrolar de leis que protegem a criança, tais como a criação da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), Declaração Universal dos Direitos da Criança (1959), Constituição Federal (1988), Convenção dos Direitos da Criança (1989), bem como o ECA (1990) e a LDB (1996), entre outros como adiante exposto, bem como a perspectiva jurisprudencial proferida pelos tribunais.

A pesquisa foi realizada por meio de estudos bibliográficos, com uso preponderante de legislação. Fazendo uso da abordagem qualitativa, baseando-se em fontes históricas e contemporâneas bem como bases teóricas sólidas.

2. Breve histórico da infância

O reconhecimento das crianças nos séculos passados não eram base para censo. Até meados do século XII, a arte medieval não conhecia a infância ou não ousava representá-la. É difícil crer que tal ausência se devesse a incompetência ou a falta de habilidade. Levando a crer que não houvesse lugar para a infância nesse mundo conforme Ariès (1978).

Na exposição de Martins Filho (2012) até mesmo as famílias viam como algo natural a mortalidade infantil, visto compensar com o número significativo de natalidade. Ao adquirir a independência física, a criança sem gozar das fases da infância, de pronto era inserida no mundo adulto. Não havendo preocupação, logo, culminava na naturalização da prática social do abandono.

Para Martins Filho (2012), a prática do abandono de bebês é um fenômeno constante na história da humanidade, sendo que tal costume foi encarado com naturalidade, sua insignificância social, possuiu diferentes motivações e causas, entretanto, as circunstâncias e as atitudes são repetitivas, presentes nos documentos históricos com muitas evidências de abandono em quase todas as civilizações da Antiguidade.

Outrossim, séculos mais tarde é que houve o reconhecimento da infância e da necessidade de proteger a criança como sujeito de direitos, sendo que “a aparição da infância ocorreu em torno dos séculos XIII e XIV, mas os sinais de sua evolução tornaram-

se claros e evidentes, no continente europeu, entre os séculos XVI e XVII” (CARVALHO, 2003, p. 47).

3. Contexto pontual da infância no Brasil

No Brasil, somente após o século XVI é que se percebeu os primeiros modelos sobre criança trazidos pelos Jesuítas. A Igreja interferiu grandemente no que se refere à valorização da criança, ao condenar o infanticídio e o abandono. Entretanto, os Jesuítas enfrentaram dificuldades, visto que não conseguiam abranger todas as crianças abandonadas, órfãs e migrantes em suas práticas e projetos pedagógicos.

No século XVIII, foram implantadas, no Brasil, as Rodas que recebiam crianças abandonadas, chamada “Roda dos expostos”, originária de modelo europeu, possuía o objetivo de acolhe-las para que não ficassem desprotegidas ou morressem. O dispositivo era composto por um cilindro, onde a criança era deixada, a roda girava e a criança passava para o interior da instituição, onde “puxava-se uma cordinha com uma sineta, para avisar a vigilante ou rodeira que um bebê acabava de ser abandonado e o expositor furtivamente retirava-se do local, sem ser identificado” (MARCÍLIO, 2001, p. 55).

Mesmo após o vigor da Lei Áurea, em 1888, as crianças e adolescentes, moradores de antigas senzalas continuaram a trabalhar nas fazendas permaneceram sem condições básicas. No final do século e no decorrer das primeiras décadas do século XX, as tendências vigentes que acompanharam, foram a criação de instituições públicas que amparassem os abandonados de forma a assegurar um melhor auxílio estatal e jurídico, neste sentido:

A jurídico-policia, que defendia a infância moralmente abandonada, a médico-higienista e a religiosa, ambas tinham a intenção de combater o alto índice de mortalidade infantil tanto no interior da família como nas instituições de atendimento à infância (PASCHOAL; MACHADO, 2009, p. 83).

Cada instituição “[...] apresentava as suas justificativas para a implantação de creches, asilos e jardins-de-infância onde seus agentes promoveram a constituição de associações assistenciais privadas” (KUHLMANN JR., 2011, p. 87). Porém, esse histórico protetivo ainda em potência, após a abordagem legal pode amparar as práticas sociais já desenvolvidas pelas instituições formadas na época.

4. Introdução da legislação de Proteção da Criança no Brasil

A legalidade da defesa das crianças teve início com a criação dos Direitos da Criança nos séculos XVII e XVIII, a partir Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, sendo que anteriormente estavam em condições abuso, venda, escravidão, mutilação e total abandono. Tal documento legal trouxe dignidade e proteção para as crianças e adolescentes, colocando-as em patamar de humanidade, vestindo de imunidade e coroando de direitos como diz artigo VI “Todo ser humano tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei” (DUDH, 2019).

Outrossim, além desse documento vale destacar a Declaração Universal dos Direitos da Criança (1959) e a Convenção dos Direitos da Criança (1989), esta ratificada por 192 países, inclusive o Brasil, (DUDH, 2019).

O Brasil antecede os preceitos da Convenção, reconhecendo a criança como sujeito de direitos na Constituição de 1988, a constituição cidadã, dando fé de dignidade da pessoa humana, conforme dispõe o inciso III, do artigo 1º da Constituição Federal (CF). Seguindo a ordem Constitucional, como alude o Artigo 227 e seguintes da Carta Magna, pode extrair a seguinte redação:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e aos adolescentes com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-la a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988a).

O texto legal no intuito de cumprir com a proteção integral confere aos tutelados “absoluta prioridade”, fazendo assim, jus aos direitos humanos fundamentais de primeira e segunda dimensão (CUNHA JR, 2014), do preceito constitucional foi elaborado e sancionado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069 de 13 de Julho de 1990, além de reiterar o constante na carta magna ainda visa prioridade absoluta do tema na agenda das políticas públicas.

Não menos importante, vale destacar as Diretrizes Bases da Educação Nacional, consubstanciada na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Em que pese aborde especificamente sobre a Educação, todavia no contexto dos direitos sociais, essa legislação dialoga, incessantemente, com a proteção da criança e do adolescente, posto

que em seu ambiente formativo e profissional, faz a efetividade prática da abstração legal e política.

5. Os tipos de Abandono e a previsão na legislação brasileira

No tocante aos aspectos legais da proteção da criança, Art. 229 da CF, assim diz “Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores” (BRASIL, 1988). Quando não cumprido esse dever, e caracterizado o abandono surge a aplicação da legislação penal brasileira a qual criminaliza a prática, bem como dos reflexos de responsabilização civil.

Na evidência da abordagem cumpre destacar os tipos de abandono: abandono intelectual, abandono material, omissões, abandono afetivo e terceirização infantil. Valendo trazer ao estudo as previsões do Código Penal Brasileiro (Decreto-Lei Nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940), a iniciar pelo Título I dos Crimes Contra a Pessoa, no Capítulo III em que trata da Periclitção da Vida e da Saúde (BRASIL, 1990d).

Nesse capítulo o caráter criminal das práticas de abandono, podem ser visualizados no Artigo 133 do CP que versa sobre o abandono de incapaz, no caso crianças, veja o teor, “Abandonar pessoa que está sob seu cuidado, guarda, vigilância ou autoridade, e, por qualquer motivo, incapaz de defender-se dos riscos resultantes do abandono” penalizando a pratica. Já o artigo 134 do código penal, criminaliza a prática de “Expor ou abandonar recém-nascido, para ocultar desonra própria” (BRASIL, 1990d).

Também nessa toada, a omissão de socorro também entra no bojo dos abandonos, seja omissão à criança efetivamente abandonada, ou próprio ato de deixar a sorte criança que necessita de amparo, nos moldes do texto do artigo 135 do CP que prevê pena a pessoa que “Deixar de prestar assistência, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, à criança abandonada ou extraviada” (BRASIL, 1990d).

Outrossim, há de se observar que os maus-tratos previstos no Artigo. 136 do Código Penal são enquadrados como abandono, na medida em que há exposição a perigo de vida e saúde da criança e abandono dos genitores ou tutores, pois deveriam guardar primariamente a vida e saúde dos mesmos, inclusive com agravante da pena em casos que a pessoa é menor de 14 anos(BRASIL, 1990d).

Já no Título VII, dos Crimes Contra a Família, e no Capítulo III, dos Crimes Contra a Assistência Familiar, tem-se dos Artigos 244 até 247, amparo conceitual dos tipos de abandono material e intelectual. O abandono material previsto no art. 244 do Código Penal

é tipificado como “Deixar, sem justa causa, de prover a subsistência (...) de filho menor de 18 (dezoito) anos ou inapto para o trabalho, (...), não lhes proporcionando os recursos necessários ou faltando ao pagamento de pensão alimentícia judicialmente acordada, fixada ou majorada” (BRASIL, 1990d).

Ainda, quanto ao abandono material, o mesmo não limita-se somente a uma omissão, como deixar de prover alimentos, mas também de uma ação no caso do Art. 245 do CP, em que criminaliza a prática de “Entregar filho menor de 18 (dezoito) anos a pessoa em cuja companhia saiba ou deva saber que o menor fica moral ou materialmente em perigo” (BRASIL, 1990d).

Concernente ao abandono intelectual, é importante destacar que os Art. 246 expõe pena sobre “Deixar, sem justa causa, de prover à instrução primária de filho em idade escolar”, e o Art. 247 criminaliza a permissão ou até mesmo o descuido dos pais e tutores em deixar ou permitir os menores frequentar casa de jogo ou mal-afamada, ou conviva com pessoa viciosa ou de má vida, frequente espetáculo capaz de pervertê-lo ou de ofender-lhe o pudor, ou participe de representação de igual natureza, resida ou trabalhe em casa de prostituição, mendigue ou sirva a mendigo para excitar a comiseração pública (BRASIL, 1990d).

No que diz respeito ao abandono afetivo, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) recebeu um caso prático, delimitando e na decisão delimitou que “quando caracterizada a indiferença afetiva de um genitor em relação a seus filhos, ainda que não exista abandono material e intelectual, pode ser constatado, na Justiça, o abandono afetivo” (BRASIL, 2017e).

Nesse horizonte, não se pode exigir de um genitor o amor pelos filhos, haja vista não se tratar de um dever jurídico, no entanto, da análise sistemática da Constituição há deveres e cuidados, zelo e providências que devem ser observados, a ausência destes geram danos extrapatrimoniais, tutelados no mundo jurídico, conforme julgou o STJ (BRASIL, 2017e).

Observa-se que os tipos de abandono são tratados com rigidez pelo legislativo e pelo judiciário, tanto na esfera criminal, acarretando em penas, quanto na esfera cível, em indenizações de cunho reparatório. No entanto, importante analisar as consequências e efeitos que o abandono causam na vida da criança.

6. Terceirização Infantil: um tipo de abandono sistemático

Contudo, há um novo tipo de abandono que ainda não está amparado juridicamente que é a terceirização dos cuidados infantis, isto é, a transferência dos cuidados da criança para terceiros, como empregados, pessoas da família, vizinhos, instituições e/ou escolas, brinquedos, atividades, jogos interativos ou viciantes. Ademais, a terceirização é uma forma diferente e ‘moderna’ de cuidar dos filhos, onde se transfere para terceiros a realização de determinadas tarefas e, em alguns casos, de todas (MARTINS FILHO, 2012, p. 63).

Conforme cita Wagner, Vieira e Maciel (2017) a terceirização da criança é algo que ocorre há muito tempo, porém seu enfrentamento decorrente dos efeitos práticos sociais. Todavia, cada vez mais pessoas são vítimas de violência sexual, traumas na infância, ausência das referências paterna e materna, ocorrendo o abandono familiar. “O abandono familiar, para fins de conceituação, é toda prática contrária ao dever de sustento, de moradia, de educação e de afetividade (CARDIN; CAVALHEIRO, RUFFO, 2019, p. 133).”

Os estudiosos supramencionados, citam motivos que resultam na terceirização dos cuidados com a criança, devido ao grande trabalho e tempo para se educar filhos, a família procura auxílio de terceiros a fim de suprir essa responsabilidade, qual seja: necessidades como repouso, alimentação, excreção, lazer, educação e carinho.

Tal prática de terceirização, é o abandono sistemático da criança que fica desprovida de seus genitores, porém assistida por outros que são alheios aos referenciais de familiaridade ou calor humano parental, pois é inegável que a família e vínculo consanguíneo é fundamental.

Segundo Graton (2017, p. 69), o abandono seja “pelo pai quanto pela mãe, causa prejuízo à esfera psíquica do ser humano e quando ocorrido durante a infância e adolescência, enseja num vazio permanente na personalidade da pessoa abandonada.” Sendo assim, poderá trazer marcas profundas ao seu desenvolvimento. pois “prover simplesmente as necessidades econômicas dos filhos tornou-se insuficiente, já que estes necessitam de afeto, apoio e acompanhamento no decorrer de sua formação (CARDIN, 2018, p. 47).”

Desse modo, a escola precisa se transformar e infelizmente assumir responsabilidades que não é de sua competência, Wagner, Vieira e Maciel (2017, p. 79)

citam que “[...] a escola não tem condições de dar conta de todas as necessidades sociais, afetivas e educativas da criança. Esse não é seu papel e seguramente falhará se tentar assumi-lo”.

O apoio da família é fundamental no crescimento dos filhos, pois, Tomaszewski (2004, p. 102), diz que o calor humano, apoio e cuidados por parte dos filhos são antecedentes decisivos da maturidade, independência, autoconfiança, competência e responsabilidade das crianças e adolescentes, refletindo nas expressões máximas de suas personalidades. É na família que a criança cria laços e referenciais que direcionarão sua conduta. Não basta apenas oferecer um lar e proporcionar condições de estudo, para um desenvolvimento saudável se faz necessário carinho e amor.

Essas ações podem causar traumas e distúrbios psicológicos, visto que essa criança está em desenvolvimento psicológico e físico. Assim, “[...] a omissão do genitor em cumprir os encargos decorrentes do poder familiar, deixando de atender ao dever de ter o filho em sua companhia, produz danos emocionais merecedores de reparação” (DIAS, 2015, p. 416)

As provocações que nascem desta problemática gera inúmeros questionamentos, pois como ter esse tempo com a criança se todos da família necessitam trabalhar com extensas jornadas e atividades.

7. As Consequências Legais e interferências do direito no Abanono

Quando constatado o abandono seja ele material, intelectual ou afetivo, como visto acima, gera reflexos práticos. Havendo registro do ato do abandono perante a autoridade policial e ao Conselho Tutelar haverá providências que podem ser tomadas. Especificamente quanto ao Conselho Tutelar, o Artigo 131 ao 140 do ECA, define que é um “órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente”, definidos no estatuto e que “em cada Município e em cada Região Administrativa do Distrito Federal haverá, no mínimo, 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local,” (BRASIL, 1990b), ademais, atende, fiscaliza e aconselha as famílias para que as mesmas saibam como encaminhar suas demandas e solucionar seus problemas.

Diante disso, medidas de proteção são previstas no Art. 101 quando, verificada qualquer hipótese prevista no Art. 98, a autoridade competente poderá determinar, dentre outras, as medidas contidas no texto legal (BRASIL, 1990b).

Ademais, não somente no poder executivo a tarefa de aplicar a lei, o judiciário assume o papel ativo para aplicar o instituto da responsabilidade civil pelo abandono afetivo, sendo que buscar a reparação civil por abandono afetivo, não trata de penalizar o pai ou a mãe por não amar a prole, mas trata-se de averiguar a culpa dos genitores na negligência para com o filho que ultrapassa a normalidade, momento em que não se fornece sequer a assistência afetiva, moral e intelectual mínima, lacerando desta forma direito alheio, neste caso os direitos do infante, este é entendimento lecionado por Cardin (2018).

Concernente às consequências jurídicas dos tipos de abandono é importante destacar no entendimento de Cardin (2018) que os valores indenizatórios não garantem o afeto, contudo por intermédio desses, os danos podem ser amenizados por tratamentos psicológicos. Ainda no que se refere ao abandono material e intelectual e sua reparação pecuniária tem por finalidade promover a criança uma melhor condição socioeconômica e educacional, que poderia ter adquirido se houvesse a prestação do auxílio em tempo oportuno.

No que tange a interlocução entre legislação e poder público, faz-se necessário que caminhem em conjunto para o cumprimento do princípio da proteção integral da criança.

8. Considerações Finais

Considerando análise da legislação criminal coercitiva para reprimir que o ato de abandono aconteça, além da responsabilização civil, todavia, ainda é possível notar a fragilidade do ordenamento legal e necessidade de políticas públicas para aprimorar os cuidados, proteção e educação, reafirmando os pilares da dignidade da pessoa humana no contexto infantil.

Por fim, considerando as formas de abandono acima expostas a presente análise reveste-se de dúplice caráter, qual seja, preventivo e reparatório. A pesquisa também aponta para a necessidade do diálogo entre poder público, sociedade e famílias, para que as repercussões jurídicas fortaleçam o princípio da proteção integral da criança, com seus efeitos políticos, educacionais e da *práxis* social.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC. Rio de Janeiro: Guanabara Dois, Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1978. 279 p. ISBN 8521613474.

BRASIL. (1988a). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 26 abr. 2019.

BRASIL. (1940d). **Decreto-Lei Nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940**. Código Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm>. Acesso em: 26 abr. 2019.

BRASIL. (1990b). **Lei Nº 8.069, de 13 de Julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266>. Acesso em: 24 mar. 2019.

BRASIL. (2017e). **Superior Tribunal de Justiça**. Ementa nº 1579021. Relatora: Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI. Brasília, DF, 29 nov. 2017. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ATC&73036217&num_registro=201600111968&data=20171129&tipo=5&formato=PDF>. Acesso em: 27 abr. 2019.

BRASIL. (1993c). **Lei Nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742compilado.htm>. Acesso em: 24 mar. 2019.

BRASIL. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional No Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 25 mar. 2019.

CARDIN, Valéria Silva Galdino. **Dano moral no direito de família**. São Paulo: Saraiva, 2012.

CARDIN, Valéria Silva Galdino. Da responsabilidade civil pelos danos decorrentes da quebra dos deveres paternais. In: VIEIRA, Tereza Rodrigues (Org.). **Famílias psicologia e direito**. 2. ed. Brasília: Zakarewicz, 2018. p. 41-55.

CARDIN, Valéria Silva Galdino; CAVALHEIRO, Nathan Pereira; RUFFO, Luiz Augusto. Do abandono familiar das pessoas transgêneros em situação de rua. In: VIEIRA, Tereza Rodrigues (Org.). **Transgêneros**. Brasília: Zakarewicz, 2019. p. 131-143.

CARVALHO, Eronilda Maria Góis. **Educação infantil: percurso, dilemas e perspectivas**. Ilhéus: Editus, 2003.

CUNHA JR. Dirley da. **Curso de direito constitucional**. 8 ed. rev, AMP e ATU. Juspodivm. Salvador, 2014.

DUDH. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf> >. Acesso em: 27 abril 2019.

GRATON, Letícia Maria. **Responsabilidade Civil dos pais por abandono afetivo dos filhos**. REGRAD, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 56-73, out. 2017.

KUHLMANN JÚNIOR, Moyses. **Infância e educação infantil**: uma abordagem histórica. 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 2011. 191 p. ISBN 9788587063168.

MARCÍLIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2001. p. 51-76.

MARTINS FILHO, José. **A criança terceirizada**: os descaminhos das relações familiares no mundo contemporâneo. 6. ed. Campinas: Papirus, 2012.

TOMASZEWSKI, Adauto de Almeida. **Separação, violência e danos morais**: a tutela da personalidade dos filhos. São Paulo: Paulistanajur, 2004.

WAGNER, Luciane Carniel; VIEIRA, Grazielli Padilha; MACIEL, Vera Elaine Marques. **A terceirização dos cuidados infantis**: um fenômeno histórico. Revista de Educação do COGEIME. Julho-dezembro, 2017.



Artigos de

ENGENHARIA CIVIL

COMPARAÇÃO DE CONCRETO GEOPOLÍMERO COM CONCRETO CONVENCIONAL DE CIMENTO PORTLAND

Dykenlove Marcelin¹
Thiago Guerra²

Resumo: O alto consumo de energia e a elevada emissão de dióxido de carbono são problemas relevantes da indústria de cimento Portland relacionados às questões ambientais. Com o objetivo de reduzir tais problemas, os cimentos geopoliméricos constituem uma nova classe de materiais utilizados como ligante mineral capaz de substituir o cimento Portland por suas vantagens técnicas e ambientais. Geopolímero é um material de construção ecológico produzido pela reação de moléculas inorgânicas. Essas vantagens, em particular o aspecto ecológico, têm sido questionadas e atualmente são objeto de pesquisas. Como aplicações possíveis, os cimentos geopoliméricos são conhecidos por desenvolverem rapidamente resistência mecânica com desgaste, mantendo a estabilidade dimensional. Por considerar também a excelente aderência aos agregados, tornam os cimentos geopoliméricos materiais potenciais para a construção civil. Apresentou-se os resultados comparativos obtidos por alguns pesquisadores.

Palavras-chave: Geopolímero 1. Aluminossilicato 2. Concreto Portland 3.

1. Introdução

A indústria da construção civil tem enfrentado desafios para atender à crescente demanda por concreto, o segundo material de construção mais utilizado depois da água. O concreto comum requer não apenas água, mas também uma quantidade significativa de Cimento Portland (CP) como aglutinante para os agregados minerais. Nesse sentido, um grande desafio se deve à produção de Cimentos Portland em detrimento da construção civil, que consome muita energia e pode representar uma proporção substancial (quase 10%) das emissões humanas de CO₂, responsáveis pelo aquecimento global. Dentre os trabalhos realizados com materiais que podem contribuir para a mitigação da produção de cimento, novos ligantes de baixo CO₂ abrem a perspectiva de substituição do CP.

É o caso dos geopolímeros, uma classe promissora de ligantes inorgânicos, considerada uma solução alternativa e moderna para argamassas e concretos “verdes”. Geopolímero é um nome cunhado por Davidovits (1988) que abrange uma família de materiais à base de aluminossilicatos sintéticos obtidos por polimerização hidrotérmica em um ambiente altamente alcalino. Dependendo da composição molar dos reagentes

¹ Acadêmico do Curso de Engenharia Civil da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

² Orientador: Professor Doutor Thiago Guerra do Curso de Engenharia Civil da Univel – Centro Univesitário Univel.

precursores, é possível produzir geopolímeros com diferentes características e estruturas, incluindo amorfos e semicristalinos. Um aspecto técnico importante dos geopolímeros é o comportamento do ligante, que os caracteriza como materiais cimentícios inorgânicos com potencial de aplicação em compósitos resistentes ao fogo, cerâmicas selantes e concreto para construção civil.

Os materiais precursores típicos para a fabricação de cimento geopolimérico (CG) são metacaulim, como uma fonte de Si e Al (aluminossilicato básico) e cálcio contendo resíduos industriais, como escória de forno de última geração, bem como KOH como um reagente alcalino. Na prática, o metacaulim é obtido pela calcinação do caulim, um componente mineral das argilas cauliníticas. A calcinação remove a hidroxila (OH^-) e cria uma instabilidade química, melhorando a reatividade do metacaulim. A escória de alto-forno é um subproduto disponível em larga escala da fabricação do aço. Esta escória é naturalmente granulada, devido ao processo de resfriamento abrupto, que favorece as reações em solução alcalina, KOH, com metacaulim que caracterizam a geopolimerização.. Quanto às vantagens ambientais, com o uso do geopolímero estima-se uma redução de cerca de 70 a 80% na emissão do CO_2 quando comparado ao cimento Portland, ainda um consumo energético menor conforme Mclellan *et al.* (2011) e Habert, Lacaille e Roussel (2011).

Por outro lado, as propriedades técnicas dos cimentos CG podem apresentar vantagens em relação ao CP, principalmente como ligante para a fabricação de concretos. Majidi listou essas propriedades únicas como: alta resistência inicial, durabilidade extraordinária, resistência ao ataque químico, capacidade de imobilizar átomos tóxicos.

Além disso, a trabalhabilidade do concreto geopolimérico (CG) fresco é melhor quando comparado ao concreto portland (CP). Apesar dessas vantagens técnicas, as aplicações de concretos de CG ainda são incipientes. Conforme previsto por Majidi, não se prevê que os concretos de cimento geopolimérico suprirão uma quantidade significativa de necessidade global em um futuro próximo. Ele também indica que a comunidade de pesquisa precisa abordar as lacunas existentes no conhecimento relacionadas às propriedades dos geopolímeros, como análise de difração de raios-X e aquecimento.

Os sistemas geopoliméricos são compostos por duas fases, uma fase sólida e uma fase aquosa que é chamada ativador. A fase sólida é um material aluminossilicato podendo ser um típico mineral, como o caulim, feldspato, bentonita ou um subproduto sólido industrial, como a escória metalúrgica etc. (Giannopoulou e Panias, 2007).

2. Desenvolvimento

Estudos iniciados nas décadas de 1940-50 pelos pesquisadores ucranianos Glukhovsky e Krivenko deram início a pesquisas que seguem até hoje em torno da substituição do cimento Portland por materiais obtidos a partir da ativação alcalina de aluminossilicatos (por exemplo, escórias de alto forno) (KRIVENKO, 2008). No final da década de 80, início da década de 90, o pesquisador francês Joseph Davidovits começou a publicar seus primeiros resultados com ativação de diferentes tipos aluminossilicatos em uma série de produtos que denominou de geopolímeros (DAVIDOVITS, 1988; 1994). Os cimentos geopoliméricos são aluminossilicatos álcalis-ativados, ou seja, consistem de um ou mais materiais constituídos por dióxido de silício (SiO_2) e óxido de alumínio (Al_2O_3) em proporções suficientes e em forma reativa (como cinzas, argilas ativas, pozolana e escórias), misturados a uma solução alcalina aquosa ativadora, contendo, por exemplo, hidróxido de potássio (KOH), hidróxido de sódio (NaOH), silicato de sódio (Na_2SiO_3) ou potássio (K_2SiO_3) (BUCHWALD; ZELLMANN; KAPS, 2011).

Também chamados de polímeros inorgânicos, esses materiais possuem vantagens ecológicas e físico-químicas quando comparados ao cimento Portland. As vantagens ecológicas se tornaram evidentes com a possibilidade de ser produzidos à temperatura ambiente (ou até 80 °C) sem aparente liberação de CO_2 na atmosfera. As características físico-químicas garantem propriedades especiais, tais como rápido desenvolvimento de resistência mecânica e excelente durabilidade química. Segundo Davidovits (1994), o cimento geopolimérico com cura à temperatura ambiente (20 °C) pode adquirir resistência à compressão de 20 MPa em 4 h. Dependendo ainda das condições de síntese e cura, esses materiais podem atingir valores de resistência à compressão de 70 a 100 MPa (TEIXEIRA PINTO, 2004). Ainda entre as propriedades dos geopolímeros destacam-se:

(a) a inércia química em relação a algumas patologias comuns aos produtos à base de cimento Portland, em outras palavras, não gera reação expansiva do tipo álcali-agregado, comum a concretos de cimento Portland confeccionados com agregados miúdos potencialmente reativos (DAVIDOVITS, 1994);

(b) baixos valores de permeabilidade, que favorecem sua aplicação na imobilização de resíduos tóxicos e radioativos (GIANNOPOULOU; PANIAS, 2007);

(c) resistência às altas temperaturas, o que permite desenvolvimento de estruturas mais resistentes à ação do fogo (KONG; SANJAYAN, 2010), e materiais refratários de baixo custo (SOUZA *et al.*, 2011); e

(d) alta durabilidade química (BAKHAREV, 2005a, 2005b).

No trabalho realizado por Duxson *et al.* (2007), as propriedades mecânicas dos geopolímeros foram superiores ao cimento Portland. Segundo Bigno (2008), os geopolímeros são materiais promissores devido à sua baixa retração, resistência mecânica, resistência ao fogo, resistência ao gelo e degelo, e ainda durabilidade.

De acordo com as pesquisas do Professor Davidovits, os ligantes geopoliméricos a partir do precursor metacaulim, apresentam uma série de vantagens sobre o cimento Portland como:

- Redução de emissão de CO₂ até 6 vezes que o cimento Portland;
- Concretos com resistências mecânicas relativamente elevadas e obtidas em poucas horas;
- Concretos com baixa condutibilidade térmica;
- Concretos com capacidade de imobilização de metais pesados;
- Concretos com resistência a altas temperaturas;
- Concretos resistentes ao ataque químico;
- Concretos imunes à reação álcali-sílica.

Como já reconhecia, Sousa Coutinho apresenta uma descrição sucinta das desvantagens dos ligantes de cimento Portland:

- Elevado grau de emissões de CO₂ (1 tonelada por cada tonelada de cimento);
- Elevado consumo energético na fase de fabricação, com temperaturas de clinquerização da ordem dos 1450° C;
- Concretos com vida útil que correntemente não ultrapassa os 60 anos;
- Concretos sem qualquer resistência ao ataque de ácidos;
- Concretos com resistência ao fogo quase nula;
- Concretos com elevada condutibilidade térmica;
- Concretos com considerável permeabilidade à penetração de agentes agressivos;
- Concretos sensíveis à ação da carbonatação;

- Concretos sensíveis ao ataque de cloretos;
- Concretos sensíveis à ocorrência de reações expansivas do tipo álcali-agregado;
- Necessidade de utilização de agregados com granulometrias bem graduadas.

Portanto, é natural que uma de suas aplicações mais promissoras seja na substituição de cimentos em argamassas e concretos na construção civil, devido a seu grande potencial ecológico e alto desempenho físico-químico.

3. Considerações Finais

Ao comparar as emissões de CO_2 , pode-se concluir que o concreto geopolimérico reduz a emissão de CO_2 até 80% quando comparado ao concreto tradicional de cimento Portland. Cabe lembrar que a análise termina na produção do material e não leva em consideração as etapas após a mistura do material. Da mesma forma, a análise não leva em consideração a questão do custo dos dois concretos (a chamada CCV, ou custo do ciclo de vida), que é também crucial para uma definição do potencial ambiental de produtos e processos. Ainda assim, esse estudo parcial comparativo mostra que os concretos geopoliméricos são mais atrativos que os concretos confeccionados com o cimento Portland, tanto em termos de consumo energético quanto em emissões de CO_2 .

Ao realizar o estudo de impacto ambiental do concreto geopolimérico, identificou-se que o maior contribuinte para as emissões de CO_2 e consumo energético durante o processo produtivo é a produção do silicato de sódio, o que já havia sido mostrado por Habert; D'Espinose de Lacaillerie e Roussel (2011). A utilização de materiais alternativos nesse tipo de concreto pode reduzir os impactos ambientais do concreto geopolimérico. Uma possibilidade é o emprego de escória de alto forno em substituição ao metacaulim na produção de concretos geopoliméricos. A escória de alto forno pode ajudar a garantir resistência mecânica nas primeiras idades dos concretos geopoliméricos e reduzir o consumo de solução ativadora (e, conseqüentemente, de silicato de sódio), haja vista que é menos fina que o metacaulim e, portanto, requer menos solução para a mesma trabalhabilidade. Trabalhos futuros poderão avaliar o efeito da escória de alto forno nas propriedades mecânicas do concreto geopolimérico, bem como a diminuição de silicato para a manutenção da resistência mecânica e trabalhabilidade, garantindo, assim, uma redução nos impactos ambientais.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIMENTO PORTLAND. **Coprocessoamento, Uma Solução Definitiva Para o Resíduo**. Disponível em: <<http://coprocessoamento.org.br/>>. Acesso em: 19 jan. 2013.

BONDAR, D. *et al.* **Effect of Type, Form, and Dosage of Activators on Strength of Alkali-Activated Natural Pozzolans**. Cement and Concrete Composites, v. 33, n. 2, p. 251-260, 2011.

BIGNO, I. C. **Geopolímeros à base de resíduos agrícolas e agroindustriais**. Instituto Militar de Engenharia, Rio de Janeiro, 2008.

BORGES, P. H. R. *et al.* **Geopolymer Concrete with Recycled glass: an alternative material for prefabricated elements**. In: IAHS WORLD CONGRESS ON HOUSING SCIENCE, Istanbul: Istanbul Technical University, 2012.

Comparative analysis between properties and microstructures of geopolymeric concrete and portland concrete. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2238785417308086>> acesso em: 04 novembro 2020

DAVIDOVITS, J.; SAWYER, J. L. **Early high-strength mineral polymer**. U.S. Patent 4,509,985,9, abril 1985.

DAVIDOVITS, J. **Geopolymer chemistry and properties**. In: Davidovits, J., Orlinski, J. (Eds.), Proceedings of the 1st International Conference on Geopolymer '88, vol. 1, Compiegne, France, 1–3 June, pp. 25–48, 1988.

DAVIDOVITS, J. **Properties of Geopolymer Cements**. Geopolymer Institute, Alkaline Cements and Concretes, KIEV Ukraine, 1994.

DAVIDOVITS J. **Geopolymers: manmade rocks, geosynthesis and the resulting development of very early high strength cements**. J Mater Educ; 16:91–139, 1994.

DAVIDOVITS J. **Geopolymeric reactions in the economic future of cements and concretes, world-wide mitigation of carbon dioxide emission**. pp. 111-122. In: G'99 Geopolymer International conference, Saint Quentin, France, 1999.

DAVIDOVITS, J. **"Geopolymer cement." A review**. Saint-Quentin, France : Geopolymer Institute, 2013.

DUXSON, P. E. A. **The role of inorganic polymer technology in the development of "green concrete"**. Cement and Concrete Research, v. 37, p. 1590-1597, 2007.

DUXSON, P. *et al.* **Effect of alkali cations on aluminum incorporation in geopolymeric gels**. Industrial & Engineering Chemistry Research, v. 44, p. 832-839, 2005.

Estudo comparativo da análise de ciclo de vida de concretos geopoliméricos e de concretos à base de cimento Portland composto (CP II). Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-86212014000200011> acesso em: 11 outubro 2020

GARTNER, E.; MACPHEE, D. E. **A PhysicoChemical Basis for Novel Cementitious Binders**. Cement and Concrete Research, v. 41, n. 7, p. 736-749, Jul. 2011.

HABERT, G. *et al.* **Cement Production Technology Improvement Compared to Factor 4 Objectives**. Cement and Concrete Research, v. 40, n. 5, p. 820-826, 2010.

HABERT, G.; LACAILLERIE, D.; ROUSSEL, N. **An environmental evaluation of geopolymer based concrete production: reviewing current research trends**. Journal of Cleaner Production, v. 19, p. 1229-1238, 2011.

KONG, D. L. Y.; SANJAYAN, J. G. **Effect of Elevated Temperatures on Geopolymer Paste, Mortar and Concrete**. Cement and Concrete Research, v. 40, n. 2, p. 334-339, 2010.

LEITE, M. B. **Avaliação de propriedades mecânicas de concretos produzidos com agregados reciclados de resíduos de construção e demolição**. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

MAJIDI B. **Geopolymer technology, from fundamentals to advanced applications: a review**. Mater Technol, 24(2):79–87, 2009.

PACHECO, L. S. **Comparativo da Emissão de Gás Carbônico e Consumo Energético na Produção dos Concretos Convencional e Geopolimérico**. Monografia (Curso de Engenharia de Produção Civil) – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

PALOMO, A.; GRUTZECK, M. W.; BLACO, M. T. Alkali-activated fly ashes: a cement for the future. **Cement and concrete research**, v. 29, n. 8, 1999.

SKAF, T. B. **Influência de matérias-primas na microestrutura e resistência de compósitos geopoliméricos**. Rio de Janeiro: Instituto Militar de Engenharia, 2008.

UNITED STATES ENVIRONMENTAL PROTECTION AGENCY. **Direct Emissions from Stationary Combustion Sources**. 2008. Disponível em: <<http://www.epa.gov/climateleadership/documents/resources/stationarycombustionguidance.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2013.

IMPACTO DA SUBSTITUIÇÃO DO AGREGADO MIÚDO CONVENCIONAL PELO RECICLADO NA RESISTÊNCIA A COMPRESSÃO AXIAL DO CONCRETO

Eduardo Dalla Costa Silva¹
Douglas Guedes Batista Torres²
Thiago Guerra³

Resumo: Frente a atual crise ambiental e o descarte indevido de resíduos oriundos da construção e demolição (RCD), a incorporação destes como agregados na fabricação do concreto se apresenta como uma das principais alternativas para a correta destinação e consequente reciclagem do mesmo. Tal utilização requer conhecimento técnico acerca das possíveis alterações nas propriedades do produto final. Desta forma, o presente estudo objetiva-se comparar a resistência à compressão axial do concreto convencional com o executado mediante incorporação dos agregados miúdos reciclados (AMR). Tal agregado foi coletado na usina de reciclagem da empresa Future, localizada em Cascavel, PR. Três traços foram elaborados, distintos pelas porcentagens de substituição do agregado miúdo convencional pelo reciclado (0, 20 e 40%), onde se avaliou a trabalhabilidade e a resistência à compressão axial. Desta forma, foi verificado com o maior grau de substituição, o aumento da trabalhabilidade, bem como a redução da resistência à compressão.

Palavras-chave: Resíduos da Construção e Demolição (RCD). Agregados Miúdos Reciclados (AMR). Compressão Axial.

1. Introdução

Com o crescente discurso ambientalista e sustentável, evidencia-se a urgência contida na alarmante problemática relacionada ao descarte de resíduos, sejam estes domiciliares, industriais e principalmente, oriundos da construção civil.

Em se tratando do Paraná, segundo Vargas (2018), em mais de 90% do território estadual o descarte dos resíduos da construção e demolição (RCD), acaba por ser feito de forma equivocada. Primordialmente destinado em conjunto com os demais resíduos urbanos para aterros sanitários, comumente impróprios. Dentre os principais motivos que desencadeiam tais atitudes, pode-se citar a ausência de instrução para a comunidade de trabalhadores do setor, bem como a falta de fiscalização dos órgãos reguladores e competentes (VARGAS, 2018).

Deste modo, são ansiadas soluções capazes de tornar possível o reuso de tais

¹ Acadêmico do Curso de Engenharia Civil da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

² Co-orientador: Professor Doutor Douglas Guedes Batista Torres do Curso de Engenharia Civil da Univel – Centro Univesitário Univel.

³ Orientador: Professor Doutor Thiago Guerra do Curso de Engenharia Civil da Univel – Centro Univesitário Univel.

rejeitos ao ponto de englobar o processo de produção, consumo e descarte em um ciclo ecologicamente correto e economicamente vantajoso. Uma possível alternativa para se preservar o meio, consiste no reuso destes resíduos como agregados na confecção de materiais cimentícios.

No Brasil, o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), em suas resoluções nº 307/02 e nº 448/12, trata sobre a questão da destinação dos resíduos oriundos da construção civil. No 10º artigo da resolução nº 307/02, é constatado a obrigatoriedade da reciclagem ou correta reutilização como agregado dos resíduos pertencentes à classe A. Nesta classe estão presentes os componentes cerâmicos, argamassas e concretos provenientes de construção, demolição, reparos e reformas de edificações, bem como os resíduos oriundos do manuseio de peças pré-moldadas de concreto. Desta forma, é observado que um dos destinos para reincorporação de tais agregados é na confecção de concretos reciclados.

Já em âmbito municipal, a lei nº 6663, de 06 de dezembro de 2016 define em seu Art. 1º, a possibilidade da utilização nas obras públicas destes agregados provenientes dos resíduos pertencentes à classe A, oriundos da construção civil. Assim sendo, estipula-se um percentual mínimo para esse uso, sendo 10% do total de materiais empregados em cada obra (CASCAVEL, 2016). Desta forma, a incorporação destes agregados no concreto consiste em uma das principais alternativas para que tal porcentagem seja cumprida.

Desse modo, objetiva-se com a realização do presente estudo, a constatação da viabilidade da utilização do AMR como substituto para o agregado miúdo convencional na confecção do concreto. Sendo que a resistência à compressão axial e a trabalhabilidade do material cimentício consistem nos parâmetros utilizados para a verificação quanto ao atendimento das expectativas por parte do agregado reciclado.

2. Desenvolvimento

Entretanto, existem diversas problemáticas envolvendo o tema, principalmente em se tratando das influências desses resíduos nas propriedades do concreto. Ao se levar em conta que grande parte do volume de concreto consiste em agregados de uma forma geral, se conclui que, tanto as propriedades químicas e físicas desses irão interferir diretamente no desempenho do material de matriz cimentícia (ALHADAS, 2008).

No que tange a este concreto executado mediante agregados reciclados provenientes dos RCD, destaca-se como principal empecilho a heterogeneidade do componente analisado. Uma vez que na maioria dos casos os RCD são providos desde materiais cerâmicos como tijolos, telhas, porcelanato, vidros, até grãos provenientes do cimento, através de restos de argamassa e do próprio concreto original. Desta forma se é dificultada a análise de tal agregado com relação à resistência específica, pois cada parcela de material constituinte do todo pode apresentar características distintas.

Com base na literatura acerca do tema, os agregados reciclados apresentam maior porosidade quando comparados aos naturais, o que os confere também uma maior higroscopia. Por conta disso, um pré-umedecimento destes se faz de bom tom, também melhorando o controle da fração água/cimento (a/c) da mistura (EVANGELISTA, 2007).

Muitos estudos discorrem sobre as alterações ocasionadas pelos agregados reciclados nas propriedades gerais do concreto. Em questão da trabalhabilidade, se observa na literatura a constatação da redução desta propriedade acerca da incorporação de agregados graúdos reciclados na matriz cimentícia. Entretanto, no que diz respeito aos agregados miúdos, nota-se um aumento do abatimento de tronco de cone (*slump-test*) conforme maiores quantidades de AMR na mistura. Uma possível explicação seria que tal efeito pode ocorrer por conta da diferente curva granulométrica apresentada pelo material reciclado. Leite (2001) observou um aumento de cerca de 17% da trabalhabilidade da massa mediante a substituição de 50% do agregado miúdo convencional pelo AMR.

Com relação à resistência a compressão, Lovato (2007) constatou em seu estudo uma redução de 4,8, 9,6 e 14,4% para concretos com 25, 50 e 75% de substituição, respectivamente. Sendo os seguintes valores encontrados pelo autor: 25 Mpa para o concreto de referência, 23,8 Mpa para 25% de substituição do agregado miúdo convencional pelo AMR, 22,6 para 50% e 21,4 Mpa para 75%.

Tendo em vista a importância do conhecimento sobre os efeitos dos agregados no concreto, o presente estudo se justifica pela análise experimental de algumas das mais importantes influências do agregado miúdo reciclado no concreto obtido mediante a incorporação do mesmo. As análises realizadas se destinam primordialmente à investigação da resistência à compressão axial e trabalhabilidade dos traços propostos para diferentes concentrações de AMR nos concretos.

3. Metodologia

3.1. Materiais Utilizados

A fim de se confeccionar corpos de prova de concreto para a realização do presente estudo foram utilizados alguns materiais, a saber: água potável, Cimento Portland *CP II F-40*, brita 1 ($9,5 < d < 19$ mm) de origem basáltica, areia de rio lavada com granulção média (agregado natural) e areia reciclada proveniente da britagem de RCD.

3.2. Equipamentos e Utensílios Laboratoriais

Já os procedimentos se resumem pela elaboração do traço para dosagem do concreto e moldagem de corpos de prova cilíndricos para execução de ensaios das propriedades do material. Os utensílios laboratoriais utilizados para a confecção dos corpos de prova (CP's) podem ser listados como: vidrarias laboratoriais diversas, balança de precisão SOLOTEST (+/-1g), betoneira MOTOMIL Mb 150l, formas metálicas de 20x10cm para moldar os CPs, baldes, masseiras, desmoldante oriundo da destilação fracionada do petróleo. Quanto aos equipamentos com intuito de armazenamento dos CPs e posterior análise, podem ser listados da seguinte maneira: câmara para cura úmida, água potável, cal hidratada (aplicado na câmara de cura), prensa hidráulica QUANTEQ CH 019 S 004, cone para o *slump test*, pratos e discos de neoprene. Além destes, vale ressaltar o devido uso dos equipamentos de segurança, como luvas, máscaras, óculos de proteção, jalecos, entre outros necessários.

3.3. Controle dos Processos de Confecção dos CPs

Buscando uma padronização das demais variáveis, se estabeleceu um rigoroso sistema de controle e diversas medidas preventivas foram seguidas. Os principais fatores a serem destacados são: todos os experimentos foram realizados no mesmo laboratório e a uma mesma temperatura ambiente; a ordem de inserção dos constituintes para agitação e homogeneização na betoneira foi a mesma para todos os traços elaborados, assim como os respectivos tempos de permanência; todos os corpos de prova foram moldados pelo mesmo pesquisador.

3.4. Coleta do Agregado Reciclado

O agregado miúdo reciclado foi doado pela empresa *FUTURE Reciclagem*

Inteligente e coletado na sede da empresa, situada na cidade de Cascavel – PR. A Future é uma empresa que além da execução de demolições, recebe resíduos da construção civil, os separa e classifica nas diferentes classes segundo a Resolução Conama nº 307/02. Para aqueles classe A, executa a trituração, resultando em diversos subprodutos que podem ser reinseridos no próprio setor construtivo. Dentre os quais estão a bica corrida, rachão, brita 1, pedrisco e areia, a qual foi utilizada neste estudo.

A areia reciclada obtida é característica de uma granulometria uniforme, sendo constituída de diferentes materiais, como tijolo, piso, porcelanato, concreto, argamassa de reboco e assentamento. Deste modo, foram coletados cerca de 1000 litros do material, para posterior utilização. O insumo (Figura 1) foi obtido de produções realizadas em dias diferentes, como forma de garantir a padronização do produto, proporcionada pelo rigoroso controle executado pelos profissionais da empresa.

Figura 1 - Agregados reciclados na empresa Future



Fonte: Do autor

3.5. Preparo dos agregados reciclados

Após a coleta, os agregados reciclados foram transportados até o laboratório para serem armazenados em recipientes plásticos hermeticamente fechados. Previamente à sua utilização, o agregado reciclado foi seco em estufa por 24h à 105°C e após foi novamente armazenado em recipiente hermético. Tal retirada da umidade foi realizada para garantir a mesma condição do material reciclado em relação aos naturais (sendo 0% de umidade prévia).

3.6. Elaboração do traço do concreto

Para que o traço piloto fosse elaborado, inicialmente estipulou-se uma resistência

à compressão axial a ser atingida (F_{ck}) de 40 MPa, uma vez que se encontra acima do limite mínimo para uso como concreto estrutural. Entretanto, por conta das possíveis variações na fabricação e manipulação do concreto, se adotou um desvio padrão de dosagem (S_d) de 4 MPa de forma a aumentar a resistência ansiada (F_{cj}) para assegurar que não ocorram variações menores que o valor inicial estipulado. Para isto, utilizou-se da equação 1, segundo a NBR 12655:2006. Vale ressaltar que este valor de 4 MPa foi selecionado por conta da extrema cautela evidenciada no decorrer das atividades de pesquisa, uma vez que foi realizada em ambiente laboratorial controlado.

$$f_{cj} = f_{ck} + 1,65 \times S_d \quad (1)$$

Assim sendo, utilizando o método ABCP (1968) de dosagem e com uma resistência de delimitação do traço de 46,6 Mpa, se finalizou no seguinte traço base: 1:2,2:3,6, com um fator a/c de 0,61 e um abatimento de tronco de cone fixado entre 9 e 10 cm. Diante disso, 3 traços foram executados, sendo um piloto com 0% de substituição e mais 2 se valendo da substituição gradativa do agregado miúdo natural pelo reciclado nas seguintes proporções: 20 e 40%.

Por conta da diferença de massa específica observada entre o agregado convencional e o reciclado, foi necessária uma correção da massa deste segundo. Para isso a equação 2 foi utilizada com as seguintes variáveis: massa do agregado convencional (M_{ac}), massa do agregado reciclado (M_{ar}), massa específica do agregado convencional (γ_{ac}) e massa específica do agregado reciclado (γ_{ar}).

$$M_{ar} = \frac{M_{ac}}{\gamma_{ac}} \times \gamma_{ar} \quad (2)$$

Para se evitar a alteração na quantidade de água por conta da maior absorção por parte do agregado reciclado, foi executado um pré-umedecimento neste com uma quantidade de água equivalente a 90% da absorção total do mesmo, assim como recomendado por Angulo (2011).

3.7. Ensaio de trabalhabilidade

Este foi executado para os 3 traços a fim de observar o abatimento alcançado para cada um. Para isto foi utilizado o ensaio de abatimento executado a partir do tronco de cone, conhecido como *Slump Test*, o qual segue regulamentação da NBR NM 67:1998.

3.8. Ensaio de Resistência à Compressão Axial

Para cada um dos traços foram executados ensaios nas idades de 7, 28 e 160 dias após a desforma, sendo que para cada idade foram utilizados 5 CPs. Neste ensaio foram seguidas as recomendações descritas na norma NBR 5739:2007. O equipamento utilizado consistiu em uma prensa hidráulica QUANTEQ modelo CH 019 S 004 com capacidade de 100 tf. A velocidade empregada foi de 0,45 (+/- 0,15) MPa/s. Foram utilizados pratos metálicos e discos de neoprene com dureza 70 *shore*, e espessura de 13mm. O uso do neoprene se justifica pelo fato dos corpos de prova não terem sido retificados previamente, o que poderia ocasionar o fissuramento dos mesmos por conta de alguma irregularidade resultante da moldagem.

3.9. Análise Estatística dos Dados Coletados

A realização do teste estatístico resulta na possibilidade de ocorrência do erro de aceitar ou rejeitar a hipótese nula, sendo definidos como erros do tipo I e II, respectivamente. Dessa forma, a significância de 5%, adotada no teste estatístico de Tukey, consiste em resguardar estatisticamente a probabilidade de acerto em 95% das avaliações da hipótese nula (GOMES, 2000).

Portanto, de modo a garantir confiabilidade aos dados obtidos, estes foram submetidos ao teste de Tukey, onde seguiram as verificações quanto às suas semelhanças e categorizados em grupos de acordo com a proximidade dos valores. Através desta análise busca-se o estabelecimento de correlações para a determinação das variações ocasionadas pelas substituições do agregado miúdo convencional pelo reciclado.

4. Resultados

No total foram executados 45 corpos de prova cilíndricos de 10 x 20 cm, sendo 15 para cada traço. Após 24h de cura prévia, todos foram desenformados, sendo então armazenados em câmara de cura úmida, mantidos submersos em água potável com cal hidratada em saturação. Os ensaios posteriormente realizados com os concretos diferidos por seus respectivos traços foram responsáveis pela determinação resistência a compressão axial, sendo a verificação da trabalhabilidade executada no momento do preparo do concreto.

4.1. Trabalhabilidade do concreto em seu estado fresco

Os ensaios realizados através do tronco de cone indicam o abatimento dos diferentes concretos logo após a homogeneização dos componentes na betoneira. Os resultados obtidos foram: 9,5 cm para o concreto com 0 e 20% de substituição e 16 cm para o de 40% de incorporação. Tais dados indicam que quanto mais o agregado convencional for substituído pelo reciclado, maior será o abatimento do concreto.

Assim como explicitado por Leite (2001), uma possível explicação para tal ocorrido consiste na distinta curva granulométrica do agregado reciclado. Outro fator seria o pré-umedecimento executado que pode ser o responsável pelo acréscimo de água. A diferença mais significativa encontra-se entre o concreto com 40% para com os demais, fato que pode ser interpretado pela maior massa de material reciclado no concreto com 40% de substituição do que o com 20%. Assim sendo, consequentemente neste traço com superior porcentagem de incorporação, uma maior quantidade de água foi utilizada para a realização do pré-umedecimento.

4.2. Resistência à compressão axial

Os resultados encontrados para a resistência à compressão axial dos diferentes traços, nas idades de 7, 28 e 160 dias podem ser observados na Tabela 1. Sendo que os dados apresentados consistem nas médias das resistências entre os 5 CP's ensaiados para cada traço nas diferentes idades.

Tabela 1 – Resistência à compressão axial em MPa para os diferentes traços nas três idades ensaiadas

Tratamento	7 dias		28 dias		160 dias	
0	22,745	Aa	44,607	Ab	47,321	Ab
20	19,251	Aa	33,074	Bb	37,874	Bb
40	18,121	Aa	30,369	Bb	32,885	Cb

Fonte: Do autor

Os dados foram submetidos ao delineamento estatístico inteiramente casualizado, sendo as diferenças avaliadas pelo teste de Tukey ao nível de 5% de significância. Vale destacar na tabela que as medias seguidas pela mesma letra maiúscula na coluna e minúscula na linha não diferem entre si pelo teste de Tukey a 5% de significância.

Deste modo, podemos perceber que com 7 dias de cura, os três traços executados apresentaram resistências estatisticamente iguais. Já analisando aos 28 dias, o traço base diferiu dos demais enquanto que o com 20% e o com 40% de substituição se mantiveram próximos. Entretanto a diferenciação na última idade acabou por segregar os resultados dos três traços. Pode-se perceber com isso que a influência da substituição se torna efetiva ao se analisar o material com uma idade avançada de cura. Fator possivelmente explicado pela redução da eficácia da cura ocasionada pela presença dos agregados reciclados.

Por conseguinte, se analisando a tabela em linhas, nas três categorias de concreto se notou a diferenciação entre os 7 dias de cura para com as demais idades, enquanto aos 28 e 160 dias, os resultados se mantiveram estatisticamente iguais. Tal fator pode ser compreendido pela eficiência da cura úmida em se garantir o desenvolvimento da resistência do concreto durante o primeiro mês. Entretanto, destaca-se a redução da velocidade de tal feito em idades superiores aos 28 dias. Os CP's após o teste podem ser contemplados na Figura 2.

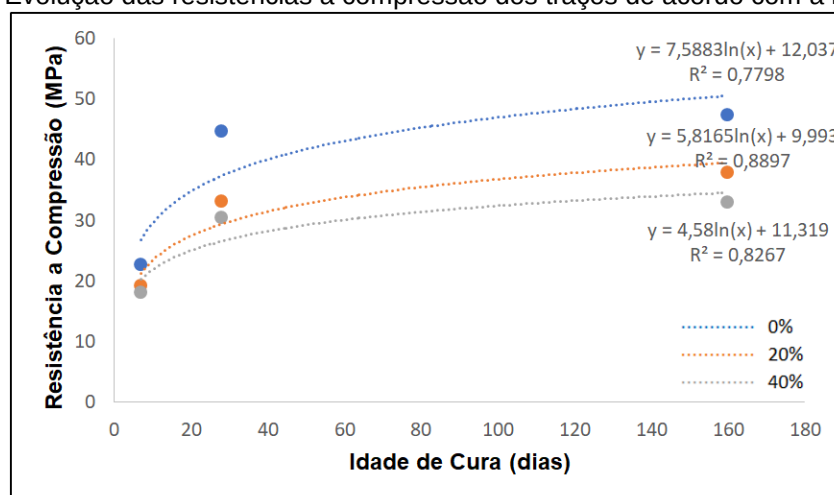
Figura 2 – Corpos de prova após rompimento



Fonte: Do autor

Na sequência se pode observar na Figura 3 a interpolação dos dados obtidos pelas médias das resistências, através de um ajuste polinomial, justificado por manter uma melhor qualidade do acerto dos dados. Tais dados foram distribuídos ao longo das idades de cura e classificados de acordo com cada traço de concreto.

Figura 3 – Evolução das resistências à compressão dos traços de acordo com a idade



Fonte: Do autor

Assim sendo, se é observada a variação da resistência à compressão axial ao longo da idade de cura e destaca-se a distinção entre as curvas de cada traço, evidenciando assim que a resistência à compressão do concreto é gradativamente reduzida na medida em que o AMR é incorporado em substituição do agregado miúdo convencional. Em comparação com o concreto de referência em uma cura de 28 dias, foi observada uma perda de resistência de 25,85% no traço com 20% de substituição, por outro lado, no traço com 40% de substituição foi observada uma redução de 31,92% dessa propriedade. Portanto destaca-se a maior redução da resistência à compressão nos primeiros 20% de substituição, sendo que uma redução mais branda é notificada nas faixas de incorporações seguintes.

5. Considerações Finais

A obtenção do agregado miúdo reciclado e a incorporação deste no concreto em diferentes faixas de substituição propiciaram a realização dos testes e análises explicitados no presente estudo. Com a interpretação e discussão dos resultados, foi possível a elaboração de conclusões acerca dos efeitos dos agregados miúdos reciclados nas características do concreto quando incorporados.

O abatimento e consequentemente a trabalhabilidade do concreto em seu estado fresco teve um aumento de 9,5 para 16 cm, sendo a primeira medida correspondente aos traços com 0 e 20% de substituição e a segunda para a mistura feita com 40%. Fato este que promove a compreensão do efeito pela distinção entre as curvas granulométricas dos

agregados comparados, bem como a incorporação de água na pré-molhagem.

Quanto à resistência à compressão axial, uma redução da propriedade foi observada na medida em que se acrescia a porcentagem de substituição do agregado natural pelo reciclado. Evidenciou-se uma redução mais abrupta da resistência nas primeiras faixas de substituição, sendo que após os 20% de substituição, a redução desta propriedade se deu de maneira mais branda.

Desta forma, é possível se afirmar que apesar das alterações observadas nas propriedades do concreto, o agregado miúdo coletado possui características que possibilitam a sua incorporação no material. Entretanto, é destacado que esta utilização deve ser feita mediante a devida cautela a fim de se garantir o controle das influências do agregado reciclado no concreto. Para isto, análises prévias à utilização se fazem necessárias para que as variáveis presentes em cada situação sejam contabilizadas e controladas.

REFERÊNCIAS

ABCP - **Tecnologia avançada de dosagem de concretos: Método da ABCP**. In: “Curso de tecnologia avançada de concreto”. Brasília: Ministério de Ciência e Tecnologia – INT, 1968.

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, NBR 12655: Concreto de cimento Portland – Preparo, controle, recebimento e aceitação – Procedimento, Rio de Janeiro, 2006.

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, NBR 5739: Concreto: Ensaio de compressão de corpos-de-prova cilíndricos, Rio de Janeiro, 2007.

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, NBR NM 67: Concreto: Determinação da consistência pelo abatimento do tronco de cone, Rio de Janeiro, 1998.

ALHADAS, M. F. S. **Estudo da influencia do agregado graúdo de diferentes origens mineralógicas nas propriedades mecânicas do concreto**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Construção Civil. UFMG, Belo Horizonte, 195p., 2008.

ANGULO, S. C.; FIGUEIREDO, A. D. **Concreto com agregados reciclados**. In: ISAIA, Geraldo C. Concreto: ciência e tecnologia. 1. ed. São Paulo: IBRACON, v. 2, cap. 47, p. 1731-1768, 2011.

CASCADEL. Lei nº 6663, de 06 de dezembro de 2016. Dispõe sobre o uso de agregados reciclados, oriundos de resíduos sólidos da construção civil, em obras e serviços públicos no município de Cascavel e dá outras providências. Cascavel: Câmara Municipal, 2016.

Disponível em: <<https://www.camaracascavel.pr.gov.br/leis-municipais.html?description=6663&ano=2016&codigo=1&buscar=filtrar>>. Acesso em: 06 nov. 2020.

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução nº. 307 - Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil, Brasília, 2002.

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução nº. 448 - Altera os arts. 2º, 4º, 5º, 6º, 8º, 9º, 10 e 11 da Resolução nº 307, Brasília, 2012.

EVANGELISTA, L.; BRITO, J. **Mechanical behaviour of concrete made with fine recycled aggregates**. Cement & Concrete Composites, v. 29, n. 5, p. 397-401, may 2007.

GOMES, P. Curso de estatística experimental. 14. ed. Piracicaba: Nobel, 2000.

LEITE, M. B. **Avaliação de propriedades mecânicas de concretos produzidos com agregados reciclados de resíduos de construção e demolição**. 2001. 290p. Tese (Doutorado em Engenharia). Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil. UFRGS, Porto Alegre.

LOVATO, P. S. **Verificação dos parâmetros de controle de agregados reciclados de resíduos de construção e demolição para utilização em concreto**. Dissertação (Mestrado). UFRGS. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil. Porto Alegre, 2007.

VARGAS, C. **Análise da gestão de resíduos da construção civil no estado do Paraná e município de Cascavel-PR**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais. Unioeste Toledo, Toledo, 2018.



Artigo de

FISIOTERAPIA

PADRÕES DE MARCHA DE UMA CRIANÇA DE UM E DE UMA CRIANÇA DE CINCO ANOS

Ana Paula Freita Zabarskas¹
Giovana Panassol de Souza
Leonardo Santos de Araujo
Daiane Lazzeri de Medeiros²

Resumo: Aquisição da marcha é um processo natural que acontece com o crescimento da criança e deve ser acompanhado pelos pais e médicos quando na presença de alguma patologia. Este tem início partir 4-5 meses e seu aperfeiçoamento leva anos até se assemelhar a marcha de um adulto asudável. O presente estudo consta com uma análise do ciclo da marcha por meio de uma gravação em plano sagital (vista lateral), em duas crianças saudáveis, uma do sexo masculino, com 1 ano e 11 meses de idade e uma do sexo feminino de 5 anos e 3 meses, com análise de variáveis angulares de quadril, joelho e tornozelo por meio da análise do aplicativo Angulus, utilizando marcações nos pontos anatômicos. A criança de menor idade apresentou angulações maiores de flexão de quadril, joelho e dorsiflexão e pela baixa estatura, consequentemente a relação ao menor tamanho dos membros inferiores, apresenta uma cadencia maior no ciclo da marcha em relação a criança de maior idade, contudo isso está dentro dos parâmetros normativos para as idades.

Palavras-chave: Marcha. Cinemática. Fisioterapia. Cinesiologia. Biomecanina.

1. Introdução

Apesar de parecer algo extremamente comum e simples no nosso dia a dia e de necessidade básica para se deslocar, o ato de caminhar compreende uma sequência de eventos rápidos e complexos. E diante disso, realizar essa sequência nem sempre é algo tão simples em algumas situações da vida, como em casos de patologias que afetam a musculatura ou o SN (Sistema Nervoso), ou dois extremos da vida: o início e o fim.

Segundo Neumann, 2011, no início da vida a criança precisa de 11 a 15 meses para aprender a ficar de pé e caminhar. Após isso, a criança refina a sua marcha até 4 ou 5 anos de idade, para que se assemelhe com um adulto, com aperfeiçoamento futuro ocorrendo possivelmente por vários anos.

O processo de aquisição da marcha dos bebês é um enorme desafio para eles, por apresentarem carência de força muscular, dificuldade de controle do movimento e estarem sendo continuamente desafiados pelo campo gravitacional. Segundo Levada, 2012 os

¹ Acadêmico do Curso de Fisioterapia da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL

² Orientadora: Professora Doutora Daiane Lazzeri de Medeiros, Professora do Curso de Fisioterapia da Univel – Centro Universitário UNIVEL

primeiros 4-5 meses de experiência do andar independente compõem a chamada fase de transição onde o bebê aprende a coordenar sua postura ereta, essa fase consiste em uma marcha instável e com frequentes quedas. Contudo, nos seus primeiros anos ocorrem mudanças consideráveis na cinemática e dinâmica das articulações.

Um estudo realizado em 2015 por Van Hamme teve o intuito de propor valores normativos para parâmetros biomecânicos da marcha levando em consideração a interação idade-velocidade, foi feito devido à falta de disponibilidade de banco de dados de referência. De 106 crianças 10 haviam idade de 13,5 a 18,5 meses (geralmente na fase de transição).

Podemos citar outro estudo realizado em 2006 por De Paula que se trata sobre a aquisição da habilidade de andar para trás e para os lados da criança a partir dos 16 meses, foi realizado com 7 bebês. Segundo De Paula, 2006 a coordenação inter-membros investigada através da variável fase relativa revelou que os valores encontram-se muito próximos daqueles apresentados pelos adultos.

O objetivo desse trabalho foi comparar duas crianças saudáveis de diferentes idades e consequentemente diferentes fases da aquisição da marcha.

2. Metodologia

Participou do estudo duas crianças, criança N1: sexo masculino, 1 ano e 11 meses de idade, massa corporal de 11kg e 80cm de estatura, anda a 8 meses. N2, sexo feminino, 5 anos e 3 meses de idade, massa corporal de 18kg e 1.20m de estatura.

Para avaliação qualitativa da marcha foi realizado um vídeo no plano sagital com cada uma para análise posterior dos dados, a criança N1 caminhou em uma pista de 1,50 metros. em velocidade auto-selecionada (devido a baixa idade). A criança N2 foi orientada a caminhar em velocidade confortável em uma pista de 2,45 metros.

Algumas variáveis de tempo também foram avaliadas, tempo do passo, tempo da passada, cadência, velocidade e a variável espacial comprimento do passo.

Também foi realizada análise de angulação do quadril, joelho e tornozelo em ambas as crianças na fase de contato do calcanhar no plano sagital pelo aplicativo Angulus, a angulação final é obtida a partir de 180° menos o valor fornecido. Para isso, foram feitas algumas marcações em determinados pontos anatômicos sendo eles: acrômio da

escápula, trocânter maior do fêmur, epicôndilo lateral do joelho e quinta articulação metatarsofalangeana.

3. Desenvolvimento

Foi utilizada como método de avaliação cinemática da marcha em plano sagital (vista lateral) em uma pista de 1,5 metros para a criança N1 e uma pista de 2,45 metros para a criança N2, para isso foram feitas marcações em cinco pontos anatomicos específicos, Acrômio da escápula, Trocânter maior do fêmur, Epicondilo lateral do fêmur, Maléolo lateral e Quinta articulação Metatarsofalangeana.

3.1. Criança N1

O Paciente N1, masculino, de 1 ano e 11 meses, saudável e sem históricos de lesões ou patologias.

3.1.1. Quadril

Na avaliação angular, o paciente N1 apresentou uma angulação de quadril de 24,9 graus, como se pode notar na imagem abaixo.

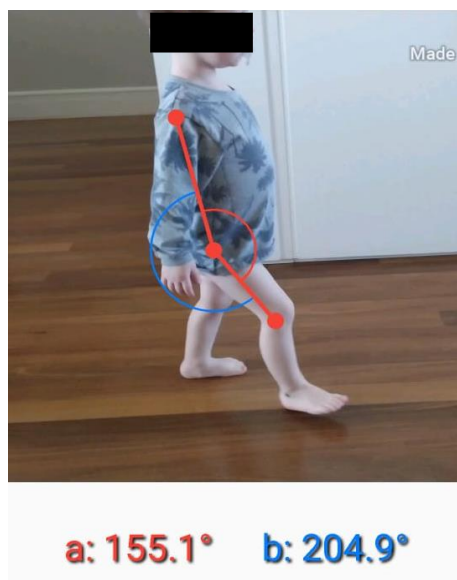


Figura 1 – Análise angular do quadril da criança N1 por meio do aplicativo Angulus.

3.1.2 Joelho

A angulação do joelho foi maior do que a do quadril durante o contato inicial, onde se pode observar uma flexão de 27,7 graus.

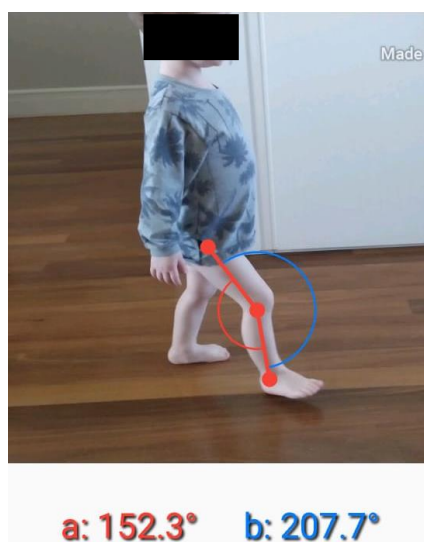


Figura 2 – Análise angular do joelho da criança N1 por meio do aplicativo Angulus.

3.1.3 Pé.

Já na angulação do pé direito da criança N1, observamos 28,2 graus de plantiflexão durante o contato inicial do pé no solo.

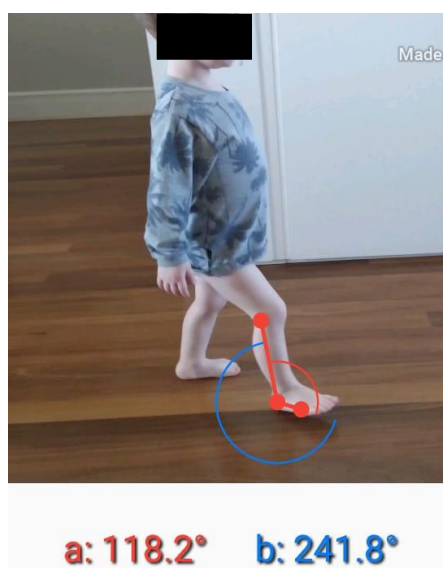


Figura 3 – Análise angular do pé da criança N1 por meio do aplicativo Angulus.

3.1.4. Variantes temporais

Em relação as variantes espaço-temporais, foi avaliada a marcha em uma pista de 1,5 metros, onde se obteve um total de seis (6) passos com uma variação de 0,5 segundos entre cada passo, contabilizando um total de 120 passos por minuto, quatro (4) passadas com uma variação de 1 segundo entre cada passada

3.2. Criança N2.

Na Criança N2, sexo feminino, 5 anos e 3 meses de idade, saudável e sem históricos de lesão ou patologias.

3.2.1. Quadril

Na avaliação angular do paciente N2 pode-se notar uma angulação de quadril bem reduzida em comparação a criança N1, a angulação obtida foi de 13 graus em flexão.



Date taken: 06/28/2020, 16:29
a: 167.2°

Figura 4 – Análise angular do quadril da criança N2 por meio do aplicativo Angulus.

3.2.2. Joelho.

A angulação do joelho da segunda criança também é muito reduzida em comparação à primeira, ela quase não apresenta flexão nenhuma, foi observado 0,5 graus de movimento do joelho.



Date taken: 06/28/2020, 16:29
a: 179.5°

Figura 5 – Análise angular do joelho da criança N2 por meio do aplicativo Angulus.

3.2.3. Pé

O pé da segunda criança apresentou uma plantiflexão de 23,6 graus.



Date taken: 06/28/2020, 16:29
a: 113.6°

Figura 6 – Análise angular do pé da criança N2 por meio do aplicativo Angulus.

3.2.4. Variantes temporais

Em relação as variantes espaço-temporais, foi avaliada a marcha em uma pista de 2,45 metros, onde se obteve um total de seis (6) passos com uma variação de 1,5 segundos entre cada passo, contabilizando um total de 90 passos por minuto, quatro (4) passadas com uma variação de 3 segundo entre cada passada.

4. Resultados

4.1 Analise angular

Dentre algumas observações, a mais acentuada é a diferença gritante nas angulações do quadril e do joelho entre as crianças N1 e N2 durante o contato inicial.

Enquanto o paciente de 1 ano e 11 meses apresentou 27,7 graus de flexão de quadril nessa determinada fase de marcha a paciente de 5 anos e 3 meses apresentou somente 13 graus de flexão do quadril na mesma fase. Em relação ao joelho houve uma diferença ainda maior, a criança N1 apresentou 28,2 graus em flexão, já a N2 apresentou 0,5 graus. Nos tornozelos, também observamos uma maior angulação da dorsiflexão da primeira criança.

Segundo Sutherland, 1980 crianças com mais de 2 anos de idade apresentam angulações de rotações no plano sagital semelhantes a de adultos saudáveis, porém,

crianças com menos de dois anos, que não possuem um amadurecimento durante a marcha, costumam a ter uma flexão de joelho exacerbada durante as fases de pé intermediário, contato inicial e pé plano.

Essa flexão excessiva no joelho interfere nas angulações de quadril e tornozelo, onde, a flexão do quadril vai ser maior e o tornozelo vai apresentar uma plantiflexão consideravelmente maior ao de uma criança com amadurecimento da marcha ou um adulto normal.

4.2 Análise das variantes temporais

Em relação cadência, a criança N1 realizou 120 passos por minuto, já a criança N2 tem uma cadência de 90 passos por minutos. Se levarmos em consideração que o tamanho da pista foi o mesmo para ambas as crianças, conseguimos observar que a distância dos passos se aumenta com a idade, por isso, é necessário um número bem reduzido de passos para percorrer percursos durante a caminhada, além disso, o tempo dos passos e passadas aumenta significativamente com o aumento da idade, crianças pequenas tendem a realizarem passos curtos e rápidos.

5. Considerações Finais

O período de transição e amadurecimento da marcha é extremamente importante para o desenvolvimento da criança, nele, a troca do engatinhar pelo andar em posição bipodal pode trazer inúmeros desafios.

Crianças sem o amadurecimento da marcha, principalmente com menos de 2 anos de idade, e que andam a menos de 4 meses podem apresentar angulações nos eixos das articulações dos membros inferiores fora do “normal” se comparado a uma criança com a marcha bem desenvolvida ou se comparado a um adulto.

Dentro dessas alterações, podemos destacar como principais a flexão excessiva de joelho, que por vez pode gerar adaptações subsequentes como a flexão excessiva de quadril e a plantiflexão excessiva.

Durante a marcha, notamos que com o aumento da estatura, os passos e passadas durante a caminhada se tornam mais longos e um pouco mais lento, exigindo do corpo um gasto energético muito menor se comparado a marcha de uma criança pequena.

Salientando que nenhuma das duas crianças observadas neste estudo apresentam necessariamente alguma patologia, o desenvolvimento da marcha é um processo natural e que deve ser acompanhado pelos pais e médicos, todo e qualquer caso que se apresentem fora dos padrões de normalidade devem ser acompanhados de acordo com as especificidades de cada paciente.

REFERÊNCIAS

DE PAULA, Adriana Inês; MAUERBERG-DECASTRO, Eliane; COZZANI, Márcia Valéria. Desenvolvimento longitudinal do andar para frente e para trás: Impacto da restrição ambiental. **Rev. Bras. Cineantropom. Desempenho Hum**, v. 8, n. 4, p. 73-81, 2006

LEVADA, Giovana; COSTA, Paula Hentschel Lobo da. Estudo da variabilidade das forças de reação do solo na aquisição do andar independente em bebês. **Motriz: Revista de Educação Física**, v. 18, n. 2, p. 356-365, 2012.

NEUMANN, Dolnald A. **Cinesiologia do aparelho musculoesquelético.**; [tradução de Renata Scavone de Oliveira... et al.] 2ª. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

Sutherland, D. H., Olshen, R. I. C. H. A. R. D., Cooper, L., & Woo, S. L. (1980). The development of mature gait. *J Bone Joint Surg Am*, 62(3), 336-353.

VAN HAMME, Angèle et al. Gait parameters database for young children: The influences of age and walking speed. **Clinical Biomechanics**, v. 30, n. 6, p. 572-577, 2015.



Artigo de

MBA RECURSOS HUMANOS

INTELIGÊNCIA EMOCIONAL NAS OPERAÇÕES DO COMÉRCIO INTERNACIONAL E O DESENVOLVIMENTO DAS *SOFT SKILLS*

Ana Claudia Lustosa de Mello¹

Resumo: A inteligência emocional é um assunto que vem sendo abordado em diferentes contextos: escola, casa, trabalho. Nas organizações possuir essa inteligência em equilíbrio com as demais pode trazer bons resultados para o profissional: boas relações, motivação, comunicação assertiva, liderança bem preparada, entre outros atributos. O profissional do comércio internacional, assim como outros profissionais das mais diversas áreas, está em constante busca para aperfeiçoar suas habilidades e conhecimentos. E, somando-se a isso, é importante também pensar nas habilidades sócio emocionais, nas relações com as pessoas, na sua capacidade de controlar suas emoções, de auto motivar-se e de ser empático com todos aqueles que fazem parte do processo. Nas relações internacionais existem muitas pessoas envolvidas, nas mais diversas tarefas. Portanto, a proposta deste artigo é analisar como a inteligência emocional pode influenciar nesse sentido. Ademais, será abordado o tema das *soft skills* a qual abrange a inteligência emocional como uma importante e significativa ferramenta a ser desenvolvida no contexto organizacional. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica dentro das áreas de administração, psicologia e logística.

Palavras-chave: Comércio exterior. Inteligência emocional. *Soft skills*.

1. Introdução

A inteligência emocional dentro do ambiente empresarial é um assunto que pode ser bastante explorado. O equilíbrio entre as inteligências – racional e emocional – já não é mais uma discussão exclusiva da psicologia, ela está presente no contexto organizacional, uma vez que estar centrado pode trazer boas relações, comunicações mais assertivas e lideranças melhores preparadas para os desafios que estão sempre contidos nas organizações.

Seguindo essa linha, dentro do Comércio Internacional não poderia ser diferente. Os trabalhadores deste setor estão em constante pressão: na importação com a possível falta de material caso qualquer tipo de problema aconteça durante o processo, e na exportação com os prazos que precisam ser atendidos de acordo com as solicitações dos clientes. E tudo isso demanda muito foco dos colaboradores que trabalham para atender a esses propósitos.

De acordo com Goleman (2001), ter Inteligência Emocional (IE) é ter a consciência de suas emoções e das reações que temos de acordo com os acontecimentos, é saber pensar e agir sem deixar que as emoções controlem a nossa vida. Dentro dessa

¹ Pós-graduanda do MBA em Gestão de Recursos Humanos da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL

compreensão, é necessário observar que as relações entre os indivíduos são tão importantes quanto a sua própria observação pessoal. Dessa forma, a Inteligência Emocional (IE) divide-se em duas vertentes: a inteligência emocional intrapessoal e a inteligência emocional interpessoal.

A IE intrapessoal fala sobre como cada ser enxerga o mundo, independente se estamos falando dentro ou fora da organização, e as suas reações internas para tudo que lhe ocorre no mundo externo, de acordo com o seu autoconhecimento. Já a IE interpessoal diz respeito a como o indivíduo irá externalizar as suas análises, os seus pensamentos, dentro de uma integração social.

Ainda na contextualização do que é inteligência emocional, de acordo com Macedo et. al. (2012, p. 24), a “inteligência emocional parte do pressuposto de que haja a construção de uma linguagem emotiva, a qual se estabelece a partir da capacidade de se perceberem em profundidade os sentimentos do outro e também de agir segundo tais sentimentos”.

Uma das principais habilidades de um colaborador do comércio internacional é a comunicação. Independente de ser importador, exportador ou prestador de serviço da área, esse profissional precisa estar em constante desenvolvimento das suas habilidades de comunicação oral e escrita. Ter clareza e assertividade na comunicação entre todos os envolvidos no processo facilita o dia a dia e traz soluções muito mais rápidas, o que dentro do comércio internacional pode ser considerado “ganhar tempo”. E a base de uma boa comunicação é pensar antes de agir, utilizando a racionalidade, colocando as emoções sob controle antes de falar ou escrever.

As pessoas com alto QE (coeficiente emocional) são mais criativas, espontâneas e conseguem interagir com outras pessoas com mais facilidade, além de compreenderem melhor as informações, o que faz com que as reações sejam mais positivas frente a todas as possíveis adversidades advindas do contexto do comércio exterior.

Goleman (2001) afirma que a Inteligência Emocional é dividida em cinco habilidades específicas: autoconhecimento, autocontrole emocional, automotivação, empatia e habilidades sociais. A autoconsciência (ou autoconhecimento) refere-se a como eu me reconheço internamente, as minhas preferências e como as emoções se traduzem quando precisamos tomar uma decisão.

Já o autocontrole é a gestão dos impulsos internos, o quanto o colaborador consegue refletir a respeito de uma questão e ponderar o que está ligado a este desafio.

Fala também sobre como nos adaptamos às possíveis mudanças o que, dentro das relações internacionais, podem acontecer rapidamente. Além disso, leva em consideração o quanto conseguimos compreender que as recompensas podem demorar a vir, mas auxilia no foco do objetivo pretendido.

A automotivação relaciona-se com a forma que nos adaptamos diante dos obstáculos, promovendo a aceitação dos mesmos e encontrando valor e significado num objetivo, a fim de seguirmos com o nosso propósito.

A empatia corresponde a nos colocarmos no lugar do outro, compreender suas necessidades e preocupações direcionadas, e aos sentimentos de compaixão e compreensão.

Por fim, as competências sociais dizem respeito à capacidade de viver em grupo, de relacionar-se, trabalhar, conviver com as diferenças existentes em todos os contextos, tanto organizacionais, quanto na vida pessoal. Aqui entram diversas habilidades, tais como: negociação, cooperação, persuasão, convivência.

De acordo com Vasconcelos e Faria (2008, p. 454):

O aumento do número de registro de doenças relacionadas ao trabalho a cada ano instiga os pesquisadores a investigar a relação entre o surgimento de doenças (físicas, mentais ou psicossomáticas) e a organização do trabalho e as modificações nas relações sociais de produção, principalmente a partir da década de 70, quando muitas mudanças globais ocorreram.

À vista disso, a preocupação com a saúde mental do trabalhador tem aumentado significativamente, uma vez que essa questão pode influenciar em seu desempenho profissional, em qualquer área de atuação. E dentro dessa análise é possível verificar o grau de maturidade da empresa e como ela lida e enxerga o colaborador dentro de seus processos.

Assim, o objetivo deste trabalho é analisar todas as facetas da inteligência emocional para o trabalhador do comércio exterior e como esta pode influenciar em vários quesitos, desde as primeiras negociações até o processo de logística e entrega do material ao seu destino final.

2. Desenvolvimento

A análise dos resultados mostra a influência das emoções dentro do contexto organizacional no geral. Fazendo uma relação com o comércio internacional, a inteligência

emocional é uma habilidade que precisa ser desenvolvida para que as negociações sejam efetivas. Garcia (2014), afirma que a negociação integrativa, ou seja, uma negociação onde todos ganham de alguma forma é vista de forma positiva quando relacionada com a inteligência emocional. Dessa forma, quanto maior o nível de inteligência emocional, maior a utilização da negociação integrativa, a qual produz uma relação mais duradoura.

Além disso, uma importante observação constatada é que, uma vez supridas as necessidades básicas dos colaboradores, a busca pelo desenvolvimento da inteligência emocional será muito mais fácil. O conhecimento do aparelho psicológico é tão importante quanto o físico, sendo assim, um exercício do autoconhecimento (SANTOS, 2018).

À luz da teoria do presente artigo, comparado com a vivência da autora na prática de um setor de comércio exterior, evidenciam a necessidade de se cultivar as emoções, mantendo-as em equilíbrio com a inteligência racional, unindo o desenvolvimento das habilidades intelectuais e emocionais.

Goleman (2002, p. 13) diz que “as emoções negativas, sobretudo a raiva, a ansiedade ou a sensação de inutilidade crônicas – prejudicam profundamente o trabalho, desviando a atenção da tarefa presente”. A partir disso, é possível observar que sentimentos como a raiva são gatilhos para diversos outros fatores negativos: baixa autoestima, falta de foco, inquietação, angústia. Mas o que pode desencadear a raiva dentro do comércio internacional?

Profissionais do comércio exterior precisam lidar com prazos, leis, normas, bancos (para fechamento de câmbio), contratação de fretes (nacionais e internacionais), negociar com agentes de carga, despachantes, transportadoras, contratação de seguros, conhecer e trabalhar com a logística nacional e internacional, compreender números envolvidos e, além de tudo isso, internamente, é preciso estar em constante interdisciplinariedade com os demais setores, envolvendo-se com financeiro, jurídico, programação de materiais, comercial e, no caso de algumas empresas, com a engenharia. Todos esses procedimentos podem gerar muito estresse se não forem bem administrados. Logo, ademais, é necessário também gerir bem as emoções, pois o mundo exige cada vez mais profissionais com boas habilidades de relacionamento, que possuem a capacidade de transformar dados e informações em conhecimentos, e principalmente, com formação ética (MAINARDES, DESCHAMPS E LIMA, 2008). A demanda é grande.

Fazendo uma conexão da teoria das cinco habilidades que são necessárias para o bom desenvolvimento da inteligência emocional, com a prática dentro dessa profissão, é possível compreender alguns pontos.

Se a autoconsciência, ou autoconhecimento emocional, refere-se à capacidade de reconhecer as emoções frente a diversas situações em que as pessoas são colocadas diariamente, durante um longo processo de importação, por exemplo, é importante conhecer cada parte do processo e o que os deixa mais ou menos motivados. É preciso compreender o que estimula menos e quais as emoções conectadas com essa falta de motivação. Conhecendo e assumindo isso já é um grande passo para que essa primeira habilidade ganhe força.

O autocontrole é uma importante aptidão para esses profissionais que precisam lidar com tantas situações. Por serem processos onde muitas pessoas são envolvidas e há muita troca de informações, a importação e a exportação podem ter problemas que o mercado interno não tem, com mais frequência. E são esses momentos de desafios que pedem certo controle dos profissionais que precisam enfrentar esses períodos. A melhor saída para instantes como esse ainda é analisar o todo, não apenas o problema em si, mas o que esse problema pode desencadear para todo o processo e, principalmente, qual será a reação frente a tudo isso. De acordo com Bradberry e Greaves (2007, p.79):

Ter autocontrole não significa apenas dominar um comportamento explosivo ou problemático. Talvez o maior desafio que as pessoas enfrentam seja o de controlar suas tendências ao longo da vida e usar essa habilidade em diferentes situações.

Sobre a automotivação, terceira habilidade sugerida, é preciso compreender que sentir-se motivado por aquilo que gosta pode ser teoricamente simples. Estabelecer seus próprios objetivos e sentir-se motivado por isso é uma tarefa que todos podem exercer. Entretanto, para realizar processos aos quais há interesse, ou não há eficácia completa é necessária uma dose extra de automotivação. Para o profissional do comércio exterior não é diferente, e aqui entra novamente a questão de compreender primeiramente as partes do processo que mais os agradam e as que menos os agradam. Por exemplo, dentro do processo de exportação, muitas vezes é preciso resolver problemas de pagamento dos clientes e, apesar de ser uma função financeira, pode acontecer de ser uma das tarefas de um analista de exportação, uma vez que envolve a língua na qual está negociando, habilidade nem sempre adquirida por um profissional financeiro na empresa.

Este tipo de tarefa pode gerar um estresse no colaborador do comércio exterior e é necessário desenvolver a habilidade de autocontrole, para que isso não se torne um desafio ainda maior no seu dia a dia, provocando um nervosismo desnecessário que poderá levar até a problemas físicos.

Em se tratando da empatia, quarta habilidade sugerida, Garner afirma que:

Embora seja uma conexão emocional com a outra pessoa, a empatia não se baseia na tristeza, culpa, sofrimento ou fraqueza, mas no desenvolvimento de um relacionamento mútuo. Para compreender as opiniões, sentimentos, reações, preocupações e motivos da outra pessoa, precisamos utilizar nossas habilidades cognitivas para parar e pensar sobre a perspectiva dela. Precisamos ter a capacidade emocional de nos importarmos com a preocupação daquela pessoa (2010, p. 42).

Nesse sentido, é preciso compreender que ser empático não é apenas colocar-se no lugar da outra pessoa nos momentos ruins que ela esteja passando. Empatia é compreender o problema do ponto de vista da outra pessoa envolvida. Por exemplo, nos processos de importação e exportação, o profissional precisa estar atento às mudanças de mercado, às crises, as quais podem trazer, entre outras situações, um aumento do nível de estresse de todos os envolvidos. Nesses momentos faz-se necessário uma capacidade de “empatia firme”. Esse conceito quer dizer “dar às pessoas aquilo que necessitam, não o que querem. Para isso, é preciso equilibrar o respeito pelo indivíduo e a preocupação com as tarefas” (GARNER, 2010, p. 43).

E por fim, trazendo a última habilidade proposta por Goleman (2001) para ter inteligência emocional, as competências sociais surgem para mostrar se é possível ou não viver em sociedade, se é possível ou não trabalhar sob pressão, com outros indivíduos, sem colocar o peso das responsabilidades sobre os demais. Além disso, mostra a capacidade de respeitar as diferenças, de compreender que todos têm opiniões, gostos e culturas diversas. Trabalhar com comércio internacional é trabalhar com uma diversidade cultural infinita. Colocar um produto no mercado internacional demanda uma pesquisa de “hábitos, usos, costumes e cultura do povo com o qual presente-se estabelecer relações comerciais” (MAINARDES, DESCHAMPS E LIMA, 2008). Compra-se de chineses e vende-se para egípcios. Compra-se de americanos e vende-se para chilenos. Dependendo do produto comercializado, é possível atingir uma escala global, onde há a comunicação com pessoas de diversos países, muitas vezes num único dia. Essa talvez seja a habilidade mais importante pra quem trabalha com as negociações internacionais.

Uma das primeiras coisas que são necessárias para entrar num mercado internacional, seja para comprar ou vender, é conhecer a cultura daquele país, conhecer suas formas de negociação, suas crenças e o que preferem enquanto consumidores. E isso exige um aprimoramento das competências sociais.

2.1. O desenvolvimento das *soft skills* dentro do comércio internacional

A inteligência emocional é uma das dez *soft skills* apontadas pelo Fórum Econômico Mundial como habilidade importante a ser desenvolvida. “Daqui a cinco anos 35% das habilidades que hoje são consideradas essenciais vão mudar” (ÉPOCA, 2019). Então, é importante ter em mente quais são e como desenvolver essas habilidades dentro das mais diversas áreas, incluindo o comércio internacional.

Um profissional de negócios internacionais apenas com uma formação técnica específica já não é suficiente para a demanda da nova economia. O que se espera é um profissional com raciocínio lógico, criatividade, flexibilidade, além da predisposição a processar um grande número de informações (MAINARDES, DESCHAMPS E LIMA, 2008).

Dentre as dez habilidades apontadas pelo Fórum Econômico Mundial – resolução de problemas complexos, pensamento crítico, criatividade, gestão de pessoas, coordenação, inteligência emocional, capacidade de julgamento e de tomada de decisões, orientação para servir, flexibilidade cognitiva e negociação – algumas podem ser consideradas mais significativas dentro do comércio internacional.

A resolução de problemas complexos diz respeito ao conjunto de estratégias para responder de modo eficiente a um determinado problema. É o conjunto de conhecimentos e de olhares diferentes que se pratica pra observar o problema sob todos os ângulos antes da tomada de decisão. A partir disso, é importante observar que os problemas dentro do comércio internacional não são simples. E a cada ano, têm-se mais concorrentes, mais empresas procurando a internacionalização, mais normas a serem seguidas. Os profissionais do comércio internacional precisam buscar um pensamento muito mais sistêmico pra resolver problemas que envolvem outras culturas, leis, normas e exigências de órgãos como a Receita Federal, Inmetro, entre outros.

Outra importante habilidade que faz conexão com a capacidade de resolver problemas complexos é a criatividade. Quanto mais criativos, mais é possível resolver os problemas, das mais diversas formas. A criatividade refere-se à capacidade de pensar em

novas e mais ousadas soluções para outros problemas. Todos os sistemas utilizados dentro do comércio internacional não são suficientes para atender às demandas de resolução de problemas. Existem situações que apenas os seres humanos conseguem resolver, devido a essa habilidade. Principalmente em se tratando de criar novas soluções para clientes de outros países, ou buscar produtos inovadores em outros territórios para trazer pra dentro da própria organização.

Outra habilidade fundamental, e considerada a mais importante dentro deste trabalho, é a inteligência emocional. De acordo com o Fórum Econômico Mundial, a inteligência emocional é essencial para nosso desenvolvimento tanto como seres humanos, quanto como profissionais. Possuir a capacidade de controlar as emoções dentro das cinco habilidades vistas anteriormente deverá ser cada vez mais valorizada dentro das organizações. Dentro do comércio internacional, é importante compreender que muitos dos processos não estão sob controle do profissional, e querer “controlar o incontrolável” pode trazer muitos problemas emocionais. Por isso, a inteligência emocional pode auxiliar a equilibrar essa questão, nos fazendo compreender que muitas vezes aquele canal vermelho (um dos grandes geradores de estresses entre esses profissionais) não é nem culpa, nem responsabilidade do colaborador, e que a situação não vai mudar, mesmo que o profissional sinta raiva, decepção, estresse ou qualquer outro sentimento negativo. Dessa maneira, desenvolver essa habilidade nos próximos anos deve ser prioridade para os profissionais dessa área.

A capacidade de julgamento e de tomada de decisões envolve pessoas hábeis em analisar dados e ambientes e tomar as decisões a partir disso. A despeito do profissional do comércio exterior precisar ser rápido em suas decisões, para que possa aproveitar o tempo da melhor forma, é preciso ser analítico e deliberar acerca dos acontecimentos de maneira prática e inteligente. E isso requer uma habilidade desenvolvida de capacidade de julgamento, o que se adquire através de conhecimento e experiência dentro desse mercado.

Essa não é uma habilidade fácil, principalmente dentro desta área. As pressões pela agilidade são muitas, de um lado, os materiais importados demoram mais a chegar, então, é importante que se ganhe tempo, sempre que possível. De outro, as metas de atendimento ao cliente na exportação, os quais pedem prazos quase sempre pequenos para entrega do material, visto que possuem também seus próprios prazos. Então, qualquer tipo de decisão que o profissional tome pode ser mais eficiente ou menos

eficiente para o processo como um todo, e esse tipo de discernimento é bastante importante para as negociações internacionais.

Outra importante *skill* que deve ser desenvolvida pelos profissionais do comércio exterior é a flexibilidade cognitiva, a qual pode ser considerada a capacidade de aprender de diversas formas. De acordo com Guerra *et. al* (20?, p. 2), “(...) flexibilidade cognitiva é entendida como a capacidade do indivíduo para alterar formas de representação do conhecimento (...) ou como a sua capacidade de desenvolver novas respostas”.

Reaprender, fazer diferente, refazer. O comércio internacional é muito dinâmico, permite muitas abordagens, diferentes formas de aprendizado. E o profissional precisa estar atento a isso. Podemos pegar o exemplo na importação de peças para automóveis. Neste ramo, há muitos materiais que possuem preços mais baixos e que muitas vezes possuem mais qualidade que os produtos nacionais. E como há uma gama de produtos, o importador precisa conhecer os diferentes materiais, suas funções, do que são feitos, entre outras informações. Não apenas para comprar o produto corretamente, mas para classificá-lo com a NCM correta e evitar problemas quando este chegar na aduana. Pra isso, o profissional precisa aprender de várias formas, buscar diversas fontes, conhecer mais de um material, mais de um fornecedor.

A negociação, importante habilidade a ser desenvolvida, não apenas pelos profissionais do comércio exterior, mas pelos profissionais no geral, faz parte do nosso dia a dia. Está-se sempre negociando, seja com a família, com os amigos, no trabalho, enquanto consumidores. Nas relações internacionais saber negociar é estar um passo a frente. Vencidas todas as primeiras impressões de se trabalhar com um cliente de uma cultura diferente, por exemplo, a próxima etapa é negociar da melhor forma, sempre observando os objetivos. Um bom negociador sabe ouvir, é paciente, mas assertivo, planeja, é ético e empático. Todas essas inclinações são necessárias dentro do comércio internacional, quando, por exemplo, o importador está negociando com um fornecedor cuja cultura dificilmente trabalha com prazos. De acordo com Vazquez (2001, p. 187), “no estágio da negociação, é importante que se conheçam as peculiaridades e os riscos do país com o qual se deseja operar”, e isso faz parte do início da negociação.

Dentre todas as habilidades apresentadas, é possível dizer que não há novidade, que são habilidades conhecidas por muitos na organização. Mas conhece-las não significa saber aplica-las. E aí entra a importância de trabalhar isso com profissionais que estão em constantes mudanças, assim como os profissionais do comércio exterior.

3. Considerações Finais

Após a pesquisa bibliográfica e a análise dos resultados através de exemplos práticos dentro do comércio internacional, é possível dizer que os objetivos propostos neste artigo foram atingidos, uma vez que foi possível verificar como a (falta de) inteligência emocional pode afetar as relações e as negociações dos importadores e exportadores e todos os envolvidos no processo das operações globais.

Além disso, conhecer e analisar o desenvolvimento das *soft skills* para esses profissionais pode auxiliar também colaboradores de outros setores a desenvolver habilidades para estarem conscientes de suas inteligências durante as atividades do dia a dia.

Por fim, é possível verificar que a inteligência emocional juntamente com as demais habilidades socioemocionais demonstram a importância de um perfil profissional mais humano, o qual não pode ser considerado apenas mais uma peça da engrenagem. O colaborador, tanto do comércio internacional, como todos os demais, são seres complexos, que possuem sentimentos, motivações, propósitos e histórias de vida, que os acompanham também dentro das organizações, fundindo assim, suas metas pessoais com as metas da organização.

REFERÊNCIAS

As dez habilidades profissionais que toda empresa vai exigir em 2020. **Época Negócios**. 14 de novembro de 2019. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Carreira/noticia/2019/10/10-habilidades-profissionais-que-toda-empresa-vai-exigir-em-2020.html>. Acesso em: 02 set. 2020.

BRADBERRY, Travis; GREAVES, Jean. **Desenvolva a sua inteligência emocional**. Rio de Janeiro: GMT, 2007.

GARCIA, Ana Claudia. **Inteligência emocional e estratégias de negociação**. Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa. Instituto Superior de Economia e Gestão. Outubro, 2014.

GARNER, Harry C. Empatia: habilidade de um verdadeiro líder. **Military Review**. Março/Abril, 2010, p. 40-49.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas, 2019.

GOLEMAN, Daniel. **Inteligência emocional: A teoria revolucionária que redefine o que é ser inteligente.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

GOLEMAN, Daniel; BOYATZIS, Richard; MCKEE, Annie. **O poder da inteligência emocional: a experiência de liderar com sensibilidade e eficácia.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2002.

MACÊDO, Ivanildo Izaias *et al.* **Gestão de pessoas.** Rio de Janeiro: FGV, 2002.

MAINARDES, Emerson Wagner; DESCHAMPS, Marcelo; LIMA, Edmilson. A condição do profissional de comércio exterior frente aos desafios da internacionalização. **Revista de Administração da FEAD-Minas**, v. 5, 2008.

SANTOS, Caetano de Almeida. **Inteligência Emocional e Motivação: um estudo com cadetes.** Resende: AMAN, 2018. Monografia.

VASCONCELOS, Amanda; FARIA, José Henrique. Saúde mental no trabalho: contradições e limites. **Psicologia & Sociedade**. Curitiba, 2008, n. 3, p. 453-464.

VAZQUEZ, José Lopes. **Comércio exterior brasileiro.** São Paulo: Atlas, 2001.

Artigos de
NUTRIÇÃO

EFEITOS DA DIETA HIPOPROTEICA NO DESENVOLVIMENTO DA DESNUTRIÇÃO EM CAMUNDONGOS C57BL6

Ana Caroline R. Bautitz¹
Camila Ayumi B. Toyota
Camila E. Canal
Tainá Gabriela da Silva
Jean Franciesco Vettorazzi²

Resumo: A desnutrição é uma condição clínica decorrente da ausência parcial de nutrientes essenciais ou também de problemas absorptivos devido a doenças como a tuberculose. A desnutrição pode ocorrer em diferentes fases da vida como a gestação, lactação e infância, levando a alterações metabólicas que refletem na vida adulta. Esta condição é um fator de risco para o desenvolvimento de doenças como obesidade, diabetes e hipertensão. Diante disso, com o intuito de compreender os efeitos fisiológicos desse estado, o presente artigo trata dos efeitos da desnutrição proteica em camundongos, como parte da disciplina de nutrição experimental. O projeto foi aprovado pelo comitê de ética em experimentação animal da Univel (001/2020). Para o experimento, camundongos C57BL6 com 21 dias foram submetidos a uma dieta normoproteica (14% de proteína) ou hipoproteica (6% de proteína) por 8 semanas. Durante o período experimental, os animais foram pesados semanalmente, assim como foi avaliado o consumo alimentar e ingesta hídrica. Ao final das 8 semanas, os animais foram pesados e submetidos ao teste de tolerância a glicose e insulina. Posteriormente foram eutanasiados, os tecidos pesados e armazenados. A dieta hipoproteica foi eficiente na indução da desnutrição, levando a uma redução do peso corporal e dos órgãos como intestino e depósitos de gordura. Observamos uma alteração no metabolismo da glicose, com maior resposta a glicose e insulina frente à desnutrição. Finalmente a desnutrição induziu um aumento na ingesta hídrica. Esses dados mostram os efeitos deletérios da desnutrição em fases iniciais da vida sobre parâmetros fisiológicos de camundongos.

Palavras-chave: Desnutrição. Camundongo. Dieta hipoproteica.

1. Introdução

Conforme apresentado em pesquisa pela Organização das nações Unidas (ONU), mais de 820 milhões de pessoas no mundo ainda passavam fome em 2018, ressaltando o imenso desafio de atingir a meta do Fome Zero até 2030 (ONU, 2019). Segundo a ONU e a organização mundial da saúde, a desnutrição não teve redução significativa em suas taxas, enquanto os casos de obesidade têm crescido consideravelmente. No Brasil, a desnutrição ainda é considerada um problema de saúde pública, principalmente nos últimos anos onde vêm crescendo novamente (França B. E., et al, 2017).

É indiscutível que a alimentação insuficiente quantitativamente (quantidade), ou inadequada qualitativamente (escassa de nutrientes essenciais) interfere na qualidade de

¹ Acadêmica do Curso de Nutrição da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL.

² Orientador: Professor Jean Francisco Vettorazzi do Curso de Biomedicina/Fisioterapia - UNIVEL - Centro Universitário UNIVEL

vida do ser humano. As consequências decorrentes dessa dieta incluem a desnutrição entre outras possíveis alterações fisiológicas, os quais se adequa conforme sua necessidade. A desnutrição acarreta uma redução na oxidação de gordura, baixo crescimento, menor ganho de massa muscular e de ossatura, entre outras repercussões, com o objetivo de acumular gordura a partir da mínima energia consumida. (Sawaya A., 2006). Esta redução no encargo do metabolismo acarretado pela alimentação desajustada gera insuficiências nutritivas que provocam danos tanto físicos quanto cognitivos, associados a hormônios como cortisol e insulina (Sawaya A., 2006)

Ainda convém lembrar, que as preferências alimentares são estipuladas de acordo com os coeficientes biológicos, psicológicos (Pereira C. M., et al, 2017; Martyn-Nemeth et al., 2009), psicossociais (Silvia E. T., 2015), econômicos (Macino L., et al, 2003) e até mesmo por causas naturais como desmame precoce e má nutrição gestacional, fatores relevantes na predisposição de crianças desnutridas.

Diante disso, compreende-se que os índices de desnutrição variam de acordo com o meio em que se vive, sendo predominante em países emergentes onde há déficit na saúde, economia, educação e fome (Ferreira H. S., et al, 2000). Porém, com a evolução tecnológica torna-se possível utilizar modelos animais, dentro da ética e experimentação, em testes que visem analisar e entender os mecanismos fisiológicos e moleculares afetados pela má alimentação e/ ou baixa absorção, a fim de tratar e melhorar o bem-estar populacional. (Neves S., et al, 2013).

2. Desenvolvimento

A desnutrição é caracterizada pelo déficit ou ausência de calorias prescritas na dieta que podem ser detectados através de exames laboratoriais ou antropométricos com o objetivo de avaliar a ingesta, a composição corporal, perda de funções e lesões morfológicas decorrentes da má alimentação ou baixa absorção dos nutrientes no organismo (Gerude M. F., et al., 2002). A falta de nutrientes ocasionam adaptações na estrutura corporal, os quais se modificam na intenção de melhorar e/ou manter o funcionamento normal da estrutura corpórea, podendo resultar em alterações visíveis a olho nu, como marasmo e kwashiorkor, ou até mesmo distensões de órgãos (intestino), para ampliar sua área de absorção, tal qual visto em prática (Molina G., et al., 2020).

Como consequência, a carência proteica provoca diversos distúrbios relacionados aos níveis de albumina plasmática presentes na corrente sanguínea, podendo resultar em

edemas nos vasos linfáticos, redução de enzimas responsáveis por auxiliar o trânsito de lipídios no fígado (causando patologias como esteatose hepática) e possíveis mudanças estruturais que dificultam a absorção e seu tratamento para normalização morfológica no intestino delgado (Molina et al., 2020; Castro G. S. F., et al, 2009)

As síndromes denominadas marasmo e kwashiorkor são caracterizadas por decréscimo calórico. Segundo pesquisas e evidências, ambas são causadas por ingesta calórica e proteica inadequada que resultam em desnutrição infantil distinguindo-se apenas nos sintomas apresentados. Logo, crianças marasmáticas denotam de retardo de crescimento, anorexia e instabilidade, e com kwashiorkor os mesmos sintomas, incluindo edema, fígado distendido, dermatoses e lesões na mucosa da boca. (Garrow J. C., et. Al, 1962).

Levando-se em consideração esses aspectos, é imprescindível que todos se conscientizem de que a solução para desnutrição proteico-calórica se dá a uma dieta individualizada e adequada, com o intuito de suprir todas e quaisquer necessidades nutricionais fundamentais para o desempenho do corpo humano. Frente a isso, o artigo tem como objetivo avaliar os efeitos deletérios da desnutrição corporal e metabolismo da glicose em camundongos. O uso da experimentação se faz necessária no entendimento da gênese das doenças, buscando formas alternativas de prevenção e tratamento.

3. Metodologia

Animais. Todos os experimentos abaixo foram aprovados pelo comitê de ética em experimentação animal da Univel (001/2020). Foram obtidos 12 camundongos C57BL6 com 21 dias de vida, disponibilizados pelo biotério central da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), e alocados no biotério do Centro Universitário de Cascavel (Univel), sob condições controladas de temperatura e luminosidade. Aos 30 dias de vida, os camundongos foram divididos. Em dois grupos: **controle**, submetidos à dieta padrão (14% de proteína), e **desnutridos**, submetidos a dieta hipoproteica com apenas 6% de proteína.

Avaliação do peso corpóreo, ingesta alimentar e hídrica. A avaliação do peso do animal foi realizada semanalmente, a fim de manter o acompanhamento e a eficácia das dietas aplicadas. O consumo de ração foi avaliado duas vezes por semana, sendo pesado a ração ofertada e posteriormente a ração que sobrou das caixas. Para a avaliação

da ingesta hídrica, o volume das garrafas de água foi monitorado duas vezes por semanas, e medidos com o auxílio de uma proveta.

Teste de tolerância a glicose e sensibilidade a insulina. Ao final das 8 semanas, os animais foram submetidos a um jejum de 10 horas para avaliação da tolerância a glicose. A glicemia foi verificada no tempo 0 min, 15 min, 30 min, 60min e 90 min após a aplicação intraperitoneal de 2mg/Kg de glicose. A verificação da glicemia deu-se através do uso de um glicosímetro e de uma amostra de sangue coletada da cauda do animal. Para o teste de sensibilidade a insulina, os animais foram submetidos a um jejum de 2 horas, onde foi aplicado 0,75und/Kg de insulina e a glicemia verificada nos tempos 3, 6, 9, 12, 15, 18, e 21 minutos após a aplicação de insulina.

Eutanásia e coleta de tecidos. Após dois meses de acompanhamento, os animais foram submetidos ao processo de eutanásia (deslocamento cervical) e avaliados detalhadamente, a fim de compreender as alterações fisiológicas consequentes da desnutrição. Durante a análise, os animais foram submetidos à avaliação nutricional (peso) para validação da desnutrição e posteriormente, coletados e pesados os órgãos (coração, fígado, músculo, rim, trato gastro intestinal (TGI), pâncreas e tecido adiposo).

Estatística. Foi utilizado um número de 6 animais por grupo (n=6), onde foi realizado a medida da média $\pm$ erro padrão. O teste estatístico utilizado foi o *t test*, sendo considerado estatisticamente significativo quando $P \leq 0,05$.

4. Resultados

4.1) Efeito da dieta hipoproteica no peso corpóreo e tecidual

Como observado na figura 01, a dieta hipoproteica foi eficiente no desenvolvimento da desnutrição, levando a uma redução do peso corpóreo no grupo desnutrido (Fig. 01 A). Ainda, observamos uma redução no peso do músculo e rins frente a desnutrição.

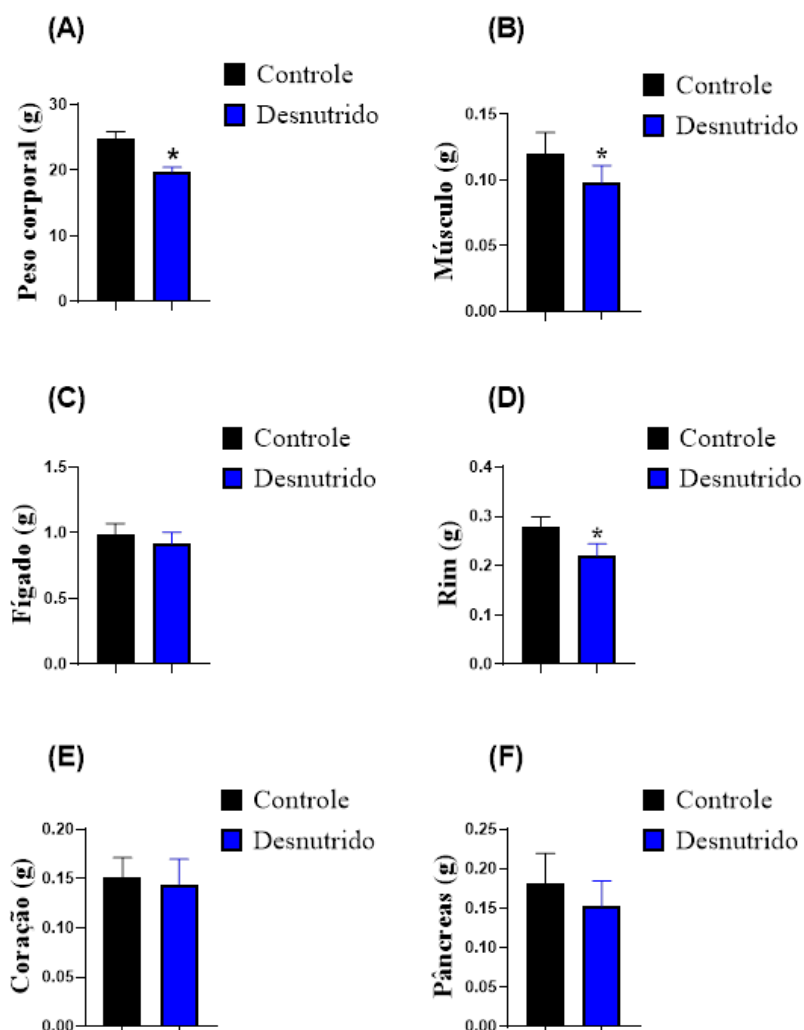


Figura 1. Efeito da dieta hipoproteica no peso corporal (A), peso do músculo (B), fígado (C), rim (D), coração (E) e pâncreas (F) de camundongos C57BL6. Os animais foram submetidos a dieta padrão (Controle) e hipoproteica (desnutrido) por 8 semanas. Os dados representam a média $\pm$ erro padrão. $n=6$. * indica diferença estatística entre o grupo Controle e obeso. $P \leq 0.05$ (Student's-t-Test).

Devido à falta de calorias desprovida da dieta, o organismo procura um método de sintetizar glicose, seguindo a via metabólica da gliconeogênese e realizando a mobilização de aminoácidos pelo músculo e ácido graxo pelo tecido adiposo. (Nelson D. et al, 2014). Portanto, a partir dessa reação metabólica conseguimos identificar que a mobilização de gordura e proteína desencadeou uma redução no peso corporal e na musculatura, conforme demonstrado na figura 1.

A desnutrição ainda teve como efeito uma redução nos depósitos de gordura perigonadal e retroperitoneal (Fig. 02 A e B). Em relação a gordura e suas consequências diante a dieta proposta, os animais apresentaram baixo peso de gordura a fim de manter

o desempenho normal do organismo e suprir as necessidades energéticas através de toda e qualquer fonte de energia presente na composição corporal.

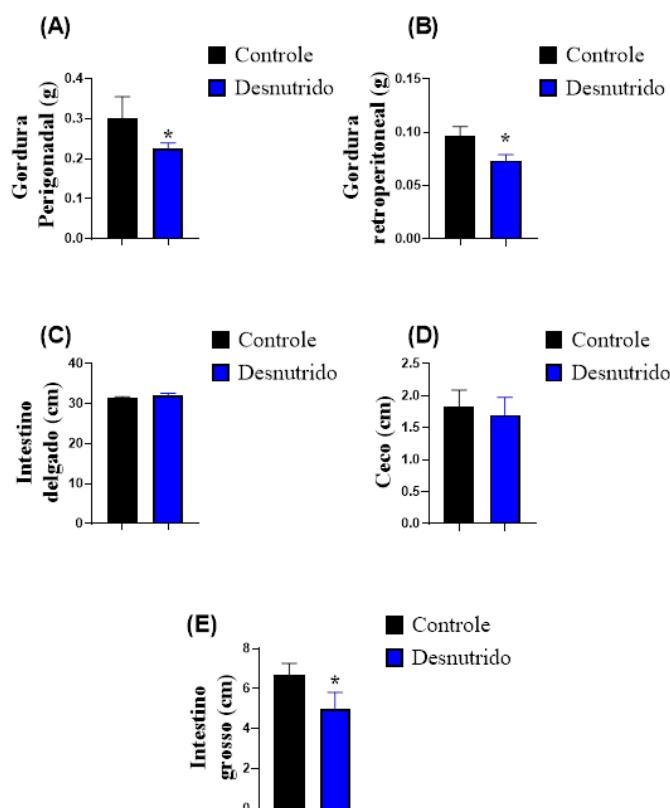


Figura 2. Efeito da dieta hipoproteica nos depósitos de gordura perigonadal (A) e retroperitoneal (B), e tamanho do intestino delgado (C), ceco (D) e intestino grosso (E) de camundongos C57BL6. Os animais foram submetidos a dieta padrão (Controle) e hipoproteica (desnutrido) por 8 semanas. Os dados representam a média $\pm$ erro padrão. $n=6$. * indica diferença estatística entre o grupo Controle e obeso. $P \leq 0.05$ (Student's-t-Test).

Finalmente, observamos uma redução no tamanho do intestino grosso devido a desnutrição, sem modificação no intestino delgado e ceco.

4.2) Avaliação do metabolismo da glicose

Na figura 3 é possível verificar uma variação dos níveis glicêmicos em comparação aos grupos. A desnutrição não afeta a glicemia de jejum e alimentado (Fig. 03 A e B), mas reduziu a resposta a glicose frente a um estímulo como observado na figura 3C. Durante uma sobrecarga de glicose, os animais desnutridos apresentam uma glicemia menor, indicando maior tolerância a glicose. Ainda, a desnutrição aumenta a sensibilidade a insulina em animais desnutridos, como observado na figura 3 E-F. Frente a um estado de desnutrição, o organismo altera seu metabolismo da glicose, aumentando a captação deste

carboidrato. A sinalização da insulina também se encontra aumentada, efeito que contribui para a melhor captação de glicose.

Frente a desnutrição, o organismo acaba utilizando rapidamente os estoques de glicogênio, fazendo com que o organismo comece a produzir glicose por aminoácidos livres e glicerol provenientes dos ácidos graxos, ocorrendo então o aumento da neoglicogênese. Como essas vias ficaram mais intensificadas para que possa produzir glicose e conseqüentemente terá uma redução nos níveis de macronutrientes, fica cada vez mais difícil manter um nível adequado de glicose, podendo ocorrer hipoglicemia no paciente. (Lima et al., 2010)

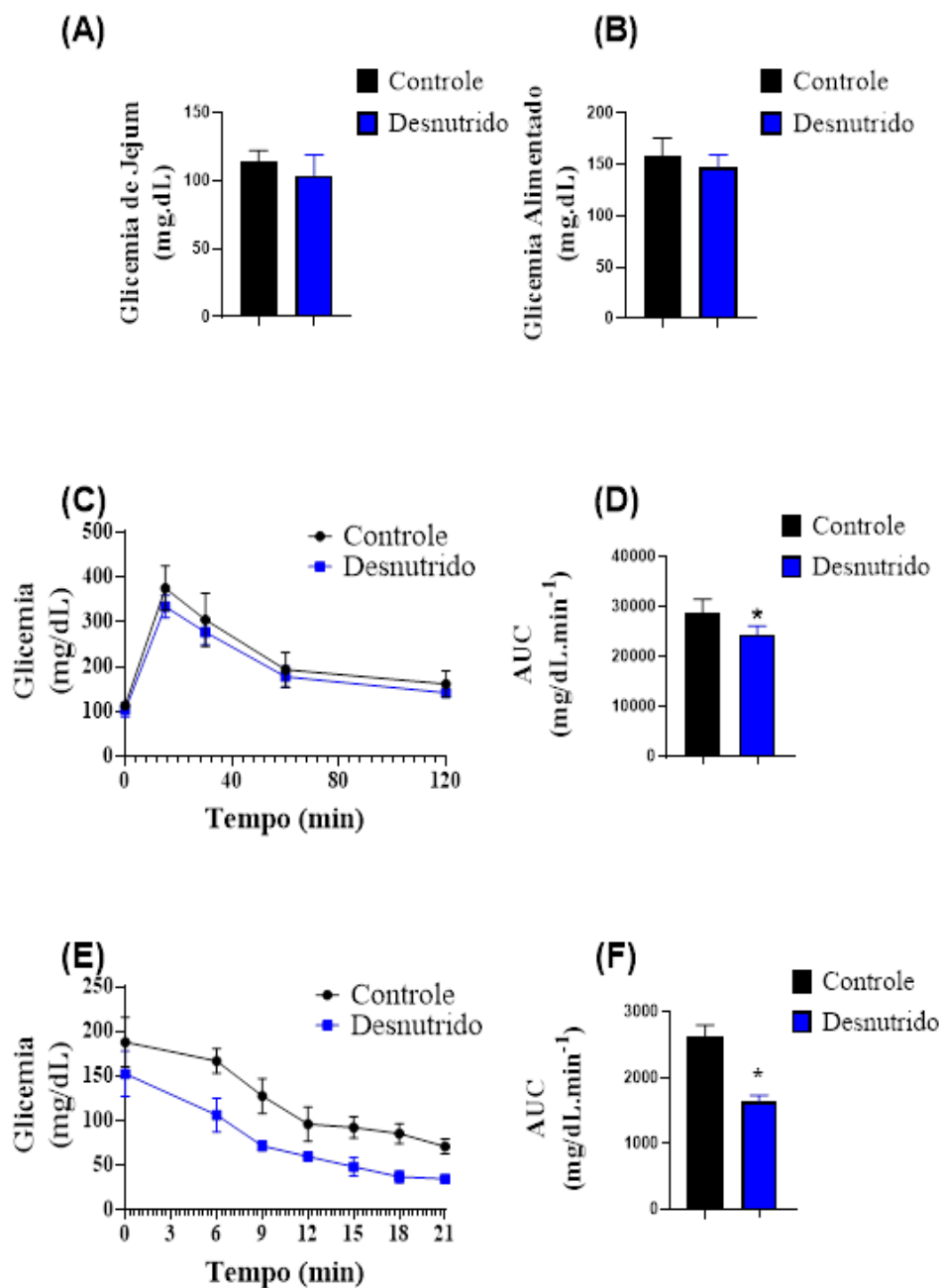


Figura 3. Efeito da dieta hipoproteica na glicemia de jejum (A) e alimentado (B) de camundongos C57BL/6. Teste de tolerância a glicose (C) e área abaixo da curva do teste de tolerância a glicose (D), teste de sensibilidade a insulina (E) e área abaixo da curva do teste de sensibilidade a insulina (F) em animais submetidos a dieta hipoproteica. Os animais foram submetidos a dieta padrão (Controle) e hipoproteica (desnutrido) por 8 semanas. Os dados representam a média $\pm$ erro padrão. $n=6$. * indica diferença estatística entre o grupo Controle e obeso. $P \leq 0.05$ (Student's-t-Test).

4.3) Ingesta alimentar e hídrica

De acordo com os registros, nota-se que a falta de proteínas na dieta induziu a um aumento na ingestão hídrica, sem alteração no consumo alimentar (Figura 4 A e B).

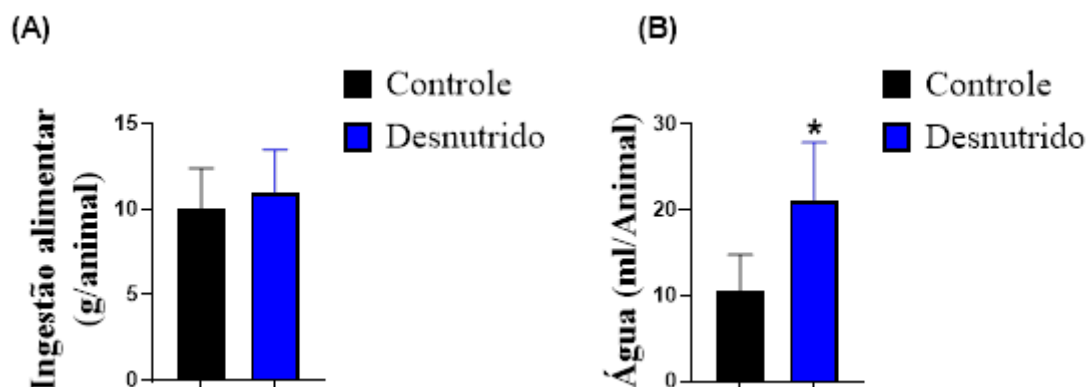


Figura 4. Efeito da dieta hipoproteica na ingestão alimentar (A) e consumo de água (B) em camundongos C57BL6. Os animais foram submetidos a dieta padrão (Controle) e hipoproteica (desnutrido) por 8 semanas. Os dados representam a média $\pm$ erro padrão. $n=6$. * indica diferença estatística entre o grupo Controle e obeso. $P \leq 0.05$ (Student's-t-Test).

5. Considerações Finais

Neste artigo, através da experimentação animal e do uso de animais, avaliamos os efeitos da desnutrição proteica no desenvolvimento corpóreo e metabolismo de camundongos C57BL6. Por se tratar de uma condição clínica ainda comum em países em desenvolvimento, o estudo fisiológico e molecular da desnutrição pode fornecer dados importantes ao combate dessa alteração nutricional. Os animais apresentaram alterações corporais comuns da desnutrição, podendo isso ser um fator de risco determinante no desenvolvimento de doenças na vida adulta como diabetes e obesidade.

REFERÊNCIAS

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **ONU: fome atinge mais de 820 milhões de pessoas no mundo.** 2019.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Obesidade e Desnutrição** - NUT/FS/UnB – ATAN/DAB/SPS. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde, Departamento de Promoção da Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, p.15-16, 2020.

FRANÇA, E. B. et al. **Principais causas da mortalidade na infância no Brasil, em 1990 e 2015: estimativas do estudo de Carga Global de Doença.** Belo horizonte: Revista Brasileira de epidemiologia, 2017.

PEREIRA, C. M., SILVA, A. L., SÁ, M. I. **Fatores que influenciam os comportamentos alimentares: questionário das escolhas alimentares dos adolescentes.** Lisboa: Revistas Científicas da América Latina, 2015.

SAWAYA, A. L. **Desnutrição: consequências em longo prazo e efeitos da recuperação nutricional.** São Paulo: Estud. av. 2006.

MARTYN-NEMETH P., PENCKOFER S., GULANICK M., VELSOR-FRIEDRICH B. **The relationships among self-esteem, stress, coping, eating behavior, and depressive mood in adolescents.** Research in nursing & health. 2009.

SILVIA, E.T. **Desnutrição e fome: consequência da pobreza.** Ariquemes, 2015.

MANCINO L., LIN B., BALLENGER N. **The role of economics in eating choices and weight outcomes.** Agricultural Information Bulletins. 2003

FERREIRA H. S., FRANÇA A. O. S. **Evolução do estado nutricional de crianças submetidas à internação hospitalar.** J. Pediatr. Porto Alegre. 2002.

NEVES, S. M,et al. **Manual de Cuidados e Procedimentos com Animais de Laboratório do Biotério de Produção e Experimentação da FCF-IQ/USP.** São Paulo: FCF-IQ/USP, 2013.

GERUDE M. F., AUGUSTO, A. L. P.; ALVES D. C., MANNARINO I. C. **Terapia Nutricional.** São Paulo. Atheneu, 2002.

MOLINA, G; PELISSARI, F.M.; FEIRHMANN, A.C. **Consequências da desnutrição protéica para o trato gastrointestinal.** Maringá, ArqMudi 2009.

CASTRO, G. S. F; MIALICH, M.S.; ANJOS, E.M. et al. **Caracterização da esteatose hepática não alcoólica induzida por dieta hipoprotéica em ratos.** Medicina. Ribeirão Preto, 2009.

GARROW, J. C. et al. **The treatment and prognosis of infantile mal nutrition in Jamaican children.** W. Indian med. J., Jamaica, 1962.

NELSON, D.; COX, M. M. **Princípios de bioquímica de Lehninger.** 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

EFEITOS DA DIETA RICA EM GORDURA EM CAMUNDONGOS C57BL6

Denise Bonato¹

Karine Ester de Amorim

Maria Cristina da Cruz

Mirian Leonel Ferreira

Orientador: Jean Francisco Vettorazzi²

Resumo: A obesidade é classificada como uma doença crônica não contagiosa, considerada como uma pandemia por estar evoluindo constantemente nos últimos anos. A obesidade é associada principalmente às consequências de maus hábitos alimentares e de vida. No Brasil cerca de 18,6% da população é obesa (IMC >30kg/m²) e 53,8% dos brasileiros estão acima do peso. A transição nutricional também é um fator bem importante para contribuição da obesidade, sendo associada a um padrão de vida mais urbano e industrializado, onde a dieta adotada é rica em açúcares e gordura e pobre em carboidratos complexos e fibras. Frente a isso, estudos com animais são necessários na busca da prevenção e tratamento da obesidade. Neste sentido, este artigo utilizou camundongos C57BL6 submetidos ou não a dieta rica em gordura por 8 semanas. Foram avaliados o peso corpóreo, ingesta alimentar e hídrica, metabolismo glicêmico e peso dos tecidos. Ao final do tratamento, os animais obesos apresentaram maior peso corpóreo, assim como peso dos rins, fígado, coração e pâncreas. A obesidade ainda resultou em aumento dos depósitos de gordura e prejuízos no metabolismo da glicose, mesmo associada a uma redução na ingestão alimentar. Estes dados apontam os danos causados pela obesidade em parâmetros corporais e metabólicos de camundongos, podendo ser extrapolado para os efeitos observados em humanos.

Palavras-chave: Obesidade. Hiperlipídica. Camundongos

1. Introdução

A obesidade e as doenças crônicas não transmissíveis têm se tornado uma epidemia em todo mundo, levando os governos a gastarem milhões em saúde pública por ano (Omer T. A. M, 2020). O surgimento destas doenças está relacionado principalmente com alterações no estilo de vida da população, como aumento na ingesta de dietas rica em gorduras, redução ou substituição da atividade física por atividades sedentárias como os equipamentos eletrônicos, uso de tratamentos farmacológicos que levam ao ganho de peso, além do sono inadequado (Omer T. A. M, 2020). Além disso, o desenvolvimento da obesidade e suas comorbidades pode ter um caráter genético, uma vez que o índice de massa corporal apresenta uma hereditariedade de 40 a 70% (Mittal B., et al, 2015).

A obesidade atingiu proporções pandêmicas, alcançando altos níveis de mortalidade e morbidade em todo o mundo. A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que mais de 1,9 bilhões de pessoas estão acima do peso, e entre esses, 650

¹ Acadêmica do Curso de Nutrição - Nutrição da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL

² Orientador: Professor Jean Francisco Vettorazzi do Curso de Biomedicina/Fisioterapia - UNIVEL - Centro Universitário UNIVEL

milhões são obesos. A obesidade está associada a inúmeras complicações, incluindo resistência à insulina e diabetes mellitus tipo 2 (DM2).

No Brasil, segundo dados apresentados em estudos, em torno de 18,6% dos brasileiros são obesos, ou seja, IMC superior a 30kg/m² e 53,8% estão acima do peso. O fato de a obesidade estar evoluindo constantemente, sofre influência da transição nutricional rápida, onde os alimentos sofrem níveis de processamento, aumentando o consumo de gordura tipo colesterol e trans, açúcar simples e diminuindo o consumo de fibras de carboidratos complexos (Ministério da Saúde, 2017).

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) e outros estudos, os índices de morbidade e mortalidade relacionados à obesidade estão sendo cada vez mais decorrentes. Além disso, indivíduos que possuem a doença não obtém um rendimento e nem conforto ao realizar suas atividades diárias, comprometendo seu bem-estar (OMS, 2014; WHO, 2014). Frente a todos estes dados, o estudo da gênese da obesidade se faz fundamental a prevenção e tratamento desta doença, sendo a experimentação animal uma forte aliada neste contexto.

2. Desenvolvimento

A obesidade é uma doença não transmissível que pode ser adquirida pelas pré-disposições como fatores genéticos e as alterações endócrinas, ou por maus hábitos de vida, como a má alimentação e o sedentarismo. Quando o indivíduo possui um balanço energético positivo, ou seja, a ingestão de calorias é superior as calorias que são gastas, as chances para o desenvolvimento da obesidade são maiores, com isso, promovendo o aumento no peso corporal e no estoque energético (Pereira L. O., et al, 1999).

Além disso, uma redução natural do gasto energético pode ser observada através da modernização que nos oferece um estilo de vida mais sedentário, diminuindo os esforços físicos tanto no trabalho, em casa, quanto na locomoção. É visível a transição nas atividades do dia a dia, que décadas atrás tinham características de atividades muito ativas e que conseqüentemente exigia mais do indivíduo. Porém, hoje em dia poucas atividades podem ser classificadas como muito ativas (Mahan L. K., et al, 1998).

Porém, é complicado estabelecer uma relação entre o índice de massa corporal e o nível de atividade física por meio de causa e efeito. Contudo, sabe-se que a atividade física diária reduzida afeta direta e indiretamente através da Taxa Metabólica Basal (TBM) o Gasto Energético Total (GET) do indivíduo. Os principais componentes do gasto

energético diário são a TBM, o efeito térmico dos alimentos (ETA) e o fator atividade (FA) (Schutz, 1995).

A dieta hiperlipídica vem ganhando mais espaço em nossa alimentação, sendo ela originada principalmente dos alimentos multiprocessados e processados. O tipo de lipídeo que mais consumidos é do tipo triacilglicerol, em sua maioria ácidos graxos saturados de cadeia curta e média. Fisiologicamente, dentre todos os outros macronutrientes, os lipídios são os que apresentam a maior densidade energética e a maior capacidade de estoque no organismo (Flatt J. P, 1987/1995).

Segundos estudos, acredita-se que as dietas hiperlipídicas conduzam a hiperfagia, ou podem causar efeitos metabólicos, como a redução na secreção da leptina ou na limitação de sua atuação (West, D. B, 1992). A leptina é uma proteína circulante produzida, proporcionalmente, pela massa de tecido adiposo e age no sistema nervoso aumentando a saciedade. Na situação que ocorre a limitação do efeito ou redução na secreção da leptina, teria um aumento na ingestão alimentar devido a uma falha no mecanismo da saciedade, o que poderia ser um responsável pelo acúmulo de adiposidade (Barnes A. S., 2012; Kissebah A. H., et al, 1982, Irving R., et al, 2017).

Os mecanismos por trás da gênese da obesidade ainda não estão totalmente esclarecidos. Frente a isso, o estudo funcional e molecular desta condição nutricional auxilia em políticas públicas que visem sua prevenção e tratamento. A experimentação animal tem se mostrado eficiente em estudos de obesidade, indicando diversas vias moleculares relacionadas a esta doença (Andrade A, et al, 2002).

Frente a isso, este artigo tem como objetivo avaliar os efeitos deletérios da dieta rica em gordura no metabolismo da glicose e parâmetros corporais.

3. Metodologia

3.1) Manutenção dos Animais.

Foram utilizados 12 camundongos C57BL6 com 21 dias de vida, disponibilizados pelo biotério central da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), e alocados no biotério do Centro Universitário de Cascavel (Univel), sob condições de temperatura e luminosidade controladas. Todos os experimentos abaixo foram aprovados pelo comitê de ética em experimentação animal da Univel (001/2020). Aos 30 dias de vida, os

camundongos foram divididos em dois grupos: **controle**, submetidos à dieta padrão (14% de gordura), e **obesos**, submetidos à dieta hiperlipídica com 45% de gordura.

3.2) Ganho de peso, ingesta alimentar e consumo hídrico.

Semanalmente foi avaliado o ganho de peso dos animais, a fim de comprovar a evolução da obesidade. O consumo de ração foi realizado duas vezes por semana, sendo pesado a ração ofertada e posteriormente a ração que sobrou das caixas. Para a avaliação da ingesta hídrica, o volume das garrafas de água foi monitorado duas vezes por semana.

3.3) Avaliação do metabolismo da glicose.

Ao final das 8 semanas, os animais foram submetidos a um jejum de 10 horas para avaliação da tolerância a glicose. A glicemia foi verificada no tempo 0 min, 15 min, 30 min, 60 min e 90 min após a aplicação intraperitoneal de 2 mg/Kg de glicose. A verificação da glicemia deu-se através do uso de um glicosímetro e de uma amostra de sangue coletada da cauda do animal. Para o teste de sensibilidade a insulina, os animais foram submetidos a um jejum de 2 horas, onde foi aplicado 0,75und/Kg de insulina e a glicemia verificada nos tempos 3, 6, 9, 12, 15, 18, e 21 minutos após a aplicação ip de insulina.

3.4) Eutanásia e coleta de tecidos.

Após 8 semanas, os animais foram submetidos ao processo de eutanásia (deslocamento). Durante a análise, os animais foram submetidos à avaliação nutricional (peso) para validação da obesidade e posteriormente, coletados e pesados os órgãos (músculo, rins, coração, fígado, trato gastro intestinal (TGI), pâncreas e tecido adiposo).

3.5) Análise estatística.

Foi utilizado um número de 6 animais por grupo (n=6), onde foi realizado a medida da média $\pm$ erro padrão. O teste estatístico utilizado foi o *t test*, sendo considerado estatisticamente significativo quando $P \leq 0,05$.

4. Resultados

4.1) Efeito da dieta hiperlipídica no desenvolvimento da obesidade

Após 8 semanas de tratamento, os animais do grupo obeso apresentaram maior peso corporal (Fig. 01A). A dieta rica em gordura também levou a um aumento no peso de órgãos como rim, fígado, coração e pâncreas (Fig. 01 B-F). O aumento no peso de alguns tecidos está intimamente relacionado aos depósitos de gordura ectópica, se acumulando em órgãos como fígado e coração. No fígado, o acúmulo de gordura leva ao desenvolvimento da esteatose hepática.

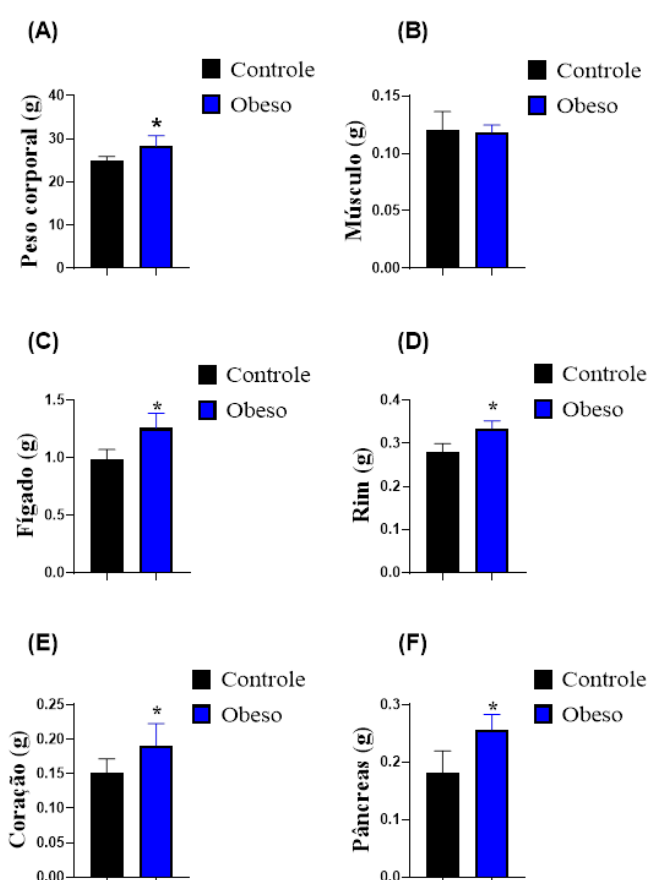


Figura 1. Efeito da dieta hiperlipídica no peso corporal (A), peso do músculo (B), fígado (C), rim (D), coração (E) e pâncreas (F) de camundongos C57BL6. Os animais foram submetidos a dieta padrão (Controle) e hiperlipídica (Obeso) por 8 semanas. Os dados representam a média $\pm$ erro padrão. $n=6$. * indica diferença estatística entre o grupo Controle e obeso. $P \leq 0.05$ (Student's-t-Test).

Em relação aos depósitos de gordura corporal, a dieta hiperlipídica levou ao aumento nos estoques de gordura retroperitoneal e perigonadal, como observado na figura 02. Finalmente, observamos um aumento no tamanho do intestino de animais obesos (Fig. 03C).

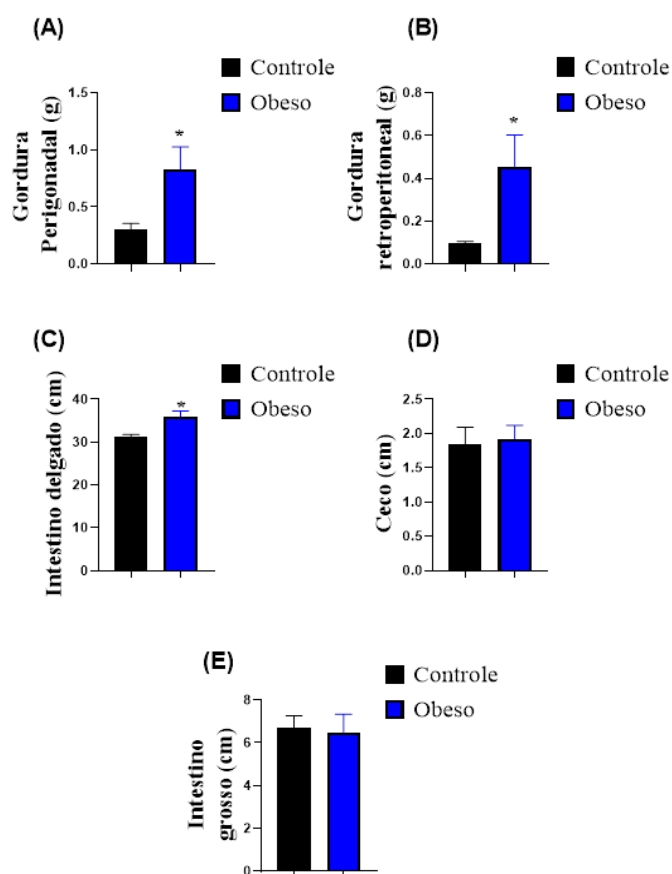


Figura 2. Efeito da dieta hiperlipídica nos depósitos de gordura perigonadal (A) e retroperitoneal (B), e tamanho do intestino delgado (C), ceco (D) e intestino grosso (E) de camundongos C57BL6. Os animais foram submetidos a dieta padrão (Controle) e hiperlipídica (Obeso) por 8 semanas. Os dados representam a média $\pm$ erro padrão. $n=6$. * indica diferença estatística entre o grupo Controle e obeso. $P \leq 0.05$ (Student's-t-Test).

4.2) Efeito da dieta hiperlipídica no metabolismo da glicose

Na figura 3 podemos observar os efeitos da dieta rica em gordura no metabolismo da glicose e insulina. Os animais obesos apresentam um aumento na glicemia no estado alimentado (Fig. 03B), associado a intolerância a glicose como observado na figura 03 C e D. Como esperado, estes animais apresentam também resistência a ação da insulina como observado pelo teste de sensibilidade (Fig. 03 E e F). A obesidade leva a uma resistência à ação da insulina em tecidos periféricos como músculo e fígado. Este efeito contribui para a hiperglicemia observada durante o estado alimentado e durante o teste de tolerância a glicose. Clinicamente, este estado é conhecido como pré-diabetes, e sua manutenção leva ao desenvolvimento do diabetes tipo 2.

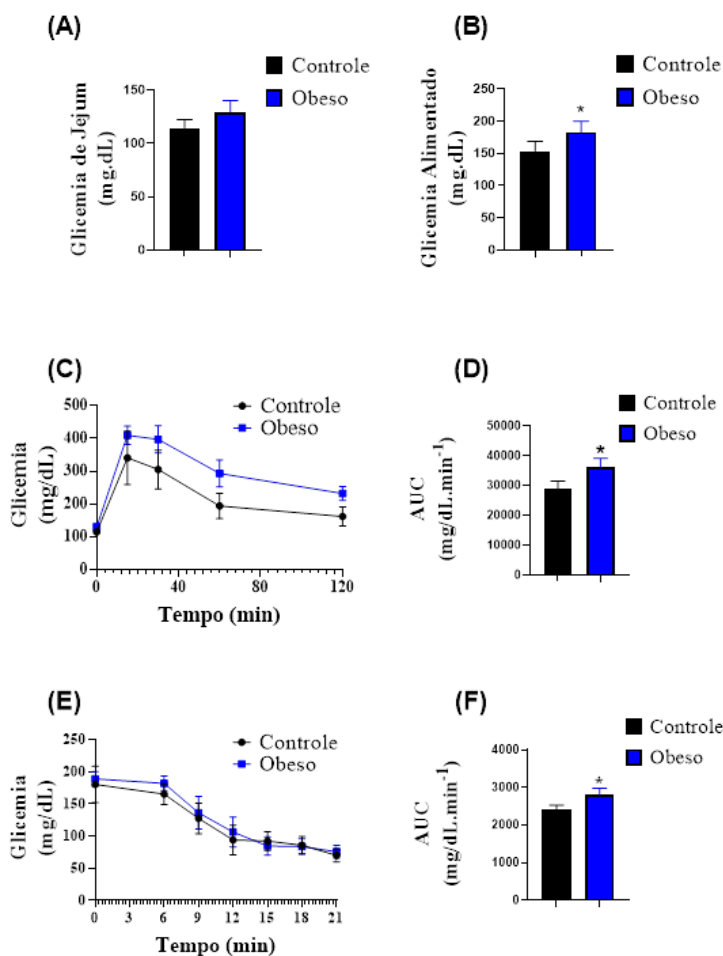


Figura 3. Efeito da dieta hiperlipídica na glicemia de jejum (A) e alimentado (B) de camundongos C57BL6. Teste de tolerância a glicose (C) e área abaixo da curva do teste de tolerância a glicose (D), teste de sensibilidade a insulina (E) e área abaixo da curva do teste de sensibilidade a insulina (F) em animais submetidos a dieta hiperlipídica. Os animais foram submetidos a dieta padrão (Controle) e hiperlipídica (Obeso) por 8 semanas. Os dados representam a média $\pm$ erro padrão. $n=6$. * indica diferença estatística entre o grupo Controle e obeso. $P \leq 0.05$ (Student's-t-Test).

4.3) Efeito da dieta hiperlipídica na ingesta alimentar e consumo hídrico

Apesar de um maior peso corpóreo, os animais obesos apresentaram menor consumo de dieta em gramas (Fig. 04A). Este fato está associado a grande quantidade de energia ingerida pelos animais devido a presença da gordura. Nenhum efeito foi observado na ingesta hídrica entre os grupos (Fig. 04B).

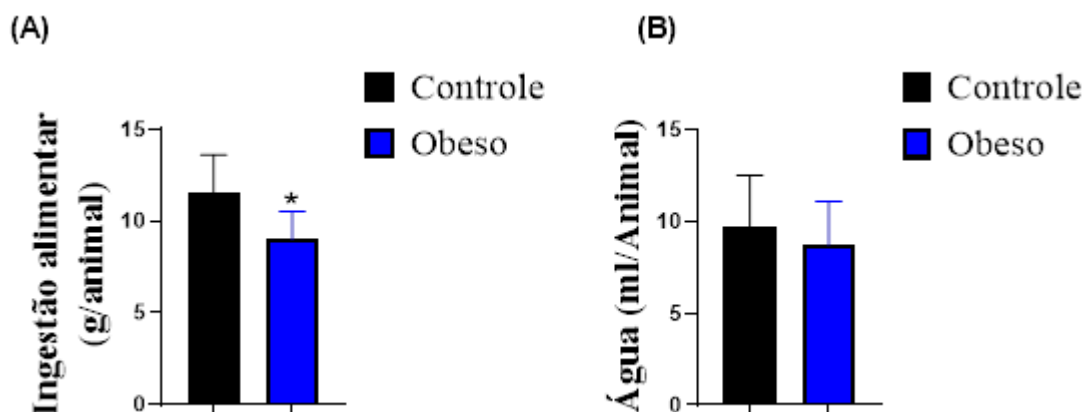


Figura 4. Efeito da dieta hiperlipídica na ingestão alimentar (A) e consumo de água (B) em camundongos C57BL6. Os animais foram submetidos a dieta padrão (Controle) e hiperlipídica (Obeso) por 8 semanas. Os dados representam a média $\pm$ erro padrão. $n=6$. * indica diferença estatística entre o grupo Controle e obeso. $P \leq 0.05$ (Student's-t-Test).

5. Considerações Finais

No presente artigo, através da disciplina de nutrição experimental, observamos os efeitos deletérios da dieta rica em gordura em camundongos C57BL6. Além de alterar a composição corporal, este tipo de dieta afeta o metabolismo da glicose, sendo um fator importante no desenvolvimento do diabetes. Estudos básicos com animais são importantes no entendimento da gênese desta doença, contribuindo assim no entendimento da mesma.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, A., PINTO, S. C., OLIVEIRA, R. S., orgs. **Animais de Laboratório: criação e experimentação [online]**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002.
- BARNES A. S., **Obesity and sedentary lifestyles: risk for cardiovascular disease in women**. Tex Heart Inst. 2012.
- FLATT, J.P. **Dietary fat, carbohydrate balance, and weight maintenance: effects of exercise**. American Journal of Clinical Nutrition, Bethesda, 1987.
- FLATT, J.P. **Use and storage of carbohydrate and fat**. American Journal of Clinical Nutrition, Bethesda, 1995.
- IRVING R., DILWORTH, L. A Review of the Leptin Hormone and the Association with Obesity and Diabetes Mellitus. Journal of Diabetes & Metabolism. 2017

KISSEBAH A. H.; VYDELINQUM N.; MURRAY R.; EVANS D.; HARTZ A. J.; KALKHOFF R. K., et al. **Relation of body - fat distribution to metabolic complications of obesity.** J Clin Endocrinol.1982.

MAHAN L. K.; ESCOTT-STUMP S. **Alimentos, nutrição e dietoterapia.** São Paulo: Roca, trad. A. Favano,1998.

MITTAL B., SRIVASTAVA N., SRIVASTAVA A. **Genetics of Obesity.** Indian Journal of Clinical Biochemistry. 2015.

OMER T. A. M. **The Health and Economic impacts of Obesity.** Advances in Obesity Weight Management & Control. 2020

PEREIRA L. O.; FRANCISCHI R. P.; KLOPPER M.; SAWADA L. A.; SANTOS R., VIEIRA P. **Obesidade e suas Implicações – Ação da Atividade Física e Controle Nutricional.** Rev Bras Nutr Clinica. 1999.

SCHUTZ Y. **Macronutrients and Energy Balance in Obesity.** Metabolism;44:7-11. 1995.

WEST D. B., BOOZER C. N., MOODY D. L., ATKINSON R. L. **Dietary obesity in nine inbred mouse strains.** AJP – Regu Physiol. 1992.

WHO. World Health Organization. **World Health Statistic** 2014. Geneva, 2014



Artigos de

PEDAGOGIA

A BNCC E A REFORMULAÇÃO DO CURRÍCULO DA REDE MUNICIPAL DE CASCAVEL/PR: POSSIBILIDADES E DESAFIOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Diuliana da Silva¹
Gislaine Buraki de Andrade²

Resumo: Este artigo trata sobre a reformulação do Currículo de Educação Infantil do Município de Cascavel- PR, diante do documento normativo Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Diante disso, a problemática versa sobre: como ocorreu e quais as principais alterações que foram realizadas no Currículo da Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel/PR- Educação Infantil? Como ocorreu a adaptação junto aos Professores de Educação Infantil da Rede Municipal? Como objetivo geral buscou compreender os impactos na Educação Infantil ocasionados pela BNCC e a reformulação do Currículo da Rede Municipal. A pesquisa nessa área justifica-se por ser um tema atual e pela relevância que terá para o campo educacional e para a sociedade, pois, apresentará desde o histórico da construção do documento até os impactos que ocasionará na prática pedagógica. O aporte teórico da pesquisa fundamenta-se nos seguintes autores: Saviani (2016), Pagnoncelli (2015), Moreira e Candau (2007), dentre outros, bem como documentos legais que amparam a educação brasileira. A metodologia da pesquisa se caracteriza em uma pesquisa qualitativa, exploratória, explicativa, bibliográfica e documental, e ainda, pesquisa de campo na qual utilizou-se questionários com docentes e coordenadores que atuam na Rede Pública de Cascavel/PR, na etapa Educação Infantil e entrevistas realizadas com duas profissionais que estão atuando na coordenação da reformulação do Currículo da Rede Pública Municipal. Os resultados alcançados na pesquisa apontam que a reformulação do Currículo de Educação Infantil do Município de Cascavel- PR além de atender ao que preconiza a BNCC, ocorreu de forma democrática, sistematizada e progressiva.

Palavras-chave: BNCC. Currículo de Cascavel. Educação Infantil.

1. Introdução

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) passou por um processo de elaboração no ano de 2016, a organização deste processo foi dividida em etapas, ocorreu de forma sistematizada e progressiva com consultas públicas. Considerando a BNCC como um documento de caráter normativo, a Secretaria Municipal de Educação de Cascavel/PR organizou a revisão/ reformulação do Currículo da Rede Pública Municipal de Ensino (CASCAVEL, 2008).

A pesquisa delimitou-se a um estudo sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a reformulação do Currículo da Rede Pública Municipal de Ensino de

¹ Acadêmica do Curso Superior de Pedagogia-Licenciatura do Centro Universitário Univel.

² Professora Mestra Gislaine Buraki de Andrade do Curso Superior de Pedagogia – Licenciatura, do Centro Universitário Univel.

Cascavel/PR - Etapa I: Educação Infantil (2020), buscando analisar como ocorreu o processo de implantação da BNCC.

Buscou-se problematizar qual as modificações e o impacto deste documento na reorganização do Currículo do Município. Questionou-se como ocorreu e quais as principais alterações que foram realizadas no Currículo da Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel/PR- Etapa I - Educação Infantil?

O interesse pelo tema de pesquisa efetivou-se através das discussões de análise realizadas em sala de aula a respeito da Base Nacional Comum Curricular - BNCC e como os currículos deveriam ser reformulados de acordo com o que orienta este documento a nível nacional.

A pesquisa torna-se importante para o campo educacional e para a sociedade, pois, apresentará desde o histórico da construção do documento até os impactos que ocasionará na prática pedagógica. Também se torna relevante visto que trata de um tema atual e não há muitas fontes de pesquisa que discorrem sobre o assunto.

Este trabalho tem como objetivo principal compreender os impactos na Educação Infantil ocasionados pela Base Nacional Comum Curricular e a reformulação do Currículo da Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel PR.

Quanto à metodologia utilizada nesta pesquisa, tratou-se de uma abordagem qualitativa, caracterizando uma pesquisa exploratória e explicativa. Para culminar, foi desenvolvida pesquisa bibliográfica e documental, e ainda, pesquisa de campo na qual utilizou-se entrevistas, realizadas com duas profissionais que estão atuando na coordenação da reformulação do Currículo da Rede Pública de Cascavel- PR.

O artigo está organizado em seções, sendo a primeira seção, o histórico da Base Nacional Comum Curricular; na sequência foi apresentado como ocorreu a reformulação do Currículo da Educação Infantil no Município de Cascavel- PR; seguido dos resultados, considerações finais e referências

2. Desenvolvimento

2.1 Histórico da Base Nacional Comum Curricular

É imprescindível saber como surgiu a ideia da construção de um documento que cumprisse com o que preconiza explicitamente as leis educacionais vigentes do país e que deverá ser cumprido em todo o território nacional.

Saviani (2016), discorre sobre qual foi o princípio da discussão para a construção da Base Nacional Comum Curricular, afirmando que:

[...] a noção de uma base comum nacional emergiu como uma ideia-força do movimento pela reformulação dos cursos de formação de educadores. Esse movimento começou a se articular no final dos anos de 1970, materializando-se na I Conferência Brasileira de Educação [...] (SAVIANI, 2016, p. 73.).

Como analisado por Saviani, a Base Nacional Comum Curricular não foi idealizada de um dia para o outro, pois, desde a organização do sistema de educação brasileira havia a necessidade de uma base que assegurasse aos educandos o aprendizado de habilidades essenciais¹ a nível nacional.

Conforme apresentado na introdução da Base Nacional Comum Curricular:

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). (BRASIL, 2017, p. 05).

É oportuno destacar, que a primeira legislação que a BNCC atende é a Constituição Federal de 1988, na qual expressa no Artigo 205 a necessidade, sendo que:

[...] a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, n.p.).

Outro marco importante no histórico da BNCC foi a Lei nº 13.005/2014, a qual promulgou o Plano Nacional de Educação (PNE), que reitera a necessidade de:

Estabelecer e implantar, mediante pactuação Inter federativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos (as) alunos (as) para cada ano do ensino fundamental e médio, respeitada a diversidade regional, estadual e local. (BRASIL, 2014).

¹ O referido documento aponta como habilidades essenciais a serem desenvolvidas pelo estudante, sendo: a leitura, escrita, cálculo, interpretação e raciocínio lógico matemático.

O Plano decenal da educação, contém vinte metas que buscam a melhoria da qualidade da educação brasileira, sendo que quatro das metas, versam sobre a elaboração e implementação Base Nacional Comum Curricular.

No mês de setembro de 2015, a primeira versão da BNCC é disponibilizada para consulta pública. Em 2016, o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) promoveram seminários Estaduais com professores, gestores e especialistas para debater a segunda versão da BNCC. Foi extremamente necessária toda a mobilização em prol da estruturação do documento, pois, como afirma Saviani,

[..] deveria fluir das análises, dos debates e das experiências encetadas possibilitando, no médio prazo, chegar a um consenso em torno dos aspectos fundamentais que devem basear a formação dos profissionais da educação. (SAVIANI, 2016, p.74).

No início de 2018, foram homologadas as partes das etapas Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio da Base Nacional Comum Curricular, finalizando o processo de escrita do documento e divulgação para as Redes Estaduais e Municipais realizarem as devidas adequações das Propostas Pedagógicas Curriculares.

2.2 A reformulação do currículo da educação infantil no município de Cascavel- PR

Diante do exposto sobre o histórico da construção da Base, se faz necessário compreender como ocorreu a reformulação dos currículos concernido com o que preconiza o documento abordado, especificamente o Currículo da Educação Infantil no Município de Cascavel- PR.

Sabendo da importância dos currículos no sistema educacional, como subsidio para o planejamento anual/semestral dos professores, na reformulação do currículo de Cascavel- PR, considerou-se a Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017 que dispõe sobre a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, e a referência sobre a importância deste documento para os Sistemas de Ensino.

Em conformidade com o Currículo da Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel (2008), este documento, “[...] não tem intenção de ser definitivo, deve ser avaliado e reformulado, sempre que necessário [...]”. (CASCAVEL, 2008, p. 4 -5).

Partindo do documento base de 2008, no ano de 2018, a Secretaria Municipal de Educação de Cascavel iniciou a organização do processo de estudo para a Reformulação do Currículo com os profissionais do magistério e da educação

Durante os meses de março a setembro de 2018 ocorreram nas unidades escolares os estudos dirigidos e formações continuadas sobre a BNCC e o estudo sobre o Currículo da Rede Pública Municipal de Ensino (2008). Entre os meses de outubro de 2018 a setembro de 2019 foram realizadas as escritas coletivas pelos membros de cada grupo de trabalho, sendo orientadas pelos Professores Pesquisadores contratados para acompanhar e prestar consultoria sobre o trabalho, em conformidade com a concepção teórica e metodológica do Currículo para coordenação dos trabalhos. (CASCABEL, 2019).

Assim, no período de elaboração da escrita, conforme Ofício Circular nº 124/2019, foram encaminhadas as versões preliminares para as unidades escolares efetuarem a leitura, estudo e contribuições.

Entre os meses de agosto a setembro de 2019, ocorreu a Consulta Pública, as quais puderam ser encaminhadas individuais ou pelas equipes das Unidades Escolares, sendo disponibilizado *online* para contribuições, apontamentos e sugestões.

A Audiência Pública do Currículo da Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel – Educação Infantil, foi realizada no dia 29/11/2019, participando representantes dos diversos segmentos da sociedade civil organizada e do âmbito educacional. Após as contribuições, os participantes dos grupos de trabalho apreciaram e finalizaram a nova versão preliminar do referido Currículo ficando a cargo de cada Centro Municipal de Educação Infantil o cronograma para a realização dos planejamentos pedagógicos do ano de 2020. (CASCABEL, 2019).

3. Metodologia

3.1 Metodologia de abordagem e procedimento

A pesquisa caracterizou-se por uma abordagem qualitativa, pois teve como objetivo compreender os impactos na Educação Infantil ocasionados pela Base Nacional Comum Curricular e a reformulação do Currículo da Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel/PR, sendo organizado a partir da análise sobre a implementação do documento no município de Cascavel/PR. Em relação a abordagem qualitativa, Silva e Menezes

(2000, p. 20), definem como, “[...] interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicos no processo de pesquisa qualitativa”

No que tange ao objetivo da pesquisa, tratou-se de uma pesquisa exploratória, sendo que não havia referência em artigos e livros publicados sobre a implementação, sobretudo Cascavel/PR, considerando que o documento abordado ainda estava no processo de implementação e o Currículo de Cascavel- PR não teve divulgação da versão final. Assim, Cervo, Bervian e Silva (2007, p. 75-76), conceituam tal objetivo de pesquisa como o qual, “[...] realiza descrições precisas da situação e quer descobrir as relações existentes entre seus elementos” componentes.

A presente pesquisa tem ainda caráter de pesquisa explicativa, pois explica o processo histórico e apresenta a discussão sobre a temática em questão, bem como após a coleta de dados foi realizada a análise dos dados coletados relacionando com os materiais utilizados como fonte de pesquisa. De acordo com Handen *et al* (2008, p. 95), a pesquisa explicativa “[...] tem a finalidade de identificar os fatores que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Este é o tipo de pesquisa que mais aprofunda da realidade, pois, explica a razão dos fatos”.

No que diz respeito aos procedimentos técnicos, foi desenvolvida pesquisa bibliográfica e documental, bibliográfica sendo utilizado livros, dissertações, leis e artigos sobre a temática abordada no trabalho, e documental, apresentando a legislação e documentos relacionados a BNCC e a implementação no município de Cascavel. De acordo com Knechetel (2014, p.147), “Isso significa que a busca de informações (dados) sobre os fenômenos investigados é realizada nos documentos que exigem análise para a produção de conhecimento”.

Na pesquisa de campo, foram utilizadas entrevistas, realizadas com duas profissionais que estão atuando na coordenação da reformulação do Currículo da Rede Pública de Cascavel- PR. Foi entrevistada a diretora pedagógica que coordena o processo de implementação do Currículo e a coordenadora responsável pela organização do Currículo de Educação Infantil de Cascavel- PR. Nesse sentido, a pesquisa de campo é definida por Knechtel, como aquela que “[...] consiste na observação dos fatos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados e no registro de variáveis relevantes para as análises[...]

 (KNECHTEL, 2014, p.153).

Consideramos assim, que a pesquisa apresentada possui objetivo de encontrar respostas, declarações para os problemas apresentados no presente trabalho e contribuir para reflexões sobre a Educação Infantil no Município de Cascavel/PR.

3.2 Instrumentos para coleta de dados da pesquisa

Para a obtenção de êxito dos objetivos propostos, a pesquisa esteve embasada em dados secundários, organizados a partir de artigos, leis, dissertações e documentos. Porém, como investigação em dados primários, entrevistas foram usados como instrumentos para coleta de dados.

No dia 24 de agosto de 2020, no período vespertino, foi realizada entrevista semiestruturada, conforme agendamento prévio, com a Diretora do Departamento Pedagógico, a qual atuou na reestruturação do Currículo na Rede Municipal de ensino e com a coordenadora responsável pela organização do referido documento, ambas são concursadas no cargo de Professor do Ensino Fundamental e atuam na Secretaria Municipal de Educação (SEMED) de Cascavel/PR.

As entrevistas foram realizadas no Departamento Pedagógico da Semed e tiveram como finalidade obter informações sobre como ocorreu a implementação da Base Nacional Comum Curricular no Currículo de Cascavel, quais ações foram desenvolvidas para possibilitar a participação de todos neste processo de reformulação do Currículo da Educação Infantil, principais diferenças entre o currículo antigo (2008) e o atual (2020), e quais as próximas ações a serem desenvolvidas, considerando que pode ser um desafio a adequação dos planejamentos feitos pelos docentes da Educação Infantil. Esse instrumento segundo os autores Cervo, Bervian e Silva (2007, p. 63-64), “[...] não é uma simples conversa. É uma conversa orientada para um objetivo definido: recolher, por meio do interrogatório do informante, dados para a pesquisa”.

Destacamos que a pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Univel com o parecer número 030/2020.

4. Resultados

A presente seção possui como propósito abordar as análises feitas diante da coleta de dados realizada na Rede Pública Municipal de Cascavel- PR. Foram analisadas entrevistas, sendo participantes: a responsável pela reformulação do Currículo e a coordenadora do departamento pedagógico da SEMED.

Para preservar a identidade dos participantes, foi considerado E1, para a profissional responsável pela reformulação do Currículo- Cascavel- PR, E2 para a coordenadora do departamento pedagógico da SEMED.

Ambas profissionais entrevistadas possuem formação na área da educação, E1: Letras- Mestrado; E2: Pedagogia; Letras com especialização em Gestão Escolar; Educação Especial e Fundamentos da Educação, no que se refere a experiência profissional das participantes, E1: 23 anos Município; 5 anos rede Estadual; Pedagogia EAD- Univel; E2: 33 anos de experiência na Educação, 22 anos no município de Cascavel.

Em relação aos principais pontos positivos da reformulação do Currículo, as duas entrevistadas reforçaram que o Currículo já estava muito antigo, após mais de dez anos, havia necessidade de atualizá-lo, revisar teoria e compreensão de conceitos, realinhá-lo e adequá-lo.

Já sobre os pontos negativos, obteve-se as seguintes respostas: E1, apontou, tempo curto para reformulação do currículo, já a entrevistada E2, não viu muitos pontos negativos, o único, foi incluir alguns conteúdos que estavam na BNCC que para o município não seria tão importante, mas devido a legislação foi preciso incluir.

Inteligivelmente não se pode seguir com o mesmo Currículo por décadas sem revisá-lo, conforme dito, é necessário atualizá-lo diante das mudanças no cenário educacional, adequá-lo as legislações vigentes. Uma das legislações na qual essas alterações, diante a BNCC estão previstas é pela LDBEN nº 9.394/1996, “[...] deve nortear os currículos dos sistemas e redes de ensino das Unidades Federativas, como também as propostas pedagógicas de todas as escolas públicas e privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, em todo o Brasil” (BRASIL, 1996, n. p.).

Com relação aos prazos recebidos para a implementação da BNCC ambas as entrevistadas relataram que o tempo não foi suficiente para serem feitas as atualiações necessárias no Currículo, poderiam ter dado um tempo maior. Diante da grande relevância que um currículo tem num sistema educacional, o tempo disponível para a reformulação do documento é essencial, não se pode atropelar etapas, cada parte da escrita precisar ser pensada e feita seguindo todos os aspectos necessários para uma conclusão com êxito.

Acerca das medidas tomadas com os professores em relação à participação dos docentes na construção do novo currículo, as entrevistadas E1 e E2, apontaram que todas as ações da SEMED foram informadas para as intuições, através de ofícios e orientadas

a fazerem os estudos, leituras, apontamentos, também foi oportunizado a participação nos grupos de estudos para a escrita do referido documento havia professores da Rede.

E sobre as medidas relacionadas a formações para os professores compreenderem as principais mudanças do Currículo, as respostas obtidas indicaram que foi proporcionado formações para os professores, a entrevistada E1, esclareceu que “o primeiro seminário do ano de 2018, a gente já direcionou com falas sobre a fundamentação teórica, depois em junho foi realizado o seminário de práticas, relação entre teoria e prática com vários grupos pequenos e depois a gente foi fazendo outras formações e no início do ano letivo, houve um seminário no qual os consultores deram uma formação com base o novo currículo”. E2 acrescentou que, “com a pandemia, foi feito online, aspectos gerais de cada componente curricular, para a Educação Infantil e Ensino Fundamental”.

É de suma importância que os docentes participem ativamente da construção de um currículo, deem sugestões e apontamentos, afinal serem eles que colocaram em prática a teoria. Além disso, sejam proporcionadas formações a respeito do documento, para que os participantes possam compreender o que preconiza o currículo na sua amplitude e as possíveis maneiras de colocar em prática, contemplando os aspectos relevantes, para atender ao que apresenta o documento normativo.

Sobre os principais desafios enfrentados na reformulação do Currículo diante das legislações vigentes, a entrevistada E1 respondeu: “Descaracterizar as competências e habilidades, prevendo o desenvolvimento integral do estudo. Continuar com a linha teórica, conteúdos”. Para E2 foi um desafio fazer que a Rede entendesse que a fundamentação teórica não mudaria. E para envolver toda a Rede, visto que há muitos servidores. Também apontou que o tempo disponibilizado para as alterações se tornou um desafio.

No que tange a estruturação do Currículo, as principais mudanças apontadas entre o Currículo (2008) e a versão reformulada, foram: E1: *Encaminhamentos metodológicos ampliados, exemplos mais acessíveis aos professores. Foi procurado facilitar para os profissionais para que compreendessem melhor o documento. Mais claro.*

E2: O currículo de 2008 já trazia os conceitos e esses conceitos foram aprofundados na versão de 2020, os conteúdos foram atualizados, foi acrescentado aquilo que a BNCC exigia, no currículo de 2008 não apresentava os objetivos de aprendizagem, no de 2020 todos os conteúdos têm objetivos de

aprendizagem, outra mudança é em relação a estrutura do documento, ele teve uma mudança que no currículo de 2008 ele não está separado o histórico do componente curricular, o objetivo geral, objetivo do componente curricular, os encaminhamentos teóricos metodológicos, os conteúdos, avaliação e as referências. Outra questão é que antes na Educação Infantil eram Percepções e agora são componentes curriculares, tem conteúdo desde o Infantil até Infantil V, Não foi organizado por campos de experiência, como está na BNCC, optamos por fazer pro componente curricular que apresenta conteúdos desde o Infantil.

Ficou claro que na reformulação do Currículo houve significativas mudanças, além de atender o que preconiza as legislações educacionais vigentes, também, como já mencionado, aprofundar e rever alguns conceitos necessários, buscando aprimorar o documento antigo sem deixar de lado a concepção teórica já contemplada. Algumas atitudes que vão ao encontro com disserta Saviani,

[...] para existir a escola não basta a existência do saber sistematizado. É necessário viabilizar as condições de sua transmissão e assimilação. Isto implica dosá-lo e sequenciá-lo de modo que a criança passe gradativamente do seu não domínio ao seu domínio. E o saber dosado e sequenciado para efeitos de sua transmissão-assimilação no espaço escolar ao longo de um tempo determinado, é o que convencionamos chamar de “saber escolar”.(SAVIANI, 2016, p.57).

De acordo com os dados obtidos nas entrevistas, as principais mudanças realizadas no documento para a atualização foi, aprofundamento de conceitos, conteúdos atualizados, inserção de objetivos de aprendizagem, antes na Educação Infantil era trabalhado com Percepções e agora será com Componentes Curriculares.

5. Considerações Finais

O presente artigo possibilitou compreender as principais alterações que foram realizadas no Currículo da Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel/PR- Etapa I: Educação Infantil e proporcionou um conhecimento mais abrangente sobre as modificações e o impacto do documento Base Nacional Comum Curricular na reorganização do Currículo supracitado.

Para a concretização deste estudo, além da pesquisa bibliográfica e documental, foi feita uma pesquisa de campo, em forma de entrevistas, com duas profissionais que estão atuando na coordenação da reformulação do Currículo da Rede Pública de Cascavel- PR, diretora pedagógica que coordena o processo de implementação do Currículo e a coordenadora responsável pela organização do mesmo.

Durante a realização da pesquisa, foi possível saber que a Secretária de Educação do município de Cascavel/PR está promovendo formações e seminários, para assessorar os professores e coordenadores pedagógicos diante das mudanças ocorridas no sistema educacional. E ainda, considerou-se que os currículos devem ser construídos com participação democrática, com participação de servidores que atuam na Educação Infantil da Rede Pública Municipal.

Por fim, constatou-se que esse estudo se torna relevante para os acadêmicos do curso de Pedagogia e demais pesquisadores, visto que, o tema é atual e não ainda muitas pesquisas que discorrem sobre o assunto. Inclusive, para os servidores da Rede Pública Municipal, pois, apresentou desde o histórico da construção do documento até os impactos que ocasionará na prática pedagógica.

REFERÊNCIAS

BARROS, A. J. da S.; LEHFELD, N. A. de S. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall. 2007. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/419/epub/0?code=CzUI/LXCg8w8wL4BLGScKMhZqZnisK5Nrgeeqf27c5CsynYQKindo19j8G/JUPUXObyACKwCKV3GUDrtQCSjQ==>. Acesso em: 27 abr. 2020.

BRASIL. Lei nº9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da República do Brasil**, Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 30 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>. Acesso em: 14. abr. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** (1988). Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 abr. 2020.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 26 de junho de 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 18 abr. 2020.

CASCADEL. Secretaria Municipal de Educação. **Currículo da Rede Pública de Ensino de Cascavel- PR**. Versão Preliminar. 2020.

CASCADEL. Secretaria Municipal de Educação. **Currículo da Rede Pública de Ensino de Cascavel- PR - Volume I.** Editora Progressiva. 2008. Disponível em: <https://cascavel.atende.net/atende.php?rot=1&aca=119&ajax=t&processo=viewFile&ajaxPrevent=1522095423170&file=w6yll7rus0v3at8pzdpnuaeetfnpgsjo0rybae=&sistema=WPO&classe=UploadMidia>. Acesso em: 19 abr. 2020.

CASCADEL. Secretaria Municipal de Educação. **Divulgação das ações da Reformulação do Currículo da Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel – PR.** Apresentação de Slides sobre o Cronograma da Reformulação, 2019.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. da. **Metodologia científica.** 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/341/epub/0?code=GYHT9f783jMpXRq7mtNUo14yyO8CVONrLp0ybcjwOtdLSSBE/bfqkKcbR0HBI63/q7i/xgywCD70Wr5cSZ8K>. Acesso em: 26 abr. 2020.

HANDEM, P. de C.; MATIOLI, C. P.; PEREIRA, F. G. C.; NASCIMENTO, M. A. de L. Metodologia: interpretando autores. *In*: FIGUEIREDO, N. M. A. de (org.). **Método e metodologia na pesquisa científica.** 3 ed. São Caetano do Sul- SP: Yendis Editora, 2008. p. 91- 118.

KNECHTEL, M. do R. **Metodologia da pesquisa em educação:** uma abordagem teórico-prática dialogada. Curitiba: InterSaberes, 2014. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/6445/pdf/0?code=1VIWnT5rkUT0BDTH5/SdEN2I/LsDcpaPPgmICMI2Uly8JY9YkICo5oyoHWidJD+yLQtJJjIMXTPxK5wwwz6mz>. Acesso em: 27 abr. 2020.

SAVIANI, D. Educação escolar, currículo e sociedade: o problema da Base Nacional Comum Curricular. **Movimento- Revista de educação**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 4, p. 54-84, 2016. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistamovimento/article/view/32575>. Acesso em: 18 abr. 2020.

SILVA, E. L. da; MENEZES, E. M. **Apostila de metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação.** 4. ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino a distância da UFSC, 2005. Disponível em: https://projetos.inf.ufsc.br/arquivos/Metodologia_de_pesquisa_e_elaboracao_de_teses_e_dissertacoes_4ed.pdf. Acesso em 26 abr. 2020.

A CONTRIBUIÇÃO DA PRÁTICA DA LEITURA NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM EM TURMAS DE ALFABETIZAÇÃO: UM OLHAR PARA O PRIMEIRO ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Ana Maria Sivalno Melo¹
Sueli Gedoz²

Resumo: Este artigo apresenta um estudo acerca da contribuição da prática da leitura no processo de aprendizagem em turmas de alfabetização no primeiro ano do Ensino Fundamental de uma escola localizada em um distrito do município de Cascavel - PR. A problemática levantada buscou investigar a importância da prática da leitura para o desenvolvimento cognitivo das crianças. O objetivo deteve-se em analisar a importância e a contribuição da leitura para o desenvolvimento dos alunos e também como a docente desenvolve essa prática em sala de aula. O trabalho justifica-se através da necessidade de existir mais pesquisas que elenquem a importância da leitura no processo de alfabetização, ressaltando a contribuição dessa prática para o desenvolvimento cognitivo das crianças. O estudo ampara-se em uma pesquisa qualitativa, explicativa, bibliográfica, de campo e um estudo de caso em uma turma do 1º ano do Ensino Fundamental de uma escola da rede pública de Cascavel/PR. Na pesquisa, postulam-se alguns aparatos teóricos, tais como os estudos de Sobral e Santos (2017), Arana e Klebis (2015), Martins (1984), além de outros que discutem o tema. Os resultados indicam que os encaminhamentos metodológicos utilizados pela professora na prática de leitura contribuem no processo de aprendizagem dos alunos e que o uso dos gêneros literários para contextualizar os encaminhamentos das atividades favorece o gosto pela leitura das crianças.

Palavras-chave: Leitura. Alfabetização. Criança.

1. Introdução

A leitura no primeiro ano da alfabetização é uma prática que tem que ser desenvolvida a partir de diversos encaminhamentos metodológicos, caracterizando-se assim como um subsídio do professor. A leitura está presente em todos os momentos da vida das pessoas, desde muito cedo as crianças veem as letras em todos os lugares mesmo que não saibam ler, elas veem as figuras, os desenhos, interpretando e criando a sua história, por isso a importância de ler para uma criança para que ela possa desenvolver a criatividade. Nessa perspectiva, esta pesquisa concentrou-se no estudo sobre a investigação que analisa a importância da contribuição da prática da leitura na aprendizagem de alunos do primeiro ano do Ensino Fundamental, em processo de alfabetização, de uma escola pública na cidade de Cascavel-PR.

¹ Acadêmica do Curso Superior de Pedagogia – Licenciatura, do Centro Universitário Univel.

² Doutora em Letras. Professora do Curso Superior de Pedagogia – Licenciatura, do Centro Universitário Univel.

O interesse pela pesquisa surgiu em decorrência do exercício do estágio obrigatório, realizado pela pesquisadora em uma turma de primeiro ano do ensino fundamental. Através de momentos que a pesquisadora passava com os alunos fazendo leituras, percebeu que essa atividade, quando realizada de forma sistemática e com intencionalidade, fez com que as crianças aprendessem de uma forma mais lúdica e ampliassem a aprendizagem em diferentes áreas do conhecimento.

O objetivo principal da pesquisa é constatar a importância e a contribuição da leitura para a aprendizagem dos alunos do primeiro ano do Ensino Fundamental e como a docente desenvolve essa prática em sala de aula, em uma escola pública do município de Cascavel-PR. O percurso metodológico da pesquisa foi de caráter qualitativo, pesquisa bibliográfica e de campo, sendo esta desenvolvida a partir de entrevista semiestrutura com a docente.

A metodologia utilizada fundamentou-se em uma pesquisa qualitativa, pois foi realizado um estudo com a intenção de fazer uma análise nos dados sobre a forma que a docente usa a leitura em sala de aula e uma pesquisa explicativa; quanto aos procedimentos técnicos, o trabalho é bibliográfico, de campo e estudo de caso. Para apresentar dos dados obtidos, este texto foi organizado da seguinte forma: inicialmente, apresenta-se o referencial teórico, posteriormente, foram explicitados os aspectos metodológicos, incluindo pontuados os tipos de pesquisa, os procedimentos e instrumentos para a coleta de dados; por fim, os dados são apresentados e analisados. Também mostra mais detalhadamente a metodologia utilizada na pesquisa e os resultados que trazem as respostas para os questionamentos e, por fim, as conclusões da investigação.

2. Desenvolvimento

2.1 Leitura e Aprendizagem: uma parceria importante no Processo de Alfabetização

Segundo Sobral e Santos (2017), ouvir permite que as crianças ampliem seu repertório de palavras, aumenta a familiaridade com a língua, desenvolve habilidades leitoras e inicia o processo formal de alfabetização. Sempre que o professor lê para seus alunos, possibilita que estes ampliem seu vocabulário e, assim, possam melhorar, conseqüentemente, suas produções textuais. Essa situação favorece significativamente o processo de alfabetização.

A prática de leitura não pode estar desvinculada da leitura de mundo do indivíduo. O homem, desde o seu nascimento, inicia uma descoberta, uma interpretação do real, que mais tarde será lida em diversos impressos, levando em consideração suas próprias vivências. A leitura se enfatiza pelo seu caráter dinâmico, significativo, com uma forte relação com as aspirações do leitor. (KNUPPEL, 2016, p. 1)

Para Sobral e Santos (2017) a leitura é à base do processo de alfabetização e também da formação da cidadania. Ao ler uma história, a criança desenvolve todo um potencial crítico: pensar, duvidar, questionar. Sem a leitura e a escrita, o homem deixa de se comunicar adequadamente com seus semelhantes e se torna um ser com dificuldades para interagir com a sociedade em que vive.

É preciso então considerar a leitura como um processo de compreensões formais e simbólicas, não importando por meio de que a linguagem. Assim, o ato de ler refere-se tanto algo escrito quanto a outros tipos de expressões do fazer humano, caracterizando-se também como acontecimento histórico e estabelecendo uma relação igualmente histórica sobre o leitor e o que é lido. (MARTINS, 1988, p.30)

Segundo Sobral e Santos (2017) é importante desenvolver no espaço escolar projetos de leitura nos quais a criança tenha a oportunidade de interagir, compartilhar, escutar o outro e ser ouvida, e de socializar-se com o grupo.

Segundo Freire (1989), a leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto.

Ao ensaiar escrever sobre a importância do ato de ler, eu me senti levado - e até gostosamente - a "reler" momentos fundamentais de minha prática, guardados na memória, desde as experiências mais remotas de minha infância, de minha adolescência, de minha mocidade, em que a compreensão crítica da importância do ato de ler se veio em mim constituindo. (FREIRE, 1989, p.9)

Segundo Arana e Klebis (2015), para tornar o mundo um lugar melhor é necessário que se integre uma política de incentivo à leitura e à inclusão de novos leitores à educação. Somente através do incentivo à leitura é que serão conquistados resultados efetivos para a educação. Nesse sentido, Moraes *et al* (2014) também contribuem afirmando:

A aprendizagem da leitura possibilita à criança a utilização de alguns códigos dos adultos, de modo a entender este mundo maravilhoso das letras. Este processo

de aprendizagem baseia-se em três pilares, professor, aluno e conteúdo. É um processo interativo que considera o papel ativo do aluno em buscar refletir sobre o significado das ideias e do pensamento. Nesta fase o processo da aprendizagem é uma construção pessoal, que não pode acontecer sozinho, e a ajuda nesse momento é de grande importância, sendo, portanto, a função do educador, mediar à compreensão da realidade. (MORAIS *et al*, 2014, p.119)

Para Sobral e Santos (2017) o aprendizado foi a ferramenta cultural para o ser humano travar a batalha diária com as condições de exploração econômica, política e social. Desta forma, o conteúdo que os alunos vão adquirindo e reconstruindo por meio da leitura, envolve o conhecimento da própria estrutura social, o conhecimento adequado para se construir uma nova postura mental e as respostas para os problemas sociais.

É preciso que o aluno consiga fazer uma leitura de mundo, da sua sociedade, da sua vida, através de diversos materiais para que possa ter um pensamento crítico, por isso faz-se necessário ao professor trazer leituras que tenham a ver com o dia a dia de seus alunos que possam retratar a realidade da sua vida, também é importante trazer leituras que façam a criança viajar no mundo da literatura para que possam desenvolver sua criatividade e autonomia.

2.2 O incentivo do professor para o aluno perante a leitura e a importância das atividades de leituras

Para Arana e Klebis (2015), a leitura na infância foi uma descoberta de sentimentos e palavras que conduzem o leitor a desenvolver o seu intelectual, a sua personalidade e a aumentar substancialmente a sua capacidade crítica. O ato de ler estimula o imaginário e dá a possibilidade de responder as dúvidas em relação às milhares de questões que surgem no decorrer da vida, possibilitando o surgimento de novas ideias e o despertar da curiosidade do leitor, fazendo assim com que ele sempre queira mais, e não se contente com o básico. Uma das formas de incentivar as crianças a lerem é apresentá-las a livros que estimulem o hábito de ler pelo prazer.

A leitura era uma das preocupações com a atividade pedagógica. Para as crianças esta prática é muito importante, assim o professor deve estimular na criança o ato da leitura, propiciando este contato com o mundo das letras, o professor esta contribuindo para a formação de leitores críticos. (GOMES, 2014, p.13).

Arana e Klebis (2015) também comentam que a escola tem papel fundamental no processo de aprendizagem de leitura do aluno. Cabe a ela motivar o aluno para a prática

de leitura e escrita e oferecer satisfatoriamente um projeto de leitura a ser seguido, interligando a leitura satisfatória com a vida escolar e social do aluno. Dessa forma, amparado pela escola, o aluno terá subsídios para que seu desenvolvimento como leitor seja de qualidade.

O professor é conciliador entre a escola e o aluno através do que a escola pode proporcionar a educando o desenvolvimento significativo, para tanto o aprendizado do discente enquanto leitor se dá dentro da escola, que na maioria das vezes só vão ter esse contato com a leitura dentro da escola.

Segundo Martins (1984, p.34):

A função do educador não seria precisamente ensinar e ler, mas a de criar condições para o educando realizar sua própria aprendizagem, conforme seus próprios interesses, necessidades, fantasias, segundo as dúvidas e exigências que a realidade lhe apresenta.

Fica evidente que a leitura é de suma importância para o desenvolvimento da criança, tanto como leitora, como indivíduo, mas como principal fonte do desenvolvimento cognitivo da criança, por isso faz-se necessário apresentar a leitura de uma forma que cativa a criança a querer buscar mais o gosto pela mesma.

São nos espaços escolares que configura um bom lugar para construir uma consciência acerca da importância de ler, e esse papel dentro da escola cabe ao professor (a). Contar história todos os dias para os alunos (as) estabelece aos poucos a percepção de que o ato de ler é hábito cotidiano, e assim começa tomar gosto pela mesma. O professor (a) é um grande formador de opinião, devido a essa aptidão ele pode, a partir das primeiras séries implantar conceitos de leitura e prática diária gerando leitores ativos. (GOMES, 2014, p.35).

Arana e Klebis (2015) afirmam que a leitura na infância é uma descoberta de sentimentos e palavras que conduz o leitor a desenvolver o seu intelectual, a sua personalidade e a aumentar substancialmente a sua capacidade crítica. O ato de ler estimula o imaginário e dá a possibilidade de responder as dúvidas em relação às milhares de questões que surgem no decorrer da vida, possibilitando o surgimento de novas ideias e o despertar da curiosidade do leitor, fazendo assim com que ele sempre queira mais, e não se contente com o básico. Uma das formas de incentivar as crianças a lerem é apresentá-las a livros que estimulem o hábito de ler pelo prazer. A partir daí elenca-se

diversas vantagens, como a de que elas conheçam mundos novos e realidades diferentes para que, desta forma, elas possam construir sua própria linguagem, oralidade, valores, sentimentos e ideias, essas tais, que a criança levará para o resto da vida.

Para Sobral e Santos (2017) o professor que incentiva no aluno a importância da leitura todos os dias, seja durante as aulas de literatura ou durante as atividades em outras disciplinas, dando sentido a esses incentivos diários, estará acostumando o aluno a ter uma rotina literária, cujo hábito não se perderá, mesmo quando este se tornar adulto. Desta forma, o que se espera do docente é que consiga trabalhar com a leitura e a escrita de forma desafiadora, que aguace no aluno a curiosidade de aprender, pois a curiosidade é a peça chave para o aprendizado. Instigar e exercitar a curiosidade do educando é proporcionar a ele vontade de aprender cada vez mais e de buscar sempre o aprimoramento da sua imaginação, da sua criatividade e do seu senso crítico.

O professor pode através da leitura de um livro propor atividades às crianças como confeccionaram painel, livros, desenharam, recontaram histórias, contaram suas histórias, produziram brinquedos a partir de garrafas pet, entre outros materiais. Mesma que a criança não saiba ler convencionalmente ela sabe interpretar as imagens e criar a sua própria história nesse ato o professor estará dando autonomia para o pensamento crítico da criança.

3. Metodologia

Para auxiliar na elaboração desta pesquisa, buscou-se respaldo em uma investigação de caráter qualitativo, pois foi realizado um estudo com a intenção analisar a forma que a docente usa a leitura para aprendizagem dos alunos de uma turma de primeiro ano do Ensino Fundamental e de que maneiras a prática de leitura contribui para o desenvolvimento cognitivo da criança. A pesquisa qualitativa preocupa-se “[...] com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 32).

No que tange aos objetivos desta investigação, tratou-se de uma pesquisa explicativa para que possa averiguar se a docente faz o uso de leituras para contribuição da aprendizagem em sala de aula. De acordo com Gil (2009), essas pesquisas têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos.

No que concerne aos procedimentos técnicos, foram utilizados a investigação de caráter bibliográfico, de campo e estudo de caso. A pesquisa bibliográfica foi um passo inicial para a realização da investigação, buscando aprofundamento no tema que foi estudado. A pesquisa de campo coletou informações no contexto escolar e foi realizada numa escola da rede pública municipal de Cascavel/PR, possibilitando que a pesquisadora coletasse dados necessários sobre a turma de 1º ano do Ensino Fundamental.

Os dados primários foram organizados a partir de uma entrevista semiestruturada com perguntas abertas e fechadas com intuito de saber a forma que a discente emprega a leitura em sala de aula, realizada com a professora da turma do 1º ano do Ensino Fundamental - anos iniciais, tomando como campo de pesquisa uma escola municipal de Cascavel/Pr.

4. Resultados

A presente seção se refere à análise de dados coletados em uma escola pública dos anos iniciais do Ensino Fundamental, do município de Cascavel/PR. Tais dados foram concebidos a partir da entrevista semiestruturada realizada com a docente da turma. Para tanto, foi necessário o uso de um roteiro para direcionar os aspectos relacionados à leitura das crianças e à forma como a professora regente fez o encaminhamento dos seus recursos metodológicos no que se refere ao processo de leitura e se essas ações auxiliam para o desenvolvimento da leitura autônoma das crianças perante o gosto de ler. A análise dos dados foi realizada por meio das respostas atribuídas aos questionamentos. A entrevista semiestruturada foi utilizada com o objetivo de conhecer a opinião, os conhecimentos e as experiências do docente no que se refere à contribuição da leitura.

A professora participante da pesquisa será denominada apenas como Professora ou Docente, essa opção visa não revelar a identidade da participante da pesquisa. O primeiro questionamento levantado foi a respeito da formação da professora. “*Sou formada em pedagogia há seis anos.*” Outro fator levantado durante a entrevista foi sobre a atuação na área da educação e como professora dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Além disso, foi questionado se a docente possui alguma especialização. A professora informou: “*Atuou na profissão há seis anos, como alfabetizadora também, mais faz um ano que estou aqui na escola, atuando como alfabetizadora! Não no momento minha formação é a pedagogia.*” Outro aspecto levantado na entrevista semiestruturada

foi o ponto principal da investigação, relacionado à utilização da leitura para aprendizagem em sala de aula. A docente contribui falando: *“Acho ótimo, porque a gente já pode instigar os alunos desde pequenos”*.

Perante o que a docente relatou sobre a importância de apresentar a leitura às crianças desde a infância, Arana e Klebis (2015) afirmam:

A leitura na infância é uma descoberta de sentimentos e palavras que conduz o leitor a desenvolver o seu intelectual, a sua personalidade e a aumentar substancialmente a sua capacidade crítica. O ato de ler estimula o imaginário e dá a possibilidade de responder as dúvidas em relação às milhares de questões que surgem no decorrer da vida, possibilitando o surgimento de novas ideias e o despertar da curiosidade do leitor, fazendo assim com que ele sempre queira mais, e não se contente com o básico. Uma das formas de incentivar as crianças a lerem é apresentá-las a livros que estimulem o hábito de ler pelo prazer. A partir daí elenca-se diversas vantagens, como a de que elas conheçam mundos novos e realidades diferentes para que, desta forma, elas possam construir sua própria linguagem, oralidade, valores, sentimentos e ideias, essas tais, que a criança levará para o resto da vida.

Sendo assim, é possível compreender que a leitura contextualizada desde quando as crianças são pequenas, antes mesmo de ingressarem no Ensino Fundamental é de suma importância, pois a leitura está em tudo que a criança vivencia por isso essa necessidade de instigar esse gosto pela leitura a fim de que possam aperfeiçoar o desenvolvimento cognitivo. Através dessa prática, quando voltada especificamente para a literatura, é possível que o aluno viaje no mundo das histórias e ao mesmo tempo esteja presente na realidade com um olhar muito mais amplificado do que é a leitura.

Outra pergunta realizada na entrevista semiestruturada se deu através da dúvida de saber se a docente acredita que essa prática (leitura) é importante para o desenvolvimento dos alunos. Também foi questionada: *Você lê muito para seus alunos?* A professora respondeu: *Sim acho muito importante para o desenvolvimento dos alunos e leio muito para eles com adaptações nas tarefas*.

Outro fator perguntado foi se ela acredita que os pais ajudam a incentivar a leitura para as crianças. E a docente relatou: *“Nem todos depende muito da família, alguns pais já costumam ler para as crianças dormirem, outros nunca pegaram um livro para mostrar aos seus filhos, então é algo muito relativo”*. Dizem Sobral e Santos (2017) que o ensino inicial da leitura deve assegurar a interação da criança com a língua escrita, para que ela veja sentido em tudo que está escrito no espaço escolar e no familiar.

Seguindo o pensamento da docente fica evidente que a participação dos pais no incentivo da leitura é um dado relativo, que algumas famílias vão considerar a importância de se ler para seus filhos e terão todo um tempo para esse momento, e outras famílias não fazem questão desse momento de interação com seus filhos, para algumas famílias pode ser pela falta de tempo e outras só pelo fato de não quererem mesmo, pois talvez não tenham conhecimento da importância da leitura para o desenvolvimento cognitivo da criança.

Outra dúvida da pesquisadora era saber se a professora acreditava que em suas aulas a leitura é explorada no trabalho com diferentes componentes curriculares do Ensino Fundamental. Então foi lançado o seguinte questionamento: Você tem conhecimentos de que maneira a leitura é apresentada nos documentos oficiais, no Currículo e na BNCC? A docente relatou: *“Bem pouco, é muito raso na BNCC e o currículo, sendo assim o professor que tem que elaborar estratégias que integram a leitura no restante do conteúdo”*. Com essa fala a professora demonstra ter conhecimento dos documentos oficiais que norteiam o ensino e mostra o valor que atribui à prática da leitura, ainda que a mesma, segundo a docente, não seja suficientemente apresentadas nos documentos. A BNCC traz a leitura como:

Trouxe a leitura como uma das práticas da linguagem da língua portuguesa. Essa prática é apontada num sentido amplo, dizendo respeito não somente à leitura do texto escrito, mas também a imagens estáticas (foto, pintura, desenho, esquema, gráfico, diagrama) ou em movimento (filmes, vídeos etc.) e ao som (música), que acompanham e significam em muitos gêneros digitais (BRASIL, 2017, p. 68).

Para encerrar a entrevista semiestruturada a pesquisadora questionou quais são as dificuldades vivenciadas no trabalho com a leitura em sala de aula. A professora respondeu: *“Sim, como por exemplo, os níveis dos alunos, uns já leem outros ainda não”*. Diante de todos esses questionamentos ficou visível que a docente faz o uso da leitura em sala de aula como forma de reconhecer o desenvolvimento cognitivo da criança e também incentiva seus alunos a lerem. Entretanto, no presente ano, devido à pandemia de COVID- 19, está um pouco mais complicado manter o vínculo dos alunos com a leitura pela questão de que a família nem sempre consegue estabelecer com a leitura, os mesmos laços que a escola oferece.

5 Considerações Finais

O presente artigo possibilitou analisar de que forma os encaminhamentos de uma professora regente influenciam no processo de contribuição da prática da leitura no processo de aprendizagem das crianças de uma turma do 1º ano do Ensino Fundamental de uma Escola Municipal localizada em um distrito de Cascavel – PR. No que tange ao objetivo do presente artigo, de investigar as ações da professora regente perante a apropriação da leitura nas aulas, foram considerados os seguintes aspectos: o nível de interesse das crianças perante a leitura, os recursos metodológicos aplicados pela docente e se eles auxiliam no processo da leitura autônoma das crianças. Constatou-se que as metodologias utilizadas pela professora emancipam o processo de leitura das crianças.

A experiência evidenciada pela pesquisadora foi de suma importância, pois forneceu o contato direto com o processo de alfabetização, podendo acompanhar como a professora faz o direcionamento de seus encaminhamentos metodológicos e a forma como as crianças concebem esse processo de contribuição da prática da leitura. Dessa forma, é de responsabilidade do professor promover situações que sejam capazes de nortear esse ato em prol do desenvolvimento do gosto de ler pelos educandos.

A pesquisa forneceu um aparato teórico e prático com relação à atuação da pesquisadora como futura professora que irá trabalhar com a leitura de forma contextualizada para que possa instigar o gosto de ler nos alunos, mostrando para os mesmos a importância da leitura não só para ajudá-los no seu dia a dia, mas para poder amplificar seus conhecimentos.

Fica evidente que a leitura é de suma importância para o desenvolvimento da criança, tanto como leitora, como indivíduo, mas como principal fonte do desenvolvimento cognitivo da criança, por isso faz-se necessário apresentar a leitura de uma forma que cative a criança a querer buscar mais o gosto pela mesma, instigando que ela passe a ter o hábito de procurar a leitura como um amplificador de fronteiras.

REFERÊNCIAS

ARANA, Alba Regina de Azevedo; Klebis, Augusta Boa Sorte Oliveira. **Educere XII Congresso Nacional de Educação, ISSN 2176-1396., 2015, PUCPR. A IMPORTÂNCIA DO INCENTIVO À LEITURA PARA O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO ALUNO [...]. PUCPR: SIPD CATEDRA UNESCO, 2015. 18 p. v. V. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/17264_7813.pdf. Acesso em: 18 maio 2020.**

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 18 maio 2020.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 23 ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989. Disponível em: https://educacaointegral.org.br/wp-content/uploads/2014/10/importancia_ato_ler.pdf. Acesso em: 27 abr. 2020.

GEHRARDT, T.E.; SILVEIRA, D. T.. Pesquisa qualitativa. In: SILVEIRA, Denise Tolfo. (org.). **Métodos de pesquisa**. [S. l.]: UFRGS, 2009, p. 32-40. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=dRuzRyElzmkC&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 20 abr. 2020.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: http://www.urca.br/itec/images/pdfs/modulo%20v%20-%20como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf. Acesso em: 20 abr. 2020.

GOMES, M. G. D. **O papel do professor(a) na leitura e na escrita na alfabetização**: 3º ano do ensino fundamental. 2014 Dissertação (Monografia) Programa Curso de Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares, Universidade Estadual da Paraíba. João Pessoa- PB, 2014. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/5918/1/PDF%20-%20Maria%20Goret%20Diniz%20Gomes.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2020.

KNUPPEL, M. A. C. **História da leitura**: do prólogo à inspiração. Toledo: Consult. 2016. Disponível em: <https://document.onl/documents/historia-da-leitura-do-prologo-a-inspiracao-historia-da-leitura-do-prologo.html>. Acesso em: 27 abr. 2020.

MARTINS, M. H. **O Que é Leitura**. 9. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1998. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/1815360/livro-o-que-e-leitura-de-maria-helena-martins>. Acesso em: 27 abr. 2020.

MORAIS, A. B. de; AZEVEDO, C. B. D.; PENA, D. S.; SANT'ANA, V. L. L. A importância da leitura no desenvolvimento sócio cognitivo da criança (4 a 8 anos). *Pedagogia em Ação*. [S.l.], v. 6, n. 1, p.117-140, 2014. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/pedagogiacao/article/view/9228>. Acesso em: 23 abr. 2020.

SOBRAL, T. G. S. A.; SANTOS, N.; A importância da leitura para a alfabetização. **R. Eletr. Cient. Inov. Tecnol**, Medianeira, v. 8, n. 16, 2017. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/recit>. Acesso em: 23 abr. 2020.

A IMPORTÂNCIA DO BRINCAR COM ELEMENTOS DA NATUREZA ENQUANTO FERRAMENTA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONCEITUAÇÃO A PARTIR DA EDUCAÇÃO FORMAL E NÃO FORMAL

Karina Cristina da Silva Martins¹
Gislaine Buraki de Andrade²

Resumo: O tema desta pesquisa refere-se a importância do brincar com os elementos da natureza enquanto ferramenta pedagógica na Educação Infantil, sendo conceituado a partir da Educação Formal e Não Formal. Este estudo procurou investigar se os elementos da natureza (areia, folhas, pinhas, entre outros) são utilizados como ferramenta para a aprendizagem pelos sujeitos participantes. Esta pesquisa tem como objetivo compreender a importância do brincar e a utilização dos elementos da natureza no processo de ensino-aprendizagem na Educação Infantil. Esta pesquisa justifica-se por apresentar contribuições sobre a utilização de diferentes recursos e elementos da natureza como ferramenta potencializadora na aprendizagem. A pesquisa fundamenta-se em documentos norteadores para o planejamento pedagógico na etapa da Educação Infantil formal, sendo eles: Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil (1998), Base Nacional Comum Curricular (2018), Currículo de Cascavel (2008), entre autores que discorrem sobre esta etapa da Educação Básica. A metodologia da pesquisa se caracteriza em uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo, sendo assim, para a coleta dos dados primários, foram utilizados questionários semiestruturados. Com os resultados alcançados pode-se analisar que ambas instituições utilizam os elementos da natureza no processo de ensino, obtendo inúmeras possibilidades de atuar com os recursos e compreendem a inserção dos mesmos no dia-a-dia das crianças.

Palavras-Chave: Educação Formal. Educação Não Formal. Elementos da Natureza.

1. Introdução

A aprendizagem é algo constante na vida do ser humano, desde de sua nascença, logo, compreendendo a Educação como um direito social, conforme preconiza a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica LDB nº 9.394/1996.

Neste sentido, a Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica, na qual se iniciam as estimulações do desenvolvimento humano, por meio de diversos recursos e estratégias metodológicas. Diante disso, essa pesquisa delimita-se ao estudo da importância do brincar com elementos da natureza enquanto ferramenta pedagógica na Educação Infantil, analisando suas contribuições no processo de aprendizagem da criança de forma integral e sua diferenciação entre a educação não formal e educação formal.

¹ Acadêmica do Curso Superior de Pedagogia – Licenciatura, do Centro Universitário Univel.

² Mestra em Educação. Doutoranda em Educação. Professora do Curso Superior de Pedagogia – Licenciatura, do Centro Universitário Univel.

Desta forma, o trabalho apresenta a importância do brincar com os elementos da natureza, tais como: argila, gravetos, pinhas, entre outros, pautando sua problematização nos seguintes questionamentos: Quais são as contribuições e relevância de se trabalhar com elementos da natureza no processo de ensino-aprendizagem na Educação Infantil? Qual o impacto de utilizar elementos naturais no processo de ensino-aprendizagem envolvendo várias áreas do conhecimento? Como os professores utilizam os elementos da natureza na Educação Infantil? Estes materiais são utilizados na educação formal e na educação não formal?

A motivação para o tema abordado, surgiu a partir da vivência profissional da pesquisadora que atuou em um campo de estágio remunerado, na área da Educação Infantil, em uma instituição privada em Cascavel/PR, que proporcionou uma observação e participação da mesma em processos que levaram a curiosidade e apreciação pela temática.

Nas considerações, apresentamos uma análise de como os recursos pertencentes da natureza são utilizados durante o processo de ensino-aprendizagem, ainda que grande parte dos docentes não apresentem o conhecimento sobre o quanto essa ferramenta pode potencializar o ensino. Evidencia-se a necessidade de dar mais importância para esta temática na formação acadêmica de profissionais da educação, despertando por parte das crianças a conscientização sobre a importância de cuidar da natureza, impactando nas ações voltadas a sustentabilidade do nosso planeta.

2. Referencial teórico

2.1 Documentos norteadores para o planejamento pedagógico na etapa da educação infantil

Todas as etapas da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) possuem documentos norteadores para o trabalho escolar, sendo o currículo educacional e o Projeto Político Pedagógico o respaldo para a organização do planejamento dos professores, potencializando o desenvolvimento integral dos alunos, em um processo sistematizado do conhecimento científico.

Diante disso, nesta primeira sessão, trataremos aspectos relevantes do Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil (1998). Destacamos também a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Currículo para Rede Pública Municipal de Ensino de

Cascavel, documentos esses que são imprescindíveis para o trabalho pedagógico intencional e sistematizado, que oportunize o processo de ensino-aprendizagem na etapa da Educação Infantil.

Enquanto primeira etapa da Educação Básica, é possível compreender “[...] que a educação infantil é uma etapa muito importante, sendo, portanto um alicerce na vida do estudante, por desenvolver os primeiros passos das competências e habilidades do indivíduo” (CHAVES; et al, 2016, p. 93).

Neste sentido, o primeiro documento curricular utilizado no âmbito da educação infantil é o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil (RCNEI), datado de 1998, o qual se pauta em:

[...] apontar metas de qualidade que contribuem para que as crianças tenham um desenvolvimento integral de suas identidades, capazes de crescerem como cidadãos cujos direitos à infância são reconhecidos. Visa, também, contribuir para que possa realizar, nas instituições, o objetivo socializador dessa etapa educacional, em ambientes que propiciem o acesso e a ampliação, pelas crianças, dos conhecimentos da realidade social e cultural (BRASIL, 1998, p. 7).

A BNCC reafirma os pressupostos dos RCNEIs, trazendo a visão de concepção da Educação Infantil e a relação intrínseca entre “[...] educar e cuidar, entendendo o cuidado com algo indissociável do processo educativo” (BRASIL, 2018, p.32). Logo adiante a BNCC salienta que cabe as instituições de ensino favorecer experiências para consolidar novas aprendizagens, sendo as:

[...] creches e pré-escolar, ao acolher as vivências e os conhecimentos construídos pelas crianças no ambiente da família e no contexto de sua comunidade, e articulá-los em suas propostas pedagógicas, têm o objetivo de ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens, atuando de maneira complementar à educação familiar [...] (BRASIL, 2017, p.32).

Assim, a educação deve se pautar na relação entre escola e família, sendo ambas as instituições complementares no processo educacional, de modo que a família do aluno esteja inserida no ambiente escolar. Como regulamentado na Constituição Federal “[...] a educação, direito de todos e dever do Estado e da Família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, Art. 205), devendo a família matricular a criança na rede de ensino para que essa tenha acesso aos conhecimentos científicos.

Em relação a Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel, a organização curricular é pautada nos documentos nacionais e na organização do currículo, no qual é contemplado a concepção de homem e sociedade, desenvolvimento humano, disciplinas, conteúdos e avaliação, sendo dividido em três volumes, sendo o primeiro se refere à etapa da Educação Infantil.

O referido documento dispõe sobre “[...] o desenvolvimento infantil, aqui, é concebido como um processo caracterizado por revoluções, cujo papel do professor na condução das mesmas é imprescindível” (CASCVEL, 2008, p. 6). Adiante apresenta outro aspecto relevante nessa etapa na qual “cabe ressaltar a importância do trabalho do educador ao estimular e valorizar todos os gestos da criança para que funções mais complexas sejam desencadeadas” (CASCVEL, 2008, p. 18).

Contudo o trabalho pedagógico possui documentos norteadores para que o planejamento dos discentes tenham grande relevância durante o desenvolvimento integral da criança, com qualidade, oportunizando a equidade, ou seja, que todos os alunos tenham os mesmos conhecimentos adquiridos no processo de ensino em todas as regiões do Brasil.

2.2 A diferenciação sobre educação formal e não formal

A educação não formal também teve sua contextualização, seu processo de inclusão na sociedade, assim como todas as mudanças realizadas na educação. No decorrer dessa sessão, serão explicitadas as visões de autores, buscando mostrar a diferença entre a educação formal e a não formal. Iniciando pela Educação Não Formal, Gohn (2010) traz que a LDBEN 9394/96 instituiu o processo educacional nos espaços não formais

[...] ao definir a educação como aquela que abrange “processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (art. 1º, LDBEN, 1996) o termo foi incorporado ao Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos em 2003 [...] (GOHN, 2010, p. 11).

Uma conquista importante adquirida sobre a educação não formal, é que esta, enquanto disciplina, “[...] compõe a grade curricular da maioria dos cursos de Educação ou Pedagogia, também nas faculdades e universidades particulares” (GOHN, 2010, p. 11).

Quanto a Educação Formal, a autora traz que esta é sistematizada e organizada, voltada a conteúdos e áreas do conhecimento previamente demarcados, enquanto a educação não formal são processos de compartilhamento de experiências (GOHN, 2010, p. 15-16). Para Gohn (2010), o educador de cada campo desses espaços de educação é visto como:

Na educação formal sabemos que os educadores são fundamentalmente os professores, embora as ações de todos(as) os(as) profissionais que atuam na escola têm caráter educativo por seu sentido e significado. Na educação não formal, há a figura do educador social, mas o grande educador é o “outro”, aquele com quem interagimos ou nos integramos (GOHN, 2010, p. 16-17).

Portanto, todo ambiente pode nos propiciar aprendizagens, assim como nas instituições escolares e não escolares, sendo que ambas se apresentam de formas distintas compondo o propósito de preparar para a vida em sociedade.

2.3 A utilização dos elementos pertencentes da natureza no processo de ensino

O RCNEI (1998) apresenta no eixo: Natureza e Sociedade, a importância de a criança possuir contato com a natureza, compreender a diversidade cultural. Em relação as interações e vivências com a natureza o referido documento aponta que: “[...] a interação com adultos e crianças de diferentes idades, as brincadeiras nas suas mais diferentes formas, a exploração do espaço, o contato com a natureza, se constituem em experiências necessárias para o desenvolvimento e aprendizagem infantis.” (BRASIL, 1998, p.178).

Portanto, o contato da criança com a natureza apresenta contribuições para o desenvolvimento, oportunizando o relacionamento interdisciplinar dos conteúdos e áreas de ensino do currículo. Uma forma de trabalho que envolve frutas, vegetais, verduras ou qualquer outro elemento da natureza que possui pigmento pode ser utilizado para fazer vários materiais que permitam a criança fazer o uso de forma pedagógica com uma intencionalidade, conforme o RCNEI (1998) “Elaborar receitas culinárias, fazer massas caseiras, tintas que não sejam tóxicas ou as mais diversas misturas pelo simples prazer do manuseio são possibilidades de trabalho.(BRASIL, 1998, p. 179).”

A imaginação é um campo de experiências a ser trabalhado, diante disso o aluno pode utilizar os elementos naturais de forma a estimular a criatividade e imaginação, por

meio de propostas que utilizem gravetos, folhas, argila, entre outros, para uma construção, ou comparação de algo concreto.

No livro *Brinquedos do Chão* (2016), Ana Lucia Villela que atua como Pedagoga e presidente do Instituto Alana, apresenta uma reflexão em relação as pesquisas realizadas sobre os saberes e imaginação da criança e a necessidade de ampliação pela área educacional (VILLELA, 2016, p.10). A autora salienta que “[...] talvez a falta de estudos de qualidade nesse campo indique também a falta de uma ponte entre o mundo e nossas impressões dele” (VILLELA, 2016, p.10).

Neste sentido, o trabalho na Educação Infantil precisa realizar ações no planejamento e pesquisas sobre o processo de ensino aprendizagem que envolvam a ludicidade e as experiências para o conhecimento do mundo. Villela, ressalta que “O livre brincar e, em especial, o contato com a materialidade advinda da natureza são as ferramentas essenciais para esse mergulho nos sentidos. A educação poderia, ou melhor, deveria, se apropriar definitivamente disso” (VILLELA, 2016, p. 10).

Assim, o brincar é relevante para o desenvolvimento da criança em todas suas dimensões (linguagem, motricidade, neurodesenvolvimento e área socioafetiva), constituindo-se como uma imagem de um patrimônio imaterial valioso, que reflete a nossa história de vida e a infância (BRASIL, 2019, p.7). O brincar pode atingir todos os campos de experiências proposto pela BNCC, incluindo o campo das linguagens tanto corporais como verbais, pois ao brincar com os elementos pertencentes da natureza a criança vai despertar a imaginação e criatividade.

Piorski (2006) afirma que os professores devem possibilitar o momento do brincar livre e dirigido, e “Se bem observado, é possível detectar linguagens, corporeidades, materialidades e sonoridades do brincar associadas a esse inconsciente natural que mora no imaginar e, constantemente, se mostra no fazer das crianças” (PIORSKI, 2016, p.19).

3. Metodologia

A presente pesquisa possui cunho qualitativo. Nesta abordagem o pesquisador busca dar enfoque às qualidades que baseiam em si sua pesquisa, apresentando os dados do objeto e de sua descrição analisada, buscando extrair resultados à partir do problema exposto (SANTOS, 2010, p. 42). Quanto aos objetivos segue um caráter descritivo e exploratório, com procedimentos técnicos baseados em pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo e pesquisa documental.

Para a concretização dos objetivos propostos, a investigação partiu de dados secundários tais como artigos, livros, documentos que norteiam a legislação da educação, e também dados primários que são os questionários mistos estruturados realizados com seis perguntas abertas e duas fechadas. Nesta pesquisa participaram duas professoras, sendo uma profissional que atua em um Instituto de Educação não Formal que atende crianças de 2 a 4 anos e uma professora de um CMEI da rede pública de ensino de Cascavel/PR.

Para ambas foram aplicados os questionários semiestruturados, citados anteriormente, os quais foram analisados a luz dos pressupostos teóricos e documentos curriculares sobre a temática. A quantidade de docentes, justifica-se no objetivo de pesquisa em verificar como duas professoras atuantes, em instituições educativas com propostas diferentes, utilizavam ou poderiam utilizar os elementos da natureza como uma ferramenta pedagógica intencional.

As instituições foram escolhidas por ofertarem a Educação Infantil, uma na educação formal e a outra não formal. Outro ponto considerado, é que a instituição não formal, trabalha dentro da perspectiva de utilizar elementos naturais dentro do processo de desenvolvimento e aprendizagem de seus alunos.

Em virtude da Pandemia da Covid-19, os questionários foram divulgados online, sendo organizado no Google formulários e divulgado às instituições participantes. Após o recebimento dos questionários preenchidos, no Google formulários, a pesquisadora analisou as respostas, por meio de comparações e com a fundamentação do trabalho. Destacamos que a pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Univel, sob o Parecer nº 15/2020 – Univel

4. Resultados

Nesta seção serão apresentados os dados coletados na pesquisa de campo e a análise dos resultados, a qual irá considerar dois questionários respondidos por duas docentes, sendo uma de cada instituição. Para manter as identidades das professoras participantes sob confidencialidade, elas serão denominadas como P1 (docente da Instituição Não Formal) e P2 (docente da instituição formal - CMEI).

No que se refere ao perfil das participantes, a P1 possui formação inicial de Pedagogia e pós-graduação, a qual já foi professora de Educação Infantil e Ensino

Fundamental, e a 2 anos está atuando na Educação Formal. A P2 possui Pós-graduação, com formação inicial em Magistério, atuando a 10 anos na Educação Infantil.

Para verificar sobre a compreensão dos conceitos que permeiam a Educação não formal, questionamos a professora que atua no Instituto sobre sua compreensão, obtendo como resposta: “A que dispensa a obrigatoriedade curricular, e completamente ele, porém não dispensa uma metodologia a ser seguida (P1)”. Assim esse espaço tem a liberdade de se amparar em qualquer documento já existente, ou documento próprio para auxílio em suas práticas, mantendo a intencionalidade própria de cada espaço.

A professora que atua no CMEI foi realizada o mesmo questionamento, porém sobre que é a Educação Formal, sendo assim “aquela ministrada e mediada dentro do ambiente escolar, trabalhando conceitos científicos e conteúdos estruturados de maneira intencional” (P2). Nesse espaço o docente planeja as aulas, mediando os conteúdos científicos durante sua atuação em sala de aula, conteúdos que já estão estruturados e sugeridos por documentos que norteiam as práticas pedagógicas.

Na educação formal, entre outros objetivos destacam-se os relativos ao ensino e aprendizagem de conteúdos historicamente sistematizados, regulamentados e normatizados por leis [...] A educação não formal, ao contrário, não é herdada, é adquirida. [...] Sua finalidade é abrir janelas de conhecimento sobre o mundo que circunda os indivíduos e suas relações sociais (GOHN, 2010, p. 18-19).

O segundo questionamento foi sobre quais os documentos que regulamentam a atuação docente na elaboração da proposta pedagógica na instituição formal e não formal, onde as professoras atuam. A P1, disse que o documento que norteia a sua elaboração pedagógica é a BNCC, dentre outros documentos dispostos, apenas este está sendo utilizado. Um documento que atualmente tornou-se obrigatório em todo as instituições escolares, pois o mesmo traz habilidades e competências que devem ser desenvolvidas no processo de ensino aprendizagem do aluno.

Já a P2, relatou que o principal documento que norteia a elaboração de seus planejamentos na Educação Formal é o Currículo de Cascavel. Embora a BNCC seja um documento recente sendo implantando para nortear o trabalho docente, o currículo sempre foi um documento principal utilizado nos espaços escolares. Lembramos que atualmente faz se necessário a utilização da BNCC também, pois a mesma vem a contribuir no desenvolvimento integral do ser humano.

Conforme indagava nossa problemática que buscava saber se os elementos da natureza eram utilizados dentro da Educação Formal e Não formal, utilizamos nossa terceira pergunta para questionamos se as participantes utilizam esses elementos como recursos pedagógicos. Solicitamos ainda que as participantes informassem quais as contribuições destes elementos no processo de ensino, onde obtemos às seguintes respostas:

Sim, a contribuição é extremamente significativa visto que ao aproximar a criança de elementos naturais ela está conhecendo sobre a vida, sobre o cuidado e a aprendizagem acontece paralela e agregada a tudo isso (P1).

Sim. Os elementos da natureza são grandes contribuintes para conteúdos diversos, de todas as disciplinas, que despertam o interesse e são de conhecimento real do aluno. Através deles, como materiais de apoio, podemos mediar diversos conteúdos de várias disciplinas (P2).

Esta ferramenta é muito potencializadora se utilizada enquanto recurso pedagógico, pois além de auxiliar na aprendizagem, ajuda no desenvolvimento da percepção para o respeito e carinho, que se necessita ter para com a natureza. “O livre brincar e, em especial, o contato com a materialidade advinda da natureza são as ferramentas essenciais para esse mergulho nos sentidos. A educação poderia, ou melhor, deveria, se apropriar definitivamente disso (VILLELA, 2016, p. 10).

Ainda a partir do problema que buscava compreender como as docentes utilizavam os elementos da natureza na sua prática, solicitamos que citassem exemplos dessa utilização na proposta pedagógica. Como complemento solicitamos a P1 as áreas do conhecimento que ela relaciona a esta prática e a P2 indagou-se sobre em que componentes curriculares ela utiliza os elementos como ferramentas. Obtivemos as respostas a seguir:

A água é elemento utilizado quando a criança precisa de movimento, quando eles demonstram algum tipo de insegurança, ou até mesmo irritabilidade, a água ameniza esses efeitos. O fogo ajuda a criança quando é muito tímida, pedras, gravetos, folhas são usados como recurso a atividades de decodificação de escrita e matemática (P1).

Como objeto de manipulação e de produção como colagens, análise, referência, comparação. Os objetos naturais em suas diversas formas, texturas e tamanhos são úteis de várias maneiras para o processo de ensino (P2).

Na quinta questão, perguntamos às participantes quais as possibilidades e desafios para a utilização desses recursos na sua atuação, as respostas foram as seguintes:

As possibilidades são inúmeras: matemática, português, artes. Os desafios são, na maioria das vezes, introduzir esses elementos, e o professor saber utilizar esses recursos (P1).

Basta utilizar a criatividade. As possibilidades são inúmeras (P2).

Para finalizar, a partir de nossa problemática que buscava compreender a relevância e o impacto de utilizar os elementos da natureza no processo educacional, a sexta questão tratava sobre a compreensão das participantes sobre essa importância desse elemento como ferramenta lúdica para o processo de ensino aprendizagem e desenvolvimento da criança. As respostas foram:

Sim, porque traz possibilidades infinitas, não limita a criança. Ela cria a partir de sua própria experiência, além de valorizar o espaço em que vive, cresce consciente de seu papel na sociedade (P1).

Com certeza. O elemento natural é algo de conhecimento cotidiano da criança/aluno e que se utilizado com sabedoria, atribui maior sentido para o discente, tendo em vista que o material manipulável aguça a curiosidade e desperta o interesse (P2).

Deste modo, é possível analisar que ambas docentes possuem a compreensão sobre a utilização dos elementos da natureza e entendem a importância da utilização desses durante o processo educacional.

5. Considerações finais

O presente artigo possibilitou diferenciar e compreender os conceitos de Educação Formal e não Formal e apresentar a importância do trabalho e novas vivências para as crianças da Educação Infantil, demonstrando que o brincar é uma ação importante nesta etapa e a utilização dos elementos da natureza pode auxiliar nesse processo, principalmente por ser um elemento presente no cotidiano e contexto de todos.

Compreendemos que através da utilização desses elementos, será possibilitado que a criança desenvolva seus sentidos, tornando a aprendizagem mais significativa. Desta forma, diante dos resultados levantados, foi perceptível que a utilização dos elementos da natureza, enquanto uma ferramenta pedagógica intencional, torna-se relevante para o contexto educacional, tanto para o formal, quanto para o não-formal.

Isso é evidente quando se entende como esse recurso pode auxiliar na prática docente e na sociedade, ao conscientizar as crianças sobre a importância do cuidado com

a natureza, através da utilização desses elementos, fazendo se necessário esta compreensão por parte de todos os profissionais da educação, e acadêmicos dos cursos da área da educação, refletindo sobre esta temática ser inserida nos cursos profissionalizantes desta área.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis /l9795.htm. Acesso em: 15 jun. 2020.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília, 1998. v. 3. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume3.pdf>. Acesso em: 19 de abril. 2020.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 19 de abril. 2020.

CASCADEL. Secretaria Municipal de Educação. **Currículo para a Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel**. Cascavel/PR: 2008. v. 1. Disponível em: http://www.cascavel.pr.gov.br/arquivos/18072012_educacao_infantil_-_2012.pdf. Acesso em: 19 de abril. 2020.

CHAVES, Rosana Cléia de Carvalho Chaves; VALE, Adriana Carla Oliveira de Moraes; MAGALHÃES, Arthur Philippe Cândido de; RIZZATTI, Ivanise Maria; OLIVEIRA, Maria Jucileide Santos; SOUSA, Maria Rosângela da Silva. Educação infantil e os espaços não formais: uma perspectiva de aprendizagem no parque municipal germano augusto sampaio em boa vista/rr. **Revista Areté | Revista Amazônica de Ensino de Ciências**, [S.l.], v. 9, n. 20, p. 93, maio 2017. ISSN 1984-7505. Disponível em: <http://periodicos.uea.edu.br/index.php/arete/article/view/250/249>. Acesso em: 22 de set. de 2020.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e o educador social**: atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010.

LOPES, Ana Claudia Fernandes; LEANDRO, Emily Francisco; BOMFIM, Ashylei Capaci; DIAS, Amanda Larissa. A educação não formal: um espaço alternativo da educação. In: EDUCERE- XIII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 13., 2017, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: Editora Universitária Champagnat, 2017. p. 7208 – 7219. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/25198_12669.pdf . Acesso em 23 set. 2020.

PIORSKI, Gandhi. **Brinquedos do chão**: a natureza, o imaginário e o brincar. São Paulo: Peirópolis, 2016.

VILLELA, Ana Lucia. Apresentação. In: PIORSKI, Gandhi. **Brinquedos do chão**: a natureza, o imaginário e o brincar. São Paulo: Peirópolis, 2016. p. 9-11.

A INCLUSÃO DO ALUNO COM SÍNDROME DE ASPERGER E SUA TRANSIÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL PARA A REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL – PR

Kawana Ribeiro¹Sandra Mara Martins Ribeiro²

Resumo: O presente artigo trata da inclusão do aluno com Síndrome de Asperger e sua transição do Ensino Fundamental da rede municipal para a rede estadual de educação no município de Cascavel – Pr. O tema é bastante relevante pois, a Educação Básica é composta por três etapas de ensino, em que a transição entre estas requer total atenção para garantir aos alunos integração e continuidade no processo de aprendizagem. Diante disso, o estudo apresenta como problema de pesquisa: Como ocorre essa transição e quais os impactos na aprendizagem do aluno? Mediante a problemática formulou-se outros questionamentos auxiliares. Como objetivo geral tem-se a análise de como ocorre a transição dos estudantes que possuem Asperger, do 5º ano para o 6º ano do Ensino Fundamental, portanto da rede municipal para estadual de educação. A pesquisa nessa área justifica-se pela necessidade de estudos relacionados a inclusão e garantia de qualidade educacional na transição entre as etapas de ensino. O aporte teórico fundamenta-se na Base Nacional Comum Curricular (2017), na Declaração de Salamanca (1994), em Mantoan (2015), Santos (2019), Teixeira (2005) dentre outros. A metodologia ampara-se em uma pesquisa qualitativa, exploratória, explicativa, bibliográfica, documental, de campo e estudo de caso, com elaboração de roteiro e formulários com levantamento de dados necessários para compreender como ocorreu a transição do estudo de caso desta no ensino fundamental. Os resultados obtidos apresentam como foi preparado a transição do aluno abordado no estudo e como se deu a transição e desenvolvimento do mesmo na rede estadual de ensino.

Palavras-chave: Inclusão. Síndrome de Asperger. Transição Escolar.

1. Introdução

Neste artigo, será abordado a inclusão de crianças com deficiências em redes regulares de ensino que ao longo dos anos, tem aberto discussões e superado paradigmas dentro do âmbito educacional. Ressalta-se que ao decorrer do artigo os estudantes com deficiências específicas devem ter à sua disposição o acompanhamento do Professor de Atendimento Pedagógico (PAP) na rede municipal e o Professor de Apoio Educacional Especializado (PAEE) na rede estadual que tem a função de mediar e adaptar atividades para que este aluno se desenvolva juntamente com seus colegas. Este artigo, delimita-se a um estudo sobre como ocorre a transição de crianças com deficiências, mais

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia – Licenciatura da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL

² Orientadora: Professora Mestre em Educação Sandra Mara Martins Ribeiro Nome do Curso de Pedagogia – Licenciatura da Univel – Centro Universitário UNIVEL.

especificamente com Síndrome de Asperger, dos anos iniciais para os anos finais do Ensino Fundamental, ou seja, entre a rede municipal e rede estadual de educação de Cascavel – Pr.

Portanto, surgiram questionamentos acerca da transição do aluno de uma rede de ensino municipal para a estadual, onde partindo deste contexto, a problematização da pesquisa consistiu em compreender e refletir sobre: como ocorre essa transição e quais os impactos na aprendizagem do aluno? A partir do objetivo geral, abrangeu-se alguns objetivos específicos, tais como: verificar quais os impactos dessa transição nos alunos, identificar se o aluno possui atendimento especializado em ambas das redes e como ele é aplicado.

Como metodologia de abordagem e procedimento a pesquisa amparou-se em uma pesquisa qualitativa pois realizou investigações e análises sobre como ocorre a transição de crianças com Síndrome de Asperger. Os objetivos enquadraram-se como exploratórios e explicativos já que buscaram informações e análise de registros. Quanto aos procedimentos técnicos utilizados, a pesquisa voltou-se a pesquisas bibliográficas e documentais estando presente em todo o projeto escrito.

Além do estudo de caso apresentado e a pesquisa à campo feita para concretizar os fatos com as partes envolvidas no projeto que foi a Escola Municipal Robert Francis Kennedy¹ e o Colégio Estadual Marilis Faria Pirotelli – EFM². Os sujeitos participantes da pesquisa foram as uma professora de educação especial e uma coordenadora das instituições de ensino e o próprio estudante juntamente com sua mãe. Que como instrumentos para coleta de dados, foram utilizados dados secundários fontes bibliográficas e dados primários com questionários pois, devido a situação enfrentada na área da saúde e os novos procedimentos tomados para proteção e segurança, não foi possível fazer uma observação e entrevistas mais ampla e abrangente.

Portanto, elaborou-se três questionários de pesquisa, um sendo aplicado na Escola Municipal Robert Francis Kennedy com a antiga professora de apoio do aluno que explicou como foi a aceitação e desenvolvimento deste durante todo o período escolar. Outro será com a coordenadora do Colégio Estadual Marilis Faria Pirotelli, e por fim, com a mãe do aluno ambos não foram aplicados até este momento. Os resultados ainda são parciais

¹ Localizada na rua Mato Grosso, 1040 – Jardim Primavera em Cascavel - Pr.

² Localizado na rua Minas Gerais, 1555 – Centro, em Cascavel – Pr.

devido a situação enfrentada com a Pandemia dificultando o acesso a informações claras e concretas.

2. Educação Especial e a Inclusão Escolar

Ao longo dos anos as pessoas com deficiência vêm ganhando seu espaço seja no meio social, trabalhista ou no âmbito educacional. Surgiram discussões que enfatizaram a inclusão de pessoas com deficiência, ocorrendo então o Primeiro Encontro Nacional das Entidades de Pessoas Deficientes em Brasília, dando abertura para outros eventos, seminários e criação de instituições que atendiam pessoas com determinadas deficiências como o Instituto de Surdos – Mudos, fundado em 1851 no Rio de Janeiro.

A Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, afirma que deficientes são quem: “[...] tem impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade [...]”. (Brasil, 2009)

Os estudantes com deficiência tendem a precisar do Atendimento Educacional Especializado feito por um professor que de acordo com como a Lei Municipal nº 035: “Art. 2º [...] na Rede Pública Municipal de Ensino, será realizado por Professor, em atividades de apoio especializado de natureza pedagógica ao aluno devidamente matriculado e frequentando a unidade de ensino”. (CASCAVEL, 2018)

Para que ocorra uma educação de qualidade nas escolas inclusivas, é preciso que tenham mudanças que pela Declaração de Salamanca refere-se a: “todos os seguintes aspectos da escolarização, [...] para a contribuição de escolas inclusivas bem-sucedidas: currículo, prédios, organização escolar, pedagogia, avaliação [...]”. (SALAMANCA, 1994). Essas mudanças não devem ser simplesmente a integração de crianças no ensino regular de ensino, mas sim sua inclusão, desde o acesso e permanência, até o acompanhamento especializado etc.

3. Transtorno do Espectro Autista

Durante a Idade Média, a Igreja Católica estava fortalecida e pregava que sujeitos com comportamentos contrários ou diferentes do esperado estavam possuídos por demônios e necessitavam, portanto, de exorcismos. Em 1943, um médico austríaco, Leo Kanner, fez um estudo com um grupo de crianças entre 2 e 8 anos de idade, e denominou esse transtorno como distúrbio autístico de contato afetivo que tinha como característica

principal “[...] a incapacidade para relacionar-se normalmente com as pessoas e as situações” (Battisti; Heck, 2015 apud Kanner, 1943).

A pesquisadora Shirley Aparecida dos Santos refere-se ao autista como: [...] um sujeito de direitos, um ser em desenvolvimento, um aprendente que, ao ser visto dessa perspectiva, provoca um olhar diferente na condição do processo de ensino [...]”. (Santos, 2019, p. 14). Ser autista é carregar consigo especificações que os fazem diferentes e até mesmo excluídos socialmente, porém, eles também possuem seus direitos, como de desenvolver-se juntamente e como os demais dentro do cotidiano escolar.

4. Síndrome de Asperger

A Síndrome de Asperger é tida como o mais suave e com alta funcionalidade dentro do espectro autista. Suas características no desvio do desenvolvimento é a dificuldade de interação social, o uso da linguagem para comunicação e as repetições em determinados interesses. Entende-se que, portanto, que: “Crianças com Síndrome de Asperger tem a incapacidade para interagir emocionalmente com os outros, portanto a criação com autismo não recebe as experiências sociais necessárias [...]”. (Teixeira, 2004 apud Hobson, 1995).

Assim, compreende-se que o estudante com Asperger pode acompanhar normalmente as aulas do ensino regular, já que sua inteligência se desenvolve como os demais colegas, suas dificuldades são de relacionamento com as pessoas uma vez que possui características que se tornam estranhas aos demais, como o mesmo documento do Departamento de Educação Especial diz:

A interação da criança com Síndrome de Asperger com outras crianças se torna difícil, pois demonstra pouca empatia e apresenta comportamento excêntrico; sua vestimenta pode se apresentar estranhamente alinhada e a dificuldade de socialização pode torná-la solitária. É inflexível, ou seja, tem dificuldades de lidar com mudanças. (PARANÁ, 2013, p. 11)

Compreende-se, portanto que o estudante com essa síndrome possui dificuldades ao relacionar-se, pois aparenta uma falta de empatia que atualmente vem sendo cada vez mais treinada nos alunos dentro da escola, e seu perfeccionismo com objetos, roupas etc., acabam por se tornar “chato” entre seus colegas, que se afastam por não se integrarem nesse padrão do autista. Para evitar isso, é preciso que os professores trabalhem a

inclusão destes alunos diariamente, sem medir esforços para ocorrer mudanças, seja do próprio estudante ou de seus colegas.

5. Autistas e a Educação

Na década de 1990 ocorreram transformações políticas em relação a educação em nosso país, nesse período, tiveram diversos movimentos de inclusão escolar que resultaram diretamente em novas perspectivas no campo da Educação Especial. Alguns documentos começaram a nortear e mudar o cenário educacional inclusivo. A declaração de Salamanca de 1994 refere-se ao princípio da escola inclusiva como: “que todas as crianças aprendam juntas, sempre que possível independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter” (p.5, 1994).

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, para que se possa atender as especificidades das pessoas com deficiência, entre elas as pessoas com autismo, determina-se que sejam criados: “Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização, específicos para atender às suas necessidades; [...] (Brasil, 1996)

Os autistas possuem o direito de receber acompanhamento diariamente de um professor especializado em sua área para que, este profissional acompanhe e desenvolva métodos que auxiliam na aprendizagem do estudante como, atividades diferentes, jogos didáticos para interação do aluno etc.

6. Transição do ensino fundamental entre as redes de ensino

A passagem dos anos iniciais para os anos finais do Ensino Fundamental é um grande desafio para os estudantes devido à mudanças que ocorreram na organização desta etapa da Educação Básica no Paraná, pois, como afirma as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica: “ao mudarem do professor generalista dos anos iniciais para os professores especialistas dos diferentes componentes curriculares, costumam se ressentir diante das muitas exigências que têm de atender” (Brasil, 2013, p. 120).

Essas Diretrizes (2013) também ressaltam a importância de um planejamento de qualidade para ajudar os estudantes nessa transição: “[...] acentua a necessidade de um planejamento curricular integrado e sequencial e abre a possibilidade de adoção de formas inovadoras a partir do 6º ano[...]” (BRASIL, 2013, p. 120)

A situação se torna mais agravada na medida em que na rede pública de educação do Paraná, houve a municipalização da oferta dos anos iniciais do Ensino Fundamental, ficando a cargo da rede municipal de Educação a oferta dos anos iniciais do Ensino Fundamental e a oferta dos anos finais do Ensino Fundamental ficou sob a responsabilidade da rede estadual de Educação. Assim, além da transição de etapa, no Paraná, ocorre a transição entre redes de educação. A transição é uma parte importante no processo de formação do aluno, e entende-se que as mudanças nos currículos, propostas pedagógicas etc., é necessário para que o aluno consiga integrar uma fase na outra, ou seja, dar continuidade integrando os anos iniciais aos anos finais do ensino fundamental.

7. Metodologia

Esta pesquisa amparou-se na pesquisa qualitativa pois realizou investigações e análises sobre como ocorre a transição de crianças com Síndrome de Asperger dos anos iniciais para os anos finais do Ensino Fundamental, ou seja entre a rede municipal e a rede estadual de ensino na cidade de Cascavel-PR. Quanto à essa abordagem do método de pesquisa qualitativa, Marconi e Lakatos (2010, p. 168) dizem que: “[...] a metodologia qualitativa preocupa-se em analisar e interpretar os aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano”. Quanto aos objetivos, podemos considerar esta pesquisa exploratória e explicativa já que buscou informações sobre o assunto e uma nova percepção das relações entre a teoria e prática na situação ocorrida com o estudante.

Quanto aos procedimentos técnicos utilizados, a pesquisa bibliográfica está presente em toda à pesquisa, pois, por meio de documentos e estudos já feitos, que para Marconi e Lakatos (2003) referem-se a este tipo de pesquisa como: “um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema [...]”. (Marconi; Lakatos, 2003, p. 158). E trata-se de uma pesquisa documental também por abordar documentos oficiais no embasamento.

Tem-se também a abordagem da pesquisa de campo, pois a pesquisadora esteve em duas instituições de ensino de Cascavel-PR para entender como é feito o trabalho de transição dos alunos com deficiência, que a partir de um estudo de caso, que para Severino (2007, p. 121): “[...] se concentra no estudo de um caso particular, considerado

representativo de um conjunto de casos análogos, por ele significativamente representativo”. O local de pesquisa trata-se da instituição de ensino Escola Municipal Robert Francis Kennedy, localizada na rua Mato Grosso, 1040 – Jardim Primavera e o Colégio Estadual Marilis Faria Pirotelli – EFM, localizado na rua Minas Gerais, 1555 – Centro, ambos na cidade de Cascavel – PR.

Esta pesquisa está pautada em dados secundários, pois se utiliza de fontes bibliográficas coletadas em livros, artigos científicos, capítulos de livros, leis e documentos oficiais como a Base Nacional Comum Curricular (2017) e a Declaração de Salamanca (1994), dentre outros materiais bibliográficos, e dados primários.

Neste sentido, a pesquisadora aplicou questionários de pesquisa em três partes, sendo a primeira na Escola Municipal Robert Francis Kennedy com a antiga professora do aluno, que explicou como foi a aceitação e desenvolvimento deste durante todo o período escolar e quais as complicações do mesmo. A segunda será com a coordenadora do Colégio Estadual Marilis Faria Pirotelli, que até o momento não foi possível obter este resultado. A terceira parte com a mãe do aluno para entender como foi toda a transição do estudante entre as duas etapas do Ensino Fundamental. Neste artigo consta as respostas da professora que acompanhou o aluno no Município e de como ele se desenvolveu durante esse período.

Ressalta-se que todo o trabalho desta pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Univel. Parecer Consubstanciado do CEP, número 035/2020.

8. Resultados

A presente pesquisa aborda a análise de dados primários coletados através de uma pesquisa de campo em uma instituição de ensino na rede pública municipal da cidade de Cascavel – Pr, como instrumento de pesquisa, foi elaborado um questionário aplicado à professora de apoio da escola com assuntos como a adaptação de crianças com necessidades especiais, a estrutura e outras que envolveram diretamente o processo aprendizagem do aluno acompanhado como estudo de caso da pesquisa.

Com uma das partes integrantes da pesquisa, conseguimos obter respostas acerca do desenvolvimento do aluno e seu acompanhamento durante o processo de aprendizagem na escola pública municipal. A antiga professora de apoio deste estudante, através de um questionário explicou alguns pontos nesse processo.

Questionada de como ocorre o processo de adaptação de alunos com deficiência na instituição? E se a instituição possui materiais apropriados? Ela respondeu que a respeito a adaptação dos alunos com necessidades especiais na instituição, disse que atualmente estão matriculados alunos com autismo e síndrome de down e informou que a escola possui recursos materiais diversos para que seja feita adaptações nas atividades com esses alunos, onde ao nos basearmos na Declaração de Salamanca (1994) para termos uma educação de qualidade é necessário que “[...] a contribuição de escolas inclusivas bem-sucedidas currículo, prédios, organização escolar, pedagogia, avaliação, pessoal, filosofia da escola e atividades extracurriculares”.

Quanto perguntado sobre, como foi o processo de desenvolvimento do aluno específico do estudo de caso? E o aluno obteve apoio pedagógico durante o processo? a professora relatou que ele desenvolveu-se com excelência, que ao chegar na instituição no 2º ano ainda não era alfabetizado e que a partir de trabalhos feitos com sons, letras e numerais, desenvolveu a leitura e escrita, bem como o raciocínio que envolve a matemática. Com relação ao acompanhamento, a docente disse que em suas palavras “ele sempre teve PAP e eram poucas atividades que desenvolvia totalmente só, foi trabalhado muito com ele a autonomia e autoconfiança para que se sentisse seguro e pudesse chegar no colégio seguinte mais preparado”.

Quando questionada de, como foi feito o preparo do aluno para a rede estadual de ensino? E ele estava preparado cientificamente e emocionalmente para a transição? A docente disse que sempre foi motivado principalmente a socialização desde com seus colegas de sala, até mesmo com outros funcionários, professores e alunos de outras turmas em todos os espaços da escola, como é considerado pelo Departamento de Educação Especial do Paraná em um de seus documentos, “ a interação da criança com Síndrome de Asperger com outras crianças se torna difícil, pois demonstra pouca empatia e apresenta comportamento excêntrico.” (Paraná, 2013, p. 11).

Nas palavras da entrevistada, “o processo de transição não só para autistas mas, para os demais alunos é um processo muito difícil pois, tudo muda, o ambiente, os amigos, os professores, as rotinas etc., e é muito mais difícil para um autista que está adepto a uma determinada rotina, com um professor só para ele e colegas que já o compreendem, isso pode traumatiza-lo”. Assim ressalta-se a importância da integração entre as fases como cita a Base Nacional Comum Curricular, “[...] devem ainda ser consideradas

medidas para assegurar aos alunos um percurso contínuo de aprendizagens entre as duas fases do Ensino Fundamental [...]” (Brasil, 2017, p.55).

Por fim, a Pap considerou que o aluno em sua opinião estava preparado para a transição, em suas palavras disse que “ o aluno teve um bom desenvolvimento, aprendeu a ler, escrever, tinha o domínio dos números e com auxílio fazia a interpretação de textos e resolvia questões matemáticas de diversos níveis de dificuldade”, e quanto ao seu emocional diz que “ acredito que se ele tiver o apoio e conseguir encontrar em alguém segurança como tem em mim por ser a pap dele, ele continue seu desenvolvimento e consiga em determinados momentos resolver atividades sozinho como os demais”.

9. Considerações Finais

O presente estudo de caso até o momento obteve informações parciais que ainda serão complementadas, isso ocorreu devido a complexidade de se obter contato com outras pessoas por causa da pandemia enfrentada na saúde.

Portanto, a pesquisadora até o momento refletiu e compreendeu como ocorreu o processo de ensino e aprendizagem do aluno do estudo de caso na escola pública municipal de Cascavel – Pr, onde através dos questionamentos feitos para a antiga professora de apoio do aluno, conseguiu atingir parte do objetivo principal que era analisar como ocorre a transição do aluno com Síndrome de Asperger. Compreendeu-se que a escola do município visa o pleno desenvolvimento e integração do aluno com deficiência juntamente com os demais.

Com as declarações da docente, entendemos a importância do Atendimento Educacional Especializado (AEE) já que foi fundamental para o desenvolvimento do aluno, essa professora responsável pelo atendimento tornou o processo do aluno contínuo entre os anos, com o atendimento ele conseguiu atividades adaptadas pela docente e retomadas individuais dos conteúdos até que sua compreensão fosse integral e acompanha-se os demais alunos.

Em relação a transição, concluiu-se que a escola investiu de todas as maneiras no preparo do aluno para a nova etapa de ensino, a docente desenvolveu atividades que permitisse a socialização do aluno e a compreensão dos conteúdos científicos necessários para que ele desse continuidade no próximo ano. Através do diálogo com a docente entendemos que o aluno tinha todos os conhecimentos necessários para

continuar seu processo de aprendizagem mas, com suas dificuldades devido sua síndrome, sua adaptação seria complexa.

A transição conforme vista em livros pode ocasionar traumas nos alunos com ou sem deficiência, a troca de rotinas, professores e maiores exigências são um transtorno para todos os alunos mas, com o apoio necessário e a motivação dos profissionais de educação os alunos com Síndrome de Asperger podem desenvolver sua autonomia e autoconfiança para ultrapassar suas barreiras dentro e fora do âmbito educacional.

REFERÊNCIAS

BATTISTI, Aline Vasconcelo; HECK, Giomar Maria Poletto. **A inclusão escolar de crianças com autismo na educação básica: teoria e prática**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (artigo em inclusão escolar) – Faculdade de Pedagogia, Universidade Federal da Fronteira do Sul, Chapecó, 2015. Disponível em: <http://rd.uffs.edu.br>prefix.pdf> Acesso em: 20 abr. 2020.

BRASIL. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre: necessidades educativas especiais. **Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência**. Brasília, 1994. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br>serie3> Acesso em: 02 abr. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccvil.03> Acesso em: 06 abr. 2020

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm Acesso em: 02 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: Educar é Base**. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DTCEI, 2013. ISBN 978-85-7783-136-4

CASCADEL. Portaria nº035, de 06 de março de 2018. Estabelece critérios para solicitação e disponibilização de professor de apoio pedagógico. **Secretaria de Educação de Cascavel – Pr**, 06 de março de 2018. Disponível em: <http://www.cascavel.pr.gov.br>pdf> Acesso em: 02 abr. 2020.

LAKATOS, Eva Maria; Marconi, Marina de Andrade. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003. ISBN 85-224-3397-6

PARANA. Transtornos Globais do Desenvolvimento: Procedimentos e Encaminhamentos. **Departamento de Educação Especial**. Diretoria e Tecnologias Educacionais - Unidade 2. Curitiba: SEED, 2013.

SANTOS, Shirley Aparecida dos. **Transtornos Globais do Desenvolvimento [recurso eletrônico]**. Curitiba: InterSaberes, 2019. ISBN 978-85-227-0175-9 Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/> Acesso em: 27 mar. 2020.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007. ISBN 978-85-249-1311-2

TEIXEIRA, Paulo. **Síndrome de Asperger**. Portal dos Psicólogos, 2005. Disponível em: <http://www.psicologia.pt> Acesso em: 20 abr. 2020.

A INFLUÊNCIA DA FAMÍLIA NA ESCOLA: UM OLHAR PARA AS DESIGUALDADES SOCIAIS A PARTIR DO CONCEITO DE CAPITAL CULTURAL PIERRE BOURDIEU

Ângela Joicylene Borges Felber¹
Thais Damaris da Rocha Thomazini²

Resumo: O presente artigo tem como tema a influência da família na escola, com um olhar para as desigualdades sociais a partir do conceito de capital cultural do autor Pierre Bourdieu. Esse conceito diz respeito à bagagem de conhecimentos culturais trazidos pelos estudantes, adquiridos no âmbito familiar, que possuem forte influência na aprendizagem. Considerando que a família é um dos fatores primordiais para o desenvolvimento pleno do sujeito, o estudo traz como justificativa a relevância de analisar quais fatores familiares podem influenciar na vida acadêmica dos discentes. Dessa forma a pesquisa procurou evidenciar de que maneira a participação da família na escola, a partir da concepção de capital cultural do autor Pierre Bourdieu, influencia o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos do ensino fundamental anos finais. A partir dessa problematização o artigo apresenta como objetivo geral uma análise de como a família interfere no desempenho escolar dos estudantes a partir do conceito de capital cultural do autor Pierre Bourdieu. A pesquisa conta como aporte teórico os seguintes autores: Bourdieu (1999), Palangana (2015), Gonçalves (2011), dentre outros. A metodologia ampara-se numa pesquisa qualitativa, bibliográfica e de campo com a elaboração de questionários para pais, alunos e professores de uma turma do 9º ano do Colégio Estadual Arthur Agostini situado na cidade de Santa Tereza do Oeste – PR. Apresenta-se como resultados, a influência da família no desempenho escolar dos estudantes através da presença do capital cultural adquirido pela herança hereditária.

Palavras-chave: Família. Capital Cultural. Desigualdades.

1. Introdução

O tema desse trabalho abordou a influência da família na escola, tendo como foco as desigualdades sociais a partir do conceito de capital cultural do autor Pierre Bourdieu. Este conceito diz respeito aos conhecimentos culturais adquiridos pelos educandos no âmbito familiar os quais possuem forte influência na aprendizagem.

Considerando o Brasil o sétimo país mais desigual do mundo³, e a desigualdade ter crescido nas instituições escolares nos últimos anos⁴, a pesquisa analisou possíveis

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia – Licenciatura – Centro Universitário UNIVEL.

² Orientadora: Professor Mestre Thais Damaris da Rocha Thomazini. Professora do Curso de Pedagogia – Licenciatura - Centro Universitário UNIVEL.

³ O Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNDU) de 2019, mostra que o Brasil é o sétimo país com mais desigualdade do mundo apresentando uma perda de 24,5%, sendo a parcela dos 10% mais ricos do Brasil concentram cerca de 42% da renda total do País. (RELATÓRIO, 2019)

⁴ O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, colocou a desigualdade da aprendizagem em foco, observando que há uma disparidade de conhecimentos adquiridos entre os alunos. Os índices mostram que a medida em que as crianças avançam dos anos iniciais do ensino fundamental em direção aos anos finais sofrem uma queda de desempenho escolar. O IDEB de 2019 alcançou suas metas no Ensino

fatores que contribuem para a reprodução da desigualdade no âmbito escolar, utilizando o conceito de capital cultural.

Partindo deste cenário, o artigo delimitou-se em estudar de que maneira a participação da família, por meio do capital cultural, interfere no desempenho escolar dos estudantes, e a forma como desiguais estímulos familiares resultam em desempenhos escolares diferentes e desiguais. Para tanto, foi investigado a turma do 9º ano do Ensino Fundamental do Colégio Estadual do Campo Artur Agostini, na cidade de Santa Tereza do Oeste-PR.

Desta maneira a pesquisa teve como problematização as seguintes inculcações: De que maneira a participação da família na escola, a partir da concepção de capital cultural do autor Pierre Bourdieu, influencia o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos do ensino fundamental anos finais, especificamente, alunos de uma turma de 9º ano? A escolarização dos pais possui influência neste processo? De que forma o conceito de capital cultural contribui para a reprodução das desigualdades?

A relevância da pesquisa se dá por retratar questões educacionais ligadas diretamente com a aprendizagem do aluno. O artigo apresenta como objetivo geral: analisar a influência da família no desempenho escolar dos estudantes a partir do conceito de capital cultural do autor Pierre Bourdieu, bem como compreender o conceito de capital cultural elaborado pelo autor e a influência familiar neste processo. A metodologia de investigação amparou-se em uma pesquisa qualitativa com caráter explicativo, e utilizou como instrumentos técnicos a pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo que buscou a investigação sobre o objeto de estudo, através das informações coletadas por questionários entregues de forma remota para os pais, alunos e professores de um Colégio Estadual na cidade de Santa Tereza do Oeste- PR.

O presente artigo está subdividido em seções abordando inicialmente sobre o desenvolvimento humano e aprendizagem, em seguida apresenta a influência da família no processo aprendizagem e desenvolvimento cognitivo. Após discorre sobre Pierre Bourdieu e o Conceito de Capital Cultural fechando o aporte teórico com as seções sobre a bagagem cultural e a desigualdade escolar. Na parte final do artigo encontra-se a

Fundamental Anos Iniciais com média de 5,9. Já no Ensino Fundamental Anos Finais não atinge as metas desde do ano de 2011 com média de 4,1, em 2019 a meta a ser atingida era de 5,2 e os números apresentaram uma média de 4,9. (BRASIL, 2019)

metodologia de investigação abordada no trabalho, e os resultados obtidos na pesquisa de campo.

2. Desenvolvimento humano e aprendizagem

Buscou-se nessa seção entender, o conceito de desenvolvimento e aprendizagem. Para tal propósito, foi abordado um estudo sobre as teorias do Psicólogo Lev Semyonovich Vygotsky, representante da psicologia Histórico- Cultural, reconhecido por analisar o desenvolvimento intelectual a partir das relações de interação, entre o sujeito e a sociedade ao seu redor.

Para analisar o desenvolvimento humano:

Vygotsky empreende uma série de pesquisas com o propósito de estudar os aspectos tipicamente humanos do comportamento [...] A questão central, para ele, consiste em explicar como a maturação física e aprendizagem [...] interagem com o ambiente, que é histórico – e em essência social - de forma a produzir as funções complexas do pensamento humano. (PALANGANA, 2015, p. 81).

Desta forma o desenvolvimento humano, se dá como forma de maturação, apenas nos primeiros anos de vida. E “[...] o desenvolvimento do pensamento e o comportamento da criança passam a ser orientados pelas interações que ela estabelece com pessoas mais experientes” (PALANGANA, 2015 p. 82).

Assim para Vygotsky (1998 apud PALANGANA, 2015) o desenvolvimento e o aprendizado se caracterizam por uma sociedade primária, geneticamente determinada. Utilizando de duas correntes de investigação: os processos elementares, de origem biológica e as funções superiores, de origem sociocultural. Desta forma o autor ressalta que o desenvolvimento nas funções mais complexas do pensamento seria formada principalmente pelas trocas sociais, sendo a linguagem, o fator de maior peso.

A aprendizagem se constitui a partir das relações com o mundo social. A formação é resultado da relação com a família, sendo esta fundamental para o processo de ensino aprendizagem. (SILVA et al, 2005). Sendo assim a família possui papel ativo no processo de aprendizagem, obtendo o primeiro espaço para a educação através das relações sociais, ajudando o sujeito a se construir e contribuindo para sua formação.

3. A influência da família no processo aprendizagem e desenvolvimento cognitivo

A influência da família no processo de aprendizagem e desenvolvimento cognitivo tem sido alvo de estudos já há algumas décadas. Psicólogos e pedagogos buscam compreender qual a melhor maneira de se aprender e se o âmbito familiar tem alguma ligação no andamento desse curso.

Segundo Rabello e Passos (2008), a noção de desenvolvimento acontece pelo processo contínuo de evolução, em diversos campos de existência, tais como afetivo, cognitivo, social e motor. Sendo o meio ao qual envolve cultura, sociedade, práticas e interações, o fator mais importante no desenvolvimento humano.

Sendo a cultura fator primordial para o aprendizado e desenvolvimento humano, observa-se que a família se torna parte desse processo, através da herança histórica cultural e a interação com o meio, onde, os familiares ocupam o papel de mediadores, e os sujeitos passam assim a desenvolver suas capacidades cognitivas. Para entender a relação de interação com os processos de ensino aprendizagem, deve-se compreender o conceito de zona de desenvolvimento proximal (ZDP).

Para Vygotsky (1996 apud RABELLO; PASSOS, 2008, p. 5):

Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), é a distância entre o nível de desenvolvimento real, ou seja, determinado pela capacidade de solucionar problemas com a ajuda de um parceiro mais experiente. São as aprendizagens que ocorrem na ZDP que fazem com que a criança se desenvolva ainda mais, ou seja, desenvolvimento com aprendizagem na ZDP leva a mais desenvolvimento, por isso dizemos que para Vygotsky, tais processos são indispensáveis.

Portanto a aprendizagem ocorre nesta zona de desenvolvimento proximal, onde os mediadores fazem a construção do conhecimento da criança, com o outro e o mundo. Sendo assim, conforme Rabello e Passos (2008, p. 6). “Temos, portanto uma interação entre o desenvolvimento e aprendizagem, que se dá da seguinte maneira: em um contexto cultural, com aparato biológico básico interagir, o indivíduo se desenvolve movido de mecanismos de aprendizagem provocados por mediadores.” Desta forma observa-se que a aprendizagem e o desenvolvimento cognitivo, ocorrem através da mediação, da família e da escola. No seio familiar com aspectos culturais e biológicos e na instituição de ensino com a transmissão de conhecimentos.

4. Pierre Bourdieu, conceito de capital cultural e a desigualdade escolar

Buscou-se nessa seção entender o conceito de capital cultural de Pierre Bourdieu. Sociólogo Francês formado em filosofia, Bourdieu gerou o termo “Capital Cultural” para aclarar as desigualdades sociais oriundas dos conhecimentos herdados através da bagagem cultural.

As desigualdades sociais, podem ser explicadas através do capital cultural, uma vez que este remete “como o conjunto de saberes, capacidades, códigos culturais legítimos e dominantes em um determinado contexto social.” (SILVA; RODRIGUES, 1995 apud MEDEIROS, 2017, p. 8). Observa-se que o capital cultural obtém uma herança hereditária, passando assim os conhecimentos de geração em geração. Em uma sociedade dividida por classes o capital cultural tende a ser distribuído de maneira desigual.

Conforme Pies (2011, p. 30), “Bourdieu argumenta que na sociedade existem três tipos de classes e consequentemente cada classe tem um determinado grau de capital cultural. [...] existe uma hierarquia social, econômica e cultural, podendo ser dividida entre classe superior [...], classe média [...], e classe baixa.” Desta forma institui-se uma posição de dominação, onde as classes populares pela urgência do contexto e não tendo tempo para desenvolver suas competências culturais, reconhecem como legítima a classe dominante. O sistema de ensino por sua vez, inculcou o reconhecimento da cultura superior, negando o conhecimento da classe popular. (PIES, 2011). Sendo assim, o capital cultural está ligado ao rendimento e fracasso escolar, crianças providas de capital cultural, tendem a obter mais benefícios, comparadas as demais. “O capital cultural pode existir sob três formas: no estado incorporado, no estado objetivado e no estado institucionalizado.” (BOURDIEU, 1998, p. 74 apud PIES, 2011, p. 32).

Desta maneira a noção de capital cultural surge na necessidade de se compreender as desigualdades de desempenho escolar de diferentes grupos sociais. Destacando a importância da acumulação de capital cultural através da bagagem hereditária, herdada no seio familiar, tal acumulação é o fator que vai ocasionar a desigualdade no âmbito educacional.

Na questão da educação a cultura se faz presente através da bagagem cultural. De acordo com Gonçalves e Gonçalves (2011), Bourdieu compreende a família, como primeiro núcleo formador, repassando seus valores e suas propriedades aos seus herdeiros, e os capitais recebidos exercerão forte influência no destino da criança. O

destino não é entendido como algo absolutamente determinado, mas como condicionantes que pesarão fortemente com relação as futuras possibilidades do indivíduo.

Como citado anteriormente todo indivíduo carrega uma bagagem cultural herdada pela família, essa herança possui forte influência no desempenho escolar ocasionando na reprodução das desigualdades.

Partindo do princípio da igualdade (de atendimento), e tratando alunos desiguais em suas origens e propriedades (capitais) da mesma forma, a escola acaba por reforçar as diferenças preexistentes, por meio do discurso pedagógico, na medida em que o que é avaliado nem sempre se relaciona com aprendizagem, mas com posturas e atitudes derivadas do capital social e cultural dos estudantes e de suas famílias. (GONÇALVES; GONÇALVES, 2011, p. 69).

Sendo assim o sistema escolar age defendendo o ensino igualitário, como se todos os integrantes possuíssem as mesmas capacidades para a aprendizagem. Desta maneira as desigualdades sociais surgem a partir do momento que a escola prioriza conhecimentos “considerados apropriados e legítimos e o domínio maior ou menor da língua culta trazida de casa [...] facilitam o aprendizado dos conteúdos e dos códigos escolares, funcionando como uma ponte entre o mundo da família e da escola” (BONAMINO *et al*, 2010, p.492).

Deste modo a reprodução das desigualdades escolares partem de certa forma de todo o sistema escolar, cada um possuindo um papel ativo neste processo, o Estado com suas normas e diretrizes colaboram diretamente no percurso, ocasionando assim em um sistema de classificação, ao selecionar através das avaliações, que devem ser mantidas e seguidas pelas instituições, gerando desta forma nas exclusões.

5. Metodologia

O presente artigo ampara-se numa pesquisa qualitativa, pois teve como meta realizar uma investigação e análise sobre a influência da família na escola com um olhar para as desigualdades sociais. Esse tipo de pesquisa segundo Mascarenhas (2012), busca descrever nosso objeto de estudo com mais profundidade. Ela é muito comum em estudos sobre o comportamento de um indivíduo ou de um grupo social.

A pesquisa também possui um viés quantitativo para Mascarenhas (2012, p. 57) “[...] a pesquisa quantitativa baseia-se na quantificação para coletar e, mais tarde, tratar

os dados obtidos.” Além disso, a abordagem é de caráter explicativo, visto tratar-se de uma investigação cujos dados foram analisados com o intuito de identificar a reprodução das desigualdades escolares e a influência da família neste processo. A pesquisa bibliográfica foi realizada investigando sobre a relação de capital cultural e desigualdade escolar em livros, artigos, sites e revistas que estejam relacionados ao tema desse projeto. Já a pesquisa de campo dirigiu-se para atender a busca do investigador sobre o objeto de estudo, através das informações coletadas. “A pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, [...], ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, [...], descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles.” (TRUJILLO, 1982, p. 229 apud MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 186). O local de desenvolvimento da pesquisa trata-se de uma instituição de ensino público, o Colégio Estadual do Campo Artur Agostini, localizado em Santa Tereza do Oeste-PR. Os sujeitos participantes desta pesquisa foram professores, pais e alunos de uma turma do 9º ano do Ensino Fundamental. O colégio foi selecionado para a pesquisa por estar situado próximo à residência da pesquisadora, e por ser um local de possível futura atuação profissional. Já a preferência da turma justifica-se por ser a série que fecha o ciclo de Ensino Fundamental e marca a transição para o Ensino Médio. Em virtude da pandemia COVID 19, a pesquisa fez uso de dados primários, gerados a partir de questionários construídos com questões abertas e fechadas, ambos elaborados na plataforma *Google Forms* e distribuídos via WhatsApp para pais, alunos e professores do Colégio Estadual.

6. Resultados

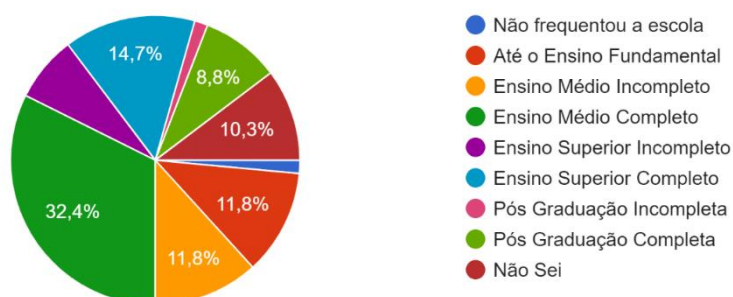
Essa seção tem como finalidade apresentar os dados coletados na pesquisa de campo realizada com pais, alunos e professores de uma turma do 9º ano do Colégio Estadual do Campo Arthur Agostini situado na cidade de Santa Tereza do Oeste – PR. Para tanto foram analisados dados coletados a partir de questionários via *Google Forms*. É importante ressaltar que a pesquisa encontra-se em andamento para coleta de dados.

Os resultados desta pesquisa foram gerados primeiramente através de 68 questionários distribuídos em 3 turmas do 9º ano do Colégio Estadual do Campo Artur Agostini, através da plataforma *Google Forms* disponibilizado aos estudantes via WhatsApp. Para iniciar foram feitos questionamentos a fim de adquirir a descrição dos estudantes, o perfil apresentado são alunos com idade entre 12 a 14 anos, do sexo feminino e masculino. Ao serem questionados sobre o grau de parentesco com quem

residem, a maioria percorreu que mora com a mãe e que possuem 1 irmão. Quanto sua matrícula na esfera educacional, ambos os discentes sempre estudaram em Escola Pública.

No sentido de analisar a escolarização dos pais apresentamos o gráfico a seguir:

Gráfico 1- Grau de Escolaridade dos Pais ou Responsáveis



Fonte: Dados obtidos na pesquisa de campo, 2020.

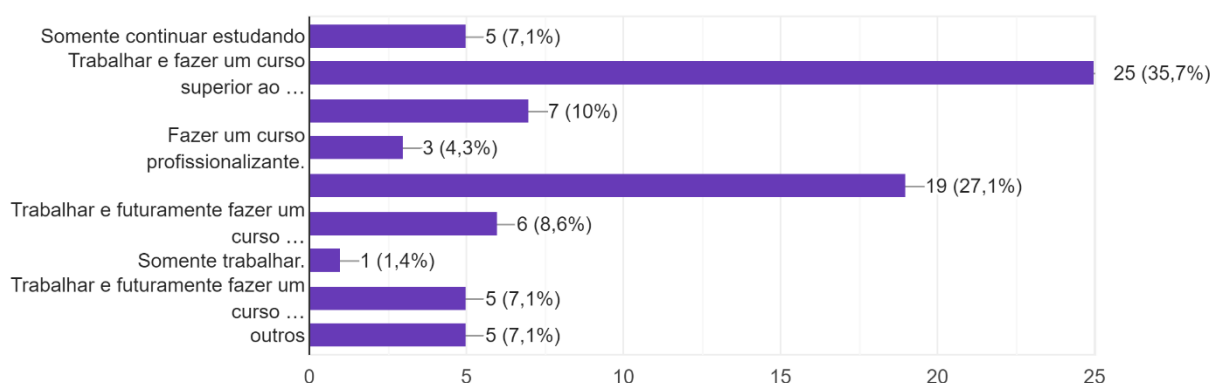
Analisando o gráfico 1, referente ao grau de escolaridade dos pais, podemos notar que 32,4% cursaram o ensino médio completo e 14,7% tem ensino superior completo.

Os dados de escolarização dos pais vão nos definir a posição social e os recursos culturais dos quais a família dispõe. De acordo Bourdieu (2009 apud Rodrigues *et al* 2013, p. 6):

[...] na socialização familiar tem-se um acúmulo inculcado de *capital cultural* pela criança que serve como disposição para determinadas habilidades e comportamentos práticos exigidos pela educação formal, tais como, leitura, capacidade de concentração e disciplina. Com isso, o aluno tem elementos no seu *habitus* que vão influenciar diretamente seu desempenho na escola e na sua trajetória social (quanto maior o *capital cultural* dos pais, maior será a economia das práticas do *habitus* do filho).

Desta forma quanto maior for o capital cultural da família no que diz respeito a legitimidade exigida pela escola formal através do currículo, maior será o desempenho do estudante. Podemos observar que o capital cultural de posse da maioria das famílias é de Ensino Médio Completo. No que diz respeito a expectativa dos educandos para o futuro foram analisadas suas pretensões como exposto no gráfico a seguir:

Gráfico 2 - Ao terminar o ensino médio você pretende:



Fonte: Dados obtidos na pesquisa de campo, 2020.

Ao observar o gráfico 3 com relação ao futuro dos estudantes podemos perceber que a maioria dos alunos, pretendem trabalhar e realizar um curso superior ao mesmo tempo, reforçando a teoria de Bourdieu a respeito do valor simbólico do certificado escolar, como capital cultural, “[...] e do possível avanço social que sua posse traria, na medida em que ocorre um mais amplo acesso as camadas sociais antes alijadas desse bem, ele vai perdendo seu valor, e conseqüentemente passa a ser questionado socialmente.” (GOLÇALVES; GONÇALVES 2010, p. 79). Logo o certificado escolar passa a ser considerado um meio para ingressar profissionalmente, ou seja, a escolarização é necessária apenas para o ingresso no mercado de trabalho, ao terminar o ensino médio obtém-se uma certificação para determinados empregos.

Em seguida os estudantes foram questionados sobre seus hábitos de leitura, a maioria relatou que costuma ler às vezes e geralmente fazem leituras de livros, deixando de lado materiais como revistas, jornais, notícias, etc. Os alunos reforçaram também que raramente presenciam seus pais lendo. Sobre esta questão podemos observar a importância da família no desenvolvimento e aprendizagem, segundo a teoria de Vygotski (1988 apud Palangana 2015, p. 108):

[...] as diferenças quanto à capacidade de desenvolvimento potencial das crianças devem-se, em grande parte, às diferenças quantitativas do ambiente social em que vivem. A diversidade nas condições sociais promove aprendizagens também diversos, que por sua vez, ativam diferentes processos de desenvolvimento.

Consequente o que a criança aprende no seio familiar vai influenciar no seu desempenho escolar, neste caso como relatado anteriormente os alunos não costumam

ter o hábito da leitura, devido aos pais também não terem esta prática literal. Desta maneira os questionários destinados aos estudantes foram essenciais para demonstrar se de fato a família possui algum tipo de influência no desempenho escolar, podemos averiguar o nível de capital cultural das famílias a forte influência que o trabalho possui nas opções futuras.

7. Considerações Finais

O presente artigo buscou compreender a influência da família na escola no desempenho escolar dos estudantes a partir do conceito de capital cultural do autor Pierre Bourdieu. Com o referencial teórico consultado e os questionários dos estudantes nota-se a importância da família no desenvolvimento e aprendizagem dos alunos. Nesta perspectiva a pesquisa mostrou que o desenvolvimento cognitivo dos estudantes está ligado aos aspectos culturais e biológicos do seio familiar, um exemplo claro observado foi o hábito à leitura.

Outro fator foi a forte presença do capital cultural, pode-se notar que os discentes possuem uma herança hereditária de conhecimentos prévios adquiridos, reforçando a hipótese levantada da interferência da família a partir da concepção de capital cultural do autor Pierre Bourdieu. Quanto a isto ressalta-se a desigualdade, pois em uma sociedade dividida por classes o capital cultural geralmente é dividido de forma desigual, e isto reflete no rendimento escolar dos educandos, devido a escola legitimar o capital cultural através do currículo.

Em suma a pesquisa contribuiu para a construção de um olhar mais apurado de toda a comunidade escolar, para a melhoria no processo de ensino aprendizagem, observando a influência da família no decorrer de cada etapa, bem como evidenciar as desigualdades escolares, que estão inseridas no âmbito educacional. Colaborando para a prática dos futuros profissionais educacionais.

Assim, conclui-se que a família por meio do conceito de capital cultural, possui influência na vida escolar dos estudantes, isto ocorre através dos conhecimentos prévios perpassados pela herança hereditária. Destaca-se que a pesquisa se encontra em andamento e os questionários aplicados aos docentes ainda serão analisados. Em virtude da suspensão de aulas presenciais devido a pandemia COVID 19, os prazos foram estendidos.

REFERÊNCIAS

BONAMINO, Alicia; ALVES, Fátima; FRANCO, Creso. Os efeitos das diferentes formas de capital no desempenho escolar: um estudo à luz de Bourdieu e de Coleman. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 45, p. 487-594, set/dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v15n45/07.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/>. Acesso em: 28 set. 2020.

GONÇALVES, Nadia G.; GONÇALVES, Sandro A. **Pierre Bourdieu: educação para além da reprodução**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/149516/pdf/4?code=aK7NWAm6AlwRiA4bF5MlaM2xXoLVftcyv8ksi9p222Wys4vfAOMCkWYjXf6UTDfmDPzIIZUj+Kcu1htM0Bfow==>. Acesso em: 29 mar. 2020.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 1995.

MASCARENHAS, Sidnei Augusto. **Metodologia Científica**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

PALANGANA, Isilda Campaner. **Desenvolvimento e Aprendizagem em Piaget e Vigotski: A Relevância do Social**. 6. ed. São Paulo: Summus, 2015. Disponível em:

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/42297/epub/1?code=Vhaj9QoM0rknUypwFjxlbMWNOVL8xO+QZ+jc7nciffxIIUWjZuA107WRB2Z65pRyY5/hXXr0ajW9zkH6LhA28A==>. Acesso em: 15 abr. 2020.

PIES, Neri Gervasio. **Capital Cultural e Educação em Bourdieu**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Passo Fundo, Passo Fundo- RS, 2011. Disponível em:

<http://upf.br/jspui/bitstream/tede/706/1/2011NeriGervasioPies.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2020.

RABELLO, Elaine; PASSOS, José Silveira. **Vygotsky e o desenvolvimento humano**. São Paulo: [s.n.], 2008. Disponível em:

<https://josesilveira.com/wpcontent/uploads/2018/07/Artigo-Vygotsky-e-o-desenvolvimento-humano.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2020.

RELATÓRIO do programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. São Paulo: Rede Brasil Atual, 2019. 3 p. Disponível em:

<https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2019/12/brasil-7-pais-desigualdade/#>. Acesso em: 28 set. 2020.

RODRIGUES, Cibele Maria Lima; SILVA, Danilo Manoel Farias da; SOUZA, Gleiciane Vieira de. Apontamentos Sobre a Relação Família e Escola no Contexto da Educação Pública em Municípios do Nordeste. **Estudos de Sociologia**, Pernambuco, v., n. 19, p. 1-7, mar. 2013. Disponível em:

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235534/28511>. Acesso em: 14 out. 2020.

SILVA, Áurea Pereira *et al.* **A influência Da Família No Processo Ensino-Aprendizagem**. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Pedagogia) - Formação de Professores para Séries Iniciais do Ensino fundamental, Centro Universitário de Brasília- UNICEUB, Brasília, 2005. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/6622/1/40261573.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2020.

A ORGANIZAÇÃO ATUAL DAS ESCOLAS DO CAMPO NA REGIÃO DE CASCAVEL-PR: UM ESTUDO DE CASO

Maria Caroline Althaus Pinheiro¹
Marileia de Bone²

Resumo: O artigo a seguir tem como objetivo apresentar a organização das escolas do campo, as especificidades e características trazendo um breve resumo dos marcos históricos que contribuíram para o modelo de educação atual, destacando a importância de um olhar voltado as especificidades presentes nas escolas do campo, visando mostrar suas fragilidades, de que forma acontece a participação da comunidade escolar na escola. Buscou-se demonstrar se há fragilidades encontradas pelos docentes na realização do seu trabalho e também se é importante a permanência e investimento nas escolas do campo. Trata-se de um estudo de caso, onde foram entrevistadas famílias, alunos e gestores de uma escola do campo na região de Cascavel-PR. Por fim temos os resultados que analisamos após a pesquisa de campo. Enquanto resultados obteve-se esclarecimentos das dúvidas e exposição das especificidades de uma escola do campo.

Palavras-chave: Educação do campo. Organização. Escolas. Comunidade escolar. Equipe Pedagógica.

1. Introdução

No século XIX o Brasil tinha fortes características agrárias em seu território, o que influenciou em uma educação com ligações com o agrário. As Escolas Rurais que depois viriam a se tornar escolas do campo, inicialmente foram instaladas para suprir as necessidades do modelo industrial da época e também para que a população que morava no interior permanecesse morando nas suas terras, por conta da grande aglomeração que já havia nas cidades.

Segundo o Ministério da Educação (MEC) mais de 24 mil escolas do campo foram fechadas no Brasil entre os anos de 2003 e 2014. Mesmo com a diminuição do número de instituições, ainda encontramos escolas sem estrutura necessária para o atendimento a comunidade, com aglomeração dentro das salas de aula e estradas que dificultam o acesso dos alunos e da comunidade em dias chuvosos.

Considerando a importância do estudo desse tema, fez-se necessário um olhar voltado para as escolas do campo. Esse artigo buscou mostrar a realidade dentro de uma escola rural, como é realizado o trabalho docente e como a comunidade se posiciona a

¹ Acadêmica do Curso Superior de Pedagogia - Licenciatura da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL

² Orientadora: Professora Especialista Marileia de Bone do Curso de Pedagogia – Licenciatura da Univel – Centro Universitário UNIVEL.

respeito da instituição. Além disso, buscou-se ressaltar como a permanência e investimento público nas escolas rurais municipais na região de Cascavel-PR impactam o processo de escolarização dessa comunidade.

Como problema foi apresentado o seguinte questionamento: Qual a realidade das escolas do campo em relação aos aspectos estruturais e pedagógicos e como a permanência e investimento público nas escolas rurais municipais na região de Cascavel-PR impactam o processo de escolarização dessa comunidade?

Este trabalho é relevante para a pesquisadora pois a escola do campo fez e ainda faz parte da sua trajetória estudantil, pois ela cursou o ensino médio em uma escola do campo e há 1 ano e meio realiza atividades como estagiária em uma instituição rural.

Este trabalho é relevante para a comunidade escolar e professores em geral, pois buscou-se compreender a causa do grande número de escolas que atualmente estão sendo fechadas na área rural, como isso atinge a comunidade e os alunos e como é feito o remanejamento desses alunos para escolas urbanas.

Este trabalho teve como objetivo geral analisar como é feita a organização nas escolas do campo municipais na região de Cascavel-PR, ressaltando a realidade encontrada por discentes e docentes demonstrando o impacto dessas instituições no processo de escolarização dessa comunidade.

O artigo está pautado na pesquisa qualitativa, explicativa e de campo. Trata-se de um estudo de caso, onde foram entrevistados gestores de uma escola do campo na região de Cascavel-PR.

2. Desenvolvimento

A princípio a ideia da educação era relacionada à necessidade de alfabetização dos filhos dos europeus vindos para o Brasil no período colonial, os filhos dos europeus eram instruídos pelos jesuítas, os mesmos que catequizaram o povo nativo.

Para Marinho (2008), mesmo tendo um perfil agrário, no Brasil a educação no campo historicamente nunca foi pensada, surgindo esse debate apenas no fim do século XX. A educação no Brasil além de excludente também evidenciou o domínio de classes umas sobre as outras, o que ocasionou a exclusão social. Foi apenas no Segundo Império que sentiu-se a necessidade de se pensar na educação do campo. As primeiras escolas a serem construídas não funcionaram como se esperava, pois foram construídas da

mesma forma com que foram as urbanas, ou seja, a lógica da construção dessas escolas eram as mesmas das escolas urbanas.

Segundo Grellere (2014) somente em 1933 é que surge a alfabetização no campo, e em 1935 foi realizado o 1º Congresso Nacional de Ensino Regional, onde então fundou-se a Sociedade Brasileira de Ensino Rural, mas apenas em 1937 com o Estado Novo é que se fortaleceu o interesse na educação do campo. Essa preocupação só começou devido ao grande fluxo de pessoas do campo para as cidades, no processo de industrialização. Então foi criado o projeto Ruralismo Pedagógico, que supria as necessidades da elite de que o homem do campo ficasse no campo, mas com um baixo efeito, pois as propostas utilizadas não evidenciavam a exclusão social a que eram submetidos.

Santos (2017) ressalta que o campo é mais que uma concentração espacial geográfica, é o cenário de uma série de lutas e embates políticos, sendo um espaço com suas próprias tradições culturais e com costumes singulares. “Inicialmente utilizava-se o termo rural, somente depois passaram a utilizar o termo campo, nomenclatura dada através de movimentos sociais”. (SANTOS, 2017 p.215)

A educação do campo foi mencionada pela primeira vez em 1934 no Título IV da Ordem Econômica e Social. De acordo com o artigo 139:

Toda empresa industrial ou agrícola, fora dos centros escolares, e onde trabalharem mais de cinquenta pessoas, perfazendo estas e os seus filhos, pelo menos, dez analfabetos, será obrigada a lhes proporcionar ensino primário gratuito. (BRASIL, 1934)

A educação nos territórios rurais evidencia-se por conta do rápido processo de urbanização e industrialização que aconteceram a partir dos anos de 1930, onde havia uma grande migração da população das áreas rurais para as áreas urbanas. O investimento para que o homem do campo permanecesse em suas terras ficou explícito na Constituição de 1934, na qual o artigo 156 definiu a destinação de recursos: “A União e os Municípios aplicarão nunca menos de dez por cento, e os Estados e o Distrito Federal nunca menos de vinte por cento da renda resultante dos impostos na manutenção e no desenvolvimento dos sistemas educativos”. (BRASIL, 1934)

As Diretrizes Curriculares Nacionais (2013) trazem a definição das escolas do campo, indígena e quilombola e os seus valores como:

As escolas das populações do campo, dos povos indígenas e dos quilombolas, ao contar com a participação ativa das comunidades locais nas decisões referentes ao currículo, estarão ampliando as oportunidades de:

I – reconhecimento de seus modos próprios de vida, suas culturas, tradições e memórias coletivas, como fundamentais para a constituição da identidade das crianças, adolescentes e adultos;

II – valorização dos saberes e do papel dessas populações na produção de conhecimentos sobre o mundo, seu ambiente natural e cultural, assim como as práticas ambientalmente sustentáveis que utilizam; [...] (BRASIL, 2013, p.126).

A BNCC - Base Nacional Comum Curricular (2017) traz poucas aparições do termo “escolas do campo” mas, quando citada, aponta a flexibilidade coma realidade local, onde podem ser encontradas a participação das famílias e das comunidades. Traz ações como:

Contextualizar os conteúdos dos componentes curriculares, identificando estratégias para apresentá-los, representá-los, exemplificá-los, conectá-los e torná-los significativos, com base na realidade do lugar e do tempo nos quais as aprendizagens estão situadas. (Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola, Educação a Distância). (BRASIL, 2017)

Ou seja, a realidade do aluno deve sempre ser valorizada, sendo importante que os conhecimentos prévios dos alunos sejam levados em conta durante as aulas, e seria de extrema importância que os docentes recebessem uma formação específica pois o aluno do campo não possui os mesmos conhecimentos do aluno da cidade, e essa valorização e dinâmica entre conteúdo e realidade faz a diferença no desenvolvimento integral do aluno.

A educação do campo é um meio de garantia para a população camponesa dos mesmos direitos educacionais garantidos à população urbana, e de acordo com as Diretrizes Curriculares da Educação do campo sua construção foi um passo importante na afirmação da educação como um direito universal “[...] o sujeito do campo têm direito a uma educação pensada, desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e as suas necessidades humanas e sociais”. (PARANÁ, 2006, p.9).

O Conselho Nacional de Educação - Câmara de Educação Básica, instituiu as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do campo e o artigo 2º ressalta que:

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes a sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país. (BRASIL, 2002, p.1).

De acordo com as Diretrizes Curriculares da Educação do Campo “[...] as instituições devem corresponder à necessidade da formação integral dos povos do campo”. (PARANÁ, 2006, p.16), portanto deve-se ofertar todas as modalidades de ensino (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Médio e Profissionalizante, Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial).

As Diretrizes Curriculares da Educação do Campo expõem como desafio “[...] considerar a cultura dos povos do campo em sua dimensão empírica e fortalecer a educação escolar como processo de apropriação e elaboração de novos conhecimentos”. (PARANÁ, 2006, p. 26)

A cultura da comunidade deve estar presente nas escolas, pois sabe-se que quando se liga o conteúdo às suas realidades torna-se mais fácil de se compreender. As Diretrizes curriculares da Educação do Campo destacam que uma produção cultural que se faz na área rural “[...] deve-se fazer presentes nas escolas. Os conhecimentos desses povos precisam ser levados em consideração, constituindo ponto de partida das práticas pedagógicas na escola do campo”. (PARANÁ, 2006, p.31).

3. Metodologia

O presente artigo amparou-se numa pesquisa qualitativa, pois teve como meta demonstrar de que forma é feita a organização das escolas do campo, como é de extrema importância que sejam defendidas essas instituições, não preocupando-se profundamente na representatividade numérica. Esse tipo de pesquisa segundo Minayo (2001) trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que “[...] corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”. (MINAYO, 2001, p.21). Sendo assim, a pesquisa qualitativa tem como característica descrever, compreender ou explicar o objeto de estudo.

Tratando-se dos objetivos, esta pesquisa é de caráter explicativo, visto tratar-se de uma investigação cujos dados foram analisados e por meio dos resultados obtidos compreendemos o porquê das coisas.

Quanto aos procedimentos técnicos utilizados, a pesquisa bibliográfica, bem como a pesquisa de campo foram indispensáveis à investigação. A pesquisa bibliográfica foi realizada explorando os materiais já elaborados, utilizando-se principalmente livros e artigos científicos. Já a pesquisa de campo é definida por Gil (2007) como “[...] uma pesquisa que se caracteriza pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer”. (GIL, 2007 p. 55). A pesquisa de campo foi utilizada para atender o conhecimento direto com a realidade, onde foi possível vivenciar a realidade ligada ao objeto de estudo.

O local em que foi desenvolvida a pesquisa tratou-se de uma instituição de ensino do campo municipal na cidade de Cascavel-PR. Os sujeitos participantes desta pesquisa foram a coordenadora e a diretora que atuam diretamente no campo de estudo, que envolve a comunidade escolar.

Para a concretização dos objetivos propostos, a investigação parte de dados gerados a partir de entrevistas. Foi realizada uma entrevista semiestruturada junto a coordenadora e diretora da escola pesquisada. Com o objetivo de sanar as dúvidas sobre a organização da instituição, optou-se por uma entrevista. Segundo Lakatos e Marconi (2003, p. 196) a entrevista “[...] tem como objetivo principal a obtenção de informações do entrevistado, sobre determinado assunto ou problema”, o que possibilitou as informações necessárias para a conclusão da pesquisa deste artigo.

A escolha da instituição pesquisada deu-se pelo fato da pesquisadora já ter estudado em escolas do campo e também atuar profissionalmente nesta instituição.

O trabalho de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de ética em Pesquisas com Seres Humanos da Univel com o parecer nº 019/2020.

4. Resultados

Para atender aos propósitos da pesquisa, foram lançadas perguntas em uma entrevista com alguns profissionais. Desse modo, responderam ao questionário uma coordenadora e uma diretora de uma Escola Pública Municipal do Campo do município de Cascavel/PR. As entrevistadas serão aqui denominadas como D1 (diretora) e D2 (coordenadora).

Inicialmente foram questionadas: *“Qual a sua formação? Quanto tempo possuem de atuação na educação? E no cargo atual?”*

D1: Pós-graduada em gestão, orientação e supervisão educacional. Mais de 20 anos no âmbito educacional e como diretora há 3 anos e 9 meses.

D2: Pós-graduada em coordenação Pedagógica e Língua Portuguesa e Literatura. Mais de 20 anos no âmbito educacional e como coordenadora há 16 anos.

Inicialmente a coordenação e direção se apresentaram profissionalmente. Assim foi possível verificar que ambas possuem pós-graduação e ampla experiência na área da educação.

Foi possível verificar que ambas possuem formação nas áreas que almejavam alcançar, de direção e coordenação, o que é de extrema importância para uma administração coerente e bem realizada.

Em seguida a questão levantada foi: *“De que forma se dá a construção do PPP? Há participação da comunidade escolar?”*

D1: A construção do PPP tem que ser com a participação de todos que compõem a comunidade escolar. Não é um produto pronto e acabado, ele tem que estar sempre em análise e reflexão constante para aprimorar e dessa forma atender da melhor maneira possível a comunidade na qual a escola pertence. Assim como agora vivemos um momento único, diferente do qual não imaginávamos passar, suspender aulas e proibir crianças de adentrar a escola, devido a uma pandemia que coloca em risco a vida de muitas pessoas, isso nos exige um momento de refletir e procurar novas formas de interagir com as crianças, comunidade escolar, assim também é o PPP, deve estar em constante reflexão.

D2: A construção do PPP da escola se dá por meio da coletividade, no qual todos têm a oportunidade de participar com leitura, contribuições de ideias e conhecimentos.

Pode-se constatar que tanto a coordenadora quanto a diretora compreendem que o Projeto Político Pedagógico deve ser elaborado junto com toda a comunidade, que deve conter os apontamentos de todos, de forma que venha suprir as necessidades e expor as especificidades da comunidade escolar. Segundo Lourenço e Silva:

Sua importância está no desenvolvimento de uma instituição de ensino que almeja uma educação eficiente e de qualidade. Ele é completo o suficiente, tornando-se uma rota flexível o bastante para se adaptar às necessidades dos alunos. Assim, a sua construção deve conter os temas como: missão, público alvo, dados sobre a aprendizagem, relação com as famílias, recursos, diretrizes pedagógicas e plano de ação. (LOURENÇO E SILVA, 2015.)

Em seguida, as gestoras foram questionadas: *“Qual a importância das escolas do campo para os alunos das comunidades rurais?”*

D1: A iniciar pela distância na qual as crianças necessitam se deslocar para chegar à escola, se for na cidade essa distância será maior ainda. A questão do trabalho infantil também é maior nas áreas rurais, e a escola é importante nesse combate ao trabalho infantil. As atividades do meio rural também são de grande importância na sociedade, as escolas do campo devem atender políticas voltadas para o campo e que colaborem para melhorar a vida de quem está no campo.

D2: As escolas do campo possibilitam aos alunos valorizar sua realidade, proporcionando o conhecimento como ocorre nas escolas urbanas, mas com um diferencial de ter em algumas realidades o cotidiano da escola voltada para a realidade vivenciada, não sendo o caso da nossa escola, pois estamos muito próximos a área urbana, o que possibilita para muitos vivenciar a realidade urbana.

Compreende-se, com a resposta da diretora e da coordenadora, a importância das escolas mais próximas à residência, facilitando o acesso não apenas dos alunos, mas também dos pais e da comunidade. Entende-se como um direito do aluno, como consta no art. 4º da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que assegura “vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima da residência a toda criança a partir dos 4 (quatro) anos de idade”.

Na sequência foi pedido a opinião das gestoras sobre a seguinte questão: *“Quais seriam as consequências se as escolas do campo fossem fechadas?”*

D1: Todos teriam que se deslocar para a cidade. Acredito que a principal consequência seria a evasão escolar.

D2: Com o fechamento das escolas do campo, correríamos o risco de ter pessoas com visão somente do cotidiano urbano, no qual iriam valorizar aquilo que estariam vivenciando, deixando de lado aquilo que seus pais vivenciaram e deixariam como legado para seus filhos. Um outro aspecto seria o tempo de transporte que esses alunos enfrentariam para chegar até as escolas, tornaria mais cansativo para os alunos.

Nota-se que as gestoras compreendem a importância de que o aluno possa estudar dentro da sua realidade sem precisar deslocar-se até uma cidade vizinha para estudar, o que tornaria o seu tempo de deslocamento maior e mais cansativo, podendo dificultar a atenção do aluno por ser cansativa uma viagem longa. Segundo o art. 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente:

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

- I – Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - Direito de ser respeitado por seus educadores;
- III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
- IV – Direito de organização e participação em entidades estudantis;
- V - Acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica.

Portanto o aluno necessita ser atendido e respeitado, buscando sempre o seu desenvolvimento integral e valorizando os seus conhecimentos já adquiridos fora do espaço escolar.

Em seguida questionou-se se *“Existe flexibilidade do registro de presenças em dias de chuva para os alunos? Como funciona?”*

D1: Se o aluno não está na escola, levará falta. Em dias de chuva ou quebra de ônibus se entende que o motivo da falta do aluno não é de sua responsabilidade. Se faz uma observação.

D2: Para os dias de chuva, no caso do aluno não comparecer na escola, devido aos problemas com transporte, estrada, dentre outros, a criança recebe a falta, mas o professor faz uma observação sobre aquelas faltas, para que não haja prejuízo com o número de faltas para esses alunos e o professor procura recuperar ou encaminhar atividades para que não haja prejuízo quanto aos conteúdos trabalhados.

Verifica-se que a orientação para quando o aluno não está presente na escola por conta de chuva, sabe-se que é por força maior, que o aluno não consegue mudar, por isso são realizadas observações para que o aluno não seja prejudicado no final do ano letivo.

O presente artigo foi aplicado na Jornada Científica da Univel através de apresentação de artigo para os participantes do evento, tendo como objetivo compartilhar os resultados desta pesquisa, a fim de que a comunidade educativa compreenda a importância das escolas do campo na região de Cascavel-PR.

5. Considerações Finais

Realizado o trabalho de pesquisa e as análises, entende-se que o estudo ora apresentado atingiu os objetivos propostos, pois permitiu uma compreensão acerca da organização de uma escola do campo situada na região de Cascavel-PR.

O referencial teórico estudado possibilitou maior compreensão sobre o tema, embora tenhamos entendimento de que estudos mais aprofundados são necessários para a ampliação da problemática aqui estudada de forma elementar. A pesquisa de campo,

apesar de ter sido modificado para que pudesse cumprir com as normas de segurança exigidas para o momento atual de pandemia COVID-19, proporcionou o contato direto com uma escola do campo e, com a participação dos sujeitos entrevistados, ampliou a compreensão sobre os aspectos específicos do processo de organização de uma escola rural.

De maneira geral pode-se perceber que o trabalho com a organização de uma escola do campo é complexo, ocasionado pelas suas especificidades. Também se trata de um processo que exige uma afinidade do docente com o campo, pois há diferenças entre as instituições da área rural e da área urbana. Por vezes serão necessárias atividades diferenciadas, que deve buscar subsídios teóricos, metodológicos e práticos para compreender melhor a comunidade rural. Além disso, é necessário estar junto buscando sempre melhorias para as escolas, pois percebe-se que os olhares por vezes são mais voltados para as escolas urbanas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf. Acesso: em 20 abr. 2020.

BRASIL. Constituição de 1934. **Constituição da Republica dos Estados Unidos do Brasil.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm. Acesso em: 28 mar. 2020.

BRASIL. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do Campo.** Brasília, 2002 disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13800-rceb001-02-pdf&category_slug=agosto-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 15 de out. 2020.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica.** Brasília, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15548-d-c-n-educacao-basica-nova-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 25 abr. 2020

BRASIL, Lei nº8.069, de 13 de jul. 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 03 abr. 2020

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dez. 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 15 abr. 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: atlas, 2007.

GRELLERE, F. de C. **Âmbito Jurídico**, São Paulo. 2014. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-constitucional/a-educacao-do-campo-na-legislacao-brasileira-disputas-polarizadas-em-defesa-de-interesses/>. Acesso em: 10 abr. 2020.

LAKATOS, E. M.; M., M. de A. **Fundamentos da Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

LOURENÇO, L. de S.; SILVA, D. A. da. **A importância do Projeto Político-Pedagógico para a organização escolar**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/15/3/a-importancia-do-projeto-politico-pedagogico-para-a-organizacao-escolar>. Acesso em 15 out. 2020.

MINAYO, M. C. de S.. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARINHO, R. E. **um olhar sobre a educação rural brasileira**. Brasília: Universia, 2008.

PARANA. **Diretrizes Curriculares da Educação do Campo**. Curitiba: MEMVAVMEM, 2006.

SANTOS, R. B. História da Educação do Campo no Brasil: **O Protagonismo dos Movimentos Sociais**. Rio de Janeiro: Teias, v.18 n. 51 p.210-224 out./Nov. 2017. Disponível em: [file:///C:/Users/sandr/Downloads/24758-105852-1-PB%20\(4\).pdf](file:///C:/Users/sandr/Downloads/24758-105852-1-PB%20(4).pdf). Acesso em: 15 abr. 2020.

A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA E SUA CONTRIBUIÇÃO NA METODOLOGIA DIDÁTICA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO ENSINO MÉDIO E NO FUTURO DOS JOVENS ESTUDANTES

Paolla Soldá Bueno de Andrade¹
Sandra Mara Martins Ribeiro²

Resumo: O presente artigo relata a importância da Pedagogia da Alternância para os alunos da Casa Familiar Rural (CFR) de Três Barras do Paraná - Pr. Aborda a realidade educacional enfrentada pelos jovens do campo e os benefícios oferecidos por esta metodologia escolar no âmbito educacional, econômico e social. Diante disto, a problemática discutida no tema refere-se a quais os resultados positivos obtidos pelos alunos que presenciam a aplicação da pedagogia da alternância; qual a utilização prática do aprendizado no cotidiano e se existe possibilidade da permanência do aluno no campo e melhoria de trabalho com o aprendizado adquirido. São também relatados os resultados nas mudanças comportamentais e de maturidade para os discentes, na socialização da comunidade onde habitam e na participação da família na educação. A pesquisa foi realizada no âmbito qualitativo, é baseado no estudo dos resultados obtidos a partir de questionários realizados com participantes que frequentam a CFR. O estudo foi realizado a partir de obras dos autores Ghedin(2012), Gil(2002), Gonçalves (2001), Minayo(2001), Fonseca(2002), Queiroz(2004), Antunes, Massucatto, Bernartt(2010) e Oliveira, Rabella, Feliciano(2014). O trabalho apresenta a Educação do campo e seus direitos. Trazendo diante de um contexto histórico a Pedagogia da Alternância. É brevemente abordada uma introdução histórica sobre as Casas Familiares Rurais no Brasil. Na sequência, apresentam-se quais pesquisas foram realizadas, questionários utilizados para coleta de dados e os resultados adquiridos na pesquisa feita na CFR de Três Barras do Paraná.

Palavras-chave: Pedagogia da Alternância. Educação do Campo. Casa Familiar Rural.

1. Introdução

Este artigo aborda a colaboração da Pedagogia da Alternância para os jovens do campo no âmbito social, cultural e econômico.

Nas Casas Familiares é utilizada a metodologia da Pedagogia da Alternância articulada com diferentes atividades práticas, para o melhor desenvolvimento e aprendizado do aluno. Essa metodologia ajuda a adquirir um melhor conhecimento teórico e prático sobre o território em que o indivíduo habita, bem como corrobora com as atividades produtivas específicas voltadas para a sustentabilidade da vida no campo, uma

¹ Acadêmica do Curso Superior de Pedagogia – Licenciatura, do Centro Universitário Univel.

² Mestra em Educação. Professora do Curso Superior de Pedagogia – Licenciatura, do Centro Universitário Univel.

vez que demonstra a possibilidade de trabalho, de sustento e de oportunidades para os agricultores e seus filhos.

O tema desta pesquisa é delimitado ao estudo contributivo da aplicação da metodologia da Pedagogia da Alternância na Educação do Campo, mais especificamente no Ensino Médio da Casa Familiar Rural da cidade de Três Barras do Paraná/PR.

Diante da utilização da Pedagogia da Alternância, questiona-se quais são os resultados positivos obtidos pelos alunos que participam dessa metodologia na Educação do Campo; se utilizam de forma prática os conhecimentos que aprenderam em seu cotidiano; se há possibilidade de no futuro o aluno permanecer no campo e melhorar a situação de trabalho e financeira com o aprendizado adquirido.

É essencial para os acadêmicos conhecerem a Pedagogia da Alternância nas Casas Familiares Rurais, pois esse tema permite adquirir o conhecimento sobre essa metodologia, deixando de ser um método tradicional isolado para passar a abranger uma grande diversidade e comunicação, aplicando métodos de socialização e interação.

Tem como objetivo geral analisar de que modo a metodologia da Pedagogia da Alternância pode incentivar o aluno a trabalhar no campo e ajudar na situação financeira de sua família e comunidade. Contém como objetivo específico ampliar o conhecimento dos discentes, contribuindo para que obtenham responsabilidades, identificando as atividades práticas aplicadas à Educação no Campo na Casa Familiar Rural.

Foi realizada a aplicação de questionário com alunos e professores, sobre como os estudantes demonstram os resultados ao longo da experiência e no futuro, onde fora questionado alguns discentes das turmas do Ensino Médio, identificando pontos positivos e negativos da metodologia utilizada, possibilidade de contribuição no dia-a-dia do mesmo com a interação entre a família e com a comunidade.

O artigo aborda uma breve apresentação da Educação do Campo e os direitos da Educação. Aborda, também, o contexto histórico e a origem da Pedagogia da Alternância. Logo, fez-se uma breve introdução histórica sobre as Casas Familiares Rurais no Brasil. Na sequência, expõe-se a pesquisa realizada por meio de questionários utilizados para coleta de dados na Casa Familiar Rural de Três Barras do Paraná/PR e seus resultados.

2. Desenvolvimento

A Educação do Campo¹, como modalidade da educação escolar é uma política pública tratada como uma dívida histórica do Estado, pois ela foi negada e negligenciada por muito tempo, e somente na atualidade vem se tornando alvo de estudos e mudanças.

Com o surgimento do período migratório, onde as pessoas que viviam no campo estavam migrando para a cidade, iniciou-se a preocupação com o aumento produtivo camponês, especificamente com a produção de alimentos, pois no momento a industrialização e a urbanização estariam se concretizando. Enquanto a cidade significava modernidade, o rural era visto como antigo, rústico e rude (preconceito ainda existente na atualidade) (BRASIL, 2006, p. 17).

Em um evento ocorrido na década de 1997, organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), lançou-se o desafio de vislumbrar a educação pública a partir do viés do mundo no campo, ou seja, considerar a Educação do Campo para o ensino e aprendizagem, baseando-se em seu contexto cultural, o modo que é administrada, o tempo e como é a convivência no meio ambiente e a relação social entre família e trabalho.

A Pedagogia da Alternância surgiu nos meados da década de 1935, em um período de êxodo rural, onde a importância era voltada apenas para a industrialização e urbanização, ocasionando-se na migração campo/cidade. Por vez, no Brasil a metodologia foi apresentada pelos italianos, aplicando-se no ano de 1969, baseando-se nos interesses pessoais e sociais dos camponeses, deixando clara a “elevação do nível cultural, social e econômico” (PESSOTTI *et al*, 2008).

Essa metodologia é aplicada nas Casas Familiares Rurais - CFR, com o objetivo de aplicar a aproximação da família-escola, ajudando no aprofundamento científico sobre aquilo que praticam no campo, ajudando também a influenciar a agricultura familiar. Trazendo com que a educação mobilize o interesse dos sujeitos e estimule com que o campesino permaneça no campo de forma responsável, melhorando o índice econômico e sociocultural do povo do campo (GHEDIN, p. 260, 2012).

Para acontecer a integração de forma saudável, é preciso a utilização de metodologias articuladas entre Tempo-Escola-Família, o Tempo-Escola e o Tempo

¹ Educação do Campo é a formação na educação formal para o povo do campo, ou seja, é uma forma de ensino aplicável em ambientes denominados rurais.

Socioprofissional, assegura Ghedin (2012, p. 259). Enquanto o aluno está no ambiente família/comunidade ele está em um processo de prática e socialização, a partir do momento em que o sujeito está no espaço escola, ele passa a trocar conhecimento com seus colegas e professores e, contudo a refletir sobre o processo educativo.

Desse modo, as Casas Familiares Rurais passaram a ser disponibilizadas para os jovens do campo a partir da luta dos agricultores que se preocupavam com a educação técnica, tanto teórica como prática de seus filhos, pois enfrentavam uma grande crise agrária, então com estudos baseados na agricultura seria possível um melhoramento no conhecimento dos sujeitos e uma possível prevalência no campo.

3. Metodologia

O presente estudo foi realizado a partir de um estudo qualitativo, que explora a reação e o resultado apresentado pelos sujeitos participativos do mesmo. Entendendo como os alunos da Casa Familiar Rural absorvem a metodologia e como é mostrado o resultado. Os participantes foram escolhidos pois apresentam-se essenciais para observar o ponto de vista individual de cada um sobre o tema. Não são utilizadas porcentagens ou estatísticas exatas, trata-se de relações humanas, pois:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, p. 22, 2001).

A pesquisa, quanto aos objetivos, caracteriza-se como exploratória, passando a realizar questionários, levantamentos bibliográficos e um aprofundamento ao tema escolhido, criando uma familiarização com o tema.

Os procedimentos técnicos aplicados à pesquisa são, pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo e estudo de caso. Buscando o melhor aprofundamento e entendimento sobre a aplicação da metodologia da Pedagogia da Alternância na Casa Familiar Rural e como é demonstrado o resultado dos alunos.

A pesquisa de campo foi realizada espontaneamente, com o objetivo de buscar a resolução do problema por meio de informações obtidas e observadas nesse período.

O estudo de caso foi efetuado a partir da pesquisa realizada sobre apenas uma instituição, sendo a Casa Familiar Rural de Três Barras do Paraná/PR. Também se baseia em um agrupamento específico como os alunos do Ensino Médio da instituição. Observando os aspectos e interpretando o objeto pesquisado, como é o ponto de vista dos indivíduos.

O local em que foi desenvolvida a pesquisa trata-se da instituição de ensino Casa Familiar Rural de Três Barras do Paraná/PR, localizada na cidade de Três Barras do Paraná, fixado na Linha Itaguaçu. Os sujeitos participantes desta pesquisa são os professores das turmas do Ensino Médio, coordenador e um aluno, que atuam na CFR, foram escolhidos para a pesquisa a fim de obter as informações que são necessárias para o desenvolvimento do projeto.

O estudo está pautado em dados primários e secundários, sendo utilizado, para a coleta de dados secundários, pesquisas realizadas em livros, cadernos e artigos, e para a coleta dos dados primários obtendo informações a partir de questionário e observação para a concretização dos fatos obtidos na entrevista, sendo uma pesquisa baseada em observação sistemática e entrevista.

Diante da proposta deste projeto, foi realizada uma entrevista baseada nas respostas do breve questionário com quatro sujeitos, sendo professores, aluno e coordenador, para melhor compreender os resultados obtidos pela Pedagogia da Alternância na CFR de Três Barras do Paraná/PR. Para Gil (1999), a entrevista é uma forma de diálogo, onde um indivíduo coleta informações e dados e a outra pessoa se apresenta como o disponibilizado.

O presente estudo apresentado foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Centro Universitário Univel, apresentando o Parecer Substanciado do CEP, com o número de 009/2020.

4. Resultados

A pesquisa apresentada aborda a importância e colaboração da Pedagogia da Alternância na Casa Familiar Rural, tendo dados primários coletados por meio de questionários aplicados aos participantes. A aplicação dos questionários ocorreu no dia dezoito de setembro de dois mil e vinte.

No questionário, foi objetivado identificar as contribuições da Pedagogia da Alternância na vida dos estudantes, a diferença no seu dia-a-dia e como professores e

coordenadores aplicam a metodologia. Os participantes do estudo foram chamados de C1, E1, P1, e P2 (Coordenador1, Estudante1, Professor1 e Professor2), a fim de manter o anonimato.

O coordenador participante é formado em Pedagogia e Artes Visuais há doze anos, obtendo formação específica em Educação do Campo para a atuação na Casa Familiar Rural. O mesmo foi questionado quais os benefícios da pedagogia da alternância:

Dar oportunidade aos filhos de pequenos agricultores a dar continuidade aos estudos, ter uma formação voltada para a realidade dos alunos com uma educação de qualidade (C1).

Observando, podemos notar que a Pedagogia da Alternância pode proporcionar a educação baseada na realidade do camponês:

Pedagogia da Alternância, nasceu com o objetivo de fornecer aos jovens do campo uma educação que atendesse suas especificidades, uma vez que, além de estudantes eram trabalhadores e por conta disso, careciam de um ensino que lhes permitisse continuar ajudando suas famílias no campo e incentivasse sua permanência nesse meio e consequentemente promovesse o desenvolvimento local (Antunes, Massucatto, Bernartt, 2010, p. 04).

Dando sequência as pergunta, o aluno responde se a metodologia da Pedagogia da Alternância condiz com a realidade de quem vive no campo e se as aulas práticas tendem a ter grandes resultados no aprendizado:

Tudo que aprendemos na alternância, pode ser aplicada em nossa propriedade, seja no dia a dia ou futuramente. No meu ver as aulas práticas são o principal conteúdo (E1).

Com relação a sua resposta, podemos concluir que as atividades práticas e a metodologia têm grande valor para o jovem e que pode propor novas alternativas de trabalho:

É perceptível que cada procedimento possui objetivos e funções específicas na composição dos saberes de modo que os jovens recebem uma formação para além da profissional, mas humana e social, para a vida. Incentiva-se uma postura auto formadora, e os educadores tem o papel de mediadores, animadores nesse processo, no sentido de compartilhar conhecimentos e experiências com os jovens e com a comunidade (Antunes, Massucatto, Bernartt, 2010, p. 04).

Em continuidade, perguntamos para as professoras, como é formada a diversidade dos alunos da instituição e qual o nível de interesse que os alunos demonstram nos estudos:

Os estudantes da Casa Familiar Rural são provenientes de multiculturalismo. Do ponto de vista econômico, são maioria, filhos de pequenos agricultores, com baixa a média renda. A grande maioria apresenta-se interessado aos estudos, visto que, seus pais são seus maiores incentivadores (P1).

Os nossos alunos a maioria são filhos de agricultores, ou seja, vivem com seus pais no meio rural. Portanto vale ressaltar que temos alguns alunos da cidade que optam pela CFR, para se aproximar dos conhecimentos transmitidos. Como toda escola, temos alunos dedicados e alguns que apenas estão só por estar (P2).

De acordo com as respostas, os alunos que frequentam a Casa Familiar Rural fazem parte de uma vasta diversidade, tanto cultural como econômica. Os alunos ganham incentivos de seus pais, mesmo acontecendo que alguns deles não demonstrem interesse:

[...]estes jovens camponeses resgatem sua identidade de classe serão necessárias ações em diferentes áreas como: educação, trabalho, saúde, cultura, lazer, esporte etc. Mas, não basta apenas que se criem estas condições, devemos nos atentar para que estes elementos sejam implementados de forma que atendam os jovens em sua especificidade e que considerem os anseios e dificuldades destes sujeitos[...] (Oliveira, Rabella, Feliciano, 2014, p. 148).

Tendo em vista as respostas dos questionários, podemos perceber que a Pedagogia da Alternância proporciona resultados positivos na oferta de educação diversificada e adaptada para os jovens do campo. Demonstra a possibilidade da utilização do aprendizado no seu cotidiano ajudando seus pais e familiares e no futuro do aluno, sendo em suas propriedades ou auxiliando no mercado de trabalho. A metodologia favorece no interesse do estudante na permanência do campo, possibilitando o melhoramento em sua qualidade de vida e situação financeira e trabalhista.

Em síntese, abordando a aplicação do Trabalho de Conclusão de Curso, ocorrerá na XVIII Jornada Científica do Centro Universitário Univel, nos dias vinte e sete e vinte e oito de outubro de dois mil e vinte. Com a apresentação ocorrendo de forma on-line, decorrido a pandemia enfrentada atualmente devido ao Covid-19, abrangendo aos participantes a Pedagogia da alternância e sua contribuição na metodologia didática da educação do campo e no futuro dos jovens estudantes, apresentando a realidade enfrentada pelos alunos camponeses e a possibilidade da permanência do jovem no

campo formando-se em uma educação técnica e de qualidade. Tendo como público alvo, os frequentadores do evento.

5. Considerações Finais

O presente estudo possibilitou a reflexão e o conhecimento sobre as dificuldades educacionais enfrentadas por jovens do campo e como a Pedagogia da Alternância pode colaborar com o futuro do estudante permanecendo no campo. A pesquisa foi aplicada na Casa Familiar Rural na cidade de Três Barras do Paraná. Identificar os pontos positivos, a utilização da metodologia em seu dia-a-dia e a possibilidade do estudante permanecer no campo é o objetivo do presente estudo. Perante isto, a problemática discutida na pesquisa, refere-se a como é aplicada a rotina dos alunos que frequentam a CFR, quais são os resultados obtidos com a aplicação da metodologia e o auxílio na situação financeira e incentivo para continuar o trabalho no campo, tendo o direito a educação básica e adaptada. É de grande importância, ressaltar que a Pedagogia da Alternância e a CFR têm o objetivo de valorizar o produtor rural e o direito da educação para todos.

Esta pesquisa contribui para a produção teórica, pois busca uma breve procura na história da Pedagogia da Alternância, Educação do campo e Casa Familiar Rural, por fim realizar conclusões e/ou levantar alguns questionamentos a partir da metodologia e a CFR. Ressaltando que a Educação do Campo é direito do cidadão camponês e dever da oferta de educação básica para toda a comunidade.

Para a prática, foi importante retratar as dificuldades passadas pelos camponeses e a realidade enfrentada no cotidiano, também a empatia e profissionalismo oferecido pelos professores e coordenador, proporcionando uma educação de qualidade para a comunidade.

Para a pesquisadora, foi de suma importância as experiências vivenciadas e informações obtidas para a formação acadêmica, pois apenas entrando em contato com a realidade dos alunos e profissionais é possível tomar o verdadeiro conhecimento da importância da Pedagogia da Alternância.

Em conclusão, consta-se que a Pedagogia da Alternância colabora tanto para o dia-a-dia do estudante quanto para seu futuro trabalhando em sua propriedade e trazendo melhorias adquiridas a partir da metodologia aplicada na Casa Familiar Rural. Diante do notório, conclui-se que o direito da Educação do Campo ocorreu a partir de lutas

enfrentadas pelo povo do campo e que a Pedagogia da Alternância e as CFR's dependem de movimentos sociais para poderem atingir seus direitos, também a grande colaboração da metodologia para a socialização e educação do aluno camponês.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, L. C.; MASSUCATTO, N.; BERNARTT, M. L. **Pedagogia da Alternância e suas contribuições para o desenvolvimento local.**

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI. **Educação do Campo:** marcos normativos/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – Brasília: SECADI, 2012. Disponível em <http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_educ_campo.pdf>. Acesso em: 19 de Abril de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI. **Educação do Campo:** marcos normativos/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – Brasília: SECADI, 2012.

DCE. Paraná. Secretaria de Estado de Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação do Campo.** Curitiba: 2006. Disponível em http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/diretrizescurricularesesta_duaisdaeducacaodocampo.pdf. Acesso em: 10 de Abril de 2020.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002. Disponível em: <<http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2012-1/1SF/Sandra/apostilaMetodologia.pdf>>. Acesso em: 17 de Abril de 2020.

GHEDIN, E. (Org.). (2012). **Educação do Campo: epistemologia e práticas**. São Paulo: Cortez.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: <<http://home.ufam.edu.br/salomao/Tecnicas%20de%20Pesquisa%20em%20Economia/Textos%20de%20apoio/GIL,%20Antonio%20Carlos%20-%20Como%20elaborar%20projetos%20de%20pesquisa.pdf>>. Acesso em: 17 de Abril de 2020.

GONÇALVES, E. P. **Iniciação à pesquisa científica.** Campinas, SP: Editora Alínea, 2001. Disponível em: <<https://elizabethruano.com/wp-content/uploads/2018/02/gonsalves-2001-escolhendo-o-percurso-metodologico.pdf>>. Acesso em: 17 de Abril de 2020.

MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria. C. S (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p.22.

<http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1428/minayo__2001.pdf>. Acesso em: 17 de Abril de 2020.

OLIVEIRA, L. B.; RABELLO, D.; FELICIANO, C. A. **MUNDO DO TRABALHO: PERMANECER OU SAIR DO CAMPO? UM DILEMA DA JUVENTUDE CAMPONESA**. Revista Pegada, Presidente Prudente, v. 15, p. 136-150, 14 maio 2013.

PESSOTI, A. **Escola da Família Agrícola: uma alternativa para o ensino rural**. 1978. 194 p. Dissertação (Mestrado)- Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro. 1978.

QUEIROZ, J. B. P. de. **Construção das Escolas Famílias Agrícolas no Brasil: Ensino Médio e Educação Profissional**. 2004. 210 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pósgraduação em Sociologia da Universidade de Brasília - UnB. Brasília. 2004.

AFETIVIDADE E APRENDIZAGEM DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: REFLEXÕES A PARTIR DE VIVÊNCIAS EM UMA TURMA DA PRÉ-ESCOLA

Daiane Kaller dos Santos¹
Marileia de Bone²

Resumo: A abordagem desta pesquisa diz respeito à importância da afetividade e aprendizagem da criança na Educação Infantil. Deste modo, fez-se necessário realizar uma análise sobre o impacto da afetividade em uma turma de Pré-Escola I. A partir desse contexto, a problematização consiste em analisar se a afetividade pode interferir no comportamento e nas emoções da criança. Assim, apresenta-se como objetivo geral analisar a importância da afetividade no processo de desenvolvimento e de ensino e aprendizagem das crianças da Pré-Escola I na etapa da Educação Infantil. Esta pesquisa está direcionada a apresentar uma compreensão acerca do tema afetividade e aprendizagem da criança na Educação Infantil. Para tanto, se fez necessário conceituar metodologicamente a afetividade na Educação Infantil, baseando-se nas concepções de Galvão (1995), Wallon (2010), Vygotsky (1988), Mello e Rúbio (2013), entre outros teóricos, além de documentos oficiais. Posteriormente por intermédio de um questionário de abordagem qualitativa e de caráter explicativo, fez-se uma análise da importância da afetividade no processo de ensino aprendizagem na Educação Infantil. Apresenta-se com resultados a afetividade como essencial para a formação da criança e para que o processo em ensino/aprendizagem aconteça com sucesso.

Palavras-chave: Pré-Escola I. Afetividade. Aprendizagem.

1. Introdução

Buscou-se por meio desta pesquisa revelar o quão importante é a afetividade na Educação Infantil, pois ela impulsiona o desenvolvimento do saber e da autonomia. Esta investigação delimitou-se a um estudo sobre a afetividade na Educação Infantil e o quão ela é importante no processo de ensino e aprendizagem e na relação professor/aluno, em uma turma do Pré I de um Centro Municipal de Educação Infantil, do Município de Campo Bonito-PR.

Tendo em vista a organização escolar da Educação Infantil e o seu intuito para a formação plena e integral da criança, por meio da mediação do professor, neste estudo foi realizada uma análise sobre o impacto da afetividade em uma turma de Pré-Escola I. A partir desse contexto, a problematização consistiu em: A afetividade pode interferir no comportamento e nas emoções da criança?

¹ Acadêmica do Curso Superior de Pedagogia - Licenciatura da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL

² Orientadora: Professora Especialista Marileia de Bone do Curso de Pedagogia – Licenciatura da Univel – Centro Universitário UNIVEL.

Assim, o presente temática abordada teve motivação a partir da experiência da pesquisadora no Estágio Supervisionado na Educação Infantil, que possibilitou reconhecer a afetividade como elemento para o desenvolvimento integral da criança. A priori, a justificativa para tal pesquisa encontrou-se também na necessidade de apresentar uma melhor compreensão acerca do tema afetividade e aprendizagem da criança na Educação Infantil.

Neste contexto, o objetivo geral da pesquisa foi analisar a importância da afetividade no processo de desenvolvimento e de ensino e aprendizagem das crianças da Pré-Escola na etapa da Educação Infantil. Para alcançar o objetivo apresentado, listou-se como objetivos específicos, verificar de que maneira os professores lidam com a afetividade em sala de aula, apontar as contribuições da afetividade para o desenvolvimento cognitivo da criança, analisar como a afetividade interfere no comportamento da criança e contribuir com a formação da pesquisadora e demais profissionais da área da educação.

Partindo dos objetivos estabelecidos anteriormente, adotou-se como metodologia de pesquisa, a abordagem qualitativa com o caráter explicativo, contando também com pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo realizada em uma turma de Pré-Escola I de um Centro Municipal de Educação Infantil do Município de Campo-Bonito-PR, buscando assim levantar dados e informações que auxiliassem na compreensão do objeto de estudo.

2. Desenvolvimento

No Brasil a Educação Infantil é um direito assegurado pela Constituição Federal de 1988, aprovada pela Assembleia Nacional Constituinte, qual foi promulgada no dia 5 de outubro de 1988, durante o governo do presidente José Sarney. O art. 205 assegura que: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa [...]”. (BRASIL, 1988, n.p.).

Em seu art. 211, no parágrafo 2º, a Constituição determina que os municípios atuem prioritariamente no Ensino Fundamental e na Educação Infantil. (BRASIL, 1988, n.p.). Na década de 1990 foi aprovado o Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/1990, a qual dispõe sobre a proteção integral à *criança* e ao *adolescente*.

A LDB nº 9394/96, promulgada em dezembro de 1996, estabelece de forma incisiva o vínculo entre o atendimento às crianças de zero a cinco anos e a educação. No título IV – Da Organização da Educação Nacional, Artigo 9º, estabelece que: A União incumbir-se-á de [...] Inciso IV- estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a Educação Infantil, [...]. (BRASIL, 1996, p. 29).

A Diretriz Curricular Nacional para a Educação Infantil, aprovada em onze de novembro de 2009, constitui-se como um documento fundamental, que apresenta, “as propostas curriculares da Educação Infantil devem garantir que as crianças tenham experiências variadas com as diversas linguagens, reconhecendo que o mundo no qual estão inseridas [...]”. (BRASIL, 2009, p.93).

No entanto o último Plano Nacional de Educação – PNE, prevê como meta da educação no nosso país, que seja implementado o ensino infantil integral. No que diz respeito às metas, “Meta 1: Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade [...]”. (BRASIL, 2014, p. 16).

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil aprovado em 1998, dividido em três volumes, é um documento reflexivo educacional, o qual contém objetivos, orientações didáticas e conteúdos para professores da educação infantil de 0 a 5 anos de idade. E tem como função, “contribuir com as políticas e programas de educação infantil, socializando informações, discussões e pesquisas, subsidiando o trabalho educativo de técnicos, professores [...] da educação infantil [...]”. (BRASIL, 1998, p. 13).

Com a aprovação da nova Base Nacional Comum Curricular - BNCC, em dezembro de 2017, a maior mudança proposta pela BNCC na Educação Infantil está na definição de seis direitos fundamentais para aprendizagem e desenvolvimento para as crianças de 0 a 5 anos, sendo eles: conviver; brincar; participar; explorar; expressar e conhecer-se.

A afetividade é um fator importante que contribui para o desenvolvimento cognitivo e moral da criança. É necessário que ela se sinta segura e acolhida, por isso é importante que o ambiente em que a criança esteja inserida proporcione relações interpessoais positivas.

Souza afirma que, “[...] afetividade e inteligência desenvolvem-se em caminhos correspondentes que não se confundem, sendo a afetividade aquela que define as metas para as condutas e a inteligência, que define os meios para que as metas sejam atingidas.” (SOUZA, 2012, p.145).

Neste sentido, pode-se observar que a afetividade e a inteligência andam juntas, uma complementa a outra. Na primeira infância a criança está voltada para a construção do eu. Sendo assim, a afetividade decorrente do meio em que a criança está inserida leva à construção do seu caráter. Segundo Bastos e Dér, na teoria Walloniana, “a relação entre os progressos da afetividade e os da inteligência só podem ser compreendidos a partir de uma relação de reciprocidade e de interdependência”. (BASTOS; DÉR, 2011, p. 40).

A escola é extremamente importante para o desenvolvimento da criança, o meio escolar é repleto de oportunidades, de novos desafios, oportuniza também a convivência com outras crianças. E a afetividade auxilia nesse processo de construção do eu. Mello e Rubio, afirmam que “as interações em sala de aula são construídas por um conjunto de variadas formas de atuação, que se estabelecem entre partes envolvidas, a mediação do professor em sala de aula [...]”. (MELLO; RUBIO, 2013, p. 6). A criança deve ser estimulada em todas as suas habilidades.

Sendo assim, fica explícita a importância do docente na fase da Educação Infantil, pois estabelece vínculos afetivos com os educandos, desperta a confiança das crianças e tem a responsabilidade de conduzir os alunos em um processo contínuo e eficaz enriquecendo a capacidade integral dos indivíduos.

3. Metodologia

Em relação à abordagem, a presente pesquisa possui caráter qualitativo, pois foi realizada uma investigação e análise sobre a importância da afetividade na educação infantil, além disso, verificou-se que a afetividade contribui no desenvolvimento da criança e no processo de ensino-aprendizagem. “A pesquisa qualitativa não é formada por etapas engessadas como as da quantitativa: aqui, o pesquisador fica à vontade para desenhar o estudo da forma que julgar mais adequada [...]”. (BERVIAN; CERVO; SILVA. 2007, p. 46).

Quanto aos objetivos, esta pesquisa, tem o caráter explicativo, pois explicou os fatos que abrangem esta investigação, relacionados à afetividade e como ela influencia no desenvolvimento da criança. De acordo com Gil, “essas pesquisas têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos”. (GIL, 2002, p. 42).

Este artigo usufruiu também da pesquisa bibliográfica, pois a construção do mesmo foi amparada em referências teóricas já analisadas, como: livros, artigos científicos,

documentos, leis, entre outros. A pesquisa bibliográfica para Gil, “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. (GIL, 2002, p. 44).

O estudo aqui apresentado contou com a pesquisa de campo, com o intuito de levantar dados e informações que auxiliaram na compreensão do objeto de estudo, o qual se refere à afetividade e o quão é importante na relação professor x aluno no processo de ensino-aprendizagem e no desenvolvimento da criança na pré-escola. Severino, afirma que, “na pesquisa de campo, o objeto/fonte é abordado em seu meio ambiente próprio. A coleta de dados é feita nas condições naturais em que os fenômenos ocorrem, [...]”. (SEVERINO, 2007, p. 123).

A pesquisa foi realizada na turma da Pré-Escola, em um Centro de Educação Infantil da rede Municipal de Campo-Bonito-PR. Os sujeitos participantes desta pesquisa foram a professora regente da turma e a docente que atua na hora atividade. As professoras são formadas em pedagogia, as quais forneceram dados necessários para a realização da pesquisa por meio de resposta a um questionário. A opção por esta instituição se deu pelo fato da pesquisadora morar na cidade Campo Bonito e possuir maior afinidade com os profissionais da instituição pesquisada.

Para a concretização dos objetivos propostos, a pesquisa fundamentou-se em uma investigação de dados primários gerados a partir de questionários, composto de perguntas livres, o qual foi aplicado às professoras da pré-escola I, da rede Municipal da cidade de Campo Bonito-PR.

Este instrumento possibilitou à pesquisadora ter acesso às respostas das questões sobre afetividade, as quais são pertinentes à pesquisa. O “Questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador.” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 201). Tal instrumento possibilitou uma maior compreensão acerca da visão dos professores sobre a afetividade na educação infantil.

A presente pesquisa foi autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Centro Universitário Univel, obtendo aprovação para seguir com a coleta de dados, sob o parecer consubstanciado n. 014/2020.

4. Resultados

A presente seção tem como propósito apresentar os dados coletados em um CMEI

da rede pública do município de Campo Bonito do Oeste/PR. Para realizar a coleta desses dados foi utilizado um questionário o qual foi respondido pelas docentes da turma do Pré I e foram objeto de estudo da presente análise.

As professoras participantes foram denominadas como Professora 1 e Professora 2. A apresentação dos dados levantados aqui foi realizada de forma a propiciar ao leitor a percepção adequada e completa dos resultados obtidos de forma clara e precisa, sem interpretações pessoais.

Na sequência, apresentam-se informações sobre a formação das docentes e o tempo de atuação na Educação Infantil e o tempo de atuação na turma de Pré-Escola I. Foram obtidas as seguintes informações:

P1: Curso de Formação de Docentes e cursando Licenciatura em Pedagogia. Quatro anos de atuação na Educação Infantil e três anos na turma da Pré-Escola I.

P2: Licenciatura em Pedagogia. Um ano e seis meses na Educação Infantil e sete meses na turma da Pré-Escola I.

Em seguida, ao serem questionadas sobre o seu ponto de vista, sobre qual a importância do professor na Educação Infantil, obtiveram-se as seguintes respostas:

P1: Essa fase de desenvolvimento é de extrema importância, na qual o trabalho do professor deve ocorrer de maneira lúdica considerando o mundo da criança e baseando-se em seus interesses, sempre promovendo sua autonomia.

P2: O professor será uma referência para formação do aluno, promovendo o desenvolvimento.

Observa-se que, ao serem questionadas sobre a importância do professor na Educação Infantil, as docentes estão em comum acordo de que é essencial para a formação integral da criança. O professor é responsável por propiciar experiências que ajudem as crianças a desenvolverem suas capacidades cognitivas, fornecendo meios necessários para que os alunos se desenvolvam vencendo os desafios, promovendo assim o desenvolvimento integral da criança.

Segundo o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, para que a aprendizagem aconteça com excelência, são necessários a interação e o desafio e estes encaminhamentos ficam a cargo do professor, pela organização do trabalho educativo:

A interação com as crianças da mesma idade e de idades diferentes em situações diversas como fator de promoção de aprendizagem e do desenvolvimento e da

capacidade de relacionar-se; [...]. (BRASIL, 1998, v. 1, p. 30).

O professor precisa estar atendo em relação aos seus alunos, não somente na organização do trabalho pedagógico, mas sim no desenvolvimento integral da criança, buscando sempre inovar em suas metodologias, sendo o provedor do desenvolvimento infantil.

As docentes foram questionadas quanto a sua opinião sobre a afetividade, como ela interfere no processo de ensino/aprendizagem. Neste questionamento, foram obtidas as seguintes respostas:

P1: A afetividade é inerente ao ser humano e pode ser desenvolvida mesmo antes do nascimento. Interfere decisivamente no processo de ensino/aprendizagem, pois a criança necessita desse vínculo tanto na família quanto na escola.

P2: A afetividade tem um papel fundamental o processo de ensino/aprendizagem. Crianças quando educadas com afetividade são mais seguras e autônomas.

A partir das respostas elencadas, é visível que as docentes concordam que a afetividade exerce um papel primordial no processo de ensino/aprendizagem.

[...] O ser humano foi, logo que saiu da vida orgânica, um ser afetivo. Da afetividade diferenciou-se, lentamente, a vida racional. Portanto, no início da vida, afetividade e inteligência estão sincreticamente misturadas, com o predomínio da primeira. (DANTAS, 1992, p. 90, apud ZANIN, 2014, p. 30).

Sendo assim, pode-se afirmar que a afetividade nessa fase do desenvolvimento, faz total diferença na vida das crianças. E a relação afetiva entre aluno/professor é relevante na construção do conhecimento. A afetividade é o caminho para o sucesso, e contribui para a inteligência.

Na sequência, ao serem questionadas se a afetividade auxilia no desenvolvimento cognitivo da criança, obtiveram-se as seguintes respostas:

P1: Sim, muito pois ao criar um vínculo afetivo com a criança o professor influenciará na formação da personalidade de seu aluno, podendo ainda contribuir na formação dos valores e caráter.

P2: Sim o afeto é necessário para que a estrutura cognitiva possa operar, agindo na construção do conhecimento, pois quando se sentem mais seguros, aprendem com facilidade.

A partir da análise de tais respostas, fica explícito que as docentes compreendem a importância da afetividade para o desenvolvimento da criança, o afeto desenvolve adultos seguros e confiantes. É evidente a importância da socialização para o

desenvolvimento cognitivo da criança, é um elo entre a socialização e o afeto.

A forma que acontece às interações dentro da sala de aula, entre professor e aluno constitui o processo de ensino/aprendizagem, essa relação influencia também na qualidade do ensino.

As relações emocionais exercem uma influência essencial e absoluta em todas as formas de nosso comportamento e em todos os momentos do processo educativo. Se quisermos que os alunos recordem melhor ou exercitem mais seu pensamento, devemos fazer com que essas atividades sejam emocionalmente estimuladas. (VYGOTSKY, 2003, P. 121 apud ANDRADE, 2016, p. 06).

É evidente que as relações emocionais têm forte influência sobre o comportamento e também afeta a aprendizagem, por isso os professores devem realizar o trabalho com amor, devem amar aquilo que faz e, acima de tudo, amar os alunos, pois tudo que é feito com amor resultará em bons frutos.

Posteriormente, as docentes foram questionadas sobre o que é ser um professor afetivo. Neste questionamento foram obtidas as seguintes respostas:

P1: O professor principalmente da etapa da Educação Infantil é tomado como exemplo pelas crianças, que tem tendência a imitar seus gestos, fala e às vezes até o modo como o professor se veste. Então é preciso por parte do educador muito cuidado com suas atitudes, pois a criança costuma ser bastante intuitiva, percebendo quando a afetividade é realmente sincera. Além disso, ser afetivo não significa ser permissivo em excesso, pois é necessário que a criança aprenda a seguir regras necessárias para uma boa convivência e aprendizado.
P2: Ter empatia, ser carinhosa, transmitir segurança e ser compreensiva.

O professor afetivo caracteriza a energia que motiva o aluno ao ato de aprender, é evidente o quanto se faz importante o relacionamento afetivo entre professor e aluno para o processo de ensino/aprendizagem, ainda mais na fase da Pré-escola I, pois é nessa fase que a maioria das crianças tem seu primeiro contato com a escola e com os professores, e precisam sentir-se acolhidas e protegidas, e os professores devem demonstrar carinho, paciência e ter atenção para com elas, despertando assim o amor pelos estudos. Mello e Rubio, afirmam que “cabe ao professor planejar e executar suas aulas para que seus alunos criem vínculos positivos entre si e os conteúdos”. (MELLO; RUBIO, 2013, p. 07).

As experiências afetivas construídas na Educação Infantil são extremamente essenciais para a formação cognitiva da criança, pois ela precisa sentir-se segura para

que a aprendizagem aconteça com êxito.

5. Considerações Finais

O principal objetivo desse artigo foi analisar a importância da afetividade e aprendizagem da criança na Educação Infantil e, a partir disso, verificar de que maneira a afetividade interfere no comportamento da criança.

A experiência de desenvolver este estudo foi de extrema valia para a pesquisadora, uma vez que, por meio desta pesquisa, foi possível perceber a importância da afetividade para o pleno desenvolvimento da criança e para que o processo de ensino/aprendizagem aconteça com êxito. A afetividade pode interferir no comportamento e nas emoções da criança, e o professor da Educação Infantil é responsável por propiciar experiências que ajudem a criança a desenvolver suas capacidades cognitivas.

É indispensável que os docentes saibam como atuar nesta etapa de educação, e é de suma importância que sejam professores amorosos, e que compreendam que a afetividade é o caminho para o sucesso no processo de ensino/aprendizagem, e contribui para a inteligência. Portanto o papel do professor é o de criar vínculos afetivos entre os alunos possibilitando o pleno desenvolvimento de suas capacidades.

Sendo assim, é necessário e que se estabeleçam vínculos afetivos entre os professores e alunos, pois, eles sentem-se seguros, facilitando assim o trabalho pedagógico, e é nessa relação que o aluno adquire uma vasta gama de conhecimento que levará em sua bagagem, é necessário que a afetividade continue durante todo o processo educacional, pois o aluno está em constante transformação, e o afeto faz a total diferença nesse processo.

Assim, conclui-se que a afetividade estimula o desenvolvimento do saber e da autonomia e que as relações afetivas possibilitam as crianças seu desenvolvimento integral e para que o processo de ensino/aprendizagem aconteça com sucesso.

REFERÊNCIAS

ALFANDERY, Hélène Gratiot. **Henri Wallon**. Recife/PE: Massangana, 2010. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4686.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2020.

ANDRADE, Sonia Cristina da Silva. Relação: Afetividade e Aprendizagem na Educação Infantil. *In*: CINTEDI – CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA, 2., 2016, Campina Grande/PB. **Anais [...]**. Campina Grande/PB: Editora Realize, 2016. p. 1-8.

BASTOS, Alice Beatriz B. Izique; DÉR, Leila Cristina Simões. Estágio do personalismo. *In*: MAHONEY, Abigail Alvarenga et al. (org.). **Henri Wallon psicologia e educação**. 10. ed. São Paulo. Edições Loyola, 2011. p. 39-49.

BEZERRA, José Lima Ricardo. Afetividade como condição para a aprendizagem: Henri Wallon e o desenvolvimento cognitivo da criança a partir da emoção. **Didática Sistemica**, Rio Grande/RS, v. 4, p. 20-26, jul/dez. 2006. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/redsis/article/view/1219>. Acesso em: 19 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases 9394/96**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 26 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **LEI Nº 13.257, de 8 de março de 2016**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13257.htm. Acesso em: 10 abr. 2020.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**: Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil de 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15548-d-c-n-educacao-basica-nova-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 14 de abr. 2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da Republica Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 15 abr. 2020.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Plano Nacional de Educação**. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 15 abr. 2020.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil de 1998**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf. Acesso em: 16 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base nacional comum curricular**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>. Acesso em: 16 abr. 2020.

CARMO, João dos Santos. **Fundamentos Psicológicos da Educação**. A relação professor-aluno. Curitiba: Intersaberes, 2012.

CERVO, Armando Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo. Person Prentice Hall, 2007.

DUARTE, Márcia Pires; GULASSA, Maria Lúcia Carr Ribeiro. Estágio Impulsivo Emocional. In: MAHONEY, Abigail Alvarenga et al. (org.). **Henri Wallon psicologia e educação**. 10 ed. São Paulo. Edições Loyola, 2011. p. 19-30.

GALVAO, Izabel. **Henri Wallon**: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1995. Disponível em: https://petpedufba.files.wordpress.com/2016/02/galvao_henri-wallon-1.pdf. Acesso em: 19 abr. 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LEITE, Sérgio Antônio da Silva; TASSONI, Elvira Cristina Martins. **A afetividade em sala de aula**: as condições de ensino e a mediação do professor. Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/alle/textos/SASL-AAfetividadeemSaladeAula.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2020.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MELLO, Tágides; RUBIO, Juliana de Alcântara Silveira. A Importância da Afetividade na Relação Professor/Aluno no Processo de Ensino/Aprendizagem na Educação Infantil. **Saberes da Educação**, São Roque/SP, v. 4, n. 1, p. 1-11, 2013. Disponível em: <http://docs.uninove.br/artefac/publicacoes/pdf/v4-n1-2013/Tagides.pdf>. Acesso em: 02 de abr. 2020.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SOUZA, Maria Tereza Costa Coelho de. Afetividade segundo Jean Piaget: contribuições para a psicologia do desenvolvimento. In: ROSSETTI, Claudia Broetto; ORTEGA, Antonio Carlos (org.). **Cognição, Afetividade, e Moralidade**. São Paulo. Casa do Psicólogo, 2012. p. 137-154.

ZANIN, Scheila Cristina. **Interação social na educação infantil**. 2014. Monografia (Trabalho de conclusão de curso em Pedagogia) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Erechim, Rio Grande do Sul, 2014. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/847/1/ZANIN.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2020.

CRESCIMENTO, DESENVOLVIMENTO E MATURAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA ANÁLISE SOBRE A PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES DE UM CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE CASCAVEL-PR

Samara Folador¹
Gislaine Buraki de Andrade²

Resumo: O presente artigo refere-se ao desenvolvimento, crescimento e maturação na primeira fase da infância, assim como o professor compreende estes conceitos e sua importância na atuação profissional em uma escola particular do município de Cascavel. O tema é relevante, pois busca compreender como ocorre o desenvolvimento, crescimento e maturação a partir dos teóricos e como os professores compreendem o trabalho pedagógico intencional realizado para o desenvolvimento integral dos alunos, verificando a relação intrínseca entre estes fatores. Apresentando como ocorre a organização na primeira etapa da infância, considerando quais os estímulos necessários para que a criança possa prosseguir nas etapas de ensino. O docente dessa maneira presencia esse desenvolvimento da criança, oportunizando diferentes vivências e experiências, pautado na atividade principal. A metodologia ampara-se em uma pesquisa qualitativa, bibliográfica, de campo e estudo de caso, com a elaboração de um questionário aplicado para professoras de uma escola particular de Cascavel-PR. Na pesquisa busca-se autores que descrevem esse desenvolvimento da criança, tais como: Leontiev (2010), Vygotsky (2010), Luria (2010), embasando-se também em documentos como do Ministério da Saúde (2002), Ministério da Educação (2016) e Ministério da Cidadania (2019). Os resultados alcançados com a pesquisa evidenciam o olhar dos docentes para o desenvolvimento infantil, considerando os aspectos a serem levados em consideração na organização do trabalho pedagógico, reforçando a importância da temática para a discussão pelos docentes e comunidade escolar.

Palavras-chave: Educação Infantil. Desenvolvimento. Papel do Professor.

1. Introdução

O desenvolvimento na infância é observado por meio das características e das fases que ocorrem entre as idades de 0 à 5 anos. Nesse sentido os estímulos na educação infantil, influenciam no desenvolvimento da criança e as práticas de ensino utilizadas pelos docentes podendo trabalhar o conjunto entre casa e escola.

Para uma análise do desenvolvimento utilizamos o aporte teórico, a partir dos seguintes autores: Leontiev (2010), Vygotsky (2010), Luria (2010), Pasqualini (2009), e Elkonin (2006), que apresentam em suas pesquisas o estudo sobre o desenvolvimento psíquico e motor das crianças e as ações que permeiam o desenvolvimento.

¹ Acadêmica do Curso Pedagogia da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL.

² Orientadora Professora Mestre em Educação – Curso de Pedagogia Presencial – Centro Universitário UNIVEL.

Partindo desse contexto, a problematização baseia-se em ponderar sobre: como os estímulos na educação infantil podem ter contribuições positivas e negativas no futuro da criança e quais são as possibilidades e desafios em relação ao desenvolvimento crescimento e maturação na educação infantil? Como o professor pode envolver-se no aprendizado da criança?

A pesquisadora abordou esse assunto para que mais docentes reconheçam a necessidade de estudar as fases de desenvolvimento da criança, e do conhecimento da comunidade ao redor, sendo essencial que o professor realize um planejamento educacional que envolva e prepare atividades voltadas aos aspectos que contribuam para o processo de ensino aprendizagem.

A análise realizada a partir de pesquisas bibliográficas, documental e de campo, possibilitaram a acadêmica observar com clareza o impacto do professor sobre o desenvolvimento na infância, similarmente os conceitos de crescimento e maturação, como cada um se apresenta de forma particular e ao mesmo tempo coletivamente provocando o desenvolvimento integral.

2. Desenvolvimento

A organização na primeira fase da infância é um momento de riquíssimas contribuições no desenvolvimento humano. Conforme Moreira, percebemos que a mesma se divide em: primeira fase da infância, do nascimento até os quatro anos de idade; 4 a 6 anos fase pré-escolar, a segunda de 6 a 10 anos e a terceira de 10 a 18 anos (MOREIRA, 2011, p. 119).

O processo de desenvolvimento e de crescimento apresentam-se de forma sincrônica, cada qual com seus próprios conceitos. O desenvolver do ser humano engloba o motor, psíquico, sensorial e físico, o crescimento, os quais são relacionados na maioria das vezes, e voltados a faixa etária.

Assim, o crescimento na primeira fase da infância é tão importante que deve estar no progresso de desenvolvimento da criança. Neste processo da vida do sujeito há uma construção, na qual desenvolve-se de acordo com o grupo social ao seu redor, assim como os aspectos culturais que norteiam essa criança. Leontiev declara que “Uma criança reconhece sua dependência das pessoas que a cercam diretamente” (LEONTIEV, 2010, p. 60).

Sendo assim na idade de 0 a 5 anos, é perceptível uma relação de desenvolvimento da criança em sua descoberta com o mundo, uma das formas de explorar é na percepção objetual manipulatória, está por sua vez é compreendida pelo toque, ou até mesmo quando a criança leva o objeto até a boca, por meio dos sentidos, ela começa a conhecer as texturas e gostos que são apresentados.

Com tanto para conhecer, é obrigação dos adultos mediar a relação da criança com o mundo. De acordo com Eidt e Magalhães “Faz-se necessário mediar o processo de apropriação, transmitindo os modos sociais de ação com os instrumentos culturais, tarefa que cabe ao par mais desenvolvido dessa relação, o adulto” (2015, p. 3).

Neste sentido, Vygotsky (2010) salienta sobre a mediação entre professor e aluno, onde a criança deve aprender com o professor, e este deve ser o principal mediador na aprendizagem da criança.

A partir da Psicologia Histórico-Cultural a criança é reconhecida como sujeito em desenvolvimento, mediado pelas relações sociais e os signos. Segundo Leontiev no âmbito educacional “[...] a professora desempenha o papel principal — mais uma vez em virtude de suas relações pessoais com as crianças” (2010, p. 60).

Percebe-se que a docente no decorrer do desenvolvimento da criança, oportuniza a construção do sujeito, ou seja, como aquela criança irá enfrentar o mundo quando sair da infância, para que ela tenha uma base madura a professora deve oferecer, demonstrar um ensino que a ajude nessa jornada.

O processo do crescimento e maturação na primeira fase da infância estão relacionados, de acordo com Ministério da Saúde (2002, p. 11), o crescimento da pessoa é uma atividade dinâmica e que é continua desde o início da vida até o seu fim.

Assim, na análise do crescimento motor e neurológico de uma pessoa deve-se levar em consideração o desenvolvimento individual do sujeito, mas há um problema em questão, nenhum ser humano tem a mesma educação e os mesmos meios de sobrevivência, nem mesmo gêmeos idênticos possui a mesma personalidade ou desenvolvimento.

Segundo Luria (2010, p. 95) uma pessoa pode possuir uma determinada quantidade de competências culturais, as quais são indispensáveis. Neste processo, quando a criança está em desenvolvimento, ao atingir a idade escolar, estas habilidades e competências culturais são na maioria das vezes adquiridas na relação familiar e com a

comunidade, pois quando reproduz a oralidade ou a escrita anterior à idade escolar, apresenta técnicas adquiridas anteriormente.

Na primeira fase da vida, as crianças deparam-se com muitos desafios, uma vez que a criança está explorando o mundo, existem perigos, tais como: colocar um simples objeto na boca; conversar com estranhos. Nesses momentos, por mais que pareça rude, os adultos a sua volta precisam orientar e estabelecer rotina, o que por vezes priva a criança da liberdade, mas que se faz necessária, de acordo com a faixa etária, pois requer atenção e cuidado.

Leontiev (2010, p. 125) trata dessa temática com a seguinte explicação: “Uma necessidade de agir como um adulto surge na criança, isto é, de agir da maneira que ela vê os outros agirem[...]”. Sendo assim, a criança vê-se obrigada a agir da mesma forma como os adultos, pois para ela é o certo a ser feito.

Salienta-se que, o papel do professor deve ser de mediador do conhecimento, oportunizando aprendizagens e vivências significativas para os alunos, inclusive estabelecendo rotina e observando as ações e desenvolvimento da criança, que devem ser correspondentes a faixa etária.

Neste sentido, os estímulos são essenciais, para compreender a etapa do desenvolvimento, sob a qual o aluno possui uma atividade principal, ou seja, aquela que mais promove aprendizagem. Conforme Vygotsky aponta: “O desenvolvimento deve atingir uma determinada etapa, com a consequente maturação de determinadas funções, antes de a escola fazer a criança adquirir determinados conhecimentos e hábitos”. (VYGOTSKY, 2010, p. 104)

Em relação aos estímulos, tem-se a estimulação precoce, como aquela que contribuirá para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores (atenção, memória, percepção, visão, entre outras), os quais iniciam na infância e se encaminham até a idade.

Por exemplo, o desenvolvimento dos bebês passando para a fase dos cinco anos, pode ser deparado com muitos estímulos, que contribuem para o processo de ensino aprendizagem, tais como: a literatura infantil, que oportuniza a criatividade e imaginação; jogos infantis que oportunizam a manipulação de objetos; o relacionamento com colegas. Essas atividades influenciam nas funções psicológicas superiores: atenção, memória, entre outros.

Os estímulos instigam à criança a reconhecer os espaços ao seu redor, estes podem fortalecer os pensamentos críticos, criativos e lógicos da criança, assim como assinala o documento curricular Base Nacional Comum Curricular - BNCC: “O estímulo ao pensamento criativo, lógico e crítico, por meio da construção e do fortalecimento da capacidade de fazer perguntas e de avaliar respostas, de argumentar, de interagir com diversas produções culturais [...]”. (BRASIL, 2018, p. 58)

Nessa vivência com o mundo, nos primeiros anos, se observa que a criança tenta ao máximo esforçar-se para novas aprendizagens, a partir da mediação do professor, sendo importante o desenvolvimento do:

Equilíbrio [...]; Coordenação motora ampla (capacidade de controle dos movimentos que utilizam grandes músculos, [...]; Coordenação motora fina [...]; Coordenação viso-motora (visão que orienta a ação motora como um todo); Coordenação óculo-manual (movimentos executados pelas mãos e coordenados pela visão) Coordenação óculo-pedal (movimentos executados com os pés e coordenados pela visão) a partir de um trabalho intencional e planejado com Brincadeiras e Jogos. (CASCAVEL, 2020, p. 200)

Dessa maneira, a rotina possui um caráter amplo, sendo construídas suas vivências a partir das regras, pois é quando determinamos quais objetivos terão estas atividades e como serão os estímulos, se vão ser coordenação motora ampla, socialização, imaginação criatividade, simbolismo, etc. (CASCAVEL, 2020).

Os estímulos colaboram com o desenvolvimento da psicomotricidade que de acordo com Beckert e Trenhago (2015, p.3) busca “[...] conhecer o corpo nas suas múltiplas relações: perceptiva, simbólica e conceitual, que constituem um esquema representacional e uma vivência indispensável à integração, a elaboração de qualquer ato ou gesto intencional.”

No desenvolvimento humano, a psicomotricidade pode ser definida pelas ações mentais e motoras, estando ligada aos aspectos afetivos, racionais, mobilidade, entre outros.

É, portanto, uma função complexa, envolvendo habilidade e comportamento específico, que integra e combina aspectos motriculares e psicológicos relacionados a funções perceptivas, desenvolvimento sensorial, intelectual e motor de recebimento de informações e execução adequada do ato de resposta. (BENETTI, *et al*, 2018)

O comportamento reflete como é cada pessoa, neste sentido, Vygotsky (2010, p. 114) destaca que “[...] a capacidade da criança para controlar o seu próprio comportamento surge antes de tudo no jogo coletivo, e que só depois se desenvolve como força interna o controle voluntário do comportamento.” Dessa maneira, pode-se dizer que as atitudes e comportamento da criança, é como ela observa os adultos ao redor, sendo estes pais, familiares, professores entre outros que fazer parte da vivencia da criança.

O professor na primeira fase da infância é uma referência direta, depois dos responsáveis legais ou pais, quando a criança vai à escola pela primeira vez, até então as figuras de sua confiança são paternas, quando entram na escola, as crianças são deparadas com uma pessoa em particular que não conhecem, o medo é a primeira expressão que está na criança. O professor precisa observar essa reação e tomar atitudes afetivas e positivas. No dia-a-dia o professor observa as atitudes da criança, e procura interpretá-las da melhor forma possível e organizando a rotina escolar, colocando-se no lugar da criança, essa fase chama-se de adaptação.

Nesse período, as inseguranças e ansiedade vão transformando-se em confiança, o professor começa a observar as características e diferenças dos alunos, ou seja, aqueles que são mais calmos, agitados, afetivos, agressivos, etc. O docente observa cada criança e percebe quando seu desenvolvimento está evoluindo. Cabe ao professor compartilhar a notícia sobre a criança com os pais e equipe pedagógica da escola, assim como comunicar a família quando seu crescimento psíquico e motor não está tendo resultados esperados, dessa forma procurar um profissional especializado. (LEONTIEV, 2010, p. 60).

Os pais ou responsáveis legais devem ser presentes na vida da criança, e acompanhando o processo de ensino aprendizagem, uma vez que a observação do professor é de grande relevância, na educação infantil com outros alunos pode aparecer um aluno que se destaque, pode ser por vários motivos, por ser muito esperto, ou por ter um atraso no desenvolvimento, seu crescimento influência nas fases futuras, assim como sua medida corporal, como excesso de peso ou a falta de alimentação. (BRASIL, 2002, p. 27).

De acordo com a BNCC “Parte do trabalho do educador é refletir, selecionar, organizar, planejar, mediar e monitorar o conjunto das práticas e interações, garantindo a pluralidade de situações que promovam o desenvolvimento pleno das crianças.” (BRASIL, 2018, p. 39).

Assim, o papel do professor nessa fase da infância é ajudá-la a conhecer o mundo, preparar diversas atividades voltadas ao desenvolvimento sensorial e das percepções: visual, tato, olfato, paladar e audição. O docente na educação infantil direciona a criança à utilizar mais o tato, quando encaminha uma atividade de textura, ou até mesmo tinta. Devemos considerar que é por meio das brincadeiras que a criança se desenvolve, bem como aprendem e se relacionam com o mundo (BRASIL, 2018, p. 63).

É essencial oportunizar diferentes vivências e experiências na Educação Infantil, inclusive por meio de recursos como: folha, caderno, cartaz, e outros, desenvolvemos: motricidade fina, exploração visual, comunicação, linguagem, desenvolvimento sensório-motor e percepção tátil. O professor passa a ser o principal mediador das atividades, pois é seu dever preparar, avaliar e auxiliar no desenvolvimento, considerando a faixa etária e os conteúdos curriculares previstos nos documentos orientadores.

No decorrer da educação infantil, a criança percebe que o nível de dificuldade das atividades vai ampliando, para oportunizar novas vivências e aprofundamento das ações desenvolvidas. A cada ano, a criança vai criando independência e autonomia, os professores certificam-se de que a criança se desenvolve e acompanha as atividades a serem executadas. Dessa forma, os pais começam a acompanhar, verificar e perceber o crescimento dos seus filhos, bem como a alteração das necessidades.

Sendo assim Leontiev (2010) afirma:

Se a criança permanece fora da escola por mais de um ano e é tratada em casa como antes, como uma criança, e não é inserida adequadamente na vida de trabalho cotidiano da família, essa crise pode tornar-se muito aguda. A criança, carente de obrigações sociais, acaba por encontrá-las por conta própria, talvez de formas bastante anormais. (LEONTIEV, 2010 p. 67)

O professor observando o desenvolvimento da criança considera suas diferenças, e percebe como o dia-a-dia na sala de aula precisa ser preparado intencionalmente e voltado à faixa etária, de modo a provocar aprendizagem, sendo acompanhado pela equipe pedagógica e responsáveis legais/ pais dos alunos.

3. Metodologia

A presente pesquisa apresenta uma análise qualitativa, com o objetivo geral observar a relevância de como são realizadas as atividades pelos docentes da Educação Infantil em relação ao desenvolvimento, crescimento, e maturação das crianças, esse tipo

de pesquisa teve por características segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 127) “O ambiente natural é fonte direta para coleta de dados, interpretação de fenômenos e atribuição de “significados.”

Além disso, a abordagem que fora apresentada é de caráter descritivo. Os procedimentos técnicos utilizados foram: pesquisa bibliográfica e documental, no qual apresenta uma investigação teórica sobre o assunto, apresentando diversos autores, a partir de livros, revistas e artigos e documentos do Ministério da Saúde e Educação do Governo Federal.

Desta forma, o trabalho é um estudo de caso na referida instituição, apresentando a percepção dos professores em relação a relevância do crescimento, desenvolvimento e maturação na Educação Infantil. Foi realizada uma pesquisa de campo onde os dados coletados apoiam-se na análise dos mesmos para estudo.

O local em que foi desenvolvida a pesquisa trata-se da instituição de ensino particular que atende a Educação Infantil e os sujeitos participantes desta pesquisa foram professores, que atuam na educação infantil. Nesta pesquisa participaram cinco professores, sendo que estes atuam na educação, e são graduados em letras e pedagogia.

A pesquisa abordou primeiramente os dados secundários, a partir da fundamentação teórica e posteriormente os dados primários, que passaram por estudo e análise, gerados a partir do questionário proposto para os professores. Sendo assim foi realizada uma análise das respostas obtidas do questionário.

O instrumento utilizado para coleta de dados foi sendo entregue em dois formatos: online e impresso. Ressalta-se que a pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) do Centro Universitário Univel, sob o Parecer Consubstanciado nº 002/2020. Desta forma, a análise do tema e a relação deste com outros fatores, contribuiu para a compreensão sobre a importância do crescimento, maturação e desenvolvimento na educação infantil e o papel do professor neste processo.

4. Resultados

A Pesquisa de Campo teve a participação de 5 (cinco) professoras da Instituição de Educação Infantil Privada, utilizou-se na interpretação dos dados para sigilo dos participantes “P” para professor, sendo os primeiros questionamentos sobre a identificação e características da atuação profissional, em relação a faixa etária percebe-

se que duas professoras possuem entre 21 a 29 anos, duas entre 30 a 39 e a outra de 40 a 54 anos.

Em relação a formação acadêmica, quatro possuem Pedagogia e uma possui Letras, mas apresenta pós-graduação em Literatura Infantil, conduzindo ao cumprimento da LDB nº 9.394/1996, que versa sobre o Professor da Educação Infantil possuir Pedagogia ou Pós-Graduação na área de exercício na educação.

Em outro questionamento, evidencia-se o tempo de atuação entre 2 e 5 anos, ressalta-se que é extremamente relevante a experiência profissional para esta etapa da educação, pois os alunos necessitam de atenção especial para os cuidados pessoais e coletivos juntamente com outros colegas assim como Brasil (2002, p.75) afirma: “[...] o desenvolvimento vai além de uma determinação biológica e necessita uma abordagem multiconceitual e, conseqüentemente, multidisciplinar.”

Em relação aos estímulos nesta faixa etária, questionou-se as professoras “O que compreende por estímulos na Educação Infantil? Você acredita que os estímulos podem contribuir e/ou prejudicar a criança na primeira fase da infância?”

Destaca-se que a P1 relatou ainda que os estímulos podem ser considerados como a “melhor forma de incentivar” (Professora 1, 2020). Como assevera Saviani (2012, p. 73, apud LAZARETTI; MELLO, 2017, p.78) “A criança, desde a mais tenra idade, apresenta-se disposta a explorar o seu meio e, disponível a tudo o que a coloque como parte dele, responde prontamente a todos os estímulos”.

Na escola o professor é o primeiro responsável por este estímulo, uma vez que é este que irá elaborar as atividades, planos de aula, contendo os estímulos necessários, sendo o responsável por provocar o desenvolvimento integral e acompanhar o desenvolvimento da criança.

Noutra pergunta foi indagado a respeito dos conceitos de crescimento, desenvolvimento e maturação na educação infantil, todas as professoras questionadas escreveram que estes conceitos estão diretamente ligados.

A partir das respostas nos chamou atenção a P3 (2020) que exemplifica sobre os conceitos: “[...] se interligam, tornam-se como suporte um do outro, visando sempre uma maior desenvoltura no que diz respeito ao físico, mental [...]”.

Em vista disso observa-se com mais atenção ao papel que o professor desempenha nesse desenvolvimento, pois sua atuação oportuniza novas vivências e acompanhamento do desenvolvimento, por meio das atividades que oportunizem as

crianças a adquirirem novos conhecimentos.

No sétimo questionamento foram indagadas sobre “Em sua atuação destaque a atenção que o professor precisa ter em relação ao desenvolvimento, crescimento e a maturação da criança” Percebemos que cada professor, em conformidade com sua realidade e experiência apresentou seu ponto de vista sobre a atuação docente, conforme evidenciamos abaixo:

Em consonância as docentes concordam que o desenvolvimento, o crescimento e a maturação estão ligados, mas cada uma expressa isso de forma diferente a P2 (2020) por exemplo coloca: “se a criança aprimorou ao longo do tempo, tarefas do cotidiano, se já pode ser desafios para objetivos e níveis avançados.” A vista disso as tarefas realizadas tanto no âmbito escolar como em casa, devem trabalhar em conjunto um sendo uma continuação do outro, para que a criança apresente sempre mais um desempenho maior.

Observa-se assim a resposta da questão da P4 (2020) em que: “O desenvolvimento e aprendizagem estão ligados dentro de um contexto cultural.”, cada ambiente em que a criança nasce tem um contexto diferente, uma história presente naquela família, são diversas culturas presentes somente no Brasil. Os professores devem observar essas condições da vida de cada aluno, para saber qual o melhor planejamento a ser passado para as mesmas.

5. Considerações Finais

O presente artigo possibilitou o estudo de caso numa escola particular no qual refere-se ao desenvolvimento, crescimento e maturação na educação infantil, analisando pela perspectiva dos docentes da instituição como lidam com estes conceitos, sendo o crescimento pontuado como físico, a maturação como mental e o desenvolvimento englobando os demais.

No que tange ao objetivo do artigo, compreendeu a importância do crescimento, desenvolvimento e maturação crianças de 0 a 5 anos e as implicações da atuação do professor em uma instituição privada de Educação Infantil. Sendo considerados os aspectos: a relevância do desenvolvimento na primeira fase da infância; os estímulos precoces da infância para a idade adulta; e as atividades desenvolvidas e sua relevância no âmbito escolar e as contribuições na vida dos alunos. Dessa maneira buscou-se finalizar cada propósito.

Durante a realização da pesquisa notou-se que cada professora demonstra a importância da ludicidade em sala de aula, como os jogos e brincadeiras são significativos para o desenvolvimento da criança, como a rotina apresentada no dia a dia da escola também a de casa, por conseguinte, todas as docentes colocaram que o lúdico é muito importante nessa fase, pois este além de desenvolver a criatividade da criança os estímulos podem ser relacionados no inconsciente da criança, por meio da brincadeira.

A experiência adquirida durante a pesquisa possibilitou observar com atenção o desenvolvimento infantil, com diversos textos, artigos e documentos que representam o quanto uma criança desenvolve-se nessa fase.

Finaliza-se observando a significância do papel do professor neste contexto de desenvolvimento, como o docente interfere na vida da criança sendo seu principal mediador educacional do psiquismo de cada aluno, considerando seu relacionamento social em relação ao seu conhecimento total de sujeito e seu desenvolvimento integro.

REFERÊNCIAS

BECKERT, Elisandra Andréia. **Psicomotricidade infantil: a arte de brincar e aprender através do lúdico**. 2015. Dissertação (Graduação), Psicologia, Universidade do Oeste de Santa Catarina, Pinhalzinho/SC, 2015.

BENETTI, Idonézia Collodel. A perspectiva histórico-dialética da periodização do desenvolvimento infantil. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v.18, n. 2, s/p, ago 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/38814/27161#mailfim>. Acesso em: 22 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base nacional comum curricular**. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/inicio>. Acesso em: 17 abr. 2020.

BRASIL. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **Saúde da Criança, acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil**. Brasília, DF, 2002. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_crianca_crescimento_desenvolvimento.pdf. Acesso em: 20 abr. 2020.

CASCADEL (PR), Secretaria Municipal de Educação. Currículo para Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel. (no prelo) Cascavel, PR, 2020.

EIDT, Nadia Mara; MAGALHÃES, Cassiana. A primeira infância e a atividade objetiva manipulatória. In: CIPSI - Congresso Internacional de Psicologia da UEM, 6. ed, 2015,

Maringá/PR, **Anais [...]**. Maringá/PR: UEM, 2015. p. 1-5. Disponível em: <http://cipsi.vwi.com.br/anais/publicacoes/modalidade/2>. Acesso em: 07 abr. 2020

LEONTIEV, Alexis Nikolaevich. Os princípios psicológicos da brincadeira pré-escolar. *In*: LEONTIEV, Alexis Nikolaevich; LURIA, Alexander Romanovich; VYGOTSKY, Lev Semyonovich. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. 11. ed. São Paulo. Ícone, 2010. p. 119- 142.

LEONTIEV, Alexis Nikolaevich. Uma contribuição à teoria do desenvolvimento da psique infantil. *In*: LEONTIEV, Alexis Nikolaevich; LURIA, Alexander Romanovich; VYGOTSKY, Lev Semyonovich. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. 11. ed. São Paulo. Ícone, 2010. p. 59-84.

LURIA, Alexander Romanovich. A psicologia experimental e o desenvolvimento infantil. *In*: LEONTIEV, Alexis Nikolaevich; LURIA, Alexander Romanovich; VYGOTSKY, Lev Semyonovich. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. 11. ed. São Paulo. Ícone, 2010. p. 85-102.

MOREIRA, Lília Maria de Azevedo. Desenvolvimento e crescimento humano, da concepção à puberdade. **Scielo books**, Salvador, n.8, p. 113-122, 2011.

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 3. Ed. Novo Hamburgo/RS: Feevale, 2013.

VYGOTSKY, Lev Semyonovich. Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. *In*: LEONTIEV, Alexis Nikolaevich; LURIA, Alexander Romanovich; VYGOTSKY, Lev Semyonovich; **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. 11^a ed. São Paulo. Ícone, 2010 p. 103-118.

ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS E RECURSOS DIDÁTICOS UTILIZADOS PELOS DOCENTES NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Letícia Pereira de Carvalho¹

Sueli Gedoz²

Resumo: O presente artigo delimita-se em um estudo referente aos recursos didáticos e encaminhamentos metodológicos empregados pelos professores na alfabetização e letramento de jovens e adultos, referente a docentes que estejam trabalhando com turmas de alfabetização, no Centro de Educação de Jovens e Adultos Paulo Freire, município de Cascavel - PR. A problemática levantada buscou investigar de que forma os recursos e metodologias podem auxiliar os docentes no processo de alfabetização associado ao letramento e quais encaminhamentos metodológicos são aplicados no município de Cascavel/PR pelos professores alfabetizadores na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Diante disso, tem-se como objetivo analisar os encaminhamentos metodológicos e recursos didáticos manipulados pelos docentes no processo de alfabetização na Educação de Jovens e Adultos, compreendendo de que forma esses recursos e encaminhamentos proporcionam práticas de letramento em turmas de alfabetização, nessa modalidade. O trabalho justifica-se pela necessidade de descobrir as principais metodologias manuseadas nesse processo. O aporte teórico fundamenta-se nos estudos de Pelleti (2016), Sauner (2010), Soares (2015), Barbosa (2015) e outros teóricos que discutem a temática. Ademais, a metodologia se ampara em uma pesquisa qualitativa, explicativa, bibliográfica, de campo, além de estudo de caso com professores que atuam em turmas de alfabetização e letramento na EJA. Os resultados alcançados foram que os recursos didáticos são de extrema importância no processo de alfabetização e quanto mais diversidade de recursos, os resultados são melhores.

Palavras-chave: Alfabetização. Encaminhamentos metodológicos. Educação de Jovens e Adultos.

1. Introdução

O presente estudo tem a Educação de Jovens e Adultos (EJA) como tema, que é uma modalidade de ensino voltada para adultos que não tiveram oportunidade de estudar no período próprio para isso e também se destina a jovens que tenham interrompido os estudos por algum motivo e depois de algum tempo retornam às atividades escolares.

Considerando esses aspectos brevemente delineados sobre a Educação de Jovens e Adultos, a pesquisa delimita-se a um estudo sobre os encaminhamentos metodológicos e os recursos didáticos utilizados pelos docentes no processo de alfabetização e letramento na Educação de Jovens e Adultos, no Centro Paulo Freire no município de Cascavel/PR. Diante disso a pesquisa busca analisar os encaminhamentos metodológicos

¹ Acadêmica do Curso Superior de Pedagogia – Licenciatura, do Centro Universitário Univel.

² Doutora em Letras. Professora do Curso Superior de Pedagogia – Licenciatura, do Centro Universitário Univel.

e recursos didáticos utilizados pelos docentes no processo de alfabetização na Educação de Jovens e Adultos. Esse estudo justifica-se a partir de uma necessidade percebida pela pesquisadora, de que há poucas pesquisas com esse tema, focalizando especificamente o município de Cascavel/PR.

Esta pesquisa amparou-se em procedimentos metodológicos como a pesquisa qualitativa, explicativa e bibliográfica para elaboração do artigo. No que se refere aos procedimentos técnicos, foi realizada uma pesquisa de campo e um estudo de caso, desenvolvidos no município de Cascavel, no Centro de Educação de Jovens e Adultos Paulo Freire. Os participantes foram os docentes do Ensino Fundamental que trabalham em turmas de alfabetização, ou seja, turmas de 1º e 2º ano do Ensino Fundamental no referido Centro.

2. Contextualização histórica da Educação de Jovens e Adultos – Ensino Fundamental – no Brasil

A Educação de Jovens e Adultos não é projeto novo, essa ideia de educação já vem dos jesuítas, na época da colonização, do Brasil. Em meados do século XVI, os jesuítas viram que era necessário alfabetizar os indígenas para convertê-los, assim começou a alfabetização, pois conforme ensinavam as letras, já eram ensinados os costumes europeus e junto eram catequisados conforme UNESCO (2008).

De acordo com o Currículo para a Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel: Educação de Jovens e Adultos (CASCVEL, 2005) uma data muito importante para Educação de Jovens e Adultos foi o ano de 1938 quando o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) foi criado, através das pesquisas foi fundado o Fundo Nacional do Ensino Primário a partir disso foi implementado o ensino supletivo para jovens e adultos em 1942, em 1945 uma parte desse fundo era para o ensino supletivo.

Em 1940 a Educação de Jovens e Adultos firmou em questão política nacional, através da constituição de 1934, que indicou a EJA como oferta obrigatória e gratuita para todos os cidadãos. Em 1964 o governo federal apoiou Paulo Freire com os programas nacionais de alfabetização. Em 1970 iniciou uma campanha massiva de alfabetização e de educação continuada para jovens e adultos e em 1971 ocorreu a instituição do ensino supletivo.

Nas décadas de 1950 e 1960 aconteceram muitas mobilizações sociais voltadas para a Educação de Jovens e Adultos, valorizando a pessoa não alfabetizada, pois esta é

uma pessoa cheia de conhecimento e cultura. Em 1967 o governo militar criou o Movimento de Alfabetização Brasileiro (MOBRAL) de acordo com (SOARES, 2015).

Conforme a Constituição de 1988, a Educação de Jovens e Adultos passa a ser uma modalidade da educação depois de muitas lutas, e assim que o governo percebeu que era de grande necessidade que tivesse uma modalidade de educação na sociedade para dar oportunidade para pessoas com uma idade avançada. “A EJA, de acordo com a Lei 9.394/96, passando a ser uma modalidade da educação básica nas etapas do ensino fundamental e médio, usufrui de uma especificidade própria que, como tal deveria receber um tratamento consequente” (BRASIL, 2000, p. 2).

A Câmara de Educação Básica (CEB) do Conselho Nacional de Educação (CNE) que respondia sobre as ações e movimentos da EJA, teve ações sobre a LDBEN 9494/96. Algumas medidas que a Câmara de Educação Básica (CEB) tomou, foram de grande importância para fundamentação da estrutura do parecer (BRASIL, 2000). As propostas, as críticas, as discussões foram necessárias para debater sobre aspectos pontuais até da fundamentação teórica.

Após o fim do Movimento Brasileiro de Alfabetização – Mobral, na década de 1980, foi criada a Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos - Fundação Educar, com a intenção de dar toda assistência necessária para os municípios, mas a fundação não tinha recursos necessários para fazer essa assistência. Diante disso, após esse período essa modalidade virou responsabilidade de cada município.

Atualmente a modalidade ainda está em busca de um modelo ideal de educação, em luta por mais investimentos, mas de acordo com a história tiveram diversas mudanças e avanços na EJA. A educação brasileira continua na luta para alcançar esse objetivo.

3. Alfabetização e letramento na EJA: contextualização e desafios atuais

A alfabetização é um percurso de aprendizagem básica, por meio da qual acontece o desenvolvimento da habilidade de ler e escrever. O letramento pode ocorrer antes do processo de alfabetização e vai se desenvolvendo ao longo da vida, pois letramento é a capacidade de compreender os usos sociais da leitura e escrita.

A realidade de um aluno da EJA é uma realidade diferente de um aluno do ensino regular. De acordo com Peletti (2016, p. 83) “Em todas as formas de educação existem desafios e, na EJA, não é diferente”. O autor também segue afirmando “Acho que o principal desafio é a questão de o aluno conseguir conciliar trabalho e escola, chega uma

hora que cansa e a grande maioria tem uma vasta dificuldade na aprendizagem e compreensão dos ensinamentos” (PELETTI, 2016, p.83). Há recursos didáticos e metodológicos próprios para a alfabetização de jovens e adultos, que devem estar aliados ao processo de alfabetização e letramento.

O processo de alfabetização e letramento tem muitos desafios. Conforme Barbosa (2015, p.30), “A capacidade de juntar as sílabas e formar palavras é uma atitude de liberdade, na idade adulta, após passar um longo período da vida sem saber ler, significa uma vitória de vida.” A alfabetização tem o poder de transformar vidas, e aprender a ler e escrever na vida a adulta é uma nova descoberta, dando mais sentido às coisas da vida.

4. Encaminhamentos metodológicos e recursos didáticos na EJA

No início da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, por volta dos anos de 1970, os métodos utilizados para a alfabetização foram as cartilhas, assim era utilizado o método de memorização. De acordo com Soares (2015, p. 25) “Essas cartilhas, apesar de criticadas, foram usadas para alfabetizar muitos brasileiros e permearam na educação até a segunda metade do século XX, fundamentando metodologias tradicionais.” e esse foi um recurso didático utilizado pelos professores da Educação de Jovens e Adultos por um bom tempo.

Na década de 1980 surgiu no Brasil o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL, com o objetivo de diminuir o número de analfabetos no país e de alfabetizar funcionalmente, assim promovendo uma educação continuada.

As cartilhas eram o material de orientação para a didática em sala de aula, conforme Soares (2015, p. 31) “O MOBRAL produziu muitos materiais didáticos para educação de adultos durante sua existência. Aliás, foram nestes movimentos que a incorporação de editoras privadas na produção destes materiais se efetivou.” Esses materiais eram distribuídos para todo o Brasil contando com ideais de moralismo e civismo.

Com o passar dos anos, as cartilhas tiveram uma mudança, para um livro com um método e uma didática diferente para a aprendizagem, assim também mudando a rotina do docente.

[...] no meado dos anos 1990, é lançada a produção didática “Viver é Aprender” elaborada pela Ação Educativa, organização não-governamental, atendendo a solicitação do MEC. Esta coleção está dividida em 1º e 2º segmento e os

conteúdos subdivididos em três áreas: Língua Portuguesa, Matemática e Estudos da Sociedade e da Natureza. (SOARES, 2015, p. 33)

Depois dessa coleção, muitas outras começaram a ser produzidas, e assim auxiliando no processo de alfabetização e letramento, e aperfeiçoando estas coleções e fazendo as mudanças que fossem necessárias. A Educação de Jovens e Adultos passou a ser considerada na elaboração de currículos e propostas curriculares em todo o país.

5. A EJA no município de Cascavel/PR: anos iniciais do Ensino Fundamental

O município de Cascavel, no estado do Paraná, vem oferecendo desde 1971 a Alfabetização de Jovens e Adultos, e foi a partir desse ano que foi implantado o Movimento Brasileiro de Alfabetização, este programa durou cerca de 14 anos. Após o fechamento deste ciclo, os estudantes começaram a ser atendidos pela Fundação Educar.

Houve diversas mudanças na Educação Jovens e Adultos durante os anos de 1971 e até os tempos de hoje no município de Cascavel/PR. Em 1999 começou um projeto de descentralização que durou até o final do ano 2001, a Educação de Jovens e Adultos passou a funcionar por meio do PEJA (Projeto de Escolarização de Jovens e Adultos), em parceria entre o Município e o Estado. “O PEJA apresentou a proposta de criação de um novo processo para a oferta deste segmento de ensino, permitindo o mapeamento dos alunos atendidos, ampliação da oferta e acesso às verbas públicas federais”. (CASCABEL, 2005, p.20)

A partir de maio de 2005 a Secretaria Estadual de Educação - SEED informou que o PEJA seria interrompido, todos os Municípios tiveram que implantar um próprio programa para a oferta da EJA. Segundo Cascavel (2005, p.20) “[...] a Secretaria Municipal de Educação de Cascavel, iniciou um intenso trabalho junto aos professores da educação de jovens e adultos, por meio de grupos de estudos e sistematização, visando à elaboração do Programa Próprio e de uma Proposta Curricular específica para esta modalidade de ensino”. O mesmo documento informa que “[...] em 15 de junho de 2007, a proposta de Implantação de Programa Próprio foi aprovada pelo Conselho Estadual de Educação do Paraná, através do Parecer Nº 392/07 e em 16 de julho de 2007, pela Resolução Nº 3190/07, da Secretaria de Estado da Educação – SEED (CASCABEL, 2005, p. 20)

Na proposta apresentada pelo Currículo para a Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel: Educação de Jovens e Adultos, havia a intenção de criar um centro destinado à Educação de Jovens e Adultos, anos iniciais do ensino médio. Segundo esse documento “A partir desta organização e planejamento, pretende-se que o Centro inicie seu pleno funcionamento no segundo semestre de 2008.” (CASCABEL, 2005, p. 21). Atualmente está a cargo da Secretaria Municipal de Educação (SEMED), cuidar do planejamento e a organização da EJA na esfera municipal que abrange os anos iniciais do Ensino Fundamental, mas está a cargo do docente adaptar o conteúdo da melhor forma para apresentar aos alunos, seguindo os seus critérios de acordo com o desenvolvimento da turma, e de acordo com a dificuldade de cada aluno.

6 Metodologia

Em relação à abordagem, a pesquisa aqui apresentada possui a base de caráter qualitativo, com intuito de analisar e compreender os encaminhamentos metodológicos e recursos didáticos utilizados pelos professores na Educação de Jovens e Adultos. Desse modo foi desenvolvida uma pesquisa qualitativa.

A metodologia qualitativa preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes e tendências de comportamento (MARCONI; LAKATOS, 2008, p. 269).

Quanto aos objetivos desta investigação, essa pesquisa é explicativa, pois tenta explicar os fatos que englobam a pesquisa, “Esse é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas” (GIL, 2009, p. 42). Trata-se também de um estudo bibliográfico, pois é fundamentado em documentos, artigos científicos entre outros documentos que norteiam teoricamente o tema e todos os passos da análise de todos os dados coletados.

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. (FONSECA, 2002, p. 32).

A pesquisa de campo também foi utilizada neste trabalho, a qual segundo Fonseca (2002) refere-se às investigações realizadas por meio da coleta de dados, junto com as pessoas envolvidas na investigação. A pesquisa de campo e o estudo de caso, foram desenvolvidos no município de Cascavel/PR, no Centro de Educação de Jovens e Adultos Paulo Freire, os participantes foram os docentes do Ensino Fundamental que trabalham em turmas de alfabetização, ou seja, turmas de 1º e 2º ano. Desse modo, foi realizado um estudo de caso, pois a pesquisa investigou a metodologia utilizada pelos professores na alfabetização e as práticas de letramento. A pesquisa contou com 4 professores participantes.

[...] os propósitos do estudo de caso não são os de proporcionar o conhecimento preciso das características de uma população, mas sim o de proporcionar uma visão global do problema ou de identificar possíveis fatores que o influenciam ou são por ele influenciados (GIL, 2009, p. 55).

Durante todo o processo de pesquisa os dados secundários coletados foram através da levantamentos bibliográficos que se encontram disponíveis em livros, artigos, documentos oficiais como o Currículo para a Educação de Jovens e Adultos, teses e legislação sobre a EJA.

Para a concretização dos objetivos, também foram coletados dados primários gerados a partir de questionários entregues para os professores que atuam no Centro de Educação de Jovens e Adultos Paulo Freire, no município de Cascavel/PR, com a intenção de analisar como é a prática de alfabetização e letramento utilizada pelos docentes, quais são os encaminhamentos metodológicos e recursos didáticos presente nesses processos. Foi organizado com perguntas abertas e fechadas, com o objetivo de pesquisar diversos aspectos sobre as metodologias utilizadas em sala de aula. Devido à situação que estamos passando no ano de 2020, em relação à COVID- 19, os questionários foram elaborados e enviados aos docentes na plataforma do *google forms*.

7. Resultados

Essa seção tem como propósito apresentar os dados coletados na pesquisa de campo realizada com professores do Ensino Fundamental que trabalham em turmas de alfabetização, no Centro de Educação de Jovens e Adultos Paulo Freire, no município de Cascavel-PR.

A análise dos resultados considera questionários respondidos por dois docentes que serão identificados como Professor 1 e Professor 2. O primeiro questionamento foi referente a quanto tempo atua como professor, e a quanto tempo leciona na Educação de Jovens e Adultos, bem como à formação acadêmica de cada docente. As respostas obtidas foram as seguintes:

Quadro 1 – Formação e tempo de atuação docente

Professor	Formação acadêmica	Tempo que atua como professor	Tempo que leciona como professor na EJA
Professor 1	Pós graduação	26 anos	3 anos
Professor 2	Pós graduação em educação especial	18 anos	10 anos

Fonte: Dados gerados por meio do questionário respondido pelos docentes (2020)

A experiência desses professores é de grande importância para essa modalidade, especialmente para essa fase que é a fase da alfabetização. De acordo com Hein (2017, p.05) “[...] a EJA propõe uma troca de experiências e a reconstrução do conhecimento a partir da realidade que os alunos trabalhadores trazem, incentivando-os ao questionamento e fazendo deles agentes transformadores das suas próprias realidades”. Dessa forma, o professor se torna o maior incentivador do aluno para os novos conhecimentos e aprimoramento dos conhecimentos trazidos pelos alunos.

O segundo questionamento feito aos professores foi “Porque você escolheu trabalhar com a alfabetização de jovens e adultos?”. Os docentes responderam da seguinte forma:

Quadro 2 – Escolha pela alfabetização na EJA

Professor 1	Um novo desafio
Professor 2	Sempre foi uma área que me encantou desde a época da faculdade nos estágios obrigatórios, trabalhar com alfabetização de Jovens e Adultos é um sonho realizado e desafiadora mas é muito gratificante.

Fonte: Dados gerados por meio do questionário respondido pelos docentes (2020)

Como os professores disseram, a EJA é um desafio novo, pois é uma modalidade de educação com um horário diferenciado para um público com uma idade também diversificada. Muitas vezes em sala de aula há uma grande variedade na idade dos alunos,

e o professor deve manter o aluno sempre motivado para aprender, esse também é um desafio para o aluno.

As dificuldades e os desafios encontrados [...] foram conscientizar os alunos da sua capacidade de aprendizagem, ao ensiná-los que através do esforço individual e união do grupo é possível conseguir ótimos resultados, aprender a ler e reconhecer as letras pode parecer para os alunos não alfabetizados algo impossível (BARBOSA, 2015, p.24)

No terceiro quadro são apresentadas as repostas atribuídas ao questionamento: Quais são os recursos didáticos mais utilizados por você, no processo de alfabetização? Os docentes responderam:

Quadro 3 – Recursos didáticos usados na alfabetização

Professor 1	Cadernos, imagens, livros e internet.
Professor 2	Livros, rótulos, embalagens, internet, revistas e imagens.

Fonte: Dados gerados por meio do questionário respondido pelos docentes (2020)

Os professores utilizam a maioria dos recursos que os alunos já tem o costume e hábito de utilizar no dia a dia, e dessa forma o processo de alfabetização fica mais prático para o aluno. De acordo com Barbosa (2015, p.28) é imprescindível que o educador passe a desenvolver em sala de aula um projeto pedagógico que envolva atividades de escrita e leitura que possam possibilitar uma alfabetização natural e que faça bem ao educando.

Os materiais utilizados pelos docentes são fornecidos pelo governo. Mas também há materiais didáticos feitos pelos próprios professores para que processo de alfabetização e letramento seja mais eficaz e associado à realidade da escola e dos alunos, o que conduz a uma prática de letramento.

Para a Educação de Jovens e Adultos, onde os alunos chegam nas escolas cheios de experiências de vida, as produções de materiais didáticos ou recorrer a adaptação de outros objetos em recursos didáticos, talvez sejam as melhores opções para obter sucesso, no processo de aprendizagem desta modalidade. (SOARES, 2015, p. 51)

O quarto quadro apresenta o seguinte questionamento: Você acredita que os encaminhamentos metodológicos utilizados no decorrer das aulas estão condizentes com o Currículo para Educação de Jovens e Adultos do município de Cascavel/PR?

Quadro 4 – Encaminhamentos metodológicos condizentes com o Currículo

Professor 1	Sim, pois a nossa coordenadora pedagógica está sempre presente e orientando se necessário.
Professor 2	Sim, os encaminhamentos metodológicos utilizados são com base no currículo.

Fonte: Dados gerados por meio do questionário respondido pelos docentes (2020)

Ambos os professores afirmam que os encaminhamentos são condizentes com o currículo da Educação de Jovens e Adultos do município de Cascavel/PR. O professor 1 ainda cita que a coordenadora pedagógica sempre está a frente disso, orientando e ajudando no que for necessário. O currículo é necessário para que os professores tenham um recurso para utilizar nas preparações das aulas, e assim todos os alunos da EJA do município aprendem uniformemente o conteúdo, mas de acordo com o método de cada professor.

Todo currículo aponta um homem a ser formado e orienta um caminho de construção social, mesmo que não haja a explicitação da visão de mundo na qual esteja fundada. Refletir sobre concepções de homem e sociedade, com base nos textos e documentos oficiais afetos ao complexo campo da educação, permite a identificação da concepção teórica de uma proposta curricular ou de qualquer ação pedagógica. (CASCABEL, 2005, p. 25).

O currículo é a base para o docente, pois é através do currículo que ele verifica os conteúdos que serão trabalhados, mas a maneira que será trabalhada vai de docente para docente. Afirmo Cascavel (2005, p. 25) que “[...] construção da proposta curricular tem como propósito constituir uma unidade de orientação ao trabalho pedagógico desenvolvido na Rede Pública Municipal de Ensino e, dessa maneira, contribuir para que a ação docente seja direcionada de forma criteriosa e consciente”.

O quinto quadro apresenta as respostas dadas ao questionamento: Quais são as principais dificuldades que os alunos apresentam no processo de alfabetização?

Quadro 5 – Principais dificuldades no processo de alfabetização.

Professor 1	assimilação dos conteúdos em geral
Professor 2	assimilação dos conteúdos em geral e permanência em sala de aula

Fonte: Dados gerados por meio do questionário respondido pelos docentes (2020)

Os professores 1 e 2 disseram que é a assimilação dos conteúdos em geral, e também informaram que uma das dificuldades é a permanência dos alunos em sala de

aula, isso que torna a o processo de alfabetização mais difícil, pois o professor precisar trabalhar o conteúdo por alguns dias e se o aluno falta, acaba perdendo um parte do conteúdo o que demandará dificuldades futuras. Para evitar essa falta, o professor faz o possível para que as aulas sejam mais dinâmicas e divertidas para os alunos. De acordo Basegio e Medeiros (2012, p. 158) “[...] a educação não se presta simplesmente para o fornecimento de um contingente numérico de com conteúdos e conceitos. Ela vai além, pois fornece experiências, valores, pluralidade de ideias e, principalmente, convivência com as diferenças.

Portanto, as experiências, as trocas de ideias fazem parte da construção de saberes e são essenciais para tornar esse processo de aprendizagem prazeroso para o aluno, assim fazendo com o aluno tenha vontade de participar das aulas e frequentar a escola regularmente.

Ressalta-se que a pesquisa foi gratificante em todos os seus sentidos, realizada com a certeza de que os professores da Educação de Jovens e Adultos são heróis na educação, pois mesmo diante a todas as dificuldades enfrentadas, eles fazem o seu melhor para transformar essa modalidade desafiadora. Este artigo visou especificamente abranger todas as respostas do questionário, para dar jus a todos os posicionamentos dos docentes frente as questões levantadas.

8. Considerações Finais

Com o questionário as dúvidas sobre a Educação de Jovens e Adultos foram sanadas. Assim foram entendidas quais são as dificuldades dos docentes no dia a dia, as soluções utilizadas para que as dificuldades sejam enfrentadas, as principais dificuldades dos alunos e de que forma o docente faz para solucionar esses problemas.

Compreende-se a organização nas aulas, as metodologias e os recursos didáticos são de extrema importância para que aula aconteça, dessa forma desperta mais vontade no aluno. Os recursos que o município dispõe para os docentes são livros e materiais pedagógicos elaborados exclusivamente para EJA. Por meio do questionário pode se ver o quanto os materiais que os professores constroem com os alunos são importantes para o processo de alfabetização.

Respondendo essas dúvidas lançadas no início da pesquisa foi possível verificar que os recursos utilizados no processo de alfabetização e letramento avançaram, os métodos relacionados às cartilhas e memorização que eram utilizados em outros

momentos ficaram no passado. Hoje o trabalho é diferenciado, o docente trabalha a partir da realidade vivida pelo aluno, a sua rotina do dia a dia está associada ao conteúdo, desta forma pode se ver que o aluno tem uma aprendizagem mais significativa, pode-se verificar o quanto é importante que o professor trabalhe a partir da realidade vivida pelo aluno, a sua rotina do dia a dia associada ao conteúdo, desta forma pode se ver que o aluno tem uma aprendizagem mais significativa.

Para a pesquisadora, foi de extrema importância desenvolver uma pesquisa nessa temática pois possibilitou compreender e entender de que forma essas metodologias utilizadas pelos professores para alfabetização de jovens e adultos podem tornar as atividades e o processo de alfabetização e letramento compreendidos pelos alunos.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, R. **Os desafios da alfabetização na Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: Universidade de Brasília, nov. 2015.
- BASEGIO, L. J.; MEDEIROS, R. L. **Educação de Jovens e Adultos: problemas e soluções**. Curitiba: InterSaberes, 2012.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. Brasília, 2000. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb011_00.pdf. Acesso em: 21 abr. 2020.
- CASCAVEL. (PR). Secretaria Municipal de Educação. **Currículo para a Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel: Educação de Jovens e Adultos**. Cascavel/PR, 2005.
- FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.
- GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- HEIN, A. C. A. **Educação de Jovens e Adultos**. São Paulo: Personal Education do Brasil, 2017.
- MARCONI, M. A., LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- PELETTI, J. A. **A Política Educacional para EJA- Educação de Jovens e Adultos: o CEEBJA- Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos- Professora Joaquina Mattos Branco**. Cascavel, 2016.
- SOARES, A. M. **Recursos Didáticos na Educação de Jovens e Adultos**. Angra dos Reis: Universidade Federal Fluminense, 2015.
- UNESCO. **Alfabetização de jovens e adultos no Brasil: lições da prática**. Brasília, 2008. Disponível em: <http://bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/services/e-books/162640por.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2020.

O MÉTODO MONTESSORIANO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A PERCEPÇÃO DE PROFESSORES E PAIS DE UMA INSTITUIÇÃO PRIVADA DE CASCAVEL/PR

Ana Maria de Oliveira¹
Gislaine Buraki de Andrade²

Resumo: A pesquisa apresenta como tema o método montessoriano na Educação Infantil, a partir da fundamentação teórica e da percepção dos pais e professores de uma instituição privada de Cascavel PR, tendo como objetivos compreender o método e apresentar a visão do professor e dos pais. Partindo da seguinte problemática: Qual o papel do professor no Método Montessori? Quais os estímulos que ele oferece? A partir destes questionamentos, evidenciamos a percepção do professor e dos pais e a relação deles referente ao ensino aprendizagem. A metodologia de pesquisa qualitativa, exploratória e explicativa, foi realizada por meio de fontes bibliográficas, documentais e pesquisa de campo a partir de questionários semiestruturados aplicados a docentes e família dos discentes. Justifica-se a necessidade de conhecer e esclarecer a intencionalidade e as contribuições do Método Montessori, tanto na teoria, como na prática da sala de aula. Como aporte teórico utilizou utilizou-se dos seguintes autores: Montessori (1949), Comênio (1996), entre outros. Enquanto resultados dos objetivos verificou-se existência de estímulos referentes à criança na práxis pedagógica e a visão dos professores e pais. Assim, a pesquisa contribui qualitativamente sobre o assunto abordado e a conceituação dos elementos do Método Montessori para a Educação Infantil, atuação dos professores e a percepção dos pais.

Palavras-chave: Método Montessori. Educação Infantil. Papel do Professor.

1. Introdução

O tema deste artigo está focado no método montessoriano, em práticas de ensino de professores, e na visão de pais ou responsáveis legais referente ao ensino aprendizagem de seu filho relativo ao método. Esse método foi organizado pela Maria Tecla Artemisia Montessori aproximadamente no ano de 1907, quando foi construída a primeira Casa Dei Bambini segundo a Escola Infantil Montessori (2017).

O Método Montessoriano organizado pela Maria Montessori, utilizado pela Instituição privada alvo desta pesquisa, apresenta um trabalho de observação e descobertas que a criança desenvolve, sendo aspectos cognitivos, sociais, emocionais de conteúdo e de desenvolvimento cerebral, neste sentido foram perguntas de investigação desta pesquisa: Qual é o papel do professor no método Montessoriano? Quais são os estímulos que o método oferece? Como os professores realizam o trabalho para o aluno

¹ Acadêmica do Curso Superior de Pedagogia - Pedagogia da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL

² Doutoranda em Educação pelo PPE UEM. Mestre em Educação. Professora do Curso Superior de Pedagogia - Pedagogia da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL

possuir esses estímulos? As famílias compreendem o método trabalhado nesta instituição?

O trabalho de pesquisa desenvolvido foi aplicado na Educação Infantil em uma escola privada do município de Cascavel/PR, que atende alunos de 0 a 5 anos, apresentando na pesquisa bibliográfica e de campo a visão do professor alusivo ao método.

Este estudo contribui para perceber como ocorre o método em sua prática, para o desenvolvimento integral das crianças e teve como objetivo compreender como ocorre o método Montessoriano na prática da educação infantil apresentando a visão do professor e o seu papel sobre o método, apontando suas contribuições para o processo de ensino aprendizagem. Também objetivou – se verificar e analisar a visão dos pais sobre o método.

A coleta de dados ocorreu por meio de uma metodologia qualitativa com abordagem bibliográfica, pesquisa de campo e exploratório tendo um caráter explicativo e descritivo com ênfase em artigos científicos e livros sobre a temática, buscando respostas também a partir de questionário semiestruturados e entregue aos professores, direção e pais ou responsáveis legais de alunos de uma Instituição de Educação Infantil privada do município de Cascavel PR.

Este artigo está organizado em duas seções: na primeira discorreremos sobre o processo histórico do Método Montessoriano, abrangendo o que os autores discorrem sobre sua significação. Na sequência, traz as características relacionadas ao processo pedagógico do método montessori.

2. Método Montessori

O Método Montessoriano, surgiu a partir da organização e implementação pela pesquisadora italiana Maria Tecla Artemisia Montessori (1870-1952), a qual antes de se formar em Pedagogia, formou-se em Medicina, mas não satisfeita com os conhecimentos adquiridos, seguiu carreira no ramo da educação desenvolvendo um método para trabalhar com crianças, na época denominadas com retardos mentais e outras dificuldades, de acordo com Rohrs (2010):

Em 1896, é a primeira mulher italiana a concluir medicina, com um estudo sobre neuropatologia. Em seguida, trabalha dois anos como assistente na clínica psiquiátrica da Universidade de Roma, onde é principalmente encarregada de

estudar o comportamento de um grupo de jovens com retardos mentais (ROHRS, 2010, p. 13).

A origem do método, passou por seus estudos com o surgimento da casa Dei Banbini que passa a ser conhecida como “lar das crianças”, em que realizava atendimento de alunos com deficiência intelectual e/ ou dificuldades de aprendizagem e filhos de trabalhadores da classe baixa. Segundo a autora, o método torna possível em sala de aula colocar em prática as diversas personalidades identitárias, culturais e tipos de crianças, mesmo sem terem o mesmo raciocínio, um trabalho voltado as experiências e a autonomia de escolha dos alunos, ou seja, que compreende a individualidade de cada criança. Esta organização de proposta está em acordo no que aponta Coménio (1996):

[...] no exército escolar convém proceder de modo que os mais lentos se misture com os mais velozes, os mais estúpidos com os mais sagazes, os mais duros com os mais dóceis, e sejam guiados com as mesmas regras e com os mesmos exemplos, durante todo o tempo em que têm necessidade de ser guiados (COMÊNIO, 1996, p. 178).

Assim, o autor retoma a necessidade da compreensão do papel das interações e do trabalho pedagógico, sendo o professor o orientador e mediador das atividades a serem realizadas em sala de aula. Moyles (2006) ressalta que:

O brincar fundamenta grande parte da aprendizagem das crianças pequenas. Para que o seu valor potencial seja percebido, algumas condições precisam ser satisfeitas. Essas condições incluem adultos sensíveis e informados, uma cuidadosa organização e um planejamento para o brincar, avaliações que permitam a continuidade e a progressão e, acima de tudo comprometimento com a ideia de que o brincar é uma atividade de status elevado na educação de crianças pequenas (MOYLES, 2006, p. 95).

Com base no que Moyles (2006) apresenta, verificamos a importância do brincar no processo de ensino aprendizagem, sendo uma das características do método Montessori, sendo que as atividades devem estar diversificadas, em conformidade com as regulamentações da escolha do método pelo Sistema de Ensino.

É importante destacar, que a escolha do método fundamentada nas regulamentações deve ser implementada na instituição de ensino, levando em consideração a gestão democrática e o trabalho político pedagógico, oportunizando formação continuada sobre o método da instituição de ensino, de modo a oportunizar a

discussão do papel do professor, contribuições e conhecimentos no processo de ensino aprendizagem para a etapa da educação atendida (MOYLES, 2006).

Considerando que o Método Montessori busca educar para a vida, as experiências e vivências devem proporcionar o educar para futuramente o aluno se sinta realizado com as oportunidades e em um processo integral. Nesta perspectiva, Maria Montessori (1949) afirma que “[...] é necessário ter desde o princípio, a ideia do que se entende de educar para a vida desde o nascimento, e que é necessário penetrar nos particulares do problema” (MONTESSORI, 1949, p. 19).

Ou seja, uma educação que visa a questão mais humana natural da criança sem um monitoramento excessivo de cobrança em relação ao comportamento que a criança apresenta no ambiente da sala de aula, já que o aluno passa a maior parte do tempo na escola e com isso o professor deve levar em consideração esse aspecto partindo da ideia de que fora do espaço escolar a criança tem os problemas, conflitos e aflições dela mesma com ela e com a família, e com isso cabe ao professor junto a equipe pedagógica seguindo os princípios do método de ensino saber adotar novos meios de como lidar com essa situação usando seu lado humano e sensível.

Para Montessori (1949),

Disto resulta que a personalidade humana, o cuidado com a personalidade humana, fica rompido: de um lado, a família que é parte da sociedade, mas que dela vive isolada, descuidada ou ignorada; do outro lado, a escola, também isolada da sociedade e depois universidade. Não existe uma concepção unitária, uma atenção social com relação a vida, mas fragmentos que se ignoram mutuamente e que se referem, sucessiva ou alternativamente, a escola, a família e a universidade concebida como escola, que interessa a última parte do período educacional (MONTESSORI, 1949, p. 22).

Neste sentido, a escola deve visar o desenvolvimento integral para a educação seguindo os princípios e ideias do próprio método no ensino aprendizagem e que o professor em sua prática deve saber agir seguindo a perspectiva de Montessori, compreendendo ainda o aluno como um sujeito singular, que a partir das relações (sociais, culturais, políticas, entre outros) se constrói historicamente e em sua totalidade.

2.1 As características relacionadas ao Método Montessori

O Método Montessori tem como ideia central a observação, não apenas no âmbito em que liberdade e a disciplina se complementam para essa educação livre, para a vida mas também tem como ideia central a autodeterminação que segundo Rohrs (2010, p. 19) diz que “[...] a liberdade só é possível se nos submetemos às leis que descobrimos e adotamos.”

Desta forma, temos claro que as crianças precisam possuir o desenvolvimento livre de autonomia, ou seja, elas devem seguir regras básicas que existem dentro do espaço escolar e serem ativas em relação as regras impostas, pois só assim se consolida a continuação do desenvolvimento dela já que deve participar e ser ativa nas regras que fazem parte do convívio do dia a dia, e da proposta das ações e atividades, contribuindo na autodisciplina e no comportamento do indivíduo.

Outra característica do Método de Montessori, além de liberdade e da autonomia, é o educar para saberes da vida e disciplina e, bem como a independência que o aluno passa a ter com ele mesmo fazendo sozinho a atividade proposta. Conforme afirma Rohrs (2010, p. 27) “[...] um indivíduo é o que é, não por causa dos professores que ele teve, mas pelo que realizou, ele mesmo.”

Assim um exemplo é a tarefa do aluno, entre outros afazeres, os mais simples possibilitam a autonomia, tais como: encher o seu próprio copinho de água, escolher o próprio brinquedo, seguindo uma regra de organização proposta como atividade, na qual pegou o carrinho do armário e depois que brincar ele mesmo deverá guardá-lo. Ainda devemos deixar o aluno ir sozinho ao banheiro, observando e orientando a higienização e puxar a descarga, possibilitando independência.

A atuação do professor como mediador deve promover o desenvolvimento físico e psicomotor, acompanhando, incentivando e motivando o aluno para aprimorar o domínio da autonomia.

De forma geral, encontramos neste método a observação e a experiência, pois a criança é observada durante o processo educativo em que ela realiza tal procedimento/atividade sozinha, com professor apenas mediando porém esse fazer não pode ser entendido como espontâneo, conforme aponta Cambi (1999):

A criança deve desenvolver livremente suas próprias atividades para amadurecer suas próprias capacidades e atingir o comportamento responsável, mas tal liberdade para Montessori, não deve ser confundida com o espontaneísmo (CAMBI, 1999, p. 532).

O autor Cambi (1999), reforça que o professor deve sempre estar analisando e direcionando a criança para ter experiências e obter intenção e compreensão da tarefa executada, diferenciando-se da espontaneidade, ou - seja uma ter uma certa intencionalidade.

3. Metodologia

Este artigo buscou respaldo na pesquisa qualitativa tendo a consideração da importância de compreender o método e da organização do conhecimento sobre o objeto de pesquisa, conforme Santos (2010, p. 42) as pesquisas qualitativas devem compreender o trabalho sobre o seu objeto de pesquisa, de forma a descrever e contribuir para a análise do problema de pesquisa. Assim consideramos que o presente trabalho tem como objeto de pesquisa compreender os conceitos e percepções sobre o Método Montessori no âmbito qualitativo.

A pesquisa contém uma abordagem de caráter exploratório, explicativo e descritivo pois se fez necessário explorar o método para entendê-lo e explicá-lo suas características no processo de ensino e aprendizagem, bem como ter se chegado as respostas para o problema dessa pesquisa. O procedimento técnico está configurado na abordagem bibliográfica. Realizou-se também uma pesquisa de campo, em que devido à covid-19 foram enviados virtualmente as ferramentas de coleta de dados para os pais e professores do Centro de Educação Infantil – CEI da Rede Privada do Município de Cascavel PR.

Os instrumentos de coleta de dados fundamentaram-se em dados primários e secundários sendo fontes bibliográficas, sendo elas artigos e livros que embasam toda a parte teórica, orientando a pesquisadora com fontes seguras e materiais viáveis de acordo com o tema e através de questionário semiestruturado com questões abertas e fechadas.

Com isso destacamos que o uso da ferramenta questionário foi aplicado aos profissionais do CEI e pais de alunos, sendo enviados de forma remota 8 questionários a professores, 8 questionários para os pais de alunos matriculados na instituição e 1 questionário a direção, porém devido a Pandemia da covid-19 e as instituições de educação infantil estarem atendendo de forma remota, recebemos devolutiva de 2

professores e 2 pais de alunos, em relação a participação nessa pesquisa. O Trabalho de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Univel, sendo este 028/2020 o número do parecer do Comitê que autorizou a realização desta pesquisa.

4. Resultados

Os resultados aqui apresentados foram coletados, por meio de um questionário com 2 regentes das respectivas turmas Berçário II e Pré-Escolar II, também expondo os dados de dois questionários de pais de alunos matriculados regularmente nas seguintes turmas Berçário II e Pré-Escolar II. Para manter o anonimato, os questionários serão apresentados utilizando-se para os professores com a letra P e a numeração dos questionários: P1 e P2 e aos pais/ responsável legal pelos alunos como R1 e R2.

No primeiro questionamento aos professores, indagamos para a caracterização a formação desses profissionais, obtendo a resposta que as duas são formadas sendo que uma possui formação de docentes e está cursando pedagogia e ressalta-se que a P2 além da graduação possui mestrado na área da educação.

Foi possível constatar que possuem formação conforme prevê a LDB nº 9.394/1996. É oportuno destacar a importância de na graduação ser apresentado os métodos educacionais nas etapas da educação desde a educação a infantil, bem como no âmbito da experiência na educação, a instituição ofertar formação continuada aos profissionais, para conduzir a compreenderem a percepção e implementação deste na prática educativa.

Pois no contexto do método Montessori, o professor deixa de ser o foco principal e a criança passa a ser ativa conforme apontam Araújo, Avanzini, Araújo (2005, p.24) “ao posicionar se pela atividade da criança, Maria Montessori comunga do ideal da Escola Nova que critica a passividade do aluno da Escola Tradicional e pugna por métodos ativos de aprendizagem”.

Assim consideramos que mesmo que o professor não tenha se aprofundado sobre o método para ele trabalhar em sua prática deve buscar estratégias e se construir no meio cultural para que tenha sensibilidade de compreender a criança dentro do método Montessori para que ela mesma tenha sua autoeducação.

Sobre os aspectos que envolvem a atuação profissional, os professores foram questionados sobre quais as características que o Método Montessoriano possui, obtendo as seguintes respostas:

Quadro I – Características do Método Montessoriano

P1	Ambiente preparado; Atividades de vida prática; Incentivo a autonomia; Equilíbrio; Adulto preparado
P2	Desenvolvimento da autonomia, respeito a disciplina, um ensino para a vida prática

Fonte: Pesquisa de Campo, 2020.

Para as docentes ambas destacaram na opinião delas referente às características do método ao ambiente preparado com diversos estímulos que contribuam no desenvolvimento, o incentivo à autonomia da criança. O professor preparado compreendendo o seu papel de mediador na sala de aula e a importância do contato com natureza, oportunizando equilíbrio e disciplina, trabalhando o desenvolvimento natural do aluno com atividades e materiais que dizem respeito à educação para a vida que Montessori propõe.

Diante esses aspectos levantados Fontenele e Silva destacam que:

Sendo a criança um ser em desenvolvimento, rica em possibilidades, ressalta a necessidade de condições adequadas à atualização de seu potencial. O sistema Montessoriano consiste exatamente em atender a essas exigências para ajudar o desabrochamento da vida da criança. Trata-se de uma pedagogia centrada na criança e as condições ótimas de crescimento para ela sintetizam-se no fator educador difundido num ambiente apropriado, vivido por um professor preparado e pela criança que se autoconstrói (FONTENELE, SILVA, 2012, p. 08).

Por esse ângulo os pontos levantados pelos professores fazem parte do método Montessori, em que é necessário a instituição estar preparada para as características e objetivos educacionais, respeitando a autonomia e a disciplina do aluno em sala de aula, proporcionando ao aluno o desenvolvimento das capacidades e habilidades, a partir da atividade/brincadeira e estímulos oportunizados.

Neste sentido, questionamos aos professores como percebem o método durante o desenvolvimento de suas atividades, obtendo as seguintes respostas:

Quadro II – Como você coordena os alunos diante das atividades para que percebam o significado e o desenvolvimento no Método Montessori?

P1	Nesse método nós professores somos mediadores, por esse motivo os alunos têm mais liberdade dentro da sala de aula. Propomos atividades, adaptadas a faixa etária da turma, através de exposição e o material fica disponível na altura da criança para que a mesma, possa utilizar aquele material sempre que quiser.
P2	Sempre enfatizo o momento/atividade que estamos desenvolvendo no momento. Geralmente temos uma rotina em sala de aula que contempla os princípios Montessoriano, diante disso, sempre nomeamos a atividade e explicamos o que aprenderemos em cada uma delas. Outra questão importante é a autonomia na realização das atividades, deixar a criança livre para criar e ajudar somente quando necessário ou quando ela solicitar.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2020.

Neste item é notável as características do método destacado por cada docente, utilizando como base para coordenação das atividades e ensino aprendizagem dos alunos em sala de aula. Fato destacado pela P3 sobre como ela trabalha com os alunos atividades adaptadas, conforme a faixa etária da turma, sendo importante dispor os diversos materiais pedagógicos, tais como: brinquedos e livros, além da própria estrutura da sala de aula, como os armários e espaço para os alunos e professores usufruírem em seu trabalho, oportunizando que o aluno escolha o que realizar/brincar, conseguindo pegar os materiais e auxiliar nas atividades desenvolvidas. Deste modo vem a importância que além do professor ser um guia ele é um observador dos sujeitos em sala de aula.

O objetivo não está no material nem no currículo, mas sim na criança como pessoa, desenvolvendo as suas potencialidades, a sua linguagem. No cotidiano, o adulto costuma facilitar as coisas para as crianças quando não faz as coisas por ela. Para o Método Montessori o material é um elemento que carrega uma proposta: a reflexão. A criança tem que pensar para usá-lo, para conquistá-lo (ALMEIDA, 1984, p. 11).

Neste sentido, observamos que diante da contribuição das professoras de como coordenam os alunos nas atividades, observamos a importância da organização do material utilizado para a proposta de atividade. O professor não deve impôr como o aluno deve realizar, mas oportunizar ao aluno autonomia e autoeducação para o desenvolvimento da brincadeira, tendo à consciência de como ele deve estar fazendo, durante as atividades orientar, observar e estar à disposição para dúvidas e dificuldades do aluno.

Em relação aos questionários respondidos pelos pais, solicitamos o que

consideraram importante a ser ensinado para seu filho no ambiente escolar, obtendo as seguintes respostas: “autonomia e independência” (R1) e “autonomia, disciplina e criatividade” (R2).

Para os pais esses aspectos são fundamentais a serem ensinados aos seus filhos, assim, quando a criança alcançar uma dessas características estará também conquistando as outras, pois todas essas características/habilidades se complementam umas com outras e que são pilares do método montessorio.

Conforme Fontenele e Silva (2012) o sistema montessoriano vem para atender as necessidades para a criança para alcançar o seu potencial se desenvolvendo com suas habilidades individualmente e coletivamente, considerando o social.

5. Considerações Finais

O presente artigo trouxe como abordagem principal o Método Montessoriano na educação infantil relatando sua origem, características e atividades para o professor trabalhar com o aluno da educação infantil, oportunizando uma educação com disciplina e equilíbrio, para o processo de desenvolvimento integral do aluno.

A pesquisa foi desdobrando-se com a teoria e finalizou-se com a análise dos dados das contribuições dos professores e pais que foi de grande relevância a pesquisa contribuindo, para que de fato, ocorresse por parte da acadêmica a assimilação do que autores renomados e especialistas no assunto afirmam, com aquilo que se realiza no CEI – Centro de Educação Infantil.

Com isso assim como relatado pelos professores participantes, uma das dificuldades é conseguir adaptar seu plano de aula contendo conteúdos para a faixa etária de cada turma e conciliando com a prática na sala de aula.

Destacamos que a partir dessa pesquisa compreendemos os princípios do método Montessoriano e o papel do professor na mediação e acompanhamento do professor, colocando o aluno como ser ativo e oportunizando o desenvolvimento de sua autonomia em todas as atividades.

É oportuno destacar que a pesquisa de campo, além da relação teórico-prática sobre o método, contribui pessoalmente e profissionalmente para a pesquisadora, sendo que as docentes foram atenciosas e permitiram a acadêmica uma visão dos aspectos que envolvem o papel docente no trabalho como método Montessori.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Talita de. **Montessori: o tempo o faz cada vez**. Perspectiva; r. CEU. Florianópolis, 1(2), 9-19. Jan./Jun. 1984.

ARAÚJO, Alberto Filipe; AVANZINI Alessandra; ARAÚJO Joaquim Machado de Actividade e Redenção - **A Criança Nova em Maria Montessori**. História da Educação, ASPHE/FaE/UFPEL, Pelotas, n. 18, p. 23-45, set. 2005.

BRASIL. Lei nº 9.394, de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 06 maio. 2020.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

COMENIUS, Jan Amos Komenský. **Didactica Magna**. Tradução de Joaquim Ferreira Gomes: Martins Fontes, 1649.

FONTENELE, Shirley Maria da Cunha; Silva, Krícia de Souza. **A contribuição do método montessoriano ao processo de ensino-aprendizagem na educação infantil**. Campina Grande, Realize Editora, 2012.

MONTESSORI, Maria. **Mente Absorvente**. Tradução de Wilma Freitas Ronald de Carvalho. Rio de Janeiro: Nordica, 1949. 316 p.

MOYLES, Janet R. *et al.* **A excelencia do brincar: a importância da brincadeira na transição entre educação infantil e anos iniciais**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

ROHRS, Hermann; ALVES, Maria Leila. **Maria Montessori**. Recife: Massangana, 2010. 142 p.

SANTOS, Maria de Fátima Ribeiro dos; SANTOS, Saulo Ribeiro dos. **Metodologia da Pesquisa em Educação**. São Luis: UemaNet, 2010. 67 p.

O NOVO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB: PERSPECTIVAS SOBRE O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

Michele de Oliveira Jimenez¹
Gislaine Buraki de Andrade²

Resumo: O presente artigo possui como objetivo compreender a organização do financiamento da educação, em especial as alterações entre o Fundef, Fundeb e o Novo Fundeb, percebendo a regulamentação e o contexto socioeconômico apresentado em cada época. Na primeira parte, trazemos um breve apanhado histórico, bem como os principais aspectos em que se diferenciam. Na segunda parte, discute-se as mudanças ocorridas com o novo Fundeb e o Custo Aluno Qualidade Inicial – CAQi, como política de atendimento do financiamento da Educação Básica sob os: pressupostos neoliberais; processos regulatórios; e o fator de descentralização de recursos atrelado à meritocracia entre os municípios brasileiros. Por fim, percebemos que a política exerce a hegemonia entre os campos (econômico, político, cultural e educacional), sem rompimento com a organização do sistema pré-estabelecido direcionando à efetivação dos princípios neoliberais.

Palavras-chave: Fundeb. CAQi. Educação. Meritocracia.

1. Introdução

O tema deste artigo é direcionado ao financiamento da educação básica, buscando compreender a nova organização, a partir das alterações ocasionadas nos últimos vinte anos referente ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento, em especial sobre a aprovação da Emenda Constitucional nº 108/2020, referente ao Novo Fundeb.

O trabalho apresenta uma pesquisa bibliográfica a partir dos autores que dialogam sobre a temática e que possuem a análise no campo social e econômico do sistema capitalista, de modo a compreender a relação entre o financiamento e os princípios do sistema capitalista sob a regulamentação dos organismos internacionais e a ascensão neoliberal, apresentando análise comparativa entre o Fundef, Fundeb e o Novo Fundeb, a partir de dados secundários.

A pesquisa nessa área de conhecimento torna-se necessária para conhecer as regulamentações e as transformações provocadas ao longo da implementação do Fundeb e atualmente com a recente aprovação do Novo Fundeb, o qual torna-se uma grande

¹ Mestre em Letras – Técnica em Assuntos Educacionais - Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA.

² Mestre em Educação – Professora do Curso de Pedagogia Presencial e EaD – Centro Universitário UNIVEL.

conquista para a educação básica, embora traga algumas conotações referente à meritocracia que será utilizada para distribuição de um percentual dos recursos da União.

Este artigo está organizado em duas seções: na primeira, discorremos sobre o processo histórico e as características de cada fundo de financiamento da educação básica. Na segunda, apresentamos a regulamentação do Novo Fundeb e a prerrogativa de distribuição meritocrática pautado em indicadores. Por fim, tecemos as considerações preliminares apontando a relação deste processo com os organismos internacionais, em especial o Banco Mundial e os pressupostos neoliberais.

2 O “Antigo” e o “Novo” Fundeb: Indagações e Possibilidades

O financiamento da educação ao longo da história brasileira sempre esteve em disputa, sendo fruto de lutas e embates sociais, entre as frações e segmentos da sociedade brasileira, determinado pelas relações de poder estabelecidos pelo Estado, poder central e governamental, submetido às relações político-institucionais e sociais de cada período (MOREIRA, 2015).

O financiamento sempre está organizado de acordo com o contexto das políticas educacionais e sua relação com o sistema econômico, mais precisamente com o capitalismo, considerando os aspectos do neoliberalismo e sua vertente na defesa “de prover reformas em todas as áreas, redimensionar o papel do Estado e reduzir os gastos públicos na área social” (NETO, 2012, p. 7).

A concepção neoliberal considera que o Estado deve favorecer aos direitos individuais e ao mercado, como livre comércio e juridicamente configurados neste âmbito (NETO, 2012). No que tange ao financiamento da educação, o processo histórico é marcado pelos seguintes momentos:

o primeiro corresponde ao monopólio dos jesuítas, que durou de 1549 a 1759, quando a ordem religiosa foi expulsa de Portugal e do reino. O segundo, em que se contou com uma fonte específica na forma do Subsídio Literário ou com dotações orçamentárias arbitrárias para a educação. E o terceiro momento, que nasce em 1934 com o estabelecimento da vinculação constitucional de recursos para a educação e que, salvo interrupções nos períodos ditatoriais, permanece em vigência até hoje. Esse último período, contudo, sofreu duas alterações importantes nos últimos 20 anos que merecem o devido destaque, tendo em vista as suas implicações para o financiamento da educação (PINTO, 2018, p. 847).

Segundo Pinto (2018), para melhoria da qualidade do ensino e possível expansão, o século XX é marcado por duas alterações constitucionais, sendo a primeira a Emenda

Constitucional nº 14/1996 que criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização dos Profissionais do Magistério (Fundef), o qual foi substituído pela Emenda Constitucional nº 53/2006 que regulamentou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Este processo possui a relação intrínseca entre a política, o planejamento e a legislação educacional, no viés de desenvolvimento na estrutura do Estado, oportunizando a legitimidade política para sua implementação (MOREIRA, 2015).

A política de financiamento da educação está relacionada a reforma educacional proposta na década de 1990, a partir da qual ocorre a formulação da agenda global para a educação, em que foram afirmadas as recomendações da Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien (BRASIL, 1993). Nessa perspectiva, evidenciamos a centralização dos investimentos no âmbito do Ensino Fundamental, conforme a primeira alteração constitucional que criou o Fundef.

O cenário apresenta o alinhamento do governo do presidente, Fernando Henrique Cardoso, e os organismos internacionais, sob a focalização no Ensino Fundamental e descentralização, conceitos propostos pelo Banco Mundial e evidenciado na Reforma do Estado¹ (PINTO, 2002; 2018).

É importante destacar, que o financiamento da educação é o que proporciona a garantia do mínimo para o acesso à educação como direito social público subjetivo, conforme expresso no Art. 205 da Constituição da República Federativa do Brasil (1988) e no Art. 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996, que apresenta a responsabilidade entre Estado e família.

Seguindo como direito social, a Educação deve ser compreendida como o lócus da égide do processo de ensino aprendizagem, fortalecendo o desenvolvimento integral humanístico e a apropriação dos conhecimentos científicos historicamente acumulado e socializados. Para tal efetivação, se faz necessário financiamento que oportunize a realização sob o princípio democrático e de equidade às conduções com qualidade.

³ O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado gestado, nesse momento, tinha como propósito alterar as bases do Estado brasileiro, a fim de melhorar o seu desempenho e propiciar as condições para democratizá-lo. Para materializar essa orientação, propugnava que as atividades que não fossem consideradas essenciais deveriam ser repassadas à iniciativa privada e reguladas pelo Estado, ao mesmo tempo que se implantaria a “administração pública gerencial”. Nessa lógica, destacava-se a criação de agências autônomas, divididas em reguladoras e executivas. plano diretor, embora destacasse essas últimas, na prática, o que prevaleceu, no país, foi a criação de agências reguladoras (NETO, 2012, p. 24).

Os valores mínimos de investimentos são previstos na Carta Magna. Destacamos o Art. 212 da Constituição Federal de 1988 que versa sobre o percentual de aplicação anual, sendo responsabilidade da União aplicar no mínimo 18% e dos Estados, Distrito Federal e Municípios, no mínimo 25%, da receita líquida de impostos

¹ (BRASIL, 1988, s/p).

A vinculação de impostos e percentuais são frutos de embates e da longa história do Brasil, como o que se viu no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, que, segundo Pinto (2018) foi influenciado pelos Estados Unidos posto que possuíam uma “vinculação de fundo administrado por conselho distrital” (PINTO, 2018, p. 849).

Além dos impostos, a educação conta com o tributo parafiscal, a partir do qual todas as empresas contribuem para o custeio da educação escolar, que constitui o salário-educação, o qual corresponde à alíquota de 2,5% da folha de pagamento das empresas, valor destinado ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação para os programas nacionais de manutenção e desenvolvimento da educação (LIBANEO, 2012, p. 378).

Dessa forma, os valores investidos em educação passam a ser utilizados para a Manutenção e Desenvolvimento da Educação, conforme preconiza a LDB nº 9.394/1996. É oportuno destacar, que o Fundeb passa a ser o regulamentador no âmbito dos municípios, a partir da Medida Provisória nº 339, de 28 de dezembro de 2006, o qual passa a ser regulamentado pela Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, buscando explicitar melhor os aspectos da distribuição dos recursos financeiros.

Ao sancionar a mencionada lei aquelas autoridades enfatizaram que, com a entrada em vigor do Fundeb, o número de estudantes atendidos pelo fundo passa dos 30 milhões (que eram atendidos pelo Fundef) para 47 milhões. E o montante do fundo eleva-se correspondentemente de R\$ 35,2 bilhões para R\$ 48 bilhões. À primeira vista essas cifras provocam a impressão de um incremento bastante significativo. No entanto, um simples cálculo mostra que, enquanto a população atendida se ampliou em 56,6%, os recursos componentes do fundo aumentaram em apenas 36,3% (SAVIANI, 2008, IX).

⁴ Os impostos correspondentes aos recursos do Fundeb são frutos da arrecadação dos principais impostos: Fundo de Participação dos Estados – FPE; Fundo de Participação dos Municípios – FPM; Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS; Imposto sobre Produtos Industrializados, proporcional às exportações (IPIexp); Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doações – ITCMD; Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores – IPVA; Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (cota-parte dos Municípios) – ITRm; Recursos relativos à desoneração de exportações de que trata a LC nº 87/96; Arrecadação de imposto que a União eventualmente instituir no exercício de sua competência; Receitas da dívida ativa e juros e multas, incidentes sobre as fontes acima relacionadas.

Conforme explicitado por Saviani (2008), embora o Fundeb se constituísse como avanço para a educação básica, ainda não seria alcançado o patamar esperado de investimento e de oportunidades para todo território brasileiro, em virtude de expansão das matrículas não provocar concomitantemente a expansão de recursos.

Segundo Moreira (2015), este processo de expansão para a Educação Básica, corresponde as necessidades afirmadas no Plano Decenal (1993) e a definição de uma política com regime de cooperação e equilíbrio para o desenvolvimento no âmbito nacional.

Ainda sobre os percentuais mínimos previstos na Constituição Federal de 1988 e a regulamentação do Fundeb, Davies (2004) pontua que é o mínimo e não máximo, sendo que as obrigações estatais embora correspondam ao avanço nacional, é necessário atenção aos órgãos de fiscalização para o cumprimento das leis educacionais.

A organização do regime de colaboração é prevista no Plano Nacional de Educação, sendo discutido como referência na Conferência Nacional de Educação (CONAE, 2010). Moreira (2015) afirma que esta lógica do Fundeb “representa uma proposta de racionalização dos gastos públicos ancorada na raiz quantitativista, ou seja, não é um critério pedagógico, mas sim contábil e que expressa a velha ênfase já orientada nos documentos da Unesco” (MOREIRA, 2015, p. 144).

Na perspectiva da Unesco, é afirmado que os recursos são suficientes, mas sim mal distribuídos, destacando a necessidade da gestão eficiente e transparente nas unidades de Federação, sugerindo a eficiência e ampla fiscalização.

Na fase atual de desenvolvimento do capitalismo, foram criadas as condições propícias para a elaboração de uma agenda global para a educação, sob a coordenação de organizações bilaterais e multilaterais de desenvolvimento, tendo como premissa a necessidade de formular diretrizes para orientar a definição da política educacional no que concerne, particularmente, ao currículo, às práticas pedagógicas, ao financiamento, aos padrões organizacionais (gestão), à formação docente, e à avaliação (NETO, 2012, p. 26).

Nesse sentido, o mercado econômico e a organização multilateral é oportunizada, a partir da formulação de diretrizes e políticas que orientam os Estados para a articulação dos interesses globais e estratégias para a educação, conforme as peculiaridades das organizações internacionais (NETO, 2012).

Destacamos que essas características incidem na organização do financiamento da educação, o qual não apresenta ampliação ou discussões voltadas à desigualdade,

mas sim, à proposta da ineficiência do Estado no gerenciamento dos serviços de direitos sociais. Interessante análise é proposta por Jessé Souza (2017), ao tratar da falácia do estado como agente corruptor, como forma de esconder a verdadeira espoliação realizada por grandes grupos econômicos. De acordo com o autor “esse é o poder real, que rapina trilhões e ninguém percebe a tramoia, porque foi criado o espantalho perfeito com a ideia de Estado como único corrupto” (SOUZA, 2017, p. 13)¹.

Conforme afirmou Pinto (2018) no âmbito do financiamento da educação e as alterações voltadas ao Fundef e Fundeb “não houve, contudo, nenhuma preocupação do legislador em ampliar a alíquota, ou base tributária da contribuição, não obstante o grande número de novos estudantes que passaram a ter direito à contribuição” (PINTO, 2018, p. 852).

No ano de 2019, chegando ao prazo final da vigência do Fundeb, duas propostas de ementas constitucionais passam a discussão: PEC 65/2019 de autoria do Senador Federal e Relator Flávio Arns (REDE/PR) vinculando o Fundeb permanente com a complementação da União para valorização dos profissionais da educação; e a PEC 15/2015 de Raquel Muniz (PSC/MG), tendo como Relatora a Deputada Dorinha (DEM/TO), em que o Fundeb é entendido como complemento da União para a valorização do professor (CNTE, 2019).

A tramitação iniciou em 2015, sendo discutida a PEC nº 26/2020 e aprovado no dia vinte e cinco de agosto de dois mil e vinte, com setenta e nove votos no Senado, em dois turnos de votação, ampliando a descentralização de recursos pela União, tornando-se a Emenda 108/2020 da Constituição Federal (Agência Senado, 2020).

Desde o início da tramitação vários movimentos sociais participaram de debates, eventos e audiências sobre a temática, buscando a efetivação da Meta XX do Plano Nacional de Educação – Lei Federal nº 13.005/2014, referente ao investimento do Custo Aluno Qualidade Inicial – CAQi.

Para compreender melhor a transição e as modificações entre os fundos, organizamos o quadro abaixo:

⁵ O autor apresenta uma retrospectiva sobre a visão construída pelos intelectuais brasileiros que subsidiaram as crenças, principalmente da classe média, de que o Estado brasileiro, seria o único responsável pela corrupção no Brasil. Além disso, defende que a escravidão seja compreendida como conceito fundamental para entender as desigualdades da sociedade brasileira. Mais informações podem ser lidas na obra *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*.

QUADRO I – Quadro de Diferenças entre os Fundos

	Fundef	Fundeb	Novo Fundeb
Vigência	10 anos (até 2006)	14 anos (até 2020)	Permanente (a partir de 2021)
Legislação	EC 14/1996	EC 53/2006	EC 108/2020
Atendimento	Ensino Fundamental	Educação Básica	Educação Básica
Vinculação Orçamentária	R\$ 35,2 bilhões [previsão 2006, sem complementação da União]	As transferências da União para os Estados e Municípios saltaram de 465 milhões de reais em 2006 para 14,5 bilhões de reais em 2019.	Expansão de R\$ 15,8 bilhões para R\$ 36,3 bilhões.
Fontes de Recursos	15% de contribuição de Estados, DF e Municípios: • Fundo de Participação dos estados - FPE • Fundo de Participação dos Municípios - FPM • Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS • Imposto sobre Produtos Industrializados, proporcional às exportações - IPlexp • Desoneração de Exportações [LC 87/96] Complementação da União	Contribuição de Estados, DF e Municípios de: • 16,66% no 1º ano; • 18, 33% • 20% a partir do 3º ano, sobre: - Fundo de Participação dos Estados - FPE - Fundo de Participação dos Municípios - FPM - Imposto sobre circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS - Imposto sobre Produtos Industrializados, proporcional às exportações - IPlexp - Desoneração de Exportações [LC 87/96] Contribuição de Estados, DF e Municípios de: • 6,66 no 1º ano; • 13,33% no 2º ano; • 20%, a partir do 3º ano, sobre: - Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações – ITCMD - Imposto sobre Propriedade Veículos Automotores – IPVA - Quota Parte de 50% do Imposto Territ. Rural devida aos Municípios – ITR Complementação da União	A cesta de recursos do Fundeb é composta de 20% das receitas provenientes das seguintes fontes, as quais foram mantidas pela PEC: Fundo de Participação dos Estados (FPE); Fundo de Participação dos Municípios (FPM); Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); Imposto sobre Produtos Industrializados, proporcional às exportações (IPlexp); Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações (ITCMD); Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA); e cota-parte de 50% do Imposto Territorial Rural (ITR) devida aos municípios. Complementação da União, seguindo indicadores.

Valor mínimo nacional	Fixado anualmente com as seguintes diferenciações: Até 2004: 1ª a 4ª série 5ª a 8ª série e Educação Especial A partir de 2005: Séries Iniciais Urbanas Séries Iniciais Rurais Quatro Séries Finais Urbanas Quatro Séries Finais Rurais e Educação Especial	Fixado anualmente com diferenciações previstas para: Educação Infantil (0 a 3 anos); Educação Infantil (Pré-Escola); Séries Iniciais Urbanas; Séries Iniciais Rurais; Quatro Séries Finais Urbanas; Quatro Séries Finais Rurais; Ensino Médio Urbano; Ensino Médio Rural; Ensino Médio Profissionalizante; Educação de Jovens e Adultos; Educação de Jovens e Adultos Integrada à educação profissional; Educação Especial; Educação Indígena e de quilombolas.	O Custo Aluno-Qualidade (CAQ), constante no Plano Nacional de Educação, será considerado como parâmetro para o padrão mínimo de qualidade do ensino. Papel redistributivo do Fundeb para reduzir distorções atualmente existentes. O CAQi é um mecanismo criado e desenvolvido pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação desde 2002, legitimado por organismos internacionais e pelos principais especialistas em financiamento da educação, reunidos na Associação Nacional de Pesquisadores em Financiamento da Educação (FINEDUCA).

Fonte: Organizado pelas autoras, a partir dos dados disponível no MEC, Agência Senado e CNTE.

Nessa perspectiva, a Rede Gulmakai realizou Nota Técnica de reconhecimento e em defesa ao Fundeb permanente e a implantação do CAQi¹:

Apoiamos as propostas de elevação progressiva da complementação da União, a mudança dos critérios de redistribuição segundo o modelo híbrido e o reconhecimento do dever de garantia do CAQ, incorporadas à Minuta de Substitutivo apresentada pela deputada Professora Dorinha (DEM-TO) e que têm o potencial de, em caso de aprovação e implementação, fortalecer significativamente o Fundeb como instrumento equalizador e de garantia de uma educação de qualidade. Tais ferramentas, contudo, devem ser potencializadas em sua capacidade de equalização e alcance, sobretudo devem ser capazes de alcançar os povos e territórios que, por razões institucionais e culturais ancoradas no racismo e na desigualdade estrutural, seguirão à margem ou em crescente

⁶ Simulador de Custo-Aluno Qualidade (SimCAQ) é um sistema gratuito e de acesso aberto, no link «www.simcaq.c3sl.ufpr.br», que estima o custo da oferta de ensino em condições de qualidade nas escolas públicas de educação básica, ou seja, o Custo-Aluno Qualidade (CAQ). Foi desenvolvido por pesquisadores da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e na Universidade Federal de Goiás (UFG), com apoio da Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino do Ministério da Educação (SASE/MEC).

desvantagem caso não sejam ativamente incorporados ao modelo redistributivo e de controles sociais do Fundeb (NOTA TÉCNICA, 2019, p. 35).

O grande diferencial do novo Fundeb é de além de ser permanente, passará a estipular o valor proposto na metodologia do CAQ e CAQi, a qual foi desenvolvida pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação e a Fineduca, prevista na LDB 9.394/1996 e no PNE 2014/2024, possibilitando o percentual custeado por cada rede de ensino, etapa e modalidade com condições iniciais para a oferta da educação com qualidade.

3. O Novo Fundeb e a Meritocracia na Distribuição dos Recursos para a Educação

Embora o Novo Fundeb como fundo permanente para a Educação Básica represente um grande avanço para o âmbito educacional nacional, a organização da Emenda Constitucional nº 108/2020 apresenta os pressupostos neoliberais, determinando a ampliação de recursos atrelados aos indicadores e à meritocracia entre os municípios e estados brasileiros.

O Banco Mundial (2019) realizou a proposição da ampliação dos recursos voltados à redução da repetência, adicionando aos critérios componentes de redistribuições, com base nas taxas de repetência e desistência dos estudantes. Esse fator não foi incluído no projeto, apesar de constar no Art. 212a:

V - a complementação da União será equivalente a, no mínimo, 23% (vinte e três por cento) do total de recursos a que se refere o inciso II do **caput** deste artigo, distribuída da seguinte forma:

a) 10 (dez) pontos percentuais no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, sempre que o valor anual por aluno (VAAF), nos termos do inciso III do **caput** deste artigo, não alcançar o mínimo definido nacionalmente;

b) no mínimo, 10,5 (dez inteiros e cinco décimos) pontos percentuais em cada rede pública de ensino municipal, estadual ou distrital, sempre que o valor anual total por aluno (VAAT), referido no inciso VI do **caput** deste artigo, não alcançar o mínimo definido nacionalmente;

c) 2,5 (dois inteiros e cinco décimos) pontos percentuais nas redes públicas que, cumpridas condicionalidades de melhoria de gestão previstas em lei, alcançarem evolução de indicadores a serem definidos, de atendimento e melhoria da aprendizagem com redução das desigualdades, nos termos do sistema nacional de avaliação da educação básica;

VI - o VAAT será calculado, na forma da lei de que trata o inciso X do **caput** deste artigo, com base nos recursos a que se refere o inciso II do **caput** deste artigo, acrescidos de outras receitas e de transferências vinculadas à educação, observado o disposto no § 1º e consideradas as matrículas nos termos do inciso III do **caput** deste artigo;

VII - os recursos de que tratam os incisos II e IV do **caput** deste artigo serão aplicados pelos Estados e pelos Municípios exclusivamente nos respectivos âmbitos de atuação prioritária, conforme estabelecido nos §§ 2º e 3º do art. 211 desta Constituição;

VIII - a vinculação de recursos à manutenção e ao desenvolvimento do ensino estabelecida no art. 212 desta Constituição suportará, no máximo, 30% (trinta por cento) da complementação da União, considerados para os fins deste inciso os valores previstos no inciso V do **caput** deste artigo;

IX - o disposto no **caput** do art. 160 desta Constituição aplica-se aos recursos referidos nos incisos II e IV do **caput** deste artigo, e seu descumprimento pela autoridade competente importará em crime de responsabilidade;

X - a lei disporá, observadas as garantias estabelecidas nos incisos I, II, III e IV do **caput** e no § 1º do art. 208 e as metas pertinentes do plano nacional de educação, nos termos previstos no art. 214 desta Constituição, sobre:

a) a organização dos fundos referidos no inciso I do **caput** deste artigo e a distribuição proporcional de seus recursos, as diferenças e as ponderações quanto ao valor anual por aluno entre etapas, modalidades, duração da jornada e tipos de estabelecimento de ensino, observados as respectivas especificidades e os insumos necessários para a garantia de sua qualidade;

b) a forma de cálculo do VAAF decorrente do inciso III do **caput** deste artigo e do VAAT referido no inciso VI do **caput** deste artigo;

c) a forma de cálculo para distribuição prevista na alínea "c" do inciso V do **caput** deste artigo;

d) a transparência, o monitoramento, a fiscalização e o controle interno, externo e social dos fundos referidos no inciso I do **caput** deste artigo, assegurada a criação, a autonomia, a manutenção e a consolidação de conselhos de acompanhamento e controle social, admitida sua integração aos conselhos de educação;

e) o conteúdo e a periodicidade da avaliação, por parte do órgão responsável, dos efeitos redistributivos, da melhoria dos indicadores educacionais e da ampliação do atendimento (BRASIL, 2020, s/p).

Nesse viés, a ampliação dos recursos de complementação da União permitirá 2,5% serem destinados aos condicionantes da gestão, atrelados a eficiência e eficácia, a serem observadas na evolução dos indicadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica.

Este processo apresenta a consideração da distribuição de 10,5% às redes de ensino, levando em consideração as receitas vinculadas à Educação fora do Fundeb, para superar a desigualdade entre os estados na distribuição dos recursos para a educação.

Conforme afirma Pinto (2019):

a razão entre o maior valor disponível por aluno (Roraima) e o menor (Maranhão) é superior a três vezes. Se for considerada a razão entre a média do valor-aluno disponível das cinco Unidades da Federação com R\$/aluno mais elevado e a média das cinco com menores valores, chega-se a duas vezes. São desigualdades inaceitáveis dentro de um mesmo país (PINTO, 2019, p. 864).

Conforme apresenta o autor, esses recursos contribuirão para amenizar a desigualdade social no financiamento e no processo de ensino aprendizagem. Entretanto temos um “Robin Hood”⁷ às avessas, quando um percentual será distribuído e

⁷ Personagem inglês, herói místico que roubava da nobreza para os pobres.

implementado a partir dos valores de indicadores, uma vez que as redes possuem uma desigualdade latente, seja de investimento, acesso e condições, seja da própria sociedade.

Azevedo (2013) analisa à luz dos pressupostos históricos e sociais os termos utilizados como justiça social, de modo que

contemporaneamente, sem descurar do princípio da liberdade substantiva, igualdade e equidade constituem valores essenciais para a construção de políticas públicas voltadas para a promoção da justiça social e da solidariedade. Isto porque, quando grupos e indivíduos têm seus destinos entregues ao livre jogo do mercado, a tendência é o crescimento das diferenças sociais, do egoísmo possessivo e das mazelas características da sociedade capitalista. Pergunta-se: como se pode renegar a equidade como princípio de políticas sociais se o seu contrário se chama iniquidade? (AZEVEDO, 2013, p. 131).

A partir dessa reflexão, evidenciamos que os fatores geradores das políticas são tratados como “correção” e “distribuição” no processo do Novo Fundeb, todavia, poderão ocasionar uma redistribuição que não oportunize equidade e igualdade, mas os seus contrários, em virtude do viés utilizado.

4. Considerações Finais

A centralidade da regulamentação do Estado Neoliberal e o financiamento da educação, apresenta-nos o Estado como ineficiente no gerenciamento das políticas públicas, para ocasionar a abertura para as reformas engendradas sob os organismos internacionais.

Fato este que marca o processo de organização e articulação do financiamento da educação, o Novo Fundeb. Embora seja uma grande conquista para a educação básica, corresponde, também, aos princípios vangloriados do livre mercado e de possibilidade de distribuição de recursos, pautado na meritocracia e nos indicadores.

A defesa da inclusão da educação básica na política de financiamento, fruto dos movimentos sociais e da aprovação da Emenda Constitucional nº 53/2006, possui conquista inegável, no que tange as condições de acesso, permanência e qualidade, em especial ao enfrentamento das desigualdades.

Contudo no Novo Fundeb, Emenda Constitucional nº 108/2020, incorpora como permanente e oportunizará a implementação do “tão sonhado” Custo Aluno Qualidade Inicial – CAQi, em nível nacional, possibilitando a ampliação dos recursos e o trabalho

como política redistributiva de todos os recursos da educação, sendo essencial a busca pela fiscalização e acompanhamento para a aplicabilidade correspondente as necessidades de cada rede de ensino.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SENADO. **Novo Fundeb será maior e terá caráter permanente.** Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/08/25/novo-fundeb-sera-maior-e-teracarater-permanente>. Acesso em 07 set. 2020.

ALTMANN, Helena. Influências do Banco Mundial no projeto educacional brasileiro. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.28, n.1, p. 77-89, jan./jun. 2002.

AZEVEDO, M. Igualdade e Equidade: qual é a medida da justiça social? **Avaliação**(Campinas) [online]. 2013, vol.18, n.1 [cited 2014-03-07], pp. 129-150 .

BIRD, Banco Interamericano de Desenvolvimento. **Novo Fundeb: prós e contras das propostas em debate** / Tássia Cruz, David Plank, Gregory Elacqua, Luana Marotta, Sammara Soares, João Cossi. p. cm. — (Nota técnica do BID; 1745). Disponível em: https://publications.iadb.org/publications/portuguese/document/Novo_Fundeb_Pr%C3%B3s_e_contras_das_propostas_em_debate_pt.pdf. Acesso em 06 set. 2020.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 108/2020.** Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/emenda-constitucional-n-108-274384345>. Acesso em 07 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**, Brasília, 1995.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Plano Decenal de Educação para todos 1993-2003**. Brasília, DF, 1993.

BRASIL. **Quadro Comparativo Fundef e Fundeb.** Este Quadro tem por base a versão da Proposta de Emenda Constitucional aprovada na Comissão Especial da Câmara dos Deputados, em 07/11/2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Fundebef/quad_comp.pdf. Acesso em 07 set. 2020.

CNTE. **O Fundeb Permanente e as duas principais propostas em discussão no Congresso Nacional.** Disponível em: https://www.cnte.org.br/images/stories/2019/2019_05_14_fundeb_permanente%20maio_2019.pdf. Acesso em 20 jul. 2020.

DALE, Roger. Globalização e educação: demonstrando a existência de uma “cultura educacional mundial comum” ou localizando uma “agenda globalmente estruturada para a educação”? **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 423-460, maio/ago. 2004

DAVIES, Nicholas. **Financiamento da educação**: novos ou velhos desafios? São Paulo: Xamã, 2004.

EVANGELISTA, Olinda; SHIROMA, Eneida Oto. Subsídios teóricos-metodológicos para o trabalho com documentos de política educacional: contribuições do marxismo. In: CEA, Geórgia Sobreira; RUMMERT, Sonia Maria; GONÇALVES, Leonardo Dorneles (Org.). **Trabalho e Educação**: interlocuções marxistas. Rio Grande, RS: Editora da Furg, 2019.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2012.

MOREIRA, Jani Alves da Silva. **Políticas de financiamento e gestão da educação básica (1990-2010)**: os casos Brasil e Portugal. Maringá, PR: Eduem, 2015.

NETO, Antônio Cabral. Mudanças contextuais e as novas regulações: repercussões no campo da política educacional. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 42, n. 28, p. 7-40, jan./abr. 2012.

NOTA TÉCNICA. **A importância do novo fundeb para a garantia do direito à educação escolar indígena e quilombola e em territórios de vulnerabilidade social**. Projeto Meninas pelo Fundeb, apoiado pelo Fundo Malala e desenvolvido pelo Capítulo Brasil da Rede Internacional Gulmakai. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/wp-content/uploads/2019/11/Meninas-em-prol-do-FundebFINAL4.pdf>. Acesso em 07 set. 2020.

PINTO, José Marcelino de Rezende. **O financiamento da educação na Constituição Federal de 1988: 30 anos de mobilização social**. *Educ. Soc.* [online]. 2018, vol.39, n.145, pp.846-869. Epub 14-Nov-2018.

ROBERTSON, Susan. A Estranha Não-Morte da Privatização Neoliberal na Estratégia 2020 para a Educação do Banco Mundial. **Revista Brasileira de Educação**, 2012, 17(50).

SAVIANI, Dermeval. **Da nova LDB ao Fundeb**: por uma outra política educacional. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

UNESCO. **UNESCO no Brasil**: consolidando compromissos. Brasília: DF, 2004.

O PAPEL DO PEDAGOGO EM PROJETOS SOCIAIS: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL/PR

Camila Marques¹

Thais Damaris da Rocha Thomazini²

Resumo: Este artigo delimita-se a realizar uma análise sobre o papel do pedagogo em projetos sociais, em ambientes não formais, considerando as limitações e potencialidades de trabalho no que diz respeito à metodologia utilizada, a interação entre pedagogo e aluno e a abordagem da inclusão em espaços não formais. A partir do tema definiram-se os seguintes problemas de pesquisa: Qual é o papel do pedagogo no desenvolvimento de projetos sociais em instituições não formais? Quais são as maiores limitações e potencialidades presentes em sua prática pedagógica? A metodologia é pautada em uma pesquisa bibliográfica e de campo com abordagem explicativa e qualitativa, tendo como instrumento de coleta de dados a entrevista estruturada, destinada aos pedagogos. A pesquisa conta com as teorias de Freire (2004), Gohn, (2005), (2006), entre outros teóricos. A realização deste artigo justifica-se pela importância em analisar o papel do pedagogo no desenvolvimento do projeto sociais, considerando suas metodologias e concepções pedagógicas. Percebe-se que os projetos sociais têm como objetivo a mudança social nas comunidades, incentivando esse público a construir uma realidade diferente e transformadora.

Palavras-chave: Instituições não formais. Prática pedagógica. Atuação do pedagogo.

1. Introdução

A presença de projetos sociais é cada vez mais importante para atender demandas de famílias, crianças, adolescentes e jovens em situações de vulnerabilidade. Por meio destes projetos muitas famílias são beneficiadas e tem acesso a programas sociais. A análise do papel do pedagogo em instituições não formais, torna-se essencial no desenvolvimento destes projetos e dos sujeitos participantes, pois este torna-se um mediador e incentivador, e é através dele que será estimulado o avanço do potencial humano, diante de uma realidade social e econômica desigual.

Nesse contexto, este artigo delimita-se a analisar o papel do pedagogo em projetos sociais, em uma instituição não formal localizada no município de Cascavel - PR, analisando as concepções pedagógicas e as metodologias utilizadas por estes profissionais, para o desenvolvimento de crianças, adolescentes e jovens, de forma socioeducativa.

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia - Centro Universitário UNIVEL

² Mestra em Ciências sociais. Professora do Curso Superior de Pedagogia – Licenciatura, do Centro Universitário Univel.

Analisando os projetos sociais no campo da educação não formal, destaca-se que as instituições são fundamentais para que os projetos governamentais sejam apresentados para a comunidade, para que esta possa usufruir de seus direitos e garantir uma aprendizagem diferenciada.

A partir da concepção de Gohn (2005) entende-se que nos projetos sociais o aluno terá acompanhamento e atenção fora do ambiente formal, adquirindo as práticas educativas, transformando e incluindo esse público na comunidade, em que eles possam trabalhar e explorar a imaginação. Dentro dessas instituições existe o acompanhamento das famílias beneficiadas, com o intuito de favorecer o indivíduo, no acompanhamento de sua identidade perante a sociedade crítica, tendo acesso as leis e reconhecimento de direitos.

Diante deste tema, apresentou-se os seguintes problemas de pesquisa: Qual é o papel do pedagogo no desenvolvimento de projetos sociais em instituições não formais? Quais são as maiores limitações e potencialidades presentes em sua prática pedagógica?

Logo, este trabalho justifica-se pela relevância em compreender os métodos utilizados por pedagogos, no desenvolvimento de projetos sociais realizando seu trabalho com efetividade e competência. Destaca-se a importância do projeto social dentro das comunidades, referente a transformação do sujeito na sua socialização, contribuindo no enfrentamento dos problemas do dia-a-dia, obtendo incentivos de forma criativa e educacional.

Pode-se perceber a presença do projeto social dentro dos ambientes não formais, e dentro de ONGS que realiza o trabalho de reconstrução, fazendo com que os indivíduos, obtenham o conhecimento crítico, favorecendo na sua transformação de identidade. Nesse contexto, o objetivo é analisar o papel do pedagogo no desenvolvimento de projetos sociais em instituições não formais, considerando suas limitações e potencialidades, a interação entre o pedagogo e aluno, e como lida com a inclusão em espaços não formais, verificando como ocorre a prática do pedagogo em diferentes contextos educacionais, analisando os recursos e meios utilizados para atender o objetivo do projeto social.

Utilizou-se nessa pesquisa uma metodologia de abordagem qualitativa, pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. A pesquisa bibliográfica buscou compreender a importância dos projetos sociais para estudantes e comunidades e os desafios do trabalho do pedagogo nesse processo. A pesquisa de campo teve que ser adaptada em virtude da pandemia Covid 19, e o instrumento de coleta de dados utilizado foi um questionário enviado por e-mail aos pedagogos que participam como colaboradores de projetos sociais no Centro da Juventude Jomar Vieira Rocha, município de Cascavel – PR.

2. Instituições não formais

As instituições não formais são responsáveis por desenvolver práticas de conhecimento em diversas áreas, culturais, artísticas, esportes e possibilitar uma relação de troca e convivência, envolvendo o indivíduo no meio social e político, indo além dos muros da escola formal, voltada para o comportamento, hábitos, valores não intencionados e não institucionalizados. Nas palavras de Gohn (2006) a educação não está limitada apenas aos espaços escolares formais e atrelados somente ao processo de ensino aprendizagem de seus educadores.

Configura-se assim um novo campo da Educação que aborda processos educativos fora das escolas, em processos organizativos da sociedade civil, abrangendo organizações sociais e não governamentais, movimentos sociais estratégicos, ou processos educacionais articulados com a escola e comunidade. Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Pedagogia (2005) a inclusão desta temática dentro da formação do Pedagogo está relacionada com o respeito a diversidade dos educandos, e da comunidade, e valorização de sua identidade. Estas questões estão apresentadas no documento do Ministério da educação (BRASIL, 2005, p. 5).

Enfatiza-se ainda que grande parte dos Cursos de Pedagogia hoje, têm como objetivo central à formação de profissionais capazes de exercer a docência na Educação Infantil, nos anos iniciais do ensino Fundamental, nas disciplinas pedagógicas para a formação de professores, assim como para a participação no planejamento, gestão e avaliação de estabelecimentos de ensino, de sistemas educativos escolares, bem como organização e desenvolvimento de programas não escolares. Os movimentos sociais também têm insistido em demonstrar a existência de uma demanda ainda pouco atendida, no sentido de que os estudantes de Pedagogia sejam também formados para garantir a educação, com vistas à inclusão plena dos segmentos historicamente excluídos dos direitos sociais, culturais, econômicos e políticos.

Percebe-se, a partir deste documento, o reconhecimento da importância da atuação dos pedagogos em projetos sociais. O que se observa, portanto, é que as vivências sociais da atualidade têm exigido novas adequações profissionais, relacionando a realidade da comunidade, e da família.

Dentro dessas instituições a prática desenvolvida, é ocupar o tempo do aluno com atividades produtivas, palestras e oficinas lúdicas, artísticas e culturais. Muitos jovens e adolescentes que moram em regiões periféricas, se encontram em situações de

vulnerabilidade social. A instituição não formal desenvolve seu trabalho por meio de oficinas culturais, esportivas e profissionalizantes, e contam com diversos programas governamentais, e assistência para a comunidade.

3. A colaboração do pedagogo em projetos sociais e nas oficinas socioeducativas.

A colaboração dos pedagogos em projetos sociais nas instituições não formais, tem como objetivo propor oficinas de aprendizagem, sejam elas culturais, artísticas, esportivas e até mesmo ministrar palestras sobre gravidez, drogas e entre outros temas contemporâneos que despertem o interesse dos jovens, motivando-os e atuando na preparação dos mesmos para enfrentar desafios profissionais e pessoais.

De acordo com Gohn (1999) é preciso unir os conteúdos da educação formal com os da Educação não formal, para auxiliar no sucesso dos alunos. Para ela, a forma como a educação formal tem sido organizada, em muitos casos, tem promovido mecanismos de exclusão social e pouco acesso à cidadania.

O educador social de rua precisa de algumas características essenciais, muito mais de personalidade que técnico-profissionais, embora as duas sejam fundamentais. É no corpo a corpo, no olho a olho cotidiano com esses meninos (as) que se pode revelar o acolhimento, o compromisso, a paciência, a competência, assim como os preconceitos, impaciências, rejeições ou rigidez comportamental ou perspectiva que o inabilitam para participar de uma Pedagogia Social de Rua desse tipo. (GRACIANI, 1997, p. 199).

É olhar para o educando e entender o que não é dito em palavras, é perceber a mudança no comportamento, é ser além de professor, é ser um ponto de segurança, compreendendo as diferenças e as dificuldades de cada um. Valorizando cada história, experiência, e aprendizagem que cada indivíduo já traz como bagagem. O professor trabalha fazendo com que o indivíduo se torne pensante e crítico dentro da sociedade de forma lúdica, fazendo com que essas pessoas tenham interesse em participar das oficinas de forma interativa e afetiva, passando confiança, criando uma relação amigável e próxima desses alunos, despertando neles a admiração pelo professor, podendo esclarecer suas dúvidas e sentir-se confortável.

4. Centro da Juventude Professor Jomar Vieira da Rocha

O Centro da Juventude Professor Jomar Viera da Rocha, localizado na região norte do município de Cascavel/PR, no bairro Interlagos, fundado no ano de 2012, tem como

propósito atender a comunidade em um espaço aberto, com atividades diferenciadas gratuitas para adolescentes e jovens na faixa etária de 12 anos a 24 anos, afim de promover o desenvolvimento integral dos mesmos, tendo conhecimentos dos seus direitos, e priorizando esse público.

Nota-se que os projetos sociais e a elaboração do Plano Decenal Estadual, buscam um planejamento para a construção de um plano eficaz atendendo as necessidades da comunidade. Contemplam diversos órgãos públicos, não governamentais e organizações representativas da sociedade civil e do adolescente, buscando coordenar a construção do plano que é apresentada pela Comissão Interinstitucional.

O objetivo do plano é executar planejamentos estratégicos voltados a políticas, favorecendo crianças e adolescente, ofertando oficinas de artes, dança, natação, grafite, informática, nutrição, futsal, skate, e entre outras ligadas a educação social. O pedagogo tem como objetivo orientar os jovens e adolescentes dentro das oficinas, auxiliando e colaborando para que todos desenvolvam atividades produtivas e de qualidade. A instituição Professor Jomar Vieira Rocha é mantida por três secretarias: assistência social, esporte, lazer e cultura.

O governo estadual é o órgão responsável pelos recursos que custeiam o projeto, e o município responsável pela merenda e a disponibilidades de funcionários. Percebe-se que os recursos enviados não é suficientes para suprir a necessidade do projeto, ainda há falta de materiais didáticos e os professores precisam usar a criatividade para que com pouco consiga fazer muito.

A linha teórica da instituição reflete as concepções de Paulo freire, refletindo as dimensões pedagógicas, passando obter um resultado aceitável, conduzindo a processos pedagógicos, psicológicos e sociais, o enfrentamento de diversas dimensões como dialogo, brincadeiras lúdicas e afetivas, horta comunitária. Os funcionários são remunerados, alguns são concursados e terceirizados, a instituição disponibiliza assistente social, psicólogo, orientador social, pedagogos, estagiários, oficineiros, zeladores.

5. Metodologia

Este artigo tem como base a pesquisa qualitativa, pois tem como intencionalidade analisar o trabalho do pedagogo dentro dos projetos sociais, em instituições não formais, localizada no município de Cascavel/PR, foi elaborado o processo de escrita, através do questionário para os pedagogos que realizam seu trabalho na instituição.

O objetivo principal do questionário, foi analisar a importância do pedagogo nos projetos sociais desenvolvidos na instituição não formal selecionada, e como os participantes correspondem ao trabalho desenvolvido. O centro da juventude Professor Jomar Vieira da Rocha, foi escolhido como instituição de realização da pesquisa por contemplar as características presentes no problema de pesquisa e por estar localizado próximo a residência.

Com o crescimento da pandemia do Covid-19, a instituição encontra-se fechada para os participantes. Devido à impossibilidade de aglomeração de pessoas, somente funcionários que não se encontram no grupo de risco podem ajudar na parte da coordenação, a comunicação está sendo realizada através de WhatsApp, e-mail e ligações ou caso seja necessário os participantes podem procurar a instituição.

Foi enviado por e-mail um questionário para os pedagogos que atuam nas oficinas. O questionário foi elaborado pela acadêmica Camila Marques, respeitando o tempo e vontades dos pedagogos que atuam na instituição Professor Jomar Vieira da Rocha, na qual o objetivo foi compreender a influência destes profissionais nas instituições sociais e o grau de compatibilidade do projeto com a sociedade e sua inserção nela.

Além da coleta de dados, por meio do questionário, a pesquisadora analisou como é a atuação do pedagogo dentro dos projetos sociais, e como utilizam metodologias diferentes, que atraem e estimulam crianças, adolescentes e jovens, na sua reconstrução social. Por fim, informa-se que o trabalho de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Univel, através do parecer número 013/2020.

6. Resultados

Os dados apresentados foram coletados de questionários aplicados a três pedagogos que atuam no Centro da Juventude. Com base nas respostas obtidas foi possível analisar o tempo de atuação na instituição, sua formação, contratação, as metodologias e recursos, dificuldades, avaliação e a opinião referente ao projeto social. Na análise dos dados, as professoras participantes foram denominadas como Pedagoga 1, Pedagoga 2, Pedagoga 3.

A pedagoga 1, tem formação na área de pedagogia e atua em projetos sociais há 13 anos. Sua forma de contratação é estatutária, está na instituição Professor Jomar Vieira da Rocha há 8 anos. A pedagoga 2, tem formação superior completa em pedagogia, atua em projetos sociais há 1 ano e 5 meses, a sua contratação é terceirizada e está atuando

na instituição a 1 ano e 5 meses. Por fim a pedagoga 3 tem formação em pedagogia, atua em projetos sociais há 1 ano e 3 meses, a sua forma de contratação é através do contrato CLT. O quadro abaixo mostra as respostas obtidas através do questionário com relação as metodologias e recursos utilizados.

Quadro 1: Metodologias e recursos utilizados.	
Pedagoga 1	Seguimos as instruções normativas da política nacional de Assistência Social, modalidade Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos em consonância metodologia Paulo Freire.
Pedagoga 2	Utilizamos de recursos advindos da assistência social o qual seguimos uma metodologia inclusiva e destinada a todos os adolescentes.
Pedagoga 3	Utilizamos a metodologia de Paulo Freire que para ele, conhecer é aplicar a consciência, é entrar em relação com o mundo, é necessário ter curiosidade e dialogo. Dessa maneira a conscientização não pode existir fora da pratica pois a pratica humana é a unidade indissolúvel entre a ação e a reflexão, dessa forma todos os trabalhos são desenvolvidos neste projeto e serviço de convivência tem relação direta com a realidade dos mesmo.

Conforme citado pelas pedagogas, a linha teórica da metodologia é fundamentada em Paulo Freire. Em relação a educação inclusiva o autor destaca a transformação e o trabalho coletivo como construção de uma sociedade mais justa e livre.

Somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor, e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua “convivência” com o regime opressor. Se esta descoberta não pode ser feita em nível puramente intelectual, mas da ação, o que nos parece fundamental, é que esta não se cinja a mero ativismo, mas esteja associada a sério empenho de reflexão, para que seja práxis. (FREIRE, 1987, p. 29).

Na perspectiva apresentada por Freire (2003), o educador é apontado como um ser dialógico e, encontra-se inserido dentro das relações existentes dentro e fora do âmbito escolar. Assim podemos ressaltar a importância do pedagogo no processo de inclusão, pois contribui no processo de mudança seja ela educacional ou social.

Quadro 2: Dificuldades no desenvolvimento do trabalho no projeto social.	
Pedagoga 1	Por ser um trabalho socioeducativo, há desafios a serem enfrentados, baixa autoestima a ser trabalhada com os adolescentes.
Pedagoga 2	Mesmo com as limitações no tocante projeto social temos um grande avanço em nossos adolescentes, dificuldades que enfrentamos tanto em relação a questão de afetividade e acolhimento, quanto a relação de planejamento diário, que é extenso e

	exige criatividade na elaboração das atividades.
Pedagoga 3	Trabalhar com adolescentes em si já é um desafio, porque é uma idade onde os meninos e meninas estão em transformação tanto biológica quanto emocional. Os temas a serem trabalhados devem ser interessantes e que prendam a atenção deles, sendo assim um desafio conseguir trabalhar alguns temas, e nós como orientadores devemos ajudar estes adolescentes no processo de autoestima.

As dificuldades apresentadas pelas pedagogas apontam principalmente para as transformações e fragilidades físicas, emocionais, cognitivas e sociais dos adolescentes, pois é nesta idade que o desenvolvimento do seu corpo ganha ritmo, passando da infância para a vida adulta, tendo que lidar com a questão da autoestima baixa e outras problemáticas encontradas no seu dia a dia.

O educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. Ambos, assim, se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos e em que os 'argumentos de autoridade' já não valem. (FREIRE, 2004, p. 68).

A relação do pedagogo e dos jovens, devem ser baseadas através do respeito e do diálogo, estimulando e acompanhando, de forma mais acolhedora, o adolescente o que contribui para que este se sinta seguro diante de suas transformações levando em consideração a saúde mental do indivíduo.

Assim é essencial que o pedagogo seja consciente de seu trabalho, atuando de forma objetiva e intencional, fazendo com que as transformações ocorram de forma natural, trabalhando as diferenças e o lado emocional.

Quadro 3: Importância do projeto social do trabalho do pedagogo para os jovens participantes na visão dos respondentes

Pedagoga 1	É de extrema importância tendo em vista a necessidade de espaço para acolher criar e fortalecer os vínculos e ter essa extensão a família e comunidade, levando a eles diferentes reflexões inerentes a sua faixa etária, propondo novos caminhos a percorrer no sentido do protagonismo juvenil.
Pedagoga 2	De grande importância para a melhoria de qualidade de vida, possibilidades de conhecer outras pessoas, fazer novas amizades em seu círculo, falar e ouvir.
Pedagoga 3	O trabalho realizado como pedagogo social é de suma importância, pois os assuntos abordados fazem parte do cotidiano dos adolescentes, e contribui para o meu conhecimento profissional, tendo em vista que como professor os pedagogos trabalham diretamente com adolescentes que possui seus próprios conflitos e problemas em se adaptar ao meio onde vivem. O projeto ajuda estes meninos e meninas a se descobrirem como cidadãos nas suas comunidades.

A instituição não tem avaliação formativa teórica, o pedagogo avalia os jovens por meio do desenvolvimento social, coletivo do sujeito, que passa a ter melhoria de dentro para fora, podendo expressar suas ideias, tornando-se comunicativo e consciente de suas leis, transformando sua identidade e buscando fortalecer seus vínculos afetivos, seja na instituição ou na comunidade.

É essencial que o adolescente se sinta em ambiente amigável para explorar suas limitações e desenvolver saberes e habilidades capazes de inclui-lo socialmente, assim instituição observar as transformações de dentro para fora, pois, muitos adolescentes e jovens que frequenta a instituição encontra-se em situações vulneráveis.

O pedagogo passa a avalia esses jovens através dos seguintes critérios, a criatividade, auto avaliação, interação e entre outras que favorecem a transformação social, assim o mesmo torna-se fundamental pois é por meio dele que o processo de transformação será executado, acompanhando o dia-a-dia e utilizando o diálogo. A instituição visa sempre a transformação do sujeito, assim torna-se essencial o desenvolvimento das temáticas, para que o sujeito passe buscar outra realidade de vida, saindo daquela rotina e hábitos que adquiria anteriormente, pensando nas problemáticas e nas consequências que podem adquirir diante de uma atitude não pensada, podendo assim recorrer a instituição para dar início nas transformações, e nos benefícios ofertados pelo mesmo.

Quadro 4: Significado do projeto social para professor pedagogo.

Pedagoga 1	O projeto social é para além de uma proposta pedagógica de atendimento, é estar inserido em todos os espaços do ambiente físico desde da entrada perpassando em todos os níveis da organização interna para se tornar um espaço socioeducativo com atendimento adequado, pautando as dimensões da dialógica, reflexiva, cognitiva, lúdica, afetiva, ética e estética contribuindo para a superação de situações vulnerabilidade social.
Pedagoga 2	Inclusão para a todos nossos adolescentes no combate ao isolamento, na prevenção, na inclusão de todos sem qualquer discriminação, apesar das limitações nossos adolescentes tem apresentado uma melhora na qualidade de vida e em seu desenvolvimento diante de uma sociedade.
Pedagoga 3	Todos os projetos sociais são de uma importância, porém este projeto tem como objetivo de inclusão e entendimento dos jovens juntos as políticas públicas, fazendo assim com que os jovens compreendam a importância de suas decisões para o futuro. Também transformando o modo em que todos os jovens devem ser vistos através das ações sociais. Podemos perceber que a pedagogia de projetos tem caráter inclusivo no sentido de que, dada a variedade de atividades (tarefas, sequencias didáticas,

confeções de materiais, produção de conteúdo) todos os adolescentes têm participação garantida nos trabalhos desenvolvidos. Por exemplo aquele que adora desenhar, pode ser chamado para fazer ilustrações e aquele outro que jamais dançou ou brincou de dançar pode sentir-se motivado, tornando assim o projeto inclusivo.

Nota-se através das respostas obtidas pelas pedagogas que o projeto social ultrapassa a esfera da pedagogia, é considerado como a transformação social, fazendo com que as diferenças sejam trabalhadas de forma cultural e coletiva, e o sujeito sinta-se acolhido, e confortável para desabafar e criar vínculos afetivos, expressando e criando através da ludicidade. As temáticas apresentadas na instituição são trabalhadas em prol da reconstrução de uma nova identidade, realizando atividades que se dirigiam para outra realidade, beneficiando e buscando o melhor caminho para percorrer com segurança e confiança. Pode-se concluir que o projeto social, para as pedagogas do Centro da Juventude Professor Jomar Vieira da Rocha, é realizado através do trabalho coletivo, e do acompanhamento de jovens e adolescentes em situações de vulnerabilidade, e realizam seu trabalho de forma acolhedora e afetiva.

É por meio da transformação social, que podemos construir uma sociedade democrática em que os jovens garantam seus direitos de acordo com a sua realidade, prezando sua cultura e lidando com as diferenças. Destaca-se que a atuação da instituição não beneficia apenas os estudantes, mas também suas famílias e a comunidade ao contribuírem na formação de sujeitos críticos e na inserção dos mesmos em melhores oportunidades sociais.

7. Considerações Finais

A pesquisa bibliográfica e de campo realizadas evidencia que a proposta pedagógica de trabalho dos pedagogos na instituição pesquisada está pautada na proposta de Paulo Freire, que de modo geral, busca a transformação social dos indivíduos em busca da reconstrução de uma identidade. O projeto social é fundamental para a comunidade e traz diversos benefícios, como o fortalecimento de vínculos, desenvolvimento de saberes e habilidades voltadas ao espaço econômico e social, acompanhamento psicológico, e vários outros elementos que contribuem na transformação dos participantes.

Assim podemos destacar a importância do pedagogo no desenvolvimento de projetos no Centro da Juventude Professor Jomar Vieira da Rocha, pois atuam para que os participantes se sintam confortáveis e confiantes. Os pedagogos também são fundamentais na análise do trabalho desenvolvido com relação a importância dos projetos para os jovens participantes.

Os participantes devem sentir-se interessados pela temática, abordando questões que esteja mais próxima de sua realidade, assim o pedagogo passa a orientar e observar o desenvolvimento e a transformação de cada um, caso seja observado que o adolescente se encontra com algum tipo de problemática, cabe ao pedagogo de forma profissional, através do diálogo achar uma solução que melhor se enquadra ao participante, caso não consiga resolver é necessário comunicar a coordenação, para um acompanhamento que se encaixe na sua situação.

O projeto Professor Jomar Vieira da Rocha, atende todos os jovens e adolescentes da melhor forma possível, pois muitos deles se encontram em situações problemas, assim o projeto se responsabiliza em oferecer o melhor acolhimento e atendimento necessário, minimizando alguns problemas e trabalhando para que os mesmos se sintam-se importantes, buscando a transformação em prol da socio educação no interior da comunidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Diretrizes Curriculares para o curso de Pedagogia. Brasília: MEC, 2005. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000092008000100005&script=sci_artt ext Acesso em 25 set. 2020.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 17.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

_____. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática docente. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

_____. Pedagogia do Oprimido. 38.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

GOHN, M. G. Educação Não-Formal e cultura política: impactos do associativismo no Terceiro Setor. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. Educação não-formal e cultura política. 3. ed. São Paulo, Cortez, 2005.

_____. Educação não formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ., Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, jan./mar. 2006.

GRACIANNI, M. S. S. Pedagogia social de rua: análise e sistematização de uma experiência vivida. São Paulo, Cortez, Instituto Paulo Freire, 1997.

O PEDAGOGO E AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA CRIANÇAS HOSPITALIZADAS

Maria Carolina Cassol de Inhaia¹
Sandra Mara Martins Ribeiro²

Resumo: O presente artigo refere-se ao papel do pedagogo e as práticas pedagógicas para crianças hospitalizadas. O tema é de extrema importância, pois mesmo já existindo a modalidade a um tempo, ainda é pouco conhecida no Brasil. A problemática levantada buscou questionar como é a prática pedagógica na modalidade de Pedagogia Hospitalar e como o pedagogo lida com as dificuldades encontradas em sua rotina. Tem como objetivo analisar a atuação do pedagogo hospitalar e como funciona a prática pedagógica desenvolvida para crianças e jovens hospitalizados no Hospital da União Paranaense de Estudos e Combate ao Câncer do município de Cascavel/PR. A pesquisa nessa modalidade de ensino justifica-se por apresentar grande relevância para a sociedade, pois crianças e jovens que estão em tratamento têm o direito a educação pública e de qualidade. Sendo fundamentada em estudos de Fonseca e Souza (2012), Silva e Andrade (2013) e Castro (2015). Desse modo, a metodologia da pesquisa se caracteriza em uma pesquisa qualitativa, descritiva, explicativa, bibliográfica, de campo e estudo de caso. Para a coleta de dados primários, foi realizada uma entrevista semiestruturada com a Coordenadora Pedagógica do programa SAREH. Os resultados obtidos mostram que mesmo a modalidade de Pedagogia Hospitalar já ter surgido há alguns anos, ainda apresenta lacunas e desvalorização. Apesar de ser uma modalidade extremamente importante para o meio social de todos, pois qualquer criança independente de estar internada ou afastada de sua escola regular tem sim o seu direito a continuação de sua escolarização, gratuita e de qualidade.

Palavras-chave: Pedagogo. Pedagogia Hospitalar. Práticas Pedagógicas.

1. Introdução

A modalidade de Pedagogia Hospitalar inicia na vida das crianças e jovens a partir do momento em que é diagnosticada com alguma doença e que necessitam de internamento hospitalar. No hospital essas crianças e adolescentes têm o apoio médico para acompanhar o tratamento da doença. O pedagogo hospitalar, tem como o objetivo proporcionar os componentes curriculares, ou seja, trabalhar o desenvolvimento e promover as aprendizagens dessas crianças e jovens hospitalizados.

Desse modo, o profissional que trabalha com alunos enfermos ou hospitalizados necessita de uma formação mais ampla, com conhecimento diversificado, instrumental específico e recursos adequados para atender às dificuldades e limitações impostas por essa situação.

¹ Acadêmica do Curso Superior de Pedagogia – Licenciatura, do Centro Universitário Univel.

² Mestre em Educação. Professora do Curso Superior de Pedagogia – Licenciatura, do Centro Universitário Univel.

Diante desse contexto, esta pesquisa delimitou-se ao estudo e apresentação de como é a atuação do pedagogo dentro do hospital e como é organizado o processo de ensino das crianças e jovens que necessitam de Atendimento Educacional Especializado, especificamente no caso de estudantes diante das limitações que o câncer proporciona, estando internados no Hospital da União Oeste Paranaense de Estudos e Combate ao Câncer UOPECCAN, no município de Cascavel, Paraná.

Sendo assim, a pesquisa teve como problematização as seguintes indagações: Como é a prática pedagógica desenvolvida com as crianças e jovens hospitalizados? Quais possibilidades de superação das dificuldades que o pedagogo hospitalar enfrenta dentro da instituição? Como o pedagogo lida com as dificuldades vivenciadas por estes estudantes no atendimento escolar hospitalar?

Logo, esta pesquisa justifica-se pelo fato de ser um aspecto de grande relevância para a sociedade, pois as crianças e adolescentes que estão internados têm o direito a uma educação pública e de qualidade. Assim sendo, o pedagogo hospitalar pode proporcionar uma rotina (o convívio no hospital) mais agradável e de motivação, contribuindo assim, com algo significativo, presente na vida dessas crianças/adolescentes em tratamento. Além de tudo, contribuiu para ampliação do acervo bibliográfico do Centro Universitário Univel, pois são poucas as pesquisas realizadas dentro desta modalidade de ensino.

Por estes motivos, o objetivo geral da pesquisa foi analisar como é a atuação do pedagogo hospitalar e como funciona a prática pedagógica desenvolvida, para crianças e jovens hospitalizados no hospital UOPECCAN. Teve como objetivos específicos conhecer como é a estrutura pedagógica que o pedagogo hospitalar encontra na sua rotina; verificar como são, na prática, as atividades educacionais realizadas pelo pedagogo hospitalar conhecendo melhor o espaço de atuação desse profissional e apontar as possibilidades de superação das dificuldades que o pedagogo hospitalar enfrenta dentro da instituição.

Portanto, esta pesquisa amparou-se em procedimentos metodológicos, como pesquisa qualitativa, explicativa e bibliográfica, em que visou contemplar e fundamentar nas conclusões diante da pesquisa de campo realizada na modalidade de Pedagogia Hospitalar no hospital UOPECCAN do município de Cascavel/PR. Desse modo, apresenta-se uma pesquisa de campo, configurada em um estudo de caso, pois analisou dados referente a atuação do pedagogo e as práticas pedagógicas utilizadas, por meio de

uma entrevista semiestruturada a coordenadora pedagógica de forma remota, devido a atual situação que estamos vivendo a Pandemia do Covid-19.

Ademais, este artigo está organizado em seções, sendo elas: Pedagogia Hospitalar no Paraná e as Práticas pedagógicas utilizadas na Pedagogia Hospitalar. Finalmente apresenta a metodologia e o processo de coleta de dados, assim como os resultados alcançados com a pesquisa.

2. Desenvolvimento

2.1 Pedagogia Hospitalar no Paraná

Ao falarmos sobre Pedagogia Hospitalar é necessário compreendermos o Serviço de Atendimento à Rede de Escolarização Hospitalar- SAREH, o qual foi criado em 2005 no Paraná, através dos departamentos de ensino, como a Superintendência da Educação- SUED como também a Secretária de Estado da Educação do Paraná- SEED-PR.

Tendo como finalidade “[...] promover estudos para a elaboração de uma proposta de trabalho com metodologia adequada para atender a demanda dos educandos hospitalizados no Estado do Paraná.” (PARANÁ, 2010, p. 17), o sistema SAREH teve início na região do Estado do Paraná com oito instituições, mas atualmente são dezenove instituições que são conveniadas e dentre elas está o Hospital do Câncer da UOPECCAN.

O hospital teve sua história iniciada há 29 atrás em 1991. Hoje ele é referência Sul-Americana, tendo diariamente como preceito a dedicação pela vida, pois todos os envolvidos têm a dimensão é que o trabalho é algo complexo. Desse modo, o Hospital tem como objetivo “[...] acolher os que moram em outras cidades e fazem tratamento em Cascavel e Umuarama. Além de receberem cuidado humanizado na hospedagem, também fornecemos a alimentação do acompanhante e do paciente.” (UOPECCAN, 2020).

Atualmente o hospital conta com 130 leitos UTI adulto, 10 leitos infantil, 5 salas centro cirúrgicos, além da unidade exclusiva para o tratamento do câncer infantil. Diante disso, a instituição é contemplada com uma coletânea de produção literária chamada Anjos do Bem, na qual são realizadas publicações a cada ano no mês de setembro, sendo este mês conhecido como setembro Dourado, mês considerado destaque para a conscientização sobre o Câncer Infantil. O Livro já está se encaminhando para a 4ª edição com o tema “Jardim de Memórias” e é escrito pelas crianças e adolescentes que estão em

tratamento no hospital. A criação do livro foi realizada por Valdir Salvador¹ e sua família com o objetivo de motivar o personagem principal entre as crianças e adolescentes, 4ª edição contou com o auxílio do SAREH na ilustração e revisão. (UOPECCAN, 2020).

2.3 Práticas Pedagógicas utilizadas na Pedagogia Hospitalar

É notável a importância de um planejamento estruturado e flexível nesta modalidade, além de um olhar com mais atenção e carinho, pois o profissional muitas vezes vai encontrar crianças e adolescentes com cansaço e limitações devido aos tratamentos.

Desse modo, as práticas pedagógicas utilizadas na Pedagogia Hospitalar devem ser dispostas em vários questionamentos, ou seja, mesmo que ainda seja tudo novo para o aluno, que ele ainda tenha receio e desconfiança é algo que ampara esse processo de aprendizagem do educando hospitalizados. Podemos ressaltar que a primeira ação do pedagogo segundo Souza (2017, p. 22) é “[...] fazer um estudo de caso sobre a situação da saúde do paciente [...] através do seu prontuário, de conversar com a equipe hospitalar e a anamnese².

Cabe salientar que a prática educativa tem como objetivo:

Possibilitar a esses alunos momentos de descontração, bem-estar, interação, compartilhamento, conquista e novos conhecimentos. Isso tudo pode ser realizado com atividades lúdicas e variadas, fazendo com que assim, eles preencham o tempo, desliguem-se do mundo exterior e fiquem menos ansiosos pela alta médica. (SOUZA, 2017, p.22).

As aulas devem ser realizadas de acordo com os atendimentos médicos, sendo constituído de forma diferente do ensino regular, devendo ser classificados e divididos de acordo com os atendimentos pedagógicos nas classes com um tempo adequado para cada aluno-paciente. Além das classes onde o professor deve se dirigir o atendimento acontece também nos leitos, no qual as aulas precisam ser entre vinte a trinta minutos, conforme o entusiasmo e da condição do educando hospitalizados.

Usa-se com muita frequência a Interdisciplinaridade como forma de enriquecer a aprendizagem dos conteúdos por meio da integração entre os diferentes componentes curriculares ofertados a este estudante. Conforme Castro (2009, p. 42)

¹ Empresário da gráfica e editora Assoeste doadora da obra.

² Consiste no histórico de todos os sintomas apresentado pelo paciente sobre determinado caso clínico.

afirma que as atividades realizadas de forma interdisciplinares proporcionam “aulas dinâmicas, integradas, resgatando o ato de pensar, refletir, questionar, analisar e discutir, buscando o desenvolvimento cognitivo, afetivo e ético do ser humano.”

3. Metodologia

O presente artigo de pesquisa pautou-se em dados qualitativos, tendo como intenção, compreender os subsídios da Pedagogia Hospitalar dentro do processo de humanização de crianças hospitalizadas. Para Cervo, Brevian, Silva (2007, p.97-98) a pesquisa qualitativa se define como:

Uma modalidade de pesquisa voltada para o entendimento de fenômenos humanos e cujo objetivo é obter uma reflexão detalhada e complexa desses fenômenos, analisando a forma como os respondentes os configuram e apreendem [...]

Consiste em uma abordagem de caráter explicativo e descritivo, sendo que a de caráter explicativo tem como finalidade segundo Silva (2014, p. 22) de “[...] de explicar por que o fenômeno ocorre? Quais são os fatores que causam ou contribuem para sua ocorrência? Ou qual é a explicação para a relação entre dois ou mais fenômenos? É o tipo mais complexo e delicado de pesquisa e exige grande atenção dos pesquisadores.” Logo a abordagem de caráter descritiva “[...] visa efetuar a descrição de processos mecânicos e relacionamentos existente na realidade do fenômeno estudado [...]” (SILVA, 2014, p. 22).

Quanto aos procedimentos técnicos utilizamos a pesquisa bibliográfica. Onde Gill (2008, p. 50) destaca que a pesquisa bibliográfica possibilita “[...] a cobertura de uma grande gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia investigar diariamente”, ela auxiliou na fundamentação teórica, tendo como objetivo de compreender e explicar o problema pesquisado.

Já a pesquisa de campo segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 59) dispõem como objetivo “[...]de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema para a qual procuramos uma resposta, ou, ainda descobrir novos fenômenos ou a relação entre eles.”

Optou-se também por realizar um estudo de caso por se tratar de apenas uma instituição. A abordagem tem feito “de profundidade e detalhamento, podendo ou não ser

realizada em campo.” (KNECHTEL, 2014, p.151). Desse modo, transfigura-se em um método de pesquisa muito abrangente sobre cada tema específico a ser pesquisado, adquirindo conhecimentos profundos acerca das práticas estabelecidas.

Os dados primários foram organizados a partir de uma entrevista semiestruturada, realizada com a Coordenadora Pedagógica do programa SAREH, tomando como campo de pesquisa o hospital da União Oeste Paranaense de Estudo e Combate ao Câncer UOPECCAN .

4. Resultados

A presente seção aborda a análise dos dados primários coletados no Hospital da União Oeste Paranaense de Estudos e Combate ao Câncer UOPECCAN de forma remota, devido a atual situação que estamos vivendo a Pandemia do Covid-19. Foram coletados por meio de uma entrevista semiestruturada com a Coordenadora Pedagógica do programa SAREH, que atualmente atua na gestão da modalidade de Pedagogia Hospitalar dentro do hospital.

A Coordenadora Pedagógica que contribui para o estudo, será mencionada como C1, a fim de manter o anonimato. A coordenadora participante é formada em Pedagogia e em Ciências Biológicas, sendo que o tempo de atuação gira em dezessete anos de magistério, destes, quatro anos atuando como Pedagoga do Programa SAREH no hospital UOPECCAN. Uma das primeiras questões foi referente se à lacunas nesta modalidade de ensino. A resposta foi a seguinte:

Sim, a modalidade de educação hospitalar teve início no Rio de Janeiro na década de 50, mas pouco se fala em escolarização hospitalar, conseqüentemente acaba existindo várias lacunas. Por vezes a própria família e o aluno desconhecem a importância da continuidade da escolarização, ainda que em tratamento de saúde, sendo este um direito garantido pela legislação vigente. Outra lacuna evidente, é justamente a efetivação destas leis do direito à educação ao aluno enfermo, para que essa se aplique de fato em sua vida. Também, há a necessidade urgente de políticas públicas voltadas a este educando, principalmente no âmbito municipal, para tal se faz necessário a contratação e formação continuada de professores preparados e capacitados para atuarem de forma eficiente na educação dos alunos impedidos de frequentar a escola por tratamento de saúde seja no ambiente hospitalar ou domiciliar. (C1)

Foncesa e Souza (2012, p. 21) afirmam que “ a escola hospitalar é fato. Isso quer dizer que todo hospital com internação pediátrica deveria contar com uma escola no sentido de garantir o direito de continuidade da escolarização da criança hospitalizada.”

Em seguida, a C1 relata e conseqüentemente responde a próxima questão, onde trata-se do reconhecimento da modalidade de Pedagogia Hospitalar, sendo assim a C1 respondeu da seguinte forma:

Que muitas vezes dentro do hospital, houve ocasiões em que os colaboradores da instituição hospitalar, desconheciam a sua função e que muitas vezes até a confundiram com uma cuidadora, como, por exemplo, a mãe de um educando hospitalizado precisa sair e para o educando não ficar chorando ou parar de chorar, chamam ela para ficar com o mesmo. Porém ela explica que a função e responsabilidade dela e das demais professoras do programa SAREH é a escolarização dos alunos internados e impossibilitados de frequentar a escola normal, ou seja, a transmissão do conhecimento científico sistematizado de forma significativa por meio das ações e práticas pedagógicas de um ensino e uma aprendizagem de qualidade e que utiliza metodologias adequadas e flexibilizadas dos conteúdos a serem ministrados conforme o currículo da rede estadual de educação.

Segundo Nazareth (2015, p. 25) é extremamente importante a criação de um “projeto político-pedagógico (PPP), próprio, que contemple a diversidade e a especificidade do ensinar em ambiente hospitalar.

Dando sequência, outra pergunta que foi realizada, trata-se da rotina da participante, C1 respondeu que

Diariamente, faz um reconhecimento e levantamento dos alunos internados os visitando em seus leitos. No caso de alunos novos é feita uma abordagem com os mesmos e seus acompanhantes, a estes é explicando o objetivo do atendimento do programa SAREH e seu vínculo com a escola de origem e a importância da continuidade da escolarização. Após este momento, vem o contato com a escola de origem de cada educando para obter informações relevantes sobre seu perfil de estudante e receber informações sobre quais conteúdos estão sendo ministrados pelos professores em sala de aula, para que o aluno internado possa ter as aulas ministradas pela professora do sareh na mesma direção, aproximando o educando da sua realidade com igualdade de condições. Caso a escola de origem, por algum motivo, não der tais informações em tempo hábil para iniciar os atendimentos pedagógicos, será feita uma sondagem com o aluno para saber o que aprendeu até o momento em sua escola e assim dar continuidade aos estudos. Após, estas informações são compartilhadas com os professores do programa para que possam preparar atividades a serem trabalhadas com estes alunos conforme os conteúdos curriculares.

Assim, podemos notar que na Pedagogia Hospitalar trabalha-se muito com a sutileza, pois quando o educando hospitalizado junto com sua família chega ao hospital, eles ainda estão bastante apreensivos com o que irá acontecer.

Desse modo, toda equipe precisa respeitar e conseqüentemente ganhar a confiança dos mesmos, mostrando que pode sim ter alegria e esperança mesmo estando

em internamento. Dessa forma, tal rotina está associado com o que Castro (2009, p. 39) afirma que “rotina de trabalho inicia-se com reconhecimento do ambiente, avalia-se a clientela, suas condições físicas e emocional. Após entrevista inicial com os pais e a criança, onde são levantados dados referentes à sua vida acadêmica e motivo do tratamento. [...]”

Também interrogou-se como se dá a rotina dos professores e dos educandos hospitalizados, C1 relata que :

O atendimento começa a ser realizado 14h e 15 min, primeiro com as crianças e jovens que estão no ambulatório e depois com as crianças que estão internadas e hospedadas na casa de apoio do hospital. Hoje no hospital Uopeccan há uma pedagoga e três professores que atendem na sua área do conhecimento os alunos do ensino fundamental II, ensino médio e se houver pacientes da EJA, também atendem os alunos da educação infantil e fundamental I, conforme sua disponibilidade, pois na modalidade da educação inicial a responsabilidade dos atendimentos seria dos professores contratados pelo municípios, mas no momento não há tal atendimento na Uopeccan. Em relação ao horário, geralmente uma atividade dura aproximadamente de 40 a 50 minutos e caso o aluno ainda tenha disposição e vontade em realizar outras atividades, não é impecilio para isso. Os professores tem uma hora de hora atividade todos os dias no início da tarde, quando já estão com as informações necessárias em mãos para a preparação das atividades que serão propostas aos educandos internados naquele dia.

Nota-se que o aluno nesta modalidade é o sujeito central, onde respeita-se o seu tempo e suas limitações, assim cabe ao docente se adequar diariamente. Fosceca e Souza (2012, p. 42) destacam que é preciso lembra ainda que “nem sempre o professor conseguirá atingir os objetivos propostos, por vezes havendo necessidade de reformular sua abordagem por meio de uma flexibilização do planejamento.”

Outra questão que foi levantada, foi sobre se a C1 em sua rotina, conseguia observar benefícios posto para os educando hospitalizados, diante do atendimento pedagógico hospitalar. A coordenadora, ressaltou que:

Sim, observa-se inúmeros benefícios, mesmo com aqueles educandos que demostram um certo desconforto no primeiro momento. Mas, há todo um incentivo desafiador, um envolvimento com o trabalho que será realizado, conversas cativantes e respeito, principalmente com jovens e adolescentes, que conseguem compreender a dimensão de um tratamento oncológico e seus efeitos colaterais, tanto no corpo quanto na vida, agora com muitas restrições.

A autora Nazareth (2015, p. 22) afirma que a educação hospitalar:

Além de contribuir para a continuidade do processo de ensino, evitando que se desfaça o vínculo com a escola, também atua de maneira positiva na recuperação da criança, sendo-lhe como estímulo motivacional e levando-a a ser mais participativa e produtiva durante o processo de interação.”

Sem dúvidas nenhuma, o atendimento pedagógico para esses educando hospitalizados é extremamente importante, pois tendo esse momento pedagógico muitas vezes eles acabam esquecendo de estar dentro de um hospital, sem contar que eles continuam sua escolarização, diminuindo assim os índices de evasão escolar.

5. Considerações Finais

O presente artigo possibilitou analisar como se dá na prática a atuação da Coordenadora Pedagógica em ambiente hospitalar, bem como as dificuldades que a modalidade de Pedagogia Hospitalar enfrenta ainda, no Hospital da União Oeste Paranaense de Estudo e Combate ao Câncer, localizado no Município Cascavel – PR. No que tange ao objetivo do presente artigo, de investigar a atuação da coordenadora, juntamente entender com mais profundidade essa modalidade de ensino.

A experiência evidenciada pela pesquisadora foi de suma importância, pois forneceu o melhor entendimento sobre essa modalidade de ensino, que mesmo já ter surgido há alguns anos, ainda é sofre com a desvalorização. Além da importância que o atendimento pedagógico hospitalar proporciona para o bem estar do educando hospitalizado.

A pesquisa forneceu um aparato teórico e prático com relação à atuação da pesquisadora como futura professora que tem como possibilidade trabalhar dentro da modalidade de pedagogia hospitalar, mostrando que mesmo os alunos que estão afastados da escola regular, têm sim seu direito a ter uma educação pública e de qualidade.

REFERÊNCIAS

BRABO, Tania Suely Antonelli Marcelino; CORDEIRO, Ana Paula; MILANEZ, Simone Ghedini Costa. **Formação da Pedagogia e do pedagogo**: Pressupostos e Perspectivas. Cultura Acadêmica, Marília, 2012.

CASTRO, Marleisa Zanella de. Escolarização Hospitalar: desafios e perspectivas. In: JUTIS, Elisete Lúcia Moreira Matos (org.). **Escolarização Hospitalar**: Educação e saúde de mãos dadas para humanizar. Petrópolis/RJ: Vozes, 2015. p. 39.

CASTRO, Marleisa Zanella de. Escolarização Hospitalar: desafios e perspectivas. In:

JUTIS, Elisete Lúcia Moreira Matos (org.). **Escolarização Hospitalar**: Educação e saúde de mãos dadas para humanizar. Petrópolis/RJ: Vozes, 2015. p. 43-44.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Person Prentice Hall, 2007.

FONSECA, Eneida Simões da; SOUZA, Luciane do Rocio dos Santos de. A escola da criança doente. In: JUTIS, Elaine Martins Quadrelli (org.). **Pedagogia e escolarização no hospital**. Curitiba: Inter saberes, 2012. p. 15-29.

FONSECA, Eneida Simões da; SOUZA, Luciane do Rocio dos Santos de. A escola da criança doente. In: JUSTI, Elaine Martins Quadrelli (org.). **Pedagogia e escolarização no hospital**. Curitiba: Inter saberes, 2012. p. 19-29.

FONSECA, Eneida Simões da; SOUZA, Luciane do Rocio dos Santos de. A escola da criança doente. In: JUSTI, Elaine Martins Quadrelli (org.). **Pedagogia e escolarização no hospital**. Curitiba: Inter saberes, 2012. p. 23-29.

GILL, Antônio, Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

KNECHTEL, Maria do Rosário. **Metodologia da pesquisa em educação**: uma abordagem teórico-pedagógico dialogada. Curitiba/PR: Inter saberes, 2014.

PARANÁ. **Serviço de atendimento à rede de escolarização hospitalar (SAREH)**. Curitiba: SEED/PR, 2010.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cezar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. Ed. Nova Hamburgo/ RS: Universidade Feevale, 2013.

SILVA, Antônio João Hocayen da. **Metodologia de pesquisa**: conceitos gerais. [S.]: Unicentro Paraná, 2014. p. 22.

SOUZA, Ana Cristina Soares de. **A Prática Pedagógica no Ambiente Hospitalar**: um estudo de caso no HULW. João Pessoa/PB: UFPB, 2017.

UOPECANN, Hospital do Câncer de Cascavel. Cascavel/PR, 2020. Disponível em: <https://www.uopecan.org.br/>. Acesso em: 22 abr. 2020.

O PLANO DE CARREIRA DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL NA CIDADE DE CASCAVEL-PR: UM ESTUDO SOBRE A VALORIZAÇÃO DESSES PROFISSIONAIS

Helena Cristina Bueno Amaro¹
Marileia de Bone²

Resumo: O presente artigo apresenta um estudo acerca do plano de carreira dos professores de Educação Infantil na cidade de Cascavel-PR, buscando identificar quais são as condições de trabalho destes profissionais, como funciona a formação continuada e se os mesmos são valorizados. Diante disto, a problemática discutida no artigo, refere-se à formação para o ingresso na profissão, jornada de trabalho, incentivos para a formação continuada e a progressão na carreira. Questiona-se sobre o poder público municipal, se o mesmo cumpre com a Lei de Piso Salarial Profissional e como está sendo organizado o plano de cargos e salários destes profissionais. Trata-se uma pesquisa qualitativa, a abordagem é de caráter explicativo, visto tratar-se de uma investigação cujos dados foram analisados de acordo com um ponto de vista. Quanto aos procedimentos técnicos utilizados, a pesquisa bibliográfica, bem como a pesquisa de campo, foram indispensáveis à investigação. Esta pesquisa justifica-se essencialmente para os acadêmicos do curso de Pedagogia, por abordar o processo de construção da identidade do pedagogo, trazendo um breve resgate da história da formação desse profissional, tendo uma visão panorâmica, para enfim chegar a algumas conclusões ou levantar alguns questionamentos acerca da valorização dos profissionais da Educação Infantil. Enquanto resultados esta pesquisa aponta que a maioria dos profissionais questionados sentem-se valorizados dentro da instituição de ensino onde trabalham, no entanto no que diz respeito às questões salariais e a valorização por parte da comunidade, esses profissionais sentem-se desvalorizados.

Palavras-chave: Professor. Educação Infantil. Plano de Carreira. Cascavel.

1. Introdução

Este trabalho aborda o plano de carreira dos professores de Educação Infantil, que é um programa estruturado que estipula o caminho que cada funcionário vai percorrer dentro de uma organização empresarial. Ele determina as competências necessárias para cada posição hierárquica e também qual é a expectativa da empresa em relação àquela posição.

O professor de Educação Infantil na Rede Municipal de Ensino no município de Cascavel-PR ingressa em sua posição por meio de concurso público ou teste seletivo, com uma carga horária de 40 horas semanais e salário inicial que varia de R\$ 2.041,69 a R\$ 2.947,58. A variação salarial sofre variação principalmente no que se refere aos níveis de escolaridade dos profissionais.

¹ Acadêmica do Curso superior de pedagogia – Licenciatura da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL

² Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional e em Educação – Professora do Curso Superior de Pedagogia – Licenciatura, da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL.

Embora a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, recomende a formação de professores em nível superior, o curso de Magistério, de nível médio, ainda é aceito na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Por isso, para preencher seus quadros de educadores, diversas secretarias aceitam inscrições nos concursos daqueles que têm essa formação. No entanto, uma das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) prevê que todos os professores da Educação Básica tenham formação específica de nível superior em curso de licenciatura até o ano de 2020.

Diante dos dados expostos, o plano de carreira dos professores de Educação Infantil e a valorização destes profissionais da educação passa a ser questionada. A partir disso, pode-se problematizar facetas das condições de trabalho dos professores de Educação Infantil no que se refere a: formação para o ingresso na profissão, jornada de trabalho, incentivos para a formação continuada e a progressão na carreira.

Considerando esses aspectos, a pesquisa apresenta o plano de carreira dos professores de Educação Infantil na Rede Pública Municipal de Ensino na cidade de Cascavel-PR, buscando identificar quais são as condições de trabalho destes profissionais, como funciona a formação continuada e se os mesmos são valorizados ou desvalorizados.

Diante disto, o artigo traz como problema, o questionamento sobre o poder público municipal, se o mesmo cumpre com a Lei do Piso Salarial Profissional e como está organizado o plano de cargos e salários destes profissionais.

A pesquisa é relevante para a pesquisadora pois tem a finalidade de abordar o processo de construção de identidade do pedagogo que tem sido uma temática de grande relevância para o momento atual, principalmente pela aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia.

A pesquisa em questão é essencial para os acadêmicos do curso de Pedagogia pois busca fazer um breve resgate da história da formação do pedagogo, tendo uma visão panorâmica geral, para enfim chegarmos a algumas conclusões ou levantar alguns questionamentos acerca da valorização dos profissionais da Educação Infantil. É importante lembrar que a etapa da Educação Infantil é a mais importante para a formação da criança, o que torna de grande importância que o professor tenha uma formação adequada para atender as especificidades dessas crianças.

Como objetivo geral para este trabalho, buscou-se analisar o plano de carreira dos professores da Educação Infantil do município de Cascavel-PR, verificando se o poder público municipal cumpre com a Lei do Piso Salarial Profissional e de que maneira valorizam os professores. Além disso, procurou-se apontar problemas e dificuldades enfrentadas pelos professores, condições de trabalho, incentivos e por fim, concluir se os mesmos são valorizados ou desvalorizados e contribuir para a formação continuada da acadêmica e demais profissionais da educação.

O artigo ampara-se numa pesquisa qualitativa, que investiga o plano de carreira dos professores de educação infantil da rede municipal de ensino do município de Cascavel-PR, onde aborda suas condições de trabalho, incentivos a formação continuada docente, piso salarial e sua valorização.

Considerando estes aspectos, o artigo apresenta o plano de carreira dos professores de Educação Infantil, seguido da metodologia de pesquisa e por fim, os resultados adquiridos na pesquisa de campo, realizada num CMEI do município de Cascavel-PR.

2. Desenvolvimento

Em relação ao Plano de Carreira, o Documento Base do Plano Municipal de Educação de Cascavel-PR 2015/2025 – Metas XII – Valorização do Profissional da Educação, são objetivos do documento garantir a discussão e implementação do Plano de Cargos Carreira e Remuneração, até o segundo ano de vigência deste plano para os profissionais da educação que atuam na educação básica, adequando-o a Legislação, com estratégias de:

12.1 Implementar o Plano de Cargos, Carreira, Remuneração e de Valorização para os profissionais da educação, assegurando discussão com a categoria e o sindicato dos servidores públicos municipal de Cascavel para as devidas adequações nos cargos a partir da aprovação do PME – CVEL; 12.2 assegurar aos profissionais da educação, a implementação do piso nacional da educação e a valorização conforme a legislação, a partir da aprovação deste PME/CVEL; [...] 15.9 garantir, no mínimo, o reajuste do índice da lei do piso salarial profissional nacional, para todos os profissionais do magistério, a partir da aprovação do PME – CVEL; 15.10 garantir recursos para a implementação do plano de cargos carreira e salários dos profissionais da educação municipal, a partir do segundo ano do PME- CVEL. (CASCATEL, 2015, p. 4).

Valorizar os profissionais do magistério da rede municipal de ensino por meio dos planos de cargos, carreira e remuneração de forma a equiparar seu rendimento médio aos dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do quinto ano de vigência do Plano é o objetivo do documento citado anteriormente.

Além disso, são outros objetivos:

11.1 garantir o cumprimento do Plano de Cargos, Carreira, Remuneração e de Valorização do Magistério da educação básica da rede municipal de ensino de Cascavel, assegurando a participação da categoria por meio do sindicato na reformulação e/ou atualização, durante a vigência do PME – CVEL; 11.2 garantir a infraestrutura e insumos pedagógicos com equidade nas unidades escolares municipais, bem como melhoria das condições salariais, assegurando melhor desempenho dos profissionais do magistério e padrão de qualidade, a partir da aprovação do PME- CVEL; 11.3 assegurar a implementação da jornada de trabalho para os profissionais do magistério a ser cumprida, quando possível, em um única unidade escolar, a partir da aprovação deste PME-CVEL; 11.4 garantir o cumprimento do período destinado à hora atividade de 1/3 da jornada de trabalho aos profissionais do magistério da rede municipal de ensino, na forma da legislação e das normas do Sistema Municipal de Ensino, a partir da aprovação do PME-CVEL; 11.6 assegurar que para a admissão dos professores da educação infantil na rede pública municipal de ensino seja exigida a escolaridade mínima de nível médio, modalidade normal, ou em curso de licenciatura em Pedagogia ou em Curso Normal Superior, a partir da aprovação do PME – CVEL; [...] (CASCABEL, 2015, p. 23).

Além disso, o PME busca assegurar a formação continuada aos profissionais do magistério e da educação, respeitando a concepção teórica e metodológica adotada para a rede pública municipal de ensino desde o primeiro ano da aprovação do PME-CVEL.

13.1 garantir a oferta de formação continuada a todos os profissionais do magistério e da educação da rede municipal de ensino, de acordo com sua área de atuação, com carga horária mínima anual de 40 (quarenta) horas, a ser realizada pela secretaria municipal de educação, na vigência deste PME-CVEL; 13.2 realizar seminários, simpósios, congressos, cursos envolvendo os profissionais do magistério e da educação, na vigência do PME-CVEL; 13.3 manter no planejamento anual da Secretaria Municipal de Educação, vagas para a participação dos profissionais do magistério e da educação da rede pública municipal de ensino em formações: regionais, estaduais e nacionais, na vigência do PME – CVEL; [...] (CASCABEL, 2015, p. 26).

De acordo com o portal do servidor do município, o piso salarial de um professor de educação infantil no município de Cascavel-PR tem o valor inicial de R\$2.355,45 com a carga horária de 40 horas semanais. Sendo considerada a habilitação para professores de Educação Infantil:

I. Formação em nível médio, na modalidade normal/formação docente; II. Formação em nível superior em curso de licenciatura de graduação plena em Pedagogia e/ou Curso de Licenciatura Normal Superior; III. Formação em nível superior em curso de licenciatura de graduação plena em Pedagogia e/ou Curso de Licenciatura Normal Superior, acompanhada da formação em nível de pós-graduação, lato sensu, na área da educação, com duração mínima de trezentas e sessenta horas; IV. Formação em nível superior em curso de licenciatura de graduação plena em Pedagogia e/ou Curso de Licenciatura Normal Superior, acompanhada da formação em nível de pós-graduação, stricto sensu, em curso de Mestrado na área de educação; V. Formação em nível superior em curso de licenciatura de graduação plena em Pedagogia e/ou Curso de Licenciatura Normal Superior, acompanhada da formação em nível de pós-graduação, stricto sensu, em curso de Doutorado na área de educação (CASCAVEL, 2014, n. p).

O plano de carreira dos profissionais da Educação Infantil no município de Cascavel tem por objetivo valorizar os mesmos. Diante disto, esta pesquisa se aprofunda em documentos, artigos, leis e questionários com estes profissionais para enfim saber se os mesmos são, na prática, valorizados ou desvalorizados.

Para oferecer um serviço com a mesma qualidade a cada cidadão, é imprescindível que a carreira dos profissionais seja igualmente valorizada em todo o Brasil. Um quadro de profissionais motivado e comprometido com os estudantes em uma escola é um dos elementos mais importantes do Sistema Nacional de Educação. Para isso, é importante adequar as carreiras dos profissionais do magistério para que sejam, ao mesmo tempo, atrativas para o ingresso de bons profissionais, sustentáveis do ponto de vista orçamentário e instrumentos efetivos para o cumprimento da Lei do Piso Salarial.

Em 16 de julho de 2008 foi sancionada a Lei nº 11.738, que instituiu o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. De acordo com o artigo 5º “[...] o piso salarial profissional nacional do magistério público da educação básica será atualizado, anualmente, no mês de janeiro, a partir do ano de 2009” (BRASIL, 2008, artigo 5º). De acordo com o MEC, o piso salarial dos profissionais da rede pública da educação básica em início de carreira foi reajustado em 12,84% para 2020, passando de R\$ 2.557,74 para R\$ 2.886,24.

Atualmente, a Lei Nº 6445 de 29 de dezembro de 2014 destaca no Artigo 1º a reestruturação e gestão do Plano de Cargos, Carreiras, Remuneração e Valorização dos Profissionais do Magistério da Rede Pública Municipal de Ensino do Município de Cascavel-PR:

IV - Profissionais do Magistério: titulares dos cargos de Professor e Professor de Educação Infantil no Município de Cascavel/PR, conforme atribuições específicas de cada cargo.

V - Professor: o titular de cargo da Carreira do Magistério Público Municipal, integrante do quadro próprio do magistério com formação específica para atuação na educação infantil, Pré Escolar I e II, e/ou nos anos iniciais do Ensino Fundamental e suas modalidades;

VI - Professor de Educação Infantil: o titular do cargo da Carreira do Magistério Público Municipal, integrante do quadro próprio do magistério com formação específica para atuação exclusiva na Educação Infantil (CASCVEL, 2014, n. p).

A Carreira do Magistério Público Municipal tem como princípios básicos, conforme o artigo 4º da lei nº 6445/2014:

A profissionalização que pressupõe qualificação e aperfeiçoamento profissional continuado; as condições adequadas de trabalho, a remuneração adequada para todos os profissionais do magistério, com vencimento inicial nunca inferior ao valor correspondente ao Piso Salarial Profissional Nacional, nos termos da Lei Federal nº 11.738/2008 e do Plano Nacional de Educação Vigente; ao desenvolvimento funcional baseado na habilitação ou titulação, no desempenho, na qualificação, tempo de serviço no município e efetivo exercício das funções do magistério; [...]

(CASCVEL, 2014, n. p)

No entanto, pode-se observar diversos problemas que os professores da Educação Infantil enfrentam, tanto como condições de trabalho, falta de incentivo para formação continuada, quanto ao preconceito, pois muitos professores da Educação Infantil são taxados como “tias/tios” por alguns pais.

3. Metodologia

O artigo ampara-se numa pesquisa qualitativa, pois teve como meta investigar o plano de carreira dos professores de Educação Infantil da rede municipal de ensino do município de Cascavel-PR, onde abordou suas condições de trabalho, incentivos a formação continuada docente, piso salarial e sua valorização. A pesquisa qualitativa segundo Godoy (1995), ocupa um reconhecido lugar entre as várias possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes.

Além disso, a abordagem é de caráter explicativo, visto tratar-se de uma investigação cujos dados foram analisados de acordo com um ponto de vista. Para Godoy (1995):

Algumas características básicas identificam os estudos denominados "qualitativos". Segundo esta perspectiva, um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada. Para tanto, o pesquisador vai a campo buscando "captar" o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes. Vários tipos de dados são coletados e analisados para que se entenda a dinâmica do fenômeno (GODOY, 1995, p. 21).

Quanto aos procedimentos técnicos utilizados, a pesquisa bibliográfica, bem como a pesquisa de campo, foram indispensáveis à investigação. A pesquisa bibliográfica foi realizada explorando-se a partir do material já elaborado, ou seja, mergulhou-se em documentos, textos, livros, leis, entre outros. Já a pesquisa de campo segundo Fonseca (2002) caracteriza-se pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza coleta de dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa. É importante ressaltar que uma pesquisa bibliográfica é aquela em que os dados apresentados provêm apenas de livros e artigos consultados. Também é importante saber que, para coletar os dados, o pesquisador pode escolher outro caminho, a saber, por meio de uma pesquisa de campo.

A pesquisa foi realizada em um Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI da rede pública municipal de Cascavel-PR. Os sujeitos participantes desta pesquisa foram dois professores de Educação Infantil, um coordenador e um diretor que atuam na instituição. A escolha pela instituição deu-se pelo fato de a pesquisa residir próximo ao local. A indicação dos profissionais participantes foi feita pela diretora do CMEI.

4. Resultados

Os sujeitos da pesquisa foram quatro profissionais, sendo que duas atuam como professoras de Educação Infantil (identificadas aqui como P1 e P2) e duas na gestão do Centro Municipal de Educação Infantil (identificadas aqui como G1 e G2). Diante dos questionários respondidos, as mesmas esclareceram algumas dúvidas em relação à profissão. Três das participantes são formadas em Pedagogia e uma em Magistério.

Quando questionadas se as profissionais se sentem valorizadas enquanto profissionais, obteve-se as seguintes respostas:

Não, pelo salário, pela cultura da visão da profissão dos professores de Educação Infantil como sendo "tias" ou "babás" (G1).
Sim, exceto em questão salarial (G2).
Na parte das crianças e da escola sim, trabalho muito gratificante (P1).

Sim (P2).

De acordo com as respostas acima, pode-se analisar que apesar de algumas opiniões diferentes, nota-se que dentro da instituição de trabalho (CMEI), estas profissionais sentem-se valorizadas, no entanto, no que diz respeito à valorização salarial e pela sociedade, elas relatam não sentirem-se valorizadas.

Para que a valorização profissional seja efetivada, o PNE 2014-2024 apresenta, na estratégia 17.3, a sinalização da implementação de planos de carreira para os profissionais do magistério das redes públicas de educação básica, em consonância com os critérios estabelecidos na Lei do Piso, com implantação gradual do cumprimento da jornada de trabalho em um único estabelecimento escolar. (BRASIL, Lei 13.005/14, Estratégia 17.3).

Dando sequência nos questionários, as profissionais responderam se acham que recebem um salário adequado à profissão:

Não, pois cuidamos de crianças pequenas, nossa responsabilidade é maior (G1).
Acredito que há necessidade de equiparação salarial (G2).
Nunca (P1).
Não (P2).

Com relação as respostas acima, fica claro que todas concordam com o descumprimento do Poder Público relacionado a Lei do Piso Salarial, o que as deixam desanimadas. Além disso, as respostas demonstram que elas não se sentem valorizadas no que diz respeito ao salário que recebem.

O salário é uma das preocupações expressas nas metas sobre valorização profissional. Na Meta 17, o texto do PNE recomenda ao MEC a iniciativa de instituir um fórum permanente para o acompanhamento da implantação progressiva da Lei do Piso, que consiste em: Valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE (BRASIL, Lei 13.005/14, Meta 17).

Para finalizar o questionário, questionou-se a opinião de cada profissional, sobre a maneira que o Poder Público valoriza os professores da Educação Infantil por meio da formação continuada e as respostas foram as seguintes:

Equiparar o salário do Professor de Educação infantil com o do professor de Ensino Fundamental – Anos iniciais, pois há uma defasagem (G1).
Mostras da Educação; Formações continuadas; Publicações em redes sociais

(G2).

Não há valorização do Poder Público, porém, dentro da instituição de trabalho há valorização (P1).

Por formações continuadas (P2).

A Resolução CP/CNE nº 2/15, de 1º de julho de 2015, define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior, em cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura, assim como para a formação continuada. No Artigo 19, fica assegurado ao profissional da educação básica:

I - acesso à carreira por concurso de provas e títulos orientado para assegurar a qualidade da ação educativa; II - fixação do vencimento ou salário inicial para as carreiras profissionais da educação de acordo com a jornada de trabalho definida nos respectivos planos de carreira no caso dos profissionais do magistério, com valores nunca inferiores ao do Piso Salarial Profissional Nacional, vedada qualquer diferenciação em virtude da etapa ou modalidade de educação e de ensino de atuação; III - diferenciação por titulação dos profissionais da educação escolar básica entre os habilitados em nível médio e os habilitados em nível superior e pós-graduação lato sensu, com percentual compatível entre estes últimos e os detentores de cursos de mestrado e doutorado; IV - revisão salarial anual dos vencimentos ou salários conforme a Lei do Piso; (BRASIL, CNE/CP, 2015, srt. 19).

Ao trazermos este breve resgate da legislação, pode-se afirmar que o direito a educação de qualidade para as crianças pequenas passa pela qualificação profissional dos docentes. A carreira desses profissionais está garantida em lei, tendo como direito, o plano de carreira e o salário digno, conforme a Lei do Piso Salarial.

De maneira a contribuir para que as leis sejam cumpridas, o Ministério da Educação pública e dá seu aval para diversos documentos resultado de projetos de pesquisa estratégicos para a área, para que esses possam orientar aos sistemas de ensino, ora apresentando estratégias, ora subsídios, com o intuito de qualificação das políticas e práticas de educação infantil (PINTO; FLORES; 2016. p. 270).

Considerando os questionários respondidos, pode-se perceber que os profissionais da Educação Infantil sentem-se satisfeitos com o trabalho exercido dentro das instituições, mas não sentem-se valorizados no que se refere ao salário.

A aplicação do Trabalho de Conclusão de Curso ocorreu na XVIII Jornada Científica da Univel, nos dias 27 e 28 de outubro de 2020. A apresentação aconteceu de maneira online, devido a pandemia que estamos enfrentando por conta da Covid-19, objetivando

proporcionar ao público a compreensão de como as profissionais da Educação Infantil sentem-se desvalorizados em relação ao piso salarial e com relação à comunidade. O público alvo serão os participantes do evento.

5. Considerações Finais

O presente estudo possibilitou uma reflexão e um conhecimento sobre como os profissionais da Educação Infantil se sentem em relação a valorização da sua profissão. O artigo teve como objetivo identificar quais são as condições de trabalho destes profissionais, como funciona a formação continuada e se os mesmos se sentem valorizados. Diante disto, a problemática discutida no artigo, refere-se à formação para o ingresso na profissão, incentivos para a formação continuada e a progressão na carreira.

Esta pesquisa contribui para a produção teórica da área, pois busca fazer um breve resgate da história da formação do pedagogo, tendo uma visão panorâmica geral, para enfim chegarmos a algumas conclusões ou levantar alguns questionamentos acerca da valorização dos profissionais da Educação Infantil.

Foi importante refletir sobre as dificuldades que os professores sentem com relação a sua valorização, pois verificou-se que há uma defasagem entre o salário do professor de Educação infantil com o do professor de Ensino Fundamental Anos Iniciais, fazendo com que esses profissionais lutem por uma equiparação salarial.

Para a pesquisadora, as experiências vivenciadas foram de suma importância para a formação acadêmica, pois o contato com a realidade desses profissionais aponta caminhos de muitas lutas, onde busca-se sempre pela valorização, desde a busca pela formação continuada e reconhecimento profissional, até a questão salarial.

Por fim, constatou que os profissionais da Educação Infantil sentem-se valorizados dentro da instituição em que trabalham, porém, sentem uma defasagem em relação ao salário, onde confirmam que o Poder Público não cumpre com a Lei de Piso Salarial. Diante do exposto, podemos concluir que existe uma luta para que ocorra uma equiparação salarial desses profissionais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm Acesso em: 20 mar. 2020.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional Para a Educação Infantil**. v.1, p. 11-26, 1998. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf. Acesso em: 10 abril 2020

BRASIL. Lei nº 11.738, de 16 de junho de 2008. Lei do Piso Salarial Profissional. Presidência da República Casa Civil. Brasília, DF. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11738.htm#:~:text=L11738&text=LEI%20N%C2%BA%2011.738%2C%20DE%2016%20DE%20JULHO%20DE%202008.&text=Regulamenta%20a%20a%20C3%A9Dnea%20%E2%80%9Ce%E2%80%9D%20do,magist%C3%A9rio%20p%C3%ABlico%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20b%C3%A1sica . Acesso em: 28 mar. 2020.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica**. p. 80-82, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizeseducacaobasica-2013-pdf/file> Acesso em: 20 abril 2020.

BRASIL. **Plano Nacional da Educação**. Lei nº 13.005/2014. 2014 Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014> Acesso em: 17 abril 2020.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional Para a Educação Infantil**. v.1, p. 11-26, 1998. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf. Acesso em: 10 abril 2020.

CASCADEL. Lei Municipal nº 4.212/2006 Dispõe sobre a reestruturação do plano de cargo, carreira, salários e valorização dos professores da rede municipal de ensino, e da outras providências. 2006 Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/Pedagogia2/aidentpedagdiretrizesped.pdf. Acesso em: 25 mar. 2020.

CASCADEL. Lei Municipal nº 4.212/2006 Dispõe sobre a reestruturação do plano de cargo, carreira, salários e valorização dos professores da rede municipal de ensino, e da outras providências. 2006 Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/Pedagogia2/aidentpedagdiretrizesped.pdf. Acesso em: 25 mar. 2020.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GODOY, Arilda Schmitd. **Introdução à Pesquisa Qualitativa e suas possibilidades**. ERA – Revista de administração de empresas. São Paulo. v.35. n.2. p. 21. 1995. Disponível em: [file:///D:/Usuario%20backup/Nova%20pasta%20\(3\)/Godoy%201995%20artigo%202%20\(1\).pdf](file:///D:/Usuario%20backup/Nova%20pasta%20(3)/Godoy%201995%20artigo%202%20(1).pdf) Acesso em: 05 abril 2020.

PINTO, Adriana Flério Esteves; FLORES, Maria Luiza Rodrigues. **Formação Inicial e Valorização Das Professoras na Educação Infantil**. Faculdade de Educação da 710

UFRGS. 2016. p. 270. Disponível em:
<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/171135/001055779.pdf?sequence=1>

SERVIDOR, portal. **Plano de cargos.** Cascavel-PR. Disponível em:
http://www.cascavel.pr.gov.br/portal_servidor/ Acesso em: 28 mar. 2020.

O PROCESSO DA LINGUAGEM HÍBRIDA NA ALFABETIZAÇÃO DE UM ALUNO BRASIGUAIO EM UMA ESCOLA DE ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DE CASCAVEL- PR

Nathalia Hauch Pinto de Araújo¹
Sueli Gedoz²

Resumo: O presente artigo apresenta uma pesquisa sobre a linguagem híbrida de alunos brasiguaios e o olhar do professor para esse fenômeno. Trata-se de um estudo desenvolvido no município de Cascavel/PR, uma escola pública dos anos iniciais do Ensino Fundamental, na qual há turmas frequentadas por alunos brasiguaios. Para alcançar os objetivos deste artigo, foi elaborada a seguinte pergunta como problema de pesquisa: Como ocorre a linguagem híbrida, na oralidade e na produção escrita, do aluno brasiguai? Dessa forma, delimita-se a um estudo sobre como é verificada a linguagem híbrida na oralidade e na prática da escrita de um aluno brasiguai, matriculado em uma turma de alfabetização de uma escola de Cascavel/PR. Pesquisas nesse enfoque são justificadas pela necessidade valorizar o patrimônio cultural ignorado ou desconhecido dos sujeitos fronteiriços, no caso, os brasiguaios, bem como auxiliar na compreensão de como deve ser considerada a alfabetização de alunos nessa condição. A investigação desenvolvida se insere na pesquisa qualitativa/interpretativista, sendo enfatizado um estudo da oralidade e da produção escrita e foi desenvolvido por meio de uma pesquisa de campo com docentes que atuam com um aluno brasiguai. O artigo conta com aporte teórico os estudos de Moita Lopes (2002), Dalinghaus (2009), Pires-Santos e Cavalcanti (2010), Pires-Santos (1999, 2004), dentre outros estudos. Os resultados verificados revelam que a linguagem híbrida do aluno brasiguai não pode ser tratada como um problema de alfabetização, pois este aluno foi alfabetizado, mas no idioma espanhol.

Palavras-chave: Linguagem Híbrida. Aluno Brasiguai. Alfabetização.

1. Introdução

A região Oeste paranaense faz parte da Tríplice Fronteira: Brasil-Argentina-Paraguai, apresentando um cenário plurilíngue e pluricultural, pois é formada por diversas etnias e culturas, dentre elas: ucranianos, alemães, poloneses, italianos e outros. Por ser uma região de fronteira acaba atraindo então pessoas que transitam por esses países citados, e principalmente pelo Paraguai.

Por sua vez o Paraguai tem como sua capital a cidade de Assunção, a sua língua oficial é o guarani e o espanhol. Dentre essas pessoas que transitam por essa região encontra-se o brasiguai. Os brasiguaios são sujeitos que saíram do Brasil e foram morar no Paraguai e por algum motivo muitos retornam ao Brasil. Contudo, alguns não têm condições financeiras de retornarem à sua cidade. Ao retornarem ao Brasil, essas famílias, em busca de escolas para os filhos, encontram muitas dificuldades, dentre elas matricular

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia - Centro Universitário UNIVEL

² Orientadora Professora Doutora Sueli Gedoz, Curso de Pedagogia - Centro Universitário UNIVEL.

seus filhos. Já na escola, esse aluno alfabetizado em espanhol e guarani, apresenta a chamada linguagem híbrida em sua produção textual e, em muitos casos, também na oralidade. Trata-se da mistura do português e do espanhol. Vale lembrar que esse aluno recebeu de seus familiares o português falado.

Com base nisso, este trabalho destina-se a um estudo sobre a linguagem híbrida na oralidade e na escrita de um aluno brasiguaiio, durante o processo de alfabetização, pertencente a uma escola dos anos iniciais de Ensino Fundamental, de Cascavel-PR.

Podendo considerar que há o desrespeito ao ambiente plurilíngue e pluricultural e que tal desrespeito gera muitos conflitos, dentre os quais está o fato de crianças vindas do Paraguai serem consideradas como não alfabetizadas, estabelece-se a seguinte pergunta como problema de pesquisa: *Como ocorre a linguagem híbrida na oralidade e na produção escrita do aluno brasiguaiio?*

A importância deste tema para a educação é auxiliar o professor alfabetizador, para a sua formação docente e oferecer subsídios para reflexões e discussões sobre as dificuldades em lidar com o plurilinguismo e com o pluriculturalismo num contexto escolar, pois segundo Moita Lopes (2002, p. 93) “[...] a escola é um dos espaços institucionais mais importantes para aprendermos a nos constituir como seres sociais e também para construirmos os outros”.

Partindo do problema e das justificativas para a realização da pesquisa, o objetivo geral foi pautado em averiguar, na produção textual do aluno brasiguaiio e em sua oralidade, a linguagem híbrida. Quanto à metodologia da pesquisa, foi utilizada a categoria de pesquisa qualitativa e explicativa, enfatizando um estudo junto a docentes que atuam com alunos brasiguaios. Foi realizada uma entrevista com professoras de uma turma de alfabetização, verificando como as docentes percebem a linguagem híbrida na oralidade e na escrita da criança.

No que tange à organização das informações deste trabalho, o artigo apresenta inicialmente uma breve contextualização histórica dos povos brasiguaios, seguida de uma seção que informa sobre a diversidade linguística, o estigma e o preconceito linguístico. A seção teórica final é destinada a apresentação da linguagem híbrida do aluno brasiguaiio. Após isso, há uma apresentação da metodologia, dos resultados e das considerações finais.

2. Contextualização Histórica dos Povos Brasiguaios

Para se iniciar o estudo é importante realizar uma retrospectiva histórica sobre o brasiguai. As emigrações do povo brasileiro se iniciaram em 1950 para o Paraguai, mas foi com a construção da Itaipu que esse processo se intensificou na década de 1970. Essas migrações entre Brasil e Paraguai, se deram a partir das redefinições geopolíticas dessas novas áreas sobre influência do Brasil. (ALBUQUERQUE, 2009).

Com a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, na fronteira entre o Brasil e o Paraguai, muitas famílias camponesas foram expulsas ou venderam seus lotes de terra, no Paraná e em Santa Catarina. Com a venda de suas terras, era possível, adquirir uma quantidade terra maior do outro lado do limite, ou seja, no Paraguai, e assim essas pessoas eram atraídas pelo preço reduzido da propriedade rural, pelo valor mínimo de impostos. Mas ao chegarem no Paraguai, muitos brasileiros perderam suas terras, ou passaram por outros conflitos, financeiros, socioemocionais ou expulsão, entre outros. Por esses motivos, muitos brasileiros retornam ao Brasil com suas famílias. O termo brasiguai surge em 1985, com este retorno ao Brasil dos primeiros grupos de brasileiros que foram expulsos do Paraguai, devido à concentração da terra, da mecanização da agricultura, do fim dos contratos de arrendamento e dos créditos agrícolas facilitados nas décadas anteriores. (ALBUQUERQUE, 2009).

De acordo com Sprandel (1992) o termo brasiguai é designado para denominar um grupo de homens e de mulheres sem pátria. E nesta pesquisa, este termo será utilizado para designar um grupo de famílias que vivem em situação de exclusão e/ou de reclusão sócio espacial há gerações

Com base em Albuquerque (1999), o termo brasiguai não é aceito pelos brasileiros que têm algum recurso econômico, político ou cultural. Para muitos brasileiros a palavra está associada ainda àqueles que não tem documentos, pobres, marginalizados. Dizer que é paraguaio é mais valorizado que dizer que é brasiguai, pois significa gente pobre, marginal, pé rapado.

Ao propor este desafio de realizar a pesquisa sobre o aluno brasiguai, deve-se compreender que os mesmo são “sujeitos fronteiriços”, ou seja, sujeitos que vivem em uma região entre dois países, sendo eles, Paraguai e o Brasil. Trata-se, de sujeitos que foram marcados pelas culturas que os unem e os desunem através das barreiras que, com base em Albuquerque (2010, p. 33), pode “[...] desmarcar ou apagar os limites

culturais entre os grupos sociais e as barreiras epistemológicas e metodológicas entre as áreas do conhecimento”.

3. Diversidade Linguística, Estigma e Preconceito Linguístico

Durante o período da colonização brasileira, o colonizador português tentou impor o seu idioma nativo, porém o Brasil que é um território extenso, sofreu uma grande diversidade linguística, do que podemos chamar de sotaques regionais. Esta imposição da língua portuguesa, foi uma estratégia para dominar, ocupar e demarcar fronteiras. Cavalcanti (1999) posiciona-se defendendo o multilinguismo no Brasil. A autora pontua que “Esse mito é eficaz para apagar as minorias, isto é, as nações indígenas, as comunidades imigrantes e, por extensão, as majorias tratadas como minorias, ou seja, as comunidades falantes de variedades desprestigiadas do português.” (CAVALCANTI, 1999, p.387)

O Brasil é um dos países com maior diversidade linguística, dentre elas estão as línguas indígenas, línguas de imigração, sinais, línguas crioulas entre outras. Este patrimônio cultural é ignorado ou desconhecido por grande parte da população brasileira. Como a educação ainda é privilégio de muita pouca gente em nosso país, uma quantidade gigantesca de brasileiros permanece à margem do domínio de uma norma culta. Assim, da mesma forma como existem milhões de brasileiros sem terra, sem escola, sem teto, sem trabalho, sem saúde, também existem milhões de brasileiros sem língua. (BAGNO, 2007 p.16).

O preconceito linguístico é uma realidade na sociedade brasileira, e é refletido nas escolas onde o indivíduo inicia o seu aprendizado para a vida. De acordo com Bagno (1999) existem várias formas de preconceito linguístico, sendo elas, o preconceito na pronúncia e na gramática.

A educação no Brasil, se primou pela língua padrão, esta língua é exigida em concursos ou é critério para ter uma acessibilidade social no país. Nas escolas se tornou algo comum ao longo dos anos que haja um estudo sistematizado da língua portuguesa nas escolas, não existe língua padrão, “[...] todas as línguas mudam, que toda língua é um grande corpo em movimento, em formação e transformação, nunca definitivamente pronto.” (BAGNO, 2002, p. 10).

No Brasil, as variações linguísticas presentes carregam suas riquezas, heranças culturais e representam a identidade do povo brasileiro. Pela individualidade de cada povo,

essas variações podem sofrer influência de vários fatores, pois “esse caráter individual da fala é responsável pela diversidade da língua: cada falante acaba utilizando-a de maneira peculiar, de modo que a forma utilizada por um falante individualmente é diferente da utilizada pelos demais” (TERRA, 2008, p. 84).

Sabe-se que muitos alunos são desrespeitados dentro do contexto escolar, dentre eles, os brasiguaios. Estes passam por situações de estigmatização e de desrespeito em vários níveis, como a proibição de falar e escrever sua própria língua dentro da escola (DALINGHAUS (2009).

4. A Linguagem Híbrida do aluno Brasiguai

Os estudos que os pesquisadores citados apresentam, partem do pressuposto que, a escola tem dificuldade em lidar com a linguagem híbrida dos alunos brasiguaios. Pires Santos e Cavalcanti (2010) explicam que os alunos brasiguaios, são considerados fracos e propícios à reprovação, pois não dominam o português padrão.

Como cita Amaral (2018), ao retornarem ao Brasil, muitas famílias de brasiguaios, ao tentarem matricular seus filhos em uma escola de rede municipal, encontram certa dificuldade em realizar essas matrículas e as crianças serem aceitas, pois em alguns casos a escola não aceita, por motivos de não terem profissionais que saberão lidar com este aluno brasiguai. Quando são matriculados, muitos desses têm muita dificuldade em escrever, em ler o novo idioma que neste caso é o português, esta criança por ser alfabetizada no espanhol, acaba fazendo trocas na escrita, com o português e o espanhol, por conta dessa dificuldade estas crianças são tratadas como não alfabetizadas (AMARAL,2018).

García (2009, p. 283) informa que a linguagem híbrida está relacionada à implantação de repertório linguístico completo de um falante sem considerações pela adesão vigilante aos limites definidos social e politicamente. Portanto, com amparo em Hall (2006) entende-se que “[...] as pessoas pertencentes a essas culturas híbridas habitam, no mínimo, duas identidades, e falam duas linguagens culturais, a traduzir e a negociar entre elas” (HALL, 2006, p. 89).

Para Pires-Santos (1999, 2004), qualquer diferença toma a dimensão de uma anomalia que é preciso normalizar e uma das maneiras utilizadas é justamente homogeneizar, e, para o aluno, esse processo pode ser doloroso, pode resultar em uma marca pela incapacidade.

No Brasil, muitos desses alunos brasiguaios se sentem oprimidos em sala de aula, muitas vezes resultando em comportamento mais tímido, recatado. Assim, se invisibilizam, “[...] buscam justamente apagar sua linguagem híbrida e se identificarem com o grupo de maior prestígio, os estabelecidos da comunidade escolar e do entorno social” (PIRES-SANTOS, 2004, p. 8). O idioma deles, nesse caso, acaba sendo uma barreira no contexto escolar. Há, então, muito preconceito quanto à fala e a escrita dos brasiguaios em sala de aula, o que leva tais alunos estrangeiros a serem tratados com descaso pelos demais colegas, gerando um certo constrangimento quanto à sua linguagem, resultando em uma cobrança deles próprios quanto à fala do português padrão “correto”.

5. Metodologia

O presente artigo trabalha na perspectiva da abordagem qualitativa e quanto aos objetivos trata-se de uma pesquisa explicativa, enfatizando a linguagem híbrida Bortoni Ricardo (2008, p.136) explica o paradigma de pesquisa voltado aos estudos qualitativos, diferenciando-os do quantitativo:

Na área da pesquisa educacional, o paradigma positivista de natureza quantitativa, sempre teve maior prestígio, acompanhando o que ocorre nas ciências sociais em geral. No entanto, as escolas, especialmente as salas de aula, provaram ser espaços privilegiados para a condução de pesquisa qualitativa, que se constrói com base no interpretativismo.

Também foi utilizada a pesquisa explicativa que foi realizada por meio de um estudo com coleta e análise de dados (GIL, 2009). Toda a análise de dados se deu baseada nos autores já mencionados. Ao início desta pesquisa, foram realizadas leituras de textos teóricos sobre o tema, para assim fundamentar e orientar o estudo, caracterizando-se assim como uma pesquisa bibliográfica.

O estudo de caso foi realizado numa escola em que há uma turma com um aluno brasiguai. Trata-se de uma escola pública municipal e de uma turma de alfabetização, 1º ano do Ensino Fundamental A pesquisa de estudo caso representa um conjunto de casos análogos, por ele significativamente representativo. (ANDRÉ, 2005).

Os instrumentos de coleta de dados desta pesquisa foram dados secundários, pois se pauta em estudos disponíveis desenvolvidos em artigos, teses, livros, legislação e documentos oficiais que norteiam o ensino.

A pesquisa também contou com dados primários, pois foi realizada uma entrevista semiestruturada com professores da turma em que se encontra o aluno brasiguaió. O objetivo desta entrevista foi averiguar como o professor percebe a linguagem híbrida na oralidade e escrita do aluno brasiguaió, quais são as metodologias e encaminhamentos que o docente realiza com este aluno, ou se o professor ao corrigir, compreende a linguagem híbrida do aluno, pois como já mencionado, o aluno sabe ler, escrever no seu idioma nativo, o espanhol. Para Triviños (1987, p. 146) a entrevista semiestruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa.

O interesse de pesquisa estava voltado a uma análise das atividades escritas, presentes no caderno do aluno brasiguaió. Devido ao momento de pandemia vivenciado, ocasionado pela COVID-19, no qual o contato da pesquisadora com o aluno não é permitido pela escola, foi realizada apenas a entrevista com as docentes da turma de alfabetização. Então, participaram da entrevista semiestruturada, a professora regente da turma de 1º ano na qual encontra-se matriculado o aluno brasiguaió e a professora de língua espanhola da mesma turma. Os dados obtidos nas entrevistas revelam certos contrapontos na linguagem híbrida do aluno, visto trata-se de um processo de alfabetização.

6. Resultados

Os dados a seguir apresentados foram coletados com duas professoras, do Ensino Fundamental que atuam em uma turma de alfabetização, 1º ano, em uma escola pública do município de Cascavel/PR. Os dados foram obtidos por intermédio de uma entrevista. Para esta apresentação, devido à extensão permitida ao trabalho, foi feito um recorte nos dados obtidos. Durante a análise dos dados, as professoras que participaram da entrevista são denominadas como Professora 1 e a Professora 2. Vale ressaltar que a Professora 1 é a alfabetizadora do aluno brasiguaió, e a Professora 2 é da disciplina de Espanhol do aluno.

A primeira pergunta lançada refere-se ao reconhecimento do aluno brasiguaió na turma, em sala de aula. Então foi questionado às docentes: Como você percebe que seu aluno é brasiguaió, o que faz você perceber isso? O quadro abaixo demonstra as respostas obtidas:

Quadro 1: Reconhecimento do aluno brasiguaiio

Professora 1	Percebo um pouco pelo sotaque e também quando ele conversava comigo em sala de aula relatando fatos sobre o Paraguai e o lugar onde ele morava. Em alguns momentos já chegou a utilizar a escrita em espanhol no caderno, mas no decorrer do tempo com a alfabetização brasileira já não fazia mais isso.
Professora 2	Tenho dois alunos brasiguaios, percebo pelo som que respondem quando são interpelados, no caso da fonética

Fonte: Dados gerados por meio da entrevista realizada com as docentes (2020)

Conforme ressaltado pelas professoras, elas identificam o aluno brasiguaiio pela a sua oralidade e na sua escrita, por este aluno ter sido alfabetizado no Paraguai a sua primeira língua é o idioma espanhol, e por mais que alfabetização brasileira esteja em percurso, com a língua português, o aluno ainda demonstra dificuldade em escrever e as vezes falar o português. A linguagem híbrida do aluno brasiguaiio, mescla o espanhol com o português, na produção escrita (AMARAL, 2018).

Na sequência, as docentes foram questionadas sobre as atividades solicitadas aos alunos brasiguaios e como elas são realizadas. As docentes apresentam informações diferentes quanto à realização dessas atividades, devido à facilidade do aluno com a língua espanhola.

Quadro 2: Realização das atividades solicitadas pelos docentes.

Professora 1	Algumas atividades ele realiza e outras não, pois ainda tem muita dificuldade em escrever o português sem a minha ajuda, pelo fato de seus pais serem paraguaios, noto que até eles têm dificuldade em escrever o nosso idioma. Porém o aluno é bem tímido nas aulas.
Professora 2	Em minha aula ele realiza as atividades sem problemas, pelo fato de ser a disciplina de espanhol.

Fonte: Dados gerados por meio da entrevista realizada com as docentes (2020)

Pode-se afirmar com base nessas respostas que este aluno está tendo dificuldade em falar e escrever o novo idioma, que neste caso é o português e, mesmo com as professoras dando a devida atenção ao aluno ele demonstra essa dificuldade. Isso pode ocorrer pelo fato de seus pais serem paraguaios e também demonstrarem essa dificuldade. Outro aspecto importante é o fato de o aluno não querer escrever sem a ajuda da professora regente da turma, o que demonstra sua insegurança na escrita na língua portuguesa. Desse modo, a linguagem híbrida não é verificada quando há ajuda da professora, mas quando o aluno escreve sozinho, o hibridismo aparece em suas produções.

Como cita Santos (1999), até começarem a escrever na escola, são vistos como alunos comuns, pois, aparentemente, a língua que falam não difere dos outros alunos. É preciso apontar, que quase não se ouve a voz dessas crianças na escola. A timidez do alunos, mencionada na resposta da professora e nos estudos de Santos (1999), demonstra que tais alunos se sentem oprimidos em sala de aula no Brasil, muitas vezes resultando em comportamento mais tímido, recatado. Assim, para se invisibilizarem, “[...] buscam justamente apagar sua linguagem híbrida e se identificarem com o grupo de maior prestígio, os estabelecidos da comunidade escolar e do entorno social” (PIRES SANTOS, 2004, p. 8). Esse comportamento não é demonstrado quando o aluno frequenta as aulas de língua espanhola, visto ter familiaridade com o idioma.

Dando continuidade à entrevista, o enfoque voltou-se para a questão da linguagem híbrida na produção escrita do aluno. As docentes foram questionadas: de que maneira os aspectos relacionados à linguagem híbrida são avaliados na produção escrita do aluno? As docentes apresentaram as respostas.

Quadro 3: Linguagem híbrida na avaliação da produção escrita do aluno

Professora 1	Analisando a sua produção escrita, o aluno mostra muito a sua linguagem híbrida, eu observo claramente as dificuldades que ele possui e ainda percebo que ele tenta não falar o espanhol em minhas aulas.
Professora 2	O aluno é mais ativo em minha disciplina, eu avalio o espanhol, que sempre é escrito perfeitamente.

Fonte: Dados gerados por meio da entrevista realizada com as docentes (2020)

A partir destas respostas, é visto que este aluno mostra a sua linguagem híbrida em sua escrita, observada pela professora 1 que é a alfabetizadora, ela ainda faz o relato que este aluno em suas aulas tenta não falar o espanhol, idioma nativo, sendo que o mesmo foi alfabetizado no Paraguai.

De acordo com Amaral (2010) o idioma dos alunos brasiguaios, nesse caso, acaba sendo uma barreira no contexto escolar. Há, então, muito preconceito quanto à fala e a escrita dos brasiguaios em sala de aula, o que leva tais alunos estrangeiros a serem tratados com descaso pelos demais colegas, gerando um certo constrangimento quanto à sua linguagem, resultando em uma cobrança deles próprios quanto à fala do português padrão. Pires-Santos e Cavalcanti (2010) explicam que os alunos brasiguaios, são considerados, nas escolas brasileiras, como alunos “fracos” e propícios à reprovação, pois não dominam o português padrão.

Já o relato da professora 2, demonstra que não ocorre o hibridismo quando se trata do idioma espanhol, já que este é dominado pelo aluno brasiguai. Os alunos encontram-se numa fase de reconhecimento da língua portuguesa sem apagar sua cultura na língua espanhola, mantendo-a nas suas relações e reconhecendo sua importância. De acordo (HALL, 2006, p. 89), entende-se que “[...] as pessoas pertencentes a essas culturas híbridas habitam, no mínimo, duas identidades, e falam duas linguagens culturais, a traduzir e a negociar entre elas”.

De acordo com essas perguntas que foram respondidas pelas duas professoras do aluno brasiguai, pode-se concluir que este aluno sofre da linguagem híbrida. Pelos relatos obtidos das professoras, pode-se analisar que este aluno possui muita dificuldade em realizar as atividades sem o auxílio da professora alfabetizadora, mas nas aulas da disciplina de espanhol este aluno não possui dificuldade, pois já foi alfabetizado no Paraguai, seu país nativo, sendo a alfabetização realizada no idioma espanhol.

7. Considerações Finais

A região do Oeste do Paraná, apresenta um cenário plurilíngue e pluricultural por ser uma região de fronteira, considerada assim como cenário de fenômenos migratórios, pois acaba atraindo pessoas que transitam pelos países, um desses países é o Paraguai. Assim encontra-se o sujeito dessa pesquisa, o brasiguai, denominados assim, pois são brasileiros que foram residir ao Paraguai e regressaram para o Brasil.

As discussões levantadas pelas entrevistas com as professoras, mostram que o aluno brasiguai, possui dificuldade em realizar as atividades sugeridas pela professora alfabetizadora. Com a ajuda da docente realiza sem nenhuma dificuldade, mas sem a ajuda da professora ele demonstra uma certa dificuldade, também mostra dificuldade na sua oralidade, sendo assim, constatada a sua nacionalidade pela forma que o aluno conversa com a professora. Mas na disciplina de Espanhol, este aluno não demonstra nenhuma dificuldade.

A professora alfabetizadora demonstrou ter muito cuidado e preocupação com o aluno brasiguai, tentando sempre ser bem participativa, para que o aluno não tenha dificuldade com o novo idioma o português, mas neste caso o aluno deve aprender o português como um idioma estrangeiro, pelo fato do mesmo já ser alfabetizado.

Diante esses fatos apresentados com as entrevistas realizadas com as docentes, espera-se contribuir para reflexões docentes sobre o assunto e também um possível

surgimento de novas pesquisas nesta área no curso de Pedagogia. Também que esta pesquisa sirva para estudos para os professores, ao notar que um de seus alunos é brasiguai, para assim este professor se sensibilizar com este aluno. Sendo assim se vê a necessidade de haver uma criação de disciplinas nesta área no curso de Pedagogia, para o professor saber lidar e saber constatar a linguagem híbrida, quando deparar-se com um aluno estrangeiro.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, José Lindomar. **A Dinâmica das Fronteiras: Deslocamentos e Circulação dos “Brasiguai” entre os limites nacionais.** 2009, Porto Alegre, ano 15, n. 31, p. 137-166, jan./jun. 2009.
- AMARAL, Cintya Hendy. **Translinguagem- aluno brasiguai.** 2018 Monografia. (Curso de Letras-Português/Espanhol) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Cascavel/Pr, 2018.
- ANDRÉ, Marli E. D. A. de. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional.** Brasília: Líber Livro, 2005.
- BAGNO, Marcos. A inevitável travessia: da perseguição gramatical à educação linguística. In: STUBBS, Michael; GAGNÉ, Gilles. **Língua materna: letramento, variação & ensino.** São Paulo; Parábola, 2002, p. 13-84
- BAGNO, Marcos. **Nada na língua é por acaso:** por uma pedagogia da variação linguística. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna:** a sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola, 2004.
- CAVALCANTI, Marilda Couto. Estudos sobre educação bilíngüe e escolarização em contextos de minorias linguísticas no Brasil. **D.E.L.T.A.**, v.15, n. especial, 1999, p. 385-417.
- DALINGHAUS, Ione V. **Alunos brasiguaios em escolas de fronteira Brasil/Paraguai.** Um estudo linguístico sobre aprendizagem do Português em Ponta Porá, MS. Cascavel: Dissertação de Mestrado. UNIOESTE, 2009.
- GARCÍA, Ofélia. **Bilingual Education in the 21st Century:** a global perspective: Oxford: WileyBlackwell, 2009.
- GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2006.

MOITA-LOPES, Luiz Paulo da. **Identidades Fragmentadas**: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula. Campinas: Mercado de Letras. 2002.

PIRES-SANTOS, Maria Elena; CAVALCANTI, Marilda Do Couto. Ambivalência de termos e conceitos: implicações para a linguagem híbrida em contexto de fronteiras. **Revista Línguas & Letras**, Cascavel, v. 11, n. 20, p.33-50, 2010.

PIRES-SANTOS, Maria Elena. **O cenário multilíngue/multidialeto/multicultural de fronteira e o processo identitário “brasiguaios” na escola e no entorno social**. 2004. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) - Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2004.

PIRES-SANTOS, Maria Elena. **Fatores de risco para o sucesso escolar de crianças “brasiguaios” nas escolas de Foz do Iguaçu**: uma abordagem sociolinguística. 1999. 228 f. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal do Paraná, Curitiba/PR, 1999.

SPRANDEL, Marcia Anita. Brasiguaios: **Conflitos e Identidades em Fronteiras Internacionais**. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: PPGAS, Museu Nacional, 1992.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987

O USO DA PSICOLOGIA NA EDUCAÇÃO COMO FERRAMENTA PARA IDENTIFICAÇÃO E MEDIAÇÃO DA BAIXA AUTOESTIMA: UMA ANÁLISE EM ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL DE CASCAVEL-PR

Deize Motcinski¹
Lademir Renato Petrich²

Resumo: O tema desta pesquisa refere-se ao uso da Psicologia como ferramenta para a identificação e mediação da baixa autoestima de alunos do 5º ano de uma escola pública de Cascavel-PR. A pesquisa procurou investigar de que maneira a autoestima influencia no processo de aprendizagem, como são os procedimentos adotados por um professor do 5º ano, por uma pedagoga e uma psicóloga atuantes na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, e qual a importância da Psicologia frente a este contexto. O estudo ampara-se em uma pesquisa qualitativa, explicativa, bibliográfica e de campo. A coleta de dados primários deu-se por meio de questionários no formato remoto utilizando o Google Forms, para os dados secundários foram utilizadas fontes bibliográficas. O impacto da autoestima sobre a vida da criança fica evidente quando a mesma sente-se insegura, incapaz, incrédula de suas capacidades. Os resultados alcançados demonstram que há evidências que associam a autoestima a dificuldades no processo de aprendizagem, bem como foi possível identificar os procedimentos adotados para o processo de análise na identificação e mediação da baixa autoestima. Verificou-se ainda, que a Psicologia no contexto educacional é importante, pois existem aspectos que são passíveis de identificação somente por um profissional, proporcionando formas de ação frente ao contexto causador da dificuldade.

Palavras-chave: Rede Pública de Cascavel. Psicologia. Autoestima.

1. Introdução

Há toda uma série de elementos e questões que ultrapassam os âmbitos pedagógicos e o alcance técnico dos profissionais da educação. No caso da autoestima, o apoio psicológico na educação pode auxiliar a superar obstáculos que estejam obstruindo o processo de ensino/aprendizagem.

A pesquisa delimitou-se a um estudo de análise, que buscou verificar a importância da autoestima no processo de ensino/aprendizagem, bem como o uso da psicologia no contexto educacional pode contribuir para que haja uma identificação da baixa autoestima. Nesta perspectiva a pesquisa foi realizada com um professor da turma do 5º ano da Escola Municipal de Cascavel-PR, por meio de questionário com o professor que atua na turma do 5º ano da escola, psicóloga e pedagogo atuantes na Secretaria Municipal de Educação - SEMED.

¹ Acadêmico do Curso de Pedagogia da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL

² Orientador: Doutor em Ciência da Religião Professor dos Cursos Superior Licenciatura da Univel – Centro Universitário UNIVEL.

A presente pesquisa buscou analisar quais são os procedimentos adotados tanto pelos professores, quanto pelos profissionais de psicologia e pedagogos atuantes na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, para identificação e mediação da baixa autoestima, bem como verificar a importância da autoestima no processo de ensino/aprendizagem de alunos do 5º ano da Escola Municipal Mário Pimentel de Camargo, no Município de Cascavel-PR.

2. Autoestima

Não confiar em si mesmo, pensar muito para tomar decisões, medo de desafios, são algumas características de quem sofre com a baixa autoestima. As causas geralmente têm início na infância, em virtude de inúmeras razões, como: castigos, abusos, negligência, falta de carinho, preconceito, entre outros. Essas experiências negativas prejudicam o desenvolvimento, pois influenciam na forma em que o indivíduo pensa, bem como na imagem que tem de si mesmo. Moyses (2012) defende que:

O sentimento de valor que acompanha a percepção que temos de nós próprios se constitui na nossa autoestima. Ou seja, ela é a resposta no plano afetivo de um processo originado no plano cognitivo, é a avaliação daquilo que sabemos a nosso respeito: gosto de ser assim ou não? (MOYSES, 2012, p. 18).

Portanto, a autoestima nos revela a percepção e julgamento que a pessoa faz de si mesmo, se é merecedora de reconhecimento e respeito, capaz de enfrentar desafios do dia-a-dia.

A criança aprende com as atitudes e rótulos que recebe, isso se dá quando o adulto a parabeniza, felicita ou briga e repreende por suas ações. Saber como analisar a situação e como contorná-la de forma que a criança não se sinta rejeitada ou com medo de ser tratada de forma ríspida, vai fazer com que a mesma não tenha medo de errar novamente, uma vez que o erro faz parte do processo de aprendizagem.

Para Moyses (2012), rotular a criança pode:

Após certo período de tempo e com a repetição de padrões de comportamento, aquilo que surgiu como um processo interpessoal começa a ser incorporado à própria estrutura cognitiva da criança, tornando-se pessoal. Agora é ela mesma quem se aplaude diante do desafio finalmente vencido ou se acabrunha ante o fracasso (MOYSES, 2012, p. 20).

Briggs (2002) também já afirmava que “[...] toda a criança assimila, em sua autoimagem os rótulos negativos e passa a se ver de acordo com eles [...] para realmente estimular, você deve passar do julgamento para o comentário que provoque uma reação” (BRIGGS, 2002, p. 96).

Se o comentário positivo provoca uma reação também positiva, faz-se necessário que a posição da escola e das pessoas com as quais a criança mantém contato seja a de não rotular, mas sim de oferecer diálogo, tornando-a consciente de que erros podem ocorrer, e que errar não a torna inferior às demais pessoas.

2.1 A Baixa Autoestima e a aprendizagem

A autoestima é influenciada pelo contexto social, familiar, comunitário e pessoal, tendo também seus reflexos observados no processo ensino/aprendizagem. Sendo assim é importante reconhecer a diversidade das configurações familiares existentes nos dias de hoje. “A autoestima está projetada na medida da convivência da criança com seus pais, familiares, passando pelo convívio escolar, com os amigos e outras pessoas próximas, a partir do tratamento que deles recebe” (MENDES *et al*, 2017, p. 11).

Uma autoestima elevada é condição associada ao bom desempenho escolar. Na pesquisa realizada no ambiente escolar por Stevanato *et al* (2003) “Há relato de que crianças com dificuldades de aprendizagem podem ter uma imagem mais negativa de si quando comparadas a outras que não apresentam essa dificuldade” (STEVANATO *et al*, 2003 apud MENDES *et al*, 2017, p. 11).

Portanto a ideia que a criança e/ou adolescente faz de si mesmo, vai interferir no aprendizado escolar, pois se pensa ser incapaz, seu comportamento será da mesma forma, suas expectativas não serão alcançadas, deixando de acreditar na própria capacidade ele assume o sentimento de reprovação de si.

2.2 Contexto de aprendizagem e desenvolvimento de alunos do Ensino Fundamental anos iniciais

Na primeira idade escolar a criança começa a dominar a imaginação e a fala, que as ajudam a formar significados de objetos na primeira infância. Ao final da primeira idade escolar a imaginação é incorporada a esfera afetiva, transformando assim as emoções em sentimentos controlados pela consciência (GORLOVA, 2020).

Para cada idade há a influência do adulto no seu desenvolvimento. Ao transformar as emoções em sentimentos controlados pela consciência, há que se observar a que tipo de emoção esta criança esta sendo exposta.

Segundo Piaget (1999, p. 15) a criança passa por três etapas correspondentes a faixa de idade dos 0 aos 2 anos (período de lactância), de 2 aos 7 anos (segunda parte da primeira infância) e dos 7 aos 12 anos, (segunda infância) etapa da formação da personalidade, operações intelectuais.

Ao passar por estas etapas a criança passa a conhecer o mundo ao seu redor, observando e utilizando os sentidos levando-as a interação com o meio ao qual estão inseridas.

Piaget considera o período dos sete a onze ou doze anos como o período das operações concretas, caracterizado como sendo a fase de transição da ação para as estruturas lógicas gerais. São capazes de realizar a classificação e a seriação, como compensações complexas, razão proporção, e na sequência a probabilidade e indução de leis ou correlação (SOUZA; WECHSLER, 2014 p. 143).

Neste estágio a criança também desenvolve noções de tempo, velocidade, ordem, espaço e causalidade além da reversibilidade. (GOULARTE, 2005, p. 63).

Piaget ainda salienta que é nesta fase que a criança substitui a brincadeira pelos jogos e competições, e ocorre uma evolução na afetividade, uma vez que o sujeito passa a coordenar pontos de vista de forma recíproca com coesão e autonomia (PIAGET, 1999, p. 53).

Fica evidente que várias mudanças estão ocorrendo com os alunos nesta fase e tais mudanças estão diretamente relacionadas ao ambiente, a sociedade e as praticas nas quais estão inseridas e são fatores determinantes para a formação intelectual, física e psicológica.

2.3 O uso da psicologia no contexto educacional

Ao abordar o uso da psicologia no contexto educacional, faz-se necessário compreender os conceitos ligados à psicologia da educação, quais sejam: aprendizado, educação e psicologia. “A psicologia está relacionada ao estudo de como nós humanos pensamos, a educação como um processo de transmissão de conhecimento e o aprendizado é o modo de como se dá a aquisição de novos conhecimentos” (COELHO, 2014, p. 2-3).

Segundo o mesmo autor podemos definir a psicologia da educação como: “A área da psicologia que estuda princípios, técnicas e conceitos psicológicos aplicados no contexto educativo com o objetivo de promover o desenvolvimento adequado do aprendiz para a vida adulta” (COELHO, 2014, p. 3).

Antunes traz a seguinte definição de psicologia educacional e psicologia escolar:

Pode-se entender a psicologia educacional como um dos fundamentos científicos da educação e da prática pedagógica e a psicologia escolar como modalidade de atuação profissional que tem no processo de escolarização seu campo de ação, com foco nas relações que se estabelecem na escola e em seus correlatos (ANTUNES, 2011, p. 11).

Sabemos que a aquisição de conhecimento ocorre no decorrer da vida, não existindo um limite de idade. Sendo assim, o processo educativo é para toda a vida do sujeito e que tal processo sofre influência de diversos fatores.

Os autores Souza, Petroni e Bremberger, afirmam que: “[...] é o interesse da Psicologia: as subjetividades que são produzidas nas e pelas relações” (SOUZA; PETRONI; BREMBERGER, 2007, p. 105). Partindo desta afirmativa verificou-se que o uso da psicologia no contexto educacional pode oferecer suporte para uma compreensão e percepção adequadas no que tange as formas de relacionamento de forma geral, atrelados a fatores que influenciam no desenvolvimento e conseqüentemente no processo de aprendizagem dos alunos.

3. Metodologia

A presente pesquisa amparou-se em uma pesquisa qualitativa, visto que teve a intenção de analisar como o uso da psicologia no âmbito educacional contribui para a identificação e mediação da baixa autoestima. Conforme Silva (2008) a pesquisa qualitativa, “[...] têm-se preocupado com o significado dos fenômenos e processos sociais, levando em consideração as movimentações, crenças, valores, representações sociais e econômicas, que permeiam a rede de relações sociais” (SILVA, 2008, p. 29).

Quanto aos objetivos, a investigação baseou-se em uma pesquisa explicativa, pois há uma tentativa de explicar de que forma a baixa autoestima influencia no processo de ensino e aprendizagem. Os procedimentos técnicos utilizados foram: pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. A pesquisa bibliográfica deu-se por meio de livros e artigos e outros materiais já escritos e documentos oficiais acerca do tema. Já a pesquisa de campo realizou-se por meio de levantamento de dados e informações para melhor compreender como ocorre o processo de identificação e mediação da psicologia em relação à baixa autoestima auxiliando no processo de ensino e aprendizagem.

A pesquisa traz dados secundários, utilizando fontes bibliográficas coletadas em livros, artigos científicos, legislação, capítulos de livros entre outros materiais

bibliográficos. Dados primários também foram utilizados, pois a pesquisa foi desenvolvida por meio de questionário, envolvendo um professor atuante no quinto ano de uma Escola Pública de Cascavel-PR, e por uma psicóloga e uma pedagoga atuantes na Secretaria Municipal de Educação - SEMED. Em razão da situação atual, causada pela pandemia da Covid-19, os questionários foram realizados no formato remoto, utilizando o Google Forms. Os questionários foram realizados com base em três questões diretamente relacionadas a importância da psicologia no contexto da educação.

A presente pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, CEP, Univel, por meio de parecer Consubstanciado número 029/2020.

4. Resultados

Em relação ao questionário aplicado aos participantes da pesquisa, objetivamos identificar a importância da autoestima no processo de ensino/aprendizagem, bem como o uso da psicologia no contexto educacional. Os participantes do estudo foram chamados de PF, PS e PG (Professor, Psicóloga e Pedagoga), a fim de manter o anonimato.

Os participantes foram questionados sobre a percepção de que determinado aluno está apresentando sinais de dificuldade de aprendizagem relacionados à baixa autoestima e como se dá a recepção de casos de dificuldade de aprendizagem na Secretaria Municipal de Educação.

Quadro 1 – Percepção e recepção de casos de dificuldade de aprendizagem relacionados à baixa autoestima

PF	É possível um auto denegrimiento da capacidade de resolver determinadas atividades propostas em sala, “eu não consigo”, “sou burro não adianta professor”, “esse negócio é muito difícil para mim”.
PS	Inicialmente são avaliados pelos assessores das escolas e posteriormente encaminhados para avaliação no setor de Educação Especial.
PG	Temos uma equipe que assessoram as escolas, nestes assessoramentos faz-se um levantamento dos alunos com dificuldades com a equipe escolar decidem os encaminhamentos que deverão fazer para o aluno com dificuldade, que poderá ser reforço, atividades diferenciadas ou até avaliação em contexto com encaminhamento para Sala de Recursos Multifuncional.

Fonte: Dados obtidos na pesquisa de campo, 2020.

A partir da resposta do professor elencada, nota-se que existe sinais de baixa autoestima associadas à dificuldade na aprendizagem. Ao se julgar incapaz de realizar alguma ação ou tarefa o aluno evidencia os sentimentos e julgamentos que estão

influenciando as suas ações.

A ideia que a criança faz de si mesma reflete em diversas escolhas e até mesmo na falta delas, essa criança pode ter sua criatividade, produtividade, integridade afetados, influenciando diretamente na forma como vive todas as áreas da vida (BRIGGS, 2002, p. 5).

Com relação ao apontado pela psicóloga e pela pedagoga, observamos que tal identificação se dá por meio de avaliação de uma equipe, deve decidir quais os métodos e recursos que serão utilizados para que este aluno possa superar as dificuldades no aprendizado.

Os autores Souza, Petroni e Bremberger, afirmam que:

A contribuição que o psicólogo e a Psicologia da Educação podem oferecer: o papel de mediar as relações, de oferecer os conhecimentos sobre desenvolvimento e aprendizagem, de orientar os profissionais da educação, de fazer parceria para superar os problemas vividos pela escola, rumo à autonomia dos professores enquanto agentes de transformação (SOUZA; PETRONI; BREMBERGER, 2007, p. 109).

Diante desta afirmação faz-se necessário que este aluno seja observado e que as evidências sejam mediadas, a fim de melhorar seu desenvolvimento no processo de aprendizagem.

Para tal, apresenta-se o quadro 2 com questionamentos aos participantes acerca dos procedimentos adotados pela escola, psicóloga e pedagoga a partir da identificação de problemas relacionados à autoestima.

Quadro 2 – Procedimento adotado a partir da identificação de problemas relacionados à autoestima

PF	Trabalhar o psicológico da criança/aluno mostrando que ela é capaz sim de realizar, que o fato de não conseguir naquele momento não significa que ela é incapaz, mas apenas não conseguiu entender ainda e com a mediação do professor logo conseguirá fazer. Foco muito no enaltecimento de pequenas ações do aluno, uma fala pertinente durante a aula, uma ajuda, um gesto buscando valorizar cada ato positivo realizado. Valorizo muito a iniciativa, o tentar, mesmo que erre, mas elogio o esforço e a vontade, mostrando para o aluno que ele está no caminho certo, e que esse caminho não é tão fácil assim. Procurar não expor o aluno, não rotular como “coitadinho”, buscar elencar os pontos fortes do aluno. Trabalhar os gatilhos que fazem sua auto-estima diminuir.
PS	Realizado processo de avaliação através de vários instrumentos como anamnese, avaliação psicológica emocional e cognitiva observação do aluno no ambiente escolar para verificar a gravidade do caso.
PG	O aluno é encaminhado para a Equipe de Atendimento Psicossocial, formada por psicóloga e assistente social onde se realiza entrevista psicossocial com o aluno e com a família, realizando as orientações cabíveis. Também a equipe escolar recebe orientações e nos casos mais graves, será encaminhado para a área de saúde.

Fonte: Dados obtidos na pesquisa de campo, 2020.

Observa-se que, há uma ação conjunta realizada por uma Equipe de Atendimento Psicossocial, envolvendo o aluno, sua família e a equipe escolar. A ação desenvolvida pelos psicólogos pode oferecer contribuição ao professor na superação de problemas vividos na escola, conforme aponta Souza; Petroni e Bremberger (2007):

Mediar as relações, de oferecer os conhecimentos sobre desenvolvimento e aprendizagem, de orientar os profissionais de educação, de fazer parceria para superar os problemas vividos na escola, rumo à autonomia dos professores enquanto agentes de transformação (SOUZA; PETRONI; BREMBERGER, 2007, p. 109).

Demonstra-se, portanto que o uso a psicologia no contexto educacional oferece contribuições ao processo de aprendizagem, propiciando uma mediação no relacionamento escola, professor e aluno, para que dentro deste contexto haja o desenvolvimento e a aprendizagem da criança.

A ação de não rotular o aluno também é um ponto importante assim como lembra o professor: “não rotular como coitadinho”, pois a criança associa a sua imagem aos rótulos que recebe. “As palavras rotuladoras - adjetivos e substantivos que descrevem uma pessoa são as que causam problemas. [...] Em geral, o uso de “você”, seguido de um substantivo ou adjetivo que descreva ou classifique a criança, representa um julgamento” (BRIGGS, 2002, p. 100).

Além do papel importante do educador o papel da psicologia neste contexto também é considerado de suma relevância. Segundo os mesmos autores a psicologia tem o “[...] papel de mediar relações, de oferecer conhecimentos sobre desenvolvimento e aprendizagem [...] orientar professores rumo à autonomia enquanto agentes de formação.” (SOUZA; PETRONI; BREMBERGER, 2007, p.109).

Diante de tal afirmativa faz-se necessário verificar a importância da psicologia no processo de ensino/aprendizagem. Para tanto o Quadro 3 apresenta a resposta dos participantes da pesquisa ao seguinte questionamento: Considera que o uso da psicologia é importante para auxiliar no processo de ensino/aprendizagem? Por quê?

Quadro 3 – Qual Importância do uso da psicologia no processo de ensino/aprendizagem?

PF	Muito importante, porque, o processo de ensino e aprendizagem não é algo programado pronto e acabado, e sim é um processo permeado por inúmeras questões subjetivas, nas quais os sujeitos estão inseridos. Neste sentido a psicologia é importante não só como auxílio, mas também como parte importante no processo de ensino e aprendizagem.

PS	Inicialmente porque é somente através dos testes psicológicos cognitivos que se confirma ou não se o aluno possui alguma deficiência cognitiva. Caso o aluno não apresente nenhuma deficiência ou síndrome, será o psicólogo que avaliará quais outros fatores podem estar interferindo nas dificuldades acadêmicas do aluno.
PG	Sim. Porque as dificuldades de aprendizagem não tem sido somente de cunho pedagógico, mas de vários fatores inclusive os fatores emocionais.

Fonte: Dados obtidos na pesquisa de campo, 2020.

Como aponta o professor “ o processo de ensino e aprendizagem não é algo programado pronto e acabado, e sim é um processo permeado por inúmeras questões subjetivas, nas quais os sujeitos estão inseridos”, verifica-se que de fato a psicologia é importante no contexto do ensino e aprendizagem, assim como aponta a psicóloga “será o psicólogo que avaliará quais outros fatores podem estar interferindo nas dificuldades acadêmicas do aluno”. Neste sentido a psicologia da educação abre entendimento sobre o processo de aprendizagem e suas perspectivas, com a finalidade de torná-lo abundante e mais eficiente (COELHO, 2014, p. 23).

E desta forma compreende-se a contribuição que o psicólogo e a Psicologia da Educação podem dispor ao processo de aprendizagem por meio do papel de mediar as relações. Sendo assim a psicologia na área educacional oferece suporte para o processo de aprendizagem, tanto com orientação ao processo de ensino auxiliando o professor e a comunidade escolar, quanto ao tratamento do próprio aluno, cuja orientação é formalizada à família e a escola.

5. Considerações Finais

O presente estudo possibilitou a reflexão e um conhecimento mais abrangente sobre a importância do uso da Psicologia como ferramenta para identificação e mediação da baixa autoestima. A concretização da pesquisa se deu em uma Escola Municipal da Cidade de Cascavel – PR, a partir de uma entrevista com um professor atuante no quinto ano, bem como junto a Secretaria Municipal de Educação – SEMED, realizada com uma psicóloga e com uma pedagoga.

Quanto ao objetivo geral obtiveram-se os seguintes resultados: Os procedimentos adotados para identificação e mediação da baixa autoestima tem início quando há uma observação do professor em relação ao aluno, ao perceber que ele se julga incapaz de realizar alguma ação ou tarefa evidenciando sentimentos e julgamentos que estão influenciando as suas ações.

Quanto a importância da autoestima no processo de ensino/aprendizagem verificou-se conforme relato do professor, que o aluno se acha incapaz de realizar as atividades e por esta razão, seu grau de esforço e persistência são afetados.

Quanto aos objetivos específicos constata-se que a mediação da baixa autoestima por meio da atuação do professor, da pedagoga e da profissional de Psicologia ocorre a partir dos resultados obtidos pela análise e diagnóstico do aluno.

Por fim, quanto ao objetivo: Identificar quais são os impactos do uso da Psicologia no processo de ensino/aprendizagem, tanto o professor quanto a pedagoga e a psicóloga reafirmam a importância da Psicologia no processo de ensino/aprendizagem, pois existem aspectos que são passíveis de identificação somente por um profissional da área, por meio de testes específicos, proporcionando formas de ação frente ao contexto causador da dificuldade.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, M. A. M. Psicologia e Educação no Brasil: uma análise histórica. *In*: AZZI, R. G.; GINFALDONI, M. H. T. A. (org.). **Psicologia e educação**. São Paulo: Casapsi, 2011. p. 9-32.

BRIGGS, D. C. **A auto-estima do seu filho**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

COELHO, W. F. **Psicologia da Educação**. São Paulo: Education do Brasil, 2014.

GORLOVA, E. O olhar estereoscópico para a ontogênese: desafiando o professor. **Revista de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 32, p. 239-242, jun. 2020. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922020000600239&lng=en&nrm=iso. Acesso em 27 set. 2020.

GOURLART, I. B. **Piaget: experiências básicas para utilização pelo professor**. ed. 21. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

MENDES, D. C. *et al*; influência da autoestima no desempenho escolar. **Educação em Debate**. Fortaleza. v. 39, n. 73. p. 9-21, jan-jun 2017. Disponível em: <http://www.periodicosfaced.ufc.br/index.php/educacaoemdebate/article/view/298/183> Acesso em: 26 abr. 2020.

MOYSES, L. **A autoestima se constrói passo a passo**. 8. ed. Campinas: Papiros Editora, 2012.

PIAGET, J. **Seis Estudos da Psicologia**. 24. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1999.

SILVA, A. C. R. de. **Metodologia da pesquisa aplicada a contabilidade**: orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações e teses. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SOUZA, N. M.; WECHSLER, A. M. Reflexões sobre a teoria piagetiana: o estágio operatório concreto. **Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade**. Bebedouro. p.134-150, 2014. Disponível em: <http://www.unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/cadernodeeducacao/sumario/31/04042014074217.pdf>. Acesso em 27 set. 2020.

SOUZA, V. L. T.; PETRONI, A. P.; BREMBERGER, M. E. F. Psicologia, educação e a sociedade contemporânea: reflexões sob a perspectiva da Psicologia sócio histórica. **Psicólogo InFormação**. São Paulo, v.11, n.11, p.99-112, jan./dez. 2007. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-88092007000100006. Acesso em: 26 abr. 2020.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA ALUNOS COM TDAH: A IMPORTÂNCIA DO CURRÍCULO, PLANEJAMENTO E DA MEDIAÇÃO DO PROFESSOR

Amanda Goes Desprinda¹
Marileia de Bone²

Resumo: Cada vez mais é reconhecida a importância do papel da escola para inclusão de alunos com Transtorno de Déficit de Atenção (TDAH), porém a identificação deste transtorno e o trabalho realizado pelos professores tem sido um desafio. A presente pesquisa teve como objetivo analisar os métodos e práticas adotados por professores, gestores escolares e a família voltadas à inclusão de alunos com TDAH nos anos iniciais do Ensino Fundamental, na rede pública da Cidade de Cascavel (PR). Este estudo também destaca elementos que contribuem para a identificação do TDAH. A partir de uma metodologia de abordagem qualitativa, foram realizadas entrevistas e aplicação de questionários com professores e gestores escolares para avaliar a inclusão social de crianças com TDAH. Como o diagnóstico do é tardio, esta pesquisa pode contribuir identificando meios e propondo soluções de como o docente e a família podem trabalhar de forma mais efetiva, minimizando os efeitos do TDAH. Cabe destacar que o processo de inclusão social exige um olhar diferenciado da escola, pautado no seu aspecto interno como análise do currículo escolar, avaliação pedagógica e as formas de envolvimento dos alunos no trabalho em equipe, em atividades diárias da sala de aula. Enquanto resultados desta pesquisa, os participantes destacam a importância do processo de inclusão escolar e a fundamental parceria entre o trabalho da família e da escola.

Palavras-chave: TDAH. Inclusão. Diagnóstico.

1. Introdução

Segundo a Legislação de Educação Especial, Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 que regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Desta forma garantindo que todas as crianças independentes da deficiência ou déficit tenha todo acesso à educação.

O presente artigo delimitou-se a um estudo sobre as práticas pedagógicas, planejamento e mediação do professor e a importância dessa atuação para a eficácia no processo de ensino aprendizagem para crianças com TDAH, em uma turma de 4º ano do Ensino Fundamental em uma escola da Rede Pública do município de Cascavel-PR.

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL

² Orientadora: Professora Especialista Marileia de Bone do Curso de Pedagogia – Licenciatura da Univel – Centro Universitário UNIVEL.

Encontrou-se como problema de pesquisa os métodos necessários que estão ao alcance do professor em sala de aula, que poderiam incluir alunos com TDAH sem excluir as demais crianças.

O objetivo geral do artigo foi pesquisar quais são as metodologias para o processo de inclusão de crianças especiais, especificamente as diagnosticadas com TDAH, envolvendo todos os profissionais para esse processo, destacando a importância do currículo, do planejamento, avaliação e mediação do professor para o sucesso dessa inclusão.

O artigo justifica-se por sua importância na sociedade, focando no processo de inclusão de alunos com TDAH, demonstrando a importância das metodologias para a evolução desta prática nas escolas, visando a inclusão sem exclusão, deste modo mudando vidas.

A motivação pelo tema de pesquisa deu-se por conta da experiência da pesquisadora com o sobrinho de 09 anos de idade, que é diagnosticado com TDAH desde os 5 anos, ao iniciar a escolarização. Deste modo a pesquisadora vivenciou de perto todas as dificuldades do processo desde o diagnóstico, tratamento, medicação e o processo de alfabetização.

A educação inclusiva é necessária e importante não só para o desenvolvimento social dos alunos, mas para a sociedade como um todo, visto que as crianças que crescem em contato com todos, independentemente de cor, raça, religião, sexo, deficiência ou doença, se tornam adultos morais e humanamente bem formados. A inclusão é o alicerce para o fortalecimento de um sistema educacional que visa o desenvolvimento integral da criança e proporciona oportunidades iguais para todos.

2. Desenvolvimento

Segundo Silva (2003), o Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) é um transtorno neurobiológico, de causas genéticas, que aparece na infância e frequentemente acompanha o indivíduo por toda a sua vida. Ele se caracteriza por sintomas de desatenção, inquietude e impulsividade. Ele é chamado às vezes de DDA (Distúrbio do Déficit de Atenção). Em inglês, também é chamado de ADD, ADHD ou de AD/HD

Segundo Signor (2016) o TDAH além de ser um transtorno crônico, não é um transtorno que afeta só o comportamento da criança, mais sim provoca distúrbios no processo de aprendizagem e desenvolvimento cognitivo da mesma.

Ainda conforme Signor (2016), entre os 6 e 10 anos é a idade comum ocorrerem os diagnósticos em geral, porém também é comum identificar os sintomas logo ao ingressar na escola onde a criança permanece a maior parte do tempo e está em fase de construção. O diagnóstico é delicado e deve ser feito com cautela. São algumas características do transtorno: Agressão; Hiperatividade; Impulsividade; Inquietação; Irritabilidade; Dificuldade de concentração; Esquecimento ou falta de atenção; Ansiedade; Excitação ou raiva; Dificuldade de aprendizagem. Para Signor (2016), o diagnóstico do TDAH deve ser feito com muita cautela observando diversos fatores:

Signor (2016) destaca ainda que o diagnóstico do TDAH mesmo sendo um transtorno neurológico não é feito através de exames clínicos e sim do comportamento da criança. O TDAH tem 3 tipos de CID, que são avaliados de acordo com o comportamento de cada criança: 14.01 Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade, Tipo Combinado, 314.00 Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade, Tipo Predominantemente Desatento e 314.01 Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade, Tipo Predominantemente Hiperativo-Impulsivo.

Segundo Gracino (2019) cabe ao neurologista fazer o laudo a partir de testes, e os possíveis encaminhamentos da escola ou família, após este processo a partir de uma pesquisa do histórico da criança é definido o tratamento inicial.

De acordo com as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001) todo aluno que apresentar necessidades educacionais deve receber o atendimento necessário para a eficácia do processo de ensino aprendizagem, deve ser realizada uma avaliação para os alunos que apresentem dificuldade ou características de algum déficit durante o processo educativo e a partir dessa avaliação, se necessário legitima-se a criação de uma equipe para serviços de apoio pedagógico.

Após o diagnóstico se inicia o tratamento, sendo uma forma deles, a medicalização que seria um jeito de promover a adaptação escolar de uma maneira menos traumática e com qualidade.

De acordo com a revista Gpuim (2012), a Associação Brasileira de Déficit de Atenção também sugere como alternativa o tratamento com fonoaudiólogo, que está recomendado nos casos onde existe simultaneamente Transtorno de Leitura (Dislexia).

Uma equipe multidisciplinar deve fazer parte do acompanhamento do paciente com Déficit de Atenção/Hiperatividade, sendo eles, pedagogos, psicopedagogos, psicólogos e professores para que haja uma avaliação completa e detalhada do indivíduo, são profissionais indispensáveis no tratamento do TDAH. Para Signor:

O tratamento estimulante para o TDAH hoje enfatiza o tratamento prolongado dos sintomas ao longo do dia. O novo objetivo clínico é reduzir os sintomas do TDAH em diversas áreas da vida cotidiana do paciente. Já não é mais suficiente tratar o TDAH apenas durante o dia escolar ou durante as horas de trabalho. O clínico deve reduzir o fardo cotidiano geral do TDAH sobre a vida do paciente. (SIGNOR, 2016, p. 90.)

Conforme Signor (2016) o uso de medicamentos para o tratamento do TDAH deve ser utilizado com muita cautela, pois para todo medicamento existem efeitos colaterais e para o TDAH, não seria diferente. Somando seus fatores de risco, provavelmente o TDAH acompanhará a criança na fase adulta. Além disso, o uso de medicamentos não tem apenas implicações orgânicas, mas também emocionais, sociais e interacionais.

Segundo a revista Gpuim (2012) os efeitos adversos mais comuns ao metilfenidato, uma opção de medicamento usado nestes casos, estão relacionados à dose, e incluem nervosismo e insônia. Os efeitos colaterais desse estimulante não podem ser previstos pela idade do paciente, massa corpórea, nível de hiperatividade ou medidas de concentração plasmática. Na maioria dos casos, com correção das doses, não há necessidade de interrupção do tratamento.

O tratamento farmacológico do TDAH envolve principalmente os agentes estimulantes do SNC. Dentre eles o mais utilizado é o metilfenidato, conhecido como o padrão ouro para o tratamento do TDAH na infância. Está disponível em formulações de ação curta e de ação prolongada e melhora os sintomas centrais e o desempenho escolar de crianças quando usados isoladamente ou associado a tratamento psicológico ou comportamental. (GPUIM, 2012, p.3)

A busca pela medicalização deve ser extremamente necessária, caso as outras formas de tratamento do TDAH não atinjam o resultado esperado.

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9394/96 entende-se por educação especial, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (2001) A educação especial, como modalidade da educação escolar, tem como objetivo promover o ensino e educação para todos.

No texto das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial, na Educação Básica, encontra-se a seguinte explanação sobre flexibilização:

Flexibilizações e adaptações curriculares que considerem o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos, metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados e processos de avaliação adequados ao desenvolvimento dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, em consonância com o projeto pedagógico da escola. (BRASIL, 2001, p. 35).

A flexibilização do currículo não beneficia somente os alunos com deficiência, mas todos que estão à margem do processo ensino aprendizagem, bem como, aqueles que, por algum motivo, não aprendem de forma convencional e sofrem defasagem na aprendizagem.

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular – BNCC:

A base requer o “compromisso com os alunos com deficiência, reconhecendo a necessidade de práticas pedagógicas inclusivas e de diferenciação curricular, conforme estabelecido na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência”. (BRASIL, 2017, p.16).

O aluno com qualquer tipo de deficiência e amparado por lei, para que tenha todo apoio necessário, mesmo com a educação no alcance de todos a luta por melhorias nunca para.

Cabe à escola atender à diversidade de alunos que nela ingressarem. Para tanto, o poder público necessita fornecer cursos de capacitação, a fim de que todos os professores tenham formação suficiente para promover um ensino de excelência. Um professor bem formado apto a heterogeneidade presente em todas as escolas não necessita ser “treinado” para diagnosticar possíveis sinais de transtorno. A esfera política, portanto, tem de garantir cursos aos professores, mas tal formação não deve ser voltada a identificação de doenças, e sim a promoção da aprendizagem efetiva. (SIGNOR, 2016, p. 90.)

De acordo com Budel (2012) A função do professor, além de ensinar, proporcionar a aprendizagem ao aluno, é uma busca frequente de conceitos e procedimentos para superar os desafios encontrados nos diversos setores da sociedade. Sendo que, um desses desafios é o de garantir a todos os seres humanos o direito do exercício pleno da

cidadania. Desta forma, identifica-se as necessidades de cada aluno, podendo-lhe oferecer as ferramentas necessárias para a evolução da educação.

De acordo com Rodrigues (2017) a família tem suma importância na vida de todas as crianças, principalmente aquelas diagnosticadas com TDAH. Esta é a primeira mediadora entre a criança com o meio e por esta causa deveria estar preparada para apoiar a criança diante de quaisquer transtornos. Independente das dificuldades, estar a mais preparada possível. Se a família compreender melhor, através de ações conjuntas com os profissionais o que é o transtorno, ficará mais fácil de lidar com a condição da criança e de se preparar para as diversas possibilidades de tratamento.

Ainda conforme Rodrigues (2017) a família e a escola devem trabalhar em conjunto, no tratamento da criança com TDAH, auxiliando na sua socialização, sempre impondo os limites necessários, pois a criança vive numa sociedade cheia de regras. O tratamento tende a amenizar sintomas, proporcionando à criança com TDAH uma vida mais tranquila e saudável.

Qualquer escola que deseje seguir uma política de Educação Inclusiva terá de desenvolver políticas, práticas e culturas que respeitem a diferença e a contribuição ativa de cada aluno para a construção de um conhecimento partilhado. Procura por esse meio alcançar, sem discriminação, a qualidade acadêmica e contexto sociocultural de todos os alunos. (COMENIUS, 2012, p. 3)

3. Metodologia

Este estudo amparou-se numa pesquisa qualitativa e teve como propósito apresentar a importância das práticas pedagógicas no processo de educação inclusiva de alunos com TDAH para o 4º ano do Ensino Fundamental.

Anos Iniciais em uma escola da rede pública de Cascavel-PR.

A pesquisa qualitativa atenta-se aos aspectos da realidade, que não podem ser calculados ou quantificados, buscando perceber as falhas do currículo, planejamento e mediação e sugerir melhorias e adaptações para o processo de inclusão das crianças diagnosticadas com TDAH.

Sampieri, Collado e Lucio (2006, p.05), nos dizem que o enfoque qualitativo “[...] utiliza coleta de dados sem medição numérica para descobrir ou aperfeiçoar questões de pesquisa e pode ou não provar hipóteses em seu processo de interpretação”.

Coube a pesquisadora atentar-se aos dados e identificar as inúmeras abordagens existentes dentro da sala de aula, esses dados implicaram na evolução desta pesquisa. Para Marconi e Lakatos,

[...] o método qualitativo difere do quantitativo não só por não empregar instrumentos estatísticos, mas também pela forma de coleta e análise dos dados. A metodologia qualitativa preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes e tendências de comportamento (MARCONI; LAKATOS, 2008, p. 269).

A abordagem desta pesquisa é de caráter explicativo, pois tratou-se de uma investigação e levantamento de dados sobre o processo de diagnóstico da criança com TDAH, de inclusão escolar e a grande melhoria que seria com a implementação de práticas pedagógicas na vida escolar destes alunos.

Quanto aos procedimentos técnicos utilizados, a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo, foram indispensáveis à investigação. A pesquisa bibliográfica foi realizada procurando explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em artigos, livros, dissertações e teses, ou seja, “[...] busca-se conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado sobre determinado assunto, tema ou problema”. (CERVO; BERVIAN; SILVA 2007, p. 61).

A pesquisa de campo “[...] é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles.” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 186). Esse tipo de pesquisa foi utilizado para atender à necessidade de analisar como se dá de fato o processo de inclusão escolar de alunos com TDAH nos anos iniciais do ensino fundamental de rede pública municipal da cidade de Cascavel-PR.

Trata-se também de um estudo de caso, pois foi realizada em uma turma específica do 4º ano do Ensino Fundamental. O local da pesquisa foi uma instituição de ensino da rede pública da cidade de Cascavel-PR, por meio de uma entrevista referente às metodologias utilizadas pelos professores em sala de aula e fora dela. Os sujeitos participantes desta pesquisa foram os pais de um discente e os professores que tem contato direto com este aluno de inclusão, diagnosticado com TDAH.

Esta pesquisa iniciou tratando dos dados secundários e após os dados primários. Para a pesquisa foi necessária a aplicação de um questionário composto de questões mistas, aplicado aos pais de um aluno e aos docentes que atuam na turma de 4º ano da primeira fase do ensino fundamental, do local de pesquisa já citado.

Para Lakatos e Marconi o questionário tem a seguinte definição:

Questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador.” Tal instrumento possibilitará uma compreensão das metodologias já utilizadas no processo de inclusão em sala de aula e as dificuldades encontradas referente aos recursos e o currículo do município, quais as melhorias sugeridas pelo mesmo para o ambiente escolar, bem como suas dificuldades do dia a dia. (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 201).

O presente artigo possui aprovação pelo Comitê de Ética de Pesquisa em seres Humanos da Univel.

4. Resultados

O primeiro passo da educação é prover a criança de um meio que lhe permita desenvolver as funções que lhes foram designadas pela natureza. Isso não significa que devemos contentá-la e deixá-la fazer tudo o que lhe agrada, mas nos dispor a colaborar com a ordem da natureza, com uma de suas leis, que quer que esse desenvolvimento se efetue por experiências próprias da criança. (MONTESORI, 1972, p. 82).

Perante os dados expostos podemos identificar alguns processos essenciais para o sucesso neste processo de inclusão, como rotina escolar e metodologias diferenciadas na aplicação das atividades e avaliações.

Os sujeitos da pesquisa foram duas pedagogas, que atuam como professoras de Educação Infantil, no qual foi realizada a pesquisa de campo, nomeadas aqui de P1 e P2. Também houve participação por meio de resposta de questionário da mãe do aluno pesquisado, nomeada aqui de M.

Ao questionar as docentes se as mesmas encontram alguma dificuldade em relação ao trabalho com o aluno diagnosticado, obteve-se as seguintes respostas:

Muitas! Pois cada aluno é único e apresenta suas especificidades (P1).
Sim. No início até conhecer o aluno. Cada um tem suas particularidades. Nunca poderemos prever e saber de tudo, estamos aprendendo sempre. A maior dificuldade com minha aluna foi a comunicação. (P2)

Ao serem indagadas sobre o processo de inclusão dos alunos com TDAH na escola onde atuam, se há algum tipo de preparo, as professoras responderam:

Em alguns casos específicos existem alguns transtornos associados, é realizada uma conversa com a turma, para melhor aceitação e não julgamentos ou cobranças da turma em relação ao aluno (a) e em alguns casos não é necessário expor o mesmo (P1).

Sim, há uma conversa com a turma para que haja a aceitação e a compreensão de certos comportamentos, para que haja socialização em um ambiente inclusivo (P2).

Ao inquirir as professoras sobre o aumento de crianças diagnosticadas e quais seriam os possíveis motivos, obteve-se como resposta:

Eu acredito que sim, pela maior consciência das pessoas em relação ao transtorno, maior conhecimento que antes não era aceito também. Existem muitos fatores, também pelo crescimento dos casos (P1).

Sim. Acredito que seria por causa do modo de vida que vem sendo alterada. Fatores ambientais, uso de medicações na gestação, exposição ao fumo, álcool, no ambiente temos muitas pesticidas que acabam caindo na água que bebemos. Tudo isso pode alterar os fatores genéticos (P2).

De acordo com SIGNOR (2016, p. 14) “A quantidade de pessoas que tem recebido o diagnóstico vem crescendo de forma bastante acentuada, o que pode ser constatado ao observarmos o aumento no consumo de medicamentos”.

No questionário das docentes foi possível observar o olhar humano necessário para o diagnóstico e pós-diagnóstico, a formação continuada e especializações tiveram suma importância para o desenvolvimento dessas habilidades. Foi relatado também, o processo de adaptação e a rotina escolar do aluno, como etapa fundamental do sucesso do processo ensino aprendizagem.

Ao indagar a mãe do aluno(a) sobre qual o tratamento utilizado, obtivemos o seguinte retorno:

Terapia em fonoaudiologia (M).

Conforme SIGNOR (2016, p. 13) “Um dos objetivos da fonoaudiologia educacional é aperfeiçoar o processo de ensino e aprendizagem, favorecendo, junto com a equipe

pedagógica, um processo educacional inclusivo, as implicações do diagnóstico de TDAH também passam a ser do interesse dessa área.”

A mãe também relatou por meio de questionário sobre se as metodologias utilizadas pelos professores tem dado resultado no dia-a-dia do aluno(a). A resposta foi:

A rotina escolar ajudou muito nas idas ao banheiro, antes fazia nas calças, agora já tem controle (M).

Também foram questionadas quais atividades o aluno(a) obtinha mais afinidade, a responsável relatou o seguinte:

Colagens, recortes e pinturas (M).

Através das respostas do questionário da mãe, foi possível identificar um diagnóstico tardio, aos 07 anos de idade, através de atraso no desenvolvimento motor e fala. O mesmo faz acompanhamento fonoaudiólogo, e a rotina escolar tem lhe ajudado em diversos fatores como, por exemplo, nas idas ao banheiro.

Informa-se que a aplicação do Trabalho de Conclusão de Curso ocorrerá na XVIII Jornada Científica da Univel, nos dias 27 e 28 de outubro de 2020. Assim, a apresentação acontecerá de maneira online, devido a pandemia que estamos enfrentando por conta da Covid-19, para os participantes do evento, objetivando proporcionar ao público a compreensão da importância do processo de inclusão escolar e suas etapas.

5. Considerações Finais

O presente estudo possibilitou uma reflexão e um conhecimento sobre o processo de inclusão de alunos com TDAH na rede municipal de Cascavel-PR. Verificou-se a importância de um diagnóstico precoce para o melhor tratamento e adaptação escolar. Além disso, as práticas pedagógicas proporcionam uma melhor qualidade de ensino para que o aluno compreenda os processos e tenha uma adaptação tranquila.

As dificuldades demonstradas no presente artigo expõem a realidade escolar, onde há necessidade de um olhar com empatia para o processo de inclusão, que ocorre geralmente na fase de alfabetização da criança.

O apoio de profissionais qualificados neste processo é essencial, como relatado pela família no questionário, o acompanhamento contínuo de profissionais qualificados, é

um apoio de grande importância neste processo, proporcionando qualidade de vida ao aluno (a).

Além das práticas pedagógicas a família relatou que a rotina escolar foi indispensável para a evolução cognitiva do aluno (a), proporcionando evolução motora e cognitiva.

As professoras relatam as dificuldades, mostrando as barreiras do dia-a-dia escolar. Porém demonstram que ao utilizarem das práticas pedagógicas e metodologias diferenciadas, os objetivos são alcançados.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Curricular Nacional Comum: Educação é a Base.** Brasília, Ministério da Educação, 2017.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN.** Adaptações Curriculares em Ação. Secretaria de Ed. Especial. Brasília: MEC/ SEESP, 2002.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei 9394/1996.** Dispõe sobre. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 30 mar. 2020.

BUDEL, G. C.; MEIER, M. **Mediação da Aprendizagem na Educação Especial.** Curitiba, 2012. Intersaberes.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. Alcino; SILVA, R. D. **Metodologia Científica.** 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

COMENIUS., **Estratégias e práticas em sala de aula inclusiva.** 2012. Disponível Em: http://www.irisproject.eu/teachersweb/pt/docs/tt_estrategias_e_praticas_wd_pt. Pdf. Acesso em: 02 abr. 2020.

GARCIA, P. B. **Paradigmas Em Crise e a Educação.** São Paulo: Cortez, 1994.

GOMES, C. **Práticas Pedagógicas Na Educação Inclusiva.** Disponível em: http://www.infoteca.inf.br/endipe/smarty/templates/arquivos_template/upload_arquivos/acervo/docs/2489b.pdf. Acesso em: 29 mar. 2019.

GRACINO, E. R.; FARIAS, E. R. S. D. **Dificuldades e distúrbios de aprendizagem.** Curitiba: Intersaberes, 2019.

MARCONI, M. A., LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARCONI, M. A., LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. **Técnicas de pesquisa planejamento e execução de pesquisa.** Amostragem e técnicas de pesquisa elaborada- análises e interpretações de dado. 7.ed. São Paulo: Atlas – S.A, 2009.

MITTLET, P. **Educação Inclusiva:** contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.

NUNES, C. D. O. et al. Transtorno do déficit de atenção com hiperatividade: TDAH. **Gpuim**, Ceará, v. 02, XVI, p. 1-6, dez. /2005. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/documents/33868/2894867/Boletim+GPUIM+n%C2%BA+02+%28maio+de+2012%29+-+TDAH/026c098c-ca88-4c2a-ac88-820d22bb2f33>. Acesso em: 20 abr. 2020.

TRANSTORNO DO NEURODESENVOLVIMENTO: A INCLUSÃO DE UM ALUNO COM TRANSTORNO ESPECTRO AUTISTA - TEA NO AMBIENTE ESCOLAR

Silvia Aparecida Brum¹
Sandra Mara Martins Ribeiro²

Resumo: Este artigo tem por tema os Transtornos Globais do Desenvolvimento, aprofundando-se na área do Transtorno Espectro Autista- TEA, que vem se tornando cada vez mais parte da nossa realidade. Buscou-se analisar o processo de inclusão do aluno no contexto escolar, na etapa de Educação Infantil, em uma escola do Município de Corbélia-PR. Na presente pesquisa, objetivamos então, analisar as dificuldades e possibilidades do processo de inclusão, de um aluno da etapa de Educação Infantil, bem como compreender os meios da Educação Inclusiva. Justificamos assim, a presente pesquisa, por sanar as curiosidades e compreender as características, tanto do Transtorno Espectro Autista, quanto do processo de inclusão deste aluno na Educação Infantil. A metodologia utilizada para coletar os dados, baseia-se na pesquisa exploratória, qualitativa, descritiva, bibliográfica e estudo de caso. A pesquisa fundamenta-se nos estudos, de Brasil (1996), Correia (1997), Januzzi (1992), Mendes (2006) e outros. Os resultados indicaram que o aluno está inserido, mas não incluído.

Palavras-chave: Educação Infantil. Transtorno Espectro Autista. Educação Inclusiva.

1. Introdução

O presente estudo tem como abordagem os Transtornos Globais do Desenvolvimento, que são caracterizados, como dificuldades em diversas áreas, como por exemplo, na comunicação, nos comportamentos e habilidades de interação social, dentre outras. Partindo deste pressuposto, faz-se necessário a Educação Inclusiva, como direito de todos os cidadãos, que pode ser entendida como uma concepção, afim de garantir a igualdade, oportunidade e valorização das diferenças humanas, bem como as diversidades culturais étnicas, intelectuais, físicas e ademais.

Pautando-se neste cenário, a presente pesquisa delimitou-se em estudar os desafios e possibilidades no processo de inclusão escolar, com um aluno da etapa de Educação Infantil, com Transtorno Espectro Autista. A pesquisa foi realizada na cidade Corbélia-PR, na Escola Municipal São José, onde o aluno está matriculado no período matutino.

Diante desta limitação, o problema que deu base a investigação da pesquisa baseia-se na inclusão de um aluno com Transtorno Espectro Autista, no ambiente escolar,

¹ Acadêmica do Curso Pedagogia da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL

² Orientadora: Professora Mestra Sandra Mara Martins do Curso de Pedagogia da Univel – Licenciatura, Centro Universitário UNIVEL.

tendo como referência o seguinte questionamento: Quais são as dificuldades e possibilidades nesse processo de inclusão, deste mesmo aluno na Educação Infantil?

A pesquisa justificou-se, a partir do contato com um aluno com Transtorno Espectro Autista por meio de atuação profissional, oportunizada pelo estágio remunerado, na cidade em que a pesquisadora reside. Este aluno está inserido na etapa de Educação Infantil, visto que ao analisar como se dava o processo de ensino e aprendizagem do mesmo, surgiu a curiosidade de saber mais a respeito deste transtorno, bem como as dificuldades e possibilidades, que são encontradas no processo de inclusão deste mesmo aluno no âmbito escolar.

Ainda assim, a justificativa para a realização desta pesquisa de modo geral, buscou enriquecer o acervo da instituição Centro Universitário Univel, sendo apresentada na Jornada Científica, de modo auxiliar os demais acadêmicos do curso de Pedagogia, que se sentiram cativados em conhecer mais sobre o respectivo tema.

Em vista disso, o objetivo geral da pesquisa foi analisar as possibilidades e dificuldades do trabalho pedagógico, na inclusão de um aluno com Transtorno Espectro Autista, matriculado na etapa de Educação Infantil, em uma escola pública do município de Corbélia- PR. Tendo como segmento, seus objetivos específicos buscaram conhecer o Transtorno Espectro Autista, bem como suas definições e características; Compreender os meios da Educação Inclusiva, como de fato a mesma acontece.

Quanto à metodologia da pesquisa, se caracterizou em uma pesquisa qualitativa, exploratória, explicativa, descritiva, bibliográfica, de campo e estudo de caso. Para a coleta de dados, foram realizadas observações em sala de aula e por meio da entrevista com a docente regente da sala.

Dessa forma, a presente pesquisa diante de seus aspectos, apresenta inicialmente a Educação Especial, logo em seguida a Educação Inclusiva. Também foi apresentado os Transtornos Globais do Desenvolvimento, bem como o Transtorno Espectro Autista, contemplado também abordagem sobre a Educação Infantil. Posteriormente, segue a metodologia utilizada para coleta dos dados apresentados, bem como o resultado encontrado diante da observação remota e da entrevista semiestruturada, realizada na cidade de Corbélia- PR, na escola Municipal São José.

2. Desenvolvimento

Ao pensarmos na Educação Inclusiva, necessitamos ter um olhar que não busque só a igualdade, mas sim métodos, didáticas, estruturas que possibilitem essa inclusão. Sendo assim a Educação Inclusiva passou por inúmeras mudanças ao longo do tempo, principalmente nas suas legislações vigentes, bem como a elaboração de leis e planos que assegurem o direito a inclusão.

Podemos então fazer uma breve contextualização histórica, começando pelas Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN, em sua primeira versão, a Lei nº 4.024/61, afirma que o atendimento educacional a pessoas com deficiência, eram tidas como excepcionais, deviam no que for possível enquadrar-se, no sistema geral de educação, integra-los na comunidade.

Já na segunda LDBEN de 1971, em sua Lei nº 5.692/71, que vem com intuito de complementar a anterior, afirma que alunos com deficiência física ou mental, ou que se encontrem em atraso considerável, quanto a idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial. No entanto essa lei não promovia a inclusão na rede regular de ensino, determinando então que alunos que se encaixavam nas características acima deveriam ser encaminhados para escola especial.

Porém em 1990, no Estatuto da Criança e do Adolescente, em sua Lei nº 8.069/90, garante o Atendimento Educacional Especializado as crianças com deficiências, na rede regular de ensino. Sendo assim em 1996, na LDBEN em vigor, na sua Lei nº 9.394/96 cria um capítulo, para tratar da Educação Especial, onde se diz que haverá atendimento especializado quando se fizer necessário na escola de ensino regular, que esse atendimento deverá ser realizado em classes, escolas, ou serviços especializados.

Essa mesma lei, valoriza a formação específica para os professores, bem como o currículo, métodos e técnicas para que se possa atender o aluno com necessidades especiais inclui-se então nesse grupo, alunos com Transtornos Globais do Desenvolvimento, Superdotação ou Altas Habilidades.

Já no Decreto nº 6.571 do ano de 2008, dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado – AEE, esse decreto tem como uma de suas finalidades obrigarem a União, a prestar não somente apoio mas também recursos financeiros, e ressalta que esse atendimento deve estar integrado ao projeto pedagógico de cada escola. Porém, em 2011 o Decreto nº 7.611, revoga o anterior, instituindo assim novas diretrizes e deveres para o Estado, que englobam que o sistema de ensino inclusivo seja para todos os níveis de ensino,

impedindo assim a exclusão de qualquer nível, a mesma salienta que, sejam feitas adaptações, que mediante ao processo de inclusão, a oferta seja preferencialmente feita na rede regular de ensino.

Por fim, podemos concluir de maneira análoga, que incluir não se baseia somente no ambiente físico escolar, ou seja, se faz de suma e indispensável importância, que se adotem meios que possibilitem não somente a inclusão deste aluno com necessidades especiais, mas que acima de tudo, incentive a participação do mesmo, no processo de ensino e aprendizagem.

A primeira descrição do Autismo se deu ano de 1943, pelo médico Léo Kanner, que em seu artigo, *Autistic Disorders off Affective Contact* (Distúrbios Autísticos do Contato Afetivo), onde o médico descreve 11 casos. Ferrari (2011) destaca que:

Ele se balançava sem parar e não demonstrava nenhuma afetividade por quem o servia, era indiferente a tudo, não prestava atenção em coisa alguma, nem aceitava mudança, lembrava-se com precisão da localização dos objetos existentes em seu quarto. Não reagia do disparo do revólver, mas voltava-se na direção de um estalo de casca de nozes (FERRARI, 2011, p. 6-7.)

Léo Kanner definiu em sua obra sobre o autismo infantil, como um distúrbio infantil, caracterizado por uma inabilidade inata de relacionar-se afetivamente com outras pessoas, segundo (KAJIHARA, 2014, p. 21). Desta forma, Santos destaca que:

Seu estudo respaldou-se, nos comportamentos estranhos e peculiares apresentados pelas crianças, caracterizados por estereotípias (repetição de gestos), um amplo conjunto de atrasos e alterações na aquisição do uso da linguagem, bem como por uma imensa dificuldade no estabelecimento das relações interpessoais(Santos, 2015,p.25).

Desta forma, conseguimos fazer uma breve abordagem sobre o Transtorno Espectro Autista, desde sua concepção histórica, ate suas características, tratamento, índices e ademais. Sendo assim, foi possível analisar que o campo do autismo é amplo e ao mesmo tempo, vago, já que o mesmo não possui uma definição exata, bem como suas causas são incógnitos, seus sintomas pode variar para cada indivíduo. No entanto, concluímos que, o aluno com TEA, no âmbito escolar tem seus direitos assegurados, para um atendimento especializado na rede de ensino regular, facilitando assim o processo de ensino e aprendizagem, bem como a interação social, com o grupo escolar.

A etapa de Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica, a mesma atende crianças de 0 a 03 anos na creche, de 04 a 05 anos na pré-escola, assegura como uma de suas finalidades, o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos, físicos, psicológicos, intelectuais e sociais.

A partir daí, a Educação Infantil passa a ser considerada, como a junção do cuidar e educar de modo que o cuidar, engloba que as necessidades mínimas da criança sejam atendidas pela instituição de ensino, tornando o educar, uma oferta de possibilidades e descobertas, no processo de ensino e aprendizagem.

Com a mudança de visão, para com a educação infantil, fez-se necessário que para atender essa nova demanda, alterassem as práticas pedagógicas, tendo ela como um meio fundamental para o processo educacional.

Sendo assim, as Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Infantil, definem em seu artigo 4º, criança como:

[...] sujeito histórico e de direitos, que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2009).

Desta forma, a BNCC (Base Comum Nacional Curricular), traz que o brincar se estabelece cotidiano da criança, que ao brincar e se inteirar a criança desenvolve potencialidades e habilidades, como a expressão de afetos, mediação de frustrações e conflitos, dentre outros. Assim a BNCC, apresenta seis direitos de aprendizagens que asseguram a modalidade de Educação Infantil, sendo eles: O conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer.

3. Metodologia

3.1 Metodologia de Abordagem de Procedimento

O presente estudo desenvolvido teve como caráter a pesquisa qualitativa, visto que, a mesma busca coletar informações, analisar dados no ambiente escolar em que o aluno está inserido a fim de averiguar como se dá o processo de inclusão do aluno com TEA (Transtorno Espectro Autista). Sendo assim, Mascarenhas (2012), define esse tipo de pesquisa como:

Os dados são levantados e analisados ao mesmo tempo

- . ▪ Os estudos são descritivos, voltados para a compreensão do objeto
- . ▪ A influência do pesquisador sobre a pesquisa não é evitada; muito pelo contrário, é considerado fundamental. (MASCARENHAS, 2012, p. 46).

Em relação aos objetivos, a pesquisa baseia-se em exploratória e descritiva. A exploratória tem como caráter analisar, explorar o ambiente em que se fará a pesquisa desta forma então coletar dados que agreguem a pesquisa. Gil (2009, p. 27) define: “As pesquisas exploratórias têm como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses”.

Seus procedimentos técnicos se deram por meio de pesquisa bibliográfica, estudo de caso, pesquisa documental. A pesquisa bibliográfica um meio para reunir informações, contribuindo para fundamentação teórica da pesquisa, sendo adquirida por meio de livros, artigos, pesquisas já realizadas sobre o tema. Desta forma, Cervo, Bervian e Silva (2007), destacam:

A pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em artigos, livros, dissertações e teses. [...] busca-se conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado sobre determinado assunto, tema ou problema. (CERVO; BERVIAN; SILVA 2007, p. 61)

A pesquisa de campo foi realizada na Escola Municipal São José, localizada na cidade de Corbélia/PR, com um aluno da etapa de Educação Infantil, matriculado no período matutino do ensino regular. Marconi e Lakatos (2009, p. 188), definem pesquisa de campo como: “[...] é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou relações entre eles.”

A pesquisa também se fundamentou mediante a pesquisa documental, por meio da qual buscaremos em leis vigentes, o amparo a inclusão do aluno com TEA (Transtorno Espectro Autista). Marconi e Lakatos (2009, p. 176) define a pesquisa documental aquela que coleta dados, em documentos escritos e não escritos, chamados fontes primárias.

3.2 Instrumentos para a coleta de dados para a pesquisa

A presente pesquisa se fundamentou em dados secundários, que foram adquiridos por meio das fontes bibliográficas, encontrados em livros, revistas, artigos, Leis, documentos. No entanto, além dos dados secundários, serão utilizados também os dados primários, por meio de entrevista com os professores da sala em que o aluno com TEA, está inserido. As pesquisas se realizaram na Escola Municipal São José, localizada na cidade de Corbélia/PR, na Educação Infantil.

Foi utilizada uma pesquisa, com a professora regente da sala, juntamente com a equipe pedagógica da escola em que o aluno está inserido, a fim de levantar e sanar as dúvidas de como se dá esse processo de inclusão, quais as mudanças que necessitam ser feitas, dentre outras informações, que fundamentaram a pesquisa, a entrevista teve seu roteiro que se encontra no Apêndice B. Segundo Marconi e Lakatos, (2010, p. 197) “É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social”. As entrevistas terão duração de 15 a 30 minutos.

A presente pesquisa teve sua aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Univel, pelo Parecer número 023/2020.

4. Resultados

A presente pesquisa, obteve sua coleta de dados por meio de um entrevista semiestruturada com a Professora Regente da turma da Educação Infantil e com a Professora de Apoio Educacional Especializado- PAEE, em que o aluno está inserido na escola Municipal São José, localizada na cidade de Corbélia- PR. A entrevista foi aplicada no dia seis de setembro de 2020, durante o período da manhã, com duração de duas horas. Já a observação não participativa, não foi possível ser realizada, visto que as escolas continuam trabalhando de forma remota, por conta da Pandemia Covid-19, instalada mundialmente. Desta forma a observação, ocorreu por meio das análises de atividades que o aluno está desenvolvendo.

Sendo assim, a entrevista semiestruturada objetivou analisar as possibilidades e dificuldades do trabalho pedagógico, na inclusão de um aluno com Transtorno Espectro Autista, matriculado na etapa de Educação Infantil, em uma escola pública do município de Corbélia- PR. A Professora Regente da turma será chamada de P1, já a Professora

de Apoio Educacional Especializado será chamada de P2.

A Professora chamada de P1 (Professora 1), possui 48 anos de idade, é formada em Pedagogia a 30 anos. Já Professora P2 (Professora 2), tem 52 anos de idade, possui formação em Pedagogia a 10 anos.

Dando início a entrevista, foi questionado “ Como é seu relacionamento com o aluno com Transtorno Espectro Autista – TEA?” Obtivemos as seguintes respostas

Diante destas respostas, podemos identificar que o aluno inserido, possui um bom relacionamento, com ambas as professoras, isto é algo que de fato se torna um facilitador, para que ocorra uma aprendizagem significativa desse aluno.

Questionadas se antes deste aluno, já haviam tido alguma outra experiência na área de Educação Especial. Podemos identificar que a P1, não possui uma formação adequada para trabalhar com esse aluno, já que não tem experiência na área, nem alguma especialização. Já a P2, possui conhecimento de causa, já teve outras experiências anteriormente, o que facilita o trabalho com este aluno.

Quando questionadas, como se dava a flexibilização do plano de aula, para que esse aluno consiga acompanhar os demais colegas, tivemos as seguintes respostas. De maneira análoga, podemos perceber que não há uma adaptação, flexibilização do plano de aula da professora para com o aluno incluso, o que ocorre é apenas uma adaptação no formato da atividade, relacionado ao problema de visão que o aluno também apresenta, mas nada que flexibilize o conteúdo para com seu Transtorno Espectro Autista- TEA, tendo como justificativa que as atividades são concretas e o aluno consegue realizar as mesmas, com o auxílio da Professora de Apoio Educacional Especializado.

Ao perguntarmos as Pedagogas, qual a concepção que as mesmas possuem sobre a Educação Inclusiva, as mesmas apontaram que. Analisando de forma geral, as duas respostas das entrevistadas, podemos perceber que as mesmas concordam que é fundamental, que ocorra a inclusão, desde que seja sempre levado em consideração, qual o grau da dificuldade, e quando for inserir o aluno na sala de ensino regular, é de suma importância que tenha o apoio de uma PAEE.

Diante da não flexibilização dos planos de aulas, foi então perguntado, quais as estratégias pedagógicas, utilizadas afim de incluir esse aluno. A partir das respostas, averiguamos que as referidas professoras P1 e P2, buscam de maneiras, formas para tentar incluir este aluno, seja na sala de aula, na realização de tarefas, nas brincadeiras, na interação com os colegas. São buscadas formas pedagógicas para que ele seja de

fato incluído, tendo uma aprendizagem não somente significativa, mas também participativa.

Foi levantado o questionamento de como se dá o relacionamento da criança com os demais colegas. As duas participantes da pesquisa, responderam de forma conjunta sobre a questão. Portanto, de forma ampla, é possível perceber que o aluno possui dificuldades de interação com os demais colegas, aproximando-se de forma afetuosa, quando algo lhe chama o interesse, mas não é algo que acontece de forma afetuosa. O mesmo, então de acordo com relatos das professoras, o aluno interage melhor com adultos ou com crianças mais velhas.

Seguindo aos questionamentos da entrevista realizada com as professoras, foi então questionado, qual o comportamento que as mesmas adotam, diante das situações de alterações do aluno, como as mesmas se colocam nessa situação. Ambas responderam de forma conjunta. A medida tomada sempre pelas professoras é sempre tirar o aluno do foco da confusão, ou seja, tentam acalmar o mesmo. A atitude é de ambas, e segundo relatos das participantes, sempre funciona evitando crises maiores.

Por fim, o presente artigo “Transtorno do Neurodesenvolvimento: A inclusão de um aluno com Transtorno Espectro Autista – TEA no ambiente escolar” teve seus resultados apresentados na XVIII Jornada Científica do Centro Universitário Univel.

5. Considerações Finais

O presente artigo, possibilitou maior abrangência nos conhecimentos, sobre a Educação Inclusiva, bem como seu objetivo delimitou-se em estudar os desafios e possibilidades no processo de inclusão escolar, com um aluno da etapa de Educação Infantil, com Transtorno Espectro Autista. A pesquisa foi realizada na cidade Corbélia-PR, na Escola Municipal São José, onde o aluno está matriculado no período matutino.

Buscamos então, como ocorria o processo de inclusão deste aluno, incluído no ensino regular. Podemos analisar que o mesmo possui uma Professora de Apoio Educacional Especializado, que auxilia na realização das atividades propostas em sala de aula, bem como na interação com o grupo em que o mesmo se encontra, dando ao educando total apoio e atenção, para que sua aprendizagem ocorra de forma significativa e participativa.

No entanto, como relatos coletados na entrevista semiestruturada com a professora regente de sala, foi possível apurar que a mesma não realiza a flexibilização no seu plano

de aula, ou seja, não existe uma adaptação do conteúdo para com esse aluno, sendo justificada a mesma, por ser a etapa de Educação Infantil, que o conteúdo ali trabalhado não necessita que haja mudanças, visto que por sua vez são atividades na maior parte das vezes de cunho lúdico, onde são mais concretas e o aluno consegue realizar, mediante ao auxílio e incentivo da Professora e Apoio Educacional Especializado – PAEE.

Contudo, é importante ressaltar que a única adaptação, é no tamanho das atividades, como por exemplo, aumento das letras, dos espaços, ampliação dos desenhos, porém a mesma é ocasionada, diante a um problema de visão que o aluno possui, não esta diretamente ou indiretamente ligado ao Transtorno Espectro Autista – TEA.

É indubitável, que essa adaptação ou flexibilização ocorra, independente da etapa educacional que o aluno esteja inserido, visto que a não realização da mesma, pode vir a interferir no processo de ensino e aprendizagem deste aluno, trazendo a tona defasagens em um dos processos mais importantes da educação.

Com tanto, os objetivos da pesquisa foram alcançado, os resultados encontrados, fazem nos ter uma reflexão mais ampla sobre a temática, concluído que este aluno está inserido, mas incluindo de forma geral. É necessário que haja um preparo para os educadores que assumem a responsabilidade de ter em suas turmas, alunos com necessidade e particularidades especiais, para que os mesmos possam aderir uma postura mais efetiva, mudando suas metodologias.

Por fim, o presente artigo teve grande valia para o campo educacional, acrescentando estudos sobre a temática, bem como foi de suma importância para a pesquisadora, acarretando em seu conhecimento maior desempenho.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm. Acesso em: 15 de abr. 2020.

BRASIL, Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF. Disponível em: [Odiretrizes-e-base-de-1971-lei-5692-71](#). Acesso em: 20 abr. 2020.

BRASIL, MEC. **Base Nacional Comum Curricular - BNCC**, versão aprovada pelo CNE, novembro de 2017. Disponível em: 756

<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wpcontent/uploads/2018/02/bncc-20dez-site.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2020.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia Científica**. 6.ed. São Paulo: Pearson Prentice HALL, 2007.

FERREIRA M. E. **Educação Inclusiva**, Rio de Janeiro, 1994.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 1995.

MASCARENHAS, Sidnei Augusto. **Metodologia Científica**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

SANTOS, Monica Pereira dos. O papel do Ensino Superior na Proposta de uma Educação Inclusiva. **Revista Movimento**, Rio de Janeiro, n.7, p. 78-91.

VIOLÊNCIA ESCOLAR: DESAFIOS E POSSIBILIDADES EM CONTEXTO DE ESCOLA PÚBLICA

Amanda Minatti¹
Tiago Pereira Leite²

Resumo: O tema desta pesquisa refere-se a análise da violência no contexto da escola pública no Brasil, em específico o caso de Cascavel – PR, buscando identificar as metodologias abordadas no tratamento de vítimas e agressores. Investigou-se também as medidas adotadas para a redução da violência escolar. O objetivo deste trabalho é analisar de que modo se apresenta a violência no âmbito escolar e como os professores e coordenadores trabalham para que a violência seja diminuída. A pesquisa justifica-se por apresentar contribuições para escolas e professores que vivenciam a violência em seus cotidianos. O aporte teórico fundamenta-se em Abramovay (2015), Adorno (2017), Arendt (2003), dentre outros. Estruturada metodologicamente em pesquisa bibliográfica e trabalho de campo com questionários à coordenadores de escola, os resultados apontaram que não há uma metodologia específica para lidar com a violência, no entanto, uma postura de abertura e diálogo com a comunidade se mostra eficaz no caminho de diminuição das violências na escola.

Palavras-chave: Violência Escolar. Metodologias. Problemática.

1. Introdução

O presente estudo é resultado de uma análise sobre a violência escolar, seus desafios e as possibilidades de transformação que podem ocorrer em contexto de escola pública. Propõe uma análise sobre a violência no ambiente escolar e a identificação das metodologias abordadas no tratamento de vítimas e agressores nas escolas públicas.

A delimitação da pesquisa consiste em um estudo e análise sobre as implicações da violência escolar no Ensino Fundamental: Anos Finais de um Colégio Público da Rede Estadual de Ensino de Cascavel/PR, considerando os seguintes questionamentos: quais são as metodologias adotadas no ambiente escolar para enfrentar a violência entre os alunos? De que forma a escola busca abordar esta problemática junto aos professores para encontrarem uma solução?

A pesquisa justifica-se por apresentar importantes questionamentos no campo da sociologia da educação e da violência. O interesse pelo tema deu-se a partir da experiência da pesquisadora em seu Estágio Supervisionado, realizado em um Colégio Público da Rede Estadual do Município de Cascavel/PR, onde em uma situação de

¹Acadêmica do Curso de Pedagogia – Centro Universitário UNIVEL.

²Orientador: Professor Doutor Tiago Pereira Leite, Professor do Curso de Pedagogia da Univel – Centro Universitário Univel

violência que ocorreu, sendo verbal e física, não houveram medidas imediatas no sentido de compreender o evento. Este artigo busca ainda contribuições para a sociedade de modo a apresentar uma compreensão crítica das metodologias utilizadas no ambiente escolar.

Vale destacar que na área da educação, a pesquisa pretende fazer contribuições, estabelecendo algumas referências para outras escolas que vivenciam a violência em seus espaços, proporcionando maiores conhecimentos aos professores e demais educadores sobre como identificar a violência, como enfrenta-lo e como torná-lo mais seguro. Quanto à metodologia da pesquisa, caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa e explicativa. Quanto aos procedimentos técnicos: pesquisas bibliográficas e de campo. Para a coleta de dados, foi realizado um questionário com a coordenadora pedagógica.¹

Esse caminho metodológico buscou alcançar os seguintes objetivos específicos: verificar quais autores versam sobre a violência escolar e quais legislações amparam o trabalho no âmbito escolar para a realização dos encaminhamentos; investigar as metodologias adotadas dentro da escola para combater à violência; analisando como a violência interfere no desempenho do jovem e verificando se há queda no desenvolvimento escolar destes alunos.

Levando em conta estes aspectos, o artigo apresenta, inicialmente, o referencial teórico fundamentando a contextualização histórica da violência no Brasil, em seguida contextualiza a violência e suas formas na realidade escolar, posteriormente, apresenta as práticas pedagógicas em face às situações de violência escolar. Na discussão dos resultados são apresentados os procedimentos e instrumentos utilizados para a coleta de dados, e por fim, a análise de dados levantados.

2. Contextualização Histórica da Violência no Brasil

No decorrer da história do Brasil houve diversas formas de analisar a violência, o que a tornou parte constitutiva da sociedade. De acordo com Costa (1999, p.3), a violência sempre ocorreu na dinâmica da sociedade, no entanto, foram assumindo formas específicas, conforme o momento histórico.

¹ Diante do cenário de pandemia da COVID-19 houve diversos empecilhos, por isso, não foi possível realizar a pesquisa com mais de um colégio, com alunos, também não foi possível a realização de entrevista e nem observação em sala de aula, desta forma, houve a necessidade de adaptação da pesquisa, a qual será explicada ao final deste artigo.

De acordo com Leite (2016, p.7), evidencia-se que a reprodução da violência no Brasil tem maior relação com a exclusão social e a desigualdade do que com as questões de segurança pública, pois estas ações fazem parte de um conflito social inerente às condições sociais observadas. Diante disso, surgem novos desafios para tentar erradicar essa problemática, que por muito tempo foi marcada pela desigualdade socioeconômica e cultural.

É notório que, entendendo o histórico da violência no Brasil, faz-se necessário voltar o olhar para o papel fundamental que o Estado possui no combate à violência, o qual deve assegurar o pleno bem-estar dos cidadãos. Conforme a Constituição Federal de 1988:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. (BRASIL, 1988).

Deste modo, deveria ser assegurado aos brasileiros o direito à vida, no entanto, o que se observa em estudos do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (2019, p.6) é que a maior taxa de violência letal acontece principalmente entre jovens de 15 a 19 anos. Em vista disso, faz-se pensar que a morte dos jovens está gerando implicações na sociedade, sobretudo na violação dos direitos humanos.

Em uma entrevista realizada ao jornal Nexo, disposto no youtube, Adorno (2017) relata que a violência é algo que nos divide, sendo assim, acentua consideravelmente as desigualdades sociais. Partindo deste ponto de vista, podemos perceber que apesar da violência estar caracterizada pelas desigualdades, ainda assim, a sociedade é solidária e cooperativa, entretanto, devemos entender esta ambiguidade e desenvolver trabalhos para que haja diminuição considerável dessas violências que marcam nossa história.

2.1 A Violência e Suas Formas no Contexto Escolar

Para compreender a violência escolar, é necessário retomar alguns pontos importantes, bem como, a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, que visa promover mudanças nos padrões culturais da sociedade, prevenindo e inibindo a violência, aquela cometida contra a criança e ao adolescente. O Estatuto da Criança e do Adolescente nos traz que:

Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais. (BRASIL, 1990)

Ainda assim, encontramos uma base para este documentos na Constituição Federal de 1988, que diz:

Art. 227 É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988)

A partir deste artigo da Constituição Federal, esse referencial de proteção acima citado, assegura as crianças e aos adolescentes que possam ser considerados sujeitos de direitos.

Existem diversas formas de manifestação da violência dentro da escola, entre elas estão o racismo, homofobia e a discriminação por parte das desigualdades sociais.

Outras manifestações verificadas nas escolas são as discriminações relacionadas às desigualdades econômicas. O preconceito contra a pobreza, manifestado de forma bastante patente é também reproduzido nos estabelecimentos de ensino. Na discriminação pela pobreza, determinados hábitos e bens de consumo podem ser valorizados ou desvalorizados. A discriminação a que são submetidas as pessoas em situação de maior pobreza compromete a construção de um sistema educacional igualitário no sentido amplo. (ABRAMOVAY, 2015, p. 13).

Introduz-se então uma nova realidade sobre a escola, ela já não é mais um local neutro, pois a violência que acontece no seu ambiente gera consequências internas e dualidades.

Se a escola pública e gratuita é considerada uma instituição fundamental na construção de uma sociedade mais igualitária, democrática e justa, supostamente operando como fator de mobilidade social nos mais diversos grupos, inclusive nos menos favorecidos, a escola pode ser também um espaço reprodutor de desigualdades sociais e de exclusões. (ABRAMOVAY, 2015, p.13).

Vale destacar que, na maioria das vezes a violência é naturalizada nestes espaços, visto que ocorre por motivos banais ou não são explicitadas de alguma forma, sendo assim, gera certo declínio no ensino e aprendizagem de quem é vítima.

Verifica-se que as ameaças têm impactos negativos indiretos sobre o processo de ensino e aprendizagem, comprometendo o desempenho profissional dos professores e a relação do aluno com a escola. As faltas constantes, a desconcentração e o nervosismo podem indicar que alguma coisa está errada com o aluno ou mesmo com algum adulto. (ABRAMOVAY, 2015, p. 15).

Portanto, as brigas, são consideradas acontecimentos frequentes, visto que são legitimadas como um mecanismo para a resolução de conflitos, podendo ter, ou não, consequências mais graves. Esse quadro aponta para a necessidade de desenvolver práticas pedagógicas que trabalhem no sentido oposto à ideia de violência como mecanismo para resolver as situações de conflito.

2.2 Práticas Pedagógicas na Violência Escolar

É necessário conhecer o ambiente escolar e o que acontece nele, para que assim identifique-se medidas para a construção de projetos de intervenção. Cada cenário escolar demanda de medidas particulares, pois o Brasil se apresenta como país de extrema desigualdade na qualidade das escolas e educação.

Certamente, é consensual na sociedade que a segurança escolar constitui-se em um valor em si mesma, uma vez que afeta a vida, a integridade física, emocional e psicológica de alunos, professores, funcionários e pais/responsáveis. Ademais, a violência ou a ameaça de violência – em suas diversas modalidades – tem um impacto direto na qualidade da educação, no modo como os professores e estudantes desenvolvem seu trabalho em sala de aula, no ambiente escolar, no rendimento dos alunos e na qualidade de vida de suas famílias. (ABRAMOVAY, 2015, p. 18).

Para que a escola possa cumprir seu papel na socialização entre os estudantes, profissionais da educação e o ensino-aprendizagem é necessário entender que essa problemática ocorre dentro e fora do ambiente escolar, afetando diretamente na qualidade da educação.

A análise das causas e das relações que geram condutas violentas no interior da instituição escolar impõe alguns desafios aos pesquisadores e profissionais do ensino, pois demanda tanto o reconhecimento da especificidade das situações como a compreensão de processos mais abrangentes que produzem a violência como um componente da vida social e das instituições, em especial da escola, na sociedade contemporânea. (SPOSITO, 2004, p. 163).

Esses desafios apresentados pela autora acabam por revelar novas reflexões sobre a problemática da violência no âmbito escolar, pois se o que a caracteriza é esse aspecto inerente à dinâmica da sociedade, o seu combate, ou a sua superação pode ser alcançada igualmente no âmbito das ações da sociedade organizada.

A violência pode aumentar ou diminuir pela força da construção social. Suas formas mais cruéis – que ocorrem nos níveis coletivos, individuais e privados – precisam ser analisadas junto com as modalidades mais sutis, escondidas e simbólicas, de forma muito profunda e aberta, para que todos possam colaborar. Afinal, todos são atores e vítimas. (MINAYO, 2009, p. 25).

Portanto, seguindo este pensamento, para que haja o enfrentamento da violência nas escolas, é necessário a participação de todos que atuam no seu espaço. Dentro da escola, deve-se tomar como base duas práticas pedagógicas para enfrentar a violência: acolher o aluno e sensibilizá-lo. Essas ações favorecem o fortalecimento dos laços sociais dentro da escola, transformando a atmosfera de resolução dos conflitos que surgem.

A educação é também onde decidimos se amamos nossas crianças o bastante para não expulsá-las de nosso mundo e abandoná-las a seus próprios recursos, e tão pouco arrancar de suas mãos a oportunidade de empreenderem alguma coisa nova e imprevista para nós, preparando-as em vez disso com antecedência para a tarefa de renovar um mundo comum. (ARENDT, 2003, p. 247).

Diante disso, é fundamental considerar que não existem práticas educativas específicas ou receitas prontas para enfrentar a violência nos espaços escolares, no entanto, é necessário ter ética, respeito e tolerância para que essa problemática seja resolvida no contexto escolar.

3. Metodologia

3.1 Metodologia de Abordagem e Procedimento

O presente artigo ampara-se em uma pesquisa qualitativa, visto que teve como intuito, analisar a qualidade dos casos de violência no ambiente escolar. Deste modo, a pesquisa qualitativa, baseia-se em:

A metodologia qualitativa preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes e tendências de comportamento (MARCONI; LAKATOS, 2008, p. 269).

Em relação aos objetivos propostos neste artigo, a pesquisa ocorreu de forma explicativa, na qual buscou-se investigar a razão de que decorre a violência.

São aquelas pesquisas que têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Este é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas. Por isso mesmo é o tipo mais complexo e delicado, já que o risco de cometer erros aumenta consideravelmente. (GIL, 2008, p. 28).

No que se refere aos procedimentos técnicos, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e de campo. A pesquisa bibliográfica de cunho exploratório utilizou como subsídios livros, sites que abordaram sobre a violência e artigos, o que auxiliou no embasamento teórico para a construção da investigação proposta.

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Parte dos estudos exploratórios podem ser definidos como pesquisas bibliográficas, assim como certo número de pesquisas desenvolvidas a partir da técnica de análise de conteúdo. (GIL, 2008, p. 50).

Por último, realizou-se uma pesquisa de campo que pode ser descrita como:

“[...] é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou relações entre eles”. (MARCONI & LAKATOS, 2009 P. 188)

O local em que ocorreu o desenvolvimento da pesquisa foi em um Colégio da Rede Pública Estadual, localizado na região sul da cidade de Cascavel/PR. O sujeito participante desta pesquisa foi uma coordenadora pedagógica, sendo essencial para entendermos como a equipe pedagógica e a escola encaminham os alunos que sofrem e/ou praticam a violência no cotidiano escolar.

3.2 Instrumentos para Coleta de Dados da Pesquisa

Diante dos objetivos propostos, foi necessário pautar-se em dados secundários, os quais foram obtidos a partir de informações já existentes, sendo coletados através da pesquisa bibliográfica, por meio de livros, leis, artigos científicos e documentos. Com o

intuito de concretizar os objetivos desta pesquisa, além dos dados secundários, foi necessário basear-se nos dados primários, deste modo, a pesquisa foi desenvolvida por meio de questionário.

A coleta de dados ocorreu através de um questionário que teve como objetivo compreender as práticas e visões sobre a violência escolar. Desta forma, o questionário pode ser entendido como:

Questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador. Em geral, o pesquisador envia o questionário ao informante, pelo correio ou por um portador; depois de preenchido, o pesquisado devolve-o do mesmo modo. (MARCONI; LAKATOS, 2009, p. 201).

O questionário com a coordenadora pedagógica partiu da necessidade de entender como o colégio e seus coordenadores abordam a violência escolar e se há alguma padronização para essas metodologias.

Vale realçar que todo o trabalho de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Univel, por meio do Parecer 025/2020.

4. Resultados

Esta seção tem como princípio apresentar os dados obtidos na realização da pesquisa de campo, a mesma foi realizada com uma coordenadora pedagógica que atua na Rede Pública Estadual de Cascavel/PR, sendo assim, a análise aconteceu por meio de dados coletados através de um questionário.

Dessa forma, a análise de dados levará em consideração o questionário aplicado a coordenadora pedagógica da instituição de ensino, que será denominado de C1. Portanto, o primeiro questionamento foi referente a identificação da entrevistada em que obtivemos a seguinte resposta:

C1: Tenho 47 anos, sou formada em Pedagogia e atuo há 14 anos na coordenação pedagógica.

Pode-se perceber que a coordenadora possui um bom tempo de atuação na coordenação pedagógica. Um segundo questionamento realizado foi “Há alguma metodologia específica para lidar com a violência dentro da escola?” Foi respondido que:

C1: Para lidar com a violência, uma só metodologia não é eficaz. Trabalhamos usando o diálogo e a conscientização de todos os tipos de violência.

A resposta nos faz entender que a violência existe de diversas maneiras e em diversos contextos, por isso, não deve existir uma padronização das metodologias utilizadas em seu combate, pois quando isso ocorre, segundo Abramovay (2015, p. 13) gera desigualdades no sistema educacional. Segundo a autora, é extremamente perigosa a adoção de políticas genéricas de combate à violência, uma vez que cada realidade possui características específicas. Nesse quadro adotar uma postura de abertura para compreender os fenômenos e agir é essencial.

Ainda assim, um dos questionamentos realizados é referente a “Qual a relevância em tratar da violência no ambiente escolar?” Respondeu-se que:

C1: Precisamos tentar resolver, caso contrário o aluno pode até não querer mais estudar.

Outra questão levantada foi em relação rendimento dos alunos, foi perguntado no questionário se: “Na sua atuação percebe-se que a violência escolar é um dos fatores para o baixo rendimento escolar dos alunos?” A entrevistada respondeu que:

C1: Na escola em que atuo não é um problema para o baixo rendimento.

Devido aos diálogos e conscientização que acontecem neste espaço, a violência não é decorrente e por isso, o rendimento dos alunos não é afetado. A coordenadora ainda relata que as vezes é necessário além de tratar da violência com os alunos é necessário ajudar as famílias que necessitam, pois a violência não está apenas no espaço escolar. No entanto, conforme Abramovay (2015, p. 15) nos traz mesmo que indiretamente, há impactos negativos tanto no desempenho dos professores quanto em relação do aluno com a escola, de certa forma, gerando declínio no processo de ensino aprendizagem.

Por fim, através das questões respondidas pela coordenadora, entende-se que, deve haver uma maior conscientização sobre a violência para que os alunos não tenham o rendimento escolar afetados.

A apresentação deste trabalho ocorreu através de artigo e teve como objetivo proporcionar ao público a compreensão das metodologias adotadas para o combate à violência escolar.

5. Considerações Finais

Frente ao cenário da pandemia da COVID-19, foi necessário reestruturar este artigo devido ao fato de não conseguir entrevistar alunos e demais participantes, bem como, não foi possível realizar a observação em sala de aula para que fosse possível obter resultados mais detalhados das metodologias abordadas por professores e coordenadores, no projeto também estava previsto a pesquisa de campo em dois Colégios da Rede Pública Estadual, o que, também não foi possível realizar devido as dificuldades para acessar um destes ambientes.

O que podemos aqui acrescentar é que após a pesquisa de campo, houve uma maior reflexão acerca das metodologias, como podemos enquanto professores e coordenadores, pensar que a violência não gera declínio no aprendizado, mas ao mesmo tempo, se não tratarmos deste assunto, pode ocorrer a evasão escolar ou repetência devido ao rendimento escolar, ou até mesmo pelas condutas utilizadas na forma de lidar com estes casos.

Os resultados apontaram para um entendimento instrumental nas questões de violência nas escolas. Isso fica claro quando o procedimento padrão é acionar a Patrulha Escolar e fazer um boletim de ocorrência. Um segundo aspecto que se destacou é que a valorização do diálogo como ferramenta de enfrentamento aparece com bastante força, o que nos parece bom.

No entanto, não houve uma explanação no “como” esse diálogo é colocado em prática, o que nos leva a pensar que efetivamente a escola não desenvolve ações coordenadas que fortaleçam os laços sociais e o reconhecimento do outro por meio de diálogo e respeito, mas que as “conversas” ocorrem quando os problemas já estão instalados e que no fim das contas aumenta-se a disciplina e as normas.

Por fim, o resultado que esperava-se era justamente que, não há nenhuma metodologia específica para enfrentar a violência, pois assim como foi trazido acima, ARENDT (2003) nos faz perceber que a educação sem o diálogo é suscetível a violência, por isso que faz-se necessário repensar o conceito de violência, pois se ela é fruto das nossas ações, devemos criar também uma cultura contra a violência.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam. **Programa de prevenção à violência nas escolas**: violências nas escolas. [S.l.]: Flacso Brasil, 2015.

ADORNO, Sérgio. As raízes da violência no Brasil. **Youtube**. 12 jan. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xuz1sv5nFT0>. Acesso em: 17 abr. 2020.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

BRASIL. Constituição de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 17 abr. 2020.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 13 julho 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 15 jun. 2020

CERQUEIRA, Dionísio. **Atlas da violência 2019**. Rio de Janeiro: IPEA. 2019. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34784. Acesso em: 17 abr. 2020.

COSTA, Márcia Regina da. A violência urbana é particularidade da sociedade brasileira?, **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 13, n. 4, out/dez. 1999.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LEITE, Tiago Pereira. Desigualdades, pobreza e violência: notas para um debate sobre a questão social no Brasil. **Educere et Educare**, Cascavel/PR, v. 2, n. 22, jul/dez. 2016.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Artigos de
PSICOLOGIA

A INFLUÊNCIA DAS DOENÇAS PSICOLÓGICAS NA PRODUÇÃO ARTÍSTICA

Gabrieli Quinhones Pereira¹

Kátia Rocha Salomão²

Resumo: O presente artigo tem o objetivo de tratar a expressão artística que é realizada por pessoas portadoras de doenças mentais. A revisão bibliográfica de 'Imagens do Inconsciente', escrito narrativo da Psiquiatra brasileira Nise da Silveira produzido em seu centro de terapia ocupacional, é o condutor central para a análise das doenças psicológicas aqui abordadas. Há também exemplificações visuais com nomes na história da arte. Através delas é possível observar os efeitos da enfermidade psíquica e como se manifestam na produção de seus autores, além de também denotar o efeito que ela tem na vida do indivíduo que sofre de transtorno mental.

Palavras-chave: Arte. Subjetividade. Psicopatologia. Expressão. Simbologia.

1. Introdução

O presente artigo tem o objetivo de unificar psicologia e arte, com o foco em discutir as características das doenças mentais e como elas podem ser observadas em obras majoritariamente visuais. Sabe-se que os doentes mentais podem usar da pintura, desenho e modelagem para expressar suas dores e encontrarem na arte, um método de comunicação e diálogo com seu ambiente externo.

Através da análise da obra bibliográfica 'Imagens do Inconsciente', da psiquiatra brasileira Nise da Silveira (1981), será possível observar como tudo que pode ser considerado mero detalhe para um leigo admirador artístico, tem uma gigantesca simbologia psicológica. A importância de formas geométricas, presença e ausência de contornos, escolha de cores e temáticas das obras dos pacientes de Silveira, serão discutidos assim como seus respectivos significados.

Além das características supracitadas, outra que é fundamental para os artistas com distúrbios mentais, é o vínculo afetivo com as pessoas do meio. Apesar de geralmente terem dificuldades de comunicação, o ambiente social em que os indivíduos

¹ Acadêmica do curso de Psicologia pela Univel.

² Professora associada do Centro Universitário Univel, onde atua no ensino de Filosofia Geral e Jurídica, Filosofia da Educação, Hermenêutica jurídica e áreas a fins. Possui especialização em Filosofia Política e Jurídica (UEL-2006), Mestrado na área de Filosofia (UNESP-2008), com ênfase em ética e filosofia política. Doutora em Filosofia (UNIOESTE-2019) com ênfase nos aspectos éticos e políticos.

se encontram e as pessoas com quem eles se relacionam, são fatores cruciais e de grande influência em suas produções artísticas.

Silveira (1981) pôde exemplificar através da trajetória de vida de seus pacientes do Centro psiquiátrico Pedro II (onde implantou seu projeto de ateliê de pintura e modelagem), sobre a importância das terapias ocupacionais. A experiência inovadora provou o efeito positivo das terapias, até mesmo sobre pacientes com doenças sem cura e antes definidas como degenerativas como, por exemplo, a esquizofrenia.

Antes que se procurasse entendê-los, concluiu-se que tinham a afetividade embotada e a inteligência em ruínas [...] Hoje está demonstrado que mesmo após longos anos de doença, a inteligência pode conservar-se intacta e a sensibilidade vivíssima. (SILVEIRA, 1981, p. 19).

Como a dificuldade de comunicação é frequente em pacientes com distúrbios mentais, a expressividade artística possibilitou uma avaliação ainda técnica, mas mais humana dos efeitos gerados pela doença. Através da observação durante as produções de seus pacientes e seus resultados. De acordo com Silveira, ocorre o: “ (...)recuo diante da realidade externa vivenciada ameaçadoramente, assim como o medo da realidade interna, talvez ainda mais perigosa”. (1981, p. 22).

É mister ressaltar que as doenças psicossomáticas já foram expressas na arte mesmo antes de Silveira iniciar e explanar seus estudos. Entretanto, é indubitável sua contribuição para que atualmente, seja possível analisar e compreender melhor o significado de características em obras feitas por artistas, que hoje são considerados geniais no seu meio. Entre eles, pode-se citar os pintores das vanguardas europeias do movimento modernista, Salvador Dalí e Vincent Van Gogh.

Os dados compilados têm objetivos de colaborar para uma análise sobre como as doenças psíquicas se expressam na arte e qual é a sua modificação na compreensão de mundo e realidade do indivíduo. Ainda, tem-se o interesse em verificar as consequências da produção artística para o portador de distúrbios mentais.

2. Efeitos da Doença Mental na Vida do Ser Humano

Saúde humana é o termo que define o estado de boa organização fisiológica do corpo diante do modo de vida do indivíduo e sua idade respectiva. Frequentemente, o senso comum compreende por saúde ou doença, somente aquilo que envolve a atividade

regular ou disfunção de órgãos do corpo e afins. Contudo, deixa de lado a saúde mental, definida pelo dicionário digital Michaelis (2020, s/p.) como “Estado de equilíbrio mental de um indivíduo, adaptado ao seu meio social e bem tolerante as condições e desafios da existência social e individual”.

Portanto, para Michaelis (2020), a ausência de saúde pode significar não só a funcionalidade prejudicada dos órgãos e dos sistemas do corpo de uma pessoa. Está ligada também ao déficit em sua comunicação e na convivência com o meio, dificuldade de atuação no trabalho e atribuição de inúmeras complicações na rotina do portador da doença mental.

Alguns distúrbios mais simples ou em níveis sintomáticos mais leves, podem ser combatidos hoje com medicamentos, terapias e outros métodos alternativos, permitindo que sujeito leve uma vida comum e consiga executar todas as suas tarefas com êxito. Mas, é importante ressaltar que essa realidade vem se fazendo presente recentemente, já que por muito tempo, pessoas diagnosticadas com psicopatologias eram submetidas a outros tipos de tratamentos. Os manicômios, que hoje, estão diminuindo significativamente por seu sistema na maioria das vezes desumano e não funcional, foram por muito tempo o destino de indivíduos que tinham dificuldades para se adaptar ao meio. (BOCK; TEIXEIRA; FURTADO, 1995).

2.1 A Ineficiência do Sistema Manicomial no Brasil

Segundo Abdalla, a tentativa constante de alinhar sujeitos a sociedade vem desde a época positivista no período de pré-institucionalização da psicologia no Brasil, que ainda era tratada como “Um dos recantos abandonados da medicina” (1998, p. 30). Este objetivo esteve claramente relacionado com a religião e ao estado que através dos psicólogos, obtinha poder de julgar os indivíduos através das leis divinas. Exemplo claro da situação dos manicômios é presente inclusive na literatura brasileira, como na obra ‘O Alienista’, de Machado de Assis.

A “anormalidade”, a “demência” é estudada e afastada do meio social. Embora esses locais de reclusão tenham surgido como aparência de hospital, de lugar “neutro”, de maior eficácia para a “cura” dos “dementes”, logo em seguida caracterizaram-se como verdadeiros “presídios”. A demência havia sido transformada em crime, os dementes em criminosos e os médicos em juízes. (ASSIS apud ABDALLA, 1998, p. 32).

O modelo de tratamento desumano e a opressão sobre os pacientes se repetiu em vários ambientes ao longo da história. Ao começar seu atendimento no hospital psiquiátrico Pedro II, na função de responsável pela terapia ocupacional, a psiquiatra Nise da Silveira (1981), mostrou-se contrariada com o método desumano utilizado pelos outros profissionais. Entretanto, respeitando a hierarquia médica, tentou modificar as técnicas em seu local de trabalho e obteve êxito nos resultados obtidos.

A psiquiatra fez de seu espaço, um ateliê de pintura e modelagem e através das obras de seus pacientes, teve oportunidade de fazer importantes análises do efeito causado pelo ambiente nos enfermos: “Veja-se seu isolamento diante das grades, pintura em tons de cinza, que bem exprimem seus sentimentos de tristeza e solidão. Hospital psiquiátrico e cárcere, confundem-se.”. (SILVEIRA, 1981, p. 39). (Fig. 1)

Figura 1: Emygdio de Barros, 01/07/1970, óleo sobre papel, 33,0 x 48,4cm.



Fonte: (SILVEIRA, 1981, p. 39).

Comprovou-se, portanto, que além de não colaborar para a melhora dos pacientes, o ambiente do hospital psiquiátrico afluía os sentimentos negativos, correndo riscos de fazê-los regredirem em sua doença. Mas, através da experiência de Silveira, encontrou-se também, um novo método de percepção do subjetivo dos enfermos: a expressão artística.

3. Manifestação das Doenças Psíquicas na Arte

Atualmente, obtém-se maior percepção de que obras de arte são mais do que a representação da realidade humana, mas sim, a representação da realidade através dos olhos e da subjetividade do artista.

A simbologia da arte foi notória na construção dos estudos de Silveira, que usou seus pacientes nos testes e obteve resultados extremamente satisfatórios. Ela não define como fez a seleção das atividades para terapia ocupacional no centro psiquiátrico, mas é indubitável que foi uma escolha assertiva. Através da disponibilização de folhas, telas, tintas, lápis e argila, diante dos confusos traços iniciais dos pacientes, houve um reflexo de seus subjetivos danificados e fez-se com que: “O invisível se tornasse visível”. (KLEE *apud* SILVEIRA, 1981, p. 42).

A mudança de ambiente e o tratamento mais humanizado oferecidos aos pacientes, foram capazes de explicar que os sintomas poderiam diminuir significativamente e esses traços também seriam notados nas obras. O modo de representar recebeu a mesma atualização positiva que o comportamento dos enfermos. Ainda que, determinadas características estéticas por um lado fossem preservadas, por outro lado elas revelavam que as doenças ainda se faziam presentes no indivíduo. (SILVEIRA, 1981).

3.1 Simbologia dos Traços, Formas e Cores.

Através das obras de seus pacientes no centro psiquiátrico, Silveira (1981) pôde fazer inúmeras análises e notar determinadas repetições de características estéticas, compreendendo assim, a assimilação com os sintomas dos sujeitos.

No início, as obras eram repletas de abstracionismo com traços e cores fortes, que mostravam o caos interno do indivíduo como sua realidade. Ressalta-se que: “Quanto mais o mundo se torna horrificante, (...) mais a arte se torna abstrata.” (KLEE *apud* SILVEIRA, 1981, p. 22).

Figura 2: Adelina Gomes, 03/03/1951, óleo sobre papel, 28,3 x 38,4cm



Fonte: (SILVEIRA, 1981, p. 24).

Ao mesmo tempo que as obras abstratas representavam a confusão, segundo Worringer, significavam também a busca por “Um ponto de tranquilidade e um refúgio”. (*apud* Silveira, 1981, p. 21). Refúgio o qual passou a ser o ambiente da terapia ocupacional em sua nova forma e muitas vezes foi retratado como tema ou parte da composição das obras. (Fig. 3)

Figura 3: Emygdio de Barros, 03/04/1972, óleo sobre papel, 36,7 x 55,4cm

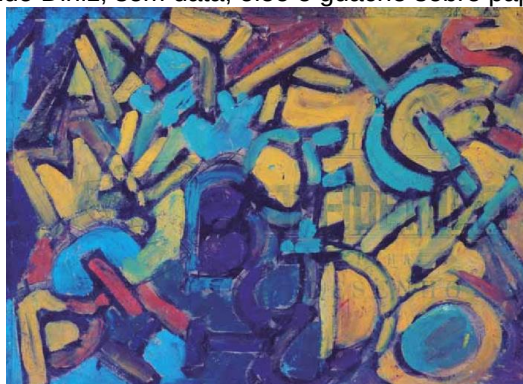


Fonte: (SILVEIRA, 1981, p. 38).

Com o passar do tempo, nas sessões de terapia ocupacional, novas características puderam ser observadas nas obras de alguns pacientes. Entre elas, destacou-se a forma geométrica:

No atelier do hospital o geometrismo mostrou-se significativo de esforços instintivos para apaziguar tumultos emocionais e busca do refúgio em construções estáveis. A imagem geométrica mais frequentemente encontrada na pintura dos esquizofrênicos é o círculo, em múltiplas variações e irregularidades. (SILVEIRA, 1981, p. 29).

Figura 4: Fernando Diniz, sem data, óleo e guache sobre papel, 23,8 x 32,5cm



Fonte: (SILVEIRA, 1981, p. 23).

A distribuição de objetos e elementos nas artes plásticas também foi observado minuciosamente, assim como os tons usados nas obras:

A distância entre os objetos, por exemplo, não são experienciadas de maneira constante, independentemente das situações subjetivas. (...) o *espaço claro*, caracterizado pela nitidez do contorno dos objetos, pela existência de espaço livre das coisas. O indivíduo sente diante de si a amplitude da vida. Noutro tipo de espaço vivido, o *espaço escuro*, não se trata de luz física, porém de sensação de estar envolvido, apertado, oprimido por uma obscuridade misteriosa. (MINKOWSKI *apud* SILVEIRA, 1981, p. 36).

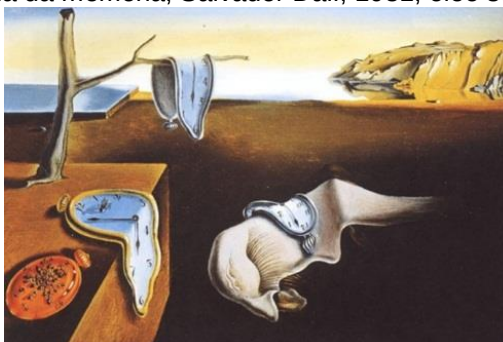
Portanto, fez-se visível que tudo que era exposto pelos enfermos mentais em suas telas, pois tinham grande significado subjetivo. Essas informações, na maioria das vezes, não eram compartilhadas verbalmente por eles. Contudo, a partir do momento que entraram em contato com a arte, podiam expressar-se e serem compreendidos de outra forma. (SILVEIRA, 1981).

3.1.1 Análise da simbologia nas obras de Salvador Dalí e Vincent Van Gogh

As doenças mentais já foram expressas na arte antes de Silveira compartilhar seus estudos. Entretanto, é indubitável sua contribuição para que atualmente se possa analisar e compreender com mais clareza o significado das características em obras feitas por artistas que hoje são considerados gênios. Entre eles, pode-se citar os pintores das vanguardas europeias do movimento modernista: Salvador Dalí e Vincent Van Gogh.

Apesar de profissionais da arte apresentarem muito mais técnica e consciência sobre a produção, ainda é possível notar atributos em comum com as obras dos enfermos internados no Centro Psiquiátrico Pedro II. Essa semelhança reforça as evidências defendidas por Silveira (1981).

Figura 5: A persistência da memória, Salvador Dalí, 1931, óleo sobre tela, 24,0 x 33,0cm



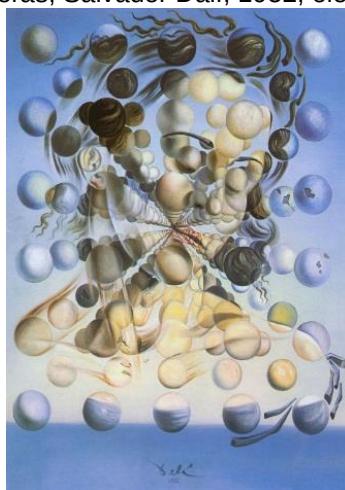
Fonte: disponível em: <<https://www.culturagenial.com/a-persistencia-da-memoria-de-salvador-dali/>>.

Acesso em: 05 jun. 2020.

Dalí, quase sempre foi definido como um gênio louco pela história da arte, apesar de diagnósticos imprecisos. Ele seguia a corrente surrealista do modernismo. Em suas obras nota-se com destaque os círculos, sejam eles irregulares em forma de relógios derretidos (Fig. 5) ou no geometrismo perfeitamente simétrico das esferas que compõe a representação de sua esposa, Galatea. (Fig. 6).

Apesar de toda a simbologia pelas correntes artísticas e científicas que influenciavam suas obras, podem ser analisadas separadamente questões estruturais da composição da tela '*A persistência da memória*'. Nota-se a distribuição de elementos, oscilações entre claro e escuro (que refletem também as variações de sensações) e ao fundo, uma paisagem do mar no horizonte, que ficava próximo de onde ele morava, Catalunha na Espanha, ou seja, local simbólico para o autor. O tema de '*Galatea das Esferas*' também ressalta a importância afetiva do meio local e de pessoas para Dalí.

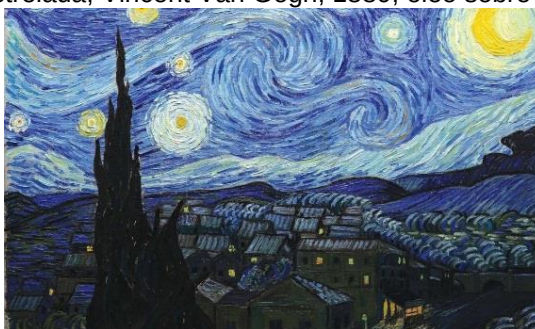
Figura 6: Galatea das Esferas, Salvador Dalí, 1952, óleo sobre tela, 65,0 x 54,0cm



Fonte: disponível em: <<https://br.pinterest.com/pin/486177722259053929/>>. Acesso em: 04 jun. 2020

Nas obras de Vincent Van Gogh, principalmente após o ano de 1888, quando se internou voluntariamente em um sanatório, após ter cortado sua própria orelha com uma navalha durante um surto, também podem-se notar características que indiciavam seus transtornos psíquicos.

Figura 7: Noite Estrelada, Vincent Van Gogh, 1889, óleo sobre tela, 74,0 x 32,0cm

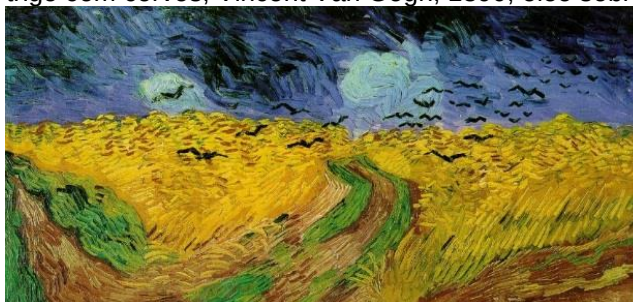


Fonte: disponível em: <<https://falauniversidades.com.br/exposicao-imersiva-van-gogh-sao-paulo/>>. Acesso em: 05 jun. 2020

Em sua tela mais famosa, '*A noite estrelada*', o destaque da obra é o efeito circular presente na pintura dos tons de azul, branco e amarelo no céu (Fig 7). Durante suas últimas semanas de vida, ao pintar '*Campo de trigo com corvos*', torna-se gritante a escolha de tons vibrantes e a tendência abstrata muito mais forte que anteriormente, ressaltando a progressão das suas doenças psíquicas.

Portanto, é possível concluir que as referências que Van Gogh e Dalí utilizavam, tinham sim, ligação com o período histórico e o *zeitgeist* (espírito) da época, mas também eram extremamente carregados de experiência subjetiva psíquica, em função dos seus transtornos mentais.

Figura 8: Campo de trigo com corvos, Vincent Van Gogh, 1890, óleo sobre tela, 50,5 x 103,0cm



Fonte: disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Campo_de_Trigo_com_Corvos>. Acesso em: 05 jun. 2020

3.2 Influências dos Sentimentos e da Afetividade nas Obras: suas consequências.

Como supracitado, Silveira (1981) afirma que o meio é um dos responsáveis por modificar os sentimentos e as sensações do sujeito doente mental, (assim como de pessoas sãs). O local, o tratamento e a interação entre as pessoas e são fundamentais para definir sensações do subjetivo humano, e conseqüentemente, são capazes de mudar o conceito das obras artísticas realizadas no instante levado em consideração.

O ambiente da terapia ocupacional de Silveira, buscou acolher os pacientes do centro psiquiátrico Pedro II e lhes dar a liberdade e a atenção que carecia nas enfermarias. Enquanto dentro dos hospitais o ambiente era frio e triste, no ateliê de pintura os doentes tinham inúmeras possibilidades. Entre elas, se movimentar-se livremente, falar (mesmo que não costumassem utilizar muito esse tipo de comunicação), desenhar, pintar entre outros. Juntamente ao doente mental, encontravam-se monitores. Segundo Silveira, “A monitora não intervinha, não opinava sobre as pinturas. Apenas ficava ali, silenciosa, numa atitude de interesse e simpatia por qualquer coisa que ele fizesse”. (1981, p. 78).

Silveira alega que: “(...) Dificilmente qualquer tratamento será eficaz se o doente não tiver ao seu lado alguém que represente um ponto de apoio sobre o qual ele faça investimento afetivo”. (1981, p. 77). E dentre as poucas vezes que os próprios pacientes conseguiam se comunicar diretamente, ressaltavam sua afirmação:

Nessa apologia do afeto, não sejamos demasiado ingênuos, pensando que será fácil satisfazer as grandes necessidades afetivas de seres que foram tão machucados, e socialmente tão rejeitados. Um deles escreveu: “De que serve colher rosas, se não tenho a quem ofertá-las”. (SILVEIRA, 1981, p. 87).

O primeiro contato com a arte é marcante para o indivíduo, seja ele observador saudável ou até mesmo um artista doente, mostrando a pluralidade da experiência artística. A possibilidade alternativa de expressão é muito significativa para quem produz e pode transmitir uma ideia ou sentimento, e também para quem admira, podendo se identificar e ter empatia.

A arte é capaz de representar uma conexão de mente-corpo muito simbólica, onde experiências subjetivas podem ser transferidas ao tato e tornarem-se algo material e palpável. Segundo o que um crítico artístico disse ao Jornal Correio da Manhã (1947):

Uma das funções mais poderosas da arte – descoberta da psicologia moderna – é a revelação do inconsciente, e este é tão misterioso no normal como no chamado anormal. (...) As imagens do inconsciente são apenas uma linguagem simbólica que o psiquiatra tem por decifrar. Mas ninguém impede que essas imagens e sinais sejam, além do mais, harmoniosas, sedutoras, dramáticas, vivas ou belas enfim constituindo em si verdadeiras obras de arte. (PEDROSA *apud* SILVEIRA, 1981, p. 17).

Segundo Silveira (1981) o hospital psiquiátrico em que ela atendia era um local onde a maioria dos pacientes não conseguiam e ao menos tinham chance de se comunicar verbalmente com seus cuidadores e médicos e a arte lhes disponibilizou uma

nova oportunidade. Como não obtinham influências externas provocadas no ateliê de pintura, puderam expor sua subjetividade e sensibilidade da forma mais intensa e verdadeira possível criando um novo método de interlocução.

Os efeitos foram sendo perceptíveis gradativamente ao longo das obras. As primeiras pinturas eram explosões de confusões, dores e informações acumuladas. Aos poucos, surgiram às primeiras formas, objetos e composições, que demonstra a reorganização do cérebro. Exemplo disso, é que após a melhora constante e diminuição da abstração nas obras de um dos pacientes, ele foi diagnosticado em um quadro de reversão da doença: “Poucos dias depois dessa pintura, seu autor obteve alta”. (SILVEIRA, 1981, p. 66). (Fig. 9)

Figura 9: Elísio Canal, 12/10/1962, guache sobre papel, 34,0 x 47,8cm



Fonte: (SILVEIRA, 1981, p. 67).

Os enfermos mentais diagnosticados com esquizofrenia (que era a condição majoritária dos pacientes de Silveira) são definidos tendo características como:

Afastamento da realidade — o indivíduo entra num processo de centramento em si mesmo, no seu mundo interior, ficando, progressivamente, entregue às próprias fantasias. Manifesta incoerência ou desagregação do pensamento, das ações e da afetividade. Os delírios são acentuados e mal sistematizados. A característica fundamental da esquizofrenia é ser um quadro progressivo, que leva a uma deterioração intelectual e afetiva. (BOCK; TEIXEIRA; FURTADO, 1995, p. 466-467).

A experiência no ateliê possibilitou obter uma explicação mais complexa da percepção da realidade por um paciente comunicativo que comenta: “(...) Todos nós somos controlados. Esse muro serve para fechar a nossa vista para o lado de fora (...). Nós nunca podemos ser considerados gente com um muro desses tapando nossa visão.”. E a psiquiatra conclui que: “A verbalização se faz correta. Entretanto, os casos graves de esquizofrenia, (...) só as imagens pintadas permitem que se vislumbre como o indivíduo

está vivenciando o espaço naquele exato momento.”. (Pode-se citar como exemplo de comunicação do mesmo sentimento, a Figura 1). (SILVEIRA, 1981, p. 38).

Portanto, conclui-se que na visão de Silveira (1981) que há a percepção do ambiente independentemente de o sujeito conseguir expressar-se através da fala ou não. O papel da arte na vida do indivíduo com distúrbios mentais somente disponibiliza a ele uma nova forma alternativa de comunicar o que sente.

4. Considerações Finais

É inquestionável a contribuição de Nise da Silveira para múltiplas áreas. Suas conclusões abriram um novo âmbito de pesquisa tanto para a psicologia/psiquiatria quanto para a arte.

Seus estudos foram capazes de ultrapassar os muros do hospital psiquiátrico e muitas outras barreiras, chegando a importantes conclusões sobre o subconsciente humano e revolucionando a área de pesquisa. A psicologia, como uma ciência muito nova, ainda está em crescimento, mas tem grande demanda de ampliação para suprir as necessidades humanas que constantemente se atualizam.

O papel de Silveira como mulher, médica, cientista e de nacionalidade brasileira, quebra padrões e traz consigo a nova face que é necessária na ciência, a diversidade. Seu trabalho com influentes resultados, tornou pública a importância da humanização de doentes mentais e reforçou a necessidade de movimentos na luta antimanicomial.

Silveira mostrou que mais importante e possível do que alcançar a cura dos loucos, é preocupar-se com sua qualidade de vida e valorizar sua autenticidade encontrada no subjetivo humano.

REFERÊNCIAS

- ABDALLA, I. G. **Ter equilíbrio para dar equilíbrio:** Profissão Psicólogo. São Paulo: Arte & Ciência, 1998.
- BOCK, A. M. B; FURTADO, O; TEIXEIRA, M. L. T. **Psicologias:** Uma Introdução ao Estudo de Psicologia. São Paulo: Saraiva, 2002.
- MICHAELIS. **Dicionário.** Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/saude>>. Acesso em: 04 jun. 2020.
- SILVEIRA, Nise da. **Imagens do Inconsciente.** Rio de Janeiro: Alhambra, 1981.

ADOÇÃO: O DESENVOLVIMENTO E A VIVÊNCIA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE ADOTADO

Luisa Sachet Adames¹
Sabrina Gabriella Spohn
Caroline Buosi Velasco²

Resumo: A adoção é uma prática antiga, a qual tem a finalidade de dar uma segunda família para as crianças e adolescentes abandonados. Pelo fato, do adotado muitas vezes ter sofrido negligência, maus-tratos e abuso, na família biológica, o desenvolvimento e os vínculos afetivos são afetados e podem levar anos para recuperá-los. Diante disso, este artigo tem a intenção de refletir, analisar e descrever sobre o desenvolvimento desses sujeitos adotados e suas características, através de uma pesquisa bibliográfica e descritiva. A importância de estudos como esse é muito grande, visto que inúmeras vezes os indivíduos envolvidos no processo de adoção são julgados e o conhecimento da sociedade no geral é pequeno em relação à adoção e sujeitos adotados. Concluiu-se com a pesquisa, que várias situações influenciam o desenvolvimento da criança e do adolescente adotado, porém, tudo depende da história pessoal de cada um e da maneira que essa história será ressignificada.

Palavras-Chave: Adoção; Criança; Adolescente; Família

1. Introdução

A proposta do artigo visa fazer reflexões em torno da adoção, fenômeno que cresce e transfigura o modo de pensar das pessoas. Este estudo teve como enfoque o processo de desenvolvimento da criança e do adolescente, antes e depois da ad. Esse foco se deu porque sabe-se que as experiências individuais dessa legitimação passam por um processo emocional imenso e atribuem um sentido que induz a maneira como cada adotado vivencia a sua história (BARROSO; BARBOSA-DUCHARNE; COELHO, 2018).

Sabe-se que o processo de adoção gera inúmeras consequências para os envolvidos, pois não importa o quão bem ocorrer a adoção, ela sempre irá estar acompanhada de luto e perdas (LIFTON, 2002; MCGINN, 2000 *apud* BARROSO; BARBOSA-DUCHARNE; COELHO, 2018). E sentimentos como a perda da conexão genealógica podem ter grandes efeitos sobre o sujeito adotado.

Sendo assim, este artigo teve como objetivo geral analisar o desenvolvimento da criança e do adolescente adotado. Também buscou-se como objetivos específicos: comparar o desenvolvimento físico e cognitivo de crianças adotadas com o

¹ Acadêmica do Curso de Psicologia da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL.

² Orientadora: Professora Caroline Buosi Velasco do Curso de Psicologia da UNIVEL- Centro Universitário UNIVEL.

desenvolvimento de crianças que são filhos biológicos; investigar as diferenças do desenvolvimento da criança e do adolescente quando adotados; e descrever como é vivida a adoção na adolescência. Em vista disso, se faz o questionamento, quais são as consequências do processo de adoção no desenvolvimento da criança e do adolescente?

Ao considerar os fatos citados anteriormente, percebe-se que é de extrema importância pesquisar e analisar o desenvolvimento de crianças e adolescentes, para que os profissionais da área estejam cada vez mais preparados para lidar com a subjetividade e com a história de cada indivíduo adotado. Também, para que as barreiras sobre preconceitos, julgamentos e discriminação sejam quebradas, pois é um assunto delicado e caso não seja tratado com cautela, pode gerar graves consequências na vida de cada um.

Por conseguinte, estudou-se os diversos fatores e consequências do desenvolvimento da criança e do adolescente adotado, através da metodologia de pesquisa bibliográfica e exploratória, apontando as principais publicações e autores que deram origem a este artigo.

O método de pesquisa bibliográfica tem como objetivo familiarizar os autores com o tema, obter compreensão sobre o mesmo e construir possíveis hipóteses baseadas em autores. De acordo com Gil (2007), na maioria dessas pesquisas, pode se fazer um levantamento bibliográfico, análise de exemplos que podem ajudar a entender, e entrevistas com pessoas que experienciaram o problema ou tema pesquisado. Além disso, pesquisa bibliográfica também pode ser denominada pesquisa exploratória ou estudo de caso (GIL, 2007).

Outro parâmetro utilizado foi a pesquisa descritiva, que exige dos autores várias informações acerca do tema e tem como finalidade descrever fatos, características e fenômenos sobre alguma realidade (TRIVIÑOS, 1987 *apud* GERHARDT, SILVEIRA, 2009).

Por fim, para os métodos de pesquisa utilizados, realizou-se leitura e fichamentos de vários artigos científicos que contribuíram para um melhor entendimento. A investigação para tal baseou-se em autores como Dutra (2010), Souto (2017), Oliveira (2017), Soares (2013), Baptista (2013), Barbosa-Ducharne (2018), Barroso (2018), entre outros citados nas referências bibliográficas.

No capítulo seguinte, será analisado os efeitos sobre as pessoas envolvidas no processo de adoção e suas causas.

2. Desenvolvimento

A seguir será desenvolvida a revisão bibliográfica deste artigo, que abordará assuntos como as consequências da adoção no desenvolvimento da criança, a vivência da adoção na adolescência e os efeitos causados nos indivíduos envolvidos no processo em geral.

A adoção tem um papel marcante na sociedade contemporânea. Essa prática existe desde a época de Moisés, recebendo diversos significados e modos de pensar, de acordo com a cultura que determina cada período (MAUX; DUTRA, 2010). Apesar da prática de adoção ser frequente e ter um histórico linear tão efetivo, ainda é vulnerável, pois muitos indivíduos ainda valorizam mais a família biológica do que a família adotiva. Além disso, a ideia de que o filho adotivo seja mais problemático que o biológico, é muito enraizada, por trazer costumes de culturas passadas. Portanto, as discussões sobre esse assunto são necessárias passar pelas bases familiares de adoção, para poder criar uma nova cultura sobre essa prática, a fim de conseguir um maior respeito, apreço e igualdade entre as famílias e os filhos (MAUX; DUTRA, 2010).

Segundo Silva (2009 *apud* OLIVEIRA; SOUTO; SILVA JUNIOR, 2017), na antiguidade, as razões para a adoção eram exclusivamente políticas, religiosas, econômicas e culturais. Pouco importava os direitos da criança e do adolescente, que outrora já foram violados no momento do abandono. Tinha-se como objetivo de a adoção apenas atender os desejos das pessoas que queriam apadrinhar o sujeito. Após inúmeros acontecimentos ligados a este assunto, só na Idade Moderna, a adoção foi aceita, legalizada e inserida na legislação.

A adoção deve ter como interesse maior o bem-estar da criança, privilegiando o direito desta a ter uma família que a ame e a proteja. Isto quer dizer que o fundamental a defender são os direitos da criança, e não simplesmente o interesse do adulto. (EBRAHIM, 2001, p. 30)

Conforme o artigo 41 da Lei nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), “A adoção atribui a condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios, desligando-o de qualquer vínculo com pais e parentes, salvo os impedimentos matrimoniais”.

Antes do ECA, as leis sobre adoção davam prioridade para a família biológica e por esses e outros aspectos, ainda nos dias de hoje as famílias tentam manter a adoção em segredo, pois a sociedade julga e considera o filho adotivo inferior ao biológico (MAUX; DUTRA, 2010).

De acordo com Moura (2013; *apud* OLIVEIRA; SOUTO; SILVA JUNIOR, 2017), de um ponto de vista psicanalítico, não importa se o sujeito é filho genético de seus pais, o que realmente conta é o desejo dos pais para com o filho. E é a partir desse desejo que o indivíduo constrói seu lugar de existência na nova família.

Sendo assim, Fryd (2005 *apud* OLIVEIRA; SOUTO; SILVA JUNIOR, 2017) aponta que a ideia dos pais que a criança ou o adolescente já traz uma personalidade repleta de características hereditárias, pode ser prejudicial para a construção singular da história da criança ou do adolescente e para a ressignificação da perda de sua família biológica. Outro fator existente é que em casos de adoção, os direitos do sujeito adotado já foram violados, pois foram abandonados pelos seus pais biológicos. E este fato, causa sequelas no adotado e nas pessoas que decidem adotá-lo, também.

Crianças institucionalizadas, aquelas que não tem uma família, apresentam mais complicações no seu desenvolvimento do que aquelas crianças que tem uma relação com pai e mãe (EBRAHIM, 2001).

É especialmente na fase da infância, que o desenvolvimento influencia diretamente na construção da identidade e do modo como a criança se relaciona com os outros em toda sua vida. (OLIVEIRA; PROCHNO, 2010).

Os investigadores começaram a analisar os resultados das condições de cuidados inadequados, e com isso, muitos estudos mostram diversos problemas nas áreas do desenvolvimento da criança, após ela já ter contato e convívio com a família adotiva, são áreas que podem ter sido afetadas por experiências anteriores a adoção (COHEN; LOJKASEK; ZADEH, 2008 *et al.*, *apud* BAPTISTA; SOARES; HENRIQUES, 2013).

Nos primeiros anos da criança, a família adotiva e biológica, tem papel fundamental no desenvolvimento. Pois, a partir desse momento ela auxiliará nos vínculos do filho no mundo externo, posteriormente, mostrando o jeito certo de agir dentro da sociedade (MACHADO; FERREIRA; SERON, 2015).

O maior problema enfrentado pelas crianças institucionalizadas e das que foram adotadas a pouco tempo é na parte do desenvolvimento físico. No entanto, quando crianças são retiradas de lugares com falta de cuidado já é possível observar melhoras

(BAKWIN, 1949; FRIED e MAYER, 1948; SMYKE, 2004 *et al.*, *apud* BATISTA; SOARES; HENRIQUESA, 2013).

No Reino Unido foi realizada pesquisas que relatam que quanto mais cedo as crianças são adotadas é melhor para o seu desenvolvimento, pois no momento em que foram adotadas apresentam o comprimento, o peso e o perímetro cefálico relativamente baixo em relação a idade em que se encontra, mas a partir de alguns anos que se passa com a nova família essa relação já vai voltando ao padrão de medidas conforme a idade. No entanto, as crianças que foram adotadas mais tarde apresentam o peso e o perímetro encefálico menor, ao longo desses primeiros anos de convivência, do que as que foram adotadas mais cedo. Sendo assim, o perímetro encefálico é a única medida que ao longo dos anos é inferior ao esperado, é um processo mais lento para ser recuperado (BAKWIN, 1949; FRIED e MAYER, 1948; SMYKE, 2004 *et al.*, *apud* BATISTA; SOARES; HENRIQUESA, 2013).

Depois de alguns anos que a criança adotada já está na nova família, elas ainda têm sua altura inferior que as crianças biológicas e um dos motivos é a puberdade, mas essa diferença é bem menor quando comparado no dia da adoção. Essa puberdade, nas crianças do sexo feminino que foram adotadas mais tarde, tendem a ser precocemente, o que conseqüentemente terá uma estatura menor. E isso acontece por diversos fatores e um deles pode ser o stress vivido na infância (TEILMANN; PEDERSEN; SKAKKEBAEK, 2006 *et al.*, *apud* BATISTA; SOARES; HENRIQUESA, 2013).

Ademais, as crianças adotadas e as de instituições apresentam um desenvolvimento cognitivo atrasado, e para ter essa recuperação desse desenvolvimento demora mais de dois anos após a interação com a nova família, essas crianças apresentam um desempenho intelectual menor. Desse modo, as crianças adotadas apresentam um desempenho do Q.I. melhor do que as que ficaram nas instituições. Porém, ainda é um desempenho menor quando comparadas as crianças da comunidade, eles mostram resultados baixos em provas de memória e funções executiva (BAUER; HANSON; PIERSON, 2010 *et al.*, *apud* BATISTA; SOARES; HENRIQUESA, 2013).

Sendo assim, conclui-se que as crianças que são adotadas antes dos dois anos apresentam um desenvolvimento melhor, mas ainda continuam pouco inferior quando comparados aos filhos biológicos.

As crianças maiores adotáveis que passam mais tempo em instituições, acabam criando o conceito de lar sobre esses abrigos. Assim, quando essas

crianças/adolescentes são adotadas, a tarefa de construir uma nova definição sobre lar se torna trabalhosa e dolorosa (MACHADO; FERREIRA; SERON, 2015). E quando essas crianças maiores/ adolescente são adotados, também é de extrema importância a forma que os pais transmitem e explicam a história sobre a adoção pois influencia a significação para o adotado (JUFFER, 2006 *apud* BARROSO; BARBOSADUCHARNE; COELHO, 2018). Para crianças, os pais adotivos regularmente usam o discurso da mesma ser um “presente especial”, por causa disso, elas são mais propensas a sentirem-se amadas e queridas (HAYDEN, 1998 *apud* BARROSO; BARBOSA-DUCHARNE; COELHO, 2018).

É fato que a adoção na fase da adolescência implica maior profundidade e intensidade, e mais questões pessoais sobre identidade, o que evidencia impacto emocional grande para o adolescente no seu estatuto de adotado (HAYDEN, 1998).

Neste período de desenvolvimento, os adolescentes têm maior capacidade de analisar tanto os pontos positivos, quanto os negativos (BRODZINSKY, 2011 *apud* BARROSO; BARBOSADUCHARNE; COELHO, 2018). Ao mesmo tempo em que a pessoa consegue compreender o papel da adoção e sua importância para a vida de inúmeras crianças, também percebe que a adoção é vista como uma segunda opção pela sociedade, o que acaba gerando um sentimento de dúvida em relação ao seu valor na família e na sociedade, em geral (BARROSO; BARBOSA-DUCHARNE; COELHO, 2018).

A seguir será apresentado resultados e reflexões acerca de um estudo sobre o adolescente no estatuto de adotado e os sentimentos relacionados a isso.

Uma informação importante refletida, é que não houve grandes diferenças ao nível da valência dos sentimentos relacionados a idade da adoção. Isso, por sua vez, foi uma surpresa, porque se esperava que as lembranças de uma família biológica afetassem mais as crianças/adolescentes adotados mais velhos (BARROSO; BARBOSA-DUCHARNE; COELHO, 2018).

Analisou-se que o motivo para os adolescentes não atribuírem sentimentos ruins sobre seu estatuto, não se dá apenas pela experiência feliz de uma adoção, mas também ao medo da sociedade ver a situação como uma adoção mal sucedida e uma necessidade de preservar a si mesmo (BARROSO; BARBOSA-DUCHARNE; COELHO, 2018). Porém, as autoras ressaltam:

Os sentimentos relativos à experiência adotiva dependem da conotação emocional atribuída à história de adoção, às vivências específicas de cada história, aos significados que o sujeito lhes atribui e à forma como consegue integrar estas

vivências num eu coerente e com passado, presente e futuro. (BARROSO; BARBOSA-DUCHARNE; COELHO, 2018, p. 242)

Em vista dos fatos citados anteriormente, analisa-se que apesar de ter-se estudos sobre desenvolvimento do sujeito adotado, cada caso é subjetivo, e que mesmo com as comparações entre o desenvolvimento do adolescente e da criança adotada, tudo depende da história do sujeito e da resignificação acerca da adoção.

3. CONCLUSÃO

O processo de adoção, como foi exibido, é uma prática de extrema importância e que deve ser tratado com muito cuidado. É perceptível as dificuldades que tanto o adotado, quanto a família adotiva enfrentam ao longo da vida.

A partir disso, o desenvolvimento físico e cognitivo dessas crianças é visto como atrasados para a idade em que se encontram, isso porque as relações com a família biológica nos primeiros momentos de vida causam complicações que levam um tempo para ser superados.

Outro assunto abordado neste artigo foi a adoção na adolescência, que consiste em uma fase de vários questionamentos e reflexões acerca da identidade. Conclui-se que os adolescentes conseguem se adaptar melhor a novas famílias, porém, tudo depende da história, significação e vivência na família adotiva, sendo assim também para a criança.

Os adolescentes, por terem um desenvolvimento maior, possuem a capacidade de refletir e de compreender melhor sobre o processo de adoção e o que representa ser adotado. Por conta disso, eles criam alguns sentimentos que muitas vezes acabam atrapalhando essa ação.

Não só os adolescentes, mas também as crianças, depois do processo de adoção o luto e a perda sempre vão estar juntos na vida do adotado e constantemente esses sentimentos podem ser traumáticos, afetando diretamente o desenvolvimento.

Outro elemento de grande influência no desenvolvimento do adotado e sua relação com esse processo, é a forma como a sociedade e a comunidade assimilam a adoção, pois muitas famílias adotivas são vistas como diferentes e inferiores, gerando um preconceito e trazendo problemas psicológicos tanto para os pais quanto para os filhos adotivos.

Ao considerarmos todos os fatos citados, fica nítida a importância de mais estudos e reflexões sobre a adoção. Também, se faz necessário investimentos em projetos sociais que ajudem essas crianças e adolescentes adotados ou institucionalizados, no intuito de tornar mais adaptável e normatizado sem tantos preconceitos o processo de adoção em nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, Joana; SOARES, Isabel; HENRIQUES, Margarida. O Impacto da adoção no desenvolvimento da criança. **Psicologia**, Lisboa, v. 27, n. 2, p. 63-79, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-20492013000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 02 jun. 2020.

BARROSO, Raquel; BARBOSA-DUCHARNE, Maria Acciaiuoli; COELHO, Vanessa. Como é vivida a adoção na adolescência? Construção de um Questionário de Sentimentos relacionados com a adoção. **Aná. Psicológica**, Lisboa, v. 36, n. 2, p. 235-246, jun. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0870-82312018000200008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 02 jun. 2020.

EBRAHIM, Surama Gusmão. Adoção tardia: uma visão comparativa. **Estud. psicol. (Campinas)**, Campinas, v. 18, n. 2, p. 29-40, ago. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2001000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 02 jun. 2020.

OLIVEIRA, Patrícia Aurília Breckenfeld Alexandre de; SOUTO, Jailma Belarmino; SILVA JUNIOR, Edivan Gonçalves da. Adoção e Psicanálise: a Escuta do Desejo de Filiação. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 37, n. 4, p. 909-922, dez. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932017000400909&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 01 de junho de 2020.

MACHADO, Letícia Vêr; FERREIRA, Rodrigo Ramires; SERON, Paulo César. Adoção de crianças maiores: sobre aspectos legais e construção do vínculo afetivo. **Est. Inter. Psicol.**, Londrina, v. 6, n. 1, p. 65-81, jun. 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-64072015000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 02 jun. 2020.

MAUX, Ana Andréa Barbosa; DUTRA, Elza. A adoção no Brasil: algumas reflexões. **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 356-372, ago. 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812010000200005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 02 jun. 2020.

OLIVEIRA, Shimênia Vieira de; PROCHNO, Caio César Souza Camargo. A vinculação afetiva para crianças institucionalizadas à espera de adoção. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 30, n.1, p.62-84, 2010. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932010000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 02 jun. 2020.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

COMO OBTER A TRANQUILIDADE DA ALMA NA PERSPECTIVA DE SÊNECA

Gustavo Henrique Pizzatto¹
Pedro Henrique Portella de Almeida
Lademir Renato Petrich²

Resumo: Este artigo analisa a questão da tranquilidade da alma na perspectiva estoica, particularmente em como esta é abordada por Sêneca, eminente filósofo e pensador do período Romano. Tratar-se-á sobre como as paixões influenciam no estado de ânimo, e como, na perspectiva estoica, o homem deve mostrar-se inflexível perante estas, que são tratadas como desnecessárias à vida e como princípio dos vícios. As paixões são erros da razão, delas provêm a infelicidade do indivíduo, sendo que a terapêutica deste estado é a apatia, ou seja, a supressão das paixões. Além de uma breve reflexão sobre como os ensinamentos de Sêneca podem ser úteis nos dias atuais.

Palavras-chave: Tranquilidade da alma. Paixão. Estoicismo.

Abstract: This article analyzes the question of the tranquility of the soul from the Stoic perspective, particularly in how it is approached by Seneca, eminent philosopher and thinker of the Roman period. It will be about how passions influence the state of mind, and how, in a stoic perspective, the man must be adamant about these, which are treated as unnecessary to life and as a principle of vices. Passions are errors of reason, of which they provide the unhappiness of the individual, and the therapy of this state is apathy, that is, the suppression of passions. In addition to a brief reflection on how Seneca's teachings can be useful today.

Keywords: Tranquility of the soul. Passion. Stoicism.

1. Introdução

O Estoicismo é uma escola filosófica voltada para o aprimoramento moral, um processo de elevação espiritual e de exortação à virtude. O estudo é relevante pois, além de estudar um trecho da história da filosofia, é possível notar seu reflexo nos dias atuais. Aquele que adere à prática estoica possui a vantagem de ter como ferramenta esses ensinamentos para poder alcançar a tranquilidade da alma.

Dentro da linha da história da filosofia, o estoicismo, que será abordado em uma breve reflexão nesse artigo, trata das paixões, seus métodos de remediá-las e como estas perturbam o estado de ânimo do homem, tendo ênfase em Sêneca, romano e filósofo estoico. Observar-se-á nesta perspectiva estoica, sobre a busca da felicidade, o bem e

¹ Acadêmico do Curso de Psicologia da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL

² Orientador: Professor Doutor Lademir Renato Petrich do Curso de Psicologia da Univel – Centro Universitário UNIVEL.

mal, tranquilidade da alma e como obtê-la no mundo contemporâneo.

Diante dos males contemporâneos, como solidão, distúrbios de ansiedade, ausência de controle dos estados emocionais, qual seria o caminho para resgatar a tranquilidade da psiquê? O estoicismo apresenta uma aplicação prática da filosofia, como disciplina transformadora e como procedimento terapêutico a ser adotado para remediar estas perturbações da psiquê, ao longo deste artigo, demonstrar-se-á sobre como surgem as perturbações e como são remediadas na ótica estoica.

Este trabalho tem como objetivo apresentar um exame sobre estas perturbações em que incorre a psiquê submetida à presença dos males contemporâneos e das paixões, a fim de desenvolvê-lo foi realizada uma revisão bibliográfica do estoicismo romano, abordando principalmente Sêneca. Além dos escritos estoicos, foram utilizados comentadores da filosofia, como Giovanni Reale e Dario Antiseri.

2. A tranquilidade da alma

O presente trabalho aborda a perspectiva estoica de Sêneca sobre as conturbações desenvolvidas na alma resultante das paixões, e como abrandá-las para atingir a tranquilidade da alma.

2.1 O estoicismo e a busca pela felicidade

Na vasta imensidão do mundo, o homem encontra, no estoicismo, uma posição predominante. Este, diferente dos demais seres, tem uma existência diferente, por participar do *logos* divino. O homem é, portanto, constituído além do corpo, a alma. Os estoicos atribuem à alma humana oito faculdades, que vão além dos cinco sentidos, e incluem a capacidade de falar, desejar e pensar. Sobre a faculdade de pensar, Cícero discorre a respeito:

Há, portanto, uma força natural que contém todo o universo e o protege, e ela não é desprovida de senso ou de razão. É, pois, forçoso que toda a natureza, não sendo unitária nem simples, mas atrelada e conexa com o restante, tenha em si uma fonte de comando, tal como é no homem a mente, nos animais algo similar à nossa mente onde se originariam seus desejos; já essa fonte de comando, segundo se crê, estaria nas raízes das árvores e de tudo que nasce da terra. (CÍCERO, 2004, P. 29)

Para os estoicos (REALE, 2017), a mais rica filosofia não é a original e audaz física, mas a ética. O sentido da existência humana é alcançar a felicidade que se consegue

vivendo “segundo a natureza”. Vivência esta que consiste em um eterno preservar-se, apropriar-se de tudo aquilo que é apto a ser conservado e evitar tudo aquilo que é contrário à sua natureza. Essa característica dos estoicos é indicada como *oikéiosis* (apropriação, atração), desta *oikéiosis* deve partir a dedução do princípio da ética.

Nos vegetais em geral, essa tendência, *oikéiosis*, é inconsciente, já nos animais esse processo é instintual, ao passo que ao homem esse impulso é marcado e sustentado pela intervenção da razão. Dessa forma, viver “conforme a natureza” significa conciliar precisamente ao ser aquilo que o preserva, já que o homem não é um simples ser instintivo, mas um ser racional, e assim preservar-se significa não somente garantir-lhe a existência, mas garantindo a primazia da razão e preservando-a, sendo a razão a principal característica da sua natureza. (REALE, 2017).

A virtude mostrada, pelos estoicos, como agir conforme a natureza humana pode gerar alguns equívocos, e sobre estes Graver esclarece:

Os fundadores da escola estoica não se empenharam em suprimir ou negar nossos sentimentos naturais; em vez disso, foi seu esforço, na psicologia como na ética, determinar quais são realmente os sentimentos naturais dos humanos. Com as emoções que experimentamos com mais frequência, eles certamente estavam insatisfeitos; seu objetivo, entretanto, não era eliminar os sentimentos como tais da vida humana, mas compreender que tipo de resposta afetiva teria uma pessoa que estivesse livre de falsas crenças. (GRAVER, 2007, p. 02)

Para os estoicos, de acordo com Graver (2007), as paixões são definidas por seu conteúdo proposicional, todas as categorias de afetos experimentados têm sua origem em um julgamento a respeito de algum estado de coisas presente ou potencial. Esses julgamentos podem ser verdadeiros ou falsos. Se um tipo particular de resposta sempre implica em um falso julgamento, então esta é uma resposta que se deve procurar eliminar, não por que se deseja ser indiferente, mas por que se busca evitar crer naquilo que é falso. Dessa forma, a filosofia estoica não é somente uma teoria, sendo abordada somente no âmbito da razão, mas também um estilo de vida, afim de ser exercitada no cotidiano, trazendo o que foi meditado na razão para a realidade prática.

2.1.1. Sobre o bem e o mal

Visto que o instinto da preservação é a conservação do ser, os conceitos de bem e de mal baseiam-se nessa condição. O “bem”, portanto, é tudo aquilo que se destina ao

aprimoramento moral, aquilo que fortalece o ser, o “mal” é justamente o contrário, é aquilo que prejudica o ser e o diminui. Portanto, ambos os conceitos são referentes ao primeiro instinto (preservação da natureza), e por esse se baseia o que é bom ou ruim. O bem é, contudo, aquilo que serve e é útil, já o mal, dispersa e é nocivo. Com efeito, aquilo que fortalece o homem, na perspectiva estoica, não é aquilo que, somente, nutre a sua natureza animal, mas aquilo que fortalece a sua razão e do *logos*. Consequente, o bem moral é justamente aquilo que avoluma o *logos*, e o mal aquilo que o prejudica. Dessa forma, o verdadeiro bem para o homem é somente a virtude, o verdadeiro mal é somente o vício. (REALE, 2017).

Esclarece Guimarães sobre a relação do homem com seu estado de natureza:

A perfeição da natureza humana não é determinada independentemente do próprio esforço do homem, como o é seu impulso natural. O objetivo maior ou a função do homem, *kathêkonta*, isto é, agir apropriadamente é a perfeição de sua natureza. Portanto, a perfeição da natureza humana não é meramente atender a um impulso natural, mas agir em conformidade com o *logos*. (GUIMARÃES, 2009, p. 98)

A busca fútil por prazeres é, conforme Marco Aurélio (2019), o mesmo que se subjugar aos vícios. Segundo este, deve-se mostrar inflexível diante das exigências corpóreas, evitando ser subjugado pelos impulsos instintuais. É característico do ser racional jamais deixar ser dominado por tais impulsos.

Lúcio Aneu Sêneca, nascido em Córdoba por volta de 1 a.C., falecido em Roma em 65 d.C. atuou diretamente na política interna de Roma, sendo preceptor de Nero, preparando o jovem para ser o futuro soberano da Cidade-Estado. Segundo este, os vícios não podem coexistir com as virtudes. Para que se acolha um vício é forçoso que primeiro se elimine a virtude. Nada, porém, é tão árduo que a mente humana não possa vencer, todas as paixões podem ser domadas pela disciplina. “Não é difícil nada daquilo a que a própria mente se impõe resistir”. (SÊNECA, 2014, p. 100). Desta forma, o fortalecimento das virtudes não deve ser praticado por causa de uma simples convenção social, mas saber que esta lhe garante a tranquilidade por agir de acordo com sua natureza. (SÊNECA, 2014).

O cuidado das virtudes é simples, enquanto as paixões são cultivadas com alto custo, a virtude, por ser natural, é amanhada com prazer e leveza. O vício torna-se forçoso por duas vezes, a primeira é aceitá-lo e praticá-lo, que por si só nos desconforta, e a

segunda se faz na tentativa de se libertar do tal. Sêneca diz quanto à uma das paixões mais vis: a ira deve ser eliminada, excluída por inteira, pois esta é considerada uma espécie de delito da alma, apenas um estímulo torpe que não agrega à virtude. (SÊNECA, 2014).

Sempre que um outro cometer uma falta tem de se considerar qual é a concepção deste de bem e mal responsável pelo cometimento. Quando se estiver ciente de qual a concepção a respeito dessa dualidade, não experimentará surpresa alguma. Deve-se representar na mente o ofensor como um semelhante e inferir que seu erro se dá de forma involuntária e em função da ignorância. O erro cometido deve permanecer onde foi cometido. Um ser virtuoso jamais deve incorrer na ira ou no ódio contra os que erram. Deve-se refletir sobre tudo que se faz e requer perdão, de outro modo ficará irado consigo mesmo.

2.2. Sêneca e a tranquilidade da alma

Antes de uma forma de psicoterapia individual ser desenvolvida no final do século XIX, especificamente para tratamento das neuroses, os estoicos já faziam referência ao poder terapêutico da palavra. Sêneca, romano e filósofo estoico, adotava a prática do autoexame, rememorando tudo o que disse, ouviu e fez no cotidiano. Sendo esta uma prática que colocaria em relevo a consciência como juiz da ação moral do indivíduo. A filosofia estoica utilizava-se da conversa (*sermo*) para remediar os vícios, pois pouco a pouco se introduziria na alma. O princípio em que se assentada esta prática está no poder terapêutico atribuído ao discurso persuasivo.

Sêneca diz sobre o surgimento das paixões, que se iniciam com um primeiro movimento involuntário, como uma preparação da paixão; um outro, uma espécie de vontade obstinada; por fim, um terceiro movimento que se torna incontrolado e subjuga a razão. São, portanto, três movimentos que geram a paixão: primeiro se é incitado pela imagem de algo, depois, surge um impulso, e então depende do indivíduo dar ou não assentimento a este impulso. O primeiro movimento da alma não pode ser evitado pela razão, já o segundo movimento que nasce de um discernimento, pode ser eliminada por um discernimento (SÊNECA, 2014).

Para não incorrer na paixão, a alma deve retirar-se de todas as coisas externas e mantê-las distantes, imobilizadas, pois as paixões se originam da opinião produzida no

interior dela. Deve-se ser flexíveis e interpretar positivamente inclusive os fatos adversos, dessa forma, aceitando tudo o que acontece e que é atribuído ao indivíduo. Descontentar-se com qualquer acontecimento cria um distanciamento com a natureza (AURÉLIO, 2019).

Sêneca (2014) define tranquilidade como um estado onde a alma se encaminha num curso equilibrado, é propícia para si e permanece num estado plácido, sem exaltar-se ou deprimir-se. O autor propunha uma elocução cujo efeito refletisse uma atitude de despreocupação (*securitas*) perante a vida. As paixões, sendo que dessas provêm a infelicidade do homem, são, para os estoicos, erros da razão, ou consequência dessa. O sábio, que preza por seu *logos*, exercita-se para torna-lo o mais reto possível, não deixa as paixões inçar seu coração, e as corta pela raiz, esta é a apatia estoica, isto é, supressão de qualquer paixão, que somente perturba o ser. Consequente, a felicidade é apatia, impassibilidade total, tudo é igualmente irrelevante (REALE, 2017).

A apatia¹ estoica é extrema, alguns até a consideram desumana. Mas é totalmente compreensível na ótica desta linha filosófica, já que piedade, compaixão e misericórdia são paixões, e, como já apresentado anteriormente, o estoico deve erradicá-la de sua alma. A virtude do estoico, para Sêneca, não é o perdão, mas sim a clemência, que julga não segundo uma fórmula legal, mas segundo a equidade e o bem (SÊNECA, 2014).

Para atingir este estado é importante recolher-se em si mesmo, dado que o trato com diferentes pessoas altera o equilíbrio, e reaviva as paixões. É preciso alternar entre as duas coisas: o contato social e a solidão. Para livrar-se dos vícios, é preciso afastar-se dos exemplos dos vícios, pois o contato com a sociedade induz ao homem comum às paixões, já que aquela está inflada por esta, sendo que ele só consegue voltar à *ataraxia* quando voltar-se para si mesmo na solidão. Depois de dominada a apatia, quando o homem se encontra na solidão, poderá, então, mantê-la com mais facilidade no contato social (Sêneca, 2014, p. 101).

Lohner diz quanto a Sêneca que este

Expressa um firme posicionamento contrário a todo procedimento de estudo e tema de investigação que não vise estritamente ao aprimoramento moral ou não interesse diretamente ao conhecimento da natureza humana, ao aprofundamento da consciência de nossa condição e a um processo de elevação espiritual. Nisso estaria, para ele, o único interesse da filosofia, bem como de qualquer outro campo de estudo. (LOHNER *apud* SÊNECA, 2019, p. 17)

¹ Termo utilizado para designar o ideal da imperturbabilidade ou da serenidade da alma em decorrência do domínio das paixões, ou da extirpação destas.

O autoconhecimento é essencial para conseguir ter consciência da natureza, quando o indivíduo conhece a si mesmo é mais fácil lidar com seus afetos, pois, quando sabe que uma determinada situação o desequilibra, pode, então, evitá-la, mantendo sua tranquilidade. É preciso, por vezes, perdoar-se os próprios erros, o homem os comete impelido pelo acaso ou por influência de um terceiro. E não os comete apenas uma vez, mas os reproduzirá até o fim da vida.

Sêneca, sobre o cotidiano, reflete que o homem está sempre em agonia, pois remói o passado, está estressado com o presente, angustiado e ansioso com o futuro. Sêneca foi questionado quanto à brevidade da vida, como seria possível alcançar a tranquilidade sendo que a vida é tão curta? Ele responde: Isso é simples, a vida, pelo contrário, é extensa em demasia, o problema é que se gasta muito tempo com o supérfluo, dirige-se a atenção a objetos torpes, distrações e aos vícios. A vida leviana produz ao homem desgosto, pois percebe ao fim desta que o caminho foi vazio, passando por vias tortuosas, sendo que a vida miserável se assemelha à fumaça, que qualquer brisa errante a dispersa e desvanece, caindo no esquecimento. De fato, todas as coisas estão em processo de dissolução, todas as coisas nascem e se desenvolvem para perecer (SÊNECA, 2006).

2.3. Como obter a tranquilidade no mundo contemporâneo

Tudo o que se apresenta ante o olhar, com inesperada rapidez incorrerá em dissolução, o mesmo destino terá os expectadores dessa dissolução. Quando morrem, porém, perdem o mesmo tanto as pessoas que viveram por um longo período e aquelas que viveram o mínimo de tempo. Tudo o que pode ser privado é o presente, afinal, é tudo o que se tem. A morte é tão somente uma ação da natureza, nesse sentido, é frívolo temer uma ação que é de acordo com a natureza. A cada dia que passa, a vida se consome mais uma porção, e deixa para trás uma porção menor para ser vivida. A aceitação da iminência da morte resulta em serenidade, com efeito, as coisas que possuem elevado apreço pelos que habitam este mundo, são somente coisas vãs, insignificantes, fadadas à extinção. É preciso receber o lote que se cabe sem orgulho, e abrir mão de maneira fácil (AURÉLIO, 2019).

O caminho para a tranquilidade requer distanciamento dos acontecimentos externos, descontentar-se ou incomodar-se com qualquer evento que seja simboliza um

distanciamento da natureza, deve-se acomodar tudo aquilo que é atribuído de forma serena, a alma comete violência contra si mesmo quando incorre em prazer ou dor. A alma afetada pela paixão é incapaz disto, ofende-se até mesmo por ninharias, ser movido pelos impulsos não está entre as coisas que merecem apreço. (Sêneca, 2014).

Para muitos, a felicidade é experimentada somente em seu pico, as coisas simples passam despercebidas ao homem comum. Consequentemente, ao passo que este é detentor de grande riqueza material, já não se contenta com facilidade, pois se encontra num tédio que o corrói. A solução é a simplicidade, que não significa o despojamento de todos os bens e tornar-se um mendicante, mas livrar-se de todo excesso, evitar aquilo que é vão e supérfluo, sem ceder aos prazeres e as fantasias grandiosas.

É percebido que se gasta tempo demais em diversas inutilidades como redes sociais, estar com pessoas que não nos agregam nada, conversas supérfluas etc., e mesmo percebendo isto não se busca mudança, a inércia reina na vida de muitos. A psicóloga Melissa Hunt (2018), em um estudo realizado com estudantes da Universidade da Pensilvânia, onde os participantes eram aleatoriamente selecionados para limitar o tempo gasto em redes sociais a dez minutos por plataforma por dia, ou a utilizar as mídias sociais normalmente por três semanas. Ela chegou ao resultado de que o grupo de uso limitado mostrou uma redução significativa da solidão e depressão nessas 3 semanas, comparado ao grupo de controle.

That is, ours is the first study to establish a clear causal link between decreasing social media use, and improvements in loneliness and depression. It is ironic, but perhaps not surprising, that reducing social media, which promised to help us connect with others, actually helps people feel less lonely and depressed (HUNT, 2018, p. 767).

Parece que a vida passa como chega o ocaso e não se lembra mais do nascente, isso devido ao tempo desperdiçado com o supérfluo, momentos que agregam satisfação somente em si próprios, tudo o que não agrega deve ser abandonado. A vida se assemelha a uma bolsa na qual todo dia bem vivido acrescentamos um grão de areia, e no final da jornada o homem leviano vê que o que juntou durante tanto tempo é somente o vazio.

O tempo bem empregado, como uma leitura que fortalece, a prática da moral, viver de acordo com a natureza, tudo isto preenche a alma, e quando se achar que já não há o que mais absorver, Gatry diz "mesmo que se enchermos um balde com pedras, ainda

cabe várias medidas de azeite". (Sertillanges *apud* Gatry, 2019, p. 187).

3. Considerações Finais

De Sêneca, herdou-se o ensinamento de que não são as causas exteriores que perturbam o indivíduo, mas a apreciação que se faz delas. E a aceitação ou eliminação dessa apreciação cabe somente a este. Para que o homem não incorra em infelicidade, não deve atribuir-se o peso excessivo das preocupações, nem mesmo se distrair buscando fuga destas, o equilíbrio é o ponto a ser alcançado. Uma alma livre de paixões é um refúgio seguro, com efeito, nada que o ser humano possui é mais perdurável.

O maior remédio para as paixões é o tempo, deve-se adiá-las para que percam o fervor, e para que a névoa que comprime a mente fique menos densa, não é possível discernir com exatidão aquilo que está em pleno fluxo, não se incorrerá em raiva ou ira caso a alma acorra como intercessora. Com frequência, segue-se o primeiro impulso, motivos vãos compelem os homens, porém, preferem insistir na paixão, os mantém obstinados, eles a mantêm e fazem crescer, deve-se perceber quão fúteis e irracionais são esses movimentos iniciais da alma, dessa forma, não incorrer-se-á em perturbação ante trivialidades (SÊNECA, 2014).

A percepção do tempo perdido só vem quando já não se pode mais resgatá-lo, pois no momento de dispersão, não se dá conta da trivialidade na qual encontram-se os homens, mas, ao fim da vida, é percebido quão pequenas e banais são as coisas que conquistamos durante tão dura labuta. Como diz o próprio Cristo, em Mateus 6,21, "Onde está o teu tesouro aí também está teu coração". Com isso, não é de se admirar que nos sintamos tão vazios interiormente, pois nosso coração se encontrou, durante todo nosso caminhar, na dispersão.

Nada do que o homem faz dominado pela paixão é sério ou importante, daí provém a ira, a perturbação, dá-se grande valor a coisas insignificantes. Ao fim do dia, deve-se questionar a consciência: em que estás melhor? É moderado ao saber que diariamente deve apresentar-se ao juiz (SÊNECA, 2014).

REFERÊNCIAS

AURÉLIO, M. **Meditações**. [Tradução de Edson Bini et. Al.] São Paulo: Edipro, 2019.

GRAVER, M. R. **Stoicism and emotion**. 1. ed. Chicago: University of Chicago Press, 2007.

GUIMARÃES, M. A. **Os estoícos e a lida com as paixões**. Rio de Janeiro: Anais de Filosofia clássica, v. 3, 2009.

REALE, G.; ANTISERI, D. **Filosofia**: Antiguidade e Idade Média. [Tradução de José Bortolini et. al.] São Paulo: Paulus, 2017.

SÊNECA. **Tratado sobre a Clemência**. [Tradução de I. Braren et. al.] Petrópolis : Vozes, 2013.

SÊNECA. **Sobre a Ira/ Sobre a tranquilidade da alma**. [Tradução de J. S. Lohner et. al.]. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014.

CÍCERO, M. T. **Da natureza dos deuses** [Tradução: P. B. Falcão et. al.] Lisboa : Nova Vega, 2004.

SÊNECA. **Sobre a brevidade da vida**. São Paulo: L&PM Pocket, 2006.

SERTILLANGES, A.-D. **A vida intelectual**. Rio de Janeiro: Kíron, 2019

HUNT, M. G., et all. **No More FOMO**: Limiting Social Media Decreases Loneliness and Depression. Journal of Social and Clinical Psychology, 2018.

CONSEQUÊNCIAS PSICOLÓGICAS CAUSADAS PELO ABANDONO AFETIVO

Ana Cláudia Barboza¹

Laís Maria Alvaroni de Brito Martins

Kátia Rocha Salomão²

Resumo: O artigo trata-se de uma revisão bibliográfica sobre as possíveis consequências psicológicas produzidas pelo abandono afetivo, imposto às crianças e aos adolescentes. Além disso, busca delimitar qual a importância do afeto e quando há a ocorrência da omissão do mesmo pelos pais ou responsáveis. O amparo afetivo da família é decisivo na formação da personalidade do indivíduo, sendo que sua omissão traz prejuízos no desenvolvimento social e emocional da criança. Justamente por isso, é direito de todos o convívio familiar e, caso ele seja negado, é importante que a vítima faça um tratamento psicológico para amenizar os impactos negativos da negligência afetiva.

Palavras-Chave: Afeto. Abandono. Família.

1. Introdução

O artigo realiza uma análise em torno das consequências comportamentais de crianças e adolescentes que não têm o devido amparo afetivo familiar e aborda os aspectos inerentes ao abandono afetivo e suas causas. Além disso, busca apresentar a importância do afeto e o efeito que sua falta traz ao indivíduo e as consequências do abandono dos pais na formação psicológica e social da criança. Segundo Maria Dias (2015 *apud* SANTOS, 2017, p. 1):

Abandono Afetivo ocorre quando um ou ambos os genitores passam a não prestar o dever de dar assistência moral e afetiva aos seus filhos, podendo acontecer em famílias em que os pais são separados de fato ou divorciados, e o genitor que não possui a guarda do menor passa apenas a contribuir com o apoio material eximindo-se das outras obrigações; ou também em casos em que os pais convivem juntos, mas que, por negligência, o genitor não presta seus deveres afetivos devidamente.

É importante expor essa realidade, pois o abandono afetivo causa danos psicológicos que afetam o desenvolvimento das vítimas. A influência da família no desenvolvimento do psiquismo infantil e a vivência da primeira infância são de extrema

¹ Acadêmica do curso de Psicologia do Centro Universitário de Cascavel (UNIVEL).

² Professora associada do Centro Universitário Univel, onde atua no ensino de Filosofia Geral e Jurídica, Filosofia da Educação, Hermenêutica jurídica e áreas afins. Possui especialização em Filosofia Política e Jurídica (UEL-2006), Mestrado na área de Filosofia (UNESP-2008), com ênfase em ética e filosofia política. Doutora em Filosofia (UNIOESTE-2019) com ênfase nos aspectos éticos e políticos.

importância para a construção de sua personalidade. O afeto dos pais é bastante relevante para a formação da criança já que, É por meio do dele “[...] que as relações entre os pais e os filhos tornam-se núcleo de proteção e compreensão, com a função de moldar e estruturar o desenvolvimento psíquico da criança [...]” (CARDIN, GOEDERT, 2011, p. 1).

Assim, fica claro que, a falta de afeto, pode gerar na vítima uma dificuldade de lidar com as diversas situações sociais as quais pode se deparar durante o crescimento e outros distúrbios de personalidade com graves consequências. Além disso, causa um sentimento de abandono e desamparo, como afirma a pesquisadora Giuliana Bertolin e Mariza Viecili (2014, p. 339).

O sofrimento da criança abandonada pode resultar em deficiências, no seu comportamento mental e social para o resto da vida, a criança pode se isolar do convívio de outras pessoas, pode apresentar baixo autoestima, depressão, problemas escolares e tristeza, fora os problemas de saúde física. Deste modo vale salientar que a criança e o adolescente tem o direito de entrar na justiça exigindo indenização por danos morais, especialmente pelo direito que ambos têm ao convívio familiar, que é fundamental para o desenvolvimento para a vida adulta.

O método utilizado na construção da pesquisa é o artigo de revisão bibliográfica, que baseia-se no estudo de artigos e outras obras científicas, para discorrer sobre o assunto proposto. No caso dessa pesquisa, foram usados artigos científicos de revistas, livros e pesquisas acadêmicas do âmbito da psicologia e do âmbito jurídico, para responder a pergunta: quando há a omissão do cuidado afetivo e quais são os efeitos psicológicos causados à vítima?

2. O Abandono Afetivo nas Relações Psicossociais

O abandono afetivo decorre da inobservância dos deveres de ordem imaterial e até mesmo material que decorrem da autoridade parental, expressão maior da relação entre pais e filhos e, quando caracterizado, ocorra a culpa em sua modalidade omissiva (HIROMAKA, 2007). Essa questão têm gerado debates, pois, apesar de ser direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e de ter a convivência familiar em um ambiente que garante seu desenvolvimento integral, não se pode obrigar os pais a amarem os filhos.

Assim, a questão, de compensar o abandono afetivo é polêmica e divide diversas opiniões, é algo delicado e deve ser analisado com cautela, já que é muito difícil

materializar os danos do abandono afetivo, uma vez que é permeado de subjetividade. No entanto, estudos em psicologia clínica tem demonstrado que as funções paternas e maternas são essenciais para uma formação saudável da personalidade da criança. E ao mesmo tempo tem apontado às consequências negativas para as crianças abandonados (SOUSA, 2016).

A ruptura das relações pessoais e da ligação de afeto podem provocar sequelas psicológicas e comprometerem o desenvolvimento saudável da criança e do adolescente, a criança depende do amor e afeto dos pais (ou responsáveis) para se desenvolver saudavelmente, com a falta do afeto, podem indicar baixa autoestima e algum medo de que pessoas importantes venham a deixá-los. Em decorrência disso podem mostrar-se capazes de atitudes que vão contra a sua vontade, tendem a relatar insegurança, e certa dificuldade em tomar algumas decisões mesmo em situações triviais do dia a dia (SOUSA, 2016). Maria Berenice Dias (2020, p.45) complementa dizendo que:

[...] a aplicação no plano afetivo é extremamente necessário, visto que é princípio de manifestação primeira dos valores constitucionais [...] qualidades mais relevantes entre os familiares, o afeto, a solidariedade, a união, respeito, a confiança, o amor o projeto de vida comum, permitindo o pleno desenvolvimento social de cada partícipe.

Conforme afirmam Dal-Farra e Prates (2004), as principais características de personalidade estabelecem-se na infância, isto é, as experiências, essencialmente no meio familiar, são decisivas para o desenvolvimento da personalidade.

2.1 O Abandono Afetivo e o Princípio da Convivência Familiar

O princípio da convivência familiar é direito da criança e do adolescente. Conviver com todos aqueles que se têm laços afetivos é indispensável para seu desenvolvimento saudável, a convivência familiar permite o desenvolvimento de sua identidade (RAMOS, ZIELAK, TAVARES, 2015).

Neste contexto é importante destacar a relevância da presença dos pais para o desenvolvimento geral da criança seja ele emocional, físico, escolar, no dia a dia, ou até mesmo espiritual, pois é como uma referência de segurança para a criança (DIAS, 2020).

O principal objetivo familiar é garantir que os genitores tenham iguais deveres de proteger os filhos quanto aos perigos que porventura possa vir ocorrer. A convivência deve ser baseada no diálogo, respeito e compreensão de ambas as partes. Com isso, quem

não detém a guarda tem o dever de conviver com ele. Não é direito visitá-lo, é obrigação. Como afirma Maria B. Dias (DIAS, 2020, p. 407):

O distanciamento entre pais e filhos produz sequelas emocionais e reflexos no seu desenvolvimento de dor e de abandono pode deixar reflexos permanentes em sua vida. Dessa forma surge um problema grave, que é a questão do abandono afetivo.

A convivência familiar é a relação afetiva entre pessoas que compõem o grupo familiar, em virtude de laços de parentesco ou não, no ambiente comum, supõe o espaço físico, a casa, mas não necessariamente, já que as atuais condições de vida e o mundo do trabalho provocam separações da família no espaço físico, mas sem perda da referência ao ambiente comum, tido como pertencente a todos. É o ninho no qual as pessoas se sentem, recíproca e solidariamente, acolhidas e protegidas, especialmente as crianças. (LOBÔ, 2014).

É necessário que a criança e o adolescente cresça em um ambiente familiar para ter um desenvolvimento saudável, assim, é muito importante que haja convívio entre os pais e filhos, e é pela convivência que o afeto, o amor e o carinho nasce.

2.2 A Importância do Afeto e as Consequências Psicológicas da sua Ausência

O afeto é visto pela Psicologia como “um estado caracterizado uma parte por intervenção física e outra parte por perturbação peculiar do processo representativo” (KEATING, 2000 *apud* OLIVEIRA, SIQUEIRA, ZANDONADI, 2017), e é importante no desenvolvimento da personalidade e psicológico da criança.

São nos primeiros anos de vida, que o sujeito tem maior carência do afeto dos pais e, é nesse momento que a falta ou a abundância desse sentimento, definirá como o indivíduo será na fase adulta. Essa ideia é defendida por Cláudia Aparecida V. Gomes e Suely Amaral Mello (2010, p. 682) quando escrevem que:

[...] as funções afetivas se colocam em relação direta com outras formações psicológicas e com o pleno desenvolvimento da consciência, já que o lugar social que o sujeito ocupa no interior das suas relações, seu repertório cultural, suas experiências e interações com outras pessoas representam fatores indispensáveis para compreender os processos envolvidos em seu desenvolvimento.

Dessa forma, entende-se a importância de os pais tratarem os filhos, quando criança, com afeição, já que a construção do sujeito está intrinsecamente ligada a esse

sentimento. De acordo com Costa e Gomes (2017) as crianças que receberem afeto, além do cuidado e instrução, quando adultas conseguirão reproduzir a afeição e terão facilidade em se cuidar sozinhas, vez que irão se sentir mais preparadas para enfrentar as adversidades que aparecem durante a vida.

Mas, caso o afeto seja omitido, o sujeito pode desenvolver problemas psicológicos, além de não conseguir construir relacionamentos saudáveis, já que não teve o exemplo em sua infância. É como diz Danielly Aparecida O. da Costa e Francisco José Dias Gomes (2017), as pessoas só conseguem oferecer o que lhe foi oferecido, assim, se na infância teve uma boa relação com seus pais, baseada no afeto, reproduz o mesmo quando adulto, e se não teve, duplicará da mesma forma.

A omissão do afeto causa distúrbios psicológicos, também conhecidos como carícia negativa, que pode provocar na criança o desenvolvimento de “quadros psicossomáticos, e seu organismo, como forma de representar a carência e a falta de estímulos, as transforma em doenças” (COSTA; GOMES, 2017, p. 4).

2.3 Consequências e os Aspectos Psicossociais da Criança e do Adolescente

O abandono afetivo deixa sequelas que acompanharão a criança por toda a vida. Segundo Jamili Meyer de Matos (2017), “[...] a experiência da rejeição, especialmente pelos pais na infância, tem um efeito muito forte e consistente sobre a personalidade e o desenvolvimento da personalidade”, esse efeito é negativo e, por isso, compromete o desenvolvimento da criança.

Sabe-se que os transtornos que a vítima pode vir a desenvolver, estão ligados às relações sociais. Para esse indivíduo será difícil criar laços afetivos e, conseqüentemente, terá dificuldade em socializar, situação que se estenderá para o resto de sua vida. De acordo com Charles Bicca (*apud* MATOS, 2017, p. 45):

A criança abandonada pode apresentar deficiências no seu comportamento social e mental para o resto da vida. A dor da criança que esperava por um sentimento, ainda que mínimo, de amor ou atenção, pode gerar distúrbios de comportamento, de relacionamento social, problemas escolares, depressão, tristeza, baixa autoestima, inclusive problemas de saúde, entre outros devidamente comprovados por estudos clínicos e psicológicos.

Os problemas escolares, além de estarem ligados aos distúrbios sociais, também, se relacionam a problemas neurológicos, como afirma Robert Scaer (*apud* MATOS, 2017).

O autor escreve que, as vítimas de abandono afetivo, tem menor capacidade de absorção de novas informações, já que seu hipocampo tem um tamanho menor que o normal, devido ao trauma. A área da fala, dentro do hipocampo, é a principal afetada e “os hemisférios esquerdos dos pacientes [...] não desenvolveram igual ao direito”.

Através dos estudos citados acima, entende-se que a cognição da pessoa será comprometida de alguma forma, com maiores ou menores consequências. Os autores Thomas Berry Brazelton e Stanley I. Greenspan (2002 *apud* MATOS, 2017), afirmam que a capacidade emocional também pode ser prejudicados, já que o sistema nervoso central também é responsável pelas emoções.

A ansiedade também é um distúrbio recorrente nas vítimas de abandono afetivo, e isso resulta em outros problemas, tal qual escreve Isabela Crispino (*apud* MATOS, 2017, p. 45-46), “Já é pacífico [...] que a criança abandonada pelos pais sofre de trauma e de ansiedade, que irá repercutir, diretamente, em suas futuras relações, fazendo-a perder sua confiança e autoestima.”

No livro “Formação e rompimento dos laços afetivos”, do psicólogo e psiquiatra John Bowlby, são descritas outras possíveis consequências referente a omissão do afeto. Nele, Bowlby declara que (1997, p.101-104):

[...] foi sistematicamente apurado que duas síndromes psiquiátricas e duas espécies de sintomas associados são precedidos por uma elevada incidência de vínculos afetivos desfeitos durante a infância. As síndromes são a personalidade psicopática (ou sociopática) e a depressão; os sintomas persistentes, a delinquência e o suicídio.

Ambas as síndromes causam, também, uma dificuldade em criar e manter vínculos afetivos de qualquer tipo. Observou-se, ainda, que a desvinculação afetiva, dos pacientes estudados, ocorreu tanto nos cinco primeiros anos de vida, quanto dos cinco aos catorze anos de idade.

Em curto prazo para Bowlby (1997, p. 106) “nas crianças separadas observaram-se duas formas de distúrbio do comportamento afetivo [...]. Uma forma é a de desligamento emocional; a outra [...] é uma implacável exigência para estar perto” dos pais. Quando os pais aparecem, logo após uma ausência, a criança age de modo a evitá-los, já que houve rompimento emocional. Passado algum tempo depois da volta dos pais, quando a ligação afetiva é retomada, a criança torna-se mais carente, querendo os pais mais próximos.

Com tudo isso, percebe-se o quanto o afeto é importante para criar adultos saudáveis e sociáveis, que saberão se cuidar sozinhos e que conseguirão reproduzir o sentimento de afeto.

2.4 Orientação para o Desenvolvimento Psicoemocional e seus Desdobramentos

O convívio e afeto familiar são direito da criança, já que a família é a maior responsável pelo seu desenvolvimento psicológico. E caso não haja este convívio, ou seja, ocorra a omissão do afeto, cria-se, na criança, sequelas que podem ser levadas por toda a vida. Dessa forma, é importante que a vítima de abandono afetivo, faça um acompanhamento psicológico para que seu desenvolvimento social e emocional seja minimamente prejudicado.

De acordo com Sheila Marta C. Rocha e Mariana Nascimento do Rosário (2016), o dano causado na criança ou adolescente pelo abandono afetivo, pode ser comprovado através de laudos de profissionais técnicos em Psicologia e Psiquiatria e, posteriormente, a criança deve iniciar tratamento terapêutico para amenizar as sequelas psicológicas.

No trabalho com a família, pode-se fazer a medição entre os pais, responsáveis pelo abandono, e os filhos, vítimas dessa omissão. O objetivo desta mediação é solucionar os conflitos familiares e preservar os vínculos afetivos. Cláudia Mara de A. R. Viegas e Leonardo Macedo Poli (2013, p. 1) apontam que, “A mediação familiar propicia a recuperação das relações afetivas, [...] permitindo uma real mudança nas relações familiares.”.

A terapia familiar é importante para a reestruturação dos vínculos afetivos dentro da família (RAMOS, 1992; PARDECK, 2004 *apud* MACHADO, 2019), mas o atendimento individual a vítima também deve ocorrer. Nesse último, o papel do psicólogo fará muita diferença na superação dos traumas da vítima, como afirma Laudisseia E. N. Machado (2019), a figura do terapeuta deve irradiar confiança e acolhimento, para desenvolver um ambiente em que a vítima se sinta protegida e, assim, “[...] consigam reconstruir sua autoconfiança e a confiança no mundo externo [...]” (ALVES; SILVA, 2012, p. 10).

Uma possível terapia para as vítimas de abandono afetivo, é a brincadeira, uma das formas de a criança ou adolescente se sentir à vontade no ambiente e de exteriorizar seus sentimentos (MACHADO, 2019). Para Camila Vitorino Alves e Keliane Lima da Silva (2012, p. 6-7):

O brincar em toda e qualquer faixa etária, principalmente para crianças e adolescentes que tiveram sua afetividade e capacidade de socialização prejudicada devido a situações traumáticas, representa uma maneira de externalizar sentimentos e culpas e proporcionam ainda uma das maneiras de reflexão a cerca de perspectivas de futuro para esses sujeitos [...].

Além disso, as brincadeiras propiciaram o desenvolvimento a dimensão grupal. Outro exercício que ajuda o indivíduo a se expressar, é o ato de desenhar, que possui “[...] eficácia comprovada, principalmente os desenhos livres, que possibilitam maior compreensão do funcionamento mental, através dos traços, desses sujeitos.” (ALVES; SILVA, 2012, p. 6-7).

Independente da abordagem e método utilizado pelo profissional de psicologia, seu objetivo, em relação às vítimas do abandono afetivo, é “colaborar para que o caminho de conhecer-se e externalizar o que lhes fere, seja mais acessível e menos doloroso, enxergar no não dito recursos de compreensão e ajuda a estas crianças e adolescentes” (ALVES; SILVA, 2012, p. 10), sempre visando o bem-estar e melhora dos pacientes.

3. Conclusão

O desenvolvimento deste artigo possibilitou uma análise dos efeitos psicológicos ocasionados pelo abandono afetivo. Além disso, também permitiu um estudo sobre a importância da família e do afeto para o desencadeamento psicoemocional da criança e do adolescente. Em seguida vislumbrou a responsabilidade dos pais, perante os filhos e a construção da sua personalidade, sendo que a negligência desta responsabilidade gera o abandono afetivo, fenômeno cada vez mais presente nas famílias.

O propósito deste trabalho ao falar a respeito deste tema, foi demonstrar os enormes danos psíquicos que tal ato pode ocasionar em crianças e adolescentes, e ainda conscientizar que trata-se de uma conduta reprovável. Assim sendo, justifica-se esta pesquisa, por ser tema de estrondosa importância para o campo da psicologia e da psicanálise, além de ser de interesse da sociedade como um todo.

O abandono afetivo se reveste da maior gravidade possível, vez que atenta contra o princípio da dignidade da pessoa humana, e gera efetivos danos aos direitos de personalidade da criança, sendo ainda que, dentre os deveres inerentes ao poder familiar, está o de convívio, cuidado, proteção, criação e educação dos filhos. Os efeitos psicológicos são reais e diversos, sendo abordados no desenvolvimento deste trabalho,

através de visões doutrinárias e estudos de especialistas, podendo ser passageiros, ou permanentes.

A criança abandonada pode se tornar triste, sozinha, antissocial, violenta, insegura, infeliz, com baixa autoestima, dentre outros efeitos, que foram abordados mais profundamente no decorrer do desenvolvimento da pesquisa. A infante vítima de tal covardia pode apresentar deficiências no seu comportamento social e mental para o resto da vida. A dor da criança que esperava por um sentimento, ainda que mínimo, de amor ou atenção, pode gerar distúrbios do comportamento, de relacionamento social, problemas escolares e, inclusive problemas de saúde, entre outros, promovidos no sentido de comprovar os danos mentais e clínicos em menores negligenciados pelos pais

Em suma, percebe-se que todos os objetivos da pesquisa foram alcançados, tais como, a identificação dos efeitos psicológicos oriundos do abandono afetivo parental. Como já exposto acima: foi traçado um breve apanhado histórico sobre a família, foi explicado o abandono afetivo, sugeriu-se possíveis meios de se evitar o abandono e, por fim, um estudo sobre a orientação para o desenvolvimento psicoemocional a respeito do abandono afetivo.

Por fim, como sugestão para uma futura evolução da pesquisa sobre o assunto, como elaboração de pesquisa e de estudos mais avançados e aprofundados sobre o tema, visto que aborda um assunto tão importante para toda a coletividade, pois trata-se do bem-estar e do desenvolvimento sadio de crianças e adolescentes, o futuro, portanto, de toda a sociedade.

REFERÊNCIAS

ALVES, Camila Vitorino; SILVA, Keliane Lima da. **Abandono familiar infanto-juvenil: um olhar sobre uma instituição do agreste pernambucano**. 2012. Disponível em: <<http://www.unicap.br/jubra/wp-content/uploads/2012/10/TRABALHO-149.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2020.

BERTOLIN, Giuliana; VIECILI, Mariza. Abandono Afetivo do Idoso: Reparação Civil ao Ato de (não) Amar? **Revista Eletrônica de Iniciação Científica**. Itajaí, Centro de Ciências Sociais e Jurídicas da UNIVALI. v. 5, n. 1, p. 338-360, jan./mar. 2014. Disponível em: <<https://www.univali.br/graduacao/direito-itajai/publicacoes/revista-de-iniciacao-cientifica-ricc/edicoes/Lists/Artigos/Attachments/996/Arquivo%2018.pdf>>. Acesso em: 22 maio 2020.

BOWLBY, John. **Formação e Rompimento dos Laços Afetivos**. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997. 208 p.

CARDIN, Valéria Silva Galdino; GOEDERT, Daniella Machado Ribeiro. **Da Importância do Afeto nas Relações Familiares**. Encontro Internacional de Produção Científica Cesumar, Maringá, 25-28 out. 2011. Disponível em: <http://www.cesumar.br/prppge/pesquisa/epcc2011/anais/daniella_machado_ribeiro_goe_dert.pdf>. Acesso em: 22 maio 2020.

COSTA, Danielly Aparecida O. da; GOMES, Francisco José Dias. **O Afeto nas Relações de Pais e Filho e suas Consequências em Caso de Omissão na Vida de um Filho**. Encontro de Iniciação Científica, Toledo, v. 13, n. 13, p. 1-11, 2017. Disponível em: <<http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/article/view/6345/6044>>. Acesso em: 5 jun. 2020.

DAL-FARRA, Rossano André; PRATES, Emerson Juliano. A Psicologia Face aos Novos Progressos da Genética Humana. **Psicologia Ciência e Profissão**. Maceió, v. 24, n. 01, p. 94-107, fev. 2004. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/pcp/v24n1/v24n1a11.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2020.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 13 ed. Salvador: Juspodivm, 2020. 1040 p. Disponível em: <<https://www.editorajuspodivm.com.br/cdn/arquivos/7fd5874f95685e54ee70255871eb662b.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2020.

GOMES, Cláudia Aparecida V.; MELLO, Suely Amaral. Educação escolar e constituição do afetivo: algumas considerações a partir da Psicologia Histórico-Cultural. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 28, n. 2, p. 677-694, jul./dez. 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2010v28n2p677/18453>>. Acesso em: 5 jun. 2020.

LOBÔ, Paulo Luiz Netto. **Entidades Familiares Constitucionalizadas: para além do Numerus Clausus**. IBDFAM, Belo Horizonte, 23 mar. 2004. Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/assets/upload/anais/193.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2020.

MACHADO, Laudisseia E. N. **Impacto no Desenvolvimento Cognitivo e Afetivo em Vítimas de Violência Intrafamiliar na Infância**. Psicologado, nov. 2019. Disponível em: <<https://psicologado.com.br/atuacao/psicologia-da-familia/impacto-no-desenvolvimento-cognitivo-e-afetivo-em-vitimas-de-violencia-intrafamiliar-na-infancia>>. Acesso em: 19 jun. 2020.

MATOS, Jamili Meyer de. **O Abandono Afetivo e a Responsabilidade Civil dos Pais pelos Danos Causados no Desenvolvimento Psicossocial dos Filhos**. 2017, 76 f. Monografia (Bacharel em Direito) - Universidade de Santa Cruz do Sul, Capão da Canoa. Disponível em: <<https://repositorio.unisc.br/jspui/bitstream/11624/2032/1/Jamili%20Meyer%20de%20Matos.pdf>>. Acesso em: 6 jun. 2020.

OLIVEIRA, Mirian Eugênio de; SIQUEIRA, Alessandra Cardoso; ZANDONADI, Antônio Carlos. A importância do afeto materno através do toque para o desenvolvimento saudável da criança. **Revista Farol**, Rolim de Moura, v. 3, n. 3, p. 97-110, mar. 2017. Disponível em: <<http://www.revistafarol.com.br/index.php/farol/article/view/46/71>>. Acesso em: 5 jun. 2020.

RAMOS, Nathalya Fernanda B; ZIELAK, Marivone de Lima; TAVARES, Marcelo Góes. A Atuação e Relevância do Psicólogo Jurídico nas Varas de Família do Fórum TJ/AL de Maceió/AL. **Ciências humanas e sociais**. Maceió, v. 3, n. 01, p. 167-184, nov. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.set.edu.br/index.php/fitshumanas/article/viewFile/2661/1516>>. Acesso em: 12 jun. 2020.

ROCHA, Sheila M. C.; ROSÁRIO, Mariana N. do. Abandono Afetivo: perspectivas jurídicas no âmbito familiar. **Direito & Justiça**. Porto Alegre, v. 42, n. 02, p. 273-299, jul./dez. 2016. Disponível em: <<http://revistas eletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fadir/article/view/26500>>. Acesso em: 19 jun. 2020.

SANTOS, Saruzze Pereira. **Consequências psicológicas e jurídicas do abandono afetivo**. Conteúdo Jurídico, Brasília, 27 nov. 2017. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/51067/consequencias-psicologicas-e-juridicas-do-abandono-afetivo>>. Acesso em: 22 maio 2020.

SOUSA, Ana K. de S. Abandono Afetivo. **Virtù: Direito e Humanismo**. Brasília, v. 1, n. 19, p. 1-23. 2016. Disponível em: <<http://revistas.icesp.br/index.php/Virtu/article/view/68/310>>. Acesso em: 11 jun. 2020.

VIEGAS, Cláudia Mara de A. R.; POLI, Leonardo Macedo. **Os efeitos do abandono afetivo e a mediação como forma de solução de conflitos paterno-filiais**. Âmbito Jurídico, São Paulo, 01 mar. 2013. Disponível em: <<https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-110/os-efeitos-do-abandono-afetivo-e-a-mediacao-como-forma-de-solucao-de-conflitos-paterno-filiais/>>. Acesso em: 19 jun. 2020.

CONSIDERAÇÕES SOBRE OS CONCEITOS DE ALIENAÇÃO E CONSCIÊNCIA: ANÁLISE DO FILME “FORMIGUINHAZ”

Cristina Walkowicz Milani¹
Lucimaira Cabreira dos Santos²

Resumo: Apesar de ter sido produzido e lançado há mais de vinte anos, o filme *Formiguinhaz* é uma animação que continua contemporânea e, além disso, continua sendo imprescindível de apreciação por aqueles interessados por um olhar crítico perante a sociedade. O presente artigo objetiva apresentar uma leitura crítica a respeito do filme, principalmente com base na perspectiva da Psicologia Social, tendo como referência a autora Silvia Lane. Pela análise das personagens e das variadas cenas, ficará demonstrado o processo de alienação e consciência e, mais do que isso, ficará demonstrado que uma revolução individual é capaz de incitar, no entorno, dúvidas e questionamentos do *status quo*, repercutindo em um processo de conscientização em sentido macro, assim, emergindo o que é conhecido por potência de mudança e transformação social.

Palavras-chave: Formiguinhaz; Subjetivação; Alienação; Conscientização.

1. Introdução

Antes de se iniciar a análise do filme “Formiguinhaz” (1998), é importante apresentar alguns conceitos básicos e fundamentais que serão norteadores neste artigo enunciados pela Psicologia Social na visão de Silvia Lane (2012): subjetivação, alienação, legitimação e conscientização.

A subjetividade é um processo. Um processo de construção da condição de humanidade. O indivíduo nasce já diante de uma sociedade posta, porém, na relação com os outros e com a sociedade, produz-se e produz também essa sociedade.

Durante a vida, o indivíduo é registrado e afetado por um processo cultural que funciona como códigos de conduta. Segundo Bonin (1998), o processo cultural se dá a partir das relações estabelecidas nos mais diversos contextos, sendo eles: a família, a comunidade, a mídia, as instituições religiosas, tudo em sua volta ativando o processo de subjetivação. Trata-se de um fenômeno coletivo e social, pois todo esse entorno emite linhas de afetação que o trespassam e o faz da forma como é. Esse fenômeno muitas vezes não está para a consciência, acontece sem que o indivíduo perceba que está sendo afetado a todo momento.

¹ Acadêmica do 2º Período do Curso de Psicologia da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

² Orientadora Professora Especialista Lucimaira Cabreira dos Santos do Curso de Psicologia da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

Nesse ponto, é importante indagar: se essas linhas de afetação estão a todo momento atravessando o indivíduo, está este também a todo momento as reproduzindo? O processo de massificação é basicamente isso: ser afetado e reproduzir essa afetação tal qual ela se apresenta, sem modificações e sem consciência. Surgem, assim, os sujeitos alienados.

Silvia Lane (2012) aponta que a alienação pode ser entendida como um processo de naturalização dos fatos sociais, a criação de verdades absolutas. É salutar mencionar que a alienação se mantém por dois processos: o da naturalização, conforme acima descrito, e o da legitimação, no qual figuras legitimadoras ocupam lugares de verdades absolutas e não são questionadas.

Para se garantir um estado alienante, a figura do legitimador se faz presente. Instituições, pessoas, mídia, comunidades, enfim, que estejam em um patamar considerado soberano e superior pelos sujeitos, são considerados proclamadores de verdades inegáveis, incontestáveis e absolutas.

Silvia Lane (2012) propõe que a partir do momento em que o sujeito começa a se questionar, a refletir e a colocar em dúvida esse *status quo*, temos um sujeito que está retirando o véu de seus olhos e caminhando para a consciência, sendo capaz de enxergar mais do que a única perspectiva dada; sendo capaz de enxergar mais do que está a sua frente; sendo capaz de enxergar o seu entorno para que, quem sabe, perceber o outro de forma verdadeiramente empática.

Em “Formiguinhaz”, verificar-se-á que a sociedade formigueira está enrijecida pelas linhas de subjetivação dadas pela ideologia dominante, garantidas pela figura legitimadora da personagem General, dando origem, assim, a um Estado controlador e ditador e a uma população formigueira mão-de-obra alienada. A personagem Z é quem irá contra a dinâmica estabelecida, primeiramente, com pequenos questionamentos até, por fim, desencadear uma grande revolução na colônia formigueira.

2. Desenvolvimento

Um divã. Um paciente deitado, passivo. Um psicólogo atrás, em posição superior, sem contato visual. Assim inicia-se o filme “Formiguinha Z”, com um recorte clássico do que majoritariamente o senso comum entende como uma terapia psicológica; aquela tão difundida e sedimentada no imaginário social e tão elitizada e inalcançável para muitos.

Ali estava a protagonista, uma formiguinha operária, chamada Z, relatando suas angústias. Sua fala busca explicações para esse sentimento que está corroendo sua existência. Por que se sente tão deslocada e destoadada?

E esse negócio de superorganismo eficiente que eu não consigo engolir. Eu tentei, mas eu não consigo. Quer dizer, será que eu tenho que fazer tudo pela colônia? E os meus desejos? E eu? Quer dizer, eu preciso acreditar que há algum lugar melhor fora daqui, senão é melhor eu me encolher em posição larval e chorar. Todo esse sistema me faz sentir insignificante. (FORMIGUINHAZ, 1998)

Percebe-se já nessa fala inicial a base que se desenrolará toda a trama. Tem-se como naturalizado o “superorganismo eficiente”, ou seja, a dita superestrutura, aquela da classe dominante. As formiguinhas nascem e já, desde o início, tem a função de suas existências determinadas: ou operárias ou soldadas; ou ferramentas de produção ou escudos vivos.

Fica posto como normal que suas funções são dadas hereditariamente e que, por causa disso, escolha individual alguma pode ser tomada. No entanto, o processo é mais ardiloso do que simplesmente impedir categoricamente a individualidade. A individualidade, na verdade, é acreditada pelas formiguinhas como própria e proveniente de uma escolha, a escolha do bem maior. A formiguinha acredita que é dona de si e que trabalha em prol da sobrevivência da colônia. Nesse sentido, Silvia Lane define:

A alienação se caracteriza, ontologicamente, pela atribuição de ‘naturalidade’ aos fatos sociais; esta inversão do humano, do social, do histórico, como manifestação da natureza, faz com que todo conhecimento seja avaliado em termos de verdadeiro ou falso e de universal; neste processo a ‘consciência’ é reificada, negando-se como processo, ou seja, mantendo a alienação em relação ao que ele é como pessoa e, conseqüentemente, ao que ele é socialmente (LANE, 2012, p. 42).

A companheira de trabalho de Z é um exemplo de incorporação perfeita dessa subjetivação. Ela tem para si que não existe nada mais bonito do que o bem maior coletivo. Tanto que, ao perceber que Z está incomodado com o trabalho, dispara o discurso que acredita ser seu, mas que provém da ideologia dominante: “você não tem importância, mas nós sim. A equipe!” (FORMIGUINHAZ, 1998).

Ela continua dizendo “Eu adoro meu trabalho. E você aí? Bom, você pensa demais! Vamos Z, ajude a construir uma colônia maior e melhor. E já que estamos aqui mesmo,

tente ser feliz! ” (FORMIGUINHAZ, 1998). Por que ela valoriza tanto o seu trabalho? Essa paixão veio de si ou foi dada a ela?

Para que o sistema funcione é necessário que essas formigas acreditem que seu trabalho é importante e que suas personalidades acontecem a partir desse amor pelo trabalho. Assim, têm-se formigas que acreditam viver felizes, apesar do trabalho repetitivo e exaustivo de quebrar e carregar pedras. Essa dada felicidade, ou seja, essa alienação, não se deve ser questionada, por isso bane-se o “pensar”. Nesse sentido, explica Silvia Lane:

(...) as respostas a ações habituais são exatamente aquelas que se reproduzem sem que ocorra o pensar, tanto antes como depois. Na medida em que estas ações implicam valores e relações sociais, elas estarão, obrigatoriamente, reproduzindo a ideologia dominante, mantendo as condições sociais, ou seja, elas não transformam nem as relações sociais do indivíduo nem a ele mesmo – é a persistência da alienação. (Nesse sentido pode-se entender como, não só o trabalho repetitivo e mecânico de um operário, mas também qualquer atividade rotineira contribui para a alienação do ser humano.) Esta linha de análise nos permite precisar como a ideologia dominante enquanto produção superestrutural da sociedade, como uma “lógica” que, ao nível individual, se traduz com especificidades e peculiaridades decorrentes da história de vida do indivíduo dentro de seu grupo social, ou seja, do conjunto das relações sociais que constituem o indivíduo (LANE, 2012, p. 44).

Outro ponto é que todas as formigas possuem aparência similar de acordo com sua classe. Se operárias, marrons e mirradinhas; se soldadas, roxas e truculentas. Essa característica demarca claramente a posição de cada indivíduo dentro do sistema da colônia. Apesar de se verem como indivíduos com personalidade, inconscientemente carregam essa formatação, em que uma formiga soldada não interage com uma formiga operária.

Ademais, essa segregação revela mais uma característica fundamental para a perpetuação do *status quo*. As formigas soldadas acreditam que estão no controle e as formigas operárias aceitam essa dominação, contudo, nenhuma está no controle e nenhuma é dominadora. Na realidade, ambas as classes são dominadas, com a ilusão de que detêm algum poder.

A ilusão da individualidade e do poder é determinante para a instauração indubitável do processo de subjetivação. Veja pela história da humanidade. Quando o indivíduo tem explicitamente negada sua individualidade é mais fácil a tomada de consciência e rejeição do que é posto. A coerção explícita funciona por pouco tempo, pois

uma hora ou outra o indivíduo não aceita a ser mais forçado. O perigo reside na coerção que não é percebida. O sujeito vive acreditando que realizou escolhas e que exerceu poderes, contudo, estava simplesmente atuando de acordo a ideologia dominante, da qual não possui consciência. Por isso, tem-se aí o sujeito alienado, produto de um processo de individualização resultante da subjetivação:

No plano superestrutural a ideologia é articulada pelas instituições que respondem pelas formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas e filosóficas; no plano individual, elas se reproduzem em função da história de vida e da inserção específica de cada indivíduo. (...) Se no plano sociológico é feita a análise da relação de dominação entre as classes sociais, definidas pelas relações de produção da vida material da sociedade, esta relação se reproduz através da mediação superestrutural, via instituições que prescrevem os papéis sociais e que determinam as relações sociais de cada indivíduo (LANE, 2012, p. 41).

Essa situação demonstra-se clara ao observarmos a formiguinha que supervisiona o trabalho das formiguinhas operárias. Apesar de ser uma formiga determinada a ser operária como todas as outras, sua posição a faz acreditar ser superior às demais. Acredita que detém poder e que é única, enquanto, nada mais faz do que agir como o esperado pela superestrutura, disseminando o discurso alienador.

O General aparece como símbolo de um ditador, de um verdadeiro fascista. Deseja atingir um estado puro, deixando, inclusive, explícita e escancarada essa sua intenção, porém, assim como ocorreu com Hitler, o objetivo foi interpretado como um ideal positivo para todos, enquanto, na verdade, disseminava totalmente o oposto. Seu plano, então, era de higienizar a colônia, fazendo com que as próprias formigas construíssem o seu caminho para a morte. Mais uma vez, as formigas devem trabalhar porque devem trabalhar. E para manter o plano sem questionamentos, é incutido que o trabalho é em prol de um objetivo grandioso e significativo para todos, não apenas para um só: o objetivo de tornar a colônia melhor e mais próspera.

Assim o General é a figura legitimadora perfeita. Em sua posição superior aos demais, seu discurso implanta verdades absolutas e inquestionáveis que não correspondem à realidade. Em um momento em que as formiguinhas, incitadas pelas atitudes subversivas do protagonista Z, deixam de trabalhar e protestam contra a opressão finalmente (e brevemente) percebida, o General controla a situação dando a ilusão de poder às formiguinhas:

Ouvi muito falar desse tal de Z. Até tive o prazer de conhece-lo. Mas onde está ele agora? Alguém pode dizer? Se esse Z se preocupa tanto conosco, por que ele não está aqui? Eu digo por quê. Porque Z não dá a mínima para nós. Por isso ele raptou a princesa. Por isso ele fugiu. Z não é um herói. Nós somos os heróis. Nós garantiremos o futuro da nossa grande colônia. E quando tivermos terminado essa magnífica estrutura, nós colheremos os benefícios. Mais comida e menos trabalho para todos. E como recompensa por seus esforços heroicos, cada um de vocês terá um dia de folga para ser o convidado de honra na cerimônia de inauguração do mega túnel. (FOMIGUINHAZ, 1998).

A partir disso, as formiguinhas cessam a breve consciência adquirida e dão atenção à figura que reconhecem como legitimadora. Isso só acontece pela ilusão da individualidade e do poder. As formiguinhas acreditam ser heroínas, enquanto na verdade são massa de manobra de um desfecho inesperado.

A protagonista formiguinha Z aparece desconstruindo o que era entendido como natural na colônia. Como já mencionado, no início do filme tem-se o estereótipo de uma terapia psicológica. E tem-se também o estereótipo de quem procura ajuda psicológica: o anormal; o louco.

Z não se enquadra nos ditames de sua colônia. Não consegue ver objetivo em seu trabalho mecânico e repetitivo. Questiona-se por que motivo não pode ser quem gostaria de ser e se em algum momento poderá ser. Para os demais, ele é o diferente, o anormal. É quem precisa se ajustar à colônia, e não o contrário.

Sua angústia o leva a buscar ajuda em um consultório psicológico, pois, tal sentimento deve, segundo a ideologia dominante, ser reprimido. Formiguinhas felizes, trabalham felizes. Porém, a angústia deve ser entendida aqui como um sentimento positivo, pois é a partir dela que o sujeito percebe que algo está desajustado. Será impelido a acreditar que o desajuste é culpa própria, contudo, ela permanece, dando forças ao protagonista buscar novos caminhos, caminhos próprios.

Em um momento, na cena em que Z está em um bar com seu companheiro soldado (aqui se apresenta mais uma subversão do protagonista, ao ter amizade com alguém de fora de sua classe), novamente tem-se a figura do louco posta como corrupta do *status quo*. Essa formiga traz a promessa de haver um local em que “não há guerras e nem colônia” (FORMIGUINHAZ, 1998), ou seja, um local livre do controle opressor: a “insetopia”. Ao momento em que faz essa revelação, surge um soldado imediatamente, fazendo o controle dessa ideia, tornando-a louca e impossível:

(...) o que ocorre com um indivíduo consciente em um grupo alienado? Ou seja, as contradições sociais estão claras, mas ele é impedido, a nível grupal, de qualquer ação transformadora – não seria uma situação geradora de doença mental, como fuga de uma realidade insustentável? (LANE, 2012, p.42).

Contudo Z, já com a semente do desconforto plantada, guardará essa ideia, fazendo o caminho até encontrar a irresistível terra utópica. Lá depara-se com comida à vontade, muito açúcar e guloseimas. Os dias são diversão e desprovidos de regras. Porém esse aparente mundo perfeito é logo interrompido, com a captura da formiguinha princesa chamada Bala, por quem estava apaixonado: “Ah não! O que é que eu vou fazer? Tá tudo certo! Vamos ser racionais! (...) ela é uma princesa e eu sou um engenheiro de recolocação de solo. Mas e daí! Por outro lado, eu tenho que ir pegá-la” (FORMIGUINHAZ, 1998).

Se de um lado temos o estado totalitário que o General estava implantando com a ilusão de prosperidade e liberdade, no outro extremo temos “insetopia”, demonstrando que a liberdade total também é irreal, que a fuga é ineficaz, que uma revolução extrema é utópica. O protagonista logo é chamado para a realidade, ao tomar a decisão de ficar em “insetopia” ou de viver com sua amada na colônia. “Insetopia” representa a fuga da realidade alienante para viver isoladamente consciente. Já a vida com a amada só é possível no contexto grupal da colônia, dessa forma, ao optar por viver com ela, opta também por desencadear o processo de conscientização em toda colônia. A consciência de classe, segundo Silvia Lane:

(...) é um processo essencialmente grupal e se manifesta quando indivíduos conscientes de si se percebem sujeitos das mesmas determinações históricas que os tomaram membros de um mesmo grupo, inseridos nas relações de produção que caracterizam a sociedade num dado momento. Nesta perspectiva, o pertencer a um grupo cujas ações expressam uma consciência de classe pode ser condição para que um indivíduo desencadeie um processo de conscientização de si e social (...) O indivíduo consciente de si, necessariamente, tem consciência de sua pertinência a uma classe social, enquanto indivíduo, esta consciência se processa transformando as suas ações a ele mesmo; porém, para uma atuação enquanto classe, ele necessariamente deve estar inserido em um grupo que age enquanto tal (por exemplo, uma greve, uma assembleia, exigem grupos organizados em torno de uma consciência comum de sua condição social) (LANE, 2012, p. 42).

A consciência trazida por Z é avassaladora e, com mais formiguinhas conscientes, conseguem enfrentar o destino antes tido como inevitável pela superestrutura. A colônia – o *status quo* – é destruída, dando vez para a construção de um novo sistema, em que os sujeitos, conscientes, terão parte no processo:

A típica história do rapaz simples que conhece a moça. O rapaz gosta da moça, o rapaz muda a ordem social estabelecida. O que mais eu posso dizer? Reconstruímos a colônia. Ficou até melhor do que antes. (...) E sabe de uma coisa? Eu acho que eu finalmente encontrei meu lugar. E sabem o que mais? É exatamente o mesmo que era no começo. Mas a diferença é que dessa vez fui eu que escolhi (FORMIGUINHAZ, 1998).

A fala final do protagonista retoma o início do filme, concluindo que o que faz a diferença é a escolha – consciente, e não alienada – para se encontrar como pertencente do mundo. É nessa microrrevolução interna que se atinge uma revolução maior. Inclusive, o filme termina afastando a câmera da colônia, ampliando o olhar, dando foco à imensidão em torno daquela sociedade, representante de uma pequena parte, mas tão importante, de um todo.

3. Considerações Finais

Aparentemente destinado a crianças, o filme “Formiguinhaz” coloca em discussão aspectos da sociedade que merecem reflexão ao público de qualquer idade.

Silvia Lane (2012) chama a atenção para o processo de afetação a que todos são submetidos durante a vida na construção da chamada humanidade. Ser humano é ser subjetivo. Ser humano é ser produto do próprio produto que produz. Isso é ser humano na sociedade.

Contudo, simplesmente receber os códigos de conduta e repeti-los sem discernimento, aceitando o *status quo*, é ser humano oprimido e alienado. Assim como as formiguinhas operárias e soldadas da colônia no início da história.

Já quando se conhece e se apropria dessas linhas de subjetividade, que não param de atravessar os indivíduos, surge então a consciência, desenvolvendo um processo de singularidade, assim como aconteceu com a personagem Z.

Percebe-se, então, que, ao passo que um ser começa a desenvolver consciência de si e de seu entorno, apropriando-se de sua existência e atuando no mundo de forma esclarecida, seu processo reflexivo coloca em cheque a estrutura posta. Dessa forma, pode ser que quem estava adormecido e alienado passe a sentir-se incomodado pela dúvida e passe a pensar sobre sua própria narrativa, apropriando-se de sua história. Assim fez a protagonista Z, contribuindo para a atuação ativa de várias outras protagonistas na colônia: todas as formiguinhas.

REFERÊNCIAS

FORMIGUINHAZ. Direção de Tim Johnson e Eric Darnell. EUA: Universal Pictures, 1998 (79 min).

BONIN, Luiz Fernando Rolim. Indivíduo, Cultura e Sociedade. *In*: JACQUES, Maria da Graça Corrêa, et. al. **Psicologia Social Contemporânea**. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. P. 58-72.

LANE, Silvia T. M. Consciência/alienação: a ideologia no nível individual. *In*: LANE, Silvia T. M.; CODO, Wanderley (orgs.). **Psicologia Social: o homem em movimento**. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. P. 40-47.

FAMÍLIA, MEIO SOCIAL E SUAS INFLUÊNCIAS NO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI

Ana Eliza Lonien¹

Catiane Cristine Silva De Marchi

Caroline Buosi Velasco²

Resumo: A adolescência é um período de desenvolvimento humano no qual a família e o meio social têm grande influência sobre o indivíduo. Nessa fase, o jovem tende a exteriorizar seus sentimentos, afim de compreendê-los, podendo, então, se estiver em um meio conturbado, apresentar comportamentos antissociais. Visto isso, esse artigo tem como objetivo discutir a influência do meio social e da família no adolescente em conflito com a lei, analisando seus impactos na vida desse jovem, por meio de uma pesquisa bibliográfica e exploratória. Esse estudo se faz importante para compreender a construção da subjetividade do adolescente infrator, assim como o modo que o seu meio o afeta e, então, buscar uma maneira mais eficaz para sua correção. Os resultados encontrados, com base em estudos utilizados para construção desse artigo, mostram que o adolescente em conflito com a lei tende a apresentar um meio social precário, seja pelo meio familiar, o qual pode haver situações de violência ou negligência ou pela situação econômica, podendo essas questões influenciarem na entrada no mundo criminal, segundo alguns autores, pois esses jovens podem buscar nesse meio uma forma de sustento ou melhores condições de vida. Uma das razões disso ocorrer pode ser por alguns jovens pensarem que esse é sua única alternativa para a resolução de seus problemas, já que muitos tem uma vida precária em relação a necessidades básicas. Ainda, é importante frisar que esse trabalho demonstra um recorte da realidade, não se estendendo a todos os casos.

Palavras-chave: Adolescente em Conflito com a lei. Relações familiares. Influências. Socialização.

1. Introdução

Adolescentes em conflito com a lei é o tema alvo de muitos estudos da área do direito e da psicologia. No Brasil, em 2016, existiam cerca de 447 unidades de atendimento socioeducativo, sendo São Paulo onde essas unidades se encontravam em maior número, segundo a publicação do MDH (Ministério da mulher, da família e dos direitos humanos) de 2018. As consequências aplicadas ao adolescente que entra em conflito com a lei variam de apenas uma advertência até a internação em estabelecimento socioeducacional, sendo o período máximo de permanência do jovem, no último, de três anos, conforme descrito no ECA (Estatuto da criança e do adolescente).

O impacto do meio social e familiar no adolescente em conflito com a lei é comprovado em diversos estudos, sendo que o adolescente que convive em meio

¹ Acadêmica do Curso de Psicologia da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL

² Orientadora: Professora Doutora em Análise do Comportamento pela PUC – SP, Mestre em Direito pela UFPR, Psicóloga e Bacharel em Direito Caroline Buosi Velasco do curso de psicologia da UNIVEL- Centro Universitário UNIVEL

conturbado e violento tende a reproduzir comportamentos ou cometer atos infracionais como consequência desse ambiente (NARDI; DELL'AGLIO, 2012). Sendo assim, esse artigo tem como problema quais os efeitos o meio social pode ter sobre o adolescente em conflito com a lei?

O objetivo geral do artigo referido é analisar os efeitos que o meio social pode ter sobre como o adolescente entra em conflito com a lei, sendo seus objetivos secundários apontar como a classe social influencia diretamente nas ações do adolescente, bem como avaliar de que modo a família age no processo de desenvolvimento do adolescente e, também, compreender minimamente o impacto que um ambiente desestruturado causa na vida desses adolescentes.

Sendo assim, por meio de pesquisa bibliográfica e exploratória, apurou-se os principais artigos científicos publicados de forma online referentes ao assunto desse trabalho para a melhor compreensão da sociabilidade desses adolescentes, sendo que esse meio de pesquisa tem como objetivo expor um tema através de materiais já publicados, sejam de fontes primárias ou secundárias do meio científico (RAMPAZZO, 2005). Ainda, no caso da pesquisa exploratória, se dá por ser o primeiro contato das apresentadoras com o tema (KÖCHE, 2011), de forma que essas examinaram fenômenos que englobam o assunto com o intuito de levantar hipóteses sobre as influências presentes em um menor infrator.

A falta de contato anterior das autoras com o tema presente faz com que a pesquisa exploratória seja levada em conta, pois tem como o intuito expandir o conhecimento dessas sobre o assunto em questão e descrever as variáveis do tema (KÖCHE, 2011). Dessa forma, com um levantamento bibliográfico foi tentado identificar as variáveis sociais presentes no meio criminal adolescente, apontando recortes da realidade que grande parte dos autores pesquisados apresentaram.

A análise da influência das linhas de afetação (que ocorrem no meio familiar, escolar e todos os outros ambientes que o indivíduo se faz presente) na construção da subjetividade de adolescentes em conflito com a lei tem grande importância para a compreensão das consequências que o processo de socialização tem e, a partir dessa compreensão mais ampla, analisar a melhor forma que a punição dos menores infratores poderá acontecer. A motivação pessoal se deu pelas pesquisadoras terem interesse em compreender o indivíduo que recorre ao mundo do crime, o que levou a infringir as leis e

como o meio social em que vive pode mudar essa decisão e, também, a encontrar a forma de punição mais justa, levando em conta todas essas influências.

No decorrer do artigo será abordado o ambiente familiar do adolescente infrator, assim como influências econômicas e demais possíveis consequências para atitudes transgressoras que irão transformar a subjetividade desses jovens, conforme apontadas em literaturas.

2. Desenvolvimento

Nesse capítulo segue o desenvolvimento desse artigo, sendo subdividido em dois tópicos: família e sua relação com o início do ato infracional e desigualdade social no contexto do adolescente infrator.

2.1. Família e sua relação com o início do ato infracional

Segundo Jost (2010), as primeiras experiências afetivas moldam o indivíduo e suas escolhas, constituindo suas experiências de vida posteriores e influenciando nas suas relações sociais. A partir daí, a auto identidade desse indivíduo começa a ser moldada, assim como sua visão de inserção pessoal na sociedade.

Essas primeiras experiências que Jost (2010) aponta são as experiências familiares. Essa ideia é reiterada pelas autoras Zappe e Dias (2012), quando as mesmas apontam que é a família, mais especificamente os pais, que os jovens usam como referência identitária primária.

Entretanto, se a família não oferece um ambiente equilibrado, bem como praticas educativas positivas, o indivíduo encontra dificuldades na construção do seu próprio eu, fato que será discutido nos próximos parágrafos.

Sendo a infância e a adolescência fases de desenvolvimento do ser humano, as práticas educativas negativas que a família exerce nesse período (violências e negligencias) podem ser um dos motivos para comportamentos antissociais dos jovens. (NARDI; DELL'AGLIO, 2012)

A derrapagem social desses adolescentes seria uma forma de reação à falta e/ou à perda dos referenciais afetivos que marcam suas trajetórias, dando-lhes a sensação de estarem autorizados a ser sujeitos de exceção: fora da norma e fora da lei. (JOST, 2010, p.100)

Estudos como de Zappe e Dias (2012), Nardi e Dell'Aglio (2012), entre outros, constataam que a grande maioria de adolescentes em conflito com a lei tem um passado e/ou um presente com violência.

Jost (2010) escreve que o primeiro contato que os adolescentes participantes de sua pesquisa tiveram com o crime ocorreu depois de uma ruptura com a família dos jovens, forçando-os a ir para as ruas.

Com problemas familiares e exemplos identitários errôneos, os adolescentes buscam na sociedade uma referência para, a partir dela, construir seu desenvolvimento emocional e pessoal (ZAPPE; DIAS, 2012). Não conseguindo ter uma socialização efetiva no âmbito escolar graças ao comportamento antissocial consequente da relação familiar, o jovem procura se inserir em grupos marginais ou antissociais que apresentam traços semelhantes aos dele (NARDI; DELL'AGLIO, 2012), como conflitos familiares recorrentes, situação de vulnerabilidade monetária, abandono, negligencia, entre outros aspectos de vida que sejam equivalentes entre esses indivíduos.

Com base nessa inserção em grupos marginais, o adolescente tende a procurar a aprovação do outro como forma de “apoio psicológico”, fato que causa confusão e pode desencadear problemas com transgressões. (JOST, 2010)

Se aprofundando na relação paternal de adolescentes em conflito com a lei, tendo como objetivo apenas a análise de algumas relações familiares desse contexto e não o julgamento e culpabilização das famílias em que membros acabam se envolvendo com o crime, foi observado na relação materna que apesar dessa ser em sua maioria desestruturada, esses adolescentes tendiam a ter uma visão idealizada da mesma. O conceito de “relação materna fusional”, que consiste em uma ausência afetiva ou física da mãe ou a impossibilidade do filho ter uma identidade individual, é abordado nessas situações de idealizações, visto que esse conceito está ligado a práticas antissociais como roubo e destrutividade, sendo o roubo uma forma de buscar algo bom, como a mãe que compreende e realiza suas necessidades e a destrutividade como uma busca de ter uma vida em ambiente estável e com apoio. (WINNICOTT, 1994, *apud* ZAPPE; DIAS, 2012)

Já a relação paterna é vista como complicada, já que a negligencia e o abandono pelo pai é comum em adolescentes infratores (NARDI; DELL'AGLIO, 2012). Entretanto, apesar da alta taxa de abandono, Zappe e Dias (2012) apontam que os pais muitas vezes também pertencem ao mundo do crime e acabam desempenhando o papel de “tutores” dessas práticas dos jovens transgressores.

É evidenciada uma forte conexão entre a relação familiar e a execução de atos delinquentes, bem como a depressão juvenil (SOUZA; SILVA-ABRÃO; OLIVEIRA-ALMEIDA, 2011).

Um ponto de concordância entre os mais diversos autores acerca do tema discorrido é que as práticas educacionais da família podem ser o principal motivo para a delinquência (NARDI; DELL'AGLIO, 2012), bem como, se essas práticas forem executadas de forma positiva, podem ser de grande amparo para o desenvolvimento do indivíduo. (ZAPPE; DIAS, 2012)

2.2. Desigualdade social no contexto do adolescente infrator

Os reflexos das crises econômicas que modificaram a sociedade e o mundo do trabalho estão evidentes com o desemprego, terceirização de serviços e a precarização das condições de trabalho. No Brasil o neoliberalismo agravou essas condições de trabalho estruturais do capitalismo. Dessa forma o trabalho informal, salários menores e a desproteção salarial se mostram principais pontos do trabalho precário que atinge alguns grupos sociais, como a juventude da classe trabalhadora. (SILVEIRA; PREVITALI, 2019)

Levando em conta que adolescentes precisam auxiliar com o sustento da casa, precisam se inserirem no mercado de trabalho, sendo que com a falta de experiência e escolaridade os trabalhos informais e mais desvalorizados são a única opção, tendo como consequência a remuneração baixa, a falta de recursos monetários para a compra de suprimentos básicos e o preconceito com suas condições sociais acaba causando revolta.

O consumismo tem grande influência nesse processo, por terem baixos salários em seus empregos, e não conseguirem também ajudar suas famílias acaba sendo mais viável procurar outras formas de ganhar dinheiro, assim o crime acaba sendo a maneira mais fácil, mas isso acaba afastando ainda mais essa classe social das melhores condições da sociedade. “Isso porque esses sujeitos só têm inserção social, só são vistos, só são *alguém*, só são *cidadãos*, *alguém na vida*, quando trabalham, quando são assalariados.” (SILVEIRA; PREVITALI, 2019, p.316, grifo do autor)

Como afirmam Silveira e Previtali (2019) em suas pesquisas realizadas com adolescentes que cumprem medidas socioeducativas:

O que se percebe em suas falas é que eles entendem que o trabalho que conhecem, no qual foram inseridos juntamente com suas famílias, não oferece o mesmo nível socioeconômico e o estilo de vida possibilitado pelo dinheiro que eles

conseguem no *crime*. Essa é uma fala recorrente em praticamente todas as entrevistas, o que mostra como os valores fetichizados e alienados da sociabilidade do capital podem ter conformado o sentido que o trabalho tomou para esses sujeitos. (p. 314, grifo do autor)

Em relatos de homens jovens cumprindo medidas socioeducativas em Pernambuco fica evidente que a falta de recursos materiais e os problemas em suas relações de afeto parecem justificar suas infrações a lei e práticas violentas, pois acontecem em meio a desigualdade social, entre classes e também etnias. As infrações aparentemente entram no lugar da expressão de sentimentos, a dor sentida por ter enfrentado os problemas da sociedade é também como uma dor cultural, que expressa o sofrimento. (BARRETO; MEDRADO; QUADROS, 2013)

Em conflito familiar, também no meio social, como na escola e no trabalho esses adolescentes passam a mudar os significados em suas vidas, carregando consigo marcas de uma vida turbulenta muitas vezes passam a usar como válvula de escape o

uso abusivo de álcool e drogas lícitas e ilícitas[...]. Esses comportamentos são em geral interpretados tanto pela família, quanto pela escola e a sociedade em geral como de rebeldia e, portanto, passando sem a abordagem profissional adequada[...] (SOUZA; SILVA-ABRÃO; OLIVEIRA-ALMEIDA, 2011, p.16)

De acordo com Moscovici (1978 *apud* ANDRADE; ALVES; BASSANI, 2018) a representação social existe quando tem algum significado social no cotidiano, como é o caso das drogas na vida do adolescente em conflito com a lei, mesmo os que não utilizaram nenhum tipo de droga, estão em ambientes em que ela está presente, dessa forma é criada a representação social sobre a mesma, também considerando o grupo social de origem dessa significação, que irão influenciar no senso comum em torno do assunto, que inclui a vivência do adolescente.

As representações sociais em torno do consumismo também estão presentes na vida dos adolescentes infratores, em análise a fala de um adolescente que cumpre medida socioeducativa fica claro que apenas o grupo social mais favorecido tem o acesso a bens de consumo pessoais, como tênis, roupas e celulares, evidenciando as relações desiguais de classe, o adolescente afirma que tem a intenção de mudar, e não voltar a infringir a lei, mas pra isso precisa de oportunidade de trabalho para poder obter esses bens de consumo. (SILVEIRA; PREVITALI, 2019)

Ficam evidentes as influências que o meio social tem na forma do adolescente constituir sua subjetividade e representação em torno dos bens de consumo, do mercado de trabalho e também sobre a relação com as drogas. Vale destacar que a desigualdade social é o principal ponto de princípio para esses problemas decorrentes e somente com a diminuição das desigualdades esse cenário poderá melhorar, consequentemente melhorando a sociedade em um todo.

3. Considerações Finais

No referido estudo é destacado as trajetórias familiares e socioeconômicas que grande parte dos adolescentes em conflito com a lei apresentam, com base em pesquisas diversas. Essas trajetórias demonstram algumas das razões desses jovens apresentarem comportamentos subversivos, visto que muitos só tiveram contato com esse tipo de realidade, reproduzindo-a ou tentando, de certa forma, se livrar desta. Esses resultados apresentados tiveram como base estudos expostos em artigos científicos publicados, dando uma visão geral sobre o tema, não significando que essas variáveis sociais e decisões pessoais caracterizem as situações e motivações de todo adolescente infrator, como a busca das melhores condições de vida e suprimento das necessidades básicas, pois se trata de um recorte da realidade, levando em conta toda a subjetividade de cada sujeito, não obrigatoriamente relacionando o meio e as condições sociais ao ato infracional, que pode ser relacionado a diversas situações da construção social feita no indivíduo.

Como foi analisado, muitas são as influências do meio social no comportamento, nas ações, na sociedade e na construção identitária subjetiva do adolescente. Quando essas influências são negativas, como na presença de problemas na estruturação da família ou dificuldades para a sobrevivência de forma confortável, o adolescente pode procurar formas para lidar com isso, o que não será necessariamente o melhor, pois as consequências que ele terá podem prejudicar mais ainda sua vida.

Tendo em vista esse cenário, é necessário que as instituições correcionais trabalhem de forma que reinsira esse jovem na sociedade de maneira digna, assegurando oportunidades para esse indivíduo. Porém, é importante que esse processo seja feito englobando todo o universo desse adolescente, ou seja, que sua família participe dessas medidas e seja amparada e ouvida tão quanto esse menor infrator, para, assim, dar o apoio que o mesmo precisa para encontrar saídas fora do crime.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, S. F. O; ALVES, R. S. F. A.; BASSANI, M. H. P. A. Representações Sociais sobre as Drogas: um Estudo com Adolescentes em Conflito com a Lei. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v.38, n.3, p.437-449, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932018000300437&lang=en Acesso em: 16 mai. 2020
- BARRETO, A. F; MEDRADO, B; QUADROS, M. T. Dor, revolta e outros matizes: análises político-afetivas da violência urbana. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v.25, n.2, p.342-352, 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822013000200011&lang=pt Acesso em: 19 mai. 2020
- BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm Acesso em: 20 mai. 2020
- JOST, M. C. Fenomenologia das motivações do adolescente em conflito com a lei. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v.26, n.1, p.99-108, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722010000100012&lang=pt Acesso em: 18 mai. 2020
- KÖCHE, J. C. **fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. Petrópolis: Vozes, 2011.
- NARDI, F. L; DELL'AGLIO, D. D. Adolescentes em conflito com a lei: percepções sobre a família. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v.28, n.2, p.181-191, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722012000200006&lang=pt Acesso: 18 mai. 2020
- RAMPAZZO, L. **Metodologia científica**. 3º ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- SILVEIRA, M. S; PREVITALI, F.S. Sociabilidade dos adolescentes em conflito com a lei de Uberlândia (MG) em 2017. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v.22, n.2, p.309-319, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802019000200309&tlng=pt#fn14 Acesso em: 16 mai. 2020
- SOUZA, E. M; SILVA-ABRÃO, F. P; OLIVEIRA-ALMEIDA, J. Desigualdade Social, Delinquência e Depressão: Um Estudo com Adolescentes em Conflito com a Lei. **Revista de Salud Pública**, Bogotá, v.13, n.1, p.13-26, 2011. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0124-00642011000100002&lang=pt Acesso em: 18 mai. 2020
- ZAPPE, J. G; DIAS, A. C. G. Violência e fragilidades nas relações familiares: refletindo sobre a situação de adolescentes em conflito com a lei. **Estudos de psicologia**, Natal, v.17, n.3, p.389-395, 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2012000300006&lng=pt&tlng=pt Acesso: 18 mai. 2020

INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA NO ENSINO REGULAR BRASILEIRO

Gabriela Aparecida Ribeiro Corso¹
Fernando de Souza Balbino
Caroline de Cassia Francisco Buosi Velasco²

Resumo: A educação é a porta de entrada para um mundo de descobertas e oportunidades. A partir disso toda e qualquer pessoa tem direito a uma educação de qualidade, na qual preze pela comunicação, aprendizado, desenvolvimento e qualidade de vida do aluno em questão, não ficando de fora as pessoas com deficiência múltipla, que são minoria de total interesse para o desenvolvimento desse artigo. Por meio de pesquisa bibliográfica teve-se como objetivo trazer a temática à tona, sobre como é o processo de inclusão de deficientes múltiplos no ensino regular brasileiro, e como essas instituições estão preparadas para receber esses estudantes, tanto na estrutura que se é exigida para melhor conforto desses alunos, quanto a preparação dos profissionais que irão ministrar os métodos pedagógicos para esses educandos. Analisa-se os pontos tanto positivos, quanto negativos dessa inclusão. Os resultados mostram que é possível uma inclusão, mas demanda bastante investimento nas instituições escolares, com equipamentos e materiais adequados para cada caso, também mostra o despreparo dos professores, por isso faz-se tão necessário a especialização dos profissionais para que os pais acreditem que é a melhor alternativa de desenvolvimento e aprendizagem para seu filho, e até que esses problemas não se resolvam a inclusão não ocorrerá de maneira benéfica.

Palavras-Chave: Inclusão escolar. Deficiência múltipla. Desenvolvimento.

1. Introdução

A um bom tempo a escola vem tentando se preparar para receber estudantes com todo e qualquer tipo de deficiência, lhes oferecendo assim uma educação de qualidade, e adequada para cada caso, pois por muito tempo esses alunos foram segregados e viveram à margem da sociedade. Segundo Silveira e Neves (2006), quando se fala de inclusão escolar de pessoas com deficiência múltipla, na maioria das vezes, fica nítido que estes estudantes possuem necessidades educacionais especiais mais acentuadas, e assim sendo, torna-se mais difícil a possibilidade e o processo de inclusão, quando os profissionais da educação e os familiares desconhecem os ganhos que isso pode trazer para essas pessoas, e limitam-se em olhar apenas o lado da dificuldade do processo, esquecendo assim os seus benefícios. Quais os pontos positivos e negativos da inclusão da pessoa com deficiência múltipla no ensino regular?

¹ Acadêmica do Curso de Psicologia da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL.

² Orientador: Professora de Metodologia do Curso de Psicologia da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL.

A aprendizagem não ocorre em situação de isolamento. Portanto, as sociedades devem garantir a todos os educandos assistência em nutrição, cuidados e apoio físico e emocional essencial para que participem ativamente de sua própria educação e dela se beneficiem. (Conferência Mundial sobre Educação para Todos, 1990, Artigo 6º).

Sendo assim tem como objetivo geral analisar os processos de inclusão das pessoas com deficiência múltipla no ensino regular. Também tem como objetivos secundários detectar os problemas de infraestrutura do ambiente escolar que interferem na qualidade do trabalho pedagógico; abordar sobre a temática em relação a especialização em inclusão escolar e medidas pedagógicas que os docentes devem adotar; ressaltar a situação atual de inclusão de pessoas com deficiência múltipla nas escolas brasileiras.

Muito se discute sobre inclusão de pessoas com deficiência múltipla no ensino regular, e também em outros ambientes sociais, o que demonstra interesse coletivo nesse assunto. Várias áreas de atuação têm se desdobrado para evoluir seus estudos em relação a esse déficit orgânico, o que não é diferente para uma abordagem da ciência psicológica que, tem procurado não reduzir o indivíduo a suas limitações físicas, mas sim ir além, considerando sua subjetividade que é extremamente mais ampla. A nível pessoal, a justificativa se dá pelo fato do assunto chamar a atenção dos pesquisadores ao contexto de inclusão, e até onde a mesma é positiva na vida das pessoas com deficiência múltipla nas escolas de ensino regular.

No próximo capítulo será uma análise a respeito do processo de inclusão de deficientes múltiplos no ensino regular brasileiro.

2. Revisão Bibliográfica

A metodologia aplicada a este artigo foi através de pesquisa bibliográfica e exploratória, nas quais os principais pesquisadores, autores, publicações e textos foram destacados os quais irão nortear o processo de composição desse trabalho.

A seguir se apresenta a revisão bibliográfica deste artigo, elencando os seguintes assuntos: deficiência múltipla, inclusão de pessoas com deficiência múltipla no ensino regular brasileiro, a infraestrutura e os métodos pedagógicos.

Segundo Brasil (2006), a deficiência múltipla é caracterizada por uma combinação de dois ou mais tipos de deficiências – de ordem física, sensorial, mental, entre outras – associadas.

Ao contrário da visão que muitos têm de incapacidade, a deficiência múltipla se trata do menor ou maior comprometimento do desenvolvimento do ser humano, indicando a necessidade de um ambiente cultural e social que favoreça a superação de suas específicas limitações (BARROS, 2015).

A múltipla deficiência se manifesta de diferentes maneiras e expressa diversas condições de atuação do indivíduo no meio ambiente, às vezes essas diferenças decorrem de fatores complexos que, interagindo, influenciam na relação com o mundo físico e a vida social da pessoa (ROCHA & PLETSCHE, 2018). Ela altera-se conforme o número, o grau, a natureza e a abrangência em questão das deficiências; assim sendo, tem-se por consequência a variação dos efeitos dos comprometimentos na prática e na vida dos indivíduos que a apresentam (MAGALHÃES, ROCHA & PLETSCHE, 2013).

No artigo 3º do decreto nº 3.298, fala sobre os direitos individuais e sociais da pessoa com deficiência: no inciso I discorre que a deficiência é toda anormalidade ou perda de uma função anatômica, física ou psicológica que crie incapacidade para a execução de uma atividade, dentro do que é considerado normal; o inciso II fala que deficiência permanente é aquela que ocorreu ou estabilizou-se durante um tempo suficiente para não ter a probabilidade de que se altere ou que permita recuperação, apesar de novos tratamentos; e por fim o inciso III, diz que incapacidade é uma redução acentuada e efetiva da capacidade de integração social, adaptações, necessidade de equipamentos, meios e recursos especiais para o indivíduo portador de deficiência possa transmitir ou receber informações necessárias ao bem-estar pessoal e a execução da função ou atividade a ser exercida (BRASIL, 1999).

Três aspectos fundamentais para o entendimento do que é considerado deficiência, evidenciando a necessidade de adaptações para o bem-estar e desenvolvimento do indivíduo assim considerado; assim como o texto traz, há deficiências que não só necessitam de adaptações especiais estruturais, mas também de equipamentos, meios e recursos especiais para o desenvolvimento dessas pessoas (BARROS, 2015)

No Brasil tem-se documentos como a Constituição Federal de 1988, art. 208, inciso III (Brasil, 1988), os Parâmetros Curriculares Nacionais (MEC, 1999), e também o Plano Decenal de Educação para todos 1993 – 2003 (MEC 1993), que defendem e proporcionam

direito de uma educação de qualidade para todos. Segundo esses documentos, todas as crianças, mesmo que apresentando qualquer tipo de condições físicas, psíquicas, intelectuais e sociais, tem o direito de estudar e ser acolhida por uma instituição de ensino (SILVEIRA & NEVES, 2006).

Segundo MEC, a inclusão de deficientes múltiplos no ensino regular, é um fato recente no âmbito escolar brasileiro. São vários os questionamentos sobre a probabilidade da inclusão dessas crianças, pois não é uma realidade sólida na educação brasileira ainda, com isso pais e profissionais da educação, tem-se presente as dúvidas e o desconhecimento traz consigo as incertezas sobre a possibilidade de inclusão e seus benefícios (SILVEIRA & NEVES, 2006).

Diante dessas dúvidas, de acordo com Dainez (2017), a deficiência é um fenômeno de maior complexidade e de construção social. As condições de incapacidade biológica de fato existem, entretanto não podem ser um fator determinante para a capacidade criativa do indivíduo. É nos diversos grupos sociais onde o indivíduo está inserido que se estabelecem valores como forma de parâmetros, a identificar o que está apto ou inapto para realizar as mais diversas atividades.

De forma que não basta o indivíduo estar inserido no ensino regular, mas sim que a percepção sociocultural seja reconstruída a partir de uma concepção mais ampla do ser como um todo. Nesse entendimento o portador de deficiência múltipla não pode ser reduzido as suas limitações de caráter biológico, se faz necessário um novo nascimento para a sociedade, de maneira a ressignificar quem esse indivíduo é ou pode vir a ser. (DAINEZ & SOUZA, 2016).

Como destaca Mantoan (1997, p. 120):

[...] o princípio democrático de “educação para todos” só se evidencia nos sistemas educacionais que se especializam em todos os alunos e não apenas em alguns deles, os deficientes em geral. Há muito ainda a ser feito para que se possa caracterizar um sistema como apto a oferecer oportunidades educacionais a seus alunos, de acordo com as especificidades de cada um, sem cairmos nas teias da educação especial e suas modalidades de exclusão (*apud* BARROS, 2015, p.16).

Para avaliação das necessidades educacionais desses estudantes, houve-se de observar as condições que se apresentavam suas deficiências; não se resultou em um somatório de fatores. Necessita-se levar em consideração o nível de desenvolvimento que

se encontra, suas possibilidades funcionais, de aprendizagem, comunicação e de interação social (BRASIL, 2006 *apud* MAGALHÃES, ROCHA & PLETSCH, 2013).

Não apenas isso, mas ainda necessitam ser acompanhadas as necessidades que no ambiente escolar não estão restritas, mas que estas influenciam no processo de aprendizagem, na perspectiva das pessoas com múltiplas deficiências(...) a lesão não pode ser desconsiderada, assim como o atendimento médico e o processo de reabilitação, que parece ter sido desconsiderado ou não explicitado nas políticas atuais (BENTES et al, 2009, p.66 *apud* MAGALHÃES, ROCHA & PLETSCH, 2013, p.2).

Assim sendo, a inclusão escolar conjectura mudanças físicas pertencentes a posturas frente às ideias que coabitam no ambiente educacional, sendo que um dos abalroamentos de maior relevância se refere à formação de profissionais altamente qualificados em níveis teóricos, práticos e pessoais, para que estimulem a autonomia, a criatividade, e a ampliação dos conhecimentos do aluno com deficiência múltipla (SILVEIRA & NEVES, 2006).

A família resiste à inclusão dependendo da situação, justificando-se que existem muitos empecilhos, fazendo com que não ocorra o processo de inclusão. Outro ponto negativo é se o professor que irá trabalhar as práticas pedagógicas com esse aluno não tiver a formação necessária, e isto se tornar visível aos pais, certamente, será um ponto negativo à falta de estrutura da instituição de ensino, ao número de estudantes, colaborando para o aumento da ansiedade e receio da família (PRESTES, 2011).

Segundo o que diz no decreto nº 5.296 Art. 24, os estabelecimentos de ensino de qualquer etapa, nível, modalidade, privados ou públicos, devem proporcionar condições de utilização e acesso de todos os seus compartimentos e ambientes para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, auditórios, bibliotecas, ginásios e instalações desportivas, áreas de lazer, laboratórios e sanitários (BRASIL, 2004).

Assim sendo, destacam-se complicações na infraestrutura e também acesso a recursos e materiais necessários para atender as necessidades específicas destes alunos; problemas ligados ao transporte adaptado tanto público, quanto escolar para que os estudantes cheguem até a sua instituição de ensino; falta de conexão do sistema de educação com o sistema de saúde, pois, muitos destes educandos necessitam do acompanhamento tanto clínico, quanto terapêutico, que caso não sejam beneficiados com o mesmo, não só prejudica seu aprendizado, como também a qualidade de vida dos

mesmos; necessidade de conhecimento e especializações específicas dos professores que irão lecionar as atividades pedagógicas que promova o desenvolvimento desses estudantes (MAGALHÃES, ROCHA & PLETSCHE, 2013).

Algo a ser considerado é que nem toda e qualquer escola tem a estrutura exigida para acolher o aluno com deficiência múltipla, o que para os pais passa a ser visto como um descrédito. Portanto, cabe aos gestores das escolas, buscarem parcerias, e cobrarem das entidades governamentais e também de seus superiores às devidas condições para que a inclusão ocorra da melhor forma possível (PRESTES, 2011).

Para que se assegure uma melhor qualidade de ensino para as pessoas portadoras de deficiência, vigora a Lei nº 13.146 que, dentre seus artigos e incisos se destaca o Art.3º e o inciso XIII. Esse contempla o aluno com necessidades especiais a ter o auxílio de um profissional exclusivo de apoio: para a alimentação, higiene e locomoção desse aluno nas dependências da escola, seja ela privada ou pública. O que garante também uma melhor performance do professor, pois esse terá mais tempo para se dedicar no desenvolvimento do conteúdo (BRASIL, 2015).

Contudo, os resultados que obtém-se dessa pesquisa é que existem vários problemas na infraestrutura tanto dentro quanto fora da instituição de ensino, há o despreparo dos profissionais para lidarem com essas crianças que necessitam de uma atenção maior, e tudo isso acaba gerando ansiedade, desconfiança e insegurança nos pais ou responsáveis desses alunos, fazendo com que assim tenham medo ou receio de levar essa criança a escola.

3. Considerações Finais

A inclusão escolar de pessoas com deficiência múltipla nas escolas regulares brasileiras é e continuará sendo um tema de grande relevância, a realidade que é apresentada nos dias atuais mostra as dificuldades existentes que impedem que ocorra de fato a inclusão desses alunos, e no decorrer desse trabalho foram citadas algumas dessas dificuldades, assim fica evidente que se tem um longo caminho pela frente para que isso mude.

A inclusão de fato tem seu lado positivo e negativo, pois ela é algo que trará vários benefícios para a criança ou adolescente portador de deficiência múltipla, faz-se necessário uma vida onde exista cultura, educação, lazer e convívio social, mas para que isso se torne realidade a sociedade deve abrir os olhos e enxergar o próximo com um

olhar de compaixão e compreensão, os governantes devem entender que essa minoria tem seus direitos e devem ser cumpridos de acordo com a lei, e que se faz necessário investimentos na educação especial, para que essas pessoas que tanto necessitam possam acreditar que são capazes de ir além de seus limites.

Conclui-se que o conhecimento não deve ser dado como algo determinado e acabado, mas sim como algo que está em constante construção e desenvolvimento, então a partir disso deve-se propor uma nova realidade, onde a igualdade é essencial, para a aceitação das diferenças; que cada um tem sua subjetividade, qualidades, e algo para contribuir com a construção de uma sociedade melhor, com menos preconceitos, desigualdades e estereótipos.

REFERÊNCIAS

BARROS, Maria Graciane do Nascimento. **Desafios e possibilidades da inclusão escolar de crianças com deficiência múltipla**. Monografia (Especialização) – Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão. Universidade de Brasília. Brasília 2015. Disponível em: https://www.bdm.unb.br/bitstream/10483/15845/1/2015_MariaGracianeDoNascimentoBarros_tcc.pdf Acesso em: 31 mai 2020.

BRASIL, Decreto nº **3.298**. Legislação Brasileira. Ministério da Justiça - MJ, 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm Acesso em: 30 mai 2020.

BRASIL, Decreto nº **5.296**. Legislação Brasileira. Casa Civil da Presidência da República - CC - PR, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm Acesso em: 30 mai 2020.

BRASIL, Lei nº **8.069**. Legislação Brasileira. Ministério da Justiça - MJ, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm Acesso em: 30 mai 2020.

BRASIL, Lei nº **9.394**. Legislação Brasileira. Ministério da Educação e do Desporto - MEC, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm#art59 Acesso em: 30 mai 2020.

BRASIL, Lei nº **13.146**. Legislação Brasileira. Estatuto da Pessoa com Deficiência – 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm Acesso em: 31 mai 2020.

DAINEZ, Débora. Desenvolvimento e deficiência na perspectiva histórico-cultural: Contribuições para educação especial e inclusiva. **Revista de Psicologia**; Campinas - SP. Vol.26 fev. 2017. p. 1-10. Disponível em:

https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0719-05812017000200151&lang=pt Acesso em: 30 mai 2020.

MAGALHÃES, Shamila Del Prete; ROCHA, Maíra Gomes de Souza da; PLETSCHE, Márcia Denise. A aprendizagem de alunos com deficiência múltipla: contribuições da teoria histórico cultural por meio da pesquisa colaborativa. **Anais do VIII Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial**. p. 3710-3721, UEL – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2013/AT16-2013/AT16-022.pdf> Acesso em: 18 mai 2020.

OLIVEIRA, Jorge Leite de. **Texto Acadêmico: Técnicas de redação e pesquisa científica**. 10. ed. revista e atualizada., Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2018.
PRESTES, Vania Maria Tortelli. **A inclusão de alunos com deficiência múltipla em sala de ensino regular**. Monografia (Especialização) – Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão. Universidade de Brasília. Brasília 2011. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/2185/1/2011_VaniaMariaTortelliPrestes.pdf Acesso em: 31 mai 2020.

ROCHA, Maria Gomes de Souza da; PLETSCHE, Márcia Denise. Deficiência múltipla, sistemas de apoio e processos de escolarização. **Horizontes**, Universidade São Francisco, v. 36, n. 3, p. 99-110 Itatiba set/dez. 2018. Disponível em: <https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/700> Acesso em: 18 mai 2020

SANTOS, Selma Cristina dos; CARVALHO, Márcia Alves Faleiro de. **Normas e técnicas para a elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

SILVEIRA, Flávia Furtado; NEVES, Marisa Maria Brito da Justa. Inclusão escolar de crianças com deficiência múltipla: concepção de pais e professores. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Vol 22 n.1 p. 79-88 Brasília Jan/Apr.2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ptp/v22n1/29847.pdf> Acesso em: 30 abr 2020.

SOUZA, Flavia Faissal de; DAINÉZ, Débora. Condições e modo de participação de aluno com deficiência múltipla no cotidiano escolar do ensino fundamental. **Cadernos de pesquisa**; São Luiz – MA. v. 23, n. 2, mai/ago 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18764/2178-2229.v23n2p58-72> Acesso em: 30 mai 2020.

O LUGAR EM QUE A MULHER OCUPAVA NA SOCIEDADE ARCAICA E O SEU CONTEXTO CONTEMPORÂNEO

Aaron Novais Seixas¹

Alan Gustavo Julio Diehl

Caroline De Cassia Francisco Buosi Velasco²

Resumo: A palavra mulher remete a associação de uma imagem respeitosa, logo se tem a idealização de perfeição com grande reconhecimento, acompanhado de mérito. A percepção de que o feminino sempre fora aclamado a uma ideia de dignidade sem trabalho para obtê-la, é exposta quando a mulher está em pauta. Contudo, a inferência do que se analisa sobre a mulher está associada a vertentes do seu passado. Com o fim de abrir novas linhas de pensamentos sobre o lugar que a mulher se encontra na atualidade e, derrubar estigmas, o trabalho tem como propósito expor uma nova concepção da identidade da mulher, com o entendimento de que os lugares que ela ocupou no passado são importantes para que a mulher de hoje possa ter ganhado voz e usufruído de quaisquer lugares. Entretanto a mulher vem lutando por várias colunas não preenchidas ao longo da história, estas, ofuscaram a sua imagem e, tais faltas não preenchidas geraram alguns impedimentos em ambientes nos quais a mulher pudesse vir a ocupar. Hoje a mulher está mudando a sua herança, evidenciando que para “encaixar-se” na sociedade moderna, lutar é fundamental e, que ultrapassar estereótipos é preciso para quebrar preconceitos. Desta forma, fora concluído através de pesquisa bibliográfica e exploratória, que a mulher sempre esteve em um campo onde a mesma fora a criadora.

Palavras-chave: Mulher. Lugar da mulher. Evolução da mulher.

1. Introdução

O lugar ocupado pela mulher evolui a cada dia, de forma que cada passo é uma nova conquista, pois no panorama em que se encontra, suor e lágrimas fazem parte desta evolução para dar visibilidade ao lugar em que a mesma se inseri e, assim ocupando cada vez mais locais que antes só eram usufruídos pelo sexo oposto. Logo, compreende-se que para obter tais conquistas fora preciso ser derramado além de suor e lágrimas, sangue, para passarem a se estabelecer em seus meios em que hoje se interpõem.

Portanto, tem-se como objetivo analisar e descrever o cenário histórico do lugar que a mulher ocupava, complementando o seu lugar ocupado na sociedade contemporânea, de forma que se possa entender todas as entrelinhas de seu desenvolvimento distinguindo a mulher ancestral e a moderna, podendo assim fazer uma reflexão sobre a mulher perante a sociedade. Tendo como propostas secundárias constatar os meios que a mulher se inseriu ao longo da história, inferir o seu avanço nos

¹ Acadêmico de Psicologia no Centro Universitário UNIVEL

² Orientadora: Professora do Curso de Psicologia da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL.

cenários sociológicos e propor uma nova concepção de feminino. Tendo como base fundamentar as colunas não preenchidas da inserção da mulher na sociedade, o artigo de condiz em apontar: o lugar ocupado pelas mulheres na antiguidade ainda é o mesmo na sociedade contemporânea?

Contudo, a análise deste artigo tem suma importância pelos pressupostos expostos que se encontram no âmbito sociocultural para evidenciar que no cotidiano a figura feminina toma parte em toda a história de cada indivíduo. Por conseguinte, se faz necessário o entendimento de que as relações interpessoais começam no cenário familiar, tal qual a mulher tem como papel desempenhar o crescimento de seus descendentes, este desenvolvimento muda conforme o meio em que a mulher está inserida. Com estudos da área social da psicologia pode-se entender melhor o por que este processo ainda perpassa na atualidade e por que a mulher desenvolveu um *status* de passividade perante ao homem.

Tendo em vista uma parcela do reconhecimento da mulher na sociedade contemporânea, esta pesquisa se faz importante pelas batalhas e desafios que ainda hoje coexistem com o suor e a luta por direitos igualitários das mulheres. Esse reconhecimento fora conquistado ao longo da história, fazendo presente a determinação e coragem para enfrentar desigualdades acompanhadas de uma opressão majoritária masculina. Para alcançar alguns lugares que a mulher ocupa nos meios sociais em que se inseri, este meio de ocupação estabelece uma comunicação através do movimento feminista afim de uma maior adesão de seus direitos. A devida inserção em seu lugar, se correlaciona com os papéis condicionados as mulheres no âmbito social, para almejar e usufruir da igualdade sem quaisquer distinções.

Ao grau de pessoalidade, a justificativa de obtêm no pensamento de que a mulher ainda no panorama hodierno distingue-se no quesito “direitos iguais” independe do meio em que a mesma se encontra, no contraste de sua valorização e reconhecimento. Assim, gerando um possível declínio sociocultural e, criando a perda de conceitos de valores morais, se tornando um dilema para evidenciar o lugar ocupado pela mulher contemporânea.

Desta forma, este artigo tem como fundamentos estudar os diversos meios em que as mulheres ocupam como o familiar, social, organizacional, além de sua evolução nos parâmetros contemporâneos no qual elas se inserem e o que gerou tais papéis de inclusão, assim se aprofundando na temática de mudanças na construção da identidade

da mulher diante de novas práticas discursivas em seu papel. Por conseguinte, tal estudo se fez presente através de pesquisas bibliográficas e exploratórias, tais quais estudiosos e artigos de base da área embasaram esse estudo.

No capítulo seguinte, será aprofundado o ambiente no qual a mulher contemporânea ocupa, juntamente com a distinção da mulher antiga para a atual, analisando e, descrevendo o cenário histórico do lugar que a mulher ocupava. Desse modo, acompanha-se também as divergências entre ambas e as causas para os devidos locais de sua inserção que por consequência alteraram a identidade feminina, seu comportamento e seu modo de agir perante a sociedade, trazendo dificuldades para a construção de sua identidade.

2. Desenvolvimento

Tendo em vista as mudanças dos papéis da mulher até a atualidade e as exigências da sociedade contemporânea, percebeu-se a necessidade de pensar e analisar a sua trajetória ao longo da história para descrever o cenário em que a mesma se encaixa nos dias de hoje, inferindo uma reflexão sobre o lugar que a mulher ocupa e “busca ocupar”, podendo assim, traçar uma perspectiva para o contexto contemporâneo sobre as entrelinhas do estudo dos campos em que a mulher se inseri, fazendo a estruturação sobre os conceitos e demais aspectos que contemplam uma aproximação de compreender a trajetória da mulher, de forma que esses processos atravessam e perpassam os indivíduos e suas relações intrapessoais e com o próximo (SIHE; DOTTO, 2017).

2.1 A mulher em suas diferentes perspectivas

Olhando para a mulher atual, observa-se inúmeras conquistas acompanhadas de batalhas e, esforços apenas para se inserir em um campo onde antes só homens eram aptos de atuar, por consequência, a forma que a evolução feminina obteve força, perpassou a ideia de que a mulher tinha o papel de submissão e obediência perante o seu cônjuge. Dando relevância que, para compreender a mulher coetânea, suas mudanças derivadas do meio ocupado pelo âmbito no qual ela se inseriu ao longo da história na sociedade, o entendimento de que o “lugar” da mulher, é o qual ela está ocupando hoje é essencial para retratar o ser mulher, decorrente dos meios socioculturais e da voz que a mesma conquistou ao longo do tempo. Assim, gerando visibilidade a um novo cenário,

onde tanto a mulher quanto o homem, possam vir a ter o mesmo respeito, direito e a mesma “identidade” sem nenhuma desigualdade (SIHE; DOTTO, 2017).

No panorama atual, tanto a ideia teórica quanto a prática sobre o lugar ocupado pelas mulheres, expõem a concepção da separação entre os gêneros, onde cuidar da casa e filhos era e ainda em alguns contextos dever da mulher e o trabalho e o sustento da família era, podendo ainda vindo a ser obrigação do homem, a visão de mulher era aparentada como um ser humano inferior ao homem. A mulher deveria satisfazer as vontades do seu parceiro, atribuindo valor ao mesmo. Logo necessitava abdicar de qualquer desejo ou pretensão pessoal que não fosse desse âmbito, vivia apenas em função da casa e do homem. Esta divisão sexual tradicional entre homens e mulheres, ainda está presente na sociedade hodierna, todavia com pouca ênfase no sentido de obrigação, de toda forma, a vida cotidiana da mulher ultrapassa os estigmas expostos, os mesmos variam-se sobre os meios em que se interligam com a mulher (VIEIRA, 2007).

Por conseguinte, o pensamento histórico de que o lugar da mulher é apenas como doméstica e, um objeto que com o tempo fica obsoleto e é preciso trocar, generalizou a identidade da mulher e fora colocado como se a mulher estabelecesse uma conexão perante a sociedade como um indivíduo inferior. Neste sentido, as mulheres foram ligadas a conexão entre diferentes atividades e espaços que as sobrepõem, portanto, este conceito pode ter muitas interpretações pejorativas e projetais que ofuscava o pensamento feminino e inibem o viés da voz da mulher, desconectando e impossibilitando a mesma de estabelecer um relacionamento interpessoal em espaços ocupados (VIEIRA, 2007).

A história do gênero no que diz respeito as mulheres, é considerada na perspectiva do âmbito dos relacionamentos interpessoais que qualquer que seja o seu enfoque, independente das vertentes sociais, econômicas e políticas ocorre a problematização de que o modo como mulheres e homens se relacionam e experienciam a sua vivência se constroem em cada lugar e tempo social em que ambos se configuram, desta forma gera-se uma existência humana sexuada, um rótulo do que é ser homem e mulher. Na mesma linha de coerência, a inclusão efetiva das mulheres na sociedade, questiona o conceito de protagonismo histórico que, no quadro de uma história androcêntrica, é entendido como o significado histórico da passividade, logo a mulher é responsável pelas permanências, pelo ritmo, duração e intensidade das mudanças (PINTO; ALVAREZ, 2014).

Um desfavorecimento para a evolução do papel em que a mulher busca se encaixar fora por sua vez na idade média. A igreja induzia e deliberava o julgamento de “castrar” a sexualidade feminina, consoante a concepção de que o homem era um sujeito superior a qual cabia o exemplo de potestade. Mulheres carregavam o peso do pecado original e, assim, tinham de ser vigiadas de perto e por toda a vida. Até o século XVII, onde só era tido um modelo de sexo, o masculino. O sexo oposto era concebido como inferior, e entendido como um sujeito menos desenvolvido. No século XIX a mulher passa a ser vista como um complemento a figura masculina (SILVA, *et.al.*, 2005).

Com tais tentativas de lidar com a divisão sexual e espacial dos gêneros, a mulher começa a inserir-se em espaços comunitários compartilhados não comerciais e em creches comunitárias, para usufruir de moradias, assistência infantil e tentar conquistar um lugar fora do seu meio. No final do século XX na Europa, iniciou-se a construção de moradias públicas, integrando diferentes tipos de pessoas em novos meios de residências e complexos habitacionais. Com a demanda de suprir necessidades sociais, criou-se a casa monoparental, que fora projetada para facilitar o compartilhamento do serviço de babás, como uma creche aberta para os moradores e áreas de recreação infantil integradas. Logo, as mulheres tiveram a oportunidade de ingressar em famílias comunitárias, para o auxílio da mesma, desta forma, esses serviços comunitários atendiam as necessidades de seus lares, assim a mulher começa a participar da sociedade, este primeiro passo tinha como propor que a mulher deixasse de viver em prol do parceiro e da casa, rumo a novos campos não privados, e assim podendo socializa-se e almejar um novo padrão “existencial” (VIEIRA, 2007).

2.2 A evolução da mulher na sociedade contemporânea

A medida que a urbanização e a industrialização acelerada se desenvolveram, também crescera a expansão do mercado de trabalho, que gerou um grande salto econômico em todo o mundo, que, com o passar do tempo ocasionou o ingresso do sexo feminino em um âmbito que antes somente homens adentravam. No Brasil, os direitos conquistados pelas mulheres demoraram para ser admitidos em relação aos outros países, contudo, muitas mudanças ocorreram na sociedade, como a Lei 6.515/1977 (Lei do Divórcio), a partir da qual a mulher passa vir a ter o direito de separar-se e divorciar-se do marido, sem a obrigação até então, imposta também pela igreja, de que o casamento é para toda a vida. Essa que antes era “propriedade” do marido, agora obtém seus direitos

e obrigações igualados a ele, no artigo 5º da constituição Federal, essa sendo a Lei Máxima do Brasil (SIHE; DOTTO, 2017).

No século XIX, a sociedade burguesa inicia a discussão sobre os gêneros. O sexo definiu as diferenças entre o homem e a mulher, já o conceito de gênero refere-se à construção cultural das características masculinas e femininas, fazendo-nos homens e mulheres (SILVA, *et.al.*, 2005).

Deste modo, a ideia de gênero é utilizada para citar a oposição na qual a sociedade estabelece entre homens e mulheres. Ao longo do século XIX à XX fora estabelecido o conceito e o peso dos papéis sexuais e o seu simbolismo na história sociocultural. No final do século XX, a reflexão sobre os gêneros teve uma forte ênfase e, em suma o enfoque para distinguir a investigação sobre os meios em que a mulher ocupa se fez presente a partir de percepção de que a mulher possa ocupar lugares nos quais homens se inferem. Portanto, a noção de gênero pretende embasar a apreensão do carácter mutável das assimetrias hierarquizadas entre os sexos, não só ao nível social, mas também simbólico, evidenciando a inexistência de fundamentos estáveis da identidade feminina (PINTO; ALVAREZ, 2014).

Um dos papéis femininos estabelecidos pela sociedade ao longo do tempo até a atualidade, é o da mulher como uma boa esposa, dona de casa e, por sua vez o papel do homem é prover e com o aperfeiçoamento de instrumentos de trabalho fabricados e manejados pelo mesmo, deu ao marido um motivo de acúmulo de bens que levou à inversão da estrutura familiar, passando a mulher para o espaço do marido. As incoerências de desigualdades estipuladas no passado expunham uma mulher alienada, visto que seu matrimônio era tarefa de seus agregados familiares do sexo masculino, onde o consentimento feminino era ofuscado por orgulho e, mediocridade de forma que a união, não consagrava o amor, mas sim um jogo de interesses, um contrato entre meios. Este empecilho, hoje fora tomando outro sentido, todavia ainda existindo em alguns casos havendo interesses. Com a revolução sexual e a emancipação feminina, direitos vieram à tona e esses fatos tiveram um papel fundamental nas mudanças que vêm ocorrendo no casamento, no amor e na sexualidade ao longo da modernidade, resultando em transformações radicais na vida e intimidade das mulheres (SILVA, *et.al.*, 2005).

A mulher sempre esteve atuante perante ao social em diferentes perspectivas, um dos fatores que possibilitaram que a mulher viesse a ter reconhecimento em novos lugares, fora o nascimento dos movimentos feministas, iniciados com mais ênfase no final

do século XX, que por conseguinte formaram a vanguarda revolucionária da luta das mulheres ao problematizarem as desigualdades enfrentadas até hoje e questionar os diversos aspectos da vida social, como a família, sexualidade, tarefas domésticas, inserção no mercado de trabalho e educação dos filhos. Após esse momento, o modo de vida da mulher passou a ser discutido com mais veemência tanto nos meios em que ela ocupa quanto na sociedade contemporânea (COSTA; ANDROSIO, 2012).

Os movimentos feministas são, sobretudo, movimentos políticos cuja meta é conquistar a igualdade de direitos das mulheres entre os meios em que só homens se fazem presente, isto é, garantir a participação da mulher na sociedade de forma equivalente à dos homens. O movimento teve origem em 1848, na convenção dos direitos da mulher em Nova Iorque. O cunho reivindicatório surgiu por ocasião das grandes revoluções, com as conquistas da Revolução Francesa, que tinha como lema igualdade, liberdade e fraternidade, passaram a ser reivindicadas pelas feministas, de antemão, crescera à luz do conceito de cidadania, entendiam que os direitos sociais e políticos adquiridos a partir das revoluções deveriam se estender às mulheres (VIEIRA, 2007).

O objetivo dos movimentos feministas era obter o reconhecimento social às mulheres através de estratégias políticas, sendo um movimento de esquerda, pautado na teoria marxista-leninista, esse movimento social procurava a redemocratização e legitimava a luta das mulheres por seu espaço no ambiente privado e externo (COSTA; ANDROSIO, 2012).

Além disso, os movimentos feministas são movimentos intelectuais e teóricos que procuram desnaturalizar a ideia de que há uma diferença entre os gêneros. No que se refere aos seus direitos, não deve haver diferenciação entre os sexos. No entanto, a diferenciação dos gêneros é naturalizada em praticamente todas as culturas. O feminismo socialista “defende uma sociedade em que a masculinidade e feminilidade são socialmente irrelevantes e não existem homens e mulheres como são concebidos atualmente”, mas as mulheres têm de enfrentar duas lutas: a primeira contra sua exploração material sob o patriarcado, de caráter ideológico, mais próximo que se manifesta pelas diferentes formas de dominação da mulher por interesses masculinos, geralmente no contexto doméstico (VIEIRA, 2007).

A segunda é contra sua exploração material sob o capitalismo, mais especificamente nos locais de trabalho, em forma da “reserva de mercado” profissional imposta também por interesses do homem. Ambas as lutas são opressivas à mulher. O

feminismo radical, com origem no século XX surgiu como um reflexo sobre a reação aos movimentos ditatoriais nos Estados Unidos, contrário à dominação masculina e a consequente subordinação das mulheres. A bandeira de luta era a transformação das estruturas legais, políticas e organizacionais, além das instituições culturais e sociais como família, igreja e mesmo a linguagem. Com o surgimento do movimento de emancipação feminina, as mulheres passaram a trabalhar fora, entretanto mantiveram a responsabilidade emocional pela casa e pela família. Para as mulheres que conseguiram alcançar a presidência de grandes empresas e as que estão quase lá defendem que é possível, sim, conciliar a vida profissional e a pessoal, mas acompanhado de sacrifícios (VIEIRA, 2007).

3. Considerações Finais

Conforme o que fora argumentado, a mulher contemporânea passou por diversas fases para crescer perante a sociedade e assim podendo estabelecer uma identidade pessoal e, única que independe de outros. É notório a discrepância entre os sexos, em quaisquer meios, todavia a mulher coetânea buscou alcançar parâmetros onde antes eram tidas como incapazes e insuficientes para ocupar os mesmos.

A mulher atual, não apenas contribui, mas também participa em todos os papéis que também atuam os homens. Tais papéis que foram frutos de suas lutas e reivindicações. Na atualidade a mulher pode ocupar diversas áreas, como no campo de profissões, onde ela pode se inserir em quaisquer que sejam, também a mesma conquistou o direito de estudar de ingressar na política e ocupar qualquer cenário estigmatizado, assim, evoluindo a visibilidade de acordo com o local em que ocupa.

Logo, o entendimento de que a mulher enquanto sociedade arcaica e a mulher enquanto sociedade contemporânea, sempre estiveram inseridas no social se torna indispensável, uma vez que o que mudou foi o reconhecimento dado a mulher, e não apenas o lugar. E com isto, a mulher passou a adentrar outros parâmetros sociais. É importante ressaltar que a mulher sempre esteve presente na sociedade, em quaisquer cenários, o que fora mudado foi o reconhecimento de que a mulher é capaz de atuar perante à sua própria história e a sociedade, sendo que hoje a mesma pode fazer o que antes era mistificado.

Neste sentido, fica claro o entendimento de que os fatores socioculturais, influenciaram na construção da identidade da mulher no sentido de que a mesma

aprendera com o que passou e conseguira montar uma nova imagem, onde deixa de ocupar o papel de coadjuvante perante a condescendência da sociedade contemporânea e, assim passando a ser dona do seu próprio legado.

REFERÊNCIAS

COSTA, Irla Henquire; ANDROSIO, Valéria de Oliveira. As transformações do papel da mulher na contemporaneidade. **Jornalismo Fiam 2012-Antropologia**, Outubro de 2012. Disponível em: <<https://jornalismofiam201b.blogspot.com/2012/10/as-transformacoes-do-papel-da-mulher-na.html>>. Acesso em: 02 jun.2020

PINTO, Teresa; ALVAREZ, Teresa. História das mulheres, história do gênero, produção e transmissão do conhecimento histórico. **Ex aequo**, Lisboa, no.30, p. 7-8, dez.2014. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-55602014000200002>. Acesso em: 01 jun.2020

ROSA, Karen Lima Sihe; DOTTO, Fernanda Real. De a bela adormecia à malevóla: o papel da mulher na sociedade. **Psicanálise & Barroco em revista**, Rio de Janeiro, Julho de 2017. v.15, n.1, p.105-123. Disponível em: <<http://www.seer.unirio.br/index.php/psicanalise-barroco/article/view/7282>>. Acesso em: 02 jun.2020

SILVA, Glauce Cerqueira Corrêa; SANTOS, Luciana Mateus; TEIXEIRA, Luciane Alves; LUSTOSA, Maria Alice; COUTO, Silvio César Ribeiro; VICENTE, Therezinha Alves; PAGOTTO, Vânia Pereira Fagundes. **A mulher e sua posição na sociedade: da antiguidade aos dias atuais. Revista da SBPH**, Rio de Janeiro, Dezembro de 2005. v.8 n.2, p.65-76. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582005000200006>. Acesso em: 02 jun.2020

VIEIRA, Josênia Antunes. A identidade da mulher na modernidade. **Delta: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada**, São Paulo, v.21, p. 3-7, 2005. Disponível em <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502005000300012>. Acesso em: 01 jun.2020

O PERCURSO DA VIOLÊNCIA: CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES.

Fabíola Galina Beleia¹
Lucimaira Cabreira dos Santos²

Resumo: A violência contra a criança e ao adolescente se faz presente desde os tempos primitivos até o momento atual, podendo ser considerado um marcador na história de desenvolvimento como um fenômeno social e cultural de bastante impacto. O termo violência permite um olhar muito amplo para as formas de agir contra a criança ou o adolescente, podendo ser física, psicológica, sexual, abandono e o trabalho infantil as formas de violência. A criança e ao adolescente ganharam visibilidade com a mudança de conceito e o direito de pertencimento, quando passaram a ser vistos como sujeitos de direito e não mais como propriedade de seus genitores, onde os mesmos nesta situação se encontravam a serviço de seus genitores. Este artigo tem como objetivo fazer um levantamento bibliográfico contextualizando a violência infantil da criança e do adolescente a qual faz parte da história, assim como a importância desses dados para a elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, a partir disso oferecendo a todas as crianças e adolescentes a condição de cidadãos ao defini-los como sujeitos de direitos com prioridade absoluta. Ao finalizar este breve levantamento bibliográfico pode-se observar que os desafios para diminuição ou até mesmo a não existência da violência infantil é grande, pois encontra-se enraizada no tecido social.

Palavras-Chave: Violência infantil. Criança. Adolescente.

1. Introdução

A violência por si só é um fenômeno em que o agressor tem uma relação de poder com a vítima, onde o primeiro domina e aliena as ações e comportamentos do segundo. Micheal Foucault coloca em seus estudos que a violência não é um processo natural, mas uma prática social, construída historicamente e por isso é passível de mudanças. Para o autor, as relações de poder acontecem dentro de um contexto e estas relações estão interligadas com as relações de força e resultam na violência que muitas vezes se torna invisível. (PIVA, 2006).

Partindo deste princípio das relações de poder que resultam na violência, Minayo (2001 p. 92) faz uma definição do conceito de violência contra crianças e adolescentes, assim, a autora diz que:

“...a violência contra a criança e ao adolescente é todo ato ou omissão cometidos por pais, parentes, outras pessoas e instituições, capazes de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima. Implica, de um lado, numa transgressão no poder/dever de proteção do adulto e da sociedade em geral; e de outro, numa coisificação da infância. Isto é, numa negação do direito que crianças e

¹ Acadêmicos do Curso de Psicologia da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL

² Orientadora: Professora do Curso de Psicologia da Univel – Centro Universitário UNIVEL.

adolescentes têm de serem tratados como sujeitos e pessoas em condições especiais de crescimento e desenvolvimento.”

Desta forma Minayo (2001), salienta que, a prática da violência contra crianças e adolescentes já ocorria desde os primórdios da sociedade, onde as crianças não eram vistas como sujeitos de direito, mas sim, como propriedade de seus genitores estando a mercê de todos os tipos de violência. (MINAYO, 2001).

A história nos apresenta algumas ações que foram essenciais para a construção de práticas de proteção relacionadas a criança e adolescente. Especialmente o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, que marca de maneira oficial a compreensão de que as crianças e adolescentes devem ser considerados como sujeitos de direitos e com certeza esta é a grande ação de proteção dirigida a esta população.

Este artigo pretende apresentar de forma breve reflexões a partir de levantamento bibliográfico.

2. Desenvolvimento

Segundo Minayo, em algumas culturas da sociedade antiga o infanticídio não era visto como crime e não havia punições para os agressores que o praticavam, ficando a critério dos adultos decidirem sobre a vida dos filhos. A violência etária sempre esteve vinculada a educação historicamente, sendo utilizada como instrumento de socialização em momentos de rebeldia e desobediência da criança, sendo submetida a todos os tipos de castigos físicos quando entendia-se que estava descumprindo as ordens de seus responsáveis. (MINAYO, 2001).

No século XVII, o cristianismo construiu uma imagem negativa da infância, onde logo após seu nascimento a criança era vista como símbolo do mal, contaminado pelo pecado original. Assim, nesta época a amamentação era considerada pecado e tornava a criança imoral, neste mesmo período, segundo Martins (2009), neste período as crianças eram incluídas nas atividades sexuais dos adultos.

Ao passar dos tempos as crianças foram adquirindo novos significados na vida das pessoas, sendo que no século XV esta era considerada símbolo de esperança de uma vida melhor. Somente no século XX a criança deixa de ser objeto dos pais e passa a ser considerada como pertencente a humanidade. Neste período é que a família passou a ser responsabilizada pelos cuidados das crianças/adolescentes, sendo punidas caso não a

protegessem. Assim a criança passou a ser valorizada e considerada um sujeito em desenvolvimento (MARTINS, 2009).

Conforme estudos de Minayo (2001) apesar da educação repressiva adotada as crianças e adolescentes, a violência maior, porém, era praticada contra crianças e adolescentes que fossem abandonados por seus pais. Charmousett *apud* Minayo (2001), esclarece que no século XVI as crianças abandonadas pelos pais eram vistas como um peso para a nação, não sendo lucrativo a manutenção das mesmas, ficando elas mais vulneráveis a inúmeras formas de violência não só dos adultos que os “cuidavam”, mas também, as violências do Estado.

No Brasil, apesar das mudanças de concepção sobre os cuidados com a criança e adolescente, Rizzini *apud* Melim (2005) afirma que o Estado só demonstrou preocupação com a infância na história ao final do Século XIX, porém, as ações de proteção do estado nesta época eram destinadas a crianças e adolescentes abandonados por suas famílias, órfãos e pobres, assim, foi criado o Asilo de Menores Desvalidos, onde o objetivo principal era educar ou recuperar o menor através do trabalho, uma vez que segundo a concepção cultural da época a capacidade de trabalho era o único bem desta população (MELIM, 2005).

O foco encontrava-se no “cuidado” com a infância pobre, uma vez que, segundo Melim (2005) acreditava-se que neste período as pessoas poderiam ser moldadas para o bem ou para o mal. Porém, a autora coloca que estas iniciativas não buscavam diminuir as desigualdades sociais, mas uma forma de controle social sobre a família pobre. Neste contexto, surge em 1927, o Código de Mello Mattos, mais conhecido como Código de Menores, que se torna a primeira legislação específica para a infância brasileira empobrecida, porém, essa legislação perpetua a mesma ideia já colocada, o de controle social das camadas mais empobrecidas.

Nos anos 40, surge a primeira legislação federal de proteção à infância pobre, e passou a existir a primeira instituição de acolhimento para crianças e adolescentes o Serviço de Atendimento ao Menor (SAM), porém, o Serviço foi extinto em 1964 devido a diversas denúncias de maus tratos e castigos físicos praticados contra às crianças e adolescentes internos. Com a falência do SAM foi criada a FUNABEM (Fundação Nacional de Bem-estar do Menor) e as FEBEN's (Fundação Estadual de Bem Estar do Menor). Conforme Melim (2005), os nomes eram modificados, porém, as formas de educação pautadas em violência continuavam nas instituições e o público atendido continuava

sendo os menores oriundos de famílias pobres, bem como o afastamento das crianças e adolescentes de sua família e comunidade (MELIM, 2005).

Conforme Melim (2005) as políticas de proteção desta época eram higienistas e consideravam crianças e adolescentes de famílias pobres como futuros marginais e bandidos usando assim de violência para prevenir futuros “problemas”. Este quadro histórico só começou a ser mudado com o fim do Regime Militar bem como com a promulgação da Constituição Federal de 1988 em seu Artigo 227 que normatiza e regulamenta direitos que possibilitam a regulamentação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 (MELIM, 2005).

Com as mudanças na legislação que rege a Política de Proteção à Criança e ao adolescente, estes passam a ser sujeitos de direitos em situação peculiar de desenvolvimento que precisam ser respeitados. Conforme o Artigo 4º da Lei 8.069 que diz:

“Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.”

Assim, com o ECA todas as crianças e adolescentes devem ser protegidos e cuidados, não sendo

mais a pobreza utilizada como critério para intervenção do Estado. Quando os direitos fundamentais dos mesmos são feridos ou violados, ocorre a intervenção do estado, porém com o objetivo de proteger, desta forma, o ECA em seu artigo 98 diz que só ocorrerão intervenções do Estado quando os direitos reconhecidos forem ameaçados ou violados por alguma razão (Lei 8.069, 1990).

O ECA deu a todas as crianças e adolescentes a condição de cidadãos ao defini-los como sujeitos de direitos com prioridade absoluta, estabelecendo direitos fundamentais, definindo princípios e diretrizes que norteiam o atendimento, atribuindo competências e atribuições aos municípios, aos estados, a sociedade e a família.

Interessante também mencionar os tipos de violência que podem ser expressas contra a criança e ao adolescente segundo Minayo 2001, as mais comuns são:

Violência física: é o uso da força física contra a criança e ao adolescente, causando-lhes desde uma leve dor, passando por danos e ferimentos de média gravidade até a tentativa ou execução do homicídio.

Violência psicológica: também denominada tortura psicológica, que ocorre quando os adultos sistematicamente depreciam as crianças, bloqueiam seus esforços de autoestima e realização, ou as ameaçam de abandono e crueldade.

Violência sexual (abuso/exploração sexual e outros): se configura como todo ato ou jogo sexual, relação hetero ou homossexual entre um adulto (ou mais) em uma criança ou adolescente, tendo por finalidade estimulá-los sexualmente e obter estímulo para si ou outrem.

Abandono e/ou negligência: representam uma omissão em relação às obrigações da família e da sociedade de proverem as necessidades físicas e emocionais de uma criança.

Trabalho Infantil: se enquadra a inversão de valores, acometendo uma grande parte da sociedade brasileira, aceitando e permitindo a exploração de adolescentes e de crianças no mercado de trabalho. Segundo Tavares (2002 p.119), a inversão é esta: a necessidade se impõe sobre os direitos. Assim, o trabalho infantil, mesmo sendo considerado um problema social grave, é tolerado, ou mesmo “justificado” a partir da ótica da necessidade, como sendo uma forma de minorar a pobreza familiar.

3. Considerações Finais

Dahlberg e Krug (2002) explicam que a violência sempre fez parte da experiência humana de diversas maneiras, porém a humanidade não pode aceitá-la como algo natural da condição humana. Todos os anos milhões de pessoas sofrem algum tipo de violência, seja ela autoagressão, agressões interpessoais e violência coletiva. A causa da violência está enraizada no tecido social, cultural e econômico. Gerando, desse modo, forte influência nas relações dos membros que compõem esse tecido.

Difícilmente será encontrada uma sociedade totalmente isenta de violência, seja em sua configuração atual ou histórica, porém nota-se que alguns contextos sociais são mais violentos do que outros.

Ao finalizar esta breve revisão da literatura sobre a violência contra crianças e adolescentes, evidencia-se que são inúmeros os desafios para de fato enfrentá-la, pois ela está presente e enraizada no tecido social.

A desconstrução de tais práticas se dá a partir da construção de novas percepções e novas compreensões sobre o que de fato significa ser um sujeito de direitos. Enquanto ainda assistirmos o crescente número de violência contra crianças e adolescente, estaremos em um campo de batalha que a cada vez mais necessita de bons combatentes na luta pela proteção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

_____. Lei 8.069 de 13 de Julho de 1990.

BRASIL. **ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1996.

DAHLBERG, L. L., KRUG, ETIENNE G., **Violência: um problema global de saúde pública**. Ciência & Saúde Coletiva, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232006000500007> Acesso em 10 de Outubro de 2020.

MARTINS, C. B. G; JORGE, M. H. P. M. **Maus Tratos Infantis Um Resgate da História e Das Políticas de Proteção**. Cuiabá – Mt: USP, 2009. Disponível em: <http://www2.unifesp.br/acta/pdf/v23/n3/v23n3a18.pdf> . Acesso em: 30 de Setembro de 2020.

MELIM, J. I., **A Construção da Política de Atendimento à Criança ao Adolescente: De Menor a Sujeito... O Que Mudou?** São Luiz – MA, 2005. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos2/Juliana_Iglesias_Melim263.pdf. Acesso em 28 de Setembro de 2020.

MINAYO, M. C. de S. **Violência contra crianças e adolescentes: questão social, questão de saúde**. Recife – PE, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbsmi/v1n2/v1n2a02.pdf>. Acesso em: 07 de Setembro de 2020.

PIVA, A.; SEVERO, A.; DARIANO, J. **Poder e Violência – Formas de Subjetivação e Desubjetivação**. Disponível em: <<http://www.revistacontemporanea.org.br/site/wp-content/artigos/artigo76.pdf>>. Acesso em: 07 de Setembro de 2020.

TAVARES, M. A. **O trabalho infantil e as múltiplas faces da violência contra crianças e adolescentes**. Recife, 2002 Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/violencia_crianças_adolesc.pdf Acesso em: 15/10/2020

O SENTIDO DA VIDA E A LOGOTERAPIA: A BUSCA DE UMA RAZÃO COMO PROPOSTA PARA SUPERAR O SOFRIMENTO

Laura Maria Arges¹
Matheus de Camargo Mendes
Kátia Rocha Salomão²
Lademir Renato Petrich³

Resumo: Será abordado, neste artigo de revisão bibliográfica com caráter exploratório, o sentido da vida, do sofrimento, e das demais circunstâncias que a envolvem, a partir da análise, dos caminhos e das considerações propostas pela Logoterapia –doutrina terapêutica que estuda a razão e a importância da presença de uma finalidade para o ser humano, a fim de proporcionar a ele, a superação do sofrimento. Nesse sentido, seu objetivo será apresentar a proposta e orientação desta teoria ao indivíduo, para descobrir e construir os fins de sua existência, mesmo em meio às contingências que o cercam. Por isso, a problemática ao longo da discussão estará centrada na busca inerente e necessária do homem por tal sentido, como e por que se deve encontrá-lo, de que forma dizer sim à vida apesar de suas trágicas condições de existência e como o indivíduo será capaz de superar suas adversidades e escolher viver. Tudo isso será desenvolvido com base nessa teoria, em consonância ao exemplo e testemunho de seu fundador, Viktor Frankl.

Palavras-chave: Sentido da vida. Logoterapia. Sofrimento. Viktor Frankl.

1. Introdução

O ser humano é um ser de sentido, e é em vista dele que o indivíduo deve se fundar para construir cada uma de suas dimensões, visto que tal anseio é sua essência e principal busca. Sendo assim, quando encontrado, é capaz de motivar e sustentar o ser humano em qualquer dificuldade que o desafie, desde entraves cotidianos até o desejo de findar com a própria vida.

Por isso, vem à tona a necessidade de desenvolver o presente tema, visto que a busca de uma razão para viver é uma proposta imprescindível para superar o sofrimento, encarar a missão da existência, e se elevar acima de suas condições. Pois, “Quem tem um porquê suporta qualquer como.” (NIETZSCHE *apud* FRANKL, 2019, p.7). Assim, seu objetivo está justamente em clarear este rumo e orientar os que dele carecem, a fim de que sejam também capazes de compreendê-lo e praticá-lo em sua existência.

¹ Acadêmica do curso de Psicologia da UNIVEL

² Doutora em Filosofia. Professora de Filosofia e Hermenêutica Jurídica da UNIVEL – União Educacional de Cascavel.

³ Doutor em Ciência da Religião. Professor da UNIVEL e consultor junto ao Instituto Micael.

Como se evidencia, abordou-se, nesta pesquisa bibliográfica de caráter exploratória, o estudo do sentido mencionado, a partir do sistema teórico e prático da Psicologia, fundado por Viktor Frankl (2019): a Logoterapia. Nessa teoria, foram sistematizados os conceitos e passos concretos para ensinar o indivíduo, em consonância à “comprovação” de sua eficácia, diante dos tenebrosos acontecimentos vivenciados por seu próprio fundador, no campo de concentração nazista.

A partir disso, buscou-se compreender como ele foi capaz de persistir e caminhar de cabeça erguida nas atrocidades que lhe esperavam a cada dia, para que suas experiências se tornassem um meio, um modelo e exemplo para aqueles que, cercados pela problemática do suicídio, vazio existencial, morte, sofrimento, entre outras, encontrem em seu exemplo e em seus estudos acerca do sentido, uma mensagem de esperança junto a um propósito e comprometimento com sua existência.

Diante de tais condições é que ecoa: Como será possível dizer sim à vida? É nessa resposta que se concentra os fundamentos apresentados, as conclusões e direcionamentos conceituados por Viktor Frankl (2019) ao apresentar a capacidade exclusiva do ser humano de escolher e se elevar acima de seu meio, ao justificar a responsabilidade e decisão que é viver, ao guiar o indivíduo a encontrar seu sentido. E por fim, ao instruir como enriquecer a vida, como transformá-la e como suportar seus desafios.

2. A Origem da Logoterapia e seus Desdobramentos

Para melhor compreender o início, desenvolvimento e a criação da logoterapia, é necessário evidenciar a razão e objetivo de sua fundação, visto que seus primeiros passos partiram da própria experiência vivenciada por seu fundador – Viktor Frankl (2019) – nos campos de concentração, na qual, ele decidiu atribuir, a esse drástico acontecimento, uma missão.

Como se evidencia, foi por meio de seus relatos e anotações que esta teoria foi enriquecida, à medida que ele viveu a própria prática do encontro com o sentido, e quando de lá saiu, foi capaz de provar com sua vida como conhecer a finalidade, a razão de sua existência, proporcionou uma mudança em seu comportamento, como psicólogo, neste meio. (FRANKL, 2016)

“Auschwitz!”. Com este aterrorizante grito é que se deu início a uma das experiências mais tenebrosas pelas quais passou o pai da Logoterapia, no período em

que, condenado aos campos de concentração, foi levado entre este e aquele centro de extermínio e trabalho escravo. Após longa viagem em um vagão de trem que possuía as mais precárias e sub-humanas condições de acomodamento, onde cada um dos acontecimentos era capaz de inspirar o maior dos pavores até então vistos na humanidade, chega Frankl à Auschwitz.

Nas palavras do prisioneiro (Frankl, 2019, p.23): “O trem avançava lentamente, como que hesitando, como se quisesse dar aos poucos a má notícia à sua desgraçada carga humana”, manobra nos trilhos e finalmente despeja seus condenados no horripilante campo de tortura, no qual, depois de dois anos em Theresienstadt, seguiu pelo próximo ano, até ser liberto com o fim da guerra em 1945, no campo de concentração de Türkheim. (NERY, 2019)

Mas nem sempre a vida de Frankl (2019) foi dura e muito difícil. O neurologista e psiquiatra que nasceu em 26 de março de 1905, conta que desde seus três anos de idade já tinha o sonho de fazer medicina, e depois, em sua vida adulta, relata determinado episódio, em que, aos quatro anos de idade, de maneira surpreendente e precoce, se deparou com uma das questões existenciais mais profundas da vida de todo ser humano, quando logo antes de dormir, percebeu que sua vida um dia haveria de ter fim, que um dia haveria de morrer.

Nota-se, nesta personalidade, algo de muito especial, pois aquele que depois seria considerado por Carvalho (1997), um dos grandes homens de seu século justamente por seu vastíssimo legado intelectual na ciência da alma, desde cedo mostrou certa “pré-disposição” aos temas relacionados à existência do ser humano e à superação do sofrimento. Estes que, depois lhe foram tão caros, e que certamente tinham um referencial muito grande na autoridade de sua própria vida, por ter atravessado anos de grande dor pela perda de tudo – família, amigos, profissão, trabalho, sua obra, etc. – pelo sofrimento, pelo frio, pela fome, pelo desespero, pela angústia, pela saudade, pelas misérias, pela luta certamente diária para sobreviver.

Extremos todos que, somente alguém que viveu na pele o terror da segunda guerra mundial, e foi vítima de seus crimes mais hediondos, pode falar com tamanha propriedade, e verdadeiramente oferecer à humanidade a estupenda mensagem de esperança que é possível testemunhar no século XX.

Ademais, uma das questões que surge, principalmente ao se deparar com o eloquente testemunho de grandes homens e mulheres que passaram por colossais

sofrimentos como estes acima mencionados é se, realmente, qualquer homem pode elevar-se acima de si próprio e deixar para trás aqueles instintos ancestrais, mesmo em um ambiente onde tudo o condiciona a tomar somente um tipo de conduta.

E a resposta, Frankl (2019, p. 49) dá quase que na ponta da língua, ao dizer que: “A experiência no campo de concentração mostrou-me que a pessoa pode muito bem agir ‘fora do esquema’ ” e que mais ainda, “haveria muitos exemplos [...] que demonstraram ser possível superar a apatia e reprimir a irritação”. Conta ele, que certamente todos os que passaram pelo campo de concentração, poderiam testemunhar que houve quem, nobremente, por uma série de decisões interiores pôde mostrar a grandeza a que se é possível elevar a alma, quando corajosamente existe a decisão de manter a sua dignidade de pessoa verdadeiramente humana. E, por fim, ele acrescenta:

Aquilo que sucede interiormente com a pessoa, aquilo em que o campo de concentração parece “transformá-la”, revela ser o resultado de uma decisão interior. Em princípio, portanto, toda pessoa, mesmo sob aquelas circunstâncias, pode decidir de alguma maneira no que ela acabará dando, em sentido espiritual: um típico prisioneiro de campo de concentração, ou então uma pessoa humana, que também ali permanece sendo ser humano e conserva a sua dignidade. A liberdade interior (geistig) do ser humano, a qual não se lhe pode tirar, permite-lhe até o último suspiro configurar a sua vida de modo que tenha sentido. Pois não somente uma vida ativa tem sentido, em dando à pessoa a oportunidade de concretizar valores de forma criativa. Não há sentido apenas no gozo da vida, que permite à pessoa a realização na experiência do que é belo, na experiência da arte ou da natureza. Também há sentido naquela vida que - como no campo de concentração- dificilmente oferece uma chance de se realizar criativamente e em termos de experiência, mas que lhe reserva apenas uma possibilidade de configurar o sentido da existência, precisamente na atitude com que a pessoa se coloca face à restrição forçada de fora sobre seu ser. (FRANKL, 2019, p. 89).

2.1 Em meio a tantos tormentos, por que não optar pelo suicídio?

Conforme a pesquisa realizada pelo site Our World in Data (2017), ocorreram aproximadamente 800.000 casos de morte por suicídio em todo o mundo neste mesmo ano, o que representa o dobro de mortes por homicídio. É claro notar que há algo de muito desordenado em toda essa questão, pois, é uma situação que evidentemente atenta contra a própria natureza do ser humano, que tende à uma vida que será interrompida por forças exteriores somente, como alguma doença, acidente, ou morte natural.

Mas, quando se depara com um suicídio, é comum que nos cause espanto, por ser algo que diverge da própria lógica da existência humana. A humanidade hoje, tão assolada por aquela “incógnita existencial”, tem motivos de sobra para buscar soluções que a

ofereçam uma saída ou um alívio para seus sofrimentos, sejam de que ordem for. (DINIZ, 2009)

Frankl (2019), em contrapartida, evidencia que essa desordem que avilta contra a própria humanidade pode desembocar em algo muito diferente, em uma situação até mesmo contrária, fazendo com que o indivíduo, deparando-se com as dificuldades, com o questionamento sobre a vida ou com o sofrimento, é capaz de transcender a própria existência, e encarando tais tormentos, ver a vida como algo que realmente vale a pena preservar, algo em que se deve investir, buscar com ânimo e desfrutar profundamente das experiências que ela tem a oferecer.

“Então por que não opta pelo suicídio?” (FRANKL, 2019, p.5). Esta é a primeira indagação que o Dr. Frankl faz aos pacientes que a ele chegam e relatam não encontrar mais uma razão para conservar a sua vida. Com tão duro questionamento, muitos se deparam com a gravidade de tal ato, e se reencontram com o sentido e a responsabilidade que é viver. É com essa tão simples, mas tão forte pergunta, que se inicia a busca dos motivos e fins da trajetória, onde muitos já encontram justificativas e respostas, listam seus porquês e propósitos, e são assim, desmascarados e direcionados pela logoterapia.

De fato, o próprio objeto de seu estudo é o tão buscado “sentido da vida”, visto que esta teoria, confronta o paciente com a razão de sua vida e o reorienta para o mesmo. Sendo assim, Frankl (2019, p.124) defende que: “Para a logoterapia, a busca de sentido na vida da pessoa é a principal força motivadora do ser humano”. Mas o que seria esse sentido da existência? Por que é necessário? De que forma ele deve ser buscado? Como encontrá-lo? Seu próprio fundador utiliza sempre uma citação escrita por Nietzsche (*apud* Frankl, 2019, p.7) para iniciar esta argumentação: “Quem tem um porque pode suportar qualquer como”.

Partindo desse pressuposto, Frankl (2019) inicia tal discussão afirmando que todo o ser humano precisa de algo em função do qual viver, ou seja, o próprio sentido encontrado é a sua força e motivação, visto que o indivíduo se torna capaz de se unir a sua existência, suportar qualquer adversidade e até mesmo morrer por seus princípios, ideais ou valores. Ele é capaz de perseverar até o fim em vista de seus fins e objetivos.

Para comprovar, cita-se uma pesquisa realizada com 7.948 alunos, em 48 universidades, conduzida por cientistas sociais da Universidade John Hopkins, que pretendiam questionar o que cada um dos estudantes considerava essencial para eles no momento. Seu resultado mostrou que 78% destes afirmaram que seu principal objetivo

era “encontrar um propósito para a vida”. (FRANKL, 2019) Consoante Moreira (2010), ao se deparar com a necessidade sentido, estamos fazendo referência ao significado, à coerência, à busca de propósito e finalidade. Desse modo, denota-se que muitos anseiam e buscam com todas as suas forças, durante toda sua trajetória, esta razão. Então como direcioná-los a encontrar?

Primeiramente, é essencial considerar que ele é exclusivo e específico, na medida em que, segundo Frankl (2019), só pode ser cumprido pela própria pessoa que o busca. Certamente, seu desejo excessivo pode causar uma grande tensão interior, mas ela é o princípio, o primeiro passo para sua saúde mental. Pois, o que o ser humano realmente precisa não é um estado livre de tensões, mas antes a busca e a luta por um objetivo que valha a pena, uma tarefa escolhida livremente. Assim, o que importa não é buscar o sentido maior e geral, mas aquele específico e que se constrói em cada momento. Cada qual tem sua própria vocação na vida, e cada um precisa executar esta tarefa, que exige realização concreta. É nisso que consiste o sentido da vida.

Por sua vez, a logoterapia procura criar no paciente uma consciência plena de sua própria responsabilidade, sem jamais transferi-la ao médico ou qualquer outro profissional. Em suma, este princípio sempre se modifica e jamais deixará de existir. Por isso, podemos descobri-lo, como direcionado pelo próprio Viktor Frankl (2019), por meio de três principais formas: 1. criando um trabalho ou praticando um ato; 2. experimentando algo ou encontrando alguém; 3. pela atitude que tomamos em relação ao sofrimento, e é nesta terceira atitude que dedicaremos maior desenvolver neste presente artigo.

É preciso considerar, porém, que muitos são os que questionam à vida e seu objetivo, mas antes, é necessário aprender que jamais se deve esperar dela, pelo contrário, é ela quem deve exigir e esperar de nós. Como afirma Frankl (2019), viver não significa outra coisa senão arcar com a responsabilidade de responder adequadamente às perguntas da vida, pelo cumprimento das tarefas colocadas a cada indivíduo e pela exigência de cada momento.

Em suma, a maneira de enriquecê-la é reconhecendo que não se deve reclamar, questionar, criticar o porquê da existência e a finalidade da vida, mas perceber que é ela quem a todo momento nos indaga. E aqueles que são questionados só podem respondê-la assumindo este compromisso, sendo fiel a cada um de seus momentos.

Por isso, a logoterapia vê nessa responsabilidade a essência de toda existência. Desse modo, Freitas (2009) ensina que a todo instante estamos nos relacionando com

alguém, com situações que nos exigem escolhas. A resposta que se dá a essa demanda vai fazer total diferença na vida de cada pessoa. À medida que o ser vai respondendo, ele vai encontrando o sentido, que só se configura no último instante.

Além disso, o psicólogo vienense apresenta que no campo de concentração, aqueles que lá se encontravam, não atribuíram sentido apenas à vida, mas também à morte e ao sofrimento. Em um de seus relatos, Frankl (2019) descreve a razão que impeliu alguns dos indivíduos a enxergarem a grandeza de continuar a viver e suportar os “comos” que os cercavam na dura realidade dos campos de concentração, no qual, decidiram não mais jogar fora sua oportunidade de viver, pois encontraram seu “destino”, o sentido que fez com que suportassem:

Quando um homem descobre que seu destino é sofrer, tem que ver neste sofrimento uma tarefa sua e única. Mesmo diante do sofrimento, a pessoa precisa conquistar a consciência de que ela é única e exclusiva em todo o cosmo-centro deste destino sofrido. Ninguém pode assumir dela isso, e ninguém pode substituir a pessoa no sofrimento. Mas na maneira como ela própria suporta este sofrimento está também a possibilidade de uma vitória única e singular. Para nós, no campo de concentração, nada disso era especulação inútil sobre a vida. Essas reflexões eram a única coisa que ainda podia ajudar-nos, pois esses pensamentos não nos deixavam desesperar quando não enxergávamos chance alguma de escapar com vida. O que nos importava já não era mais a pergunta pelo sentido da vida como ela é tantas vezes colocada, ingenuamente, referindo-se a nada mais do que a realização de um alvo qualquer através de nossa produção criativa. O que nos importava era o objetivo da vida naquela totalidade que incluiu a morte e assim não somente atribui sentido à ‘vida’, mas também ao sofrimento e à morte. Este era o sentido pelo qual estávamos lutando! (FRANKL, 2019, p.103)

A vida carente de sentido. Este fenômeno, também conhecido como vazio existencial, difunde-se cada vez com maior força na contemporaneidade, sendo uma busca compreensível e inerente de todo o ser humano. Esse mal-estar de nossa civilização se manifesta através do tédio e da sensação de que a vida não tem sentido, visto que a humanidade estaria fadada a oscilar eternamente entre os dois extremos da angústia e do tédio (SCHOPENHAUER apud FRANKL, 2019, p.131).

Frankl (2019) defende que na dimensão societal, apresenta-se através dos seguintes sintomas: drogadição, agressão e suicídio. Além dessas principais consequências, existem também diversas máscaras, ou seja, sintomas velados do vazio existencial, as quais podem ser manifestadas na recusa e angústia perante à dor ou ao sofrimento, a busca pela vontade de poder absoluto, e em outros casos, o lugar da vontade

de sentido frustrada é tomado pela vontade de prazer, e por isso, acaba em compensação meramente sexual.

Para tanto, a logoterapia é a abordagem adequada para o tratamento de transtornos existenciais relacionados com a frustração do sentido de vida, podendo também ser útil nas intervenções preventivas. Sob tal premissa, também se justifica uma afirmação feita por Arnold (*apud* Frankl, 2019, p.137): “Toda terapia precisa, de algum modo, por mais restrita que seja, ser também logoterapia”. Frankl (2003) não propõe apenas um método terapêutico para combater esse vazio e pôr em movimento a busca de significados, mas constitui também uma estratégia preventiva contra a frustração existencial. Isso porque, ao se preencher tal “carência”, o paciente estará prevenido contra recaídas futuras.

3. A finalidade e superação do sofrimento

Sabe-se que a realidade do sofrer é uma condição inevitável ao ser humano, e por isso, cabe a cada um decidir de que forma conviver com este. Antes de tudo, Frankl (2019) alerta que jamais deve-se esquecer que o sentido é alcançado não apenas em situações de gozo e alegria, mas também em condições sem a menor esperança, quando se enfrenta uma fatalidade que não pode ser alterada. Pois, o que importa, no final, é dar testemunho do potencial humano –naquilo que ele tem de mais elevado – e que consiste na capacidade de transformar uma tragédia em um triunfo, convertendo o sofrimento em uma conquista.

Quando não se pode alterar mais uma situação, é que vem o grande desafio: a violência consigo mesmo, a mudança própria. A vida, diz Frankl (1978), permanecerá dotada de sentido, mesmo se todas as tradições desaparecerem e mesmo se nenhum valor de aplicação geral se mantiver. Conclusivamente, o que o homem procura não é a felicidade em si, mas uma razão para ser feliz, visto que, o próprio sofrimento, de certo modo, deixa de ser um tão grande fardo no instante em que encontra um sentido, como o sentido de um sacrifício.

Além disso, um dos principais fundamentos da logoterapia está em que a principal preocupação da pessoa não consiste em obter prazer ou evitar a dor, mas antes em ver um sentido em sua vida. É nisso que consiste a razão e a justificativa de que o ser humano está preparado para sofrer, na medida em que sua fatalidade tenha um porquê. Assim, ao

aceitar esse desafio com bravura, a existência recebe um sentido até o seu derradeiro instante:

Lembro-me que pouco depois me pareceu que eu morreria em futuro próximo. Dentro dessa situação crítica, entretanto, eu tinha uma preocupação diferente da maioria dos meus companheiros. A pergunta deles era: 'Será que vou sair com vida do campo de concentração? Caso contrário, todo esse sofrimento não tem sentido.' A pergunta que atormentava a mim era: 'Será que tem sentido todo esse sofrimento, toda essa morte ao nosso redor? Caso contrário, em última análise não faz sentido sobreviver; uma vida cujo sentido depende de semelhante eventualidade - escapar ou não escapar - em última análise nem valeria a pena ser vivida'. (FRANKL, 2019, p.139)

Mas e quanto à superação do sofrimento? Será mesmo possível? Como apresentado anteriormente, ele é uma condição inerente à existência, de forma que suportá-lo depende da liberdade e posterior decisão daquele que o vive. No entanto, sua existência, diz Frankl (2019), é necessária para a trajetória de vida humana, visto que ele considera errônea e perigosa a noção de "higiene mental", que pressupõe o equilíbrio individual, ou seja, uma condição de fuga a qualquer adversidade. "O que o ser humano realmente precisa não é um estado livre de tensões, mas antes a busca e a luta por um objetivo que valha a pena, uma tarefa escolhida livremente." (FRANKL, 2019, p.130).

Outro aspecto a se considerar, são as três maiores preocupações da existência, que compõem a "tríade trágica": a dor, a culpa e a morte, entretanto, são também elas que conferem o maior sentido à vida. Em vista dessas condições, Frankl (2019) propõe o "otimismo trágico", ou seja, no qual a pessoa é e permanece otimista apesar dos três fatores mencionados, sem ser resultado de ordens ou determinações. Isso significa, ao final, dizer sim à vida (quando ela prevalece), apesar das adversidades, das inevitáveis misérias, supondo o ser humano como capaz de responder à vida, utilizando-se de seu poder em transformar criativamente os aspectos negativos em algo positivo, construtivo. Retirar do caos o melhor que puder, este é seu dever e responsabilidade.

A partir das ideias supracitadas, denota-se a necessidade de um otimismo diante da tragédia, tendo em vista o potencial humano que, nos seus melhores aspectos, sempre permite: 1. Transformar o sofrimento (dor) numa conquista e numa realização humana; 2. Extrair da culpa a oportunidade de mudar a si mesmo para melhor; 3. Fazer da transitoriedade da vida (morte) um incentivo para realizar ações responsáveis. E com isso, Frankl (2019) transforma os maiores medos da existência em instrumentos, oportunidades de crescimento e mudança, em vista de sua visão diferencial à tais condições.

4. Considerações Finais

Diante das ideias supracitadas, pode-se constatar que, por meio deste artigo, foram desenvolvidos os desdobramentos da logoterapia, como abordagem terapêutica responsável pelo estudo do sentido existencial e sua importância para o indivíduo, a fim de que este pudesse encontrar a razão de suas tarefas, responsabilidades e esforços.

Toda a presente reflexão, pautou-se naquele “vazio existencial” (DINIZ, 2009), na incógnita que há dentro de todo ser humano, e na sua necessidade de atribuir uma resposta, que seja no mínimo satisfatória para tal anseio – nomeado de “universal” e profundo, enraizado no íntimo do ser humano.

Por fim, o foco deste estudo, deteve-se em apresentar a Logoterapia – linha de abordagem psicoterapêutica que é amplamente utilizada em todo o mundo – como uma alternativa para se transpor as barreiras que o sofrimento inevitavelmente coloca na vida de todos os homens, e assim, tornar mais difundida a teoria do grande sobrevivente Viktor Frankl, homem de grande valor, que com seu trabalho contribuiu para que milhares de vidas encontrassem um sentido, um “porquê”, e pudessem transcender a si mesmas ao cumprir sua missão nesta vida sobre a Terra. (NIETZSCHE apud FRANKL, 2019.)

REFERÊNCIAS

FRANKL, Viktor. **Em busca de sentido**: um psicólogo no campo de concentração. 45 ed. São Leopoldo: Vozes, 2019.

FRANKL, Viktor. **Psicoterapia e sentido da vida**: fundamentos da logoterapia e análise existencial. 6 ed. São Paulo: Quadrante, 2016.

FRANKL, Viktor. **Teoria e terapia das neuroses**: Introdução à logoterapia e à análise existencial. 1 ed. São Paulo: É Realizações, 2016

MOREIRA, Neir; HOLANDA, Adriano. Logoterapia e o sentido do sofrimento: convergências nas dimensões espiritual e religiosa. **Psico-USF**, Itatiba, v. 15, n. 3, p. 345-356, set./dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-82712010000300008&script=sci_arttext&lng=pt>. Acesso em 08 Jun 2020.

PEREIRA, Ivo Studart. A vontade de sentido na obra de Viktor Frankl. **Psicol. USP**, São Paulo, vol.18, n.1, mar. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642007000100007>. Acesso em 09 Jun 2020.

RITCHIE, Hannah; ROSER, Max; ORTIZ-OSPINA, Esteban. Informações sobre o Suicídio. **Our world in data**, Oxford, 2015. Disponível em: <<https://ourworldindata.org/suicide>>. Acesso em 08 Jun 2020.

OS PROBLEMAS PSICOEMOCIONAIS EM TEMPOS DE DESCONEXÃO SOCIAL

Kátia R. Salomão¹
Anna C.A. Moreira²
Marta L. Dowich²

Resumo: O artigo tem o interesse em analisar o modo como as crenças e a dinâmica da vida na atualidade têm desencadeado problemas psicológicos e emocionais, visto que, cada vez mais as pessoas sentem-se desconectadas. A ausência das conexões humanas se verifica no fato de que, mesmo quando presentes fisicamente, decorre uma certa ausência de ordem emocional, a qual pode acarretar em inúmeras consequências para a saúde mental. Por isso, investigar-se-á através da metodologia de revisão bibliográfica, os aclamados pensadores Zygmunt Bauman, Byung-Chul Han e o renomado professor de Harvard, Shawm Achor. Para tais pensadores, os novos tempos se por um lado, apresentam a globalização tecnológica como uma grande facilidade para se estabelecer conexões independentemente da distância geográfica, por outro lado, parece cada vez mais difícil se conectar com o que está acontecendo no momento presente e com as pessoas que se encontram próximas.

Palavras Chaves: Desconexão Emocional. Modernidade Líquida. Isolamento.

1. Introdução

Bauman (1999) discorreu sobre os efeitos do mundo líquido inerente ao modo de viver da contemporaneidade. Atualmente, tudo flui com mais facilidade e o acesso à informação é abundante, no qual o tráfego de experiências tornou-se maior em relação ao que costumava-se conhecer em outras épocas remotas. Vive-se em uma época de escolhas aparentes, onde pode-se escolher para onde quer ir, que carreira seguir, quais são as melhores pessoas para se relacionar, dentre tantas outras. Enfim, são muitas opções em todas as áreas da vida e tais escolhas nos dão a sensação de liberdade.

Entretanto, existe uma grande pressão e expectativa no em torno desta liberdade. Isto é, como na era da informação tornou-se possível acompanhar através das mídias, em tempo quase que real, as realizações e conquistas de diversas pessoas em de diferentes lugares, isso gera uma tendência a comparar resultados e criar expectativas ilusórias.

¹ Doutora em Filosofia. Professora de Filosofia e Hermenêutica Jurídica da UNIVEL – União Educacional de Cascavel. Este Artigo é produto das investigações e pesquisas em parceria com o projeto Conexões Humanas.

² Acadêmica do Curso de Psicologia da UNIVEL.

Neste sentido, os níveis de felicidade se converteram uma perspectiva irreal, fato que conduz a crença de que existe uma vida perfeita. Consequentemente, o resultado desta conta é a permanente sensação de frustração por ter uma vida comum ou abaixo da média.

Shawn Achor (2012) foi aluno, pesquisador e hoje é professor de Havard com um curso eletivo com o tema 'O jeito Harvard de ser Feliz'. O mesmo realizou uma pesquisa com alunos de Harvard, na qual procurou entender o que levava aqueles jovens com tantas oportunidades a se sentirem infelizes e isolados do mundo em que viviam. "Eles se sentiam sobrecarregados com cada pequeno contratempo em vez de energizados pelas possibilidades que se abriam para eles(...)" (ACHOR, 2012, p.13).

Essa epidemia de infelicidade não se restringe a Harvard. Um levantamento do Conference Board, um instituto de pesquisas sem fins lucrativos, realizado em janeiro de 2010, mostrou que apenas 45% dos trabalhadores entrevistados estavam felizes com o emprego, marcando o ponto mais baixo em 22 anos de levantamentos. Os índices atuais de depressão são dez vezes mais altos do que em 1960. A cada ano, o limiar de pessoas infelizes decresce, não apenas em universidades, mas por toda a América (...). (ACHOR, 2012, p. 15)

A questão levantada por Achor é que por não se sentirem encaixados e satisfeitos com suas vidas, como decorrência de tais frustrações, muitos sujeitos desenvolvem diferentes problemas psicológicos e emocionais. Este fato, para Han (2015) se configura como uma epidemia de doenças de ordem emocional dos novos tempos. Por isso, o enfoque do artigo é mostrar como a sensação de desconexão social, a ausência de interação humana e o isolamento provocado pela tecnologia vêm contribuindo para o agravamento dos problemas de ordem psicoemocional. Bauman com sua 'Modernidade líquida' corrobora com tal diagnóstico de Achor, na medida que localiza na celeridade e superficialidade líquida das relações, o problema central das desconexões humanas.

2. A Modernidade Líquida e seus Impactos

A modernidade líquida é o termo que o sociólogo Zygmunt Bauman usou em seu livro para explicar as mudanças que ocorreram nos últimos anos. As estruturas da sociedade já não são mais sólidas, fixas e seguras. Ao contrário, ganhamos mais possibilidade de escolha e caminhos, tudo flui mais facilmente, de forma que aquilo que foi conquistado não tenha forças para resistir ao constante fluxo de mudanças, que exige sempre uma reinvenção daquilo que se conhece.

Hoje as mudanças que ocorrem na vida do indivíduo são por sua conta e risco, já que todos tem a ilusão de que somos os responsáveis por nossas escolhas. Todavia, a questão é: Será que estamos preparados para lidar com essa liberdade, mesmo que ela seja ilusória? De acordo com Erich Fromm:

(...) cada indivíduo deve ir em frente e tentar sua sorte, quando "ele tem que nadar ou afundar" - "a busca compulsiva da certeza" se instala, começa a desesperada busca por "soluções" capazes de "eliminar a consciência da dúvida" - o que quer que prometa "assumir a responsabilidade pela certeza(apud BAUMAN, 1999, p. 19).

Esta responsabilidade sobre as escolhas 'livres' e o fato das inerentes incertas destas escolhas, traz mordazes resultados. As consequências das preferências geradas nos atos é o que gera uma constante sensação de insatisfação e culpa nos indivíduos, já que, ao mesmo tempo que há essa liberdade de escolhas, a maioria delas não possuem uma base sólida e real. Por isso, a imprescindibilidade de uma certeza para se agarrar transmuta-se em obsessão pelo controle e cria um constante estado de tensão em relação às inevitáveis incertezas de qualquer decisão, de modo que elas se tornam insuportáveis. Além disso, essa busca pelo controle e por alguma certeza, também torna as pessoas vulneráveis a qualquer produto ou , propaganda, que acaba por conferir essa ilusória validade sobre os resultados das escolhas individuais

Muitos dos problemas psicoemocionais existentes atualmente, se não a maioria deles, deve-se ao fato da incapacidade de satisfação. Como diz Bauman (1999), uma forte característica da modernidade é sempre buscar e ver a possibilidade de aperfeiçoamento, de algo melhor, novo, em detrimento daquilo que foi estabelecido. Em vista disto, os indivíduos nunca conseguem enxergar em suas realizações ou conquistas algo bom e satisfatório.

Pode-se relacionar isso, de acordo com Bauman (1999) também com a ampliação das redes sociais, já que estas permitem um fácil e rápido acesso as conquistas de terceiros, que sempre parecem melhores ou até perfeitas: na time line das redes sociais tudo é ilusória perfeição, que esconde a dor e a frustrações de pessoas isoladas em seus lares, onde a tecnologia não é elemento agregador mas isolador. A notória perfeição das redes faz com que os desejos pareçam realizados também na realização do outros e desta forma sempre que algo é adquirido, já se pensa no próximo desejo, e assim sucessivamente o desejo torna-se o carrasco do irreal.

Ademais, Bauman (1999) considera a inexistência de um ideal coletivo, de uma sociedade justa ou uma unificação em vista de um destino final. Hoje, o foco e toda a esperança são depositados em cada indivíduo e em suas realizações pessoais. Tal mudança poderia ser positiva, se ocorresse a possibilidade de uma consciência mais desenvolvida e uma capacidade mais aguçada de autoanálise. Desta forma, seria viabilizado que cada um olhasse para si e encontrasse a melhor forma de fazer a sua parte, o que causaria uma mudança de perspectiva coletiva.

No entanto, o que se observa é que a esperança no indivíduo acaba por criar uma visão egocêntrica de mundo, já que a responsabilidade por sua vida recai sobre cada um. Logo, muito do que acontece é automaticamente relacionado a si mesmo, ou seja, de que forma aquilo acrescenta em sua própria vida ou prejudica. Embora a verdadeira análise deveria ser em função do que beneficia ou prejudica o coletivo (BAUMAN, 1999).

A fluidez dos novos tempos é fator desencadeador dos diversos problemas psicológicos e emocionais, pois o ser humano é um ser social e necessita do contato e da empatia com outros. Para Achor (2012) até mesmo estudos científicos já comprovam que ajudar alguém estimula a produção de hormônios relacionados ao prazer e ao bem-estar, como por exemplo, a ocitocina.

Porém, se cada um é induzido a olhar apenas para si e seus próprios interesses, não há sentido para preocupar-se verdadeiramente com o outro e o isolamento torna-se permanente nestes tempos de globalização e tecnologia. Tais circunstâncias provocam problemas psicoemocionais por ser algo antinatural, já que o ser humano precisa ter um equilíbrio entre individualidade e coletividade. Vale ressaltar a máxima estagirita de Aristóteles: o homem é um animal político e seu ‘zoom politikon’ é justamente o que o torna humano.

2.1 Desconexão Emocional no Mundo Moderno

A desconexão emocional é caracterizada pela ausência de presença emocional nos momentos vividos. Por exemplo, escuta-se o que alguém tem a dizer, atividades rotineiras são realizadas normalmente, porém há uma ausência emocional. A pessoa não está de fato ali, no momento da experiência. Isso tem se mostrado cada vez mais comum no mundo moderno e pode ser explicado pelas mudanças que ocorreram no mundo cada vez mais líquido.

De acordo com Bauman (1999) atualmente, existe um tráfego de informações e todos os tipos de estímulos em excesso, o que contribui para deixar a mente das pessoas mais atordoada, já que essa quantia de informações e estímulos não é proporcional à capacidade de processar e gerenciar tais informações.

Além disso, a rotina da maioria das pessoas é muito atarefada e esse fator observável característico do mundo moderno faz com que a mente produza muitos pensamentos. A mente barulhenta para Achor (2012) traz pensamentos comumente negativos e por não conseguir e nem ter tempo para lidar com esses pensamentos, isto é, para resolvê-los internamente. Os efeitos emocionais e psicológicos frequentes são o desenvolvimento de mecanismos de defesa (para evitar o enfrentamento com tais sentimentos ruins) como a negação, repressão e desconexão emocional.

O mundo líquido trouxe muita liberdade não só para indivíduos comuns, mas também para grandes e pequenas empresas de anunciarem seus produtos. Estas empresas utilizam diferentes estratégias de marketing para provocar nos seres humanos gatilhos emocionais, a fim de chamar a atenção dos consumidores para o que está sendo anunciado (BAUMAN, 1999).

Uma pesquisa da Universidade Católica de Goiás, por exemplo, demonstra que até mesmo neuroses e distúrbios de ansiedade, estão relacionados com a poluição sonora, auditiva e visual. Isso se relaciona com a desconexão emocional, na medida que todos os estímulos em excesso desviam o foco do que está acontecendo no mundo real, para os objetos que se deseja adquirir no mundo virtual. A mente fica produzindo pensamentos e mais pensamentos, de modo que apenas o corpo fica presente, e a mente mesmo torna-se fluída ou líquida.

O problema é que isso não acontece apenas no dia a dia, mas sim em longo prazo. Até mesmo em momentos que deveriam ser de relaxamento e lazer, a mente está barulhenta. Os sentidos sensoriais são tão estimulados que o indivíduo não é capaz de perceber-se como pessoa, ou ainda, como presença digna. Segundo Bauman (1999) decorre disso certo agravamento, porque dinamicamente tal distanciamento de si, também ocorre em relação aos outros indivíduos. Como sequela não consegue-se prestar real atenção ao que o outro diz, sente e faz, já que é cada mais difícil desconectar-se do modo mental virtual, para o mundo real.

Essa ausência emocional também é responsável pela sensação de vazio que muitos sentem. Para Achor (2012) não estar 100% presente nos momentos é o que gera

uma sensação de perda de si mesmo, abandono e dúvidas, visto que, não estamos em nossa capacidade saudável de discernir o que é melhor a ser feito em cada situação. Assim, muitas vezes as pessoas encontram-se tão imersas neste processo de desconexão do real que não são capazes de perceber os seus sentimentos em relação ao que lhe é apresentado como escolha ou fonte originária do que se concebe como desejo. Atitudes automáticas, quase que mecânicas, ou ainda a incapacidade de ver o outro e se conectar ao mundo e aos acontecimentos, a longo prazo gera problemas psicoemocionais, porque vai se perdendo os detalhes dos acontecimentos, da vida (BAUMAN, 1999).

Como Anthony Giddens nos lembra, estamos hoje engajados na "política-vida"; somos "seres reflexivos" que olhamos de perto cada movimento que fazemos, que estamos raramente satisfeitos com seus resultados e sempre prontos a corrigi-los(...) (BAUMAN, 1999, p.21).

O excesso de estímulos mencionados anteriormente, geralmente implantam necessidades, na maioria das vezes, irreais. Estas necessidades geram a sensação de que todos os esforços realizados nunca são suficientes, em razão de sempre existir novos produtos que não foram obtidos, posições sociais não conquistadas, ou mesmo a própria felicidade ou o que foi projetado em nos como felicidade.

Para Han (2015) a celeridade e fluidez dos pensamentos e sentimentos inerentes ao estado psicoemocional dos indivíduos, obrigam o organismo e a mente a criarem mecanismos de defesa. A resistência imunológica precisa de algum modo bloquear o excesso de informações. No entanto, é possível conter tais emoções negativas fazendo justamente o oposto: o sujeito deve se conscientizar desses processos, olhando, sentindo e refletindo sobre aquelas emoções que estão sendo evitadas e dessa forma simplificando-as e ainda entendendo suas causas. Obviamente, cada indivíduo desenvolve esses mecanismos de defesa, como a desconexão emocional, por exemplo, por motivos próprios. Todavia, o mundo líquido é um agravante destes problemas de ordem psicoemocionais.

2.2 Problemas Psicoemocionais

Segundo Han (2015) em cada época alguma enfermidade atinge o ser humano. A atual é a neural, onde doenças neuronais como depressão, ansiedade entre outras, afetam uma porcentagem muito significativa da população. Os problemas

psicoemocionais não possuem uma única origem, cada caso tem seu histórico, sendo que alguns deixam marcas mais duradouras e são capazes de incidir em desestabilização emocional ao longo da vida.

Han (2015) considera que esses sentimentos e pensamentos quando descontrolados podem trazer muitas dificuldades para as pessoas afetadas e as que convivem com elas. Pode iniciar como um simples afastamento de conhecidos e até mesmo encerramento de atividades praticadas ou lugares frequentados, o que produz uma vida isolada e distante dos meios de convivência social. Essa desconexão seria um mecanismo de defesa para evitar que passe pelos mesmos sofrimentos desagradáveis, que causaram alguma angústia ou trauma.

2.4 Soluções e Habilidades: é possível produzir felicidade (?)

Em seu livro 'O Jeito Harvard de ser Feliz', Shawn Achor (2012), descreve como os sete princípios da psicologia positiva ajudaram alunos de Harvard, líderes de grandes empresas à beira do colapso, além de pessoas que viviam no meio de um crises econômicas no Zimbábue a enfrentar situações de estresse. São eles: O Benefício da Felicidade; ponto de apoio e a alavanca; efeito tetrís; encontrando oportunidade na adversidade; o círculo do zorro; a regra dos 20 segundos; e investimento social.

Basicamente, esses princípios ensinam a enxergar a vida como um todo com um olhar mais positivo. O cérebro possui uma tendência, a focar nas coisas que podem dar errado, e em situações negativas e de ameaça. Segundo Achor (2012) é preciso reverter tal mecanismo e programá-lo para que se tenha mais felicidade. Ao invés de enxergar os obstáculos, deve-se enxergar as possíveis soluções, assumindo o controle sobre as emoções negativas. Esses princípios também falam sobre como transformar hábitos maus em bons.

Estes princípios foram divulgados em diferentes lugares do mundo e em diferentes contextos e ajudou pessoas e empresas a enfrentarem situações de adversidade. Shawn Achor demonstrou em sua pesquisa que, ao contrário do que muitos acreditavam, a felicidade é o caminho que leva ao sucesso. O problema encontrado por Achor (2012) decorre de uma inversão sutil, diante da qual geralmente acredita-se que o sucesso traz consigo a felicidade. O autor ressalta que para aplicar o princípio do Benefício da Felicidade, o caminho não é utilizar-se de pensamento positivo, ignorando os problemas

ao redor, mas sim sendo realista com o presente. Contudo, deve-se considerar que é possível mudar a situação para melhor.

De acordo com Achor (2012), antigamente os cientistas acreditavam que era impossível promover alterações no cérebro. Mas, depois de alguns estudos realizados, foi comprovado que conforme realizamos determinadas atividades, as áreas cerebrais que estão envolvidas na realização desses processos, tendem a apresentar uma atividade muito maior em relação a uma pessoa que a realiza com menos frequência. Por exemplo, se uma pessoa que não é acostumada a ler livros passa a desenvolver esse hábito, seu cérebro tende a desenvolver mais aptidão para exercer esta função. Se observarmos o caso de uma pessoa que tem o hábito de ler enquanto ela o realiza, e compararmos ao de uma pessoa que não possui o mesmo hábito, seria possível observar que a ativação das áreas do cérebro da pessoa que lê, seria muito maior, do que daquela que não lê.

Tal observação mostra que é possível mudar a forma de pensar, de achar soluções, criar, ter mais resiliência e produtividade. Para Achor (2012) tais mudanças representam uma grande diferença e se transmuda em uma capacitada ferramenta, no que diz respeito a combater problemas psicoemocionais.

Logo para Achor (2012) a definição de felicidade segundo os cientistas é:

Basicamente, como a experiência de emoções positivas – prazer combinado com um senso mais profundo de sentido e propósito. A felicidade implica um estado de espírito positivo no presente e uma perspectiva positiva para o futuro. Martin Seligman, o pioneiro da psicologia positiva, a segmentou em três componentes mensuráveis: prazer, envolvimento e senso de propósito (ACHOR, 2012, p. 45).

Pesquisas mostram que pessoas felizes tem uma propensão muito maior de se darem bem na carreira, nos relacionamentos, saúde, produtividade, e proporciona uma capacidade muito maior para liderar, promover um alto desempenho no trabalho e resolver problemas. Portanto, é perceptível que a felicidade é uma condição essencial para o sucesso.

Achor (2012) em seus estudos considera que pesquisas recentes mostram que o papel da felicidade na evolução humana, é muito mais importante do que se acreditava há 20 anos. É conhecido que as emoções negativas ativam em nosso cérebro o mecanismo de lutar ou fugir, o que foi fundamental para a sobrevivência durante muito tempo, onde era preciso ficar atento as possíveis ameaças. No entanto, recentemente

percebe-se que a felicidade também desempenha função importante, sobre as emoções “as positivas expandem o número de possibilidades que processamos, fazendo sermos mais ponderados, criativos e abertos a novas ideias” (ACHOR, 2012, p.49).

Por conta de todos os benefícios que a felicidade pode causar, não só na vida como um todo mais especificamente no trabalho, empresas como o Google e Yahoo!, por exemplo, propiciam um ambiente mais descontraído e divertido dentro de suas sedes. Isto porque, sabem que se descargas de felicidade forem liberadas em seus funcionários, a probabilidade de surgirem inovações é muito maior, o que propicia resultados concretos.

O estudo de Achor (2012) sobre como as emoções positivas agem no cérebro mostra como a felicidade, além de ser prazerosa de ser sentida, ainda pode ser uma vantagem competitiva no mundo atual. Por isso, é fato que a grande disponibilidade de oportunidades, ao mesmo tempo somada com o número de pessoas que correm atrás destas, gera uma competição acirrada entre as pessoas: e os otimistas e felizes estão em vantagem nesta corrida da competitividade.

Além disso, uma rápida e pequena descarga de felicidade pode ajudar a combater rapidamente os níveis de estresse e ansiedade, o que é uma arma poderosa contra problemas psicoemocionais. Não é necessário algo extraordinário, mas pequenas doses disso no dia a dia estimula positivamente o cérebro, alterando até mesmo a percepção sobre as coisas e promovendo mais capacidades, o que possibilita que a capacidade de raciocínio seja melhor, lúcida e efetiva.

Achor (2012) aponta que foi realizado um experimento com médicos, que foram submetidos a realizar diagnósticos de pacientes hipotéticos, de acordo com seu histórico médico e lista de sintomas. Com alguns médicos os casos lhes foram passados de forma neutra, e com outros, ofereceram-lhes um doce antes de realizar o diagnóstico. Sem nem mesmo comer o doce, os médicos que foram estimulados positivamente ganhando o doce, chegaram ao diagnóstico correto seguindo apenas 20% do roteiro que lhes foi passado, quase duas vezes mais rápido do que o outro grupo.

Muitas pessoas acreditam que apenas quem já possui uma pré-disposição natural à positividade ou já é naturalmente alegre pode se beneficiar, mas não é verdade. Como mencionado anteriormente, basta adicionar atitudes simples que proporcionem prazer na rotina.

(...)fatores que os cientistas constataram ser mais cruciais para a felicidade humana, tais como buscar objetivos de vida que façam sentido, identificar oportunidades no mundo, cultivar uma postura otimista e de gratidão e manter relacionamentos sociais de valor (ACHOR, 2012, p. 59).

Existem alguns hábitos que se desenvolvidos, podem contribuir significativamente para o aumento ou produção da felicidade na vida. Um exemplo disto, é a meditação, que ajudar a promover a serenidade, acalma e a paciência. Achor ainda aponta que lembrar-se de algo queira muito, por exemplo uma viagem, encontrar um amigo, assistir a um episódio de uma série favorita, chegar em casa e comer uma boa comida, são também ações positivas. Para Achor, essas ações projetadas em um futuro próximo, comprova que apenas por nutrir certa expectativa de um momento feliz, já pode liberar mais hormônios responsáveis pelo prazer, que servem de estimulantes para a sensação de otimismo, positividade e felicidade.

3. Considerações Finais

É possível perceber como as transformações na sociedade atual acabam contribuindo com o desenvolvimento de problemas psicológicos e emocionais, e muitas vezes agravando-os.

A dificuldade de conseguir se manter no momento presente é o que desencadeia e perpetua, por exemplo, a ansiedade. O ritmo de vida demasiadamente acelerado e excessivamente estimulado por uma infinidade de informações, impede que se preste atenção nos detalhes do dia a dia: escutar alguém com atenção, reconhecer quem se é, o que está fazendo, o que realmente está acontecendo, tornou-se um grande desafio. É comum que as pessoas vivam com uma expectativa em relação ao futuro, do que podem ser ou ter e mesmo a própria incerteza desse futuro gera ainda mais o sentimento de impotência com relação a própria vida.

Da mesma forma, o problema de ordem psicoemocional é onde percebe-se toda a apatia em relação ao mundo e também um sentimento de impotência perante este mesmo mundo. Evidentemente, problemas desse gênero e outros mecanismos que se desenvolvem no ser humano, para ele adaptar-se ao mundo, atualmente, não deve-se apenas à condição que a modernidade determina com suas negligências. Todos os adventos históricos são cruciais para esta epidemia de doenças de ordem emocionais. Todavia, o contexto social e global da 'modernidade líquida', ou a 'Sociedade do Cansaço'

de Han, são elementos discursivos que revelam o porquê desses conflitos parecerem ter uma facilidade maior para se desenvolver atualmente.

Como não se faz possível mudar essa condição, já que está muito além da capacidade dos indivíduos em alterar esse sistema e forma de vida, existem algumas premissas que corroboram em desenvolver capacidades e habilidades para uma melhor qualidade de vida e saúde mental.

Neste sentido, Achor acredita que os transtornos de ordem psicoemocional provocados pelo isolamento e distanciamento, em tempos de informação celerizada e globalizada, pode ser saneados e neutralizados através da felicidade. Achor (2012, p. 18) em certa ocasião escutou de John Milton, fundador de Harvard e um de seus mentores, que “(...) a mente é um lugar em si mesma, e em si mesma pode fazer do céu um inferno e do inferno um céu”. Logo a interpretação que se oferta em relação a realidade, é capaz de alterar significativamente a própria realidade.

REFERÊNCIAS

ACHOR, Shawn. **O jeito Harvard de ser feliz**. São Paulo: Saraiva, 2012.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do Cansaço**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

PACHECO, Natalio Extremera; BERROCAL, Pablo Fernández. **Inteligência emocional: métodos de avaliação em sala de aula**, Iberoamerican Journal of Education: Vol. 34 No. 1 (2004): Edição especial.

SANTOS, Hamilton dos. **A empatia piora o mundo, diz psicólogo canadense**. Folha de S.Paulo, 2017. Disponível em: <<https://www.fronteiras.com/entrevistas/a-empatia-piora-o-mundo-diz-psicologo-canadense>>. Acesso 02 de julho de 2020.

OS SERIAIS KILLERS: SUAS CAUSAS NA INFÂNCIA E OS ACARRETAMENTOS NA VIDA ADULTA DE CRIMES

Gabriela Cocolite Ramos¹
Laila Milena Souza Lehrbach

Resumo: Os assassinos em série estão inseridos na sociedade, e através do conhecimento de suas características, podemos identificá-los como um perigo para tal. Suas características são muito variadas, porém a repetição e a satisfação de seus desejos são as mais marcantes. Diante disso, o presente artigo tem como objetivo, através de pesquisa bibliográfica e exploratória, apresentar as variadas características que os *seriais killers* apresentam, descrevendo como uma infância traumática pode acarretar em um indivíduo completamente agressivo e manipulador, ou seja, um grande assassino em série determinado a fazer qualquer coisa para encontrar seus desejos e matar suas vontades carnis. A pesquisa deste artigo se faz relevante diante da necessidade de acompanhamentos psicológicos e psiquiátricos durante a juventude desta criança traumatizada e a necessidade de acompanhamento psicológico até mesmo depois de adulto, para tal problema e trauma não retornarem. Nos resultados é visível que com tais acompanhamentos à grande possibilidade de amenizar estes traumas e com isso amenizar também os crimes que tais indivíduos cometem.

Palavras chave: Características; *serial Killer*; infância; vida adultas.

1. Introdução

Observa-se que o *Serial Killer* tem grande repercussão em meio a sociedade, cada vez mais é visto como alguém que tem transtornos psicopáticos e comportamentos sádicos. Um *Serial Killer* não tem os mesmos comportamentos que outros assassinos. Qual as características de um *Serial Killer*?

É possível analisar que o *Serial Killer* tem características diversas, o tempo entre um assassinato e outro pode ser diverso, pode demorar dias, semanas, meses e até anos para tal cometer outro assassinato, alguns *Seriais Killers* possuem padrão específico, outros não seguem um verdadeiro padrão, pois para eles suas vítimas não passam de um objeto, de uma fantasia pervertida de sua cabeça doentia.

Sendo assim, o objetivo geral deste trabalho será abordar sobre as características percebidas em *serial Killers*, visando como objetivo secundário apresentar o seu período da infância, descrever o seu comportamento enquanto indivíduo social e a comparar as formas de agir de assassinos em série.

¹ Acadêmica do Curso de Psicologia da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL.

Este artigo consiste em uma pesquisa bibliográfica, tal pesquisa consiste em explorar meios culturais e educacionais, encontradas em artigos científicos. Também é aplicado na pesquisa exploratória na qual há grande aproximação com o tema e grande reconhecimento dos fatos relacionados a tal.

O assunto abordado no presente artigo se faz importante por levar entendimento para a sociedade, que está exposta a assassinos seriais. Assim sendo, é relevante conhecer suas características, onde a psicologia como ciência, pode com seus estudos ter melhor entendimento de que dá os atributos de *seriais Killers*. As pesquisadoras deste artigo analisam esse assunto como interessante, por se relacionar com seus campos de estudo e poder desenvolver através do mesmo, um bom trabalho universitário. Ainda atribuindo maior conhecimento de tal área, com o objetivo de compreender melhor a mente e a saúde mental de tais indivíduos.

No próximo capítulo será abordado e analisado as questões traumáticas da infância e juventude de um *Serial Killer* e os problemas que tais podem acarretar para suas vidas adultas.

2. Desenvolvimento

A seguir será denotada a revisão bibliográfica deste artigo, que será apresentada nos seguintes aspectos: as principais características de um *serial killer* e os traumas e problemas provocados e trazidos da infância e da adolescência para sua vida adulta.

A psiquiatria e a criminologia veem os casos de assassinos em série como algo que desafia, sem muitas respostas satisfatórias, por não se encaixarem em um padrão de pensamento, não se sabe se é um alguém louco, um pouco louco, um indivíduo normal ou totalmente anormal. Segundo a criminologia, quando existe uma repetição de crimes por pelo menos três vezes, e com um tempo entre eles, o indivíduo é nomeado como assassino em série. (MARTA; MAZZONI, 2010)

A infância é um período de extrema importância na vida de qualquer pessoa. De acordo com Junior (2019), é na infância que ocorre um desenvolvimento cognitivo, nesta fase que a personalidade do indivíduo se molda, e o que impulsiona para uma boa ampliação do ser é um ambiente familiar que o acolha e o faça bem. Uma característica encontrada em comum nos *seriais killers* é a falta de uma boa família, ou a ausência da mesma.

Também se encontra neles diversos tipos de abusos ocorridos nesse período de suas vidas, seja sexual, verbal, emocional e etc. Pode-se afirmar que, além de causadas por suas funções cerebrais, um *serial killer* vem a ser impulsionado de uma vivência violenta e abusiva com seus familiares.

“A maioria dos *Serial Killers* teve uma infância difícil e conturbada. Cerca de 82% sofreram abusos, sejam esses sexuais, físicos, emocionais ou em relação a negligência e abandono.” (RAMOS, 2017, p.7).

Newton (2005 *apud* JUNIOR, 2019, p. 349) traz alguns dados relevantes sobre aspectos abusivos na infância traumática de assassinos seriais:

Quando o FBI questionou sua amostragem de assassinos reclusos, 42% relataram incidentes de abuso físico na infância, enquanto 74% possuíam memórias de abusos psicológicos; 43% daqueles pesquisados relataram incidentes de abuso sexual; e 28% tinham histórias médicas de ferimento ou doença sexual. Esmagadores 73% relataram o envolvimento na infância em ‘eventos’ não especificados ‘estressantes sexualmente’. Nesse contexto, é curioso – talvez instrutivo – observar que é sabido que pelo menos sete *seriais killers* masculinos foram vestidos como meninas durante a infância por seus pais ou adultos responsáveis. Dois desses Henry Lucas e Charles Manson – foram, na verdade, enviados para a escola em roupas femininas como uma forma bizarra de punição.

Conforme Barroso e cruz (2019), com a lembrança dos atos marcantes ocorridos em sua infância, um *serial killer* viaja para um mundo interior e imaginário, onde lhe atraem mais que o real, onde vai reviver suas dores, mas desta vez assumindo o papel de agressor.

Ainda durante a fase da infância, Junior (2019) afirma a existência de uma tríade Magdonal, onde o indivíduo vai apresentar três principais aspectos gerais psicológicos marcantes, que são: A emissão involuntária de urina, com frequência a noite. Fazer de suas primeiras vítimas os animais, pois são indefesos e são domados facilmente, percebendo que é algo que lhe satisfaz, assim, os ataques se agravam de animais para seres humanos. *Seriais killers* também depositam as suas frustrações em propriedades públicas ou privadas, causando danos ou até mesmo ateando fogo.

Segundo Casoy (2017 *apud* CAPONE, 2019, p.22) existem outras características fortemente marcantes na infância desses assassinos que são:

Devaneios diurnos, masturbação compulsiva, isolamento social, mentiras crônicas, rebeldia, pesadelos constantes, roubos, baixa autoestima, acessos de

raiva exagerados, problemas relativos a sono, fobias, fugas, propensão a acidentes, dores de cabeça constante, possessividade destrutiva, problemas alimentares, convulsões e automutilações relatadas pelos próprios *seriais killers* em entrevista.

Segundo o DSM-5 (2019 *apud* SILVA, p.7), os sintomas primários que mostram um possível Transtorno de Conduta, que são os que caracterizam assassinos em série, aparecem entre infância e adolescência. O risco aumenta se a criança for influenciada por pais que apresentam Transtorno da Personalidade Antissocial ou um irmão que já tenha Transtorno de Conduta.

Conforme Ramos (2017), dentro do grupo de assassinos seriais, características supracitadas encontram-se com facilidades seu relacionamento com a família é difícil e até inexistente. Todos os comportamentos dos assassinos em série têm em comum só se agravar com o tempo, pois as fantasias se tornam mais violentas e os atos sádicos, mais cruéis.

Há também, aqueles que seduzem suas vítimas e até as hipnotizam para praticar tal ato de tortura. Tais assassinos em sua maioria possuem transtornos psicológicos, psicopático, esquizoide e sádico, fazendo com que não vejam o que fazem como algo errado, não sentem culpa nem remorso, se ressentem de não poder mostrar o que é sentido, o que não justifica seus atos, e sim os motivam. (MONTEIRO, 2014)

Os assassinos seriais procuram suas vítimas por apresentarem características semelhantes que irão saciar suas condições internas para o ato. A subjetividade e os direitos da vítima são completamente ignorados, ao escolher quem irá assassinar, o autor do crime passa a consumir em serie, da mesma forma que alguém escolhe uma marca de produto no mercado, sempre da mesma marca, identificando-a pela embalagem, tendo a certeza de que o conteúdo será sempre semelhante. (GORENDER, 2010)

O canibalismo é um exemplo de tal característica, matam para a própria alimentação, e na maioria das vezes abusam sexualmente e torturam suas vítimas. Um exemplo disto é um caso que gerou grande repercussão no mundo, o caso foi conhecido como “Canibais de Garanhuns”, no qual um homem e uma mulher percorriam o estado de Pernambuco, assassinando mulheres e cometendo o ato de canibalismo em seus corpos, a filha de uma das vítimas foi feita de refém e obrigada a praticar o ato durante vários meses, quando foram finalmente capturados, se recusavam a se alimentarem adequadamente, ainda desejando pela carne humana. (MONTEIRO, 2014)

Foi realizado um estudo em relação as características de personalidade, sendo conduzido por Stone, neste estudo 86,5% dos *Seriais Killers* apresentavam sinais de psicopatia, sendo que um adicional de 9% exibiu apenas alguns sinais de psicopatia, mas não o suficiente para alcançar o nível psicopático. Aproximadamente metade dos *Seriais Killers* exibiram personalidade esquizoide, alguns traços esquizoides estavam presentes em um adicional de 4% dos sujeitos de pesquisa. O transtorno de personalidade sádico estava presente em 87,5% dos homens e 1,5% apresentavam traços discretos. (MORANA, STONE, FILHO, 2006)

Por fim, esse estudo mostrou grande sobreposição entre psicopatia e transtorno sádico de personalidade: dos *seriais killers* com psicopatia, 93% também apresentaram transtorno sádico. Metade dos psicopatas era esquizoide. Quase a metade apresentou critérios para os três tipos de transtorno: psicopático, esquizoide e sádico. (MORANA, STONE, FILHO, 2006)

Na personalidade sádica é provável que seu surgimento seja consequência de agressões severas na infância, seja física, verbal e sexual, que foram negligenciadas. O sadismo pode surgir como um antídoto contra o trauma de ter sido abusado, sendo que o indivíduo que no passado foi vítima se torna um adulto vitimizador. (MORANA, STONE, FILHO, 2006)

É retratado como exemplo do uso sádico o serial Vlad que se sentia jovem e alimentado com a prática da tortura, do vampirismo, do canibalismo e do sádico- oral, já no caso do Jeckyll suas fantasias eram arcaicas, voltadas ao controle muscular e logo após a escavação e despedaçamento do corpo. A forma como é relatado o uso sádico do pênis em ambos os casos, é visível a mesma necessidade de controle e dano ao objeto. (MONTEIRO, 2014)

Um indivíduo só pode ser considerado um *serial killer* após cometer uma serie de dois ou mais assassinatos. Tais atos se repetem somente para saciar o seu prazer. Eles também gostam de lembrar detalhes de seus assassinatos e até lembrá-los frequentemente em sua mente. Para melhor saciar suas fantasias, conservam pertences da vítima, ou mesmo arquivam a filmagem do ato, para assim poder revê-la. (JUNIOR, 2019)

Um caso que exemplifica a necessidade de realizar essa fantasia é do Ed Gein, onde em sua casa foram encontradas várias confecções suas com pedaços corpóreos de suas vítimas, tais como roupas feitas de pele, móveis de ossos e etc. (JUNIOR, 2019) É

perceptível a incapacidade do ego do serial em seguir adiante, pois o medo os prende nesta infundável compulsão a repetição deste ciclo vivenciadas por suas vítimas. Tal situação os domina a ponto de não conseguirem amar ou terem confiança em alguém. (MONTEIRO, 2014)

Nas etapas pré-genitais, o ódio e a destrutividade entram em jogo, assim a angústia os invadem e os desintegram dos processos de cisão sofridos. Daí surge as relações objetivas parciais estabelecidas pelos assassinos em série, a tarefa de expulsar o sadismo para o externo que paralisa os processos de simbolização responsáveis pela possibilidade de ascensão à posição depressiva. Assim prendem as vítimas nas teias de identificação, nestas o laço social perverso é enredado, transformando o fenômeno em violência e morte. (MONTEIRO, 2014)

O *Serial Killer* aprisiona suas partes boas, assim as fantasias de destruição e aniquilamento ganham cada vez mais espaço e força no psiquismo e na realidade externa, ressaltada pelas vivências traumáticas, findando assim um homicida em série com um superego arcaico, cruel e tirânico. (MONTEIRO, 2014).

Segundo fatos apresentado, pode-se verificar que diversas são os fatores de causa e consequência das características de assassinos seriais, e é de suma importância que todas elas sejam avaliadas para melhor entendimento de tais indivíduos e trazer conhecimento para a sociedade que está à mercê desses assassinos.

3. Conclusão

Conforme o exposto, os assassinos em série apresentam imensas características que o nomeiam e podem variar de um para outro. Podemos analisar também que existem diversas repercussões em um meio social, onde os *seriais killers* são taxados pelo senso comum por ter comportamento sádico e transtornos que os leva a cometer assassinatos.

A partir disso, analisamos que a característica marcante em comum de *seriais killers* são problemas na infância, alguns apresentados como: abusos, abandono, indiferença e maus tratos. Na fase adulta e já cometendo assassinatos, vê-se como característica a repetição, assinatura, fantasiar seus desejos, entre outros.

Por fim, é visível a necessidade de atividades que possam auxiliar esses indivíduos pois não se trata de um criminoso comum e não a uma “cura”, o acompanhamento psicológico e psiquiátrico são atividades que podem ajudar a amenizar tais crimes, fica

evidente que tais indivíduos não estão em plena consciência e sim com mentes perturbadas de um passado marcante.

No Brasil ainda não há uma lei ou um artigo de código penal que aborde este caso, portanto há um projeto de Lei Suplementar nº 140/2010 em análise que determina a penalidade para estes crimes.

REFERÊNCIAS

BARROSO, Poliana Sampaio Cunha; CRUZ, Mariana de Souza. **Correlações entre psicopatia e Assassinatos em série**. Psicologado, 2019. Disponível em: <https://psicologado.com.br/atuacao/psicologia-juridica/correlacoes-entre-psicopatia-e-assassinatos-em-serie>. >Acesso em 28 de Março de 2020.

CAPONE, Robson Corrêa Passos de Souza. **A dificuldade de ressocialização do psicopata serial killer e a necessidade de distanciá-lo do convívio social**. Conteúdo Jurídico, Brasília, Junho. 2010. Disponível em: <https://conteudojuridico.com.br/consulta/artigos/53840/adificuldade-de-ressocializacao-do-psicopata-serial-killer-e-a-necessidade-de-distancia-lo-do-convvio-social>. >Acesso em 27 de Março de 2020.

GORENDER, Miriam Elza. **O novo herói da pós-modernidade**. Estud. Psicanal, Belo Horizonte, n. 34, p. 117-122, Dezembro. 2010. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttex&pid=S0100-34372010000200017 >Acesso em 27 de Março de 2020.

JUNIOR, Carlos Alberto Heyder. **Análise de serial killers**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento, Ano 04, Ed. 02, p. 05-14, Fevereiro. 2019. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/psicologia/analise-de-serial-killers> > Acesso em 27 de Março de 2020.

MAZZONI, Henata Mariana; Marta, Taís Nader. **Assassinos em série: Uma análise legal e psicológica**. Pensar: Rev. Pen, Fortaleza, n. 01, v. 15, p. 303, 2010. Disponível em: <https://periodicos.unifor.br/rpen/article/view/2129> >Acesso em 28 de Março de 2020.

MONTEIRO, Klaylian Marcela Santos Lima. **Assassinos seriais e os efeitos da sideração no psiquismo e no laço social**. Rev. Latinoam, psicopatol. Fundam, São Paulo, v. 17, n. 3, supl. 1, p. 117-122, Dezembro. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-47142014000600738&script=sci_abstract&lng=pt >Acesso em 16 de Abril de 2020.

MORANA, Hilda C P; STONE, Michael H; ABDALLA-FILHO, Elias. **Transtornos de personalidade, psicopatia e serial killers**. Rev. Bras. Psiquiatr, São Paulo, v. 28, supl. 2, p. 74-79, Oct. 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462006000600005 >Acesso em 28 de Maio de 2020.

OLANTE, Gabriela Marçal. **Serial killer e o projeto de lei nº 140/2010**. Jusbrasil, 2018. Disponível em: <https://bigabi.jusbrasil.com.br/artigos/615995213/serial-killer-e-o-projeto-de-lei-n-140-2010> > Acesso em 28 de Junho de 2020.

RAMOS, Késsia de Santana Flório. Serial killer: **Prisão ou tratamento**. Faculdade de Direito de Cachoeiro de Itapemirim, Cachoeiro de Itapemirim, 2017. Disponível em: https://www.fdcj.br/arquivos/200/K__SSIA%20DE%20SANTANA%20FL__RIO%20RAMOS%20-%20VIA%20DEFINITIVA%20MONOGRAFIA.pdf > Acesso em 28 de Março de 2020.

SILVA, Diego Batista Pereira. **Quais as implicações biopsicossociais presentes no desenvolvimento do serial killer**. Psicologia. PT, O portal dos psicólogos, Julho. 2019. Disponível em: <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A1309.pdf> > Acesso em 27 de Março de 2020.

PSICOPATIA NO ÂMBITO SOCIAL

Letícia Gnach Bissani¹

Luana Sauer

Katia Rocha Salomão²

Resumo: O tema abordado no presente artigo é a psicopatia no âmbito social, tendo como objetivo defini-la e demonstrar como esse indivíduo se comporta em meio a sociedade, além das possíveis causas de seu comportamento e como a história de vida também podem influenciar em suas atitudes. Assim, a pesquisa será apresentada por meio de revisões bibliográficas, utilizando de bases psicológicas, psiquiátricas e sociais para obter uma explicação clara e objetiva, além de demonstrar a problemática decorrente sobre a relação dos psicopatas em meio a sociedade e a inserção desses indivíduos, desmistificando sua imagem estereotipada de alguém perturbado e agressivo e explicando que existem diferentes graus de psicopatia e quais são suas principais características, além de apresentar de fato como essas pessoas interagem com os outros ao redor e até mesmo com suas vítimas.

Palavras- Chaves: Psicopatia. Psicopata. Serial Killer. Crimes.

1. Introdução

O presente artigo aborda o tema da psicopatia no âmbito social com objetivo de explicar as inúmeras causas para esse transtorno, suas características e sua relação em sociedade.

O trabalho acadêmico foi realizado a partir de revisões bibliográficas, com base na psiquiatra Ana Beatriz Barbosa foi possível ter uma visão mais clara sobre o perfil do psicopata e sua imagem, utilizando também os conhecimentos do livro “A anatomia da violência- raízes biológicas da criminalidade” de Adrian Raine para ajudar a esclarecer as causas e apresentar pesquisas em torno desse tema.

A psicopatia como o nome já diz (psico= mente e pat = doente), significa uma doença da mente, é um transtorno de personalidade antissocial e está escrita no DSM (diagnostico de transtornos mentais), ocasionando inúmeros os problema na convivência social com um psicopata, visto que eles tem disfunções relacionadas ao sistema límbico que rege as emoções, sendo pessoas extremamente frias, egoístas, calculistas e aproveitadoras. A partir de testes a psicopatia pode ser classificada em vários níveis,

¹ Acadêmica do curso de psicologia da UNIVEL- Centro Universitário de Cascavel-PR.

² Professora associada do Centro Universitário Univel, onde atua no ensino de Filosofia Geral e Jurídica, Filosofia da Educação, Hermenêutica jurídica e áreas a fins. Possui especialização em Filosofia Política e Jurídica (UEL-2006), Mestrado na área de Filosofia (UNESP-2008), com ênfase em ética e filosofia política. Doutora em Filosofia (UNIOESTE-2019) com ênfase nos aspectos éticos e políticos.

sendo leves, moderados, graves, sendo assim, cada psicopata tem suas particularidades quanto ao seu *modus operandi* e os prejuízos que podem causar nas pessoas ao seu redor. Há quem diga que os psicopatas são como vampiros, esperam ser convidados a entrar em nossas vidas, sugam tudo o que há de bom e fogem quando veem a luz.

2. Graus de Psicopatia

O psicopata tem uma carga genética muito forte pois ele nasce sem o sistema límbico (o sistema que rege as nossas emoções) e é um indivíduo 100% razão. A população em geral tem uma visão limitada de um psicopata, pensam ser a definição deles qualquer pessoa que comete um crime ou homicídio, além do cinema e da mídia enaltecem essa imagem como uma pessoa extremamente agressiva e perturbada como é representado nas séries e filmes, porém diferente do que a maioria acredita, muitos psicopatas levam uma vida normal, mas alguns de grau grave cometem crimes mais hediondos. Muitas vezes esses delitos chocam muito, pela forma de como planejam, sua maneira de agir e sua assinatura de certa forma passam muito pelo imaginário dos filmes e séries, atraindo assim, a atenção. (BARBOSA, 2018, A)

Segundo Hare (1990) a psicopatia é dividida em níveis, sendo leves, moderados e graves, assim, alguns não cometem assassinato ou delito grave, mas reconhecem que não possui uma empatia e o mesmo sentimento ou afeto pelo próximo e acabam sentindo prazer em prejudicar o outro, diante desse cenário, vários métodos foram utilizados para diagnosticar o grau de psicopatia (1970).

2.1 Leve, Moderado e Grave: O Serial Killer

Segundo Barbosa (2019,B),o psicopata de nível leve não necessariamente comete crimes, é o grau de psicopatia mais comum e o mais difícil de diagnosticar, é uma pessoa que dificilmente pode cometer um homicídio, apresenta grande frieza, racionalidade, hábito de mentir constantemente e tem a falta de consideração pelas pessoas, é alguém oportunista, manipulador, podem acabar roubando, querem usar trapaça ao lidar com as coisas, não sente culpa nenhuma e sempre vão querer causar intrigas e separações e são dissimulados a ponto de conseguirem transmitir uma aparência inocente para as pessoas ao seu redor. Estes níveis de psicopatia correspondem aos indivíduos deliberadamente antissociais e tem a tendência de se tornarem serials killers.

No grau moderado tem o envolvimento normalmente com drogas, jogos, atos imprudentes, vandalismo, promiscuidade, são extremamente calculistas, impulsivos e em determinados casos pode cometer um assassinato, quem comete um ou até dois é considerado moderado, de dois a mais torna-se um assassino em série, usam constantemente a argumentação para convencer e se aproveitar das pessoas para sempre se sobressair por cima e agem por prazer (RAINE, 2015).

De acordo com Barbosa (2018, A) o grau de psicopatia grave é aquele que frequentemente se torna um assassino sádico, aqueles que cometem inúmeros homicídios e seguem normalmente o mesmo padrão. Mediante a isso, percebe-se que o grau de psicopatia grave além de usar suas vítimas, normalmente também tem a intenção de tirar algo delas e sente o prazer de enganar o outro além de querer obter através disso status, poder e diversão.

Segundo Hare (1990), os homicídios cometidos por eles normalmente chocam muito pela forma que são planejados e elaborados, quando ultrapassam mais de dois assassinatos já é considerado um Serial Killer, matam e torturam suas vítimas cruelmente, sem sentir nenhum remorso e nunca fazem isso por vingança, e sim por prazer, podem se apresentar como uma pessoa normal em sociedade até cativarem suas vítimas e não revelam seu “lado obscuro”, além de não necessariamente assassinar pessoas apenas conhecidas.

O livro “A anatomia da violência humana- raízes biológicas da criminalidade” retrata em seu conteúdo a diferença entre o cérebro de uma pessoa normal e de um assassino, assim como possui diferença em uma pessoa que nunca chegou a cometer um homicídio, alguém que cometeu de um a dois homicídios e de um serial killer que constantemente mata e tortura por prazer, assim, mostra que no cérebro de um assassino não há nada de errado em seu sistema visual, mas retrata uma notável falta de ativação do córtex pré-frontal (RAINE, 2015).

2.2 Testes de Graus de Psicopatia e Diagnóstico

Muitos testes foram aplicados para diagnosticar os graus de um psicopata, mas o mais famoso e bem sucedido é a escala PCL-R de Robert Hare, esse exame é o primeiro padronizado exclusivo para o sistema penal no Brasil além de ser usado no âmbito clínico e forense, e tem como objetivo avaliar a personalidade do preso e prever a reincidência

criminal, assim, é possível diferenciar e separar os bandidos comuns dos psicopatas, que avalia além de tudo a sua inclinação para violência (HARE,1990).

Hare (1990) afirma que o teste é composto por 20 itens, uma escala de avaliação aplicada através de uma entrevista em que cada pergunta tem pontuação entre 0 e 2 com a duração de uma hora e meia, porém o resultado não deve ser apenas avaliado através da entrevista mas também o histórico criminal da pessoa.

Segundo Hare (1990) o resultado obtido irá definir a presença ou não de tendências psicopáticas, a possibilidade de cometer atos violentos ou voltar a cometê-las, além de analisar o tipo de psicopata entrevistado, pois nem todos cometem atos violentos, com isso, muitas entrevistas foram realizadas através dos testes para constar sua confiabilidade e mediante a isso os resultados sempre demonstram consistência, validade e confiabilidade, diante disso, ele é considerado um dos maiores especialistas em psicopatia e comportamento criminal.

2.3 Possíveis Causas

Há uma grande busca científica por volta dos motivos que levam alguém a ser um psicopata, alguns fenomenologistas como Sartre (1943) e Arthur Tatossian (2013) acreditam e defendem que as experiências que temos logo na infância e ao longo da vida interferem no grau de violência e psicopatia, por exemplo. Já alguns psiquiatras como Barbosa (2018) e Palomba (2018) defendem a ideia de que a psicopatia é genética e que todo psicopata já nasce com essa patologia incurável.

Esse interesse se intensificou com o projeto genoma humano, quando a comunidade científica percebeu a importância do fator genético no comportamento. Muito antes disso, por volta de 150 anos atrás o médico italiano Cesare Lombroso já tinha uma teoria que dizia que a base do crime era no cérebro, mas foi ignorado, já que rompeu com a tradição intelectual da época, que era a fenomenológica. Desde então muitas pesquisas e estudos são feitos em defesa das duas ideologias. Alguns até assumem as duas, aceitando como real tanto as influencias biológicas como fenomenológicas na vida do indivíduo (RAINE, 2015).

Os aspectos biológicos do início da vida podem impulsionar algumas crianças a se tornarem adultos violentos. Os fatores de risco, como má nutrição, trauma encefálico devido a agressão na infância e genética estão além do controle do indivíduo; e, quando são combinados com desigualdades sociais e com a

capacidade anêmica da nossa sociedade de detectar e tratar potenciais infratores, é provável que essas pessoas se voltem para o crime. (RAINE ,2015, p. 23)”

Quanto às causas biológicas até meados de 1990, quando o projeto genoma humano se iniciou, os cientistas que defendiam a influência genética no fator violência, os deterministas biológicos chegavam a ser considerados até eugenistas raciais. Mas como as pesquisas da genética molecular e comportamental se aprofundaram, a teoria biológica passou a ser mais aceita tanto no meio acadêmico quanto social. Hoje existe uma área chamada neurocriminologia que estuda a base neural para o comportamento social o crime e a psicopatia, por exemplo (PALOMBA, 2018).

Segundo Palomba (2018) o fato é que os psicopatas já nascem com algumas disfunções fisiológicas que os predispõe a violência, uma delas é relacionados ao sistema límbico, mais especificamente à amígdala (que é responsável por acionar as emoções), o hipocampo (que regula a pressão), o tálamo (que tálamo é uma estação de retransmissão entre as áreas límbicas emocionais e as áreas corticais regulatórias) e por fim o mesencéfalo (dá expressão à agressão emocional afetiva) eles nascem sem esse sistema. Outra disfunção está relacionada ao córtex pré-frontal que é responsável pelas “funções executivas”, tomada de decisões, percepção, expressão de emoções, comportamento social, controle de impulsos, processos relacionados a personalidade e habilidades cognitivas.

Alguns fisiologistas, como o Alexandre de Campos do departamento de fisiologia da USP, se arriscam a dizer que é nessa região onde se encontra a consciência. Essas evidências provam que o fator biológico influencia e muito na característica antissocial, ausência de medo, receio ou empatia pelas suas vítimas ou qualquer outro ser. Como diz a psiquiatra Ana Beatriz Barbosa:

Foi feita uma testagem muito interessante por cientistas brasileiros, o Ricardo Mol e o Ricardo Oliveira, que eles fizeram um teste em que colocavam fotografias e imagens de coisas dramáticas como uma criança sendo estuprada e viam como o cérebro daquelas pessoas se manifestavam. Das pessoas não psicopatas o cérebro chegava a ficar fluorescente no sistema de captação de emoções, para o psicopata não, eu brinco que é como se tivessem vendo o sol se pondo em Connecticut (2019, min 8).

Quanto às causas ambientais e sociais, não há como negar que as experiências e vivências de cada um em sua realidade específica influenciam de alguma forma o futuro do indivíduo, pelas suas escolhas e oportunidades. Uma pesquisa feita na ilha de

Maurício, na África, em 1972, por Peter Venables, da York University, na Inglaterra, e Sarnoff Mednick, da University of Southern California, e mais tarde assumida pelo psicólogo e cientista Raine (2015), escritor do livro “anatomia da violência: as raízes biológicas da criminalidade”, onde relata a mesma, analisou 1.795 moradores nascidos na ilha dos 3 anos até a idade adulta em suas interações sociais, níveis de excitação, agressividade, destemor e frequência cardíaca, que é um marcador antissocial.

Segundo RAINE (2015) duas crianças dessa amostra se destacaram da mesma forma nos quesitos excitação, agressividade, destemor e frequência cardíaca baixa, eram eles Raj e Joelle, mas os destinos dos dois seguiram caminhos opostos apesar da predisposição a violência. Ainda segundo o autor Adrian Raine, (2015, p. 157) “(...)Raj converteu-se não apenas em um buscador de estimulação na idade adulta, mas também em um bandido psicopata cruel (...)”. Ele se tornou um psicopata frio e aproveitador, ao contrário de Joelle, que como citado por ele se tornou uma mulher destemida e usou sua excitação pra cumprir seus objetivos, se tornou miss Maurício, o que mostra que a predisposição genética não é absoluta.

Há muitos casos em que o histórico de abusos e traumas ainda na infância influenciaram o nível de psicopatia, como é o caso de Edmund Kemper, psicopata americano da década de 1970 com traumas relacionados a mãe, o que está diretamente ligado com seu *modus operandi*. O que diferencia pessoas normais como Joelle de pessoas como Joe e Edmund é a consciência, esse senso de certo e errado é o que diferencia um psicopata de uma pessoa normal, o impede de matar, roubar ou machucar o outro.

2.4 Tratamento e os Psicopatas no Sistema Carcerário

Muitas discussões foram realizadas a respeito do tratamento e recuperação para psicopatia, mas ainda não existe nenhuma comprovação que de fato o indivíduo se recupere após um tratamento psiquiátrico ou psicológico. O psicopata em si tem dificuldade em formar vínculos por causa da deficiência em seu sistema límbico, com isso, impossibilita resultados positivos em processos terapêuticos (MIRANDA, 2012).

Segundo Miranda (2012) os métodos de tratamentos psicológicos, biológicos ou medicamentos ainda não mostraram resultados eficazes na possível recuperação dessas pessoas. Diante disso, poderá haver grandes expectativas sobre os possíveis tratamentos

no futuro, visto que vários profissionais já estão em busca e pesquisam estratégias para esse caso, procurando maneiras de reinserir esses indivíduos no âmbito social.

Como foi visto anteriormente, a maioria dos psicopatas cometem crimes, sejam eles leves ou hediondos. Dependendo do grau de sua psicopatia e seus crimes, os que cometem assassinatos graves, serial killers ou grandes chefes do tráfico ficam em prisões de segurança máxima, muitas vezes em celas individuais por serem perigosos até para os presos normais, por serem frios e manipuladores, além de terem uma alta taxa de reincidência e serem muito difíceis de identificar, segundo a psiquiatra e escritora Ana Beatriz Barbosa “A gente tem que fazer uma mudança no código penal diferenciando o que é o psicopata, o criminoso psicopata do não psicopata, não dá pra lei ser igual para todos”. (2018, B, min. 15)

Contudo, há uma certa dificuldade em se prender um psicopata, muitas vezes eles cometem crimes e vão para outro estado seguindo o mesmo padrão, porém a polícia não tem contato uns com os outros para se comunicarem sobre, pois o psicopata dificilmente realiza seus atos em apenas uma cidade, sem essa comunicação tornasse difícil prendê-los. (BARBOSA, 2018, B).

3. Conclusão

O objetivo desse artigo é através da pesquisa de grandes autores de diversas áreas apresentar e desmistificar a definição de um psicopata e sua relação em sociedade, retratando características e influências de sua patologia, bem como relatar de forma clara e objetiva suas possíveis causas sendo elas biológicas ou pessoais.

O presente tema foi escolhido pelo seu impacto em sociedade e suas possíveis consequências, reconhecendo a importância da população em se prevenir do mal causado pelos psicopatas e compreender um pouco mais sobre eles.

Mediante a leitura do presente artigo é possível concluir que a visão do psicopata perante a sociedade ainda é muito limitada, visto que muitas pessoas ainda o imaginam como alguém descontrolado e perturbado que comete crimes hediondos, quando na verdade também possuem inúmeras características mais específicas como meticulosidade, frieza e prepotência que muitas vezes passam despercebidas em seu perfil.

Apesar da mídia apresentar muito esse tema em séries, filmes, reportagens e até documentários, muitas vezes tonam-se fantasiosos e exagerados quando comparados a

realidade, reduzindo o psicopata apenas como uma pessoa que comete assassinatos de maneira cruel e perversa, não se importando com as consequências de seus atos, quando na realidade eles se preocupam em sair impunes de seus crimes não sentindo nenhum remorso.

Como já foi apresentado anteriormente no artigo, apesar de reconhecer a importância das causas biológicas, que são aquelas que nascem com o indivíduo, como a falha do sistema límbico por exemplo, também deve-se levar em consideração como as experiências e traumas afetam na vida de qualquer indivíduo e não apenas dos psicopatas. Apesar disso, podem acabar influenciando seus níveis de psicopatia e até mesmo sua tendência a violência e crimes.

A partir das informações apresentadas sobre o sistema carcerário é evidente que as prisões não tem uma preparação adequada para integrar os psicopatas, visto que podem acabar influenciando negativamente os outros prisioneiros conforme a convivência, já que não há nenhum tipo de separação. Com isso, é necessário melhorar a divisão e organização mediante a esse problema para evitar a influência sobre outros presos e possivelmente atrapalhar a reinserção dos mesmos em sociedade.

Apesar de ser considerado um tema polêmico e ter inúmeros estudos sobre, ainda não encontrou-se um tratamento adequado para esse transtorno de personalidade, mas constantemente médicos e cientistas permanecem na busca de uma maneira para reabilitar esses sujeitos em sociedade de maneira segura e efetiva amenizando os prejuízos que poderiam ser causados por essa patologia em sociedade.

REFERÊNCIAS

DE MIRANDA, Alex Barbosa Sobreira. **Psicopatia: Conceito, Avaliação e Perspectivas de Tratamento. Psicologado**, 2012. Disponível em: <<https://psicologado.com.br/atuacao/psicologia-juridica/psicopatia-conceito-avaliacao-e-perspectivas-de-tratamento>>
Acesso em 25, maio de 2020

Entrevista com Ana Beatriz Barbosa. **Mentes em Pauta**, 28 de abr. de 2018. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=GoPBn4-e5D0>>. Acesso em: 5 de jun de 2020. (A)

Entrevista com Ana Beatriz Barbosa. **Mentes em Pauta**, 5 de mai. De 2018. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=HeepfrkJVYU&t=592s>>. Acesso em: 5 de jun de 2020. (B)

Entrevista com Ana Beatriz Barbosa. **The Noite Talk Show** (SBT), 23 de set, 2019. Disponível em < https://www.youtube.com/watch?v=yi_tNZzsVJ0>. Acesso em: 25 de maio de 2020.

Entrevista com Guido Palomba. **Todo seu**, 11 de out. de 2018. Disponível em <<https://youtu.be/L8Cx6akNt0I>>. Acesso em: 21 de maio de 2020.

HARE, Robert. **Psicopatia: teoria, pesquisa e aplicações na sociedade**. Editora Jonh Wiley E Sons Inc. 1970.

FUJIWARA, Gustavo. **Fenomenologia e psicopatologia em Sartre: "irreal normal" e "irreal patológico"**. Scielo, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-732019000100179>. Acesso em 05 de maio de 2020.

SOUZAL, CALLOULL, MOREIRALLL. **A questão da psicopatologia na perspectiva da abordagem centrada na pessoa: diálogos com Arthur Tatossian**. Pepsic, 2013. Disponível <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672013000200006>. Acesso em 05 de maio de 2020.

SARTRE, Jean Paul. **O ser e o nada**: ensaio de ontologia fenomenológica. Editora Philosophical Libery. 1943.

RAINE, Adrian. **A anatomia da violência**: as raízes biológicas da criminalidade. Editora Artmed. 2015.

Teste de psicopatia de Robert Hare (PCL-R). **A mente é maravilhosa**, 2020. Disponível em: <<https://amenteemaravilhosa.com.br/teste-de-psicopatia-de-robert-hare/>>. Acesso em 08, junho de 2020.

RELACIONAMENTO ABUSIVO, SUAS DIVERSAS FORMAS E CONSEQUENCIAS PSICOLOGICAS

Andressa Mehret Graeff ¹
Natalia Nayara Alves
Katia Salomão ²

Resumo: Neste artigo tem como temática relacionamentos abusivos e suas variadas formas, apresentando as violências e traumas que estão dentro deste contexto. Tem como objetivo analisar o impacto físico e psicológico na vítima e o que faz ela querer continuar nessa situação. O assunto apresentado envolve uma problemática que é a dificuldade de a vítima sair desse relacionamento e acabar com o ciclo de violência gerando consequências como vulnerabilidade, dependência emocional e financeira, fazendo com que não enxergue uma saída. São vários os fatores que influenciam a vítima em permanecer nesse relacionamento podendo ocasionar cicatrizes irreversíveis. Esta pesquisa constituiu-se em uma metodologia bibliográfica e exploratória, por utilizar como base o estudo de livros e artigos.

Palavras-Chave: Relacionamento Abusivo, Violência, Narcisismo, Consequências, Traumas

1. Introdução

Quando se fala de violência consequentemente relaciona-se com a física, porém ela toma outras formas, como psicológica, moral ou econômica. De modo que podemos descobri-las de maneiras sutis e grosseiras presentes no nosso cotidiano, as quais já estamos familiarizados, como no interior da família, no trabalho, e na escola. A Organização Mundial de Saúde (OMS) por Krug et al. (2002) descreve a violência como ação que tendo como resultado mais agravante a morte e em gradações menores lesões físicas, prejudicando o desenvolvimento do indivíduo que a sofre ou dano psíquico, a ação definida pelo uso da força física ou do poder, na forma de ameaça ou de violência atual, de maneira intencional – contra si ou outra pessoa, comunidades ou agrupamentos.

Os relacionamentos abusivos existem de diversas formas. No caso conjugal de acordo com Barreto (2015) definiu esses relacionamentos quando há excesso de poder e de controle, reforçando um sentimento de posse, tornando a vítima como seu objeto. Já no familiar a relação apresenta um sentimento de controle perante o filho(s),

¹ Acadêmica do curso de psicologia da UNIVEL- Centro Universitário de Cascavel-PR.

² Professora associada do Centro Universitário Univel, onde atua no ensino de Filosofia Geral e Jurídica, Filosofia da Educação, Hermenêutica jurídica e áreas a fins. Possui especialização em Filosofia Política e Jurídica (UEL-2002), Mestrado na área de Filosofia (UNESP-2008), com ênfase em ética e Filosofia política. Doutora em Filosofia (UNIOESTE-2019) com ênfase nos aspectos éticos e políticos.

predominando características como: competitividade, instabilidade, restrição de autonomia, falta de afeto, ameaça e culpa.

O assunto relacionamento abusivo envolve uma problemática que é a questão da dificuldade da vítima sair desse relacionamento e romper com o ciclo destrutivo que prejudica sua autoestima e ocasiona uma vulnerabilidade, provocando uma dependência que faz com que ela não enxergue uma saída. Diante disso, neste trabalho busca-se maximizar a compreensão dos motivos que levam esse relacionamento abusivo e suas consequências psicológicas na vítima.

Esta pesquisa tem com enfoque analisar o perfil psicológico da vítima e suas consequências, pesquisar a respeito dos tipos de violência dentro da relação, identificar as variadas formas de relacionamento abusivo focando no familiar e conjugal, incluindo o ciclo do relacionamento sua romantização e fases.

Dessa maneira a importância do tema abordado frente à sociedade é identificar as maneiras de abusos presentes em diferentes tipos de relacionamentos, gerando o mal estar enquanto ser psíquico. Este artigo consiste em uma pesquisa bibliográfica e exploratória. Tendo em vista no primeiro caso por ter uma aproximação com o tema e uso de dados pesquisados, já no segundo por apresentar a exploração da temática por meio de livros e artigos.

2. Relacionamento Abusivo Familiar

2.1 Mães Narcisistas

Existem dois modelos clínicos de narcisismo: os negligentes, que são marcados por sua personalidade egocêntrica e arrogante, não conseguem ter empatia pelos sentimentos dos outros, apresentando ideias de superioridade; e os hipervigilantes que são vulneráveis emocionalmente, não lidam muito bem com a rejeição, tendo uma personalidade mais reservada e introvertida, qualquer contato é considerado por eles como sendo uma intrusão. (GABBORD APUND HOMES, 2001).

Há muitos pontos de vista diferentes em relação a definição do narcisismo e sua perturbação, um dos principais escritores sobre esse assunto foi Freud, de acordo com ele ocorre um pensamento de projeção dos pais com os filhos, gerando por parte deles uma idealização de seus pais, chamado de ego ideal.

Se prestarmos atenção a atitude dos pais para o filhos, temos de reconhecer que ela é uma revivescência e reprodução do seu próprio narcisismo, que de há muito abandonaram (...) O amor dos pais, tão comovedor e no fundo tão infantil, nada mais é se não o narcisismo dos pais renascidos, o qual transformado em amor objectal, inevocamente revelam sua natureza anterior. (Freud, apud Magalhaes, 2004, p.54).

Segundo Silva (2019) essa questão transforma-se patológica quando a mãe passa refletir na criança suas vontades e seus desejos, desse modo a criança se torna um objeto da mãe para tentar preencher o vazio causado por suas expectativas frustradas. Assim a criança se desenvolve e cresce tentando atender esses desejos, ocasionando nela uma personalidade dependente. A característica marcante de uma mãe narcisista é a manipulação de todos ao seu redor, usando a justificativa de mãe preocupada e protetora, quando na verdade a preocupação é com ela mesma.

A mãe narcisista não possui limites, ela tem uma visão que seus filhos pertencem somente a ela. Alguns exemplos de atitudes narcisistas são: "(...) escolha daquilo que o/a filho/a pode vestir, comer, ouvir, ver; projeção dos sentimentos, sonho e expectativas, fazendo com que os filhos/as só se sintam amados e aceitos quando temem aos desejos maternos". (SILVA, 2019, p. 21).

Esse ato ocorre com maior frequência na infância pelo fato de a criança ainda não ter formulado uma percepção de si mesma, assim fica mais fácil a manipulação. Já na adolescência surge o desejo por independência e autonomia, o que ocasiona conflitos, nesse período a mãe narcisista interpreta isso como desrespeito a sua autoridade, assim utiliza a punição como forma de repreender esses comportamentos intencionando a dependência. Para Skinner a punição após a ação é ineficaz pois só leva a extinção temporária do comportamento ocasionando o reforço negativo. A ideologia da mãe ser perfeita e amar incondicionalmente seu filho dificulta a percepção do narcisismo materno tanto da parte dos filhos como das pessoas ao redor, desse modo a vítima normalmente busca ajuda estando já na fase adulta, quando toma consciência da situação.

2.2 Cultura do Machismo e a Repressão

A cultura patriarcal se baseia na violência e foi a primeira a impor a hierarquia entre os humanos, fundamenta-se na construção de diferença sociais e tem como base as diferenças sociais de gênero. Esse sistema ainda está presente em nossa sociedade inclusive as mulheres que defendem o feminismo tem dificuldade em desconstruir o

patriarcalismo em seus companheiros principalmente na construção da identidade de seus filhos homens. (CASTRO, 2009).

Na concepção machista existe um sistema hierárquico de gêneros onde a mulher assume uma posição inferior com relação ao homem. O machismo é a visão de superioridade de gênero. “o machismo é o comportamento, expresso por opiniões e atitudes, de um indivíduo que recusa a igualdade de direitos e deveres entre gêneros sexuais, favorecendo e enaltecendo o sexo masculino sobre o feminino”. (CASTRO apud ARCINIEGA, 2009, P. 04).

Segundo Castro (2009) o machismo está muito presente em nossa sociedade afetando a família principalmente os filhos com comportamentos controladores e manipuladores, baseados em um patriarcalismo antigo que faz parte da nossa cultura. Observando-se que o tratamento dado para a filha é diferente do fornecido para o filho, normalmente ele obtém uma liberdade precoce, assim gerando uma desigualdade de gêneros. Essa atitude que os pais tem com seus filhos faz com que o machismo perpetue na sociedade.

2.3 Abuso Sexual

Pode-se definir abuso ou violência sexual na infância e adolescência, como a situação onde eles são usados para satisfazer sexualmente desejos por parte de um adulto ou adolescentes mais velhos “incluindo desde a pratica de caricias, manipulação de genitais, mama ou anus, exploração sexual, voyeurismo, pornografia, exibicionismo, até o ato sexual, com ou sem penetração, sendo a violência sempre presumida em menores de 14” (PFEIFFER; SALVAGAGNI apud ABRAPIA, 1997, P. 02).

Normalmente a maioria dos casos são exercidos por um responsável ou alguém que tenha algum vínculo familiar ou relacionamento com ela. O abuso nem sempre vem acompanhado de violência física aparente, podendo apresentar vários níveis de gravidade e também diversas formas, essa questão dificulta na hora da denúncia complicando o diagnóstico do exame corpo de delito. (PFEIFFER; SALVAGAGNI, 2005).

As causas da violência são complexas, devido a isso é necessário analisar os diversos fatores e verificar como eles se comportam em cada indivíduo. O incesto é considerado crime de acordo com código penal brasileiro. Rangel (2001, p. 49) conceitua incesto como:

O incesto é qualquer tipo de contato sexual entre parentes do mesmo sangue e afins, desde que sejam adultos e a relação não seja atravessada pelo poder. Neste caso, eles apenas infringem uma norma social. Já o sexo com crianças é um abuso, porque ela não tem capacidade de consentir.

Já a pedofilia equivale no desejo erótico de um adulto por crianças que pode se materializar ou não. Nem sempre consiste somente na violência sexual pode ocorrer por meio de fotos ou imagem de crianças que desperta desejo ficando na fantasia. Portanto o ato sexual não é consumado. (CHILDHOOD, 2009).

Além dos danos gerados as vítimas de violência sexual, que possuem sua dignidade violada na maioria das vezes o abuso é mantido em segredo. O silêncio geralmente é visto como uma maneira de evitar conflitos e manter o grupo familiar unido. O abusador normalmente ameaça a criança para que ela não relate a ninguém, gerando a síndrome do segredo. (PFEIFFER; SALVAGAGNI, 2005).

Furniss (2002) alerta que são várias as consequências dentre elas as mais comuns são: a vergonha excessiva, comportamento agressivo, a fuga dos contatos físicos, tentativa de suicídio, comportamento antissocial, falta de confiança nos adultos, depressão e medo.

Observa-se que as consequências variam de pessoa para pessoas, dependem de qual é o vínculo entre a vítima e o abusador, a fase que ocorre, o ambiente familiar em que vive, e também a forma de como o ato é realizado. (AZAMBUJA, 2002).

2.4 Falta Afeto e Traumas

Para psicologia o afeto é uma maneira do ser humano demonstrar seus sentimentos e carinho por meio de ações, desse modo criamos nossos laços afetivos e de convivência. Existe um estereotípico presente na nossa sociedade, no qual espera-se que a família tenha que atingir a perfeição e o amor incondicional. Nos casos em que a ausência de afeto está presente, ocorre uma tentativa de alcançar a expectativa social que se dá por meio do fingimento de carinho e preocupação. Quando na fase de desenvolvimento ocorre essa falta de afeto isso pode ocasionar cicatrizes e traumas para o resto da vida. (BROTTO, 2008).

Eventos traumáticos que acontecem com frequência e ao longo prazo geram danos a todos os membros da família. Mulheres, crianças e adolescentes fazem parte do grupo

de maior risco pois são mais vulneráveis e dependentes, além de sofrer muitas vezes em silêncio e condicionados a viverem de forma absurda.

Esses eventos desestabilizam a segurança e a confiança na hora de se relacionar com outras pessoas, também dificultam as conexões afetivas e expectativas para o futuro. Em consequência ocorre a ruptura de fases do crescimento e desenvolvimento o que prejudica os mecanismos de adaptação e sobrevivência. Crianças e adolescentes que foram vítimas de abusos e abandono e ficaram traumatizadas podem apresentar condutas de defesa e características mais agressivas, como: “problemas de comportamento, por dificuldades em controlar seus impulsos e emoções, o que leva a outras situações antissociais ou criminosas, abusos de drogas e autoagressões com mutilações corporais”. (EISENSTEIN, 2006).

As reações pós traumáticas dependem da faixa etária e a fase do desenvolvimento da criança e adolescente. As reações mais comuns são divididas em quatro grupos

1. Reações corporais- baixa estatura, atraso do crescimento e do desenvolvimento puberal, inapetência, insônia e dificuldades de dormir devido a pesadelos, cefaléias, convulsões e tremores, hiperatividade, problemas gastrointestinais, problemas imunológicos e reações alérgicas, problemas de fala e de audição;
2. Reações emocionais- choque com amnésia, medo intenso, dissociações afetivas e da realidade, raiva e irritabilidade, culpa, reações de ansiedade, regressões, desespero, apatia, choros frequentes, reações depressivas e terror noturno com enurese;
3. Reações cognitivas- dificuldades de concentração, perdas de memória e confusão mental, distorções da realidade e imaginárias (flashbacks), pensamentos intrusivos e suicidas, perda da autoestima, dislexia e problemas de escrita;
4. Reações psicossociais- alienação, passividade, agressividade, isolamento e solidão, dificuldades no relacionamento afetivo, abuso de drogas, perdas de habilidade vocacionais e de interesse comum em atividades escolares. (EISENSTEIN, 2006).

3. Relacionamento Abusivo Conjugal

3.1 Ciclo da Violência

Hirigoyen (2006) em sua obra “A violência no casal: da coação psicológica a agressão física” aborda as diversas maneiras de violência que são exercidas por companheiros contra as suas mulheres, como elas se sentem inferiores e vulneráveis nesse local de violência doméstica; como os homens de diferentes personalidades podem agir de várias formas agressivas.

Essa pesquisa discorre sobre os tipos de violência de acordo com o artigo 7º da Lei nº 11.340/2006 (BRASIL, 2006) são formas de violência doméstica e familiar contra a mulher: violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral.

Castro (2015) aborda que a violência psicológica só foi considerada legalmente como crime em 2006, ou seja, é muito recente. De acordo com a lei Maria da Penha:

(...) entendida como qualquer conduta que lhe cause danos emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise desagradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação. (Lei Nº 11.340/2006, Cap.II, art. 7, inciso II). (BRASIL, 2006).

O fato dessa forma de violência ter se tornado lei indica um grande avanço para nossa sociedade principalmente no combate aos outros tipos de violência, entretanto está longe de ser reconhecida como uma problemática grave por instituições policiais e serviços públicos. As marcas causadas pela agressão física desaparecem, mas as humilhações e ofensas deixam marcas irreversíveis, devido a isso a violência psicológica pode ser considerada como a mais cruel, pois os traumas psíquicos permeiam por toda a vida da mulher. (HIRIGOYEN, 2006).

A violência sexual se consuma quando a relação sexual é realizada por meio da força física e de chantagens, o companheiro obriga a mulher a praticar atos sexuais que ela não a agrada. (CASTRO, 2015).

Segundo Mansur (2016) a violência sexual é todo tipo de ato sexual realizado sem consentimento da mulher, podendo ocorrer por meio das agressões, ameaças, coações, força física ou em momentos de vulnerabilidade da vítima, como nos casos de embriagues ou sob uso de drogas.

O assédio sexual sofrido dentro de um relacionamento abusivo se diferencia da cantada, da chantagem, e da sedução pelo fato de haver uma relação de poder entre o assediante e o assediado, ou seja, se define pelo estado de que uma das partes da relação dispõe de formas de penalizar o outro. (DEMOLINARI, 2017).

Sobre a violência patrimonial e econômica este tipo de abuso ocorre quando se tem um controle financeiro da mulher onde acontece a destruição de objetos, ocultação de

bens e patrimônio, quando o agressor exige que a vítima não trabalhe fazendo assim com que ela seja dependente financeiramente dele. (TELES e MELO, 2003).

Demolinari (2017) a violência moral dentre as outras é a que possui menor visibilidade devido ao fato de ser reconhecida somente quando esta se encontra em um estágio avançado. essa violência ocasiona uma exaustão psicológica fazendo com que a vítima não tenha reações dentro do jogo manipulativo do agressor, algum dos sintomas mais frequentes é a depressão, dependência química e suicídios.

Discorrem que a violência moral ocorre quando o agressor abala ou prejudica a moral da mulher, aquilo que ela pensa sobre ela mesma ou que as outras pessoas pensem dela. Ocorrem xingamentos, ofensas e inclui calúnia, difamação e outras mentiras com intuito de destruir a reputação do outro. (TELES e MELO, 2003).

A violência física é considerada como sendo toda a ação que utiliza o uso da força contra a mulher em qualquer situação. De acordo com Casique e Fugerato (2006, p.48) “podendo manifestar-se por pancada, chutes, beliscões, mordidas, lançamento de objetos, empurrões, bofetadas, surras, lesões com arma branca, (...)”

De acordo com o instituto maria da penha o ciclo da violência possui três fases: aumento da tensão, ato de violência e arrependimento e comportamento carinhoso. A primeira o agressor se irrita facilmente por coisas insignificantes, podendo até ter crises de raiva, a culpa instaurada na vítima faz com que ela negue para si mesma e esconda dos demais. A segunda fase está relacionada com a perda do controle do agressor levando ao ato violento, nesse período a vítima não tem reação devido a tensão psicológica sofrida. Na terceira e última fase também chamada de lua de mel se caracteriza pelo arrependimento do agressor o qual se comporta de maneira amável e carinhosa para conseguir a reconciliação. Lembrando que o ciclo da violência é considerado vicioso e destrutivo para quem vive.

3.2 A Dificuldade da Vítima Sair desse Relacionamento

O relacionamento abusivo ocorre quando há abundância de poder sobre o outro, ele começa de maneira menos perceptível e vai se agravando o que gera sofrimento e mal estar. A relação abusiva é de difícil percepção no entanto podemos pontuar algumas características: ciúmes e o controle excessivo sob as escolhas e atitudes do parceiro, tentando isolá-lo dos demais familiares e amigos. O abusador tem atitudes agressivas

tanto verbalmente quanto fisicamente, na maioria dos casos obrigando a vítima ou pressionando-a a ter relações sexuais. (BARRETO, 2015).

Segundo Soares (2005) a quebra de uma relação abusiva pode levar anos devido ao fato que a maioria das mulheres continuam com seus parceiros por ter uma dependência financeira ou medo da morte por sofrerem constantes ameaças, com a esperança de mudar o comportamento do outro e o constrangimento de fracassar e admitir uma dependência emocional.

A ideia de sair deste relacionamento pode parecer algo fácil, mas envolve uma idealização de sonhos e anos investidos nessa relação, podendo adoecer a vítima fazendo com que ela acostume com a violência aos olhos dos outros algo inadmissível porém para quebrar esse paradigma mental não é tão fácil quanto pensam. (HIRIGOYEN, 2006).

3.3 Consequências Psicológicas

O relacionamento abusivo pode envolver várias causas, entre elas as condições familiares em que o casal se desenvolveu psicologicamente. Um indivíduo que presenciou ambientes abusivos no âmbito familiar tem uma tolerância maior de aturar violências. Esse tipo de condição pode torna-lo insensível em relação ao sofrimento e agressão, trazendo uma falsa sensação que isso é algo comum. As consequências do abuso são inúmeras: “depressão, ansiedade, baixa autoestima, diminuição das suas potencialidades parentais, sentimento de culpa – é também causa de neuroses diversas e afeta até mesmo algumas capacidades cognitivas básicas” (PAIVA & FIGUEREDO, 2008).

O ambiente onde ocorre violência prejudica a estrutura psicológica da vítima o que danifica várias de suas capacidades. O estresse causado pela relação abusiva pode afetar o processo de superação. As consequências desse quadro de violência podem gerar a curto prazo danos físicos e psicológicos já a longo prazo pode acarretar graves problemas de saúde, como por exemplo: depressão, dores crônicas, ansiedade, fobias, etc.

A violência na relação íntima deve ser levada em consideração por ser uma questão de saúde já que envolve tanto a mental quanto a física de quem está envolvido. As consequências psicológicas mais graves geradas por relacionamentos tóxicos no sexo feminino são estresse pós-traumático, baixa autoestima e tendência suicida. (CARIDADE & MACHADO, 2006).

4. Conclusão

Neste artigo o assunto abordado está muito presente na nossa sociedade, porém ainda não tem valor e o reconhecimento da gravidade que pode causar em uma vítima, não sendo levada a sério o que faz com que perpetue um julgamento do senso comum perante quem a sofre, independente de suas modalidades.

Pode-se observar tanto em relacionamento abusivo familiar quanto no conjugal que existe uma idealização da vítima com relação à imagem do abusador. No primeiro a projeção de uma mãe perfeita, romantizando a superproteção que por vezes pode ser uma forma de punição egoísta da responsável. Já no segundo a uma ideia de uma relação em que a vítima precisa satisfazer os desejos e as vontades do cônjuge para que alcance a perfeição, ocasionando o ciclo autodestrutivo.

Diante disso um dos principais objetivos desse artigo foi expor os tipos de relacionamento abusivo e como esses causam impactos em quem sofre, dando destaque para as consequências psicológicas pois elas podem perpetuar a longo prazo, diferente de uma violência física os traumas deixados podem ser irreversíveis, assim esse tema merece reconhecimento e visibilidade, pois quanto maior a ênfase mais chances a vítima tem de tomar uma atitude e se libertar disso com apoio e sem pressão da sociedade.

REFERÊNCIAS

ABRAPIA. Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência. **Maus-tratos contra crianças e adolescentes: Proteção e prevenção.** Guia de orientação para educadores. Petrópolis: Autores & Agentes & Associados, 1997.

ABRAPIA. Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência. **Maus-tratos contra crianças e adolescentes: Proteção e prevenção.** Guia de orientação para educadores. Petrópolis: Autores & Agentes & Associados, 1997.

ARCINIEGA, M. G; ANDERSON, T. C; TOVAR-BLANK, Z. **Tracey. Toward a Fuller Conception of Machismo:** Development of Machismo and Caballerismo Scale Journal of Counseling Psychology. 2008.

AZAMBUJA, M. R. F. De. **Violência sexual intrafamiliar: É possível proteger a criança?** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004. 62 p.

BARRETTO, S. R. **O que caracteriza o relacionamento abusivo?** Repórter Unesp. 2015. Disponível <http://reporterunesp.jor.br/psicologa-explica-relacionamentos-abusivos-oque-e-e-como-lidar-com-essa-situacao/>. Acesso em: 15/06/2020.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm. Acesso em: 20/06/2020.

BROTTO, T. F. **Ausência de afeto**. Disponível: <https://www.psicologo.com.br/blog/como-melhorar-o-relacionamento-familiar/>. Acesso em: 08/06/2020.

CARIDADE, S.; MACHADO, C. **Violência sexual no namoro**: relevância da prevenção. Psicologia, Vol. XXII(1), Edições Colibri. Lisboa. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/psi/v22n1/v22n1a04.pdf>. Acesso em: 18/02/2020.

CASIQUE, L.; FUGERATO, A. R. F. **Violência contra mulheres**: Reflexões Teóricas, 2006.

CASTRO, J. **Violência psicológica contra a mulher na relação conjugal**. 2015. Disponível: <https://jus.com.br/artigos/40130/violencia-psicologica-contra-a-mulher-narelacao-conjugal>. Acesso em: 20/06/2020.

CHILDHOOD. Guia de referência. 2009. Disponível em: <http://www.childhood.org.br/wp-content/uploads/2010/12/Guia-de-Referencia.pdf>. Acesso em: 14/06/ 2020.

DEMOLINARI, S. **Tipos de abuso no relacionamento**. 2017. Disponível: <http://hojeemdia.com.br/opini%C3%A3o/colunas/simone-demolinari-1.334203/tipos-deabuso-no-relacionamento-1.457922>. Acesso em: 18/06/2020.

EISENSTEIN, E.; LIDCHI, V. **Abusos e proteção de crianças e adolescentes**. Rio de Janeiro: CEIIAS-ISPCAN. 2004.

FREUD, S. **Obras psicológicas**. Imagino editora, Rio de janeiro, 1974.

FURNISS, T. **Abuso sexual da criança**: Uma abordagem multidisciplinar. Porto Alegre: Artmed, 2002.

HIRIGOYEN, M. F. **A violência no casal**: da coação psicológica à agressão física. Trad. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 256 p.

HOMES, J. **Narcisismo**. Almedina, Portugal, 2001.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. Disponível: <https://www.institutomariadapenha.org.br/> . acesso em: 21/06/2020.

MANSUR, P. G. M. **Proteja-se contra os diferentes tipos de violência contra a mulher**. 2016. Disponível: <http://www.justicadesaia.com.br/>. Acesso em: 17/06/2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, **Global and regional estimates of violence against women**: prevalence and health effects of intimate partner violence and nonpartner sexual violence. Geneva (SW): World Health Organization; 2013.

PAIVA, C.; FIGUEREDO, B. **Abuso no Relacionamento Íntimo com o Companheiro: Definição, Prevalência, Causas e Efeitos**, Psicologia, Saúde & Doenças, 2003.

PFEIFFER, L.; SALVAGNI, E. P. **Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência**. Jornal de Pediatria, Rio de Janeiro, v. 81, n. 5, p. 197-204, 2005.

RANGEL, P. C. **Abuso sexual intrafamiliar recorrente**. Curitiba: Juruá, 2001.

SILVA, A. **Cultura machista no Brasil**: fragilidade de segurança à mulher em contextos nostálgicos. 2016. Disponível: <https://www.brasil247.com/blog/cultura-machista-no-brasil-a-fragilidade-de-seguranca-a-mulher-em-contextos-misoginos> Acesso em: 17/06/2020.

SOARES, M. B. **Enfrentando a violência contra mulher**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005.

TELES, M. A. A. de.; MELO, M. de. **O que é violência**. São Paulo: Brasiliense. 2003.

TERAPIA DE ACEITAÇÃO E COMPROMISSO EM PACIENTE BARIÁTRICO: UM ESTUDO DE CASO

Elaine Cristina Rodrigues Ledur¹
Polyane Christina Ghiggi Werner²

Resumo: O objetivo da Terapia de Aceitação e Compromisso (ACT) é proporcionar flexibilidade psicológica, que significa aceitar os eventos encobertos, ou seja, aqueles que ocorrem dentro do indivíduo como sentimentos, pensamentos e memórias a serviço de manter ou modificar ações que são importantes para o mesmo. Nesse sentido, um dos grupos no qual a ACT pode ser efetiva, são pacientes em processo para realização da cirurgia bariátrica. Portanto, esta pesquisa teve como objetivo aplicar a técnica da ACT em uma paciente que realizava atendimento multidisciplinar para a cirurgia bariátrica, sendo realizada na Clínica Escola de uma Instituição de Ensino Superior particular da cidade de Cascavel-PR, no ano de 2016. Para tanto, foram aplicadas durante 15 sessões individuais, em um período de 04 meses, exercícios, vídeos e metáforas com o objetivo de conduzir o indivíduo estudado a distinguir os eventos encobertos, desenvolvendo uma ação mais consciente em relação a eles. Após as intervenções, a participante relatou que passou a aceitar sentimentos e pensamentos, e começou a enfrentar situações que anteriormente evitaria. Nesse sentido, pode-se afirmar que além da ACT ser eficaz em estudos já realizados, como prevenção ao suicídio, depressão, dor, abuso de substância, entre outros, ela foi extremamente eficaz no caso de uma paciente em processo bariátrico. A partir deste cenário, a ACT pode atingir uma grande amplitude e despertar um grande interesse de pesquisadores da área em aplicá-la a outras populações, visto que seus estudos geralmente são caracterizados como pesquisas qualitativas e que dependem de várias construções e contribuições para o desenvolvimento do mesmo.

Palavras-chave: Terapia de Aceitação e Compromisso. Pacientes Bariátricos. Acompanhamento Terapêutico.

1. Introdução

A fim de criar flexibilidade psicológica, a Terapia de Aceitação e Compromisso (ACT), combina processos de aceitação e atenta a técnicas de compromisso, bem como associa o processo de mudança de comportamento na psicoterapia. Criada no início dos anos 90 pelo psicólogo americano Steven C. Hayes, ela é um ramo da psicologia comportamental, que se encontra na chamada “terceira onda”, ou seja, terceira fase de desenvolvimento. Esse modelo de terapia é baseado na Teoria dos Quadros Relacionais (TQR) que pressupõe que o ser humano estabelece relações eventuais. Assim que esse modelo se adapta de modo conceitual com o quadro clínico e os processos de mudança da ACT se relacionem ao mesmo, há grandes possibilidades de eficácia durante a terapia, tornando-se possível também à aplicação da ACT em novas áreas. Como sua base teórica

¹ Psicóloga - Especialista em Psicologia Cognitivo-Comportamental

² Psicóloga - Especialista e professora do Curso de Psicologia do Centro Universitário UNIVEL.

se encontra em conceitos do Behaviorismo Radical, espera-se que os processos das mudanças desejadas alcancem os resultados na terapia (HAYES; PISTORELLO & BIGLAN, 2008).

Portanto, esta pesquisa teve como objetivo aplicar a Terapia de Aceitação e Compromisso (ACT) em um paciente na fila de espera para cirurgia bariátrica. É de suma importância a aplicação da técnica nestes pacientes, tendo em vista que, de acordo com dados mencionados no site do Ministério da Saúde (2009) a quantidade desse tipo de cirurgia realizada pelo Sistema Único de Saúde (SUS) aumentou 542% no Brasil em menos de dez anos.

Após a aplicação da técnica, observou-se mudança através dos resultados obtidos em relação aos hábitos da paciente, aceitação do corpo, de sua história de vida, dos pensamentos e sentimentos aversivos e compreensão de que não pode modificar algumas coisas. Assim sendo, a referida pesquisa traz subsídios a respeito da ACT e suas contribuições relacionadas ao manejo na terapia com pacientes bariátricos durante atendimentos clínicos, tema de grande importância, tendo em vista o crescente número de pacientes e procedimentos cirúrgicos no Brasil.

Sendo assim, os resultados foram verbalizados pela paciente em vários momentos, destacando-se uma situação onde a mesma tinha dificuldades de aceitar a forma em que a irmã escolheu para viver, principalmente em relação ao sobrepeso que já dificultava sua locomoção, e após a aplicação da técnica passou a entender que não tem controle sobre esse evento, e em outro momento onde a psiquiatra afirmou que irá retirar um de seus medicamentos controlado assim que a cirurgia for realizada, pois a mesma apresentou melhoras no tratamento, além de outras mudanças que serão descritas ao longo desse estudo de caso.

2. Desenvolvimento

Terapia de Aceitação e Compromisso (ACT) – Um Breve Histórico

Criada por Steven Hayes e colaboradores, a Terapia de Aceitação e Compromisso (ACT) é uma psicoterapia comportamental baseada na Teoria dos Quadros Relacionais (TQR) que propõe uma análise da linguagem humana. Buscando o início histórico da ACT, verificou-se que o pesquisador Watson priorizou os fatos observáveis, pois não existiam métodos pertinentes para estudar os eventos do indivíduo. Contudo, Skinner ampliou o

campo a ser estudado e deu prioridade ao manejo das contingências ambientais em relação aos eventos. Depois de quase meio século de estudos para o desenvolvimento da pesquisa fundamental, os conceitos clássicos de aprendizagem foram abundantemente elaborados para compor a base da terapia comportamental. No entanto, o rigor dos experimentos dessa primeira fase, ou como é chamada atualmente, primeira onda das terapias comportamentais, limitou o estudo de questões humanas menos imparciais (BARBOSA & MURTA, 2014).

Com as novas descobertas, surgiu então a segunda onda das terapias comportamentais. O foco do tratamento passou para a modificação do conteúdo de pensamentos e afetos, contudo, sem um modelo cognitivo básico, as novas intervenções tomaram como base os modelos clínicos. Devido à ausência de conexão com os princípios básicos, geraram-se pesquisas com algumas limitações. Os modelos cognitivos identificaram-se como uma abordagem mais adequada dos pensamentos e sentimentos (BARBOSA & MURTA, 2014).

Porém, segundo Barbosa & Murta (2014) a mudança para a terapia cognitivo-comportamental não teria sido uma resposta adequada para as limitações da terapia comportamental, por isso, a terceira onda das terapias comportamentais retoma o problema e as soluções da primeira. A cognição ainda é o foco, mas o destaque mudou do conteúdo para o contexto dos pensamentos, sentimentos e sensações. As duas primeiras ondas não concordavam nos métodos, mas tinham o objetivo de remodelar comportamentos ou sentimentos. A ACT, por sua vez, não dá prioridade à mudança direta do comportamento ou a influência de sentimentos e pensamentos sobre o comportamento, prioriza na verdade a construção da ligação do sujeito com os eventos psicológicos (SABAN, 2015).

Pode-se dividir a história da ACT em três períodos. No primeiro, ocorrido entre as décadas de 70 e 80, a ACT foi chamada de “Distanciamento Compreensivo”, indicando uma extensão e elaboração da terapia cognitiva, culminando para uma clínica comportamental mais efetiva, levando à aplicação dos princípios do comportamento verbal. O segundo período ocorreu entre 1985 e 1999, quando foi desenvolvida a TQR com um enfoque comportamental pós-skineriano da cognição e da linguagem humana, no que culminou para o modelo e as intervenções da ACT. Neste mesmo período, o nome Distanciamento Compreensivo foi substituído pelo hoje conhecido Terapia de Aceitação e Compromisso (BARBOSA & MURTA, 2014).

O terceiro período compreende entre o ano de 2000 aos dias atuais. O início dessa fase resultou na publicação do livro “Terapia de Aceitação e Compromisso: Uma Abordagem Experiencial à Mudança do Comportamento”, de Hayes, Strosahl, & Wilson em 1999. Desde então, a ACT tem sido investigada e reconhecida como uma abordagem contemporânea baseada na TQR (BARBOSA & MURTA, 2014).

Dessa forma, a proposta da ACT é aceitar os eventos encobertos e concentrar as ações do sujeito para uma vida mais significativa. A ideia central baseia-se na aceitação e no contato com o aqui e agora, a mudança de comportamento da pessoa está ligada a escolhas baseadas em valores pessoais e métodos que são usados para facilitar a habilidade do indivíduo de ver as coisas a partir de muitas perspectivas e de se manter em contato flexível com o presente (SABAN, 2015).

Segundo Lillis, Dahl & Weineland (2016), quando a pessoa tenta evitar ou mudar como se sente, ela na verdade está focando e lembrando mais ainda do estímulo aversivo do qual gostaria de se afastar. Portanto, de acordo com os autores, a solução seria a de sentir, vivenciar e experimentar o sentimento pelo qual está lutando contra, ou seja, a pessoa deve ficar a vontade para expressar suas emoções e sentimentos negativos, guardando energia para gastar com aqueles sentimentos que realmente são importantes para o indivíduo.

De acordo com Hayes (1987), os clientes geralmente vão para a terapia com o objetivo de eliminar pensamentos e sentimentos, porém isto é ineficaz, pois não é necessário modificá-los para que ocorra uma mudança de comportamento, além do mais, tentar eliminar os pensamentos e sentimentos é considerado por ele como algo que não possui eficiência, pois ver os pensamentos e os sentimentos como o "problema" é parte do problema. Portanto, a ACT promove contato constante, porém sem muita valorização com os eventos psicológicos e do meio, o objetivo é que os pacientes experimentem o mundo mais diretamente, a fim de que o seu comportamento se torne mais flexível e suas ações mais condizentes com seus valores.

Enfim, Barbosa & Murta (2014) complementam que a evolução da técnica configura uma mudança de direção. Após 19 anos, a ACT mostra-se uma alternativa possível, pois é fundamentada em pressupostos filosóficos claros e em um modelo principal da cognição e linguagem humanas. De acordo com Lillis, Dahl & Weineland (2016), a ACT parte do princípio que a dor psicológica é normal, e embora o primeiro instinto seja o de lutar contra ela, isso nem sempre funciona e leva a pessoa a sofrer ainda mais. Para tanto, a ACT tem

como um de seus objetivos, levar a pessoa a desistir de lutar contra seus pensamentos e sentimentos passando a se concentrar apenas em sentir-se bem. Já Barbosa & Murta (2014) contribuem dizendo que a ACT apresenta um modelo de mudança do comportamento que envolve o funcionamento saudável e patológico, com evidências plausíveis e área de aplicação cada vez maior, e está integrada a um sistema de desenvolvimento científico que avalia e orienta de forma contínua suas contribuições ao campo da saúde mental.

Pacientes bariátricos

A obesidade vem sendo definida como um grande problema de saúde pública, nos países em desenvolvimento e em países com alto nível de desenvolvimento econômico e social. Devido a seus riscos, ela é uma doença que apresenta como característica principal o alto nível de acúmulo de gordura corporal. A Organização Mundial da Saúde (OMS) define a obesidade baseando-se no Índice de Massa Corporal (IMC) e no risco de mortalidade associada. Para tanto, quando o IMC se encontra acima de 30kg/m^2 é considerada obesidade. A OMS traz a definição de obesidade de acordo com sua gravidade, sendo considerado de grau I quando o IMC posiciona-se entre 30 e $34,9\text{kg/m}^2$, obesidade grau II quando IMC fica entre 35 e $39,9\text{kg/m}^2$ e, por último, obesidade grau III quando o IMC fica acima de 40kg/m^2 . Como a obesidade é uma doença crônica que envolve vários fatores, o seu tratamento também abrange várias áreas, entre elas tratamento nutricional, uso de medicamentos e dieta para reduzir o apetite e a massa corporal, além da prática de exercícios físicos. Porém, alguns pacientes precisam de uma intervenção mais efetiva, sendo a cirurgia bariátrica uma das técnicas com crescente indicação na condução do tratamento da obesidade (FANDIÑO *et al*, 2004).

Os candidatos para a realização do tratamento para a cirurgia bariátrica devem possuir os seguintes aspectos clínicos e cirúrgicos da obesidade mórbida: IMC maior que 40Kg/m^2 juntamente com outras doenças, entre elas: hipertensão arterial, diabetes tipo 2, entre outras. Para que o paciente seja escolhido, é necessário um tempo mínimo de 5 anos de evolução da obesidade e esgotamento de alternativas baseado no tratamento convencional, realizado por equipe profissional qualificada. A cirurgia não é indicada para pacientes com doenças graves como: lesão acentuada do miocárdio, cirrose hepática, pneumopatias graves e insuficiência renal. É importante destacar que a obesidade de grau

III está ligada à piora da qualidade de vida e a grandes chances de fracasso dos tratamentos comuns (FANDIÑO *et al*, 2004).

De acordo com Fandiño *et al* (2004) com a cirurgia bariátrica os resultados esperados são: perda de peso, melhora das doenças associadas, melhora da auto estima, confiança e qualidade de vida. Além dos seguintes resultados pós-cirúrgicos: melhora na saúde e bem-estar, dos parâmetros respiratórios como: apneia do sono, dor torácica, dispneia e hipertensão, e dos metabólicos, entre eles o diabetes e distúrbios lipídicos, associados a grande perda de peso proporcionada pela cirurgia. Para tanto, é importante ressaltar também que o número de mortes durante o período da cirurgia está em volta de 0.3 a 1.6%, e as complicações do período pós-operatório podem ocorrer tanto precocemente (infecção da ferida operatória, ulcera gástrica, entre outras) quanto tardiamente (diarreia, anemias, entre outras).

Portanto, considera-se indispensável que o profissional de Psicologia que atende o público indicado para a cirurgia bariátrica, busque informar-se a respeito de como funciona a cirurgia para que possa orientar o paciente de forma assertiva diante dos diversos resultados que a mesma pode trazer, tanto no pré como no pós-operatório. Além de ser essencial também, que o paciente continue a terapia após a cirurgia a fim de se adaptar emocionalmente e fisicamente com as mudanças causadas pelo procedimento.

Acompanhamento terapêutico em pacientes bariátricos

A presença do profissional de Psicologia na equipe multidisciplinar é indispensável, pois o Conselho Federal de Medicina (CFM) caracteriza como necessária a avaliação psicológica, para que o paciente possa se submeter à cirurgia bariátrica, e se pauta em resoluções que definem equipe, indicações e procedimentos para esse processo. Além de questões legais, outros motivos tornam a avaliação psicológica imprescindível, entre elas: a averiguação da capacidade do paciente de readequar os seus novos hábitos de vida, sobretudo os hábitos alimentares; a consciência de uma nova imagem corporal, que acaba acarretando modificações comportamentais e sentimentais, ou seja, as condições emocionais e psíquicas desse paciente para lidar com as adversidades antes e após a cirurgia (HASTENREITER, 2014).

A cirurgia bariátrica é o último recurso de tratamento para a obesidade. É preciso compreender que o procedimento cirúrgico não se trata de um método estético, mas sim

de um recurso médico para lidar com uma patologia. A importância desse fato é que por muitas vezes, os pacientes pensam apenas em padrões de beleza, não se dando conta de que o sucesso do tratamento depende não só da cirurgia, mas também do comprometimento com mudanças de seus hábitos de vida (HASTENREITER, 2014).

Na Clínica Escola onde a pesquisa se desenvolveu, são atendidos aproximadamente 2000 pacientes durante o ano, que contam com o apoio e procedimentos de uma equipe multidisciplinar composta por Psicólogos, Fisioterapeutas, Fonoaudiólogos, Nutricionistas e se necessário Psiquiatras. Em relação à psicoterapia, o atendimento vai além da avaliação psicológica, ela trás o recurso necessário para que o paciente lide com suas frustrações, angústias, mudanças corporais, pensamentos, emoções e comportamentos disfuncionais em relação ao seu novo hábito de vida.

Uso da ACT em pacientes bariátricos

As terapias analítico-comportamentais apresentam intervenções com grande aplicação e validação empírica, como a Terapia de Aceitação e Compromisso (ACT). Como descrito no capítulo anterior, a ACT tem como principal finalidade tratar a Esquiva Emocional, o número expressivo de respostas referente ao conteúdo cognitivo e a falta de habilidade de assumir e preservar compromissos com a mudança. Para seus criadores, os clientes geralmente chegam à clínica com queixas que apresentam tentativas de administrar os supostos especificadores de seu sofrimento, ou seja, a supressão de emoções negativas, lembranças e impulsos. Portanto, a ACT está concentrada na quebra do controle de estímulo problemático, cedendo alternativas de contato com novas possibilidades de reforçamento (SABAN, 2015).

Neste sentido a aplicação da ACT em pacientes bariátricos pretende proporcionar ao sujeito que os eventos sejam vivenciados como o que de fato eles são, e treinar a capacidade de identificar um evento encoberto, esclarecendo valores e planejando a aplicação de comportamentos. Assim sendo, investe-se de maneira interventiva, sendo trabalhada em terapia a aceitação, que consiste na resposta para a questão relativa ao que fazer com os eventos encobertos (SABAN, 2015).

Segundo Lillis, Dahl &Weineland (2016) uma das razões pela qual a perda de peso não é efetiva é chamada de “armadilha do preciso de conserto”, onde as pessoas acreditam que tem algo de errado com elas e que isso precisa ser corrigido. Os mesmos

autores ressaltam a importância de saber o que a comida representa na vida da pessoa que deseja perder peso, pois, ela deve servir como meio de energia e sustento. Porém, para algumas pessoas a comida representa uma fonte de prazer para suprir algumas carências, ou seja, usam o alimento como forma de aliviar seus eventos encobertos, mesmo que isso traga ao indivíduo culpa posteriormente.

Sendo assim, em relação à paciente bariátrica do presente estudo de caso, as técnicas da ACT, se propuseram a reduzir as formas de controle promovendo a flexibilidade psicológica. A terapia quebra o domínio do comportamento e faz da experiência o foco, utilizando-se de metáforas, paradoxos e exercícios. As metáforas não possuem uma lógica racional, pois são mais como imagem, facilitando que o paciente se recorde delas e consiga aplicá-las em situações necessárias. Já o paradoxo trata-se de uma construção verbal sobre eventos parcialmente verbais e não verbais, e por fim, os exercícios proporcionam uma experiência com os eventos encobertos em um ambiente seguro e sem julgamento, promovendo uma mudança e enfraquecendo suas funções de esquiva (SABAN, 2015).

Portanto, a presente pesquisa vem de acordo com a necessidade de ampliação de conhecimento acerca da ACT, bem como de sua aplicabilidade em diferentes patologias e compulsões, expondo a técnica e os benefícios que a mesma pode trazer para pacientes que estão no processo de espera para cirurgia bariátrica. Devido a sua complexidade e importância é primordial que o paciente esteja psicologicamente preparado para a realização de todos os procedimentos.

3. Metodologia

Participou desse estudo de caso uma paciente de 53 anos do sexo feminino, que realizou atendimento multidisciplinar desde o mês de maio do ano de 2016. A pesquisa se realizou em uma Clínica Escola de uma Instituição de Ensino Superior particular da cidade de Cascavel-PR. O critério de seleção se deu por meio de triagem realizada na clínica, de uma das pacientes que já se encontrava em atendimento psicológico e pelos demais acompanhamentos necessários para a realização da cirurgia.

Foram utilizados durante as sessões, entrevista aberta e técnica pré-determinada, ACT, que compõem exercícios e metáforas como as citadas por Saban (2015), “o tabuleiro de xadrez”, “o observador”, entre outras. Além de vídeos, entre eles “o convidado indesejado” e “passageiros no ônibus” (Valentim, 2015).

4. Resultados

De acordo com o levantamento de dados e relatos da paciente, a mesma passou a manter um autocontrole frente às situações nas quais ela não saberia lidar antes das sessões, além de mudanças no seu comportamento de uma forma geral, segundo ela: “faço mais reflexões antes de falar, não sou mais tão explosiva, além de todo o meu comportamento em relação à alimentação, mudei radicalmente a forma de me alimentar”. Quando questionada se consegue aplicar a técnica no seu dia a dia, a cliente foi convicta em dizer que sim, citando como exemplo o seu novo repertório frente à situação da sua irmã, quando antes não aceitava como ela vivia, devido à obesidade, e que este ano quando foi visitá-la procurou aplicar a técnica aceitando a forma que ela escolheu para viver e buscou aproveitar o tempo de forma agradável em sua companhia. A paciente relatou também que a técnica a ajudou em diversas áreas de sua vida, principalmente com o manejo do seu casamento, além de dizer que foi uma experiência única, que realmente conseguiu se conhecer melhor. Além disso, a psiquiatra da paciente confirmou a retirar um de seus medicamentos controlados assim que a cirurgia foi realizada, pois a mesma apresentou melhoras no tratamento.

Por fim, a paciente encerrou dizendo que já havia feito várias vezes terapia e que em nenhuma das vezes, ela e as pessoas do seu convívio haviam notado tanta mudança de comportamento. Dessa forma a fala da paciente pode vir a confirmar a efetividade da técnica aplicada em pacientes na fila de espera para a cirurgia bariátrica.

5. Considerações Finais

A participante escolhida para a pesquisa foi selecionada por apresentar padrões de Esquiva Experiencial, sendo essa descontada nos alimentos. Devido ao fato da paciente já estar em atendimento clínico com a terapeuta, ambas já tinham estabelecido um vínculo terapêutico significativo, sendo que, a terapeuta percebeu a necessidade de aplicação da Terapia de Aceitação e Compromisso (ACT), tendo em vista que a paciente não aceitava seu sobrepeso e seu corpo, além de ter alguns comportamentos de fuga e esquiva emocional, onde descontava sua ansiedade nos alimentos.

Ao longo dos atendimentos, a paciente verbalizou que a aplicação da ACT a ajudou em várias áreas de sua vida, trazendo inclusive relatos ao longo das sessões, pois a mesma afirma estar lidando com situações das quais antes se esquivava. Relata ainda, que após a aplicação da técnica, passou a entender que não tem controle sobre as

escolhas que outras pessoas fazem para suas vidas e está conseguindo aceitar esse fato. O relato da paciente vem de encontro ao que diz Saban (2015) ao afirmar que a aceitação é uma postura ou uma ação, sendo ela vantajosa em situações onde o controle não é efetivo, ou seja, que não podem ser mudadas.

Outro ponto que confirma que a técnica é efetiva é quando, Lillis, Dahl & Weineland (2016), afirmam que a ACT promove a flexibilidade psicológica, por meio da atenção plena, da aceitação e dos valores. Dessa forma a pessoa poderá interagir consigo mesmo e com as situações pelas quais esteja passando no momento, se libertando de pensamentos negativos e abandonando o esforço de lutar contra os sentimentos e pensamentos incômodos. Fato esse relatado quando a participante dizia aplicar o que aprendeu em sessão no seu ambiente natural, principalmente em situações nas quais se esquivava anteriormente, entre elas em relação a seu casamento. Portanto, a ACT quando planejada e aplicada de forma correta, pode ser eficaz em várias patologias, sendo confirmada por Hayes; Pistorello & Biglan (2008) em seu artigo Terapia de Aceitação e Compromisso: Modelos, dados e extensão para a prevenção do suicídio. Neste caso, os resultados são perceptíveis em dois momentos, o primeiro quando ela consegue viajar para a casa da irmã e aceitá-la conforme seu histórico de vida, e em um segundo momento, quando a paciente apresentou controle sobre a alimentação, baixando significativamente seu peso, tornando seu processo cirúrgico possível. Esses dois pontos vão de encontro da fala de Hayes; Pistorello & Biglan (2008) em relação à flexibilidade psicológica e o impacto que esta causou na vida da paciente.

Por fim, esta pesquisa se caracteriza como um estudo de caso exploratório descritivo da aplicação dos princípios da ACT em um paciente na fila de espera para a cirurgia bariátrica. Sugere-se que sejam feitos estudos controlados relacionados ao manejo na terapia com pacientes bariátricos durante atendimentos clínicos, sendo este um tema de grande importância devido ao aumento do número de pacientes e cirurgias bariátricas no Brasil.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, L. M. & MURTA, S. G. **Terapia de Aceitação e Compromisso: história, fundamentos, modelo e evidências.** Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva. Vol. 16, n. 3, 2014. Disponível em: <<http://www.usp.br/rbtcc/index.php/RBTCC%20/article/view/711>>. Acesso em: 21 de Abril de 2016.

FANDINO, J.; BENCHIMOL, A. K.; COUTINHO, W. F. & APPOLINÁRIO, J. C. **Cirurgia Bariátrica: aspectos clínico-cirúrgicos e psiquiátricos.** R. Psiquiatr. Vol. 26, n.1, Rio Grande do Sul, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rprs/v26n1/20476.pdf>>. Acesso em: 25 de Abril de 2016.

HASTENREITER, F. **Avaliação psicológica antes da cirurgia bariátrica.** Portal educação, 2014. Disponível em: <<http://www.portaleducacao.com.br/psicologia/artigos/55633/avaliacao-psicologica-antes-da-cirurgia-bariatrica#ixzz441C9zHC6>>. Acesso em: 26 de Março de 2016.

HAYES, S C. **Um Enfoque Contextual Para Mudança Terapêutica** University of Nevada, Reno. 1987. Disponível em: <<http://carniello.blogspot.com.br/2006/01/um-enfoque-contextual-para-mudana.html>> Acesso em: 28 de outubro de 2016.

HAYES, S C; PISTORELLO, J & BIGLAN, A. Terapia de Aceitação e Compromisso: modelo, dados e extensão para a prevenção do suicídio. Revista brasileira terapia comportamental cognitiva vol.10 no.1 Belo Horizonte- MG. 2008. Disponível em: <<http://necpar.com.br/uploads/material/352leitura.pdf>>. Acesso em: 09 de Março de 2016.

LILLIS, J; DAHL, J & WEINELAND, S.M. **A Armadilha das Dietas: aprenda a lidar com suas emoções e acabe com a batalha contra a balança.** –São Paulo: Cultrix, 2016.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (2009). **Total de cirurgias de redução de estômago sobe 542%.** Brasília, DF. Recuperado em 15 de outubro de 2010. Disponível em: <<http://sna.saude.gov.br/noticias.cfm?id=4500>>. Acesso em: 30 de outubro de 2016.

SABAN, M. T. **Introdução à Terapia de Aceitação e Compromisso.** 2ª Ed.– Belo Horizonte: Ed. Artesã, 2015.

VALENTIM, M. Estudos indicam que ACT é duas vezes mais eficaz que tratamento tradicional para tabagismo. Portal Comporte-se, 2015. Disponível em: <<http://www.comportese.com/2015/05/estudo-testa-act-e-tabagismo/>>. Acesso em 12 de Junho de 2016.

UMA INTRODUÇÃO À TEORIA SOCIAL COGNITIVA DE ALBERT BANDURA

Caio Fernando de Carvalho¹

Lademir Renato Petrich²

Resumo: A Teoria Social Cognitiva (TSC) é uma teoria da personalidade de grande importância na pesquisa e prática em psicologia ao redor do mundo. Devido à potencial utilidade de suas aplicações na resolução de problemas do país, o presente artigo tem como objetivo apresentar uma introdução à TSC. Para tanto, foi realizada uma pesquisa na obra de Albert Bandura, criador da teoria, e de outros teóricos sociocognitivos, a fim de compreender o contexto histórico no qual a TSC se desenvolveu, discutir os conceitos-chave da teoria e apresentar algumas de suas aplicações. Concluiu-se que, por ter sido construída através de observações científicas rigorosas, suas hipóteses geralmente recebem confirmação empírica, e que suas aplicações possuem potencial na resolução de problemas individuais e coletivos.

Palavras-chave: Teoria Social Cognitiva. Albert Bandura. Autoeficácia.

1. Introdução

Desde sua fundação, diferentes escolas de pensamento dominaram a psicologia moderna ao longo dos anos. Segundo Schultz e Schultz (2014), o behaviorismo metodológico de John B. Watson, que enfatizava as influências do ambiente no comportamento observável e negava a introspecção, era a perspectiva hegemônica na psicologia estadunidense até a década de 1930, quando outras teorias comportamentais começaram a ser desenvolvidas. Dentre os novos teóricos, o mais notável foi B. F. Skinner com seu behaviorismo radical, que foi o modelo prevalente até a década de 1960.

No entanto, o crescente interesse no estudo dos processos mentais e da consciência fez com que o foco de alguns pesquisadores deixasse o paradigma operante de Skinner, de caráter antimentalista, e se voltasse aos determinantes cognitivos do comportamento humano (SCHULTZ e SCHULTZ, 2014). Um desses novos teóricos foi Albert Bandura, que propôs sua Teoria Social Cognitiva (TSC).

A TSC é uma das mais influentes teorias da personalidade. Tendo produzido volume considerável de pesquisas, essa teoria fez com que Bandura se tornasse o psicólogo vivo mais citado em obras científicas do mundo, e o quarto no ranking geral,

¹ Acadêmico do Curso de Psicologia do Centro Universitário UNIVEL

² Doutor em Ciência da Religião. Docente do Curso de Psicologia do Centro Universitário UNIVEL

atrás apenas de B. F. Skinner, Jean Piaget e Sigmund Freud, respectivamente (HAGGBLOOM et al., 2002).

Construída através de “(...) especulação inovadora e observação acurada” (FEIST, FEIST e ROBERTS, 2015, p. 346), a TSC é fruto de trabalho científico rigoroso e tem sido aplicada nos mais diversos contextos, como na psicologia clínica, na psicologia educacional, na promoção da saúde e na resolução de problemas macrossociais, como o analfabetismo.

Tendo em vista as possíveis aplicações da teoria na resolução dos problemas sociais brasileiros, o presente artigo pretende oferecer uma breve introdução à Teoria Social Cognitiva de Albert Bandura. O trabalho se iniciará trazendo um panorama histórico da evolução da teoria. Em seguida, alguns conceitos-chave da obra, como a modelação, a autoeficácia e o determinismo recíproco serão discutidos. Por fim, uma breve compilação de aplicações da Teoria Social Cognitiva será apresentada.

O trabalho foi fruto de uma pesquisa bibliográfica sobre a TSC, tendo enfoque na obra do próprio Bandura, mas também fazendo uso de outros autores de orientação social cognitiva na contextualização histórica e nas aplicações da teoria.

2. Um pouco de história: o desenvolvimento da Teoria Social Cognitiva

De acordo com Zimmerman e Schunk (2003), Bandura iniciou sua pesquisa, entre os anos 1950 e 1960, estudando os determinantes sociais e familiares de comportamentos antissociais em adolescentes. Seu programa de pesquisa indicou que esse tipo de conduta era influenciado em grande parte pelas atitudes dos pais em relação à agressividade.

Essa descoberta levou Bandura a iniciar uma investigação sobre os mecanismos que governavam a aprendizagem observacional, também chamada de aprendizagem vicariante ou modelação. Em uma série de experimentos conhecidos como *Bobo Doll Experiments* (Experimentos do João-Bobo), concluiu-se que a exposição de crianças a comportamentos agressivos fazia com que se tornasse mais provável que elas repetissem essas condutas (BANDURA, ROSS, & ROSS, 1961,1963, *apud* ZIMMERMAN e SCHUNK, 2002).

As conclusões tiradas dos estudos representaram uma objeção tanto à teoria Freudiana quanto ao behaviorismo radical. Da primeira derivavam previsões de que a exposição à violência causaria um processo de catarse, que inibiria a agressão. Quanto

ao segundo, a aprendizagem de um comportamento exclusivamente através da observação, sem reforçamento direto, contrariava o modelo do condicionamento operante proposto por Skinner (ZIMMERMAN e SCHUNK, 2003).

Como Zimmerman e Schunk (2003) apontam, outra discordância entre a então Teoria da Aprendizagem Social e o behaviorismo radical se iniciou com o programa fundado por Bandura para pesquisar as capacidades autorregulatórias dos seres humanos, ou seja, suas habilidades em influenciar o próprio comportamento. Os analistas operantes atribuíam o papel de controlar o comportamento ao chamado controle de estímulos, que seria uma função do ambiente externo (CATANIA, 1975, *apud* BANDURA, 2008).

Bandura (2004a) relata que a TSC começou a ser desenvolvida em uma época na qual as ideias psicodinâmicas dominavam o campo da psicologia clínica. Ele foi um dos primeiros autores a pesquisar aplicações de técnicas comportamentais nesse campo de atuação. Desenvolveu um programa de domínio orientado para o tratamento de fobias, que apresentava uma eficácia maior do que até mesmo a da dessensibilização sistemática (BANDURA, BLANCHARD e RITTER, 1969, *apud* BANDURA, 2004a).

Entretanto, a extinção do comportamento fóbico acarretava também melhorias em diversas áreas das vidas dos pacientes. Eles relatavam que perder o medo que os paralisava produzia um senso de controle sobre as próprias vidas (BANDURA, 2008). Para entender melhor esse fenômeno, Bandura iniciou um programa de pesquisa para apurar as características dessas crenças, batizadas por ele de crenças de autoeficácia, que vieram a se tornar um ponto-chave da sua teoria.

Se empenhando no estudo da autoeficácia e da definição de metas, Bandura compilou sua pesquisa realizada até então no livro *Social Foundations of Thought and Action: A Social Cognitive Theory*, de 1986. A essa altura, decidiu rebatizar sua teoria para Teoria Social Cognitiva, pois outros corpos teóricos bastante divergentes de sua obra também se apresentavam como Teoria da Aprendizagem Social, como a TSC era antes conhecida (ZIMMERMAN e SCHUNK, 2003).

Na década de 1990, Bandura voltou seu foco ao estudo do desenvolvimento humano, tendo lançado uma pesquisa longitudinal de larga escala visando compreender a interação de fatores socioeconômicos, familiares e de autoinfluência no curso do desenvolvimento (ZIMMERMAN e SCHUNK, 2003). Também estendeu a Teoria Social Cognitiva ao estudo de outros campos, como o da psicologia moral. Desde então, a TSC

tem sido aplicada em diferentes áreas do funcionamento humano, que serão brevemente apresentadas mais adiante.

3. Conceitos Básicos da Teoria Social Cognitiva

Nos próximos tópicos serão introduzidos os conceitos de aprendizagem observacional e enativa, agência humana, determinismo recíproco, autorregulação e autoeficácia. Vale destacar que, embora os temas aqui discutidos sejam primariamente referentes ao funcionamento individual dos seres humanos, Bandura também escreveu sobre o funcionamento grupal e social das pessoas, apresentando conceitos como a agência coletiva, a agência por procuração e a eficácia coletiva.

3.1 A aprendizagem observacional e a aprendizagem enativa.

Bandura (1977a) afirma que existem dois principais meios de adquirir novos comportamentos: a aprendizagem observacional, também chamada de aprendizagem vicariante ou modelação, e a aprendizagem enativa.

A modelação é a fonte da maior parte da aprendizagem humana. Segundo Bandura (1977a), seria extremamente tedioso e até mesmo perigoso adquirir todos os nossos complexos padrões de comportamento apenas através de tentativa e erro. No entanto, ao observar as ações dos outros, podemos formar uma ideia de como os comportamentos são realizados, e então, em outra situação, realizar o mesmo comportamento a partir das informações obtidas anteriormente.

Bandura (1977a) lista quatro processos necessários para que a modelação aconteça:

Atenção: o observador precisa prestar atenção aos pontos principais do comportamento. Essa atenção depende de características relativas ao modelo, como status e poder; ao comportamento em si, como complexidade e valor atribuído a ele; e ao observador, como suas capacidades de processar informação, e os elementos aos quais sua atenção é mais direcionada.

Retenção: é necessário que o observador seja capaz de lembrar-se do comportamento para repetí-lo, através de um processo de simbolização. Existem duas formas principais de representação: a criação de imagens mentais, como a de uma fatia de bolo em um prato quando se menciona o comportamento de comer; e a codificação verbal, como as instruções para preparar uma receita de bolo.

Reprodução motora: o observador deve ser capaz de transformar a representação cognitiva do comportamento em uma execução motora dele. A modelação geralmente consegue oferecer apenas uma ideia aproximada de como comportamentos motores complexos são feitos. Os desvios são, então, corrigidos através de tentativa e erro.

Motivação: para que um comportamento aprendido seja executado, é importante que ele seja valorizado socialmente ou pelo observador, ou que as consequências do comportamento do modelo sejam consideradas reforçadoras pelo observador.

Embora seja comum a ideia de que a modelação não passe de uma imitação dos comportamentos de outras pessoas, já se sabe que é possível abstrair regras que governam comportamentos complexos, aprender habilidades cognitivas através desse processo, entre diversas outras aplicações (BANDURA, 2008).

Meichenbaum (1984, *apud* BANDURA, 2008), por exemplo, demonstrou que é possível aprender novas formas de resolução de problemas através da modelação verbal. Para tanto, os modelos fazem com que seus comportamentos antes encobertos (isto é, suas estratégias de raciocínio, seus métodos de avaliação das soluções e seus processos de automonitoramento e motivação) se tornem públicos, possibilitando a aprendizagem pelo observador.

A aprendizagem enativa, por sua vez, é aquela em que os comportamentos são aprendidos e modificados através de suas consequências. De acordo com Bandura (1977a), há pouca evidência apoiando a ideia de que os reforços e punições operam automaticamente, intensificando ou enfraquecendo o comportamento. Ao contrário, as consequências seriam mediadas cognitivamente.

Dessa forma, ele não nega a possibilidade de comportamentos simples serem aprendidos através do reforçamento por si só, mas afirma que o mesmo não pode ser dito sobre padrões complexos de conduta. Assim, as consequências do comportamento serviriam mais a propósitos de informar e motivar o desempenho das respostas mais adequadas em determinados contextos do que de fortalecer ou aumentar a frequência dessas respostas.

3.2 Agência Humana e Determinismo Recíproco

Um dos pilares da Teoria Social Cognitiva é o conceito de agência humana, que é definido como a capacidade das pessoas de influenciarem ativa e intencionalmente o

próprio comportamento e o curso da própria vida (BANDURA, 1997). Bandura (2001) lista quatro características fundamentais da agência:

Intencionalidade: podemos nos comportar intencionalmente. Intenções, nesse contexto, são entendidas como a representação que o sujeito tem de futuras ações, e não como as expectativas de resultados de uma ação, ou uma simples intuição.

Antecipação: seres humanos são capazes de imaginar e criar expectativas sobre eventos futuros. Assim, planejam cursos de ação para atingir objetivos desejados, e usam as representações desses eventos futuros para produzir motivação para comportamentos presentes.

Autorreatividade: a agência não se limita a fazer escolhas e determinar cursos de ação, mas também envolve a capacidade de colocar esses cursos de ação em prática e regular os desempenhos obtidos.

Autorreflexão: as pessoas também podem analisar a própria conduta. Uma das características básicas da agência humana é a capacidade de examinar e avaliar os próprios pensamentos e comportamentos.

Apesar de ser um componente essencial do funcionamento humano, a capacidade de agência não determina o comportamento por si só. Na Teoria Social Cognitiva, a conduta humana é explicada através do paradigma do determinismo recíproco, também conhecido com causalção recíproca triádica (BANDURA, 1978). Nesse modelo, o comportamento do indivíduo; fatores pessoais, como a genética, a fisiologia e, principalmente, a cognição; e fatores ambientais interagem bidirecionalmente para determinar o funcionamento do sujeito. Em outras palavras, os três fatores do determinismo recíproco (comportamento, pessoa e ambiente) influenciam uns aos outros na determinação da conduta.

De acordo com Bandura (1990), diferentes especialidades da psicologia escolhem diferentes segmentos do determinismo recíproco para dedicar sua atenção. Por exemplo, a psicologia cognitiva foca na relação entre a cognição, que é uma variável pessoal, e o comportamento. A psicologia social, por outro lado, enfatiza a relação entre a pessoa e o ambiente no qual ela está inserida.

Bandura (1978) afirma que modelos explicativos que promovem um determinismo ambiental unidirecional, isto é, que propõem que o comportamento é totalmente controlado pelo ambiente, ignoram que os seres humanos conseguem modificar, criar e rejeitar os ambientes nos quais são inseridos. Contudo, Bandura reitera que modelos

opostos, que enfatizam os determinantes pessoais do comportamento em detrimento dos fatores ambientais, tampouco são satisfatórios, e que não encontram apoio significativo em evidências empíricas.

3.3 Autorregulação e Autoeficácia

Para Bandura (1991), a autorregulação é a ferramenta usada para governarmos nossos próprios comportamentos, pensamentos e sentimentos. Ele afirma que três subfunções principais compõem o sistema de autorregulação, a saber: auto-observação, processos de julgamento e autorreação.

A auto-observação é a fase inicial da autorregulação. É fundamental que as pessoas prestem atenção às suas condutas, aos contextos em que elas acontecem, e aos seus resultados imediatos e futuros. Os aspectos do comportamento que recebem atenção dependem dos significados que o sujeito atribui a eles, e a sistemas de crenças já existentes do indivíduo.

Após observar o próprio comportamento, o segundo passo da autorregulação é compará-lo a padrões estabelecidos. Os padrões podem ser pessoais, ou a comparação pode ser feita em relação ao desempenho de outras pessoas, e a desempenhos passados do próprio indivíduo.

O último estágio da autorregulação é a autorreação. Nessa etapa, as pessoas produzem reações ao próprio comportamento, de acordo com os julgamentos realizados na fase anterior. As pessoas buscam se comportar de formas que produzam autorreações positivas, e evitam condutas que causem uma autoavaliação negativa. Elas regulam suas ações através da criação de incentivos para seus comportamentos, ou antecipando as reações afetivas decorrentes dos processos de julgamento. Os incentivos criados podem ser tanto tangíveis, como tirar um dia de folga após uma tarefa exaustiva, ou autoavaliativos, como a sensação de satisfação depois de um trabalho bem feito.

Para Bandura (1991), um fator central da autorregulação é a autoeficácia. Ele a define como a crença na própria capacidade de seguir certo curso de ação para atingir determinados resultados (BANDURA, 1977b). Ou seja, a autoeficácia são as noções que uma pessoa tem sobre sua capacidade de realizar determinadas ações.

Segundo Bandura (1997), a autoeficácia não deve ser entendida como uma característica global, isto é, como uma propriedade que se estende por todo o funcionamento do indivíduo. De fato, ela é específica para cada atividade. Por exemplo,

uma pessoa que tem autoeficácia alta para falar em público pode ter baixa autoeficácia para dirigir em uma cidade movimentada.

O nível de autoeficácia de um sujeito afeta a forma com que ele define metas; a atribuição de causalidade dos eventos em sua vida, isto é, se ele acredita que seus sucessos e falhas são resultado de seu próprio desempenho ou de algum fator imutável; seus padrões de pensamento; sua resiliência frente a dificuldades na busca da realização de metas; o estresse experimentado devido a pressões ambientais; e diversos outros fenômenos (BANDURA, 1991).

Bandura (1977b) apresenta quatro fontes principais de autoeficácia:

Experiências de domínio: ter obtido sucessos ou fracassos na realização de uma tarefa é a principal fonte de informação para o desenvolvimento da autoeficácia. Atividades em que o indivíduo tem sucesso mais frequentemente estão associadas à alta autoeficácia, enquanto fracassos constantes podem enfraquecer essas crenças.

Experiências vicárias: de maneira semelhante, observar modelos obtendo sucesso em uma atividade tende a aumentar a autoeficácia, enquanto observar um modelo fracassando tende a enfraquecê-la.

Persuasão verbal: é o método menos efetivo. Convencer uma pessoa de que ela é capaz de realizar certa tarefa produz uma expectativa de eficácia mais fraca do que através dos outros meios. Experiências de fracasso fazem com que as expectativas criadas pela persuasão sejam facilmente revertidas.

Estados emocionais e fisiológicos: situações estressantes geralmente evocam reações emocionais e fisiológicas, e essa é uma via importante de informação a respeito da autoeficácia. Dessa forma, reações de ansiedade ou medo podem diminuir a eficácia pessoal percebida.

A autoeficácia é um dos fatores mais acurados na predição do comportamento, e seus efeitos já foram documentados em todo o mundo, apesar de sofrerem influências da cultura (KLASSEN, 2004).

4. Aplicações da Teoria Social Cognitiva

A Teoria Social Cognitiva tem se mostrado muito útil na resolução de problemas psicossociais de diferentes magnitudes.

No nível individual, Bandura (1997) revisa uma quantidade significativa de pesquisas atestando a utilidade da autoeficácia no tratamento de transtornos de ansiedade, transtornos depressivos, transtornos alimentares, abuso de substâncias, além de suas aplicações organizacionais, como no desenvolvimento de carreira e da habilidade de tomar decisões no contexto empresarial.

As aplicações da TSC também invadem a psicologia educacional. Metanálises feitas por Multon, Brown e Lent (1991, *apud* ZIMMERMAN e SCHUNK, 2003) e Kwon, Park e Kim (2001, *apud* ZIMMERMAN e SCHUNK, 2003) mostram que a autoeficácia contribui fortemente nas realizações escolares e no bem estar dos alunos, em culturas tanto individualistas quanto coletivistas. Bandura (1997) também mostra que as crenças de autoeficácia dos professores têm grande influência no aprendizado dos alunos, bem como na própria vulnerabilidade ao estresse.

Na promoção da saúde, as ideias de Bandura têm sido amplamente utilizadas na modificação do comportamento. Modelos baseados na autorregulação ajudam a diminuir riscos de infarto em pacientes com doença arterial coronariana (HASKELL et al., 1994, *apud* BANDURA, 2004b) e promovem a mudança de hábitos alimentares (DEBUSK et al., 1994, *apud* BANDURA, 2004b).

Outro exemplo de aplicação se dá no contato de crianças com jogos eletrônicos que ensinam a lidar com doenças crônicas, como o diabetes: elas desenvolvem estratégias para controlar essas condições, aumentam sua autoeficácia relativa a esse controle, e diminuem as idas emergenciais ao médico em até 77% (BROWN et al., 1997, *apud* BANDURA, 2004b).

Apesar do grande número de aplicações da TSC, que ultrapassam muito os poucos exemplos aqui discutidos, talvez nenhuma seja tão importante quanto as que buscam resolver problemas macrossociais. Bandura (2006) apresenta diretrizes para a construção de modelos de mudança psicossocial usando os princípios da aprendizagem observacional.

Ele discorre sobre um programa de estudos em grupo, lançado pelo governo do México, para combater o analfabetismo. A exibição de uma novela, escrita seguindo um modelo sociocognitivo, e que cuja história girava em torno de um desses grupos de estudo, aumentou a quantidade de matrículas em quase 10 vezes, e alterou as crenças de capacidade dos alunos, fazendo que tivessem uma maior autoeficácia sobre a alfabetização (BANDURA, 2006).

Ele também cita outra novela (SABIDO, 1981 *apud* BANDURA, 2006), também no México, que abordava questões como planejamento familiar e uso de contraceptivos. Durante a exibição dessa novela, o número de usuários de contraceptivos aumentou em 32%.

Resultados semelhantes foram encontrados em programas que buscavam promover a prevenção à infecção pelo HIV no Quênia (VAUGHAN et al., 2000, *apud* BANDURA, 2006), a desaceleração do crescimento populacional na Tanzânia (VAUGHAN, 2003, *apud* BANDURA, 2006), bem como a igualdade de gênero e o acesso à educação a meninas na Índia (SINGHAL e ROGERS, 1999 *apud* BANDURA, 2006).

Bandura (2006) conclui que a Teoria Social Cognitiva é útil para promover mudanças pessoais e sociais, e que os efeitos de suas intervenções se replicam em diferentes domínios do funcionamento humano, e em diferentes culturas.

5. Considerações Finais

O surgimento da Teoria Social Cognitiva rompeu com os paradigmas das teorias da aprendizagem do início do século XX. Sua ênfase em processos cognitivos, sua afirmação da capacidade humana de agência e a descoberta da modelação e da autoeficácia mudaram a forma de se fazer psicologia a partir da segunda metade do século passado.

A presente introdução à obra de Bandura discutiu a evolução histórica de suas pesquisas, os conceitos-chave para a compreensão de suas ideias, e algumas das aplicações de sua teoria na resolução de problemas de ordem individual e coletiva.

Conclui-se, em concordância com Feist, Feist e Roberts (2015), que a Teoria Social Cognitiva foi construída seguindo procedimentos científicos rigorosos, e que as hipóteses decorrentes dela costumam receber grande confirmação empírica. Os estudos transculturais realizados para atestar a validade da teoria, como exemplificado na revisão de literatura de Klassen (2004), também indicam que, apesar de ter sido desenvolvida primariamente na Europa e na América do Norte, a TSC pode ser aplicada em diferentes povos.

Feita essa observação, é fundamental que mais pesquisas baseadas na Teoria Social Cognitiva sejam realizadas no Brasil. As ideias da teoria devem ser adaptadas à realidade brasileira, e podem se mostrar extremamente úteis na resolução dos inúmeros problemas sociais que assombram o país.

Por fim, destacamos que toda a riqueza da obra de Bandura jamais poderia ser condensada em algumas poucas páginas. Por exemplo, seus estudos sobre a agência moral, sobre o desenvolvimento da identidade de gênero e sobre a aquisição da linguagem são extremamente bem conduzidos, embora não tenham sido discutidos nesse artigo. De fato, a teoria é exemplar no que tange ao rigor aplicado no processo de suas descobertas, fornecendo uma importante perspectiva no estudo do funcionamento humano.

REFERÊNCIAS

BANDURA, A. **Social learning theory**. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall, 1977a.

BANDURA, A. Self-efficacy: Toward a Unifying Theory of Behavioral Change. **Psychological Review**, v. 84, n. 2, pp. 191-215, 1977b. Disponível em <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.315.4567&rep=rep1&type=pdf>>. Acesso em 06 out. 2020.

BANDURA, A. The Self System in Reciprocal Determinism. **American Psychologist**, v. 33, n. 4, pp. 344-358, abr. 1978. Disponível em <https://pdfs.semanticscholar.org/38b8/c2961074cff6145dccefba4f4b0ac16000df.pdf?_ga=2.178544484.1712106157.1601995445-1881979547.1601995445>. Acesso em 05 out. 2020.

BANDURA, A. Some Reflections on Reflections. **Psychological Inquiry**, v. 1, n. 1, pp. 101-105, 1990. Disponível em <https://sci-hub.se/10.1207/s15327965pli0101_26>. Acesso em 05 out. 2020.

BANDURA, A. Social Cognitive Theory of Self-Regulation. **Organizational Behavior and Human Decision Processes**, v. 50, n. 2, pp. 248-287, 1991. Disponível em <<http://www.uky.edu/~eushe2/BanduraPubs/Bandura1991OBHDP.pdf>>. Acesso em 06 out. 2020.

BANDURA, A. **Self-Efficacy**: The Exercise of Control. New York: W. H. Freeman, 1997.

BANDURA, A. Social Cognitive Theory: An Agentic Perspective. **Annual Review of Psychology**, v. 52, n. 1, pp. 1-26, 2001. Disponível em <https://pdfs.semanticscholar.org/355c/13e658e2e0cad3feab681fa50278da552688.pdf?_ga=2.214957015.1712106157.1601995445-1881979547.1601995445>. Acesso em 05 out. 2020.

BANDURA, A. Swimming against the mainstream: the early years from chilly tributary to transformative mainstream. **Behaviour Research and Therapy**, v. 42, n. 6, pp. 613-630, 2004a. Disponível em <<http://www.uky.edu/~eushe2/BanduraPubs/Bandura2004BRT.pdf>>. Acesso em 30 set. 2020.

BANDURA, A. Health Promotion by Social Cognitive Means. **Health Education and Behavior**, v. 31, n. 2, pp. 143-164, abr. 2004b. Disponível em <https://dphu.org/uploads/attachements/books/books_994_0.pdf>. Acesso em 07 out. 2020.

BANDURA, A. Going Global With Social Cognitive Theory: From Prospect to Paydirt. In: DONALDSON, S. I., BERGER, D. E., PEZDEK, K. (orgs.). **Applied Psychology: New Frontiers and Rewarding Careers**. 1ª ed. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum., 2006. pp. 53-79.

BANDURA, A. A evolução da teoria social cognitiva. In: BANDURA, A., AZZI, R. G., POLYDORO, S. (orgs.). **Teoria Social Cognitiva: Conceitos Básicos**. Porto Alegre: Artmed, 2008. pp. 15-42.

FEIST, J., FEIST, G. J., ROBERTS, T. A. **Teorias da Personalidade**. 8ª ed. Porto Alegre: AMGH, 2015.

HAGGBLOOM, S. J. et al. The 100 Most Eminent Psychologists of the 20th Century. **Review of General Psychology**, v. 6, n. 2, pp. 139-152, 2002. Disponível em <https://dl1.cuni.cz/pluginfile.php/249462/mod_resource/content/2/Haggbloom_Eminent%20Psychologists.pdf>. Acesso em 29 set. 2020.

KLASSEN, R. M. Optimism and realism: A review of self-efficacy from a cross-cultural perspective. **International Journal of Psychology**, v. 39, n. 3, pp. 205-230, 2004. Disponível em <http://www.academia.edu/download/18849610/2004_IJP_SE_cross-cultural.pdf>. Acesso em 06 out. 2020.

SCHULTZ, D. P., SCHULTZ, S. E. **História da Psicologia Moderna**. 10ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

ZIMMERMAN, B. J., SCHUNK, D. H. Albert Bandura: The Scholar and His Contributions to Educational Psychology. In: ZIMMERMAN, B. J., SCHUNK, D. H. (orgs.). **Educational Psychology: A Century of Contributions**. 1ª ed. Mahwah, NJ: Erlbaum, 2003. pp. 431-458.



Resumos de

AGRONOMIA

ANÁLISE DE MELHOR PRODUTIVIDADE E FITOSSANIDADE NA CULTURA DO FEIJÃO COM DIFERENTES CONTROLES.

Nicole Aline Mossoi¹
Alan Cristiano Ultzeiheimer²

Resumo: O cultivo do feijão é uma das principais atividades agrícolas do país. Um dos fatores que limitam a produtividade da cultura é a ocorrência de doenças que podem causar perdas superiores a 50% na produção nacional ou até mesmo perdas totais caso não seja empregado o manejo adequado. O presente trabalho tem por objetivo avaliar a melhor produtividade e fitossanidade na cultura do feijão quando submetida a diferentes tratamentos para doenças, a partir de produtos químicos e biológicos. Realizado na fazenda experimental da Pontifícia universidade Católica Paraná – Campus de Toledo Paraná. Cultura implantada no sistema de plantio direto, espaçamento de 45 cm e aproximadamente 13 sementes por metro, em 5 parcelas com metragem de 4 metros por 5 metros. A cultivar de feijão implantada foi a tuiuiú, a adubação utilizada foi do tipo 10-15-15 com uma distribuição de 372 Kg ha. Os tratamentos adotados foram de diferentes aplicações de fungicida químico, biológico e uma testemunha sem nenhum tratamento. Os fungicidas químicos foram o Cercobin® 500 SC com o ingrediente ativo Tiofanato-metílico pertencente ao grupo químico Benzimidazóis com o modo de ação sistêmico. Nativo® com os ingredientes ativos Tebuconazol e Trifloxistrobina pertencente aos grupos químicos Triazol e Estrobilurina com o modo de ação sistêmico e mesostemico. Os fungicidas biológicos foram a calda bordalesa® composta por sulfato de cobre e cálcio e o Óleo de laranja® que é um composto extraído da casca da laranja. Totalizando 4 tratamento e 1 testemunha. Tabela 01. Análise estatística. AL;Altura. PS; peso. GV; grãos na vagem. QV; quantidade de vagem.

Q.M						
F.V	G.L					
		AL	PS	GV	QV	
Tratamentos	4	11,383	570,00	1,700	2,588	
Erro	0	0	0	0	0	
Ceof.de variação	0	0	0	0	0	
Métodos						
Cercobin®		61,1 a	198 a	8,0 a	11,5 a	
Nativo®		60,8 a	165 bc	4,0 c	7,5 c	
Calda bordalesa®		52,9 c	166 b	6,0 b	11,3 a	
Óleo de laranja®		60,0 b	148 c	4,0 c	9,7 bc	
Testemunha		58,9 bc	158 b	5,0 bc	10,3 b	

Teste de tukey com 5 % de probabilidade.

¹Acadêmico do Curso de Agronomia PUC-PR – Campus Toledo - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

² Acadêmico do Curso de Agronomia UNIVEL - Centro Universitário Univel.

A primeira aplicação realizada foi na época de floração da cultura. Todos os tratamentos foram diluídos em 1 litro de água e utilizado um pulverizador manual de 6 litros com bico do tipo cônico. Para a calda bordalesa® utilizou-se 5 gramas do produto, já o óleo de laranja® utilizou-se 2 ml, para o cercobin® e nativo® foram utilizados 1 ml de cada produto. Todos foram aplicados separadamente e realizado lavagem em triplicata antes da aplicação de cada produto. A segunda aplicação foi feita num intervalo de 21 dias após a primeira respeitando todas as mesmas dosagens utilizadas da primeira aplicação. Realizado outro tratamento este destinado a insetos devido a alta incidência de vaquinha (*Diabrotica speciosa*) realizado 3 aplicações para o controle da mesma, utilizando o produto colosso na quantidade de 200 ml do produto em 20 litros de água em um pulverizador de 20 litros, sendo aplicados com 50, 65 e 80 após a semeadura. Depois de seca a planta realizamos a coleta de dados onde foram coletados os seguintes dados produtividade, quantidade de vagens por planta, número de grãos por vagem e peso de mil grãos. A partir dos dados coletados e analisados obtivemos os seguintes resultados, no quesito quantidade de vagens por pé, o tratamento Cercobin®, obteve o melhor resultado, seguido dos tratamentos Calda bordalesa® Testemunha, Óleo de Laranja® e Nativo® respectivamente. Quanto a altura de planta o tratamento Cercobin® obteve o melhor resultado seguido do Nativo®, Óleo de Laranja®, Testemunha e Calda Bordalesa® respectivamente. Já quanto a nº de Grãos por Vagens o tratamento do Cercobin®, Calda Bordalesa®, Testemunha e Nativo®. No peso(g) o melhor tratamento foi o do Cercobin® seguido da Calda Bordalesa®, Testemunha, Nativo® e Óleo de Laranja® respectivamente. Seguindo as análises o melhor tratamento na relação custo/benefício seria o Cercobim® que além de ter o melhor controle possui o melhor preço e ficaria com custo em torno de 0,45sc/ha⁻¹ com uma produtividade de 92,4sc/ha⁻¹, mas como se trata de um produto que não possui registro para cultura do feijoeiro e não pode ser usado o tratamento que viria a seguir seria da Calda Bordalesa® com custo de 1,36sc/ha⁻¹ e produtividade de 77,4sc/ha⁻¹, em seguida Testemunha que tem um custo de 0sc/ha⁻¹ com produtividade de 73,7sc/ha⁻¹, seguido de Nativo® com custo de 0,77sc/ha⁻¹ e produtividade de 63sc/ha⁻¹ e por último o Óleo de Laranja® com custo de 1,27sc/ha⁻¹ e produtividade de 49sc/ha⁻¹. Concluímos que o melhor tratamento foi o tratamento químico do Cercobin® que é um produto que demonstrou grande eficiência, seguido pela Calda Bordalesa®, Testemunha, Nativo® e por fim o Óleo de Laranja®.

REFERÊNCIAS

LOLLATO, Marco Antônio. **Cadeia produtiva do feijão : diagnóstico e demandas atuais** / Marco Antônio Lollato, Odílio Sepulcri e Margorete Demarchi. Londrina : IAPAR, 2001. 48p.

PIMENTA, I. HORTA, A. **Manejo das principais doenças do feijoeiro deve começar com a utilização de sementes de qualidade, livres de fungos e bactérias**. 2017. Disponível em;<<https://www.noticiasagricolas.com.br/videos/feijao-e-graos-especiais/202610-entrevista-com-adriane-wendland-pesquisadora-dra-em-fitopatologia.html#.XQAKn4hKjIU>>.

SENTELHAS, P. C. **Principais doenças da cultura do feijão**. 2018. Disponível em:<<https://agroclima.climatempo.com.br/noticia/2018/02/23/principais-doencas-da-cultura-do-feijao-7257>>.

FEIS, **fitotecnia tecnologia de alimentos e sócio economia**. 2018. Disponível em;<<https://www.feis.unesp.br/Home/departamentos/fitotecniatecnologiadealimentosesocioeconomia716/orivaldoarf/feijao-aula-09.pdf>>

EFICIÊNCIA DE DIFERENTES FUNGICIDAS APLICADOS NA FASE VEGETATIVA DA SOJA

Sabrina dos Santos Matos¹

Diogo Bortot Brustolin²

Edson Sawada³

Mateus Remor⁴

Alexandre Luis Muller⁵

Resumo: O fungo causador da Mancha-alvo na cultura da soja é o fungo *Corynespora cassiicola*. Os sintomas que surgem nas folhas são inicialmente pontuações pardas, com halo amarelo e evolui para manchas circulares, com coloração castanho clara a escura (EMBRAPA, 2020). A mancha-alvo tem sido uma ameaça às lavouras de soja em várias regiões do território brasileiro, com ocorrência mais frequente e cada vez mais severa. As quantidades de perdas variam de acordo com alguns fatores, dentre eles, a suscetibilidade do cultivar, o momento de início da doença, as condições climáticas, entre outros, chegam a causar de 15 a 25% de perdas na maioria das lavouras (AGRO BAYER BRASIL, 2018). Por ser um fungo necrotrófico, sobrevive em restos de culturas, além disso, também pode sobreviver na forma de clamidósporos, se tornando um inoculo primário na próxima safra (EMBRAPA, 2020). Os sintomas da doença ocorrem com mais facilidade nas folhas, porém podem ocorrer em quase toda a planta. Com o correto manejo é possível diminuir os impactos da doença na planta, as medidas que podem ser utilizadas são o uso de cultivares menos suscetíveis; sementes livres do patógeno; rotação e/ou sucessão de culturas não hospedeiras; tratamento de sementes; aplicação de fungicidas na parte aérea. A escolha dos fungicidas corretos e o intervalo das aplicações possuem uma grande influência na eficiência do uso de fungicidas. Os fungicidas são importantes para a proteção das folhas, deixando-as saudáveis e fisiologicamente mais ativas no combate ao patógeno, livrando a planta de estresses que desviam a energia com defesas, ficando eficientes na produção de fotoassimilados que são essenciais para o ganho de peso dos grãos, aumentando a produção (AGRO BAYER BRASIL, 2018). O objetivo do presente trabalho foi avaliar a eficiência de diferentes fungicidas aplicados na fase vegetativa da soja (*Glycine max*). O trabalho foi desenvolvido no município de Maripá (S 24°32'46", W 53°43'23", altitude de 469m) na safra 2018/2019. O delineamento experimental utilizado foi de blocos ao acaso (DBC), os tratamentos estudados foram: T1: (Tratamento controle); T2: Flutriafol + Carbendazim (50,4 + 300 g i.a.ha⁻¹), T3: Piraclostrobina + Epoxiconazol (79,8 + 30 g i.a.ha⁻¹), T4: Propiconazol + Difenconazol (37,5 + 37,5 g i.a.ha⁻¹), com quatro repetições. Cada parcela foi composta de 3 X 6m. A cultivar utilizada foi Syn 1059 RR VTop. As aplicações dos tratamentos ocorreram aos 30 DAE (dias após a emergência) da soja, com auxílio de um pulverizador costal pressurizado a CO₂ com 6 pontas tipo leque, espaçadas 0,5 m entre pontas (Teejet XR110.02), com pressão de 3,1 bar, tendo uma taxa de aplicação de 150 L.ha⁻¹. Durante o desenvolvimento da cultura realizou-se mais duas aplicações de fungicidas, utilizando o produto Elatus® e Opera® nas doses recomendadas. O manejo de aplicação aos 30 DAE quando a soja ainda não se fechou entre as linhas, observa-se uma maior cobertura de fungicida sobre as folhas, melhorando a eficiência. Ao observar os valores de produtividade da cultura a testemunha apresentou 2285 kg.ha⁻¹ representando 120 kg a menos por hectare quando comparado com o T4, sendo esse superior ao Tratamento 2 e 3. O Tratamento 4 apresentou valores superiores aos demais produtos, com relação a produtividade.

¹Acadêmica do Curso de Agronomia da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

²Acadêmico de Mestrado da Unioste de Marechal Rondon.

³Pesquisador da Syngenta de Cascavel-PR.

⁴Pesquisador da Syngenta de Cascavel-PR.

⁵Orientador: Doutor em Agronomia. Professor do Curso de Agronomia da Univel – Centro Universitário Univel.

REFERÊNCIAS

EMBRAPA. Circular Técnica nº 159, de junho de 2020. **Eficiência de fungicidas para o controle da mancha alvo, *Corynespora cassiicola*, na cultura da soja, na safra 2019/2020: resultado sumarizados dos ensaios cooperativos.** Londrina-PR, junho de 2020. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1123555/eficiencia-de-fungicidas-para-o-controle-da-mancha-alvo-corynespora-cassiicola-na-cultura-da-soja-na-safra-20192020-resultados-sumarizados-dos-ensaios-cooperativos>. Acesso em: out. 2020.

MANCHA ALVO. Agro Bayer Brasil, 2018. Disponível em: <https://www.agro.bayer.com.br/alvos/mancha-alvo#tab-1>. Acesso em: out. 2020.



Resumo de

BIOMEDICINA

ATUAÇÃO TERAPÊUTICA DO CRISPR-CAS/9 E INQUIETAÇÕES ÉTICAS

Luisa Vitória Miranda¹

Maria Eduarda Moreira Zampier¹

Professor Orientador: Talitha Fernandes Stefanello²

Resumo: A busca pelo tratamento de enfermidades sempre acompanhou a história da humanidade. Com o desenvolvimento da biotecnologia e com o avanço dos conhecimentos médicos, novas e promissoras técnicas foram descobertas e aprimoradas. Neste contexto, desenvolveu-se uma ferramenta de edição genética que permite a manipulação direta do DNA das células: o Clustered Regularly Interspaced Short Palindromic Repeats, mais conhecido como CRISPR-Cas/9. Esse método consiste na inserção de uma sequência de RNA bacteriano em uma célula defeituosa, associado à enzima Cas9, uma nuclease, que corta um trecho de DNA específico e insere uma nova sequência. Trata-se de uma revolução na ciência médica por apresentar a possibilidade da edição direta do material genético, seja para tratar uma doença em um organismo já em desenvolvimento ou até mesmo para impedir que disfunções sejam transmitidas hereditariamente. A eliminação do HIV das células hospedeiras é um exemplo de como essa ferramenta representa uma nova visão de futuro no tratamento da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS). Foram realizados testes em culturas de células que abrigam o vírus, a fim de analisar o efeito do CRISPR-Cas/9 na remoção do gene precursor das características do HIV de tais células. Resultados positivos foram obtidos: o CRISPR foi carregado por meio de um lentivírus e assim conseguiu diminuir a replicação do vírus nas células T CD4 infectadas. Com isso, vê-se possível a descoberta da cura da AIDS pela eliminação do vírus HIV das células hospedeiras. Além da AIDS e de muitas doenças genéticas, esse sistema também apresenta relevância no que se relaciona à cura e ao tratamento de doenças cardíacas como a cardiomiopatia hipertrófica e distrofia muscular de Duchenne. A cardiomiopatia hipertrófica é uma doença autossômica dominante que resulta em uma hipertrofia ventricular. Desse modo, por meio de um RNA guia, pesquisadores obtiveram êxito em fazer com que o CRISPR corrigisse a mutação em células germinativas humanas, com a inserção da enzima Cas/9. Apesar de representar um cenário esperançoso para o tratamento genético, o CRISPR gera grandes discussões na comunidade científica, que ressalta a importância de usar a técnica com cautela. A possibilidade de reescrever o código genético é extremamente delicada, visto que as consequências de uma edição genética ainda não são conhecidas. Do mesmo modo, alguns experimentos realizados no Reino Unido resultaram em rearranjos genéticos que incluíam deleções e inserções de DNA, que por eles não haviam sido previstas. Por esse motivo, a utilização do método e o avanço dos testes principalmente em humanos têm sido rigorosamente fiscalizados e regulamentados por toda a comunidade científica, que busca resolver os dilemas éticos em torno do tema. Logo, é possível concluir que a ferramenta de edição genética CRISPR-Cas/9 representa um grande avanço na área da biologia como um todo, especialmente da engenharia genética, visto que por meio desse sistema poderá ser possível alcançar a cura de doenças até então incuráveis. Mas, por outro lado, como toda técnica que foi desenvolvida até os dias atuais, possui seus prós e contras, sendo necessária a ampliação dos estudos com esse método para que resultados mais concretos sejam obtidos.

¹ Acadêmico do Curso de Biomedicina – Centro Universitário Univel.

² Orientadora: Professora Doutora Talitha Fernandes Stefanello do Curso de Biomedicina – Centro Univesitário Univel.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, S. C. L.; FARIAS, P. J. CRISPR-CAS/9 e sua atuação terapêutica: uma revisão. **17º Congresso de Iniciação Científica da FASB**, Barreiras – BA.

AREND, C. M.; PEREIRA, O. J.; MARKOSK, M. M. O Sistema CRISPR/Cas9 e a Possibilidade de Edição Genômica para a Cardiologia. **Arq. Bras. Cardiol.**, São Paulo , v. 108, n. 1, p. 81-83, Jan. 2017.

GUIMARÃES, M. Uma ferramenta para editar o DNA. **Pesquisa Fapesp**, edição 240, fev. 2016.

PLUVINAGE, J.F.; FONSECA, O.; VELHO, R. Tecnologia inova na edição de genes e desafia limites éticos. **Cienc. Cult.**, São Paulo , v. 70, n. 1, p. 20-22, Jan. 2018.

SGANZERLA, A.; ROHREGGER, R. Prudência: a virtude da bioética na civilização tecnológica. **Thaumazein**, Ano VII, v. 10, n. 19, Santa Maria, p. 67-74, 2017.

SGANZERLA, A.; PESSINI, L. Edições de humanos por meio da técnica Crispr-cas9: entusiasmo científico e inquietações éticas. **Saúde debate**, 27 Jul 2020.

ZHANG, F.; WEN, Y.; GUO, X. CRISPR na edição genética, processos, obstáculos e mudanças. **Oxford University Press**, 2014



Resumos de

ENGENHARIA CIVIL

ANÁLISE E CONCEITUAÇÃO SOBRE O FENÔMENO DA EMISSÃO DE ELÉTRONS

Guilherme Matheus Garcias¹

Liliane Alves Ferreira¹

Mauricio Contarin¹

Rafael Freese¹

Thiago Guerra²

Resumo: O efeito fotoelétrico baseia-se em um fenômeno de origem quântica, que consiste na emissão de elétrons por algum material, frequentemente metálico, quando exposto à uma radiação eletromagnética relativamente alta. Como toda descoberta, está também se deu por acaso quando Heinrich Hertz, em 1887, verificou que uma centelha passava de uma esfera metálica para outra, quando as superfícies das esferas eram carregadas e iluminadas pela luz de uma outra centelha. A luz que incidia sobre as superfícies facilitava a liberação de partículas, hoje chamadas de elétrons (1). O estudo correto do efeito fotoelétrico foi feito pelo físico Albert Einstein em 1905, onde notou que um feixe de luz era formado por pequenos pacotes de energia, chamados fóton ou quanta. Com essa transferência o elétron ou ganha a energia total do fóton ou não absorve nenhuma energia (2). Em síntese, este efeito (fotoelétrico), é posto em alusão quando: uma superfície metálica ou semicondutora é iluminada numa certa faixa de frequências, deste modo, os elétrons estabelecem uma rejeição aos átomos, sendo ejetados do material exposto a essa determinada radiação eletromagnética (3). Deve-se entender que, estes elétrons serão ejetados apenas quando os fótons atingem ou excedem uma frequência limite energia. Abaixo desse limite, nenhum elétron é emitido do material, independentemente da intensidade da luz ou do tempo de exposição. Em determinado momento de suas experiências, Hertz notou que a sobreposição de uma radiação eletromagnética (luz ultravioleta usada em experiência) em placas metálicas, causava ensejo de faíscas. Neste ponto, outro cientista entra com seus estudos ao fenômeno em ocorrência, Albert Einstein (1879-1955), o físico alemão infere que o pretexto pelo qual o elétron obtém a rejeição, era por conta de fótons que transportavam parte de suas energias aos elétrons, que por sua vez, saíam de seu material, tornando-os elétrons livres, conjuntamente com uma chamada “corrente de fotoelétrons”. Regressando o conceito à Heinrich Hertz, a radiação eletromagnética com a frequência inferior à necessária, não propicia a saída dos elétrons, independente da intensidade luminosa disposta. Essa frequência da radiação corresponde apenas à potência fornecida da fonte de iluminação. Diversas aplicações tecnológicas contemporâneas provem desses estudos formulados com base na explicação do Efeito Fotoelétrico. Segundo Eduardo de Campos Valadares, as aplicações do efeito fotoelétrico são exemplificadas e presenciadas em: “controle automático de portas de elevadores e de esteiras de supermercados”, visto que, “os feixes de luz, ao serem interrompidos, acionam um sistema automático que abre a porta do elevador ou movimentam a esteira” (4). Não somente estes, mas também, a célula fotovoltaica (utilizadas comumente em painéis solares), sensores de movimento, foto resistores, todos provêm de diversas aplicações e observações do estudo fotoelétrico. Compreendemos desta forma que o trabalho iniciado por Hertz, ocorre uma descoberta em relações aos seus experimentos da radiação ultra violeta, porém, o efeito fotoelétrico, foi estabelecido totalmente com a finalização dos trabalhos realizados por Einstein e Max Planck (1858-1947). Albert Einstein então, publica no ano de 1905 seu artigo nomeado: “Über einen die Erzeugung und Verwandlung des Lichtes betreffenden heuristischen Gesichtspunkt¹²⁶” (Sobre um ponto de vista heurístico relativo à geração e à transformação da luz) (5), perfazendo o estudo desse fenômeno ser fundido

¹ Acadêmico do Curso de Engenharia Civil da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

² Orientador: Professor Mestre/Doutor Thiago Guerra do Curso de Engenharia Civil da UNIVEL – Centro Univesitário Univel.

nas diversas áreas adjacentes, completando um ciclo de conhecimento e moldando um rumo incrível para a física e o mundo científico.

REFERÊNCIAS

MANGILI, A. I. – UNESP. **Heinrich rudolph hertz e a “descoberta” do efeito fotoelétrico: um exemplo dos cuidados que devemos ter ao utilizar a história da ciência na sala de aula.** SP, 2012.

VALADARES, E. C. - UFMG. **Ensinando física moderna no segundo grau: efeito fotoelétrico, laser e emissão de corpo negro.** BELO HORIZONTE/MG, 1998.

REIS, M. A. F. - ULBRA: **efeito fotoelétrico na produção e transformação da luz: investigação do uso de uma proposta didática para o ensino de física em cursos de engenharia.** Canoas: Campus/ RS, 2019.

SOARES, J. M. S. **Análise da história do efeito fotoelétrico em livros didáticos de física para graduação.** Campina Grande/PB, 2016.

YOUNG, H D. / FREEDMAN, R. A. **Sears & zemanski física mecânica young & freedman. 12 Edição;** 1949

APLICAÇÃO E EFEITOS DA POLARIZAÇÃO COM ÊNFASE EM SEUS POLARIZADORES

Talita Eduarda de Freitas¹

Raul Willian Leal Barbosa¹

Felipe da Rosa Motta¹

Kaique de Lucca Pinheiro Cotrin¹

Thiago Guerra²

Resumo: A polarização da luz é o fenômeno de seleção de uma direção preferencial de uma onda eletromagnética através de um dispositivo denominado polarizador. As ondas de rádio e TV são consideradas ondas polarizadas, isto é, o seu campo elétrico transmitido oscila em uma única direção. Já no caso da luz do sol e das lâmpadas, as ondas não são polarizadas, a direção do campo elétrico muda aleatoriamente com o tempo. Objetiva-se assim, com esta revisão da literatura, ampliar os conhecimentos acerca do fenômeno da polarização e o uso de polarizadores. O processo de polarização somente pode ser efetuado com ondas transversais, esse tipo de onda possui a propagação perpendicular à vibração. No caso de ondas longitudinais nas quais têm direção de propagação paralela, como o som, não é possível sofrerem polarização. Os polarizadores funcionam como filtros que através de uma fenda selecionam e dividem as ondas transversais, que possuem vibração em várias direções, em uma única direção. O campo elétrico da luz que sai do filtro de polarização contém apenas componentes paralelos à direção de polarização do filtro, o que significa que a luz é polarizada nessa direção. A luz não polarizada tem oscilações no campo elétrico, e podemos dividi-la em componentes horizontal e vertical. Suponha que o eixo horizontal seja paralelo à direção de polarização do filtro. Nesse caso, o filtro transmite apenas o componente horizontal do campo óptico, o componente vertical é absorvido. Se a direção do campo elétrico da onda original for aleatória, a soma das componentes verticais tem o mesmo valor que a soma das componentes horizontais. Quando o componente horizontal é absorvido, a intensidade da onda original é perdida pela metade. Esse tipo de dispositivo é usado, por exemplo, em óculos de sol que possuem lentes polarizadas, esse tipo de lente tem o objetivo de bloquear a luz refletida em superfícies horizontais. Pois o que causa o ofuscamento da visão é o elemento de oscilação horizontal da luz. Em outras palavras, quando o raio de sol atinge superfícies planas, a luz reflete horizontalmente. Por isso, as lentes polarizadas são feitas com estruturas verticais em microtela que eliminam as componentes horizontais da onda. Essas estruturas funcionam como persianas aos olhos, permitindo que somente as componentes de ondas cheguem até nós. Ao usar lentes polarizadas, as imagens ficam um pouco mais escuras que o normal, mas também ficam com muito mais qualidade. E além de aumentar a qualidade das imagens, o filtro polarizador também protege contra o ofuscamento da luz, proporcionando muito mais conforto visual. As imagens 3D também usam luz polarizada para criar uma sensação de profundidade. Nossa percepção de profundidade se deve em grande parte à capacidade de um ângulo ligeiramente diferente. O cérebro mescla as duas visualizações em uma visualização tridimensional. Ao gravar um filme 3D, as duas câmeras gravam a ação de ângulos ligeiramente distintos. Cada lente dos óculos tem um filtro polarizador: uma lente filtra ondas polarizadas verticalmente e a outra lente filtra ondas polarizadas horizontalmente. Dessa forma, cada olho recebe uma imagem diferente, e o cérebro mescla essas duas imagens para formar uma terceira imagem, que pode perceber a profundidade da cena. Além dos filtros de polarização, existem outras maneiras de polarizar a luz. No espalhamento, a luz absorvida por átomos ou moléculas é emitida em outra direção novamente. Segundo Halliday a propagação de a luz solar nas moléculas atmosféricas. Não fosse por esse fenômeno, o céu estaria escuro mesmo durante o dia. Embora a luz solar direta não seja

¹ Acadêmico do Curso de Física- Óptica e Termodinâmica - Engenharia Civil da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

² Orientador: Professor Doutor Thiago Guerra – Engenharia Civil da Univel – Centro Univesitário Univel.

polarizado, a luz do resto do céu é parcialmente polarizada devido ao espalhamento. As abelhas usam essa polarização para se orientar. Os vikings também usaram a polarização da luz do céu para navegar, quando o céu estava claro, no Mar do Norte, mas o sol estava abaixo do horizonte (devido à latitude mais alta do Mar do Norte). Esses antigos navegadores descobriram que a cor dos cristais de um determinado material (hoje chamada cordierita) mudava de acordo com o ângulo de incidência da luz polarizada. Observando o céu através de um desses cristais e girando-o, eles podiam determinar a posição do sol e, portanto, a direção do ponto principal. Assim sendo, fica evidente a importância da correta compreensão dos fenômenos relacionados à polarização e o devido e correto uso dos polarizadores.

REFERÊNCIA

HALLIDAY, David; RESNICK, Robert; WALKER, Jearl. **Fundamentos de física**. 8. ed. Rio de Janeiro, RJ: LTC, c2009 vol 4.

HECHT, Eugene. **Óptica**. 2 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

SOARES, Leandro. **Projeto e Confecção de Componentes Ópticos Difrativos de Alta Frequência Espacial**, jul. 1999.

USP (Universidade de São Paulo). Polarização, out 2017

UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais). POLARIZAÇÃO DA LUZ. Maio, 2020

ENGENHARIA NA CORREÇÃO DE ACUIDADE VISUAL – UM ESTUDO SOBRE A FOTOPOLIMERIZAÇÃO EM LENTES OFTÁLMICAS

João Paulo de Oliveira¹
Jonas Teixeira Freitas¹
Samuel Becker da Silva¹
Victor Praxedes de Carvalho¹
Thiago Guerra²

Resumo: O olho humano é um órgão receptivo muito sensível, naturalmente alterando o centro de seu foco, aumentando ou diminuindo a distância entre a parte frontal e parte traseira do globo ocular. Com essa alteração no seu comprimento axial o músculo responsável pela sua movimentação sofre fadigas que dificultam a adaptação focal da retina, gerando os defeitos visuais que conhecemos hoje, como miopia e astigmatismo (1). Os defeitos na visão podem ser atenuados através de processos cirúrgicos, como também com a utilização de lentes corretivas (2). Esta revisão da literatura busca explicar os conceitos da engenharia por trás das lentes oftálmicas poliméricas. Cada vez mais, materiais poliméricos estão sendo escolhidos contrariamente a materiais vítreos. Isso vem acontecendo por esses materiais apresentarem uma menor massa específica, maior resistência ao impacto, maior índice de refração, maior facilidade de locomoção da luz através de seu material, estabilidade dimensional pós-cura e estabilidade por exposição à luz e ao calor. O uso de lentes poliméricas, se comparada às lentes de vidro, geram maior conforto e segurança ao seu usuário (3). Resinas de polycarbonato são os materiais mais usados para produção de lentes poliméricas desde o ano de 1940. Apesar de ser um material de uso frequente, não há muitos estudos a respeito da resina CR-39, a variante mais comum entre as resinas poliméricas utilizadas para este fim. Os poucos estudos acerca do processo de polimerização da CR-39 indicam que a grande quantia de calor liberado pelo processo é determinante para a obtenção de lentes de boa qualidade. A polimerização térmica das lentes oftálmicas é baseada no calor inserido no sistema, aquecendo os materiais no molde para que atinjam a finalidade desejada (4). Neste processo de cerca de 20 horas podem ocorrer variações de energia em que a temperatura atinja valores elevados, levando ao rompimento das lentes durante o seu período de cura (5). A fim de minimizar os prejuízos causados pelo método convencional da cura térmica, a introdução da tecnologia de cura por luz ultravioleta (UV) vem permitindo a obtenção de produtos mais duráveis e com melhor qualidade. Na fotopolimerização a quantia de calor inserida no sistema se torna obsoleta, possibilitando um maior controle de qualidade do produto final, como também diminuindo a carga horária de 20 horas para apenas alguns minutos até a cura total (6). A fotopolimerização não possui uma formulação que garanta uma produção sem riscos de falhas, sendo necessário quantias elevadas de matéria-prima e longos períodos de tempo para elaboração e execução de testes de qualidade. Por conta desse infortúnio apresentado, a produção em escala industrial ainda não se encontra viável. (7). A cura por UV está baseada na polimerização por fotoiniciação. O fotoiniciador é uma molécula que cria espécies reativas quando expostas à radiação, no caso os raios UV, gerando radicais livres que iniciam a polimerização dos monômeros utilizados na fabricação das lentes. Em estudo realizado pela Dra. Zaida com testes entre inúmeros fotoiniciadores distintos para serem utilizados na cura de monômeros, chegou-se à conclusão de que o Darocur 1173 (produto líquido utilizado para iniciar processos fotopoliméricos) apresenta as melhores condições para a finalidade desejada. Sendo que esse produto faz necessária uma menor quantidade de energia para produzir mais radicais livres altamente reativos e eficientes (8). Durante testes realizados pela Dra. Altidis, chegou-se à conclusão de que a dureza das lentes está diretamente relacionada com a quantidade de fotoiniciador assim como ocorre com o tempo de cura. O aparecimento das bolhas nas lentes pode

¹ Acadêmico do Curso de Engenharia Civil da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

² Orientador: Professor Doutor Thiago Guerra do Engenharia Civil da Univel – Centro Universitário Univel.

ser atribuído ao maior percentual de fotoiniciador utilizado, bem como ao processo de homogeneização e inserção da mistura polimérica no molde. Observou-se que a dureza das lentes está diretamente relacionada com a quantidade de fotoiniciador e o tempo de cura (9). Conclui-se portanto que a produção de lentes oftálmicas utilizando-se a fotopolimerização é viável, apesar de se tratar de um campo de estudos relativamente novo.

REFERÊNCIAS

- AGUILA, Z. J; BITTENCOURT, E. **Estudo cinético de fotoiniciadores utilizados na cura de lentes oftálmicas**. Departamento de Tecnologia de Polímeros da Faculdade de Engenharia Química da Unicamp. Campinas. 2010.
- ALTIDIS, M. E. D. **Desenvolvimento de lentes oftálmicas por Fotopolimerização de compostos orgânicos**. Universidade Federal De Campina Grande. Campina Grande. 2010.
- ARAÚJO, Y. S; SILA, C. R. **Caracterização térmica e espectroscópica de monômeros e fotoiniciadores curados por fotopolimerização**. Vi Congresso De Iniciação Científica Da Universidade Federal De Campina Grande. Campina Grande. 2009.
- BROGNA, F. M. S.; RAVAGNANI, S. P. **Modelagem e simulação da polimerização termo e foto-iniciada de resinas di-carbonato di-alila do etileno glicol para a produção de lentes oftálmicas**. Polímeros vol.12 no.4. São Carlos. 2002.
- FREGOLENTE, P. B. L. **Estudo da fotopolimerização de monômeros monofuncionais e multifuncionais para produção e recobrimento de lentes oftálmicas**. Universidade Estadual De Campinas. Campinas. 2006.
- GONÇALVES, B.; BRANDÃO, D.; REIS, F.; BOAVENTURA, F.; BORDALO, F.; FERREIRA, J.; AMARO, J.; PEDRO, J.; ROSAS, L.; CARDOSO, M.; BRÁS, M. I.; CUNHA, M. M.; CAROTO, M. T.; RAMOS, R.; OLIVEIRA, R. F. **Saúde ocular: ametropias**. METIS. 2019.
- VEIGA, J. G.; SEIDLER, M.; ROSA, J. A.; GELATI, S. **Defeitos de visão**. EFA. Ijuí. 2017.
- ZANCIACOMI, M. R. **Polimerização via radical livre fotoiniciada de sistemas multicomponentes para utilização em dispositivos oftálmicos: aspectos ópticos e mecânicos**. Universidade Estadual De Campinas. Campinas. 2009.

INTERFERÊNCIA E DIFRAÇÃO DA LUZ A PARTIR DO EXPERIMENTO DE THOMAS YOUNG DA DUPLA FENDA

Alisson Dionatan Correa de Freitas¹
Luis Eduardo Rampel Dalberto Lemos¹
Roberto Fritzem Barbosa¹
Thiago Guerra²

Resumo: No início do século XVIII, diferentes concepções tentaram explicar diversos efeitos ondulatórios da luz, os modelos newtonianos desenvolvidos e admitidos até a época, não conseguiam em sua totalidade esclarecer vários desses Fenômenos Ópticos [1,2]. Esse trabalho surge com o intuito de, através de revisões bibliográficas, esclarecer os principais conceitos acerca dos Fenômenos Ópticos relacionados à Interferência e Difração da luz. De forma similar, descrever a importante participação dos conhecimentos desenvolvidos por Thomas Young. Explicitar especialmente sobre sua teoria a respeito da característica ondulatória da luz, no início do Século XIX, esclarecido a partir do experimento da dupla fenda. Este estudo de Thomas Young sobre a interferência e difração da luz [3], baseava-se em transpor um feixe de raio luminoso sobre dois obstáculos, intitulados neste trabalho como sendo anteparos (objeto que restringe a passagem da luz). O primeiro sendo caracterizado por apresentar apenas uma fenda (abertura estreita que permitia a passagem da luz). Logo após, um segundo anteparo com duas fendas, posicionadas lado a lado, sendo ambas da proporção de um fio de cabelo (em torno de 60 a 120 micrometros de espessura). Em que este feixe de luz seria disposto sobre o anteparo de verificação, sem nenhuma fenda, tendo como principal função, avaliar o comportamento deste fenômeno [3]. Thomas Young ao transpor este feixe de luz, se deparou com um padrão de interferência (alternância de regiões claras e escuras no anteparo de verificação), denominadas no experimento da dupla fenda como sendo “*franjas*”, dispostas no ultimo anteparo. O experimento começa a se desenvolver irradiando-se uma fonte de luz monocromática (composta de uma única cor), sobre o primeiro anteparo apenas com uma fenda, afim de que essa luz sofresse a primeira difração, obtendo-se assim luz coerente, com apenas uma fase de onda. Nesse contexto, quando uma onda incide sobre um obstáculo que possui apenas uma única fenda com dimensões muito próximas ao do seu comprimento de onda, parte dela, ao transpor pela abertura, se alarga na região posterior ao obstáculo. Circunstância esta no qual transcorre de acordo com o princípio de Huygens, o qual afirma que a própria frente de onda gera infinitas novas ondas a cada instante de tempo, a partir de cada um de seus respectivos pontos, dando origem a novas frentes de onda no instante seguinte [5]. Conceitua-se a difração, portanto, como sendo o fenômeno ondulatório da luz, decorrente de quando a onda contorna um obstáculo, ou se espalha após atravessar uma fenda ou anteparo [3]. Quando avaliamos o próximo anteparo com a dupla fenda, a luz sofre uma segunda difração em cada uma das duas fendas posicionadas lateralmente, criando assim novas frentes de ondas. Essas frentes de ondas interferem entre si, apresentando padrões diferentes de interferências. São elas em um primeiro aspecto construtivo, expondo-se quando duas ondas se sobrepõem umas às outras, possuindo respectivamente a mesma fase de onda, onde ambas se somam, tendo como resultante uma onda maior as que lhe deram origem anteriormente. Já no momento em que duas ondas apresentam diferenças umas das outras, expondo fases diferentes ao sofrerem a superposição entre si, uma aniquila a outra, gerando um padrão destrutivo [6]. Contudo, pode-se compreender o fenômeno da interferência como sendo a interação de frentes de ondas, nas quais irão gerar uma onda resultante. Os experimentos desenvolvidos por Thomas Young forneceram embasamento prático e necessário para as pesquisas desenvolvidas posteriormente ao seu estudo acerca da interferência e difração da luz, conceituando-se de forma

¹ Acadêmicos do Curso de Engenharia Civil – Centro Universitário Univel.

² Orientador: Professor Doutor Thiago Guerra Professor do Curso de Engenharia Civil – Centro Universitário Univel.

cada vez mais coerente sobre a real natureza do comportamento da luz. Os conceitos supracitados acabam por serem singularmente destinados às diferentes áreas da engenharia, que aplicam seus conhecimentos para solucionar problemas, nos quais até então não seriam possíveis se fossem admitidos aspectos apresentados nos modelos newtonianos. Para concluir, abrangendo um exemplo de aplicação desses conceitos na óptica moderna atual, temos o interferômetro do tipo Michelson, com o objetivo de detectar ondas gravitacionais - fruto da colisão de corpos muito massivos, já previstos por Einstein [7].

REFERÊNCIAS

- [1] SILVA B. V. C. **A popularização na ciência: a óptica de newton no século XVIII**. Porto Alegre, RS: Esc. Est. Presidente Roosevelt, 2008.
- [2] Revista Brasileira de Ensino de Física. **Thomas Young e a teoria ondulatória da luz no início do século XIX: aspectos conceituais e epistemológicos**, Vol.41, nº 2, e 20180141, 2019.
- [3] FRAGNITO H. L; COSTA A. C. **Difração da luz por fendas**. São Paulo, SP, Campinas: UNICAMP, 2010.
- [4] Revista Brasileira de Ensino de Física. **Uma visualização do princípio de Huygens – Fresnel na obtenção de um padrão de difração**, Vol. 34, nº 3, 3301, 2012.
- [5] EVARISTO D. S. **Simulação computacional da difração de Laue e reconstrução da rede cristalina**. São Cristóvão, SE: Universidade Federal de Sergipe, 2019.
- [6] BORN, M.; WOLF, E. **Principles of Optics: Electromagnetic Theory of Propagation, Interference and Diffraction of Light**. Cambridge University Press, 1999.

O FENÔMENO DA REFLEXÃO E REFRAÇÃO DA LUZ E SEU RESPECTIVO IMPACTO EM NOSSO COTIDIANO

Ana Gabrielle Broio¹
Bruna Proença Galdino¹
Leonardo da Silva Meira¹
Natalie Olivo¹
Thiago Guerra²

Resumo: Existem muitas questões na física que são perceptíveis no nosso cotidiano, mas talvez não saibamos sobre como elas funcionam. Fenômenos ópticos são questões importantes que conseguimos ver a olho nu, entre elas a reflexão e refração da luz se destacam. Para um melhor entendimento, foram abordadas situações comuns e de forma pedagógica, a fim de explicar a natureza da ciência acerca desses fenômenos. A reflexão é aquilo que acontece quando nos olhamos no espelho, quando conseguimos ver o céu através de uma poça de água, entre outras situações cotidianas que nos permitem observar o fenômeno da reflexão atuando. Dentro da reflexão nós temos algumas subcategorias, e uma delas é a reflexão especular, que ocorre geralmente em superfícies planas, e conseguimos percebê-la pelo reflexo de luz transmitida em uma única direção. Ao contrário do que acontece em superfícies irregulares, onde o reflexo se dá em diversas direções, a este tipo de fenômeno atribuímos o nome de reflexão difusa. Com o propósito de definir de quais maneiras a reflexão irá ocorrer, é preciso que se verifique o comprimento de onda luminosa visível do material. Quando em uma reflexão difusa, o material deve ter o comprimento de onda luminosa acima de $1\ \mu\text{m}$, enquanto para uma reflexão especular o comprimento de ondas luminosas será inferior a $1\ \mu\text{m}$. O comprimento de onda pode ser definido, de maneira geral, como a velocidade dessa onda por sua frequência. Quando se trata de radiação eletromagnética, essa velocidade acaba por ser associada à velocidade da luz, e tem, atuando em nossa atmosfera, valores entre $0,4$ e $0,7\ \mu\text{m}$. O fenômeno de refração acontece quando um raio de luz transpassa uma superfície, como o vidro ou qualquer outro material, que tenha um índice de refração diferente do meio anterior. A velocidade deste raio de luz é relativamente mais lenta na travessia de objetos do que no vácuo, ocasionando também um desvio deste raio de luz, em que a angulação do mesmo será atribuída de acordo com o material e seu índice de refração, que pode ser definida como a relação entre velocidade da luz no vácuo e no material em questão. A fim de exemplificar o fenômeno, quando um objeto de cor vermelha é atingido pela luz, apenas a cor vermelha dessa luz é refletida, isso se o objeto for opaco, quer dizer então que esse objeto vai apresentar a cor através da reflexão seletiva da luz. Com o intuito do entendimento destes fenômenos, foi desenvolvido um programa de iniciativa de divulgação científica dirigida pela Universidade de São Paulo no Instituto de Física e Escola de Engenharia, para o ensino básico de óptica. O objetivo, também, era estimular interesse em crianças e adolescentes sobre situações corriqueiras em nosso cotidiano. Uma das atividades era sobre o vidro, objetos incolores e transparentes, mas que ainda sim podemos vê-los. Um copo de vidro cheio de água permite a passagem de todas as cores de forma distinta. Ao colocar um objeto reto e opaco dentro do copo, é possível visualizar a imagem do objeto sendo deformada pela água. Esse fenômeno é explicado pelo desvio dos raios luminosos, que são linhas de conceito geométrico, representando a direção pela qual a luz se propaga. Essa propriedade faz com que detectemos o objeto transparente situado diante de nós, através da imagem encontrada atrás do objeto. No projeto em questão, é dito que objetos no interior de um tanque com água, quando observados em ângulo oblíquo por um observador localizado fora da água, podem aparentar estar em uma posição diferente daquela

¹ Acadêmico do Curso de Engenharia Civil da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

² Orientador: Professor Doutor Thiago Guerra do Curso de Engenharia Civil da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

em que realmente se encontram, devido ao desvio da luz na interface entre água e ar. Diante de todas essas informações, pode-se compreender, de certa maneira, o funcionamento de alguns acontecimentos simples e rotineiros, que envolvem a óptica física. Essas questões só foram significantes no século XX, após debates de grandes estudiosos como Newton e Huygens sobre a concepção da luz. É importante conduzir o conhecimento de conceitos físicos para as próximas gerações, com o objetivo de despertar e aperfeiçoar o crescimento em determinadas áreas de estudo.

REFERÊNCIAS

KNIGHT, R. **Física 2: uma abordagem estratégica**. Porto Alegre: Editora Bookman, 2009.

ORTEGA, D. **Uma abordagem histórica da reflexão e da refração da luz**. São Paulo: Revista Brasileira de Ensino de Física, 2019.

RENATA, F. N. R. **Luz à primeira vista: um programa de atividades para o ensino de óptica a partir de cores**. São Paulo: Revista Brasileira de Ensino de Física, 2019.

YOUNG, H. **Física IV: ótica e física moderna**. São Paulo: Editora Addison Wesley, 2009.

UTILIZAÇÃO DE RESÍDUOS DE PNEUS PARA CONFEÇÃO DE CONCRETOS

Eduardo Dalla Costa Silva¹
Douglas Guedes Batista Torres²
Thiago Guerra³

Resumo: Dentre os principais segmentos econômicos que se destacam pela magnitude do impacto gerado no meio ambiente, estão a construção civil e a área de transportes. Em ambas se é evidenciado a enorme problemática envolvendo o descarte dos resíduos, muitas vezes feita de maneira equivocada. Visando mitigar os danos causados, diversas são as propostas destacadas por pesquisadores do tema. Dentre as quais, enfatiza-se a confecção de concretos mediante a substituição dos agregados convencionais pela borracha de pneu moída, assim proporcionando para ambos os setores um viés sustentável. A utilização da borracha do pneu justifica-se pelo empecilho verificado na destinação final destes, uma vez que se estima que este material necessite de um período próximo a 600 anos para se decompor. O depósito a céu aberto, em aterros, e a incineração, desencadeiam sérios danos ao ambiente e às pessoas que se destinam tal feito. No caso da deposição a céu aberto, nota-se a proliferação de transmissores de doenças, podendo ocasionar sérios danos à população em geral. No tocante dos aterros, tal material ocasiona a instabilidade do maciço por conta dos vazios resultantes do acúmulo deste. Em contrapartida, a incineração é a causa da liberação de gases nocivos no ambiente, necessitando assim de um custoso sistema de tratamento de gases (MOREIRA, 2014). Deste modo, visando à análise dos efeitos causados pela incorporação de tal material na mistura, diversas pesquisas com diferentes resultados vêm sendo realizadas acerca das propriedades deste tipo de concreto. A metodologia de pesquisa que norteia tais investigações é constituída basicamente de ensaios laboratoriais com o intuito de se verificar as características dos materiais utilizados, como a massa específica e taxa de absorção de água. Além disso, também são avaliadas as propriedades do concreto produzido através de ensaios como o rompimento de corpos de provas para a verificação da resistência e o teste de abatimento do concreto (*Slump Test*) para a mensuração da trabalhabilidade. Boaventura (2011) observou que a trabalhabilidade do concreto é elevada com o aumento da quantidade de resíduo de pneu em substituição ao agregado miúdo convencional, fato explicado pela menor massa específica do agregado alternativo. Por outro lado, Güneysi (2004) verificou em concretos com baixa relação água/cimento, uma redução do abatimento e consequentemente da trabalhabilidade na medida em que se aumenta a quantidade dos resíduos da borracha. Tal distanciamento dos resultados pode ser explicado pelas diferenças nas relações água/cimento adotadas nas pesquisas. Em questão da durabilidade, duas linhas de abordagem podem ser destacadas. A primeira consiste na capacidade de impermeabilidade a fluidos, onde concretos com adições de resíduos de borracha apresentam uma capilaridade inferior aos convencionais, contribuindo para uma menor absorção e consequentemente melhor durabilidade (BENAZZOUK, 2004). Uma segunda linha de raciocínio também nos leva a observar uma ampliação da durabilidade devido à maior resistência à micro fissuração provida pela borracha incorporada (BONNET, 2003). Deste modo, a ductilidade também é uma característica que aumenta proporcionalmente à incorporação de borracha na mistura (BOAVENTURA, 2011). Já se tratando da resistência à compressão axial, foi observada uma redução desta propriedade quanto maior for a quantidade de resíduo de borracha inserido no concreto. Uma possível explicação consiste em uma redução da aderência entre o agregado e a nata de cimento, entretanto tal fator

¹ Acadêmico do Curso de Engenharia Civil da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

² Co-orientador: Professor Doutor Douglas Guedes Batista Torres do Curso de Engenharia Civil da Univel – Centro Univesitário Univel.

³ Orientador: Professor Doutor Thiago Guerra do Curso de Engenharia Civil da Univel – Centro Univesitário Univel.

pode ser justificado também pela incorporação superior de ar em concretos com tais adições (BOAVENTURA, 2011). De acordo com a literatura, nota-se uma redução de 20 a 25% da resistência a compressão em um concreto executado com 3% de adição de borracha em comparação ao convencional (MARTINS, 2005). Assim sendo, se percebe a necessidade do constante estudo sobre o assunto, uma vez que a dificuldade em se manter algumas das propriedades do concreto original implica em uma desvantagem no uso deste material. Deste modo, propõe-se a continuidade da pesquisa mediante a análise das propriedades afetadas pela adição da borracha de pneu. Para tanto serão realizados ensaios como o rompimento de corpos de prova, o *Sump Test*, além dos ensaios com os agregados, os quais possibilitam maior entendimento acerca dos constituintes do concreto de forma individualizada. Entretanto apesar dos empecilhos observados, tanto o viés sustentável quanto o econômico se materializam como os principais incentivos acerca do progresso da investigação.

REFERÊNCIAS

- BENAZZOUK, A.; DOUZANE, O.; QUÉNEUDEK, M. **Transport of fluids in cement rubber composites**. Cement & Concrete Composites, v.26, p.21-29, 2004.
- BOAVENTURA, M. C. **Avaliação da Resistência à Compressão de Concretos Produzidos com Resíduos de Pneus**. Feira de Santana, 2011.
- BONNET, S. **Effet de incorporation des granulats caoutchouc sur la résistance à la fissuration des mortiers**. In: XXI Rencontres universitaires de genie civil, p 59-70, 2003.
- GÜNEYISI, E.; GESOGLU, M.; ÖZTURAN, T. **Properties of rubberized concretes containing silica fume**. Cement and Concrete Research, v 34, p 2309-2317, 2004.
- MARTINS, I. R. F. **Concreto de alto desempenho com adição de resíduos de borracha de pneu**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Engenharia, Universidade Estadual Paulista, Ilha Solteira, 144f, 2005.
- MOREIRA, J. F.; FIDELIS, V. R. P.; DIAS, J. F. **Concreto com Borracha de Pneus Aplicado em Ciclovias**. Holos Environment, v. 14, n. 2, p. 185-197, 2014.



Resumos de

ENGENHARIA MECÂNICA

BOMBAS E TURBINAS HIDRÁULICAS: FUNCIONAMENTO E DIMENSIONAMENTO

Allan Henrique Barcelos Hahn¹

Rodrigo Nunes¹

Douglas Guedes Batista Torres²

Resumo: As máquinas de fluxo desempenham importantes funções em diversos ramos da indústria, devido a sua ampla gama de aplicabilidade e características que as tornam bastante úteis e versáteis. Por esses motivos elas podem ser consideradas pilares fundamentais das indústrias e das centrais elétricas modernas, sendo possível encontrá-las em diferentes âmbitos de aplicações como na geração de energia, eletrodomésticos, em siderúrgicas, equipamentos de mineração, indústrias petroquímicas entre outras áreas (CAMPOS, 2015). À vista disso, o presente trabalho embasado em revisões da literatura, se faz útil apresentando e caracterizando as máquinas de fluxo, com enfoque em duas que são de grande relevância, as bombas e as turbinas hidráulicas, bem como as suas classificações e seus dimensionamentos de acordo com a equação de Bernoulli. As máquinas de fluxo são equipamentos que promovem a troca de energia entre um sistema mecânico e um fluido, transformando energia mecânica em energia de fluido, ou vice-versa. Esses equipamentos geralmente operam com fluidos como água, óleos, e outros fluidos considerados incompressíveis nas aplicações normais (GEMER, 2013). Dentre essas máquinas estão as bombas hidráulicas, que são equipamentos cujo o princípio de funcionamento consiste em receber energia mecânica de uma fonte motora, e parte dessa energia é transformada e em seguida transferida ao fluido, sob outras formas de energias como: energia de pressão, energia cinética ou ambas. Essa conversão de energia que ocorre é responsável por possibilitar o deslocamento do fluido em condutos, já que nesse processo sua pressão e velocidade são aumentados (ELETROBRÁS, 2009). As bombas hidráulicas podem ser classificadas quanto a maneira que cedem energia ao fluido, pela sua aplicação ou por sua construção. Entre os principais tipos de bombas estão as bombas centrífugas ou turbo-bombas e as bombas volumétricas (ELETROBRÁS, 2009). Outra máquina de fluxo de grande aplicação é a turbina hidráulica, que tem objetivo transformar a maior parte da energia cinética e da energia de pressão, provenientes do fluido, em trabalho mecânico (GEMER, 2013). As turbinas podem ser classificadas: em turbinas de reação, onde nesse tipo de turbina as energias nas formas cinética e de pressão são transformadas em energia mecânica-motriz (RAMOS, 2012). Outra classificação são as turbinas de ação ou impulso, nesses modelos não há variação de pressão durante o escoamento do fluido, sendo assim a energia mecânica é obtida somente através da energia cinética do fluido (RAMOS, 2012). Ao falarmos de bombas e turbinas hidráulicas, um campo de grande pertinência é os seus correspondentes métodos de dimensionamento, para que assim se obtenha o correto funcionamento dessas máquinas em suas mais variadas aplicações. Para realizar o dimensionamento, e assim conseguir informações como perdas cargas, velocidade e pressão do fluido, potência da máquina, dimensões de condutos e demais dados importantes, é utilizada a equação da energia (equação de Bernoulli). A equação é adaptada a presença de uma máquina introduzida no escoamento do fluido, sendo ela uma bomba (fornece energia ao fluido), ou uma turbina (retira energia do fluido) (BRUNETTI, 2008). A equação da energia analisa as cargas totais entre dois pontos de uma seção do escoamento do fluido, sendo esta carga total composta por cargas cinéticas, de pressões e potenciais. Se tivermos uma bomba, o fluido

¹Acadêmicos do curso de Mecânica dos Fluidos - Engenharia Mecânica - Centro Universitário Univel.

² Orientador: Professor Douglas Guedes Batista Torres do Curso de Mecânica dos Fluidos -Engenharia Mecânica - Centro Universitário Univel.

ganhará mais energia sendo assim a carga total na saída será maior que a carga total na entrada do escoamento. E se a máquina for uma turbina vai haver a retirada de energia do fluido, ou seja, a carga na entrada será maior que a carga total na saída da seção analisada (BRUNETTI, 2008). Portanto devido à grande importância dessas máquinas para as mais variadas áreas de aplicação, conhece-las quanto ao seu funcionamento e seus tipos, bem como entender o princípio para dimensioná-las através da equação de Bernoulli, é de grande relevância para os profissionais das áreas da engenharia como civil, elétrica, produção e mecânica. Aonde somente através do dimensionamento podemos obter informações que são necessárias para o projeto de sistemas hidráulicos, permitindo a correta aplicação e o adequado funcionamento desses equipamentos, e evitando falhas ou desperdícios que levam a eventuais prejuízos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRUNETTI, Franco. **Mecânica dos Fluidos**. 2ª Edição Revisada • Person – São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008.

CAMPOS, M.C. **Apostila de Máquinas Hidráulicas**. Curitiba, 2015.

ELÉTROBRAS; CNI. **Bombas: Guias Básico**. Procel Indústria: Edição Seriada. Brasília: IEL/NC, 2009.

GEMER, E. **Máquinas de Fluxo**. Universidade Tecnológica Federal do Paraná –UTFPR. Curitiba, 2013.

RAMOS, D.S. **PEA – 2420: Produção de Energia Elétrica**. Escola Politécnica da Universidade de São Paulo – Poli/USP. São Paulo, 2012.

DISFUNÇÃO OCULAR - MIOPIA

Bruno Mello de Carvalho¹
Gabriel Henrique¹
William Granero¹
Thiago Guerra²

Resumo: Como é de conhecimento, a visão se tornou um dos sentidos mais valiosos para os seres humanos, sendo através dela, possível visualizar objetos e formas que nos cercam. No entanto, podem ocorrer defeitos no processo de formação das imagens no globo ocular, como as alterações causadas pela miopia, a mesma, apresenta diversos estudos e formas de correção, mesmo apresentando grande incidência. Objetiva-se assim com esta revisão da literatura, compreender as noções básicas de algumas alterações de visão, assimilando o envolvimento da física nos mesmos. No estudo da miopia, quanto mais divergentes forem os raios oculares, mais borradas serão as imagens vistas a distância, levando em consideração que formará uma imagem menos nítida. Da mesma forma, maior será o círculo de difusão, sendo este um fenômeno óptico que se apresenta em forma de círculos concêntricos. Uma das causas deste fato recai sobre o comprimento axial do olho humano, sendo a relação acerca de onde a imagem avistada se foca e se apresenta atrás da retina¹. Por sua vez com o avanço da tecnologia, obtivemos várias opções para a correção destes problemas, desde menos invasivos como lentes de correção até metodologias mais invasivas, através da cirurgia a laser. Além disso, o indivíduo acometido pela miopia apresenta uma relação problemática entre a curvatura da córnea e o tamanho e o diâmetro do globo ocular. Uma vez que, quando uma pessoa sem nenhuma alteração na visão enxerga uma imagem, a mesma estará sendo formada no fundo da córnea, já para uma pessoa com alterações míopes, apresentará a superfície ocular convergente em relação ao globo ocular, demonstrando o cristalino alongado, de maneira que a imagem distante se forma antes da retina, causando assim uma imagem embaçada². Matematicamente, a vergência corretiva, a mesma sendo a capacidade de convergir ou divergir corretivamente as lentes, deve ser calculada pela equação que denota uma subtração entre o inverso distância padrão pelo inverso da distância problemática. Essa equação acaba sendo utilizada para calcular o valor necessário atribuído a uma lente, a fim de corrigir a respectiva visão. Além disso, essa equação funciona não apenas para corrigir problemas relacionados à miopia, mas também para hipermetropia e presbiopia¹. O tratamento da miopia tem como princípio ajudar a focar a luz corretamente na retina, através de lentes corretivas como óculos, lentes de contato e a cirurgia refrativa. As lentes corretivas são as mais utilizadas no dia a dia dos pacientes, observando que possuem menor custo e menores riscos para a população. Lentes podem se apresentar em forma de óculos ou as próprias lentes de contatos, além destas existe a possibilidade da cirurgia refrativa, que se dá pelo tratamento de correção da miopia, através da remodelagem da curvatura da córnea, mudando a sua forma permanentemente. Apesar de corretivo, o procedimento cirúrgico em se tratando de um método bastante invasivo, atrai muitos adeptos, mesmo possuindo riscos e podendo acometer ou gerar complicações oculares, levando até mesmo a cegueira³. Com ênfase no tema abordado, observa-se que alterações na visão se tornam prejudiciais não somente à saúde do órgão afetado em si, afetando o indivíduo em seu dia-a-dia, mas também em sua respectiva qualidade de vida daqueles acometidos por tal patologia. Analisando ainda que, apesar das diversas formas de intervenções possíveis, as mais utilizadas e recomendadas são as menos invasivas, em detrimento à grande parcela da população que opta por realizar cirurgias corretivas. Diante disso, observa-se a aguda necessidade de estudos e aprimoramentos com enfoque na resolução ou melhoria da correção ocular – miopia. Tais erudições possibilitariam maiores chances eficazes de diminuição

¹ Acadêmico do Curso de Engenharia Mecânica da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL.

² Docente do Curso de Engenharia Mecânica do Centro Universitário UNIVEL.

populacional da doença e menores riscos ao utilizar procedimentos cirúrgicos, melhorando assim, o bem-estar e a qualidade de vida dos acometidos.

REFERÊNCIAS

1. VENTURA, L.; NETO J. **Ametropia Oculares**. *Rev Bras Ensino Física*; v. 17, p. 4, 1995.
2. LLOPIS, M. D.; LANUZA, A. C. **Myopia, the challenge of Ophthalmology and its worldwide “explosive epidemic”**. *Arch Soc Esp Oftalmol*; 93: 365–367, 2018.
3. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Diretrizes de Atenção à Saúde Ocular na Infância: Detecção e Intervenção Precoce para a Prevenção de Deficiências Visuais**. *Ministério da Saúde*, 2016.

EFEITO FOTOELÉTRICO

Igor Gustavo Mattes¹

Hiago Luiz Rauber¹

Cesar Junior de Oliveira¹

Thiago Guerra²

Resumo: Antigamente os filósofos já se questionavam sobre a natureza da luz. Aristóteles considerava a luz um fluido imaterial que se propaga entre os olhos e o objeto visto (1). Platão supôs que a nossos olhos emitiam pequenas partículas que se propagavam até os objetos, retornando aos olhos e proporcionando a visão (2). Essas hipóteses não eram suficientes para explicar tantos efeitos luminosos que ocorrem na natureza. No século XVII surgiu então duas grandes teorias, onde uma dizia que a luz era composta de pequenas partículas, dando então o nome de Teoria corpuscular (Isaac Newton) e a outra defendia a ideia de que a luz é uma onda (Christian Huyguens) (1). Em 1864 o físico escocês James Clerk Maxwell afirmou que a teoria de Huyguens era a correta, comprovando que a luz é uma onda eletromagnética. No final do século XIX, Heinrich Hertz foi o primeiro a obter sucesso nessa área, suas descobertas foram designadas de Efeito Fotoelétrico. O proposto trabalho tem como objetivo específico mostrar as principais características do Efeito Fotoelétrico e algumas das diversas aplicações encontradas no cotidiano. Durante suas experiências, Hertz notou que a luz produzida por meio de faíscas em um circuito, induzia corrente para circuitos afastados, os quais serviam para detectar ondas magnéticas (3). Para chegar a estes resultados realizou suas experiências usando osciladores que produziam ondas eletromagnéticas (1). O oscilador utilizado era constituído por duas esferas de latão com 30cm de diâmetro, ligadas por uma haste retilínea de 2,6 metros à outra esfera também metálica menor, ambas eram ligadas a uma bobina (4). Ao alimentar a bobina com um circuito elétrico oscilante, Hertz observou centelhas entre as esferas metálicas, as quais deveriam produzir radiação eletromagnética, para que a radiação pudesse ser detectada foi utilizado um ressoador. O ressoador é um instrumento composto por um fio de cobre circular e interrompido por um pequeno arco, tendo em uma de suas extremidades uma pequena esfera, e na outra um parafuso que servia para avançar e recuar, controlando a abertura do circuito (5). Quando o ressoador captava uma onda eletromagnética centelhas saltavam entre a esfera e a ponta do parafuso. Em 1905 Einstein admitiu que a energia da radiação eletromagnética não era distribuída uniformemente sobre as ondas, e sim divididas em “pacotes” chamados de quantum de luz (1). De acordo com a teoria de Einstein, efeito fotoelétrico consiste em elétrons serem “arrancados” ou “ejetados” (chamados fotoelétrons) de um corpo, geralmente metálico, por efeito da energia da radiação eletromagnética incidente (6). Para que possam ser explicadas as características do efeito fotoelétrico é necessário compreender que as partículas responsáveis pelo transporte da luz, os fótons, atuam como corpos rígidos. Cabe destacar algumas das características desse efeito, são elas: o número de elétrons arrancados é diretamente proporcional a intensidade da radiação, sendo essa intensidade denominada pela sigla “I” (6); a energia cinética dos fotoelétrons depende da frequência de radiação incidente, e não de I, já o número de elétrons emitidos por segundos, ou seja, a corrente elétrica, não depende da frequência, e sim de I (7); independentemente da frequência e da intensidade da radiação, não existe retardo entre o instante em que a radiação eletromagnética atinge a superfície da placa metálica e o instante em que aparecem os elétrons arrancados (6). Grande maioria das aplicações da foto eletricidade estão em sensores, tendo larga aplicação em nosso cotidiano, como por exemplo: portas que abrem automaticamente, luzes que acendem e apagam automaticamente, alarmes que se ligam e desligam sozinhos assim como a contagem do número de objetos que passam por um

¹ Acadêmico do Curso de Engenharia Mecânica da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

² Professor do Curso de Engenharia Mecânica da UNIVEL – Centro Universitário Univel

determinado ponto. Estes sensores funcionam com base em feixes de luz, o qual ao ser interrompido aciona um sistema automático que realiza um serviço programado, seja a movimentação de uma esteira ou a abertura de uma porta, por exemplo. Conclui-se que as descobertas de Maxwell abriu caminho para o estudo das ondas eletromagnéticas, onde então posteriormente Hertz pôde expor suas teorias das quais chamamos hoje de efeito fotoelétrico. Por fim, com a contribuição de Einstein foi possível entender interações de fótons e elétrons, descobertas essas evoluíram a maneira de automatizar processos, trazendo inúmeras vantagens ao nosso cotidiano.

REFERÊNCIAS

- (1) BACKES, N. A. C. Trabalho de Conclusão de Curso: **Ensino do Efeito Fotoelétrico com o uso das tecnologias**. 63 folhas. – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis – SC, 2016. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/167279/BrunoSim%c3%b5es_NilceAnaCremoliniBackes.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 12 out. 2020.
- (2) FREITAS, P. S. C. Conteúdo Educacional: **Luz e Visão: entendendo o olho humano como receptor de ondas eletromagnéticas**. 67 folhas. – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF), Campos dos Goytacazes – RJ, 2019. Disponível em: http://portal1.iff.edu.br/pesquisa-e-inovacao/pos-graduacao-stricto-sensu/mestrado-nacional-profissional-em-ensino-de-fisica/projetos-e-dissertacoes-defendidas/resumo-dos-projetos/priscila_produto-didatico.pdf. Acesso em 14 out. 2020.
- (3) DA SILVA, E. A. P. Trabalho de Conclusão de Curso: **O Efeito Fotoelétrico**. 60 folhas. – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro – RJ, 2000. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/3097/4/EAPSilva.pdf>. Acesso em 14 out. 2020.
- (4) FARO, M. A. Artigo: **Heinrich Hertz: vida, obra e repercussões**. 6 folhas. – Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa (IST), Lisboa – Portugal, 1995. Disponível em: <https://www.spf.pt/magazines/GFIS/404/article/1212/pdf>. Acesso em 15 out. 2020.
- (5) SOARES, J. M. S. Trabalho de Conclusão de Curso: **Análise histórica do Efeito Fotoelétrico em livros didáticos de física do Ensino Médio**. 46 folhas. – Universidade Estadual de Paraíba (UEPB), Campina Grande – PB, 2014. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/5025/1/PDF%20-%20Joana%20Menara%20Souza%20Soares.pdf>. Acesso em 14 out 2020.
- (6) PALANDI, J.; DARTANHAN, B. F.; DENARDIN, J. C.; MAGNAGO, P. R. Grupo de Ensino da Física (GEF-UFSM): **Física Moderna**. 109 folhas. – Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria – RS, 2010. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/gef/arquivos/fisimod.pdf>. Acesso em 16 out. 2020.
- (7) BRANDL, M. Artigo: **The Photoelectric Effect**. 12 folhas - **Michigan State University (MSU)**, Michigan – Estados Unidos, 2001. Disponível em: <http://www.ifsc.usp.br/~lavfis/images/BDAPostilas/ApEfFotoelettrico/The%20Photoelectric%20Effect%20-%20m213.pdf>. Acesso em 16 out. 2020.

INFLUÊNCIA DA ENERGIA DE SOLDAGEM NA MICROESTRUTURA DE JUNTAS SOLDADAS EM AÇO INOXIDÁVEL DUPLEX

João André Malacarne¹
Bruno Hermes de Luca¹
Joel Aparecido de Souza Junior¹
Douglas Guedes Batista Torres²
Thiago Guerra²

Composto por uma matriz bifásica balanceada entre austenita e ferrita, aços inoxidáveis duplex (AID) são amplamente utilizados na indústria, tendo em vista as suas características mecânicas. Apresentam uma elevada resistência ao trincamento por corrosão sob tensão e a corrosão localizada em meios contendo cloretos (LODOÑO, 2001). Conforme a necessidade de unir ou reparar peças e equipamentos sem causar alterações nas propriedades microestruturais do material, o estudo do processo de soldagem dos aços inox é fundamental. Dentre os principais fatores que devem ser observados, estão a energia de soldagem, bem como o material de adição escolhido. Ciente destes fatores, este resumo tem por objetivo a análise da microestrutura de uma junta soldada com aço inoxidável duplex. A microestrutura de um AID é obtida a partir do balanceamento entre os elementos que formam a liga e de tratamento termomecânico durante a conformação mecânica (BRANDI, 2008). Durante o aquecimento, a transformação da austenita em ferrita ocorre geralmente por difusão dos elementos de liga intersticiais e substitucionais com temperaturas superiores a 1300 °C (NUNES, 2012). Na faixa de temperatura de 1200°C, os aços inoxidáveis apresentam um comportamento muito próximo do equilíbrio estável e metaestável, produzindo uma estrutura lamelar com grãos alongados, composta de uma matriz ferrítica com ilhas de austenita (GUERRA, 2017). Conhecendo a sua composição, vemos que o processo de soldagem em um AID requer alguns cuidados, tendo em vista algumas fragilizações que podem ocorrer. Fragilizações essas, decorrentes da energia utilizada durante o processo, dos metais de adição e dos ciclos térmicos utilizados. A energia está muito relacionada à microestrutura, já que à medida que uma maior energia de soldagem for utilizada, um maior tempo de resfriamento será necessário. Os aços inoxidáveis duplex podem, em geral ser soldados pela maioria dos processos disponíveis atualmente, porém, conforme Varol (1992), processos com fonte de calor com alta densidade, como laser e feixe de elétrons tem sua aplicação limitada, tendo em vista o rápido tempo de resfriamento. Caso este resfriamento seja muito rápido, a formação de austenita pode ser prejudicada, obtendo-se uma microestrutura metaestável com elevados teores de ferrita (NUNES, 2012), impedindo o equilíbrio microestrutural no AID. O equilíbrio de fases permite a obtenção de propriedades mecânicas que não são atingidas com os aços totalmente austeníticos ou ferríticos (UNNIKRISHNAN, 1987 apud. HASKEL, 2017). Outro fator a ser observado está em juntas soldadas com vários passes, onde há ciclos térmicos de aquecimento e resfriamento simultâneos, podendo ocasionar uma desordem na microestrutura do material. Com o intuito de evitar essa desordem, um tratamento térmico pode ser efetuado no conjunto soldado, elevando até uma temperatura de 1050°C, a fim de fornecer a energia e tempo necessários para o balanceamento da estrutura e precipitação da austenita (GUERRA, 2017). Dos metais de adição utilizados, há os que são constituídos pela mesma liga metálica do metal base e também há os que são formados por uma liga a base de níquel. No caso dos que possuem a mesma liga metálica com um enriquecimento de níquel, um tratamento térmico não seria necessário, visto que o níquel já auxiliaria no balanço entre fases (GUERRA, 2017). Como pudemos analisar, um procedimento de soldagem com qualidade requer máxima atenção e estudo do processo – da energia utilizada,

¹ Acadêmico do Curso de Engenharia Mecânica – Centro Universitário Univel.

² Orientador: Professor Doutor do Curso de Engenharia Mecânica – Centro Universitário Univel.

do metal de adição, da quantidade de passes, dos tratamentos térmicos e todos os demais parâmetros possíveis. A omissão dessas ações pode resultar na ausência das propriedades mecânicas desejadas e mudança na resistência à corrosão do material, pré-estabelecidas durante seu projeto de execução. Fragilizações essas, responsáveis por quedas de estruturas metálicas, trincas em sistemas mecânicos, vazamentos em dutos de petróleo, dentre várias outras situações indesejadas.

REFERÊNCIAL

BRANDI, S.D. **Aplicação da norma ASTM A923 prática a para identificação de fases intermetálicas em junta soldada de aço inoxidável superduplex 2507**. Escola Politécnica da USP, Engenharia Metalúrgica e de Materiais, 2008.

GUERRA, T. **Modelagem do ciclo térmico do processo GMAW em aços inoxidáveis duplex pelo método de elementos finitos**. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica – PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2017.

HASKEL, H. L. **Desenvolvimento de metodologia de ensaio não destrutivo para quantificação de fases deletérias em aços inoxidáveis duplex baseado na técnica de voltametria linear**. Curitiba, 2017.

LONDOÑO, A. J. R. **Precipitação de fases intermetálicas e austenita secundária na ZAC de soldagens multipasse de aços inoxidáveis duplex**. São Paulo, 2001.

NUNES, E. B.; BATISTA, H. J.; BARRETO, A. S. **Soldagem e Inspeção**: Influência da Energia de Soldagem na Microestrutura e na Microdureza de Revestimentos de Aço Inoxidável Duplex São Paulo, Vol.17, Nº. 2, p.114-122, Abr/Jun 2012.

VAROL, I.; LIPPOLD, J.C.; BAESLACK, W.A.; III, W.A. **Welding of duplex stainless steels**. Key Engineering Materials, vol. 69-70, p. 217-252, 1992.

INFLUÊNCIA DAS MICROREGIÕES DA ZTA NA DUREZA DE LIGAS ENDURECIDAS POR ENCRUAMENTO

Bruno Hermes de Luca¹
João André Malacarne¹
Joel Aparecido de Souza Junior¹
Douglas Guedes Batista Torres²
Thiago Guerra²

Resumo: Ao abordarmos soldagem de materiais metálicos, algumas metas são definidas para que se possa obter êxito no processo. Podemos citar o fato de, além da união dos objetos em questão, o cordão de solda busca manter inalteradas as propriedades físicas e químicas do material base. Durante um processo de soldagem o material é exposto a altos níveis de energia, que são responsáveis pela fusão do metal base, formando a poça de fusão, e consequentemente junção das peças. Nas adjacências da Zona Fundida (ZF) cria-se uma área denominada como Zona Termicamente Afetada (ZTA). Tal região, consiste na delimitação da região que sofreu influência em sua microestrutura devido aos gradientes de temperatura atingidos durante o processo de soldagem (LILJAS, 1966; GUERRA, 2017). O Trabalho em questão objetiva-se em realizar uma análise sobre a influência das microrregiões da ZTA na dureza de ligas endurecidas por processo de encruamento. Dentre as principais ligas que podem ser endurecidas por encruamento podemos citar os aços inoxidáveis austeníticos e ferríticos que, quando deformados a frio tendem a apresentar um aumento na resistência mecânica (MODENESI, 2012). Ainda sobre o encruamento temos que as ligas previamente trabalhadas a quente e tratadas termicamente apresentam uma melhor deformabilidade, devido às reorientações produzidas pelos deslizamentos de planos e maclas (YANG, 2008). No caso das ligas endurecidas por encruamento, a ZTA é composta basicamente por duas regiões, a região de recristalização (RZTA) e a região de granulação grosseira (GGZTA). A RZTA está localizada na primeira região que sofreu alterações na microestrutura e é onde a energia inserida acaba sendo suficiente para que ocorra, como o próprio nome diz, a recristalização do material. Ou seja, a estrutura deformada é substituída por uma que não apresente deformações (MODENESI, 2012). Já a GGZTA está entre a RZTA e a região de metal fundido e é caracterizada por um aumento no tamanho dos grãos presentes na microestrutura. O tamanho do grão tende a aumentar de acordo com a temperatura máxima atingida e o tempo que permanece sob a influência da mesma (WAINER, 2004). O aumento de grão presente na GGZTA origina a deterioração nas propriedades mecânicas do material, influenciando diretamente na dureza do material (SILVA, 1988). Ao analisarmos a dureza do material obtido através do encruamento pode-se observar que após o processo de soldagem a dureza diminui de acordo com a aproximação do cordão, ou seja, tanto na GGZTA quanto na RZTA teremos uma diminuição na dureza do material. Através dos conceitos explicados anteriormente chegamos a conclusão de que na grande maioria das vezes o processo de soldagem vai aparecer como um fator prejudicial ao material soldado. Quando temos uma liga endurecida por encruamento, em condições gerais, o objetivo do processo é um aumento na dureza desse material. De forma análoga, como fora supracitado, entre os objetivos presentes no processo de soldagem está a conservação das propriedades mecânicas do material base, fato que se mostra adverso quando analisada a dureza da ZTA da mesma liga encruada. Diante de tal conclusão deve-se buscar atributos que possam suprir a necessidade da união das peças sem que o projeto seja prejudicado. Segue-se que a quantificação da perda de dureza na região da ZTA será necessária, para ter certeza que tal alteração não causará inconformidades para o projeto em que foi dimensionada e posteriores fatores indesejáveis, como alterações estruturais.

¹ Acadêmico do Curso de Engenharia Mecânica – Centro Universitário Univel.

² Orientador: Professor Doutor do Curso de Engenharia Mecânica – Centro Universitário Univel.

REFERÊNCIAL

GUERRA, T. **Modelagem do ciclo térmico do processo GMAW em aços inoxidáveis duplex pelo método de elementos finitos**. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica – PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2017.

LILJAS, M.; **Welding metallurgy for duplex stainless steels**. Acciaio Inossidabile, Itália, vol. 63, n. 2, p. 2-10, 1996.

MODENESI, P.; MARQUES, P.; SANTOS, D.; **Introdução à Metalurgia da Soldagem**. Belo Horizonte, p. 2;150-152, 2012.

SILVA, A. L. C.; MEI, P.; **Aços e Ligas Especiais**. Eletrometal S.A. - metais especiais. São Paulo, p. 121, 1988.

WAINER, E.; Brandi, S. D.; Mello F. D. H.; **Soldagem: processos e metalurgia**. Editora Edgard Blucher Ltda. São Paulo, p. 427-430, 2004.

YANG, Q.; GHOSH, A. K.; **Formability of ultrafine-Grain Mg Alloy AZ31B at warm temperatures**. The Minerals, Metals & Materials Society and ASM International. v.39 A.p. 2781-2795, 2008.

INTRODUÇÃO AOS FLUIDOS REFRIGERANTES

Mateus Alves Alexandre¹

Germano Scarabeli Custódio Assunção²

Resumo: Os sistemas de refrigeração foram desenvolvidos durante o século XIX inicialmente para suprir a necessidade de conservação de alimentos e posteriormente foram também aplicados para conforto térmico de ambientes. A refrigeração pode ser definida como a transferência de energia térmica com o intuito de resfriar sistemas para temperaturas inferiores à do meio onde ela se encontra (SILVA, 2014). Pensando em processos mecânicos para a realização da refrigeração faz-se uso de máquinas para que o processo ocorra, os refrigeradores. No caso de refrigeração por sistema de compressão, são utilizados cinco componentes principais, sendo: compressor, evaporador, condensador, dispositivo de expansão e o fluido refrigerante, que formam um ciclo (ALVES e RODRIGUES, 2016). Os fluidos refrigerantes atuam absorvendo o calor da substância ou do ambiente a ser resfriado. Possuem sua composição molecular baseada em sua aplicação. Para que uma substância possa ser utilizada como fluido refrigerante ela deve ser fisicamente instável e líquida à temperatura desejada. Devendo, ainda, apresentar características comuns, como: não serem inflamáveis, explosivos ou tóxicos, ter condensação em pressões moderadas, evaporar-se a pressões acima da atmosférica, pequeno volume específico, ser quimicamente estável, não apresentar princípios corrosivos e ser inodoro (FERRAZ e GOMES, 2008). Os principais refrigerantes utilizados nos sistemas mecânicos de refrigeração, ainda no século XIX, eram dióxido de carbono, éteres e dióxido sulfúrico. Mas com a evolução mecânica e industrial houve a necessidade de adaptação e criação de novos fluidos. Um dos fluidos desenvolvido foi o CFC, um hidrocarboneto a base de flúor e cloro, entretanto, devido ao seu poder de agressão a camada de ozônio passou a ter sua aplicação extinta. Devido à necessidade de substituição dos CFCs, passaram a serem utilizados os hidroclorofluorcarbonetos (HCFC) e os hidrofluorcarbonos (HCF) sendo que este último também contribui para o efeito estufa e deve ter sua utilização reduzida até o ano de 2040 (ALVES e RODRIGUES, 2016). De modo geral, os fluidos refrigerantes podem ser classificados como hidrocarbonetos halogenados, misturas azeotrópicas ou não azeotrópicas e em compostos orgânicos e inorgânicos. São conhecidos mais de 100 compostos que apresentam propriedades refrigerantes, sendo os principais: (1) R-11 que era utilizado em grandes sistemas de ar condicionado, mas apresentava alta capacidade de destruição da camada de ozônio; (2) R-123 encontra-se entre os HCFC, é utilizado para substituir o refrigerante R-11; (3) R-12 utilizado em refrigeradores, ares-condicionados, mas já está em desuso por também contribuir significativamente com o efeito estufa (LOURENÇO, 2015); (4) R-134 pertencente ao grupo dos hidrofluorcarbonos, ele é utilizado na substituição do R-12, mas não pode ser utilizado em compressores herméticos, por não ser compatível com o cloro; (5) R-22 é aplicado em ares-condicionados e em navios tanques, mas devem ser substituídos já que pertencem aos refrigerantes do tipo HCF. Um outro refrigerante, que apresenta diversas propriedades desejáveis é o R-718, ou água, mas limita-se a temperatura mínimas de 0°C, apresenta alta capacidade de refrigeração, mas baixa massa específica tornando necessária uma maior vazão volumétrica, sua utilização ocorre em decorrência do baixo custo (LAUAR, 2018). Há, ainda, os refrigerantes secundários, responsáveis pelo transporte de energia térmica à baixa temperatura de um lugar a outro, sendo conhecidos, também, como anticongelantes e salmouras. Pode se citar como exemplo os hidrocarbonetos fluorados (SANTOS, 2016). Desse modo, pode se dizer que não há um fluido refrigerante que seja superior que outro, mas sim que há um refrigerante que mais se adequa há situação em questão. Devendo se escolher aquele que apresente melhor desempenho, que não acarrete em problemas sanitários ou ainda em problemas relacionados ao meio ambiente.

¹ Acadêmico do Curso de Engenharia Mecânica – Centro Universitário Univel.

² Professor do Curso de Engenharia Mecânica – Centro Universitário Univel.

REFERÊNCIAS

ALVES, N. F.; RODRIGUES, S. G. **Análise da Influência de Diferentes Fluidos Refrigerantes no Coeficiente de Desempenho do Ciclo de Refrigeração por Compressão a Vapor Ideal.** Rio Verde, nov. 2016. Disponível em: <<http://www.unirv.edu.br/conteudos/fckfiles/files/Nathamy%20Freitas%20Alves.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2020.

FERRAZ, F.; GOMES, M. **O Histórico da Refrigeração, Fluidos Refrigerantes, Ozônio/ Processo de Formação/ Destruição, Sistemas de Refrigeração, Componentes de um Sistema de Refrigeração.** Curso de eletromecânica. Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia, Santo Amaro, 2008.

LAUAR, T. A. R. **Modelo dinâmico para um evaporador operando com R-1234yf e R-134a.** 2018. Tese (Doutorado em Engenharia Mecânica) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

LOURENÇO, R. F. **Benefícios e Malefícios dos Fluidos Refrigerantes para Refrigeração em Navios.** 2015. Monografia (Aperfeiçoamento para Oficial de Máquina) – Centro de Instrução Almirante Graça Aranha, Rio de Janeiro, 2015.

PANNO, G. H. **Projeto de Refrigeração em Estabelecimento Hortifrutigranjeiro Utilizando Ciclos Cascata NH₃-CO₂.** 2020. Projeto de Graduação (Bacharelado em Engenharia Mecânica) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

SANTOS, K. A. L. **Adição de nanopartículas em um refrigerante secundário e sua influência no consumo específico de combustível em um grupo gerador de diesel.** 2016. Tese (Doutorado em Engenharia Química) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

SILVA, F. P. **Análise da Eficácia de um Refrigerador Doméstico com Condensador Modificado: Revestimento com Meio Poroso Dissipativo.** 2014. Dissertação (Mestrado em Engenharia Mecânica) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Natal, 2014.

INTRODUÇÃO AOS POSSÍVEIS TRATAMENTOS TÉRMICOS EM LIGAS DE ALUMÍNIO

Mateus Alexandre¹

Felipe Margotti

Luiz Antonio Gaffuri Neto

Rafael Marchiotti Ramos

Thiago Guerra²

Resumo: O alumínio é derivado da bauxita, e está presente na composição das ligas de alumínio, empregadas em decorrência de sua condutividade elétrica, baixo peso específico, maleabilidade, resistência a corrosão e possibilidade de reciclagem (GOMES, *et al.*, 2017; NASCIMENTO, 2007). A classificação das ligas de alumínio se baseia na NBR 6834:2006 desenvolvida pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que demonstra nove tipos de ligas. Uma é considerada pura, uma reservada para uso futuro, quatro não-tratáveis termicamente e três tratáveis termicamente, sendo elas produzidas pela associação do alumínio com manganês, cobre, silício, magnésio ou o zinco (SILVA, 2017; SOARES, 2017; CASANOVA, 2016; RODRIGUES, 2015; NASCIMENTO, 2007). Com o tratamento térmico objetiva-se a modificação, melhoria e acentuação das qualidades das ligas. Podendo se alterar a resistência mecânica, a ductilidade, a dureza ou ainda a tensão de ruptura, como resultado da modificação no tipo e na quantidade de fases do material, alterando os microconstituintes morfológicamente ou pela alteração da concentração e distribuição dos defeitos cristalinos (SILVA, 2017; SOARES, 2017; POLASTRO; ROCHA, 2011). Para o endurecimento das ligas de alumínio, por meio de tratamentos térmicos, se dá pela solubilização, pela tempera e pelo envelhecimento (BARBOSA, 2014). A solubilização promove a dissolução das fases solúveis, após o aquecimento a cerca de 500°C, transformando-as em uma solução sólida quase que homogênea, ou homogênea. O controle ineficaz da temperatura, durante o procedimento, pode acarretar na acabamento da liga, em sua integridade estrutural, recristalização ou, ainda, a oxidação do material (SILVA, 2017; RIBEIRO, 2015; RODRIGUES, 2015; BARBOSA, 2014). A tempera ocorre por meio do resfriamento brusco, buscando a formação de uma solução supersaturada, por meio de fluídos específicos ou pelo uso da água, impedindo a difusão e a precipitação, preservando o produto da solubilização. Originando uma solução supersaturada, homogênea e metaestável através do arrefecimento rápido e ininterrupto até a temperatura ambiente (SILVA, 2017; RODRIGUES, 2015; SEGUNDO, 2015; BARBOSA, 2014; MAIA, 2012; POLASTRO; ROCHA, 2011). O processo de envelhecimento é conhecido, também, por precipitação, sucedendo a solubilização e a têmpera. Ele pode ocorrer por método artificial ou natural. O envelhecimento é utilizado para a precipitação do excedente de soluto do alumínio, por meio da difusão dos átomos de soluto e consequente precipitação dos componentes insolúveis na matriz, melhorando as propriedades do material (SILVA, 2017; BARBOSA, 2014; MAIA, 2012). Entretanto há outros procedimentos que podem ser utilizados para o tratamento térmico das ligas de alumínio, como o recozimento, o alívio de tensões e a homogeneização. O recozimento promove a restauração da ductilidade de materiais que tenham passado por encruamento ou recristalização. O alívio de tensões remove as tensões sem que ocorra a total recristalização da liga, enquanto que a homogeneização visa a diminuição da segregação, gerando uma estrutura mais estável (SILVA, 2017; RODRIGUES, 2015; BARBOSA, 2014). Devido as possibilidades de trabalho, as ligas de alumínio têm tomado frente ao mercado mundial, permitindo sua utilização na indústria automobilística, aeronáutica e elétrica, em bens de consumo, construções, combustíveis, tintas desoxidantes, latas, telhas, trocadores de calor, em barcos, carrocerias em revestimentos de tanques de criogenia (SILVA, 2017; SOARES, 2017;

¹ Acadêmico do Curso de Engenharia Mecânica – Centro Universitário Univel.

² Orientador: Professor Mestre/Doutor Thiago Guerra do Curso de Engenharia Mecânica da Univel – Centro Univesitário Univel.

POLASTRO; ROCHA, 2011; ESPÓSITO, 2006). Permitindo, assim, a escolha do material que mais se adeque a finalidade necessária, com base em suas características, possibilidade de tratamento térmico e o resultado obtido.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6834: Alumínio e suas ligas – Classificação**. Rio de Janeiro, 2006.

BARBOSA, L. M. **Influência da Taxa de Aquecimento no Tratamento Térmico de Solubilização da Liga AL 7075**. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciência em Materiais para Engenharia) – Universidade Federal de Itajubá, Itajubá, 2014.

CASANOVA, A. M. B. **Recristalização em Chapa de Liga de Alumínio 7475 Deformada Severamente Via Laminação Assimétrica e Acumulativa**. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciência dos Materiais) – Instituto Militar de Engenharia, Rio de Janeiro, 2016.

ESPÓSITO, I. M. **Caracterização e Cinética de Recristalização da Liga de Alumínio 6063 após Tratamentos Termomecânicos**. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências na Área de Tecnologia Nuclear) – Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares, São Paulo, 2006.

GOMES, M.P. *et al.* **Análise da Eficiência Energética em Segmentos Industriais Selecionados**. Rio de Janeiro: Empresa de Pesquisa Energética, 2017.

MAIA, A. M. P. **Efeito dos Ciclos de Solubilização e Envelhecimento no Comportamento da Liga de Alumínio 6101**. 2012. Dissertação (Mestrado em Engenharia Metalúrgica e de Materiais) – Universidade do Porto, Porto, 2012.

NASCIMENTO, F. M. F. **Processamento por Fricção Linear- Caracterização e análise de ligas de alumínio processadas AA5083-O e AA7022-T6**. 2007. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Materiais) – Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2007.

POLASTRO, D. S.; ROCHA, L. B. **Tratamentos Térmicos em Ligas de Alumínio-Silício (Al-Si)**. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Engenharia de Materiais) – Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2011.

RIBEIRO, B. R. **Influência do Teor de Cobre no Tratamento Térmico de Solubilização e Envelhecimento Artificial de Ligas Al-Cu Fundidas**. 2015. Dissertação (Mestrado em Engenharia e Tecnologia de Materiais) – Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

RODRIGUES, G. L. **Efeitos dos Tratamentos Térmicos em Ligas de Alumínio**. 2015. Monografia (Bacharelado em Engenharia Mecânica) – Universidade de Rio Verde, Rio Verde, 2015.

SILVA, C. F. **Efeito dos parâmetros de processamento térmico na microestrutura e na resistência mecânica da liga de alumínio A319**. 2017. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Materiais) - Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

SOARES, J. A. A. **Tratamentos Térmicos de Ligas de Alumínio Obtidas por Fundição Injetada**. 2017. Dissertação (Mestrado Integrado em Engenharia Mecânica) – Universidade do Porto, Porto, 2017.

NITINOL: UM APANHADO GERAL

Mateus Alves Alexandre¹

Felipe Margotti

Luiz Antonio Gaffuri Netto

Rafael Marchiotti Ramos

Thiago Guerra²

Resumo: A pesquisa e inserção de novos materiais ao mercado, leva ao desenvolvimento de novos produtos, que visam a combinação de propriedades de elementos distintos, como é o caso das ligas metálicas. O intuito do desenvolvimento dessas ligas é a combinação das propriedades dos elementos, seja para a resistência a corrosão, condutividade elétrica, ou ainda, pela leveza (GODOI, 2015). Na busca por alternativas que alcançassem os objetivos esperados, o Engenheiro William F. Buehler desenvolveu, no Laboratório Naval Ordnance, em 1960 o Nickel-Titanium-Naval-Ordnance-Laboratory, conhecido como nitinol. Essa liga apresenta o Níquel e o Titânio em composição equiatômica. A composição do Nitinol (Ni) apresenta uma concentração de Níquel que varia entre 48 e 60%, e o restante de Titânio. O seu desenvolvimento e aplicação se deve a características como resistência à corrosão e fadiga, superelasticidade, efeito memória de forma, ou ainda, à sua biocompatibilidade (MICHELON, 2016; SOARES; CASTRO, 2012). O Nitinol (NiTi) tomou o mercado por suas propriedades superiores ou iguais às do aço inoxidável ABNT 316L e da liga de titânio ASTM F 136. As ligas de níquel-titânio apresentam, também, custo reduzido quando comparada as demais ligas com memória que apresentam em sua composição elementos nobres, como a platina ou o ouro, exceto as ligas de cobre (REIS, 2001). A liga Nitinol, apesar de não apresentar uma aplicação em massa na indústria em decorrência de seu valor agregado e dificuldade de processamento, é utilizada na indústria de telecomunicação, elétrica, têxtil, aeronáutica, automotiva, odontológica e médica (MICHELON, 2016; SOARES; CASTRO, 2012). A liga apresenta duas estruturas cristalinas distintas, a fase de baixa temperatura (martensítica) e a de alta temperatura (austenítica). Fazendo com que seja possível de se encontrar a liga de 3 formas diferentes, sendo eles: o nitinol martensítico que apresenta alta ductilidade, nitinol super-elástico, altamente elástico, formado por martensita induzida por tensão e o nitinol austenítico que apresenta rigidez (VILLARINHO; et al., 2010). Dessa forma o Nitinol tomou mercado frente as suas características que variam conforme o nível de concentração de cada fase que o material apresente. Como o efeito de memória de forma, conhecido como EMF ou SME (Shape Memory Effect), que se remete à capacidade que o material apresenta de retornar ao seu estado inicial, após sofrer deformação plástica em seu estado martensítico (CCC). Ou, ainda, de retornar ao seu estado original, após o aquecimento em temperaturas superiores à transformação austenítica (CFC) (SOARES; CASTRO, 2012). Dentre as demais características encontram-se o elevado limite de elasticidade e ruptura, além da resistência à corrosão e também a sua biocompatibilidade e boas características mecânicas e térmicas. Além disso apresenta resistência ao dobramento, tensão constante, tensão com histerese e dependência da tensão com temperatura (RODRIGUES, 2016; BOEIRA, et al.; 2014). Devido a isso, o Nitinol é empregado na ortodontia, na área médica para a fabricação de stents, endopróteses para o tratamento de aneurismas e filtros. Em sistemas ortopédicos, fixadores para ossos, instrumentos cirúrgicos. Essa liga metálica é aplicada também na fabricação de acoplamentos de tubos hidráulicos de aviões, em dispositivos de abertura de painéis solares de satélites, na confecção de válvulas para a compensação da variação de viscosidade com a temperatura em transmissões automotivas do grupo Daimler- Benz e nos micros atuadores para espelhos de scanners. No domínio militar as ligas de níquel-titânio

¹ Acadêmico do Curso de Engenharia Mecânica – Centro Universitário Univel.

² Orientador: Professor Mestre/Doutor Thiago Guerra do Curso de Engenharia Mecânica – Centro Univesitário Univel.

são empregadas em sistemas de amortecimento, reduzindo os ruídos de veículos blindados ou de hélices de barcos (BOEIRA; et al., 2014; SASHIHARA, 2007). Podendo se verificar a extrema importância que a liga Nitinol tem apresentado desde sua descoberta. Permitindo o desenvolvimento e o aprimoramento de novos produtos, ampliando as possibilidades da área médica e odontológicas e instigando os pesquisadores a saber mais sobre suas características e comportamentos.

REFERÊNCIAS

- BOEIRA, A.M.G. et al. **Fabricação de micropeças em Nitinol para a indústria médica por microusinagem e eletroerosão.** III Seminário de Tecnologia Inovação e Sustentabilidade. Joinville, 2014.
- GODOI, R. P. **Estudo e caracterização da liga nitinol.** 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Engenharia de Materiais) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Londrina, 2015.
- MICHELON, M. D. O. **Estudo para obtenção de fios de NiTi: através de metalurgia do pó.** 2ª ed. São Paulo: Blucher, 2016.
- REIS, W. P. **Caracterização de ligas de níquel- titânio para ortodontia.** 2001. Dissertação (Mestrado em Ciência dos Materiais) - Instituto Militar de Engenharia, Rio de Janeiro, 2001.
- RODRIGUES, M. C. M. **Efeito do treinamento por ciclagem pseudoelástica nas propriedades mecânicas e funcionais de uma liga de níquel-titânio.** 2016. Dissertação (Mestrado em Engenharia Metalúrgica) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.
- SASHIHARA, E. M. **Produção da liga Ni-Ti com efeito de memória de forma em forno de fusão por feixe eletrônico e sua caracterização.** 2007. Tese (Mestrado em Engenharia Aeronáutica e Mecânica) – Instituto Tecnológico de Aeronáutica, São José dos Campos, 2007.
- SOARES, R. L; CASTRO, W. B. **Aplicações versáteis do nitinol com efeito de memória de forma (emf) no desenvolvimento de produtos miniaturizados.** Ciudadano Digital, Córdoba, 2012.
- VILLARINHO, D. J. et al. **Caracterização parcial de liga Nitinol®1 atuador através de pontos críticos de transformação de fases utilizando calorimetria diferencial de varredura.** Estudos Tecnológicos, vol.6, n.1. 2010.

PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO DE POLÍMEROS

Allan Henrique Barcelos Hahn¹

Franciano Portella Ayres¹

Rodrigo Nunes¹

Professor orientador: Dr. Thiago Guerra²

Resumo: Produtos obtidos pela sinterização de polímeros estão presentes no cotidiano há muito tempo, isso devido as características e propriedades destes materiais, que os tornam muito versáteis para as mais diversas aplicações nos mais distintos produtos. Na busca por produtos com custos de produção menores, com características cada vez mais adequadas as aplicações, e também, no desenvolvimento de novos tipos de materiais a base de polímeros, muitos estudos são realizados na buscando aprimoramento dos conhecimentos a respeito dos polímeros. Desta forma este trabalho, com embasamento teórico em revisões da literatura, apresenta os conceitos fundamentais necessários para o entendimento sobre os polímeros e mecanismos de degradação dos mesmos. Polímeros são macromoléculas formadas pela repetição de unidades químicas iguais chamadas de meros, e são classificados como homopolímeros e copolímeros (Paoli, 2008). Homopolímeros são provenientes de uma única unidade repetitiva monométrica, que é caso de polímeros como: PE (polietileno), PP (polipropileno), PVC poli (cloreto de vinila) e PET poli (tereftalato de etileno) (Paoli, 2008). Já os copolímeros caracterizam-se pela presença de duas ou mais unidades repetitivas monométricas diferentes, a exemplo: ABS poli (acrilonitrila-co-butadieno-co-estireno), SBR poli (estireno-co-butadieno) e NBR poli (acrilonitrila-co-butadieno) (Paoli, 2008). Uma área de grande enfoque nos estudos sobre polímeros são seus meios de degradação, caracteriza-se a degradação de materiais ou produtos poliméricos, como sendo quaisquer alterações na estrutura química e nas propriedades físicas do mesmo, levando-o à perda de propriedades, como resistência a tensões, alterações superficiais, deformações geométricas, entre outras (Hawkins, 1984; Matusinovic, 2014). As perdas de propriedades podem ocorrer quando o polímero está sob a influência de condições de processamento, ou fatores externos ambientais, como temperatura, luz solar e contato com produtos químicos, o que leva a degradação de moléculas ou a fragmentação em pedaços, que podem ser pequenos o suficiente para desaparecer, mas que ainda são semelhantes ao material original (Vert, 1992). Quando se deseja inibir, minimizar, acelerar, ou para obter certo grau de degradação dos materiais poliméricos, há fatores que precisam ser considerados como o tipo do polímero, morfologia, tamanho molecular, grau de cristalinidade e as condições químicas e físicas do meio à que o polímero está sujeito (Gastinel, 1998; Matusinovic, 2014). Qualquer que seja a forma ou tipo de degradação, a iniciação de um processo degradativo ocorre mediante ao rompimento de uma ligação química covalente da estrutura, podendo ser na cadeia principal ou em cadeias laterais da molécula do polímero, este rompimento formará espécies reativas, que na maioria dos casos são radicais livres, responsáveis pela propagação do processo degradativo. O rompimento de uma ligação química ocorre mediante fornecimento de energia superior a energia de ligação química das moléculas constituintes, esta energia pode ser fornecida de várias formas: radiação de alta energia, transferência de energia na forma de calor, exposição a luz solar, aplicação de tensões mecânicas, ataques químicos ou biológicos (Paoli, 2008). Os processos que os polímeros podem sofrer degradação são: térmicos, mecânicos, hidrolíticos, químicos, biológicos, fotolíticos, ultrassonicação, radiolíticos e ativação de lodo (Gastinel, 1998; Matusinovic, 2014), que ocasionam tipos de reações químicas de degradação, sendo elas, cisão de cadeias e reticulação,

¹ Acadêmicos do Curso de Caracterização e Transformação de Fases dos Materiais – Engenharia Mecânica da UNIVEL– Centro Universitário Univel.

² Orientador: Professor Doutor Thiago Guerra do Curso de Curso de Caracterização e Transformação de Fases dos Materiais – Engenharia Mecânica da UNIVEL– Centro Universitário Univel.

degradação sem cisão de cadeias, auto-oxidação e despolimerização (Paoli, 2008). O conhecimento sobre os processos de degradação não limita-se as aplicações dos produtos poliméricos, mas também tem grande valia para a reutilização dos mesmos, e na produção de polímeros biodegradáveis. O termo biodegradação é utilizado para polímeros capazes de serem decompostos química ou biologicamente (Kawai, 1992). A biodegradação do polímero acontece quando um material polimérico é decomposto por microrganismos (bactérias, fungos, algas) em elementos naturais, como água e dióxido de carbono (Kawai, 1992). Desta forma os estudos sobre os processos degradativos em polímeros trazem informações necessárias para, o desenvolvimento de novos tipos de materiais poliméricos, aprimoramento das características dos polímeros já existentes, desenvolvimento de métodos que possibilitem a sua reutilização e reciclagem, e também, aprimorando técnicas que possibilitam a redução do tempo de degradação dos polímeros, uma vez que, o descarte indevido de resíduos poliméricos na natureza geram problemas ambientais em diversos locais. De maneira simples, o entendimento dos processos de degradação de polímeros emanam diretamente de estudos de natureza química e física das moléculas poliméricas e a forma com que essas moléculas irão interagir ao meio de utilização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

GASTINEL, C. F. J; MARTÍNEZ, J. F. A. S; MENDÍZÁBAL, E. **Modification of Polymer Properties**, 2017. Disponível em: [https://www.sciencedirect.com /topics/engineering/polymer-degradation](https://www.sciencedirect.com/topics/engineering/polymer-degradation). Acesso em 05/set/2020.

HAWKINS, W. L. **Polymer Degradation and Stabilization**. Berlim: Springer- Verlag, 1983.

KAWAI, F. **Copolymers, mechanism of bacterial degradation of polyethers and their copolymers**. In: Vert, S.G.M., Feijen, J., Albertsson, A. (Eds.), **Biodegradable Polymers and Plastics**. Londres: The Royal Society of Chemistry, 1992.

MATUSINOVIC, Z.; WILKIE, C. A. **Polymer Blends Handbook**. Nova Iorque: Springer Reference, 2014.

PAOLI, M. A. De. **Degradação e Estabilização de Polímeros**. 2º versão on-line. Chemkeys 2008. Disponível em: <http://www.chemkeys.com/blog/wp-content/uploads/2008/09/polimeros.pdf>. Acesso em 05/set/2020.

VERT, M.; FEIJEN, J.; ALBERTSSON, A.; SCOTT, G. **Biodegradable Polymers and Plastics**. Cambridge: Springer Reference, 1992.

SISTEMÁTICA DE AÇÕES DE POLARIZAÇÃO E POLARIZADORES APLICADOS EM ÓCULOS DE PROTEÇÃO SOLAR

Anderson May¹
Ketlin Carolina Wilmsen Fraitag
Marcelo Augusto Biella
Matheus Schmidt Vitali
Thiago Guerra²

Resumo: A polarização de um feixe de luz emitida por alguma fonte acontece quando a luz que antes se propagava em diversas direções se torna unidirecional, sendo uma propriedade básica diretamente relacionada à geometria interna de radiação (TRIPPE, 2014). Os polarizadores, por sua vez, são definidos como arranjos capazes de produzir um estado de polarização de saída definido a partir de uma condição de entrada não polarizada (ROGERS, 1971). A lâmina polarizadora possui uma orientação característica que permite despontar dela apenas feixes de luz que oscilem paralelamente à sua orientação (COSTA, 2002). Objetiva-se com essa revisão de literatura, compreender o fenômeno de polarização da luz quando este é aplicado às lentes de óculos de proteção solar e os ensaios ópticos realizados para avaliação da qualidade de operação dos mesmos. A luz é uma onda eletromagnética que não necessita de um meio material para propagar-se e o estudo de sua polarização iniciou sob o intuito de se pesquisar e compreender sua natureza, comprovando que, diferentemente de outros fenômenos ondulatórios, a polarização, assim como a luz, apresenta natureza ondulatória transversal (CAVALCANTE et al, 2006; HALLIDAY et al, 2016). Em 1752, James Ayscough recomendava o uso de lentes tingidas visando evitar o ofuscamento pela luz solar. Entretanto, o primeiro filtro polarizador denominado *Polaroid* foi comercializado a partir de 1929 por Edwin Land (LOPES, 2014). Posteriormente, foram desenvolvidas as lentes ditas polarizadas para bloquear parte da luz polarizada do ambiente e, com isso, evitar o ofuscamento da visão (LOPES, 2014). Tal polarização da luz ambiente é efetuada por filtros polarizadores naturais ou cometida pela reflexão da luz, fenômeno que ocorre em superfícies com determinado acabamento superficial (LOPES, 2014). A luz proveniente de fontes primárias é não polarizada (LOPES, 2014). Entretanto, ao interagir com o ambiente ou a matéria, a onda torna-se *plano-polarizada*, ou seja, sua propagação ocorre de modo a oscilar e permanecer em apenas um plano formado por três pontos não colineares pertencentes ao sistema coordenado de propagação (HEWITT, 2015; LOPES, 2014). Os óculos de proteção solar buscam eliminar o intenso brilho da luz plano-polarizada, predominante de direção horizontal e refletida pelas superfícies. Por conseguinte, os filtros polarizadores nos óculos apresentam eixo de transmissão vertical, ou seja, somente a luz polarizada verticalmente despontará pela lente e atingirá os olhos (LOPES, 2014). A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) visa, com o Comitê Brasileiro da Construção Civil, através da ABNT/CB-049, tratar da normatização do âmbito da Óptica e dos Instrumentos Ópticos (ABNT, 2018). Desse modo, foi estabelecida a Norma Técnica Brasileira (NBR) da ABNT, referente à norma da Organização Internacional de Normalização (ISO): NBR ISO 12312-1:2018, intitulada "*Proteção dos olhos e do rosto - Óculos para proteção solar e óculos relacionados. Parte 1: Óculos para proteção solar para uso geral*" (ABNT, 2018). Essa norma determina os ensaios que deverão ser utilizados afim de avaliar a qualidade dos óculos de proteção, através da análise de suas propriedades (ABNT, 2018). Os testes realizados são divididos em dois âmbitos: mecânicos e ópticos, sendo o segundo nosso viés de análise. Os ensaios ópticos mensuram: o nível de proteção à radiação ultravioleta; a influência das lentes na identificação das cores em semáforo de trânsito; a transmitância das lentes, ou seja, a razão entre a luz radiante transmitida e a luz radiante incidente da lente, além da qualidade dos filtros polarizadores (CROMIANSKI et al, 2017; LOPES, 2014). As lentes são

¹ Acadêmico do Curso de Engenharia Mecânica da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

² Orientador Professor Doutor do Curso de Engenharia Mecânica da Univel – Centro Universitário Univel.

classificadas em cinco graus de escurecimento e coloração (com as seguintes transmitâncias): zero ou transparente (80 à 100%); um ou clara (40 a 80%); dois ou média (20 a 40%); três ou escura (10 a 20%) e quatro ou muito escura (0 à 10% de transmitância) (LOPES, 2014; RODRIGO, 2019). Outra teoria ondulatória mecânica enunciada em 1665, na *Micrographia* de Robert Hooke, expõe que a luz seria composta por pulsos de pequena amplitude, propagando-se em meio contínuo, dispondo apenas duas cores primordiais, o vermelho e o azul. As cores restantes seriam originadas a partir da refração das mesmas (SILVA, 2007). Infere-se, diante do supracitado, que a aplicação de filtros polarizadores em óculos de proteção solar corroboram para a eficaz atenuação do intenso brilho da luz proveniente do ambiente, uma vez que filtram a luz polarizada não paralela ao polarizador.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR ISO 12312-1:2018. **Proteção dos olhos e do rosto - Óculos para proteção solar e óculos relacionados**. Parte 1: Óculos para proteção solar para uso geral. Rio de Janeiro, 2018.
- CAVALCANTE, M. A.; TAVOLARO, C. R.; GUIMARÃES, D.; **A Luz Lazer é Polarizada?**. Departamento de Física, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo. Física na Escola, v. 7, n. 2, 2006.
- COSTA, E. V.; **Medidas de Intensidade Luminosa. Polarização**. Revista Brasileira de Ensino de Física. vol.24 no.1. São Paulo, Mar. 2002.
- CROMIANSKI, S.R.; CAMARGO, M.; RODRIGUES, P.; BARICHELO, L.B.; **Avaliação de Propriedades Radiativas em Meios Homogêneos Unidimensionais: Reflectância e Transmitância**. São Carlos, 2017.
- HALLIDAY, D.; WALKER, J.; RESNICK, R.; **Fundamentos de física: gravitação, ondas e termodinâmica**. 10. ed. vol 2. Rio de Janeiro : LTC, 2016
- HEWITT, P. G.; **Física Conceitual**. 12 ed. Porto Alegre: Bookman. 2015.
- LOPES, L. E.; **Desenvolvimento de um protótipo para medição de filtros polarizadores de óculos de sol de acordo com a NBR 15111: 2004**. Universidade de São Paulo, Departamento de Engenharia Elétrica. São Carlos, 2014.
- RODRIGO, I. V.; **Medida de la absorción de la radiación uv en lentes oftálmicas y otros materiales**. Universidad de Valladolid. Facultad de Ciencias. Espanha, 2019.
- ROGERS, H. G.; **Polarizador de luz multicamadas**. Patente dos EUA n. 3.610.729, 5 de fora. 1971.
- SILVA, F. W.; O. **A evolução da teoria ondulatória da luz e os livros didáticos**. Revista Brasileira de Ensino de Física, v. 29, n. 1, p. 149-159, 2007.
- TRIPPE, S; **Polarização e Polarimetria**. Journal of the Korean Astronomical Society, vol. 47, nº 1, pp. 15-39, 2014.

UTILIZAÇÃO DA LIGA DE TITÂNIO TI-6AL-4V TERMICAMENTE TRATADA COMO BIOMATERIAL

Éverton Fernandes Pereira¹
João Alexandre Rottoli
Júlio César Salvatico Pinto
Thiago Guerra²

Resumo: Sendo o nono elemento mais abundante do planeta, o titânio representa cerca de 0,6% da crosta terrestre, foi descoberto por Willian Gregor em 1971. Suas propriedades tanto físico-químicas como mecânicas são bem interessantes, destas, possui baixa condutividade térmica e elétrica, ainda na questão térmica, possui também um baixo coeficiente de dilatação térmica linear, de $8,64 \times 10^{-6}/^{\circ}\text{C}$, tem uma densidade é de $4,51 \text{ g/cm}^3$. O material quando transformado em ligas apresenta também uma elevada resistência à corrosão, fator interessante para o ramo petrolífero por exemplo, podendo ser utilizado em componentes que entram em contato com a água do mar e outras substâncias corrosivas. No ramo industrial o titânio juntamente com as suas ligas é hoje sem dúvidas um dos materiais mais úteis e exclusivos que existe, devido a suas propriedades mecânicas e físico-químicas citadas anteriormente. Porém um dos principais entraves que se tem do material hoje é o fato de que ele não tem afinidade com o oxigênio, e isso acontece que quando os materiais entram em contato com o titânio, este fica com camadas mais frágeis e com uma alta dureza quando submetido a altas temperaturas. A liga de titânio mais utilizada na indústria aeroespacial, e que absorve aproximadamente 75% da produção mundial de titânio é a liga conhecida como Ti-6Al-4V, uma das mais versáteis, pois apresenta um alto ponto de fusão, uma alta resistência a fadiga, fluência e degradação, considerados um dos fatores essenciais para que essa liga seja utilizada em peças para o ramo aeroespacial. Se for analisada a liga de titânio Ti-6Al-4V no contexto atual, comparando-se suas propriedades com outras ligas e materiais, esta é uma das únicas capaz de substituir o aço inoxidável na vasta gama de aplicações que estas ligas e materiais possuem, porém essa substituição depende de outras variáveis importantes como o custo, além do fato da oferta deste ser abundante ou não, vai depender muito da liga ter ou não um custo baixo ou semelhante comparado com o aço. Como não se trata do material em forma pura, mas sim uma liga, e para o material alcançar suas melhores características e propriedades mecânicas, ele deve passar antes por algum processo de tratamento térmico. Tratamentos térmicos são um processo fundamental para a indústria de quaisquer tipos de metais, gerando sempre uma otimização nas propriedades do material/liga, de forma resumida, este processo ao aquecer o material manipula a microestrutura do mesmo, rearranjando-a, podendo também alterar sua camada externa, é exatamente isso que possibilita uma grande diversidade de propriedades no mesmo material, e é por conta dessa diversidade de propriedades que atualmente o processo de tratamento térmico é tão relevante à indústria. Os biomateriais são hoje um ramo muito abrangente e em desenvolvimento constante, os componentes com tecnologia de biomateriais com mais utilidade hoje são destinados à parte ortopédica e ortodôntica, como implantes, pinos, parafusos, ou até mesmo órgãos artificiais, embora atenda uma grande gama de utilidades para substituição de tecidos e órgãos do corpo humano, os biomateriais devem ser sempre muito seguros e não agressivos ao organismo humano, além disso terem propriedades adequadas para o papel que exercem, assim que inseridos no corpo humano eles estarão sujeitos a muitos tipos de esforços de diversas magnitudes, como também ter interação com corrente sanguínea e outros

¹ Acadêmico do Curso de Caracterização e Transformação de Fase dos Materiais– Engenharia Mecânica da UNIVEL– Centro Universitário Univel.

² Orientador: Professor Especialista/Mestre/Doutor Thiago Guerra do Curso de Engenharia Mecânica – Centro Universitário UNIVEL

tecidos, requisitando do material propriedades como boa resistência a corrosão e boa biocompatibilidade, tendo como exemplo aplicável a liga Ti-6Al-4V.

REFERÊNCIAS

CORTEZ, L. D.; REIS, D. A. P.; BRIGUENTE, L. A. N. S. **Tratamentos Térmicos da Liga Ti-6Al-4V para Realização de Ensaio de Fluência**. São José dos Campos-SP: Instituto Tecnológico de Aeronáutica, 2007

MACEDO, H. R. A. **Efeito do Tratamento do Titânio Sobre a Proliferação de Células Pré-osteoblásticas**, Dissertação de Mestrado. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2008

PEREIRA, R.L.; **Tratamentos Térmicos dos Metais**, 4^a. Ed., USP, São Carlos (SP), 1981.



Resumo de

ENGENHARIA DE PRODUÇÃO

APLICAÇÃO DA REFRAÇÃO/REFLEXÃO DE LUZ TOTAL NA UTILIZAÇÃO DA FIBRA OPTICA PARA A TRANSMISSÃO DE DADOS

Sergio Gabriel Senderski¹

Thiago Guerra²

Resumo: É indiscutível que a sociedade atual está em um processo de globalização, e conta com o advento de tecnologias mais sofisticadas, sendo que, para acompanhar esse desenvolvimento tecnológico, é necessário que exista uma taxa de transmissão de dados capaz de suprir essa demanda (RODRIGUES, 2018). Ao longo da história, nós buscamos aprimorar os meios para facilitar a comunicação, e desde o século XVII, houve uma evolução no estudo e aplicação da luz como forma de um meio de transmissão de informações (RODRIGUES, 2018). Estudos esses que tiveram suas origens com as pesquisas e investigações de diversos físicos e matemáticos clássicos, a citar: René Descartes e Willebrord Snell, estes que estabeleceram contemporaneamente, a lei da refração (ORTEGA, 2020). E um dos métodos que revolucionou os sistemas de comunicação, foi a utilização das redes de fibras ópticas como transmissoras de dados, estas que, proporcionam a propagação de informações em grande escala, de forma rápida, segura e com baixíssima perda de sinal (RODRIGUES, 2018). Objetiva-se assim com esta revisão da literatura aumentar a compreensão acerca do fenômeno e os efeitos da refração e reflexão da luz dentro de uma fibra óptica para que haja o compartilhamento de informações ao longo da mesma. Para que o sistema de comunicação funcione, necessita-se de um transmissor de dados que receba os sinais elétricos das informações, e os converta em raios luminosos (COELHO, 2018). Esses raios, são guiados através da fibra óptica até o ponto de destino, onde existe um receptor cujo papel é de transformar a luz novamente em sinais elétricos legíveis (COELHO, 2018). A rede de fibra óptica é estruturada em três partes, a saber: pelo núcleo, que é composto por sílica, onde reúne a fibra óptica; pela casca desse núcleo, que é composto por sílica pura onde impossibilita a saída de luz; e por uma capa protetora feita de plástico que cobre todo o fio, buscando sua proteção (XAVIER FILHO, 2004). Torna-se essencial que o material do núcleo tenha um índice de refração superior ao do material da casca, em razão da Lei de Snell, relação que serve como um indicativo acerca do comportamento da luz quando ela atravessa uma superfície de separação entre dois meios, e que é definida como a razão entre a velocidade da luz no vácuo e a velocidade da luz no meio (FASSARELLA, 2007) Quando a luz entra em contato com a superfície de divisão dos meios, o raio luminoso desvia-se quando a interferência não é perpendicular ao plano, esse efeito é chamado de refração, e quanto maior for o ângulo de incidência na superfície, maior será esse desvio na interface, tendendo a tangenciar a face de contato dos meios (MENDONÇA, 1998). A partir do momento em que o ângulo de incidência supera o ângulo onde a luz é tangente a superfície, ocorre o efeito da Reflexão Total Interna, onde todo feixe luminoso é refletido internamente, permanecendo inserido no meio (MENDONÇA, 1998). Sendo então responsável por manter a luz dentro das redes de fibra óptica, fazendo com que os raios luminosos sejam refletidos internamente em uma inclinação de reflexão pequena para que ocorra a transmissão de maneira rápida, com a menor taxa de perda do sinal possível (MENDONÇA, 1998). Veras que a tecnologia da fibra óptica por si só, torna-se inovadora, já que, esta demonstra superioridade na sua velocidade, onde chega a ser de 3 a 4 vezes mais rápida que outros métodos convencionais, citando entre eles, cabos coaxiais e cabos de cobre (MION,

¹ Acadêmico da Matéria de Física: Termodinâmica e Óptica – Engenharia de Produção da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

² Orientador: Professor Doutor Thiago Guerra da Matéria de Física: Termodinâmica e Óptica – Engenharia de Produção da Univel – Centro Universitário Univel.

2017). Portanto, fica claro que os fenômenos ópticos se manifestam em nosso cotidiano de diversas formas, e se faz sempre importante compreender estes efeitos. E é através desses efeitos ópticos, que possuímos uma das formas mais rápidas e confiáveis de transmissão de informação do mundo.

REFERÊNCIAS

COELHO, J. P. A; SILVA, M. R. S; MENDES, P. H. R. **Protótipo de Transmissão por Fibra Óptica**. Experimento Laboratorial. UNICEUB – Brasília, 2018.

FASSARELLA, L. Lei de Snell generalizada. **Revista Brasileira de Ensino de Física**, 29.2: 215-224, 2007.

FILHO, A. B. X. **Usando DWDM em redes Wan'se Lan's**. Trabalho para obtenção do título de "Especialista de comunicação de dados". FIAP – São Paulo, 2004.

MENDONÇA, C. R. MISOGUTI, L., MUNIZ, S. R., TUBOY, A. M., & BAGNATO, V. S. Demonstrações de reflexão total interna para alunos do segundo grau. **Revista Brasileira de Ensino de Física** vol, 20.3, 1998.

MION, J. A. et al. A Óptica aplicada na indústria. **Augusto Guzzo Revista Acadêmica**, 1.19: 213-233, 2017.

ORTEGA, D; MOURA, B. A. Uma abordagem histórica da reflexão e da refração da luz. **Revista Brasileira de Ensino de Física**, 42, 2020.

RODRIGUES, F. D. M. **TRANSMISSÃO POR FIBRA ÓPTICA: A EVOLUÇÃO NOS SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO**. Trabalho de Conclusão de Curso em Engenharia Elétrica. UNOPAR – Ponta Grossa, 2018.



Resumos de

FISIOTERAPIA

A ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL FISIOTERAPEUTA EM UNIDADES DE TERAPIA INTENSIVA NEONATAL: REVISÃO

Geovana Laporta Couto¹
Thaila Kauana Teixeira
Daiane Lazzeri de Medeiros²

Resumo: Introdução: A atuação do fisioterapeuta em unidades de terapia intensiva neonatal (UTIN) se iniciou na década de 80, com o intuito de aumentar a sobrevivência dos recém-nascidos e reduzir o número de complicações. Dessa forma, regulamentações foram implementadas para que o fisioterapeuta estivesse presente, com uma frequência ainda maior nas equipes interdisciplinares das UTIN. A atuação fisioterapêutica na UTIN é tanto para prevenir complicações respiratórias quanto motoras, com o intuito de diminuir o atraso no desenvolvimento neuropsicomotor (DNPM) dos recém nascidos (RN). O ambiente das UTIN gera preocupação, quanto ao desenvolvimento neuropsicomotor, pois embora seja um ambiente necessário para a sobrevivência, causa transtornos como estresse e dor, excesso de manipulação, procedimentos invasivos, ruídos, iluminação constante, alterações de tônus e postura gerando desequilíbrio da homeostase e no desenvolvimento cognitivo e de aprendizagem. Objetivos: O presente estudo tem como intuito de explicar os benefícios do atendimento de fisioterapia motora em RN em UTIN e quais as técnicas utilizadas nos atendimentos em UTIN que podem influenciar no DNPM. Metodologia: Assim, a metodologia aplicada nesse estudo foi fazer uma revisão bibliográfica de artigos publicados nos últimos 10 anos nos bancos de dados PubMed, Cochrane CENTRAL, Lilacs e PEDro sobre a atuação do fisioterapeuta em UTIN, como forma de seleção para o presente trabalho, foi utilizado as seguintes palavras chaves “neonatal”, “UTI neonatal” e “fisioterapia em UTI neonatal”. Resultados: Alguns estudos demonstram benefícios na utilização de procedimentos de fisioterapia motora em recém nascidos pré termo (RNPT), assim percebe-se que a fisioterapia tem o objetivo de proporcionar um acompanhamento e tratamento no desenvolvimento neuropsicomotor do RNP, bem como, na presença de distúrbios neuromotores, o mesmo é considerado alto em crianças prematuras de baixo peso, se realizado de modo adequado, a intervenção fisioterapêutica pode reabilitar e estimular os RNPT ainda no ambiente da UTIN para reduzir os impactos do atraso no DNPM, e também estimular a evolução desses pacientes pós-alta hospitalar para unidades ambulatoriais. As técnicas utilizadas nas intervenções fisioterapêuticas em UTIN referem que o protocolo de exercícios a serem inseridos no atendimento deve ser específico, e individualizado, estes respeitando a tolerância do paciente, e escolhido de acordo com a necessidade de seus objetivos delimitados. Discussão: Contudo, a análise dos resultados deve ser realizada levando em consideração a diversidade existente nos RNs como a idade gestacional dos participantes, e as demais comorbidades que podem acometer o termo. Segundo Oliveira B.S. (2015), outro benefício do atendimento fisioterapêutico em RNs na UTIN é em relação a massagem, que promove a estimulação tátil e mobilização passiva, estas técnicas são bem divulgadas nos vies literários pois parecem favorecer os biomarcadores de maturação cerebral, podendo influenciar na diminuição do comportamento de estresse, também podendo contribuir para o ganho de peso e na redução dos níveis de cortisol na população neonatal, além disso tudo, o fisioterapeuta tem o papel essencial na manutenção do sistema respiratório com suas avaliações e condutas específicas para cada caso de obstrução de vias, expansão pulmonar e eliminar secreções. Conclusão: Ao final deste trabalho pode-se observar que o fisioterapeuta na UTIN tem grande valia na melhora dos neonatos em relação aos benefícios do atendimento de fisioterapia motora e respiratória em RNPT que necessitam de muita atenção e cuidados,

¹ Acadêmica do Curso de Fisioterapia - UNIVEL – Centro Universitário Univel.

² Orientadora: Professora Especialista/Mestre/Doutor Daiane Lazzeri - Univel – Centro Univesitário Univel.

principalmente na questão da sua motricidade com suas avaliações e condutas específicas para cada caso, afim de que ele possa o quanto antes retornar para sua família, para que assim ele possa ter o seu desenvolvimento completo.

REFERÊNCIA

MEDEIROS, Laysa Gabrielle Silva et al. Fisioterapia respiratória em terapia intensiva neonatal. **Revista Brasileira de Educação e Saúde**, v. 3, n. 3, p. 14-19, 2013.

OLIVEIRA, Bruna Silva; DE MENDONÇA, Karla Morganna Pereira Pinto; DE FREITAS, Diana Amélia. Fisioterapia Motora no recém-nascido prematuro em Unidade Intensiva Neonatal: uma revisão sistemática. **Conscientiae saúde**, v. 14, n. 4, p. 647-654, 2015.

THEIS, Rita Casciane Simão Reis; GERZSON, Laís Rodrigues; DE ALMEIDA, Carla Skilhan. A atuação do profissional fisioterapeuta em unidades de terapia intensiva neonatal. **Cinergis**, v. 17, n. 2, 2016.

VASCONCELOS, Gabriela Arruda Reinaux de; ALMEIDA, Rita de Cássia Albuquerque; BEZERRA, Andrezza de Lemos. Repercussões da fisioterapia na unidade de terapia intensiva neonatal. **Fisioterapia em Movimento**, v. 24, n. 1, p. 65-73, 2011.

ANÁLISE CINEMÁTICA DA MARCHA EM UM INDIVÍDUO COM PÉ PLANO

Ana Paula Dias Eduardo¹
Gracielly da Silva Santos
Maria Luiza Hartwig Pasqualotto
Robson Andre Pereira
Viviane Schuck

Resumo: Introdução: O pé exerce papel fundamental no corpo humano, pois fornece sustentação ao esqueleto e permite que os seres humanos exerçam a posição bípede. Sua formação se dá no primeiro trimestre de gestação por volta da 7ª semana, onde as faces plantares de ambos os pés estão em contato entre si e alinhadas com as pernas. Vicente, et al. (2016), afirma que devido a frouxidão dos ligamentos, após o nascimento o pé assume uma deformidade em valgo durante o apoio na marcha, com eversão no calcanhar e abdução do antepé, formando a queda do arco longitudinal medial o que dá origem ao pé plano. Estima-se que essa alteração pode se tornar patológica em 4% da população atingida, sendo corrigida conforme o desenvolvimento da criança ou quando é mantida na fase adulta, pode ter presença de dor. Quando o pé plano torna-se persistente, requer novas adaptações posturais, sendo possível observar algumas alterações, conhecida como cascata patofisiológica, na qual a pronação excessiva do pé pode levar ao aumento da rotação medial da tibia em relação ao fêmur e consequentemente ao aumento do valgo fisiológico do joelho (SOUZA et al., 2009). Diante dessas possíveis alterações biomecânicas devido a alteração do arco plantar, é importante investigar as possíveis alterações biomecânicas que um pé plano pode gerar durante a fase de desprendimento da marcha. **Objetivo:** Analisar a cinemática da marcha durante a fase de desprendimento dos dedos de um indivíduo com pé plano. **Metodologia:** Foi avaliado um indivíduo B.N.S 17 anos, sexo feminino, sem histórico de fraturas, pratica Taekwondo há três anos, apresenta histórico de luxação no tornozelo, apresenta dor desde quando começou a praticar esportes. Para aquisição das variáveis cinemáticas angulares a participante foi filmada no plano sagital caminhando em velocidade habitual em uma pista de quatro metros, foi selecionada a fase de desprendimento dos dedos e analisada por meio do aplicativo Angulus. Foram marcados os seguintes pontos anatômicos para maior confiabilidade: epicôndilo lateral do joelho, maléolo lateral e segunda articulação metatarsofalangeana. Foram analisadas as angulações de flexão de joelho e dorsiflexão do tornozelo. **Resultados:** Na avaliação angular durante a fase de desprendimento dos dedos o indivíduo avaliado apresentou 50° de flexão de joelho e 4° de dorsiflexão do tornozelo. Os valores normativos para indivíduos saudáveis 5° de flexão de joelho e 10° de dorsiflexão. Comparando os valores, foi possível observar uma maior flexão de joelho durante a fase de desprendimento dos dedos, o que pode estar relacionado a um padrão compensatório. **Considerações finais:** Para identificar a alteração plantar é necessário que antes seja definido qual deve ser o padrão considerado normal. A avaliação das fases da marcha são fundamentais para avaliar as alterações patológicas e traçar o tratamento adequado (CARVALHO FILHO, 2003). No caso, pé plano é caracterizado pelo arco do pé quase ou inteiramente inexistente, este aspecto pode causar alterações posturais e de equilíbrio. Pode-se concluir que a paciente apresentou maior flexão de joelho durante a fase de desprendimento dos dedos, o que pode estar relacionado a um padrão de movimento compensatório devido o pé plano, no entanto, esse resultado não pode ser generalizado para a população com pé plano, pois trata-se de um relato de caso.

¹ Acadêmico do curso de Fisioterapia do Centro Universitário Univel.

REFERÊNCIAS

CARVALHO FILHO, Guaracy et al. Pé plano: tratamento pela técnica de Koutsogiannis modificada. **Acta Ortopédica Brasileira**, p. 197-205, 2003.

TROMBINI-SOUZA, Francis et al. Correlações entre as estruturas dos membros inferiores. **Fisioterapia e Pesquisa**, v. 16, n. 3, p. 205-210, 2009.

NEUMANN, Donald. CINESIOLOGIA do APARELHO MUSCULOESQUELÉTICO, fundamentos para reabilitação. 2º edição, 2011.

VICENTE, Evelin. Pé plano na infância: limites temporais entre o fisiológico e as disfunções locais e ascendentes. **Revista de Pediatria SOPERJ**, Criciúma, SC, v. 16, n. 3, p. 15-20, mai./2016. Disponível em: http://revistadepediatricsoperj.org.br/detalhe_artigo.asp?id=796. Acesso em: 27 mai. 2020.

AVALIAÇÃO DE MARCHA EM UM ADULTO COM CORREÇÃO CIRÚRGICA DE PÉ TORTO CONGÊNITO

Carla Vanessa Batista Gozzi¹

Alex Sander Foss

Larissa de Souza Nunes

Marília Freitas Filippini

Daiane Lazzeri de Medeiros²

Resumo: A avaliação da marcha analisa padrões de movimento, ela permite que parâmetros sejam quantificados, anormalidades sejam identificadas, causas sejam postuladas e tratamentos propostos. O pé torto congênito é a mais comum deformidade congênita, a qual se caracteriza pela fixação do pé em abdução, supinação e posicionamento varo, além disso, o primeiro metatarso apresenta-se em flexão plantar. Os métodos convencionais de tratamento cirúrgico dessa deformidade envolvem osteotomias corretivas, artrodese tríplice modelante ou talectomia. Logo, é importante avaliar as alterações nos parâmetros cinemáticos e espaço temporais da marcha de um paciente com correção cirúrgica de pé torto congênito. O presente estudo teve como objetivo analisar parâmetros cinemáticos angulares e espaço temporais da marcha de um adulto com correção cirúrgica de pé torto congênito durante a fase de desprendimento dos dedos. Participou do estudo um indivíduo do sexo masculino, 33 anos de idade, com correção cirúrgica de pé torto congênito, no pé esquerdo, realizada aos 9 meses de idade. Foi realizada avaliação da marcha em velocidade habitual, no plano sagital em uma pista de 4 metros, e analisada a fase de desprendimento dos dedos. Foram marcados os seguintes pontos anatômicos para posterior cálculo as angulações: acrômio da escápula, trocanter maior do fêmur, epicôndilo lateral da tíbia, maléolo lateral e quinta articulação metatarsofalangeana. Foram analisadas as variáveis angulares de quadril, joelho e tornozelo por meio do aplicativo Angulus. Além disso, foram analisadas variáveis temporais (tempo do passo, tempo da passada, cadência e velocidade) e variáveis espaciais (comprimento do passo e comprimento da passada). Em relação as variáveis temporais o voluntário apresentou um tempo de 2,6 s para realizar a passada direita e 4 s para a passada esquerda, o tempo de cada passo foi de 0,8 s, a cadência foi de 1,25 passos por segundo e a velocidade média foi de 1m/s. Em relação as variáveis espaciais foi observado que o comprimento do passo do voluntário foi de 0,8 m e o comprimento da passada foi de 1,6 m. Enquanto a avaliação das variáveis angulares foi observado 14.2° de extensão do quadril do lado direito e 13.2° do lado esquerdo, 25,3° de flexão do joelho no lado direito e 35,5° no lado esquerdo, 26.8° de plantiflexão do tornozelo no lado direito e 38.8° no lado esquerdo. Em relação a avaliação qualitativa foi observado que o voluntário apresenta todas as fases da marcha, tem simetria entre os membros, marcha harmônica, tem fluidez e ritmo, a única compensação observada é que o voluntário não apresenta a extensão do hálux no momento da propulsão na fase do desprendimento dos dedos. Na avaliação realizada observou-se que o voluntário apresenta as descrições temporais e espaciais da marcha com resultados similares aos parâmetros descritos na literatura como padrão para um adulto saudável. A maior discrepância está entre a angulação do tornozelo esquerdo que apresentou 38,8° de plantiflexão, observada no voluntário, e angulação padrão descrita na literatura, que determina que a angulação padrão da articulação do tornozelo, durante a fase de desprendimento dos dedos, é de 20°. Além disso, é possível observar que o voluntário apresenta maior flexão de joelho esquerdo quando comparado ao joelho direito. Pode-se concluir que o voluntário com cirurgia de correção de pé torto congênito esquerdo apresentou os parâmetros espaço temporais similares aos parâmetros normativos. Já em relação as variáveis angulares o indivíduo avaliado apresentou maior plantiflexão do tornozelo e flexão do joelho

¹ Acadêmico do Curso de Fisioterapia da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

² Professor Orientador: Prof.^a Dr.^a Daiane Lazzeri de Medeiros do Curso de Fisioterapia – Centro Univesitário Univel.

esquerdo, os quais podem estar relacionados à padrões compensatórios resultantes da sequela do pé torto congênito. Além disso, esses padrões de movimentos podem estar relacionados a ausência de extensão do Hálux esquerdo observada durante a fase de desprendimento dos dedos, a qual é fundamental para a propulsão do passo.

REFERÊNCIAS

DUARTE, E. D. S. **Avaliação da Cinemática da Marcha em um Indivíduo com Discrepâncias Simuladas de Membros Inferiores.** Goiânia, Goiás. Faculdade Ávila. 2006;

FERREIRA R. C.; STEFANI K. C.; FONSECA FILHO F. F.; SANTIN R. A. L.; **Correção do pé torto congênito inveterado e recidivado pelo método de Ilizarov.** Moema, São Paulo. Revista Brasileira de Ortopedia. 1999;

LIMS, A. R. C. F. C.; MAIA, D. P.; **Atuação da fisioterapia no pé torto congênito idiopático.** Goiânia, Goiás. Faculdade Ávila. 2013

NEUMANN, D. A. **Cinesiologia do aparelho musculoesquelético: fundamentos para reabilitação.** Rio de Janeiro, Rio de Janeiro Editora: Elsevier Editora Ltda, 2010.

SOARES, R. J. et al. **Parâmetros biomecânicos da marcha em crianças com pé torto congênito unilateral e bilateral.** Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, São Paulo, São Paulo. 2016.

SAAD, M.; BATTISTELLA, L. R.; MASIERO, D.; **Técnicas de Análise de Marcha.** São Paulo, São Paulo. Revista Acta Fisiátrica, 1996.

AVALIAÇÃO DO RISCO DE QUEDAS E EQUILÍBRIO EM IDOSOS

Emily Caroline Soares de Oliveira¹

Alex Sander Foss

Marília Freitas Filippini

Thiago Mendes Aguiar

Jean Franciesco Vettorazzi²

Resumo: O envelhecimento pode ser definido como um processo de alterações físicas, funcionais, bioquímicas, fisiológicas e psicológicas, as quais se associam a diminuição da capacidade de se adaptar ao meio ambiente. No Brasil, a população de pessoas idosas acima de 60 anos alcança os 13%, sendo que em 2025 estima-se que 25% da população global seja composta de idosos. Durante o envelhecimento, alterações fisiológicas importantes são observadas, as quais refletem diretamente a qualidade de vida do indivíduo. Algumas doenças como a osteoporose são comuns em idosos, afetando as taxas de cálcio nos ossos e levando ao seu enfraquecimento. A idade ainda leva a redução da massa e força muscular, efeito que contribui para a dificuldade na locomoção. As alterações do sistema locomotor, associadas ou não ao uso de medicamentos e hipotensão postural, e componentes ambientais como pisos e tapetes, contribuem para o aumento nas quedas em idosos. As quedas em idosos estão relacionadas a diversos tipos de fraturas, reduzindo a mobilidade do indivíduo e podendo levar ao óbito. Aproximadamente 25% de todas as quedas atendidas em hospitais do Brasil foram de idosos, sendo que 63% destes idosos foram a óbito por consequência das quedas. A identificação do risco de queda se faz uma ferramenta importante, a fim de avaliar o perfil de locomoção do idoso assim como o ambiente ao qual ele frequenta. A avaliação do risco de quedas associado a alterações no ambiente como remoção de tapetes e degraus, pode ser uma ferramenta importante na redução deste tipo de acidente. Frente a isto, objetivamos avaliar o risco de quedas em 4 idosos entre 60 e 68 anos (3 mulheres – 60, 65 e 66 anos e 1 homem – 68 anos), na cidade de Cascavel/PR. Para isso, utilizamos o teste de equilíbrio de Berg e Tinetti. O teste de equilíbrio de Berg avalia o equilíbrio dinâmico e estático e o risco de quedas levando em conta a influência ambiental, verificando habilidades como se sentar e ficar de pé, podendo o voluntário alcançar 56 pontos caso não apresente alterações no equilíbrio. O teste de Tinetti também avalia o equilíbrio e a marcha, verificando as habilidades de manutenção da postura e locomoção, com pontuação máxima de 28. Os idosos se propuseram a realizar os testes, os quais foram realizados em sua residência antes do início da pandemia. A voluntária de 65 anos apresentou um valor de 38 pontos no teste de Berg, e um total de 14 no Tinetti. A voluntária 2, com 60 anos, conseguiu alcançar 46 pontos no teste de Berg e 25 no Tinetti. A voluntária de 66 anos alcançou 30 pontos no teste de Berg e 19 no Tinetti. Já o voluntário do sexo masculino, de 68 anos, apresentou como resultado 50 pontos no teste de Berg e 25 pontos no teste de equilíbrio. Com estes dados observamos que os voluntários que fizeram a menor pontuação, demonstrando assim maior risco de quedas, são do sexo feminino. Estas voluntárias ficaram com uma pontuação de 38, 46 e 30 no teste de Berg, enquanto o voluntário do sexo masculino alcançou 50. Já no teste de Tinetti, as voluntárias alcançaram 14, 25 e 19 no teste de Tinetti, enquanto o voluntário alcançou 25. Buscando entender as diferenças observadas nos testes, constatamos que as voluntárias apresentam alguns agravantes como sequelas de acidente vascular encefálico, uso de bengalas e correções cirúrgicas devido a acidentes automobilísticos. O voluntário do sexo masculino, que conta com a melhor pontuação, faz uso apenas de remédios para hipertensão e apresenta artrite. Com este trabalho, podemos identificar idosos em situação de risco de quedas na cidade de Cascavel/PR.

¹ Acadêmico do Curso de Fisioterapia da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

² Professor Doutor Jean Franciesco Vettorazzi, Professor dos Cursos de Fisioterapia-Biomedicina da Univel – Centro Universitário Univel.

Observamos ainda uma associação grande entre o risco de quedas em idosos e agravantes de saúde como acidente vascular e fraturas. O uso destes testes permite a instrução de idosos quanto aos cuidados que podem evitar quedas em seu ambiente familiar, contribuindo para uma diminuição neste tipo de acidente.

REFERÊNCIAS

FERREIRAL, O. G. L; MACIELL, S. C; GUSMÃO, S. M; SILVA, A. O; MOREIRA, M. A. S. P. **Envelhecimento ativo e sua relação com a independência funcional.** Florianópolis: Texto contexto – enfermagem, 2012.

MIRANDA, G. M; MENDES, A. C. G; SILVA, A. L. A. **O envelhecimento populacional brasileiro: desafios e consequências sociais atuais e futuras.** Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia. 2016.

OKUNO, M. F. P; BELASCO, A. G. S. **Realidade e desafios para o envelhecimento.** Brasília: Revista brasileira de enfermagem. 2019.

PEEL, N. **Epidemiology of Falls in Older Age.** Canadá: Canadian Journal on Aging. 2011.

SILVA, A; ALMEIDA, G; CASSILHAS, R. C; COHEN, M; PECCIN, M. S; TUFIK, S; MELLO, M. T. **Equilíbrio, Coordenação e Agilidade de Idosos Submetidos à Prática de Exercícios Físicos Resistidos.** São Paulo: Rev Bras Med Esporte. 2008.

TADI, P; FLINT, B. **Physiology, Aging.** Flórida. 2020.

MARCHA DE INDIVÍDUOS COM DOENÇA DE PARKINSON: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Camila Cadanos de Souza¹
Karina Benelli Bogo
Ana Paula Janner Zanardi
Daiane Lazzeri de Medeiros²

Resumo: Introdução: A doença de Parkinson (DP) é uma doença neurológica, crônica, progressiva e polissintomática que sensibiliza o sistema nervoso central, mais especificamente, os núcleos da base. A DP afeta a 1 a cada 100 pessoas com mais de 50 anos de idade, sendo, a segunda doença neurodegenerativa mais habitual. A fisiopatologia se caracteriza principalmente pelas perdas seletivas de neurônios dopaminérgicos na substância negra parte compacta, gerando alterações no sistema extrapiramidal, o que consequentemente gera distúrbios dos movimentos que podem ser hiper ou hipocinéticos. Os sintomas clínicos motores consistem em tremores de repouso, alterações posturais, rigidez muscular (principalmente baixa ativação do gastrocnêmio medial) bradicinesia, dificuldade em iniciar a marcha, redução da velocidade e do equilíbrio estático e dinâmico, os quais são fundamentais para a marcha. Contudo o assunto abordado relata os aspectos da marcha em pacientes portadores DP. **Objetivo:** Pretende-se com esta revisão realizar uma análise dos dados biomecânicos, funcionais e a repercussão na mobilidade da marcha de indivíduos com DP. **Metodologia:** Foi realizada uma revisão de literatura, em artigos online nos bancos de dados do PubMed e SciELO utilizado artigos publicados no período de 2000 á 2016, nas línguas portuguesa e inglesa. As palavras chaves utilizadas foram: doença de Parkinson; marcha e postura. **Resultados:** Inicialmente forem encontrados 53 artigos, desses, apenas 20 abordavam aspectos relacionados aos critérios de inclusão. Porém dentre esses 20 apenas 4 foram utilizados para descrição afetiva desta revisão, os destaques desta pesquisa foram que indivíduos com DP apresentam dificuldade na regulação espaço-temporal, apresentando menor comprimento e maior frequência de passada, maior tempo em duplo apoio. Além disso, alguns pacientes apresentam quedas da própria altura, *freezing*, alteração na velocidade a caminhada e diminuição da coordenação das cinturas escapular e pélvica acarretando maior gasto energético durante o deslocamento. Ainda, indivíduos com DP possuem amplitudes de movimentos articulares diminuídas principalmente a mobilidade do quadril, joelhos, tornozelos e da coluna vertebral, pois os pacientes apresentam rigidez muscular e lentidão nos movimentos. A reabilitação consiste em inúmeras formas de intervenção visando a funcionalidade dos indivíduos dentre formas terapêuticas que envolvem medicamentos, como é o caso do uso do Levodopa, e neurocirurgias de estimulação cerebral profunda (*DBS --- Deep Brain Stimulation*), outra forma são exercícios físico aeróbio sistematizado e supervisionado, tendo uma repercussão positiva sobre a mobilidade funcional, equilíbrio, parâmetros cinemáticos, amenizando os sintomas psicológicos, como a depressão. **Considerações finais:** Verificaram-se nos artigos analisados os aspectos biomecânicos e funcionais dos portadores Da Doença de Parkinson, nos quais aborda a rigidez, a base de equilíbrio, mobilidade, que se pode observar que no equilíbrio esta associada com a perda da habilidade em controlar movimentos voluntários, assim seu centro de massa tem alterações na função, ou seja, o estabelecer um programa de reabilitação e que a ação fisioterapêutica é de suma importância para minimizar os efeitos que englobam esta patologia.

¹ Acadêmica do curso de Fisioterapia do Centro Universitário Univel.

² Professora do curso de fisioterapia do Centro Universitário Univel

REFERÊNCIAS

LIMA, M. DO C. C. DE et al. Doença de Parkinson: alterações funcionais e potencial aplicação do método Pilates. **Geriatrics, Gerontology and Aging**, v. 3, n. 1, p. 33-40, 2009.

MONTEIRO, E. P. et al, Aspectos biomecânicos da locomoção de pessoas com doença de Parkinson: revisão narrativa. **Revista Brasileira de Ciencias do Esporte**, v. 39, n. 4, p. 450-457, 2017.

Prado L.B **Equilíbrio e Marcha na Doença de Parkinson** – Revisao da Literatura, 2012.

SCANDALIS, T. A et al. Resistance training and Gait Disease. **American Journal of Physical Medicine & Rehabilitation**, v. 80, n. 1, p. 38-43, 2001.

PRODUÇÃO MANUAL DE LIGAMENTOS E ARTICULAÇÕES A PARTIR DE VÉRTEBRAS HUMANAS COM MATERIAL ALTERNATIVO

Julia Dias Fernandes¹
Pâmela Andressa Pauletto
Lucineia de Fátima Chasko Ribeiro²

Resumo: É de nosso conhecimento que a dissecação de articulações e ligamentos é um trabalho relativamente árduo, que deixa um vácuo na aprendizagem dessas estruturas, sendo assim, notou-se a necessidade de suprir a carência das peças anatômicas a partir da produção manual destas. O intuito desse trabalho foi produzir modelos anatômicos da coluna vertebral a fim de oportunizar aos acadêmicos o estudo das estruturas articulares e atender a necessidade de material nos laboratórios de anatomia para a realização de aulas práticas e monitorias para um melhor desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem. Na confecção das articulações e ligamentos em ossos humanos foram utilizadas inúmeras técnicas. Nas ossadas utilizadas foi realizada a osteotécnica, preparo e melhoria do esqueleto. Os ossos usufruídos eram partes parciais da coluna torácica juntamente com costelas humanas. Para a modelagem das estruturas faltantes, manipulamos massas de “biscuit” coloridas com tinta para tecido “Acrilex” de 250 mL e amido de milho caracterizando as partes articulares e ligamentares. Detalhou-se as fibras desses elementos utilizando o bisturi, orientando-as conforme seus respectivos sentidos e finalizou-se realizando a impermeabilização das peças com cola “Cascorez” de 500g, aperfeiçoando o trabalho já elaborado. Também, como base de referência para moldar as estruturas foram utilizados os seguintes exemplares: Fundamentos de Anatomia Clínica (Keith L. Moore, 2013), Gray Anatomia (Goss, 1988) e Atlas de Anatomia Humana (W. Khale, 1980). Vale ressaltar, que foram tiradas fotografias de cada fase da tarefa, antes, durante e o depois com os resultados obtidos. A partir da manufatura das maquetes, obteve-se três modelos de peças anatômicas da coluna vertebral torácica sendo que em uma delas foram moldados os ligamentos longitudinais anterior e posterior, o disco e a cartilagem articulares, já em outra maquete foram moldados as facetas articulares os ligamentos supraespinal, amarelo e intertransversário, na terceira peça foram produzidos os ligamentos costotransversário lateral, intertransversário, amarelo, interespinal, supraespinal, longitudinal anterior, longitudinal posterior, costotransversário superior e radiado da cabeça da costela. A falta de materiais nos laboratórios de Anatomia Humana é uma constante, dificultando a visualização e o aprendizado das estruturas que compõem o corpo humano. Diante do contexto educacional, é notório que de forma recreadora e estimuladora, a produção dessas peças contribui tanto para um maior conhecimento a respeito da anatomia e para a fixação do conteúdo já estudado em sala de aula. Estimulando a criatividade e o saber dos estudantes, além de encorajar o trabalho em equipe. É amplamente divulgado na literatura especializada que as atividades práticas com o uso de maquetes favorecem o desenvolvimento de uma aprendizagem significativa. A confecção dos ligamentos e articulações de maneira didática favorece o despertar da classe estudantil no aprendizado e traz inovação aos laboratórios, com o propósito de enriquecer e enaltecer o arsenal anatômico e trazer uma ilustração mais real do corpo humano e suas estruturas internas detalhadamente. Em uma análise educacional busca-se encontrar formas lúdicas, estimulando a criatividade, provocando inquietações sobre a possibilidade de se encontrar aspectos criativos em situações nas quais não são procurados e que não as tem por finalidade. A elaboração dos modelos anatômicos citados nesse trabalho, propiciou o desfecho de que se pode executar materiais e complementar o acervo de peças anatômicas utilizadas nos laboratórios de forma acessível financeiramente, integrando o aprendizado dos alunos e a qualidade dos instrumentos para o estudo de uma forma eficaz.

¹ Acadêmica do Curso Fisioterapia UNIVEL – Centro Universitário Univel.

² Orientador: Profa. Dra. Lucinéia de Fátima Chasko Ribeiro Professora do Curso de Fisioterapia Unioeste – Fisioterapia Unioeste – Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

REFERÊNCIAS

SALING, S. C. et al. **Modelos didáticos anatômicos: um recurso a ser explorado.** V EPCC. Disponível em:
http://www.cesumar.br/prppge/pesquisa/epcc2007/anais/simoni_cristina_saling.pdf

PRZYBYS, C. H. SCOLIN, E. **Técnica anatômica: confecção de modelos em resina a partir de vértebras humanas.** FAP. Disponível em:
http://fap.com.br/fapciencia/002/edicao_2008/010.pdf

MOORE, K. L. **Fundamentos da Anatomia Clínica.** Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2013.

GOSS, C. M. **Gray Anatomia.** Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1988.

KHALE, W. LEONHARDT, H. PLATZER, W. **Atlas de Anatomia Humana.** São Paulo: Editora Atheneu, 1980.

RELAÇÃO ENTRE O PACIENTE PORTADOR DE SÍNDROME DE DOWN E SEU CONDICIONAMENTO CARDIORRESPIRATÓRIO REDUZIDO

Geovana Laporta Couto¹

Lucas Pereira da Cruz

Thaila Kauana Teixeira

Marcela Gomes Ferreira²

Resumo: A síndrome de Down (SD) é um distúrbio genético resultante de um erro durante a divisão celular no cromossomo 21 durante a formação dos gametas; sua incidência mundial é de 1 em 1.000 nascidos vivos, e há aproximadamente 400 mil portadores da SD atualmente. No ano de 1940, a expectativa de vida dos portadores de SD era de 12 anos, atualmente essa estimativa é de aproximadamente 60 anos, mesmo apresentando melhoras significativas, ainda é inferior a população geral, devido a predisposição a doenças congênitas, respiratórias, cardiovasculares e câncer, sendo as principais causas de mortes na população referida. A resistência cardiorrespiratória (CR) é menor em pessoas com SD, e essa diminuição está diretamente relacionada com o aumento da adiposidade corporal e a propensão a doenças cardiovasculares. O objetivo desse estudo é identificar as principais abordagens fisioterapêuticas voltadas para a melhora do condicionamento cardiorrespiratório em portadores de SD. Metodologia: Revisão de literatura, com buscas realizadas nas bases de dados Scielo, Science direct e Pubmed, com as palavras chave: Down syndrome, physical activity, cardiorespiratory fitness e functional residual capacity. Os critérios de exclusão foram artigos publicados há mais de 7 anos; artigos de revisão; artigos com menos de 10 pacientes presentes no grupo intervenção, e idades dos pacientes inferiores a 10 anos. Resultados: Foram selecionados 21 artigos durante a busca primária, após a realização de uma leitura metódica foram incluídos no estudo 3 artigos científicos. No primeiro estudo selecionado, publicado por A. Matute-Llorente (2013), foram realizadas sessões com protocolos de esteira escalonada de 60 minutos durante 12 semanas, os grupos foram subdivididos entre experimental (portadores de SD) e grupo controle (sem SD), o resultado se apresentou com nenhum dos grupos atingindo os 60 minutos de atividade física em PA (pressão arterial) moderada, mas em comparação, os pacientes com SD permaneceram por menos tempo na atividade, entretanto, após a intervenção ocorreu uma melhora do condicionamento cardiorrespiratório no grupo experimental. O segundo artigo publicado por Seron B. B. (2016) investigou os efeitos de 12 semanas de treinamento aeróbico e resistido em pacientes portadores de SD, agrupados em CG (grupo controle), ATG (grupo de treinamento aeróbico) RTG (grupo de treinamento resistido), obtendo como resultado uma melhora significativa na eficiência cardíaca durante atividades submáximas e aumento da ventilação máxima nos grupos ATG e RTG. O terceiro artigo, publicado por A. González-Agüero (2014), abrange uma abordagem de treinamento em circuitos incluindo saltos pliométricos, os pacientes com SD foram divididos em dois grupos: exercício (EXE) e controle (CON), os resultados obtidos no estudo foram positivos, onde o grupo EXE apresentou melhoras no condicionamento cardiorrespiratório quando comparado ao grupo CON. Discussão: Com base em estudos correlacionados aos ideais apresentados nos artigos citados, Pitetti K. (2013) afirma que os exercícios utilizados na população sem SD, podem resultar em efeitos positivos para os indivíduos com a patologia para tanto, os testes foram aplicados em ambos indivíduos, sendo eles aplicados em sua maioria em exercícios aeróbicos de intensidade moderada (3,0 – 5,9) ou vigorosa (> 5,9), referidos como equivalente metabólico (MET) por pelo menos 3 dias na semana, pois em pacientes com SD deve ser aplicado com intensidade moderada a vigorosa, para obter benefícios em relação ao exercício. Conclui-se que o treino na esteira escalonada, aeróbico, resistido e em circuitos com saltos pliométricos são eficientes para melhoria

¹ Acadêmico do Curso de Fisioterapia da UNIVEL – Faculdade Centro Universitário Univel.

² Orientadora: Professora Mestre Marcela Gomes do Curso de Fisioterapia da Univel – Centro Univesitário Univel.

da resposta cardiovascular de pacientes com SD, mas que apesar dos estudos demonstrarem eficiência, ainda há necessidade de mais investigações sobre o tema, uma vez que a falta de pesquisas torna difícil a comparação entre protocolos de intervenção.

REFERÊNCIAS

GONZÁLEZ-AGÜERO, A. et al. **Efectos del entrenamiento pliométrico sobre la resistencia cardiorrespiratoria de niños y adolescentes con síndrome de Down.** Revista Médica Internacional sobre el Síndrome de Down, v. 18, n. 3, p. 35-42, 2014.

MATUTE-LLORENTE, A. et al. **Physical activity and cardiorespiratory fitness in adolescents with Down syndrome.** Nutricion hospitalaria, v. 28, n. 4, p. 1151-1155, 2013.

PITETTI, Ken; BAYNARD, Tracy; AGIOVLASITIS, Stamatis. **Children and adolescents with Down syndrome, physical fitness and physical activity.** Journal of Sport and Health Science, v. 2, n. 1, p. 47-57, 2013.

SERON, Bruna Barboza et al. **Effects of aerobic and resistance training on the cardiorespiratory fitness of young people with Down Syndrome.** Revista Brasileira de Cineantropometria & Desempenho Humano, v. 19, n. 4, p. 385-394, 2017.

SERÁ QUE O USO DE APLICATIVOS MOVEIS É EFICAZ NO TRATAMENTO DA INCONTINÊNCIA URINÁRIA? REVISÃO DE LITERATURA

Letícia Daniele Link¹Deisi Ferrari²

Resumo: A incontinência urinária (IU) é uma condição de perda involuntária de urina que tem um impacto negativo e generalizado na qualidade de vida dos pacientes, a qual está associada a altos custos sejam eles em termos humanos ou financeiros. A prevalência da IU é de 27% entre a população feminina brasileira e acomete cada vez mais a população jovem, causando constrangimentos, prejudicando a autoconfiança e por vezes restringindo a realização de atividades de vida diárias e isolamento social. Portanto, percebe-se que a IU afeta negativamente a vida das pacientes e, portanto, deve ser tratada precocemente. O tratamento para a IU é eficaz, porém em longo prazo, fazendo com que os pacientes diminuam a motivação e adesão ao tratamento. Neste contexto, os aplicativos móveis (AM) surgiram como uma opção prática, pois facilitam o acesso ao tratamento, melhoram a auto-gestão da condição de doença, aumentam a adesão e diminuem as barreiras que dificultam o acesso ao tratamento. Entretanto, por se tratar de um tipo de intervenção recente, são poucos os estudos que evidenciam a efetividade deste tratamento virtual e a adesão das pacientes. Dessa forma, o objetivo deste trabalho foi realizar uma revisão de literatura para verificar a eficácia e a adesão dos pacientes ao tratamento da IU utilizando AM. Foi realizada uma revisão de literatura nos seguintes bancos de dados Pedro, PubMed, Scielo, Lilacs e Cochrane Library. A busca foi realizada com a frase em inglês e português, “adherence to treatment in mobile applications” (aderência ao tratamento utilizando os aplicativos móveis) e “urinary incontinence” (incontinência urinária). Foram incluídos estudos que verificaram a adesão das pacientes com IU ao tratamento com AM, pesquisas feitas com mulheres e que foram publicados no período de 2016 a 2020. Foram excluídos estudos de revisão sistemática, estudos de caso, artigos que não fossem originais e clínicos que não abordavam o tema ou não corresponderam à pesquisa. Após a busca nas bases de dados foram encontrados 24 estudos, sendo que apenas 5 atenderam os critérios de elegibilidade. Dentre os estudos avaliados, 3 relataram uma melhora nos sintomas e do quadro clínico da IU, melhora da adesão do paciente ao tratamento, melhora da propriocepção e autoconhecimento, e 2 estudos descreveram que as pacientes sentiram falta do contato com o terapeuta. De maneira geral encontraram dificuldades de priorizar o tratamento e de encaixar os exercícios nas suas atividades de vida diária, entretanto obtiveram resultados positivos na melhora da condição, melhora do autoconhecimento e consciência corporal, sendo considerado como tratamento de primeira linha para a IU de esforço. A partir dos resultados encontrados, pode-se observar que os AM são eficazes no tratamento, apresentando grande potencial para serem incluídos no tratamento de diversas doenças, pois é uma estratégia para apoiar a autogestão das condições com melhora do quadro clínico a longo prazo. A proximidade com o smartphone e recursos dos aplicativos como lembretes e gráficos visuais ajudam a apoiar e motivar as mulheres a realizarem o tratamento. Portanto, pode-se concluir que o uso dos AM apresentou resultados positivos no tratamento para IU, sendo considerado tratamento de primeira linha para a condição, entretanto, sugere-se que o uso dessa tecnologia esteja associado a presença do terapeuta para aumentar a adesão do paciente e os resultados serem ainda melhores.

Palavras-chave: adesão ao tratamento; incontinência urinária; aplicativos móveis.

¹ Acadêmico do Curso de Fisioterapia – Centro Universitário Univel

² Orientadora Professora Doutora do Curso de Fisioterapia – Centro Universitário Univel

REFERÊNCIAS

- Abrams P, Cardozo L, Wagg A, Wein A. Epidemiology of Urinary Incontinence (UI) and Other Lower Urinary Tract Symptoms (LUTS), Pelvic Organ Prolapse (POP) and Anal Incontinence (AI) [Internet]. 6º Edição. Abrams P, Cardozo L, Wagg A, Wein A, editors. Incontinence. 6th International Consultation on Incontinence, Tokyo, September 2016. Tokyo: ICUD; 2016. 1–142 p. Available from: https://www.ics.org/publications/ici_6/Incontinence_6th_Edition_2017_eBook_v2.pdf
- ASKLUND, I. et al. Mobile app for treatment of stress urinary incontinence: A randomized controlled trial. **Neurourology and Urodynamics**, v. 36, n. 5, p. 1369–1376, 2017.
- BERTUIT, J. et al. Intérêt des applications mobiles et internet dans la prise en charge de l'incontinence urinaire d'effort chez la femme. **Progrès en Urologie**, p. 1–16, 2020.
- Dedicação AC, Haddad M, Saldanha MES, Driusso P. Comparação da qualidade de vida nos diferentes tipos de incontinência urinária feminina. *Rev Bras Fisioter*. 2009;13(2):116–22.
- JULIATO, C.; ARAUJO, C.; MARQUES, A. Mobile App increases the adherence of pelvic floor muscles training for women with urinary incontinence. **Cochrane Database of Systematic Reviews**, v. 29, n. 09, p. 49, 2019.
- Prigol S, Sebben V, Guedes JM, Prigol- S, Sebben-Janesca V, Guedes M. PREVALÊNCIA DA INCONTINÊNCIA URINÁRIA EM MULHERES PRATICANTES DE ATIVIDADE FÍSICA NAS ACADEMIAS DA CIDADE DE ERECHIM Prevalence of urinary incontinence in women practicing physical activities in the gym centers in the city of Erechim. *PERSPECTIVA* [Internet]. 2014;38(141):121–30. Available from: http://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/141_397.pdf
- SABOIA, D. M. et al. Continence App: Construction and validation of a mobile application for postnatal urinary incontinence prevention. **European Journal of Obstetrics and Gynecology and Reproductive Biology**, v. 240, p. 330–335, 2019.
- WESSELS, N. J. et al. User experiences and preferences regarding an app for the treatment of urinary incontinence in adult women: Qualitative study. **JMIR mHealth and uHealth**, v. 8, n. 6, p. 1–11, 2020.
- Wood LN, Anger JT. Urinary Incontinence in Women. *J R Soc Med* [Internet]. 2014;53(11):1015–20. Available from: <https://www.bmj.com/content/349/bmj.g4531>



Resumos de

MEDICINA VETERINÁRIA

BENEFÍCIOS DA SUPLEMENTAÇÃO DO MINERAL CROMO PARA BOVINOS DE CORTE

Amanda Cordeiro da Silva¹

Professora Orientadora Vaneila Lenhardt Savaris²

Resumo: Os minerais são elementos que exercem diferentes funções no organismo e quando não oferecidos ou ofertados em níveis insuficientes, podem acarretar distúrbios nutricionais e baixos índices zootécnicos quando se fala em bovinos de corte (MORAES, 2001). Com base nisso, a presente revisão tem como objetivo apresentar os principais impactos e benefícios da suplementação com o micro mineral Cromo (Cr) na produtividade e saúde de bovinos de corte. A suplementação mineral se faz necessária, principalmente para animais criados em sistema extensivo, onde na maioria das vezes as forrageiras não atendem o índice essencial de elementos minerais para a adequada nutrição dos bovinos (ALVES, 2010). Fator que pode variar dependendo da concentração, biodisponibilidade, assim como a espécie de planta oferecida. As práticas produtivas foram intensificadas no decorrer dos anos, que resultou em maior estresse emocional, físico e metabólico animal. Com o avanço da produção de bovinos de corte, as exigências nutricionais aumentaram e novos microelementos minerais e formas de suplementação entraram no cenário da produção (MORAES, 2001). Pesquisas científicas apontam a eficiência da suplementação dietética do Cr para bovinos de corte em relação a estes aspectos (BURTON, 1995; MOWAT, 1997). O Cr é um micro mineral que pode ser adicionado às dietas por diferentes fontes entre estas têm as consideradas orgânicas e as inorgânicas, sendo que as pesquisas têm demonstrado que quando a suplementação é realizada com a fonte orgânica, melhores benefícios são obtidos (MONTEMÓR e MARÇAL, 2009). Fontes orgânicas ou também denominadas quelatados, apresentam maior biodisponibilidade do mineral, visto que são formadas por íons metálicos que podem estar ligados a aminoácidos, peptídeos ou complexos polissacarídeos assim não dependem da pressão iônica intestinal, facilitando sua absorção no intestino (MELLOR, 1964). Em situações como pré e pós-parto, desmame, estresse térmico, alta lotação, manejo inadequado, transporte, entre outros fatores estressantes, os níveis de glicose e cortisol no sangue dos animais se elevam, ocorrendo neste momento à mobilização de Cr. No entanto, ocorre antagonismo do hormônio cortisol em relação à insulina, resultando em eliminação deste micro mineral pelo organismo (MERTZ, 1992). Ocorrendo diminuição da entrada e metabolismo de glicose em tecidos periféricos, podendo resultar em mudanças no desempenho, alterando negativamente características qualitativas de produtividade do animal. O Cr integra o fator de tolerância a glicose (GTF) e potencializa a ação da insulina em relação aos receptores de tecidos musculares e gordurosos (MERTZ, 1987). Assim a célula tecidual eleva sua capacidade de utilização da glicose no metabolismo ou como forma de armazenamento de glicogênio (ANDERSON, 1987). O GTF é importante não só para o metabolismo dos carboidratos, como também para o de proteínas e lipídeos, e possui influencia sobre os hormônios do crescimento (BURTON et al., 1993). Pesquisas científicas, têm demonstrado que o Cr é necessário para o crescimento e síntese proteica e que a suplementação pode melhorar a performance devido o aumento do metabolismo energético (MERTZ, 1993). Os benefícios ligados à suplementação com cromo estão ligados principalmente à redução dos efeitos do estresse animal, resultando em melhor desempenho, como ganho de peso e melhor aproveitamento de carcaça, reduz Cetose metabólica, além de melhorar o sistema imunológico e como resultado conjunto aprimorar a qualidade da carne (CARVALHO, 2003; MORAES, 2001). Há pesquisas apontando que ocorre aumento de massa muscular e menor índice de gordura (BARUSELLI, 2003). A implementação do cromo na dieta de ruminantes é promissora devido aos resultados obtidos em pesquisas. Ainda são necessários mais

¹ Acadêmica do Curso de Medicina Veterinária da Univel-Centro Universitário Univel

² Orientadora Professora Doutora em Zootecnia do Curso de Medicina Veterinária da Univel – Centro Universitário Univel

estudos sobre esse mineral, mas tudo indica que em fatores de estresse sua adição na dieta trás benefícios, melhorando condições do organismo, a saúde em geral e ajudando no desempenho de bovinos de corte (REZENDE, 2010). A pecuária tem uma grande demanda de quantidade e qualidade de carne, não podendo esquecer-se do bem estar e bom desempenho dos animais, por fim o cromo pode ser um grande aliado quando se fala em resultados positivos.

REFERÊNCIAS

ALVES, E.M. et al. **Minerais orgânicos em dietas para ruminantes**. PUBVET, Londrina, V. 4, N. 10, Ed. 115, Art. 773, p. 3-13, 2010.

ANDERSON, R. A. **Chromium**. In: MERTZ, W. Trace elements in human and animal nutrition. New York: Academic Press, p. 225-240, 1987.

BARUSELLI, M. S. **Efeito do uso de minerais orgânicos no desempenho e no comportamento animal**. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ZOOTECNIA, 05., 2003, Uberaba. Anais..., Uberaba: ABCZ, ABZ, FAZU, p.50-63, 2003.

BURTON, J.L.; MALLARD, B.A.; MOWAT, D.N. **Effects of supplemental chromium on immune responses of periparturient and early lactation dairy cows**. Journal of Animal Science, v. 71, p.1532-1539, 1993.

BURTON, J. L. **Supplemental chromium its benefits to the bovine immune system**. Animal Feed Science and Technology, Amsterdam, v. 53, n.3, p. 117-133, 1995.

CARVALHO, F. A. N.; BARBOSA, F. A.; MCDOWELL, L. R. Cromo. In _____: **Nutrição de bovinos a pasto**. Belo Horizonte: PapelForm, p.357-359. 438p, 2003.

MELLOR, D. **Historical background and fundamental concepts “of chelation”**. In: DWYER, F.; MELLOR, D. (Ed.). Chelating agents and metal chelates. New York: Academic Press, p. 1, 1964.

MERTZ, W. **Trace elements in human and animal nutrition**. London: Academic Press, v. 1, p. 355-356, 1987.

MERTZ, W. **Chromium: history and nutritional importance**. Biological trace elements research, Totowa, v. 32, n.2, p.3, 1992.

MERTZ, W. **Chromium in human nutrition: a review**. Journal Nutrition, Bethesda, v. 123, n. 4, p. 626-633, 1993.

MONTEMÓR, C. H; MARÇAL, W. S. **Desempenho de bovinos da raça nelore suplementados com cromo orgânico**. Semina: Ciências Agrárias, Londrina, v. 30, n. 3, p. 701-708, jul./set. 2009.

MORAES, S. S. **Novos microelementos minerais e minerais quelatados na nutrição de bovinos**. 1. ed. Embrapa gado de corte. Campo Grande, p. 7-21, 2001.

MOWAT, D. N. **Supplemental organicchromium for beef and dairy cattle**. Proceeding in ruminant nutrition. Guelph: University of Guelph, p. 1-21, 1997.

REZENDE, P.L.P. et al. **Suplementação com cromo (Cr3) para bovinos em condições de estresse**. PUBVET, Londrina, V. 4, N. 21, Ed. 126, Art. 857, p.21, 2010.

DESLOCAMENTO DE ABOMASO À ESQUERDA EM BOVINO LEITEIRO E MANEJO NUTRICIONAL

Daiana Garbin¹

Ezequiel Antônio Albanir Venturin²

Andréa Chistina Ferreira Meirelles³

Resumo: O deslocamento de abomaso é um distúrbio abomasal com maior recorrência a partir das mudanças no manejo nutricional e a elevada produtividade visada nas últimas décadas. Como ressaltou Mertens, “a efetividade da fibra tem sido definida sob diferentes formas”, ou seja, é necessário estudos na base nutricional, não só nos diferentes tipos de fibras, mas também em outros aspectos, como quantidade, misturas, tamanhos, etc, para que assim se obtenha uma melhor qualidade de vida do animal e menores danos aos proprietários rurais. O caso descrito a posteriori é quando a víscera migra de sua posição anatômica original para uma ectópica entre o rúmen e a parede abdominal esquerda cursando com deslocamento de abomaso à esquerda (DAE). Não há uma causa exata, porém alguns fatores podem dar origem ao DA, como doenças metabólicas ou infecciosas, exemplo disso, a hipocalcemia, cetose, retenção placentária, metrite, mastite e indigestão e pelo fator nutricional com altos níveis de concentrado que resulta em redução da motilidade e aumento no acúmulo de gás abomasal, isto é, alimentação baseada em silagem de milho, fenação e grãos fermentáveis no início da lactação. Desse modo, o DA acaba por causar grandes perdas econômicas aos proprietários rurais, desde a queda na produção leiteira, gastos com tratamento clínico e cirúrgico e até mesmo, em alguns casos, a morte do animal. Logo, é de fundamental importância que o manejo nutricional seja adequado por pelo menos 60 dias no pós-parto. O tratamento cirúrgico do DAE do caso a ser descrito teve início com a tricotomia sendo que o animal ficou em estação e o procedimento foi uma abomasopexia pelo flanco esquerdo, anti-sepsia com iodo 10% e a anestesia em ml invertido, 10 ml de docaína na paralomabar e para o reposicionamento do abomaso no lugar correto foi utilizado nailon 60. O fechamento foi realizado com ponto contínuo na camada muscular e ponto simples interrompido na pele, a respeito das medicações, durante dois dias subsequentes foi conduzido de modo injetável, 10 ml de diclofenato e 1 ml de penicilina com cinco doses a cada dez dias. No manejo pós-cirúrgico foi optado pela restrição de qualquer tipo de ração e por durante quinze dias a alimentação foi apenas com pasto, após cinco ou seis dias foi possível também incluir uma pequena quantidade de silagem. A alta da produtividade, sistemas intensivos, alimentação baseada em rações fermentáveis, regimes de confinamento geram estresse e hipomotilidade, fatores cruciais para o deslocamento de abomaso ocorrer. Entretanto, sabe-se que a prevenção é um modo de fácil adaptação ao animal e de baixo custo ao proprietário, é necessário maior consumo de fibras brutas e de diferentes opções, divergente do que se faz atualmente de reduzir a um ou dois tipos de alimentos que são oferecidos ao rebanho com alto grau de gordura e proteína, introduzir palma forrageira, capim triturado, bagaço de cana e silagem de capim elefante, milho e sorgo, além de disponibilidade de água constantemente e, por consequência, fazer agrupamentos de vacas secas e lactantes para um melhor manejo delas, pois o período de transição é acompanhado por inúmeras alterações metabólicas e endócrinas.

Um dos quesitos de grande importância das fibras é sobre sua natureza, sendo ela básica, neutra ou ácida, logo, a Fibra em Detergente Neutra (FDN), na forma longa, influencia benéficamente na mastigação, capacidade de tamponamento e no balanço adequado da fermentação de vacas lactantes. Ademais, o presente relato tem por objetivo a demonstração da técnica cirúrgica em campo aberto e, junto disso, o manejo adequado o qual se deve ter para minimizar os danos

¹ Acadêmico do Curso de Medicina Veterinária da UNIVEL – Centro Universitário Unive

² Médico Veterinário responsável pela cirurgia: Ezequiel Antônio Albanir Venturin

³ Orientadora Professora Doutora do Curso de Medicina Veterinária da Univel – Centro Univesitário Univel

consequentes da má alimentação em períodos de seca e lactação de vacas leiteiras. Tendo como realidade futura, o presente resumo, apresentou os pontos positivos do manejo nutricional adequado às vacas leiteiras e, portanto, o consumo de diversas fibras aliado ao baixo teor de grãos que podem levar à fermentação e aos transtornos causados pelo DA.

Por fim, é importante salientar que as mudanças na base nutricional de vacas leiteiras acarretam significativo aumento no bem-estar animal e na produtividade, divergindo de pensamentos passados, os quais submetiam rações secas com altas concentrações de carboidratos e ácidos graxos, o manejo nutricional usado atualmente estabelece que a complementação com fibras com concentração de no mínimo de 20 a 25%.

REFERÊNCIAS

HASSE, J. L. **Deslocamento de abomaso à direita com cólico em bovino leiteiro na região de Garanhuns – PE: relato de caso.** Santa Catarina: Curitibaanos, 2017.

LOPES, F. C. F., RODRIGUEZ, N. M., ARCURI, P. B., CARNEIRO, J. C., ELYAS, A. C. W., MORENZ, M. J. F. **Fibras efetivas para vacas em lactação.** Minas Gerais: Juiz de Fora, 2006.

MOTTA, R. G., MOTTA, I. G., BOTELHO, A. C. F. A., GHELLER, J. M., SOUZA, A. M., BALDIN, T., MOMO, R., SCHREIBER, J., BARBOSA, L. C., RIBEIRO, M. G. **Deslocamento de abomaso à esquerda em bovino - relato de caso: Atas da saúde ambiental.** São Paulo, 2014.

PATELLI, T. H. C., ROSA, F. V., SOUZA, F. A. A., PORTO, P. P., BARREIROS, T. R. R., KIEFER, E., NOVO, S. M. F. **Impacto econômico do deslocamento de abomaso: estudo de caso em uma propriedade leiteira do estado do Paraná.** Paraná, 2010.

DTAS – DOENÇAS TRANSMITIDAS POR ALIMENTOS: UMA BREVE REVISÃO

Adriana Ribeiro Pereira¹

Resumo: Durante a elaboração e manuseio dos alimentos é possível o desenvolvimento de enfermidades de origem alimentar, tais síndromes são conhecidas por Doenças Transmitidas por Alimentos (DTAs). Elas decorrem da ingestão de alimentos ou bebidas que apresentem bactérias, vírus, parasitas, príons, toxinas, agrotóxicos, metais pesados ou produtos químicos, podendo desencadear cerca de 250 tipos de doenças alimentares (MELO et al., 2018; MULLER, 2011; SILVA, 2009; SILVA et al., 2008; SCARCELLI e PIATTO, 2002). A preocupação acerca das DTAs baseia-se em seu impacto sobre a saúde pública e as perdas econômicas, já que elas são as responsáveis pela maioria dos surtos de diarreia. Acredita-se que a exposição populacional à contaminantes se deve ao desenvolvimento econômico e as mudanças de hábitos alimentares, com a inclusão de alimentos processados (MELO et al., 2018; MULLER, 2011). As DTAs podem ser classificadas como intoxicação (resultado da ingestão de toxinas microbianas), toxinfecção alimentar (resultado da contaminação por toxinas de microorganismos liberadas após a ingestão do alimento) ou infecção (produto da ingestão do patógeno e consequente multiplicação no trato digestório). Manifestando-se por meio de sintomas gastrointestinais, sob a forma de náusea, vômito, diarreia e dor abdominal. Podendo estar presente dores de cabeça, febre, alterações de visão. O início dos sinais clínicos irá depender do período de incubação que cada agente etiológico apresente (BERNARDES et al., 2011). As doenças transmitidas por alimentos preocupam em decorrência da fonte da doença estar associada, em muitos casos, a alimentos que não apresentem alteração sensorial e/ou aspecto repugnante (SOARES e GONÇALVES, 2012). A partir do momento em que duas ou mais pessoas apresentem os sinais clínicos similares, pode ser apontada a ingestão de alimentos contaminados podendo, ainda, caracterizar o quadro como um surto de DTA a partir do momento em que esses sinais permaneçam por período semelhante e haja indícios epidemiológicos e/ou laboratoriais (MELO et al., 2018; TAVARES, 2002). Ao se ter a suspeita, ou a confirmação, de um surto é necessária a notificação compulsória imediata ao sistema de vigilância epidemiológica do município. Para que então inicie-se a verificação da consistência das informações e planeje-se uma ação de controle de transmissão por meio de medidas preventivas. Durante a ação da Vigilância Sanitária é possível que ocorra a apreensão dos alimentos suspeitos (NASCIMENTO, 2013; COSTA et al., 1996). As principais ocorrências de surtos têm relação, em grau de importância, com as residências, restaurantes, instituições de ensino, refeitórios, festas e unidades de saúde (MELO et al., 2018). Os principais patógenos envolvidos nas DTAs são as bactérias, que apresentam uma grande diversidade e virulência. Dentre os patógenos mais comuns nos casos de doenças provocadas por alimentos estão: *Bacillus cereus* comum em cereais e resistente ao cozimento, *Clostridium perfringens* formador de esporos e tolerante ao calor e desidratação. Há, ainda, *Clostridium botulinum* que forma endósporos que são resistentes ao calor e fervura, porém a toxina é sensível ao calor. Já as bactérias do gênero *Salmonella* são formadoras de esporos e termosensíveis. Podendo se citar ainda, *Staphylococcus aureus*, *Escherichia coli*, *Listeria monocytogenes* e *Shigella* (MELO et al., 2018; NASCIMENTO, 2013). Desta forma percebe-se a importância de um controle de qualidade na produção de alimentos, impedindo casos de doenças que afetam a saúde pública em caráter social e econômico.

¹ Graduada em Medicina Veterinária e pós-graduanda em Inspeção Veterinária- Instituto Brasileiro de Formação.

REFERÊNCIAS

- BERNARDES, N. B. et al. Intoxicação alimentar um problema de saúde pública. **Revista Multidisciplinar e de Psicologia**. Juazeiro do Norte, v.12, n.42, p.894-906, 2018.
- COSTA, B. S. et al. História e evolução da inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal no Brasil. **Cadernos técnicos de veterinária e zootecnia**, Belo Horizonte, n.77, p.9-56, 2015.
- MELO, E. S. et al. Doenças transmitidas por alimentos e principais agentes bacterianos envolvidos em surtos no Brasil: revisão. **PUBVET**, Maringá, v.12, n.10, p.1-9, 2018.
- MULLER, M. I. **Boas práticas de manipulação de alimentos com merendeiras**. 2011. Especialização de Microbiologia Industrial e de Alimentos. Universidade do Oeste de Santa Catarina. São Miguel do Oeste. 2011.
- NASCIMENTO, C. B. **Surtos de toxinfecção alimentar notificados e investigados no município de Porto Alegre no período de 2003 a 2011**. 2013. Monografia (Especialização em Produção, Higiene e Tecnologia de produtos de origem animal) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- SCARCELLI, E.; PIATTI, R. M. Patógenos emergentes relacionados à contaminação de alimentos de origem animal. **Biológico**, São Paulo, v. 64, n.2, p.123-127, 2002.
- SILVA, A. F. et al. Levantamento dos casos de intoxicação alimentar na região de Juiz de Fora-MG, no período 2005/2006: estudo de casos. **O mundo da Saúde**, São Paulo, v.32, n.3, p.393-401, 2008.
- SILVA, Y. **Doenças transmitidas por alimentos no município do Rio de Janeiro: perfil epidemiológico e controle**. 2009. Dissertação (Mestrado em Vigilância Sanitária), Rio de Janeiro, 2009.
- SOARES, K. M. P.; GONÇALVES, A. A. Qualidade e segurança do pescado. **Revista Inst Adolfo Lutz**. São Paulo, v.71, p.1-10, 2012.
- TAVARES, A. G. B. **Condições de trabalho e toxinfecção alimentar: um estudo de caso em uma cozinha de uma restaurante comercial do setor hoteleiro em Florianópolis**. 2002. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

FISIOTERAPIA NA MEDICINA VETERINÁRIA – REVISÃO

Andreia Gulak¹

Gabrielle G. Pompermayer¹

Andréa Christina Ferreira Meirelles²

Resumo: Historicamente, gregos e romanos usavam técnicas de fisioterapia para corrigir deformações torácicas e certas doenças dos gladiadores, após a Primeira Guerra Mundial, a fisioterapia foi utilizada em cães, e em 1960 foi um tratamento eficaz em equinos no esporte de equitação (Jaramillo-Antillón, 2005). Entre 1980 e 1986, em países como Reino Unido, Alemanha, Suécia, Holanda e Estados Unidos, surgiu a reabilitação canina, dando início ao Simpósio Internacional de Esportes Médicos Caninos (Millis e Levine, 2013 apud Andrades et al, 2018). São vários os benefícios da fisioterapia em animais, como uma alternativa terapêutica tem se mostrado eficaz para prevenção, palição e recuperação de distúrbios físicos, redução do uso de medicamentos e melhora na qualidade de vida dos pacientes (Pilco et al, 2017). Na prática humana, todo hospital possui uma equipe de fisioterapeutas, e nenhuma cirurgia ortopédica é realizada sem a reabilitação pós-operatória, não restringindo-se somente a isso; é usada no tratamento de pacientes geriátricos, doenças torácicas, pacientes de UTI, lesões esportivas e uma série de outras doenças. No ambiente de um hospital veterinário, tem-se a ganhar ainda mais com a implantação da fisioterapia, melhorando a qualidade de vida dos pacientes significativamente. Assim sendo, o objetivo deste trabalho foi identificar quais técnicas fisioterápicas estão sendo utilizadas na medicina veterinária e a importância de tais tratamentos para a recuperação dos animais. Este estudo trata-se de uma revisão bibliográfica em que foram utilizadas as bases de dados online LILACS, SCIELO e PUBMED, para uma pesquisa sobre a produção do conhecimento referente à fisioterapia na medicina veterinária; foram feitas buscas com os termos “fisioterapia veterinária”, “reabilitação veterinária” e “fisioterapia em cães”. De acordo com Formenton (2018), a fisioterapia auxilia tanto na recuperação de cirurgias, como na reabilitação de animais com doenças ortopédicas, dentre outras que acometam os animais neurologicamente. A principal espécie acometida por essas doenças são os cães, geralmente provenientes da idade, lesões, falta de atividade física desses animais gerando sobrepeso (podendo acarretar também em outras doenças). Os problemas mais comuns no ramo da fisioterapia na medicina veterinária são artrite, displasia coxofemoral, problemas na coluna como do disco intervertebral, entre outras doenças. A doença de disco intervertebral destaca-se por ser comum afetando o Sistema Nervoso Central, e a principal causa da paraplegia em cães (Costa, 2001). A doença do disco intervertebral é causada pela compressão da medula espinal, o paciente portador dessa doença deve ser submetido a cirurgia. A prática da fisioterapia nesses casos é indicada para recuperação após a descompressão cirúrgica (Wall, 2015). Em função disto, técnicas fisioterápicas podem ser utilizadas visando prevenir ou tratar essas doenças para uma boa qualidade de vida e bem-estar do animal. A crioterapia é uma das técnicas utilizadas que diminui o calor corporal, a forma mais usada são as bolsas de gelo sobre o local afetado, que de acordo com Mikail e Pedro (2006) isso apenas ameniza os sinais clássicos de inflamação. Já na termoterapia, a aplicação utilizada são bolsas quentes entre outros métodos, visando aumentar o calor no tecido de um local que necessite. Os benefícios são muitos, tais como o relaxamento muscular, aumento da pressão sanguínea, diminuição da dor, entre outros benefícios. A cinesioterapia utiliza-se dos exercícios físicos, segundo Hummel e Vicente (2018) estimula-se os movimentos que ativem os receptores sensoriais periarticulares, musculares e táteis, além de alongamentos e massagens. Os exercícios devem ser prescritos após uma avaliação do paciente e suas necessidades de acordo com o problema que apresenta. Os movimentos são classificados em passivo, ativo e ativo assistido. A eletroterapia é outra técnica, onde são aplicados sobre a pele do animal baixos níveis de correntes

¹ Acadêmica do Curso de Medicina Veterinária – Centro Universitário Univel

² Orientadora Professora Doutora do Curso de Medicina Veterinária – Centro Universitário Univel

elétricas nas fibras musculares através de aparelhos de estimulação elétrica (Mikail e Pedro, 2006). A fisioterapia veterinária tem ganhado cada vez mais destaque nas clínicas e hospitais, os seus resultados e benefícios obtidos na recuperação de pacientes pós-cirúrgicos, controle da dor, tratamento e recuperação de lesões ortopédicas e neurológicas tem mostrado bons resultados, colaborando para o sucesso do tratamento e, acima de tudo, promoção do bem-estar para os pacientes. Conclui-se que, estudos mais aprofundados devem ser feitos, a fim de se tornar uma rotina corriqueira entre os profissionais da área.

REFERÊNCIAS

COSTA, C. R., **Disco intervertebral- bases para o diagnóstico e tratamento da doença.** Revista Nosso Clínico, v. 20, n. março/abril, p.18-26, 2001.

FORMENTON, M., **Fisioterapia ajuda animais a superar dor e limitação física.** Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (CRMV/SP). Disponível: https://www.crmvps.gov.br/arquivo_release/Fisioterapia_ajuda_animais_a_superarem_dor_e_limitacao_fisica.pdf. Acesso em 30 set. 2020.

HUMMEL, J.; VICENTE G. **Tratado de fisioterapia e fisioterapia de pequenos animais.** 1 ed. Editora Payá, 2018

JARAMILLO-ANTILLÓN, J., 2005. **Historia y filosofía de la medicina.** Costa Rica: Ed Universidad de Costa Rica. 401 p.

MIKAIL, S.; PEDRO, C.R. **Fisioterapia Veterinária.** São Paulo: Manole, 2006.

MILLIS D, LEVINE D., 2013. **Canine rehabilitation and physical therapy.** 2nd ed. USA: Elsevier. 784 p. in ANDRADES, Amanda O. et al. **Fisioterapia na recuperação funcional e qualidade de vida de cães paraplégicos por doença do disco intervertebral (Hansen tipo I) toracolumbar submetidos à cirurgia descompressiva.** Pesq. Vet. Bras., Rio de Janeiro, v. 38, n. 8, p. 1656-1663, Aug. 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100736X2018000801656&lng=en&nr_m=iso>. Acesso em 01 Out. 2020

PILCO P, Marelsy; HINOSTROZA M, Elizabeth; SERRANO-MARTINEZ, Enrique. **Tratamiento Fisioterapéutico en Caninos Domésticos con Claudicación del Tren Posterior.** Rev. investig. vet. Perú, Lima, v. 28, n. 4, p. 784-793, oct. 2017. Disponível em <<http://www.scielo.org.pe/scielo.php?>

WALL. R. **Physical rehabilitation for the paralyzed patient.** In: Fingerroth J.M. & Thomas W.B. (Eds), **Advances in Intervertebral Disc Disease in Dogs and Cats.** Wiley-Bla

PESTE SUÍNA CLÁSSICA NA SUINOCULTURA BRASILEIRA

Ana Cláudia Fredrich¹

Isabela Sanches Bueno¹

Professora Orientadora Vaneila Lenhardt Savaris²

Resumo: A Peste Suína Clássica (PSC) é considerada uma das maiores causas de prejuízos econômicos na indústria suinícola, pois resulta em barreiras impostas pelo mercado internacional, além de causar a alta mortalidade e redução de produtividade dos suínos contaminados. Esta revisão de literatura tem como o objetivo apresentar os principais sintomas e características da PSC, seu impacto na suinocultura brasileira e formas de redução da propagação. Popularmente é conhecida como febre suína ou cólera dos porcos, é uma doença viral do gênero *Pestivirus*, fatal em grande parte dos suínos acometidos, apresenta - se de forma aguda, subaguda, crônica ou clínica inaparente (BARCELLOS; SOBESTIANSKY; GIROTTO, 1992). É altamente contagiosa, tendo como vetores de transmissão as moscas, piolhos, vermes, aves, pessoas, rações, veículos de transporte, carnes e seus subprodutos (FREITAS et al, 2007). O vírus tem um período de ocupação de aproximadamente 14 dias (FLORES, 2007). A contaminação ocorre pelo contato direto com o vírus por via oro-nasal, onde primeiramente o vírus se instala nas tonsilas, se multiplica e se distribui aos linfócitos regionais, atingindo a via hematógena ou linfática, alcançando linfonodos, baço, rins, porção distal do íleo e cérebro. A morte dos animais ocorre devido à insuficiência circulatória, cardíaca e lesões inflamatórias no sistema nervoso central e aparelho digestivo e respiratório, podendo também sofrer com infecções bacterianas secundárias (BEER, 1988). Na forma hiperaguda é observada morte súbita de animais que se encontravam aparentemente saudáveis. Seu período de incubação é rápido (entre dois a três dias) e os animais podem desenvolver febre alta, amontoamento, fraqueza, anorexia, conjuntivite e sonolência (SPICKLER, 2015; KIRKLAND et. al., 2012). Na forma aguda, os animais desenvolvem febre alta (acima de 41° C), depressão, inapetência, cianose e congestão em orelhas, abdômen, focinho e extremidades, sinais nervosos e conjuntivite catarral. Podem apresentar quadros de vômitos com presença de fluido biliar. A forma crônica, inicialmente pode se assemelhar com as outras formas, pois os animais também desenvolvem anorexia, febre alta, episódios de constipação e/ou diarreia (SPICKLER, 2015). A PSC tem distribuição mundial, sendo que os únicos países considerados livres da doença são Austrália, Irlanda, Suíça e Canadá. O Brasil apresenta surtos episódicos da PSC, causando grandes prejuízos à economia do país, com isso implantou-se o Programa Nacional de Controle e Erradicação da Peste Suína Clássica. A primeira medida foi a divisão do país em áreas distintas: Área I (sem vacinação para PSC); Área II (com vacinação voluntária para PSC) e Área III (com vacinação obrigatória para PSC), com base nessa distribuição seriam tomadas as devidas medidas sanitárias (SANTA CATARINA, 2019). O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) confirmou no dia 05 de outubro de 2020 um foco de PSC no estado do Piauí, Brasil. O fato ocorreu no município de Parnaíba, norte do estado, em um criatório de suínos para subsistência. Segundo a Organização Mundial da Saúde Animal (OIE), é uma região que não está fora da zona livre da doença. A propriedade foi interditada para a realização de desinfecção e sacrifício dos suínos. Está sendo realizada uma investigação para o rastreamento da provável origem epidemiológica (FARIAS, 2020). Assim como o Piauí, outros estados do norte estão dentro da zona de risco para contaminação com PSC. Os limites entre as zonas livres e não livres são controlados por barreiras sanitárias naturais e postos de fiscalização (FARIAS, 2020). Isso faz com que sejam, imprescindíveis aplicações de medidas, como as que garantam a biossegurança, visando impedir a entrada e/ou a propagação de um patógeno dentro do rebanho. De modo que sejam eficientes e adaptados à realidade de cada granja. Promovendo

¹ Acadêmico do Curso de Medicina Veterinária da Univel-Centro Universitário Univel

² Orientadora Professora Doutora do Curso de Medicina Veterinária – Centro Universitário Univel

assim, a saúde dos animais, resultando em produtos com segurança alimentar, sem riscos à saúde dos animais e a saúde dos seres humanos.

REFERÊNCIAS

BARCELLOS, D. SOBESTIANKY, J. GIROTTTO, A. F. peste suína clássica: custo de um surto. **ct/ 190/ embrapa-cnpsa, julho/ 1992. 3p.**

BEER, J. doenças infecciosas em animais domésticos. **[tradução gabriella vera maria catena]**. são paulo-sp: roca, 1988.

FARIAS, L. **ministério da agricultura confirma peste clássica suína no Piauí**. agência brasil, 2020.

FLORES, E.F. **virologia veterinária**. 3.ed. santa maria, rs: editora ufsm, 888p., 2007.

FREITAS, T. R. P.; ESTEVES, E. G.; OLIVEIRA, A., M.; JOINEAU, M. E. G.; DUARTE, A. C. S.; VARGAS, I.; CALDAS, L. A.; REBELLO, M. A. – **Peste Suína 15 Clássica no Brasil**: estudo para avaliação dos surtos de peste suína clássica no Brasil de 1978 a 2004. - Semana: Ciências Agrárias, Londrina, v. 28, n. 2, p. 277-286, abril e junho. 2007.

KIRKLAND, Peter D.; LE POTIER, Marie-Frédérique; VANNIER, Phillipe; FINLAISON, Deborah. Pestiviruses. In: ZIMMERMAN, Jeffrey D.; KARRIKER, Locke A.; RAMIREZ, Alejandro; SCHWARTZ, Kent J.; STEVENSON, Gregory W. Diseases of Swine. 10 ed. **Wiley-Blackwell**, 2012. p. 538-553.

SANTA CATARINA – SECRETÁRIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, DA PESCA E DO DESENVOLVIMENTO RURAL. Serviço de Defesa Sanitária Animal – **Sanidade Suídea** – Histórico. 2019. Disponível em: <<http://www.cidasc.sc.gov.br/defesasanimariaanimal/programas/sanidade-suidea/historico/>> Acesso em 10 de Outubro de 2020.

SPICKLER, A.R., **Classical Swine Fever Virus. In: Technical Factsheets**. The Center for Food Security and Public Health, Iowa State University. 2015.



Resumos de

PEDAGOGIA

A IMPLANTAÇÃO DO PROJETO EDUCAÇÃO FINANCEIRA: UM OLHAR PARA A FORMAÇÃO CONTINUADA NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL-PR

Michele Thais Tuon De Campos¹

Daniel Zampieri Loureiro²

Resumo: O presente estudo refere-se à implantação do Projeto Educação Financeira: Um olhar para a Formação Continuada no Município de Cascavel-Pr. A educação financeira nas escolas é de suma importância para a sociedade, e com a ascensão do capitalismo a necessidade de se adaptar a conceitos financeiros mais complexos tornou-se emergente. Os currículos não exigiam a educação financeira como obrigatoriedade nas escolas, mas a partir da implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em 2017, por meio de um projeto piloto do Banco Central do Brasil (BCB), até 2020 será implantada nas escolas públicas de Cascavel/PR a disciplina Educação Financeira como um tema transversal. A tentativa do Ministério da Educação (MEC) é solucionar problemas crescentes no Brasil, que são o endividamento e a inadimplência, disponibilizando recursos educacionais voltados para o desenvolvimento profissional dos gestores escolares e professores, assim como um conjunto de planos de aulas e Sequências Didáticas sobre Educação Financeira, que deverão ser desenvolvidas de forma transversal e integradas aos componentes curriculares obrigatórios, não somente na disciplina de matemática, mas todas as disciplinas, sendo a mesma um elemento fundamental para o currículo. A pesquisa volta-se para a formação continuada de gestores sobre o solo do projeto Aprender Valor, elaborado pelo Banco Central que vislumbra capacitar professores dos anos iniciais do ensino fundamental na área da educação financeira. Sendo assim, realizaremos a análise sobre as contribuições do letramento financeiro, refletindo sobre a importância do trabalho pedagógico. Dessa forma, a problematização consiste em refletir sobre: Como se deu a formação de gestores no projeto Educação Financeira nas Escolas municipais de Cascavel-PR? A justificativa desta pesquisa surge a partir das experiências vivenciadas pela pesquisadora, frente a situações relacionadas ao domínio de conteúdos matemáticos, que despertaram a curiosidade em relação à abordagem do projeto educação financeira. Por esse motivo, o objetivo da pesquisa foi analisar de que modo será a formação continuada e como chegará o projeto piloto Aprender Valor até as escolas municipais de Cascavel e de que modo os professores atuarão no processo pedagógico, diante das mudanças instituídas pelo BCB junto a BNCC. Teve como objetivos específicos, explicar como foi a formação continuada dos gestores em relação ao projeto Aprender Valor; apontar quais são as atribuições e o Impacto do trabalho com letramento financeiro na escola; identificar estratégias e possibilidades da implantação do projeto Educação Financeira em sala de aula e contribuir para a formação acadêmica e de futuros egressos dos cursos de licenciatura. A pesquisa conta com as teorias desenvolvidas por Secco (2014), apud (Souza, 2012, p. 11) mostra que “[...] ao ensinar uma criança a lidar com dinheiro desde pequena, quando adulta terá maiores chances de aprender a administrar o seu salário, a sua vida. Vai saber guardar, guardar para comprar, guardar para poupar mais” e por Cerbasi (2004), Pradro (2013), Castro (2008) Tolédo (2014). Quanto à metodologia da pesquisa, se caracteriza em uma pesquisa qualitativa, exploratória, explicativa, descritiva, bibliográfica, de campo e estudo de caso. Para a coleta de dados, foram entregues questionários para as professoras participantes da formação continuada em Curitiba-PR. Ao fim da análise dos questionários notasse que o programa Aprender valor de educação financeira escolar, tem extrema importância no cotidiano das crianças quantos futuros cidadãos, pois com o programa, irá contribuir na vida das crianças, planejamentos das finanças pessoais, valorização da economia financeira, diminuir o consumismo, estimularem o investimento e auxiliar na compreensão da importância do uso racional do dinheiro, sendo fundamental para a leitura de signos na vida em sociedade e insta salientar que o trabalho desenvolvido pelo professor deve

¹ Acadêmica do Curso Superior de Pedagogia da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL.

² Orientador Professor Mestre do Curso Superior de Pedagogia – Centro Universitário UNIVEL.

estar relacionado com a realidade do aluno. Desse modo, concluiu-se que o Aprender Valor irá propiciar aos alunos um melhor desempenho no decorrer dos processos de ensino e aprendizagem, levando-o a um aprendizado mais significativo, contribuindo para sua formação, tornando-o capaz de realizar transformações sociais.

REFERÊNCIAS

CASTRO, E. V.. Formação continuada de docentes da educação básica **Construindo e reconstruindo conhecimentos na prática pedagógica LASEB**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2018.

CERBASI, G. Casais inteligentes enriquecem juntos: **finanças para casais**. São Paulo: Gente, 2004. p. 66

PRADO, R. S.. **Educação Financeira no ensino fundamental I**. Tese de Doutorado. Dissertação. São Gonçalo; 2013. Disponível em: <http://www.ffp.uerj.br/arquivos/dedu/monografias/rsp.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2020.

SECCO, R. L. **Importância Da Educação Financeira Na Infância**: Uma Revisão De Literatura. Observatorio de la Economía Latinoamericana. Disponível em: <http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/14/educacion-financiera.html>. Acesso em: 26. abr. 2020.

TOLÉDO, J. H. D. **Educação Financeira**. Palhoça; Unisulvirtual. 2015. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/74193603/apostila-uni-sul-educacao-financeira> Acesso em: 25 abr. 2020

ACESSO E PERMANÊNCIA DE PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO NO ENSINO SUPERIOR

Mariana de Souza Soares¹

Tiago Pereira Leite²

Resumo: O presente artigo apresenta um estudo referente ao acesso de pessoas autistas no campo acadêmico e as dificuldades que enfrentam nesse processo. O autismo pode ser evidenciado por um comprometimento em diversas áreas do desenvolvimento: desenvoltura de interação social recíproca, aptidão de comunicação ou apresentação de estereotípias comportamentais, interesses excessivos em determinada atividade e comorbidades. A problemática levantada buscou investigar de que forma esta etapa da vida pode ser um processo difícil de concluir para a pessoa dentro do Espectro, analisando quais as adaptações necessárias para auxiliar os discentes no processo de conclusão do curso visto que pessoas com TEA têm direito a inclusão assegurada pela lei (BRASIL, 2015) N° 13.146. Diante disso, apresenta o seguinte objetivo: Analisar como ocorre o ingresso e a permanência da pessoa autista no Ensino Superior, buscando entender como ocorreu a trajetória dos 4 entrevistados, visando dar voz e visibilidade a pessoas dentro do Espectro Autista que frequentaram ou frequentam o Ensino Superior, com o intuito de identificar as dificuldades que enfrentam no acesso e permanência, do ponto de vista de estudantes com TEA, a adaptação à universidade, bem como cooperar para um processo de adaptação que seja inclusivo. O trabalho justifica-se na necessidade de descobrir a importância desta etapa da vida para contribuir na construção de reflexões sobre a qualidade de vida da pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e sua relação na concretização de uma inclusão efetiva e humana. O aporte teórico se fundamenta nos estudos de Griesi-Oliveira e Sertié (2017), Tamanaha *et al* (2008), e outros teóricos que discutem a temática. Ademais, a metodologia se ampara em uma pesquisa qualitativa, com a finalidade de analisar e compreender os efeitos do ingresso e permanência, ou não, de pessoas autistas no Ensino Superior; explicativa, bibliográfica, de campo, além de estudo de caso com 4 pessoas com TEA que estão ou já concluíram essa etapa da vida. Por meio de um questionário semiestruturado foi possível analisar os dados. Os resultados encontrados no estudo de caso apresentam que essa etapa é importante para a inclusão e qualidade de vida dessas pessoas e que as adaptações de trabalhos acadêmicos, tais como trabalho em grupo, seminários, técnicas de avaliação e técnicas de estudo e de alguns conteúdos se faz necessária. Foi possível analisar que a inserção dessas pessoas no âmbito acadêmico não tem sido de maneira inclusiva, visto que, as necessidades dessas pessoas em alguns momentos não são respeitadas, observou-se também que a falta de formação docente dos profissionais do Ensino Superior, sobre o tema, dificulta ainda mais a qualidade de vida dessas pessoas. Analisamos que a dificuldade em receber um diagnóstico dificulta o acesso a universidade, visto que as comorbidades (Transtorno de Ansiedade Generalizada, Transtorno Opositor Desafiador, Transtorno Déficit de Atenção e Hiperatividade, entre outros) atrapalham a vida da pessoa com TEA, e, o fato de não ter um diagnóstico faz com que a pessoa se sinta incapaz de enfrentar esse processo. Foi observada a necessidade das instituições e de seus profissionais aprofundarem-se neste tema, sabendo como os receber, desenvolvendo ações de inclusão, como ensinar técnicas de aprendizagem do conteúdo, sendo mais claros nas questões de vestibulares e provas, visto que mais de um milhão de brasileiros vivem com essa condição. As universidades precisam conhecer melhor o que é o TEA e como podem acolher com respeito seus alunos dentro do Espectro corroborando para uma qualidade de vida da pessoa autista.

REFERÊNCIAS

¹ Acadêmica do Curso Superior de Pedagogia da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL.

² Orientador Professor Doutor do Curso Superior de Pedagogia – do Centro Univesitário UNIVEL.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 06 de junho de 2015.** INSTITUI A LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA). Brasília, 6 jun. 2015. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=13146&ano=2015&ato=c4aUTW65UNVpWT495>. Acesso em: 1 nov. 2020.

GRIESI-OLIVEIRA, K. *Et al.* **Transtornos do espectro autista:** um guia atualizado para aconselhamento genético. 15. ed. Hospital Israelita Albert Einstein, 23 jun. 2017. Disponível em: scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-45082017000200233&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 25 maio 2020.

TAMANHA, A. C. *et al.* **Uma breve revisão histórica sobre a construção dos conceitos do Autismo Infantil e da síndrome de Asperger.** 13. ed. São Paulo: Rev. soc. bras. fonoaudiol., 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-80342008000300015&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 25 maio 2020.

ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

Fabiola Costa de Freitas¹
Sandra Mara Martins Ribeiro²

Resumo: Analisando sobre o Transtorno Espectro Autista, ou Autismo como é chamado, onde é um dos mais comuns entre os transtornos pesquisados pelos indivíduos, pensando especificamente na Alfabetização de crianças com TEA (Transtorno Espectro Autista) com seu foco no primeiro ano do Ensino Fundamental, turma que abriga o aluno autista. Pesquisa realizada na rede Municipal de Educação localizada no Município de Corbélia-Pr. Seu objetivo é investigar como ocorre a alfabetização dos alunos com Transtorno Espectro Autista, compreender, observar e analisar os métodos na qual são utilizados para melhor aprendizagem e desenvolvimento desses alunos, tema levantado através de curiosidade da pesquisadora em saber mais sobre o assunto, alfabetização de crianças com esse transtorno, após aulas no decorrer da graduação foi surgindo vários questionamentos, a pesquisa é de suma importância para a pesquisadora, pois, com ela pode ter um aprofundamento em suas leituras e conhecimentos para seu campo profissional, pesquisa na qual pode ser utilizada como aporte para pesquisa e conhecimento de leitores. A pesquisa conta com temas sobre Alfabetização e Letramento, Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD), Transtorno Espectro Autista (TEA) e o Processo de Aprendizagem dessas crianças autistas, onde é aprofundado um pouco de cada um deles. As metodologias de abordagem e procedimento utilizadas pela pesquisadora para a realização do artigo foram fundamentadas em vários autores, utilizada pesquisa qualitativa, onde a mesma não se preocupou com estatísticas e sim analisar esse ensino, para melhor explicação a pesquisadora cita ³Mascarenhas (2012) na qual fala sobre a pesquisa qualitativa, quanto aos objetivos de pesquisa, ocorreu a utilização da pesquisa explicativa, na qual seu objetivo é aprofundar o conhecimento sobre o assunto pesquisados, se embasando no autor ⁴Tumelero (2019), explicando mais sobre o mesmo. Sobre a pesquisa bibliográfica, usada por se tratar de uma pesquisa que procura explicar as questões a partir de referências teóricas, publicadas em artigos, livros, teses e dissertações, ⁵Cervo (2007) explica mais sobre isso. E novamente Mascarenhas (2012) fala sobre a pesquisa de campo, aonde o pesquisador vai a campo, atrás de respostas a sua pesquisa, trazendo informações concretas, por esse motivo e outros como um enriquecimento da pesquisa é que foi utilizado esses instrumentos de pesquisa. Na qual o local onde foi desenvolvida a pesquisa trata-se da Escola Municipal São José, localizada no centro de Corbélia-Pr. Pesquisa na qual participaram duas pessoas por conta da Pandemia COVID-19, sujeitos esses professores do aluno com Transtorno Espectro Autista, sendo uma professora alfabetizadora e outra professora de apoio. A pesquisa utilizou como instrumentos de coleta de dados secundários, na qual foram coletados e verificados em diversas pesquisas públicas, artigos, livros, capítulos, entre outros. Mas também utilizando dados primários, gerados a partir de instrumentos, como entrevista com os professores do aluno com Autismo, que pode auxiliar na resolução da questão que gerou a pesquisa, na qual ocorreu o processo de pesquisa de campo. Pesquisa na qual adquiriu muitos dados relevantes para a pesquisa em si, perguntas claras, com um bom entendimento. As primeiras conclusões tomadas a partir da realização de entrevistas, que os alunos com o Transtorno Espectro Autistas têm dificuldade de adaptação, podem ser alfabetizadas com uma atenção maior voltada ao aluno, pois encara os desafios da alfabetização com certa dificuldade,

¹ Acadêmica do Curso Superior de Pedagogia - Licenciatura da UNIVEL – Faculdade Centro Universitário Univel.

² Mestra em Educação. Professora do Curso Superior de Pedagogia – Licenciatura da Univel – Centro Universitário Univel.

³ Sidnei Augusto Mascarenhas.

⁴ Naína Tumelero.

⁵ Amado Luiz Cervo.

por isso necessita de uma professora de apoio o auxiliando, é realizado algumas adaptações nos materiais didáticos para ele. A pesquisa passou por algumas adaptações e teve sua dificuldade por ser realizada em meio a Pandemia COVID-19. A pesquisa poderá ser utilizada para maior aprofundamento em questão da alfabetização de crianças com Transtorno Espectro autista, um estudo na qual investigue mais a fundo e possa tirar mais conclusões, futuramente a pesquisadora pretende retomar a pesquisa e se aprofundar no assunto, trazendo novas questões a ser pesquisada diante do tema.

REFERÊNCIAS

CERVO, Amado Luiz. **Metodologia da pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Pearson prentice Hall, 2007.

MASCARENHAS, Sidnei Augusto. **Metodologia Científica**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

TUMELERO, Naína. **Pesquisa explicativa: conceitos, objetivos, exemplos e comparativos**. 2019. Disponível: <https://blog.mettzer.com/pesquisa-explicativa/>. Acesso em: 25 abr. 2020.

ALFABETIZAÇÃO E OS NÍVEIS DE ESCRITA

Daniele Pacheco Dos Santos Boldrini¹

Sueli Gedoz²

Resumo: O tema do presente trabalho refere-se ao processo de alfabetização e aos níveis de escrita pelos quais a criança passa quando está nesse momento de escolarização. O objetivo desta pesquisa é fortalecer a compreensão acerca da realidade verificada na alfabetização, mostrando como a criança aprende o sistema de escrita alfabética. Uma pesquisa nesse enfoque é justificada pela necessidade de se discutir constantemente o processo de alfabetização, visto tratar-se de uma etapa que marca a inserção da criança no mundo sistematizado da leitura e da escrita. A metodologia utilizada neste estudo trata-se de uma pesquisa bibliográfica, pautada nos estudos de Ferreiro e Teberosky (1985), que mostram o percurso vivenciado pela criança no decorrer do processo de apropriação da escrita. Além disso, o aporte teórico também utiliza as ideias de Soares (2003a, 2003b). Como resultado da investigação teórica realizada, foi possível verificar que Ferreiro e Teberosky (1985) interpretaram o processo de aprendizagem daquilo que definiram como lectoescrita (leitura e escrita), observando sempre a ação do sujeito cognoscente, ou seja, da criança envolvida na aprendizagem. Para as autoras, uma criança na etapa da alfabetização passa por cinco níveis até alcançar uma compreensão do nosso sistema de escrita, sendo esses níveis: pré-silábico, silábico sem valor sonoro, silábico com valor sonoro, silábico-alfabético e alfabético. No nível pré-silábico a criança utiliza-se letras aleatórias, desenhos, rabiscos na tentativa de representar aquilo que é dito. Quando chega ao nível silábico sem valor sonoro ela reconhece algumas letras, principalmente as do seu nome, contudo não se preocupa com a posição das letras na palavra, atribuindo uma letra para cada sílaba. Já no nível silábico com valor sonoro, começa atribuir o valor sonoro, normalmente lançando uma letra para cada sílaba e essa letra geralmente faz parte da sílaba. Ao atingir o nível silábico-alfabético a criança começa a perceber a relação grafema e fonema ao juntar determinadas letras para conseguir os sons que as sílabas representam e assim compreende que a escrita não é silábica, mas sim alfabética. E finalmente quando alcança o nível alfabético é o final do processo de alfabetização, a criança escreve as palavras utilizando letras para cada fonema, mas ainda pode apresentar alguns erros ortográficos. Os estudos sobre os níveis de escrita ficaram evidentes quando a proposta construtivista para alfabetização chegou ao Brasil nos anos de 1980 (SOARES, 2003b). Referindo-se a essa proposta, a autora informa que não podemos “[...] negar a incontestável contribuição que essa mudança paradigmática, na área da alfabetização, trouxe para a compreensão da trajetória da criança em direção à descoberta do sistema alfabético”, contudo, reforça a necessidade de não se perder a especificidade do processo de alfabetização, ou seja, não pode se perder no contexto escolar a sistematização da relação grafema e fonema. Então, na visão de Soares (2003a, 2004), quando criança passa por esses níveis, é também necessário trabalhar com a especificidade da aquisição da técnica da leitura e da escrita. Desse modo, essa autora também aponta que, na prática quando se pensa em alfabetização, esse processo deve ocorrer basicamente por duas vias: a criança deve aprender a técnica (ler e escrever) e o uso social das práticas de leitura e escrita (compreender e interpretar) (SOARES, 2003b). Assim sendo, esse estudo bibliográfico permite a compreensão dos níveis da escrita na alfabetização, e como a criança apropria-se progressivamente de cada nível.

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia – Centro Universitário Univel.

² Orientadora. Professora Doutora em Letras - Curso de Pedagogia – Centro Universitário Univel.

REFERÊNCIAS

FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. **A Psicogênese da Língua Escrita**. Porto Alegre: Artes Medicas 1985.

SOARES, M. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. **Revista Brasileira de Educação**, n. 25, p. 5-17, jan./abr. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n25/n25a01.pdf>. Acesso em: 15 set. 2020.

SOARES M. **Alfabetização e letramento**. São Paulo: Editor Contexto, 2003a.

SOARES, M. A reinvenção da alfabetização. **Presença Pedagógica**, v. 9, n. 52, p. 15-21, jul./ago. 2003b.

DESAFIOS NO PROCESSO DE ENSINO DA ALFABETIZAÇÃO PARA ALUNOS COM MAIS DE SESENTA ANOS

Ana Paula Lopes Kovaliski¹
Sueli Gedoz²

Resumo: O presente trabalho traz informações referentes aos desafios no processo de alfabetização de idosos. A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino da Educação Básica, destinada a jovens e adultos que não tiveram a oportunidade de concluir seus estudos no tempo convencional. Dentro desse contexto da EJA, essa classe de estudantes de idade avançada representa os desafios a serem superados nessa modalidade de ensino. Considerando essa situação, a delimitação desta pesquisa está voltada aos desafios no ensino da alfabetização de idosos, focalizando a atividade docente da rede pública de ensino de uma cidade localizada no oeste do Paraná. Segundo o site da Secretaria Especial do Desenvolvimento Social (BRASIL, 2020), há um número cada vez maior de idosos, adultos com mais de 60 anos de idade no Brasil e essa população, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), atinge 14,6% dos brasileiros. A partir disso, temos o dever de olhar com mais atenção para essa parte da população que está em constante crescimento. Surge assim a preocupação em reunir informações sobre o processo de ensino e aprendizagem dessas pessoas acima de 60 anos que frequentam as escolas. O objetivo desta pesquisa é investigar as metodologias utilizadas pelos docentes na prática de ensino da alfabetização com os idosos, considerando todos os aspectos cognitivos que envolvem esse processo. Parte desta pesquisa também está voltada a analisar como o professor enxerga esse processo de ensino na alfabetização e quais as maiores dificuldades no trabalho com alunos idosos, além de conhecer as propostas de ensino dentro da Educação de Jovens e Adultos. O aporte teórico está pautado no Currículo para a Educação de Jovens e Adultos da Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel (2005), Oliveira, Scortegagna e Oliveira (2009) e Barbosa (2016). Justificamos a realização deste estudo porque nos oferece a oportunidade de descobrir, na prática, como ocorre o processo de ensino e aprendizagem destes discentes que fazem parte da terceira idade, e como futuros professores, pedagogos e gestores, precisamos compreender a importância da alfabetização, seja ela em qualquer etapa da vida. Também é importante desenvolver esta pesquisa com essa delimitação pois pretende apresentar uma clareza acerca do tema voltado aos desafios no processo de alfabetização de idosos, pois a partir desta pesquisa a sociedade poderá ter um olhar mais cuidadoso com essa parte da nossa população, valorizando o esforço de alunos e professores participantes desse processo. O encaminhamento metodológico que ampara a investigação é de abordagem qualitativa, explicativa e estudo de caso, realizado através de questionário online com docentes que atuam na modalidade de ensino da EJA. Os resultados verificados, a partir do questionário enviado de forma remota aos docentes, mostram que para se trabalhar com discentes acima de sessenta anos de idade é preciso utilizar de uma metodologia mais concreta como leitura, raciocínio lógico, interpretação e escrita. Além disso é relevante usar o cotidiano destes alunos como aliado nesse processo de ensino, pois atividades nesse sentido auxiliam que o aluno crie uma autoconfiança e autonomia em seu aprendizado. Ainda neste contexto, foi verificado através das respostas, que os discentes apresentam dificuldades na coordenação motora fina, o que dificulta o trabalho do docente, além de fatores cognitivos, como a pouca memória, o que ocasiona repetições do mesmo conteúdo em diversos momentos das aulas, a fim de se obter a fixação dos conteúdos.

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia – Licenciatura do Centro Universitário UNIVEL.

² Orientadora: Professora Doutora Sueli Gedoz, do Curso de Pedagogia do Centro Universitário Univel.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Gisele Rieger P. A importância da educação na velhice: alunos idosos na EJA. **Escritos e Escritas na EJA**: produções acadêmicas do Curso de Pedagogia da UFRGS, Porto Alegre, n. 5, p. 30-39, jan. – jun. 2016. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/niepeeja/EscritoseEscritasnaEJAN.52016.pdf>. Acesso em: 10 out. 2020.

BRASIL. **Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa**. Ministério da Cidadania. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. 2020. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/brasil-amigo-da-pessoa-idosa/estrategia-1>. Acesso em: 22 abr. 2020.

CASCAVEL. (PR). Secretaria Municipal de Educação. **Currículo para a Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel**: Educação de Jovens e Adultos. Cascavel/PR, 2005.

OLIVEIRA, Rita de Cassia; SCORTEGAGNA, Paola Andressa; OLIVEIRA, Flávia da Silva. Mudanças sociais e saberes: o papel da educação na terceira idade. **RBCEH**. Passo Fundo, v. 6, n. 3, p. 382-392, set.-dez. 2009. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rbceh/article/view/278/819><http://seer.upf.br/index.php/rbceh/article/view/278/819> Acesso em: 10 out. 2020.

EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE: UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA MUNICIPAL MÁRIO PIMENTEL DE CAMARGO NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL/PR

Rayane Tieppo Rodrigues ¹

Elaine Aparecida Wilges Kronbauer ²

Resumo: Questões sobre o modo de vida insustentável vivenciado nos tempos atuais são evidenciadas desde as últimas décadas do século XX. Diante da popularidade das discussões ecoambientais uma parte da população está revendo seu modelo de vida, tendo como prioridade o bem estar global. A Educação para a sustentabilidade causa grande impacto e provoca mudanças nos paradigmas de consumo da sociedade. É possível, dessa forma, diminuir as pressões humanas sobre o ambiente natureza, abrandar as desigualdades sociais e a consequente degradação humana. Essa temática é de suma importância para promover reflexão e a transformação que a sociedade precisa. Neste sentido este estudo refere-se sobre Educação para a Sustentabilidade e suas implicações no protagonismo em uma Escola Municipal de Cascavel/ PR. O principal objetivo é apurar práticas de promoção da qualidade na Educação e Educação para a sustentabilidade, dos diferentes segmentos (comunidade interna e externa). Atitudes e projetos sustentáveis aplicados na escola possuem grande potencial de mudança social que ocorre de dentro para fora e assim continua até que fluam de modo orgânico. Dessa forma, a problematização consiste em refletir sobre: As diretrizes curriculares e as metodologias para a educação sustentável inseridas no currículo estão promovendo uma educação para a sustentabilidade? Neste sentido, o tema justifica-se através da contribuição significativa no âmbito educacional em que levanta questões pouco discutidas dentro das instituições de ensino, mas, muito importante para o futuro das gerações. Pensamos também na válida contribuição para os cursos de formação docente, onde professores serão formados com a consciência da importância e o ganho universal do educar para a sustentabilidade assim trazendo consequências diretas na vida profissional e pessoal. A pesquisa conta com teorias desenvolvidas por Gadotti (2008, p. 73) onde destaca que: “Precisamos de uma pedagogia da Terra, fundamentada num novo paradigma, o paradigma Terra, uma pedagogia apropriada para esse momento de reconstrução paradigmática, apropriada à cultura da sustentabilidade e da paz” e por Freire (2007) e Akkari (2017). A metodologia amparou-se em procedimentos como pesquisa qualitativa exploratória, pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. Foi realizada a investigação em dados primários por meio de questionário (online) remoto, de maneira que, por conta da pandemia de Covid-19 o distanciamento social se fazia necessário. Os dados foram coletados junto aos professores, alunos, pais/responsáveis e comunidade do entorno da escola. Ao fim da análise dos questionários notamos uma grande divergência entre as respostas dos professores e dos membros da comunidade escolar. Maioria dos professores, ao serem questionados sobre se haviam projetos voltados à sustentabilidade na escola responderam que SIM, porém, ao fazer a mesma pergunta aos demais participantes (alunos, pais/responsáveis e comunidade) foi obtido maioria das respostas NÃO. Aqui coloca-se sobre a falta de envolvimento da comunidade escolar em geral nos projetos e atitudes voltados a sustentabilidade, com isso, criando um grande vácuo entre os impactos que a escola deve promover na sociedade. Diante disso, ao comparar as respostas de professores e alunos, destaca-se que os docentes não possuem formação adequada voltada a sustentabilidade. Percebeu-se, através das respostas, que os professores relacionam o tema

¹ Acadêmica do Curso Superior de Pedagogia – Licenciatura, do Centro Universitário Univel.

² Mestre em Biotecnia. Professora do Curso Superior de Pedagogia – Licenciatura, do Centro Universitário Univel

apenas com questões ambientais de reciclagem, preservação, entre outros, deixando de lado questões sociais e econômicas que não se desassociam uma da outra. Assim, ao analisar respostas dos alunos, é possível identificar o mesmo déficit. Conclui-se que, é necessário que haja formação docente e que seja de qualidade, onde, o currículo esteja nivelada a essas demandas de sustentabilidade. Nesse sentido, refletindo consciência sobre a importância da educação para sustentabilidade através dos docentes, é possível que esse paradigma tenha um novo olhar, o olhar mais humano e conciente para com a Terra, trazendo uma educação integral voltada a valores humanos.

REFERÊNCIAS

AKKARI, A. A agenda internacional para educação 2030: consenso “frágil” ou instrumento de mobilização dos atores da educação no século XXI?. **Diálogo Educação**. Curitiba, v. 17, n. 53, p. 937-958, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.7213/1981-416X.17.052.AO11>. Acesso em: 01 abr. 2020.

FREIRE, A. M. Educação para a Sustentabilidade: Implicações para o Currículo Escolar e para a Formação de Professores. **Pesquisa em Educação Ambiental**. Lisboa, v. 2, n. 1, p. 141-154, 2007. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18675/2177-580X.vol2.n1.p141-154>. Acesso em: 01 abr. 2020

GADOTTI, M. **Educar para a sustentabilidade: uma contribuição à década da educação para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2008.

FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES PARA A INCLUSÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NA ETAPA PRÉ-ESCOLA EM UM CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE CÉU AZUL/PR

Julia Modesta D'Aghetti da Silva¹
Sandra Mara Martins Ribeiro²

Resumo: A presente pesquisa aborda um tema de importância a inclusão de alunos Transtorno do Espectro Autista (Tea) na etapa pré-escola, em um Centro Municipal de Educação Infantil, na Rede Pública Municipal de Céu Azul/PR, verificando a formação continuada adequada dos docentes para atuar em turmas comuns do ensino regular com alunos inclusos que apresentam Necessidades Educacionais Especiais. Nessa realidade torna-se necessário, portanto, que os docentes tenham condições de trabalhar com a inclusão sendo importante que estejam aptos a atuar com alunos autistas a fim de que possam contribuir em todos os seus aspectos estando preparados para ensinar alunos com TEA em sala de aula regular. Essa pesquisa respalda-se em Cunha (2014), Carvalho (1999) e Sassaki (1997), entre outros estudos que discutem o tema. Essa é uma pesquisa qualitativa, explicativa, bibliográfica, de campo e estudo de caso. Para a coleta de dados utilizou-se um questionário com questões mistas. A inclusão de alunos com o Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas escolas de Educação Básica suscita inúmeros desafios, dentre os quais a preparação dos docentes, já que o processo de inclusão não se limita à simples matrícula do aluno na escola regular. Cabe à instituição escolar atender os alunos em suas especificidades e singularidades, a fim de lhes garantir uma educação de qualidade. Na época atual todos os ambientes devem trabalhar com a inclusão, principalmente no ambiente escolar, pois é no mesmo, que o sujeito é preparado para conviver em sociedade. A inclusão precisa acompanhar uma preparação tanto do educador quanto da escola, que é de tamanha importância para o desenvolvimento da criança, pois não é o sujeito autista que deve adaptar-se ao ambiente escolar e sim este que deve ser adaptado para realizar a educação inclusiva, pois já há leis que determinam esta afirmação. A problematização a ser investigada a preparação dos docentes do ensino regular na etapa Pré-escola I da Educação Infantil, observando como os mesmos lidam com os desafios da Educação Inclusiva e como a escola busca novos conhecimentos, ampliando seu repertório de práticas educativas capazes de atender as necessidades dos alunos com TEA. de acordo com Cunha (2014, p. 100), “não podemos pensar em inclusão escolar, sem pensarmos em ambiente inclusivo. Inclusivo não somente em razão dos recursos pedagógicos, mas também pelas qualidades humanas”.Torna-se, assim, importante a inclusão escolar de crianças autistas, pois quanto menos restringi-las ao contato com os outros, melhor será seu desenvolvimento diante da sociedade em que vive, pois é ao longo dessa interação que os mesmos ampliam seu desenvolvimento com o apoio de todos. O objetivo é Compreender historicamente o Transtorno do Espectro Autista (TEA); investigar como acontece a prática docente voltada para a educação da criança com Autismo; observar como a mantenedora busca novos conhecimentos, ampliando seu repertório de práticas educativas capazes de atender as necessidades dos alunos com TEA. Os resultados revelam que as docentes tem um conhecimento do Transtorno do Espectro Autista e estão sempre em busca de mais conhecimentos sobre o tema. É importante o olhar atento do professor ao comportamento do aluno autista para que saiba quando algum estímulo está acontecendo, visto que é a partir de tal observação que o profissional poderá intervir da melhor maneira possível. Por fim, podemos afirmar que esse estudo foi apenas o início de muitos estudos que ainda se fazem necessários

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia – Licenciatura, do Centro Universitário Univel.

² Orientadora: Mestra em Educação. Professora do Curso Superior de Pedagogia – Licenciatura, do Centro Universitário Univel.

sobre Formação continuada de professores para a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

REFERÊNCIAS

CAVACO, N. **Minha criança é diferente?** Diagnóstico, prevenção e estratégia de intervenção e inclusão das crianças autistas e com necessidades educacionais especiais. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2014.

CARVALHO, R. E et al. **Salto para o futuro.** Educação especial: Tendências atuais. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação à distância. Brasil em ação, 1999.

CUNHA, E. **Autismo e inclusão:** psicopedagogia práticas educativas na escola e na família. 5.ed. RJ: Wak Ed., 2014.

CUNHA, E. **Autismo na escola:** um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar – ideias e práticas pedagógicas. 2.ed. RJ: Wak Editora, 2013.

FELICIO, V. C. **O autismo e o professor:** um saber que pode ajudar. Bauru, 2007.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar:** Como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GÓMEZ, A. M. S., TERÁN, N. E. **Transtornos de aprendizagem e autismo.** Cultural, S.A, 2014.

MAZZOTTA, Marcos. José Silveira. **Educação especial no Brasil:** história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1996.

OLIVEIRA, Eduarda Sampaio. **Autismo na escola:** pontos e contrapontos na escola inclusiva. 2015. Disponível em: <https://monografias.brasilescola.uol.com.br/pedagogia/autismo-na-escola-pontos-contrapontos-na-escola-inclusiva.htm>. Acessado em: 15 abr.2020.

REGO, T. C. **Vygotsky:** uma aprendizagem histórico-cultural da educação. Petrópolis: Vozes, 1995.

SALTO PARA O FUTURO: **Educação Especial: tendências atuais** / Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, SEED, 1999. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002692.pdf>. Acessado em: 6abr 2020.

SASSAKI, Romeo Kazumi. **Construindo uma sociedade para todos.** Rio de Janeiro; WVA, Revista Nova Escola, 1997

INTERVENÇÃO DOCENTE EM CASOS DE BULLYING

Ana Paula Sponchiado¹

Lademir Renato Petrich²

Resumo: O presente trabalho tem como foco central o estudo sobre as práticas de abordagem e intervenção em casos de bullying dentro da sala de aula. Esta é uma temática de extrema importância, visto que atos de violência verbal, física e simbólica são comuns em ambientes escolares. De acordo com Harari (2015), o ser humano é uma espécie social e, em virtude disto, conseguiu fazer frente aos seus desafios e obstáculos. No entanto, justamente por ser uma espécie social/cultural, o convívio com outras pessoas torna inevitável o conflito e, muitas vezes, o confronto. Segundo Quintanilha (2001 p.38) “A palavra bullying é compreendida universalmente como um conjunto de comportamentos agressivos, repetitivos e intencionais sem motivo aparente, adotado por um ou mais alunos contra outro (a) causando angústia, dor ou sofrimento”. Esses confrontos quando se manifestam em idade escolar, através de atos de bullying, deixa cicatrizes, especialmente as emocionais, em suas vítimas. Assim, é preciso que as escolas, tanto as privadas como públicas, encontrem meios de coibir e limitar essas práticas, além de oferecer apoio emocional e psicológico aos sujeitos envolvidos. Entretanto, o problema que se apresenta para a pesquisa é: quais atitudes os docentes da turma do nono ano de um colégio público do município de Santa Tereza do Oeste têm adotado diante das práticas de bullying evidenciadas em suas aulas e quais seriam as intervenções recomendadas pelos estudiosos do tema para lidar com essas situações?. O objetivo do presente trabalho é identificar as atitudes dos docentes, pedagogos e diretores quando se deparam com os atos de bullying, fazendo também o levantamento de práticas de intervenção eficazes a partir de perspectivas pedagógicas. A pesquisa é de suma importância para identificar pontos relevantes sobre o bullying; os problemas trazidos por ele na vida das vítimas e as consequências na vida de um agressor, pois sabemos que o bullying é algo sério e pouco discutido. Dessa forma o ambiente escolar é um dos locais que ocorrem casos de bullying, perante isto, de que forma o professor deve fazer a intervenção sobre esse assunto, e de que modo ele pode fazer isso para ajudar o aluno que está sofrendo com tal problema. A metodologia usada foi a pesquisa. É uma pesquisa qualitativa pois foram analisados documentos e recursos utilizados pelos professores para compreender quais são as intervenções docentes em casos de bullying. Apresenta-se como uma pesquisa explicativa por ter o caráter de explicar e dar sentido ao assunto trabalhado. O bullying se tornou um problema sério capaz de levar suas vítimas ao suicídio, homicídio e dificuldades de aprendizado por parte da vítima, pois a mesma sofre calada pôr na maioria das vezes ser ameaçada a não delatar seu agressor, devido à continuidade da exposição às situações constrangedoras a que a vítima é submetida. A partir das respostas por meio da entrevista foi possível verificar, analisando as respostas da professora que ela está preparada para intervir quando necessário diante dos casos, e quando não consegue contornar, busca a ajuda da coordenação ou diretoria do colégio.

REFERÊNCIAS

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 2008

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

²Professor orientador Lademir Renato Petrich Doutor em Ciência da Educação da Religião. Docente do Curso de Psicologia do Centro Universitário UNIVEL.

KÖCHE, J. C. **Fundamentos de Metodologia Científica**: teoria da Ciência: Teoria da Ciência e Iniciação à pesquisa. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MASCARENHAS, S. A. **Metodologia Científica**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

MEDEIROS, P. **Bullying Escolar: Um fenômeno Multifacetado**. Santa Catarina: Universidade do Estado de Santa Catarina, 2016.

QUINTANILHA, C. M. **Um olhar exploratório sobre a percepção do professor em relação ao fenômeno bullying**. São Gonçalo: Universidade de Estado do Rio de Janeiro, 2011.2.

RISTUM, M. **Bullying Escolar**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010

SÓ, S. L. **Bullying nas escolas**: uma proposta de intervenção. Santa Catarina: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, 2010.

LUDICIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM ESTUDO DE CASO NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE CASCAVEL - PR

Ana Carolina Ciquelero da Silva¹
Gislaine Buraki de Andrade²

Resumo: O estudo traz para discussão os aspectos teóricos e práticos sobre a Ludicidade na Educação Infantil e a utilização das brincadeiras para a compreensão do papel dos jogos de papéis sociais na Educação Infantil. O trabalho perpassa o objetivo geral de compreender a importância da Ludicidade na Educação Infantil, identificando o papel das brincadeiras e jogos de papéis sociais na primeira infância, especialmente no que se refere à formação e à construção da identidade infantil através dos jogos de papéis sociais. Na sistematização da pesquisa, levou-se em conta as legislações aplicadas à Educação Infantil, prioritariamente a BNCC (2017) e o RCNEI (1998). A pesquisa pautou-se na compreensão da importância da atuação intencional do professor da Educação Infantil, justificando a utilização das brincadeiras pedagógicas, dos espaços lúdicos, da inserção de jogos e das brincadeiras como estratégias na Educação Infantil. O objeto de estudo são os jogos de papéis sociais, buscando compreender a importância da Ludicidade na Educação Infantil, identificando o papel das brincadeiras na primeira infância, especialmente no que se refere à formação e construção dos papéis sociais. Nesse foco, verifica-se que a ludicidade é de fundamental importância para o desenvolvimento da criança, para a organização do trabalho pedagógico sistematizado, sendo considerada a metodologia que mais contribui para o ensino aprendizagem nessa etapa de ensino. A metodologia utilizada na pesquisa se fundamenta na leitura e na revisão bibliográfica de autores que possuem estudos sobre a Ludicidade, Educação Infantil e o papel das brincadeiras na primeira etapa da Educação Básica. Por meio da fundamentação teórica, se demonstra que por meio das brincadeiras e da ludicidade, os alunos conseguem desenvolver de forma mais autônoma as competências previstas na BNCC (2017) facilitando a compreensão dos conceitos trabalhados. Ao se considerar os jogos e as brincadeiras, a BNCC (2017, p. 360) defende que na Educação Infantil elas devem estimular o aprofundamento das crianças sobre si mesmas e sobre a sua comunidade, valorizando dessa forma os contextos mais próximos da sua vida cotidiana. Para Leontiev (1988), é por meio do brincar que a criança exercita a sua imaginação, visto que ela permite às crianças relacionarem seus interesses e suas necessidades com a realidade do mundo, promovendo amplo conhecimento sobre o mundo que as rodeia. Nesse viés, o jogo e a brincadeira se tornam um espaço privilegiado de ensino-aprendizagem onde a criança age como se fosse maior do que é na realidade, onde ela consegue realizar simbolicamente aquilo que ainda não tem capacidade de fazer. Segundo Vygotsky (1984) é por meio do brinquedo que a criança aprende a atuar numa esfera cognitiva e que depende de motivações internas. A criança quando brinca faz desse momento um momento de interação com o ambiente ao seu redor e conseqüentemente vai construindo significados, utilizando estes significados e essas aprendizagens para seu próprio desenvolvimento potencial e intelectual. Através da pesquisa de campo que contou com a participação de professores da Educação Infantil que atuam em três Centros de Educação Infantil do Município de Cascavel – PR, se demonstra a necessidade do professor da Educação Infantil ter em mãos e conhecer amplamente o referencial curricular que possa embasar as práticas desenvolvidas em sala de aula. Ao se considerar essa premissa, destacamos a necessidade da compreensão do Currículo do Município de Cascavel-PR, bem como o conhecimento aprofundado da proposta pedagógica da instituição de ensino em que o docente atua. Por meio da pesquisa, demonstramos que o espaço físico adequado, a metodologia lúdica oportunizada por jogos e brincadeiras, além do processo pedagógico

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

² Orientadora: Mestre em Educação. Professora do Curso de Pedagogia da Univel – Centro Universitário Univel.

intencional e sistematizado a partir da atividade principal da faixa etária e da mediação do professor são essenciais para o desenvolvimento integral do aluno.

REFERÊNCIAS

- BACELAR, V. L. da E. **Ludicidade e Educação Infantil**. Salvador: EDUFBA, 2009.
- BICUDO, M. A. V. **Pesquisa qualitativa: segundo a visão fenomenológica**. São Paulo: Cortez, 2011.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília – 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 24 abr. 2020.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília – 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 24 abr. 2020.
- BRASIL. **Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394/1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 24 abr. 2020.
- BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf. Acesso em: 23 abr. 2020.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 23 abr. 2020.
- CASCAVEL. Secretaria Municipal de Educação. **Currículo da Rede Pública de Ensino de Cascavel- PR - Volume I**. Editora Progressiva. 2008. Disponível em: Acesso em: 19 abr. 2020.
- GARNICA, A. V. M. Algumas notas sobre pesquisa qualitativa e fenomenologia. **Interface – comunic, saúde, educ.**, 1997.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- MAGALHÃES, Cassiana. **Implicações da Teoria Histórico-Cultural no processo de formação de professores da Educação Infantil**. Universidade Estadual Paulista. Marília, 2014.
- MARCONI, M. A; LAKATO, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2007
- LEONTIEV, A. **Os psicológicos da brincadeira pré-escolar**. In: VYGOTSKY, L. S. et al. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. São Paulo: Ícone, 1988.
- SANTOS, M. de F. R dos. **Metodologia da pesquisa em educação**. São Luiz: UemaNet, 2010.
- TURINI, Mateus Henrique *et al.* **A BNCC e as suas implicações na Educação Básica: uma análise teórica-reflexiva**. Simpósio Internacional de Linguagens Educativas. UNESP – Bauru/SP, 2018.
- VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

O EDUCADOR SOCIAL E SUA ATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO NÃO FORMAL

Ana Carolina Soares de Oliveira¹

Mayara Quintana de Lima

Marileia de Bone²

Resumo: A abordagem deste resumo diz respeito a atuação do educador social na educação não formal, a partir das concepções da autora Maria da Glória Gohn. O objetivo deste trabalho é apresentar o educador social como um sujeito de fundamental importância nas ações desenvolvidas dentro do sistema da educação não formal, visto que, segundo Gohn (2009), a educação não formal possui uma intencionalidade com intuito de capacitar os indivíduos a tornarem-se cidadãos do mundo, criando oportunidades de construção de conhecimento sobre o mesmo e as relações sociais que permeiam nesse meio, através de um processo interativo e educativo. Partindo disso, para Gohn (2009), o educador social deve exercer seu papel de forma ativa, propositiva e interativa, sendo um animador do grupo, construindo e dinamizando o processo participativo com qualidade. Segundo a autora, esse processo deve partir de métodos como a escuta, estabelecimento de diálogo, realização de diagnóstico conveniente e apropriado, agregando-se dados ao conhecimento, ou seja, os educadores sociais são mediadores e devem sempre desafiar os participantes envolvidos no grupo, buscando assim o desenvolvimento e a descoberta de novos conhecimentos e experiências que devem emergir do cotidiano, levando em conta que os mesmos não devem ser impostos, visando a transformação do grupo como um todo e dos demais envolvidos. Desse modo, de acordo com Gohn (2010), o desenvolvimento do trabalho do educador social deve considerar a cultura local em que ele está atuando. Para isso, antecipadamente deve buscar levantar questionamentos a fim de conhecer com propriedade onde irá atuar, partindo dos valores da comunidade, além de obter-se de um conhecimento histórico e cultural acumulado, para que assim, possa desenvolver um trabalho significativo. Gohn acrescenta: “estes [referindo-se aos educadores] carregam visões de mundo, projetos societários, ideologias, conhecimentos acumulados” (Gohn, 2010, p. 47). De acordo com Gohn (2010), o diálogo é ponto fundamental na ação do educador social, visto que, refere-se à conversas com propósitos e objetivos, não um simples “jogar conversa fora”, visando um diálogo estruturado com base nas propostas das atividades que objetivam uma formação integral do indivíduo. Em relação às fases do trabalho do educador social, o mesmo deve basear-se em princípios, métodos e metodologias. A construção desse trabalho segue três fases, a saber: a elaboração do diagnóstico do problema e suas necessidades, a elaboração preliminar da proposta de trabalho propriamente dita e o desenvolvimento e complementação do processo de participação de um grupo ou toda a comunidade de um dado território. Ademais, para compreender as atribuições desenvolvidas pelo educador social, Gohn (2010, p. 54) afirma que “devem também buscar desenhar cenários futuros; os diagnósticos servem para localizar o presente, mas também para estimular imagens e representações sobre o futuro.” Considerando os métodos desenvolvidos durante o processo educativo, percebe-se que estes são utilizados devido ao fato de que os educadores sociais estão diante de crianças, jovens, mulheres,

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia Licenciatura – Centro Universitário Univel.

² Orientadora: Professora Especialista Marileia de Bone do Curso de Pedagogia – Licenciatura da Univel – Centro Universitário UNIVEL.

trabalhadores que vivem em alguma situação de desvantagem social, com os quais é necessário desenvolver práticas educativas que incorporam propostas e orientações pedagógicas que contribuam para a formação integral do indivíduo, sendo estes sujeitos determinantes para a transformação da sociedade. Gohn acrescenta que, “há metodologias [...] que precisam ser desenvolvidas, codificadas, ainda que com alto grau de provisoriedade, pois o dinamismo, a mudança, o movimento da realidade, segundo o desenrolar dos acontecimentos, são as marcas que singularizam a educação não formal” (Gohn, 2009, p. 47). A metodologia utilizada para a realização desta pesquisa foi bibliográfica qualitativa, realizada através de consultas e análises de livros e artigos, buscando compreender a importância do trabalho do educador social e a sua atuação intencional e sistematizada. Este trabalho é relevante para os acadêmicos de Pedagogia, uma vez que os espaços não formais podem ser campo de atuação dos pedagogos. Ao término, conclui-se que o educador social, para atuar dentro da educação não formal, necessita ter uma formação bem estruturada, não apenas no sentido teórico, mas de vivência profissional, pois suas atribuições englobam o planejar, organizar e executar ações socioeducativas, bem como integrar os demais profissionais da equipe ao planejamento geral do serviço socioeducativo, articulando e integrando todas as ações, objetivando o desenvolvimento pessoal e social, além da formação e construção da cidadania de todas as pessoas que estão envolvidas no grupo em que atua.

REFERÊNCIAS

GOHN, Maria da Gloria. **Educação não-formal, educador(a) social e projetos sociais de inclusão social.** 2009. Disponível em: <<http://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/viewFile/1/5>>. Acesso em: 29 set. 2020.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais.** São Paulo: Cortez, 2010.

O MATERIAL DOURADO: ALGUMAS REFLEXÕES A PARTIR DE UMA INVESTIGAÇÃO INICIAL

Adriele Finetti¹

Ivone do Carmo Bertoluci da Luz

Marilete Rita de Freitas

Daniel Zampieri Loreiro²

Resumo: Maria Montessori de acordo com Röhrs (2010) foi uma educadora e primeira mulher a se tornar médica com estudo voltado a neuropatologias, decidiu dedicar-se aos problemas educativos e pedagógicos fundadora de um método inovador de ensino, o Material Dourado. A princípio criou o material para trabalhar com crianças que tinham algum problema relacionado ao aprendizado. A educadora almejava a igualdade entre as crianças³ e dedicava-se em mostrar que essas crianças não precisavam apenas de tratamento médico, mas de uma educação. O Material Dourado é um dentre vários utilizados para o trabalho com a Matemática, e embora elaborado para o trabalho com a aritmética, sua premissa segue os mesmos princípios Montessorianos, voltado para a educação sensorial; em que consiste desenvolver na criança independência, confiança, a construção de experiências concretas e estruturadas, dentre outros. A manipulação do material permite que as próprias crianças/alunos possam construir conceitos relacionados as ideias de unidade, dezena, centena e milhar por exemplo. Em analogia as contas o Material Dourado apresenta sulcos em forma de quadrados, e seu nome vem do original “Material de Contas Douradas”, o trabalho em sala de aula se diversifica e possibilita adaptações, como por exemplo a representação por meio de papel quadriculado, a desvantagem nessa construção é que não se consegue fazer os “blocos”, representações tridimensionais, assim há uma limitação para o trabalho, por isso a vantagem do material em madeira ou outros materiais. É importante mencionar que o primeiro contato do aluno com o material deve ocorrer de forma lúdica, onde possa explorá-lo livremente e contextualizar a constituição de cada peça. E isso vem ao encontro com a mediação do professor ao incentivar o aluno a criar seus próprios métodos de resolver problemas concretos, com o principal objetivo de expressar o pensamento do aluno e diversas formas de raciocínio o material ajuda a sistematizar a Linguagem Matemática, nesse contexto, apontamentos como de Lorenzato (2009) são enfatizados, ao dizer que frente ao uso desse material o aluno assume um papel de maior responsabilidade na construção do conhecimento. As compreensões em relação as potencialidades do material, trocas de ordem numéricas por exemplo, aliadas a compreensão do sistema posicional decimal, pode se tornar um facilitador na constituição de conceitos relacionados as operações matemáticas como adição, subtração, multiplicação e divisão permitindo ao aluno significar o conhecimento. O interesse das acadêmicas pela temática, emerge de uma proposta de trabalho no interior da disciplina intitulada Metodologia e Fundamentos do Ensino da Matemática ministrada pelo último autor desse resumo, trabalho esse que propunha uma investigação sobre quem foi Maria Montessori e como o material dourado em específico pode contribuir para a construção do conhecimento matemático. Para além do direcionamento do trabalho, coletas de dados científicos sobre quem foi Maria Montessori e o método por ela desenvolvido, essa pesquisa tornou-se ampla no olhar acadêmico, já que, por meio dela, pudemos relacionar e ressignificar compreensões já constituídas, refletir sobre os processos de ensino e aprendizagem, aprimorando, reinventando e conjecturando sobre conceitos e práticas a partir de uma investigação teórica.

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

² Doutorando em Educação em Ciências e Matemática; Mestre em Educação. Professor do curso de Licenciatura em Pedagogia.

³ O termo criança diz também do aluno, considerando o contexto em que se faz uso do material aqui apresentado.

REFERÊNCIAS

LORENZATO, S. Laboratório de ensino de matemática e materiais didáticos manipuláveis. In: LORENZATO, S. (Org.). **O laboratório de ensino de matemática na formação de professores**. 2. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2009.

MATERIAL DOURADO - PRÁTICAS, praticaspedagogicas.com.br, 2010. Disponível em:<<http://praticaspedagogicas.com.br/blog/?p=1194>> Acesso em: 24 de setembro de 2020 às 22h 29 min.

O QUE É O MATERIAL DOURADO, Page Fe, 2020. Disponível em:<http://paje.fe.usp.br/~labmat/edm321/1999/material/_private/material_dourado.htm> _Acesso em: 20 de setembro de 2020 às 16h 50 min.

Röhrs, H. **Maria Montessori**; tradução: Danilo Di Manno de Almeida, Maria Leila Alves. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. 142 p.: il. – (Coleção Educadores)

SAIBA QUEM FOI MARIA MONTESSORI, MMP Materiais Pedagógicos, Santo André São Paulo 2020. Disponível em:<<http://mmpmateriaispedagogicos.com.br/curiosidades/saiba-quem-foi-maria-montessori-inventora-do-material-dourado/>> Acesso em: 20 de setembro de 2020 às 16h e 22 min.

O MOVIMENTO NEGRO E O RACISMO: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS E A NECESSIDADE DE UM NOVO OLHAR

Ana Renata Lazzarotto Appi¹

Isabela Borstel dos Santos

Thais Damaris da Rocha Thomazini²

Resumo: O movimento negro tem se destacado na história do nosso país como sujeito político, isto é, um grupo comprometido em defender a comunidade negra em seus aspectos socioculturais, cujas reivindicações conseguiram influenciar a elaboração de políticas públicas por parte do governo brasileiro a partir dos anos 2000. O processo de formação do povo brasileiro foi marcado por relações de colonização, racismo e oportunidades desiguais de inserção social para brancos e negros, o que influencia ainda o cenário contemporâneo no que diz respeito à expressiva desigualdade social que vivemos. O relatório de desenvolvimento humano divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento aponta o Brasil como o 7º país mais desigual do mundo. Ademais, um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) com a Fundação João Pinheiro (FJP) e também com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), realizados em 2017 e divulgados pelo veículo de notícias G1, mostra que a renda média dos negros compreende a metade da dos brancos. "Em 2010, a renda domiciliar per capita média da população branca era mais que o dobro da verificada para a população negra: R\$ 1.097,00 ante R\$ 508,90" (VELASCO, 2017). Na sociedade brasileira as diferenças étnicas raciais foram silenciadas, negadas e naturalizadas ao longo do tempo, e isso precisa ser mudado. Neste contexto, as lutas do movimento negro são incessantes e fundamentais para o enfrentamento ao racismo e a desigualdade étnico-racial. A concepção de cultura brasileira apresentada pelos conteúdos escolares é a cultura dominante branca eurocêntrica, e a história contada nesses mesmos conteúdos é, parafraseando Walter Benjamin (1996, *apud* RIBEIRO, 2019), a história contada pelos vencedores. Logo, na escola conhecemos o negro não pelo ponto de vista do próprio negro, mas pelo ponto de vista daqueles que o exploraram e impuseram sobre ele uma classificação racial que marcou coercitivamente não só sua imagem, mas sua inserção em espaços sociais, econômicos e políticos. É por esse motivo que o conhecimento tratado na escola não deve verter unicamente de uma fonte, ao contrário: deve-se legitimar impreterivelmente o conhecimento oriundo dos movimentos e das lutas sociais, abordando a cultura e as vivências da população negra a partir do ponto de vista de quem realmente é digno de discorrer sobre elas. A luta política ensejada nas ações afirmativas busca corrigir as desigualdades raciais no contexto social, e parte fundamental dessa luta se manifesta na produção, propagação e valorização dos saberes produzidos dentro do movimento negro. Considera-se que esses saberes ramificam-se em três partes: políticos, identitários e estéticos. Consideramos fundamental discorrer sobre os saberes identitários, que dizem respeito ao debate sobre raça. No livro "Pequeno Manual Antirracista", a autora Djamila Ribeiro (2019) discorre sobre o conceito de raça afirmando que a identidade dos negros no Brasil foi construída em meio a um sistema estrutural racista e com raízes num passado de escravidão. Para a psicanalista Neusa Santos (1983, *apud* RIBEIRO, 2019), "a sociedade escravista, ao transformar o africano em escravo, definiu o negro como **raça**, demarcou o seu lugar, a maneira de tratar e ser tratado, os padrões de interação com o branco e instituiu o paralelismo entre cor negra e posição social inferior [grifo nosso]". Portanto, o termo raça precisa ser encarado e ressignificado politicamente. É preciso voltar o olhar e os ouvidos para o negro, assim como é necessário também olhar para a estrutura racista que opera na sociedade a fim de entendê-la, questioná-la e transformá-la. A luta negra não se limita somente a essa comunidade, mas começa dentro de cada ser humano. O problema de desigualdade e racismo enfrentado diariamente pelo negro não é um problema individual, mas sim

¹ Acadêmico do Curso de Pedagogia – Centro Universitário Univel.

² Orientadora: Professora Mestre Thais Damaris da Rocha Thomazini do Curso de Pedagogia do Centro Univesitário Univel.

estrutural, e por isso todos os indivíduos, por estarem inseridos nessa sociedade racista, possuem seu lugar na luta pela justiça. As reivindicações feitas pelo Movimento Negro vão muito além de meras cotas raciais. Trata-se de uma transformação profunda a nível individual e coletivo, transformação esta que tem um potencial enorme quando abordada no espaço principal e privilegiado de formação humana: a educação. A luta é romper o sistema de estereótipos que o branco colonizador impôs sobre o negro e que perpetuou uma longuíssima reprodução de crenças, pensamentos e comportamentos que oprimem, discriminam, desvalorizam, inferiorizam e negam os direitos e a dignidade comuns a toda vida humana.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. "Teses sobre o conceito de história". In: _____. *Obras escolhidas*, Trad. de Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1996. v. 1: *Magia e técnica, arte e política*. pp. 222-32.

BERMÚDEZ, Ana Clara; REZENDE, Constança; MADEIRO, Carlos. **Brasil é o 7º País mais desigual do mundo, melhor apenas do que Africanos**. UOL, São Paulo e Brasília, 9 dezembro 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2019/12/09/brasil-e-o-7-mais-desigual-do-mundo-melhor-apenas-do-que-africanos.htm#:~:text=A%20desigualdade%20de%20renda%20no,de%20na%C3%A7%C3%B5es%20do%20continente%20africano>. Acesso em: 15 out. 2020.

GOMES, Nilma Nilo. **O Movimento Negro No Brasil**: ausências, emergências e a produção dos saberes. *Política e Sociedade*. Volume 10, Nº 18, abril de 2011, p. 133-154.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se Negro**: As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

VELASCO, Clara. **Desigualdade diminui, mas renda de negros ainda é metade da de brancos no Brasil, aponta estudo**. G1, 10 maio 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/desigualdade-diminui-mas-renda-de-negros-ainda-e-metade-da-de-brancos-no-brasil-aponta-estudo.ghtml>. Acesso em: 15 out. 2020.

O TRABALHO DOCENTE COM ALUNOS IMIGRANTES HAITIANOS: UM OLHAR PARA A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES ATUANTES EM CLASSES MULTILINGÜÍSTICAS NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE CASCAVEL / PR

Francielle Da Luz Casemiro¹
Daniel Zampieri Loureiro²

Resumo: O histórico da formação da sociedade brasileira está amarrado a imigração de povos de várias etnias para o Brasil. Diante de políticas públicas que facilitam o recebimento de tantas raças, o país passou a ser conhecido como “acolhedor”, atraindo imigrantes que passam por adversidades em seus países de origem, entre esses, destacamos os haitianos. Considerando que vivemos em uma democracia e, que a Constituição Federal Brasileira de 1988 ressalta que “Todos são iguais perante a lei [...]” (BRASIL, Art. 5º, 1988)” e, em seu artigo 205, traz que a educação é um direito que deve ser garantido a todos, compreendemos que os imigrantes em solo brasileiro também são instituídos de direitos, inclusive o da educação. Desta forma, os haitianos, enquanto etnia foco desta pesquisa, tornam-se alunos das escolas públicas brasileiras. Partindo do pressuposto que grande parte deste alunado não domina a língua portuguesa e que os docentes também não falam a língua materna, assim como os dialetos de seus alunos imigrantes, surge a problemática desta pesquisa. Esta levou-nos a indagar e refletir sobre a seguinte questão: Considerando a realidade atual das escolas que estão num contexto multilingüístico, como se dá a formação continuada de professores da rede pública municipal de ensino de Cascavel/PR, quanto ao desenvolvimento do trabalho pedagógico com alunos imigrantes de origem haitiana? Para sanar a dúvida, determinou-se como objetivo geral analisar como se dava a formação continuada para os docentes citados na problemática, quais as orientações para que esses pudessem realizar seu trabalho para com os alunos imigrantes, proporcionando igualdade educacional, diante da diferença de línguas. Objetivou-se ainda investigar se existia e como se dava essa formação continuada; a existência de documentos de amparo ao problema levantado; refletir sobre a importância e a contribuição de uma formação continuada para os docentes nesse sentido e contribuir com o tema. Para realizar a pesquisa, como aporte teórico, utilizou-se na metodologia uma pesquisa bibliográfica, pautada em algumas legislações e autores, tais como a Constituição Federal Brasileira (1988), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1966), Base Nacional Comum Curricular (2017), Lei de Migração nº 13.445 (2017), Oliveira (2017), entre outros. Como modo de ter acesso aos resultados, escolhemos utilizar uma pesquisa qualitativa, descritiva, exploratória e de campo. Nos dados primários, utilizou-se dois modelos de questionários compostos de questões abertas, sendo um para entrevistar doze docentes que estão neste contexto em quatro escolas municipais (uma de cada região de Cascavel/PR) e o outro para a coordenadora da formação continuada de professores da Secretaria Municipal de Educação, a fim conhecer mais sobre essa realidade docente, pouco abordada nos dados secundários consultados. A pesquisa justifica-se na experiência profissional da pesquisadora que, enquanto estagiária na área da educação, presenciou as dificuldades e desafios enfrentados por educadores, no exercício da prática pedagógica, dentro do contexto multilingüístico. A pesquisadora ainda vivenciou a não existência dessa capacitação específica durante a formação acadêmica inicial. O tema é relevante, pois, percebe-se que o número de imigrantes no Brasil tem se elevado, portanto o número de alunos imigrantes nas escolas tende a aumentar relativamente, o que fará necessária uma capacitação que prepare os docentes para esse contexto. Além do tema ser atual, durante a realização da pesquisa bibliográfica, verificou-se um número muito pequeno de pesquisas e materiais que apenas se aproximam da área. Os dados foram coletados

¹ Acadêmica do Curso Superior de Pedagogia – Licenciatura, do Centro Universitário Univel.

² Orientador. Mestre em Educação. Professor do Curso Superior de Pedagogia – Licenciatura, do Centro Universitário Univel.

recentemente e a análise sobre os mesmos encontra-se em andamento. Anseia-se que os resultados desta pesquisa, auxiliem a chamar a atenção para a importância desta situação-problema e, caso ainda não haja, a necessidade de solução para esta, a fim de apontar uma possível ingerência quando falamos da necessidade de uma educação com equidade e qualidade, e talvez não se invista em formação continuada ou não torne pública a existência dessa capacitação, de modo que os docentes possam ser preparados e estar amparados, desenvolvendo seu trabalho de forma completa e, principalmente formando todos os alunos, imigrantes ou não, de modo igualitário.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição Da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 13 abr. 2020.

BRASIL. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm. Acesso em: 28 abr. 2020.

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 27 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretária da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 19 abr.2020.

OLIVEIRA, Márcio de. Haitianos no Paraná: Distinção, integração e mobilidade. **Periplos: Revista de investigación sobre migraciones**. [S.l.], v.1, n.1, p. 27-46, 2017.

SEJA A INICIATIVA QUE O MUNDO PRECISA: CUIDE DA ÁGUA

Adriele Finetti da Silva¹
Dirce Pereira dos Santos¹
Ivone do Carmo Bertoluci da Luz¹
Lorrane Rodrigues Costa¹
Marilete Rita de Freitas¹
Sandra Rodrigues¹

Resumo: A pesquisa tem por objetivo ampliar o conhecimento sobre a preservação da água, através da promoção da Educação ambiental. A seguinte pesquisa busca realizar uma discussão teórica sobre as formas de promover a Educação Ambiental e de como cuidar dos recursos, que são bens comuns, no planeta, destacando a importância do uso de maquetes, em projetos nas escolas, para despertar o cuidado com o meio ambiente em crianças de idade escolar. Em 1988 a Constituição Federal Brasileira dedicou todo um Capítulo ao meio ambiente, o qual sem dúvida nos dá amparo e suporte legal para proteger a diversidade e preservar a natureza. Em seu Capítulo VI Art. 225 a Constituição assegura que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. A Educação Ambiental é considerada a mola mestra ao cumprimento ao art. 225 da Constituição e dos princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). Segundo Gadotti (2008) a Conscientização ambiental de que a Terra é um bem comum e o que for feito a ela repercutirá na humanidade faz repensar as atitudes sobre o ambiente natureza. No entanto o sistema formal de educação, em geral, é baseado em princípios predatórios, em uma racionalidade instrumental, reproduzindo valores insustentáveis. Para introduzir uma cultura da sustentabilidade nos sistemas educacionais nós precisamos reeducar o sistema. independente dos diversos debates e discussões de como se dará a inserção da educação ambiental ou das questões ambientais nos currículos escolares se de forma disciplinar, interdisciplinar, temas transversais ou outras propostas o importante é importante que essas questões permeie as discussões escolares e acadêmicas, nas mais diversas áreas de estudo, é importante que a educação ambiental seja vivenciada, conhecida e discutida por todos. O desenvolvimento de hábitos, atitudes e conhecimentos que levem a uma mudança de comportamento da população em relação ao ambiente natural, é o objetivo da educação ambiental (RUSCHEINSKY, 2012). Para Gadotti qualquer pedagogia pensada fora da nova globalização e do movimento ecológico mundial, tem hoje sérios problemas de contextualização. Neste sentido o uso demonstrações mais práticas sobre temas ambientais pode despertar a curiosidade e a criatividade das crianças. Esta pesquisa faz parte de um projeto, sobre Recursos Hídricos, desenvolvido na disciplina de Ecologia e propõe a construção de uma maquete, mini modelo, seguindo o sistema da SANEPAR- Companhia de Saneamento Básico do Paraná. O sistema demonstra o caminho em que a água percorre desde a captação do rio até as residências. Com a apresentação da maquete o intuito do projeto levantar questionamentos e sanar dúvidas com relação ao tema e dados divulgados, assim como priorizar a divulgação no contexto escolar, buscando maneiras de aprofundar e sinalizar a comunidade sobre a importância de ter esse recurso hídrico preservado. O trabalho também tem o intuito despertar a criança para a conscientização ambiental através da união do conhecimento científico com o conhecimento cotidiano. Há uma necessidade emergente de repensar o consumo da água e promover ações que protejam esse recurso, que aponte para o uso sustentável.

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil (1988)*. São Paulo: Saraiva, 1999.
BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Política Nacional de Educação Ambiental*. Brasília, 1999.
Disponível em <http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/politica-de-educacao-ambiental>
acesso em: 14/10/2020.

DEMOLY, Karla Rosane do Amaral. **Aprendizagem educação ambiental e escola: modo de enagir na experiência de estudantes e professores**. Ambiente e Sociedade, São Paulo. Vol.1, 2018. Artigo Original. 2018; 21: e 000782. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/10R2eQpJwrPxxh9E0_kDQHSBiUttqWmnz/view?ts=5f731c21. Acesso em: 30 de setembro de 2020 às 20h e 04 min.

GADOTTI, Moacir. **Educar para a sustentabilidade**: uma contribuição à década da educação para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2008.

LORIO, Solange M. ARCE, Domitilla Medeiros. MAGALHÃES, Joana. MATTOS, Alaide Brum. ZANON, Angela Maria. **A perspectiva da educação ambiental e o processo histórico do saneamento básico: a instalação das redes de água e esgoto nos municípios de Campo Grande/ms E Dourados/MS**. INTERAÇÕES, Campo Grande, v. 10, n.1, p.63-72, Jan/Jun.2009. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1Zsryetgv5250WltqF-NpzDsruZoPZygi/view?ts=5f731c7b&pli=1>. Acesso em: 30 de setembro de 2020 às 20h e 22 min.

MINISTÉRIO do Meio Ambiente. **Água um recurso cada vez mais ameaçado**. Disponível em: https://www.mma.gov.br/estruturas/secex_consumo/_arquivos/3%20-%20mcs_agua.pdf. Acesso em: 01 de outubro de 2020 às 20h e 40 m.

RUSCHEINSKY, Aloisio. **Educação Ambiental**: Abordagens Múltiplas. 2 ed. São José: Penso, 2012.

Sanepar – **Companhia de Saneamento Básico Paraná**. Disponível em: <http://site.sanepar.com.br/a-sanepar/sanepar-em-numeros>. Acesso em: 30 de setembro de 2020 às 20

UOL. Brasil Escola. **Água Importância, Ciclo**. Disponível em: <https://barsilescola.uol.com.br/geografia/agua.htm>. Acesso em: 01 de outubro de 2020 às 18h e 49 min.

Resumos de
PSICOLOGIA

AS FAMÍLIAS SEUS TENTÁCULOS: CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONCEITO DE FAMÍLIAS TENTACULARES.

Fabíola Galina Beleia¹
Gabriele Rauber Neves
Lucimaira Cabreira²

Resumo: É comum que em diversos espaços a família seja uma pauta em debate, especialmente quando refere-se as suas diversas configurações. Diante deste cenário a psicóloga e pesquisadora Maria Rita Kehl propõe o conceito de famílias tentaculares. O objetivo deste trabalho é apresentar uma revisão bibliográfica sobre o conceito e apresentá-lo de tal forma que contribua com a compreensão sobre a família e consequentemente nas intervenções a serem realizadas. O interesse por essa temática deu-se a partir das discussões oriundas do projeto de extensão - ciclo de debates do Curso de Psicologia da Univel. Ao abordar sobre a temática Kehl (2013) aponta que cada novo censo demográfico realizado no Brasil, renova-se a evidência de que a família não é mais a mesma. A frase: “a família não é mais a mesma”, já indica a crença de que em algum momento a família brasileira teria correspondido a um padrão fora da história. A autora coloca ainda que estas narrativas sobre a família indicam que avaliamos nossa vida familiar em comparação a um modelo de família idealizado, modelo que correspondeu às necessidades da sociedade burguesa emergente em meados do século XIX. De fato, estudos demográficos recentes indicam tendências de afastamento em relação a este padrão, que as classes médias brasileiras adotaram como ideal. Zornig (2010) ao citar Roudinesco (2003) contribui nesta discussão ao apontar as diversas mudanças ocorridas na família ao longo da história ocidental. A família dita tradicional é totalmente submetida a uma autoridade patriarcal e tem como objetivo a transmissão de um patrimônio. Entre os séculos XVIII e XX a autora localiza a família moderna, fundada no amor romântico e na reciprocidade afetiva, na qual o filho aparece como responsabilidade dos pais e do Estado. Neste cenário de extrema mobilidade das configurações familiares, novas formas de convívio vêm sendo improvisadas em torno da necessidade – que não se alterou – de criar os filhos, conforme aponta Kehl. As reflexões propostas pela autora nos fazem problematizar que nem todas as famílias nucleares ditas “corretas”, idealizadas pelo antigo padrão familiar, são as famílias que melhor atendem as crianças, uma vez que muitas dessas famílias podem ser mais disfuncionais do que parecem. A família trata-se muito mais de aspectos comunicativos, afetivos e interação pessoal do que aparências sociais. Kehl ao abordar estas transformações vividas pela família, coloca que “de certa forma, a família desprivatizou-se a partir da segunda metade do século XX, não porque o espaço público tenha voltado a ter a importância que teve na vida social até o século XVIII, mas porque o núcleo central da família contemporânea foi implodido, atravessado pelo contato íntimo com adultos, adolescentes e crianças vindas de outras famílias. Na confusa árvore genealógica da família tentacular, irmãos não consanguíneos convivem com “padrastos” ou “madrastas” (na falta de termos melhores), às vezes já de uma segunda ou terceira união de um de seus pais, acumulando vínculos profundos com pessoas que não fazem parte do núcleo original de suas vidas” (KHEL, M. 2013). A autora nos provoca ao perguntar se essas transformações na composição familiar são realmente as responsáveis pelos sintomas do que se pode detectar como uma crise ética na sociedade contemporânea, fazendo menção as narrativas de culpabilização da família pelos supostos “fracassos” de seus membros, e acrescenta, “parece que hoje a família nuclear em vias de extinção tem sido mais valorizada e idealizada do que nunca, criando uma dívida permanente e impagável que pesa sobre os membros das famílias que se desviam do antigo modelo”. Fora isso, sabemos que todos os “papéis” dos

¹ Acadêmica do Curso de Psicologia da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

² Orientadora: Professora do Curso de Psicologia da Univel – Centro Universitário Univel.

agentes familiares são substituíveis, ou seja, passíveis de serem assumidos por outros. O que é insubstituível é um olhar de adulto sobre a criança, que aconteça de forma amorosa e responsável, desejante de que esta criança exista e seja feliz na medida do possível. Insubstituível é o desejo do adulto que proporciona um lugar a este pequeno ser, associado com a responsabilidade que impõe os limites deste lugar. Kehl (2013) complementa ao afirmar que isto de fato é necessário para que a família contemporânea, com todos os seus tentáculos esquisitos, possa transmitir parâmetros éticos para as novas gerações. Ao finalizar esta breve revisão, evidencia-se o quanto necessário é esta discussão sobre as relações familiares, pois fundamenta as práticas e as intervenções a serem realizadas sobre a família, rompendo com discursos apenas de culpabilização, mas de fato as compreendendo e contribuindo para o fortalecimento das suas relações de cuidado e proteção.

REFERÊNCIAS

KERHL, Maria Rita. **Em defesa da família tentacular**. Artigos e ensaios, 2003. Disponível em: <https://www.fronteras.com/artigos/maria-rita-kehl-em-defesa-da-familia-tentacular> Acesso em: 14/10/2020

ZORNIG, Silvia Maria A. **Tornar-se pai, tornar-se mãe: o processo de construção da parentalidade**. Tempo psicanalítico, Rio de Janeiro, v.42.2, p. 453-470, 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tpsi/v42n2/v42n2a10.pdf> Acesso em: 14/10/2020

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A PSICOLOGIA HOSPITALAR

Cristina Walkowicz Milani¹
Emilly Heloísa Borges¹
Patrícia Santos¹
Rafael José Jorge¹
Raquel de Oliveira Moraes¹
Monique Färber²

Resumo: Trata-se de uma pesquisa bibliográfica com base em entrevista com os Psicólogos Hospitalares Lucio Guilherme Ferracini e Felipe Fernandes dos Santos com o objetivo de aprofundar o entendimento da área de atuação da Psicologia Hospitalar, aliando a teoria apresentada durante a disciplina de Psicologia da Saúde do Curso de Psicologia da Univel com os relatos práticos vivenciados por esses profissionais. Primeiramente, faz-se necessário compreender o que é a Psicologia Hospitalar. Para Simonetti (2013), ela é entendida como o “campo de entendimento e tratamento de aspectos psicológicos atrelados ao adoecimento”, sendo esses aspectos psicológicos as manifestações da subjetividade diante de toda e qualquer doença, tanto dos pacientes, quanto da família e da equipe de profissionais. Dessa forma, verifica-se que é uma “verdadeira psicologia de ligação”, pois, além de considerar a pessoa individualmente, também considera as relações entre todos os envolvidos. Percebe-se, portanto, que o objetivo da psicologia hospitalar, assim como da psicologia em sentido amplo, é abarcar a subjetividade, dando visibilidade a ela (SIMONETTI, 2013; BOCK, 2002). Nesse sentido, Angerami (2010) apresenta também como objetivo a “minimização do sofrimento provocado pela hospitalização”, entendendo que outros objetivos porventura alcançados são considerados como acréscimos desse processo. Angerami (2010) chama a atenção para a indefinição do chamado *setting* terapêutico, demonstrando que tal aspecto é desnecessário no ambiente hospitalar, uma vez que o atendimento psicoterápico se configurará com todos os tipos de interrupções no leito da pessoa hospitalizada, sendo dela a escolha soberana de haver ou não esse tipo de intervenção. Além disso, pondera sobre o processo de despersonalização sofrido dentro do hospital, uma vez que o paciente deixa de ter nome, passa a ser chamado por número de quarto ou por diagnóstico e é submetido a muitas situações invasivas, que trespasam sua privacidade e singularidade (ANGERAMI, 2010). Assim, fica claro que é imperioso existir uma relação sinérgica entre o psicólogo hospitalar e equipe do hospital, atuando conjuntamente para garantir um olhar humanizado para os envolvidos no processo de adoecimento (ANGERAMI, 2010). Esse entendimento atual só aconteceu devido aos esforços pioneiros de profissionais como Mathilde Neder. Na década de 1950, Neder trabalhou como colaboradora no atual Instituto de Ortopedia e Traumatologia do Hospital das Clínicas da USP/HC, acompanhando crianças que haviam passado por procedimentos cirúrgicos, marcando, assim, o início da Psicologia Hospitalar no Brasil desde o primeiro momento já com a preocupação de um olhar humanizado, uma vez que demonstrou a importância da presença das mães durante a recuperação das crianças. Atualmente, o início do trabalho nessa área não é possível apenas com a graduação. É necessário obter uma especialização, sendo uma das formas pelo programa de Residência Multiprofissional em Saúde. Trata-se de uma pós-graduação *lato sensu* para profissões da saúde exigindo dedicação de 60 h/semanais com o recebimento de uma bolsa. Essa residência tem o objetivo de formar equipes de atuação interdisciplinar com uma visão sistêmica, a favor do modelo biopsicossocial, em que se considera não apenas a doença física, mas a saúde em ampla acepção, com as diversas

¹ Acadêmicos do Curso de Psicologia da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

² Orientadora Professora Especialista Monique Färber do Curso de Psicologia UNIVEL – Centro Universitário Univel.

perspectivas das mais variadas áreas, contemplando a complexidade da subjetividade dos sujeitos. Nesse sentido, é possível entender que a Psicologia Hospitalar tem a possibilidade de abarcar não apenas uma abordagem, mas qualquer uma. A abordagem escolhida independe do resultado da eficácia do atendimento, pois todas as abordagens funcionam. O que é imprescindível – seja qual for a abordagem escolhida – é a construção do vínculo terapêutico entre todos os envolvidos, estando disponível à escuta e à colaboração (AZEVEDO; CREPALDI, 2016). Nessa pesquisa, vislumbrou-se o Psicodrama como uma abordagem possível no contexto hospitalar. Nela, o indivíduo fica em contato com suas próprias emoções e relações através do recurso da dramatização. “Ao teatralizar cenas de conflito, dificuldade ou sofrimento, o participante vivencia a mesma situação sob várias óticas. Isso possibilita uma nova compreensão de si mesmo e das relações com os demais envolvidos. Dessa forma, assume a responsabilidade por seus comportamentos, suas motivações e pela sua própria vida” (FEBRAP). Através desta pesquisa, portanto, foi possível confirmar que a presença do psicólogo hospitalar em hospitais é imprescindível para garantir, ao lado da atuação de toda a equipe, a humanização do atendimento, contribuindo com a visibilidade da subjetividade de todas as partes envolvidas nesse ambiente.

REFERÊNCIAS

ANGERAMI, Valdemar Augusto (Org.). **Psicologia Hospitalar: teoria e prática**. 2ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010. P. 1-18.

AZEVEDO, Adriano Valério dos Santos; CREPALDI, Maria Aparecida. A Psicologia no hospital geral: aspectos históricos, conceituais e práticos. **Estud. psicol. (Campinas)**, Campinas, v. 33, n. 4, p. 573-585, dezembro de 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2016000400573&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 14 de setembro de 2020.

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. 13ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002, capítulo 1. P. 20-25.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE PSICODRAMA (FEBRAP). <<https://febrap.org.br/>>. Acesso em 16 de setembro de 2020.

Mathilde Neder. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 25, n. 2, pág. 332, junho de 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932005000200013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 14 de setembro de 2020.

MENDES, Larissa Correia et al. Relato de experiência do primeiro ano da residência multiprofissional hospitalar em saúde, pela ótica da Psicologia. **Rev. SBPH**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 125-141, jun. 2011. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582011000100008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 14 de setembro de 2020.

SIMONETTI, Alfredo. **Manual de Psicologia Hospitalar: o mapa da doença**. 7ª ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013. P. 9-19.

DESAFIO DA PANDEMIA: DAR VISIBILIDADE AOS INVISÍVEIS

Fabíola Galina Beleia¹
Lucimaira Cabreira dos Santos²

Resumo: A singularidade do indivíduo se dá na construção diretamente relacionada com a vida social, no entanto um afeta o outro, o sujeito é afetado pela condição social e o seu ser também afeta a sociedade, para ter a compreensão do ser humano é necessário identificar como ele se constitui no contexto sociocultural. Este resumo tem como objetivo relatar a experiência dos acadêmicos no estágio realizado no primeiro semestre de 2020, na disciplina de Psicologia Social Avançada (durante o período de Pandemia), nos permitiu vivenciar uma situação atípica mas bastante enriquecedora, por meio do desenvolvimento de algumas ações foi possível vivenciar a experiência de enxergar o outro sem olhar fisicamente para eles, oferecendo ao mesmo a garantia de visibilidade social. No desenvolvimento do estágio, tivemos a oportunidade de conhecer via on-line o Centro de Convivência Intergeracional do Cascavel Velho, que disponibiliza atendimento para todas as idades, por meio do desenvolvimento de práticas grupais, mas as quais estão suspensas devido a Pandemia. Diante da situação vivida na Pandemia foram criadas estratégias de ações que atendessem ao objetivo do estágio, também a possibilidade de uma ação que proporcionasse as crianças/adolescentes uma experiência de cuidado. Desta forma, organizamos kits contendo brinquedos, materiais de higiene pessoal e escolar, manta, gorro e máscara na intenção de proporcionar para essas crianças. Os profissionais do referido local, conduziram estes kits até aos usuários atendidos. Ao observar as fotos, vídeos e dialogar com a coordenadora do local evidencia-se que esta ação colaborou com o fortalecimento do vínculo entre eles e o espaço de convivência, que até então se encontrava adormecido por ambos os lados, considerando o isolamento social vivenciado. É essencial mencionar, que por mais que se trata de uma prática que aparentemente se apresenta de maneira muito simples, foi construída a partir de uma ampla análise sobre a ideia de invisibilidade social, vivida pelas crianças/adolescentes assistidos por este equipamento público. E que o isolamento social que se instalou com a Pandemia, contribuiu para a potencialização de isolamento social já vivido socialmente e que se instala entre as diversas classes sociais presentes no campo social. O conceito de vulnerabilidade social, foi um dos temas amplamente discutidos ao longo do estágio. Cançado, et al. (2014) ao citar Busso (2001) considera a vulnerabilidade como a debilidade dos ativos que indivíduos, famílias ou grupos dispõem para enfrentar riscos existentes que implicam a perda de bem estar. A vulnerabilidade social neste grupo de pessoas caracteriza-se justamente pela dificuldade em acessar o mínimo necessário, vivendo na pobreza extrema, oferecendo a eles uma condição de invisibilidade social. O Centro de Convivência Intergeracional tem como grande objetivo o enfrentamento das vulnerabilidades sociais, oferecendo para cada indivíduo que faz parte do grupo o pertencimento, o ser olhado e ser chamado pelo seu nome, sendo reconhecido na sociedade com o direito de ocupar o seu lugar, esse reconhecimento favorece a criação da sua identidade. A inter-relação existente do indivíduo é um fator determinante para a construção do seu eu, pois o ser humano se desenvolve através das relações humanas. O 'verdadeiro' eu, não está enclausurado e isolado dessa sociedade. O indivíduo não é estranho à sociedade. A vida social supõe entrelaçamento entre necessidades e desejos em uma alternância entre o dar e o receber (BONIN, 2013, p. 60). Ao finalizar esta breve reflexão, entende-se que o enfrentamento da vulnerabilidade social, se dá pelo acesso os mínimos necessários, no que se refere as questões econômicas. No entanto, a vulnerabilidade social também é enfrentada a partir de práticas de cuidado, de ações que produzem pertencimento

¹ Acadêmicos do Curso de Psicologia da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL

² Orientadora: Professora do Curso de Psicologia da Univel – Centro Universitário UNIVEL.

social, validação e construção de um lugar social. Quando das nossas próprias casas, conduzidos pelo professor orientador, construímos pequenos kits que foram conduzidos até as crianças/adolescentes empregamos neles todo o sentimento de cuidado, conseguimos “enxergar” um outro que não estava na nossa frente fisicamente, mas que esteve e está na nossa frente todos os dias. E como futuros profissionais da Psicologia, podemos entender que somos os profissionais do cuidado e para isto, precisamos ampliar nossos olhares e dar visibilidade aos invisíveis.

REFERÊNCIAS

ANDERY, A. A. Psicologia na Comunidade. In : LANE, S. et. al. **Psicologia Social – O homem em movimento**. 14ª Edição. São Paulo: Editoria Brasiliense, 2012. p. 203- 220.

LANE, Silvia. Consciência/Alienação: a ideologia no nível individual. In: LANE, S. et. al. **Psicologia Social – O homem em movimento**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989. p. 40-47.

_____. Psicologia Social e uma nova concepção de homem para a psicologia. In : LANE, S. et. al. **Psicologia Social – O homem em movimento**. 14ª Edição. São Paulo: Editoria Brasiliense, 2012. p. 10-19.

CANÇADO, Taynara C. L, SOUZA, Rayssa S., CARDOSO, Cauan B. S. **Trabalhando o conceito de vulnerabilidade social**. Disponível em:
http://www.abep.org.br/~abeporgb/abep.info/files/trabalhos/trabalho_completo/TC-10-45-499-410.pdf Acesso em: 14/10/2020

DINÂMICA FAMILIAR: O QUE MUDOU COM A PANDEMIA?

Gabriela Becker Stoffel ¹
Thaís Caroline Guedes Lucini ²
Simone Moreira dos Santos ³

Resumo: Desde o início da pandemia pela COVID-19 foram estabelecidas medidas de isolamento social, a fim de conter a curva de contágio (BRASIL, 2020). A partir destas mudanças, com a decretação de pandemia, as rotinas familiares vêm sofrendo constantes alterações, seja nas questões de trabalho, escola ou de convívio familiar (OLIVEIRA; CAMARGO, 2020). Em vista disso, o Projeto de Extensão Brincando e Aprendendo da Universidade Feevale, o qual atua levando o lúdico para a ala da pediatria do SUS, de um hospital na região do Vale do Sinos, realizou a pesquisa intitulada “Brincando na Pandemia”. O objetivo deste trabalho é identificar os sentimentos mais comumente expressados pelas crianças, alterações na dinâmica familiar e relacionamentos, considerando as mudanças decorrentes da pandemia. O método utilizado foi misto, ou seja, empregou-se a abordagem quantitativa e qualitativa e os dados foram coletados via Google Forms. Este trabalho é um recorte de uma pesquisa maior. Para análise dos dados utilizou-se a análise temática de Minayo (2014). Participaram 64 pessoas, as quais tiveram ou têm convívio com crianças desde o início da pandemia, sendo 68,8% pais ou mães de crianças, seguido por irmãos 11%, e de avós e primos com 6,8% cada. Em menor número também participaram dinda, cuidadoras e tios. No que se refere aos sentimentos expressados pelas crianças em maior frequência foram citados a saudade, a alegria, a raiva, a angústia e o medo, enquanto a satisfação, a ansiedade, a frustração, a intolerância, a melancolia e o amor aparecem em menor frequência. Nos relacionamentos familiares, 32 participantes, ou seja 50%, responderam que não houve alteração diante da atual situação. Aos que responderam que sim, houve alteração, estas se referem à aproximação com a criança, sendo este o item mais citado, que inclui também conhecer melhor a criança. No que diz respeito aos adultos, o autorrelato demonstra maior irritabilidade e intolerância, enquanto as crianças foram descritas como mais quietas ou agitadas que de costume, apresentando humor instável. Além disso, também foi citado uma autocobrança por parte das crianças acerca das atividades escolares, que agora são realizadas com os pais. Para identificar as alterações na dinâmica familiar, utilizou-se a análise de Minayo (2014), as quais resultaram em 5 categorias que são: (1) *Alteração na rotina*, que envolve os horários, que eram pré-estabelecidos e que agora são mais flexíveis e maior número de pessoas em casa; (2) *Aproximação*, que é resultado do isolamento social e tem proporcionado mais tempo de convivência; (3) *Rotina escolar*, tendo em vista que as atividades estão sendo desenvolvidas em casa, além do espaço físico que a criança tinha para brincar e aprender; (4) *Sobrecarga dos pais*, sendo estes agora responsáveis pelas atividades escolares e cuidados integrais da criança, somado ao trabalho que tem sido exercido em casa, além de outros fatores decorrentes da pandemia; e, por último, (5) *Isolamento Social*, que tem alterado o convívio familiar, com número restrito de visitas e de saídas, o que também resulta na mudança da rotina. Dos respondentes 20 alegaram não ter ocorrido mudanças na dinâmica familiar. Diante disso, conclui-se que a pandemia afetou diretamente nos relacionamentos familiares, sendo que o isolamento social foi o principal fator de mudanças e que a partir dele foram necessárias novas adaptações, o que ocasionou mudanças de rotina e, conseqüentemente, a sobrecarga dos pais. Da mesma

¹ Acadêmica do curso de Psicologia e Bolsista do Projeto de Extensão Brincando e Aprendendo da Universidade Feevale.

² Acadêmica do curso de Psicologia e Voluntária do Projeto de Extensão Brincando e Aprendendo da Universidade Feevale.

³ Orientadora: Professora Mestre Simone Moreira dos Santos do curso de Pedagogia e Líder do Projeto de Extensão Brincando e Aprendendo da Universidade Feevale.

forma, as crianças também têm demonstrado que foram afetadas pela pandemia, expressando em geral sentimentos mais negativos, como saudade, angústia, raiva e medo, além de humor mais instável. A partir dos resultados apresentados observa-se que houve alterações na dinâmica familiar, respondendo ao objetivo proposto.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Ministério da Saúde. **Recomendação Nº 027, de 22 de abril de 2020.** Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/recomendacoes-cns/1132-recomendacao-n-027-de-22-de-abril-de-2020>>. Acesso em: 28 Ago. 2020.

MINAYO, Maria C. de Souza. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde, v. 9, 2014.

OLIVEIRA, Fernanda Botelho de; CAMARGO, Daniela R. Tavares. **Os impactos do novo coronavírus nas relações familiares.** Disponível em: <<http://www.lacazmartins.com.br/impactos-do-novo-coronavirus-nas-relacoes-familiares/>>. Acesso em: 13 Out. 2020.

ISOLAMENTO SOCIAL E TERCEIRA IDADE: COMO O ESTIGMA QUE RECAI SOBRE O IDOSO PODE SER AFASTADO EM TEMPOS DE PANDEMIA

Fabíola Galina Beleia¹
Melissa Isabel Fachinetto Torres
Lucimaira Cabreira²

Resumo: O Estágio realizado no primeiro semestre de 2020 na disciplina de Psicologia Social Avançada, proporcionou a oportunidade de trabalho com pessoas idosas. Mesmo que a distância, em virtude da Pandemia de Coronavírus, tenha dificultado o acesso ao equipamento público no qual as ações seriam realizadas, foi possível ter noção dos problemas que uma pessoa idosa enfrenta em seu convívio social, principalmente no contexto de isolamento social estabelecido. O objetivo é demonstrar como o estigma social sofrido pelos idosos é fator de impedimento para um bom desenvolvimento e qualidade de vínculos, já que a visão de grande parte das pessoas é de que o idoso é um fardo e de que seu potencial já se esgotou, o que gera sofrimento para as pessoas idosas. Também demonstrar que no momento de distanciamento social, a utilização das redes sociais e das tecnologias podem ser uma forma de fortalecerem seus vínculos com familiares e amigos que se mantiveram distantes. Por meio da participação no programa oferecido pela Secretaria de Assistência Social do Município de Cascavel “ Felicidade do Idoso”, em 6 encontros online as sextas-feiras a tarde, através da plataforma “Zoom”, foram desenvolvidas conversas curtas e informais, em grupos com um número variável entre 15 e 20 participantes locais e também de outras cidades do país, reforçando o autocuidado desta parcela da população que faz parte do grupo de risco abordando temas como: práticas de promoção de saúde no período de isolamento social, cuidados com alimentação, importância do sol para reposição de vitamina D e melhora da imunidade, atividade física e ideias sobre atividades prazerosas que podem ser realizadas em casa, como trabalhos manuais e cozinhar para a família. Temas como saúde mental, amizades e memórias da vida também foram abordados. Foi reforçado que o isolamento social não significa solidão e que, em que pese esse afastamento temporário, eles estão sendo cuidados. Pôde-se observar a participação dos idosos e a satisfação de compartilhar deste espaço. Ao aproximar das discussões teóricas, evidencia-se que na sociedade moderna, os idosos são estigmatizados; são vistos como pessoas dependentes e, para alguns, como fardos para os mais novos. A sociedade acaba por criar regras onde os sujeitos são incluídos ou excluídos de grupos sociais por suas características comuns. Segundo Sawaia (2001), o fenômeno da exclusão deve ser observado a partir da afetividade. No conceito da autora, a exclusão não se refere apenas à poder, economia e direitos sociais, mas também abrange desejo, temporalidade e afetividade. Esses sujeitos que hoje, em virtude da idade tem limitações físicas e talvez cognitivas, são sujeitos da história. Eles escreveram uma história no campo social e fazem parte da história de outros sujeitos que estão inseridos nessa relação. Tratá-los com ética, fortalece a potência de ação que é um efeito da produção de nossas relações sociais. Os encontros online foram espaços que reforçaram que essa capacidade de atuação no mundo não lhes foi retirada e que eles seguem sendo todos, sem exceção, importantes. O aprendizado advindo das experiências de vida dos mais velhos e compartilhados através dos encontros foi gratificante. Também foi possível desconstruir a percepção de que os idosos não conseguem se atualizar e utilizar as ferramentas virtuais disponíveis. A superação das dificuldades em conectar-se por meio das redes sociais nos mostra que subjugar os idosos é um estigma que persiste em nossa sociedade. Ficou comprovado por esta ação como o processo de inclusão/exclusão pode gerar sofrimento. É notório que ao incluir alguns, automaticamente estamos excluindo outros, entretanto, o interessante é observar como alguns sujeitos são excluídos sempre e não fazem

¹ Acadêmica do Curso de Psicologia da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

² Orientadora: Professora do Curso de Psicologia da Univel – Centro Universitário Univel.

parte de nenhum processo inclusivo o que acarreta um sofrimento, uma dor, que somente ele, excluído, consegue definir. Para Sawaia (2001), “O sofrimento é a dor mediada pelas injustiças sociais”. As injustiças sociais estão presentes no dia-a-dia desses sujeitos que se sentem impotentes e incapazes, sofrendo pela falta de cuidado tanto por parte do Estado quanto por parte da sociedade em que estão inseridos. A inclusão através de cuidado e atenção é uma forma de afastar esse sofrimento ético-político que aflige o idoso. A prática acima descrita, mesmo que simples, mostrou-se como um dispositivo potente de vida, tanto para os idosos como também aos próprios estagiários.

REFERÊNCIAS

ANDERY, A. A. Psicologia na Comunidade. In : LANE, S. et. al. **Psicologia Social – O homem em movimento**. 14ª Edição. São Paulo: Editoria Brasiliense, 2012. p. 203- 220.

LANE, Silvia. Consciência/Alienação: a ideologia no nível individual. In: LANE, S. et. al. **Psicologia Social – O homem em movimento**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989. p. 40-47.

_____. Psicologia Social e uma nova concepção de homem para a psicologia. In : LANE, S. et. al. **Psicologia Social – O homem em movimento**. 14ª Edição. São Paulo: Editoria Brasiliense, 2012. p. 10-19.

MELO, Zélia Maria de. **Os estigmas**: a deterioração da identidade social. Unicap, 2005. Disponível em

https://aedmoodle.ufpa.br/pluginfile.php/199228/mod_resource/content/1/identidade%20social%20e%20estigmas.pdf

MORANDO, M. E. G. **O conceito de estigma de Goffman aplicado à velhice**. International Journal of Developmental and Educational Psychology INFAD Revista de Psicología, Nº2, 2018. Disponível em:< <http://www.infad.eu/RevistaINFAD/OJS/index.php/IJODAEP/article/view/1341>> Acesso em 28 de Jul de 2020.

SAWAIA, B. O Sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão inclusão. In: SAWAIA, B. et. al. **As artimanhas da exclusão – análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 2ª Edição. Petrópolis: Editora Vozes. 2001. p. 97-118.

O CONCEITO DE INTERSECIONAL E A VIVÊNCIA DE SER CATADOR DE MATERIAL RECICLÁVEL: UMA ANÁLISE A PARTIR DA VIVÊNCIA DE ESTÁGIO EM PSICOLOGIA SOCIAL

João Vittor Chesca¹

Gabrielly Almendro¹

Vinícius Cadore¹

Patrícia Naomi¹

Lucimaira Cabreira dos Santos²

Resumo: O processo de exclusão social coloca-se como um fenômeno que exige uma análise ampliada, para tal lança-se um olhar sobre o conceito de interseccionalidade. Estimulados pela experiência promovida pelo Estágio Curricular realizado na COOTACAR (Cooperativa de Catadores de Material Reciclável de Cascavel) o presente trabalho propõe uma reflexão a partir dos pressupostos do conceito de interseccionalidade a partir da vivência de ser catador de material reciclável. De maneira bibliográfica, o presente estudo tem por finalidade ratificar a interação social entre o catador de material reciclável e a sociedade que depende desse trabalho e concomitantemente idealiza essas pessoas com preterição social. Durante a pandemia da Covid-19, o trabalho se deu de maneira integralmente online em interação entre alunos, professor e profissionais responsáveis que estão presentes no dia a dia da cooperativa citada inicialmente. No final dos anos 70, o termo interseccionalidade surge no movimento Feminista Negro buscando estabelecer a diferença nas categorias sociais de raça, gênero e classe como um elemento fundamental que distingue as trajetórias das mulheres. Ao realizar-se uma análise interseccional da vivência de um catador de material reciclável, pode-se observar e expor como divergem as formas de opressão, qualidade de vida, saúde e finanças vividas pelo mesmo em relação a outra profissão com maior prestígio social. Segundo Medeiros e Macêdo (2006), para a sociedade, o trabalho com o lixo envolve-se à conceitos negativos, por isso, a tentativa de inclusão desses catadores é falha. O catador é colocado em uma posição de reconhecimento por ter um trabalho, mas também é omitido pelo mesmo afazer. Entretanto, o real trabalho com o lixo representa sobrevivência, significa sustento. Esse reconhecimento não se desenha de maneira corriqueira, como qualquer outro trabalhador, o que faz com que sua ocupação seja desestimada pela maioria, consequentemente levando pessoas a pagarem muito pouco sobre o produto coletado e transformado em matéria reaproveitável. O simples fato de considerar “apenas” lixo procede um pensamento de desmerecimento. Os resultados obtidos nos estudos direcionados a partir do estágio mostraram que ao propor uma discussão interseccional, entende-se que além da vivência de catador, há também outros marcadores sociais que ampliam os eixos de subordinação. A exemplo, pensar sobre a conceituação de ser uma mulher, catadora de material reciclável perante a sociedade, é ainda mais estigmatizada se somado ao fato de esta ser idosa e negra por exemplo. Desta forma, as intersecções devem ser consideradas ao propor-se compreender o lugar social que estas pessoas ocupam. Outras intersecções também puderam ser analisadas durante as vivências do estágio, como a condição de ser filho de catadores. A soma destes marcadores sociais ampliam as condições de vulnerabilidade da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Morais e Silva (2017) citam Crenshaw (2002) e afirmam que interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de

¹ Acadêmico do Curso de Psicologia da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

² Orientadora: Professora Lucimaira Cabreira dos Santos do Curso de Psicologia Social Avançada – Centro Universitário Univel.

mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. Desta forma, o conceito de interseccionalidade possibilita a compreensão do ser em todas suas diferentes formas, permitindo entendê-los em sua subjetividade e como suas vivências podem influenciar, transformar e manifestar as opressões sofridas, deixando em evidência as dificuldades existentes e pondo de lado a invisibilidade social de determinados grupos e pessoas que ocupam diversas posições sociais.

REFERÊNCIAS

LEA, E.; ISABEL, L. Feminismo negro e a interseccionalidade de gênero, raça e classe. **Cadernos de Estudos Sociais e Políticos**, v. 7, n. 13, p. 58–75, 2017.

NASCIMENTO, L. A. DO; LEÃO, A. Estigma social e estigma internalizado: a voz das pessoas com transtorno mental e os enfrentamentos necessários. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 26, n. 1, p. 103–121, mar. 2019.

MEDEIROS, Luiza Ferreira Rezende de; MACÊDO, Kátia Barbosa. **Catador de material reciclável: uma profissão para além da sobrevivência?**. **Psicologia & Sociedade**, Goiás, v. 18, n. 2, p. 62-71, ago. 2006. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-71822006000200009>.

SEVERO, A. L. F.; VILAR GUIMARÃES, P. B.; FERREIRA MAIA, F. J. O estigma da atividade de catador de material reciclável no ambiente urbano: uma análise na ótica de Erving Goffman sobre o “Lixo Extraordinário.” **Revista de Direito da Cidade**, v. 9, n. 4, 23 out. 2017.

REFLEXÕES SOBRE O CONCEITO DE INTERSECCIONALIDADE: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DE UMA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO EM PSICOLOGIA SOCIAL

Gabriella Capelini Pereira¹

Luana Aparecida Silveira²

Lucimaira Cabreira³

Resumo: A produção deste trabalho baseou-se na experiência de estágio em Psicologia Social, no Centro da Juventude, na Disciplina de Psicologia Social Avançada. O Centro da Juventude, não estava atendendo, pois estamos em um período de pandemia. Desta forma, os funcionários do local entrevistados, assim de um método online para a segurança de todos. Dentro os diversos temas estudados, destacamos o conceito de interseccionalidade. O objetivo deste trabalho é apresentar uma breve revisão sobre o conceito a partir das discussões produzidas nos momentos de orientação de estágio. O termo interseccionalidade foi descrito pela primeira vez em 1989 por uma feminista negra chamada Kimberlé Crenshaw. Desde então, iniciou várias pesquisas e liderou diferentes iniciativas que mapeassem as violências vividas pelas mulheres negras nas classes desfavorecidas nos Estados Unidos. Sendo assim, a interseccionalidade estuda não apenas o que é ser mulher e sim um cruzamento do que é ser mulher e participar de um movimento LGBT, ser mulher e pobre, ser mulher e negra, etc. Dessas discussões feministas de pensar a categoria de gênero da mulher, do feminismo, do feminismo negro que entendesse que as mulheres não são todas iguais. Ocupamos todas um espaço diferente, nós somos o cruzamento de diversas coisas, de vários desejos e diversas lutas, nós, mulheres, somos múltiplas. Precisamos interseccionalizar para entender sobre quem estamos falando e que temos mais de um marcador social e dessas discussões que surge o termo interseccionalidade. O termo diz respeito a noção de que o gênero, classe, raça, etnia, sexualidade, habilidade, nacionalidade, idade operam não como entidades unitárias e mutualmente excludentes, mas como fenômenos, que se constroem reciprocamente, moldando complexas desigualdades sociais. Entender a interseccionalidade é importante para que diminuamos o impacto da discriminação social da vida de todo. Evidente é a maneira como um indivíduo é julgado mesmo antes de apresentar-se, seja pela sua aparência, cultura, idade, e diversos fatores que são descritos como estigmas e/ou marcas sociais, conceituado por estabelecer críticas e avaliações desagradáveis, ou seja, o preconceito diante dos fatores que constitui a identidade do outro sujeito. O Centro da Juventude fica localizado no bairro Interlagos, onde foram identificados no bairro uma alta taxa de violência, nele se localiza a maior população de jovens da cidade de Cascavel. A possibilidade de estagiar em tempos de pandemia nos possibilitou um olhar sobre a Juventude e problematizar o lugar social que eles ocupam. Pois, não é apenas ser jovem, mas viver em território marcado por estigmas, é ser jovem e viver outros marcadores sociais que funcionam como eixos de subordinação. E na fala dos trabalhadores do Centro da Juventude esta questão evidencia-se, na vida de cada jovem que frequenta este espaço. As relações de exclusão produzem um processo de desumanização, frequentar o Centro da Juventude é a possibilidade (re)significar os locais sociais ocupados por cada um desses jovens. Durante todo o estágio obtemos aprendizados significativos, principalmente pelo fato de que o local do estágio é uma realidade bem diferente da vida de muito dos acadêmicos, o estágio influenciou a nossa forma de ver o lado mais vulnerável, e que justamente por ser um espaço “diferente”, é considerado inferior pelas pessoas que não tem a dimensão sobre o que realmente acontece lá. Neste período sentimos como simples gestos proporcionam acolhimento e afeto e a consequência que isso nos trás são novos olhares sobre o mundo e as pessoas a nossa volta.

¹ Acadêmica do Curso de Psicologia da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

² Acadêmica do Curso de Psicologia da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

³ Orientadora: Professora do Curso de Psicologia da Univel – Centro Universitário Univel.

REFERÊNCIAS

GOFFMAN, Erving. Estigmas notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. **Academia.edu**, 1963. Disponível em: <<http://www.aberta.senad.gov.br/medias/original/201702/20170214-114707-001.pdf>>. Acesso em: 14 de outubro 2020.

MELO, Zélia Maria De. Estigmas: espaço para a exclusão social. **Puc-rio.br**, 2000. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/2457/2457.PDF>>. Acesso em: 14 de outubro 2020.

MELO, Zélia Maria De. Os estigmas: a deterioração da identidade social. **Ufpa.br**, (s/d). Disponível em: <https://aedmoodle.ufpa.br/pluginfile.php/199228/mod_resource/content/1/identidade%20social%20e%20estigmas.pdf>. Acesso em: 13 outubro. 2020.

MORAES e SILVA, Feminismo Negro e a Interseccionalidade de Gênero, Raça e Classe. **Cadernos de Estudos Sociais e Políticos**, Rio de Janeiro, vol. 7, nº 13, 2017.

OLIVEIRA, F. A questão do Estado: vulnerabilidade social e carência de direitos. In: **Subsídios à Conferência Nacional de Assistência Social**, 1. Brasília: CNAS, out. 1995. (Cadernos ABONG). Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/bitstream/handle/11465/246/ABONG%20%20-%20SUBS%20%DIOS%20%20%20CONF%20%20ANCIA%20NACIONAL%20DE%20ASSIST%20%20ANCIA%20SO2.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 11 de outubro. 2020.

YUNES, M. A. M.; SZYMANSKI, H. **Resiliência: noção, conceitos afins e considerações críticas**. In: TAVARES, J. (Org.). Resiliência e educação. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/bitstream/handle/11465/246/ABONG%20%20-%20SUBS%20%DIOS%20%20%20CONF%20%20ANCIA%20NACIONAL%20DE%20ASSIST%20%20ANCIA%20SO2.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 11 de outubro. 2020.

ANAIIS 2020

